

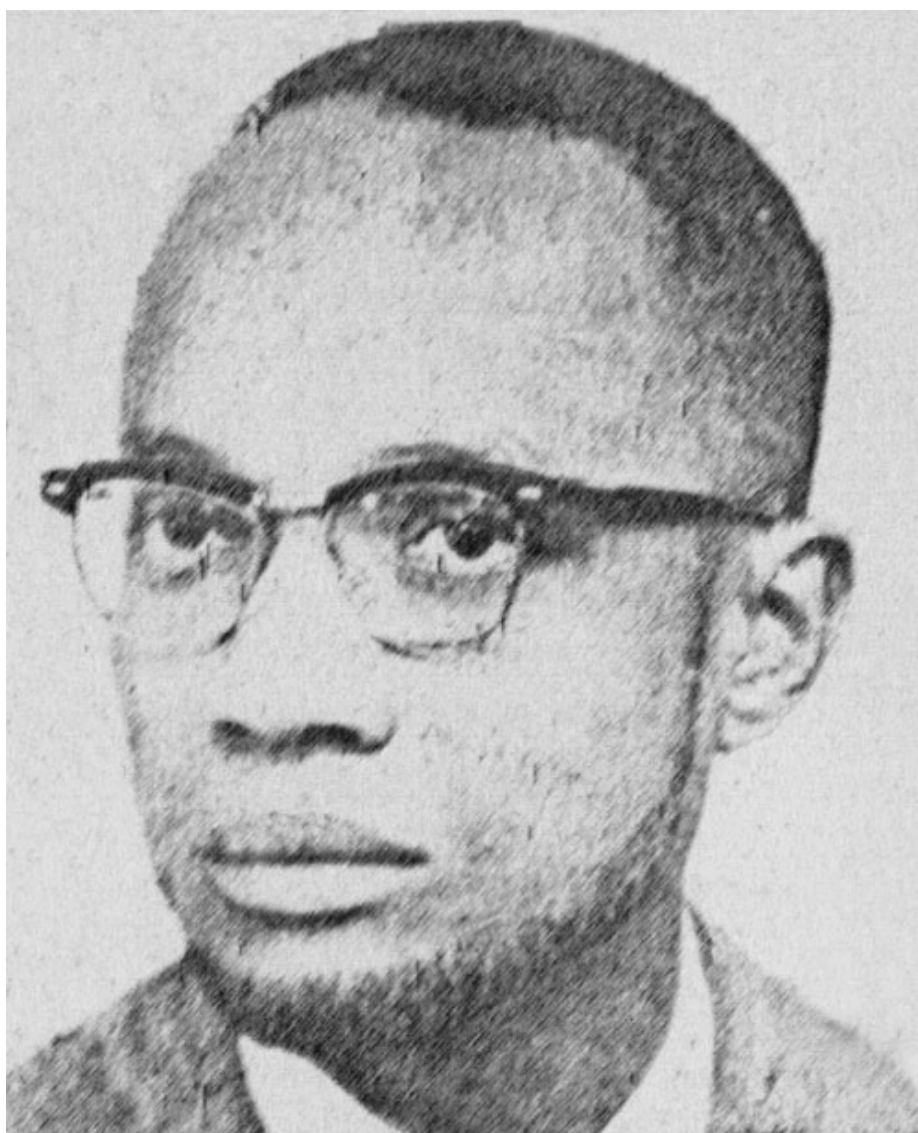
Julião Soares Sousa

Amílcar Cabral

e a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde

1924-1973

*



Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

2007

Julião Soares Sousa

Amílcar Cabral
e a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde

1924-1973

*

Dissertação de Doutoramento em Letras, área de História, especialidade de História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Prof. Doutor Luís Reis Torgal.

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

2007

Capa: Amílcar Cabral (foto apenso ao seu “Permis de Conduire” passado pelas autoridades da Guiné-Conakry, com data de 5 de Março de 1966).

À memória de António Nancassa, por
ter sido mais que um pai.

À minha mãe Amélia Mendonça e
aos meus irmãos.

Índice Geral

Siglas e Abreviaturas Usadas.....	xv
Prefácio.....	xxi
Introdução.....	xxvii

Parte I

Da Formação do homem à Conquista da Liderança do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde

Cap. 1 – Antecedentes: Agentes, Espaços e Aspectos de Socialização	3
1. Uma infância entre a Guiné e Cabo Verde (1924-1932).....	3
1.1. Nascimento de Amílcar Cabral e antecedentes familiares	3
1.2. A Infância passada entre a Guiné e Cabo Verde	17
1.3. O abandono da Guiné e a problemática da datação.....	22
1.4. As razões do abandono da Guiné de Juvenal Cabral.....	25
2. A fixação em Cabo Verde e a socialização escolar (1932-1945).....	30
2.1. O isolamento da Achada Falcão e a luta dos progenitores pela custódia dos filhos	30
2.2. A entrada de Amílcar Cabral para a instrução primária	33
2.3. A frequência do liceu.....	40
3. A socialização familiar	49
3.1. As diferentes teses	49
3.2. Uma tentativa de desmontagem das diferentes teses.....	53
3.3. A mãe como “estrela da infância agreste”.....	63
4. O contexto da Segunda Guerra e a primeira consciencialização.....	66
4.1. Os impactos e as expectativas	66
4.2. As crises e as fomes dos anos 40 e as primeiras manifestações de revolta	74

5. Os espaços do discurso e da identidade.....	85
5.1. A identificação telúrica e a representação dos espaços.....	85
5.2. A abertura ao espaço exterior.....	87
5.3. A candidatura à bolsa e a partida para Portugal.....	90
Cap. 2 – Do Envolvimento na Luta “Antifascista” em Portugal à Militância Anticolonialista.....	95
1. A participação na “luta antifascista”.....	95
1.1. O ambiente político no Portugal do pós-guerra: o regime e a oposição.....	95
1.2. A esquerda portuguesa e a questão ultramarina.....	98
1.3. O envolvimento na luta “antifascista” e a aprendizagem política.....	102
1.4. A PIDE no enalço de Amílcar Cabral.....	109
2. As influências literárias, ideológicas e culturais e a viragem para o anticolonialismo ...	114
2.1. O contacto com a literatura marxista.....	114
2.2. As influências ideológicas e culturais.....	115
2.3. A Chegada de mais africanos e manifestação de tendência autonomista.....	120
3. “A África atrai-me”. A perspectiva do regresso e os bloqueios.....	125
3.1. A missão do intelectual e o regresso a África no horizonte.....	125
3.2. A “reafricanização dos espíritos”. O CEA e o regresso espiritual.....	133
3.3. O impedimento de exercer um cargo directivo no âmbito da CEI.....	142
3.4. Bloqueios e ultrapassagem dos bloqueios. A partida para a Guiné.....	144
4. A luta legal e a consciencialização dos guineenses.....	148
4.1. A identificação com as massas e a reivindicação de reformas.....	148
4.2. A frustrada criação do Clube Desportivo em Bissau.....	158
4.3. A alegada fundação do MING por Amílcar Cabral.....	164
4.4. O segundo abandono do país natal.....	167
4.5. A alegada fundação do PAI/PAIGC em 1956. Os problemas e as contradições de uma data polémica.....	172

Cap. 3 – Da Formação do Movimento Unitário na Diáspora à Fundação do PAIGC183

1. Tendência e evolução do nacionalismo africano em Portugal desde finais dos anos 40.	183
1.1. Do CEA à fundação do primeiro movimento unitário de libertação	183
1.2. Do MLNCP ao MAC.....	186
1.3. Aspectos de uma missão “corajosa” de Amílcar Cabral em África	194
1.4. A fundação do Partido Africano da Independência (PAI) da Guiné e Cabo Verde em 1959	198
1.5. O contacto com as organizações nacionalistas da Guiné e de Cabo Verde em Bissau e Dakar	204
1.6. As primeiras denúncias contra o colonialismo português	210

Cap. 4 – Unidade Africana e Unidade Guiné e Cabo Verde..... 217

1. O contexto africano de unidade e a génese do projecto federalista entre a Guiné e Cabo Verde	217
1.1. Alguns exemplos de uniões ou projectos de uniões na África do seu tempo	217
1.2. Os fundamentos ideológico-estratégicos da unidade Guiné e Cabo Verde.....	221
1.3. A unidade Guiné e Cabo Verde como contribuição para a união africana.....	232

Cap. 5 – Amílcar Cabral à Conquista da Liderança do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde

1. Tendências e divergências no seio do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde	235
1.1. O quadro da situação em Conakry antes da chegada de Amílcar Cabral	235
1.2. Amílcar Cabral à “conquista” de Conakry	240
1.3. Uma “babel” de movimentos nacionalistas da Guiné e Cabo Verde no Senegal	252
1.4. O segundo contacto com a organização do interior e cisão no MLG.....	259
1.5. As várias tentativas de união das forças nacionalistas e patrióticas	269

P a r t e I I

Do “Estado em Construção” ao Assassinato em Conakry

Cap. 1 – O Imperialismo, a Cultura e a Libertação Nacional no Discurso de Amílcar Cabral	289
1. A identificação dos inimigos	289
1.1. A dominação imperialista: caracterização geral	289
1.2. O caso português e a imagem de Portugal	295
2. Cultura e libertação nacional	302
2.1. A dominação estrangeira e o papel da cultura no processo de libertação nacional	302
2.2. Libertação nacional, cultura e identidade	310
2.3. Em defesa do relativismo da cultura africana	316
 Cap. 2 – O Percurso em Direcção à Etapa Revolucionária	 319
1. A transição para a fase revolucionária	319
1.1. Amparo na legalidade internacional	319
1.2. A legitimidade do uso da violência e o abandono dos métodos pacíficos	326
2. Os preparativos para o início da guerra	333
2.1. O processo de mobilização e a análise da estrutura social da Guiné e Cabo Verde	333
2.2. “O avanço para a luta armada com confiança no próprio esforço”	343
3. O início da luta armada e as expectativas numa resolução rápida do conflito	358
3.1. O atribulado início da guerra e os primeiros problemas	358
3.2. Esperança numa viragem na situação interna portuguesa	368
3.3. Esperanças no auxílio militar africano	379

Cap. 3 – A Atenção aos Problemas Internos e Externos da Luta	389
1. A “guerra do povo, pelo povo e para o povo”	389
1.1. Os abusos contra a população e o Congresso de Cassacá: as primeiras reformas.....	389
1.2. A estratégia da “conquista” da população e a propaganda dos números.....	394
1.3. Os espaços de “controle” e os mecanismos do Poder	404
1.4. As “operações sociais” nas áreas libertadas	411
1.5. A imposição da ideologia	422
2. Lutas internas e crise de liderança em tempo de guerra	426
2.1. Algumas dissidências internas e manifestações de crise	426
2.2. Algumas tentativas reais e imaginárias de assassinato e de rapto	434
2.3. Cabral à procura de apoios internos: o seminário de quadros de 1969	438
2.4. A adoção de medidas para a resolução da crise interna	448
2.5. As várias tentativas fracassadas de negociação.....	463
2.6. O agravamento dos problemas internos.....	467
Cap. 4 – A Via Socialista e a Construção do Estado no Discurso de Amílcar Cabral	473
1. O socialismo como meta	473
1.1. A “luta de classes” e a história. As três etapas na evolução da sociedade humana.....	473
1.2. A construção de um Estado socialista na Guiné.....	476
1.3. Que Estado Socialista e com que mecanismos de poder?	480
1.4. A classe herdeira do Estado colonial.....	490
2. Aprender com os erros dos outros	494
2.1. As lições positivas e negativas da Revolução Africana	494
2.2. A estratégia para a prevenção do neocolonialismo	501
3. À procura da vitória na frente político-diplomática	507
3.1. A evolução das “relações exteriores” do PAIGC entre 1960 e 1968	507
3.2. Em busca de personalidade jurídica internacional. A reforma das relações exteriores do PAIGC em 1968	516

3.3. A difícil neutralidade e não-alinhamento em tempos de guerra.....	524
3.4. O auxílio exterior, a ética e a independência nas relações internacionais.....	533
3.5. O lançamento de acções de guerrilha urbana a partir de 1968.....	539
3.6. À caminho da proclamação do Estado da Guiné.....	543
Cap. 5 – A morte de Amílcar Cabral em Conakry.....	557
1. Os mistérios do 20 de Janeiro de 1973.....	557
1.1. A trama, alegados autores e a reacção das autoridades de Conakry.....	557
1.2. O “colonialismo português” e o “imperialismo” eleitos como bodes expiatórios.....	565
1.3. A alegada “mão invisível” de Sekou Touré.....	571
1.4. A estranha “escolha” de Victor Freire Monteiro para “sucessor” de Amílcar Cabral. O epílogo.....	576
Conclusão.....	581
Anexo 1.....	591
Genealogia de Amílcar Cabral.....	593
Anexo 2.....	595
Galeria de Imagens.....	595
Figura 1 - Juvenal António Lopes Cabral.....	597
Figura 2 - Iva Pinha Évora.....	597
Figura 3 - Exterior da Igreja de Nossa Senhora da Graça (Praia).....	599
Figura 4 - Interior da Igreja de Nossa Senhora da Graça (Praia).....	599
Figura 5 - Aspecto da fachada da casa de Achada Falcão onde viveu Amílcar Cabral.....	600
Figura 6 - Aspecto exterior da casa de Achada Falcão.....	600
Figura 7 - Casa onde viveu Amílcar Cabral na Ponta Belém, Praia.....	601
Figura 8 - Fachada de uma alegada casa em que teria vivido Amílcar Cabral enquanto estudante no Mindelo.....	601

Figura 9 - Fachada do antigo Liceu Gil Eanes – Mindelo.....	602
Figura 10 - Foto colectiva dos alunos do Liceu Gil Eanes em que se pode destacar Amílcar Cabral. A foto é de 1938/39	603
Figura 11 - Caricatura de Amílcar Cabral feita pelo seu colega de curso, Sousa Veloso, em 1949	605
Figura 12 - Amílcar Cabral entre os colegas da Equipa de Futebol do ISA vencedora do Campeonato Universitário de Futebol 1948-1949.....	607
Figura 13 - Bandeira do PAI/PAIGC desenhada em 1960.....	609
Figura 14 - Bandeira do PAI da Federação do Mali.....	609
Figura 15 - Excerto de apontamento manuscrito de Amílcar Cabral, com desenho representando um esboço de bandeira 1960?	610
Figura 16 - Bandeira adoptada pela Etiópia depois da independência em 1957.....	611
Figura 17 - Bandeira adoptada pelo Ghana depois da independência em 1957.....	611
Figura 18 - O sueco, Folke Löfgreem, da Missão da OUA que visitou as áreas libertadas em Abril de 1972.....	612
Figura 19 - Amílcar Cabral discursando perante o Comité Especial dos Territórios sob a Dominação Portuguesa da ONU, em Conakry, Abril de 1972.....	613
Figura 20 – Plano do bairro e o local onde alegadamente Amílcar Cabral foi assassinado.....	614
Anexo 3	615
Quadro Sinóptico 1 - Génese e Evolução dos Movimentos Unitários, Frentes e Organismos de Coordenação das Lutas nas Colónias Portuguesa (1951 a 1962)	617
Quadro Sinóptico 2 - Génese, Evolução e Alianças dos Movimentos Nacionalistas da Guiné e Cabo Verde (1951 a 1968).....	619
Anexo 4	621
Cronologia.....	623

Anexo 5 - Mapas	639
Figura 21: Mapa Político de África	641
Figura 22: Mapa da Guiné.....	643
Figura 23: Mapa de Cabo Verde	645
Apêndice Documental	647
Fontes e Bibliografia	733

Índice dos Quadros

Quadro 1: Eleições para a constituição da primeira Assembleia Nacional Popular (1972). Resultados definitivos	402
Quadro 2 - Reestruturação dos órgãos dirigentes do PAIGC em 1970.....	456
Quadro 3 - Reforma das Forças Armadas em 1970	463
Quadro 4- Viagens efectuadas por Amílcar Cabral entre 1960 e 1968.....	510

Siglas e Abreviaturas Usadas

AAM	Associação Académica do Mindelo (Cabo Verde)
ACP	Administração do Concelho da Praia (Cabo Verde)
AHDMNE	Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Portugal)
AHN	Arquivo Histórico Nacional (Cabo Verde)
AIJD	Association Internationale des Juristes Démocrates
AINSG	Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Graça (Cabo Verde)
ALAC	África, Literatura, Arte e Cultura
ANANGOLA	Associação dos Naturais de Angola
AOF	África Ocidental Francesa
ARA	Acção Revolucionária Armada
ASDI	Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional
ASP	Aliança Socialista Portuguesa
ASRDNVC	Arquivo Sonoro da Radiodifusão Nacional de Cabo Verde
ASRDN	Arquivo Sonoro da Radiodifusão Nacional da Guiné-Bissau
BAP	Brigadas de Acção Política
BCGP	Boletim Cultural da Guiné Portuguesa
BDG	Bloco Democrático da Guiné
BNGB	Bloco dos Nativos da Guiné-Bissau
BNU	Banco Nacional Ultramarino
BP	Bureau Político
CC	Comité Central
CD	Centro de Documentação
CEA	Centro de Estudos Africanos
CEGP	Centro de Estudos da Guiné Portuguesa
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CEL	Comité Executivo de Luta
CICOMO	Companhia Industrial de Cordoaria de Moçambique
CN	Comité Nacional
CNRL	Comité Nacional das Regiões Libertadas
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
CONFABRIL	Companhia Fabril e Comercial de Angola SARL
COREMO	Comité Revolucionário de Moçambique
CPCEL	Comissão Permanente do Comité Executivo de Luta
CPCNRL	Comissão Permanente do Comité Nacional das Regiões Libertadas
CPP	Convention People Party

CSL	Conselho Superior de Luta
CTT	Correios Telegrafo e Telefones
CUF	Companhia União Fabril
DGS	Direcção Geral de Segurança
DOC.	Documento
DRIL	Directório Revolucionário Ibérico de Libertação
DRILI	Directório Revolucionário para a Libertação da Ibéria
EFTA	European Free Trade Association/Associação Europeia de Livre Comércio.
ENP	Exército Nacional Popular
EP	Exército Popular
EUA	Estados Unidos da América
FAC	Fundação Amílcar Cabral
FAL	Forças Armadas Locais
FAN	Forças Armadas Nacionais
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FEANF	Federação dos Estudantes da África Negra em França
FLA	Frente de Libertação da Argélia
FLGC	Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde
FLING	Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FLNG	Frente de Libertação Nacional da Guiné
FMS	Fundação Mário Soares
FPLN	Frente Patriótica de Libertação Nacional
FRAIN	Frente Revolucionário Africana para a Independência Nacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GAC	Grupo Antifascista de Combate
GEC	Grupo de Estudos Comunistas
GPRA	Governo Provisório Revolucionário da Argélia
GRAE	Governo Revolucionário da Argélia no Exílio
GREE	Governo Revolucionário Espanhol no Exílio
GRP	Governo Revolucionário Provisório
IAN/TT	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Guiné-Bissau
ISA	Instituto Superior de Agronomia (Lisboa)
JL	Jornal de Letras
JMPGB	Junta Militar dos Patriotas da Guiné-Bissau
JPLN	Junta Patriótica de Libertação Nacional
KANU	Kenya National African Union
LNA	Liga Nacional Angolana

MP	Mocidade Portuguesa
MAC	Movimento Anti-Colonialista
MAR	Movimento de Acção Revolucionária
MAUD	Movimento Académico de Unidade Democrática
MDCP	Movimento Democrático das Colónias Portuguesa
MING	Movimento para a Independência da Guiné
MLG	Movimento de Libertação da Guiné
MLGC	Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde
MLGCV	Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde
MLICV	Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde
MLN	Movimento de Libertação Nacional
MLNCP	Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesa
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MLTDP	Movimento de Libertação dos Territórios sob a Dominação Portuguesa
MNC	Movimento Nacional Congolês
MND	Movimento Nacional Democrático
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MNI	Movimento Nacional Independente
MNIA	Movimento dos Novos Intelectuais de Angola
MNP	Marinha Nacional Popular
MP	Milícia Popular
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MUD	Movimento de Unidade Democrática
MUNAF	Movimento de Unidade Nacional Antifascista
NAI	Nordiska Afrikainstitutet (Uppsala – Suécia)
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NCNC	National Congress of Nigeria and Cameroun
NESAM	Núcleo de Estudos Secundários Africanos de Moçambique
NOSOCO	Nouvelle Société Comercial
OCAM	Organização de Cooperação Africana e Malgache
OERS	Organização dos Estados do Rio Senegal
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização de Unidade Africana
PAFMECA	Panafrican Movement of East and Central Africa
PAFMESCA	Panafrican Movement of East and Central and Southern Africa
PAI	Partido Africano da Independência/Parti Africaine de l'indépendance
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PCA	Partido Comunista Angolano
PCF	Partido Comunista Francês

PCI	Partido Comunista Italiano
PCP	Partido Comunista Português
PCR	Partido Comunista Romeno
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDG	Partido Democrático da Guiné
PDONG	Partido Democrático Orgânico da Guiné
PFA	Parti de la Fédération Africaine
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
PLUAA	Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
PRA	Partido do Reagrupamento Africano
PSD	Partido Social-democrata Sueco
PSP	Polícia de Segurança Pública
RAU	República Árabe Unida
RDA	Rassemblement Démocratique Africaine
RDAG	Reunião Democrática Africana da Guiné
RG	República da Guiné (Conakry)
RDNGB	Rádiodifusão Nacional da Guiné-Bissau
RDNCV	Rádiodifusão Nacional de Cabo Verde
REP/ACAP	Repartição/Assuntos Cíveis e Acção Psicológica
RPSAC	Repartição Provincial dos Serviços da Administração Civil
RR	Resistência Republicana
RTC	Rádiatelevisão de Cabo Verde
RTP	Rádiatelevisão Portuguesa
RTV	Rádiatelevisão
SC	Serviços Centrais
SCOA	Société Commercial Ouest Africain
SEP	Secção dos Estudantes do Partido
SFIO	Section Française de l'Internationale Ouvrière
SIGA	Sociedade Industrial de Grossaria de Angola
SPIO	Secção Portuguesa da Internacional Operária
SWANU	União Nacional do Sudoeste Africano
SWAPO	Organização dos Povos do Sudoeste Africano
TANU	Tanganika African National Union
UDC	União Democrática de Cabo Verde
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UAM	União Africana e Malgache
UNAMO	União Nacional de Moçambique
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIP	United National Independence Party

UPA/FNLA	União das Populações de Angola/Frente Nacional de Libertação de Angola
UNGP/URGP	União dos Naturais da Guiné Portuguesa/Union des Ressortissants de la Guinée Portugaise
UPC	União Popular dos Camarões
UPG	União das Populações da Guiné
UPLG	União Popular de Libertação da Guiné
UPICV	União das Populações das Ilhas de Cabo Verde
UPS	União Progressista Senegalesa
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US	União Sudanesa
ZANU	União Nacional dos Povos do Zimbabué
ZAPU	União dos Povos Africanos do Zimbabué

Prefácio

Um ano após a conclusão de um Mestrado em História Moderna, mais concretamente em 1998, em conversa informal com aquele que viria a ser o nosso orientador científico, o Prof. Doutor Luís Reis Torgal, foi-nos sugerido que avançássemos com um projecto para o doutoramento sobre a figura de Amílcar Cabral numa perspectiva da História vista “do outro lado”. Para isso, poderíamos aproveitar a abertura dos Arquivos da PIDE e a transferência de parte da documentação do PAIGC de Bissau para a Fundação Mário Soares em Lisboa, tendo em vista a sua digitalização, depois do vandalismo e da destruição que atingiu parte daquele valioso acervo, na sequência do conflito político-militar de 1998/99.

Os desafios eram aliciante e a tarefa gigantesca. O resultado dos cinco árduos anos de investigação e redacção está condensado nos dois volumes que ora apresentamos à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para discussão pública.

O percurso que trilhámos nesta grande aventura não foi feito em isolamento. Mesmo naqueles momentos mais difíceis da redacção e das correcções finais, que nos obrigaram a “hibernar” ou em que, por força das circunstâncias, fomos forçados a interromper os frequentes contactos com familiares e amigos – um sentimento estranho (por vezes até incómodo) para quem o vive por dentro e por fora – pudemos, ainda assim, contar com inúmeras manifestações de apreço, carinho e compreensão. Neste particular, pode dizer-se que, apesar de ser de responsabilidade individual, isto é, de quem a projecta e executa, uma tese acaba sempre por ser um labor colectivo em que pessoas singulares e instituições (e foram muitas) se empenham denodadamente, cada um com o seu prestimoso contributo, mas todos movidos pelo comum interesse de contribuir para a sua gestação.

Ao longo de cinco anos, como seria de esperar, fomos acumulando muitas dívidas de gratidão com todos aqueles que nos acompanharam nesta larga, penosa e sempre inacabada jornada. Queremos começar por expressar aqui os nossos mais sinceros agradecimentos à Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (FCT/MCES) pela Bolsa de Investigação que nos atribuiu, a qual nos deu a possibilidade de, em diferentes momentos, fazer face às inúmeras e sempre elevadas despesas com a investigação e a participação em congressos no país e no estrangeiro.

A nossa profunda gratidão vai também dirigida ao Prof. Doutor Luís Reis Torgal. Mais do que nosso orientador científico e mestre, foi o amigo sempre disponível em todas as ocasiões, especialmente nos momentos mais exigentes e por vezes ingratos da redacção, pelo apoio, incentivo e ensinamentos indefectíveis, que ultrapassam de longe as meras formalidades de orientador e orientando, para entrar no domínio de uma amizade pessoal. Sem esse apoio e incentivos, impossíveis de olvidar, dificilmente teríamos conseguido terminar este trabalho.

Neste momento particular da nossa vida, não podemos esquecer, por outro lado, muitos outros antigos professores e funcionários da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. E começaria pelo Prof. Doutor António de Oliveira, que, ao longo de quase uma década, nos apoiou muito quando o auxiliávamos nas tarefas do Centro de História da Sociedade e da Cultura. A nosso pedido, foi ele quem, conjuntamente com o Prof. Doutor João Lourenço Roque e a Prof^ª. Doutora Margarida Neto, elaborou os respectivos pareceres que nos permitiram conseguir a bolsa para o doutoramento. A todos, o nosso muito obrigado e um Bem-hajam.

Ao Prof. Doutor João Marinho dos Santos, não só pelo facto de ter sido nosso ilustre professor e mestre em várias ocasiões, mas também pela amizade que, entretanto, se foi cimentado entre nós ao longo de quase duas décadas. Jamais esqueceremos o facto de, enquanto coordenador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, nos ter dado trabalho.

Ao Prof. Doutor José Manuel Azevedo Silva, pelo afecto com que nos tem tratado.

À Prof^ª. Doutora Maria José Azevedo Santos, à Prof^ª. Doutora Leontina Domingos Ventura, à Prof^ª. Doutora Maria Nobre Teresa Veloso, ao Prof. Doutor Vítor Manuel Parreira Neto, ao Prof. Doutor Rui de Ascensão Ferreira Cascão, ao Prof. Doutor António Martins da Silva, ao Prof. Doutor Saúl António Gomes Coelho da Silva, à Prof^ª Doutora Maria Rosa Ferreira Marreiros e à Dr. Guilhermina Mota, pela amizade e interesse demonstrados em relação ao andamento da presente dissertação.

Ao Prof. Doutor Lúcio Cunha, antigo Presidente do Conselho Directivo da “nossa” Faculdade, a quem devemos algumas informações acerca de Cabo Verde, prévias a uma viagem de investigação, e as primeiras fotos da casa da Achada Falcão (Santa Catarina – Santiago - Cabo Verde), onde viveu Amílcar Cabral depois do seu regresso da Guiné, em 1932.

À Mestre Maria Manuela Almeida, do Instituto de História Económica e Social da “nossa” Faculdade, pelos muitos apoios, conselhos e amizade dispensados ao longo de vários anos consecutivos.

Ao Dr. João Mateus, a quem devemos alguma ajuda e conselhos sobre a reorganização e formatação do texto.

Uma palavra de gratidão também para os funcionários dos diferentes Institutos do departamento de História, que, ao longo de anos, nos dedicaram muito da sua atenção e concederam inestimáveis apoios. À D. Conceição França e família, por nos terem ajudado em diferentes ocasiões de forma desinteressada como se fôssemos um filho.

Para a D. Amélia Serens (actualmente no departamento de Contabilidade da Faculdade de Letras), para a D. Alice (do Instituto de História Económica e Social) e para a D. Luísa (do Instituto de História de Arte), vai também o nosso muito obrigado por tudo.

Na Dinamarca, queríamos agradecer também a todos os funcionários da Roskilde Universitetscenter Bibliotek e do Det Kongelige Bibliotek, pela celeridade e solicitude com que atenderam aos nossos pedidos, sobretudo quando se tratava de artigos de revistas, jornais e outras publicações periódicas que se encontravam no estrangeiro. Graças a eles, pudemos reunir em pouco tempo uma grande quantidade de informação relacionada com a presente dissertação.

Aos funcionários do Rigsarkivets em Copenhaga (Dinamarca) que, através de uma autorização do Udenrigsministeriet (Ministério dos Negócios Estrangeiros dinamarquês), nos facilitaram a consulta de vários acervos daquele Ministério.

Na Suécia (Uppsala), também queríamos agradecer ao bibliotecário António Lourenço e a todo o *staff* da Biblioteca do Nordiska Africainstitutet, pela forma como nos receberam e nos trataram, e pelas muitas facilidades de que gozámos no decurso da nossa estadia naquele instituto.

No decurso das nossas deslocações a Guiné e a Cabo Verde também contámos com a prestimosa ajuda e solícita colaboração de muitas pessoas e instituições. Alguma que já conhecíamos de outros tempos e outras que aprendemos a conhecer. Graças à sua amizade, colaboração e disponibilidade reveladas – muitas vezes para lá do humanamente possível – abriram-se muitas portas.

Assim, na Guiné, destaco o Dr. Sérgio Mané, nosso “irmão” e amigo dos tempos imemoriais. Graças a ele conseguimos muitos contactos para as entrevistas e um apoio incedível nas deslocações aos vários bairros da capital para contactos e marcações de entrevistas e na altura de procurar alojamento.

Ao Dr. Leonardo Cardoso, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), nosso amigo e companheiro de ofício, por nos ter disponibilizado o seu apartamento de forma gratuita durante os dois meses em que estivemos em Bissau.

Igualmente, queremos agradecer a Iaia Biai, arquivista do INEP, que com muito dedicação procurou os documentos de que necessitávamos por entre o pó e a desorganização a que os Arquivos do INEP estiveram sujeitos depois da guerra civil de 1998-1999. Bem-haja!

Ao actual Presidente do PAIGC e antigo Primeiro-Ministro da Guiné, Carlos Gomes Júnior, pela prontidão com que respondeu ao nosso pedido de autorização para proceder à consulta de alguns documentos do PAIGC que se encontravam abandonados no Secretariado e, infelizmente (segundo constatámos depois), grande parte deles já em avançado estado de deterioração em virtude de, durante o conflito de 1998-1999, a cave e as instalações do Secretariado terem sido utilizadas como abrigo do exército governamental. Queremos aproveitar o ensejo para lhe agradecer também pelos inúmeros convites pessoais que nos fez para assistir às comemorações do 12, 19 e 24 de Setembro, realizadas, respectivamente, em Bissorã (Djagal), Bafatá e Gabú, e que aproveitámos para fazer e/ou agendar entrevistas com vários antigos combatentes. Não menos significativo foi o trato e caloroso acolhimento que alguns dos seus correligionários nos dispensaram no Secretariado do PAIGC em Bissau. Queremos enaltecer aqui os nomes de Mário Mendes e de Isabel Buscardini, antiga Secretária de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria, e tantos outros, cujos nomes já se nos perderam.

Ao antigo Director da Radiodifusão Nacional da Guiné-Bissau (RDNGB) e meu ilustre amigo de longa data, Alfredo Sami, aos técnicos Estêvão e Numa Só, funcionário de arquivo sonoro daquela estação, pela autorização e empenho dispensados durante as gravações de alguns discursos de Amílcar Cabral.

Abrimos aqui um *parêntesis*, nesta rúbrica de agradecimentos a todos quantos colaboraram connosco na Guiné-Bissau, para render, a título póstumo, uma sentida e emotiva homenagem a dois dos nossos entrevistados entretanto falecidos. São eles: Arafã Mané e Estêvão Tavares. A ambos devemos preciosas informações sobre o período anterior ao início da luta armada. Que as suas almas decansem em paz.

Em Cabo Verde, ao Dr. José Maria Almeida, pela amizade e dedicação sem limites com que nos tratou. Graças a ele e aos seus conhecimentos, tivemos muitas portas abertas em Santiago, o que nos permitiu fazer grande parte das entrevistas que havíamos agendado, bem como outras de ocasião.

Ao Dr. Júlio Lopes, amigo de sempre dos tempos da Universidade de Coimbra, pelo carinho e generosidade com que nos recebeu e albergou em sua casa, gratuitamente, ao longo de dois meses, e também pelos muitos incentivos e sempre úteis conselhos.

Ao Dr. António Monteiro, outro grande amigo dos tempos da Universidade de Coimbra, o qual, depois de “descobrir” que estávamos em Cabo Verde, sempre nos brindou com a sua companhia, abrindo-nos outras portas que nos foram úteis durante as pesquisas.

Ao Dr. José Almeida (Maíuca), Chefe do Departamento de Informação da Radiodifusão Nacional de Cabo Verde (RDNCV), pela autorização e apoio dispensados na gravação de discursos de Amílcar Cabral.

A Mariosinho Fernandes, técnico da RDNCV, que, com extraordinária paciência, procedeu à gravação de registos sonoros de Amílcar Cabral.

À Dr.^a Margarida Fontes, então chefe do Departamento de Programas e da Produção da Radiotelevisão de Cabo Verde (RTC), pela autorização que nos concedeu para a visualização de algumas imagens. O nosso agradecimento também é extensivo a Marta Cabral e a Fernanda Aguiar, funcionárias do Arquivo da RTC, e ao Pedro Celestino Cardoso, operador da referida estação de televisão, por ter consagrado muito do seu tempo na gravação de algumas imagens.

No Arquivo Histórico Nacional, na Cidade da Praia, à sua Directora, Dr.^a Cláudia Correia, e a todos os funcionários do Arquivo e da sala de leitura, que muita paciência tiveram connosco.

À Fundação Amílcar Cabral, na pessoa de D. Ana Maria Cabral, vice-presidente, e na da D. Ana, funcionária da referida Fundação, pela forma expedita com que nos providenciaram as cópias solicitadas. A todas o nosso Bem-haja.

De regresso a Portugal, queremos agradecer ao Dr. Alfredo Caldeira, da Fundação Mário Soares, à Dr.^a Conceição e à Dr.^a Ana Margarida, pelas muitas facilidades concedidas na hora da consulta dos vários acervos de Mário de Andrade, de Amílcar Cabral e do PAIGC que aí se conservam.

Na Torre do Tombo, aos respectivos funcionários do arquivo e da secção de fotocópias todo o apoio e a paciência dispensados.

No Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, à Dr.^a Natércia Coimbra e a Luísa da Conceição.

No Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, queremos agradecer à Dr.^a Isabel Fevereiro.

No CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX), uma referência especial a todos os professores e investigadores que, ao longo de dois anos, nos foram incentivando e manifestando o seu interesse pelo andamento do trabalho. Queríamos agradecer mais uma vez ao Prof. Doutor Luís Reis Torgal, ex-director e ex-coordenador do referido Centro, por todas as facilidades que nos concedeu ao longo destes anos; à Prof.^a Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, Directora e Coordenadora Científica do CEIS20, pelos apoios e incentivos; ao nosso antigo Prof. e ilustre Mestre, Amadeu Carvalho Homem, pela cedência do seu gabinete no CEIS20; a título póstumo, aos incentivos do saudoso Prof. Doutor Luís Andrade, nosso amigo e conhecido de há longa data; ao Prof. Doutor João Rui Pita; ao Prof. Doutor António Pedro Pita; à Prof.^a Doutora Ana Leonor Pereira, à Prof.^a Doutora Heloísa Paulo; ao Mestre Jorge Pais Sousa; ao Dr. Alexandre Ramires; ao Mestre Paulo Granja. Não podíamos esquecer também aqui o inestimável apoio, a diversos níveis, que recebemos ao longo destes dois anos por parte da Dr.^a Isabel Luciano, Assessora do CEIS20, da auxiliar administrativa, D. Ângela, e dos bibliotecários Dr. Gonçalo Carnim, Dr. Luís Gonzaga e Dr.^a Marlene Taveira. Estes últimos ajudaram-nos na fase da digitalização e organização dos documentos que se encontram em anexo, com a sua amabilidade e disponibilidade, para além de outros muitos apoios pontuais que lhes ficamos a dever.

À Dr. Manuela Lucas, nossa antiga professora na Faculdade de Letras, por sempre ter acreditado em nós, dando-nos todos os incentivos e força para continuar. A ela devemos também as primeiras informações sobre a passagem de Juvenal Cabral, pai de Amílcar Cabral, pelo Seminário-Liceu de S. Nicolau. Para ela vão os nossos agradecimentos e um Bem-haja.

Também devemos um agradecimento especial ao Dr. António Luzio Vaz, pelos apoios concedidos na fase da redacção da tese.

À Dr.^a Telma Monteiro, ao Dr. Manuel José Oliveira Martins e ao Eng.^o Agrónomo Manuel Martins de Oliveira, por nos terem facilitado contactos com antigos companheiros de Amílcar Cabral dos tempos do ISA, com quem tivemos oportunidade de conferenciar, aquando do tradicional jantar anual dos antigos alunos de agronomia.

Finalmente, ao Dr. João Gonçalves, professor efectivo da Escola Secundária Jaime Cortesão, e ao Dr. Sérgio Neto, pela paciente revisão do texto.

Introdução

Muitos politólogos contemporâneos têm desdenhado o papel que a liderança pode desempenhar na vida política, o que já lhes valeu críticas por parte de A. Dankwart Rustow¹ e Paul R. Dettman². É que é difícil estudar o anticolonialismo, a luta de libertação nacional e o fenómeno de emancipação dos povos desgarrado das elites, aquelas que, à frente dos destinos dos seus povos e profundamente convictas dos seus princípios, se dispuseram a pô-los em prática³, conferindo-lhes sentido e consistência.

Muito embora se saiba, como defendia David A. Andelman, o quão perigoso é atribuir o sucesso de uma revolução, de uma batalha, acção particular e filosofia, a um indivíduo⁴, no que diz respeito à luta armada de libertação nacional na Guiné, não hesitamos em atribuir o seu sucesso, ainda na linha de Andelman, à força e personalidade de um homem – Amílcar Cabral. A ele se deveu, sem dúvida alguma, grande parte das conquistas do PAIGC no período pré-revolucionário e revolucionário, como já assinalou Patrick Chabal⁵.

Sendo inegável que um «Homem só nunca fez a História», contrariamente ao que defendeu Henrich Von Treitschke⁶, a verdade é que pode ter um papel directo e influente nela, por intermédio da sua acção e habilidade, como reconhecem os historiadores marxistas⁷. De resto, com a humildade que caracterizou toda a sua actuação em vida, Cabral foi o primeiro a recusar, nas vésperas do seu assassinato, a figura de herói, para se colocar no quase sempre difícil e não menos importante papel de intérprete das aspirações das massas. Para ele, o facto de ter liderado a luta pela independência de dois territórios não lhe dava direito a figurar no panteão dos heróis. Antes pelo contrário. “Se

¹ Dankwart A. Rustow, “The study of leadership”, in Rustow, ed. *Philosophers and kings*, New York, 1970.

² Paul R. Dettman, “Leaders and structures in third world politics. Contrasting Approaches to legitimacy”, in *Comparative Politics*, vol. 6, number 2, New York, University of New York, January 1974, p. 245.

³ Julius K. Nyerere, *Socialisme, Democratie et Unité Africaine suivi de la Déclaration d’Arusha*, Trad. de Jean Mfoulou, Paris, Présence Africaine, 1970, p. 84.

⁴ David A. Andelman, “Profile: Amílcar Cabral. Pragmatic Revolutionary shows how an African Guerilla war can be Successful”, *Africa Report*, vol. 15, nº 5, New York, May 1970, p. 18.

⁵ Patrick Chabal, *Amílcar Cabral. Revolutionary leadership and people’s war*, London, Cambridge University Press, 1983, p. 2.

⁶ Henrich Von Treitschke, *Politics*, New York, trans. Blanche Dugdale and Törben de Bille, 1916, p. XXXVII.

⁷ Vide A. M. Pegushev, “The leadership of the National Liberation Movement in Africa. General Considerations”, in *Leadership and National Liberation Movement in Africa*, Berlin, Akademie-Verlag, Edited by Thea Büttner, 1980, p. 8.

há um herói no meu país – afirmava Cabral nas vésperas do seu assassinato – é o nosso povo. E nós estamos decididos a expressar os sentimentos, as aspirações do nosso povo”⁸.

É justamente nesta perspectiva de intérprete das aspirações das massas que nos propusemos estudar Amílcar Cabral, isto é, não como um Herói da História, “super-herói”, “homi garandi”[“grande homem”] ou do “homem providencial”, mas como um ser humano normal, pensante e prático, integrado no seu tempo e projectado no futuro. Cabe aqui, perfeitamente, a expressão “ancêtre de l’avenir” [“antepassado do futuro”], aplicado por Jean Davignaud aos heróis da “Comuna”⁹.

Apesar de terem aparecido nos últimos anos alguns estudos biográficos e de síntese sobre a vida e obra de Amílcar Cabral, poucos são ainda aqueles que, de forma integrada e correspondendo ao anseio de contextualizar, deixam lugar à crítica histórica. Ao invés, em alguns desses trabalhos, constata-se ainda que as questões essenciais poucas vezes chegam a ser abordadas. A maior parte deles, pretendendo evitar a polémica, tendem a olvidar, quase propositadamente, que Cabral foi produto de uma época em si controversa e em rápida transformação. O que se pretende com o presente trabalho é contribuir para preencher esta lacuna. Assim, tentaremos avançar numa direcção para nós importante e nova que é a de procurar determinar a estratégia seguida por Amílcar Cabral no lançamento e consolidação da Revolução Social na Guiné, definida como a rejeição revolucionária das estruturas coloniais e, por sua vez, a transformação radical da vida política, social e económica.

Um estudo deste tipo remete sempre, de início, além da questão principal, para outras específicas. Por exemplo, tentar compreender o percurso e a formação de Amílcar Cabral antes de enveredar pela via revolucionária, o que implica o estudo dos antecedentes e, portanto, do conspecto biográfico. O objectivo é o de tentar descobrir se houve ou não influências dos progenitores (designadamente do pai, como insistentemente se tem defendido) no processo de socialização familiar e/ou na formação intelectual e política de Amílcar Cabral.

Por outro lado, este estudo aponta para a análise das mais que evidentes interferências de factores endógenos e exógenos, e que vão contribuir para a consolidação da formação política e, mais tarde, revolucionária de Cabral. Trata-se de uma tentativa para situá-lo no tempo e nos espaços em que essa formação foi tendo lugar.

⁸ AMS, Interview of Amilcar Cabral at Accra during the Conference of the Liberation Committee, 8-13 1973, to Cameroun Doudou in Radio Ghana, pasta 4344.006, im. 104.

⁹ Vide Sérgio Ribeiro, “Sobre a unidade no pensamento de Amílcar Cabral”, in *Continuar Cabral*. Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983, Praia, Edição Grafedito/prelo – Estampa, 1984, p. 367.

Na análise deste percurso evolutivo, que tem início em Cabo Verde e se intensificou em Portugal, estudaremos o seu envolvimento na “luta antifascista” ao lado dos movimentos de esquerda portuguesa e do gradual divórcio que se produziu depois da leitura da *Anthologie de la nouvelle poesia négre et malgache de la langue française*, da autoria de Leopold Sédar Senghor, com um prefácio do filósofo existencialista francês, Jean Paul Sartre. Além do mais, seguiremos de perto o contacto que manteve com as ideias pan-africanistas, no quadro das influências político-ideológicas, e a cumplicidade que então se teceu com outros companheiros africanos, nomeadamente angolanos, como eram os casos de Agostinho Neto, de Mário de Andrade e de Viriato da Cruz. Foi por intermédio destes contactos, que Cabral tomou, efectivamente, consciência das movimentações cívicas naquela colónia.

Julgamos que as influências e os contactos atrás referidos tiveram uma importância crucial e decisiva, sobretudo a partir de 1948/49, na definição clara de uma linha de actuação cada vez mais autónoma, indo já no sentido da libertação do Homem africano. Primeiro, com a tentativa frustrada de “assalto” à “Casa de África – que deu lugar à criação, em 1951, do Centro de Estudos Africanos (CEA) – e segundo, com o activo envolvimento de Amílcar na consciencialização dos guineenses, quando, finalmente, pôde cumprir o seu sonho de regressar a África em 1952.

Diríamos mesmo que, em Lisboa, o movimento da Negritude tomou, no seio dos estudantes africanos que frequentavam as universidades portuguesas, nos finais dos anos 40 e princípios de 50, as características de “reafricanização dos espíritos”, entendido como a antítese do processo de assimilação cultural empreendida pelo regime colonial. Neste sentido, procuraremos demonstrar também que, no seu projecto de regressar a África, Cabral não tencionava ir para nenhuma colónia portuguesa em particular. Qualquer uma delas servia, excepção feita a Cabo Verde. Este aspecto vem trazer um dado novo relativamente ao seu posterior regresso à Guiné, em 1952, que foi, a nosso ver, fruto do acaso ou de uma mera coincidência e não de algo propositado.

Na Guiné, Cabral tentou pôr em prática, mais uma vez, a experiência acumulada ao longo dos anos em que viveu e estudou em Portugal, designadamente a resultante do convívio com os colegas angolanos. Desta feita, avançou com uma série de iniciativas em que reivindicava reformas que culminariam com a criação de um clube desportivo. É nossa opinião, e assim o tentaremos demonstrar ao longo da presente dissertação, que, apesar do conteúdo marcadamente cívico e político destas iniciativas, Cabral não chegou a criar nenhum partido ou movimento político antes de abandonar a Guiné, em 1955, e antes de regressar ao território natal, em Setembro de 1959, muito embora o

referido clube desportivo, fundado em 1954, tendesse a transformar-se, a curto, médio ou longo prazo, numa organização de carácter político. Só em 1959, Amílcar Cabral fundou o Partido Africano da Independência (PAI), que, mais tarde (1960), tomaria a designação de Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Até lá, as suas actividades políticas tiveram lugar no quadro de organizações e movimentos unitários das colónias portuguesas, como o Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas (MLNCP), de curta existência, e do Movimento Anticolonialista (MAC).

Procuraremos ainda ver qual foi o contributo de Amílcar Cabral para a formação destes movimentos unitários que, ao fim e ao cabo, foram de facto os primeiros movimentos internacionais de libertação criados pela diáspora, numa dinâmica completamente diferente da que se passava no interior. Não deixaremos de abordar, também, questões relativas ao abandono do projecto unitário de libertação à medida que os elementos da diáspora (Amílcar Cabral incluído) foram criando os partidos nacionais e os organismos de coordenação geral das suas lutas. Tentaremos ainda reflectir sobre a ideia de Cabral de criar uma federação entre a Guiné e Cabo Verde, enquadrada num âmbito mais global de unidade africana. Para isso, será necessário referir o contributo que Cabral deu à unidade africana, bem como destacar todo o seu labor em prol da unificação dos movimentos de libertação da Guiné e das ilhas de Cabo Verde. Na transição para a luta armada seria relevante saber qual a estratégia seguida e quais as expectativas criadas para a resolução do conflito que o opunha ao colonialismo português.

A luta de libertação nacional levada a cabo na Guiné por Amílcar Cabral visava a destruição do Estado colonial e a criação de condições para a edificação de uma nova ordem social¹⁰. Assim sendo, o objectivo das forças nacionalistas foi aproveitar a debilidade ou a incapacidade do Estado colonial em determinado momento, para forçar o seu colapso. No caso da Guiné, a incapacidade do regime em proceder a reformas políticas e sócio-económicas, perante a aberta contestação, mal-estar e críticas dos nacionalistas, acelerou a mobilização revolucionária e a luta armada de libertação nacional. À medida que essa luta avançava, tornou-se inevitável o lançamento do embrião de uma nova sociedade e de um novo Estado. Mais do que a simples conquista do “território”, a fixação das populações nas áreas conquistadas passou a ser um objectivo prioritário para a guerrilha e um elemento fundamental de estratégia, sem a qual a guerra deixaria de ter qualquer sentido. Procuraremos estudar também a forma como Cabral prestou atenção a este assunto, sobretudo na resolução dos inúmeros problemas ocasionados pela evolu-

¹⁰ Vide Perry Anderson, *Lineages of the Absolute State*, London, Verso, 1974, p. 11.

ção da guerra, e de que maneira a conquista da população influenciou na propaganda dos dois lados do conflito. Teremos em consideração, entre outros, o modo como o espaço passou a ser (re)organizado e se criaram os necessários mecanismos de poder.

Porém, na tentativa de resolver os problemas internos e fixar as populações nas áreas que foram sendo subtraídas ao controle das autoridades coloniais, nem tudo foi fácil. O prolongamento da guerra e a sua violência, as dificuldades várias que se foram colocando na hora de atender às necessidades básicas das populações e da própria guerrilha, vícios novos, problemas velhos e lutas pelo poder, transformaram-se nos piores inimigos da liderança de Amílcar Cabral. Neste sentido, acompanharemos as manifestações da crise, sobretudo como se orquestraram, a partir de 1967. Mas, as virtudes de um líder residem na sua capacidade em ultrapassar as adversidades. Assim sendo, procuraremos analisar o empenho do líder do PAIGC na resolução dos problemas, buscando soluções mesmo onde elas eram difíceis de encontrar e combatendo os inimigos internos. Apesar de tudo, Cabral não perdeu de vista a sua obsessão em construir um Estado na Guiné, liberto do colonialismo, do imperialismo e do neocolonialismo. Também centraremos o nosso enfoque na busca de respostas para as seguintes perguntas: que Estado queria construir? Com que mecanismos de Poder? Qual seria a classe política que deveria substituir o Estado colonial? De que maneira Cabral pensava prevenir o neocolonialismo?

Por outro lado, importaria conhecer, do ponto de vista prático, as alterações a introduzir na política externa (conjugadas naturalmente com a situação interna) para conseguir o almejado enquadramento jurídico internacional da conjuntura da Guiné.

As questões preliminares (gerais e específicas) não nos vão impedir, no entanto, de abordar outras transversais. Uma delas é, por exemplo, a caracterização que Cabral fazia do inimigo (imperialismo, colonialismo e neocolonialismo), a sua abordagem sobre o papel da cultura no processo de libertação nacional, bem como aspectos relacionados com o seu assassinato em Conakry, a 20 de Janeiro de 1973.

A escolha deste tema, para dissertação de doutoramento, parece-nos extremamente relevante por três razões. Para além de partilharmos a opinião de Patrick Chabal¹¹, sobre a qual já fizemos anterior menção, as ideias e o labor de Amílcar Cabral são, ainda hoje, suficientemente importantes, a ponto de julgarmos que o nosso país (a Guiné-Bissau) devia retomar algumas delas nesta fase conturbada em que se encontra.

¹¹ Patrick Chabal, *Amílcar Cabral. ...*, p. 2.

Em terceiro lugar, desde o assassinato de Amílcar Cabral (cujas circunstâncias ainda continuam por esclarecer¹²), em 1973, o nosso país nunca mais se reconciliou verdadeiramente com o programa por ele delineado para o pós-independência, o qual seria a edificação de um país de progresso e de bem-estar. De resto, a ausência nos dias de hoje de um projecto político e de uma liderança capaz de congregar e mobilizar uma vontade colectiva susceptível de concretizar os seus ideais são disso um bom exemplo, a exigir profunda reflexão da nossa comunidade nacional.

A actualidade do pensamento de Amílcar Cabral, sobretudo no que diz respeito ao comprometimento dos políticos com a *Respublica*, constitui, também, um sólido argumento que nos motivou a avançar com um trabalho que, esperamos, seja sistematizado e pautado pelo rigor e pela objectividade.

A curta existência de Amílcar Cabral (nascido a 12 de Setembro de 1924 e assassinado a 20 de Janeiro de 1973) e o facto de ter dedicado grande parte de sua vida à causa dos povos, designadamente da Guiné e Cabo Verde, ilustra bem a forma como se empenhou na defesa intransigente e apaixonada da independência destes povos.

Relativamente à nossa opção cronológica por um período de aproximadamente meio século, correspondente ao tempo de vida de Cabral, devemos dizer que ela oferece respostas variadas. Salientamos apenas que só um quadro cronológico assim enunciado permite compreender a evolução de Amílcar Cabral, inserida num tempo e num espaço atravessados por vários momentos e acontecimentos políticos tão relevantes, como por exemplo: a II Guerra Mundial, a Conferência de Bandung (1955), a independência de vários países africanos, desde 1957, e a criação da OUA, em 1963.

Assim, a presente dissertação encontra-se organizada em duas grandes partes: cinco capítulos na primeira parte e cinco na segunda.

No primeiro capítulo da parte inicial, procuraremos abordar aspectos relacionados com a origem de Amílcar Cabral e infância passada na Guiné, até à sua fixação em Cabo Verde em 1932, bem como o seu processo de socialização escolar e familiar. O objectivo seria o de determinar se os seus progenitores tiveram alguma influência na sua formação política ou se foi, ao invés, o contexto histórico, social e político a contribuir para essa formação.

¹² Sobre o assassinato de Amílcar Cabral (assunto que abordaremos no último capítulo desta tese) e cujos autores materiais foram identificados, alguma literatura (pouca) que trata do assunto não nos esclarece quem foram os mandantes, nem as motivações que conduziram ao trágico desfecho. São frequentemente apontados como suspeitos: Sekou Touré (antigo presidente da Guiné-Conakry), a PIDE-DGS (antiga polícia política do regime salazarista, e elementos afectos à guerrilha do PAIGC. Para este assunto, *vide*, entre outros: Oleg Ignatiev, *Três tiros da PIDE – Quem, porquê e como mataram Amílcar Cabral*, Lisboa, Prelo, 1975; José Pedro Castanheira, *Quem mandou matar Amílcar Cabral?*, Lisboa, Relógio d'Água, 1995.

Por outro lado, tentaremos estudar ainda na primeira parte (capítulo 2), com base nas fontes e bibliografia existentes, o seu envolvimento em Portugal, na “luta antifascista”, integrado nos movimentos de esquerda portuguesa. Ainda neste capítulo, analisaremos as diversas influências recebidas e que acabaram por marcar a sua viragem no sentido da autoconsciencialização e da libertação do Homem africano, que se formalizaria com a criação do CEA e início do processo de “reafricanização dos espíritos”, continuado depois, na Guiné, com a contestação à presença colonial.

No terceiro capítulo, procuraremos, sobretudo, narrar a forma como gradualmente foi passando (com os seus companheiros africanos) de uma reivindicação cultural para a criação de movimentos políticos unitários que, mais tarde, deram origem aos partidos nacionais.

No que se refere ao quarto capítulo, centraremos igualmente a nossa atenção na procura de uma ligação entre o contexto das unidades africanas e o projecto de união entre a Guiné e Cabo Verde de Amílcar Cabral. Por último, abordaremos, no quinto capítulo desta primeira parte, a forma atribulada como Cabral conquistou a liderança do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde e as várias diligências por ele feitas tendo em vista a união de todos estes movimentos existentes na diáspora (Guiné-Conakry e Senegal).

Na segunda parte, também com os seus cinco capítulos, analisaremos a sua actuação em prol da construção do Estado. Neste sentido, iniciaremos o primeiro capítulo com uma análise teórica do seu discurso sobre o imperialismo, principal inimigo dos movimentos de libertação nacional. Ainda neste capítulo, passaremos em revista o papel da cultura como elemento de resistência contra o colonialismo clássico.

No segundo capítulo, acompanharemos toda a transição de Amílcar Cabral para a fase revolucionária, bem como as circunstâncias em que se deu o início das acções militares propriamente ditas.

No terceiro capítulo, dedicaremos particular atenção às políticas e estratégias levadas a cabo por Amílcar Cabral nas regiões libertadas, com vista a criar condições para a fixação das populações, numa altura em que a luta pela “conquista” dessa população parecia orientar a acção dos dois contendores: o PAIGC e os poderes coloniais. Aqui, não descuraremos os problemas de ordem interna que Amílcar Cabral teve de enfrentar, procurando encontrar-lhes as causas e as consequências.

No penúltimo capítulo (quarto) analisaremos três situações. A primeira, de ordem teórica, ou seja, o projecto de construção de um Estado Socialista na Guiné; a segunda que tem que ver com a necessidade de prevenir o neocolonialismo na fase da

independência; e a terceira, mais prática e ligada à concretização da primeira situação, que acaba por ser o resultado da situação vivida no terreno: o “empate” militar que se verificava e que levou Amílcar Cabral a fazer uma inteligente leitura da situação, traçando uma nova estratégia para sair do “impasse”.

Finalmente, como não podia deixar de ser, no último capítulo (quinto) analisaremos as circunstâncias em que ocorreu o assassinato do Amílcar Cabral, justamente quando preparava a proclamação do Estado da Guiné. É um capítulo que, longe de trazer soluções novas, avança perguntas.

Metodologicamente, digamos que a perspectiva de abordagem tem, obviamente, o sentido de análise histórica, aberta, no entanto, ao contributo de várias ciências. Não nos prendemos a nenhuma escola do saber, seja ela científica ou ideológica. A ideia de estudar Amílcar Cabral tem como finalidade pôr em evidência a sua singularidade em relação aos seguintes universos de referência: 1) os restantes elementos que compõem o PAIGC e outros movimentos de libertação guineenses e cabo-verdianos; 2) o quadro dos movimentos de libertação das colónias portuguesas de África; 3) o contexto geral da “luta dos povos oprimidos”.

Para atingir estes objectivos, relevaremos o âmbito histórico, espacial e temporal em que as práticas sociais ocorrem, porque é nas suas dimensões objectivas e subjectivas que os actores sociais se movem, permitindo-nos, através de uma análise sincrónica e diacrónica, determinar as rupturas e continuidade do processo histórico.

Com que Fontes e Bibliografia?

Normalmente, elas são indicadas pelas questões (gerais, específicas e transversais) inicialmente colocadas, que se afiguram como unidades de análise privilegiadas e em relação às quais é necessário definir, tanto quanto possível, os critérios para a sua interpretação.

Assim, de acordo com os objectivos enunciados, tentaremos, na medida das nossas possibilidades, diversificar o leque de fontes, entendendo-as na sua acepção mais ampla – escritas, orais e registadas¹³ –, tendo sempre em consideração o âmbito cronológico, ora para explicar, ora para fundamentar as nossas interpretações sobre os assuntos tratados. É bom salientar ainda que a utilização dessas fontes e a sua importância foram variando ao longo das duas partes em que se divide o presente trabalho. Assim, na primeira parte (capítulo I), tratando-se de uma tentativa para fazer a reconstituição da

¹³ José Maria Amado Mendes define documentos registados como “um conjunto de fontes mais recente que pode considerar-se filho da *revolução industrial*”. Neste tipo de fontes incluem-se, entre outras: a fotografia, a cinematografia e as “máquinas falantes” (gravações sonoras), in *História como ciência. Fontes, Metodologia e Teorização*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987.

infância e do seu processo de socialização, servimo-nos das fontes directas e indirectas, muito embora, no primeiro caso, tenhamos tido acesso apenas a um registo de baptismo e de uma série de documentos relacionados com o seu processo de socialização escolar. Destacam-se diversos relatórios anuais do Liceu Afonso D. Henrique, mais tarde (a partir de 1938) Gil Eanes, classificações e diverso material da vida administrativa daquela instituição de ensino. Como complemento, socorremo-nos, em situações pontuais, de alguns depoimentos orais de familiares directos e antigos colegas do liceu. As fontes indirectas relacionadas com este capítulo têm que ver com o exercício profissional do pai, Juvenal Cabral, na Guiné, desde 1911 até 1932.

No que respeita ao capítulo 2 da primeira parte, tratando-se de assuntos relacionados com a passagem de Amílcar Cabral por Lisboa, onde frequentou, entre Novembro de 1945 a Janeiro de 1952, o curso de Agronomia no Instituto Superior de Agronomia (ISA), servimo-nos dos Arquivos da Torre do Tombo, nomeadamente os da PIDE-DGS, e do acervo da Casa dos Estudantes do Império (CEI). Não descurámos, contudo, o apoio de alguns estudos biográficos e de síntese sobre Amílcar Cabral, diversa bibliografia sobre a “luta antifascista” em Portugal nos anos 40, revistas, documentos oficiais e um depoimento informal de um antigo companheiro do ISA.

Nos capítulos 3, 4 e 5 da primeira parte, o tipo de documentação usada foi mais variada, dependendo, em princípio, dos assuntos abordados. Destacamos um conjunto de documentos compilados no livro intitulado *Documentos para a História do MPLA*, da autoria de Lúcio Lara, e os processos dos arquivos da PIDE, documentos internos do PAIGC (escritos e registados) e entrevistas orais a vários ex-dirigentes do partido fundado por Amílcar Cabral.

Na segunda parte, privilegiou-se também, e muito, as fontes com especial destaque para os discursos de Amílcar, as resoluções das Nações Unidas, documentos relacionados com os outros movimentos de libertação sejam eles da Guiné e/ou de Cabo Verde. Sempre que possível e necessário, estes foram cotejados e articulados com as entrevistas orais de testemunhas e personalidades que de algum modo estiveram ligados a Amílcar Cabral e ao PAIGC em diferentes momentos.

Chamamos ainda a atenção para a importância da História Oral. No presente trabalho, o critério de selecção dos entrevistados e a recolha de informações por intermédio de entrevistas semi-estruturadas obedeceu, apenas, aos seguintes critérios: vivência directa dos acontecimentos e o tipo de informações que esperávamos obter, sendo importante referir que não foi fácil “arrancar” informação inédita dos entrevistados. Procuramos também, na medida do possível, cotejar estas informações e/ou cruzá-

las com as fontes escritas e/ou registadas. É que, por vezes, a memória engana. E mais do que isso, tende, como não podia deixar de ser, para a selectividade. No caso concreto de testemunhos orais, o distanciamento cronológico em relação aos acontecimentos e a proximidade da relação de parentesco pode conduzir, respectivamente, a lapsos e “traições” de memória ou à deturpação natural e “manipulação” das informações.

Sempre que se justificou, a fim de corroborar as nossas afirmações, também nos socorremos de outro tipo de fontes registadas (fundamentalmente de alguns discurso radiodifundidos), cuja utilidade é, indiscutivelmente, muito importante para o que pretendemos. Considerando a grande variedade destas e de outras fontes, foi essencial proceder à sua inventariação e selecção criteriosa de acordo com os objectivos perseguidos.

Relativamente às citações de entrevistas e depoimentos, uma nota para esclarecer que tentamos fazer ligeiras correcções de algumas delas, de modo a torná-las mais inteligíveis. O mesmo já não se verificou em relação às citações de passagens de textos de fontes escritas. Neste caso, procuramos manter a ortografia original. Nas palavras que, por vezes, acrescentamos nas citações de textos, utilizamos o *parêntesis recto*.

Nunca é demais lembrar, a propósito das entrevistas, que elas podem ter a mesma importância que qualquer outro tipo de fontes e, como tal, devem ser sujeitas ao método de crítica histórica, a fim de determinar o valor, a confiança e a fiabilidade dos seus testemunhos. Só assim podem tornar-se na “matéria-prima” necessária aos estudiosos de História e à produção do saber histórico.

P a r t e I

**Da Formação do homem à Conquista da Liderança do
Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde**

Cap. 1 – Antecedentes: Agentes, Espaços e Aspectos de Socialização

1. Uma infância entre a Guiné e Cabo Verde (1924-1932)

1.1. Nascimento de Amílcar Cabral e antecedentes familiares

À uma hora¹⁴ do dia 12 de Setembro de 1924 (isto é, numa sexta-feira) vinha ao mundo, em Bafatá (“Guiné Portuguesa”)¹⁵, na freguesia de Nossa Senhora da Graça¹⁶,

¹⁴ Certidão de Baptismo de Amílcar Cabral (Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Graça - Praia, “Livro de Registos de Baptismo”, n.º 330, Freguesia de Nossa Senhora da Graça, 1929), fl. 165v. (Vide Apêndice Documental, doc. n.º 1). A coincidência da hora de nascimento do Amílcar e das irmãs Armanda (n.º de ordem 33 A, fl. 167) e Arminda (n.º de ordem 332, fl. 167v.), baptizadas também no mesmo dia, faz-nos pensar que aquela hora teria sido escolhida ao acaso pelos progenitores para cumprir com as formalidades administrativas.

¹⁵ Ao tempo, Bafatá era sede da 9.ª Circunscrição Civil da Guiné. Com a reforma administrativa de 1927, passou a ser uma das sete circunscrições civis em que a Província foi dividida. As restantes seis eram Canchungo, Farim, Mansôa, Buba, Bubaque e Bissau. O seu território era delimitado «por uma linha que, partindo do rio Geba em Sambel-Chiór, se dirige para o Norte, separando a região balanta de Sambel-Nhantá, passa a Leste dos territórios de Manhau, Banjarra, Jundu, Caresse e Corlá até ao marco 95. Dêste marco segue a linha de fronteira da colónia até ao marco 24, dêste ao rio Corubal, seguindo o rio Tchumugué, curso do rio Geba até Sambel-Chior» (*Boletim Oficial da Guiné*, n.º 7, de 12 de Fevereiro de 1927, p. 79). É bom recordar também que, ao longo dos anos, o lugar de nascimento de Amílcar Cabral e o ano foram muitas vezes erradamente indicados por vários autores. Por exemplo, num artigo cheio de imprecisões, afirmava-se que Amílcar Cabral havia nascido em Cabo Verde, em 1921, e que havia frequentado, inclusivamente, a escola Gil Eanes em Bafatá (“Amílcar Cabral – falls to terrorism”, *Africa Institute Bulletin of South Africa*, XI, 2, Pretória, 1973, p. 75). Por outro lado, Jock McCulloch afirmou que Amílcar Cabral nasceu na Guiné em 1925 (*In The Twilight of Revolution. The Political Theory of Amílcar Cabral*, London, First published by Routledge & Kegan Paul plc, 1983 p. 2). Num outro comunicado oficial extraordinário difundido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros liberiano na sequência do assassinato de Amílcar Cabral, dizia-se que “Cabral nasceu nas Ilhas de Cabo Verde” (*The Liberian Official Gazette*, vol. L, n.º 1, published by Authority, January 30, 1973.). Igualmente, numa “Note” elaborada provavelmente pelos Serviços Secretos marroquinos e enviada à PIDE, e que consta do processo aberto por esta polícia em nome de Maria Helena D’Athaide, afirmava-se que Amílcar Cabral “guineense, nasceu a 12 de Setembro de 1925 em Bafatá (Guiné dita portuguesa)”, in IAN/TT-PIDE/DGS, processo 4415, “Maria Helena D’Athaide Vilhena Rodrigues”, CI (2) NT 7355, SC, fl. 44. Num outro documento do mesmo processo, Amílcar Cabral era apontado como cidadão português “nascido a 12/9/934 em Bofaty [sic] (Guiné)”, in IAN/TT-PIDE/DGS, processo 4415, “Maria Helena D’Athaide Vilhena Rodrigues”, CI (2) NT 7355, SC, fl. 67. Robert Blackey, por outro lado, dá Cabral como tendo nascido em 1925 (“Fanon and Cabral: a contrast in theories of revolution for Africa”, *The Journal of Modern African Studies*, vol. 12, n.º 2, London, Cambridge University Press, 1974, p. 191). Mais recentemente, num pequeno artigo publicado no *Diário de Notícias*, Serafim Lobato aponta o ano de 1924 e Bissau, como sendo o lugar de nascimento de Amílcar Cabral (“Líder carismático do nacionalismo”, in *Diário de Notícias*, 20 de Janeiro de 2003).

¹⁶ Gostaríamos também de chamar a atenção para o facto de haver uma curiosa coincidência entre o nome da freguesia de nascimento (Nossa Senhora da Graça) e a de baptismo de Amílcar Cabral, como se verá mais adiante.

Amílcar Lopes Cabral que, meio século mais tarde, viria a ser considerado, postumamente¹⁷, o fundador da nacionalidade guineense e cabo-verdiana.

Os progenitores eram Juvenal António Lopes da Costa [Cabral] e Iva Pinhel Évora¹⁸, ambos naturais da Ilha de Santiago. Por altura do nascimento de Amílcar Cabral, Iva residia em Bafatá e Juvenal no Geba¹⁹.

Juvenal nasceu, a 2 de Janeiro de 1889, na freguesia de São Nicolau Tolentino (Ilha de Santiago)²⁰. Era filho de António Lopes da Costa²¹, antigo aluno no Seminário-Liceu de S. Nicolau, onde chegou a receber Ordens Menores, e de Rufina Lopes Cabral, descendente de uma família de lavradores da Ribeira do Engenho (Ilha de Santiago)²².

Juvenal contava 10 meses de vida²³, quando o seu pai morreu, alegadamente assassinado²⁴, no desfiladeiro de Outelo Branco, em 1889. Com a morte de António Lopes da Costa, a tutoria de Juvenal ficou a cargo do avô paterno, Pedro Lopes da Costa²⁵, de uma irmã deste, Paula Lopes da Costa, e mais tarde da sua madrinha, Simoa dos Reis Borges, de quem o falecido pai de Juvenal havia sido, de acordo com Osvaldo Lopes da Silva, “confessor”²⁶.

Com a morte, em 1894, de Manuel dos Reis Borges – em tempos um dos mais importantes proprietários da Ilha de Santiago²⁷ – irmão de Simoa dos Reis Borges, esta herdou, conjuntamente com outra irmã, Maria Nozolini dos Reis Borges, todos os bens do falecido. Quatro anos mais tarde (1898), Simoa dos Reis Borges, entretanto casada

¹⁷ Amílcar Cabral foi assassinado a 20 de Janeiro de 1973, em Conakry, em circunstâncias ainda por esclarecer.

¹⁸ Vide, respectivamente, as Figuras 1 e 2 no Anexo II – Galeria de Imagens.

¹⁹ Recorde-se que Gérard Chaliand defende que Juvenal vivia em Bafatá (“Amílcar Cabral”, *International Journal of Politics*, vol. 7, nº 4, New York, winter 1977-78, p. 4).

²⁰ AHN Praia (Cabo Verde), “Certidão de Baptismo de Artemiza Andrade da Costa Cabral”, in RPSAC (A2) – “Processo referente a repatriação da colónia de Cabo Verde para Lisboa e Guiné de Manuel Rosado Martins e família e de Artemiza Andrade da Costa Cabral, respectivamente, Julho de 1950 – Janeiro de 1951”, Caixa 424; AHN – Praia (Cabo Verde) – RPSAC (A2) – “Bilhete de Identidade do sr. Juvenal António Lopes da Costa Cabral”, Maio – 1937, Caixa n.º 408; Juvenal Cabral, *Memórias e Reflexões*, Praia, Edição de Autor, 1947, p. 11. Nesta obra quase autobiográfica, Juvenal apenas indica a data do seu nascimento e não o lugar onde tal aconteceu. José Vicente Lopes afirma que Juvenal era natural de Santa Catarina (*ob. cit.*, p. 44).

²¹ No “Livro de Registo de Casamento da Paróquia de Santa Catarina”, mais concretamente, na Certidão de Casamento de Juvenal Cabral, apenas aparece o nome da mãe, Rufina Lopes Cabral “Livro de Registo de Casamento da Paróquia de Santa Catarina, Ilha de Santiago, Diocese de Cabo Verde”, n.º 14, 1930.

²² Juvenal Cabral, *ob. cit.*, p. 10.

²³ Com estes dados apontamos o mês de Maio de 1888 como sendo aquele em que tais sucessos tiveram lugar.

²⁴ O próprio Juvenal chegou a afirmar, relativamente ao assassinato do seu pai, que teria sido “possivelmente provocado por criminosos, a dar-se crédito a um insistente e persistente boato” (*Memórias e Reflexões*, p. 11). A tese do assassinato também nos foi relatada por uma das filhas de Juvenal, Armanda Lopes Cabral, em entrevista que com ela tivemos na Cidade de Bissau, em Outubro de 2002.

²⁵ Juvenal Cabral escrevia em *Memórias e Reflexões* que seu avô era “lavrador e comerciante, — um dos poucos caboverdeanos que, naquela época distante, cuidavam a sério da educação dos filhos”, p. 11.

²⁶ Entrevista a Osvaldo Lopes da Silva, Praia, Março de 2003.

²⁷ Juvenal Cabral, *ob. cit.*, p. 14.

em segundas núpcias com o escrivão de Direito, António Gomes Correia, arrendou as propriedades herdadas a outro irmão, David dos Reis Borges e, em companhia do marido, partiu para Portugal, tendo fixado residência em S. Tiago de Cassurães (Beira Alta). Juvenal, com oito anos de idade, acompanhou-os.

Foi nesta povoação, descrita pelo próprio Juvenal como uma “pequena, mas formosa, aldeia da Beira Alta, distando uns seis quilómetros da Vila de Mangualde e dezasseite da Cidade de Viseu, capital do distrito”²⁸, que, em 1900, frequentando o ensino primário, o futuro progenitor de Amílcar Cabral recebeu a triste notícia do falecimento do avô paterno, Pedro Lopes da Costa.

O facto de ter ficado órfão de pai, desde muito novo, fez com que a sua educação tivesse despertado grande interesse no seio da família. Para isso empenharam-se, entre outros, a madrinha Simoa dos Reis Borges e o avô, Pedro Lopes da Costa, que lhe outorgou uma herança de 600 mil réis, destinada a financiar, em conformidade com um testamento “cerrado”, “a sua educação”. Para esta tarefa ficou incumbido João Lopes da Costa²⁹, tio e padrinho de Juvenal.

Com todos estes apoios, Juvenal pôde frequentar os estudos primários em Santiago de Cassurães e, mais tarde, no Seminário de Viseu, onde a família esperava que seguisse as pisadas do pai e fosse ordenado sacerdote.

No entanto, não concluiu os estudos conforme se esperava. Confrontado, no seu dizer, com a “dificuldade de, normalmente, fazer a remessa de fundos destinados ao custeio” das suas despesas, e perante os apuros da própria madrinha, foi obrigado a regressar a Cabo Verde, em finais de 1905.

Depois de viver um ano em Santiago, sob a responsabilidade de Maria Nozolini dos Reis Borges, Juvenal partiu para a Ilha de S. Nicolau, em 1906, com intenções de estudar no Seminário-Liceu³⁰. Ao que tudo indica, chegou mesmo a inscrever-se nas disciplinas de Português (2.º Ano), Latim (2.º Ano) e Francês (1.º Ano), sem contudo se apresentar aos respectivos exames.

Em Julho do ano seguinte (1907), com 18 anos de idade, desistiu do curso e regressou a Santiago, mais concretamente para a freguesia de Godim.

Em 1911 mudou-se para a Cidade da Praia, onde se alistou como membro do Corpo de Voluntários Republicanos daquela cidade. Pouco depois (em Abril daquele

²⁸ *Idem, ibidem.*, p. 12.

²⁹ *Idem, ibidem.*, p. 12.

³⁰ Juvenal Cabral, *ob. cit.*, p. 42.

ano), desafiando todos os conselhos da família, emigrou para a Guiné³¹ à procura do seu primeiro emprego³².

Acerca da progenitora de Amílcar Cabral, Iva Pinhel Évora³³, tudo quanto se sabe é que nasceu na Cidade da Praia, a 31 de Dezembro de 1893, e não na Ilha da Boavista, como defende José Vicente Lopes³⁴, tendo sido baptizada na Igreja de Nossa Senhora da Graça, da mesma cidade, em 1894³⁵.

O pai, António Pinhel Évora³⁶, era lavrador, natural da freguesia de S. Tiago (Ilha de Santiago). A mãe, Maximiana Monteiro da Rocha, mais conhecida por Nha Ducha³⁷, era filha de Francisco Monteiro e de Marcella Monteiro Rocha, ambos agricultores, naturais da freguesia de S. Tiago, na Cidade da Praia. À semelhança dos restantes irmãos, Iva Pinhel Évora apenas pôde completar a instrução primária³⁸.

³¹ Juvenal Cabral, *ob. cit.*, p. 113; *Portarias do Governo da Guiné*, n.º 312, Bolama, 17 de Outubro de 1914; e ainda *Portarias do Governo da Guiné*, n.º 194, Bolama, 1 de Outubro de 1912.

³² Ao contrário do que afirmou José Vicente Lopes (*ob. cit.*, p. 44), Juvenal Cabral não emigrou para a Guiné como professor primário. O ofício de professor apenas aparece muito mais tarde, em 1913.

³³ Alguns autores têm abordado a questão da origem étnica da mãe do Amílcar Cabral. Por exemplo, o inglês John Biggs-Davidson, então membro do Parlamento pelo Partido Conservador pró-Salazar, que chegou a efectuar quatro visitas à Guiné (1962, 1966, 1968 e 1969), afirma, que a mãe de Amílcar era mandinga de Bafatá (“The current situation in Portuguese Guinea”, *African Affairs*, vol. 70, n.º 281, London, Journal of the Royal African Society, October 1971, p. 387). Por outro lado, Manuel Themudo Barata defendeu que Amílcar Cabral nasceu na Guiné, de pai caboverdiano e mãe manjaca (Manuel Themudo Barata, “Le Portugal et les conflits de la décolonisation: 1961-1974”, *Guerres mondiales et conflits contemporaines*, vol. 45, n.º178, Paris, 1995, nota de rodapé n.º 16 à página 75). Na mesma linha, Francis Dessart assegurou que Cabral era de origem guineense e cabo-verdiana, nascido na Guiné, de pai mestiço e mãe africana (“Amílcar Cabral martyr de la liberté”, *Remarques Africaines*, Bruxelles, 1 au 15 février 1973, p. 19). Numa outra Informação do Comando da Polícia de Segurança Pública da Província Ultramarina da Guiné dirigido à PIDE, com data de 27 de Maio de 1955, afirmava-se, erradamente, que a mãe do Amílcar era a Adelina Correia Almeida Cabral (IAN/TT – PIDE/DGS, processo 4415, “Maria Helena D’Athaide Vilhena Rodrigues”, SC, NT 7355, fl. 34). Recentemente, uma das irmãs de Amílcar, Arminda Lopes Cabral, com alguma tristeza estampada no rosto, assinalava que havia algumas pessoas de Bafatá que diziam que o Amílcar não era filho da sua mãe Iva, mas que tudo não passava de falsidades.

³⁴ José Vicente Lopes, *Cabo Verde. Os bastidores da independência*, 2ª edição, Cidade da Praia, Spleen Edições, 2002, p. 45. Informações constantes na certidão de baptismo de Iva Pinhel Évora a que tivemos acesso, também nos permitem contrariar a versão de José Vicente Lopes de acordo com o qual Iva Pinhel Évora era natural da Boavista.

³⁵ Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Graça, “Livro de Baptismos freguesia de Nossa Senhora da Graça” (Santiago-Praia), 1894, fls. 117. Foram padrinhos João Pera Melo e Amália Aguiar.

³⁶ António Pinhel Évora era filho de Serafim António Évora, ourives natural da Boavista e de Maria do Livramento Pinhel Évora, proprietária, natural da freguesia da Nossa Senhora da Graça.

³⁷ António Ramos Évora (filho de um dos irmãos de Iva Pinhel Évora, Avelino Pinhel Évora, ourives residente na Cidade da Praia), informou-nos de que sua avó (Nha Ducha) estava paralisada da cintura para baixo nos anos vinte e que teria morrido nos anos 40 (António Ramos Évora, entrevista concedida na Cidade da Praia em Março de 2003).

³⁸ Entrevista a António Ramos Évora, Cidade da Praia, Março de 2003. Esta outra informação do sobrinho de Iva Pinhel Évora e primo direito de Amílcar Cabral, vem contrariar Patrick Chabal que assinala que “Amílcar’s mother... did not receive any formal schooling at all” (*Amílcar Cabral. Revolutionary leadership and people’s war*, London, Cambridge University Press, 1983, p. 29).

Em 1922³⁹, acompanhada de um filho (Ivo Carvalho Silva) de nove meses e do pai deste, João Carvalho Silva⁴⁰, Iva Pinhel Évora, com 29 anos de idade, emigrou para a Guiné.

Resulta bem mais difícil reconstituir o percurso da progenitora do Amílcar Cabral na Guiné, pelo simples facto de nunca ter exercido funções a nível da Administração Pública, o que a ter acontecido, nos permitiria recorrer à documentação oficial existente. Por outro lado, Iva Pinhel Évora nunca escreveu nenhuma memória autobiográfica, salvo uma entrevista concedida ao jornal *Nô Pintcha*, pouco antes da sua morte, em 1977.

Ao invés, acerca de Juvenal António Lopes da Costa Cabral, encontramos abundante informação que nos permite traçar o seu percurso sócio-profissional desde que chegou a Guiné, em Abril de 1911⁴¹, até ao seu regresso definitivo a Cabo Verde, em Novembro de 1932. Isto deve-se às informações constantes no seu livro já citado, *Memórias e Reflexões*, e, ao longo (quase vinte anos) do exercício profissional na Guiné como funcionário público, sobre o qual existem, entre outras, numerosas referências em documentos oficiais (portarias do Governo, boletins oficiais, actas municipais, notas e correspondência com as administrações dos Concelhos de Bafatá e de Bissau).

Apesar da rapidez com que Juvenal foi colocado como amanuense na Câmara Municipal de Bolama, por intervenção de António Coelho de Mendonça, cabo-verdiano, que fora amigo íntimo de António Lopes da Costa⁴², uma certa instabilidade profissional caracterizou a sua vida antes de enveredar pelo ensino. O próprio Juvenal, ironicamente, se referiu a este período nas suas *Memórias e Reflexões* do seguinte modo: “Naqueles tempos distantes, que recorro com saudade, a palavra provisório andava sempre comigo. Era mesmo um carrapato que me causava arrelia!”⁴³.

Após uma experiência de quarenta e cinco dias como amanuense, não lhe foi difícil conseguir, logo no mês de Junho, a nomeação por despacho, para o lugar de 2.º aspirante provisório da Repartição Superior da Fazenda, cargo que ocupou até a sua exoneração, a 12 de Janeiro de 1912⁴⁴. No dia seguinte (13 de Janeiro), foi nomeado novamente, ainda que por pouco tempo, como amanuense auxiliar da Secretaria-Geral do

³⁹ “Morreu a mãe de Amílcar Cabral”, *Nô Pintcha*, n.º 356, 13 de Agosto de 1977. Isto também nos permite contrariar Gerard Moser que, ao referir-se a Juvenal Cabral, afirma que “com a mulher, Iva Évora Pinhel, mudou-se para o que era então a Guiné Portuguesa, ao serviço do Governo” (“Amílcar Cabral, poeta”, *Raízes* [Cabo Verde], n.º 17/20, Ano 5, Janeiro-Dezembro de 1981, p. 6.).

⁴⁰ João Carvalho Silva teria sido funcionário das Finanças na Guiné.

⁴¹ Juvenal Cabral, *ob. cit.*, p. 113; e *Portarias do Governo da Guiné*, n.º 312, Bolama, 17 de Outubro de 1914; e também *Portarias do Governo da Guiné*, n.º 194, Bolama, 1 de Outubro de 1912.

⁴² Juvenal Cabral, *ob. cit.*, p. 116.

⁴³ Juvenal Cabral, *ob. cit.*, p. 118.

⁴⁴ *Portarias do Governo da Guiné*, n.º 312, Bolama, 17 de Outubro de 1914; e também *Portarias do Governo da Guiné*, n.º 194, Bolama, 1 de Outubro de 1912.

Governo da Guiné por portaria n.º 11, tendo sido exonerado, a 1 de Outubro, por se achar completo o quadro do pessoal⁴⁵. Uma semana mais tarde (9 de Outubro), por proposta do Inspector de Fazenda da Província e encarregado de Governo, foi contratado, a título provisório, para ocupar um dos dois lugares deixados vagos na Repartição Superior da Fazenda, como segundo escriturário. Manteve-se no lugar até Janeiro do ano seguinte (1913) altura em que, por solicitação do seu amigo, César Sá Nogueira ao então Director da Alfândega, César Correia Pinto, fora colocado como 2.º aspirante provisório do quadro aduaneiro⁴⁶.

A exoneração de Juvenal deste lugar, a 22 de Outubro⁴⁷, marcou a sua entrada no ensino como professor primário. Tal deveu-se à criação, na Guiné, de duas escolas primárias para o sexo masculino: uma em Buba e outra em Cacine. Nesta última localidade leccionou, entre 17 de Novembro de 1913⁴⁸ e 17 de Outubro de 1914, tendo sido transferido, por conveniência de serviço, para Buba, por troca com outro colega, Francisco Miguel Sampaio⁴⁹, e, posteriormente, para Bambadinca, ao que parece, por ordem do Governador Andrade Sequeira. Por detrás dessa decisão teria estado, certamente, um artigo da autoria de Juvenal, publicado no jornal *Voz de Cabo Verde*, “de homenagem ao herói” Teixeira Pinto, que causou em Bolama, “uma verdadeira tempestade de censuras, ameaças e até insultos” provenientes de elementos afectos à Liga Guineense a que, anos mais tarde, Juvenal denominaria, nas suas *Memórias e Reflexões*, a «falange»⁵⁰. É preciso não esquecer que Bolama era o principal bastião da Liga Guineense, fundada em Dezembro de 1910 e dissolvida em 1915, sob a acusação de ter apoiado a rebelião dos papéis de Bissau contra as autoridades portuguesas da colónia.

Em Novembro de 1917, Juvenal encontrava-se em Bafatá, onde leccionava na Escola Elementar do Sexo Masculino⁵¹. Foi enquanto professor desta escola que, no ano seguinte (1918), se assinalou a sua presença em Cabo Verde, “vindo da Guiné no gôso de licença graciosa”⁵². Estamos quase seguros de que teria permanecido em Bafatá, pelo menos até 1921, altura em que solicitou, junto da Secretaria do Governo, a sua transfe-

⁴⁵ *Idem, ibidem.*

⁴⁶ *Portarias do Governo da Guiné*, n.º 51, Bolama, 13 de Fevereiro de 1914.

⁴⁷ *Portaria do Governo da Guiné*, n.º 312, Bolama, 22 de Outubro de 1913.

⁴⁸ *Portaria do Governo da Guiné*, n.º 348, de 17 de Novembro de 1913; ainda, Juvenal Cabral, *ob. cit.*, pp. 121-123.

⁴⁹ *Portarias do Governo da Guiné*, n.º 385, Bolama, 13 de Outubro de 1914.

⁵⁰ Juvenal Cabral, *ob. cit.*, pp. 127-128.

⁵¹ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola Elementar (Sexo Masculino de Bafatá) 1917-1918”, E1/E.109.2130.

⁵² O então professor de Bambadinca, Juvenal Cabral, estaria no seu território natal, desde Setembro de 1918, em gozo de 1 ano e 22 dias de licença graciosa a que tinha direito (*Boletim Oficial da Guiné*, II série, n.º 32, de 10 de Agosto de 1918, p. 195).

rência para a Escola do Sexo Masculino de Geba⁵³. Desconhecemos, para já, as razões que estiverão na origem deste novo pedido de transferência. Apesar de, nas suas memórias, Juvenal pouco ou nada referir em relação a este assunto, é nossa convicção, porém, de que o pedido, imediatamente deferido, teria sido motivado pela abertura da nova escola de Geba e da oportunidade de poder estar agora bem mais próximo da mulher com quem ao tempo vivia, Ernestina Soares de Andrade⁵⁴, e da sua prole. Tanto mais que lhe acabava de nascer mais um filho, Numa Pompílio Lopes Cabral⁵⁵.

Efectivamente, de Novembro de 1921 a Março de 1923, Juvenal leccionou na Escola do Sexo Masculino de Geba, facto que não o impediu, pelos vistos, de se ausentar inúmeras vezes para Bafatá, na qualidade de subdelegado do Procurador da República e Procurador Judicial autorizado pelo Governador, e também por motivo do seu envolvimento em actividades de política municipal⁵⁶.

Por exemplo, entre 23 de Março e 7 de Abril de 1923, integrou, durante pelo menos duas semanas, a mesa da Comissão Municipal de Bafatá, na qualidade de secretário *ad hoc*, por impedimento do efectivo, Eduardo de Melo, tendo assistido a várias sessões⁵⁷ e lavrando, inclusivamente, as respectivas Actas.

A partir de 7 de Abril, não registamos a presença de Juvenal em nenhuma outra sessão da referida Comissão Municipal. Julgamos que este facto esteve relacionado com um pedido feito pelo próprio, em carta dirigida ao administrador Vasco de Sousa Calvet de Magalhães, com data de 23 de Março, no qual solicitava dispensa dos serviços que aí prestava, “visto a convicção de auxiliar um homem” que era, ainda de acordo com as suas palavras, “um verdadeiro exemplo de trabalho e de reformas”⁵⁸, prometendo, a partir daquela data, devotar-se inteiramente ao ensino. Este pedido deu entrada na Administração no dia seguinte (24 de Março), certamente entregue em mãos pelo próprio Juve-

⁵³ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Instrução Elementar – 1921”, E1/E.109.2129. Nota n.º 325 do Administrador Interino de Bafatá dirigida à Secretaria do Governo em Bolama, datada de 8 de Novembro de 1921.

⁵⁴ Trata-se de uma das três mulheres que a Direcção Geral de Segurança (DGS) da Cidade da Praia afirmava, num Relatório Notícias, ter tido Juvenal Cabral. As restantes duas eram Iva Pinhel Évora, mãe do Amílcar, e Adelina Almeida. Sobre este assunto, José Pedro Castanheira, *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* Lisboa, Relógio de Água Editores Lda, 1995, nota de rodapé n.º 4, p. 26.

⁵⁵ Este Numa Pompílio, em 1940, chegou a ser praticante da Escola de artes gráficas na Imprensa Nacional de Cabo Verde (*Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 10, 9 de Março de 1940, p. 98).

⁵⁶ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/1923, E1/E. 109, 2133. Nota extra de Juvenal Cabral dirigida à Administração da 9ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Bafatá, 7 de Novembro de 1923.

⁵⁷ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “O Livro de Actas da Comissão Municipal e Junta Local de Bafatá 1923-1955”. Dado curioso e para o qual não encontramos explicação é que apenas assinou as Actas das primeiras sessões do mês de Abril e nenhuma do mês de Março.

⁵⁸ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/1923. E1/E. 109, 2133. Carta de Juvenal Cabral ao Ex.^{mo} senhor administrador, datado de Bafatá, 23 de Março de 1923.

nal, quando se apresentou para a habitual reunião da Comissão Municipal. Foi na mesma carta que, tendo tomado conhecimento da iminente substituição de um seu colega na Escola do Sexo Masculino de Bafatá, e, em virtude de a escola Geba, ao qual estava vinculado, não possuir material didático, através do qual os alunos que tencionava apresentar a exame pudessem “receber conhecimentos relativamente amplos”, avançou com um pedido de nomeação provisória para aquela escola⁵⁹. E porque a mudança era, nas suas palavras, “sempre prejudicial, principalmente àqueles” que, como ele tinham “numerosa prole”, optou por sacrificar a família que ficou em Geba até à sua “partida para Cabo Verde ou, no caso de não seguir, até retomar” as suas funções⁶⁰. Em Dezembro, aproveitando o período natalício, contava gozar a licença da Junta de Saúde no país natal.

Juvenal assumiu interinamente as funções de professor da Escola de Sexo Masculino de Bafatá, até 6 de Novembro de 1923, altura em que regressou de novo a Geba, sem ter podido cumprir com o seu sonho de gozar a licença da Junta de Saúde. Este regresso a Geba não foi nada pacífico. Com efeito, um dia após a sua apresentação na localidade (7 de Novembro), redigiu uma nota à Administração da 9.^a Circunscrição Civil de Bafatá, queixando-se dos obstáculos que impediam o regular funcionamento da escola. O primeiro era a ausência de casa para a escola, e o segundo, a falta de mobiliário e de material didático. Na referida nota, protestava ainda pelo facto de, desde a criação da escola de Geba, em 1921, a casa de zinco em que vivia, pertencente a Pedro Pires e irmãos, se encontrar velha e gasta. Apesar de algumas reparações mandadas fazer pela Administração, Juvenal julgava que eram ainda insuficientes para impedir que dentro dela “chovesse como na rua, caindo de vez em quando verdadeiros blocos de terra que das paredes se separavam”⁶¹. Assim, propunha a construção de uma casa nova “de harmonia com os mais rudimentares preceitos da pedagogia moderna”, porque, insistia Juvenal, a “sala onde funcionava a escola (antiga loja) não tinha a cubagem de ar respirável necessária à saúde dos alunos”⁶².

Este não era, porém, o primeiro atrito entre Juvenal e a Administração de Bafatá. Já a 8 de Setembro o professor interino da Escola do Sexo Masculino de Bafatá havia enviado uma nota ao administrador, Francisco António Mendes, na qual protestava contra o facto de, até àquela data, a escola não ter recebido ainda o salário mensal referente

⁵⁹ *Idem, ibidem.*

⁶⁰ *Idem, ibidem.*

⁶¹ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota extra de Juvenal Cabral dirigido à Administração da 9.^a Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Bafatá, 7 de Novembro de 1923.

⁶² *Idem, ibidem.*

ao mês de Agosto findo⁶³, destinado ao pagamento do seu servente. A esta nota, o administrador apressou-se a responder:

É obrigação do pessoal menor pago por esta Administração apresentar-se no primeiro de cada mês, a fim de receber o seu vencimento, não sendo portanto obrigação desta Administração enviar o mesmo ao seu pessoal⁶⁴.

E não ficou por aqui. Apesar de, a título excepcional, ter autorizado o pagamento do salário contra a apresentação na secretaria da Administração do referido servente, Francisco António Mendes não deixou de informar Juvenal do seguinte:

A não apresentação do mesmo pessoal n'esta Administração implica a perda dos vencimentos pois que se presume que o mesmo não se encontra em serviço, motivo por que se não apresentou a fim de receber o respectivo salário⁶⁵.

Naturalmente, quem não gostou do teor desta nota foi Juvenal Cabral, que, em resposta, lamentou o facto de o administrador duvidar da sua honestidade, ao julgá-lo “capaz de dar destino diverso à gratificação atribuída ao servente”, o que era “lamentável”. Aliás, devido à “insignificância da verba”, era o próprio Juvenal “quem, de facto sustentava o servente da escola fornecendo-lhe os alimentos necessários à sua subsistência”⁶⁶.

Outra razão que levou o professor primário a entrar em choque com o administrador prendia-se com as suas frequentes deslocações a Bafatá, sem se munir da necessária autorização administrativa, o que não era do agrado daquele.

Tudo indica que, apesar das pressões e das queixas da nova Administração, Juvenal continuou a deslocar-se a Bafatá com o argumento de que o anterior administrador, Alberto Gomes Pimentel, e o Governador da Guiné, Jorge Frederico Velez Caroço, o teriam autorizado a ir a Bafatá, conforme o próprio Juvenal assinalou em carta, “independentemente de licença administrativa, isto quando em Geba havia casa para escola”⁶⁷, para “procurar” nos processos judiciais⁶⁸. Porém, o recém-nomeado administrador

⁶³ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota n.º 3 de Juvenal Cabral dirigida à Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Bafatá, 8 de Setembro de 1923.

⁶⁴ *Idem, ibidem.*

⁶⁵ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota n.º 279/19, do Administrador da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, dirigido a Juvenal Lopes Cabral, datada de Bafatá, 8 de Setembro de 1923.

⁶⁶ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota n.º 3 de Juvenal Cabral, dirigida à Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Bafatá, 8 de Setembro de 1923.

⁶⁷ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Carta de Juvenal Cabral, dirigida ao Ex.^{mo} Sr. Administrador, datada de Bafa-

estava empenhado em pôr termo a todos estes privilégios e, para isso, enviou uma nota de protesto⁶⁹ a que Juvenal respondeu, acusando-o de querer reduzi-lo “a uma paralisação absoluta”⁷⁰. Ao mesmo tempo, recusou-se a cumprir uma determinação que considerava ilegal⁷¹, a menos que “partisse do seu Chefe hierárquico – o Ex.^{mo} Inspector das Escolas da Província ou do Governador”⁷². Aparentemente, a falta de casa no Geba parecia ser uma das principais razões para as ausências injustificadas de Juvenal no seu posto de trabalho. Pelo menos, é o que consta na mesma nota.

A[c]tualmente, que não existe casa nem mobília a despeito dos constantes pedidos do professor, obrigá-lo a permanecer indefinidamente nesta situação que lhe põe o cérebro em maceração contínua é prova evidente que existem intuítos reservados contra o si[g]natario cujos sentimentos de patriotismo e amor à sua profissão lhe dão jus a reagir sempre que se veja prejudicado⁷³.

Perante esta reacção determinada de Juvenal, o administrador escreveu, ao secretário do Governo e inspector da Instrução Pública, uma segunda nota acompanhada de uma cópia da primeira, que havia remetido a Juvenal, bem como da resposta deste. Nesse documento, o administrador chamava a atenção para o facto de Juvenal exercer outras actividades extra-profissionais. Assim, a título de exemplo, chamava a atenção para um anúncio que o professor fez publicar, em Novembro de 1923, no *Boletim Oficial da Guiné*, no qual se dizia:

Juvenal António Lopes da Costa Cabral, professor primário oficial, autorizado por Sua Ex.^{cia} o Governador da província, recebe procurações para representar e defender as partes em todos os processos que correm perante o Ex.^{mo} administrador da 9.^a Circunscrição Civil de [Bafatá]. Ao lado daqueles que lhe confiarem as suas causas, manterá a lealdade que caracteriza os seus actos Bafatá, Novembro de 1923⁷⁴.

Dado mais importante é o facto de uma nota da Administração da 9.^a Circunscrição, escrita na véspera de Natal de 1923, revelar, pela primeira vez, que outra mulher, residente em Bafatá, tinha entrado na vida de Juvenal Cabral, o que certamente justifica-

tá, 22 de Dezembro de 1923.

⁶⁸ *Idem, ibidem.*

⁶⁹ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota n.º 466/19 do administrador de Bafatá, dirigida ao professor da Escola Oficial do Sexo Masculino de Geba, datada de Bafatá, 22 de Dezembro de 1923.

⁷⁰ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Carta de Juvenal Cabral, dirigida ao Ex.^{mo} Sr. administrador, datada de Bafatá, 22 de Dezembro de 1923.

⁷¹ *Idem, ibidem.*

⁷² *Idem, ibidem.*

⁷³ *Idem, ibidem.*

⁷⁴ *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 48 de 1 de Dezembro de 1923, p. 574.

va as frequentes ausências deste do seu posto de trabalho no Geba. O seu autor, o administrador, escrevia que essas ausências eram motivadas pela necessidade de fiscalizar o negócio de uma “loja que em nome de uma mulher” que com ele vivia naquela cidade, para além de outro “estabelecimento semelhante em Geba, mas que se encontrava em nome da sua própria mulher”⁷⁵. Não há dúvida de que o texto parece referir a existência de duas mulheres: uma a viver em Bafatá e que, em nossa opinião, se trataria de Iva Pinhel Évora, e a outra, a “própria mulher”, que deveria ser a Ernestina Soares de Andrade, que residia em Geba, com a sua, já nessa altura, numerosa prole. Tudo aponta, portanto, que, de acordo com aquele documento, em 1923, Juvenal viveria do salário auferido como professor e dos rendimentos de duas lojas que possuía (uma em Bafatá e outra em Geba), em nome das duas mulheres. Isto vem trazer um dado novo que contraria as versões segundo as quais Iva Pinhel Évora possuía uma loja e uma pensão em Bafatá⁷⁶.

Por outro lado, é a primeira vez que encontramos, na documentação de carácter administrativo, referências relativas não só à vida privada de Juvenal, mas também (sem as nomear) a duas mulheres na vida do professor. A ser verdade, como admitimos, que uma delas se tratava de facto de Iva Pinhel Évora, seria não só a primeira referência documental segura que possuímos sobre a presença na Guiné, em 1923, e mais concretamente em Bafatá, daquela que viria a ser a mãe de Amílcar Cabral, mas também confirmaria a existência de uma relação com Juvenal Cabral. Seguindo a narrativa de Iva Pinhel Évora, Patrick Chabal assegura que a relação entre Juvenal e Iva teria começado no mesmo ano em que Iva chegou a Guiné, isto é, em 1922⁷⁷. A confirmar-se este dado, teríamos que apontar, como data provável do início da relação, os meses de Agosto ou Setembro daquele ano, uma vez que, como já se disse, o primogénito de Iva Pinhel Évora, Ivo Carvalho Silva, fruto de uma outra relação anterior, tinha nove meses quando emigraram para a Guiné. Parece seguro que Ivo Carvalho Silva teria nascido a 24 de Novembro de 1921, e não em Janeiro do ano seguinte (1922), como consta na documentação oficial. No entanto, ainda desprovidos de informações mais precisas, que possam clarificar melhor este assunto, podemos apenas assegurar, para já, que é quase certo que,

⁷⁵ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota n.º 468/19, do Administrador de Bafatá, datada de 24 de Dezembro de 1923, dirigida ao Ex.^{mo} Sr. Secretario do Governo e Inspector da Instrução Publica na Província.

⁷⁶ Entrevista informal a João de Deus Lopes da Silva, filho de Ivo Carvalho Silva, Praia (Cabo Verde), Abril de 2003; ainda, entre outros, Patrick Chabal, *Amílcar Cabral. Revolutionary leadership and people's war*, London, Cambridge University Press, 1983, p. 29; e o artigo “Morreu a mãe de Amílcar Cabral”, *Nô Pintcha* n.º 356, 13 de Agosto de 1977. Na nota da Administração de Bafatá n.º 468/19, apenas se refere a existência de uma loja.

⁷⁷ Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 29.

em fins de 1923, os futuros progenitores de Amílcar mantinham já uma relação sentimental⁷⁸.

Agastado com o administrador, Juvenal não deixou de escrever (e de enviar), a 23 de Dezembro, uma nota à Administração na qual afirmava que, achando-se em férias, seguiria para Bafatá “a fim de preparar uns documentos” que lhe seriam necessários, pois tencionava “mudar de situação”⁷⁹. A referida nota deu entrada na sede da Administração no dia 9 de Janeiro de 1924.

Entre aquela data e 12 de Setembro do ano seguinte (1924), altura em que Amílcar Cabral veio ao mundo, não temos nenhum outro indício de que a “situação” de Juvenal se tenha alterado, nem nos consta que se tenha mudado com a sua família novamente para Bafatá ou qualquer outro lugar.

Uma aturada investigação levada a cabo nos Arquivos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) em Bissau, onde grande parte dos documentos da 9.ª Circunscrição se encontram, não nos permitiu, infelizmente, confirmar o que acaba de ser dito. Apenas um único documento, datado de 26 de Setembro de 1925, mas alusivo ao ano de 1924⁸⁰, vem para já provar que Juvenal se manteve em Geba no seu posto de professor. Trata-se de uma nota extra dirigida à Administração de Bafatá, na qual solicitava que “com urgência”, fosse mandado um operário, cal e oca para proceder a limpeza e caiação da sala”⁸¹. E continuava:

O ano passado a mesma Administração comunicou ao sí[g]natário, em resposta a idêntico pedido, que haviam sido enviados dois pedreiros com material para execução deste serviço, mas como o então chefe do Posto Administrativo precisava também de reparar a casa da sua residência aproveitou nesta todo o material, ficando a escola no estado em que se encontra⁸².

Portanto, em finais do ano de 1923, Juvenal estava de novo em Geba, onde permaneceu até meados de Dezembro de 1925, altura em que, como veremos mais adiante, se preparava para concretizar uma viagem a Cabo Verde, em gozo de três meses de

⁷⁸ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota n.º 468/19, do Administrador de Bafatá, datada de 24 de Dezembro de 1923, dirigida ao Ex.^{mo} Sr. Secretário do Governo e Inspector da Instrução Pública na Província.

⁷⁹ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota n.º 5, de Juvenal Cabral, dirigida à Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Bafatá, 23 de Dezembro de 1923.

⁸⁰ Lembramos que, infelizmente, muitos dos documentos deste arquivo se encontram desarrumados e, em alguns casos, desaparecidos, desde o conflito armado de 7 de Junho, uma vez que o exército senegalês decidiu fazer das instalações do INEP a sua base militar avançada.

⁸¹ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino de Geba”, correspondência expedida, 1925, E1/E, 109.2115. Nota extra, de Juvenal Cabral, dirigida à Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de 26 de Setembro de 1925.

⁸² *Idem, ibidem.*

licença da Junta de Saúde⁸³. No entanto, devido a vários contratempos, o sonho de visitar Cabo Verde só foi concretizado cinco meses mais tarde, em Dezembro de 1925⁸⁴. Com efeito, no dia 8 daquele mês, Juvenal solicitou a nomeação de um outro professor que o

⁸³ *Idem, ibidem*. Na referida Nota, o professor Juvenal pedia à Administração que telegrafasse ao Ex.^{mo} senhor Secretário do Governo a propor a nomeação do novo professor para o substituir, uma vez que tivera conhecimento de que o vapor “Minho” sairá de Lisboa a 3 de Dezembro via Cabo Verde e pretendia seguir para Bissau no dia 15 de Dezembro para aguardar a sua partida.

⁸⁴ Havia pelo menos dois anos que, em vão, Juvenal Cabral buscava caminho para uma temporária estadia na terra natal. A projectada viagem, porém, começou a ganhar forma apenas no final do ano lectivo de 1925, quando aguardava o fim dos exames para partir. A 2 de Setembro, era-lhe comunicado por telegrama que o vapor “Minho” era esperado em Bissau no dia 3 do corrente, com destino ao arquipélago (INEP – Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Telegrama n.º 215/19, datado de Bafatá, 2 de Setembro de 1925, enviado pela Secretaria do Governo para Juvenal António Lopes da Costa Cabral). Mas, mais uma vez, em virtude de, no regresso de uma viagem de Bolama para Geba, ter apanhado chuva, que lhe deixou toda a bagagem molhada e lhe provocou um resfriado, Juvenal viu-se impedido de prosseguir viagem, tendo ficado a aguardar o apoio da Secretaria no que respeita a transporte (INEP-Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Carta de Juvenal Cabral, dirigida ao senhor Marcelino, datado de Geba, 4 de Setembro de 1925). A resposta ao pedido de apoio de Juvenal chegou no dia 7 de Setembro, na qual era informado de que a capitania não dispunha de nenhum barco que o pudesse ir buscar, mas que, se quisesse e pagasse as respectivas passagens, poderia aproveitar o motor “Portugal” da Ultramarina, que para aí se deslocaria no dia seguinte, 8 de Setembro (INEP – Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Telegrama n.º 215/19, datado de Bafatá, 2 de Setembro de 1925, enviado pela Secretaria do Governo para Juvenal António Lopes da Costa Cabral). Sem que se saiba, na realidade, o que se passou em relação a projectada viagem para Cabo Verde, eis que, a 16 de Setembro de 1925, Juvenal estava de novo em Bolama, onde lhe foi passada uma guia que o autorizava a embarcar no vapor “Rio Geba” de regresso a Bafatá, acompanhado de um filho menor, tendo passado por Bissau onde permaneceu até ao dia 25 (INEP – Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba” E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Guia n.º 155, passada pela Secretaria do Governo, datada de Bolama, 16 de Setembro de 1925). Ignoramos quem seria este filho menor que o acompanhava, embora sejamos tentados a pensar que se trataria de Numa Pompílio, em virtude de sua mãe, Ernestina, se encontrar doente em Bolama. Efectivamente, por não ter podido seguir viagem para Cabo Verde, o professor recebeu ordem da Secretaria de Governo para regressar a Geba e abrir a escola até que houvesse transporte para o arquipélago. A 26 de Setembro, Juvenal encontrava-se já em plena actividade na Escola do Sexo Masculino de Geba (INEP – Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida 1925. Nota extra enviado por Juvenal António Lopes da Costa Cabral, à Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Geba, 26 de Setembro de 1925). Na altura chegou a matricular, até 17 de Outubro, cerca de 22 alunos (INEP – Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida. Nota n.º 3 enviada por Juvenal António Lopes da Costa Cabral, à Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Geba, 17 de Outubro de 1925). Mas o professor não desistiu de gozar a licença da Junta de Saúde de 3 meses a que tinha direito. No dia 27 de Outubro, invocando doença de um familiar em Bolama (tratar-se-ia certamente de Ernestina), pediu autorização para seguir no primeiro barco com destino à capital (Bolama), a fim de aí aguardar transporte para Cabo Verde, ainda que seja obrigado a prestar serviço enquanto não segue viagem (INEP – Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Nota n.º 4, de Juvenal Cabral para à Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de 27 de Outubro de 1925). Não sabemos, contudo, se este pedido teria sido atendido. O certo é que, apenas em Dezembro, voltamos a ver Juvenal a fazer diligências para seguir para o arquipélago.

viesse substituir, uma vez que tencionava seguir para Bissau, no dia 15 de Dezembro⁸⁵, na sua rota para a Ilha de Santiago (Cabo Verde), em gozo de licença da Junta de Saúde.

Não se sabe, exactamente, quando é que Juvenal teria iniciado esta viagem, mas estamos convencidos de que tal teria ocorrido em finais de Dezembro de 1925 ou, quando muito, nos inícios de 1926. Tudo quanto se pode dizer é que, de facto, Juvenal esteve em Cabo Verde, até Março de 1926, mais concretamente na sua ilha natal. Nessa ocasião, residindo na freguesia de Godim, em casa da madrinha Simoa Borges, escreveu um curioso poema dedicado “ao seu simpático amigo Pedro Carlos da Fonseca”, intitulado “O voo da avesinha”. Este poema, que Juvenal assegura que era “alusivo a uma menina que fugiu de casa e que, passados alguns dias, contraiu matrimónio com o eleito da sua alma”, apareceu publicado em 1927, no *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* para o ano de 1928⁸⁶, quando Juvenal já tinha regressado, há cerca de um ano, à povoação de Geba.

Certamente, acompanharam Juvenal, nesta sua viagem a Cabo Verde, Ernestina Soares de Andrade e quase toda a prole resultante desta longa relação (provavelmente iniciada em 1910 ou mesmo antes) num total de mais de onze filhos⁸⁷, alguns deles não perfilhados, dos quais apenas conseguimos identificar sete: Hermínio, Artemiza, Numa Pompílio, Ermelindo, Ernesto, Regina e Luísa, todos eles nascidos na Guiné. De facto, se se considerar a idade (15 anos em Julho de 1925) do segundo filho (não conseguimos identificar o primogénito) desta relação, Hermínio Augusto da Costa Cabral, tudo indica que teria nascido ainda em Cabo Verde, antes de Juvenal emigrar para a Guiné, em Abril de 1911, ou que tivesse nascido mesmo em Bolama. Anos mais tarde, alguns dos filhos atrás identificados encetariam as diligências necessárias, junto das autoridades coloniais cabo-verdianas, no sentido de conseguirem a repatriação para a Guiné. Foram, por exemplo, os casos de Ermelindo António Lopes da Costa Cabral, *chauffeur*, a quem foi passada guia para regressar à Guiné acompanhado pelo próprio Juvenal, a 22 de Abril de 1945⁸⁸, e, em 1951, de Artemiza Soares Cabral, filha ilegítima de Juvenal Cabral⁸⁹. Con-

⁸⁵ INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Nota n.º 9, de Juvenal Cabral para a Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de 8 de Dezembro de 1925.

⁸⁶ *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1928*, 78.º Ano da Colecção, Lisboa, 1927, p. 327.

⁸⁷ AHN (Praia), RPSAC (A2) – “Processo referente à repatriação da Colónia de Cabo Verde para Lisboa e Guiné de Manuel Rosado Martins e família e de Artemiza Andrade da Costa Cabral, respectivamente, Julho de 1950 e Janeiro de 1951”, Caixa 424.

⁸⁸ AHN (Praia), ACP (B1), “Lista de Passageiros embarcados no porto da Praia”, Fevereiro a Dezembro de 1945, SC: J/SK: F/Caixa 099. Isto vem contrariar as versões segundo as quais Juvenal nunca mais regressou à Guiné desde que abandonou aquela colónia em 1932.

⁸⁹ AHN – Praia, RPSAC (A2) – “Processo referente a repatriação da colónia de Cabo Verde para Lisboa e Guiné de Manuel Rosado Martins e família e de Artemiza Andrade da Costa Cabral, respectivamente

firmamos a diligência da Artemiza, bem como o facto de terem regressado a Cabo Verde, em finais de 1925 ou nos inícios de 1926, numa carta do próprio Juvenal dirigida ao chefe dos Serviços de Administração Civil da Praia, datada de 26 de Dezembro de 1950, na qual intercedia a favor da filha ilegítima, que havia solicitado o regresso à Guiné com passagens pagas pelo Governo na condição de repatriada indigente:

Tenho a dizer que ela [Artemiza Andrade da Costa Cabral] nasceu no Concelho de Bolama, antiga capital da colónia da Guiné, no ano de 1916, tendo vindo para Cabo Verde em companhia de sua mãe Ernestina Soares de Andrade, em 1926⁹⁰.

Uma coisa, porém, é certa. A deslocação de Juvenal e Ernestina a Cabo Verde, acompanhados de toda a prole, marcou o fim dessa relação, o que permitiu a Juvenal viver maritalmente com a Iva Pinhel Évora, numa altura em que Amílcar Cabral contava pouco mais de um ano de vida. O início desta convivência marital mais permanente teria ocorrido, na nossa perspectiva, depois do regresso de Juvenal à Guiné, mais concretamente a Geba, em 1926. De resto, foi nesta povoação que, a 19 de Maio de 1927, nasceram as gémeas Armanda e Arminda e, no mesmo ano, Juvenal voltou a escrever um outro artigo intitulado “Colónias portuguesas (reminiscências)”, publicado novamente no *Novo Almanaque* no ano seguinte⁹¹.

1.2. A Infância passada entre a Guiné e Cabo Verde

Praticamente não existem fontes directas que nos permitam reconstituir os vários momentos da infância de Amílcar Cabral passada na Guiné portuguesa, e que compreendia um período cronológico de oito anos (isto é, da data de nascimento em 1924 à partida para Cabo Verde, em 1932). Durante este período, sabe-se apenas que, seguindo o percurso dos próprios progenitores, mais concretamente do pai, Amílcar Cabral teria repartido essa infância entre Bafatá (1924-1927), Geba (1927-1929), uma breve estância em Cabo Verde (Praia), entre 1929 e 1930, e o regresso novamente à Guiné, onde permaneceu até ao seu regresso definitivo para Cabo Verde, em finais de Novembro de 1932.

Os únicos testemunhos directos existentes sobre aquele período provêm da única entrevista conhecida da mãe de Amílcar Cabral, publicada em 1976, no jornal *Nô Pint-*

Julho 1950 e Janeiro 1951”, informação de Juvenal Cabral dirigida ao Ex.^{mo} Senhor Chefe dos Serviços de Administração Civil, Praia, datada de 26 de Dezembro de 1950, Caixa 424.

⁹⁰ *Idem, ibidem*. Nesta informação Juvenal afirmava que a filha tinha “na Guiné dez irmãos, naturais dali...”.

⁹¹ *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1929*, 79.º Ano da Colecção, Lisboa, 1928, pp. 132-134.

*cha*⁹², de entrevistas e depoimentos de alguns elementos de família⁹³, e ainda do livro *Crónicas da Libertação*⁹⁴, da autoria do meio-irmão, Luís Cabral, ainda que com todas as insuficiências e limitações que apresenta relativamente à infância de Amílcar. Apesar da relevância indiscutível, todos estes testemunhos carecem, como todas as fontes (sejam elas escritas, orais ou registadas), de um exame cuidadoso e não menos crítico.

Outro tipo de fontes é constituído essencialmente por material de arquivo. Do conjunto de documentos que encontramos, apenas um deles dizia respeito directamente à infância de Amílcar Cabral. Trata-se de um registo de baptismo inédito, de 1929, que encontramos no Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Graça, na Cidade da Praia, e que confirma a presença de Amílcar Cabral naquela cidade no final daquele ano, acompanhado dos progenitores já separados⁹⁵. A restante documentação encontrada na Guiné referia-se, particularmente, ao exercício profissional do pai, Juvenal Cabral, naquela colónia, entre 1924 e 1932. São, sobretudo, documentos de carácter administrativo (cartas, officios e notas, guias de marcha, portarias do Governo, boletins oficiais) que nos ajudaram a ter uma ideia sobre a mobilidade de Juvenal Cabral no espaço interior (dentro da Guiné) e exterior (viagens a Cabo Verde) facto que pode ter afectado, de algum modo, as ligações afectivas e os vínculos familiares com o filho Amílcar. Para já, podemos afirmar que esta infância ficou um tanto marcada por vários momentos.

Em primeiro lugar, pela separação física e geográfica entre Juvenal, professor em Geba, e o filho Amílcar, de tenra idade, a viver com a mãe em Bafatá. Tal separação, que teria durado, na nossa perspectiva, pelo menos dois anos (de 1924 a 1926), foi interrompida, contudo, por alguns momentos de certa aproximação. Por exemplo, em Julho de 1925 (e provavelmente durante todo aquele mês), Juvenal esteve de facto em Bafatá, a seu pedido, aparentemente para ministrar aulas a três alunos de Geba⁹⁶ considerados

⁹² “Lembranças de Iva Pinhel Évora, mãe de Amílcar Cabral”, *Nô Pintcha*, II, 225, 12 de Setembro de 1976.

⁹³ Armanda Lopes Cabral, Arminda Lopes Cabral, Luís Cabral e António Ramos Évora.

⁹⁴ Luís Cabral, *Crónica da Libertação*, 1ª Edição, Lisboa, Edições O Jornal, 1984.

⁹⁵ Certidão de Baptismo de Amílcar Cabral (Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Graça - Praia, “Livro de Registos de Baptismo”, n.º 330, Freguesia de Nossa Senhora da Graça, 1929), fl. 165v (Apêndice documental, doc. n.º 1).

⁹⁶ Na relação dos três alunos figurava o nome de um dos filhos de Juvenal e Ernestina, Hermínio Augusto da Costa Cabral, na altura com 15 anos de idade, certamente nascido na Guiné ou ainda em Cabo Verde, em 1911. É quase seguro que Hermínio não era o primogénito desta relação de Juvenal com a Ernestina. Os restantes alunos que aparecem referenciados na relação eram António Mendes (16 anos de idade) e Tomás José Camilo (15 anos de idade). Mais tarde, num pedido que foi indeferido, Juvenal solicitou gratificação pelo facto de aqueles alunos terem sido aprovados no exame (INEP-Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Transcrição da nota n.º 2, 456/188/1922, de 9 de Outubro de 1925, dirigido a Juvenal António Lopes da Costa Cabral).

aptos para o exame elementar de Instrução Primária (1.º grau). O motivo alegado, desta vez, era a falta de material didáctico e escolar naquela escola⁹⁷.

Em segundo lugar, a infância de Amílcar Cabral também foi marcada, como já se disse, pela separação dos progenitores e por uma estadia sua em Cabo Verde, acompanhado da mãe, durante pelo menos um ano (de 1929 a 1930). Embora ignorando a data exacta desta viagem de Iva e dos filhos menores (Amílcar, Armanda, Arminda e Ivo Carvalho Silva) ao arquipélago, confirma-se que todos se encontravam na Cidade da Praia em finais de Dezembro de 1929. António Ramos Évora, um dos primos do lado materno de Amílcar Cabral, recorda-se da tia, Iva Pinhel Évora, ter regressado a Cabo Verde para ficar na década de vinte⁹⁸ acompanhada do primo Amílcar que “era um garoto assim mesmo modelo”⁹⁹.

Nas vésperas de Natal de 1929 (24 de Dezembro), Amílcar Cabral e as irmãs, Armanda e Arminda, foram simultaneamente baptizados na Igreja de Nossa Senhora da Graça do Concelho da Praia¹⁰⁰, conforme se pode ver nos respectivo registos de baptismo que se encontram nos arquivos da referida igreja. Como padrinho de Amílcar Cabral, apresentou-se Luiz Vieira de Sá Nogueira¹⁰¹, proprietário, e como madrinha dizia-se na certidão de baptismo, “se invocou Nossa Senhora, representada por João Ramos da Silva, o qual tocou com a respectiva corôa”¹⁰².

Tudo leva a crer que, por alturas do baptismo, a separação entre Juvenal e Iva já se teria consumado, muito embora esta última tenha assegurado, em entrevista ao jornal *Nô Pintcha*, pouco antes da sua morte em 1977, que, quando regressou à Guiné, seguramente em 1930¹⁰³ ou 1931 (e não em 1929, como afirmou na ocasião), já não vivia com Juvenal¹⁰⁴. É mesmo nossa convicção de que a separação teria ocorrido alguns meses

⁹⁷ INEP-Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Nota n.º 12, enviado por Juvenal António Lopes da Costa Cabral à Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Geba, 30 de Junho de 1925.

⁹⁸ Entrevista a António Ramos Évora, Praia (Cabo Verde), Março de 2003. António Ramos Évora nasceu na Cidade da Praia a 5 de Fevereiro de 1918. O pai, Avelino Pinhel Évora, era irmão de Iva Pinhel Évora e ourives naquela cidade.

⁹⁹ *Idem, ibidem*.

¹⁰⁰ *Vide*, respectivamente, as Figuras 3 e 4 no Anexo II – Galeria de Imagens.

¹⁰¹ Desconhecemos a relação que existia entre este Luís Vieira de Sá Nogueira, padrinho do Amílcar, com César Sá Nogueira, funcionário das Finanças na Guiné (Bolama), e que havia intercedido anteriormente a favor de Juvenal, em Bolama. Julgamos, no entanto, que podem tratar-se de elementos da mesma família.

¹⁰² Certidão de Baptismo de Amílcar Cabral (Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Graça - Praia, “Livro de Registos de Baptismo”, n.º 330, Freguesia de Nossa Senhora da Graça, 1929), fl. 165v (Apêndice documental, doc. n.º 1).

¹⁰³ Depois do baptismo dos três filhos no dia 24 de Dezembro, Iva passou o natal e, certamente também, o Ano Novo, com a família na Cidade da Praia.

¹⁰⁴ “Lembranças de Iva Pinhel Évora, mãe de Amílcar Cabral”, *Nô Pintcha*, n.º 225, II, 12 de Setembro de 1976; e também Patrick Chabal, *Amílcar Cabral. Revolutionary leadership and people’s war*, London,

antes do baptismo dos três filhos na Cidade da Praia, pois, numa passagem do registo de baptismo de Amílcar Cabral, diz-se que Juvenal estaria de passagem pela Cidade da Praia, enquanto Iva era aí residente¹⁰⁵. Nas suas preciosas informações, António Ramos Évora atesta: “Quando vieram já não estavam juntos. O Juvenal casou-se pouco tempo depois com a mãe do Luís Cabral”¹⁰⁶. Efectivamente, Juvenal Cabral casou-se, oficialmente, com Adelina Rodrigues Correia¹⁰⁷, a 22 de Fevereiro de 1930¹⁰⁸.

Em Bissau, onde ainda reside, Armada Lopes Cabral informou-nos de que a mãe os levou para Cabo Verde, encontrando-se grávida de António da Luz Cabral (Toy)¹⁰⁹, facto que também foi confirmado por Antonio Ramos Évora¹¹⁰.

Em 1930/31, de acordo ainda com a versão de Armada Lopes Cabral¹¹¹ e do primo António Ramos Évora¹¹², Iva, que havia chegado a Cabo Verde meses antes com intenções de ficar definitivamente, estava de novo de malas aviadas a caminho da Guiné, acompanhada dos filhos. Entre as razões desta decisão de regressar à Guiné, ao cabo de um ano de permanência no arquipélago¹¹³, Armada aponta dificuldades de adaptação¹¹⁴. Esta versão é, no entanto, oposta à do primo António Ramos Évora, segundo o qual, após o regresso a Santiago, em 1929, Iva nunca mais voltou à Guiné. Parece-nos mais verosímil a versão da Armada, na medida em que, se acaso tal regresso não se tivesse produzido, Amílcar Cabral teria seguramente iniciado os seus estudos primários em Cabo Verde muito mais cedo do que na realidade veio a acontecer. Assim sendo, é quase certo que Iva teria regressado à Guiné ainda na vigência do ano de 1930 ou mesmo mais tarde, em 1931, tendo fixado residência em Bissau, mais concretamente no bairro de Chão-de-Papel, onde, de acordo com Luís Cabral, partilhou a mesma casa com Juvenal e sua nova família¹¹⁵.

Cambridge University Press, 1983, p. 29.

¹⁰⁵ Certidão de Baptismo de Amílcar Cabral (Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Graça - Praia, “Livro de Registos de Baptismo”, n.º 330, Freguesia de Nossa Senhora da Graça, 1929), fl. 165v, n.º ordem 33 A, fl. 167 (Armada Lopes Cabral) e n.º 332, fl. 167v (Armanda Lopes Cabral).

¹⁰⁶ Entrevista a António Ramos Évora, Cidade da Praia, Março de 2003.

¹⁰⁷ Adelina Rodrigues Correia de Almeida [Cabral] era filha de Luís Rodrigues de Almeida e de Maria Leonor Gomes Correia, irmã de António Gomes Correia, que por sua vez era marido em segundas núpcias de Simoa dos Reis Borges [Correia].

¹⁰⁸ Arquivo da Igreja Paroquial de Santa Catarina, “Livro de Registo de Casamento da Paróquia de Santa Catarina, Ilha de Santiago, Diocese de Cabo Verde”, n.º 14, fls. 26 v.

¹⁰⁹ Entrevista a Armada Lopes Cabral, Bissau, Outubro de 2002.

¹¹⁰ Entrevista a António Ramos Évora, Cidade da Praia, Março de 2003.

¹¹¹ Entrevista a Armada Lopes Cabral, Bissau, Outubro de 2002.

¹¹² Entrevista a António Ramos Évora, Praia, Março de 2003.

¹¹³ “Morreu a mãe de Amílcar Cabral”, *Nô Pintcha*, n.º 356, 13 de Agosto de 1977.

¹¹⁴ Entrevista a Armada Lopes Cabral, Bissau, Outubro de 2002.

¹¹⁵ Entrevista a Luís Cabral, Lisboa, Janeiro de 2003.

A fazer fé nas declarações de Victor Robalo, com base em informações captadas de outros, a infância de Cabral em Bissau não teria sido nada fácil:

Há muitos colegas meus que falam da história dele. Que vendia coisas que a mãe fazia. Mas eu, na altura, não o conhecia. Há um rapaz que chamam Domingos Maria que tinha uma taberna. Parece que o Amílcar, às vezes, levava coisas que a mãe fazia para essa taberna para serem vendidas¹¹⁶.

Portanto, desde o seu nascimento, em Setembro de 1924, até à ruptura da relação entre os seus progenitores ocorrida em 1929, Amílcar apenas viveu com o pai durante pouco mais de quatro anos: isto é, de 1926/27 a meados de 1929, em Geba, e, de 1930/31 a 1932, em Bissau. Apesar desta nova aproximação verificada nesta última cidade, foi efectivamente com a mãe que Amílcar e todos os restantes irmãos maternos viveram na Guiné, no período compreendido entre 1924 e 1932. Foram cerca de oito anos de muitos sacrifícios por parte de Iva Pinhel Évora para poder manter os quatro filhos (Ivo, Amílcar e as gémeas Armanda e Arminda), que passaram a ser cinco, após o nascimento, em 1930, de António da Luz Cabral (Tói Cabral). Iva Pinhel Évora foi, pois, a grande responsável pela educação de Amílcar Cabral nesta importante fase de socialização, tendo, por conseguinte, marcado, como se escreve numa notícia do jornal *Nô Pintcha*, “a sua maneira de estar no mundo e a sua conduta social”¹¹⁷. Esta batalha terá continuidade em Cabo Verde, como veremos mais adiante.

Deve dizer-se também, que o facto de ter mudado várias vezes de localidade e, fundamentalmente, por ser bastante novo – tinha oito anos de idade à data em que acompanhou o pai no regresso definitivo a Cabo Verde, em 1932 – implicou que Amílcar Cabral não criasse, nesta fase, fortes vínculos com a Guiné, ou não guardasse recordações em relação à sua primeira infância. Talvez por isso, em nenhum momento se referiu a este período. De resto, chegou mesmo a afirmar, em entrevista concedida à Radiotelevisão francesa, em 1970, que só mais tarde, quando regressou à Guiné, como engenheiro agrónomo, passou a conhecer melhor as condições em que vivia o seu povo e que foi no seio deste mesmo povo que viu a miséria, o sofrimento e a opressão a que estava submetido¹¹⁸.

¹¹⁶ Entrevista a Victor Robalo, Bissau, Outubro de 2002.

¹¹⁷ “Morreu a mãe de Amílcar Cabral”, *Nô Pintcha*, n.º 356, de 13 de Agosto de 1977.

¹¹⁸ FAC (Praia), “Amílcar Cabral”, entrevista à Rádio Televisão Francesa, 1970.

1.3. O abandono da Guiné e a problemática da datação

A data em que Amílcar Cabral deixou a Guiné para se fixar em Cabo Verde, bem como a curiosidade em clarificar qual dos progenitores o teria levado, pode ser considerada por muitos como uma questão residual. No entanto, tem sido uma das mais problemáticas, dividindo, ainda hoje, os investigadores. Perguntar-se-á porque é que este assunto, aparentemente sem importância, é, para nós, tão transcendente? Julgamos que a datação (com rigor) do ano em que se deu a partida, bem como a identificação de qual dos progenitores teria levado Amílcar, permitir-nos-ia pôr termo às inúmeras especulações que este assunto tem gerado e compreender, não só as alterações que se produziram no seu processo de socialização familiar, mas também a fragilidade dos vínculos com o país natal (a Guiné).

Ao longo dos anos, vários autores têm manifestado opiniões divergentes sobre este assunto. Mário de Andrade sustenta, por exemplo, que Amílcar e a mãe teriam ido para Cabo Verde em 1931¹¹⁹ e que Juvenal se teria juntado a eles em Novembro de 1932¹²⁰. Esta tese foi mais ou menos seguida por Oswaldo Osório, o qual afirma que “em 1931, com sete anos”, Amílcar Cabral teria acompanhado a mãe de “regresso a Cabo Verde”, vindo o pai, Juvenal da Costa Cabral, a “juntar-se-lhes em 1932”¹²¹.

Versão diferente foi a apresentada por José Pedro Castanheira, segundo a qual Juvenal Cabral teria partido, com destino a Cabo Verde, em 1932, acompanhado de numerosa prole¹²². Aquele autor deixou ainda subentendido que, para além de Amílcar Cabral, então com oito anos de idade, e das gémeas, Armanda e Arminda, teriam também acompanhado Juvenal todos os filhos da anterior relação com Ernestina e com Adelina, o que não corresponde de maneira alguma à verdade. Já vimos anteriormente que Ernestina já havia deixado a Guiné, provavelmente nos finais de 1925, levando com ela toda a sua prole. Nas páginas que se seguem, demonstraremos também que Adelina havia já partido com o primogénito da relação com Juvenal, Luís Cabral, nascido em Bissau, a 10 de Abril de 1931, e que a hipótese que resta é a de ter sido Amílcar e as duas irmãs a acompanharem Juvenal no seu regresso ao arquipélago.

¹¹⁹ *Amílcar Cabral. Unity and Struggle. Speeches and writings texts* Selected by the PAIGC, translated by Michael Wolfers, First publication, London, Heinemann, 1980, p. XIX.

¹²⁰ Mário de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai de biographie politique*, Paris, Maspero, 1980, p. 15.

¹²¹ Oswaldo Osório, *Emergência da poesia em Amílcar Cabral. 30 Poemas*, Praia, Edição da Grafedito, Coleção Dragoeiro, 1984, p. 37.

¹²² José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 26.

Carlos Pinto Santos defende que Juvenal e Iva teriam partido juntos em 1932, levando com eles Amílcar¹²³. Na verdade não foi bem assim, pois, na lista de passageiros que encontramos no *Boletim Oficial da Guiné*, apenas consta o nome de Juvenal acompanhado de três filhos que não estavam identificados.

Oleg Ignatiev advogou que Juvenal teria regressado a Cabo Verde, em Outubro de 1932, deixando a família na Guiné (Amílcar e a mãe), e que apenas passados três anos (isto é, em 1935), teria mandado chamar Amílcar, matriculando-o na Escola Primária da Praia, quando contava já 12 anos de idade¹²⁴. Ora, se o pai, Juvenal Cabral, vivia em Santa Catarina (Achada Falcão), em 1935, e havendo uma escola primária naquela povoação, e até na própria sede do Concelho (Santa Catarina), por que razão (a ser verdade, é claro), teria necessidade de mandar o filho estudar na Cidade da Praia? Veremos também que Amílcar Cabral não poderia ter chegado a Cabo Verde em 1935.

Na mesma linha de Oleg Ignatiev, Oscar Oramas e Bernardo P. Vaschetto oferecem sobre esta matéria as versões mais exageradas. Com efeito, enquanto o primeiro afirma que Amílcar Cabral embarcou para Cabo Verde na companhia do pai, com a idade de 12 anos (isto é, em 1936), a fim de prosseguir os estudos, quando este “foi transferido para as Ilhas”¹²⁵, o segundo argumenta que Amílcar teria chegado a Cabo Verde no mesmo ano (1936), na companhia da mãe, Iva Pinhel Évora, das duas irmãs gémeas (Armanda e Arminda) e de António da Luz Cabral (Toy)¹²⁶. No entanto, Iva Pinhel Évora afirmou, na já citada entrevista concedida ao jornal *Nô Pintcha*, que Amílcar Cabral permanecera na Guiné até 1933, altura em que regressou a Cabo Verde para viver com a família do seu pai¹²⁷. Estamos convencidos de que, ao apontar o ano de 1933 como sendo aquele em que o seu filho foi para Cabo Verde, Iva Pinhel Évora teria sido atraída pela memória e quererá certamente indicar o ano de 1932, que é aquele em que efectivamente se deu a partida. Cremos que o facto de a viagem ter tido lugar quase nos finais do ano (Novembro) teria contribuído certamente para a confusão nas datas por parte da progenitora de Amílcar Cabral.

Na relação de passageiros embarcados a que ainda há pouco nos referíamos, afirma-se que Juvenal partira para o arquipélago, levando consigo, como já assinalámos,

¹²³ Carlos Pinto Santos, *Amílcar Cabral*, Lisboa, Matéria Escrita, 1998, p. 13.

¹²⁴ Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral*. Moscovo, Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, 1990, p. 10.

¹²⁵ Oscar Oramas, *Amílcar Cabral para além do seu tempo*, 1ª edição, Lisboa, Hugin-Editores Lda., 1998, capítulo 1, p. 15.

¹²⁶ Bernardo P. Vaschetto, O. F. M. cap., *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo caboverdiano e da diocese de Santiago de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) à luz duma documentação histórica (1460-1700)*, Boston, Edição Farol, 1987, p. 133.

¹²⁷ “Lembranças de Iva Évora, mãe de Amílcar Cabral, *Nô Pintcha*, n.º 225, II, de 12 de Setembro de 1976; e Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 29. Esta versão é a adoptada por Mustafah Dhada, *Warrior's at work. How Guinea Was Really Set Free*, Colorado, University Press of Colorado, 1993, Apêndice, p. 140.

três filhos menores, sem, no entanto, especificar quem eram¹²⁸. Apesar do esforço empreendido nos Arquivos do INEP, em Bissau, no Arquivo Histórico Nacional, em Cabo Verde, e nos Arquivos das capitânias dos portos de Cabo Verde (Barlavento e Sotavento), à procura das listas de passageiros embarcados e desembarcados, a nossa diligência redundou infrutífera. De qualquer modo, não temos dúvida alguma de que se tratavam, efectivamente, de Amílcar Cabral, então com oito anos de idade, e das gémeas (Armanda e Arminda), com cinco anos. Em primeiro lugar, porque, conforme já demonstrámos, quase todos os filhos da relação anterior do Juvenal com Ernestina Soares de Andrade haviam partido para Cabo Verde sete anos antes. Em segundo, o único filho entretanto nascido do casamento de Juvenal com Adelina Rodrigues Correia, à data em que se deu o regresso definitivo de Juvenal, era Luís Cabral. Ora, a relação de passageiros refere-se a três filhos e não a um. Por isso, rejeitamos também a hipótese de, entre os filhos que acompanharam o professor, se encontrar Luís Cabral. Entre outras razões porque, em virtude da idade que tinha (um ano de vida¹²⁹), viajaria seguramente acompanhado da mãe. Ora, na relação também não consta o nome, nem nenhuma referência relativamente à esposa de Juvenal. Instado a pronunciar-se sobre este assunto, Luís Cabral, primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau independente e meio-irmão de Amílcar, confirmou-nos, em entrevista, que ele e a mãe haviam partido antes para Santiago e que o pai se juntou a eles mais tarde¹³⁰. Ao que tudo indica, uma das razões para esta partida forçada foi a esposa de Juvenal, Adelina, e o filho, Luís, se encontrarem doentes¹³¹. Não dispondo de recursos financeiros para custear as passagens, Juvenal, ao tempo professor em Bissau, teria inclusivamente utilizado “o dinheiro da Caixa de que era encarregado”¹³². Portanto, ganha força a terceira e última hipótese: a de ter sido Amílcar Cabral quem, conjuntamente com as irmãs, acompanhou o pai, em finais de Novembro de 1932, e que a mãe, Iva Pinhel Évora, teria ficado na Guiné, alegadamente impossibilitada de viajar por ter sido vítima de um roubo, que a obrigou a tentar refazer a sua vida antes de partir¹³³, como a própria afirmou, um ano mais tarde¹³⁴ (1933 ou 1934).

Deste modo, estão reunidas as condições que nos permitem recusar, não só a versão de Mário de Andrade¹³⁵ e a de Oswaldo Osório¹³⁶, pelos motivos já aduzidos, mas

¹²⁸ *Boletim Oficial da Guiné*, n.º4 de 23 de Janeiro de 1933, p. 34.

¹²⁹ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 20.

¹³⁰ Entrevista a Luís Cabral, Lisboa, Janeiro de 2003.

¹³¹ Juvenal Cabral, *Entre professores primários: um caso inédito*, Praia, Minerva, 1944, p. 8.

¹³² *Idem, ibidem*, p. 8.

¹³³ Entrevista a Armanda Lopes Cabral, Bissau, Outubro de 2002.

¹³⁴ “Lembranças...”.

¹³⁵ Mário de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai de biographie politique*, Maspero, 1980, p. 15 e *Amílcar*

também a de Carlos Pinto Santos, segundo a qual Juvenal e Iva teriam partido juntos para Cabo Verde, em 1932, levando com eles Amílcar¹³⁷.

Por outro lado, nem o russo Oleg Ignatiev¹³⁸, nem Bernardo P. Vaschetto¹³⁹, nem mais recentemente o antigo embaixador de Cuba na Guiné Conakry, Oscar Oramas¹⁴⁰, têm razão no que diz respeito às datas que apresentam (1935, para o primeiro, e 1936, para os dois últimos), como sendo as da partida do Amílcar para Cabo Verde. Se assim fosse, teria sido muito difícil (se não mesmo impossível) a Amílcar Cabral concluir o ensino primário no ano em que efectivamente o concluiu (1936/37) e entrar para o liceu no ano seguinte (1937/1938), com a idade estabelecida por lei de 13 anos, como a seu tempo teremos oportunidade de verificar. A não ser que tivesse feito quase todo o ensino primário (pelo menos a 1.^a, a 2.^a e a 3.^a classes) na Guiné até aos 12 anos. Veremos mais tarde que tal também não aconteceu. Para já, atentemos nas causas que precipitaram o regresso de Juvenal Cabral e de Amílcar Cabral, em finais de Novembro de 1932, e que afectaram, daí em diante, a vida deste, provocando-lhe uma profunda alteração no seu processo de socialização.

1.4. As razões do abandono da Guiné de Juvenal Cabral

As razões que têm sido apontadas por diversos autores como estando na origem do abandono da Guiné por Juvenal Cabral nem sempre foram coincidentes com a realidade. Oscar Oramas afirma que o abandono se deveu à transferência para Cabo Verde¹⁴¹. Teremos oportunidade de demonstrar, mais adiante, que as coisas não se passaram bem assim. Por outro lado, José Pedro Castanheira e Carlos Pinto Santos assinalam que a razão para o abandono se deveu à morte da madrinha de Juvenal, Simoa dos Reis Borges¹⁴². Contudo, sem se referir directamente à morte de Simoa, Mário de Andrade chegou a assegurar que Juvenal herdou de sua madrinha propriedades rurais e imobiliárias que tinha que administrar¹⁴³. Contudo, a versão da morte da madrinha, que teria precipitado o regresso de Juvenal a Cabo Verde, apresentada por José Pedro Castanheira e Carlos Pinto Santos, é contrariada por Luís Cabral, que afirmou ter sido a própria Simoa a

Cabral. Unity and Struggle..., p. XIX.

¹³⁶ Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 37.

¹³⁷ Carlos Pinto Santos, *ob. cit.*, p. 13.

¹³⁸ Oleg Ignatiev, *ob. cit.*, p. 10.

¹³⁹ Bernardo P. Vaschetto, *ob. cit.*, p. 133.

¹⁴⁰ Oscar Oramas, *ob. cit.*, capítulo 1, p. 15.

¹⁴¹ Oscar Oramas, *ob. cit.*, capítulo 1, p. 15.

¹⁴² Carlos Pinto Santos, *Amílcar Cabral*, Lisboa, Matéria Escrita, 1998, p. 13; e José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 26.

¹⁴³ Mário de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai biographique...*, p. 15.

incitar Juvenal a reformar-se e a regressar ao arquipélago¹⁴⁴. Ora, na nossa perspectiva, está mais próxima da realidade esta versão de Luís Cabral, tanto mais se se considerar o modo precipitado como Juvenal, num espaço de pouco mais de um mês, tomou a decisão de, sem mais delongas, fazer as malas e regressar ao arquipélago. O professor primário de Mansoa ter-se-ia deslocado com toda a segurança a Cabo Verde, entre Março e Maio de 1932, certamente em gozo de licença da Junta de Saúde, ocasião que aproveitou para levar consigo, em nossa opinião, a esposa, Adelina, e o primeiro filho, Luís Cabral, que aí se teriam instalado à espera do regresso definitivo de Juvenal. Efectivamente, as memórias de Juvenal Cabral e uma informação do *Boletim Oficial da Guiné* confirmam a presença do professor primário em Cabo Verde¹⁴⁵. No primeiro (*Memórias e Reflexões*), Juvenal referia-se a uma festa de homenagem feita pelo povo da freguesia de S. Domingos ao Governador Amadeu Gomes de Figueiredo, em Abril de 1932, a que ele se teria associado¹⁴⁶. A propósito, recorda Juvenal: “O autor desta memória, esquecendo a sua obscura condição de homem do povo, – dirigiu-lhe, como filho de Cabo Verde e como patriota, uma extensa carta de congratulação e homenagem”¹⁴⁷. No segundo, atesta-se que Juvenal havia reassumido, a 28 de Maio de 1932, as suas funções de professor em Mansoa¹⁴⁸, localidade onde tinha chegado no dia 19 daquele referido mês¹⁴⁹. Em certa medida, se se tiver em conta a data de nascimento de Luís Cabral (10 de Abril de 1931) e as afirmações deste, segundo as quais teria regressado a Cabo Verde quando tinha um ano de vida, tudo apontaria para que estivesse no arquipélago mais ou menos na mesma altura em que o pai também aí se encontrava. Portanto, esta coincidência leva-nos a deduzir que teriam partido juntos da Guiné. Logo, é muito provável que Juvenal tenha sido seduzido pelos incitamentos de sua madrinha, com a promessa de administrar as suas propriedades e de ser instituído “único e universal herdeiro”¹⁵⁰. Tudo, não só por causa da afeição que esta nutria pelo afilhado¹⁵¹, mas também por se ter casado com Adelina Rodrigues Correia de Almeida. Foi, certamente, nesta qualidade de administrador e de futuro herdeiro que o vimos subscrever, em nome da madrinha, a 16 de Junho de 1934, conjuntamente com outros 49 proprietários de Santa Catarina e da Praia, um “pedido de desdobramento em duas prestações da contribuição predial deste ano”, que

¹⁴⁴ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 20; e também entrevista concedida em Lisboa, Janeiro de 2003.

¹⁴⁵ *Boletim Oficial da Guiné* n.º 27, Julho de 1932, p. 225.

¹⁴⁶ Juvenal Cabral, *Memórias e Reflexões*, Praia, 1947, p. 102.

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 102.

¹⁴⁸ *Boletim Oficial da Guiné* n.º 27, Julho de 1932, p. 225.

¹⁴⁹ *Boletim Oficial da Guiné* n.º 30 de 23 de Julho de 1932, p. 368.

¹⁵⁰ Juvenal Cabral, *ob. cit.*, p. 14.

¹⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 14.

acabou por ser rejeitado pelo Governador da Colónia¹⁵². O facto de Juvenal ter assinado o documento “por Simoa dos Reis Borges”¹⁵³ significa, quanto a nós, que ela ainda estaria viva nessa altura e que apenas delegou poderes no afilhado.

Há, no entanto, pelo menos um aspecto que não conseguimos desvendar. É o do ano da morte de Simoa, o que, a ser conhecido, nos permitiria saber quando é que a sua patenteada vontade em instituir o afilhado como herdeiro teria entrado em execução. Estamos convencidos de que à data em que escreveu os dois memoriais (1940 e 1941) dirigidos, respectivamente, ao Governador Major Amadeu Gomes de Figueiredo¹⁵⁴ e ao Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado¹⁵⁵, Juvenal já era herdeiro de Simoa. Contudo, devido às crises dos finais dos anos 30 e princípios dos anos 40, à hipoteca que sobre ele pendia, Juvenal viu-se, na opinião de Mário de Andrade, “progressivamente despojado dos benefícios materiais” da herança recebida da sua madrinha¹⁵⁶. Quanto a nós, este foi o motivo que fez com que abandonasse Achada Falcão e fixasse residência na Cidade da Praia, provavelmente antes de 1943, muito embora a única referência documental que encontrámos, e que assinala Juvenal como residente na Cidade da Praia, seja de 1945. Trata-se de uma relação dos contribuintes daquele ano, elaborada pela Repartição da Fazenda do Concelho da Praia em que o seu nome aparece¹⁵⁷. De resto, a presença de Larbac (anagrama de Cabral) naquela cidade durante as férias escolares, como se pode constatar nos poemas de sua autoria, sem data, mas que supomos serem quase todos (se não mesmo todos) de 1943, é um claro indicador de que Juvenal se havia mudado para a Praia. São eles: “Um sol”, (s/d, Praia); “Chuva...” (s/d, Praia); “Um suspiro” (s/d, Praia); “Os anjos do Senhor, os serafins formosos” (s/d, Praia), “Acróstico” (Praia, 8 de Agosto) e “...Saudade...” (s/d, Praia). Neste último poema, Amílcar lamentava a separação que o mantinha “longe da progenitora”¹⁵⁸, a residir, ao tempo, no Minde-lo.

Voltando à questão dos motivos para o abandono da Guiné por parte de Juvenal, podemos afirmar que tudo começou em Outubro de 1932, quando uma doença súbita fez com que o ao tempo professor em Mansoa seguisse, no dia 4 daquele mês, para Bissau, a

¹⁵² AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Exposição apresentada ao governador pelos proprietários de Santa Catarina, pedindo o desdobramento em duas prestações da Contribuição predial do ano de 1934. Março – Maio de 1934”, Caixa n.º 232.

¹⁵³ *Idem, ibidem*, Caixa n.º 232.

¹⁵⁴ Juvenal Cabral, *ob. cit.*, p. 87.

¹⁵⁵ Juvenal Cabral, *ob. cit.*, pp. 88-90

¹⁵⁶ Mário de Andrade, *ob. cit.*, p. 15.

¹⁵⁷ AHN (Praia) – ACP – “Fazenda 1927-1954”, Caixa n.º 571, fl. 51.

¹⁵⁸ Osvaldo Osório, *Emergência da Poesia em Amílcar Cabral. 30 Poemas*, Praia, Edição da Grafedito, Praia, 1984, p. 23.

fim de “baixar ao hospital” por opinião da Junta de Saúde¹⁵⁹. A baixa consumou-se, efectivamente, no dia seguinte¹⁶⁰, tendo-lhe sido dada alta quinze dias mais tarde, no dia 21¹⁶¹. Estamos convencidos de que a doença também influiu na tomada de decisão de Juvenal Cabral em regressar ao país natal, conforme demonstraremos mais tarde¹⁶². Mas este não foi, quanto a nós, o único motivo para a inesperada decisão de abandonar o país que o acolhera durante cerca de vinte anos. Outras razões de natureza profissional devem ter pesado também. Com efeito, um despacho do Director dos Serviços de Administração Civil, datado de 4 de Novembro de 1932, que punia Juvenal, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 13 458 e do n.º 3 do artigo 36º do regulamento Disciplinar dos Funcionários Públicos, “com a pena de suspensão de 15 dias do seu vencimento”, deve ter sido a gota de água que fez transbordar o copo. É que há muito que Juvenal vinha requerendo ao Governo da Colónia, de acordo com um despacho publicado no *Boletim Oficial da Guiné*, “melhoria de situação, isto é, a sua equiparação a professor diplomado (categoria de 2.º oficial) tendo os seus requerimentos sido indeferidos”¹⁶³. Ainda segundo o supra-citado despacho, “tal procedimento do referido funcionário” contrariava “o determinado no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 13 458, de 12 de Abril de 1927”¹⁶⁴, e que se tornou extensivo às colónias, através do Decreto-Lei n.º 14 020, de 1 de Agosto do mesmo ano.

A insistência de Juvenal em exigir a melhoria da situação prendia-se com o facto de ser um dos professores mais antigos do quadro do professorado primário. A sua contratação para o serviço público como professor não diplomado aconteceu a 17 de Novembro de 1913¹⁶⁵, por portaria n.º 348, tendo tomado posse no mesmo dia¹⁶⁶. Numa *Lista de antiguidade dos professores primários, referente a 31 de Dezembro de 1926*¹⁶⁷, era mesmo o segundo mais antigo depois da Maria da Conceição Prado, nomeada a 21 de Maio de 1910¹⁶⁸.

Portanto, pressionado pela madrinha, acossado pela doença e impedido de progredir na carreira, com a agravante de ter visto o seu vencimento ser suspenso durante 15 dias, Juvenal não teve outra saída se não avançar para a aposentação por invalidez, aos

¹⁵⁹ *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 41, de 8 de Outubro de 1932, p. 494.

¹⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 575.

¹⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 575.

¹⁶² *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 48, de 28 de Novembro de 1932, p. 585.

¹⁶³ *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 45, de 5 de Novembro de 1932, p. 547.

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 547.

¹⁶⁵ *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 7, de 12 de Fevereiro de 1927, p. 82.

¹⁶⁶ Vide a “Lista de antiguidade dos professores primários, referente a 31 de Dezembro de 1926”, feito pela Secretaria do Governo em Bolama a 21 de Janeiro de 1927 e publicada no *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 7, de 12 de Fevereiro de 1927, p. 82.

¹⁶⁷ *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 7, de 12 de Fevereiro de 1927, p. 82.

¹⁶⁸ *Portarias do Governo da Guiné*, n.º 312 e anexo, Bolama, 17 de Outubro de 1914; e ainda *Portarias do Governo da Guiné*, n.º 291 e anexo, Bolama, 15 de Setembro de 1914.

quarenta e três anos de idade e, conseqüentemente, a abandonar a Guiné, ao fim de quase 19 anos de serviço público¹⁶⁹, e de 21 anos de emigração¹⁷⁰.

A 12 de Novembro de 1932, uma inspecção da Junta de Saúde declarou-o incapaz de todo o serviço público, fixando-lhe “o prazo de 90 dias para, de conformidade com o artigo 16.º, do Decreto-Lei n.º 20 260, de 31 de Agosto de 1931, apresentar na repartição competente, devidamente instruído, requerimento pedindo a sua aposentação”¹⁷¹.

Vendo-se impossibilitado de conseguir a melhoria exigida, a 23 de Novembro de 1932, Juvenal pediu uma guia que o habilitava a partir para Cabo Verde, designadamente para a Cidade da Praia, onde deveria fixar residência¹⁷². A sua partida para a Ilha de Santiago, acompanhado de três filhos, conforme consta na relação de passageiros embarcados¹⁷³, deve ter ocorrido nos dias subsequentes.

É já na situação de “desligado do serviço, aguardando aposentação”¹⁷⁴, que Juvenal se apresentou, a 28 de Novembro, na Direcção dos Serviços da Administração Civil da Cidade da Praia. Um ano mais tarde (Novembro de 1933), o seu nome já figurava numa “Lista dos Funcionários Civis Aposentados, Jubilados e Pensionistas residentes na Metrópole, nesta e noutras colónias”¹⁷⁵, com uma reforma de 6 579\$60.

Fica assim demonstrado que, ao contrário do que Oscar Oramas¹⁷⁶ sustenta, Juvenal não pediu transferência para o arquipélago.

Instalado em Achada Falcão com a sua nova família e os três filhos trazidos da Guiné (Amílcar, Armanda e Arminda), Juvenal estava a adaptar-se à sua ilha natal (Santiago), quando foi nomeado pelo então Governador de Cabo Verde, Amadeu Gomes de Figueiredo, a 24 de Janeiro de 1934, membro suplente da Comissão Municipal de Santa Catarina por exoneração da anterior Comissão¹⁷⁷.

Ao contrário do que asseguram Oscar Oramas¹⁷⁸ e Bernardo P. Vaschetto¹⁷⁹, este não era o primeiro contacto de Amílcar Cabral com a terra dos progenitores, mas o

¹⁶⁹ Vide a “Lista de antiguidade dos professores primários, referente a 31 de Dezembro de 1926”, feito pela Secretaria do Governo em Bolama a 21 de Janeiro de 1927 e publicada no *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 7, de 12 de Fevereiro de 1927, p. 82.

¹⁷⁰ Um dos filhos do Juvenal – Luís Cabral – afirma que seu pai viveu na Guiné mais de 30 anos (*ob. cit.*, p. 20), no que é corroborado pelo jornalista José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 26; e por José Vicente Lopes, *ob. cit.*, p. 44.

¹⁷¹ *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 48, de 28 de Novembro de 1932, p. 585.

¹⁷² *Idem, ibidem*, p. 585.

¹⁷³ *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 4, de 23 de Janeiro de 1933, p. 34.

¹⁷⁴ *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 49, de 3 de Dezembro de 1932, p. 590.

¹⁷⁵ Apenso ao *Boletim Oficial* de Cabo Verde, n.º 45, de 6 de Novembro de 1933, p. 3.

¹⁷⁶ Oscar Oramas, *ob. cit.*, capítulo I, p. 15.

¹⁷⁷ *Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 4, de 27 de Janeiro de 1934, p. 40.

¹⁷⁸ Oscar Oramas, *ob. cit.*, capítulo 1, p. 15.

segundo. A primeira vez que Cabral pisara o solo cabo-verdiano foi, como já dissemos, em 1929.

2. A fixação em Cabo Verde e a socialização escolar (1932-1945)

2.1. O isolamento da Achada Falcão e a luta dos progenitores pela custódia dos filhos

É, efectivamente, em Cabo Verde, mais concretamente na Ilha de Santiago, onde desembarcou em finais de Novembro de 1932, que teve início o segundo período formativo de Amílcar Cabral, caracterizado também por vários momentos. Em primeiro lugar, pela aproximação e convivência com o pai, em Achada Falcão, que teria durado pelo menos um ano. Em segundo lugar, pelo regresso da progenitora, Iva Pinhel Évora, a Cabo Verde, em 1933/34, e, em terceiro e último lugar, pela mudança de Amílcar Cabral para a Praia, onde iniciou, na nossa perspectiva, a sua socialização escolar.

Aquando da saída de Juvenal da Guiné, Iva Pinhel Évora que, entretanto, decidira ficar mais algum tempo naquela colónia, havia-lhe alegadamente pedido que deixasse os três filhos (Amílcar, Armanda e Arminda) ao cuidado da mãe dela, Maximiana Monteiro da Rocha (Nha Dutcha), a residir na Cidade da Praia. Porém, Juvenal não cumpriu a promessa, optando por levar os filhos para Achada Falcão¹⁸⁰. Estas afirmações de Armanda parecem coincidentes com as da própria mãe, Iva Pinhel Évora, que, na entrevista ao jornal *Nô Pintcha*, em 1976, declarou, embora de forma menos explícita, que Amílcar havia regressado a Cabo Verde para viver com a família do seu pai¹⁸¹. Portanto, em finais de 1932, Amílcar estava em Achada Falcão, a poucos quilómetros de Santa Catarina (Assomada), sede do Concelho, numa casa que Juvenal mandara edificar no meio de uma propriedade herdada da madrinha¹⁸².

A povoação de Achada Falcão, inserida num grande vale fértil, ladeada por um maciço montanhoso, com destaque para a majestosa e imponente Serra da Malagueta, era caracterizada sobretudo pelo seu isolamento. Para retomarmos a expressão cara a Aristi-

¹⁷⁹ Bernardo P. Vaschetto, O. F. M. cap., *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo caboverdiano e da diocese de Santiago de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) à luz duma documentação histórica (1460-1700)*, Boston, Edição Farol, 1987, pp. 133-134.

¹⁸⁰ Entrevista a Armanda Lopes Cabral, Bissau, 21 de Outubro de 2002.

¹⁸¹ “Lembranças da Iva Évora, mãe de Amílcar Cabral”, *Nô Pintcha*, n.º 225, II, (12 de Setembro de 1976) e Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 29.

¹⁸² *Vide*, respectivamente, Figuras 5 e 6 no Anexo II – Galeria de Imagens.

des Pereira, “era uma ilha dentro da própria Ilha”¹⁸³. A sua situação geográfica fazia com que os acessos para a Cidade da Praia e vice-versa, associados à carência de infra-estruturas e de meios de transporte, fossem penosos, aumentando assim o fenómeno da interioridade, como recorda a irmã de Amílcar, Armanda Lopes Cabral:

Era um caso sério viajar naquela altura para a Cidade da Praia. Uma pessoa saía de manhã e chegava à tarde. E com as chuvas as dificuldades de mobilidade ainda aumentavam¹⁸⁴.

Só em 1937, na tentativa de romper com o isolamento, o Governo colonial projectou obras de reparação da estrada que ligava a Cidade da Praia a Santa Catarina (Assomada) e a Serra da Malagueta, o que não deixou de merecer rasgados elogios por parte do professor reformado, Juvenal Cabral. Segundo ele, as melhorias poderiam reduzir para metade o trajecto em carro de Santa Catarina para o Tarrafal¹⁸⁵.

É neste ambiente rural, pouco permeável a influências externas, que Amílcar Cabral vai passar sensivelmente um ano (1932 a 1933/34). A educação recebida deve ter sido certamente severa, rígida e restritiva, na mesma linha da que mais tarde foi ministrada ao seu meio-irmão Luís Cabral¹⁸⁶. No entanto, de acordo com este, o espírito de independência que se manifestara desde muito cedo em Amílcar Cabral, fez com que este não hesitasse, de acordo com Luís Cabral, “em contestar as ordens que limitavam a sua liberdade de movimento”¹⁸⁷.

O isolamento e a vocação essencialmente agrícola da região, que a tornavam o centro económico da ilha, devem ter estreitado de algum modo as ligações de Amílcar Cabral com o mundo rural, embora ainda não se apercebesse de muitos aspectos complexos da economia agrária, como, por exemplo, a dependência de grande parte dos habitantes da região de uma família, o regime de parceria e de arrendamento e a dependência dos proprietários relativamente aos grandes conjuntos financeiros, como o Banco Nacional Ultramarino e a Caixa Económica. Só muito mais tarde, Amílcar Cabral aprofundou alguns daqueles aspectos, tendo-os abordado, inclusivamente, numa reunião de quadros responsáveis realizada em Dakar, de 17 a 20 de Janeiro de 1963¹⁸⁸.

¹⁸³ Aristides Pereira, “O perfil de Cabral e a actualidade do seu pensamento”, in *Continuar Cabral, Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983, Praia, Edição Grafedito/Prelo – Estampa, 1983, p. 34.

¹⁸⁴ Entrevista a Armanda Lopes Cabral, Bissau, 21 de Outubro de 2002.

¹⁸⁵ Juvenal Cabral, “Da Ilha de Santiago”, *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, 1 de Abril de 1937, p. 4.

¹⁸⁶ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 22 e 439.

¹⁸⁷ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 439.

¹⁸⁸ AMS, “Relatório sobre o desenvolvimento da luta em Cabo Verde”. Reunião de Quadros responsáveis, Dakar, 17 a 20 de Julho de 1963.

Há que admitir, no entanto, que a curta experiência de Amílcar Cabral, no interior de Santiago, aliada ao facto de um dos progenitores (Juvenal Cabral) ser oriundo dessa região e uma pessoa bastante conhecida em toda a ilha, forão factores determinantes na fase de implantação do PAIGC em Santiago e na mobilização para a luta armada de libertação nacional naquela ilha, nos anos sessenta.

O regresso da mãe, Iva Pinhel Évora, a Cabo Verde, ainda em 1933 ou 1934, e a custódia conseguida sobre os seus filhos, veio pôr termo a esta experiência rural. De acordo com Armanda Lopes Cabral, a mãe teria ido buscá-los logo no dia seguinte após a sua chegada da Guiné, trazendo-os para a Cidade da Praia, para a casa da avó Nha Ducha¹⁸⁹, onde permaneceram até conseguirem finalmente um domicílio¹⁹⁰.

Contudo, segundo a versão de Pedro Martins, natural de Santa Catarina, baseada fundamentalmente em testemunhos da sua mãe, as coisas não parecem ter sido tão fáceis como alega Armanda Lopes Cabral. De acordo com aquele autor depois do regresso da Guiné, Iva Pinhel Évora ter-se-ia deslocado inúmeras vezes a Santa Catarina na tentativa de obter a custódia dos filhos:

A nossa mãe contava-nos muitas histórias dele [do Amílcar] desde os tempos da sua meninice. O que me ficaria na memória era que, quando a D. Iva, mãe de Amílcar, ia visitá-lo, assim como aos outros filhos que viviam com o pai deles, eram criadas dificuldades imensas, e os meus avós tinham que interceder para que ela os pudesse ver¹⁹¹.

Estes encontros entre mãe e filhos não se produziam na casa nova construída por Juvenal, mas geralmente “em casa dos meus avós”, escrevia Pedro Martins¹⁹². Este autor assegura ainda, com base nos testemunhos de familiares, que, da última vez que Iva Pinhel Évora “fora visitá-los, encontrara o Amílcar muito atrasado nos estudos”¹⁹³, facto que, certamente, teria precipitado a tomada da alçada dos seus filhos: “Ela chorava e o Amílcar consolava-a naquele tom convincente que possuía desde criança: «Mãe não chores, um dia hei-de fazer-te feliz»”¹⁹⁴.

Em todo o caso, a confirmar-se qualquer uma das duas versões anteriores, ficaria sempre a impressão da existência de uma relação tumultuosa entre os progenitores de Amílcar Cabral, devido à separação e a conseqüente disputa pela custódia.

¹⁸⁹ Entrevista a Armanda Lopes Cabral, Bissau, Outubro de 2002.

¹⁹⁰ Figura 7 no Anexo II – Galeria de Imagens.

¹⁹¹ Pedro Martins, *Testemunhos de um combatente*, Praia-Mindelo, Instituto Camões, Colecção «Documentos para a História de Cabo Verde», Centro Cultural Português, 1995, p. 177.

¹⁹² *Idem, ibidem*, p. 177.

¹⁹³ *Idem, ibidem*, p. 177.

¹⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 177.

Com a mudança para a Praia, Amílcar trocava o isolamento e o ambiente agreste de Achada Falcão por um ambiente citadino. É natural que, com a liberdade e independência conquistadas nesta cidade e, mais tarde, no Mindelo, para onde se mudaria a fim de frequentar o único liceu que havia no arquipélago, nos seus regressos de férias a Achada Falcão, Amílcar começasse a influenciar o irmão Luís Cabral. Desta forma começaram a fugir às restrições¹⁹⁵ e a aprenderem, desde muito cedo, “a contestar muitas das ordens resultantes do esquema de vida rígido” que lhes eram impostos¹⁹⁶. Mas, um dos resultados imediatos produzidos por esta mudança de Amílcar Cabral, de Achada Falcão para a Cidade da Praia, sucedeu ao nível da recuperação das ligações afectivas com a mãe, Iva Pinhel Évora, interrompidas durante mais de um ano, em virtude de estar permanecido na Guiné.

2.2. A entrada de Amílcar Cabral para a instrução primária

Um dos aspectos da socialização de Amílcar Cabral, na sua componente escolar, que não cessa de levantar polémica e assumidas dúvidas, é o da frequência do ensino primário, designadamente, no que concerne ao lugar exacto em que ocorreu.

Também aqui se pergunta do porquê da relevância deste assunto? Para nós, uma resposta, ainda que provisória, permitir-nos-ia não só entender o papel dos progenitores no processo de socialização de Amílcar Cabral e, por conseguinte, determinar as ligações afectivas entre pais e filho, mas também a maior ou menor prevalência dos vínculos entre este e o(s) espaço(s) em que decorreu esse processo. A posição de vários autores sobre este assunto tem sido, ao longo dos anos, pautada pela discrepância e falta de consensualidade. Para já, a maioria inclina-se a favor da tese de que Amílcar Cabral teria frequentado a instrução primária na Cidade da Praia. Assinale-se, dentre eles, Mário de Andrade¹⁹⁷, Oleg Ignatiev¹⁹⁸, Oscar Oramas¹⁹⁹, Patrick Chabal²⁰⁰, Bernardo P. Vaschetto²⁰¹, Luís Cabral²⁰² e Oswaldo Osório²⁰³.

¹⁹⁵ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 440.

¹⁹⁶ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 439.

¹⁹⁷ “Après les études primaires à Praia, Amílcar poursuit le cycle secondaire à Mindelo, dans l’île de San Vicente, au Lycée Infante Dom Henrique (dénominée plus tard Gil Eanes)” (Mário de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai de biographie politique*, Paris, Maspero, 1980, p. 20); e também do mesmo autor “Amílcar Cabral, who had gone to primary school at Praia, attended the Infant Don Henrique Seconadry School at Mindelo on the Island of São Vicente” (Amílcar Cabral, *Unity and Struggle...*, p. XIX).

¹⁹⁸ De acordo com este autor, o pai de Amílcar Cabral teria regressado em Outubro de 1932, “mas passados três anos (isto é, em 1935), mandou chamar Amílcar, matriculando-o na escola primária da Praia” (Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral*, Moscovo, Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, 1990, p. 10).

¹⁹⁹ No seu estudo, Oscar Oramas afirma que “Amílcar Cabral continua os seus estudos na Cidade da Praia, pois com a idade de 12 anos seu pai foi transferido para as Ilhas de Cabo Verde” (*ob. cit.*, capítulo 1, p. 15).

Gerald Moser, ao invés, defende que, por causa dos estudos, Amílcar Cabral “foi enviado para as Ilhas, primeiro para a Escola Elementar de Santa Catarina, depois para o Liceu do Mindelo em San Vicente”²⁰⁴. Nesta linha também se afirma, num documentário exibido pela Radiotelevisão de Cabo Verde (RTC), em 1986, que este teria feito “os seus estudos primários em Santa Catarina e o liceu em S. Vicente”²⁰⁵.

Outros preferem não arriscar nenhum lugar em particular, fazendo com que as dúvidas e as incertezas sejam maiores e, também, a curiosidade em esclarecer o enigma. Integram este grupo os seguintes autores: José Pedro Castanheira, José Vicente Lopes e Carlos Pinto Santos. O primeiro, subentendendo que Amílcar Cabral teria frequentado o ensino primário na Ilha de Santiago e que depois de o ter concluído foi “obrigado a separar-se da família e a mudar de ilha, para São Vicente”²⁰⁶, em nenhum momento apontou o lugar exacto onde isso teria tido lugar, isto é, nunca disse se foi na Cidade da Praia, em Achada Falcão ou mesmo em Santa Catarina, sede do Concelho.

Por sua vez, José Vicente Lopes também optou pelo caminho mais fácil e menos polémico, assegurando, na linha de José Pedro Castanheira, que “Amílcar Cabral fez a instrução primária em Santiago e o liceu em S. Vicente”²⁰⁷.

Por último, Carlos Pinto Santos releva apenas a passagem de Amílcar Cabral pelo Liceu do Mindelo, omitindo a frequência dos estudos primários²⁰⁸.

Com excepção de Oscar Oramas e de Rafael Barbosa, nenhum dos autores anteriores se refere a uma eventual frequência dos estudos primários na Guiné, o que nos leva a deduzir que, à partida, descartam tal hipótese. Oramas assegura que Amílcar Cabral continuou “os seus estudos na Cidade da Praia”²⁰⁹. Essa ideia de continuidade indicia (ou pelo menos subentende) que Amílcar Cabral teria iniciado os estudos primários no país natal, antes de o abandonar, o que, como veremos mais adiante, não corresponde à verdade.

²⁰⁰ “He began primary school in Praia, Santiago, at the age of twelve” (*ob. cit.*, p. 29).

²⁰¹ Este autor, por sua vez, afirma que Amílcar Cabral “frequenta o ensino primário, na Rua Serpa Pinto, na Cidade da Praia, Ilha de Santiago” (Bernardo P. Vaschetto, *ob. cit.*, p. 134).

²⁰² Apesar de, em nenhum momento, se referir muito explicitamente à frequência do ensino primário do seu meio-irmão, Luís Cabral publica, na parte final da sua obra, uma foto do Amílcar, alegadamente, tirada quando este “terminou a escola primária na Praia” (*Crónica da Libertação*, p. 449).

²⁰³ Oswaldo Osório afirma que Amílcar Cabral “fez os seus estudos primários na Praia e o Liceu em S. Vicente” (*ob. cit.*, p. 37).

²⁰⁴ Gerald Moser, “Amílcar Cabral, poeta”, *Raízes* [Cabo Verde], n.ºs 17/20, ano 5, Janeiro e Dezembro de 1981, p. 6.

²⁰⁵ RTCV, 1986.

²⁰⁶ José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 26.

²⁰⁷ José Vicente Lopes, *ob. cit.*, p. 45.

²⁰⁸ Carlos Pinto Santos, *ob. cit.*, p. 9.

²⁰⁹ Oscar Oramas, *ob. cit.*, Capítulo I, p. 15.

Em entrevista que nos foi concedida, Rafael Barbosa alega que Amílcar Cabral teria estudado em Bissau e que o seu pai seguramente lhe dava explicações²¹⁰. Rafael lembrava-se ainda de “um livro de boa encadernação” que Amílcar utilizava, concluindo, a partir daí, que frequentaria, pelo menos, a 4.^a classe²¹¹. Estas revelações de Rafael Barbosa carecem, contudo, de fundamento sólido. Em primeiro lugar, porque, com oito anos de idade, que é aquela com que efectivamente Amílcar Cabral abandonou a Guiné (1932), seria manifestamente impossível que frequentasse já a 4.^a classe. Em todo o caso, a ser verdade que tivesse iniciado de facto os estudos primários na Guiné (o que duvidamos), quando muito teria terminado a 1.^a classe, e isto se tivesse sido matriculado em 1931, ano em que completou os sete anos de idade obrigatórios para a primeira inscrição no ensino primário, de acordo com a legislação em vigor. Teria sido matriculado? Teria completado a 1.^a classe? Para já, antes de avançarmos com uma resposta à primeira pergunta, e servindo-nos exclusivamente da documentação disponível neste momento, queremos assinalar, em relação à segunda, que, a ter frequentado e concluído a 1.^a classe na Guiné, haveria que admitir a possibilidade de ter tido ainda tempo para se inscrever na 2.^a classe, antes de abandonar o país natal, em Novembro de 1932. Mas para isso era necessário estar matriculado, o que resulta difícil de admitir.

Para além de alguma documentação do Liceu Infante D. Henrique, que nos ajudou a conhecer o ano e a idade com que Amílcar Cabral entrou para aquele estabelecimento de ensino, como a seu tempo veremos, não encontramos nenhuma outra referente à frequência da instrução primária, entre 1932 e 1937. Por isso, a resposta à primeira pergunta deve ser averiguada no acervo documental do Liceu Infante D. Henrique (que tomou a designação, em 1938, de Liceu Gil Eanes), com a atenção centrada no ano em que foi aqui admitido. Efectivamente, Cabral frequentava o 1.^o ano do 1.^o ciclo do liceu, no ano lectivo de 1937/38, o que significa que teria tido tempo para frequentar todo ensino primário, na modalidade de ensino oficial ou doméstico (explicações), em Cabo Verde, tendo como ponto de partida o ano em que chegou ao arquipélago (1932). O contrário, isto é, admitir a possibilidade de ter estudado na Guiné, apontaria para um significativo atraso de Amílcar Cabral nos estudos. Por isso, descartamos para já tal hipótese. Mas, ainda assim, a dúvida persiste relativamente à eventual frequência do ensino primário em Santa Catarina, defendida por Gerard Moser e no já referido documentário da Radiotelevisão de Cabo Verde (RTC), da autoria de Ana Lisboa. Estamos convencidos,

²¹⁰ Entrevista a Rafael Barbosa, Bissau, Outubro de 2002. Rafael Barbosa faleceu, recentemente em Dakar, aos 79 anos de idade, vítima de doença; e também entrevista de Rafael Barbosa à Radiodifusão Nacional da Guiné-Bissau, Bissau, 19 de Setembro de 2002.

²¹¹ *Idem, ibidem.*

porém, de que, ao referir-se a Santa Catarina, Moser estava, certamente, a pensar no seu sentido amplo, isto é, em qualquer uma das freguesias da sede do Concelho. É que afigurar-se-nos-ia muito pouco provável que, residindo com o pai em Achada Falcão, a uns 4/5 km da sede do Concelho (Santa Catarina), Amílcar tivesse de vencer diariamente a distância que separava as duas localidades para assistir às aulas. Tanto mais que comprovamos a existência de uma escola primária²¹², em Achada Falcão, pelo menos no ano lectivo de 1932/33. Portanto, o mais lógico, nesta circunstância, seria que tivesse sido matriculado em Achada Falcão. Teria sido efectivamente assim? Uma resposta positiva apontaria, também aqui, para o atraso de Amílcar Cabral, se se considerar o ano em que entrou para o liceu. Relativamente a este assunto, talvez a catalogação de centenas de caixas amontoadas no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (Praia), provenientes da Administração de Santa Catarina, venha a fornecer outras pistas e esclarecimentos adicionais sobre esta matéria. Até lá, teremos de nos contentar com as únicas informações que existem a este respeito, na tentativa de encontrar uma resposta ainda que provisória.

Estaria o eventual atraso, que apontámos há pouco, relacionado com aquele a que Pedro Martins se referia²¹³? Talvez. O testemunho do antigo combatente do PAIGC parece conduzir, no entanto, a outras duas possíveis leituras: em primeiro lugar, a de que ele estudava, embora se tivesse atrasado; em segundo, a de que nem sequer teria iniciado os estudos. A falta de mais elementos não nos permite confirmar ou infirmar nenhuma das duas leituras que o livro de Pedro Martins nos suscitou. É que, se se considerar ainda o ano em que entrou para o liceu (1937), é bem provável que, a ter iniciado o estudos primários (oficial ou doméstico) em Achada Falcão, não tivesse tido sucesso, o que teria precipitado a movimentação da mãe para obter a sua custódia. Certamente, um dos factores impeditivos que se pode invocar é o de ter chegado a Achada Falcão bastante tarde (finais de Novembro de 1932), já com o ano lectivo em curso. Mas, este argumento também não é suficientemente convincente, uma vez que, apesar da partida tardia da Guiné, Amílcar Cabral podia ainda ter sido matriculado em qualquer estabelecimento de ensino primário do arquipélago, até Março de 1933, de acordo com a legislação em vigor. Se se vier a confirmar que Amílcar Cabral não chegou a frequentar o ensino primário em Achada Falcão e muito menos em Santa Catarina (Assomada), isto levantaria, associado à inexistência de vínculos afectivos com o pai, sérias dúvidas acerca do papel de primeiro plano que alguns autores têm tentado atribuir a Juvenal Cabral na formação do Amíl-

²¹² AHN (Praia), *Colónia de Cabo Verde, Anuário Estatístico. Ano I, 1933*, Cidade da Praia – Cabo Verde, Serviços de Estatística, p. 204.

²¹³ Pedro Martins, *ob. cit.*

car. Tanto mais que, de acordo com a irmã, Armanda Lopes Cabral, a vinda do Amílcar para Cabo Verde acompanhando o pai, foi exactamente para que aquele pudesse estudar²¹⁴. Haveria que indagar também as razões que contribuíram para que, tendo atingido, na Guiné, a idade de 7 anos em 1931, não tivesse sido matriculado por nenhum dos progenitores. Sobretudo, sendo o pai professor primário do quadro e defensor intransigente de que o Governo colonial deveria massificar a instrução nas colónias.

Outra hipótese a considerar é a de ter frequentado o ensino doméstico ou particular. Mustafah Dhada é, para já, o único autor a assegurar que, até 1935, Amílcar Cabral teria frequentado o ensino doméstico em Cabo Verde²¹⁵, embora sem explicar em que localidade tal teria acontecido. É contudo fácil de deduzir que Dhada estivesse a pensar na Cidade da Praia, uma vez que, em 1935, Cabral residia com a sua mãe naquela cidade. Ao tempo era possível frequentar o ensino doméstico ou particular e depois propor-se a exame para a entrada no liceu. De qualquer modo, essa hipótese avançada por Dhada também nos induziu a outras leituras, a fazer perguntas e até a assinalar algumas contradições. Por um lado, aquele autor aponta para a possibilidade de Amílcar Cabral ter terminado o ensino primário naquele ano. Por outro, sugere que, depois daquela data, Cabral não tinha terminado ainda aquele grau de ensino. Em terceiro e último lugar, chama a atenção para a possibilidade de, a determinada altura, Cabral ter trocado o ensino doméstico pelo oficial. No primeiro caso, Cabral teria entrado para o liceu muito mais cedo do que realmente aconteceu ou teria estado, pelo menos dois anos, a aguardar a entrada no liceu o que, como já se disse, ocorreu, efectivamente, no ano lectivo de 1937/38. No segundo e terceiro casos, Cabral teria que frequentar mais dois anos de ensino primário oficial (isto é, de 1935 a 1937). Ora, da nossa parte, não vemos nenhuma necessidade de Amílcar Cabral frequentar o ensino doméstico ou particular para depois se transferir para o ensino oficial, embora fosse praticável. Daí que admitamos como hipótese mais crível que, em 1935, Cabral frequentasse de facto a 2.^a classe, se se considerar o ano em que entrou para o liceu.

Portanto, a tese que ganha maior consistência é, sem dúvida, a de ter acabado por frequentar a totalidade do ensino primário oficial na Cidade da Praia, como, de resto, defendem vários autores e também Otílio Tavares, um dos seus antigos “condiscípulos nos bancos” da Escola Primária Oliveira Salazar da Praia²¹⁶. A confirmar-se a frequência do ensino primário na Praia, a figura da progenitora de Amílcar Cabral, Iva Pinhel Évo-

²¹⁴ Entrevista a Armanda Lopes Cabral, Bissau, Outubro de 2002.

²¹⁵ Mustafah Dhada, *ob. cit.*, Apêndice A, p. 140.

²¹⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 222 SR, “Amílcar Cabral”, Assunto: - Otílio Tavares. – Nacional, volume 1, pasta 5, fl. 490.

ra, teria de ser colocada no primeiro plano, no que concerne à socialização escolar de Amílcar Cabral. Por variadíssimas razões, é certo, mas, principalmente, por ter sido ela a empenhar-se de forma denodada na educação dos filhos.

Outro problema que frequentemente se coloca está obviamente relacionado com o ano em que Amílcar Cabral iniciou os estudos primários, conhecido o ano em que abandonou a Guiné com destino à terra dos progenitores e avançada a hipótese do ano em que a mãe, Iva Pinhel Évora, regressou da Guiné e obteve a custódia dos filhos.

Na ausência de outros elementos é aconselhável operar, provisoriamente, com a seguinte hipótese: a de ter iniciado os estudos primários ainda no ano lectivo de 1933/34 ou no ano lectivo subsequente (1934/35). No primeiro caso, Cabral nunca teria tido dificuldades em entrar para o liceu no ano em que, efectivamente, acabou por entrar (1937/38), isto é com 13 anos de idade, conforme estava estipulado na legislação em vigor²¹⁷.

A haver problemas só podia ser no segundo caso (1934/35) em que seria obrigado a mudar de estratégia para entrar no liceu no ano em que realmente entrou. É que, no final do ano lectivo de 1936, o Decreto-Lei n.º 27 084, de 14 de Outubro, veio alterar a idade mínima e máxima para a inscrição no 1.º ciclo do liceu, fixando-a, respectivamente, em 10 e 13 anos²¹⁸, e extinguindo os tradicionais exames de admissão. Antero Barros, contemporâneo de Amílcar Cabral no Liceu Gil Eanes, recorda-se de um dos seus irmãos não ter conseguido entrar, em 1936, “porque já tinha 14 anos”. E esclarece: “Foi naquele ano que houve limites. Não havia exame de admissão ao liceu mas havia uma limitação na idade”²¹⁹.

Ora, se Amílcar tivesse iniciado os seus estudos primários no ano lectivo de 1934/35, ser-lhe-ia difícil contornar o novo regime legal, numa altura em que, com 12 anos, estaria a iniciar a 3.ª classe. Se acaso tencionasse chegar ao liceu dentro do limite de idade estabelecido pelo novo decreto-lei, apenas uma possibilidade se lhe oferecia: matricular-se simultaneamente na 3.ª e 4.ª classes no ano lectivo de 1936/37. Esta possibilidade é a que sem dúvida está mais próxima da versão da irmã, Armanda Lopes Cabral, segundo a qual o irmão teria frequentado três classes (a 1.ª, 2.ª e 3.ª) num único ano lectivo²²⁰. No entanto, apesar de ser possível frequentar duas classes (e não três) no mesmo ano lectivo, parece-nos exagerada e muito pouco persuasiva esta versão de

²¹⁷ *Diploma Legislativo do Governo da Colónia* publicado no Suplemento n.º 4, ao n.º 37 do *Boletim Oficial de Cabo Verde*, de 19 de Setembro de 1934, p. 2. Neste diploma, a idade máxima e mínima para a frequência do ensino primário era de 14 anos e de sete anos, respectivamente.

²¹⁸ AHN (Praia) – RPSAC (A2 – *Correspondência recebida do Liceu...* Caixa n.º 238.

²¹⁹ Entrevista a Antero Barros, Praia, Março de 2003.

²²⁰ Entrevista a Armanda Lopes Cabral, Bissau Outubro de 2002.

Armanda Lopes Cabral. É que não vemos nenhuma razão para isso acontecer, quando ainda nem se sabia que a lei iria ser alterada. De igual modo, consideramos pouco consistente a versão confusa de Oleg Ignatiev que assegura: “Em dois meses e meio ele fez o programa de 1.^a classe, até ao Abril de 1937, da segunda, e, em Junho prestou os exames da 3.^a classe”²²¹.

Estranhamente, Ignatiev não se refere à frequência da 4.^a classe e, curiosamente, no ano de 1937, que ele aponta como sendo aquele em que Amílcar fez o programa de 2.^a classe, este estava seguramente a frequentar a 4.^a classe ou a 3.^a e a 4.^a classes. Se assim não fosse, jamais lhe teria sido possível entrar para o liceu no ano lectivo de 1937/38²²². De resto, o autor russo voltaria a equivocarse quando, taxativamente, afirma: “Em Maio de 1938, feita a escola primária, Amílcar Cabral matricula-se no Liceu Infante D. Henrique”²²³.

Ora, naquele mês e ano, como adiante veremos, Amílcar Cabral estava em vias de concluir o 1.^o ano do 1.^o ciclo do liceu²²⁴. Portanto, de acordo com a legislação em vigor, antes da alteração verificada em 1936, Cabral tinha ainda tempo suficiente, se as coisas tivessem corrido normalmente e se tivesse iniciado os estudos primários em 1933, de terminar o ensino primário no ano lectivo de 1937/38 com 13 anos e entrar para o liceu com aquela idade à data da matrícula. Teria sido assim? Não sabemos ao certo. Outra possibilidade é de ter iniciado os estudos primários normalmente, em 1934/35 e, devido à mudança que o Decreto-Lei n.º 27 084 veio introduzir em 1936, ter sido forçado a mudar de estratégia para poder ingressar no liceu no ano lectivo de 1937/38. Só assim seria obrigado a frequentar a 3.^a e a 4.^a classes em simultâneo, no ano lectivo de 1936/37, e só assim seriam plausíveis as hipóteses levantadas pela irmã, Armanda Lopes Cabral, e por Oleg Ignatiev, ainda que não nos termos em que as colocaram.

Absolutamente segura parece ser a possibilidade de Amílcar Cabral ter feito o exame de 4.^a classe no ano lectivo de 1936/37, o que é também confirmado pelo colega Manuel Lehmon, o qual chegou a declarar que o seu companheiro da escola primária foi, de longe, o melhor aluno, tendo concluído o exame para a entrada no liceu com distinção²²⁵.

²²¹ Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral*. Moscovo, Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, 1990, p. 10.

²²² AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Correspondência recebida do Liceu Central Infante D. Henrique. Processo acerca do encerramento do Liceu...”, Caixa n.º 238.

²²³ Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral*. Moscovo, Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, 1990, p. 10.

²²⁴ AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Correspondência recebida do Liceu Central Infante D. Henrique. Processo acerca do encerramento do Liceu...”, Caixa n.º 238.

²²⁵ Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 31.

O primo do lado materno do Amílcar, António Ramos Évora, confirma que Amílcar Cabral teria feito, pelo menos, os exames de 4.^a classe com o professor primário Hugo dos Reis Borges²²⁶, tendo sido um dos poucos alunos a conseguir passar no exame: “Hugo dos Reis Borges, foi professor dele naquele ano em que foi fazer a 4.^a classe. O júri chumbou quase todos os alunos daquele professor por uma questão política”²²⁷.

Tentámos averiguar, através da documentação de arquivo, a hipótese de Hugo dos Reis Borges ter sido professor do Amílcar Cabral no ano lectivo de 1936/37, de acordo com a versão do primo direito, e, de facto, constatámos que, naquele ano lectivo, o referido professor, republicano e defensor de mais instrução para a Ilha de Santiago e de uma maior autonomia administrativa e financeira para o arquipélago²²⁸, leccionava na Cidade da Praia²²⁹, tendo concorrido no ano seguinte (1937/38) à interinidade para as escolas e postos de ensino daquele concelho²³⁰. Portanto, se se considerar o ano em que Amílcar se apresentou a exame de 4.^a classe (1936/37), poderemos afirmar que a narrativa de António Ramos Évora não parece distanciar-se de uma das duas hipóteses mais plausíveis que defendemos: a de Amílcar ter iniciado os estudos primários na Cidade da Praia em 1933 ou em 1934.

2.3. A frequência do liceu

Nos inícios de Outubro de 1937, Amílcar Cabral estava já em S. Vicente, pronto para iniciar o liceu na turma B do 1.^o ciclo²³¹ de três anos, inscrito em todas as discipli-

²²⁶ Victor Hugo dos Reis Borges era natural de Santa Catarina e pertencia a família Reis Borges. Foi colaborador assíduo do *A Voz de Cabo Verde*. Chegou a fundar, naquele Concelho, em Março de 1914, uma Associação Agrícola-Comercial mais tarde denominada Comissão Comercial e Agrícola de Santa Catarina (Carlos Lopes Pereira, “Aspectos do proto-nacionalismo crioulo. Ideias e movimentos de caboverdianos durante a 1.^a República portuguesa”, *Tribuna/história*, n.º 41 (73), Ano VI – II série, Praia, 16 a 31 de Maio de 1990, pp. 11-12).

²²⁷ Entrevista a António Ramos Évora, Praia, Março de 2003.

²²⁸ Carlos Lopes Pereira, *idem ibidem*.

²²⁹ AHN (Praia) – ACP (B1) – “Processo da Junta Local de Instrução Pública, referente a: folhas de professores; relação de efectividade dos professores; posto de ensino do Concelho da Praia; relação de alunos pobres; Inspeção escolar; inventário de mobiliário e outros: Outubro de 1936 – Janeiro de 1938” – “Carta de Victor Hugo dos Reis Borges para o Ex.^{mo} Senhor... da Junta Local da Praia, datada de 18 de Novembro de 1936, Caixa n.º 33.

²³⁰ *Idem, ibidem*, “Relação dos concorrentes às interinidades das escolas e postos de ensino do Concelho da Praia, para 1937-38”, Caixa n.º 33.

²³¹ Nesta altura, no plano curricular, os liceus coloniais regiam-se ainda pelo Decreto-Lei n.º 13 279, de 12 de Março de 1927, que determinava que os Governos Coloniais aplicassem nos respectivos liceus a legislação decretada para os liceus da metrópole, na tentativa de uniformizar os sistemas de ensino. Assim, o Governo de Cabo Verde elaborou um estatuto para o Liceu Infante D. Henrique, no qual se estipula que a instrução secundária compreenderia o curso do liceu e os cursos de preparação para a Universidade. Os cursos do liceu seriam professados em cinco anos ou classes e dividir-se-iam em dois ciclos: “o primeiro constituído pelos três primeiros anos e o segundo pelos dois últimos”. Os cursos de preparação para a instrução superior seriam divididos em duas áreas: letras e ciências, qualquer deles com dois anos de duração, in AHN - Praia - RPSAC (A2) – “Processos diversos relativos ao Liceu Gil Eanes”,

nas²³², provavelmente ainda a tempo de presenciar a tradicional abertura solene que assinalava, geralmente, o início oficial das aulas, e que naquele ano teve lugar no dia 6 do referido mês. Coube a Adriano Duarte Silva a incumbência de proferir a também já tradicional “Oração de Sapiência”, dissertando sobre “o Corporativismo e a sua oportunidade Histórica”.

Contrariamente ao que sustenta José Pedro Castanheira²³³, Amílcar não se separou da família na sua ida para S. Vicente. A mãe e os restantes irmãos (Ivo de Carvalho Silva, Armanda Lopes Cabral, Arminda Lopes Cabral e António da Luz Cabral), acompanharam-no. Uma das razões para a mudança de Iva e de toda a prole para S. Vicente teria sido motivada pelo facto de não terem nenhum familiar naquela cidade que pudesse albergar o filho²³⁴, como era habitual naquela época. Arnaldo França recorda:

Um indivíduo saía daqui da Praia para ir estudar em S. Vicente, de um modo geral ia para um tipo de pensão. O tipo de pensão eram pessoas que recebiam, quer dizer, famílias, etc²³⁵.

Este sistema de recepção beneficiava sobretudo os estudantes oriundos das ilhas mais próximas como, por exemplo, S. Antão e S. Nicolau, em virtude do fenómeno migratório há muito existente para S. Vicente, onde muitos dos habitantes daquelas ilhas se haviam fixado. Deste modo, os alunos daquelas duas ilhas sempre tinham um familiar disposto a dar-lhes guarida. Este tipo de acolhimento era mais raro ou difícil quando se tratava de estudantes oriundos de outras ilhas mais distantes em termos absolutos e relativos, casos de Santiago ou do Fogo. Uma terceira razão pode ainda ter influído na mudança de Iva Pinhel Évora para S. Vicente: o interesse que a educação de Amílcar despertara, associado ao facto de se ter revelado um brilhante aluno.

Curiosamente, o liceu²³⁶, que havia iniciado o ano lectivo no dia 21 de Outubro de 1937, foi extinto, através do Decreto-Lei n.º 28 114, de 26 de Outubro do mesmo ano. A intenção do Governo da metrópole era transformá-lo numa escola prática de agricultura e numa escola industrial e comercial. As aulas acabaram por se reiniciar “excepcionalmente” a 12 de Novembro, graças às pressões dos pais dos 372 alunos que se haviam matriculado e que já tinham pago, inclusive, as respectivas propinas²³⁷. Amílcar Cabral

1928.

²³² Eram as seguintes as disciplinas do 1.º ciclo (1.º ano) de Amílcar Cabral: Ciências, Matemática, Português, Ginástica Masculina, Francês, Desenho, Educação Física e Educação Cívica.

²³³ José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 26.

²³⁴ Figura 8 no Anexo II – Galeria de Imagens.

²³⁵ Entrevista a Arnaldo França, Praia, Março de 2003.

²³⁶ Figura 9 no Anexo II – Galeria de Imagens.

²³⁷ AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Correspondência recebida do Liceu Central Infante D. Henrique, pro-

recordou este episódio do encerramento do liceu, numa sessão do seminário de quadros realizado em 1969, em Conakry, num estilo um pouco propagandístico:

Estive três meses sem frequentar o Liceu, porque o fecharam. Para eles, já bastava o que tinham feito, não era preciso mais. A partir de então, só as escolas para pescadores e carpinteiros. A população é que se levantou, protestou, e o Liceu começou a funcionar de novo²³⁸.

A 1 de Janeiro de 1938, isto é, três meses após a polémica decisão do encerramento do liceu por parte do Governo da metrópole, Amílcar Cabral deve ter tomado parte (na companhia de professores e demais alunos) numa manifestação organizada pelas “forças vivas da cidade” de homenagem ao Governador de Cabo Verde, “por motivo da sua simpática actuação no sentido da reabertura do Liceu”, conforme se escrevia num relatório do liceu²³⁹.

O encerramento desta instituição de ensino durante algumas semanas, por ordem do Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, fez com que, associado a outros motivos, houvesse, no final do ano lectivo, grande diferença entre as aulas que deveriam ter sido leccionadas e as que foram efectivamente ministradas, com destaque para o 1.º ciclo. De acordo com o relatório anual apresentado pelo reitor, Joaquim Jaime Simões²⁴⁰, das 4 453 aulas previstas, apenas se ministraram 3 805. Portanto, das 552 aulas que não se realizaram, 136 deveram-se a motivos estranhos ao liceu, 388 a faltas de presença dos professores e 128 por motivos atinentes ao liceu²⁴¹.

Apesar das perturbações causadas, no final do ano lectivo de 1937/38, Amílcar terminou o 1.º ano do 1.º ciclo, como um dos melhores alunos da sua turma (de um total de 18)²⁴², tendo feito as disciplinas com média de 13 valores. Para ele, a escola foi mais um espaço de assimilação do discurso ideológico imperial do que um lugar de consciencialização política no sentido anticolonial, a avaliar pelos programas curriculares ministrados. Rolando Martins, um dos contemporâneos de Amílcar Cabral, atesta a este propósito:

cesso acerca do encerramento do liceu, recondução dos professores interinos do Liceu, propostas para pagamentos de propinas, requerimentos diversos, etc. Janeiro – Dezembro de 1937”, Caixa n.º 238.

²³⁸ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. Partir da realidade da nossa terra. Ser Realistas”. Aos camaradas participantes do seminário de Quadros realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340001, im. 512. Também a readaptação do mesmo texto em *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.ª edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 139.

²³⁹ AHN (Praia) – RPSAC (A2), *Processo sobre as nomeações dos professores 1937/1938*, Caixa n.º 240.

²⁴⁰ *Idem, ibidem*, Caixa n.º 240.

²⁴¹ *Idem, ibidem*, Caixa n.º 240.

²⁴² AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Processo sobre a nomeação de professores interinos do Liceu Gil Eanes, Outubro de 1939 – Dezembro de 1940, Ensino Secundário Oficial – Anuário do Liceu de Gil Eanes organizado pelo Reitor Joaquim Jaime Simões”, Caixa n.º 240.

Todo o sistema educativo no tempo colonial concentrava-se, de forma exaustiva, na ideia da Portugalidade. Os programas, livros e actividades escolares tinham como objectivo último inculcar na cabeça das crianças e jovens a ideia de uma pátria portuguesa uma do Minho a Timor²⁴³.

Desta forma, foi também no liceu (e sobretudo na fase de instrução primária) que Amílcar Cabral interiorizou a propalada ideia de igualdade entre os cabo-verdianos e os portugueses ou a consciência de ser português, que entrava no discurso ideológico colonial e era veiculada nos programas curriculares, em disciplinas como História, Português, Educação Cívica e Organização Política e Administrativa do Território, tendo como consequência, como assegura Rolando Martins, citado por Aristides Pereira, a indistinção entre a cabo-verdeanidade e a portugalidade²⁴⁴.

Anos mais tarde, em pleno desenvolvimento da luta armada de libertação nacional, ao defender-se das críticas do jornalista Martinho Simões, do *Diário de Notícias*, que o acusava de ser traidor à Pátria, pelo facto de usar o pseudónimo de Abel Djassi, Amílcar responderia:

Nunca fui português, francamente. Gosto muito de Portugal, do povo português, etc. Houve um tempo na minha vida em que eu estive convencido que eu era português porque assim é que me ensinaram, eu era menino. Mas depois aprendi que não, porque o meu povo, a história da África, até a cor da minha pele... Temos que ter paciência, diabo! Não somos meninos não é? Aprendi que já não era português nada, não era português²⁴⁵.

No Liceu do Mindelo, a socialização de Amílcar Cabral desenvolver-se-ia em duas vertentes complementares do processo de assimilação da cultura portuguesa. São elas a vertente científica (disciplinas ministradas) e a cultural.

Do ponto de vista científico, a assimilação teve como epicentro algumas disciplinas curriculares como Português (1.º, 4.º, 5.º e 6.º), História (1.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º), Educação Cívica (sobretudo no 1.º, 3.º e 6.º) e, em menor grau, as Ciências Geográficas (7.º) e a Organização Política (7.º), até pela frequência com que eram ministradas. Contudo, pela sua relevância no processo de assimilação e desenvolvimento do sentimento nacional e orgulho pátrio, apenas as duas primeiras disciplinas (Português e História) nos interessam pelo conteúdo das matérias nelas leccionadas. No primeiro caso, através da disci-

²⁴³ Rolando Martins, citado por Aristides Pereira, *Uma Luta, um Partido, dois países. Guiné-Bissau e Cabo Verde*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2003, p. 90.

²⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 90.

²⁴⁵ ASRDNCV (Praia), entrevista à Rádio Voz da Liberdade com Amílcar Cabral dirigindo algumas palavras aos democratas e progressistas portugueses, Argel, 1969.

plinas de Português, Amílcar Cabral pôde aprender os rudimentos de fonética e de morfologia, adquirir vocabulário, ler e fazer análise lógica e gramatical de obras e trechos literários de autores portugueses, nomeadamente dos clássicos. Para além disso, as aulas também se centravam na educação moral, através da leitura de fábulas, descrições da paisagens de Portugal (continental, insular e ultramarina), aprendizagem dos usos e costumes, estudos de instituições e monumentos nacionais, lendas e narrativas inerentes à história da nacionalidade e exemplos de virtudes cívicas e domésticas, subtraídos da História de Portugal. No Decreto-Lei n.º 24 526, publicado no *Boletim Oficial de Cabo Verde*, a 12 de Março de 1935, afirmava-se:

O professor não deverá esquecer que a aula de português é uma das aulas do liceu em que melhor se pode desenvolver o sentimento nacional e formação moral do aluno; o conhecimento ainda que casual e fragmentário da nossa terra e da nossa civilização (o continente, as Ilhas e as colónias) deve ser ministrado sobretudo através da leitura, por forma a gerar no espírito dos alunos o amor pátrio e orgulho de ser português²⁴⁶.

No segundo caso (disciplina de História), para além do estudo da Antiguidade Oriental e Clássica e Época Medieval, o conteúdo das matérias leccionadas também incidia no estudo da História Medieval, Moderna e Contemporânea de Portugal, enquanto uma divisão da História Universal. Papel importante neste processo tinham os professores como transmissores de uma cultura e de uma ideologia. Por isso mesmo, pelo menos no tempo em que Amílcar Cabral frequentou o liceu, os professores eram por norma obrigados a fazerem um juramento de que integravam a “ordem social estabelecida pela constituição política de 1933, com activo repúdio pelo Comunismo e de todas as ideias subversivas”²⁴⁷. Ou, por outro lado, a declararem que não pertenciam e que “nem nunca pertencerão a associações ou institutos secretos”, conforme era definido no artigo 2º da Lei n.º 1901, de 21 de Maio de 1935²⁴⁸.

O liceu era também um centro cultural por excelência devido ao grande número de iniciativas levadas a cabo ao longo do ano lectivo e que incluíam a realização de exposições, conferências/palestras, teatros, excursões e sessões de poesia e desporto. Estas actividades acabavam por complementar a componente científica e completar o processo de assimilação à cultura portuguesa. Neste particular, as datas nacionais eram sempre motivo de celebração, com a realização de actividades anuais diversas. Por exemplo, a 27 de Abril de 1938, Amílcar Cabral certamente presenciou a 2.ª sessão cul-

²⁴⁶ Suplemento n.º 3, ao *Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 10, de 12 de Março de 1935, p. 2.

²⁴⁷ AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Processo referente ao Liceu Gil Eanes contendo: portarias, notas e outros – Novembro de 1942 – Dezembro de 1943”, Caixa n.º 240.

²⁴⁸ *Idem, ibidem*.

tural por ocasião das comemorações do 10.º aniversário da investidura de Oliveira Salazar na pasta das Finanças e na qual participaram todos os professores e alunos do liceu. No mesmo dia, à tarde, teve lugar a 3.ª sessão em que um dos seus professores, da disciplina de Português, Pedro S. Lobo, voltou a abordar o mesmo tema, mas desta feita só para os alunos que, como Amílcar Cabral, frequentavam o 1.º ciclo. Nas vésperas dos exames liceais, isto é, a 16 de Junho de 1938, teve lugar a 6.ª sessão destinada novamente aos alunos do 1.º ciclo.

Conforme dizíamos há pouco, integrado no conjunto das actividades culturais, era comum a realização de exposições e excursões. Por exemplo, ainda no 1.º ano do liceu, Amílcar tomou parte, a 26 de Março de 1938, numa excursão à Ribeira do Julião, durante a qual os alunos recitaram poesias, cantaram e jogaram futebol e outros desportos. Nessa excursão, chefiada pelo próprio reitor, participaram ainda os professores Aveilar, Duarte Silva e Jorge da Fonseca, estes dois últimos, respectivamente, professores de História e de Matemática de Amílcar.

Para além das celebrações do 10 de Junho também se organizaram, ao longo do ano lectivo de 1937/38, várias exposições temáticas, que contaram com a activa participação dos alunos do 1.º ciclo. Algumas destas exposições temáticas eram alusivas ao armistício e à acção dos portugueses na Grande Guerra, ao 20.º aniversário da fundação do liceu, à Restauração e à vida e obra do Infante D. Henrique, ao 80.º aniversário da abolição da escravatura e, por último, à Descoberta do Brasil²⁴⁹.

Foi, por exemplo, no âmbito das comemorações do 1.º de Dezembro em 1942, que Amílcar Cabral surgiu a ler o poema intitulado “1º de Dezembro”, que chegou a ser classificado em primeiro lugar, num concurso organizado, ainda naquele ano, pelo Liceu Gil Eanes²⁵⁰.

Além da componente científica e cultural do Liceu Gil Eanes, a própria cidade era um grande repositório de cultura. É preciso não esquecer que foi no Mindelo, ainda que de algum modo adstrito ao liceu, que surgiram dois dos mais importantes movimentos culturais cabo-verdianos da contemporaneidade, os quais atravessaram os sete anos que Amílcar passou naquele estabelecimento de ensino. Referimo-nos ao movimento dos “Claridosos” e à sua revista a *Claridade*, fundado em 1936²⁵¹ e a “Academia Cultivar”,

²⁴⁹ *Idem, ibidem*, Caixa nº 240.

²⁵⁰ “O primeiro de Dezembro no Liceu”, *Notícias de Cabo Verde*, n.º 219, Ano XII, 5 de Dezembro de 1942, p. 3. É bem possível que este poema seja o mesmo a que foi atribuído um outro título, “Restauração”, como aponta Oswaldo Osório (*ob. cit.*, p. 24).

²⁵¹ A propósito deste movimento, Manuel Ferreira, *Literatura africana de expressão portuguesa* 1. 2.ª edição, Lisboa, Biblioteca Breve. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Cultura, 1986, pp. 38-41; e também, do mesmo autor, o prefácio “Um gesto espontâneo”, in “O Fulgor e a esperança de uma nova idade”, 2ª edição, *Claridade*, Linda-A-Velha, Revista de Artes e Letras, 1986, p. XX-LXXIV;

fundada em 1944²⁵², e à sua revista *Certeza*. Portanto, não é certo que Cabral não tivesse presenciado a gênese deste movimento cultural como defende Chabal²⁵³. De resto, não só assistiu como comungou do espírito e da filosofia dos jovens (alguns deles seus companheiros do liceu) que estiveram por detrás da fundação da “Academia Cultivar”. Dois autores, Arnaldo França, que foi companheiros de carteira de Amílcar Cabral no liceu, e Manuel Ferreira, confirmaram, inclusive, ter assistido à apresentação de um texto da autoria de Amílcar Cabral, datado de 1942, “Fidemar” (“Filho do mar”), com que se candidatou à “Academia Cultivar”. Arnaldo França recorda-se desse dia de seguinte modo:

O Amílcar só praticamente no final é que se apresentou candidato à Academia. Até com um texto. Lembro-me muito bem desse texto do Amílcar que se reportava a uma tentativa de fuga a bordo de uma barco. Isso estava nas mãos do Mário Pinto de Andrade²⁵⁴.

Foi no último ano do 1.º ciclo (ano lectivo de 1939/40)²⁵⁵, por causa do desporto, que Antero Barros afirma ter conhecido Amílcar Cabral:

Ele [o Amílcar] estava no 3.º ano dos liceus e eu já estava no 7.º ano. A nossa diferença de 2 anos de idade não justifica o atraso dele (que na realidade nem era atraso!). Isto explica-se porque, naquele tempo só havia um liceu no país, que servia os estudantes de todas as ilhas de Cabo Verde, era o Liceu de S. Vicente... E os estudantes de Santiago, como o era o caso do Amílcar, iam para o liceu um bocadinho atrasados devido às condições económicas. De forma que, quando o Amílcar foi para o liceu já tinha treze anos. E eu entrei com onze anos... Conhecemo-nos precisamente por causa do Desporto. Eu era o encarregado (naquele tempo não havia associação de estudantes) da parte desportiva e ele estava sempre à frente das organizações desportivas. Ele naquele ano (depois vim a saber que nos dois anos anteriores também tinha acontecido isso) foi sempre o chefe de turma desde o 1.º ano até ao 7.º ano²⁵⁶.

Ora, durante o 1.º ciclo e durante toda a frequência do liceu, Amílcar Cabral movimentava muito os seus colegas, não só a nível desportivo, tendo chegado a fundar e a presidir, no ano lectivo de 1940/41, à Associação Desportiva do Liceu de Cabo Verde (ADA), mas também na organização do teatro do liceu. Estas qualidades devem ter-lhe granjeado respeito, admiração e confiança por parte dos seus companheiros.

Eduardo dos Santos, *A Negritude e a Luta pelas Independências na África portuguesa*, Lisboa, Editorial Minerva, 1975, pp. 57-63. Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 32.

²⁵² Manuel Ferreira, *ob. cit.*, p. 44 e ss; Eduardo dos Santos, *ob. cit.*, pp. 64-67.

²⁵³ Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 32.

²⁵⁴ Entrevista a Arnaldo França, Praia, Março de 2003.

²⁵⁵ Figura 10 no Anexo II – Galeria de Imagens.

²⁵⁶ Entrevista a Antero Barros, Cidade da Praia, Abril de 2003.

Dois aspectos relacionados com o processo de socialização escolar de Amílcar Cabral merecem ainda ser invocados. Durante a frequência do 1.º ciclo (1.º, 2.º e 3.º anos), que terminaria no ano lectivo de 1939/40, os alunos eram obrigados a inscrever-se na Mocidade Portuguesa (MP)²⁵⁷, organismo juvenil fundado em 1936, ficando o dos restantes anos (2.º ciclo) em regime de voluntariado. Assim sendo, não nos surpreenderia, muito embora não o possamos documentar para já, que Amílcar tivesse integrado aquela organização e também, à semelhança de muitos jovens da sua geração, uma outra associação juvenil chamada Falcões de Cabo Verde (Sokols), particularmente activas em S. Vicente, desde a sua fundação, em 1933, até 1939, ano em que praticamente desapareceu para dar lugar à MP²⁵⁸.

Amílcar terminou o 1.º ciclo em 1940 e iniciou, no ano lectivo de 1940/41, o 2.º ciclo composto por 2 anos (4.º e 5.º ano do liceu). Em finais de 1940, deu-se um acontecimento que marcou de forma particular a vida do liceu: a chegada do goês Diogo Luís Terry, como professor e reitor. Com ele inaugurava-se, nas palavras de Antero Barros, um novo estilo de “relacionamento aluno-professor e professor-aluno, especialmente no campo desportivo”²⁵⁹, cultural, de certa irreverência estudantil jamais vista na instituição e a nível da liberdade de expressão. Arnaldo França lembrava-se, por exemplo, de uma notícia que correu no liceu, entre 1941/42, de que a Rússia havia entrado em guerra contra a Alemanha e da manifestação que se fez no liceu:

Houve gritos a favor dos aliados. Um certo clima criado dentro do liceu, um certo clima de liberdade, talvez tivesse contribuído para uma manifestação de alunos como aquela. O Administrador do Concelho ficou em fúria²⁶⁰.

Este clima de abertura, que se verificou em praticamente todos os domínios da vida daquela instituição de ensino, culminou com a fundação da “Academia Cultivar” por Eduíno Brito Silva, Joaquim Ribeiro, Nuno Miranda, Arnaldo França, Silvestre Faria, Guilherme Rocheteau, Filinto Menezes e Tomás Martins. É de notar que um dos

²⁵⁷ AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Processo referente ao Liceu Gil Eanes contendo: portarias, notas e outros – Novembro de 1942 – Dezembro de 1943”, Caixa n.º 240.

²⁵⁸ Vide, sobre este assunto, Carlos Lopes Pereira, “Intelectuais caboverdeanos no movimento pan-africanista, in “Aspectos do protonacionalismo crioulo. Ideias e movimentos de cabo-verdeanos durante a 1.ª República Portuguesa”, *Tribuna/História*, n.º 41 (73), Ano VI – II Série, Praia, 16 a 31 de Maio de 1990, p. 12.

²⁵⁹ Antero Barros, “Discurso proferido na sessão comemorativa do 50.º aniversário da Associação Académica do Mindelo”, S. Vicente, 1 de Abril de 1990 [dactilografado].

²⁶⁰ Entrevista a Arnaldo França, Cidade da Praia, Março de 2003.

grandes impulsionadores da “Academia Cultivar” e da sua revista foi o próprio Luís Terry, que a chegou a financiar²⁶¹.

Para Amílcar Cabral, a chegada de Luís Terry foi deveras importante pela cumplicidade rapidamente tecida entre ele e o jovem estudante, e certamente derivada do facto de ser um estudante aplicado, não só nos estudos, mas também nas actividades extra-escolares. O professor Terry teve oportunidade de conhecer e de aprofundar o melhor relacionamento com Amílcar, quando este foi seu aluno nas disciplinas de Filosofia e de Organização Política e Administrativa do Território, do 7.º ano de ciências, que este concluiu brilhantemente no verão de 1944, com 17 valores.

Relativamente à amizade e cumplicidade estabelecida entre ambos, Arnaldo França afiança:

O Terry dava-se muito bem connosco. Mas talvez tivesse mais relações de amizade com o Amílcar. Como ele tinha classificações elevadas isso deve ter contado até bastante no relacionamento com o Terry²⁶².

José Leitão da Graça afirma saber, por exemplo, que “o Dr. Terry dava certos livros ao Amílcar para este ler”. E precisa: “O Dr. Terry era uma pessoa de ideias avançadas. Só dava estes livros a alunos de confiança”²⁶³.

Na nossa perspectiva, foi certamente em virtude desta cumplicidade, e ainda pelo facto de ser um dos seus protegidos, que o então reitor do liceu e seu professor, propôs Amílcar²⁶⁴, pouco depois de ele ter terminado com mérito o 7.º ano, como um dos possíveis estagiários em Portugal. Deverei auferir um subsídio mensal de 350\$00, a ser atribuído pelo próprio liceu²⁶⁵, graças à elevada verba disponível em caixa.

²⁶¹ João Nobre de Oliveira, *A imprensa cabo-verdiana. 1820-1975*, Macau, Edição Fundação Macau. Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, Setembro de 1998, p. 499.

²⁶² Entrevista a Arnaldo França, Praia, Março de 2003.

²⁶³ Entrevista a José Leitão da Graça, Praia, Abril de 2003.

²⁶⁴ AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Relatório do Reitor do Liceu de Gil Eanes. Relatório do ao ano lectivo de 1944/45. Dezembro de 1945 a Maio de 1946. Ofício n.º 108/44 de 15 de Agosto de 1944, do Reitor José Diogo Luís Terry ao Ex.^{mo} Senhor Chefe da Repartição dos serviços de Administração Civil da Praia”. Portanto, não foi por proposta de Baltazar Lopes da Silva, que ao tempo ainda não era reitor do liceu, como afirmou José Vicente Lopes (*ob. cit.*, nota de rodapé à página 54), com base numa entrevista a ele concedido por Antero Barros, na Cidade da Praia a 12 de Junho de 1995. Numa outra entrevista tida connosco recentemente na Praia, Antero Barros e Arnaldo França confirmaram que se tratava de facto de Terry e não Baltazar Lopes da Silva.

²⁶⁵ AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Relatório do Reitor do Liceu de Gil Eanes. Relatório do ao ano lectivo de 1944/45. Dezembro de 1945 a Maio de 1946. Ofício n.º 108/44 de 15 de Agosto de 1944, do Reitor José Diogo Luís Terry ao Ex.^{mo} Senhor Chefe da Repartição dos serviços de Administração Civil da Praia”.

Numa diligência anterior movida pelo reitor, o governador havia dado o seu “assentimento, com a condição do interessado tirar o curso de medicina veterinária”²⁶⁶. Nada mais soubemos acerca da proposta do reitor do liceu, bem como do seu encaminhamento. O único dado seguro foi a partida de Amílcar Cabral para a Cidade da Praia, onde se empregou na Imprensa Nacional como amanuense até ao ano seguinte, altura em que concorreu a uma bolsa da Casa dos Estudantes do Império (CEI), como oportunamente veremos.

No entanto, uma ideia nos ocorre a propósito do facto de Amílcar Cabral não ter seguido para Portugal, a fim de cursar Medicina Veterinária, conforme a decisão do Governador Amadeu Gomes de Figueiredo. É bem possível que o curso de Medicina Veterinária e o estágio não tivessem sido do agrado de Amílcar Cabral. Estaria já Cabral contra a política de imposição forçada de cursos aos candidatos à bolsa sem atender à sua vocação? Tudo leva a crer que sim, embora só o tenha feito de forma aberta, anos mais tarde, num artigo publicado em 1953, na *Présence Africaine*, com o título: “O papel do estudante africano”²⁶⁷. Neste artigo, para além de insurgir-se contra a política atrás referida, Amílcar Cabral salientava que a vocação só interessava, de uma maneira geral, “aos estudantes” que podiam “custear por si próprios as despesas da sua instrução”²⁶⁸.

3. A socialização familiar

3.1. As diferentes teses

Não há dúvida de que o microcosmo familiar é, do ponto de vista da sua função social, o grande responsável, como defende Lluís Flaquer, pela transmissão de estímulos cognitivos, de hábitos de trabalho, de modelos e aspirações culturais²⁶⁹. Serve assim um duplo objectivo: um interno que, segundo Minuchin, é o da protecção psico-social dos seus membros; e outro externo, que é o da acomodação e da transmissão dessa cultura,

²⁶⁶ *Idem, ibidem.*

²⁶⁷ *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*, 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 31.

²⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 31.

²⁶⁹ Lluís Flaquer, “Las funciones sociales de la familia”, in “La Familia”. *Documentación Social, Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*, n.º 98, Madrid, Cáritas Española, Enero-Marzo, 1995, p. 43.

isto é, da identidade²⁷⁰. Para se atingirem esses objectivos é necessário o empenhamento efectivo dos progenitores.

No caso concreto de Amílcar Cabral, vários autores parecem convencidos de que os seus progenitores contribuíram para a transmissão de estímulos. Porém, antes de avançarmos na análise das diferentes teses, importa, por uma questão metodológica, subdividir estes autores em duas correntes. De um lado, os defensores da influência repartida entre o pai e a mãe e, do outro, os defensores da influência única do pai. Muito embora se denote, numa e noutra corrente, uma certa tendência em estabelecer vínculos, pelo menos no aspecto intelectual e político, entre Amílcar e Juvenal – que é a quem a grande maioria dos autores, que abordaram este assunto, têm atribuído papel de relevo na formação do filho. Dentre estes autores perfilam-se: Mário de Andrade, Patrick Chabal, Carlos Pinto Santos, Cedric J. Robinson e Oswaldo Osório. Por outro, os que atribuem papel de relevo unicamente ao pai. Destacam-se Oscar Oramas, Oleg Ignatiev, Gérard Chaliand e Aristides Pereira. Tentaremos demonstrar, na medida do possível, depois de analisadas as duas correntes, o porquê do nosso desacordo em relação às teses apresentadas e os argumentos utilizados em sua defesa. Começemos, então, pelos defensores da influência repartida.

Por exemplo, Mário de Andrade afiança, que o pai, Juvenal Cabral, teve papel preponderante na formação de Amílcar²⁷¹, quer do ponto de vista intelectual, quer mesmo na orientação que o levou a optar pelos estudos de Agronomia²⁷². Num outro artigo publicado na *Afrique-Asie*, em 1974, Andrade insistia ainda na existência de uma certa ligação a nível do espírito de rebeldia ao assinalar:

Amilcar Cabral s'est très tôt nourri de l'exemple exaltant de son père, instituteur en Guinée, personnalité mêlée intimement aux soulèvements des premières décennies de ce siècle et homme de lettres sensible aux souffrances des populations guinéennes²⁷³.

De acordo ainda com este autor, a presença da mãe na vida de Amílcar apenas se fez sentir de meados dos anos trinta até finais da Segunda Guerra Mundial. Andrade subestimava desta maneira toda a infância de Amílcar (pelo menos até aos oito anos de idade) vivida na Guiné em que a mãe (e quase só ela) teve assumidamente um papel de

²⁷⁰ S. Minuchin, *Famílias y terapia familiar*. Barcelona, Ed. Gedisa. 1977, p. 78 e N. Barbagelati e A. Rodriguez, “Estrutura familiar e Identidade” in “La familia”, *Documentación Social, Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*, n.º 98, Madrid, Cáritas Española, Enero-Marzo, 1995, p. 50.

²⁷¹ Mário de Andrade, *ob. cit.*, p.11.

²⁷² *Idem, ibidem*, p.20.

²⁷³ Mário de Andrade, “Amílcar Cabral et la Guerre du Peuple”, *Afrique-Asie* n.º 66, Paris, 23 septembre 1974, p. VIII.

destaque. Ainda assim, Mário de Andrade paradoxalmente releva que Iva protegeu Amílcar Cabral “contra as adversidades”, sublinhando a sua determinação em proporcionar ao filho as condições para poder “triunfar na vida”²⁷⁴.

Na mesma linha, para Patrick Chabal, apesar da separação dos progenitores, em 1929, todas as narrativas apontam para a influência que Juvenal e a mãe Iva tiveram junto do filho. Da parte do pai, Chabal destaca, sobretudo, a influência política, porque, segundo ele, Juvenal era um homem politicamente formado²⁷⁵. Baseando-se, provavelmente, em informações do meio-irmão Luis Cabral, Chabal insiste a propósito da influência política de Juvenal sobre o filho Amílcar:

His concerns and the discussions which he is said to have had with the young boy were the first lessons in political education that Amilcar received²⁷⁶.

Além da política, Chabal aponta ainda a influência de Juvenal no estabelecimento de vínculos entre a Guiné e Cabo Verde²⁷⁷, reforçados com a vivência de Amílcar na Guiné²⁷⁸, como que tentando ver neles um certo espírito de continuidade, que desembocaria no grande projecto de vida de Amílcar Cabral: a unidade da Guiné e Cabo Verde.

Por último, Chabal destaca ainda que Amílcar Cabral teria herdado do pai a curiosidade intelectual, o rigor, o respeito pelas actividades académicas e o gosto pelas letras²⁷⁹. Finalmente, como também defende Mário de Andrade, ao pai se deveria a influência na escolha do curso de Agronomia, devido sobretudo, ao interesse contínuo relativamente aos problemas agrícolas da Guiné e de Cabo Verde²⁸⁰. No que concerne à mãe, Chabal realça, acima de tudo, o facto de ter inculcado no filho o sentido dos objectivos, o desejo e a determinação de ultrapassar os obstáculos da vida quotidiana²⁸¹.

Carlos Pinto Santos, por seu turno, sustenta que, “se o pai lhe aponta um exemplo de consciência e actuação, dentro das limitações legais que o fascismo de Salazar” permitia, a mãe foi, para Amílcar Cabral, “o exemplo da ternura, da protecção e do trabalho”²⁸². Do ponto de vista da formação e da consciencialização política de Amílcar Cabral, este autor também enaltece o papel do pai, ao valorizar as afirmações da própria mãe a respeito deste, segundo as quais o filho teria nascido “com a política na cabeça.

²⁷⁴ Mário de Andrade, *ob. cit.*, p.20.

²⁷⁵ Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 30.

²⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 30.

²⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 30.

²⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 30.

²⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 30.

²⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 30; e Mário de Andrade, *ob. cit.*, p. 20.

²⁸¹ Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 30.

²⁸² Carlos Pinto Santos, *ob. cit.*, p. 15.

Era filho de político. Juvenal falava-lhe de todas as coisas”²⁸³. Para além disso, Carlos Pinto Santos partilha também, com Mário de Andrade e Patrick Chabal, a tese de que Juvenal Cabral, um crítico do sistema agrícola das ilhas, teria tido alguma influência junto do filho na escolha do curso de Agronomia²⁸⁴. Foi em virtude desta influência que, de acordo ainda com Cedric J. Robinson, Amílcar deixou Cabo Verde, em 1945, rumo a Lisboa, determinado a cursar Agronomia²⁸⁵.

Em último lugar, no rol dos defensores da influência repartida, encontra-se Oswaldo Osório, para quem Amílcar Cabral teria sido produto da influência exercida pelos progenitores, à qual se deve associar ainda a sua própria sensibilidade e inteligência na hora de apreender o meio social e as circunstâncias sócio-económicas que rodearam a sua formação²⁸⁶. Na perspectiva de Osório, apenas um pai erudito e defensor dos interesses da colónia²⁸⁷, educado em Portugal e em Cabo Verde, que dedicara dezanove anos da sua vida ao professorado na Guiné e que escrevera igualmente vários artigos, demonstrando preocupação com temas de natureza social e um livro de memórias, poderia ter exercido uma influência marcante junto de Amílcar Cabral.

Na segunda corrente, encontram-se os que, omitindo o papel da mãe, consideram unicamente o papel do pai, baseando-se, exclusivamente, como nas teses anteriores, na origem social e no nível cultural de Juvenal. Três são os autores defensores desta tese: Oscar Oramas, Gérard Chaliand e Aristides Pereira. Este último, por exemplo, assinala que “a cultura paterna, de componente académica, invulgar para a época, foi de influência dominante”²⁸⁸. Do mesmo modo, Oscar Oramas salienta o seu papel, pelas inúmeras abordagens a aspectos frustrantes da situação colonial e pelas inúmeras informações de carácter etnográfico sobre a Guiné²⁸⁹ que teria transmitido ao seu filho.

Já Gérard Chaliand apenas prefere acentuar a influência que o livro do pai, *Memórias e Reflexões*, exerceu sobre Amílcar, tendo sido usado por este nas suas viagens durante os seus anos de estudante²⁹⁰.

²⁸³ *Idem, ibidem*, p. 11; e Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 39.

²⁸⁴ Carlos Pinto Santos, *ob. cit.*, p. 11.

²⁸⁵ Cedric J. Robinson, “Amílcar Cabral and the dialectic of portuguese colonialism”, *Radical América*, vol. 15, n.º 3, Somerville, May-June, 1981, p. 44.

²⁸⁶ Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 39.

²⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 39.

²⁸⁸ Aristides Pereira, “O perfil de Cabral e a actualidade do seu pensamento”, in *Continuar Cabral*, Simpósio Internacional Amílcar Cabral Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983, Praia, Edição Grafedito/Prelo, Estampa, p. 34.

²⁸⁹ Oscar Oramas, *ob. cit.*, capítulo I, p. 16.

²⁹⁰ Gérard Chaliand, “Amílcar Cabral”, *International Journal of Politics*, vol. 7, nº 4, New York, winter 1977-78, p. 4.

3.2. *Uma tentativa de desmontagem das diferentes teses*

Não é fácil avaliar o grau e a intensidade das influências e heranças recebidas por Amílcar Cabral da parte dos seus progenitores. Em primeiro lugar, por ausência de suficiente informação a respeito deste assunto e, em segundo, porque em nenhum momento o próprio se referiu, implícita ou explicitamente, acerca disso. Assim sendo, as teses defendidas pelos diferentes autores, que analisámos nas páginas precedentes, foram elaboradas tendo por base informações e narrativas de alguns familiares e, como já se disse, o nível cultural do pai.

Alguns aspectos práticos do processo de socialização (quer na sua componente familiar, quer escolar) de Amílcar na Guiné e em Cabo Verde, não só desmentem, como contrariam, de forma categórica, o papel de primeiro plano que se tem tentado atribuir ao pai. E a razão não é para menos. Na Guiné (já o dissemos), entre 1924 e 1932, Amílcar passou, como aliás seria de esperar, muito mais tempo com a mãe do que com o pai, situação que também se vai repetir em Cabo Verde. Logo, no domínio da convivência, elemento fundamental e determinante do maior ou o menor grau da transmissão de influências e heranças, não se pode aceitar, à partida, a existência de fortes ligações entre pai e filho. Este facto não é de estranhar se se tiver em linha de conta o predomínio educativo da mãe no quadro da cultura guineense e cabo-verdiana em particular e africana em geral. Já anteriormente tentámos estabelecer marcos cronológicos acerca da reduzida convivência entre pai e filho, assim como os diferentes momentos de socialização de Amílcar Cabral, quer na Guiné, quer em Cabo Verde, e que, em nossa opinião, contribuíram, de algum modo, para que tivesse havido muito pouca convivência entre ambos. Até o facto de, tradicionalmente, a educação das crianças estar a cargo das mães, como já se disse, inviabiliza, à partida, a existência de fortes vínculos entre Amílcar e o pai.

Tendo passado, como já se disse, a maior parte do tempo com a mãe, quer na Guiné (Bafatá, Geba e Bissau), quer mais tarde em Cabo Verde (Praia e Mindelo), não se consegue estabelecer, para já, nenhum vínculo intelectual entre Amílcar e o pai, contrariamente ao que defende Chabal²⁹¹. E muito menos se consegue provar que o tivesse orientado na escolha do curso de Agronomia, como parecem indicar Mário de Andrade²⁹², Patrick Chabal²⁹³, Carlos Pinto Santos²⁹⁴ e Cedric²⁹⁵. Duvidamos até que, o facto de Juvenal ter escrito textos relacionados com a agricultura e considerando ainda o ano

²⁹¹ Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 30.

²⁹² Mário de Andrade, *ob. cit.*, p. 11.

²⁹³ Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 30.

²⁹⁴ Carlos Pinto Santos, *ob. cit.*, p. 17.

²⁹⁵ Cedric J. Robinson, “Amílcar Cabral...”, p. 44.

em que alguns destes textos foram escritos e publicados, Amílcar Cabral tivesse tido conhecimento deles ou que os tivesse lido com apenas doze anos de idade e frequentando a 3.^a classe. Referimo-nos ao texto “Da Ilha de S. Tiago”, escrito em Dezembro de 1936, mas publicado apenas a 1 de Janeiro do ano seguinte, e que versa as consequências das chuvas do Dezembro anterior para a agricultura cabo-verdiana²⁹⁶, e a outras pequenas notícias sobre a Ilha de Santiago, que aparecem num outro texto também intitulado “Da Ilha de S. Tiago”, publicado em Abril de 1937²⁹⁷. Aliás, mesmo que hipoteticamente tivesse sido orientado pelo pai que, na véspera do anúncio de candidatura à bolsa de estudos da Secção de Cabo Verde da Casa dos Estudantes do Império (CEI), estava de malas aviadas a caminho da Guiné (22 de Abril de 1945), na companhia de um filho²⁹⁸, de donde apenas regressou a 10 de Julho²⁹⁹, haveria sempre que contar com outros factores condicionantes que poderiam ter influído decisivamente para que Amílcar Cabral escolhesse o curso de Agronomia. Ele mesmo expõe, entre outros, alguns destes factores no artigo “O papel do estudante africano” já referido. O primeiro seria a falta de meios económicos para que um africano das colónias portuguesas pudesse frequentar, à sua custa, os cursos em Portugal e a imposição de um certo número de cursos na altura das candidaturas às bolsas³⁰⁰. No seu caso concreto, como teremos a oportunidade de verificar mais desenvolvidamente, nas normas do concurso ao qual se candidataria à bolsa, dava-se preferência aos candidatos que tivessem optado por cursos técnicos. A sua apresentação e a sua selecção posterior não nos permitem afirmar que a escolha do curso de Agronomia tivesse sido intencional ou fruto da sua vocação pessoal. No entanto, em correspondência datada de 20 de Agosto de 1948, o próprio Amílcar dava a entender que a escolha fora propositada³⁰¹, ao referir-se, como veremos mais adiante, ao seu sonho de regressar a África

Talvez essa vocação e intencionalidade tenham estado até, como já se assinalou, por detrás de uma eventual recusa de Amílcar Cabral em frequentar o curso de Medicina Veterinária em Portugal³⁰². Amílcar teria preferido certamente aguardar por uma melhor

²⁹⁶ Juvenal Cabral, “Da Ilha de S. Tiago”, *Notícias de Cabo Verde*, n.º 136, Ano VI, S. Vicente, 1 de Janeiro de 1937.

²⁹⁷ Juvenal Cabral, “Da Ilha de S. Tiago”, *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, 1 de Abril de 1937, p. 4.

²⁹⁸ AHN (Praia) – ACP (B1), “Lista de passageiros embarcados no porto da Praia Fevereiro – Dezembro de 1945”, SC.J/SK.F/Caixa 099.

²⁹⁹ *Idem, ibidem*, Caixa 099.

³⁰⁰ «Les Etudiants noirs parlent», *Présence africaine*, Caderno especial n.º 4, 1953; e também um extracto publicado em *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*, 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, pp. 31-32.

³⁰¹ Mário de Andrade, *ob. cit.*, p. 32.

³⁰² Em Cabo Verde, onde o entrevistámos, José Leitão da Graça teria afirmado que lhe parecia que, no princípio, o Amílcar era para estudar Direito. Diz ele a propósito: “Só não foi, não sei porquê, foi para Agronomia, porque ele era muito amigo do Dr. Terry” (Entrevista a José Leitão da Graça, Praia - Cabo

oportunidade e atender à sua vocação do que aceitar uma imposição. Assim sendo, e pondo de lado completamente a “cumplicidade do pai” nesta matéria, para retomar uma expressão cara a Carlos Pinto Santos, importaria indagar também, para além da vocação natural, outras influências que tivessem contribuído para que Amílcar Cabral optasse pelo curso de Agronomia. Da nossa parte, não temos nenhuma dúvida de que a escolha teria sido motivada também pelas suas próprias preocupações, resultantes da experiência objectiva e subjectiva adquirida no arquipélago, onde pôde presenciar, sofrer na própria pele e partilhar o sofrimento do seu povo, provocado pela erosão do solo, pela seca e, por conseguinte, pela fome e falta de iniciativas políticas das autoridades coloniais para debelar estes problemas. Não é por acaso que aqueles temas entraram, como teremos oportunidade de constatar, desde muito cedo, na trajectória literária e intelectual de Amílcar Cabral, através dos poemas e escritos da adolescência e da juventude, acompanhando-o ao longo da sua formação universitária em Portugal e, mais tarde, enquanto profissional.

Por outro lado, tem-se atribuído maior responsabilidade a Juvenal na consciencialização política de Amílcar Cabral, tendo como base a narrativa da própria mãe. Dentre os que defendem esta tese, sem explicarem se essa influência política exercida pelo pai teria sido favorável ou contra o regime, podemos destacar Patrick Chabal e Carlos Pinto Santos. Para o primeiro, pelos debates e discussões que o pai teria tido com o filho e, para o segundo, ao transmitir-lhe os exemplos de consciências e de actuação³⁰³. Chabal não avança, no entanto, o ano ou os anos em que estes debates se produziram. Para nós, nada desta influência política exercida alegadamente pelo pai é clara. Mesmo conhecendo alguns dos seus desempenhos em pequenos cargos a nível da política municipal em Bafatá (Guiné) e em Santa Catarina (Cabo Verde) e as suas inúmeras intervenções escritas sobre temas de natureza pública, não se pode inferir daí que isso tenha tido algum eco junto do filho. Juvenal era um adepto fervoroso do regime do Estado Novo, apesar das críticas que tecia contra o trabalho forçado a que os seus “patrícios” eram obrigados, contra a situação de crise agrícola e contra o racismo, que não atribuía ao regime, mas entendia que era uma consequência das teorias rácicas defendidas por alguns sectores intelectuais. Retenha-se, como exemplo, o texto “Os pretos-patriotas”, que aparece publicado no *Notícias de Cabo Verde*, em Fevereiro de 1936, escrito a propósito de uma manifestação dos angolanos residentes em Leopoldville, a favor de Portugal e contra a partilha das colónias. Neste artigo, Juvenal criticava o racismo, assumindo-se como per-

Verde, Abril de 2003).

³⁰³ Carlos Pinto Santos, *ob. cit.*, p.15.

tencentente à “grande família dos pretos” que, nas suas palavras, “foram, durante séculos, objecto das mais ignóbeis aleivosias, ultrage e prepotência”³⁰⁴. Por outro lado, Juvenal solidarizava-se com “os pretos angolenses, que tam bela demonstração de civismo” acabavam de dar, “oferecendo-se e prontificando-se a defender os direitos” do “querido Portugal em África”³⁰⁵. Também aqui, pelas mesmas razões atrás invocadas, duvidamos que Amílcar Cabral tivesse conhecido e lido este texto. Mesmo mais tarde, nos anos 50, ao atacar o racismo colonial, Cabral partia mais da sua própria experiência pessoal e de casos que conhecia, do que propriamente da influência exercida pelo pai. A ter lido algum texto do pai, publicado no *Notícias de Cabo Verde*, isso deve ter ocorrido, com toda a segurança, a partir de 1938, quando entrou para o liceu e se mudou para S. Vicente (Mindelo), muito embora em nenhum momento da sua vida tenha feito referências a este assunto. Isto, partindo do pressuposto de que fosse assíduo leitor daquele órgão de comunicação local.

Também não se sabe se Amílcar Cabral conheceu outros dois memoriais escritos pelo pai, enviados, respectivamente, ao Governador de Cabo Verde, Major Amadeu Gomes de Figueiredo, em 1940, e ao Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, em 1941, muitos anos antes da sua referência e publicação no livro *Memórias e Reflexões*. Recorde-se, a propósito do memorial dirigido ao Ministro das Colónias, que Oleg Ignatiev, no seu estilo romanceado, que já lhe valeu algumas críticas por parte de Mário de Andrade e de José Luís Pires Laranjeira, defendeu que foi o próprio Amílcar a levar aquele documento à Cidade da Praia, em Dezembro de 1941³⁰⁶, o que, a ser verdade, não significaria de forma alguma que os tivesse lido. O único trabalho publicado pelo pai que estamos em condições de assegurar que conheceu e leu é o livro *Memórias e Reflexões*³⁰⁷. Tal aferição nossa prende-se com o facto de, em Janeiro de 1949, Amílcar Cabral ter escrito e publicado um “Comentário” sobre o “Monstro” (ou “Hidra”), extraído de uma passagem daquele livro no qual, não só criticava a situação de fome e de crise figurativamente representada pelo “Monstro” em que o arquipélago se via ciclicamente mergulhado, mas também para fazer um apelo à colaboração de portugueses e cabo-verdianos no combate a este flagelo, tendo em vista, segundo ele, o “engrandecimento do Ultramar Português – de Portugal”³⁰⁸.

³⁰⁴ Juvenal Cabral, “Os pretos-patriotas”, *Notícias de Cabo Verde*, n.º 127, Ano V, S. Vicente, 15 de Fevereiro de 1936, p. 5.

³⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 5.

³⁰⁶ Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral*,... p. 9.

³⁰⁷ Juvenal Cabral, *ob. cit.*, p. 41. Recentemente foi reeditada em Cabo Verde, uma nova edição dessa obra.

³⁰⁸ Mensagem-Circular : *Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1.º vol., Lisboa: ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996, pp. 7-9.

É que, pouco tempo antes, tinha havido fome no arquipélago, facto que Amílcar Cabral quis aproveitar para lançar duras críticas à situação colonial de Cabo Verde. Por outro lado, tinha havido, nos dois números anteriores da *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império (CEI), falta de colaboração e “silêncio” por parte dos cabo-verdianos, facto lamentado por um consócio que assina como “O encarregado”, provavelmente o próprio Amílcar, ao tempo a desempenhar as funções de vice-presidente da Direcção da Secção das Ilhas de Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe da CEI e, entre 1948 e 1951, presidente do Comité de Cultura daquela instituição. “O encarregado” prometia então “uma colaboração objectiva” no número seguinte³⁰⁹, o que veio a acontecer. Assim, para além da poesia e de artigos de outros cabo-verdianos, com especial destaque para os de Aguinaldo Fonseca e Jorge Ribeiro, só Amílcar, na ausência de mais colaboradores, aproveitou para publicar o poema “Rosa Negra”, os “Comentários a «O Monstro»” e um outro texto poético que supomos ser da sua autoria, intitulado “Poema”, assinado com o pseudónimo de “Visamar”.

Apesar de algumas críticas à Administração colonial, notórias em alguns textos de Juvenal, e o facto de se ter assumido, em diversas ocasiões, como “Cabo-verdeano de nascimento e raça”³¹⁰ ou como “patriota”, toda e qualquer ligação de Amílcar a Juvenal, do ponto de vista das ideias políticas resultaria, a nosso ver, extemporânea. Amílcar Cabral nunca podia ter herdado de Juvenal um sentimento de hostilidade em relação à colonização *lacto sensu*, e contra a colonização portuguesa, *stricto sensu*, conhecida que era a simpatia do pai em relação a Portugal e à ideia de Pátria-Lusitana. Por exemplo, no texto “Colónias portuguesas (reminiscências)”, escrito em Março de 1928 e publicado no *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* para o ano de 1929, Juvenal criticava duramente o célebre relatório que a Sociedade das Nações havia encomendado ao sociólogo e professor americano, Edward Alsworth Ross, em 1925, sobre a existência de abusos no trabalho forçado nas colónias portuguesas, designadamente em Angola e Moçambique, e “o fim maquiavélico a que visava – o descrédito de Portugal perante as potências mundiais”³¹¹. Com este relatório que, em Portugal e nas colónias, provocou reacções diversas nos meios políticos e intelectuais, a Sociedade das Nações pretendia saber, de acordo com Juvenal Cabral, “como os nativos eram tratados pela nação civilizadora”³¹². Muitos intelectuais e políticos alertaram na ocasião o Governo para o perigo da perda das colónias e da necessidade de defesa, conservação e preservação daquilo a que o pró-

³⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 19.

³¹⁰ Juvenal Cabral, *ob. cit.*, p. 88.

³¹¹ Juvenal António Lopes da Costa Cabral, “Colónias portuguesas (reminiscências)”, p. 132.

³¹² *Idem, ibidem*, p. 132.

prio Juvenal considerava “pátria dos Camões, Gamas, Albuquerque, Dias, Magalhães e doutros *astros* que constituem a esplendente constelação que o mundo civilizado admira”. E terminava o texto com umas quadras escritas em 1918, aquando da I Guerra Mundial, em que elogiava as façanhas e o heroísmo dos soldados portugueses durante aquele conflito, numa clara demonstração da “tradição herdada dos antigos” e com uma invocação à grandeza de Portugal, não só do ponto de vista territorial, como também em termos populacionais:

Mas Portugal não reside
Só ali no continente
Cá nesta Africa, – Ouvide –
Portugal tem muita gente!...³¹³.

No mesmo artigo, Juvenal afirmava que a África portuguesa sentia profundamente os “abalos da Mãe-Pátria”, e também que se regozijava com os seus triunfos. Na sua perspectiva, isto era o mesmo que dizer que “os africanos” sentiam “acrisolado amor pela metrópole”, de que eram “súbditos”, embora lhes escasseasse “ilustração”³¹⁴. E, aproveitando-se da sua larga experiência como professor, lançou alvitre ao Governo central no sentido de derramar “instrução a jórros, sobre a África, decretando o ensino obrigatório e profícuo da história”, tanto mais que, segundo ele, “ler a historia de Portugal” era “aprender a amar a pátria portuguesa”³¹⁵.

Estas posições de Juvenal eram comungadas, ao tempo, por muitos conterrâneos seus, o que não deve surpreender ninguém. No quadro da sociedade colonial, em que imperava a total ausência de liberdade política, era “proibido” ser-se diferente. Em virtude da educação recebida na Cidade da Praia, no Mindelo e mais tarde em Portugal, pelo menos até 1949, o próprio Amílcar teve dificuldades em libertar-se da imagem de Cabo Verde integrada dentro do chamado “Mundo Português” e também do sentimento de ser português, devido à alienação à História e à cultura portuguesas. Para nós, a ambiguidade de Amílcar que persistiu, em maior ou menor grau, até finais dos anos 40, foi, seguramente, produto da sua socialização escolar e não o resultado de influências familiares, nomeadamente do pai. Esta alienação manifestar-se-ia, de forma nítida, num poema de sua autoria intitulado “1.º de Dezembro”³¹⁶, nos “Comentários a «O Monstro»”³¹⁷ e no texto “Algumas considerações acêrca das chuvas”³¹⁸.

³¹³ *Idem, ibidem*, p. 132.

³¹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 133-134.

³¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 134.

³¹⁶ Vide o pequeno artigo intitulado “O primeiro de Dezembro no Liceu”, *Notícias de Cabo Verde*, n.º 219, Ano XII, S. Vicente, 5 de Dezembro de 1942, p. 3.

Por último, numa outra passagem do texto “Em defesa da terra”, Cabral não se coibiu de pugnar por uma estreita harmonia entre portugueses e cabo-verdianos no combate à erosão, “defendendo a Terra e o Homem de Cabo Verde, elementos indubitavelmente essenciais dentro do Mundo Português”³¹⁹.

Embora fosse evidente, em Amílcar Cabral, a ideia de Portugal uno e indivisível, que fazia parte do discurso oficial “imperial” e da socialização escolar, tal situação não deixava de colidir com a de uma certa revolta em relação ao destino do povo cabo-verdiano, estigmatizado pela fome e pelas crises agrícolas. Talvez não estejamos muito longe da verdade se dissermos que, entre pai e filho, havia, inclusivamente, sinais de que ambos tinham díspares abordagens no que dizia respeito à política. É o que se pode depreender da leitura da obra do meio-irmão Luís Cabral, a quem Amílcar Cabral testemunhara, aquando das suas férias em Cabo Verde, em 1949, um debate que teve com o pai, Juvenal, provavelmente em 1945, a propósito das eleições em Inglaterra, ganhas pelo Partido Trabalhista:

No mundo de então — explicava-me —, surgiam coisas que o pai não compreendia à primeira vista. Por exemplo, ele teve dificuldade em compreender que os trabalhistas tivessem ganho as eleições na Grã-Bretanha, depois da extraordinária acção do estadista conservador Winston Churchill, durante a guerra. «Mas o velho já começa a compreender muitas coisas», acrescentava ele³²⁰.

O interesse de Amílcar Cabral relativamente à política, pouco tempo depois de terminar o liceu, denota influências dos tempos do Mindelo, onde havia uma importante comunidade inglesa.

Parece, portanto, difícil de digerir a tese da influência determinante de Juvenal junto do filho. De resto, a única referência conhecida de Amílcar Cabral sobre o pai, para além do comentário acerca de «O Monstro», retirado de uma passagem do seu livro, foi feita aquando do seminário de quadros de 1969, em Conakry, durante o qual declarou aos seus militantes e quadros:

Mesmo o meu pai, que durante grande parte da sua vida foi professor na Guiné, estava envolvido em revoltas. Sabemos quanta vigilância tinha sobre Benjamim Correia³²¹.

³¹⁷ *Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1º vol. Lisboa: ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996, pp. 7-9.

³¹⁸ *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 1, Ano I, Praia, 1 de Outubro de 1949, p. 7.

³¹⁹ *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 2, Ano I, Praia, 1 de Novembro de 1949, p. 4.

³²⁰ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 20.

³²¹ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001, im. 146.

Estas afirmações não são, no entanto, fruto de revelações de Juvenal e espelham ainda, por outro lado, um desconhecimento de Amílcar Cabral acerca das actividades do pai na Guiné. Se alguma vez o pai esteve “envolvido em revoltas” ou manteve alguma “vigilância” sobre o comerciante Benjamin Correia, isto não esteve, de modo nenhum, relacionado com a política colonial portuguesa, mas, provavelmente, com as suas actividades enquanto procurador nas causas judiciais. Certamente, Amílcar teria tido conhecimento das actividades do pai na Guiné, durante a sua segunda estadia nesta colónia, entre 1952 e 1955 ou mesmo no decurso da luta armada de libertação nacional.

Também é difícil provar que Amílcar Cabral tivesse herdado do pai a obstinação em criar vínculos entre a Guiné e Cabo Verde, como defende Chabal³²². Sendo certo que os dois progenitores viveram e trabalharam durante muitos anos na Guiné, resulta difícil afirmar categoricamente que um deles, designadamente o pai, como parece defender Chabal, teve alguma influência determinante no estabelecimento de vínculos entre as duas colónias. Alguns autores como Mário de Andrade, Oscar Oramas e o seu próprio meio-irmão, Luís Cabral, até se apressaram em estabelecer uma relação de causa-efeito entre a influência do pai neste particular e a ida posterior do Amílcar para a Guiné. Porém, essa relação também é difícil de provar, até porque, como teremos a oportunidade de demonstrar, a ideia inicial de Amílcar nem sequer era de ir para a Guiné, mas para a África. Podia ser para qualquer território africano colonizado por Portugal, excepto Cabo Verde, como ele mesmo deixou vincado num dos trechos de uma correspondência sua, dos finais dos anos 40³²³, e num já referido poema de 1949. Muito embora tenha afirmado, no seminário de quadros realizado em Conakry, em Novembro de 1969, que “não foi por acaso” que foi para a Guiné³²⁴, interpretámos esta afirmação mais como uma tentativa de legitimação da sua liderança, no quadro do seu partido, do que uma justificação do seu regresso propositado e intencional. A finalidade desse regresso a África de Amílcar em nada tinha que ver com os alvites e sugestões muitas vezes feitos pelo seu pai aos cabo-verdianos, no livro *Memórias e Reflexões*. Se, para Juvenal, o envio de cabo-verdianos para a Guiné era, como o próprio afirmava, uma medida destinada a “atenuar ou neutralizar a acção nefasta das estiagens”³²⁵ no arquipélago, para Amílcar Cabral, o regresso inscrevia-se no quadro de uma missão reservada aos intelectuais, com evidentes motivações políticas por detrás.

³²² Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 30.

³²³ Correspondência de 20 de Agosto de 1948, in Mário de Andrade, *ob. cit.*, p.31.

³²⁴ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas de luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 147.

³²⁵ Juvenal Cabral, *ob. cit.*, p. 95.

Não se pode provar, por outro lado, que Amílcar Cabral tivesse herdado do pai o hábito da escrita e o gosto pelas letras³²⁶, como defende Chabal, uma vez que tal pode ter sido também fruto do contexto sócio-cultural vivido no Liceu do Mindelo, como se disse, onde surgiram dois movimentos literários, os “Claridosos” (1936) e a “Academia Cultivar” (1944). No entanto, tudo indica que as influências literárias, sobretudo na fase inicial, se deveram, como assinalou o próprio Amílcar Cabral, a um “amigo de boas e más horas”³²⁷, de nome Coutinho³²⁸. Foi ele quem mereceu destaque, “pela coragem” que lhe insuflou e pelo apoio dado “nas questões relativas” à sua “carreira (vaidade?) literária”³²⁹, numa dedicatória do primeiro caderno de poesia de Amílcar Cabral, intitulado “Quando cupido acerta no alvo” (datado do Mindelo entre 1940-1943).

É claro que a socialização política pode ocorrer também por influência do contexto interno e externo, isto é, a nível dos impactos do sistema colonial e do contexto internacional no conjunto da sociedade, da economia, cultura e política. Cingindo-se ao contexto político interno, podemos dizer que, no caso de Amílcar Cabral, tudo indica que, se em alguns casos conduziu a uma certa acomodação ao sistema colonial, noutros o impacto produziu uma certa revolta. Em Cabo Verde, do ponto de vista social, as diferenças entre colonizador e colonizado tenderam a esbater-se e não eram tão marcantes. Como aponta Oscar Oramas, no arquipélago, Amílcar Cabral beneficiou da “situação particular existente, pois a colónia considerava “os mestiços, filhos de portugueses, como assimilados, ou seja, também cidadãos portugueses”, o que lhes permitiu “obter uma educação estatal”³³⁰. A relativa miscigenação da sociedade cabo-verdiana fez com que esta fosse menos segmentária do que a guineense. Na suas sucessivas turmas, quer durante a instrução primária, quer no liceu, deve ter tido companheiros de carteira filhos de portugueses ou que eram produto dessa miscigenação que moldou os traços da identidade cabo-verdiana. E a relação com eles nunca poderia ter sido conflituosa, uma vez que, no seio da sua própria família, tinha exemplos dessa miscigenação. O meio-irmão, Ivo Carvalho Silva, era filho de português, de tez branca e olhos azuis. O próprio pai, Juvenal Cabral, havia casado com uma portuguesa, com a qual teve uma prole, e o avô materno do Amílcar também era português.

Foi o próprio regime quem contribuiu para que Amílcar Cabral, a pouco e pouco, se fosse apercebendo, ainda enquanto “caloiro” do liceu, de que a ilusão de ser português não passava senão de uma falsidade. Com efeito, a publicação das leis n.^{os} 1960 e 1961,

³²⁶ Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 30.

³²⁷ Mário de Andrade, *ob. cit.*, p. 21.

³²⁸ *Idem, ibidem*, p. 22. Acerca deste “amigo” de Amílcar Cabral nada mais sabemos.

³²⁹ Mário de Andrade, *ob. cit.*, p. 22.

³³⁰ Oscar Oramas, *ob. cit.*, cap. I, p. 16.

a 1 de Setembro de 1937, que interditavam a entrada nas Forças Armadas e o acesso a postos de oficiais aos naturais das províncias ultramarinas, cujos progenitores não fossem europeus, deve ter sido um dos factores determinantes. Estas leis, que também proibiam os casamentos entre os oficiais portugueses e as raparigas naturais do ultramar, não deixaram de causar grande indignação e perplexidade nas ilhas e junto da diáspora. O próprio Adriano Duarte Silva, representante eleito pelo arquipélago na Assembleia Nacional, chegou a desferir, numa sessão daquele órgão, violentos ataques contra o que considerava um ultraje.

A discriminação e o racismo declarado destas leis, consideradas por muitos como uma afronta à dignidade do cabo-verdiano, não se ficaram por aqui. Para além das referidas leis, o Decreto-Lei n.º 36 020, de 7 de Março de 1946, designadamente o artigo 7.º, veio reforçar um conjunto de regalias aos funcionários públicos de raça branca já patentes nos decretos n.º 34 169, de 6 de Dezembro de 1944, n.º 12 209, de 27 de Agosto de 1926, e que, no Decreto-Lei n.º 29 244, de 8 de Dezembro de 1938, passaram a ser extensivas aos seus descendentes em linha directa, contanto que não tivesse nenhum cruzamento com nativos. O decreto de Março de 1946 vedava ainda, aos funcionários de raça negra, o direito ao gozo de licença graciosa na metrópole, o direito de auferir salário igual ou superior a dos seus companheiros brancos e o acesso a lugares de chefia.

Esta lei do funcionalismo público, apesar de afectar todas as colónias, atingia de modo muito particular, como assinala João Nobre de Oliveira, as elites cabo-verdianas³³¹ ou os aspirantes à elite, no caso concreto de Amílcar Cabral. Em artigo publicado na *Présence Africaine*, em 1953, Cabral abordava, como teremos oportunidade de verificar mais adiante, as diferenças salariais abissais entre os trabalhadores negros assimilados e os europeus³³². Apesar da revogação, em teoria, da lei do funcionalismo público em 1951, na prática, os problemas e as resistências à colocação continuaram a afectar muitos quadros negros que abandonavam os liceus e as universidades.

O projecto da adjacência, com o qual se pretendia um estatuto para Cabo Verde idêntico ao dos Açores e da Madeira e que vinha sendo defendido por um sector de intelectuais naturais do arquipélago e na metrópole, com avanços e recuos, desde o finais do século XIX³³³, recebia assim, com os decretos anteriores, um duro golpe. É muito prováv-

³³¹ João Nobre de Oliveira, *ob. cit.*, p. 504.

³³² *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e luta...* volume I, p. 61.

³³³ *Vide*, sobre este assunto, entre outros, Rocha Martins, *História das Colónias Portuguesas*, Lisboa, Tipografia da Imprensa Nacional de Publicidade, 1933, p. 425; João Nobre de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 172-175; Aureliano Barata, “O lançamento de um Estado moderno. As reformas administrativas e judiciais do Liberalismo português”. Parte IX, in *Brigantia, Revista de Cultura*, vol. IX, n.º 3 e 4, Julho-Dezembro, 1990.

vel que esta situação tenha aberto uma porta aos adeptos fervorosos da autonomia administrativa, como Baltazar Lopes da Silva, e, mais tarde, da independência, como Amílcar Cabral.

Quando se entra no capítulo de regime de exploração colonial, cujo drama Amílcar Cabral viveu no seio de sua própria família (os trabalhos da sua mãe numa fábrica de conservas, entre outros), as coisas mudam de figura. Em nossa opinião, este drama, aliado ao contexto internacional (influências político-ideológicas do pós-guerra) contribuíram de forma decisiva para a consciencialização política de Cabral. É preciso não esquecer ainda que o futuro revolucionário integrou a geração de africanos das colónias portuguesas que, tendo nascido nos anos vinte, atingiram a maturidade pouco tempo antes do final da Segunda Guerra Mundial com todas as suas promessas no campo das liberdades, das independências e do progresso.

3. 3. A mãe como “estrela da infância agreste”

A família, sendo um microcosmo dinâmico, é capaz de se adaptar também às circunstâncias, aos condicionalismos e às vicissitudes da vida quotidiana. Em África, não é necessário grande esforço para se perceber o papel primordial que as mães desempenham no processo de formação dos filhos. Assim, o caso concreto de Amílcar Cabral, não foge à regra. Foi a mãe quem, à custa de grande sacrifício, persistência e determinação, foi sendo capaz de criar condições para a sobrevivência da sua prole. Parece-nos, pois, natural que ela tenha acabado por exercer uma notória influência sobre Amílcar, resultante de uma convivência mais permanente, que criou entre ambos uma forte relação afectiva. Como já se disse, de facto, foi com ela que Amílcar passou a maior parte do tempo, quer na Guiné (entre 1924 e 1932), quer mais tarde em Cabo Verde (entre 1933/34 e 1945).

Se, para os estudiosos que defendem a influência repartida dos progenitores, o pai esteve sempre associado, no que concerne à formação de Amílcar Cabral, entre outros, ao aspecto mais intelectual e político, como já se viu, à mãe foi-lhe reservada a componente mais austera da vida, envolvendo por isso quase todas as vertentes, excepto a formação política. De resto, é a própria Iva quem chegou a reconhecer que se “soubesse que [o filho] ia dar em político”, não lhe daria os estudos, “mas adivinhar” era “proibido...”³³⁴, concluía.

Na linha de Mário de Andrade, mas sem estabelecer nenhum marco cronológico, já vimos a relevância que Patrick Chabal atribuiu ao papel de Iva Pinhel Évora na forma-

³³⁴ “Lembranças da Iva Évora, mãe de Amílcar Cabral”, *Nô Pintcha*, n.º 225, II, de 12 de Setembro de 1976; e José Vicente Lopes, *ob. cit.*, p. 45.

ção de Amílcar Cabral ou as posições de Carlos Pinto Santos e Oswaldo Osório relativamente ao mesmo assunto.

Não há dúvida de que Iva Pinhel Évora foi o único sustento económico da família nos tempos da Guiné e de Cabo Verde, nomeadamente em S. Vicente, naqueles anos da guerra e de crises³³⁵. O bloqueio mantido no Atlântico fazia com que escassos navios chegassem ao Porto Grande de S. Vicente, com graves prejuízos do ponto de vista alimentar e social (aumento do desemprego). A crise agrícola de 1940 e o agravamento das condições de vida rapidamente fizeram com que a situação de muitos proprietários de terras atingisse os limites de saturação. Juvenal, que se havia prontificado a contribuir para a despesa dos estudos, não podia continuar a manter a sua promessa. Iva Pinhel Évora e o seu filho mais velho de outra relação, Ivo Carvalho Silva, tinham de fazer mais sacrifícios na esperança que Amílcar triunfasse na escola e, logo, na vida. António Ramos Évora recorde-se, por exemplo, que, no Mindelo, o meio-irmão de Amílcar, Ivo de Carvalho Silva, que havia frequentado “a escola de carpintaria e mercenaria”, teve de arranjar emprego e, “com o dinheiro do Ivo (o Amílcar também dava explicações) foram ajudando. De maneira que o pai já não deixava falta”³³⁶.

Para além da costura que, nas palavras de Amílcar Cabral, “não dava nada”³³⁷, Iva Pinhel Évora aproveitou a presença do contingente militar destacado na ilha para também ganhar algum dinheiro para o sustento da família, lavando-lhes a roupa e trabalhando, ao mesmo tempo, numa fábrica de conservas. Rememorando estes tempos árduos, Iva afirmou numa ocasião: “Cansei-me demais na máquina, na tina e no ferro; a trabalhar dia e noite porque não tinha o auxílio do pai”³³⁸.

Aquando da reunião de quadros cabo-verdianos ocorrida em Dakar, de 17 a 20 de Julho de 1963, ao abordar, com alguma revolta interior, a exploração de que eram vítimas as pessoas que, como a sua mãe, trabalhavam na fábrica de conservas de peixe no Mindelo, Amílcar Cabral afirmava:

Lembro-me de que na fábrica de conservas, se vinha pescado trabalhava-se por 5\$ à hora (ou dia). A fábrica fechava de vez em quando. Havia, portanto, indivíduos que aí trabalhavam, vendiam o seu trabalho mas quando havia possibilidades de trabalho³³⁹.

³³⁵ Francesco Marrocu, *Nazionalismo e identità negli intellectuali africani delle colonie portoghesi. Il caso del Capo Verde*, Tesi di Dottorato Tomo I, coordinatore Prof. Piergiorgio Solinas; tutore Prof. Giulio Angioni, Dottorato di ricerca Metodologie della Ricerca Etno Antropologica Università degli Studi di Siena, di Cagliari, di Perugia VIII ciclo Anno Accademico 1994-95, p. 103.

³³⁶ Entrevista a António Ramos Évora, Praia, Março de 2003.

³³⁷ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 1. Unidade e Luta”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 63.

³³⁸ “Lembranças de Iva Évora...”; e José Vicente Lopes, *ob. cit.*, p. 45.

³³⁹ AMS, “Relatório – o desenvolvimento da luta em Cabo Verde”. Reunião de quadros Dakar, 17 a 20 de

Seis anos mais tarde (1969), ao rememorar o sofrimento da sua progenitora no seminário de quadros em Conakry, Amílcar Cabral não deixou de salientar:

E para conhecerem melhor a pouca vergonha dos tugas³⁴⁰, eu lembro-me, por exemplo, de que, quando eu estava no liceu, a minha mãe foi para Cabo Verde, empregou-se na fábrica de conserva de peixe, porque a costura não dava nada. E sabem quanto ela ganhava por hora? Cinco tostões por hora, e, se houvesse muito peixe, podia trabalhar 8 horas por dia, ganhando 4 pesos (escudos). Mas se o peixe fosse pouco, (era preciso andar muito para chegar à fábrica) trabalhava uma hora e ganhava cinco tostões³⁴¹.

No total, foram cerca de onze anos de sacrifícios da mãe, que o filho jamais esqueceu e que o levaram a fazer-lhe, inclusivamente, algumas promessas e a colocá-la num lugar privilegiado nas suas referências escritas, mormente numa dedicatória de um poema na sua página do *Livro de Curso*, em 1949:

Para ti mãe Iva,
 Eu deixo uma parcela
 Do meu livro de curso...
 Pr'a ti, que foste a estrela
 Da minha infância agreste.
 A tua alma viva
 E o teu Amor profundo,

Aceita este tributo,
 Que tudo quanto eu for,
 Será do teu Amor,
 — Tua carne, Mãe, teu fruto!
 Sem ti, não sou ninguém.
 Só sou — porque és Mãe³⁴².

Francesco Marrocu assegura que o adjetivo “agreste” que Cabral empregou “vuole indicare proprio la precarietà economica e le difficoltà di questo periodo della vita di Cabral”³⁴³. Sem dúvida alguma. Mas também (facto ainda mais relevante) aponta para a circunstância de ter sido ela a arrancá-lo do analfabetismo. Como outra mostra de gratidão e de reconhecimento, o relatório final do curso foi novamente dedicado à mãe e, pouco depois de terminar o curso de Agronomia, já a caminho da Guiné, Amílcar não deixou de fazer escala na Cidade da Praia, com o intuito de mostrar o diploma à progeni-

Julho de 1963, im. 15.

³⁴⁰ Em crioulo, a expressão tem a conotação de colonialistas portugueses.

³⁴¹ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 2 – Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.003, im. 63.

³⁴² Vide, entre outros, *Instituto Superior de Agronomia. Curso de 1945-46*, Lisboa, Composto e Impresso na Sociedade Industrial de Tipografia, L^{da}, 1949; Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p.77; Francesco Marrocu, *ob. cit.*, p.103.

³⁴³ Francesco Marrocu, *ob. cit.*, p.104.

tora. Em conversa de despedida, no cais da Praia, com o antigo colega de carteira no Liceu Gil Eanes, Arnaldo França, Amílcar ter-lhe-ia dito o seguinte:

Tu fazes-me a justiça de não pensar que eu estou aqui com o canudo a armar-me por ter um curso superior. Mas podes calcular o que significa para a minha mãe eu mostrar-lhe o canudo³⁴⁴.

Ainda em jeito de homenagem àquela que foi de facto tudo para ele, Amílcar atribuiu o nome de Iva à filha primogénita da relação com Maria Helena Vilhena, nascida em Bissau, a 13 de Abril de 1953³⁴⁵.

4. O contexto da Segunda Guerra e a primeira consciencialização

4.1. Os impactos e as expectativas

Com 15 anos de idade, no prelúdio da Segunda Guerra Mundial (1939), o adolescente Amílcar Cabral, que se preparava para frequentar o último ano (o 3.º) do 1.º ciclo, não podia deixar de experimentar, durante os seis anos que durou o mais mortífero conflito da humanidade, as terríveis consequências e os impactos (pelo menos sócio-económicos) dessa guerra no arquipélago. Por outro lado, importa realçar para já que, também nesta colónia e à semelhança do que ocorria em muitas regiões da África e do mundo, notícias provenientes das frentes de batalha, difundidas pela imprensa cabo-verdiana, não podiam passar despercebidas numa cidade como a do Mindelo, considerada centro cultural e intelectual cabo-verdiano da época³⁴⁶. Frequentemente, estas notícias circulavam nas ruas. O Liceu Gil Eanes foi, muitas vezes, o próprio epicentro dessas notícias. Por exemplo, quando, em 1941, correu naquela instituição a nova da entrada da URSS na guerra contra a Alemanha de Hitler, houve manifestações de júbilo por parte dos alunos³⁴⁷.

Ainda frequentando o liceu, não deve ter sido difícil a Amílcar Cabral aperceber-se, como muitos dos seus companheiros, das tentativas do Estado Novo em adaptar-se à evolução dos acontecimentos à medida que a guerra avançava para o seu fim e, com ele, a anunciada vitória dos aliados. Por exemplo, uma das situações incómodas a que o

³⁴⁴ Entrevista a Arnaldo França, Praia, Março de 2003.

³⁴⁵ José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 32.

³⁴⁶ Patrick Chabal, *ob. cit.* p. 32.

³⁴⁷ Entrevista a Arnaldo França, Praia, Março de 2003.

regime teve de fazer face, nos anos finais do conflito mundial, foi a reedição da obra de História Universal de José Mattoso, usada nos programas curriculares dos liceus, já sem a fotografia da juventude hitleriana. Arnaldo França, companheiro de carteira de Amílcar no 6.º e 7.º anos do liceu, testemunha esta situação em entrevista a nós concedida na Cidade da Praia, em Março de 2003:

Lembro-me (coisas que ficam!) de uma alteração no livro do Mattoso. Nos inícios dos anos 40, comecei a estudar História. No livro do Mattoso aparecia uma fotografia da Juventude hitleriana a desfilar. Mas depois, nas edições seguintes, claro, começou a aproximar-se o fim da guerra e via-se claramente a derrota do Eixo a avizinhar-se, já não aparecia a fotografia... Nós apercebe-mo-nos disso, quando já estávamos assim no 2.º ciclo (4.º/5.º anos)³⁴⁸.

Tudo aponta, portanto, para que, além dos reflexos negativos já aludidos, o conflito mundial tivesse contribuído, igualmente, para um ainda tímido despertar de Amílcar Cabral para a política, não só pelo interesse em acompanhar a evolução da situação interna (de Cabo Verde), mas também pela sua exposição àquilo que o sociólogo americano, Walter L. Goldfrank, denomina “permissive World context”³⁴⁹. Com efeito, foi ainda em Cabo Verde, mais concretamente na Cidade do Mindelo, onde passou pelo menos sete anos (1937-1944), antes de se mudar para a Praia (1944), e mais tarde para Lisboa (1945), que Amílcar Cabral começou a ter contacto com o mundo³⁵⁰. Para isso contribuiu o facto de existir, no Mindelo, como já se disse, um dinâmico ambiente cultural, intelectual e literário, influenciado pela corrente modernista e neo-realista (*Presença* e *Seara Nova*)³⁵¹ e a presença de um contingente de milicianos portugueses, muitos deles estudantes universitários. Eles foram, em parte, responsáveis pelo aprofundamento das ligações com o mundo exterior e pela difusão de ideias marxistas, comunistas, liberais e democráticas em Cabo Verde.

Se os envoltimentos da França e da Inglaterra na guerra contra a Alemanha e a participação de grandes contingentes africanos favoreceram, na opinião do antigo dirigente da juventude comunista em França, Manuel Bridier, a agitação nacionalista e as reivindicações sociais nas suas colónias³⁵², na África, sob o domínio português, a situação

³⁴⁸ *Idem, ibidem.*

³⁴⁹ Citado em *Theorizing Revolutions*, First published, London and New York, Edited by John Foan, 1997, p. 236.

³⁵⁰ Amílcar Cabral, “Apontamentos sobre a poesia caboverdiana”, *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 28, Ano III, Praia, Janeiro 1952, p. 7; e também Aristides Pereira, “O perfil de Cabral e a actualidade do seu pensamento”, in *Continuar Cabral...*, p. 35.

³⁵¹ *Vide*, sobre este assunto, para o caso de Cabo Verde, o prefácio de Manuel Ferreira, “Fulgor e a esperança de uma nova idade”, *Claridade. Revista de arte e Letras*, 1986, pp. XIX-XXXII.

³⁵² Manuel Bridier, “Colonial Revolution and French Left”, *International Socialist Journal*, number 26-

económica, social e política tendia para o marasmo e cada vez mais se afastava das reformas que se impunham. A tímida adaptação gradual do regime à nova situação política europeia não envolvia (pelo menos nas suas colónias) a abertura política através da criação de partidos e movimentos nacionalistas. No entanto, é muito provável que, em Cabo Verde, a ideia da adjacência, que chegou a ser defendida muitas vezes nos círculos políticos da metrópole e na própria colónia, se tenha eclipsado, não só por causa das leis sobre o serviço militar e dos funcionários públicos, mas pelas esperanças e promessas que o fim da guerra anunciava, no que concerne à liberdade e autodeterminação dos povos colonizadas. Em seu lugar, embora apenas a nível das elites e de um grupo muito restrito de pessoas influentes, começou a ganhar terreno a ideia da autonomia administrativa. Esta era, pelo menos em 1946, quando Amílcar se encontrava em Lisboa, a proposta de Baltazar Lopes da Silva³⁵³. Ignora-se qual teria sido o grau de envolvimento de Amílcar Cabral no debate em torno das duas teses: adjacência ou autonomia. O que é seguro é que a derrota do Eixo, o fim da guerra e as suas consequências inspiraram e encorajaram Amílcar Cabral (com o pseudónimo de Arlindo António) a escrever, a 26 de Outubro de 1944³⁵⁴, um texto filosófico intitulado “Hoje e Amanhã”, acompanhado de uma “Carta para longe”³⁵⁵, publicado no boletim *Mensagem* da CEI, em 1949. Uma curiosidade que se nos coloca é a de saber por que razão, na altura da publicação do texto acima referido, Cabral não quis revelar a sua verdadeira identidade como o fez relativamente a outros textos publicados no mesmo ano. Teria razões para isso? Não deixa de ser curioso ainda que, na iminência do fim da guerra, estivesse mais ou menos latente, no texto de Amílcar Cabral, a esperança profética de que “do caos” surgiria “um novo mundo e melhor”³⁵⁶, de acordo com as ideologias universais do socialismo e/ou comunismo.

Antes e depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo encontrava-se dividido, de acordo com Amílcar Cabral, em dois blocos antagónicos: de um lado, o “fascismo” e o colonialismo, e, do outro, a democracia e o socialismo.

Amílcar Cabral tinha, já nessa altura, plena consciência desse facto. De resto, no referido texto, identificava, adentro do que se poderia considerar dialéctica materialista, os signos da luta ideológica que agitava o mundo, quando afirmava que o duelo a que se

27, Year 5, Rome, 1968, p. 262.

³⁵³ Entrevista de Arnaldo França a José Vicente Lopes in *Cabo Verde. Os bastidores da independência...*, p. 138.

³⁵⁴ O texto publicado na *Mensagem* aparece curiosamente com a data de Outubro de 1945, embora na “Carta para longe”, que o acompanha, tenha feito referência a 1944: “De 1944, época em que escreveste o que a seguir se lê, a 1949, vai, sem talvez o parecer, longo tempo” (*Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1.º vol., Lisboa: ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996, p. 12). A data de 1945 teria sido um erro de datação de 1949? Certamente.

³⁵⁵ *Idem, ibidem*, pp. 12-15.

³⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 14.

atribuía diversos nomes: “Segunda Guerra Mundial”, “duelo entre as democracias e as ditaduras”³⁵⁷, não passava senão de uma luta ideológica que, na sua perspectiva, já existia “há séculos, ainda que no domínio das ideias, abstracta mas sensível”, exteriorizando-se, por vezes, através das “palestra das esquinas” ou de “revoluções” que se esqueciam ou passavam “à História”. E continuava Cabral:

Outras vezes por livros e artigos que não passam de gritos de almas conscientes e desempoeiradas, dedos apontando o sofrimento da Humanidade, sublinhando a sangue, em capítulos vivos, o drama multissecular daqueles a que, cinicamente, se dá o nome de «desamparados da sorte»³⁵⁸.

Para ele, a guerra que, ao tempo, consumia a Humanidade inteira, não passava senão dessa luta de séculos ou, se não tanto, “o acontecimento necessário, – tristemente necessário” que poria “termo ao conflito que teve início desde que o homem criou na sua existência a necessidade estúpida de usufruir do trabalho do seu semelhante”³⁵⁹.

Mas, o fim da guerra representava também, para Amílcar Cabral, o fim de uma etapa histórica de “exploração do homem pelo homem” e das “injustiças sociais” e o advento de uma “nova era para a Humanidade”.

De um modo geral, Cabral acreditava que, depois da guerra, ia nascer uma nova ordem mundial que, nas suas palavras, não seria “a nazi, nem a que alguns” sonhavam que deveria ser “defendida por uma Polícia Internacional...”³⁶⁰. Cabral fazia certamente alusão à ONU, que seria criada a 24 de Outubro de 1945, em São Francisco (Califórnia), por 51 países. Amílcar Cabral revelava já, pelo menos neste texto, uma grande preocupação em relação à dignificação do Homem e acreditava plenamente, como já se disse, na emergência de outro mundo que, insistia ele, dignificaria “o Homem – preto ou branco, vermelho ou amarelo”³⁶¹.

Esta ideia de um novo mundo, que Pires Laranjeira também identificou nos textos de Alda Espírito Santo, em relação à qual afirma relacionar-se “com o prometeísmo da mudança do mundo a favor dos desvalidos”³⁶² (veja-se que Cabral empregava o termo “desamparados da sorte”³⁶³) e que fazia parte do ideário “utopista e marxista”³⁶⁴ muito

³⁵⁷ *Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1º vol., Lisboa: ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996, p. 14.

³⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 13.

³⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 13.

³⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 14.

³⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 14.

³⁶² José Luís Pires Laranjeira, *A negritude de Língua Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, Coleção: Textos/29, 1995, p. 122.

³⁶³ *Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1º vol., Lisboa: ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996, p. 13.

em voga naquele período da história da humanidade, não podia ter deixado de entrar no imaginário do revolucionário em formação. Para isso contribuiu, como reconhece T. H. Henriksen, a expansão do marxismo, não só nas universidades europeias, como nos meios urbanos das colónias africanas de Portugal³⁶⁵. Era esse marxismo que, de acordo com o jornalista e historiador romeno, Yves Benot, depois da Guerra (e mesmo antes), dominava e centralizava o debate dos intelectuais africanos, nomeadamente em torno da necessidade e dos perigos da sua aplicação integral a África³⁶⁶.

O discurso ideológico de Amílcar Cabral, sendo já nesta altura universalista, tendia para aquilo que Moser chama de libertação internacional, ao contrário do que veio a suceder mais tarde, em 1949, depois de ser influenciado pelo movimento da negritude e pelo pan-africanismo. É que, naquele ano, Amílcar Cabral começou a evidenciar uma mudança gradual já no sentido da libertação do Homem Negro, isto é, da África, integrada na libertação da própria humanidade.

Quatro dias após a saída dos resultados da sua candidatura à bolsa de estudos da Casa dos Estudantes do Império (6 de Agosto de 1945), os Estados Unidos lançavam a primeira bomba atómica sobre Hiroshima e, alguns dias mais tarde (9 de Agosto de 1945), em Nagasaki. Em Maio último, as forças do Eixo na Europa tinham-se rendido face à imparável ofensiva dos Aliados.

O fim da guerra produziu assinaláveis mudanças demográficas, económicas e tecnológicas no mundo. Esses câmbios tiveram no campo político inegável repercussão nos três continentes (Europa, Ásia e África). Em primeiro lugar, por ter marcado o princípio da derrocada dos regimes totalitários e fascistas na Europa e, em segundo, ao significar uma marcha ascendente dos povos colonizados em direcção à autodeterminação e à independência. Neste sentido, a colaboração de grandes contingentes de soldados negros, que integrados nas forças aliadas, veio contribuir, no fim da guerra, para o surgimento de um movimento de consciencialização³⁶⁷ e, por conseguinte, de exigências de melhoria das condições de vida material e até da aplicação, nas colónias africanas, da Carta do Atlântico³⁶⁸. O Presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, e o Primeiro-Ministro britânico, Winston Churchill, haviam acordado, em 1941, respeitar o direito que assistia a todos os

³⁶⁴ José Luís Pires Laranjeira, *ob. cit.*, p. 122.

³⁶⁵ T. H. Henriksen, "People's war in Angola, Mozambique, and Guinea-Bissau", *Journal of Modern African Studies*, 14, 3, London, Cambridge University Press, 1976, p. 391.

³⁶⁶ Yves Benot (translated by Nzongola-Ntalaya), "Amilcar Cabral and the International Class Movement", *Latin American Perspective*, volume II, number 2, issue 41, London, 1984.

³⁶⁷ J. Ayodele Langley, *Pan-africanism and nationalism in West Africa. A Study in ideology and social classes*, Oxford, at the Clarendon Press, 1973, chapter IX, p. 347.

³⁶⁸ Cf. *The Atlantic Charter and British West Africa (1943)*, memorandum issued by the NCNC; e também *The Atlantic Charter and Africa from an American Standpoint by The Committee on Africa, The War, and Peace Aims* (New York, 1942).

povos de escolherem a forma de Governo sobre a qual desejavam viver. A humanidade estava a erguer-se de uma longa e mortífera guerra e dava os seus primeiros passos em direcção a uma nova era.

No que dizia respeito aos povos africanos, foi a partir de 1945 que se iniciou, por intermédio de movimentos pan-africanistas, a marcha irreversível em direcção à emancipação, que veio completar assim o movimento de independência dos povos colonizados, e que o político e revolucionário jugoslavo, Edvard Kardelj, chamou «Revolução mundial anti-imperialista»³⁶⁹. Na sequência do pós-guerra, importa assinalar a elaboração e o envio, ainda em Abril de 1945, por iniciativa da Federação Pan-Africana em parceria com outras quatro organizações congéneres³⁷⁰ e dos líderes da Federação Mundial do Comércio reunidos em Londres, de um “Manifesto” dirigido à Conferência da Sociedade das Nações reunida em São Francisco. Nesse “Manifesto”, atacavam Portugal e Espanha em virtude dos regimes que possuíam e da política segregacionista e discriminatória seguida nas suas colónias de África³⁷¹.

Nas recomendações finais propunha-se ainda que se adoptassem, com a maior celeridade, medidas políticas que assegurassem um desenvolvimento rápido da economia, da vida social e cultural dos povos africanos³⁷². Entre os subscritores do supracitado “Manifesto” encontravam-se George Padmore, K. A. Chunchie, Samson Morris, K.A. Korsah, Harold Moody e R. W. Beoku-Betts, bem como outros importantes líderes de organizações de trabalhadores da África Ocidental, com especial destaque para Garba-Jahump (Secretário da Trade Union Congress da Gambia), J. S. Annan (Trade Union da Costa do Ouro), T. A. Bankole (Presidente da Trade Union Congress da Nigéria) e H. N. Crichlow da Trade Unions³⁷³, da Guiana Britânica. Já anteriormente (a 5 de Fevereiro), na conferência da World Trade Union, realizada em Londres, se exigia o fim do sistema das colónias e o estabelecimento de uma nova ordem mundial, em que os países colonizados pudessem aceder ao estatuto de nações livres³⁷⁴. A própria Organização das Nações Unidas, fundada em 1945, durante a Conferência de São Francisco, exerceu pressões sobre os países colonizadores, no sentido de porem em prática estas medidas. A 4 Maio, muito provavelmente como consequência do “Manifesto” elaborado pelas orga-

³⁶⁹ Edvard Kardelj, *Raízes Históricas do Não Alinhamento. Donde vêm, para onde vão os Não Alinhados?* Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, p. 16.

³⁷⁰ Sobre este assunto, J. Ayodele Langley, *ob. cit.*, p. 348. Eram elas: a Liga dos Povos Negros, a WASU, a International African Service Bureau (IASB) e o Centro Bem-Estar Negro (Manchester e Liverpool).

³⁷¹ J. Ayodele Langley, *ob. cit.*, p. 349; e também, na mesma obra, o Appendix II, “Manifesto for Presentation to the United Nations Conference”, San Francisco, April 1945, p. 381.

³⁷² *Idem, ibidem*, Appendix II, p. 381.

³⁷³ J. Ayodele Langley, *ob. cit.*, p. 349.

³⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 348.

nizações acima referidas, introduziu-se uma emenda no capítulo XI do artigo 73.º da Carta, sobre a autodeterminação dos povos³⁷⁵, na qual se declarava, expressamente, que se deviam “desenvolver relações amigáveis baseadas no princípio de igualdade de direitos dos povos e do direito de disporem de si próprios”³⁷⁶.

De 15 a 19 de Outubro de 1945, teve lugar em Manchester, a V Conferência Pan-Africana³⁷⁷, na qual a independência africana foi explicitamente reclamada³⁷⁸ por delegados de numerosos países africanos. No ano seguinte (9 de Fevereiro de 1946), no seu 27.º Plenário, a Assembleia-geral das Nações Unidas fez um chamamento às potências colonizadoras no sentido de promoverem o progresso e o bem-estar dos povos colonizados, de lhes prestar auxílio e assistência, de modo a poderem criar instituições políticas livres e avançar em direcção a formas de autogoverno³⁷⁹. Estava assim aberto o caminho para o (re) lançamento das ideias emancipadoras e nacionalistas em diferentes regiões do globo. Para tal, contribuíram o fluxo informativo, as facilidades das comunicações, o regresso aos seus países de origem dos contingentes estrangeiros (nomeadamente africanos) que haviam participado na guerra, e a presença, nas universidades europeias, de estudantes oriundos de África.

Nas colónias francesas e inglesas, assinala-se, nesta altura, em contraste com os anos precedentes³⁸⁰, o florescimento e a proliferação de ideias nacionalistas e de organizações políticas³⁸¹. Por exemplo, na África Ocidental, por inspiração do Congresso Pan-

³⁷⁵ Sponsors Doc. 2; G/29. UNCIO, volume III, *apud* A. Rigo Sureda, *The evolution of the right of Self-determination. A study of United Nations Practice*, Leiden, A. W. Sijthoff, 1973, p. 97.

³⁷⁶ Artigo 73º da Carta das N. Unidas, Anexo 1 (p. 597); e também Lúcio Lara, *Documentos e comentários para a História do MPLA até Fev. De 1961*, com um prefácio à edição portuguesa, Lisboa, Publicações Don Quixote, 1999, p. 30.

³⁷⁷ Se se quiser ter uma ideia sobre a fundação e evolução deste movimento, *vide* Manning Marable, *Black Leadership*, New York, Columbia University Press, 1998, especialmente a Parte II e III; e também a obra de Philippe Decraene, *Le Panafricanisme*, «Que Sais-Je?», Paris, Presse Universitaire de France, 1959.

³⁷⁸ *Idem, ibidem*, pp. 354-355; e também Manning Marable, *ob. cit.*, Parte II, pp. 95 e 96.

³⁷⁹ UN – General Assembly Resolutions. A selection of the most important resolutions during the period 1949 through 1974 (session I – XXVIII), Alfred Metzner Verlag GmbH – Frankfurt Am Main, 1975, p.104.

³⁸⁰ Antes de 1945 existiam poucas organizações cívicas e partidos políticos: o Congresso Nacional Africano da África do Sul, fundado em 1920; o Congresso Nacional Africano da Rodésia do Sul, fundado em 1944; o Conselho Nacional da Nigéria e Camarões, fundado em 1944.

³⁸¹ Nas Colónias francesas aparecem, só entre 1945 e 1946, os seguintes partidos e organizações cívicas: Na Costa do Marfim - Socialistas (1945); Bloco Africano (1945) Comissão da Acção Patriótica da Costa do Marfim (1945); No Doamé: - Comitês Eleitorais (1945) e União Progressista Daomeana (1946); Na República da Guiné: Várias organizações e agrupamentos étnicos e o Partido Progressista da Guiné (1945); No Alto Volta: União Voltaica (1945) e o Partido Democrático (1945); Mauritânia: União Mauritania (1946); Níger: Partido Progressista Nigeriano (1946); Senegal: Bloco Africano (1945); Comité de Estudo Franco-Africano (1945); Secção Senegalesa da SFIO e União Democrática Senegalesa (1946); Sudão: Partido Democrático Sudanês (1945) e o Bloco Sudanês ligado ao SFIO; União Sudanesa da RDA e o Partido Progressista Sudanês (1946). Nas Colónias inglesas de África: assim, de 1945 a 1950 o aparecimento e a proliferação de partidos políticos e organizações cívicas em África vai ser uma realidade. Em

Africano de Manchester, era fundada, a 15 de Dezembro de 1945, o Secretariado Nacional da África Ocidental (SNAO)³⁸², um organismo através do qual Kwame Nkrumah e os seus correligionários pan-africanistas pretendiam coordenar, de acordo com J. Ayodele Langley, os movimentos nacionalistas³⁸³.

Em 1946, na Conferência de Bamako (Mali), em que participaram cerca de 800 delegados oriundos da África Ocidental Francesa, era fundada uma outra organização pan-africana denominada Rassemblement Démocratique Africain (RDA), muito próxima do Partido Comunista Francês, e que congregava várias organizações francófonas aderentes.

Dois anos mais tarde (1948), foi a vez das Nações Unidas aprovarem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhecia aos povos colonizados o direito à autodeterminação³⁸⁴.

Mas, não se pode afirmar que a dinâmica do movimento a favor da emancipação tivesse sido uniforme em todas as colónias africanas. Desde logo, no caso das colónias portuguesas, o regime de Salazar continuava a resistir às pressões dos acontecimentos na tentativa de deter o contágio de ideias consideradas subversivas, enquanto a situação política, económica e social continuava a agravar-se. Em África, não havia liberdade política, nem sindical, e milhares de africanos continuavam reduzidos ao trabalho forçado nas roças e plantações de S. Tomé e de Angola ou nas obras públicas na Guiné.

Pese embora a tentativa de barrar a entrada de novas correntes de ideias, o processo de consciencialização iniciado com a Segunda Guerra Mundial seria irreversível. Um grupo, ainda que reduzido, tomou consciência e acompanhou a evolução do processo histórico³⁸⁵. Amílcar Cabral e alguma “pequena burguesia” das grandes cidades das colónias não estiveram de todo alheios a este fenómeno externo, que trouxe, no seu dizer, “uma corrente de esperança no mundo”³⁸⁶.

Em 1965, aquando da II Conferência da CONCP realizada em Dar-Es-Salaam, Cabral referia-se aos impactos e as expectativas que a Segunda Guerra Mundial lhe havia causado nos seguintes termos:

Madagáscar surge, em 1945, o Partido Democrático Malgache, no Quênia era fundada, em 1947, a União Africana do Quênia, no Senegal o Agrupamento Democrático Senegalês (1948) e no Gana o Partido da Convenção Popular (1949).

³⁸² Vide, sobre este assunto, J. Ayodele Langley, *ob. cit.*, pp. 357 e ss; e também Philippe Decraene, *Le panafricanisme...*, Chapitre III, pp. 25-27.

³⁸³ Vide, sobre este assunto, J. Ayodele Langley, *ob. cit.*, pp. 357 e ss.

³⁸⁴ Onésimo Silveira, *Africa South of the Sahara. Party Systems and Ideologies of Socialism*, Stockholm, Rabén & Sjögren, distr., 1976, p. 21.

³⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 90.

³⁸⁶ Amílcar Cabral, “Guinea: el poder de las armas”, *Tricontinental*, Havana (Cuba), 12 Março-Junho de 1969, p. 7.

Sabemos igualmente que no coração de cada homem que se batia nesta guerra havia uma esperança – a esperança dum mundo melhor. Foi esta esperança que nos tocou a todos, fazendo de nós combatentes, combatentes pela liberdade dos nossos povos³⁸⁷.

Em 1967, numa palestra proferida no Instituto do Movimento Internacional dos Trabalhadores de Belgrado, Amílcar Cabral voltou a reiterar que aquele conflito, em que “milhões de homens, de mulheres e de crianças, milhões de soldados deram a sua vida por um ideal”³⁸⁸, o havia marcado decididamente.

4.2. As crises e as fomes dos anos 40 e as primeiras manifestações de revolta

Politicamente, Cabo Verde era uma colónia onde reinava a crise económica. A situação do campo e a vida dos camponeses dependiam das flutuações estivais e dos pequenos e/ou grandes proprietários, o que fazia com que muitos deles (a grande maioria) dependessem dos seus patrões e estes, por sua vez do Governo e dos grandes conjuntos financeiros como o Banco Nacional Ultramarino e a Caixa de Crédito Agrícola. Nos anos de crise, a fome e a morte não deixavam de provocar dezenas de milhares de vítimas.

Amílcar Cabral frequentava o 2.º Ciclo, 4.º ano do liceu, quando, em 1940 e 1942, Cabo Verde foi varrido por uma vaga de fome sem precedentes, que causou mais de 20 mil mortos. Perante a situação de dificuldades e de mortandade, vários autores insistiam em propor medidas para remediar a situação. Por exemplo, em Agosto de 1940, num pequeno artigo dirigido “aos lavradores de Cabo Verde”, chamava-se a atenção para as consequências “naturais” que a guerra em curso estava a ter no agravamento da carestia e na escassez de produtos de primeira necessidade³⁸⁹. Para evitar esta situação, aconselhava-se que o espaço reservado à cultura da cana fosse utilizado para a produção da mandioca, batata-doce e produtos hortícolas³⁹⁰.

Por sua vez, outro conhecido e assíduo articulista do *Notícias de Cabo Verde*, Augusto Miranda, escrevia, a 25 de Novembro: “Na hora da mais tremenda guerra do

³⁸⁷ AMS, “A Unidade Política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário Geral do partido à 2.ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP – Dar-Es-Salaam, 3 a 8 de Outubro de 1965, PAIGC, pasta 4602.038.

³⁸⁸ Amílcar Cabral, “Fifty years of the struggle for national liberation”, *The Socialist Thought and Practice*, n.º 51, Beograd, March-April, 1973, p. 90. Esta comunicação proferida em 1967 só foi publicada em 1973, depois do assassinato de Amílcar Cabral em Conakry.

³⁸⁹ *Notícias de Cabo Verde*, n.º 193, Ano IX, S. Vicente, 23 de Agosto de 1940 p. 1.

³⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 1.

Mundo, o arquipélago de Cabo Verde atravessa um momento de crise alimentícia, resultante da falta de chuvas”³⁹¹.

Dentre as ilhas mais afectadas encontravam-se a de Santiago, Fogo, S. Nicolau e S. Antão, principal celeiro do arquipélago. O principal porto (o Porto Grande de S. Vicente) foi afectado no seu movimento, em consequência do bloqueio marítimo imposto no Atlântico. Prosseguia ainda Augusto Miranda:

No Porto verifica-se uma crise angustiosa, de efeitos desoladores para os trabalhadores de carvão e óleos combustíveis, para os rendimentos do Estado, para o movimento comercial da cidade, para a vida da população em geral³⁹².

Na sequência desta crise, que atrofiou o comércio interno e agravou a carestia do nível de vida, e face às ameaças que representava para os anos subsequentes, Juvenal Cabral escrevia, em artigo já referenciado e publicado no *Notícias de Cabo Verde*, em 1947, que havia dirigido, em Dezembro de 1940, um “memorial” ao então Governador de Cabo Verde, Major Amadeu Gomes de Figueiredo, no qual alertava, entre outras coisas, para a situação de fome que se anunciava em virtude do “aspecto desolador das searas do litoral, como o de muitas outras do interior da Ilha” de Santiago. No referido “memorial”, Juvenal lembrava:

Cabo Verde, mau grado os soberanos desejos dos governantes em modificar as suas condições vitais, – seguindo o mesmo traçado pelo seu misterioso destino, – encontra-se de tempos a tempos, frente a frente com a visão aterradora da fome. De vinte em vinte anos – dizem as crónicas – o povo de Cabo Verde é avassalado pelos rigores da carestia³⁹³.

E continuava, nos seguintes termos, o professor reformado: “Já no nosso século duas carestias se verificaram no espaço de tempo predito pelos antigos: a de 1902, e a de 1922”³⁹⁴.

No mesmo artigo, Juvenal Cabral assegurava ainda ter entregue, em Dezembro de 1941, um outro “memorial” ao Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, de visita ao arquipélago, no qual, encarnando a nobreza e sensibilidade dos seus conterrâneos, expunha as suas “crudelíssimas apreensões, ante os efeitos provenientes dessa hidra que, imissível, implacável, se estabeleceu entre os homens, com o fatídico nome de

³⁹¹ Augusto Miranda, “A crise Alimentícia”, in *Notícias de Cabo Verde*, n.º 195, Ano IX, S. Vicente, 25 de Novembro de 1940, p. 1.

³⁹² *Idem, ibidem*, p. 1.

³⁹³ Juvenal Cabral, “Concepções sobre as eternas crises de Cabo Verde”, *Notícias de Cabo Verde*, n.º 242, Ano XV, Mindelo, 26 de Maio de 1947, p. 4.

³⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 4.

crise!”³⁹⁵. Nesse mesmo “memorial”, que Juvenal classificou como “um obscuro documento”, uma série de alvitre, considerados por ele de “transcendental importância para a obtenção do equilíbrio económico da Colónia”³⁹⁶, eram feitos ao Governo do arquipélago: a pesquisa e captação de água para a irrigação dos campos de cultura; a arborização intensiva através do uso da purgueira nos campos de pastagem (Achadas) e do coqueiro para as ribeiras que confinam com o mar; protecção da agricultura, através da revisão e reorganização das matrizes prediais; isenção de pagamento da contribuição predial rústica naquele ano; criação de um crédito agrícola a longo prazo; e protecção ao pequeno funcionário.

Dois anos depois da elaboração do primeiro “memorial”, a tradição de fome cíclica que Juvenal temia, confirmou-se de forma eloquente “na devastadora fome de 1942” narrada por Manuel Ferreira no romance *Hora de Bai* [Hora da Partida]³⁹⁷. Na sequência desta fome Amílcar escreveu o seu primeiro conto intitulado “Fidemar”, em que revelava o desejo de partir que alimentava o jovem protagonista, sem pôr de parte a ansiedade de recobrar forças longe da pátria e regressar um dia com o intuito de cumprir o desejo sublime de libertar o seu “país”.

Nesta perspectiva, o conto reflectia, à partida, o primeiro momento em que Cabral exteriorizava a sua revolta contra as condições intoleráveis que se viviam no arquipélago. No fundo, tratava-se de um drama real, sofrido e vivido por muitos compatriotas seus no isolamento das ilhas, que ele mesmo teve a oportunidade de presenciar naquele ano.

O conto terminava, porém, tragicamente. O jovem, que sonhava ser o salvador da pátria, não consegue libertar-se do oceano tenebroso e morre no decurso de uma “batalha” no mar, certamente relacionado com os frequentes ataques perpetrados pelos submarinos alemães³⁹⁸, sem ter cumprido a promessa e o seu sonho. É preciso notar que o emprego do lexema mar ou, noutros casos, oceano, também desempenhava em Amílcar Cabral, como observou José Luís Pires Laranjeira em relação aos poetas da Negritude de língua portuguesa, um papel de metáfora dialéctica no sentido de prisão/libertação.

Num outro poema, carregado de imagens simbólicas, intitulado “Eu sou tudo e sou nada”, escrito igualmente em 1944, Amílcar Cabral retomava o tema da evasão

³⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 4.

³⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 4.

³⁹⁷ Manuel Ferreira, *Hora de Bai*. Coimbra, Edição de autor, 1962.

³⁹⁸ Estima-se que, durante todo o conflito mundial, Portugal tenha perdido 18 mil toneladas de frota marítima (*vide*, sobre este assunto, Joaquim Vieira, *Portugal século XX. Crónica em imagem 1940 -1950*. Lisboa, Circulo de Leitores, 1999, p. 43).

desesperante, cara à *Claridade* e à *Certeza*³⁹⁹, e empreendia, em vão, uma tentativa de reencontro do “eu” existencial:

Eu sou tudo e sou nada,
Mas busco-me incessantemente,
Não me encontro!⁴⁰⁰

No desespero do isolamento das ilhas, o abandono do país continuava a ser o único sonho que restava ao adolescente Amílcar Cabral e para a consecução do qual formulava a seguinte súplica no poema já referenciado:

Oh farrapos de nuvens, passarões
não alados
levai-me convosco
Já não quero esta vida,
quero ir nos espaços
para onde não sei⁴⁰¹.

Ao conceder, durante a Segunda Guerra Mundial, apoio aos países do Eixo a nível do aprovisionamento de produtos alimentares, que lhe chegou a valer as críticas do clandestino PCP⁴⁰², o Estado Novo deixou desprevenido o arquipélago de Cabo Verde, a braços com uma profunda crise alimentar e catástrofes naturais. A seca de 1940/41 e o forte impacto da guerra encarregaram-se de aumentar a carestia de vida.

Em S. Vicente, a situação de crise fez com que as companhias inglesas prescindissem da mão-de-obra, o que agravou o desemprego e, por conseguinte, originou a penúria de muitas famílias. Milhares de cabo-verdianos foram contratados para as roças de S. Tomé e Príncipe e de Angola ou apinhavam-se no Porto Grande de S. Vicente, num espectáculo verdadeiramente impressionante, à espera de uma oportunidade para abandonarem a colónia à procura de melhores condições de vida noutras paragens. O Senegal, a Europa e os Estados Unidos da América eram os destinos mais procurados.

No decurso do seminário dos quadros realizado em Conakry, no ano de 1969, Amílcar lembrava, de seguinte modo, a morte de milhares de compatriotas: “Eu vi

³⁹⁹ Francesco Marrocu, *ob. cit.*, p. 98.

⁴⁰⁰ Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p.68.

⁴⁰¹ Vide o poema publicado integralmente por Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 68; e parcialmente por Francesco Marrocu, *ob. cit.*, pp. 97-98.

⁴⁰² D. L. Raby, *A resistência antifascista em Portugal. Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1947*. Tradução de Beatriz Oliveira, Lisboa, Edições Salamandra, 1988, p. 27.

gente morrer de fome em Cabo Verde... entendem? Essa é que é toda a razão da minha revolta... Isto é uma razão fundamental para mim para revoltar-se”⁴⁰³.

Para nós, a situação experimentada no arquipélago pode ser considerada, indubitavelmente, na linha de Mário de Andrade, como “o primeiro fundamento da revolta na trajetória intelectual e política do jovem Amílcar”.

Contudo, nesta altura, em Amílcar Cabral, o sentimento de revolta não contemplava ainda, a nosso ver, a construção de uma pátria, mas a realização de uma sociedade igualitária, pan-rácica. Talvez até não fosse ainda, naquela fase, uma revolta activa contra o regime, visando já a sua derrocada por via revolucionária. Até lá, um longo caminho ainda teria de ser trilhado. Na nossa opinião, as primeiras manifestações de revolta do Amílcar a favor da justiça social foram canalizadas sobretudo para a escrita. Assim, seguindo as tendências coevas e influenciado, como já se disse, pelo ambiente cultural e literário do Mindelo, Amílcar enveredou, entre a adolescência e a juventude (1940 a 1945), pela produção literária na vertente de poesia e prosa.

Se, nos seus primeiros dois cadernos de poesia conhecidos (*Quando Cupido acerta no alvo* e *Nos intervalos da Arte de Minerva*⁴⁰⁴), havia um predomínio dos temas líricos, o mesmo não se pode dizer relativamente aos dois textos em prosa (“Fidemar” e “Hoje e Amanhã”) ou de um outro caderno encontrado e publicado por Oswaldo Osório. Aquele autor assegura que soube da existência desse caderno em 1973/74. “Era – dizia ele – um caderno com trinta e nove folhas e trinta poemas cuidadosamente dactilografados”⁴⁰⁵. Tudo parece indicar, no entanto, que este novo caderno era completamente distinto do que Mário de Andrade conheceu e divulgou, até porque, de acordo ainda com aquele estudioso, este caderno não tinha título e era “o mais amplo” de que tinham notícia⁴⁰⁶ de um conjunto escrito entre 1942 e 1943.

Na tentativa de estabelecer, para estes, uma cronologia, ainda que provisória, Osório divide-os em “Poemas da Adolescência”⁴⁰⁷ (escritos entre 1942 e 1943), e os da Juventude (escritos entre 1945 e 1949⁴⁰⁸). Aquele autor reconhece ainda a dificuldade da arrumação e classificação cronológica mais segura desses poemas, se não for seguida de uma inventariação e publicação de todos os poemas que se encontram dispersos, incluindo também os inéditos.

⁴⁰³ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 1. Unidade e Luta”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 49; Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 31.

⁴⁰⁴ Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 10.

⁴⁰⁵ *Idem, ibidem.*, p. 8.

⁴⁰⁶ Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 10.

⁴⁰⁷ *Idem, ibidem.*, p. 11.

⁴⁰⁸ *Idem, ibidem.*, pp. 11-12.

Em alguns dos poemas deste novo caderno, denota-se já uma grande preocupação de Amílcar Cabral relativamente aos temas sociais (a fome, a miséria e a emigração) e com o fenómeno da erosão em Cabo Verde. Dá-nos mesmo a sensação de que, nessa fase, a responsabilidade daquelas situações dramáticas era atribuída por inteiro, não só à própria natureza, mas também ao Governo colonial, pela sua incapacidade em minorar o sofrimento do povo cabo-verdiano.

Assim, no poema “Um sol”, datado seguramente de 1942, Amílcar Cabral solidarizava-se “com a terra queimada” e sofria por ver sofrer os seus irmãos. Nas suas palavras:

Cansada, exausta e triste
a vida se definha
à luz
dos raios deste sol abrasador
que queima a Natureza,
e a beleza
transforma lentamente
em cinzas dum passado inolvidável...⁴⁰⁹.

E, mais adiante, em jeito de solidariedade, Amílcar Cabral confessava:

Eu sofro ao ver assim
sofrer,
chorar,
finar,
os filhos da Natura!⁴¹⁰.

Mas, não foi unicamente neste poema que Amílcar Cabral se solidarizou com o sofrimento do seu povo. Em “Morna e Violino”, como sustenta Oswaldo Osório, identificava-se mesmo com a “Voz plangente // deste povo Sofredor...”⁴¹¹.

Num outro poema, “Ilha”, escrito em 1945, quando Amílcar residia na Cidade da Praia e trabalhava na Imprensa Nacional, era a paisagem monótona de Santiago que lhe dava o mote:

Tu vives – mãe adormecida
nua e esquecida,
seca,
batida pelos ventos,
ao som da música sem música
das águas que nos prendem ...⁴¹²

⁴⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 63.

⁴¹⁰ Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 63.

⁴¹¹ *Idem, ibidem*, p. 24.

⁴¹² *Idem, ibidem*, p. 69.

E mais à frente, prosseguia:

Ilha:
colinas sem fim de terra vermelha
– terra bruta –
rochas escarpadas tapando os horizontes,
mar aos quatro cantos prendendo as nossas ânsias⁴¹³.

Relacionado ainda com os temas anteriores está também o poema intitulado “Chuva...”, datado de 1943, e que Cabral assinou com o anagrama Larbac. Nele, o regresso da chuva era louvado pelo poeta e celebrado nas ruas do Mindelo pelos “meninos e meninas” que, “// em bandos hilariantes, // em filas de nudez, // passavam//”⁴¹⁴, provocando uma alegria nas “//FACES dos transeuntes// ... E os olhos deste povo// buscavam o insondável, // louvando o Ser Supremo//”⁴¹⁵.

Por outro lado, não há a menor dúvida de que a precoce preocupação com o drama das ilhas, sobretudo com a seca e a aridez, esteve por detrás da eleição do curso de Agronomia e a opção, mais tarde, pela erosão do solo, como tema da sua especialidade. Assim, em 1951, apresentou um trabalho de fim de curso intitulado “O problema da Erosão do solo: contribuição para o Estudo da Região de Cuba (Alentejo)”. Pouco depois, iniciou um estágio na Estação Agronómica Nacional em Lisboa, que concluiu em Fevereiro de 1952 com um Relatório de Tirocínio intitulado “Sobre o conceito de Erosão do Solo”⁴¹⁶. Na introdução, o jovem engenheiro apontava às razões que o levaram a optar pelo tema: em primeiro lugar, afirmava que pretendia dedicar-se ao problema da conservação do solo, matéria que lhe despertara o interesse desde os primeiros anos do curso; em segundo lugar, pela necessidade de “referir e debater no meio agronómico português o problema da erosão”⁴¹⁷.

De resto, em 1949, encontrando-se em Cabo Verde em gozo de férias escolares, desde o dia 19 de Agosto⁴¹⁸, Amílcar Cabral aproveitou a ocasião para escrever um artigo intitulado “Algumas considerações acêrca das chuvas”, que apenas foi publicado, a 1

⁴¹³ Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 69. Este poema foi publicado, pela primeira vez, no Semanário “A Ilha”, Ponta Delgada (Açores), a 22 de Julho de 1946, pela mão de João de Deus Lopes da Silva, irmão de Baltazar Lopes da Silva e um dos tios do Ivo Carvalho Silva, meio-irmão de Amílcar Cabral.

⁴¹⁴ Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 66.

⁴¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 66.

⁴¹⁶ Amílcar Cabral, *Sobre o conceito de erosão do solo*. Relatório de Tirocínio do Curso de Engenheiro Agrónomo, Introdução, 1951.

⁴¹⁷ *Idem, ibidem*.

⁴¹⁸ AHN (Praia) – ACP (B1) – “Lista de Passageiros entrados na Província de Cabo Verde durante 1949”. Janeiro – Dezembro de 1949, SJ: J/SR: F/Caixa nº 099. Oleg Ignatiev afirma que Amílcar Cabral teria chegado à Cabo Verde de avião num voo dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP), no dia 20 de Julho de 1949 (*Amílcar Cabral, filho de África: narração biográfica*, Lisboa, Prelo, 1975, pp. 21-23), o que não corresponde minimamente à verdade.

de Outubro, no *Cabo Verde, Boletim de Informação e Propaganda*⁴¹⁹. Neste texto, abordava a importância e a centralidade da agricultura na economia cabo-verdiana⁴²⁰ e a esperança na oportunidade que então se avizinhava, perante o povo do arquipélago, a recente nomeação de Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas para o cargo de governador. Cabral acreditava que essa nomeação contribuiria para o regresso à normalidade, “único e justo objectivo do Governo de Cabo Verde, justa e natural aspiração do povo caboverdeano”⁴²¹. Portanto, o regresso da chuva devia ser visto para lá do seu significado meteorológico. E o facto de coincidir com a nomeação do novo governador, ainda na opinião de Amílcar Cabral, reforçava a esperança “em dias melhores, numa vida melhor”, para a qual deveriam contribuir “todos os caboverdeanos, sob a orientação das entidades competentes”⁴²². Concluía então que a vegetação herbácea, cobrindo vales e montes, fortalecia “a fé no destino do povo de Cabo Verde”, tendo de ser traçado “à custa do trabalho consciente, dentro da comunidade do Mundo Português, trilhando caminhos do Ressurgimento e do Progresso”⁴²³. Veja-se como esta passagem revela a grande ambiguidade que ainda perseguia Cabral. Todavia, apesar de tudo, continuava a manifestar as suas preocupações relativamente ao fenómeno da erosão provocada pelas chuvas, designadamente a nível do empobrecimento do solo. Durante o mês de Agosto, sobretudo no dia anterior à sua chegada (18 de Agosto), tinha chovido torrencialmente em Santiago, provocando grandes inundações. Este facto esteve ainda na origem de um poema intitulado “Regresso”, escrito provavelmente por aquelas alturas, mas publicado apenas a 1 de Novembro de 1949⁴²⁴, quando Amílcar já havia regressado a Portugal⁴²⁵.

Num outro texto, “Em Defesa da terra”⁴²⁶, preparado para um programa difundido na Rádio Clube de Cabo Verde (Praia), em 1949, e posteriormente publicado naquela colónia, Amílcar Cabral abordava de novo, já com um enfoque mais científico, o pro-

⁴¹⁹ Amílcar Cabral, “Algumas considerações acerca das chuvas”, *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 1, Ano I, Praia, 1 de Outubro de 1949, pp. 5-7.

⁴²⁰ *Idem, ibidem*, p. 6.

⁴²¹ *Idem, ibidem*, p. 7.

⁴²² *Idem, ibidem*, p. 7.

⁴²³ *Idem, ibidem*, p. 7.

⁴²⁴ Amílcar Cabral, “Regresso”, *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 2, Ano I, Praia, 1 de Novembro de 1949, p. 11.

⁴²⁵ A 25 de Outubro de 1949, Amílcar Cabral embarcou no porto da Praia, na 1.ª classe do vapor Conceição Maria, com destino a Portugal, tendo feito escala na Ilha de S. Vicente (AHN - Praia – ACP – “Trânsito de pessoas dentro da colónia, guias e requisições de passagens”, 1949/01 – 1949/12 SC: J/SR. G/Caixa nº 103). Nesta lista de trânsito de passageiros se anotava ainda a naturalidade de Amílcar Cabral: Guiné; a filiação Juvenal; a data de nascimento: 12/9/24; a profissão: estudante; o estado civil: solteiro; o n.º do Bilhete de Identidade: 1048 e o local e data de expedição: Praia, 20/10/49. Isto é, poucos dias antes do seu regresso a Portugal.

⁴²⁶ Amílcar Cabral, “Em Defesa da terra”, *Cabo Verde Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 2, Ano I, Praia, 1 de Novembro de 1949, pp. 2-5.

blema da erosão em Cabo Verde, que se afigurava, na sua perspectiva, como “um dos maiores inimigos do Homem em Cabo Verde”. Para o combate deste flagelo, que já havia adquirido aspectos verdadeiramente desoladores⁴²⁷, Amílcar Cabral sugeriu uma série de medidas. A primeira delas que, em sua opinião, permitiria defender a terra e garantir “uma vida condigna ao cabo-verdiano” seria, justamente, a defesa do “Homem”. Para isso, impunha-se, avisava Cabral, “uma série de realizações efectivas, planeadas e executadas em plena consciência de todas as realidades”, de modo a fazer com que essas realizações e a defesa do “Homem” tivessem um “carácter permanente”, que lhe era indispensável e que a Assistência, pura e simplesmente⁴²⁸, não podia oferecer. À semelhança de outros povos que lograram resultados eficazes nesse campo, Amílcar sugeria que se empregassem os “conhecimentos científicos ao serviço do bem-estar geral”⁴²⁹. Nesse sentido, sublinhava a necessidade do dispêndio de “energias e dinheiro” e soluções concretas que passassem, por exemplo, pelo aproveitamento da água das chuvas, preparação de terrenos para a cultura de tipo moderno (*bench terrace*), a reabertura, a construção de represas, cisternas, de diques e de albufeiras nos cursos de água. Cabral chegou mesmo a elogiar o trabalho realizado nesse domínio pelo antigo Governador Amadeu Gomes de Figueiredo⁴³⁰.

Repare-se que, meses antes (Fevereiro de 1949), um muro da parede do edifício da Assistência na Cidade da Praia tinha desabado, causando a morte a 300 cabo-verdianos “indigentes”, dentre os quais havia uma elevada percentagem de crianças⁴³¹. Este acontecimento trágico, que Cabral prometeu, entretanto, jamais esquecer, estaria na origem de um outro texto intitulado “Crise, Assistência e Desastre”, publicado no *Mensagem*, da Casa dos Estudantes do Império (CEI), em Maio de 1949. Com efeito, Amílcar Cabral tinha ficado, naturalmente, escandalizado com a pouca relevância que a comunicação social da metrópole, onde residia, tivesse dedicado a um assunto que, em sua opinião, “merecia bem uma primeira página”⁴³², e com a nota explicativa à imprensa, pesada “como o silêncio”, feita pelo Ministério das Colónias. Neste texto, Cabral defen-

⁴²⁷ Amílcar Cabral, “Em Defesa da terra”, *Cabo Verde Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 2, Ano I, Praia, 1 de Novembro de 1949, p. 2.

⁴²⁸ *Idem, ibidem*, p. 2.

⁴²⁹ *Idem, ibidem*, p. 4.

⁴³⁰ *Idem, ibidem*, p. 4.

⁴³¹ *Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1º vol., Lisboa: ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996, p. 20. Curiosamente, o seu meio-irmão Luís Cabral afirmou na sua obra, que pouco antes (em Fevereiro daquele ano) Juvenal Lopes Cabral havia escrito, emocionado, um texto relacionado com este assunto e que teria sido a primeira vez que vira o seu pai chorar (*Crónica da Libertação*,... p. 17).

⁴³² *Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1º vol., Lisboa: ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996, p. 20.

dia que era urgente, “acima de todos os interesses, encarar de frente e decididamente os problemas do Arquipélago”. E a solução que propunha era a de remover “os «grãos de areia» que têm obstado à solução dos mesmos problemas”⁴³³.

Mas ia mais longe ao escrever, já entre *parêntesis*: “(note-se que não é unicamente o problema agrícola o determinante das circunstâncias em que vive o Povo do Arquipélago)”⁴³⁴.

O uso da metáfora «grãos de areia», certamente, pretendia referir-se ao reduzido número das autoridades coloniais que, implicitamente, Cabral começou a responsabilizar pelo trágico destino do arquipélago. Servia-se assim de idêntica expressão que um seu antigo protector, professor e reitor no Liceu do Mindelo (S. Vicente), Diogo Luís Terry, havia utilizado, em conferência proferida na CEI, a convite da Comissão Cultural daquela instituição⁴³⁵. Nessa conferência, acerca da qual o próprio Cabral escreveu uma pequena notícia para o *Mensagem*, Terry lamentava a “ausência de boa vontade entre os que poderiam (e deveriam) fazer alguma coisa e constatou que existiam «grãos de areia» que deveriam “ser vencidos”⁴³⁶. Em jeito de conclusão Terry rematava: “E lembrar-se a gente de que, por causa desses grãos de areia podem morrer, como tem acontecido, numa só crise, trinta mil pessoas”⁴³⁷.

Como já foi mencionado algures, a perda de milhares de vidas humanas devido à fome e à miséria e o facto disso ter constituído o primeiro fundamento da revolta de Amílcar Cabral, para retomarmos as palavras de Mário de Andrade, não pode fazer-nos inferir que essa revolta visasse já o derrube do regime e o seu aparelho político no arquipélago. Só muito mais tarde, em finais dos anos 40, é que aqueles e outros aspectos, que provocavam um sentimento de revolta em Amílcar Cabral, vão aparecer como uma espécie de violência do colonialismo a que era necessário pôr termo. Portanto, em nossa opinião, Amílcar Cabral teria sido inicialmente favorável a uma reforma do regime, que se traduzisse numa espécie de renascimento económico do arquipélago, e na elevação das condições de vida das populações, e não propriamente a uma revolta contra o “branco” ou uma manifestação de autodeterminação de Cabo Verde, como veio a acontecer mais tarde. Aliás, num estudo sobre o romance *Hora de Bai* (Hora da Partida) de Manuel Ferreira⁴³⁸, Ana Maria da Silva Santos e Rosaria da Conceição Rugada Charro reconhecem

⁴³³ *Idem, ibidem*, p. 21.

⁴³⁴ *Idem, ibidem*, p. 21.

⁴³⁵ *Idem, ibidem*, pp. 22-23.

⁴³⁶ *Idem, ibidem*, p. 23.

⁴³⁷ *Idem, ibidem*, p. 23.

⁴³⁸ “Hora di Bai de Manuel Ferreira: análise e comentário”, *Raízes* [Cabo Verde], n.º 17/20, Ano 5, Janeiro a Dezembro, 1981, p. 40.

que, em Cabo Verde, a miscigenação deve ter sido um elemento atenuante do conflito entre dominante e dominado, opressor e oprimido ou entre branco e negro. De resto, numa passagem do romance, um personagem afirmava: “Nosso povo revoltar-se? Não senhor. Em tempos antigos, talvez. Essa gente de antigamente conta coisas do tempo da escravidão. Agora não”⁴³⁹.

Mas, de qualquer modo, o povo não deixava de tomar consciência da situação vivida e que aparece retratada, à saciedade, através da música, da poesia e da prosa.

Em Cabral eram particularmente estas duas últimas formas que, como já vimos, expressavam a sua tomada de consciência e a sua revolta que, insistimos, não se pode ainda considerar uma contestação aberta contra o colonialismo ou uma escrita nacionalista. Manuel Duarte foi peremptório quando se referiu a existência ou não desta forma de literatura em Cabo Verde anterior aos primeiros anos da década de 50:

Pensamos que não houve, em Cabo Verde, uma literatura de crítica anti-colonial e de cobertura do processo de libertação nacional, se ressalvamos o extraordinário precursor, que foi Pedro Cardoso (anos vinte) e o caso admirável de António Nunes (anos quarenta)⁴⁴⁰.

Embora Cabral tivesse iniciado timidamente o processo de socialização política em Cabo Verde, faltava-lhe ainda interiorizar (política e culturalmente) uma ideologia que fosse suficientemente apelativa ou operativa. Em Cabo Verde, o marxismo, que ganhava terreno no seio da elite intelectual mindelense, incentivado em parte pelo avanço das tropas soviéticas e aliadas contra as forças do Eixo, era ainda, na palavras de Arnaldo França, “mais um entusiasmo pela situação que aí se verificava” do que “efectivamente uma formação cultural marxista”⁴⁴¹. Portanto, embora haja fortes indícios de que Cabral conhecia o marxismo e o comunismo, já nos finais dos seus estudos liceais (1943/44), a interiorização destas ideologias só vai ter lugar em Portugal, a partir de meados dos anos 40⁴⁴², como consequência do seu envolvimento na “luta antifascista”, ao lado dos movimentos de esquerda, e também por intermédio de leituras e de influências do movimento da negritude e do pan-africanismo.

⁴³⁹ *Idem, ibidem*, p. 56.

⁴⁴⁰ Manuel Duarte, “Breves notas sobre a literatura caboverdeana”, *Raízes* [Cabo Verde], n.º 21, Ano 8, Junho, 1984, p. 3.

⁴⁴¹ Entrevista a Arnaldo França, Praia, Março de 2003.

⁴⁴² *Vide*, sobre este assunto, Patrick Chabal, “The Social and Political Thought of Amílcar Cabral: a Reassessment”, *The Journal of Modern African Studies*, 19, 1, London, Cambridge University Press, 1981, p. 32.

Talvez até o poema “...Sim. Quero-te”⁴⁴³ (provavelmente de 1944) e o texto em prosa, “Hoje e Amanhã” (1944), também do mesmo ano, deixassem transparecer já orientações político-ideológicas marxistas patentes na ideia da transformação do mundo que o fim da Segunda Guerra Mundial prometia.

No primeiro poema “...Sim. Quero-te”, influenciado pelos acontecimentos mundiais, pela miséria que caracterizava o mundo e, certamente, pelo marxismo, Cabral pensava, não só em Cabo Verde (na “terra” como afirmava Oswaldo Osório⁴⁴⁴), mas também no Mundo e na Humanidade sofredora e angustiada, mas que tem esperança de que o desejo colectivo se concretizasse para que o mundo pudesse ser, finalmente, um mundo de Homens⁴⁴⁵. Assim, pouco a pouco, Amílcar Cabral reafirmava o amor que sentia pelo território de formação, sem deixar de se integrar no drama da humanidade inteira e de aderir ao projecto colectivo de fraternidade e solidariedade universais, na lógica marxista. Não raro, também se confirma a presença, nos seus escritos, de uma certa ambiguidade e indefinição relativamente ao seu próprio destino como homem patente nos poemas “Eu sou tudo e sou nada...” (1944), “Que Fazer?!” (seguramente do mesmo ano) e “No fundo de mim mesmo” (Lisboa, 1946). De uma maneira geral, nos seus textos, Amílcar Cabral também se interrogava sobre o destino do homem e das ilhas de Cabo Verde, como no poema “Naus sem Rumo”, escrito no Mindelo, em 1943, quando frequentava o último ano de curso liceal. Neste poema, Amílcar não deixou de fazer as seguintes interrogações, no penúltimo verso: “//Onde ides naus da Fome, // da Morna// do Sonho// e da Desgraça? //”⁴⁴⁶. E, em jeito profético, terminava: “//Sem rumo e sem ter fito, // sozinhas, // dispersas, // emersas, // nós vamos, // sonhando, //sofrendo, // em busca do infinito”⁴⁴⁷.

5. Os espaços do discurso e da identidade

5.1. A identificação telúrica e a representação dos espaços

Como já se aludiu, o facto de Amílcar Cabral ter abandonado a Guiné, ainda bastante novo (com oito anos de idade), não lhe permitiu conhecer, criar e ampliar nenhum vínculo telúrico com a terra natal, designadamente com os locais onde passou parte da

⁴⁴³ Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 69.

⁴⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 69.

⁴⁴⁵ Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 69.

⁴⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 61.

⁴⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 61.

sua infância (Bafatá, Geba e Bissau), antes de partir, na companhia do pai, para Cabo Verde, em 1932. Para isso concorreu, indefectivelmente, a mobilidade profissional no seio familiar e a separação dos seus progenitores em 1929. Estas razões explicam a inexistência, à data do seu abandono, de importantes vínculos com a Guiné anteriores a 1952. Daí que não tenhamos encontrado nenhuma referência, nos seus escritos da adolescência e da juventude, à terra que o viu nascer.

Ao invés, os quase treze anos que passou em Cabo Verde (1932-1945) revelam-se, de alguma maneira, como os mais decisivos na sua formação. Foram os que lhe permitiram conservar mais memória e vínculos com o arquipélago do que com o espaço precedente. Este facto não nos surpreende, se se tiver em consideração que foi em Cabo Verde que decorreu a sua socialização na componente escolar (ensino primário e liceal). Portanto, a comunhão telúrica e a identificação de Amílcar Cabral com o espaço de formação é uma consequência de ser, como escreve Moser, “caboverdiano por descendência e formação”⁴⁴⁸ e é baseado também na profunda apreensão da realidade das ilhas, vivida e reflectida e que, em certa medida, foi também romantizada nos seus escritos da adolescência e da juventude. Uma demonstração clara, segundo Manuel Ferreira, “de uma comunhão telúrica e, simultaneamente, ou de uma adesão colectiva ao destino trágico do seu povo”⁴⁴⁹. Na realidade, foi através desta dupla componente, marcada pelo desassossego⁴⁵⁰, cujo denominador era a insularidade, as carências múltiplas e também as imagens “Sequiosas//, rochosas//”, provocadas pela erosão e pela aridez que assolam o arquipélago em “busca do Infinito!...” patentes no poema “Naus sem rumo” (Larbac, Mindelo, 1943)⁴⁵¹, que Amílcar Cabral apreendeu a realidade das ilhas (a terra, o homem, a miséria e a erosão) e se identificou, por outro lado, com “sonhos de Ventura// e de Vida// e de Liberdade//” como no poema “Deixa os meus sonhos” (s/d e s/l)⁴⁵², sofrer por “ver assim// sofrer, // chorar, // finar, // os filhos da Natura! //”, como no poema “... Um sol...” (s/d, Praia)⁴⁵³. Por conseguinte, em Cabo Verde, o espaço da morna, da miséria, da pobreza e do sofrimento, Amílcar Cabral busca-se, desesperada e incessantemente, enquanto um ser existencial e não existencial, como no poema “Eu sou tudo

⁴⁴⁸ Gerald Moser, “Amílcar Cabral, poeta”, *Raízes* [Cabo Verde], n.ºs 17/20, ano 5, Janeiro e Dezembro, 1981, p. 5.

⁴⁴⁹ Manuel Ferreira, *Literatura Africana de Expressão Portuguesa*,..., p. 60.

⁴⁵⁰ Manuel Ferreira, “O Fulgor e a esperança de uma nova idade”, in *Claridade*, pp. XIX-XXXII.

⁴⁵¹ Oswaldo Osório, *Emergência da Poesia em Amílcar Cabral. 30 poemas*. Praia, Grafedito, 1984, pp. 60-61.

⁴⁵² *Idem, ibidem*, pp. 60-62.

⁴⁵³ *Idem, ibidem*, pp. 60-63.

e sou nada”⁴⁵⁴, mas também acredita e tem esperança no advento do “dia para todos”, reflectido no poema “...Sim. Quero-te...”⁴⁵⁵.

Estas imagens e representações, por intermédio das quais, Cabral pretendia dar uma visão de conjunto do arquipélago, foram, sobretudo, subtraídas dos espaços regionais onde, de facto, decorreu o seu processo de socialização e que conhecia muito bem. Referimo-nos a Santiago e a S. Vicente. No primeiro, passou parte da sua infância e frequentou o ensino primário (Praia), e, no segundo, frequentou os estudos secundários e também entrou em contacto com o ambiente cultural em voga. De resto, todos os textos de Amílcar Cabral, redigidos entre 1940 e 1945, foram escritos no Mindelo (S. Vicente) ou na Praia (Santiago) durante as férias escolares. Daí que não seja difícil encontrar, nestes textos, referências e/ou imagens destas duas ilhas. Um dos exemplos mais interessantes encontra-mo-lo no poema “Ilha” (em referência à Ilha de Santiago)⁴⁵⁶. Já no poema datado de 1949, “Regresso”, aparecem referências à Cidade Velha (Ribeira Grande de Santiago), a mais antiga cidade fundada pelos portugueses na África ao Sul do Sahara.

5.2. A abertura ao espaço exterior

Foi também em Cabo Verde que Amílcar Cabral se abriu, pouco a pouco, ao mundo exterior e se identificou com os dramas da humanidade, num período marcado, particularmente, pela violência da Segunda Guerra Mundial. Para essa identificação contribuiu a sua vivência na Cidade do Mindelo, cujo contacto com o mundo era cada vez maior⁴⁵⁷. As ligações, nos anos finais do liceu, aos jovens associados à “Academia Cultivar”, sensíveis à pobreza, à miséria e ao sofrimento e que, já naquela altura, sentiam e sabiam, como afirmava o próprio Amílcar Cabral, que “para além da realidade cabo-verdiana”, existia “uma realidade humana”, acerca da qual não se podiam alhear⁴⁵⁸, foram os responsáveis por grandes mudanças no seu pensamento, talvez já no sentido de “um desejo apaixonado para a acção, sob a forma revolucionária de libertação internacional”, como defende Moser⁴⁵⁹, e de adesão a um projecto de transformação do mundo e da própria humanidade.

⁴⁵⁴ *Idem, ibidem*, pp. 60-68.

⁴⁵⁵ *Idem, ibidem*, pp. 60-64.

⁴⁵⁶ *Idem, ibidem*, pp. 60-61.

⁴⁵⁷ Amílcar Cabral, “Apontamentos sobre a poesia cabo-verdiana” ..., p. 7.

⁴⁵⁸ *Idem, ibidem*, pp. 7-8.

⁴⁵⁹ Gerald Moser, “Amílcar Cabral, poeta”, ..., p. 7.

Esta mudança e esta abertura para o chamado, no dizer de Arnaldo França e Mário de Andrade, “pensamento universalizante”⁴⁶⁰, começou a revelar-se nos escritos de Amílcar Cabral – precisamente aquelas produzidas entre 1943 e 1944 – estando associado à normal ansiedade de evasão física, em busca de outra vida longe do território de formação (Cabo Verde). Esta atracção de Amílcar Cabral pelo espaço exterior, nas vésperas de terminar o liceu, aparecia, mais ou menos exposta no poema “Eu sou tudo e sou nada”, no qual, além de questionar o meio envolvente e a sua própria existência, como já tivemos ocasião de assinalar, exteriorizava uma aspiração ardente de partir à conquista do mundo⁴⁶¹, talvez da própria humanidade. Este dilema reflectia, de certo modo, o destino do povo das ilhas, consubstanciado na célebre frase: “o desespero de querer partir e ter de ficar ou ter de partir, querendo ficar”⁴⁶².

Depois de cumprido o perene desejo da evasão física, ao conseguir uma bolsa para Portugal, em 1945, Amílcar Cabral vai querer também, como não podia deixar de ser, que os seus sentimento poéticos e, mais do que isso, que a sua poesia estivesse também ela ao serviço do mundo e dos homens. No poema “...Não, poesia”, datado de 1946, a evasão poética vai estar na ordem do dia:

...Não poesia:
 Não te escondas nas grutas de meu ser,
 não fujas à vida.
 Quebra as grades invisíveis da minha prisão
 abre de par em par as portas do meu ser
 — e sai...
 Sai para a luta (a vida é luta),
 Os Homens lá fora chamam por ti,
 e tu, Poesia, és também um Homem
 Ama as Poesias de todo o Mundo,
 — ama os Homens
 Solta teus poemas para todas as raças,
 para todas as coisas,
 Confunde teu corpo com todos os corpos do Mundo,
 confunde-te comigo...⁴⁶³.

⁴⁶⁰ Mário de Andrade e Arnaldo França, “A Cultura na problemática da Libertação Nacional e do Desenvolvimento, à Luz do pensamento Político de Amílcar Cabral”, *Raízes* [Cabo Verde], n.º 1, Ano I, Janeiro/Abril 1977, p. 4.

⁴⁶¹ Este poema, que Mário de Andrade afirma ter sido redigido por Cabral em 1944, foi publicado integralmente por Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 68 e, parcialmente, por Francesco Marrocu, *ob. cit.*, pp. 97-98.

⁴⁶² Vide, T. T. Tiofe, “Arte Poética e artefactos poéticos em Cabo Verde”, in *Colloque International sur les Literatures Africaines de Langue Portugaise a la Recherche de l'identité Individuelle et Nationale*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 310.

⁴⁶³ Gerard Moser, “Amílcar Cabral, poeta”, *Raízes* [Cabo Verde], pp. 18-19.

Se, por um lado, como já foi referido, alguns dos poemas da adolescência e da juventude de Amílcar Cabral reflectiam, nas palavras de Manuel Ferreira, a “comunhão telúrica e a adesão colectiva ao destino do povo cabo-verdiano”, outros vão para lá de uma simples representação da consciência dialéctica da vida, como ainda sugeria o mesmo autor, para abraçar, identificar-se e solidarizar-se com o destino da humanidade, em que a fome, a guerra e a miséria eram os traços mais comuns. Esta exaltação do binómio humanidade/universalidade, no qual se integrava Cabo Verde, não podia ser desligado do contexto mundial e da esperança que a guerra e o fim dela esboçavam. No poema “... Sim, quero-te”, Amílcar Cabral pensava, acreditava e tinha “//a máxima Certeza//de que o romper da aurora//do “dia para todos// não tardaria...//, e em que “mundo de miséria” seria “um mundo de Homens...//”. O mesmo ideal era também assinalado no poema “Que fazer?!...”, no texto em prosa “Hoje e Amanhã” e na grande maioria dos poemas escritos em 1946⁴⁶⁴, como eram os casos de “No fundo de mim mesmo”⁴⁶⁵, “Quem é que não se Lembra”⁴⁶⁶ e “... Não, poesia”.

Paradoxalmente, a passagem para a africanidade, como sugere Moser, não teria lugar em Cabo Verde, no caso concreto de Amílcar Cabral, mas em Portugal⁴⁶⁷, mercê do contacto com os estudantes das outras colónias portuguesas de África e com o movimento da negritude. Aí, Cabral aprofundou ideia de que a realidade cabo-verdiana não podia ser desligada da realidade africana, tendo empreendido, nessa ocasião, uma “viagem de regresso” às origens africanas. Contudo, é importante assinalar que, num poema da juventude de sua autoria, “Naus sem rumo”, Cabo Verde já aparecia associado, ainda que timidamente, ao continente africano. Na verdade, talvez o facto de ter nascido na Guiné, tenha ajudado na tomada de consciência da afinidade geográfica, histórica, etnográfica e cultural entre Cabo Verde e a África. Nesse poema, quebrando um pouco a ambiguidade imposta pelo sistema colonial, Amílcar Cabral já considerava as Ilhas de Cabo Verde (aliás as “dez caravelas” simbolizando as dez ilhas) “em busca do infinito”, como “pedaços do Africano, //do negro continente” ou como “filhas//do ingente//e negro continente//⁴⁶⁸, um facto quase negligenciado no quadro da sociedade miscigenada cabo-

⁴⁶⁴ Vide, por exemplo, Gerard Moser, “Amílcar Cabral, poeta”, pp. 7 e 17.

⁴⁶⁵ Neste poema Amílcar escreve a propósito dos seus sentimentos: “... Qualquer coisa estranha (talvez seja ilusão) // qualquer coisa estranha que eu tenho não sei onde, // que faz sangrar meu corpo, // que faz sangrar também// a Humanidade inteira! //” (Este poema foi publicado, entre outros, por Moser, “Amílcar Cabral, poeta”, p. 17).

⁴⁶⁶ “Meu grito de revolta ecoou pelos vales mais longínquos da Terra, //atravessou os mares e os oceanos, // transpôs os Himalaias de todo o Mundo, //não respeitou fronteiras, // e fez vibrar meu peito// Ah! O meu grito de revolta que percorreu o Mundo, //que transpôs o Mundo, // o Mundo que sou eu. //” (vide, entre outros, Moser “Amílcar Cabral, poeta”, p. 18 e Oswald Osório, *ob. cit.*, p. 71).

⁴⁶⁷ Gerard Moser, “Amílcar Cabral, Poeta”, p. 6).

⁴⁶⁸ Oswald Osório, *ob. cit.*, p. 60.

verdiana do seu tempo. Mais tarde, em 1969, voltou a este assunto ao abordar a realidade cultural da Guiné e Cabo Verde para dizer o seguinte:

Muita gente pensa que Cabo Verde é a Praia ou S. Vicente, mas quem conhece o mato em Cabo Verde sente que Cabo Verde é uma realidade africana tão palpitante como qualquer outro pedaço de África⁴⁶⁹.

E concluía: “A cultura do povo de Cabo Verde é africaníssima⁴⁷⁰”.

É que, nas ilhas, sempre se tentou ligar o sentimento de cabo-verdeanidade, em virtude da política colonial, mais à componente europeia (entenda-se portuguesa), do que à componente africana, que tende a ser olvidada e até a ser desconhecida, como sublinha Dulce Almada Duarte⁴⁷¹.

5.3. A candidatura à bolsa e a partida para Portugal

Com efeito, em fins de Maio de 1944, o jornal *Notícias de Cabo Verde*, num artigo intitulado “Uma ideia em marcha. A Casa dos Estudantes de Cabo Verde em Lisboa”⁴⁷², dava conta, com base nas notícias da imprensa metropolitana, da abertura daquela casa, ligada também aos estudantes «guineanos», sob a presidência do cabo-verdiano Aguinaldo Veiga⁴⁷³. O edifício-sede fora doado por Marcelo Caetano⁴⁷⁴, que desempenhava, desde 1940, o cargo de Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa (MP), organismo da juventude criado pelo regime em 1936.

Ao tempo, outras casas funcionavam de forma autónoma em Lisboa, ligadas a Angola, Moçambique, Índia e Macau. Mas, dois meses mais tarde (Julho de 1944), as diferentes casas decidiram, em assembleia-geral, fundir-se numa única instituição, contando para isso com os incentivos e os apoios do então Ministro das Colónias, Vieira

⁴⁶⁹ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 1. Unidade e Luta...”, pasta 4340.001, im, 67.

⁴⁷⁰ *Idem, ibidem*, im, 67.

⁴⁷¹ Dulce Duarte *apud* Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 91.

⁴⁷² *Notícias de Cabo Verde*, n.º 227, Ano XIV, de 29-30 de Maio de 1944, p. 2.

⁴⁷³ Aguinaldo Veiga era natural de Santa Catarina onde certamente teria travado conhecimento com Amílcar Cabral. Mais tarde reencontraram-se em Lisboa quando Amílcar Cabral ganhou a bolsa de estudos para frequentar, em Portugal, o curso de Agronomia e pela última vez em Nova Iorque aquando de um encontro nas Nações Unidas em 1962. Em 1969, Aguinaldo Veiga e outro antigo colega do Liceu Gil Eanes, Antero Barros, eram referenciados por Amílcar Cabral, durante o seminário de quadros realizado em Conakry em 1969: “Como outros dois de Cabo Verde que estavam também na ONU e que quiseram falar comigo, escondidos, Aguinaldo Veiga e Antero de Barros, que fizeram grandes promessas em relação ao seu trabalho. Falsos, não fizeram nada depois...” (AMS, Amílcar Cabral, “Situação actual da luta”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta, 4340.001, im. 125).

⁴⁷⁴ *Notícias de Cabo Verde*, n.º 227, Ano XIV, de 29-30 de Maio de 1944, p. 2.

Machado. Nascia assim a Casa dos Estudantes do Império (CEI)⁴⁷⁵. A 1 de Outubro iniciava oficialmente as suas actividades sob a presidência do então estudante de Direito, Alberto Marques Mano de Mesquita.

Com a fundação da CEI, as anteriores casas passaram a funcionar como secções da nova instituição, com autonomia administrativa e financeira. O orçamento dessas secções era constituído por subsídios dos respectivos Governos coloniais e pela cotização dos seus membros.

Nos inícios de 1945, a direcção de Alberto Marques Mano de Mesquita elaborava as normas para concursos a bolsas de estudos. Apesar de, no “Relatório e Contas” (Outubro a Maio 1944/45)⁴⁷⁶, apenas ter feito menção à Secção de Angola, que já havia aberto “concurso naquela colónia para a bolsa de Estudos a conceder a um estudante pobre”⁴⁷⁷, não se referia à Secção de Cabo Verde que, seguindo o exemplo da sua congénere angolana e em conformidade com as normas definidas pela CEI, também havia aberto, a 30 de Março, o primeiro concurso público para estudantes cabo-verdianos residentes na colónia que pretendessem frequentar um curso médio ou superior na metrópole⁴⁷⁸. Esta decisão da Secção de Cabo Verde da CEI foi comunicada ao Governador da Colónia de Cabo Verde, através de um ofício datado de 2 de Abril de 1945, no qual, para além de se anexar um documento em que constavam as normas do concurso, se lhe solicitava a publicação do referido anúncio no boletim oficial da colónia⁴⁷⁹. O ofício deu entrada no Gabinete do Governo, a 27 de Abril, tendo sido despachado pelo Governador de Cabo Verde, a 7 de Maio. Na margem do referido ofício, o governador autorizava a sua publicação no órgão oficial da colónia com uma nota manuscrita em que se dizia:

⁴⁷⁵ Para a história desta instituição, *apud* Cláudia Orvalho Castelo, “A Casa dos Estudantes contra o Império”, *Publico Magazine*, n.º 272, 28 de Maio de 1995; Pires Laranjeira, “Uma Casa de mensagens anti-imperiais, In Introdução, *Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1º vol., Lisboa: ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996; Alfredo Margarido, “Projectos e limites da CEI”, in *Discursos* (tema: Literaturas africanas de língua portuguesa), Coimbra, Universidade Aberta, n.º 9, 1995, pp. 155-162; Dalila Cabrita Mateus, *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1999, p. 68 e ss; António Faria, *Linha Estreita para a Liberdade: A Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

⁴⁷⁶ Este Relatório foi publicado na íntegra em António Faria, *Linhas Estreitas de Liberdade. A Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, Edições Colibri, 1997, pp. 29-40.

⁴⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 35. Esta bolsa, ao contrário do que afirma Oleg Ignatiev, não foi oferecida pelo Ministério das Colónias à Municipalidade da Ilha de S. Vicente (*Amilcar Cabral, filho de África: narração biográfica*, Lisboa, Prelo, 1975, p. 18) mas através de concurso aberto pela CEI (Secção de Cabo Verde) aos estudantes que quisessem estudar nas Universidades em Portugal.

⁴⁷⁸ Este concurso foi publicado no *Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 19, de 12 de Maio de 1945, p. 200, nos termos do artigo 65.º dos Estatutos da Casa dos Estudantes do Império.

⁴⁷⁹ AHN (Praia), RPSAC (A2) – “Correspondência recebida de diversas administrações do Concelho pedindo subsídios para a «Casa dos Estudantes do Império», Outubro de 1944 – Outubro de 1945. Casa dos Estudantes do Império, Carta ao Ex.^{mo} senhor Governador da Colónia de Cabo Verde, datada de 2 de Abril de 1945, Caixa n.º 538.

“Conforme se pede, não vejo inconveniente na publicação do anúncio, tanto mais que vem beneficiar alguns estudantes pobres”⁴⁸⁰.

Dentre os requisitos necessários constavam os seguintes:

- 1) Serem naturais de Cabo Verde;
- 2) Possuírem o curso complementar dos Liceus com média não inferior a 14 valores;
- 3) Provarem insuficiência económica relativamente aos pais e a si mesmos;
- 4) Terem bom comportamento moral e civil;
- 5) Terem tido no liceu conduta académica irrepreensível;
- 6) Não possuírem a habilitação de qualquer curso profissional ou superior;
- 7) Não sofrerem de qualquer doença que os impossibilite de frequentar um curso⁴⁸¹.

Para lá de todos os requisitos atrás apontados, dizia-se ainda, no edital do concurso, haver preferência pelos “candidatos mais pobres” que optassem por cursos técnicos⁴⁸².

As candidaturas, endereçadas à Direcção da Secção de Cabo Verde da CEI, deveriam dar entrada na sede daquela instituição, situada no largo do Arco do Cego, antes do dia 30 de Julho. O requerimento de Amílcar Cabral, feito em papel comum (assim o exigiam as normas), acompanhado de toda a documentação, deve ter dado entrada muito antes daquela data. O seu perfil cabia perfeitamente nas normas definidas para o concurso, salvo numa única excepção, que os organizadores do concurso devem ter ressalvado, ou seja, a de admitir Amílcar Cabral a concurso mesmo não sendo natural de Cabo Verde, conforme se exigia no edital⁴⁸³. Pensamos que, para essa decisão, deve ter pesado (e muito) o facto dos progenitores de Amílcar Cabral serem cabo-verdianos.

Quanto à eventual insuficiência económica dos pais, não deve ter sido difícil a Amílcar Cabral prová-la. Filho de um pai reformado e que pouco antes havia perdido tudo devido a uma hipoteca, e de uma mãe costureira e a braços com muitas dificuldades, não se podia esperar outra coisa. O próprio Amílcar Cabral, depois da conclusão do

⁴⁸⁰ *Idem, ibidem.*

⁴⁸¹ *Idem, ibidem*, “Anúncio de Concurso”, Lisboa 30 de Março de 1945, Caixa nº 538; e *Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 19, 12 de Maio de 1945, p. 199.

⁴⁸² *Idem, ibidem*, p. 200.

⁴⁸³ *Vide*, sobre este assunto, uma pequena biografia de Amílcar Cabral na obra de João Nobre de Oliveira, *A Imprensa Cabo-Verdiana 1820-1975*, Macau, Edição Fundação Macau. Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998, p. 707.

liceu, e sem experiência profissional, começou a trabalhar como amanuense na Imprensa Nacional, pelo menos durante alguns meses.

Como já se disse, o perfil de Amílcar Cabral encaixava-se perfeitamente dentro dos requisitos exigidos, por três razões: por mérito escolar, por ser pobre e, finalmente, por ter optado por um curso técnico, que a situação do arquipélago, a braços com problemas de estiagem, erosão e suas consequências para a agricultura, tornava num curso prioritário.

A 2 de Agosto de 1945, sem mais delongas, era publicada a lista dos concorrentes classificados. Os dois primeiros candidatos contemplados eram Amílcar Cabral, cujo nome figurava em 1.º lugar, e Arnaldo Manuel Lopes Mariano⁴⁸⁴, que havia sido seu colega de turma do liceu⁴⁸⁵, em 2.º lugar. Amílcar Cabral era considerado, para todos os efeitos, bolseiro da Secção de Cabo Verde da CEI “com todas as regalias e obrigações inerentes a tal categoria”⁴⁸⁶. Tinha direito a uma pensão total mensal de 450\$00 a que se acrescia os 350\$00 de um subsídio mensal que o Liceu Gil Eanes lhe havia atribuído⁴⁸⁷, no ano anterior, por proposta do Luís Terry, reitor do liceu e seu professor, ao Governador Amadeu Gomes de Figueiredo⁴⁸⁸, e os encargos com o bilhete de viagem. O total da bolsa não poderia exceder os 800\$00 mensais, de acordo com o estipulado no regulamento⁴⁸⁹. Relativamente ao segundo classificado, era considerado «subsidiado» da secção de Cabo Verde da CEI, auferindo, para tal, um subsídio no valor de 400\$ mensais.

A partida do bolseiro para Lisboa foi demorada devido a problemas burocráticos. A 8 de Setembro, a CEI, que havia assumido a responsabilidade relativamente ao encargo com o bilhete de passagem de Amílcar Cabral, em ofício dirigido ao Governador de Cabo Verde, solicitava-lhe, entre outras coisas, “a honrosa fineza de interceder junto da Assistência de Cabo Verde no sentido de conceder 60% da passagem de Amílcar Lopes Cabral”⁴⁹⁰. A Companhia Colonial de Navegação, a quem a CEI havia solicitado, com

⁴⁸⁴ *Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 38, de 22 de Setembro de 1945, p. 423.

⁴⁸⁵ Vide a lista dos alunos matriculados no 2.º ano, turma A do Liceu Gil Eanes, no ano lectivo de 1938/39, datado de 28 de Setembro de 1938 (AHN – Praia – RPSAC, A2, – “Correspondência recebida do Liceu Gil Eanes”, Janeiro – Dezembro de 1938, Caixa n.º 239).

⁴⁸⁶ *Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 38, de 22 de Setembro de 1945, p. 423.

⁴⁸⁷ Estes subsídios eram atribuídos com fundos provenientes de várias empresas e dos Concelhos de Cabo Verde.

⁴⁸⁸ AHN (Praia), RAPSAC (A2) – “Relatório do Reitor do Liceu Gil Eanes – Relatório do ano lectivo de 1944/45. Dezembro de 1945 a Maio de 1946. Ofício n.º 108/44 de 15 de Agosto de 1944, do Reitor José Diogo Luis Terry, ao Ex.^{mo} Senhor Chefe de Repartição dos Serviços de Administração Civil da Praia”.

⁴⁸⁹ No *Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 19, de 12 de Maio de 1945 (p. 200), afirmava-se, erradamente, que o montante total da bolsa não deveria ultrapassar 900\$00.

⁴⁹⁰ AHN (Praia), RPSAC (A2) – “Correspondência recebida de diversas administrações de Concelho pedindo subsídios para a «Casa dos Estudantes do Império», Outubro de 1944 – Outubro de 1945. Casa dos Estudantes do Império Secção de Cabo Verde, carta ao Ex.^{mo} senhor Governador, Lisboa, 8 de Setembro de 1945”, Caixa n.º 538.

antecedência, a concessão de um desconto de 40% na passagem do bolseiro, tinha indeferido o pedido⁴⁹¹. Como o referido documento só deu entrada no Gabinete do Governador, para despacho, a 9 de Outubro, tendo sido autorizado dois dias mais tarde (11 de Outubro), Amílcar Cabral pôde, finalmente, partir com destino a Portugal ainda no final daquele mês, tendo chegado a Lisboa em princípios de Novembro de 1945⁴⁹², quando já decorriam as aulas no ISA⁴⁹³.

Esta partida tardia permitiu-lhe assistir, em Cabo Verde, ao acontecimento mais marcante da vida política cabo-verdiana daquele ano. Referimo-nos à campanha eleitoral para a eleição do único deputado de Cabo Verde à Assembleia Nacional, no âmbito das eleições marcadas, pelo regime de Salazar, para o dia 18 de Novembro, ao qual se apresentaram dois candidatos: o conhecido advogado e antigo professor no Liceu Gil Eanes, Adriano Duarte Silva, pelo único “partido” legal, a União Nacional, e o director da Fazenda, entretanto aposentado, e funcionário superior do Banco Nacional Ultramar, Álvaro Lerenó. Há vinte anos que não havia eleições para a Assembleia Nacional⁴⁹⁴ e, por isso mesmo, Cabo Verde não elegia representante seu, o que aumentou mais as expectativas em torno daquelas eleições⁴⁹⁵, que acabaram por ser ganhas por Adriano Duarte Silva.

⁴⁹¹ *Idem, ibidem.*

⁴⁹² Na biografia (diga-se, cheia de imprecisões) publicada no jornal *Expresso*, a 27 de Janeiro de 1973, com o título de “Biografia de Amílcar Cabral”, aponta-se, erradamente, o ano de 1947 como sendo o ano da chegada de Amílcar Cabral a Lisboa.

⁴⁹³ Sobre este assunto existem diferentes opiniões, havendo autores que afirmam que Amílcar Cabral teria chegado a Lisboa em Outubro, outros em Novembro e outros ainda em Dezembro.

⁴⁹⁴ Mário Soares, *ob. cit.*, p. 97.

⁴⁹⁵ Os últimos deputados eleitos tinham sido Augusto Vera Cruz, Carlos Vasconcelos e Viriato da Fonseca, conforme se pode ler no Manifesto Eleitoral de Adriano Duarte Silva (*Notícias de Cabo Verde*, n.º 232, Ano XIX, S. Vicente, 10 de Outubro de 1945p. 4).

Cap. 2 – Do Envolvimento na Luta “Antifascista” em Portugal à Militância Anticolonialista

1. A participação na “luta antifascista”

1.1. O ambiente político no Portugal do pós-guerra: o regime e a oposição

Foi num ambiente de transformações irreversíveis à escala planetária, provocadas pelo pós-guerra, que Amílcar Cabral desembarcou no cais de Alcântara, no Outono de 1945.

Em Portugal, centro nevrálgico do regime colonial, reavivou os seus contactos com o que se passava no mundo e pôde constatar, *in loco*, a debilidade do Estado Novo, numa altura em que a conjuntura interna e externa lhe era particularmente desfavorável.

Em Maio de 1945, assistiu-se à capitulação da Alemanha de Hitler e ao conseqüente fim da guerra. Em Inglaterra, Churchill saía derrotado nas eleições que tiveram lugar no mês de Julho. Internamente, Portugal estava a ser varrido de norte a sul por uma grande agitação sócio-laboral e, do ponto de vista político, várias conspirações estavam a ser urdidas contra o regime. Retenha-se, a título meramente exemplificativo, a frustrada tentativa de golpe de Estado liderado por Norton de Matos, então presidente do MUNAF⁴⁹⁶, em Agosto de 1945.

Todos estes acontecimentos internos, associados ao contexto europeu e mundial, vieram dar mais alento à oposição portuguesa⁴⁹⁷ e, ao mesmo tempo, criar condições, de acordo com D. L. Raby, para a sua unidade⁴⁹⁸. Animada, começou a exigir o fim do regime “fascista”, a abertura democrática e a convocatória de eleições livres⁴⁹⁹. Com o

⁴⁹⁶ Mário Soares, *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, 1.ª Edição, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 94.

⁴⁹⁷ Esta oposição era constituída pelos seguintes partidos: o Partido Comunista Português (PCP), o Partido Republicano Português (PRP), o Partido Socialista Português (SPIO), a União Socialista, os Maçons Livres, o sector liberal da Igreja Católica, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e os Monárquicos que, em finais de 1943, fundaram o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), depois de um apelo feito nesse sentido pelo clandestino PCP (*Vide D. L. Raby, A resistência antifascista em Portugal. Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*, Tradução de Beatriz Oliveira, Lisboa, Edições Salamandra, 1988, pp. 25 e ss). Também existe uma versão inglesa desta obra.

⁴⁹⁸ D. L. Raby, *ob. cit.*, pp. 25 e 26.

⁴⁹⁹ *Vide* Mário Soares, *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, 1.ª Edição, Lisboa, Arcádia, 1974, pp. 56-59, 86-87 e 95-96; D. L. Raby, *ob. cit.*, pp. 30 e ss.).

intuito de suavizar a pressão interna e externa, Salazar optou por ganhar tempo, e, dando uma imagem de querer adaptar-se aos ventos da História, acedeu às pressões, convocando eleições legislativas para 18 de Novembro.

Ainda em Cabo Verde, como já se disse, Amílcar Cabral pôde testemunhar toda a azáfama em torno das eleições às quais se apresentaram Adriano Duarte Silva, um dos acérrimos defensores da adjacência⁵⁰⁰, e Álvaro Lerenó.

Em Portugal, face à prometida abertura do regime, a 8 de Outubro, numa reunião realizada no Centro Republicano Almirante Reis⁵⁰¹, foi fundado o Movimento de Unidade Democrática (MUD) que congregava socialistas e republicanos. O aparecimento em cena deste movimento tem sido visto por alguns historiadores como estando ligado ao falhanço do golpe liderado pelo General Norton de Matos, em Agosto último. Mas, para nós, a fundação do MUD deveu-se, fundamentalmente, ao clima de abertura política prometida por Salazar e que a oposição quis aproveitar para se unir em torno de um único projecto.

O apoio popular que o novo movimento concitou teve, em poucos dias, uma enorme repercussão em todo o país. Mário Soares, que testemunhou o acontecimento, fala, a propósito, de uma “onda avassaladora”⁵⁰². Em conferência de imprensa efectuada, logo após as primeiras duas semanas que se seguiram à constituição do MUD (isto é, até 24 de Outubro de 1945), Mário Lima Alves chegou a afirmar que, só em Lisboa, este movimento havia conseguido reunir à sua volta, cerca de 50 mil aderentes⁵⁰³. Esta vaga de adesão popular activa levou o Governo a enveredar pelo caminho do terror e da intimidação dos seus membros e simpatizantes⁵⁰⁴.

Uma vez em Lisboa, o ambiente pré-eleitoral rapidamente contagiou o jovem “caloiro” de Agronomia, a tal ponto que chegou a tomar parte activa nos comités de estudantes “antifascistas”, em nossa opinião, certamente ligado ainda ao MUD/juvenil⁵⁰⁵ ou ao MUD que, entre 1945 e 1946, havia criado dezenas de comissões

⁵⁰⁰ Vide José Vicente Lopes, *ob. cit.*, p. 136.

⁵⁰¹ *Seara Nova*, Suplemento ao n.º 948, Ano XXV, 13 de Outubro de 1945, pp. 7 e ss; e Mário Soares, *ob. cit.* pp. 95, 97 e 98. Por outro lado, Oleg Ignatiev, cuja leitura deve ser cuidada e crítica, afirma, erradamente, que o MUD teria sido fundado em 1944 (in *Amílcar Cabral, filho de África: narração biográfica*, Lisboa, Prelo, 1975, p. 12).

⁵⁰² Mário Soares, *ob. cit.*, pp. 50 e 95.

⁵⁰³ *Seara Nova*, Suplemento ao n.º 948, Ano XXV, 13 de Outubro de 1945, pp. 1-3; Vide também, sobre este assunto, D. L. Raby, *ob. cit.*, p. 32.

⁵⁰⁴ D. L. Raby, *ob. cit.*, p., 32; e também José Ferreira Antunes, *Salazar e Caetano. Cartas Secretas 1932-1968*, Lisboa, Difusão Cultural, 1994, p. 45.

⁵⁰⁵ A fundação desta secção juvenil do MUD ainda em 1945, estará estritamente ligada à juventude universitária que, desejosa de participar na vida política nacional através de uma organização de características mais abrangentes, estava a mobilizar-se em torno do Movimento Académico de Unidade Democrática (Vide Mário Soares, *ob. cit.*, pp.101-102).

por todo o país. A fazer fê num depoimento da sua primeira esposa, Maria Helena Rodrigues Vilhena, Amílcar Cabral chegou mesmo a dirigir, em algumas ocasiões, os debates fazendo uso da sua grande capacidade oratória⁵⁰⁶.

As eleições para a Assembleia Nacional, que acabaram por se realizar sob o signo da suspensão dos comícios e da actividade pública do MUD, ainda em finais de Outubro⁵⁰⁷, e da abstenção da oposição, devem ter provocado uma forte impressão ao jovem estudante de Agronomia, pouco habituado a ver uma contestação tão aberta contra o regime. Aliás, de acordo com Mário Soares, nunca o Estado Novo enfrentara uma tão aberta oposição em toda a sua história⁵⁰⁸.

Mas, a previsível derrota da oposição nas eleições de Novembro não desvaneceu a luta pelo derrube de Salazar e do seu regime. No ano seguinte, quando se preparava para iniciar as aulas do 2.º ano de Agronomia, Amílcar Cabral acompanhou, certamente, as notícias sobre a frustrada tentativa de golpe de Estado, de 10 de Outubro de 1946, protagonizada por oficiais progressistas do Norte em aliança com elementos do MUD e do MUNAF, que ficou conhecida como a “Revolta da Mealhada”⁵⁰⁹. A esta tentativa de golpe liderada por Fernando Queiroga, teriam aderido o General Norton de Matos, o Almirante Mendes Cabeçadas e João Soares. Apesar do cerco e da rendição do chefe da rebelião⁵¹⁰, a saga *putschista* não ficaria por aqui. Seis meses volvidos (10 de Abril de 1947), uma autoproclamada Junta Militar de Salvação Nacional, liderada por Mendes Cabeçadas, falharia novamente uma tentativa de golpe de Estado⁵¹¹. Esta vaga *putschista* seria acompanhada por uma onda de greves operárias em Lisboa, no Barreiro e no Ribatejo e de estudantes universitários em algumas faculdades de Lisboa. Antes disso, em 1945, deu-se, em Coimbra, a “tomada do poder” dos “esquerdas” pelo grupo liderado por Salgado Zenha.

Em Março de 1947, a secção juvenil do MUD teve a sua primeira e última reunião pública na *Voz do Operário*, antes de entrar, também ela, na clandestinidade, devido à repressão implacável da polícia política, a PIDE⁵¹².

⁵⁰⁶ Vide Carlos Pinto Santos, *ob. cit.*, p. 18.

⁵⁰⁷ Vide D. L. Raby, *ob. cit.*, pp. 33-34.

⁵⁰⁸ Mário Soares, *ob. cit.*, p. 97.

⁵⁰⁹ Vide, sobre este assunto, entre outros, D. L. Raby, *ob. cit.*, pp. 35-37.

⁵¹⁰ Para o estudo, conhecimento e preparação da conspiração, vide Fernando Queiroga, *Portugal Oprimido, O Século*, 1974, pp. 95 e ss; Marcello Caetano, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Editorial Verbo, 1977, p. 27; D. L. Raby, *ob. cit.*, p. 36.

⁵¹¹ Vide entre outros D. L. Raby, *ob. cit.*, p. 36.

⁵¹² A PIDE foi (re) criada a 22 de Outubro de 1944, pelo Decreto-Lei n.º 35 046, substituindo a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) instituída em 1933.

1.2. A esquerda portuguesa e a questão ultramarina

Em Portugal, mesmo no seio da esquerda, a questão ultramarina foi, durante o pós-guerra, um tema tabu. À excepção do Movimento Nacional Democrático (MND) que, nos finais dos anos 40, foi o primeiro a propor, ainda que sem grande entusiasmo, a autodeterminação das colónias portuguesas⁵¹³, nenhum outro partido ou movimento da oposição o havia feito antes do V Congresso do PCP, celebrado na clandestinidade, em 1957. Apesar das mudanças que se estavam a operar no mundo e que conduziram a reformas profundas na evolução do regime capitalista, em Portugal, apenas nessa altura, o aforismo marxista “um povo que oprime outro povo nunca pode ser livre”, ganhou importância. Até lá, a solidariedade com os povos oprimidos foi, durante muito tempo, na prática política do PCP e do conjunto da oposição de esquerda, uma solidariedade teórica, apesar dos insistentes apelos no sentido de uma maior actuação em prol dos povos colonizados por Portugal. Um destes apelos teria sido feito, em 1935, no VII Congresso da Internacional Comunista realizado em Moscovo, pelo então Secretário-geral do PCP, Bento Gonçalves, ao chamar a atenção dos seus correligionários para a necessidade de se “vencer as debilidades e as faltas” da suas actividades “na organização da luta em defesa dos interesses dos povos coloniais oprimidos pelo colonialismo português”. Seria necessário, de acordo ainda com Bento Gonçalves, “ajudá-los a conduzir a luta até à sua libertação completa”⁵¹⁴.

A atitude adoptada posteriormente pelo PCP, no seu III Congresso (I ilegal)⁵¹⁵, realizado em Novembro de 1943, em relação às colónias, foi bem diferente e representou, inclusivamente, um certo retrocesso em relação às propostas de Bento Gonçalves. Embora não abdicando do direito à independência, naquele congresso falou-se apenas, e de forma hesitante, na necessidade de estabelecer uma “aliança livre com os povos das colónias”⁵¹⁶. Naquela altura, o PCP fazia depender esse direito de uma eventual mudança política em Portugal. O próprio subdesenvolvimento em que as colónias se encontravam mergulhadas e o fantasma de poderem cair nas mãos de um “outro imperialismo” foi utilizado, por vezes, como argumento para reafirmar, de modo sistemático, a tese da imaturidade⁵¹⁷. Talvez por isso, quando em 1949, Amílcar Cabral e os seus companhei-

⁵¹³ Vide D. L. Raby, *ob. cit.*, p. 43.

⁵¹⁴ Bento Gonçalves, *Escritos*, (1927-1930), Lisboa, Seara Nova, 1976, p. 117; Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 80.

⁵¹⁵ D. L. Raby, *ob. cit.*, p. 66.

⁵¹⁶ D. L. Raby, *ob. cit.*, p. 67; João Madeira, “O PCP e a Questão Colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)”, in *Estudos do Século XX*, n.º 3, Coimbra, Quarteto, 2003, p. 217.

⁵¹⁷ Álvaro Cunhal (Duarte), “Informe Político do Secretariado do Comité Central ao I Congresso Ilegal do partido Comunista Português”, *Avante*, 1944; e Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 83.

ros africanos iniciaram o processo de autonomização em relação às estruturas afectas ao PCP, que vai culminar na criação de um organismo próprio e autónomo, como o CEA, em 1951, a ideia foi mal recebida pelos comunistas.

Muito embora tenham começado a aparecer artigos de nacionalistas guineenses no jornal comunista *Avante*⁵¹⁸, nos finais da década de trinta, não foi fácil para o PCP vencer as debilidades.

Só depois da Segunda Guerra Mundial, o interesse dos movimentos de esquerda em relação às colónias, ganhou outro dinamismo não tanto por ter contribuído para o fomento e incentivo à luta autónoma desses povos para a sua independência, separada dos interesses do PCP, mas por integrar e subordinar ainda as aspirações dos povos coloniais ao projecto de recrutamento de adeptos para a luta que estava a travar em Portugal contra o regime de Salazar. Neste sentido, partilhamos a seguinte opinião de Manuel Bridier em relação ao paternalismo dos partidos de esquerda europeia:

If during the War, the defence of the colonial peoples was subordinated to the victory over Hitler, after this victory, it was subordinated to the national strategies of the European parties in the mother countries⁵¹⁹.

De resto, na sua 5.^a Reunião Plenária Ampliada, que teve lugar em 1952, o Comité Central do PCP voltou a reiterar a sua tese de subordinação dos interesses das colónias aos de Portugal, ao defender que “só um regime democrático” permitiria “uma ajuda efectiva do povo português aos povos das colónias”⁵²⁰.

É certo que estas posições ambíguas, no que dizia respeito à independência africana, condicionadas e subordinadas à derrota do regime de Salazar em Portugal, e à intransigência do regime, foram as grandes responsáveis, a nosso ver, pelo atraso do nacionalismo nas colónias portuguesas.

Em lugar de apoiar a criação de organizações nacionalistas autónomas de africanos, o PCP optou pela constituição de células ultramarinas suas em Angola e Moçambique, nos finais dos anos 40, e, na Guiné, nos primórdios dos anos 50, ou pelo enquadramento, dentro das suas estruturas, dos africanos que frequentavam as universidades da metrópole. Ainda assim, até 1948, excepção feita a pequenos núcleos do PCP existentes em Angola, um dos quais foi responsável, em 1945, pela greve de padeiros de

⁵¹⁸ Oscar Oramas, *Amílcar Cabral para além do seu tempo*, Lisboa, Hugin, 1998, capítulo 2, p. 28 e Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 61.

⁵¹⁹ Manuel Bridier, “Colonial Revolution and the French Left”, *The International Socialist Journal*, number 26-27, Year 5, Rome, 1968, p. 264.

⁵²⁰ “Resoluções”, ed. *Avante*, 1953; e *apud* João Madeira, *Os engenheiros de Almas*, p. 275 e Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 83.

Luanda⁵²¹, não foi feito, naquela colónia e em nenhuma das outras, “trabalho partidário devidamente organizado”, como reconhecia Álvaro Cunhal, no IV Congresso (2.º. Ilegal)⁵²², realizado em 1946. Só em 1953, como veremos mais adiante, o PCP apoiou a criação de uma organização de africanos afecta ainda àquele partido. Mas, a decisão sobre a independência das colónias só foi definitivamente perfilhada em 1957, no V Congresso do PCP, quando este partido reconheceu, explicitamente, o direito à independência das colónias, “independentemente das modificações que se possam operar na situação política em Portugal”⁵²³.

Talvez em virtude desse facto o PCP tenha optado por mudar de estratégia, adoptando, no IV Congresso de 1946, uma resolução no sentido de, na mobilização para as organizações das colónias, se ter em conta, não só os portugueses aí residentes, mas também privilegiar a organização “dos povos indígenas e a sua movimentação na defesa dos seus interesses vitais”⁵²⁴.

A nova estratégia adoptada pelo PCP, a partir de meados dos anos 40, como sugere Patrick Chabal⁵²⁵, foi semelhante à que a sua congénere francesa havia adoptado dez anos antes nas colónias da África Ocidental e da Ásia, nas últimas das quais, mais concretamente no Vietname, o Partido Comunista Francês (PCF) organizou, em 1937, de acordo com Thomas H. Henriksen, o Partido Comunista da Indochina⁵²⁶.

Igualmente, na África Ocidental do pós-guerra, os intelectuais franceses comunistas foram responsáveis, segundo Joseph-Roger de Benoist⁵²⁷, pela criação e dinamização, no seio dos intelectuais, sindicalistas e quadros africanos, dos chamados Grupos de Estudos Comunistas (GEC). Mais tarde, a maioria destes quadros africanos acabou por aderir ao Rassemblement Démocratique Africain (RDA), fundado em Bamako (Mali), em 1946⁵²⁸ ou por fundar organizações políticas em países como a Costa do Marfim, Sudão, Camarões, Congo, Guiné-Conakry e Senegal⁵²⁹.

⁵²¹ Álvaro Cunhal (Duarte), Informe sobre a Organização, dactilografado; e *apud*, Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 80.

⁵²² Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 80; João Madeira, “O PCP e a Questão Colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)”, in *Estudos do Século XX*, n.º 3, Coimbra, Quarteto, 2003, p. 219.

⁵²³ *Apud* Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 84.

⁵²⁴ Amândio César, *Angola 61*, 7.ª edição, Lisboa, Verbo, 1962, p. 95; Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 81.

⁵²⁵ Patrick Chabal, *Amílcar Cabral. Revolutionary leadership and people’s war*, London, Cambridge University Press, 1983, p. 41.

⁵²⁶ T. H. Henriksen, “People’s war in Angola, Mozambique, and Guinea-Bissau”, *The Journal of Modern African Studies*, 14, 3, London, Cambridge University Press, 1976, p. 391.

⁵²⁷ Joseph-Roger de Benoist, *L’Afrique occidentale française de la conférence de Brazzaville (1944) à l’indépendance (1960)*, Dakar, Les Nouvelles Éditions Africaines, 1982, p. 103.

⁵²⁸ *Idem, ibidem*, p. 103.

⁵²⁹ *Idem, ibidem*, pp. 104-106.

Nas colónias portuguesas, contrariamente ao que defendia Amândio César, o PCP nunca incentivou ou fomentou a emergência de movimentos locais “com raízes próprias e com objectivos definidos”⁵³⁰, para que fossem eles mesmos, conforme insistia aquele autor, a “criarem condições de vida própria e independente”⁵³¹. Na prática, como assinala Chabal⁵³², o que o PCP fez foi criar extensões daquele partido, através da preparação e do envio de quadros seus para fundarem Secções Ultramarinas⁵³³.

Assim, como já se disse, com um atraso de mais de uma década relativamente à sua congénere francesa, as primeiras células clandestinas ligadas ao Partido Comunista Português só começaram a aparecer em 1948. Referimo-nos, no caso angolano, ao Comité Federal Angolano do Partido Comunista Português, à Comissão de Luta das Juventudes contra o Imperialismo Colonial em Angola e Angola Negra⁵³⁴. Apesar deste esforço, o número de militantes com que o PCP contava nas suas fileiras, por exemplo, em Luanda, não ultrapassava os vinte e dois, em 1948, segundo um relatório apresentado naquele ano por Álvaro Cunhal⁵³⁵.

Um ano mais tarde (1949), em Moçambique, surgia, paralelamente ao Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), cuja fundação se deve a Eduardo Mondlane, uma secção do MUD/juvenil. É muito provável que um dos seus “fundadores” tenha sido Pedro Soares que, como afiança Dalila Mateus, fora libertado do campo de concentração do Tarrafal, em meados da década de 40, de donde seguiu para a Cidade de Lourenço Marques⁵³⁶ (actual Maputo). Integravam ainda este núcleo, Noémia de Sousa, Gualter Soares, Ricardo Rangel, Sofia Pomba Guerra, João Mendes, Sobral Campos e Henrique Beirão⁵³⁷. No mesmo ano, foram todos detidos sob a acusação de pertencerem ao PCP, sendo alguns deles deportados para Angola e Guiné. Foi o caso da farmacêutica Sofia Pomba Guerra, que, anos mais tarde (primórdios dos anos 50), vai aparecer na Guiné, ligada ao grupo “antifascista” de Bissau, de que era coordenadora. O próprio Amílcar e a mulher com quem se casou nos inícios dos anos

⁵³⁰ Amândio César, *Angola 61...*, p. 95; Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 81.

⁵³¹ *Idem, ibidem*, p. 81.

⁵³² Patrick Chabal, “O contexto político e cultural da poesia de Agostinho Neto”, in *A Voz Igual, Ensaios Sobre Agostinho Neto*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Angole Artes e Letras, Tomo I das Actas do I Simpósio Internacional sobre cultura Angolana, Maio de 1989, p. 130. Também, na obra, pode ser lida uma tradução em inglês do mesmo artigo.

⁵³³ *Vide* Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 59.

⁵³⁴ *Idem, ibidem*, p. 54.

⁵³⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, “Duarte [Álvaro Cunhal]”, NP 9108, “Balanço geral do estado da organização do Partido Comunista Português. Ano de 1948”, pasta 3, p. 8 [45]; João Madeira, “O PCP e a Questão Colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)”, in *Estudos do Século XX*, n.º 3, Coimbra, Quarteto, 2003, p. 220.

⁵³⁶ Dalila Cabrita Mateus, *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1999, p. 81.

⁵³⁷ *Idem, ibidem*.

50, Maria Helena de Ataíde Vilhena Rodrigues Cabral⁵³⁸, conviveram com Sofia quando chegaram à Guiné, em 1952.

Noémia de Sousa, que mais tarde esteve ligada à chamada “geração de Cabral”⁵³⁹, residia e estudava em Lisboa, em 1951, tendo integrado, inclusivamente, o núcleo inicial do Centro de Estudos Africanos (CEA) e, mais tarde, em 1958, o Movimento Anticolonialista (MAC).

Para além da criação de secções ultramarinas na metrópole, o PCP investiu, igualmente, num trabalho profundo, de mobilização e integração – nas suas fileiras ou nas das suas organizações filiais, como o MUD/juvenil – de estudantes africanos frequentando as universidades portuguesas, cujo número começou a crescer a partir de meados dos anos 40. No entanto, este processo de integração não deve ter sido apenas do interesse e da iniciativa daquele partido. Também era do interesse dos próprios quadros africanos, como defende Pedro Pezarat Correia:

Nos seus esforços de estruturação política em Portugal, obviamente clandestina face às recusas que o regime opunha a qualquer organização aberta, os grupos das colónias começaram por se inserir no quadro mais global da oposição portuguesa, nomeadamente no Movimento de Unidade Democrática (MUD) e na sua célula de Juventude (o MUD/Juvenil) que a seguir à guerra abanou as estruturas do regime salazarista⁵⁴⁰.

1.3. O envolvimento na luta “antifascista” e a aprendizagem política

Em Portugal, Amílcar Cabral e o núcleo de estudantes africanos, talvez não tanto ainda por ausência de espaço próprio (autónimo) para poderem reivindicar os seus direitos e fazerem a aprendizagem política, mas, devido aos reflexos da assimilação colonial, não estabeleceram, a princípio, nenhuma diferenciação entre a luta contra o colonialismo, que deveria ser a sua, e a luta contra o dito regime “fascista”, da responsabilidade da esquerda portuguesa. A própria assimilação dos valores da cultura portuguesa, fruto da socialização escolar, não os teria deixado aperceber-se das nítidas diferenças entre estas duas lutas e, por conseguinte, ter a consciência de que deveriam enve-

⁵³⁸ Sobre a primeira esposa de Amílcar Cabral, com a qual teve duas filhas (Iva e Ana Luísa), tudo quanto sabemos é que era natural do Porto onde nasceu em 1927. Seus progenitores foram Joaquim e Carlota, ambos naturais de Chaves. Maria Helena faleceu em Novembro de 2005.

⁵³⁹ Mário de Andrade afirma que, da “geração de Cabral”, faziam parte Amílcar Cabral, ele próprio, Agostinho Neto, Humberto Machado, Noémia de Sousa, Alda Espírito Santo, Marcelino dos Santos e Francisco José Tenreiro (Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a Michel Laban*, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1ª Edição, Novembro de 1997, p. 69).

⁵⁴⁰ Pedro Pezarat Correia, “*Descolonização*” in *Do Marcelismo ao fim do Império*, Coordenação J. M. Brandão de Brito, Lisboa, Circulo de Leitores, 1999, p. 117.

redar, isso sim, pela “libertação do Homem Africano”. Por conseguinte, até finais da década de 40, integraram-se, como já se disse, nos movimentos de esquerda como o PCP e/ou na sua célula juvenil, antes de avançarem para a criação de instituições culturais e políticas autónomas.

Vários autores têm tentado desvincular Amílcar Cabral das posições políticas assumidas por alguns dos seus companheiros africanos em Portugal que, desde muito cedo, não hesitaram em integrar-se na “luta antifascista”. Por exemplo, Patrick Chabal afirma a certa altura que Amílcar Cabral tinha as suas posições políticas claras e diferentes das de alguns dos seus companheiros africanos. Como primeiro argumento, aponta o facto de Cabral não ter sido tão activo politicamente como o foi o seu conterrâneo Vasco Cabral, várias vezes detido pela PIDE. Em segundo lugar, assinala as diferenças que, do ponto de vista político, o separavam das posições da esquerda portuguesa. E escreve:

But Cabral’s foremost concern was the liberation of Africa, while that of the metropolitan Opposition was the overthrow of the fascist regime in Portugal⁵⁴¹.

O que Chabal não explica, no entanto, é quando é que Amílcar Cabral começou a manifestar essa tendência e essas posições em relação à libertação da África a que se refere. De facto, na nossa perspectiva, tudo aponta para que, a partir de 1948/49, as preocupações de Amílcar Cabral e de alguns dos seus companheiros africanos se tenham orientado para a libertação dos seus povos. Não se sabe, inclusivamente, até que ponto pensavam que a libertação do povo português seria também a sua própria libertação, o que à partida justificava a adesão ao projecto político da esquerda portuguesa. Já veremos também o quão difícil foi para Amílcar Cabral e seus companheiros afastarem-se da “luta antifascista”, apesar das grandes movimentações no sentido de criar organizações autónomas, a começar pelo Movimento Democrático das Colónias Portuguesas (MDCP), fundado em Lisboa, em 1954, o Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas (MLNCP), criado em Paris, em 1957, e o Movimento Anticolonialista (MAC), nascido da fusão dos dois anteriores, em 1958.

Além do mais, o facto de nunca ter sido preso, como Vasco Cabral, Marcelino dos Santos, Agostinho Neto ou Mário de Andrade, não significa que, nos anos 40, Cabral tivesse sido o menos activo politicamente. Antes pelo contrário. Revela, pura e simplesmente, que a sua militância e colaboração com os movimentos de esquerda e a adesão ao projecto de “luta antifascista” que ocorreu, ao que tudo indica, entre 1945/46

⁵⁴¹ Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 41.

e 1948, foram bastante comedidas e nunca comprometedoras. É preciso não esquecer que Cabral era ainda estudante bolsheiro e estava sujeito às regras, sob pena de perder a bolsa e de comprometer uma carreira profissional.

Por outro lado, a participação de Cabral na “luta antifascista” não o impedia de, simultaneamente, se interessar pela situação das colónias. Chegou até a ser considerado, conjuntamente com Agostinho Neto e Mário de Andrade, um dos mais politizados da sua geração, pois, de acordo com este último, estavam “mais a par da realidade política” dos seus territórios de origem⁵⁴².

Como atrás se assinalou, a partir de 1948, por influência da negritude e do pan-africanismo, Cabral iniciou, com os seus companheiros africanos, uma viragem gradual em direcção à autonomização e defesa dos interesses africanos e do Homem Negro. Enquadravam-se, nesta viragem, a manifestação dos estudantes africanos junto do Ministério das Colónias, aquando da iminência de mais uma situação de fome em Cabo Verde, e a atitude pouco entusiástica revelada, mormente pelos angolanos, relativamente às eleições presidenciais de 1949, na qual participaram, como candidato do regime, o Marechal Carmona, e, pela oposição, o General Norton de Matos. Seria conveniente frisar que o pouco entusiasmo em torno da candidatura de Norton de Matos prendia-se com o facto de este ter sido Governador-Geral de Angola, entre 1912 e 1915, e depois Alto-Comissário, entre 1920 e 1924. Isto não significa, porém, que os africanos tivessem mantido sempre essa postura de afastamento e de menor entusiasmo nas restantes actividades dos grupos de esquerda. A tentativa de autonomização, com o frustrado assalto à Casa de África⁵⁴³, em 1949, não os inibiu de continuarem, de certo modo, a envolverem-se na luta ao lado da oposição portuguesa, o que revelava ainda certa ambiguidade na atitude dos africanos. Por isso, não deixaram de participar, nos anos subsequentes, em manifestações como a organizada pelo MUD/juvenil, a 11 de Novembro de 1950, que terminou com a deposição de uma coroa de flores no Monumento aos Mortos da Grande Guerra⁵⁴⁴ e com a consequente intervenção da PIDE. Na ocasião, a referida

⁵⁴² *Idem, ibidem*, p. 69.

⁵⁴³ Esta instituição foi fundada em 1944 e era dirigida, em 1949, pelo santomense (S. Tomé e Príncipe) Artur Castro, irmão de João e Heliodoro Castro, com os quais havia fundado, em 1921, o Partido nacional Africano (PNA). Historicamente, o PNA pode ser considerada precursora da Casa de África (*Vide* sobre este assunto, entre outros, Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a Michel Laban...*, pp. 70-71).

⁵⁴⁴ *Vide*, sobre este assunto, Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a Michel Laban...*, p. 106 e seguintes. Mário de Andrade equivoca-se, no entanto, na data que aponta (Novembro de 1951) como sendo aquela em que a manifestação se realizou (*ob. cit.*, p. 106), quando terá sido em Novembro do ano anterior (1950).

polícia procedeu à detenção de alguns activistas como Marcelino dos Santos, ao tempo companheiro de quarto de Amílcar Cabral, Mário de Andrade⁵⁴⁵ e Fernando Velho.

Numa entrevista concedida a Michel Laban, Mário Pinto de Andrade afirmou a este propósito o seguinte:

Ainda hoje me pergunto quais eram as razões dessa homenagem aos heróis da Primeira Guerra... Não havia grande relação entre os africanos e a Primeira Grande Guerra a ponto de honrar esses mortos⁵⁴⁶.

Andrade revelou ainda que a participação nessa actividade, que levou à sua detenção, pôs fim à sua acção política⁵⁴⁷ ao lado da oposição. Atente-se nas suas declarações:

Foi depois da minha prisão que comecei a interrogar-me sobre a utilidade de uma acção desse tipo, no seio das organizações portuguesas. O meu desinteresse em relação a esse tipo de acção política data desta época: era perigoso e não conduzia a grande coisa⁵⁴⁸.

Provavelmente, Mário de Andrade não foi o único a questionar essa luta comum ao lado da oposição portuguesa. Em todo o caso, duvidamos muito de que, quer ele, quer mesmo os outros companheiros, tivessem sido capazes de fazer um corte tão radical e imediato com o PCP, a sua secção juvenil ou com o Movimento Nacional Democrático (MND), fundado nos finais dos anos 40, como resultado da cisão verificada no seio da oposição que havia apoiado a candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República. Não é por acaso que voltamos a encontrar alguns deles (por exemplo, Amílcar Cabral e Agostinho Neto) profundamente envolvidos numa iniciativa política do MND, aquando da campanha do Movimento para a Paz contra a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou NATO), realizada em 1952, na qual Amílcar Cabral teria participado, assinando uma exposição destinada ao Presidente da República, General Craveiro Lopes. Na referida exposição, reclamava-se a retirada de Portugal daquela organização, cuja entrada havia sido aprovada pela Assembleia Nacional, três anos antes (27 de Julho de 1949), e a aplicação integral das verbas destinadas ao rearmamento na melhoria das condições de vida do povo português a braços com uma grave

⁵⁴⁵ Teria declarado à PIDE ser aderente do MUD/juvenil na Faculdade de Letras (Dalila Cabrita Mateus, *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1999, p. 86).

⁵⁴⁶ Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a Michel Laban...*, p. 106.

⁵⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 107.

⁵⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 107.

crise económica⁵⁴⁹. No mesmo documento, propunha-se ainda a realização de esforços no sentido do desarmamento e a conclusão de um pacto de paz entre as cinco Grandes Potências (EUA, URSS, França, Grã-Bretanha e a China Popular)⁵⁵⁰. No âmbito desta campanha, Agostinho Neto teria sido preso quando recolhia assinaturas.

Apesar de todos os riscos e de terem chegado à conclusão, *a posteriori*, de que deviam seguir um rumo diferente daquele traçado pela oposição portuguesa, os africanos sempre reconheceram que o envolvimento na luta contra o “fascismo” foi uma autêntica escola política e de aprendizagem dos métodos de luta clandestina. O próprio Amílcar Cabral não se cansou de admitir, em diversas ocasiões, a importância da experiência adquirida em Portugal. Por exemplo, em 1970, num artigo publicado na revista cubana *Pensamiento Crítico*, afirmava:

Hemos desarrollado nuestro partido, en consonancia con la realidad de nuestro país y con las exigencias de la lucha, pero, evidentemente, algunos de nosotros, conocemos ciertas experiencias partidarias, sobre todo de la clandestinidad en Portugal⁵⁵¹.

Por outro lado, numa obra publicada mais tarde, Lúcio Lara também salientou a utilidade destas ligações dos africanos com as forças políticas de esquerda nos tempos em estudavam em Portugal:

A convivência com os membros da oposição portuguesa foi uma excelente escola de camaradagem e de hábitos de clandestinidade e de comportamento diante da Polícia, nas prisões ou nos interrogatórios na sede da PIDE, na rua António Maria Cardoso⁵⁵².

Apesar de terem criado o Centro de Estudos Africanos (CEA), em 1951, o Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas (MLNCP), em 1957, e o Movimento Anticolonialista (MAC), em 1958, não se pode dizer que, de 1949 a 1959, tenha sido fácil aos africanos desligarem-se completamente da “luta antifascista”. O próprio Amílcar Cabral certificou essa dificuldade quando, numa entrevista concedida à Rádio Voz da Liberdade, em 1966, considerou a luta do povo português “uma luta muitas vezes anónima, surda, de cada dia”, como a sua própria luta. E acrescentava o

⁵⁴⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 19 E/GT, “Amílcar Cabral”, fl. 26; IAN/TT-PIDE/DGS, processo 4415, “Maria Helena D’Athaíde Vilhena Rodrigues”, CI (2) NT 7355, SC, fl. 78. A referida exposição também foi publicada no n.º 166 do *Avante* de Março de 1952; José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 30.

⁵⁵⁰ IAN/TT-PIDE/DGS, processo 4415, “Maria Helena D’Athaíde Vilhena Rodrigues”, CI (2) NT 7355, SC, fl. 78.

⁵⁵¹ “Amílcar Cabral: frente al ultra colonialismo português”, *Pensamiento crítico*, Habana (Cuba): Centro de Estudios Latinoamericanos, 1967-1971, January 1970, p. 188.

⁵⁵² Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 18.

seguinte, acerca do seu envolvimento e de outros colegas africanos nas actividades políticas “antifascistas” que levaram à prisão de alguns deles:

E o facto é que, eu por exemplo (e alguns outros camaradas meus) antes de começarmos a lutar pelo nosso povo, lutámos pelo povo português. Alguns camaradas meus como o Vasco Cabral, Agostinho Neto e outros... estiveram anos e anos presos nas cadeias de Salazar. Não é porque lutavam por Cabo Verde e Guiné ou por Angola. Não! Lutavam pelo povo português⁵⁵³.

Mais adiante, na mesma entrevista, respondendo às afirmações do jornalista Martinho Simões, do *Diário de Notícias*, que o acusava de ser “traidor à Pátria”, Cabral assegurou:

Eu fui fiel à Pátria portuguesa lutando ao lado do povo português contra o salazarismo. Cantando nas ruas de Lisboa (na Rua Augusta), abrindo brechas entre a polícia na Rua Augusta aquando da eleição de Humberto Delgado. Lutei pela pátria portuguesa sem ser português. Estou pronto a lutar hoje⁵⁵⁴.

A participação activa de Amílcar Cabral nas manifestações de apoio a Humberto Delgado, numa altura em que já estava profundamente empenhado na luta anticolonial, também é uma demonstração clara de que a distinção ou a separação entre estas lutas (a “antifascista” e a anticolonialista) não foi fácil.

Ainda hoje se debate a questão da ligação de Amílcar Cabral ao PCP ou ao MUD/juvenil. Patrick Chabal tem insistido na existência dessa ligação, embora descarte a hipótese de uma militância naquele partido e/ou na sua organização juvenil⁵⁵⁵. Aquele autor defende categoricamente que Amílcar Cabral não era comunista⁵⁵⁶ e que nunca foi membro de um partido marxista ou comunista⁵⁵⁷. Esta não é, no entanto, a opinião manifestada por Sousa Ennes, num artigo publicado a 21 de Setembro de 1962, no *Diário da Manhã*, órgão de informação muito próximo da União Nacional. Este autor, a fim de sublinhar a simpatia de Amílcar Cabral pelo Comunismo, associava-o a Mário Pinto de Andrade, apodado de “comunista de obediência moscovita”⁵⁵⁸. Pouco depois, numa revista norte americana, editado pelo “International Services of Information Foundation

⁵⁵³ ASRDNCV, Entrevista da Voz da Liberdade com Amílcar Cabral dirigindo algumas palavras aos Democratas e progressistas portugueses, 1966.

⁵⁵⁴ *Idem, ibidem.*

⁵⁵⁵ Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 40.

⁵⁵⁶ Ulisses Estrada entrevistado por Piero Gleijeses, artigo citado, p. 47.

⁵⁵⁷ Patrick Chabal, “The social and political thought of Amílcar Cabral: a Reassessment”, *The Journal of Modern African Studies*, 19, 1, London, Cambridge University Press, 1981, p. 32.

⁵⁵⁸ Sousa Ennes, “Vistos de Bissau não passam de Charlatães”, *Diário da Manhã*, 21/9/1962, in IAN/TT – PIDE/DGS – del. Porto – processo 2736651, “Maria Helena Ataíde Vilhena Cabral”, fl. 62.

INC”, de Baltimor, traduzida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português, afirmava-se, igualmente, que Cabral era de tendência comunista e que estava em contacto com Mário de Andrade, “dirigente do movimento comunista angolano, MPLA”⁵⁵⁹.

Na verdade, ao contrário do que defende Patrick Chabal, a ligação de Amílcar Cabral, enquanto estudante em Portugal, ao MUD/juvenil, foi atestada por alguns dos seus contemporâneos como Mário de Andrade e Vasco Cabral. Por outro lado, atendendo às ligações orgânicas entre o MUD/juvenil e o PCP⁵⁶⁰, facilmente se pode deduzir que teria havido algum contacto de Amílcar Cabral com este partido. Naquele período dos anos 40, considerado por muitos como sendo a “fase heróica” do PCP e a “idade de ouro” da “luta antifascista”, havia uma bipolarização das tendências político-ideológicas. Ou se era pró-regime ou se era contra, logo comunista. Tendo em conta ainda a forte implantação do MUD/juvenil na Casa dos Estudantes do Império (CEI), somos da opinião de que seria muito difícil a Amílcar Cabral furtar-se a uma ligação àquele movimento e à influência, ainda que indirecta, do PCP. De resto, no romance *A Geração da Utopia*, de Pepetela, uma personagem dá um elucidativo exemplo acerca da influência do PCP na CEI e junto dos estudantes africanos:

Até na Casa [CEI], sem que a malta saiba, eles (o PCP) têm uma grande influência. Os movimentos anticoloniais que foram surgindo, mesmo que independentes, foram sempre mais ou menos camufladamente encorajados por eles⁵⁶¹.

Embora não se referisse ao caso concreto de Amílcar Cabral, Mário Soares, que foi membro do Comité Central MUD/juvenil nos anos 40, chegou a afirmar que este movimento contava, no seu seio, com militantes “antifascistas” e com a participação dos “africanos”.

Um outro correligionário e conterrâneo de Amílcar Cabral, Vasco Cabral, foi mais longe relativamente à possível militância daquele no MUD/juvenil. Com efeito, na entrevista concedida a Dalila Cabrita Mateus, confirmou que Amílcar chegou a integrar, em 1950, uma comissão daquele organismo, com o intuito de “coordenar e orientar a actividade a desenvolver junto dos associados da CEI”, nomeadamente para a “mobilização dos estudantes e jovens africanos em defesa dos seus direitos e interesses essenciais”⁵⁶². Esta comissão, que integrava ainda Marcelino dos Santos, Mário de Andrade e

⁵⁵⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61 “PAIGC”, SC, SR, “Inform”, n.º 629 de 25 de Setembro de 1962, fl. 353.

⁵⁶⁰ Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 85.

⁵⁶¹ Vide PEPETELA, *A Geração da Utopia*, 3ª ed., Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995; e também Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 85.

⁵⁶² Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 85 e Anexo C, p. 297.

Guilherme Espírito Santo, teria estado sob a liderança de Vasco Cabral. O próprio Amílcar Cabral admitiu anos mais tarde (1967) que trabalhara no sentido de influenciar todos os estudantes africanos em Portugal, designadamente aqueles que viviam na CEI⁵⁶³.

1.4. A PIDE no encaço de Amílcar Cabral

A infiltração do PCP na Casa dos Estudantes do Império (CEI), através do MUD/juvenil, fez com que esta instituição, considerada pelas autoridades como “viveiro” dos “desafectos” ao regime, fosse, de quando em vez, alvo de investigações da PIDE. No centro destas investigações esteve também Amílcar Cabral. Oleg Ignatiev afirma que, já em 1949, a tentativa de “assalto” à Casa de África levou a PIDE a abrir averiguações sobre as actividades subversivas de Amílcar Cabral⁵⁶⁴. Mas, a primeira lista manuscrita daquela polícia que encontrámos e onde consta o nome de Amílcar Cabral é datada de 14 de Novembro de 1950⁵⁶⁵ e não de 1949, como defende Ignatiev, ou de 1951, como sustentou Mário de Andrade⁵⁶⁶. Nela figuravam ainda outros cinco nomes, bem como a respectiva anotação do número de processo, quando se tratavam de indivíduos já referenciados. Eram eles: Orlando António da Costa⁵⁶⁷, Marcelino dos Santos, Mário Pinto de Andrade, Fernando Jaime Freire Leite Velho e Carlos Eugénio Torres de Sousa. Dois dos nomes que aparecem na lista já constavam do processo aberto pela PIDE: Marcelino dos Santos (Processo 19/45 – SR) e Carlos Eugénio Torres de Sousa (Boletim 52 068 e Processo 3 391/I). Julgamos que o manuscrito acima referido teria estado na origem de um outro (seguramente uma cópia do primeiro, solicitado a 21 de Fevereiro de 1961) para ser anexada ao processo de Amílcar Cabral. Nesta cópia, além dos nomes atrás referenciados, havia também a indicação de que alguns deles teriam sido “presos e já soltos”, sem se fazer qualquer alusão acerca da data e dos motivos que conduziram às suas detenções⁵⁶⁸. Nestas condições, encontravam-se: Orlando António da Costa, Marcelino dos Santos, Mário de Andrade e Fernando Jaime Freire

⁵⁶³ Amílcar Cabral, “Fifty year of the struggle for National Liberation”, *The Socialist Thought and Practice*, n.º 51, Beograd, March-April, 1973, p. 90.

⁵⁶⁴ Vide Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral, filho de África: narração biográfica*, Lisboa, Prelo, 1975, pp. 33-34.

⁵⁶⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 329/46, “Casa dos Estudantes do Império”, SR, NT 2537/2538, pasta 5, fl. 377.

⁵⁶⁶ Mário de Andrade, *Uma entrevista dada a...*, p. 106.

⁵⁶⁷ Mário de Andrade assinalou mais tarde que Orlando Antonio da Costa era membro do Partido Comunista (Mário de Andrade, *Uma Entrevista dada a...*, p. 106).

⁵⁶⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 329/46, “Casa dos Estudantes do Império”, NT 2537/2538, pasta 5, fl. 162.

Leite Velho. Desta cópia, os nomes de Carlos Eugénio e Amílcar Cabral apareciam destacados, com a indicação de que eram membros da Direcção da CEI.

Tentemos analisar agora quais foram as razões que estiveram na origem da elaboração da referida lista e da abertura do processo de averiguações a Amílcar Cabral e ao seu companheiro de direcção da CEI, Carlos Eugénio Torres. Podia tratar-se de um procedimento normal, destinado a sancionar os órgãos de direcção da CEI ou uma consequência das eleições presidenciais do ano anterior e da repressão que se lhe seguiu. Contudo, a proximidade da data da elaboração da lista (14 de Novembro) com a manifestação promovida pelo MUD/juvenil, no dia 11 de Novembro, junto ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra, na sequência da qual teriam sido presos os cinco indivíduos acima referidos e arrolados no dia 14, pode ajudar-nos a compreender as diligências da PIDE em seguir as pisadas de alguns dos mais politicamente activos associados e dirigentes da CEI. É justamente a ligação de alguns deles com esta instituição que levou a polícia a intervir nela, no sentido de averiguar o grau de infiltração do MUD/juvenil e do PCP na CEI e de identificar os indivíduos considerados “desafectos”. É, pelo menos, o que se pode constatar nas anotações manuscritas na margem do processo. De resto, um olhar atento sobre a lista posteriormente enviada pelo Ministério das Colónias à PIDE “a título devolutivo”, atesta o que acabámos de dizer: quase todos os indivíduos que constavam da lista, como tendo sido presos, eram elementos ligados ao MUD/juvenil, excepção feita a Marcelino dos Santos (sobre o qual não se conseguiram confirmar as suspeitas), Mário de Andrade e Fernando Velho, que, apesar de terem sido detidos no local da manifestação, os seus nomes não constavam da lista enviada à PIDE pelo Ministério das Colónias. Tal prendia-se, em nossa opinião, com o facto de, ao tempo, não integrarem nem os corpos directivos da CEI, nem das respectivas secções.

Certamente por não terem sido presos em flagrante como os demais, mas pelo menos identificados, a PIDE ordenou ao agente Augusto Santos Correia, a 17 de Novembro, que averiguasse quais eram as Faculdades da Universidade de Lisboa frequentadas pelos dois membros da Direcção da CEI: Carlos Eugénio Torres de Sousa e Amílcar Cabral, respectivamente, presidente e vice-presidente da direcção. A resposta só chegou a 24 de Novembro: Carlos Eugénio Torres de Sousa era funcionário da Caixa Postal da Marinha Mercante e Amílcar Cabral, engenheiro agrónomo, constando que era “funcionário público (Ministério das Obras Públicas)”⁵⁶⁹. No visto dado pelo Director da PIDE, a 29 de Novembro, este não deixou de solicitar, erradamente, que se pedisse ao Ministério da Educação Nacional informações mais detalhadas sobre os corpos gerentes

⁵⁶⁹ *Idem, ibidem*, fl. 376.

da CEI. O respectivo ofício destinado àquele Ministério foi elaborado no dia seguinte, 30 de Novembro. A resposta do Ministério da Educação, com data de 5 de Dezembro, desfez os equívocos da PIDE: “Tenho a honra de informar V. Exa. que a Casa dos Estudantes do Império depende do Ministério das Colónias”⁵⁷⁰.

A PIDE não desistiu e, dois dias mais tarde (7 de Dezembro), dirigiu idêntico pedido ao Ministério das Colónias⁵⁷¹. Como a resposta tardava em chegar, um novo ofício, com data de 26 de Dezembro, foi novamente enviado. A demora devia-se ao facto de, até à data, o Ministério das Colónias ainda não ter recebido nenhuma informação da própria CEI a respeito do pedido que aquele ministério entretanto havia solicitado, desde o dia 13 de Dezembro, o que podia estar associado ao facto de ter havido, recentemente, eleições de novos corpos gerentes. Só a 2 de Janeiro de 1951, o Ministério das Colónias fez seguir para a PIDE a tão almejada lista⁵⁷².

Mas porquê toda a insistência da PIDE em reunir informações sobre Amílcar Cabral e Carlos Eugénio? Os pedidos de informações específicos sobre Amílcar Cabral, bem como acerca do seu colega, levaram-nos a supor que também teriam participado na manifestação de 11 de Novembro, junto ao monumento aos Mortos da Grande Guerra, embora, no caso concreto de Amílcar Cabral, nenhum dos seus coevos tivesse confirmado esta participação. Na nossa opinião, só uma participação deste nessa manifestação pode ter levado a PIDE a suspeitar do futuro revolucionário e a persegui-lo, tanto mais que, como já se disse, partilhava o quarto, desde 1949, com Marcelino dos Santos, detido em flagrante no próprio local.

Como se vê, ao contrário do que afirma José Vicente Lopes⁵⁷³, o interesse da PIDE pelas actividades políticas de Amílcar Cabral começou a 17 de Novembro de 1950.

Em Março de 1952 (e não em Julho como assinala José Vicente Lopes⁵⁷⁴), ano em que Lisboa se preparava para ser anfitriã de uma reunião da NATO, Amílcar Cabral assinou uma exposição dirigida ao Presidente da República, Craveiro Lopes.

Esta movimentação contra o Pacto de Atlântico, organizada precisamente pelo Movimento Nacional Democrático (MND)⁵⁷⁵, pode ser considerada a primeira manifes-

⁵⁷⁰ *Idem, ibidem*, fl. 374.

⁵⁷¹ *Idem, ibidem*, fl. 373.

⁵⁷² *Idem, ibidem*, fl. 364-379.

⁵⁷³ José Vicente Lopes, *ob. cit.*, p. 47.

⁵⁷⁴ José Vicente Lopes, *ob. cit.*, p. 47. Na realidade em Julho, Amílcar ainda estaria a aguardar ou já teria tido conhecimento do resultado do concurso para preenchimento de um lugar de engenheiro agrónomo na Guiné.

⁵⁷⁵ D.L. Raby, *ob. cit.*, p. 34.

tação de Amílcar Cabral contra a NATO, mas integrada ainda na “luta antifascista”, facto que também o levou a ser inquirido pela PIDE:

Eu, por exemplo, estive na PIDE não é porque eu estava lutando por Guiné ou por Cabo Verde. Chamaram-me à PIDE porque eu fazia luta pela Paz em Portugal, pelo fim do fascismo em Portugal, porque assinei, por exemplo, o documento do povo português contra a Organização do Tratado do Atlântico, protestando contra tanto dinheiro que se ia gastar com o material de guerra, enquanto o povo português vive mal⁵⁷⁶.

É certo, porém, que, pese embora as diligências levadas a cabo pela polícia política em relação a Amílcar Cabral e apesar de ter sido chamado à PIDE na sequência do abaixo-assinado contra o Pacto do Atlântico, nas fichas abertas por aquela polícia, nunca se deixou de mencionar que, “moral e politicamente, nada se apurou em seu desabono”. É o que figura, por exemplo, num boletim aberto a 2 de Fevereiro de 1952, no qual, sucessivamente, se fizeram anotações sobre o seu comportamento moral e político, até 7 de Julho de 1956. Assim, durante este período, encontrámos informações relativas a 11 de Agosto de 1952, isto é, dois meses antes de abandonar Portugal com destino à Guiné e em que se afirmava: “moral e politicamente nada se apurou em seu desabono”⁵⁷⁷; a de 14 de Agosto de 1952: “nada consta em seu desabono”, quando Amílcar havia assinado, em Março último, a subscrição atrás mencionada e já aparecia referenciado pelos serviços de segurança como sendo “comunista”⁵⁷⁸; e, finalmente, a de 7 de Julho de 1956, na qual simplesmente consta, “idem”, o que significa que esta última informação ignorava ainda (estranhamente) um pequeno relatório elaborado, em 1955, pela PSP de Bissau, acerca das suas actividades políticas na Guiné.

Nesta colónia, onde Cabral chegou em Setembro de 1952 e trabalhou como agrónomo, até Março de 1955, a sua tendência comunista não passou despercebida entre os seus amigos e companheiros mais íntimos. Victor Robalo asseverou-nos, em entrevista que com ele mantivemos em Bissau, que “o Amílcar Cabral era comunista convencido”⁵⁷⁹.

Depois destas datas, noutras folhas do mesmo processo, a ficha de Amílcar Cabral era apresentada sem qualquer novidade comprometedoras como, por exemplo, nas informações de 5 de Julho de 1956⁵⁸⁰ e de 30 de Dezembro de 1958⁵⁸¹, que estão

⁵⁷⁶ ASRDNCV (Praia), entrevista à Rádio Voz da Liberdade com Amílcar Cabral dirigindo algumas palavras aos democratas e progressistas portugueses, Argel, 1966.

⁵⁷⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, S. Centrais, boletim 147289, “Amílcar Cabral”, NT 8077, fl. 2 e 3.

⁵⁷⁸ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 463 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, pasta n.º 2.

⁵⁷⁹ Entrevista a Vitor Robalo, Bissau, Outubro de 2002.

⁵⁸⁰ *Idem, ibidem*, fl. 2 e 3.

seguramente relacionadas com as suas viagens a Angola e por várias capitais africanas. De resto, a penúltima vez que Cabral esteve em Angola, durante quatro meses, tinha sido de 15 de Agosto a 13 de Dezembro de 1958, tendo viajado, nesta última data, para Leopoldville, Accra (onde deve ter chegado, precisamente, no último dia da Conferência dos Povos Africanos, que aí estava a ter lugar, de 6 a 13 de Dezembro), Dakar e para a Guiné⁵⁸². No país natal permaneceu até ao dia 22, seguindo depois para Lisboa⁵⁸³. É provável que a abertura da ficha, a 30 de Dezembro de 1958, esteja de alguma maneira relacionada com este primeiro périplo pelas capitais africanas. Em Luanda, num relatório elaborado pela PIDE, aquele polícia registava o seguinte, a propósito das actividades políticas de Amílcar Cabral:

Durante o espaço de tempo que permaneceu em Luanda soube-se que, na véspera de seguir para a Guiné, se reuniu com alguns elementos principais do movimento separatista daquela Província⁵⁸⁴.

No entanto, só a 8 de Janeiro de 1959⁵⁸⁵, numa terceira ficha aberta pela PIDE, Amílcar Cabral era referenciado como “desafecto às instituições vigentes” e levantava o véu sobre a informação de Março de 1952: “Subscreveu uma exposição dirigida a S. Ex.^a o Presidente da República, que vem transcrita no *Avante*”⁵⁸⁶.

Portanto, apesar das suas intensas actividades políticas, no período compreendido entre 1957 e 1958, com destaque para a fundação, em Paris, do Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas (MLNCP) e, em Lisboa, do Movimento Anticolonialista (MAC), Amílcar Cabral nunca chegou a ser detido pela PIDE. Anos mais tarde, a própria DGS, em que a PIDE se converteu no marcelismo, confirmava este facto, num ofício confidencial datado de 9/3/72, em resposta à Delegação da Praia daquela polícia, interessada em confirmar se Cabral alguma vez foi detido nos seus tempos de estudante, “por actividades subversivas”. A resposta foi peremptória, não deixando margens para dúvidas: “Relativamente ao assunto do ofício dessa Delegação em referência, informo V. Ex.^a que o Amílcar Lopes Cabral nunca foi detido pelos nossos serviços”⁵⁸⁷.

⁵⁸¹ *Idem, ibidem*, f.1.

⁵⁸² Cabral entrou nesta colónia a 16 de Dezembro.

⁵⁸³ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, NT 2676, pasta 4, fl. 1084.

⁵⁸⁴ *Idem, ibidem*, fl. 1084.

⁵⁸⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, S. Centrais, boletim 147289, “Amílcar Cabral”, NT 8077, fl. 1.

⁵⁸⁶ *Idem, ibidem*, fl. 1.

⁵⁸⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, sub. CV, processo 222, “Amílcar Cabral”, SR, 1.º vol., pasta 1, fl. 141.

2. As influências literárias, ideológicas e culturais e a viragem para o anticolonialismo

2.1. O contacto com a literatura marxista

Para além da integração e envolvimento directo na “luta antifascista” e da interiorização da experiência das lutas clandestinas, as leituras contribuíram também (e muito) para a formação política e ideológica de Amílcar Cabral. Neste sentido há que distinguir as obras de cariz político e a literatura de vários países, nomeadamente da França, dos Estados Unidos e do Brasil, que integravam o rol das suas leituras. Algumas delas foram inclusivamente elucidadas na caricatura do *Livro de Curso* de 1949, da autoria de um seu “colega e amigo”, José Sousa Veloso. Nela se vê⁵⁸⁸ o finalista de Agronomia representado com um livro de Harold J. Laski, socialista e distinto professor de Ciências Políticas nos anos 40, outro do filósofo alemão, Friedrich Engels, e ainda do escritor russo, Fiodor Dostoieski⁵⁸⁹.

Esta representação de Amílcar Cabral revela, em primeiro lugar, a profunda cumplicidade e a amizade que deveria existir entre o caricaturista e o caricaturado, que permitiu àquele conhecer (e revelar publicamente) aspectos da vida privada e “subterrânea” deste. Em segundo lugar, a coragem do caricaturado em deixar-se representar, no período que precedeu e sucedeu as eleições presidenciais de Fevereiro de 1949, com símbolos proibidos pela censura. E não se tratava apenas de pura irreverência estudantil que, em geral, costuma caracterizar os estudantes universitários. Naqueles tempos difíceis e conturbados de ditadura, apenas um “colega e amigo” íntimo podia conhecer aqueles pormenores de leitura proibida, ainda que tivesse acontecido num clima político marcado por eleições e por uma “liberdade suficiente” (como se dizia oficialmente). Em todo o caso, aquela representação (sobretudo a de Laski e Engels) é uma fiel prova, se algumas dúvidas ainda restavam, do interesse de Amílcar Cabral, já nessa altura, por temas políticos e sociais, que terão causado uma forte impressão à sua primeira esposa, Maria Helena. No seu testemunho, esta chegou a declarar a Oleg Ignatiev:

⁵⁸⁸ Vide Figura 11 no Anexo II – Galeria de Imagens.

⁵⁸⁹ *Instituto Superior de Agronomia. Curso de 1945-46*, Lisboa, Composto e Impresso na Sociedade Industrial de Tipografia, L^{da}, 1949. Dalila Cabrita Mateus assinala erradamente que na caricatura Cabral “tem numa mão dois volumes de Friedrich Engels...” (*ob. cit.*, p. 227).

Todas as vezes que nos encontrávamos, Amílcar trazia sem falta um livro sobre questões políticas ou sociais que não tinham nenhuma relação com o seu curso no nosso Instituto de Agronomia⁵⁹⁰.

Não é fácil determinar com exactidão quando é que Amílcar começou a ter contacto com o marxismo ou com a literatura marxista. Porém, estamos convencidos de que este contacto deve ter tido lugar ainda em Cabo Verde, nos anos finais do Liceu Gil Eanes, graças à influência neo-realista junto dos elementos da “Academia Cultivar” (e da sua revista *Certeza*) a que Cabral aderiu em 1944. Não nos admiraria, em absoluto, que conhecesse já, nessa altura, alguma obra de Laski e de Engels. Esta nossa presunção baseia-se sobretudo, na leitura de passos do texto de Amílcar Cabral “Hoje e Amanhã”, aqui referenciado várias vezes, e que contrariam a opinião de Alain Bockel, de acordo com a qual Cabral teria aderido ao marxismo em Lisboa⁵⁹¹,

O contacto directo (ou indirecto), em Portugal, com os movimentos de esquerda, deve ter contribuído para o substancial aumento e diversificação do leque de opções de leitura. Por exemplo, uma das actividades do MUD/juvenil nas faculdades, para além da agitação, era, como assinala Mário de Andrade, a distribuição de literatura marxista⁵⁹².

Por outro lado, o leque e as opções de leitura de Amílcar Cabral não devem ter sido muito diferentes do dos seus companheiros universitários africanos de Lisboa e de Coimbra. Assim, é muito provável que, entre os livros e os autores que circulavam, e que certamente Cabral leu, figurassem os seguintes: as *Éditions Sociales*, as *Noções Elementares* de Politzer, Georges Lefébvre, Van Passen, Máximo Górkí, Chokolov, escritores brasileiros (Jorge Amado, Graciliano Ramos e Gilberto Freyre), norte-americanos (Langston Huges, Countee Cullen e Roy Albridge, Alan Paton), o argentino Pablo Neruda e os escritores portugueses clássicos e contemporâneos portugueses ligados ao neo-realismo.

2.2. As influências ideológicas e culturais

A par da importância da leitura na formação e consciencialização política de Amílcar Cabral, estão também as influências ideológicas e culturais. A primeira delas tem origem no pan-africanismo surgido nos finais do século XIX, coincidindo com um

⁵⁹⁰ Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral. Patriota, Lutador, Humanista*, Moscovo, Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, 1990, p. 16.

⁵⁹¹ Alain Bockel, “Amílcar Cabral, marxiste africain”, *Ethiopiennes*, nº 5, Dakar, janvier 1979, p. 39.

⁵⁹² Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a...*, p. 106.

grande movimento a favor da emancipação dos negros nos EUA⁵⁹³. O precursor deste movimento de origem anglo-saxónico, do sul dos Estados Unidos e das Antilhas britânicas, foi o conhecido advogado de Trindade e Tobago, Henry Sylvester Williams, em 1900. De acordo com Georges Dubois, considerado por muitos como o pai do movimento⁵⁹⁴, a palavra “pan-africanismo” teria sido utilizada pela primeira vez numa conferência proferida por Sylvester Williams, em Londres, no Westminster Hall, em 1900⁵⁹⁵, na mesma ocasião em que decorria a Exposição Universal de Paris.

O contacto de Amílcar Cabral com este movimento só pode ter acontecido em Portugal nos finais dos anos 40, por via do movimento da negritude fundado em Paris, nos anos 30, por Aimé Césaire (Martinica), Léon Damas (Guiana francesa) e Léopold Sédar Senghor (Senegal). Em 1945, no rescaldo da II Guerra Mundial, aquele movimento realizou o seu V Congresso em Manchester, quando, em Cabo Verde, Amílcar Cabral se preparava para seguir para Portugal. Dentre os organizadores do Congresso encontravam-se Kwame N’Krumah e o W. E. Burghardt du Dubois⁵⁹⁶ que, conjuntamente com outros intelectuais africanos⁵⁹⁷, Amílcar Cabral chegou a admitir, em Belgrado, em 1967, que o tinham influenciado⁵⁹⁸, sobretudo no que concerne à ideia do anticolonialismo, de solidariedade orgânica pan-negra fundada em diferenças⁵⁹⁹ e entendida na perspectiva de que qualquer acção individual afectava a humanidade inteira⁶⁰⁰, e, finalmente, a nível da formação de partidos políticos pan-africanistas, quer do ponto de vista ideológico, quer de estrutura interterritorial⁶⁰¹. Eram os casos, por exemplo, da Convention People Party (CPP), National Congress of Nigeria and Cameroun (NCNC) e, na segunda metade da década de 50, do PanAfrican Movement of East and Central Africa (PAFMECA), do Parti du Regroupement Africain (PRA), Rassemblement Démocratique Africain (RDA), do Parti Africain de l’Indépendance (PAI), e do Parti de la Fédération Africain (PFA).

⁵⁹³ Para o estudo da origem e evolução deste movimento *vide*, entre outros, Philippe Decraene, *ob. cit.*, chap. I e J. Ayodele Langley, *Pan-Africanism and Nationalism in West Africa, 1900-1945. A Study in Ideology and social classes*, Oxford at the Clarendon Press, 1973.

⁵⁹⁴ *Vide* Philippe Decraene, *ob. cit.*, chap. I, p. 11.

⁵⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 10.

⁵⁹⁶ Em 1920, publica um ensaio intitulado *Black water* e, em 1928, o romance *Black Princess*.

⁵⁹⁷ Amílcar Cabral, “Fifty years of the struggle for National Liberation”, *The Socialist Thought and Practice*, nº 51, Beograd, March-April, 1973, p. 90.

⁵⁹⁸ Amílcar Cabral, “Fifty years...”, p. 90.

⁵⁹⁹ N. D. Ucachi Onyewu, “Pan-Africanism – a relevant utopia”, in *A collection of papers and practice of the African Unity Movement*, Edited by S. Okechukwu Mezu, Georgetown University Press, Washington DC, 1965, p. 21.

⁶⁰⁰ S. Okechukwu Mezu, “The philosophy of Pan-Africanism”, In *A collection of papers and practice of the African Unity Movement*, Edited by S. Okechukwu Mezu, Georgetown University Press, Washington DC, 1965, pp. 15-16.

⁶⁰¹ *Vide* Philippe Decraene, *ob. cit.*, chap. IV, p. 34.

Dubois foi o grande precursor da ideia de solidariedade mundial pan-negra, numa linha bastante diferente da preconizada por Edward Blyden, fundador em finais do século XIX (1893), do movimento *African Personality*, retomada mais tarde por Kwame Nkrumah.

Enquanto isso, nas colónias francesas, surgia, entre 1924 e 1930, o pan-negrismo⁶⁰². Depois da II Guerra Mundial, assistiu-se à “africanização” do pan-africanismo, com a criação da Federação Pan-africana, em substituição da International African Service Bureau, organização que agrupava cerca de vinte associações africanas, tendo como objectivo a independência e unidade do continente africano sem recurso a métodos violentos.

Em 1946, foi a vez de Nkrumah criar, depois da Conferência de Manchester, a West African National Secretary que, de 30 de Setembro a 1 de Outubro, se reuniu em congresso na capital inglesa, numa altura em que se assistia ao aparecimento dos primeiros partidos na África britânica e francesa.

Em 1951, chegava-se a considerada “primeira vitória ideológica” do pan-africanismo⁶⁰³, nas eleições realizadas na Costa do Ouro (mais tarde Ghana), em que saiu vencedora a CPP de Nkrumah.

Tal como o movimento da negritude, o pan-africanismo contribuiu para o estudo da história e da cultura africana, pré-colonial e colonial, e para o conhecimento e exaltação das raízes africanas completamente marginalizadas e apagadas pelo colonizador.

A influência das propostas reivindicativas do pan-africanismo e do movimento da negritude junto de Amílcar Cabral e dos estudantes africanos em Portugal processou-se, quer através do contacto com a revista *Présence Africaine*, fundado pelo selegalês Alioune Diop, em 1947, quer pela edição, em 1948, da *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française*, a cargo de Léopold Senghor e com um prefácio de Jean Paul Sartre, intitulado “Orphée Noire”. A leitura da *Anthologie* foi de transcendental importância para Amílcar Cabral e seus companheiros africanos. Os temas, na sua grande maioria relacionados com a África, a escravatura, o racismo, o culto dos antepassados e o homem negro, chegaram a causar uma forte impressão ao estudante finalista de agronomia, Amílcar Cabral, que, em carta datada de 12 de Abril de 1949, relevava o impacto que nele produziu a leitura daquele obra, bem como o próprio movimento da Negritude:

⁶⁰² J. Ayodele Langley, *ob. cit.*, pp. 286 e ss.

⁶⁰³ Phillipe Decraene, *ob. cit.*, chap. II, p. 26.

Este livro ensinou-me muitas coisas, a certeza de que o Negro estava em vias de despertar no mundo inteiro. E não se tratava de um despertar egoísta como tantos outros de que fala a história. Não. Um despertar universal, de braços abertos a todos os homens de boa vontade. Sem ódio, mas com amor, um amor como somente a escravidão pode construir na alma de um ser humano. Porque, como escreve Jean Paul Sartre «a negritude não é um estado, é amor»⁶⁰⁴.

E salientava o seguinte, acerca do conteúdo daquela obra:

Coisas que nem sonhava; poesias maravilhosas escritas por negros de todas as partes do mundo francês, poemas falando da África, dos escravos, dos homens, da vida e das aspirações dos Homens. Versos como isto. “Nègre colporteur de révolte// Tu connais le chemin du monde// Depuis que fus vendu en Guinée”⁶⁰⁵.

Em 1961, numa conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) realizada em Dakar, entre 12 a 14 de Julho, Amílcar Cabral relembra o inconformismo que lhe provocou a leitura do poema de Paul Níger, “Não amo a África”, publicado também na *Anthologie* organizada por Senghor, afirmando:

Também não amamos esta «África dos colonialistas portugueses». Amamos sim, a África africana, livre de qualquer espécie de domínio estrangeiro, reencontrada na sua história, senhora do seu próprio destino – a África que os poetas da negritude tão bem souberam sonhar e anunciar⁶⁰⁶.

Tão forte foi a impressão que, arriscamo-nos a afirmar, marcou a fase de transição de Amílcar Cabral e dos seus companheiros, não só do ponto de vista literário, mas também político, já no sentido de uma contestação mais aberta à assimilação colonial e de uma maior preocupação com os problemas do homem negro e da África. Datam desta altura (1949), por exemplo, os dois únicos poemas que se podem considerar de cariz negritudinista (“Rosa Negra”⁶⁰⁷ e “Regresso”⁶⁰⁸), escritos por Amílcar Cabral, certamente por influência da leitura da *Anthologie*. O próprio Cabral começou a reflectir seriamente sobre a poesia cabo-verdiana e na mudança que nela se deveria operar no sentido de uma maior reivindicação política e social.

⁶⁰⁴ Vide, entre outros, Mário de Andrade, *ob. cit.*, p. 33; Mário de Andrade e Arnaldo França, “A cultura na Problemática da Libertação Nacional e do Desenvolvimento, à Luz do pensamento Político de Amílcar Cabral, *Raízes* [Cabo Verde], nº 1, ano I, Janeiro/Abril 1977, pp. 3-4.

⁶⁰⁵ *Idem, ibidem*, pp. 3-4; Vide também Patrick Chabal, *ob. cit.*, pp. 42-43.

⁶⁰⁶ Amílcar Cabral, “A Guiné e Cabo Verde face ao colonialismo português”, Relatório Geral sobre a luta de libertação nacional apresentado na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, realizada em Dakar de 12 a 14 de Julho de 1961; e também *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral, A arma da teoria. Unidade e luta*, 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 69.

⁶⁰⁷ Patrick Chabal, *Litterature et libération nationale: le cas d'Amílcar Cabral*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1985, p. 462; e também Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 73.

⁶⁰⁸ Oswaldo Osório, *ob. cit.*, p. 74.

Em 1952, publicava um artigo intitulado “Apontamentos sobre poesia cabo-verdiana”, em que afirmava a propósito:

A evolução da poesia cabo-verdiana não deverá parar. Ela deve transcender a ‘resignação’ e a ‘esperança’. A insularidade total e a seca não são suficientes para justificar uma estagnação perpétua. As mensagens da *Claridade* e da *Certeza* devem ser transcendidas. O Sonho da evasão, o desejo de ‘querer partir’ não pode ser eternizado. O sonho deve ser outro⁶⁰⁹.

A poesia e a literatura em geral surgem assim, em Amílcar Cabral, claramente postas ao serviço da libertação do Homem (neste caso do Homem cabo-verdiano), em prol da construção de “outra terra dentro da nossa terra” e a favor de uma reformulação da poesia do arquipélago já a pensar na independência. Neste sentido, o papel do poeta devia ser, como defendia Agostinho Neto, o de “formador de consciência”⁶¹⁰.

A existência de problemas comuns, que diziam respeito ao Homem Negro, fizeram com que Amílcar Cabral apontasse o rumo a seguir na literatura de Cabo Verde, numa altura em que, em Lisboa, se havia lançado no âmbito do Centro de Estudos Africanos (CEA), um movimento de “reafricanização dos espíritos”, que atingiu o seu ponto alto com a publicação, em 1953, do *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*.

Não há dúvida alguma de que se pode associar as críticas de Amílcar Cabral aos movimentos da *Claridade* e da *Certeza* à exclusão posterior da literatura cabo-verdiana naquele antologia de 1953, por não “traduzir – como justificavam Mário de Andrade e Francisco José Tenreiro⁶¹¹ – o sentimento da negritude que é a razão-base da poesia”⁶¹², isto é, a expressão da vida real do negro, da sua dimensão económica, social e política

⁶⁰⁹ Amílcar Cabral, “Apontamentos sobre Poesia caboverdiana”..., p. 8.

⁶¹⁰ Henrique L. Alves, “Reflexões sobre a poesia de Agostinho Neto”, in *A Voz Igual, Ensaios Sobre Agostinho Neto*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Angole Artes e Letras, Tomo I das Actas do I Simpósio Internacional sobre cultura Angolana, Maio de 1989, p. 30.

⁶¹¹ Patrick Chabal aponta Francisco Tenreiro como um dos principais impulsionadores do movimento da Negritude em Portugal e em especial no seio dos estudantes das colónias, não só através do conhecimento que tinha dos escritores norte-americanos, como Langston Hughes, mas também por já ter escrito poesia (“Ilha de nome Santo” – 1942 e “Negros de todo o Mundo” – 19.) e artigos de cariz negritudista (“Panorâmica da literatura Norte-Americana – 1945”; “sobre o valor Económico e Social do Negro” – Seara Nova, 1945; “Langston Hughes, poeta da América, Seara Nova – 1945; e através da tradução do livro de Mark Twain, *O Mundo do elefante Branco* (Vide Patrick Chabal, “O Contexto político e cultural da poesia de Agostinho Neto”, *A Voz Igual, Ensaios Sobre Agostinho Neto*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Angole Artes e Letras, Tomo I das Actas do I Simpósio Internacional sobre cultura Angolana, Maio de 1989, pp. 137 e ss. Também, na mesma obra, foi publicada a tradução em língua inglesa do mesmo artigo.

⁶¹² *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, edição citada, p. 82.

ou, ainda, nas palavras de Mário de Andrade, a tomada de “consciência dos problemas africanos, das realidades negras, da sua situação no seu meio e no seu mundo...”⁶¹³.

2.3. A *Chegada de mais africanos e manifestação de tendência autonomista*

A partir dos finais dos anos 40 começaram a ser evidentes os primeiros sinais de viragem por parte dos estudantes africanos em Portugal, no sentido da defesa dos seus interesses e dos dos seus povos. Nessa viragem foram influenciados por condicionalismos internos e externos. No primeiro caso (factores internos), assinala-se a crise que atingiu o PCP depois das eleições presidenciais de 1949, ganhas pelo candidato do regime, Marechal Carmona. Estas eleições ficaram marcadas pela desistência do candidato apoiado pela oposição, o General Norton de Matos, e por uma vaga de terror e de repressão policiais sobre os opositores. Uma das instituições visadas foi justamente a Casa dos Estudantes do Império (CEI) onde a PIDE perseguiu os chamados “desafectos”, filiados no MUD/juvenil e no PCP.

O único movimento de esquerda que foi capaz de manter as suas actividades, como já se disse, foi o MND, cujas posições políticas relativamente às colónias ainda entusiasmavam os africanos, pelo facto de se defender, nos finais dos anos 40, ainda que com compreensíveis reservas, a autodeterminação para as colónias⁶¹⁴.

A perseguição de elementos afectos ao MUD/juvenil e ao PCP e a aparente “paralisação” deste partido também atingiu, de certo modo, os africanos, em virtude do seu envolvimento na “luta antifascista”. Paradoxalmente, estes aproveitaram a oportunidade para se “libertarem” da instrumentalização dos movimentos de esquerda portugueses e para elegerem uma via de combate em defesa dos interesses das massas africanas. A este propósito, em entrevista concedida, em 1969, à emissora da oposição portuguesa *Voz da Liberdade*, Cabral afirmava o seguinte:

Muitos de nós, enquanto estudaram em Portugal procuraram adquirir as bases necessárias para assumirem perante os seus povos e perante o mundo as responsabilidades históricas que lhes competem⁶¹⁵.

Como condicionalismos de ordem externa, aponte-se a influência do pan-africanismo e da negritude de língua francesa. Estes foram, em traços gerais, os grandes

⁶¹³ *Apud* José Luís Pires Laranjeira, *ob. cit.*, p. 117.

⁶¹⁴ Dawn Linda Raby, *ob. cit.*, p. 43.

⁶¹⁵ ASRDNCV (Praia), entrevista da *Voz da Liberdade* com Amílcar Cabral dirigindo algumas palavras aos Democratas e Progressistas Portugueses, 1966.

responsáveis pela viragem de Amílcar Cabral e dos seus companheiros africanos na direcção do anticolonialismo. A estes factores que, em Portugal, conduziram à sua tomada de consciência como homens⁶¹⁶ e como africanos, não foram alheios ainda a actuação e a intransigência do regime, isto é, a manutenção (e até certa reafirmação) da sua política ultramarina, bem ao contrário do que se passava nas colónias francesas e inglesas. Em lugar de reformas profundas, seguindo os ventos da mudança que sopravam por todo o mundo, o Estado Novo ofereceu reformas cosméticas. Por exemplo, na revisão constitucional de 1951, substitui a designação de “colónias” por “províncias ultramarinas” (artigos 134º e 135º)⁶¹⁷. Dois anos mais tarde (1953), estabeleceu a Lei Orgânica do Ultramar e, no ano seguinte (1954), o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (Decreto-Lei n.º 39 666, de 20 de Maio de 1954).

Há que ressaltar ainda outra diferença entre as colónias portuguesas, francesas e inglesas, no que concerne à evolução do fenómeno nacionalista. Se nestas últimas (mas sobretudo nas francesas) foi a ascensão, depois da II Guerra Mundial, de alguns africanos a lugares da Assembleia Nacional francesa e na administração, que os permitiu tomarem consciência de que as autoridades não estavam dispostas a aceitar as evoluções necessárias, como admitiu Joseph-Roger de Benoist⁶¹⁸, no caso português, a consciencialização foi uma consequência do desprezo pelas suas reivindicações e da marginalização a que muitos africanos eram votados. Assim sendo, foram os quadros a reivindicarem uma posição que consideravam pertencer-lhes de pleno direito. A tomada de consciência da inépcia da luta no seio das organizações de esquerda, levou Amílcar Cabral e os seus companheiros africanos a criarem, em 1951, o Centro de Estudos Africanos (CEA). Neste sentido, seguiam as pisadas dos seus companheiros das colónias francesas que, em Dezembro do ano anterior (1950), criaram, em Bordéus, a *Fédération des Etudiants de l’Afrique Noire en France* (FEANF).

Na evolução para a constituição do CEA é preciso ter em linha de conta, por exemplo, a chegada a Lisboa de estudantes africanos politicamente activos, no período compreendido entre 1947 e 1949. Assim, antes de 1947, o envolvimento em actividades políticas dos africanos que viviam em Portugal e frequentavam as universidades portu-

⁶¹⁶ *Idem, ibidem.*

⁶¹⁷ Para mais informações sobre as alterações produzidas *vide* Luís Reis Torgal, “«Muitas Raças, uma Nação». O Mito do Multiculturalismo no Portugal Salazarista”, in *Estudos do Século XX*, nº 2, Coimbra, Quarteto, 2002, pp. 154-158.

⁶¹⁸ Joseph-Roger de Benoist, *L’Afrique occidentale française de la conférence de Brazzaville (1944) à l’indépendance (1960)*, Dakar, Les Nouvelles Éditions Africaines, 1982, Chapitre II, p. 179.

guesas era escasso⁶¹⁹ e enquadrado, na maioria dos casos, no âmbito da “luta antifascista”.

A partir de finais de 1947, as coisas começaram a mudar de figura. Vinte anos mais tarde (1967), afirmava Amílcar Cabral, numa palestra proferida no Instituto do Movimento Internacional dos Trabalhadores de Belgrado, que nos anos 40 começaram a chegar a “Portugal grupos de jovens provenientes de distintas colónias portuguesas” e tomaram consciência de que se deviam unir contra o colonialismo. “Estes jovens – prosseguia Cabral – obtiveram os meios necessários para dedicar-se em conjunto ao estudo das suas terras em conjunto e começaram a pensar sobre a maneira de servirem os seus povos”⁶²⁰.

Marcelino dos Santos (Moçambicano) pisou pela primeira vez Portugal – Lisboa – em Outubro de 1947⁶²¹, para frequentar o Instituto Superior Técnico e conheceu Amílcar Cabral no mesmo dia, à noite⁶²².

Nesse mesmo ano, outro elemento, Agostinho Neto, chegou a Portugal e foi colocado na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, de donde se transferiu para Lisboa, dois anos mais tarde (1949)⁶²³. Nesta última cidade, Neto travou conhecimento com outros compatriotas, como Mário de Andrade⁶²⁴, que havia chegado a Lisboa no Outono de 1948 para cursar Filologia Clássica⁶²⁵, e reencontrou Amílcar Cabral, com quem, certamente, havia tido um primeiro contacto no ano anterior (1948), aquando da excursão da CEI de Lisboa⁶²⁶ a Coimbra. Pouco depois, Cabral foi apresentado, pela mão de outro angolano, Humberto Machado⁶²⁷, ao recém-chegado Mário de Andrade e, entre os dois, rapidamente se teceram cumplicidades que incluíam idas ao cinema, jogos de futebol e comentários sobre a vida política. Outro elemento que tam-

⁶¹⁹ Integravam este número, para além do próprio Amílcar Cabral, Francisco José Tenreiro, Vasco Cabral, Humberto Machado e elementos da família Espírito Santo (Alda, Julieta, Guilherme, etc.). Com excepção de Francisco José Tenreiro que já era funcionário, os restantes eram ainda estudantes e organizavam-se em torno da Casa dos Estudantes do Império (CEI) e das suas diferentes secções coloniais. Não se sabe ao certo, qual o grau de contacto e de cumplicidade que mantinham nessa altura. Podemos adiantar unicamente que Amílcar Cabral conheceu Tenreiro muito mais tarde, em 1950, por intermédio de Mário de Andrade, e que, antes de 1947, já convivía com elementos da família Espírito Santo como é o caso de Julieta e de Alda Espírito Santo.

⁶²⁰ Amílcar Cabral, “Guinea: el poder de las armas”, p. 7.

⁶²¹ Vide, sobre este assunto, mas sempre com uma leitura crítica, Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral Filho de África. Narração Biográfica*, Prelo, Lisboa, 1975, capítulo I, pp. 7 e ss.

⁶²² *Idem, ibidem*, pp. 9 e ss.

⁶²³ Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a...*, p. 61.

⁶²⁴ *Idem, ibidem*, p. 461.

⁶²⁵ *Idem, ibidem*, pp. 51 e 53.

⁶²⁶ *Mensagem* - circular dos serviços de cultura da Casa dos Estudantes do Império, n.º 2, Setembro 1948, In *Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1º vol., Lisboa: ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996, p. 3.

⁶²⁷ Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a...*, pp. 57-58.

bém chegou a Lisboa, em 1949, e aí permaneceu alguns meses, antes de viajar para os Estados Unidos, foi o moçambicano Eduardo Mondlane.

Com a presença, em Portugal, deste política e culturalmente activo grupo, influenciado pelos acontecimentos mundiais, as actividades ganharam outra dinâmica e vitalidade cruciais no arranque de um novo ciclo, marcado por um gradual abandono, por parte dos africanos, da luta comum ao lado da esquerda portuguesa e a opção pela luta anticolonial.

Não se pode pensar, que a eleição de uma via africana de combate, já no sentido anticolonial, tivesse sido imediata e radical. Até à fundação do CEA e dos primeiros movimentos e organizações políticas anticolonialistas, foi necessário percorrer um longo caminho. Contudo, a partir de 1949, Cabral já fazia a apologia a uma eventual mudança do regime português, embora se possa dizer que essa apologia já contemplava, pelo menos na nossa perspectiva, a ideia (ainda ambígua) da construção de uma Pátria independente que, com o evoluir dos anos, se tornou mais sólida. Outras vezes nota-se um certo apelo à reforma na política colonial ou simplesmente a reivindicação da mudança da situação na metrópole que, conseqüentemente, contribuiria para a melhoria da situação nas colónias. É o que se pode deduzir, por exemplo, da leitura de um “Comentário”, escrito por Amílcar Cabral em 1949, a propósito de uma passagem do livro da autoria do seu pai, *Memórias e Reflexões*, editado dois anos antes (1947)⁶²⁸. No referido “Comentário”, Amílcar Cabral criticava a situação de fome e de crise, figurativamente representada pelo “Monstro”, em que o arquipélago de Cabo Verde se via ciclicamente mergulhado, mas também fazia um apelo à colaboração de portugueses e cabo-verdianos, tendo em vista a destruição do “Monstro” e o “engrandecimento do Ultramar Português – de Portugal”⁶²⁹. O “Monstro” podia perfeitamente ser a representação metafórica do regime de Salazar, o que vem demonstrar que, já nessa altura, Amílcar Cabral era “subterraneamente” favorável a essa mudança, almejando um regime que zelasse mais pelo bem-estar e progresso do povo português, do povo de Cabo Verde e do Ultramar em geral, ideia certamente dimanada das suas ligações com os movimentos de esquerda.

Este texto é o que mais releva a ambigüidade que, de quando em vez, ainda perseguia Cabral, reflectindo, desde logo, como assinalou Fernando Augusto Mourão, em

⁶²⁸ Recentemente, foi reeditada em Cabo Verde a 2.^a edição dessa obra.

⁶²⁹ Mensagem - circular dos serviços de cultura da Casa dos Estudantes do Império, n.º 7, Ano I, Janeiro 1949 In *Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1.º vol., Lisboa: ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996, pp. 7-9.

relação a Agostinho Neto e a muitos dos seus contemporâneos⁶³⁰, “o quadro cultural que o sistema de ensino colonial permitia”. Apesar disso, existiam também fortes indícios de que, na altura da sua redacção, Cabral estivesse suficientemente politizado e comprometido com os ideais de mudança no sentido revolucionário.

Se se quiser um exemplo que prove esse comprometimento com os ideais da mudança, veja-se como, em Cabo Verde, Amílcar Cabral foi o protagonista de uma tentativa de introdução de um movimento de consciencialização, através de um programa de Rádio⁶³¹, e de um pedido para ministrar aulas de educação de adultos, que o próprio Amílcar Cabral denominou, mais tarde, “para a gente de Cabo Verde conhecer Cabo Verde”. Este movimento podia ser perfeitamente a versão cabraliana do “Vamos Descobrir Angola”, cujo projecto esteve a cargo, nos círculos culturais angolanos, do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA). O principal objectivo deste último movimento, que nunca passou do papel, seria o estudo da história e da arte africanas, passando pelo campo literário (difusão da poesia e de contos angolanos), e teria sido divulgado, em Portugal, por Mário de Andrade e por Agostinho Neto⁶³². Mário de Andrade. Ambos mantinham um contacto privilegiado com Viriato da Cruz, um dos dinamizadores do movimento, ao tempo a residir em Luanda.

Como se pode verificar, existem pelo menos dois pontos de contacto entre o movimento que Cabral quis introduzir em Cabo Verde e o MNIA. O primeiro é o da proximidade histórica. O segundo tinha a ver com o facto de corporizarem a busca e a reivindicação de uma identidade colectiva, política e cultural próprias. Em Cabo Verde, por exemplo, o pedido feito às autoridades para ministrar aulas nocturnas de educação aos adultos na Escola Central da Praia⁶³³ enquadrava-se perfeitamente nesta reivindicação e busca dessa identidade colectiva, assim como era uma maneira sua de contribuir para a educação das massas. É que Cabral apercebeu-se, durante a sua estadia em Santiago, mais concretamente na zona de Godim e de Santa Catarina, que muitos adultos não sabiam ler e que, nos casos em que sabiam, eram analfabetos funcionais. Este facto

⁶³⁰ Fernando Augusto Mourão, “O contexto Histórico-Cultural da criação Literária em Agostinho Neto”, in *A Voz Igual, Ensaios Sobre Agostinho Neto*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Angole Artes e Letras, Tomo I das Actas do I Simpósio Internacional sobre cultura Angolana, Maio de 1989, p. 318.

⁶³¹ Foi nessa altura que Daniel Benoni Resende Costa, ao tempo com 14 anos de idade, conheceu Cabral: “Conheci o Amílcar Cabral, [uma pessoa de rara inteligência] nos finais da década de 40. Ele precisava de uma pessoa que escrevesse bem à máquina e eu escrevia regularmente porque... Utilizava todos os dedos e tinha muita rapidez na dactilografia. Foi na altura em que ele estava a fazer uns programas na rádio com o Lehmon de Almeida... Um dia deparou-se-me a seguinte notícia: tinham proibido a continuação daquele programa” (Entrevista a Antonio Benoni Resende Costa, Cidade da Praia, Abril de 2003).

⁶³² *Vide*, sobre este assunto, José Luís Pires Laranjeira, *ob. cit.* pp. 104-105.

⁶³³ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001, im.148.

foi narrado aos seus correligionários no célebre seminário de quadros realizado em Conakry, em Novembro de 1969:

Há certas coisas que os camaradas não sabem e que lhes podem fazer confusão, mas a verdade é que em Cabo Verde mais gente aprendeu a ler e escrever do que na Guiné, no tempo dos colonialistas. Mas o nível de analfabetismo em Cabo Verde, contrariamente à vaidade de algum caboverdiano que tem a mania que sabe muito, é de 85% de analfabetos. Os tugas gabavam-se, dizendo que em Cabo Verde não há analfabetos! Mentira. Foi estudado, 85% de analfabetos. Mas daqueles que sabem ler eu fiz a experiência em 1949, quando fui passar as férias lá [a Cabo Verde], gente com o 2.º grau no mato, em Godim ou em Santa Catarina. Por exemplo, dá-se-lhes o jornal para lerem, fizeram o 2.º grau já havia 4 ou 5 anos, não sabiam ler nada porque lêem, mas não sabem o que estão a ler. Esses também são analfabetos, analfabetos que conhecem as letras⁶³⁴.

A convivência com os angolanos na diáspora e o renascimento cultural angolano exerceram grande influência sobre Amílcar Cabral, que não deixou de recordar aqueles momentos durante o já referido seminário de quadros: “Antes, em 1949, quando fomos passar as férias em Cabo Verde, fizemos todas as tentativas para acordar a opinião pública caboverdeana contra o colonialismo português”⁶³⁵.

É claro que, certamente cientes dos perigos de um tal projecto para a consciencialização das massas, as autoridades portuguesas não hesitaram em proibi-lo. Confrontadas com esta proibição, lembrava Cabral, numa das palestras feitas no decurso do seminário de quadros em Conakry, que na Cidade da Praia “as pessoas juntaram-se na praça pública em grande número, para pedirem que o programa continuasse. Mas os tugas proibiram o programa”⁶³⁶.

3. “A África atrai-me”. A perspectiva do regresso e os bloqueios

3.1. A missão do intelectual e o regresso a África no horizonte

O tema do “regresso”, caro à negritude de língua francesa, foi abordado pela primeira vez, por Aimé Césaire, num longo poema publicado em 1939, com o título “Retour au pays natal”. A partir de meados dos anos 40, também começou a aparecer no rol dos temas preferidos dos poetas africanos das colónias portuguesas na diáspora.

⁶³⁴ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido... 1. Unidade e Luta...”, pasta 4340.001, im. 66.

⁶³⁵ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001, im.148.

⁶³⁶ *Idem, ibidem*, im.148.

Nesse ano, o angolano Antero Abreu escreveu o “Poema da hora da partida”, publicado em 1948, no *Meridiano* da Delegação de Coimbra da CEI. No mesmo ano, outra angolana, Alda Lara, publicou o poema “Regresso”, e Agostinho Neto, antes da sua transferência para Lisboa, “Com os olhos secos”⁶³⁷, em que afirmava “nós estamos regressando África. Nós voltamos África”. O próprio Amílcar Cabral também escreveu um poema intitulado “Regresso”.

Nessa altura, começou-se a notar uma importante viragem no jovem finalista de Agronomia, Amílcar Cabral. Em breve terminaria os estudos e uma preocupação figurava já no seu horizonte profissional e político: regressar a África e cumprir a sua missão de intelectual. Qual era essa missão? Antonio Gramsci defendia, no *Quaderni del Cárcere*, que todos os homens eram intelectuais, mas nem todos desempenhavam, essa função na sociedade⁶³⁸. Nessa óptica, segundo Gramsci, o que distinguia o intelectual dos outros elementos constituintes da sociedade era a sua capacidade de direcção, de organização e de educação das massas⁶³⁹.

Para Amílcar Cabral, a verdadeira função do intelectual que, no caso da Guiné, era todo aquele indivíduo que sabia ler e escrever⁶⁴⁰, consistia na elucidação da maioria, ajudando-a a atingir, nas suas próprias palavras, “um nível de vida cada vez mais elevado sem jamais o trair”⁶⁴¹. Em 1949, durante as suas férias no arquipélago, ao ser confrontado com a questão da existência ou não da tal “elite, real e tangível” em Cabo Verde, Cabral respondia afirmativamente, embora concluísse que esses elementos de valor deveriam, do seu ponto de vista, orientar as suas actividades para as massas⁶⁴². Cabral ia assim ao encontro da tese defendida pelo pensador de esquerda, José Rodrigues Miguéis, que negava aos intelectuais a função meramente especulativa. Reclamava-lhes “intervenção, empenhamento em estreita ligação com o povo...”⁶⁴³. A consciencialização e a luta pela melhoria das condições de vida das massa eram, para Amílcar Cabral, tal como para Rodrigues Miguéis, o fim último de todas as actividades dos intelectuais, que, no quadro colonial, se confundiam com os “civilizados” em oposição aos “indíge-

⁶³⁷ Uma colectânea com este título foi publicada, em Milão, em 1963, e mais tarde, numa edição bilingue (português e servo-croata) na ex-Jugoslávia, além de outras publicadas em russo e chinês (*Vide* António Gil Hernández, “Sagrada esperança: uma leitura desde a Galiza”, in *A voz Igual. Ensaios sobre Agostinho Neto*, Fundação Eng. António de Almeida, Angolé Artes e Letras, 1989, pp. 234-235. Foi publicado nesta mesma obra um idêntico artigo em versão galega.

⁶³⁸ A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, Edizione critica, Instituto Gramsci, Einaudi, Torino, 1975, p. 1516.

⁶³⁹ *Vide* Francesco Marrocu, *ob. cit.*, p. 58.

⁶⁴⁰ Amílcar Cabral, “La lutte en Guinée”, *Revue Internationale du Socialisme*, 4, Milan, 1964, p. 446.

⁶⁴¹ *Vide* Mário de Andrade, *Essaie de...*, p. 37. O referido autor afirma, em relação a este “Commentaire”, lido aos microfones da Rádio Clube de Cabo Verde, que trazia a data do visto da Rádio de 13 de Outubro.

⁶⁴² *Vide* Mário de Andrade, *Essaie de...*, p. 37.

⁶⁴³ João Madeira, *Os Engenheiros das Almas. O Partido Comunista e os intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 87.

nas”. Em virtude da sua situação um tanto ou quanto privilegiada na sociedade colonial, quando comparada com a da grande maioria das massas, o intelectual/“civilizado” tinha, de acordo com Amílcar Cabral, o dever de solidariedade, de espírito de missão e do sentido de obrigação na defesa dos “compatriotas” considerados pela legislação portuguesa de “indígenas”⁶⁴⁴. Mário de Andrade foi quem melhor explicou as origens desta elite, ao afirmar que emergiu no seio das “camadas sociais privilegiadas”, devido ao “jogo da mobilidade vertical induzida pela necessidade de quadros subalternos para o exercício da vida administrativa”⁶⁴⁵. No caso concreto da Guiné, em virtude da educação recebida e da sua ascensão à pequena burguesia, Cabral estaria, pois, mais bem colocado para entender os diferentes constrangimentos a que o colonialismo o sujeitava e ao seu povo. Foi em consequência do fenómeno da abertura do ensino às elites negras e graças ao fenómeno da circulação de ideias, que Amílcar Cabral passou, por conseguinte, a dirigente de massas, depois de um processo de autoconsciencialização.

A sua responsabilidade, enquanto elemento que se podia enquadrar na chamada pequena burguesia, era reforçada ainda pelo facto de não existirem outras “classes” como a burguesia e o proletariado no verdadeiro sentido do termo. Portanto, a “dominação” (legítima) da pequena burguesia processava-se, como defendia Gramsci, de dois modos: como dominação intelectual e como dominação moral⁶⁴⁶. No caso de Amílcar Cabral e dos seus companheiros africanos, foi também por via destas duas formas de “dominação” que passaram a reivindicar, antes de mais, a igualdade de direitos políticos, sociais e económicos, que até aqui lhes tinham sido vedados pelo sistema colonial. Portanto, para Cabral, pelo menos entre 1949 e 1955, era ao intelectual que cabia a responsabilidade de contribuir para o despertar das massas africanas⁶⁴⁷ e para a elevação do seu nível de vida⁶⁴⁸. É claro que, em pleno desenvolvimento da luta armada de libertação nacional, Cabral desvalorizaria o facto de se ser intelectual como um requisito que daria direito a mandar. Em seu lugar, concedia primazia à disciplina, ao amor, à dedicação e à seriedade com que se trabalhava.

Portanto, impunha-se àqueles africanos, que, como Amílcar Cabral, se encontravam a fazer a sua formação em Portugal, o regresso às suas colónias de origem, se acaso

⁶⁴⁴ AMS, “Amílcar Cabral e a reafirmação dos Espíritos. Depoimento de Mário de Andrade, *Nô Pintcha*, 12 de Setembro de 1976, pasta 4836.003, im. 32.

⁶⁴⁵ Mário Pinto de Andrade, *Origens do nacionalismo africano...*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1997, p. 39.

⁶⁴⁶ Nicholas Abercrombie, Stephen Hill e Bryan S. Turner, *The Dominant Ideology thesis*, London, 1980, p. 12.

⁶⁴⁷ “O Papel do estudante africano”, in *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral...*, 2.ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1978, volume I, p. 32.

⁶⁴⁸ Vide, por exemplo, os trechos de “Un Commentaire”, Praia, Outubro de 1949, in Mário de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai...*, p. 37.

quissem cumprir com a sua missão. A decisão de regressar vai seguir, em Amílcar Cabral, o tríplice percurso ideológico que haviam feito os negritudinistas de língua francesa e que já foi assinalado por Pires Laranjeira, isto é, no sentido de recusa da dominação do corpo, do espírito (alma) e do espaço por parte dos opressores. A libertação dos dois primeiros seria mais ou menos coincidente no quadro do que Cabral denominava de “reafricanização dos espíritos”, enquanto a libertação do terceiro só seria logrado, muito mais tarde, depois de uma longa e difícil guerra de libertação.

Em Fevereiro de 1970, no memorial dedicado a Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral elogiou, a atitude deste dirigente nacionalista moçambicano assassinado no ano anterior, afirmando que o seu grande mérito foi o de ter sido capaz de se libertar de todas as tentações, dos compromissos e das alienações culturais (e políticas), para regressar às suas raízes e identificar-se com o seu povo⁶⁴⁹.

Mas, tudo indica que Amílcar Cabral (tal como muitos dos seus contemporâneos africanos que estudavam em Portugal) não conhecia (ou conhecia mal) a Negritude poética antes da divulgação, em Portugal, da *Anthologie*, e da formulação teórica daquele movimento por Jean Paul Sartre, pelo próprio Senghor e pelo alemão Jahnheinz Jahn.

O regresso à África daqueles africanos que tinham abandonado os seus países para frequentarem os estudos superiores e que, para isso, estiveram ao longo de vários anos expostos a um processo de assimilação, era absolutamente necessário e indispensável. Mas, na perspectiva de Cabral, colocava-se-lhes um grande dilema. É que não conheciam muito bem a África devido à política assimilacionista e ao processo de socialização escolar. Por isso, antes de concretizarem o regresso, era fundamental começarem a estudar essa realidade. Neste sentido, em 1967, Amílcar Cabral reconhecia, em Belgrado, a forma como se processara essa tomada de consciência do quase desconhecimento dos seus territórios de origem e da estratégia adoptada, sobretudo a partir dos finais da década de 40, que foi a de começar a estudar a história de África e os aspectos básicos da vida e da cultura africanas⁶⁵⁰. Este regresso às origens começou por ser psicológico e sentimental, justificado pela recusa da assimilação imposta pelo sistema colonial, mas também físico, a que se seguiria, necessariamente, “a participação física”⁶⁵¹, como defenderam Mário de Andrade e Arnaldo França. Mas, não eram só os

⁶⁴⁹ “Libertação Nacional e Cultura”, Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Siracusa (Estados Unidos da América, a 20 de Fevereiro de 1970) in *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e luta*, 2.^a edição, Lisboa, Seara Nova, 1978, volume I, p. 221.

⁶⁵⁰ Amílcar Cabral, “Fifty years...” p. 90.

⁶⁵¹ Mário de Andrade e Arnaldo França, “A Cultura na Problemática da Libertação Nacional e do Desenvolvimento, à luz do Pensamento Político de Amílcar Cabral”, *Raízes* [Cabo Verde], Janeiro/Abril 77, ano I, nº 1, p. 8.

seus territórios de origem e/ou as colónias portuguesas no seu conjunto que importava conhecer. Era também a África em geral.

O estudo e o conhecimento mais empírico da história, da geografia, da antropologia, da etnologia e da tradição de resistência africanas contra a dominação colonial portuguesa⁶⁵², aparecia, assim, como o primeiro aspecto do regresso espiritual, influenciado, como recordou Amílcar Cabral, em Dar-Es-Salaam, em 1965, pelos acontecimentos mundiais dos anos 40⁶⁵³. Mas, que África irresistível surgia no horizonte de Amílcar Cabral?

Poder-se-ia pensar que a África a que se referia, se tratava de Cabo Verde, em virtude das ligações telúricas e da afeição à mãe, ao tempo a residir no arquipélago. A verdade é que, apesar de tudo isso, não era Cabo Verde que atraía o revolucionário em formação, mas a África continental. O próprio Amílcar foi quem, curiosamente, desfez todas as dúvidas sobre esta matéria ao revelar, em carta escrita a 20 de Agosto de 1948, que, apesar do amor e da afeição que nutria pela mãe, Iva Pinhel Évora, reflectidos por “toda a luz benevolente e afectuosa” que provinha dela, não pretendia regressar às ilhas de Cabo Verde⁶⁵⁴. Esta certeza foi manifestada num outro “Poema” inédito, escrito em 1948, mas que foi publicado no Boletim *Mensagem*, em Janeiro de 1949, e que presumimos ser da autoria de Amílcar Cabral, embora o seu autor assinasse com o pseudónimo de “Visamar”⁶⁵⁵. Nele, apesar das saudades, das ânsias e dos imperativos que o chamavam, o autor proclamava:

Que saudades,
que ânsias,
que imperativos me chamam?

Que acontece
no meu íntimo
que não se de mim?
Que forças desconhecidas me exigem?

Não quero!
Não quero ir
Não quero voltar!

⁶⁵² Amílcar Cabral, “Fifty years...”, p. 90.

⁶⁵³ AMS, “A Unidade Política e moral força principal da nossa luta”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário Geral do partido à 2.ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP – Dar-Es-Salaam, 3 a 8 de Outubro de 1965, PAIGC, pasta 4602.038.

⁶⁵⁴ Mário de Andrade, *ob. cit.*, p. 31.

⁶⁵⁵ *Mensagem* - circular dos serviços de cultura da Casa dos Estudantes do Império, n.º 7, Ano I, Janeiro de 1949, in *Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1º vol., Lisboa: ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996, p. 6.

Quero ficar,
conhecer mundos novos,
civilizações novas,
coisas novas⁶⁵⁶.

E nas estrofes seguintes o autor exclamava:

Quero ser vadio,
nunca parar
buscar sempre,
correndo todos os cantos
das cinco partes do mundo,
aquilo que não sei
se é ideal,
se miragem,
se realidade.

Voltar!
Voltar para quê,
quando tudo o que podia encontrar
era fome,
miséria,
abandono,
fraqueza,
enfim – nada!

[...]

Voltar!
Voltar para quê
Se não encontrava nada sobre que basear a minha volta,
Se tinha que ver
O que de mim fez um revoltado?

Ah. Voltar?
Não me falem em voltar!⁶⁵⁷

A África que o chamava e que invadia o seu pensamento era a outra, ignota, é certo, mas onde sabia que havia “milhões de indivíduos” que tinham necessidade da sua contribuição na luta difícil que levavam a cabo contra a natureza e os próprios homens⁶⁵⁸. Amílcar revitalizava, no fundo, a visão redentora e messiânica também apre-

⁶⁵⁶ *Idem, Ibidem*, p. 6.

⁶⁵⁷ Mensagem – circular dos serviços de cultura da Casa dos Estudantes do Império, n.º 7, Ano I, Janeiro de 1949, in *Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1º vol. Lisboa: ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996, pp. 6-7.

⁶⁵⁸ Mário de Andrade, *ob. cit.*, pp. 31-32.

sentada no longo poema que a santomense, Alda Espírito Santo, lhe dedicou na sua página do *Livro de Curso* em 1949:

[...]

Nas plagas sem nome
 No canto tropical
 D'aguas marinhas
 De Terras d'África
 Eu transmito em conto
 A mensagem de choro
 Da terra quente

Vejo a África
 Em busca de seus filhos
 Vejo-a a pedir vida
 A chorar longe...⁶⁵⁹.

Amílcar Cabral tinha consciência, em 1948 (e já demos conta disso), de que tinha uma missão a cumprir nessa África e estava a preparar-se para isso. De resto, na carta, que reiteradamente temos vindo a citar (a de 20 de Agosto de 1949), escrevia à amiga que viria a ser, dois anos mais tarde (1951), sua esposa: “Mas tu sabes, como eu, quais são as forças que me chamam para a África, forças as quais não resistirei, porque trair-me-ia, e a própria vida”⁶⁶⁰.

Se, por um lado, ainda lhe faltavam alguns anos para terminar o curso com o qual e a partir do qual contava colocar-se inteiramente ao serviço da África e da humanidade, por outro, havia acumulado já uma vasta experiência, através dos contactos e leituras, que lhe apontavam “uma direcção, uma via” que devia “seguir, independentemente das perdas pessoais” que isso lhe pudesse acarretar. Esta “direcção” e “via” transformar-se-iam, anos mais tarde, na razão de ser da vida de Amílcar Cabral, conforme o próprio chegou a admitir⁶⁶¹. Talvez até nem sonhasse com uma África definida, mas sim com aquela que os pan-africanistas e os negritudinistas de língua francesa enquadravam, de acordo com Pires Laranjeira, num “sentimento e um conceito de patriotismo africano sem pátria definitivamente edificada, mas imaginada e ambicionada”⁶⁶². Estes dois movimentos tinham como proposta, segundo Pires Laranjeira, não só um posicio-

⁶⁵⁹ *Livro de Curso de Agronomia*, 1949.

⁶⁶⁰ Mário de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai de biographie politique*, Paris, Maspero, 1980, p. 31; e também Francesco Marrocu, *ob. cit.*, p. 106.

⁶⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 32.

⁶⁶² José Luis Pires Laranjeira, *ob. cit.*, p. 95.

namento que estivesse por cima das regiões e culturas⁶⁶³, mas também uma identificação e solidariedade com a comunidade universal⁶⁶⁴. Amílcar pensava na África como uma totalidade, na linha do discurso poético pan-africanista e/ou negritudinista, celebrado por um David Diop ou por um Aimé Césaire. Dentro desta totalidade, qualquer uma das possessões portuguesas (Angola, Guiné e Moçambique), exceptuando naturalmente como o próprio o deixa antever, o país de formação (Cabo Verde), podia ser o seu destino. É ainda possível que, dentro das possessões portuguesas, Amílcar tivesse preferência pelo território natal, a Guiné, conforme confessou a Patrick Chabal, Maria Helena Rodrigues, a mulher com quem Amílcar Cabral se casaria em Dezembro de 1951:

He wanted to go to Africa with a clear political purpose in mind. He wanted to go to Guinea eventually but it was luck that he was able to go right away. You can be absolutely certain that his life's ambition was to go to Guinea and engage in political work. That was the only thing he talked about... He would always say that he had to go back 'home' and fight there. He used to say that he had to learn about his country and that it was only there that he would be able to fulfil himself⁶⁶⁵.

O mesmo sabemos por intermédio de Luís Cabral, com base numa conversa que este assegura ter mantido com Amílcar, em Cabo Verde, em 1949:

Falou-me do seu projecto de seguir para a Guiné, logo que terminasse a tese, e dizia ser lá que devia dar início ao cumprimento da missão que lhe cabia como africano consciente da época que vivíamos⁶⁶⁶.

Deve-se lembrar que a Guiné exercia uma grande atracção junto dos ilhéus, especialmente dos jovens desejosos de conseguirem trabalho e promoção social. Até porque, confessava, em 1948, o colonistas do jornal *Notícias de Cabo Verde*, Augusto Miranda, aquela colónia era “a terra imperial” onde, “desde longa data”, mais se tinha “evidenciado o valor e a capacidade dos cabo-verdianos, em todas as actividades da vida”⁶⁶⁷. Foi a mesma atracção que levou futuros companheiros de Amílcar Cabral, como Aristides Pereira e Abílio Duarte, para darmos alguns exemplos, a escolher a Guiné, naquele ano, como destino de emigração. Já nessa altura, muitos cabo-verdianos,

⁶⁶³ *Idem, ibidem*, p. 43

⁶⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 47.

⁶⁶⁵ *Apud* Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 46.

⁶⁶⁶ Luís Cabral, *Crónica da Libertação...*, p. 21.

⁶⁶⁷ Augusto Miranda, “Guiné terra de futuro. Entrevista sobre o progresso e as possibilidades da primeira Colónia do Império e as relações com o nosso Arquipélago”, *Notícias de Cabo Verde*, n.º 247, Ano XV, S. Vicente, 4 de Março de 1948, p. 1 e 4.

como Fausto Duarte, Aguinaldo Veiga, António Barbosa Carreira, Caetano Filomeno de Sá, entre outros, exerciam na Guiné funções em altos cargos administrativos⁶⁶⁸. Estimase que, em meados dos anos 50, viviam e trabalhavam na Guiné cerca de 1 700 cabo-verdianos⁶⁶⁹.

Antes de 1949, apenas conhecemos uma única referência de Amílcar Cabral relativamente à África tomada no seu sentido mais amplo. Foi, como já se disse, no poema “Naus sem rumo” (Mindelo, 1943). Mas, ainda assim, não encontramos nenhuma referência de Amílcar Cabral em relação à sua terra natal e que havia abandonado, como já se viu, com oito anos de idade, em 1932. Este desconhecimento da Guiné e até da “outra” África fez com que fosse Cabo Verde a única colónia a figurar nos seus escritos, pelo menos até 1952. Este interesse repentino pelo continente, a partir de 1949, vem evidenciar que Cabral partira agora em busca das suas raízes, como que tentando explicar a cabo-verdianidade que moldara os traços da sua personalidade, a partir do ponto de vista “africano”.

O chamamento da África ao filho pródigo era, na perspectiva de Amílcar Cabral, um chamamento da própria vida⁶⁷⁰. Portanto, a África que o atraía era o continente onde havia nascido e vivido (e não tinha de ser necessariamente a Guiné portuguesa), mas que, de certo modo, não conhecia (ou conhecia mal), e que apresentava, de seguinte modo, na já referida carta de 20 de Agosto de 1949:

E tudo me indica, tudo me diz que o meu posto de trabalho, pelo menos de início, se encontra ali. Ali onde, apesar das cidades modernas e bonitas da costa, há ainda milhares de seres (de seres humanos) que vivem em profundas trevas. Ali onde a técnica e a ciência são ainda sombras, onde a natureza rica de segredos, virgem de riquezas oferece, aos que querem trabalhar e fazer algo para os homens, as motivações mais interessante no que diz respeito ao ofício que escolhemos⁶⁷¹.

3.2. A “reafricanização dos espíritos”. O CEA e o regresso espiritual

A partir de 1948, com um grupo mais numeroso e politicamente activo a tendência, entre os africanos, era a de dotar a comunidade estudantil africana de uma organização autónoma do ponto de vista de funcionamento e de actuação. Uma organização deste tipo teria que estar, obviamente, liberta da tutela da Casa dos Estudantes do Império

⁶⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 4.

⁶⁶⁹ Antonio de Sousa Franklin, “A ameaça islâmica na Guiné portuguesa”, comunicação apresentada ao IV Congresso da União Nacional, Lisboa, 1956, p. 24.

⁶⁷⁰ Mário de Andrade, *ob. cit.*, p. 32.

⁶⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 32.

(CEI), isto é, fora do controlo das autoridades coloniais, que podia ser cerceadoras da sua liberdade de actuação, e do espectro oposicionista português, com o qual alguns deles colaboraram e/ou nele militavam. A necessidade de uma organização independente começou a ganhar forma quando os africanos questionaram a colaboração com os movimentos de esquerda e o processo de assimilação a que estavam sujeitos. Mário de Andrade argumentava, por exemplo, que já naquela altura (finais dos anos 40) “qualquer coisa fervilhava” nas suas cabeças, “não de uma maneira ainda precisa, não muito bem formulada”, mas que estavam “em vias de formular”⁶⁷².

Mais ou menos por essa altura, Amílcar Cabral começou a entender que a ascensão a um novo estatuto social, por via da educação, em nada iria alterar a sua condição de negro no quadro do regime e da sociedade coloniais. Por isso, essa condição deveria aumentar o seu dever de responsabilidade, solidariedade e espírito de missão como intelectual. Este facto começou a desenhar-se, no seu caso concreto e no dos seus companheiros das outras colónias, depois da Segunda Guerra Mundial:

Foi depois da última guerra mundial que começou a desenvolver-se mais, na consciência das pessoas, a necessidade de lutar para acabar com a dominação colonial. Nessa altura, um grupo de estudantes das colónias portuguesas que estudavam em Lisboa, começou a pensar na maneira de se tornarem de novo africanos, porque a manha dos tugas⁶⁷³ foi sempre para não nos deixar ser africanos, para sermos tugas de 2.^a classe. E quem teve a sorte de frequentar a escola, os tugas contavam com ele como agente, como indivíduo que ia renegar a África para servir os colonialistas. O nosso trabalho foi, nessa altura, o de voltar a encontrar as nossas raízes africanas⁶⁷⁴.

Como? Retomando as ligações culturais onde elas foram interrompidas pela alienação colonial, através da recusa do domínio do corpo e do espírito, ambos entendidos como a interiorização forçada de valores estranhos, e do estudo da sua própria natureza de homens negros.

De acordo com Mário de Andrade, a chamada “reafricanização” “foi uma aplicação convergente de todas as ideias” que possuíam, fruto das “conversas, da necessidade de pensar em conjunto os problemas e medir as forças...”. E continuava: “nessa fase estudamos profundamente a África. Interpretámos os problemas africanos e do mundo Negro”⁶⁷⁵.

⁶⁷² Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a...*, p. 58.

⁶⁷³ A expressão em crioulo significa colonialistas portugueses.

⁶⁷⁴ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 147.

⁶⁷⁵ Mário de Andrade, “Amílcar Cabral e a Re-Africanização dos Espíritos”, *Nô Pintcha*, n.º 225, Ano II, de 12 de Setembro de 1975.

Do ponto de vista literário, alguns artigos publicados no *Mensagem* e no *Meridiano*⁶⁷⁶, da delegação de Coimbra da Casa dos Estudantes do Império (CEI), entre 1948 e 1953, eram de celebração da raça negra na linha negritudinista e pan-africanista. Um prenúncio da resistência contra o processo de assimilação, que encontrou no Centro de Estudos Africanos (CEA) o primeiro “espaço institucional” e aglutinador para a afirmação do discurso do negro das colónias portuguesas de África, albergando as suas actividades e constituindo-se em embrião da luta anticolonialista. Mas, o primeiro sinal a traduzir já um certo espírito de unidade dos “africanos” teve lugar ainda em 1948, quando do protesto organizado junto do Ministro das Colónias, Vieira Machado, em virtude da iminente situação de fome que ameaçava de novo Cabo Verde. Amílcar Cabral recordava este episódio numa das suas intervenções no seminário de quadros de 1969:

O descaramento dos tugas chegou a um ponto em que, em 1948 por exemplo, depois das grandes fomes de 1942, quando parecia que ia haver outra crise, os estudantes das colónias portuguesas fizeram uma reclamação junto do Ministro Vieira Machado por causa da fome em Cabo Verde. Ora o Ministro disse-lhes que não tinham nada que protestar porque dessa vez talvez só morressem dez mil pessoas⁶⁷⁷.

O segundo sinal aconteceu, um ano mais tarde (Outono de 1949), aquando da fracassada tentativa de “assalto”, liderada por Amílcar Cabral, à Casa de África. Mais do que uma simples disputa simbólica pelo domínio de uma instituição, o que Amílcar Cabral e os elementos da sua geração pretendiam era, desde logo, controlar um espaço de debate e de reflexão sobre os seus problemas comuns. Estava em curso, caso se materializasse, a instituição, de acordo com Mário de Andrade, de um “Centro de Estudos da Casa de África Portuguesa”, para romperem com o conservadorismo, o colaboracionismo e a inércia que a vinham caracterizando desde a sua fundação em 1944. O falhanço desta segunda tentativa veio conduzir, finalmente, a um terceiro momento que foi o da tentativa de autonomização dos africanos em relação à esquerda portuguesa, através da criação de uma instituição própria – o Centro de Estudos Africanos (CEA), em 1951.

⁶⁷⁶ Este boletim foi publicado pela primeira vez em 1947, seguindo-se-lhe, em 1950, o *Momento*.

⁶⁷⁷ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, Pasta 4340.001, im.145.

Tendo iniciado a sua primeira sessão a 21 de Outubro daquele ano, o CEA transformou-se num autêntico alfofre de consciencialização dos jovens africanos e num espaço de debate destinado a “conhecer África” e a pensar a cultura africana⁶⁷⁸.

Os temas abordados no âmbito dos seminários organizados são bastante elucidativos sobre os propósitos que animavam os “seminaristas”: relacionavam-se com os problemas do Negro e do Ultramar português. Mário de Andrade assegura que as sessões estavam organizadas de seguinte maneira: I – A terra e o homem; II – Socioeconomia africana; III – O pensamento negro; IV – Os problemas do Ultramar português e da restante África Negra; V – O Negro no Mundo; VI – Problemas fundamentais para o progresso do Mundo Negro⁶⁷⁹. Amílcar abordou, numa das primeiras sessões de 1951, o tema “Sistemas de culturas característicos do Negro-Africano. Vantagens e desvantagens do sistema itinerante”⁶⁸⁰.

Os “seminaristas” puderam, desta maneira, enriquecer as suas experiências e os seus conhecimentos científicos, que não deixavam de confrontar, como já se disse, com as leituras da *Présence Africaine*⁶⁸¹. No seu seio foi criado ainda um grupo clandestino, que integrava Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Agostinho Neto, Noémia de Sousa e Alda Espírito Santo⁶⁸².

Além dos seminários, outro importante papel desempenhado pelos elementos do CEA foi ao nível da alfabetização e da assistência política e cultural aos embarcações, no âmbito do Clube Marítimo Africano, uma organização fundado em Lisboa ainda nos anos 40. Tratava-se, por um lado, de pôr em prática os conhecimentos teóricos adquiridos através do estudo da África e, por outro, da primeira experiência de ideologização e consciencialização. Mário de Andrade afirma, numa entrevista concedida a Michel Laban, a propósito deste assunto:

As pessoas do Centro alfabetizavam, davam uma assistência intelectual, política aos embarcações; não, evidentemente, de uma maneira muito visível, por vezes, individualmente, encontrávamo-nos com frequência, era a classe operária para nós... Era a aplicação das ideias à classe operária, pois eles eram os que tinham a origem mais modesta porque – como lhe disse – no Actor Vale eram estudantes universitários, e na Casa dos Estudan-

⁶⁷⁸ Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a...*, p. 74.

⁶⁷⁹ Mário de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai biographique politique*, Paris, Maspero, 1980, p. 43; e também Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a...*, pp. 71-72.

⁶⁸⁰ Mário de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai de biographie politique...*, p. 43. Oleg Ignatiev apresenta o tema da conferência proferida por Amílcar Cabral de modo bastante confuso chegando a confundir a palavra “itinerante” com “vigente”. Assim, escreve: “Sistemas de culturas utilizados na zona da África Negra. Vantagens e desvantagens do sistema vigente” (*Amílcar Cabral*, Moscovo, Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, 1990, p. 17).

⁶⁸¹ Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a...*, p. 74.

⁶⁸² *Idem, ibidem*, pp. 97-98.

tes do Império igualmente, e, filhos de colonos, etc., enquanto lá estavam a massa popular⁶⁸³.

Foi certamente, no âmbito destas actividades junto dos embarcadouros na zona da Alcântara, que Amílcar Cabral tomou contacto com as dificuldades dos trabalhadores portugueses e africanos. Em 1969, numa entrevista à Rádio Voz da Liberdade, rememorava aqueles tempos: “Eu morei em Alcântara. Ensinei a ler e a escrever aos trabalhadores de Alcântara”. Este facto valeu-lhe, como já assinalámos algures, ameaças de prisão por parte da PIDE⁶⁸⁴.

Amílcar Cabral e os seus companheiros esperavam conseguir, com a criação do CEA, algo idêntico, do ponto de vista cultural e informativo, ao que haviam perseguido os negritudinistas das colónias francesas em Paris, com a criação da revista *L'Étudiant Noire*, em 1935. Pires Laranjeira é taxativo quanto aos objectivos destes, que, ao fim e ao cabo, eram coincidentes com os de Cabral e dos seus companheiros: “adquirir uma formação sobre as suas origens e capacidades” ou ainda apontar “orientações de acção e empenhamento em prol da sua consciencialização como pessoas e como grupo social com problemas específicos, um espírito de união e ultrapassagem de nacionalidades, etnias e credos”. Deste modo, passam da defesa de regionalismos e individualidades para um conceito de “Pátria abrangente”. Este *volte-face* era ditado pela necessidade imperiosa de, juntos, lutarem para a consecução dos objectivos preconizados que, já nos primórdios dos anos 50, começaram a deixar de ser de libertação cultural para passar a ser, simultaneamente, de reivindicação de direitos políticos, ainda que no quadro da sociedade colonial, mas desbravando já os caminhos para a independência.

Mário de Andrade resume bem o percurso dos africanos em Lisboa num pequeno ensaio de biografia política sobre Amílcar Cabral, editado em francês:

De proche en proche, les préoccupations d'ordre culturel débordent sur le plan de l'organisation politique. Ici internement la reconnaissance de la hiérarchie de valeurs entre l'engagement dans les groupements démocratiques portugais et l'autonomie organisationnelle. Plusieurs étudiants africains militent encore dans les formations portugaises. MUD Juvenil et Mouvement de la Paix, en y représentant les peuples coloniaux, mais il apparaît, à l'analyse, qu'il faut rompre avec la notion statique de la réciprocité de conséquences entre la lutte contre le fascisme et contre le colonialisme⁶⁸⁵.

⁶⁸³ *Idem, ibidem*, p. 81.

⁶⁸⁴ ASRDNCV (Praia), entrevista à Rádio Voz da Liberdade com Amílcar Cabral dirigindo algumas palavras aos democratas e progressistas portugueses, Argel, 1966.

⁶⁸⁵ Mário Pinto de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai de biographie politique...*, p. 44.

Como já se disse, quem não entendeu essa tentativa de autonomização, numa linha independentista, ou se a entendeu, não a apadrinhou, foi a esquerda portuguesa liderada pelo PCP. Mário de Andrade e Lúcio Lara reconheceram que a tentativa de separação empreendida com a criação do CEA, por parte dos africanos, teria suscitado críticas por parte de alguns sectores da oposição de esquerda, que os chegaram a acusar de serem racistas⁶⁸⁶. Era o caso, por exemplo, de Aboim Inglês, ao tempo destacado membro do MUD/juvenil, que chegou a acusá-los de racistas, por terem começado a privilegiar as actividades do CEA, em prejuízo das do MUD/juvenil⁶⁸⁷.

Lúcio Lara, por outro lado, reafirmava que “nem sempre foi fácil (...) fazer compreender a amigos” portugueses a necessidade de não se confundir “as respectivas lutas” que, de resto, se complementavam⁶⁸⁸. Aquele nacionalista angolano chegou mesmo a admitir que foram “acusados de racistas por elementos da esquerda portugueses, que não entendiam a necessidade” de se constituir “organizações autónomas de luta”⁶⁸⁹.

Mais tarde, em 1962, Cabral deixou clara a sua posição em relação à separação da luta contra o colonialismo da luta contra o “fascismo”, que devia ser obra dos portugueses. Para ele, o fim do regime “fascista” em Portugal podia não significar necessariamente o fim do colonialismo em África, ao contrário do que a oposição de esquerda defendia⁶⁹⁰. Tudo por causa da posição dúbia de alguns sectores intelectuais e da esquerda portuguesa, relativamente à independência das colónias. Num artigo publicado na revista *Partisan*, em 1962, Cabral aconselhava os meios cultos portugueses a vencerem a sua mentalidade imperial feita de preconceitos:

Les démocrates portugais seront effectivement dans l'impossibilité de comprendre les justes revendications de nos peuples tant qu'ils ne seront pas convaincus que la thèse «d'imaturité pour l'autodétermination» est fautive, et tant qu'ils ne se convaincront pas que l'oppression n'est pas et ne sera jamais une école de vertus et d'aptitude⁶⁹¹.

⁶⁸⁶ AMS, “La lutte de libération nationale dans les colonies portugaises” *Documents de Base à la Conférence de Dar-Es-Salaam*, pasta 4330.008, im. 27; e Lúcio Lara, “Era respeitado pelos próprios inimigos”, In *Nô Pintcha*, n.º 1115, Ano IX, 3 de Dezembro de 1984; e também Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 84.

⁶⁸⁷ Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a...*, p. 107.

⁶⁸⁸ Lúcio Lara, “Era respeitado pelos próprios inimigos”; e também Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 84.

⁶⁸⁹ *Idem, ibidem*.

⁶⁹⁰ A. Cabral, “Guinée et Cap Vert face au colonialisme portugais”, *Partisans*, n.º 7, Paris, François Maspero, novembre-décembre 1962, p. 86; *Vide* também, sobre este assunto, Yves Benot (translated by Nzongola-Ntalaia), “Amilcar Cabral and the International Class Movement”, *Latin American Perspective*, volume II, number 2, London, issue 41, Spring 1984, p. 86.

⁶⁹¹ A. Cabral, “Guinée et Cap Vert face au colonialisme portugais”, *Partisans*, n.º 7, Paris, François Maspero, novembre-décembre 1962, p. 86; *Vide* também, sobre este assunto, Yves Benot (translated by Nzongola-Ntalaia), “Amilcar Cabral and the International Class Movement”, *Latin American Perspective*, volume II, number 2, issue 41, London, Spring 1984, p. 86.

Este divórcio ou tentativa de divórcio em relação aos organismos de esquerda atingiu o seu auge em 1953, aquando do III Congresso da União Internacional dos Estudantes realizado em Bucareste. Pela primeira vez, havia uma cisão aberta pelos estudantes africanos oriundos de Portugal (Vasco Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos), por se terem recusado a desfilar ao lado dos jovens portugueses afectos ao MUD/juvenil⁶⁹², como afirma o então jovem comunista Fernando Correia da Silva:

Os africanos não quiseram desfilar com os portugueses. Estávamos reunidos e isso deu muita discussão, mas decidiu-se que os africanos desfilassem em representação dos seus países (...) Acho que foi a primeira atitude anticolonialista tomada publicamente⁶⁹³.

Na sequência deste “incidente”, a comissão central deste organismo juvenil teria tentado alcançar, numa reunião realizada posteriormente em Lisboa, a harmonização das suas posições com as dos jovens das colónias⁶⁹⁴. Nas suas teses, a juventude africana considerava, entre outras coisas, que “as colónias portuguesas” eram “países africanos ou asiáticos dominados por Portugal”⁶⁹⁵ e que tinham o direito de dispor do seu próprio destino e do direito à independência. E mais! Para eles, inquestionavelmente, essa independência era imprescindível para a manutenção da paz mundial⁶⁹⁶. A estas reivindicações, o Comité Central do MUD/juvenil respondeu, com algumas contradições, que reconhecia o direito à independência dos povos coloniais. Contudo, a mais importante novidade resultante desse encontro foi o incentivo recebido pelos jovens africanos no sentido de se mobilizarem imediatamente e lutarem pelas reivindicações económicas, sociais, recreativas e políticas dos seus próprios países⁶⁹⁷. Aos africanos residentes em Portugal, o Comité Central aconselhava, porém, a organizarem-se nos centros a criar ou nos já existentes (o CEI, o Clube Marítimo Africano, o Grupo Desportivo do Ultramar e o CEA⁶⁹⁸) por não haver, no seu ponto de vista, condições para a criação de um único movimento dos africanos e que, por isso mesmo, a participação nas actividades do

⁶⁹² Vide, sobre este assunto, João Madeira, “O PCP e a Questão Colonial – dos fins da Guerra ao V Congresso (1943-1957)”, in *Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*, in *Estudos do Século XX*, n.º 3, Coimbra, Quarteto, 2003, pp. 229-230.

⁶⁹³ Nair Alexandre, “Fernando Correia da Silva. As contas com o papel”, in *JL*, 702, de 10 de Setembro de 1997; *Apud* João Madeira, *idem, ibidem*, p. 230.

⁶⁹⁴ João Madeira, “O PCP e a Questão Colonial – dos fins da Guerra ao V Congresso (1943-1957)”,... pp. 229-230.

⁶⁹⁵ “A caminho para a unidade efectiva e fraternal dos jovens portugueses e das juventudes das colónias portuguesas. Carta aos jovens coloniais de Lisboa, Outubro de 1953”, *Vértice*, nº 72, Lisboa, Maio-Junho de 1996, p. 15.

⁶⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 15.

⁶⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 19.

⁶⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 19.

MUD/juvenil ainda era a forma mais eficaz de luta⁶⁹⁹. O Comité Central não deixou de criticar ainda os estudantes das colónias integrados no CEA por se alhearem dos problemas e das lutas dos jovens portugueses, “seus companheiros e do seu Movimento, o MUD”, e de terem optado pelo estudo teórico dos problemas africanos, convencidos de que esse era o melhor contributo que podiam dar para a agitação e para a “defesa das juventudes” a que pertenciam. E concluía:

Sem diminuir a importância de tal estudo, devemos salientar que, na medida em que esse estudo os desliga da mobilização concreta dos jovens coloniais e na participação na luta dos jovens portugueses, ela cai no intelectualismo estéril. Pensamos que é necessário assegurar que a direcção das actividades dos jovens coloniais fique na mão daqueles que estudam e agem e não nas «daqueles que se preparam⁷⁰⁰”.

É curioso notar que, depois disso, alguns sectores dos africanos das colónias fundaram, em 1954, o Movimento Democrático das Colónias Portuguesas (MDCP). Se este facto deixou no ar a sensação de que as reivindicações autonómicas dos africanos haviam sido satisfeitas com os novos contornos que a questão colonial havia ganho desde os acontecimentos de Bucarest, tudo indica que estamos longe disso. A criação do MDCP foi obra do MUD/juvenil. Deste modo, o novo movimento continuava sob a influência e a vigilância paternalista do PCP.

Como se pode constatar, já na ausência de Amílcar Cabral, há, de facto, uma tentativa de Agostinho Neto, Lúcio Lara, Mário de Andrade e outros africanos, para se autonomizarem em relação às estruturas do PCP, mas essa autonomização não seria totalmente lograda, pelo menos de forma imediata. Pensamos que esta atitude do MUD/juvenil fez com que, de certo modo, as actividades do CEA fossem afectadas, tendo cessado por completo em Abril do ano seguinte (1954) com a debandada de muitos dos seus activistas para Paris, onde, como veremos mais adiante, enveredaram pela libertação dos seus povos, com a fundação de outros movimentos: o Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas (MLNCP) e, um ano mais tarde, o Movimento Anticolonialista (MAC), já libertos do paternalismo e da instrumentalização da esquerda portuguesa, num processo similar ao do *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA), relativamente ao Grupo de Estudos Comunistas (GEC) e ao Partido Comunista Francês (PCF)⁷⁰¹.

⁶⁹⁹ *Idem, ibidem*, pp. 20-21.

⁷⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 20.

⁷⁰¹ Joseph-Roger de Benoist, *L'Afrique occidentale Française de la Conférence de Brazzaville (1944) à l'indépendance (1960)*, Dakar, Les Nouvelles Éditions Africaines, 1982, pp. 103-104.

Portanto, entre finais dos anos 40 e princípios de 50, houve, entre os estudantes africanos em Portugal, uma clara tendência de seguirem as pisadas dos seus predecessores das colónias francesas, sobretudo no que toca à criação de um organismo abrangente, com intenções ainda meramente culturais. Com o CEA, pretendiam retomar a sua cultura, as suas tradições, em claro desafio ao processo de assimilação imposta pelo “colonizador”. De acordo ainda com Mário de Andrade, tratava-se de “negar o colonizado, negar o assimilado a Portugal”. Sentiam, nas palavras do nacionalista angolano, a necessidade de “fazer uma lavagem cerebral” para se libertarem “da assimilação imposta pelo ensino colonial”⁷⁰².

Apesar do nulo envolvimento directo de Amílcar Cabral nos acontecimentos que se seguiram a Bucareste, não se sabe exactamente qual seria a sua posição em relação a este assunto. Em todo o caso, se se atender a um dos seus escritos, (“O papel do estudante africano”, publicado em 1953), facilmente se pode adivinhar de que lado da barricada se colocaria se acaso tivesse estado em Bucareste ou em Lisboa. É que, por essa altura, Cabral já revelava ter consciência clara da posição que o estudante africano/intelectual deveria assumir na luta pela defesa dos seus interesses e na dos seus povos, bem como do papel destrutivo da assimilação e alienação coloniais junto dos negros, nomeadamente junto dos intelectuais, com o firme propósito de os desenraizar de si próprios e das massas africanas⁷⁰³. Daí que a sua fundamental premissa fosse, como afirmava no artigo acima referido, a de “servir a causa da emancipação dos homens negros, servindo assim a humanidade”⁷⁰⁴. Portanto, o intelectual devia ser, na perspectiva de Cabral, o porta-voz das massas que não tinham meios para se defenderem, “nem voz” para expressarem “os seus elementares desejos”⁷⁰⁵. Assim sendo, devia rejeitar a lógica do ganho⁷⁰⁶ e a vida fácil de assimilado, aproveitando ao máximo “as raras oportunidades que o regime colonial” lhe oferecia para lutar pela libertação das massas africanas, pela sua própria libertação⁷⁰⁷. Seria a etapa da sua evolução intelectual a conduzi-lo, de acordo com Chabal, no seu regresso às origens africanas e “a pri-

⁷⁰² Mário de Andrade, “Amílcar Cabral e a Reafricanização dos Espíritos”..., pasta 4836.003, im. 32.

⁷⁰³ Amílcar Cabral, “O papel do estudante africano”, in *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral*..., Seara Nova, 1978, p. 31.

⁷⁰⁴ *Idem, ibidem*; Vide, também, Francesco Marrocu, *ob. cit.*, p. 50.

⁷⁰⁵ Amílcar Cabral, “O papel do estudante africano”..., p. 31, Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 45; e também Francesco Marrocu, *ob. cit.*, p. 50.

⁷⁰⁶ Patrick Chabal, *Littérature et libération nationale: le cas d’Amílcar Cabral*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1985, p. 463.

⁷⁰⁷ Amílcar Cabral, “O papel do estudante africano”, in *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral*, p. 32. Este artigo foi publicado pela primeira vez com o título “Les étudiant Noire parlent” na *Présence Africaine*, número especial, n.º 14, Paris, 1953; Este trecho pode ser lido em Francesco Marrocu, *ob. cit.*, p. 50.

meira condição de autenticidade: sentir-se africano e exprimir-se enquanto tal”⁷⁰⁸. Para Mário de Andrade, a “reafricanização” era “a primeira manifestação da consciência de uma alienação”⁷⁰⁹.

Por outro lado, o envolvimento de Amílcar Cabral na criação do CEA, do MLNCP (1957) e do MAC (1958), bem como o seu pouco entusiasmo na Guiné, como veremos mais adiante, relativamente às ligações de alguns guineenses e cabo-verdianos ao “grupo antifascista” de Bissau, são um sinal claro de que Cabral partilhava as mesmas preocupações e sentimentos dos seus companheiros africanos, que advogavam a separação entre a luta “antifascista” e a luta anticolonialista.

3.3. O impedimento de exercer um cargo directivo no âmbito da CEI

No ano lectivo de 1950/51, Amílcar Cabral era simultaneamente vice-presidente da Secção de Cabo Verde, na direcção presidida pelo então estudante de Medicina, Telmo Crato Monteiro⁷¹⁰, e secretário da direcção da CEI, na direcção de Carlos Eugénio de Sousa Torres.

No ano seguinte (1951/52), ocupava o cargo de vogal na secção de Cabo Verde, na direcção presidida por Telmo Crato Monteiro (ou pelo menos devia ocupar), e a vice-presidência da CEI, na direcção presidida pelo angolano Acácio Meireles da Cruz, estudante de Engenharia, se acaso a lista pela qual concorreu, e que havia sido eleita para formar os corpos gerentes para aquele ano, e que Carlos Ervedosa considerava de esquerda⁷¹¹, tivesse podido cumprir o seu mandato até ao fim. Mas, tal não aconteceu, em virtude do conflito que opunha a nova direcção da CEI à Mocidade Portuguesa, ao Ministério do Ultramar, à PIDE e ao Ministério da Educação Nacional. Tudo se deveu a uma portaria datada de 30 de Maio de 1952, publicada apenas a 7 de Junho, no *Diário do Governo* (II série, nº 136, p. 3332), na qual o Governo, através dos Ministérios do Ultramar e da Educação, optou por nomear uma “Comissão administrativa para gerir a Casa dos Estudantes do Império”⁷¹². Desta comissão faziam parte Carlos Edmundo Bas-

⁷⁰⁸ Patrick Chabal, *Litterature...*, p. 463; Francesco Marrocu, *ob. cit.*, pp 51-52.

⁷⁰⁹ AMS, Mário de Andrade, “A reafricanização...”, *Nô Pintcha*, pasta 4836.003, im. 32.

⁷¹⁰ José Leitão da Graça assevera que, em Lisboa, nos anos 70, Telmo Crato Monteiro lhe teria confessado que foi ele e outros que orientaram Amílcar quando chegou a Lisboa (entrevista a José Leitão da Graça, Praia, Abril de 2003).

⁷¹¹ *Apud* Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 68.

⁷¹² IAN/TT – PIDE/DGS, processo 329/46, “Casa dos Estudantes do Império”, NT 2537/2538, pasta 5, fl. 313 e 309.

tos de Soveral, Fernando de Castro Fontes, José António Calvo da Silva Rocha, José Nunes Oliveira Martins e Manuel José Guerra⁷¹³.

Esta atitude do Governo não deixava de estar relacionada com uma informação da PIDE, proveniente do seu Serviço Reservado, de 20 de Março de 1952, minuciosamente preparada a pedido do Ministério das Colónias e que constava de um ofício de 31 de Janeiro. Com base na composição dos novos corpos gerentes, aquele ministério solicitava à PIDE que prestasse “as necessárias informações acerca dos mencionados componentes”⁷¹⁴. Na informação, de duas páginas, elaborada pela PIDE, esta polícia dava conta das actividades dos indivíduos suspeitos que integravam a lista. Contudo, se em relação a alguns não conseguiu obter dados suficientes, no que dizia respeito a Amílcar Cabral – e embora lhe tivessem aberto um processo, logo a 2 de Fevereiro, certamente na sequência das informações solicitadas pelo Ministério das Colónias – ignorava ainda (ou pelos menos não se referia), estranhamente, a subscrição de uma exposição dirigida ao Presidente da República feita ainda naquele mês de Março, na qual teria apostado a sua assinatura. No entanto, cinco elementos não conseguiram escapar a este processo de “filtragem” da PIDE. Tratavam-se de Luís Filipe Reis Cabral e João Soares, respectivamente, presidente e vice-presidente da Assembleia-geral, o angolano e presidente da direcção, Acácio Meireles da Cruz, Rui Nazaré, do Conselho Fiscal, e Orlando da Costa, do Conselho de Representantes. Sobre eles impendiam suspeitas de, entre outros, serem “inimigos da situação” ou de exercerem actividades subversivas.

Em resultado dessas suspeitas, quatro meses após ter-lhe sido comunicada a constituição dos novos corpos gerentes, o Comissário da Mocidade Portuguesa, António Augusto Gonçalves Rodrigues, que exercia a tutela sobre a Casa dos Estudantes do Império (CEI), não sancionou a nova direcção, deixando os associados perplexos. Em face disto, a direcção decidiu convocar uma assembleia-geral para o dia 31 de Maio, a fim de debater “os gravíssimos assuntos” que se lhe colocavam. Poucos minutos antes do início da reunião chegou ao conhecimento do presidente da direcção que “se deveriam considerar ilegais todas as reuniões ou convocatórias associativas dimanadas de qualquer entidade individual ou colectiva da Casa dos Estudantes do Império”⁷¹⁵. Apesar das ameaças e de incorrer em “ilegalidades”, a assembleia prosseguiu os seus trabalhos e decidiu “confiar à Direcção Geral não sancionada” o mandato de se dirigir ao Comissário Nacional, pedindo esclarecimentos sobre as razões que o tinham levado a não sancionar os novos corpos gerentes.

⁷¹³ *Idem, ibidem*, fl. 313 e 309.

⁷¹⁴ *Idem, ibidem*, fl. 290-291.

⁷¹⁵ *Idem, ibidem*, fl. 309.

Entretanto, através de uma circular dirigida aos seus associados, a direcção considerou a decisão do Governo e do seu organismo de tutela, arbitrária, injusta e contrária aos princípios democráticos e estatutários e levantou uma série de questões relativas à nomeação da Comissão Administrativa. Uma delas, de acordo com a circular, era em que medida os corpos gerentes substituídos não se mostravam idóneos para preencher os cargos que ocupavam. E insistia: “é lícito perguntar: como e em que medida os Corpos Gerentes destituídos demonstraram não terem idoneidade necessária para exercerem os cargos?”. Em jeito de resposta a estas perguntas, a Direcção chegou mesmo a enumerar as actividades que tinham realizado e que lhe permitiam, na sua perspectiva, “qualquer confronto com gerências anteriores sobre as quais não recaiu tão flagrante injustiça”. Principalmente no que dizia respeito aos seguintes tópicos: manutenção da ordem e disciplina; equilíbrio financeiro; diminuição das despesas e aumento de receitas; obtenção por parte de algumas entidades de benefícios de carácter perpétuo; no melhoramento dos serviços postos à disposição dos sócios; assistência material, moral e cultural aos associados; recreio e desporto; cumprimento dos estatutos; e respeito pelos poderes legalmente constituídos e à ordem⁷¹⁶.

Para a Direcção da CEI, a medida do Governo era insultuosa, ao passar-lhe, de acordo ainda com a circular, um atestado de inaptidão “para reger os assuntos” que diziam respeito “à sua associação”⁷¹⁷. E continuava:

Se assim não fosse, se o problema se referisse apenas aos Corpos Gerentes, o não sancionamento destes seria suficiente: esses corpos eleitos teriam de ser substituídos, por nova eleição feita pelos sócios⁷¹⁸.

Apesar de todos os protestos, a Comissão Administrativa acabou mesmo por assumir a responsabilidade da condução dos destinos da CEI.

3. 4. Bloqueios e ultrapassagem dos bloqueios. A partida para a Guiné

Em 1950, Amílcar Cabral terminou a parte curricular do curso de Agronomia com a classificação de 15 valores, com uma tese de licenciatura intitulada “O estudo da erosão e defesa da terra na região de Cuba (Alentejo)”, dedicado aos jornalistas alentejanos. Um dos seus professores, Ário Lobo de Azevedo, insinuou que o trabalho apre-

⁷¹⁶ *Idem, ibidem*, fl. 310.

⁷¹⁷ *Idem, ibidem*, fl. 310.

⁷¹⁸ *Idem, ibidem*.

sentado por Amílcar Cabral sofreu “ataques injustos”⁷¹⁹, tudo porque resolveu seguir a orientação do seu antigo professor Joaquim Botelho da Costa e não a de um outro superior hierárquico seu⁷²⁰. O estágio complementar teve lugar na Estação Agronómica Nacional. Em Fevereiro de 1952, Amílcar Cabral defendeu a sua tese de tirocínio, intitulada “Sobre o conceito de erosão do solo”, com a qual obteve a classificação de 18 valores. Agora estava preparado para, de forma imediata, cumprir com entusiasmo o seu sonho de regressar a África⁷²¹, não fossem os bloqueios impostos pelo sistema colonial, pouco permeável à entrada de quadros africanos treinados.

A evolução dos acontecimentos demonstrou que a ocupação de um posto em África, quer fosse na Guiné, quer fosse em Angola ou Moçambique, não dependia tanto da sua vontade, mas antes das autoridades. Aliás, na sociedade colonial não existia nenhuma ligação directa entre educação dos africanos e a sua mobilidade social, quer a nível da igualdade de oportunidades, quer a nível salarial. R. A. Miller, de resto, já havia assinalado o mesmo problema relativamente a outras colónias africanas⁷²². Os quadros africanos ocupavam na sociedade colonial, de acordo com Cabral, uma posição subalterna se comparados com os colonizadores. No artigo publicado em Londres, em 1960, com o título de “Facts about Portugal’s African Colonies” (“A verdade sobre as colónias africanas de Portugal”), Amílcar Cabral queixava-se de que um trabalhador «assimilado» ganhava três ou quatro vezes menos do que um trabalhador europeu, fazendo o mesmo trabalho. Mesmo sendo qualificado, era sempre considerado trabalhador de «segunda categoria»⁷²³. Na prática, insistia Cabral, os trabalhadores africanos não gozavam “dos privilégios reservados aos europeus”⁷²⁴. O simples facto de se atingir o estatuto de elite por via da educação não abria necessariamente as portas do emprego na administração pública. E, quando as abria, nunca era em situação de igualdade. Tudo indica que Amílcar Cabral teria sido vítima desta situação quando, pouco depois de terminar os seus estudos, concorreu para um lugar na Junta de Colonização Interna e não conseguiu o lugar. Embora não houvesse “leis raciais”, o certo é que a ideia de que, em certas condições, o facto de se ser de “raça negra” levava a uma situação de subalternidade e era sentido, justa ou injustamente, por negros ou pelos seus amigos. Assim,

⁷¹⁹ Ário Lobo de Azevedo, “Amílcar Cabral agrónomo”, in *Continuar Cabral. Simpósio Internacional Amílcar Cabral*. Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983, Lisboa, Edições Grafedito/Melo – Estampa, 1983, p. 127.

⁷²⁰ *Idem, ibidem*, p. 127.

⁷²¹ Amílcar Cabral, “Fifty years...”, p. 91.

⁷²² Robert A. Miller, “Élite formation in Africa: Class, Culture, and Coherence”, *The Journal of Modern African Studies*, 12, 4, London, Cambridge University Press, 1974, p. 527.

⁷²³ *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e luta...*, volume I, p. 61.

⁷²⁴ *Idem, ibidem*, p. 61.

o sentiu, por exemplo, o seu colega e companheiro de carteira dos tempos do Instituto Superior de Agronomia (ISA) de Lisboa, José Sousa Veloso, autor da já referida caricatura de Amílcar Cabral no Livro de Curso. Em entrevista informal a nós concedida, em 2004, afirmou o seguinte, em relação à exclusão de Amílcar Cabral no supracitado concurso: “Cabral estava em melhores condições que os restantes candidatos para ocupar o lugar, mas não o conseguiu porque era negro”⁷²⁵.

Talvez nesta altura o futuro revolucionário, começasse a ter a consciência de que a opressão política, económica, militar e cultural precedia e legitimava o racismo. Estamos em crer que esta constatação teria estado até na origem de um texto de sua autoria, datado de 1953, intitulado “O papel do estudante africano”, no qual definia, de seguinte maneira, a posição dos africanos na sociedade colonial:

A totalidade das massas africanas (as que estão em contacto com a «civilização ocidental») ocupa na sociedade colonial uma posição comparável, mas não idêntica, à das massas proletárias metropolitanas⁷²⁶.

Para ele, uma das primeiras limitações e barreiras que o africano tinha normalmente de vencer era o do “drama sócio-cultural” (a expressão foi usada por Amílcar Cabral em 1972)⁷²⁷, imposto pela exclusão e marginalização. De resto, na sua luta posterior contra o colonialismo português, a exclusão dos empregos (inclusive dos menos especializados) e a marginalização, foram denunciados por Amílcar Cabral, no célebre documento divulgado em Londres, em 1960⁷²⁸. Assim sendo, as únicas profissões reservadas aos negros “assimilados” eram as de criados (profissão que absorvia a grande maioria), assalariados, porteiros, motoristas, operários de segunda categoria ou de funcionários, embora, como dizia Cabral, “sem poderem entrar em concorrência com o branco, na maioria das colónias”⁷²⁹. Em virtude deste facto surgiam, frequentemente, casos de frustrações resultantes da dificuldade em cumprir com as expectativas iniciais. Da frustração ao desespero vai apenas um pequeno passo. Amílcar Cabral teria sentido, durante uns meses, algo idêntico, conhecendo como conhecemos a sua obsessão antiga de regressar a África depois de concluir o curso.

⁷²⁵ Entrevista informal a Sousa Veloso, Coimbra, Maio de 2004.

⁷²⁶ “O papel do estudante africano”, in *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e luta*, 2ª edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 30.

⁷²⁷ *Idem, ibidem*, p. 238.

⁷²⁸ Este documento foi publicado por Mário de Andrade, em português, com o título “A verdade sobre as colónias africanas de Portugal”, in *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral...*, pp. 57 e ss.

⁷²⁹ “O papel do estudante africano”, in *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral...*, p. 30.

Mas, não foi fácil a Amílcar Cabral conseguir emprego em África⁷³⁰ ou, pelo menos, não tão rapidamente como esperava, o que colidia com a sua pretensão de assumir a responsabilidade de intelectual perante o seu povo e com a sua consciência de homem⁷³¹ adquirida em Portugal e que, como afirmava, o impedia mesmo de “ser um bom agrónomo em Portugal enquanto o povo português sofria”⁷³². Por isso, ele que trabalhou na Estação Agronómica Nacional, ligado ao Instituto Superior de Agronomia, e que “podia mesmo” ter sido “professor no ISA”⁷³³, quis abandonar tudo e partir para África.

De acordo com as informações da primeira esposa, Maria Helena, Amílcar chegou a concorrer a “todos os concursos de África que apareciam”⁷³⁴. Inclusivamente, candidatou-se para a Junta de Exportações do Café de Cabo Verde⁷³⁵, hipótese que Cabral havia enjeitado por duas vezes⁷³⁶, mas nunca conseguiu lugar.

É muito provável que a causa do bloqueio, como sugere José Vicente Lopes, tivesse sido a PIDE, devido à exposição que havia assinado contra o Pacto do Atlântico, em Março de 1952.

Todas estas dificuldades para conseguir colocação em África deitam por terra a ideia defendida por Oleg Ignatiev de que as autoridades coloniais “despacharam logo, com muito prazer, o pedido de Amílcar para ser colocado em Bissau...”⁷³⁷.

Como assegurou Luís Cabral, só a intervenção em seu favor de um “alto funcionário de origem cabo-verdiana, conhecido do Amílcar”⁷³⁸, fez com que, em Junho de 1952, depois de muita insistência, surgisse finalmente a oportunidade de Amílcar se candidatar e conseguir um lugar disponível de engenheiro agrónomo na Repartição Técnica dos Serviços Agrícolas e Florestais da Província⁷³⁹, devido ao abandono do eng.º António Fernandes de Almeida. Foi admitido nos termos e condições do artigo 2.º

⁷³⁰ Vide Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 23.

⁷³¹ ASRDNCV (Praia), entrevista da Rádio Voz da Liberdade com Amílcar Cabral dirigindo algumas palavras aos Democratas e Progressistas Portugueses, 1966.

⁷³² *Idem, ibidem.*

⁷³³ *Idem, ibidem.*

⁷³⁴ Maria Helena Vilhena Rodrigues, in *Amílcar Cabral*, um filme de Ana Ramos Lisboa, Continental films, S. A., 2001.

⁷³⁵ *Idem, ibidem.*

⁷³⁶ Vide, sobre este assunto, Mário de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai...*, p. 31; e o “Poema”, Mensagem - circular dos Serviços de Cultura da casa dos Estudantes do Império, n.º 7, Ano, I, janeiro-1949, in *Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1º vol., Lisboa : ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996, pp. 6-7.

⁷³⁷ Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral, Filho de África...*, Capítulo V, p. 55.

⁷³⁸ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 23. José Vicente Lopes (*ob. cit.*, p. 47) afirma que este alto funcionário se chamava Lívio Reis Borges, certamente da família Reis Borges, de Santa Catarina, que havia protegido Juvenal Cabral na sua infância.

⁷³⁹ *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 38, 18 de Setembro de 1952, p. 465.

do Decreto-Lei n.º 34 107, de 13 de Novembro de 1944. O contrato celebrou-se no Ministério do Ultramar, a 24 de Julho de 1952, tendo sido visado pelo Tribunal de Contas, a 1 de Agosto⁷⁴⁰. O seu vencimento anual, pago em duodécimos, seria de 42 mil escudos. Nas vésperas da assinatura do contrato (18 de Julho de 1952), Amílcar pediu renovação do seu Bilhete de Identidade. Dois futuros médicos, companheiros de Amílcar Cabral (António Agostinho Neto e Hugo José Azancout de Menezes), foram os testemunhos⁷⁴¹.

Foi nas condições acima descritas que o novo engenheiro, depois de uma breve escala na Cidade da Praia, desembarcou em Bissau, a 21 de Setembro de 1952⁷⁴², tendo tomado posse do “lugar de engenheiro agrónomo de 2ª classe”⁷⁴³, na Repartição dos Serviços Agrícolas e Florestais, no dia seguinte. Seguiu-se-lhe a esposa, Maria Helena, então com 25 anos de idade, a 5 de Novembro de 1952⁷⁴⁴, e, pouco depois, parte da família de Amílcar Cabral, proveniente de Cabo Verde.

4. A luta legal e a consciencialização dos guineenses

4.1. A identificação com as massas e a reivindicação de reformas

Como já se disse, em 1951, o regime colonial português procedeu à “reforma” da Constituição e à revogação do Acto Colonial. Na sequência disso, a designação de “Império Colonial” cedeu lugar à de “Províncias Ultramarinas”. Desta maneira, Portugal continuava a defender o conceito de “unidade política e solidariedade económica de todos os territórios portugueses”, da “assimilação espiritual das populações não metropolitanas” e a ideia de que o ultramar fazia parte integrante do território português. O Estado Novo tentava, assim, desesperadamente, escapar aos princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas, designadamente no artigo 73º. Em 1956, quando foi pedido a Portugal para responder se possuía ou não territórios não autónomos, o Governo português respondeu que não tinha nenhum território com aquelas características.

⁷⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 465. Este contrato também será publicado no Diário do Governo, n.º 187, 2.ª série, de 8 de Agosto de 1952.

⁷⁴¹ *Vide*, sobre este assunto, José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 30.

⁷⁴² Um outro documento da PIDE assegura que Cabral desembarcou em Bissau no dia 20 de Setembro (IAN/TT – PIDE/DGS, processo 4415, “Maria Helena Ataíde Vilhena Rodrigues”, NT 7355, CI (2) SC, fl. 34).

⁷⁴³ ASRDNCV (Praia), Entrevista da Rádio Voz da Liberdade com Amílcar Cabral dirigindo algumas palavras aos Democratas e Progressistas Portugueses, 1966.

⁷⁴⁴ *Idem, ibidem*.

Foi, portanto, no rescaldo da alteração constitucional de 1951 que Amílcar Cabral desembarcou em Bissau.

A partida de Amílcar Cabral para África, não resistindo a uma tentação e atracção antigas (“a África atrai-me”, confidenciou, em numerosas ocasiões ao seu amigo e companheiro dos tempos da Guiné, Victor Robalo⁷⁴⁵) constituiu, também, baixa importante no CEA, que, naquele mesmo ano, viu partir a professora primária santomense, Alda Espírito Santo, para o seu território de origem. No ano seguinte (1953), a dispersão dos elementos dinamizadores do Centro continuou com a saída de Lisboa, com destino a França, do moçambicano Marcelino dos Santos e de um outro santomense, Guilherme do Espírito Santo. Em 1954, juntou-se-lhes o angolano Mário Pinto de Andrade.

Depois de acumular uma larga experiência, através de leituras e de contactos, Amílcar Cabral estava agora preparado para seguir o rumo que havia traçado enquanto estudante de Agronomia, isto é, cumprir uma missão em África. Os contactos e as experiências adquiridas em Portugal tinham-lhe permitido aprender as técnicas de trabalho com pequenos grupos, acompanhar de perto as actividades e projectos em curso em Angola, da iniciativa das organizações nacionalistas e cívicas daquela colónia, tais como: a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), a Comissão de Luta das Juventudes contra o Imperialismo Colonial em Angola⁷⁴⁶, e, nos primórdios dos anos 50, da Liga Nacional Angolana (LNA). Integravam a Liga os seguintes elementos: Viriato da Cruz, Higínio Aires, os irmãos Vandunen (Domingos e José Vieira), Joaquim Inácio dos Santos Torres e Fernando Torres e Sousa, entre outros. Recorde-se que Agostinho Neto chegou a ser convidado por Viriato da Cruz, para integrar a comissão organizadora da Liga, tendo Neto recusado, alegando que esta mantinha uma atitude passiva. Esta recusa de Neto levou Higínio Aires a deduzir que ela teria sido motivada pela “discordância” em relação à “colaboração que a Liga” vinha dando “ao Governo”⁷⁴⁷ de Angola. Mas, em resposta à longa carta de Higínio Aires, Agostinho Neto apontou as duas razões que o levaram a declinar o convite para ser delegado da LNA em Lisboa: a primeira, por não haver coincidência de pontos de vista com a LNA; a segunda, por causa da “colaboração” da Liga

⁷⁴⁵ Entrevista a Victor Robalo, Bissau, Outubro de 2002.

⁷⁴⁶ Em 1948, num documento impresso, esta Comissão havia fixado como objectivos a atingir os seguintes: “Utilizar as associações legais para desenvolver actividades destinadas à grande massa africana; reduzir as fronteiras entre angolanos civilizados e não civilizados; desenvolver uma campanha contra o analfabetismo; dar um sentido nacionalista às obras dos jovens talentosos; enfim fazer propaganda a favor da independência de Angola” (César Amândio, *ob. cit.*, p. 97).

⁷⁴⁷ Tal recusa vem assinalada em Carta de Higínio Aires a Agostinho Neto, datada de 22 de Setembro de 1951, ao referir-se à correspondência havida anteriormente entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz a que o Higínio teria tido acesso. In Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 602.

com o opressor”, o que para Neto era inaceitável, fosse quais fossem os argumentos invocados⁷⁴⁸. Em 1950, Amílcar Cabral havia tido conhecimento do resultado das diligências efectuadas por Lúcio Lara em Angola, que, a pedido de Mário de Andrade, tentou contactar, naquela província, com três “angolanos que desenvolviam as actividades de carácter patriótico e conspirativo”⁷⁴⁹ no quadro da ANANGOLA. Eram eles: Mário de Alcântara Monteiro, Costa Campos e Viriato da Cruz. Apesar dos esforços feitos, Lúcio Lara apenas conseguiu estabelecer contactos com os dois primeiros, na sequência dos quais Mário de Alcântara Monteiro se comprometeu a enviar, aos angolanos residentes em Lisboa, informações sobre as actividades que estavam a desenvolver. As prometidas informações só chegaram a Lisboa em 1951, com o título “Plano de Trabalho”⁷⁵⁰. Nele constavam, entre outras medidas a desenvolver, a alfabetização das massas indígenas, a assistência social, o saneamento, a assistência médica e a criação de escolas e bibliotecas⁷⁵¹. Este plano de trabalho deve ter tido grande repercussão nas actividades do CEA em Lisboa, na acção futura dos formandos africanos ligados ao centro, bem como junto dos elementos do Clube Marítimo Africano. Como já se disse, Amílcar Cabral tinha dado assistência intelectual e política aos operários e marítimos da zona de Alcântara, prosseguindo este tipo de actividade na Guiné. Nesta colónia contribuiria para o relançamento do movimento de consciencialização e, por conseguinte, para o levantamento das populações contra a política colonial portuguesa. De resto, chegou a declarar em Washington, em Fevereiro de 1970, que, entre 1950 a 1956, tentou convencer o Governo português de que era necessário mudar e que nessa altura nem se pensava na independência⁷⁵²:

We hoped in that moment to change, to have civil rights, to be man, not treated like animals in general, because the Portuguese divided us into two groups, the indigenous people and the *assimilado* people⁷⁵³.

Tudo o que se pretendia, segundo Cabral, era que os africanos deixassem de ser tratados como portugueses de segunda⁷⁵⁴. No ano anterior, no decurso do seminário de quadros de 1969, Cabral havia vincado que a sua ida para a Guiné tinha sido programada já “com a ideia de fazer alguma coisa, com a ideia de dar uma contribuição para

⁷⁴⁸ Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 608.

⁷⁴⁹ *Idem, ibidem*, pp. 44-45.

⁷⁵⁰ *Idem, ibidem*, pp. 49-52.

⁷⁵¹ Plano de trabalho de Mário de Alcântara Monteiro [dactilografado], in Lúcio Lara, *ob. cit.*, pp. 49-52.

⁷⁵² AMS, “Report on Portuguese Guinea and the Liberation Movement”, February 26, 1970”, 4343.002, im. 137.

⁷⁵³ *Idem, ibidem*, im. 137.

⁷⁵⁴ *Idem, ibidem*, im. 137.

levantar o povo, para lutar contra os tucas”⁷⁵⁵. Tais afirmações são mais ou menos coincidentes com as de Mário de Andrade, segundo as quais, quando Amílcar Cabral partiu para o seu território natal, já era “portador de uma visão colectiva: ele sabia que devia transmitir aos guineenses esta forma de tomada de consciência – *a consciencialização...*”⁷⁵⁶. Portanto, entre 1952 e 1955, Amílcar Cabral tudo fez para dar vida ao movimento de libertação⁷⁵⁷ na Guiné, aproveitando a oportunidade que agora tinha de conhecer o sistema de dominação colonial português. Para este conhecimento concorreu, tal como aconteceu aos líderes da revolução argelina⁷⁵⁸, a experiência social ou as vivências captadas no terreno.

De Cabo Verde conhecia, empiricamente, as situações de fome, de miséria, de sofrimento, o trabalho forçado para as roças de S. Tomé. Mas, da Guiné, Amílcar Cabral não conhecia muito em termos de vivência. Havia abandonado o país natal, como reiteradas vezes afirmámos, bastante novo. Se a similitude que Cabral encontrou entre as condições de vida das populações nas duas províncias conferiam à política colonial em relação a África e aos africanos, uma certa uniformidade, não deixava de haver entre elas diferenças do ponto de vista jurídico. Por exemplo, em 1953, era promulgada, como já se assinalou, a “Lei Orgânica do Ultramar Português (Lei n.º 2 066, de 27 de Junho)”, que regulamentava o estatuto político-administrativo do Ultramar e, no ano seguinte, o não menos célebre “Estatuto dos Indígenas” para as suas províncias da Guiné, Angola e Moçambique. De fora deste regime jurídico ficavam as ilhas (Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor). Se com a Lei Orgânica (mais tarde transformada em “Estatuto Jurídico-Administrativo da Guiné”, através do Decreto-Lei n.º 40 223, de 5 de Julho de 1955), o Governo colonial procurava sobretudo assegurar e legitimar o domínio *de jure*, o Estatuto dos Indígenas afigurava-se, para Amílcar Cabral, como uma legitimação da discriminação racial e uma afronta à dignidade do guineense, ao colocar 99,7% da população fora do estatuto de cidadania e do gozo de plenos direitos civis e políticos.

Logo, nos meses de Fevereiro, Abril e Maio de 1954, Amílcar Cabral confrontava-se com a publicação, no *Boletim Oficial da Guiné*, das primeiras listas “dos indígenas” a quem foram reconhecidos as “qualidades de cidadão” [isto é, de “civilizado”],

⁷⁵⁵ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 147.

⁷⁵⁶ Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a...* p. 98.

⁷⁵⁷ Amílcar Cabral, “Fifty years...”, p. 89.

⁷⁵⁸ William B. Quandt, *Revolution and Political Leadership: Algéria, 1954-1968*, Cambridge (Massachusetts): MIT Press, 1969, p. 19.

nos termos do Decreto-Lei n.º 1 364, de 1946”⁷⁵⁹. Nos anos 50, apenas 0,3% da população (entre europeus, mulatos e negros) se poderiam considerar “civilizada”, embora não lhe fosse reconhecida direitos políticos, nem liberdades fundamentais ou privilégios reservados a europeus. A população assimilada sofria, do ponto de vista social, uma discriminação que Cabral chegou a considerar “declarada ou dissimulada”⁷⁶⁰, que não a distinguia da maioria da população considerada “indígena”. Foram estas condições (segundo Cabral) de miséria, de racismo, de sofrimento, de opressão e de desprezo pelos africanos que criaram, desde muito cedo, um dilema, ou seja, a necessidade de uma clarificação ou definição da atitude a tomar: 1) adaptar-se ou acomodar-se e aceitar a dominação portuguesa tal como ela era e continuar a servir o colonialismo; 2) juntar-se ao povo e procurar os meios adequados para lutar pela sua libertação⁷⁶¹ a fim de pôr termo aos preconceitos e divisões fomentados pelo regime colonial. Como veremos mais adiante, a partir das próprias análises de Amílcar Cabral, este dilema era comum à pequena burguesia. Dividido que estava entre manter algum “privilégio” de que gozava no quadro da sociedade colonial, em virtude do seu nível cultural, ou perder esses “privilégios”, Amílcar Cabral, que já havia iniciado em Lisboa a autoreafricanização ou o “retorno as fontes”, optou por se juntar ao povo. O processo de tomada de consciência incidu objectivamente sobre dois aspectos: reivindicação dos direitos para as massas africanas, junto das autoridades coloniais, e consciencialização das populações.

Aproveitando-se da função de engenheiro agrónomo e da oportunidade que a realização de um recenseamento agrícola da Guiné⁷⁶² lhe proporcionava, foi publicando, entre 1953 e 1960, vários estudos de carácter científico e técnico⁷⁶³, que revelam que era já um jovem agrónomo com preocupações sociais, como bem o descreveu A. Teixeira da Mota em 1955:

Amílcar Cabral foi, na Guiné, segundo creio, o primeiro agrónomo a chamar a atenção para a importância dos sistemas agrícolas indígenas, na mesma altura em que nós

⁷⁵⁹ *Boletim Oficial da Guiné*, suplemento ao *Boletim Oficial da Guiné* n.º 6, 9 de Fevereiro de 1953, pp. 8-10; e *Boletim Oficial da Guiné* n.º 42, de 20 de Outubro de 1953, p. 43.

⁷⁶⁰ *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral...*, volume I, p. 61.

⁷⁶¹ ASRDNCV (Praia), entrevista de Amílcar Cabral à RTV francesa (1970).

⁷⁶² Vide “Recenseamento agrícola da Guiné. Estimativa em 1953”, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, 11 (43), 243 pp; e também *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*, Bissau, Instituto de Investigação Científica Tropical – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas –, 1988, pp. 291-443. Este recenseamento tinha sido encomendado ao Governo português pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) desde Dezembro de 1947.

⁷⁶³ Se se considerarem os trabalhos publicados sobre Cabo Verde, aquando das suas férias em 1949, e sobre Angola resultantes das investigações levadas a cabo naquele país, entre 1956 e 1959, facilmente o número total destes trabalhos chega a 60. Vide “Bibliografia Técnico-científica elaborada por F. Almeida Ribeiro”, in *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*, Bissau, Instituto de Investigação Científica Tropical – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1988, pp. 49-51.

próprios, por outro caminho, essencialmente geográfico, também salientámos a necessidade de estudar a fundo tais sistemas para que se possa fazer progredir a agricultura guineense ⁷⁶⁴.

O teor destes trabalhos sobre a agricultura guineense e os problemas de desenvolvimento que colocava, visavam, sobretudo, alertar o regime relativamente a esses problemas e consciencializar as massas na defesa dos seus interesses face às injustiças, discriminações e arbitrariedades a que estavam sujeitas. Cabral havia ficado entusiasmado com a viabilidade agrícola da Guiné, mas a falta de iniciativas por parte das autoridades coloniais não contribuía para o seu desenvolvimento. Nos estudos de carácter técnico, Cabral relevava, entre outras, sobretudo duas preocupações: o atraso das populações nativas que, inclusive, se reflectia nas principais dificuldades encontradas na obtenção de respostas adequadas “aos inquéritos comuns ao recenseamento agrícola”⁷⁶⁵; o atraso da agricultura tradicional, o problema da erosão, a prática da monocultura do amendoim (*mancarra*) por parte das grandes companhias coloniais, viradas para a exportação, com todas as suas consequências a nível do empobrecimento do solo, da erosão e para a agricultura tradicional, sobretudo no que concerne, como assinalou, à “baixa produção, aumento das áreas das queimadas, redução das áreas e dos períodos de pousio, intensificação dos fenómenos erosivos, etc.”⁷⁶⁶.

Como solução para o problema da erosão, Cabral sustentava que este era mais sócio-económico do que propriamente técnico⁷⁶⁷, uma conclusão similar aos trabalhos que havia publicado em Cabo Verde, aquando das suas férias em 1949. Cabral retomava assim, na Guiné, um tema que o atraía desde os seus tempos do Instituto Superior de Agronomia (ISA) em Lisboa, um contributo que, como já se referiu, não deixou de ser registado positivamente por A. Teixeira da Mota⁷⁶⁸, numa conferência proferida no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (CEGP), no dia 4 de Maio de 1955, em homenagem ao Presidente da República, Francisco Higino Craveiro Lopes, que se encontrava de visita à Guiné. Naquela ocasião, Cabral já tinha abandonado a então província portuguesa no mês de Março.

⁷⁶⁴ A. Teixeira da Mota, “O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. História e perspectivas”, *BCGP*, vol. X, n.º 40, Bissau, Outubro de 1955, p. 649.

⁷⁶⁵ Maria Helena Cabral e Amílcar Lopes Cabral, “Breves notas acerca da razão de ser, Objectivos e Processo de Execução do Recenseamento Agrícola da Guiné”, *BCGP*, volume IX, n.º 33, Bissau, Janeiro de 1954, p. 198.

⁷⁶⁶ Amílcar Cabral, “Queimadas e Pousios na circunscrição de Fulacunda em 1953”, *BCGP*, volume IX, n.º 35, Bissau, Julho de 1954, p. 629.

⁷⁶⁷ Amílcar Cabral, “Para o conhecimento do problema da erosão do solo na Guiné”, *BCGP*, volume IX, n.º 33, Bissau, Janeiro de 1954, p. 190.

⁷⁶⁸ A. Teixeira da Mota, “O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. História e perspectivas”, *BCGP*, volume X, n.º 40, Bissau, Outubro de 1955, p. 649.

Amílcar voltou a atacar a prática da monocultura, por ser contrária ao desenvolvimento da agricultura tradicional, no artigo “Acerca da utilização da terra na África Negra”, na linha de um outro trabalho que havia servido de tema de uma das suas primeiras palestras, proferida em 1951, no âmbito dos seminários do CEA⁷⁶⁹.

Ao colocar de parte a cultura da *mancarra*, cujos benefícios se destinavam fundamentalmente às grandes companhias coloniais, Amílcar Cabral dava prioridade à cultura do arroz, praticada essencialmente pelos balantas, como sendo a mais importante para a melhoria das condições de vida das populações⁷⁷⁰. Desta maneira chamava a atenção das autoridades para a relevância da agricultura tradicional, para o desenvolvimento e progresso do qual chegou a propor, num artigo publicado na revista *Agros*, em 1959, seis medidas em nome da ética profissional e da elevação do nível de vida dos camponeses. Eram elas:

- a) Estabelecer, com base nas tradições locais, uma estrutura agrária compatível com o desenvolvimento progressivo das populações; b) Aumentar o número de técnicos agrícolas competentes e fomentar o acesso dos guineenses ao ensino técnico agrícola, em particular e à instrução em geral; c) organizar os serviços Agrícolas, de molde a poder exercer uma actividade eficiente, na investigação, na experimentação e na assistência técnica ao agricultor; d) Desenvolver em bases científicas a exploração de culturas de grande rendimento e tirar delas a maior produção por unidade de superfície, já pela melhoria das técnicas indígenas já pela introdução de novas técnicas adaptáveis ou adaptadas às condições do meio; e) Valorizar os produtos da agricultura, atribuindo-lhes, no mercado, preços compensadores, mas principalmente pela instalação local de indústrias transformadoras; f) Aumentar significativamente os rendimentos das áreas hoje cultivadas, fomentar o alargamento dessas áreas até aos limites compatíveis com as condições e as necessidades do meio⁷⁷¹.

No mesmo artigo, Cabral caracterizava a agricultura guineense como apresentando duas “fácies”: a afro-negra e a de ser uma parcela do ultramar português que, para além das interdependências, gerava também conflitos com reflexos na debilidade económica da agricultura indígena e na destruição progressiva dos solos⁷⁷².

Paralelamente às suas propostas reivindicativas do ponto de vista social e agrícola, como já se disse, havia que destacar a acção de consciencialização levada a cabo junto das populações, aproveitando-se das deambulações pela “província” que a realiza-

⁷⁶⁹ “Sistemas de culturas característicos do Negro – Africano. Vantagens e desvantagens do sistema itinerante” (Vide Mário de Andrade, *Essaie de biographie politique...*, p. 43.

⁷⁷⁰ Vide John Mculloch, *In the Twilight of the Revolution. The Political Theory of Amilcar Cabral*, first published, London, Routledge & Kegan Paul, 1983, pp. 37-41.

⁷⁷¹ *Agros*, n.º 4, Ano XIII, edição e propriedade da Associação dos Estudantes de Agronomia, número especial dedicado ao Ultramar, Lisboa, 1959, p. 349.

⁷⁷² *Idem, ibidem*, p. 340.

ção do recenseamento exigia. Em Bissau, no âmbito deste processo de consciencialização, Amílcar Cabral criou grupos de trabalho na Granja do Pessubé⁷⁷³ e em dois importantes bairros da capital (Chão de Papel e Pelon). Neste último bairro chegou mesmo a arrendar uma casa destinada a fazer reuniões e onde, alegadamente, se preparou uma conjura para assassinar o então Governador de S. Tomé e Príncipe, o coronel de artilharia, Carlos de Sousa Gorgulho, caso fosse transferido para a Guiné, conforme se rumorejava, na sequência do massacre de Batepá, em 1953⁷⁷⁴. Amílcar Cabral tentava assim reunir as camadas mais conscientes e mantê-las informadas da conjuntura que se vivia nas outras colónias portuguesas e nos outros territórios africanos. Victor Robalo, um dos amigos e companheiros de Amílcar Cabral, afirmava o seguinte, a propósito das movimentações políticas de Cabral em Bissau para constituir um grupo de gente de confiança e das dificuldades com que se deparou:

O Amílcar queria arranjar uma organização com pequena gente à roda do Pessubé. Mas, era gente pequenina sem qualquer formação. Acabou por convencer-se que não podia tratar com eles⁷⁷⁵.

A fazer fé nas informações de Oleg Ignatiev, no âmbito das actividades de uma organização desportiva que teve existência curta, o “Clube Desportivo”, Amílcar Cabral teria ainda dado aulas de alfabetização aos operários de Pessubé⁷⁷⁶ e às crianças, numa das salas do então museu de Bissau⁷⁷⁷.

Ainda no domínio das preocupações sociais, Amílcar tentou acabar, junto das autoridades portuguesas, com o que considerava abuso, discriminação e humilhação perpetrados contra as populações⁷⁷⁸. A ideia era conseguir que os africanos tivessem acesso a funções administrativas, melhorias na sua situação social e salarial⁷⁷⁹.

Além destas intervenções, outro dos assuntos que mereceram alguma atenção da nossa parte foram as ligações políticas que o futuro líder dos povos da Guiné e de Cabo Verde estabeleceu, à sua chegada a Bissau, em 1952, nomeadamente com Sofia Pomba

⁷⁷³ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 148.

⁷⁷⁴ *Idem, ibidem*; e também Mário de Andrade, Amílcar Cabral. *Essai de biographie politique...*, pp. 47-48. Gorgulho foi nomeado Governador de S. Tomé e Príncipe, a 10 de Abril de 1945.

⁷⁷⁵ Entrevista a Víctor Robalo, Bissau, Outubro de 2002.

⁷⁷⁶ Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral*, Moscovo, Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, 1990, p. 18.

⁷⁷⁷ Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral Filho de África. Narração Biográfica*, Lisboa, Prelo, 1975, capítulos VI e VII, pp. 74-77.

⁷⁷⁸ AMS, “Action Parti”, [04. PAI/PAIGC]. Relat./Direct. Pasta 4602026, im. 1.

⁷⁷⁹ *Idem, ibidem*, im. 2.

Guerra, “uma militante antifascista” expulsa de Moçambique em 1949⁷⁸⁰, e que em Bissau liderava um “grupo antifascista”, certamente vinculado ao sector ultramarino do PCP ou do MUD/juvenil. Nas eleições presidenciais de 1951, em que participou o candidato proposto pela União Nacional, Craveiro Lopes, e pela oposição, Quintão Meireles e Ruy Luís Gomes, nas eleições legislativas de 1953 e, novamente, nas presidências de 1958, o grupo que integrava Aristides Pereira⁷⁸¹, Fernando Fortes, Abílio Duarte e Luís Cabral, teria feito campanha em Bissau a favor dos candidatos da oposição⁷⁸², sob a coordenação de Sofia Pomba Guerra⁷⁸³. Foi no seio deste grupo que, de acordo com Luís Cabral, se ensaiou e se apresentou o primeiro teatro nacionalista, com recitais de poesia⁷⁸⁴.

O próprio Amílcar Cabral referiu-se ao papel desta “lutadora antifascista” no lançamento do nacionalismo guineense, no seminário de quadros de 1969:

Uma pessoa que teve influência no trabalho do nosso partido, em Bissau, foi uma portuguesa (...) Ao Osvaldo, a primeira pessoa que lhe ensinou coisas para a luta foi ela, não fui eu. Eu não conhecia o Osvaldo⁷⁸⁵.

Como admitiram Victor Robalo⁷⁸⁶, Luís Cabral, Aristides Pereira⁷⁸⁷ e Maria Helena Vilhena, foi com ela que o casal Cabral conviveu desde que chegou a Bissau em 1952. Foram da primeira esposa de Cabral as seguintes palavras:

De uma maneira geral encontrávamo-nos muito era com a Sofia Pomba Guerra, uma portuguesa de valor, farmacêutica, que tinha ido, para a Guiné, exilada política! Constatámos um grupo que era uma espécie de tertúlia cultural⁷⁸⁸.

⁷⁸⁰ Desterrada para a Guiné, em 1952, pediu autorização à Repartição Central dos Serviços da Administração Civil, Secção de Fiscalização das Indústrias, para a instalação e exploração de um Laboratório de Indústria Farmacêutica⁷⁸⁰, num prédio situado na antiga rua Dr. Oliveira Salazar, confrontado com os prédios de Mário Lima, Mário Sábado Barros e António Teixeira (*Boletim Oficial da Guiné*, nº 48, de 27 de Novembro de 1952, p. 594).

⁷⁸¹ Aristides Maria Pereira já se encontrava na Guiné desde Outubro de 1948. Terá sido exonerado das suas funções de radiotelegrafista por substituição no dia 1 de Outubro de 1953 (*Boletim Oficial da Guiné*, nº 41, 8 de Outubro de 1953, p. 538) e em 17 de Dezembro de 1953 obteve 180 dias de licença graciosa para gozar na metrópole (*Boletim Oficial da Guiné*, nº 51, p. 666). A 4 de Janeiro de 1954, foi promovido a radiotelegrafista de 3.ª classe (*Boletim Oficial da Guiné*, nº 5, 4 de Janeiro de 1954, p. 58), tendo tomado posse um mês mais tarde a 4 de Fevereiro (*Boletim Oficial da Guiné*, nº 7, 18 de Fevereiro de 1954, p. 84). Parece que pouco depois terá sido transferido para Bafatá donde, a 4 de Junho daquele ano, foi exonerado por ter de seguir de licença graciosa (*Boletim Oficial da Guiné*, nº 24, 18 de Junho de 1954, p. 286).

⁷⁸² Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 84.

⁷⁸³ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 39.

⁷⁸⁴ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 40.

⁷⁸⁵ *Apud* Dalila, *ob. cit.*, p. 82.

⁷⁸⁶ Entrevista a Victor Robalo, Bissau, Outubro de 2002.

⁷⁸⁷ Entrevista a Aristides Pereira, Praia (Cabo Verde), Abril de 2003.

⁷⁸⁸ António Duarte, “Retrato do fundador do PAIGC. Amílcar Cabral visto pela viúva”, *História*, nº 61, Lisboa, Novembro 1983, p. 19.

É até muito provável que Cabral já trouxesse indicações sobre ela do círculo de Lisboa do MUD/Juvenil e até do PCP. Ouçamos Aristides Pereira:

O Amílcar quando veio de Lisboa já sabia da existência dessa senhora na Guiné, porque quando chegou procurou contactá-la e até como uma pessoa que sabia que ela mantinha contactos com os jovens de Bissau⁷⁸⁹.

Aristides assegura ainda que foi por intermédio da Sofia Pomba Guerra que conheceu Amílcar Cabral, dois anos mais tarde, em 1954.

O “grupo antifascista” de Bissau era muito influenciado pela ideologia vigente nos países do Leste e também pelos acontecimentos políticos que então tinham lugar no continente africano, designadamente nos territórios vizinhos (Senegal e Guiné-Conakry). De acordo com Luís Cabral, a consciencialização dos jovens africanos era feita através de leituras de obras do escritor brasileiro Jorge Amado, de literatura comunista, nomeadamente de revistas editadas nos países de Leste, ou do jornal *Avante* do PCP, de escuta de emissoras africanas ou dos países socialistas. E sublinha:

Nunca perdíamos uma ocasião para nos informarmos sobre o que se passava no mundo, para também nos alegrarmos com as conquistas da luta dos povos oprimidos e precisarmos os sonhos que com tanta insistência enchiam os nossos espíritos já imbuídos de revolta⁷⁹⁰.

Neste trabalho “antifascista” encontrava-se também Fausto Correia, que foi quem acabou por ajudar Luís Cabral a escapar da Guiné para o Senegal, em 1960. Mas, a eleição de uma via africana de combate fez com que Amílcar Cabral cedo questionasse o envolvimento directo dos jovens africanos de Bissau “na luta antifascista”, sobretudo nas condições em que ela se vinha desenvolvendo. Aristides Pereira é da opinião que, quando chegou à Guiné, em 1952, Cabral já pensava na independência do país⁷⁹¹. Em 1977, Luís Cabral assegurou a Chilcote que, apenas em 1954-55, o irmão tê-lo-ia feito ver que a luta não era apenas contra o fascismo “e que não podiam condicionar a independência àqueles que se opunham ao fascismo em Portugal”. De acordo com Luís Cabral, o meio-irmão não tinha dúvidas que deviam lutar contra o colonialismo e contra o fascismo, mas que a sua luta devia ser “essencialmente dirigida contra o colonialismo”⁷⁹².

⁷⁸⁹ Entrevista a Aristides Pereira, Praia, Abril de 2003.

⁷⁹⁰ Luís Cabral, *Crónica da Libertação*... pp. 38-39.

⁷⁹¹ Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 84.

⁷⁹² Ronald H. Chilcote, “Guinea-Bissau’s Struggle: Past and present”, *Africa Today*, volume 24, n.º 1,

A confirmarem-se, de facto, estas declarações de Luís Cabral e de Aristides Pereira, poder-se-ia deduzir que Cabral separou, desde o princípio, o enquadramento dos africanos no grupo “antifascista” chefiado por Sofia Pomba Guerra, do envolvimento na luta anticolonialista. Repare-se que o ano apontado por Luís Cabral (1954-1955) está muito próximo das tentativas de separação organizacional com o MUD/Juvenil – e logo do PCP – em 1953, na sequência dos acontecimentos de Bucareste. Trata-se, pois, de um lento processo que os africanos na diáspora haviam iniciado em 1949, e que atravessou a institucionalização e o funcionamento, durante pelo menos três anos (1951 a 1954), do CEA. Amílcar atribuía por inteiro aos “democratas portugueses” a responsabilidade pela “luta antifascista”, e aos africanos pela luta anticolonialista, o que não comprometia de todo o dever de solidariedade e de colaboração necessário entre ambos.

Em Setembro de 1959, aquando da sua passagem por Bissau, Cabral voltou a insistir na separação das duas lutas, ao constatar que, em lugar de fazerem o seu próprio caminho, os jovens que colaboravam com Sofia Pomba Guerra continuavam ligados às actividades do “grupo antifascista”.

4.2. A frustrada criação do Clube Desportivo em Bissau

Impossibilitado de lidar com o pequeno grupo de Pessubé, do Pelon e do Chão de Papel, Cabral tentou, em vão, criar um Clube Desportivo em Bissau, conforme o próprio confirma num documento enviado ao Comité Especial das Nações Unidas para os Territórios Administrados por Portugal, em Junho de 1962⁷⁹³.

Pensamos que a criação do referido clube deve ter sido posterior a 16 de Junho de 1954, data em que o Governador Diogo de Mello Alvim nomeou Amílcar Cabral como vogal e membro residente da Comissão Executiva do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa⁷⁹⁴, em funcionamento desde Abril de 1951. Ou, pelo menos, os Estatutos do clube devem ter sido enviados para a apreciação e eventual aprovação, por parte das autoridades coloniais, depois desta data. Se não (esta é a nossa convicção), Amílcar Cabral nunca teria sido nomeado para aquele lugar.

O jovem agrónomo estava ciente da capacidade mobilizadora do desporto, fruto da experiência adquirida dos tempos do Mindelo. Lembramos que chegou a ser, no

New York, 1977, p. 32.

⁷⁹³ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [CI2] NT 2675, “Le Peuple de la Guiné « Portuguesa » devant l’Organisation des Nations Unies. Déclaration du Secrétaire Générale du PAIGC Ingénieur Amílcar Cabral, présenté au Comité Spécial de l’ONU pour les territoires administrés par le Portugal, juin 1962, pasta 1, fl. 29.

⁷⁹⁴ *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 25, de 24 de Junho 1954, p. 294.

Liceu Gil Eanes, um dos principais dinamizadores de actividades desportivas e, em 1943, por proposta do meio-irmão, Ivo de Carvalho Silva, tornou-se sócio da Associação Académica do Mindelo (AAM)⁷⁹⁵, jogador de futebol e mesmo dirigente desportivo. A paixão pelo futebol teve continuidade em Portugal, onde chegou a integrar a equipa de futebol do Instituto Superior de Agronomia (ISA) de Lisboa⁷⁹⁶.

Ponderando estas experiências e também as adquiridas, sobretudo na Guiné, onde, nos anos 50, acompanhou o desenvolvimento de várias formações desportivas, tendo sido inclusivamente dirigente do Benfica de Bissau⁷⁹⁷, e o facto de não serem admitidas, por lei, instituições de natureza política, para além das regedorias indígenas⁷⁹⁸, optou pela criação de uma agremiação desportiva. Para tal, aproveitou-se do grande entusiasmo que o desporto, designadamente o futebol⁷⁹⁹, concitava, com o propósito de elevar a consciência política dos jovens da capital⁸⁰⁰. Para a consecução deste projecto, Cabral apoiou-se, de acordo com Aristides Pereira, na pequena burguesia local, que integrava nomes como Martinho Gomes Ramos (empregado da Gouveia), Isidoro Ramos, João Vaz (ajudante de mecânico), Elisée Turpin (empregado da firma SCOA⁸⁰¹), José Maria Davyes, Godofredo Vermão de Sousa (professor primário), Crates Nunes (carpinteiro), Estêvão da Silva (alfaiate)⁸⁰² e Victor Robalo (proprietário de terras em Bijimita, arredores de Bissau). Este último testemunha as diligências feitas neste sentido: “arranjámos um clube aqui, que funcionou. Na altura de apresentar os Estatutos tudo foi por água abaixo”⁸⁰³.

Nesse clube, de acordo com um documento da PIDE, “não deveriam ser admitidos europeus e caboverdeanos”⁸⁰⁴, mas apenas guineenses de qualquer condição social (isto é, “índigenas” e “civilizados”).

Talvez a ideia, que até aqui se tem defendido, de que o clube era destinado a guineenses e cabo-verdianos, como o próprio venceu, numa declaração efectuada peran-

⁷⁹⁵ Antero Barros, “Discurso proferido na sessão comemorativa do 50.º aniversário da Associação Académica do Mindelo”, [dactilografado], S. Vicente, 1 de Abril de 1990, fl. 10, cuja cópia nos foi facultada pelo próprio Dr. Antero Barros, actual Presidente do Comité Olímpico de Cabo Verde, a quem, desde já, muito agradecemos a colaboração prestada aquando da nossa estadia em Cabo Verde; e também Associação Académica do Mindelo, proposta para sócio (*vide* Apêndice documental, doc. nº 46).

⁷⁹⁶ *Vide* Figura 12 no Anexo II – Galeria de Imagens.

⁷⁹⁷ *Vide* Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 30.

⁷⁹⁸ *Vide* Decreto-Lei n.º 39 666, de 20 de Maio de 1954, Capítulo. II, Secção I, artigos 7.º e 8.º, in *Boletim Oficial da Guiné* n.º 16, 9 de Setembro de 1954, p. 42.

⁷⁹⁹ Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 77.

⁸⁰⁰ Amílcar Cabral, “Guinea: el poder de las armas”..., p. 8.

⁸⁰¹ Société Commercial Ouest Africain.

⁸⁰² Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 114.

⁸⁰³ Entrevista a Víctor Robalo, Bissau, Outubro de 2002.

⁸⁰⁴ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 463 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Informação Confidencial – Rafael Paula Gomes Barbosa, 8/9/69, pasta 2.

te o Comité das Nações Unidas em 1962⁸⁰⁵, como que tentando justificar uma certa historicidade do seu projecto de unidade Guiné e Cabo Verde, no contexto específico que acabamos de referir (isto é, 1954), não tivesse ainda algum sentido. O projecto de unir guineenses e cabo-verdianos nasceria no quadro do MAC, em 1959. E há duas razões que nos levam a pensar assim. A primeira, tem a ver com o facto de, na única “Relação” de indivíduos residentes na província, considerados “desafectos” ao actual regime político e conhecidos como “racistas destacados”, pela delegação da PSP de Bissau, apenas figurarem os naturais da Guiné. Nesta “Relação” – anexa a um ofício confidencial, datado de 20 de Junho de 1956⁸⁰⁶ – quase todos os indivíduos que nela constavam tinham integrado o Clube Desportivo, “superiormente” orientado “pelo engenheiro Amílcar Cabral”. Eram eles: Carlos António da Silva Semedo Júnior, estudante; João Vaz, ajudante de mecânico; Ricardo Teixeira, ajudante de mecânico; Pedro Mendes Pereira, enfermeiro de 1.^a Classe do quadro dos serviços de saúde; Inácio Carvalho Alvarenga, carpinteiro; Paulo Martins, carpinteiro; Julião Júlio Correia, carpinteiro; Martinho Gomes Ramos, empregado de escritório da firma “Gouveia”; Victor Fernandes, empregado de escritório da firma “SCOA”, e Bernardo Máximo Vieira, empregado comercial. Como se vê, quase todos eles eram, de facto, como sugere Luís Cabral, “pequenos e médios funcionários e empregados das estruturas económicas e administrativas coloniais”⁸⁰⁷. Aquando das eleições para o Conselho de Governo da Província, realizadas em 1956, a maioria dos nomes atrás referidos tinham apoiado os três “candidatos da oposição” (Benjamim Correia, Armando António Pereira e Carlos Medeiros Barbosa)⁸⁰⁸ que a elas se tinham apresentado. Quase todos haviam integrado o Clube Desportivo criado por Amílcar Cabral, cujo número, de acordo com Victor Robalo, ultrapassava de longe a meia centena. A segunda razão que nos leva a defender a tese de que o clube se destinava exclusivamente aos guineense, é o facto de não o ter integrado nenhum elemento cabo-verdiano, dos que já identificámos como activistas ligados ao grupo da Sofia Pomba Guerra. Até à data, pelo menos, nenhum deles manifestou ter feito parte do referido clube. Também não se constata a presença de outros quadros cabo-verdianos que viviam e trabalhavam na Guiné. Daí que sejamos de opinião que a ideia de Cabral era a de preparar os naturais da Guiné para assumirem eles mesmos a

⁸⁰⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [CI2] NT 2675, “Le Peuple de la Guiné « Portuguesa » devant l’Organisation des Nations Unies. Déclaration du Secrétaire Générale du PAIGC Ingénieur Amílcar Cabral, présenté au Comité Spécial de l’ONU pour les territoires administrés par le Portugal, juin 1962, pasta 1, fl. 29.

⁸⁰⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, processo nº 3589, “Gastão Segny júnior”, SC, CI (2), NT 7284, fl. 119.

⁸⁰⁷ Luís Cabral, *Crónica de Libertação*, Lisboa, O Jornal, 1984, p. 32.

⁸⁰⁸ *Idem ibidem*, fl. 120.

condução do processo de reivindicação dos seus direitos. Talvez por este mesmo motivo, não quis ser, no início, como confirma Victor Robalo, um dos subscritores do projecto de Estatutos, o que acabou por fazer devido à pressão dos restantes companheiros.

Repare-se que a ideia de Amílcar Cabral, de criar um clube e de excluir os elementos europeus e cabo-verdianos, surgia numa altura em que começaram a ser divulgadas as primeiras listas de “indígenas” que passavam à categoria de “civilizados”, depois da aprovação do célebre “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique” (Decreto-Lei n.º 39 666, de 20 de Maio de 1954)⁸⁰⁹. No seu artigo 2º definia-se de seguinte modo a categoria de “indígenas”:

Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuíam ainda ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses⁸¹⁰.

Para a passagem ao estatuto de “cidadão” (além das condições especiais admitidas pelo artigo 60º⁸¹¹), era necessárias preencher, de acordo com o artigo 56º do referido Decreto-Lei, os subsequentes requisitos: a) Ter mais de 18 anos; b) Falar correctamente a língua portuguesa; c) Exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim; d) Ter bom comportamento e ter adquirido a instrução e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses; e) Não ter sido notado como refractário ao serviço militar nem desertor.

Só haveria dispensa destes requisitos quando o candidato tivesse prestado “distintos e relevantes” serviços à “Pátria portuguesa”.

Talvez, em resposta à injustiça desta tendência assimilacionista levada a cabo pelo Estado Novo, Amílcar Cabral tivesse deliberadamente decidido abrir o clube a “indígenas” e “civilizados” guineenses. A ideia era a de, à semelhança do que preconizava a Comissão de Luta da Juventude contra o Imperialismo Colonial em Angola⁸¹², esbater as diferenças que o regime procurava cimentar entre eles. Cabral opunha-se assim à separação entre “assimilados” e “não-assimilados”, “indígenas” e “não-

⁸⁰⁹ Este Estatuto foi revogado a 6 de Setembro de 1961, pelo não menos célebre Decreto-Lei n.º 43 893⁸⁰⁹.

⁸¹⁰ Vide o Decreto-Lei n.º 39 666, de 20 de Maio de 1954, capítulo I, artigo 2.º, in *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 36, 9 de Setembro de 1954, pp. 421-427.

⁸¹¹ “a) Exercer ou ter exercido cargo público, por nomeação ou contrato; b) Fazer ou ter feito parte de corpos administrativos; c) Possuir o 1º ciclo dos liceus ou habilitação literária equivalente; d) Ser comerciante matriculado, sócio de sociedade comercial, exceptuadas as anónimas ou em comandita por acções, ou proprietário de estabelecimento industrial que funcione legalmente”.

⁸¹² Vide Amândio César, *ob. cit.*, p. 97.

indígenas”, naturais da Guiné, num mesmo clube. As suas diligências fizeram com que as autoridades coloniais suspeitassem, nas palavras do agente da PIDE, Santos Pereira, dos “propósitos do seu mentor”: “«Lançar as bases duma organização de nativos irmandando-os na mesma fé e nos mesmos destinos»”⁸¹³.

Como se deixa antever, num documento que acompanha o ofício secreto n.º 41/63-S.R., de 21/1/63, da subdelegação da Guiné daquela polícia política, intitulado “Apontamentos sobre a política da Guiné portuguesa e territórios vizinhos”, elaborado em Bissau, a 17 de Janeiro de 1963, o Clube Desportivo deveria ser reservado exclusivamente, aos naturais e devia ter uma biblioteca destinada à elevação do nível cultural dos seus associados⁸¹⁴. Várias reuniões e bailes teriam sido organizados no bairro do Chão de Papel para a recolha de fundos para os fins em vista, que eram, para além da elevação do nível cultural, como já se disse, a reivindicação política, na fase ulterior. Neste sentido, o caminho que o Clube Desportivo iria seguir na Guiné, onde não era conhecido qualquer movimento nativista legal⁸¹⁵, devia ser em tudo semelhante ao que, em 1951, perseguia a Liga Nacional Angolana (LNA). Naquele ano, Higínio Machado (sobrinho de Humberto Machado) afirmava, em carta a Agostinho Neto, então estudante de Medicina em Lisboa, que “mais tarde a Liga” teria “forçosamente que desaparecer, para dar lugar a um partido político, ou terrorista”⁸¹⁶.

A recolha de fundos, derivados também da cotização dos membros, preveniria a colaboração com o Governo colonial da Guiné e permitiria a sobrevivência da agremiação desportiva autonomamente.

Por vezes, já se colocou a hipótese da participação de Rafael Barbosa, futuro aliado de Amílcar Cabral na organização do PAI/PAIGC, na criação do Clube Desportivo, o que nenhum outro documento confirma, exceptuando uma informação confidencial existente no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Na referida informação assinala-se (erradamente, é claro) o seguinte, em relação ao envolvimento de Rafael Barbosa, ao lado de Amílcar Cabral, na fundação do clube:

⁸¹³ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Apontamentos sobre a política da Guiné portuguesa e territórios vizinhos, Secreto, elaborado por Costa Pereira, Bissau, 17 de Janeiro de 1963, fl. 292.

⁸¹⁴ *Idem, ibidem*, fl. 292.

⁸¹⁵ O único movimento legal conhecido até à sua ilegalização, em 1915, foi a Liga Guineense fundada em 1910, por Manuel de Carvalho, Fortunato Lopes, Raimundo Ledo Pontes, Lourenço Gomes, António dos Santos Teixeira, Manuel Gomes Barbosa, Augusto Domingos da Costa e Victor Francisco Robalo.

⁸¹⁶ Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 604.

Entre os elementos que já nessa altura se reuniam com Amílcar Cabral para efeitos de criação dessa «associação» a que muitos chamaram «club», contava-se Rafael Paula Gomes Barbosa⁸¹⁷.

Porém, este confirmou-nos em Bissau que nunca esteve envolvido na criação do clube.

Apesar de todas as diligências feitas, os “Estatutos do Clube Desportivo” não seriam aprovados pelas autoridades administrativas portuguesas, alegadamente porque, como assinalou o próprio Amílcar Cabral, “inseriam uma cláusula segundo a qual os indígenas podiam ser admitidos na associação, o que, segundo as mesmas autoridades, era ilegal”⁸¹⁸, e também por denúncia e traição de alguns dos seus membros⁸¹⁹. Por detrás dessa denúncia ficaram registados os nomes de João Vaz e José Maria Dayves. O próprio Amílcar afirmava o seguinte a propósito da alegada “traição” do primeiro, em Novembro de 1969: “o João Vaz foi quem denunciou o grupo do chão dos papéis, e denunciou-me a mim mesmo”⁸²⁰.

Contudo, Elisée Turpin afirma que a denúncia teria partido de alguém ligado aos serviços florestais e não de João Vaz. Para Victor Robalo, a questão da não aprovação dos “Estatutos” foi bem mais complexa:

Fomos escolhidos eu e mais o João Rosa para irmos reclamar a razão dos nossos Estatutos não serem publicados. Foi ali que ficámos surpreendidos. Funcionava uma 5.^a coluna dos tugas aqui em Bissau⁸²¹.

Ainda assim, de acordo com o agente da PIDE, Costa Pereira, só a iniciativa da criação do clube foi suficiente para promover “entre os nativos a ideia de uma união entre todos”⁸²².

Ao ser ilegalizado, o Clube Desportivo, não chegou a cumprir os objectivos para os quais havia sido fundado, embora se saiba, por intermédio de Victor Robalo, um dos

⁸¹⁷ AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 463 PAA “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV” – Informação Confidencial. Rafael Paula Gomes Barbosa de 8/9/69, pasta n.º 2.

⁸¹⁸ “As Leis portuguesas de dominação colonial”, in *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e luta*, 2ª edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 78.

⁸¹⁹ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 148.

⁸²⁰ *Idem, ibidem*, im. 148.

⁸²¹ Entrevista a Víctor Robalo, Bissau, 2002.

⁸²² IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, PAIGC, SC, SR, “Apontamentos sobre a política da Guiné portuguesa e territórios vizinhos, Secreto, elaborado por Costa Pereira, Bissau, 17 de Janeiro de 1963, fl. 292.

subscritores dos Estatutos e um dos elementos activos do clube, que teria funcionado por muito pouco tempo, até à proibição decretada pelas autoridades.

Amílcar Cabral chegou a relevar, anos mais tarde (1969), o aspecto positivo das autoridades não terem sancionado o clube, afirmando, em entrevista a *Tricontinental*, que tal facto “demonstrou às amplas massas” da juventude guineense, “que estavam muito entusiasmadas com a ideia, que, sob a domínio português, tudo estava proibido aos africanos”⁸²³.

Num discurso pronunciado nas Nações Unidas, em 1962, assinalou que, face à proibição das autoridades portuguesas, funcionários e empregados de comércio guineenses e cabo-verdianos começaram a mobilizar secretamente os trabalhadores de Bissau para a constituição do movimento para a independência nacional da Guiné «portuguesa»⁸²⁴, julgando alguns autores tratar-se de um movimento formal com a designação de MING.

4.3. A alegada fundação do MING por Amílcar Cabral

Em 1955, teria sido alegadamente criado (clandestinamente é claro) em Bissau, e dissolvido pouco depois, o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING), sobre o qual muito pouco ou nada se sabe. Luís Fernando Dias Correia da Cruz afirmou, numa interpretação marxista, que o referido movimento teria “ampliado a orientação política até então seguida”, aliciando para isso a classe média mestiça e nativa, os intelectuais e o proletariado⁸²⁵. A fundação deste movimento foi atribuída por alguns autores a Amílcar Cabral e, por outros, a Rafael Barbosa. Por exemplo, para Óscar Oramas, a fundação do MING, constituído essencialmente por intelectuais e assalariados⁸²⁶, deveu-se a Rafael Barbosa, tendo sido Amílcar Cabral a juntar-se ao movimento. Aquele autor assinala que integravam ainda esta alegada organização política clandestina, o técnico agrícola e companheiro de Cabral na Granja do Pessubé, Júlio Almeida, Fernando Fortes (funcionário da CTT), Aristides Pereira (igualmente funcionário da CTT) e Abílio Duarte (funcionário do Banco Nacional Ultramarino).

⁸²³ Amílcar Cabral, “Guinea: el poder de las armas”, *Tricontinental*, Havana (Cuba), 12 Março-Juño de 1969, p. 8.

⁸²⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [CI2], NT 2675, “Le Peuple de la Guiné « Portuguesa » devant l’Organisation des Nations Unies. Déclaration du Secrétaire Générale du PAIGC Ingénieur Amílcar Cabral, présenté au Comité Spécial de l’ONU pour les territoires administrés par le Portugal, juin 1962, pasta 1, fl. 54v.

⁸²⁵ Luís Fernando Dias Correia da Cruz, “Alguns aspectos da subversão na Província Portuguesa da Guiné”, *Ultramar*, volume III (4), n.º 32, Lisboa, 1968, p. 135; e António E. Duarte Silva, *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*. Edições Afrontamento, 1997, Coleção textos/30, p. 32.

⁸²⁶ Oscar Oramas, *ob. cit.*, capítulo 1, p. 16.

Independentemente do envolvimento ou não de Amílcar Cabral, se, em 1955, alguma organização política existia em Bissau com a designação de MING, seria importante precisar o mês em que foi fundado para se saber se teria ainda sido possível a Amílcar Cabral, que a 18 de Março daquele ano abandonou aquela província com destino a Portugal, assistir à sua génese e evolução inicial. Para já, um dado curioso: a maioria dos seus correligionários no futuro PAI/PAIGC, nomeadamente dois dos nomes que Oramas refere como tendo feito parte do movimento (Aristides Pereira e Abílio Duarte), jamais se referiram a isso ou confirmaram essa participação. Nas suas memórias, Aristides Pereira, por exemplo, não dedica qualquer página ao MING.

Por sua vez, Luís Cabral atribui a fundação deste movimento a José Francisco Gomes (“O Maneta”) e a Luís Alfredo da Silva (“Tchalumbé”)⁸²⁷, opinião reiterada por António E. Duarte Silva⁸²⁸. Em entrevistas a nós concedidas, Aristides Pereira, Luís Cabral e Elisée Turpin descartaram mesmo terem sido alguma vez membros ou fundadores do MING. Este último ignora, inclusivamente, a existência deste movimento, o que vem reforçar a nossa tese de que Amílcar não teria tido nenhuma participação na sua fundação. É até muito provável (e estamos a entrar no domínio hipotético) que, ao referir-se ao MING, Cabral estivesse a pensar em toda a movimentação que foi feita desde a sua chegada a Bissau, em 1952, para o despertar de um movimento de independência na Guiné e que vai culminar, como se sabe, na fundação do Movimento de Libertação da Guiné (MLG) e do PAI/PAIGC. O próprio Cabral, ao analisar a estrutura social guineense, num seminário organizado em Maio de 1964, pelo Centro Frantz Fanon de Milão, referiu-se a um informal movimento geral de libertação que se revelou ineficaz e não a um movimento formal.

É nossa convicção que, se o MING alguma vez existiu foi certamente fundado por outros indivíduos e não por Amílcar Cabral, embora da leitura de Oleg Ignatiev se possa depreender que aquele movimento teria surgido à roda da granja de Pessubé⁸²⁹. Onde. De acordo com Victor Robalo, Amílcar tentou de facto criar um grupo na Repartição dos Serviços Agrícolas e Florestais, tendo chegado à conclusão de que seria ineficaz devido ao nível cultural dos trabalhadores que ali se encontravam⁸³⁰. Teria sido já no âmbito do pretense MING? Estamos certos de que não. Ignatiev afirma que Amílcar chegou a participar, durante algum tempo, nas actividades do MING e até a integrar a sua direcção. Contudo, insiste Ignatiev, o MING nunca chegou a empreender, de facto,

⁸²⁷ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 32.

⁸²⁸ António E. Duarte Silva, *ob. cit.*, p. 32.

⁸²⁹ Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral. Patriota...*, p. 17.

⁸³⁰ Entrevista a Victor Robalo, Bissau, Outubro de 2002.

uma acção prática e, por isso, mesmo Cabral considerava-o como uma fase para abordar o problema central. Os mesmos objectivos perseguiram, de acordo com russo, os vários círculos que Amílcar organizou em diferentes bairros da capital: Cupelon e Chão de Papel⁸³¹.

Duvidámos até que, entre 1952 e 1958, houvesse na Guiné uma organização política formal (legal ou clandestina), o que não significa que houvesse indivíduos contrários à situação vigente, que pudessem inclusivamente estar organizados informalmente. Conhecem-se, por exemplo, as actividades do grupo de João Rosa, guarda-livros da firma francesa NOSOCO⁸³², que havia feito parte do Clube Desportivo⁸³³ e a acção que José Ferreira de Lacerda, César Mário Fernandes e José Francisco Gomes («O Maneta») tiveram na redacção de um documento intitulado “Representação”, entregue ao Presidente da República, General Craveiro Lopes, aquando da sua visita a Guiné, em Maio de 1955. De acordo com os seus subscritores, o referido documento “condensava todas as aspirações da Guiné”⁸³⁴. Para já, há a assinalar que, entre aquelas duas datas (1952 a 1958), houve dois importantes acontecimentos que ocorreram na província: a eleição, em 1956, para o Conselho de Governo da Província⁸³⁵, e as eleições para a direcção do Sindicato da Indústria e do Comércio⁸³⁶, em Janeiro de 1957, às quais se apresentaram João Rosa, Abílio Duarte, Elisée Turpin e Luís Cabral. Relativamente à primeira eleição, a atitude dos indivíduos em causa não estava relacionada com nenhum movimento político “subterrâneo” e, na segunda, tratava-se de uma iniciativa corporativista, provavelmente ligada ao “grupo antifascista” de Bissau, coordenado por Sofia Pomba Guerra. Era, portanto, uma iniciativa “legítima” que podia ser inclusivamente consciente do ponto de vista político, mas não estava associada a nenhuma organização política formal guineense de cariz nacionalista. Esta é, para já, a nossa posição provisória até que surjam novos dados.

A própria ideia, defendida por alguns autores, de que Rafael Barbosa teria sido um dos fundadores do MING, aproxima-se mais das ligações deste com o MLG – conforme o próprio asseverou num auto de declarações prestadas à PIDE – do que com o MING:

⁸³¹ Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral. Patriota...*, p. 18.

⁸³² Nouvelle Société Commercial.

⁸³³ Este grupo deve ter integrado ainda os seguintes indivíduos: Rafael Barbosa, Milton Sezimundo Pereira de Borja, Inácio Semedo, Alfredo Menezes, Epifanio Souto Amado, José Ferreira de Lacerda, Godofredo Vermão de Sousa (Tatá), Armando Lobo de Pina, Quintino Nosolini, Ladislau Lopes Justado, Rui Barreto, Manuel Lopes Justado.

⁸³⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo Abril/61.

⁸³⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, processo n.º. 3589, “Gastão Segny Júnior”, SC, CI (2), NT 7284, fl. 119.

⁸³⁶ Este Sindicato foi fundado em 1950.

Que, em trinta de Agosto de mil novecentos e cinquenta nove, nas proximidades das oficinas da firma «Manuel Inácio Costa», cerca das dezasseis horas e trinta minutos, foi abordado por José Francisco Gomes, «o Maneta», actualmente ausente em Ziguinchor, onde é «Secretário-geral» do «MLG», cuja denominação por extenso corresponde a «Movimento de Libertação da Guiné» com sede ali instalada no bairro Santiabá, o qual se lhe dirigiu falando-lhe acerca da existência de uma «organização» que já então denominava igualmente por «Movimento de Libertação da Guiné» e convidando-o a ingressar na mesma, na qual viria a contribuir com uma quotização mensal de «dez escudos»⁸³⁷.

Portanto, o pequeno grupo que já existia em Bissau, integrado por alguns “intelectuais” naturais do país e uns vinte artesãos e operários, que Oleg Ignatiev e outros autores denominaram “Movimento pela Independência Nacional da Guiné”⁸³⁸, parece não passar de um grupo informal, cujos elementos estiveram por detrás da fundação do MLG, em 1959, como veremos mais adiante.

Por outro lado, se se vier a confirmar que a fundação do MING se ficou a dever a Rafael Barbosa, teríamos que concluir que existe uma ligação histórica entre este movimento e um pretenso Partido Socialista da Guiné (PSG), alegadamente fundado em Bissau, por ele, e em cuja formação também estiveram envolvidos José Ferreira de Lacerda, José Monteiro, Ladislau Lopes Justado e os irmãos César e Hipólito Mário Fernandes. Ao que tudo indica, este Partido Socialista da Guiné teria sido dissolvido, nos princípios dos anos 50⁸³⁹, por falta de estruturas e de “homens capazes para resolver os problemas...”⁸⁴⁰. Os mesmos indivíduos, conotados com o alegado partido, vão aparecer, anos mais tarde (em 1959), a conspirar a favor da independência da Guiné integrados no MLG.

4.4. O segundo abandono do país natal

Por motivos de doença, o casal Cabral foi forçado a abandonar a Guiné, a 18 de Março de 1955, a conselho dos médicos. A primeira esposa de Amílcar Cabral, Maria Helena, chegou a afirmar, a propósito: “Não havia maneira de melhorarmos, e decidimos regressar a Lisboa”⁸⁴¹.

⁸³⁷ IAN/TT – PIDE/DGS subdelegação Guiné, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, vol. 2, fl. 76.

⁸³⁸ Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral...*, p. 17.

⁸³⁹ António E. Duarte Silva, *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*. Edições Afrontamento, 1997, Coleção textos/30, p. 29; e também, Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 61.

⁸⁴⁰ Rafael Barbosa, entrevista a António E. Duarte Silva em Bissau, a 22 de Julho de 1991, *Apud* António E. Duarte Silva, *ob. cit.*, p. 29; e também Balila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 61.

⁸⁴¹ António Duarte, “Retrato...”, p. 19.

Amílcar Cabral, Maria Helena Vilhena e uma filha, Iva, nascida em Bissau, em 1953, então com dois anos de idade, deixaram Bissau num avião da *Air France*, não sem que Cabral ouvisse, no âmbito das suas actividades em defesa dos direitos dos guineenses, os seguintes conselhos do Governador Melo e Alvim:

Tenha cuidado, deixe-se de actividades subversivas, porque isso pode ocasionar-lhe muitos contratempos. Sei que vocês formaram um grupo com fachada cultural e você aí nas tabancas tem procurado meter um bocado de político (...). De maneira que tenha cuidado⁸⁴².

A resposta de Cabral teria sido peremptória: “Você tenha paciência, mas a minha terra tem que avançar um bocado. E eu se puder fazer alguma coisa faço”⁸⁴³.

A rescisão, por mútuo acordo, do contrato que o ligava ao Ministério do Ultramar, desde 24 de Julho de 1952, foi despachada a 7 de Setembro de 1955⁸⁴⁴.

Confrontada com a sua partida e também com a possibilidade do seu regresso ao território natal, a 27 de Maio de 1955, a PSP de Bissau elaborou e enviou à PIDE de Lisboa um pequeno e resumido relatório sobre a conduta do casal Cabral (Amílcar e Maria Helena) na Guiné, desde que desembarcaram naquela colónia. No referido relatório, da autoria do Comandante da PSP, Carlos Eduardo Simões, assinalava-se:

Durante a sua permanência nesta Província o engenheiro Amílcar Cabral e a mulher comportaram-se de maneira a levantar suspeitas de actividades contra a nossa presença nos territórios de África com exaltação de prioridade de *direitos dos nativos* e, como método de difundir as suas ideias por meios legalizados, o Engenheiro pretendeu e chegou a requerer juntamente com outros nativos, a fundação de uma «Agrupação Desportiva e Recreativa de Bissau» – Não tendo o Governo autorizado a sua formação⁸⁴⁵.

Com o intuito de reunir mais informações e de se precaver em caso de um eventual regresso de Amílcar Cabral a Bissau, o supracitado comandante fazia a seguinte solicitação ao Director da PIDE de Lisboa:

É possível o regresso do Engenheiro Amílcar Cabral a esta Província pelo que tenho a honra de solicitar a V. Ex^a o obséquio de me informar se V. Ex^a dispõe de informações que interessem a este comando para melhor apreciar as actividades destes indivíduos⁸⁴⁶.

⁸⁴² *Idem, ibidem*, p. 19.

⁸⁴³ ASRDNCV (Praia), Entrevista da *Voz da Liberdade* com Amílcar Cabral dirigindo algumas palavras aos Democratas e progressistas portugueses, 1966.

⁸⁴⁴ *Boletim Oficial da Guiné*, n.º 4, 26 de Janeiro de 1956, p. 35.

⁸⁴⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 4415, “Maria Helena ...”, CI (2), NT 7355, fl. 34.

⁸⁴⁶ *Idem, ibidem*, fl. 34.

A resposta só chegou a 11 de Junho, numa altura em que Amílcar Cabral já se encontrava em Lisboa há pelo menos três meses. Em relação a Cabral, a PIDE assinalava que, em 1950/51, fora vice-presidente da direcção na secção de Cabo Verde da Casa dos Estudantes do Império (CEI) e, em 1951/52, vice-presidente da Direcção Geral. Facto novo é, como se disse, o da PIDE ter revelado, pela primeira vez, que teria subscrito, em 1952, uma exposição que aquela polícia considerava ser “de inspiração comunista”, dirigida ao Presidente da República, e na qual se solicitava o abandono de Portugal do Pacto do Atlântico. Relativamente à esposa de Amílcar Cabral, o ofício da PIDE registava:

Consta apenas que em 1947 manifestou o seu aplauso a Sua Exa. o Presidente do Conselho «pela manutenção da ordem e tranquilidade nacionais, fundamentos indispensáveis à obra de ressurgimento do País»⁸⁴⁷.

Não encontramos, para já, nenhum documento que fizesse alusão à “expulsão” de Cabral da Guiné, conforme têm defendido muito autores.

Depois deste segundo abandono “forçado” da Guiné, em 1955, ao longo de três anos não conseguimos assinalar, como veremos mais à frente, nenhuma outra passagem de Amílcar Cabral pela sua terra-natal, antes de 1958.

Instalado em Lisboa, Amílcar Cabral trabalhou, temporariamente na Brigada Fitossanitária no Largo de Santos⁸⁴⁸, no Gabinete de Estudos Agronómicos e como colaborador extraordinário (encarregado de investigação) da Junta de Investigação do Ultramar – entre 1956 e 1960. Durante este período deslocou-se sucessivamente a Angola como agrónomo, ao serviço da Companhia Agrícola de Angola (CADA), em 1956, e, em 1957, da Sociedade Agrícola do Cassequel. Este facto permitiu-lhe aumentar o prestígio já acumulado, com a realização de vários trabalhos científicos na Guiné, e o seu *curriculum* de investigador e de agrónomo, verificando-se então a publicação de vários trabalhos de carácter científico, como já observámos. Mas, se antes de trabalhar em Angola Amílcar Cabral já era um homem politicamente formado, as estadias naquela província vão permitir-lhe aprofundar esta formação, devido ao contacto com os nacionalistas angolanos. Recorde-se que, naquela colónia, a questão nacionalista estava muito mais avançada do que na Guiné, graças a actividade de várias organizações cívi-

⁸⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 78.

⁸⁴⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, S. Centrais, boletim 147289, “Amílcar Cabral”, NT 8077, fl. 1. Neste boletim, aberto pela PIDE a 17 de Novembro de 1958, afirmava-se o seguinte: O referenciado exerce a sua profissão nos serviços Fitopatológicos da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, no Largo de Santos, 3”.

cas e culturais que aí foram sendo criadas ao longo de várias décadas⁸⁴⁹. Em Angola, a partir de 1955, as associações cívicas e culturais começaram a ceder lugar a partidos políticos, tais como: o Partido Comunista Angolano (PCA), fundado a 12 de Novembro daquele ano, cujos Estatutos foram inspirados, alegadamente, nos do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁸⁵⁰; o Comité Secreto da Independência; o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MINA); e o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA). Foi durante uma das suas estadias em Angola que Amílcar Cabral tomou parte (provavelmente a 1 ou a 10 de Dezembro de 1956⁸⁵¹) na fundação deste último partido⁸⁵² e não do MPLA, como se tem defendido até aqui, ao lado de Viriato da Cruz, Ilídio Machado, Mário António de Oliveira e António Jacinto. Uma carta inédita de Amílcar Cabral, datada da fazenda Tentativa, 8 de Janeiro de 1957, dirigida a um tal Victor⁸⁵³, confirma, de facto, que Cabral já se encontrava em Angola, desde Novembro do ano anterior (1956). De acordo com Carlos Pacheco, o MPLA só apareceu em Tunes,

⁸⁴⁹ Vide, entre outras obras, Ilídio do Amaral, *Em torno dos nacionalismos africanos: memórias e reflexões em homenagem a Mário Pinto de Andrade (1928-1990)*, (s.l), Granito Editores e Livreiros, 2000; Mário de Andrade, *Origens do nacionalismo africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997; Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a Michel Laban*, 1ª edição, Lisboa, edições João Sá da Costa, 1997; Gerald F. Bender, *Angola sob o domínio português: Mito e realidade*, Lisboa, Sá da Costa, 1980; David Birmingham, *Frontline Nationalism in Angola & Mozambique*, London, Trenton, N. J.: James Currey, Africa World Press, 1992; René Pélissier, *História das Campanhas de Angola. Resistência e revoltas 1845-1941*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1986; René Pélissier, *História de Moçambique. Formação e oposição (1854-1918)*, 2 vols. Lisboa, Imprensa da Universitária, Editorial Estampa, 1988; René Pélissier, *La colonie du Minotaure. Nationalism et révoltes en Angola (1926-1961)*, Montamets, Pélissier, 1978; Dalila Cabrita Mateus, *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1999; Fernando Pimenta, *Branços de Angola: Autonomismo e Nacionalismo (1960-1961)*, Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2005.

⁸⁵⁰ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado a 25 de Março de 1922.

⁸⁵¹ Foi, curiosamente, esta data de 1 de Dezembro que acabou por ser adoptada como sendo a da fundação oficial do MPLA.

⁸⁵² Mário de Andrade atribuiu, erradamente, o ano de 1953, como sendo o da fundação do PLUAA (AMS, Mário de Andrade, “I – L’ Angola d’ Hier et d’ Aujourd’hui”, *Présence Africaine*, Paris, pasta 4330.008, im. 18).

⁸⁵³ FAC (Praia), Carta de Amílcar Cabral para meu caro Victor [manuscrito], Tentativa, 8/1/57. Resta-nos agradecer à viúva de Amílcar Cabral, Ana Maria Cabral, por nos ter facultado a cópia deste documento. Surgiram-nos muitas dúvidas quanto ao destinatário dessa carta inédita. Em primeiro lugar, pelo facto de não se saber exactamente quem era. A questão mais difícil foi a da identificação do destinatário. Três nomes mereceram a nossa especial atenção: Victor Robalo, Victor Saúde Maria e, finalmente, Victor Freire Monteiro. O primeiro tinha uma relação de amizade com Amílcar Cabral que já vinha dos tempos do Clube Desportivo. Apesar de nos ter confirmado que ainda manteve contactos com Amílcar Cabral, quando este se encontrava em Angola, e que se desfez dessa correspondência mais tarde, descartamos que tenha sido ele o destinatário dessa carta. Em 1957, Robalo tinha completado 43 anos de idade e já não deveria estudar, como se afirma na carta. Por isso, somos de opinião que o destinatário devia ser muito mais novo do que Victor Robalo. Restam-nos, assim, as hipóteses Victor Saúde Maria e Victor Freire Monteiro. Relativamente àquele também descartamos que tenha sido ele o destinatário da carta de Amílcar Cabral apesar de, ao tempo, manter uma relação de amizade e também profissional com o irmão deste, Luís Cabral, cuja casa frequentava assiduamente. Portanto, estamos convencidos que teria sido Victor Freire Monteiro, um jovem, que chegou a receber explicações de Amílcar Cabral, de acordo com uma informação de Estevão Tavares (Entrevista a Estevão Tavares, Bissau, Outubro de 2002).

em finais de Janeiro de 1960⁸⁵⁴, muito embora, na documentação do MAC, já se fizesse referência a este movimento, no sentido de que era aglutinador de todas as organizações políticas angolanas existentes até à data, a 26 de Dezembro de 1959, num “Memorando” dirigido ao *Bureau* Político do Neo-Destour (partido tunisino)⁸⁵⁵. É evidente que, embora se afirmasse, no referido “Memorando”, que o MPLA lutava “há cinco anos” (o que apontava a sua fundação para o ano de 1954/55), essas afirmações devem ser contextualizadas, pois, a nosso ver, trata-se, evidentemente, de uma tentativa de associação histórica entre o MPLA, de 1960, e o PCA e o PLUAA, fundados por Viriato da Cruz e outros, respectivamente, em 1955 e 1956. Portanto, não confirmam a existência formal do MPLA.

Mas, não vamos prosseguir com este debate, que poderá vir a ser retomado noutro lugar. Para já, a data de 1956, que se tem insistentemente apontado como sendo a da fundação do MPLA, e até mesmo a de 1958, como pretende, por exemplo, Franz-Wilhelm Heimer⁸⁵⁶, não têm nenhum sentido e devem ser corrigidas. Por vezes, tentou-se servir do testemunho de Amílcar Cabral para credibilizar a fundação do MPLA em 1956, quando afirmou, em determinada ocasião, ter participado na fundação daquele movimento. Ouçamo-lo:

Nós mesmos, PAIGC, ajudamos a formar o MPLA em Angola. Não é nenhuma vaidade, não, publicamente mesmo é sabido, os filhos de Angola sabem-no. Para servir os interesses do nosso povo, camaradas. Nós mesmos corremos riscos em Angola, em reuniões clandestinas. No momento em que vários angolanos estavam já presos pela PIDE, foi preciso ir a Angola fazer reuniões. Arranjámos contrato como agrónomo e fomos para Angola e aproveitámos para reunir camaradas, para discutir com eles o novo caminho que devíamos seguir todos na luta pelas nossas terras⁸⁵⁷.

No entanto, na anterior afirmação de Cabral estão patentes vários momentos relacionados com as suas actividades profissionais em Angola, entre 1956 e 1959, e que envolveram também a participação em actividades políticas clandestinas, designadamente na fundação e organização do PLUAA, como já se disse, e no âmbito de duas missões efectuadas a Angola, ao serviço do MAC, em 1958 e em 1959.

⁸⁵⁴ Este ponto de vista foi defendido na sua obra, *MPLA. Um nascimento polémico*, Lisboa, ed. Vega, 1997, p. 42.

⁸⁵⁵ Excerto da Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz, Tunes, 26 de Dezembro de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, nota à página 300.

⁸⁵⁶ Franz-Wilhelm Heimer, “Obras em Língua alemã sobre a África de língua oficial portuguesa. A colheita dos primeiros anos oitenta”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 2, Lisboa, Centro dos Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa, 1984, p. 189.

⁸⁵⁷ *Apud* Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 57.

Não restam dúvidas de que as ligações de Amílcar Cabral com Viriato da Cruz e outros angolanos, em Angola e em Portugal, seriam cruciais e teriam funcionado como uma escola de troca de experiência e de aprendizagem políticas. As prolongadas estadias naquela colónia fizeram com que Amílcar Cabral fosse muitas vezes considerado como angolano:

Era a época em que Amílcar Cabral era tomado como angolano, pois era agrónomo numa companhia angolana, a Sociedade Agrícola do Cassequel, que lhe proporcionava várias estadias em Angola, onde sempre mantinha contacto com os patriotas angolanos que ali se organizavam⁸⁵⁸.

É claro que, ao referir-se à sua participação na fundação do MPLA, Cabral não deixava de ter certa razão, pois este movimento idealizado pelo seu companheiro, Viriato da Cruz, foi herdeiro do PCA e do PLUAA.

4.5. A alegada fundação do PAI/PAIGC em 1956. Os problemas e as contradições de uma data polémica

Praticamente a extensa literatura⁸⁵⁹ que até hoje se tem dedicado à luta de libertação nacional na Guiné aponta, sem reservas e sem sentido crítico, o ano de 1956 como sendo o da fundação do Partido Africano da Independência (PAI) da Guiné e Cabo Verde. Basil Davidson foi, porém, o autor que maior confusão lançou sobre esta matéria, como de resto se pode depreender das suas palavras:

En 1956 était fondé à Bissau, en grand secret des Portugais, le Mouvement de Libération de la Guinée Portugaise et du Cap Vert, avec une poignée de membres. Pendant trois ans ce petit groupe clandestin a travaillé avec acharnement à gagner des volontaires pour

⁸⁵⁸ À guisa de nota à edição portuguesa, Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 17.

⁸⁵⁹ Vide, entre muitos outros, Luís Cabral, *ob. cit.*, pp. 42-47; Aristides Pereira, *Uma luta, um partido, dois países. Guiné-Bissau e Cabo Verde*, Circulo de Leitores, 2003; António E. Duarte Silva, *A independência da Guiné-Bissau...*; Aristides Pereira, *PAIGC. Balanço de 20 anos de luta pela Libertação Nacional da Guiné e Cabo Verde (1956-1976)*, Bissau, 19 de Setembro de 1976, Impresso na tipografia do Jornal *Nô Pintcha* em 20 de Setembro de 1976; Gérard Chaliand, *Lutte Armée en Afrique*, Paris, Maspero, 1967; Carlos Lopes, *A transição histórica na Guiné-Bissau – do Movimento de libertação nacional ao Estado*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Março de 1987; Patrick Chabal, *ob. cit.*; Oleg Ignatiev, *obs. cits*; Ronald Chilcote, *Portuguese Africa*, New Jersey, Prentice – Hall, 1976; Ronald Chilcote, *Emerging Nationalism in Portuguese Africa*, Califórnia, Stanford University, Hoover Institutions Press, 1971; Mário de Andrade, *Amilcar Cabral. Essai...*; Mustafah Dhada, *ob. cit.*; Gérard Chaliand, *Terrorisme et Guerrillas. Techniques actuelles de la violence*, Paris, Flammarion, 1985; Basil Davidson, *A Libertação da Guiné. Aspectos de uma Revolução Africana*. Prefácio de Amílcar Cabral, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1975.

la lutte. Petit à petit, le mouvement a pris la forme d'un parti, le PAIGC (Parti Africain pour l'indépendance de la Guinée et du Cap Vert)⁸⁶⁰.

Aquele autor fala da fundação, em 1956, de um Movimento de Libertação da Guiné Portuguesa e de Cabo Verde que vai dar origem ao PAIGC, quando, na realidade o MLG que precedeu o PAI/PAIGC, foi fundado em 1959.

Para isso teria contribuído ainda o discurso oficial do PAIGC. Como exemplo, num documento de 6 páginas, datado de 1963, intitulado *Action du Parti* [A Acção do Partido], afirmava-se que o PAIGC foi criado clandestinamente em 1956, depois de três anos de tentativas falhadas de luta “legal”⁸⁶¹. Uma das razões apontadas por Amílcar Cabral para essa fundação tinha a ver com o facto de o regime colonial negar direitos políticos aos povos africanos⁸⁶². Num outro texto publicado em espanhol, na revista cubana *Tricontinental*, Cabral declarava:

Ese año [1956], durante una de las visitas a mi familia (entonces yo estaba desterrado), decidimos crear clandestinamente nuestro partido. Es decir, que el momento culminante para nosotros antes de la lucha armada, es aquel en que llegamos a la convicción de que no era posible trabajar si no era en la clandestinidad⁸⁶³.

Fizemos esforços no sentido de confirmar a presença de Amílcar Cabral na Guiné entre Março de 1955 e Dezembro de 1959, através da consulta dos boletins oficiais da Guiné, Angola e de Cabo Verde, fundamentalmente, e da documentação dos Arquivos da PIDE, mas não conseguimos assinalar nenhuma passagem sua pela Guiné. Se acaso, ao longo destes três anos, tivesse passado por Bissau, a PSP desta cidade teria seguramente assinalado sua presença, tendo em conta o pequeno e resumido relatório que havia elaborado, em Maio de 1955, e de que já fizemos anterior menção. Antes da implantação da PIDE em África, em 1957, era à Polícia de Segurança Pública que competia a vigilância, a perseguição e a prisão dos “desafectos” às instituições vigentes. É nossa presunção que, antes de Dezembro de 1958, altura em que abandonou Angola, visitou o Ghana e a Guiné portuguesa⁸⁶⁴, conforme já assinalámos, Amílcar Cabral não voltou a passar por Bissau. A única vez em que, de facto, Cabral voltou a passar por

⁸⁶⁰ AMS, Basil Davidson, “La rébellion en Guinée «Portugaise»”, *Méridien Libération*, pasta 4322.005, ims 113-114.

⁸⁶¹ AMS, [04. PAI/PAIGC]. Relat./Direct, pasta 4602026, im. 1.

⁸⁶² *Idem, ibidem*, im. 1.

⁸⁶³ Amílcar Cabral, “Guinea: el poder de las armas”..., p. 8.

⁸⁶⁴ Cabral teria permanecido em Bissau durante seis dias, isto é, de 15 a 21 de Dezembro, tendo abandonado a colónia no dia seguinte com destino a Dakar e a Lisboa. Nesta ocasião não se lhe atribuiu, ao contrário do que sucedeu em Angola, nenhuma participação em actividades políticas clandestinas.

Bissau, foi a 14 de Setembro do ano seguinte (1959)⁸⁶⁵, depois de um périplo que o levou novamente a Angola (Luanda) e a várias outras capitais africanas⁸⁶⁶, em cumprimento de uma missão do MAC. A própria PIDE, que já estava de sobreaviso desde que Cabral abandonara a Guiné, em 1955, numa informação datada de 19 de Setembro de 1969, embora omitindo a passagem de Cabral por Bissau, em Dezembro de 1958, confirmou essa longa ausência de Cabral da Guiné. Nessa informação, aquela polícia escrevia que o futuro líder o PAI/PAIGC “saiu da Província para ali voltar em 1959, dias antes de passar a viver na clandestinidade”⁸⁶⁷.

Não tendo passado por Bissau, conforme é nossa convicção até surgirem novos dados sobre o assunto, seria difícil a Amílcar Cabral fundar o PAI, a 19 de Setembro de 1956, no mesmo dia em que, por coincidência, estava reunido em Paris (Sorbone) o I Congresso dos Escritores e Artistas Negros organizado pela *Présence Africaine*. De resto, Mário de Andrade afirma a este propósito:

Evidentemente, ignoravam-se uns aos outros... É claro que quando no 19 de Setembro de 1956 os nacionalistas da Guiné e de Cabo Verde se reuniram em Bissau, não sabiam que se iniciava em Paris um Congresso de Escritores e Artistas Negros, e vice-versa. Se é que se deve considerar historicamente o 19 de Setembro de 1956 como a data da fundação do PAIGC... Pelo menos nós consideramo-la como tal...⁸⁶⁸.

Se se vier a confirmar que aquela data foi a da fundação do PAI da Guiné portuguesa, teríamos que admitir que este movimento, foi anterior ao da Federação do Mali, associação política de ideologia marxista, que pretendia lutar pela independência da África Negra sob a dominação francesa e pela edificação de uma sociedade socialista africana. Esta organização teria sido fundada, a 15 de Setembro de 1957⁸⁶⁹, em Thiès (Senegal), por Majhemout Diop e por cerca de outros 23 “patriotas” africanos do Níger, da Guiné-Conakry, do Mali e do Senegal.

⁸⁶⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Apontamentos sobre a política da Guiné portuguesa e territórios vizinhos, Secreto, elaborado por Costa Pereira, Bissau, 17 de Janeiro de 1963, fl. 292.

⁸⁶⁶ Nas respostas ao interrogatório que se seguiu à sua prisão, em Março de 1962, Rafael Barbosa afirmou, erradamente, que Cabral havia chegado à Guiné, proveniente de Lisboa, na mesma altura que José Ferreira de Lacerda Júnior (IAN/TT – PIDE/DGS, processo 12/62, “Rafael Barbosa”, NT 5434, fl. 78).

⁸⁶⁷ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D – 940, 1 (6) D, 463 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Informação Confidencial. Rafael Paula Gomes Barbosa, de 8/9/69, pasta n.º 2.

⁸⁶⁸ Mário Pinto de Andrade, *Uma entrevista dada a...*, p. 129.

⁸⁶⁹ Pelo menos foi nessa data que circulou, entre os intelectuais e trabalhadores africanos das principais cidades da África Negra sob o domínio francês, e também em Paris, o Manifesto que apelava à criação do PAI (Vide Majhemout Diop, *Contribution à l'étude des problèmes politiques en Afrique Noire*, Paris, Présence Africaine, 1958, p. 245). De acordo com Joseph-Roger de Benoist (*L'Afrique occidentale française de la conférence de Brazzaville (1944) à l'indépendance (1960)*, Dakar, Les Nouvelles Éditions Africaines, 1982, p. 346), este PAI teria sido fundado a 10 de Setembro de 1957, o que não pode corresponder, de maneira alguma, à verdade.

Porém, a nossa convicção é a de que, na realidade, a fundação do PAI da Federação do Mali foi anterior ao da Guiné portuguesa, que julgamos ter inclusivamente inspirado Amílcar Cabral, levando-o a criar um partido de idênticas características. Não só pela similitude das siglas e dos símbolos (a bandeira dos dois partidos), mas também a nível do programa, da estrutura e da organização. É mesmo muito provável que o PAI de Amílcar Cabral, a quem se tem atribuído (erradamente) a responsabilidade pela greve dos marinheiros de Pindjiguiti, ocorrida a 3 de Agosto de 1959⁸⁷⁰ – que se saldou em mais de uma dezena de mortos – tenha surgido, inclusivamente, como um ramo do PAI pró-comunista da Federação do Mali. Esta possibilidade chegou a ser aventada pela PIDE/DGS numa informação classificada de “muito secreta”, datada de 3 de Junho de 1960⁸⁷¹. Num outro documento, de meados de Março de 1960, salientava-se que Amílcar Cabral ocupava o segundo lugar da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN) e era, igualmente, fundador do PAI (Parti Africain de l’Indépendance), “afiliado do pró-comunista PAI, do Mali”⁸⁷². Esta possível ligação entre o PAI da Federação do Mali e o da Guiné portuguesa levou inclusivamente a PIDE a referir-se a este último como sendo “de inspiração comunista e mais um meio de confirmação da formação comunista do Amílcar”⁸⁷³. A nosso ver, prova também a grande influência que o movimento pan-africanista exerceu junto de Amílcar Cabral, levando-o a tentar criar uma federação entre a Guiné e Cabo Verde.

Devido ao seu carácter pan-africanista, numa outra nota intitulada “Afrique Noire”, anexa a uma cópia dos Estatutos do PAI da Guiné portuguesa, da autoria de um informador da PIDE, insistia-se nas ligações entre estes dois partidos. Referindo-se ao PAI da Federação do Mali, como “um movimento marxista-leninista internacional” que se estava a implantar “progressivamente em diversos países da África Negra”⁸⁷⁴. A mesma nota acrescentava ainda que o PAI da Federação do Mali se organizava em grupos, secções, zonas e distritos subordinados a um Comité Nacional que, por sua vez, dependia de um Comité Federal dirigido por um *Bureau* político. Praticamente uma estrutura idêntica à adoptada, nos primórdios, pelo PAI da Guiné portuguesa. Só para se ter uma ideia, em 1961, a Guiné e Cabo Verde foram divididas em 10 e 5 distritos e em 40 e 14 zonas, respectivamente.

⁸⁷⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 19-E/GT, “Amílcar Cabral”, fl. 27.

⁸⁷¹ *Idem, ibidem*, fl. 27.

⁸⁷² IAN/TT – PIDE/DGS, PAIGC, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Notas pessoais sobre os dirigentes do «Front Revolutionnaire Africain pour l’indépendance des colonies portugaise (FRAIN)», meados de Março de 1960. Um Guineense com contacto no escritório de Ismael Touré, Ministro das Obras Públicas”, Secreto fl. 671.

⁸⁷³ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2675, pasta 1, fl. 3.

⁸⁷⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, « Afrique Noire », mars 61, fl. 602.

Portanto, se houve influência do PAI do Mali na génese do da Guiné portuguesa, como também defende T. H. Henriksen⁸⁷⁵, a fundação deste último nunca poderia ter sido anterior a 1957. Esta nossa presunção vem reforçar a probabilidade de Amílcar Cabral ter tido conhecimento da existência do PAI da Federação do Mali certamente num dos seguintes três lugares: em Paris, em Novembro de 1957, aquando da sua estadia nesta cidade para assistir à reunião constitutiva do Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas (MLNCP)⁸⁷⁶; em Dakar, aquando da sua passagem por aquela cidade em Dezembro de 1958, depois de ter estado em Bissau; e, por último, em Setembro de 1959, aquando da sua segunda passagem por Dakar no seu percurso de regresso a Portugal, depois de um périplo que o levou a Angola e a vários países africanos.

Qualquer uma das hipóteses atrás apresentadas é de considerar, muito embora para nós, a mais plausível fosse a primeira: isto é, a de ter sido já em França (Paris), em 1957. Cabral teria sido atraído pela rápida projecção daquele partido, não só neste país, em virtude do apoio que tinha da Federação dos Estudantes da África Negra em França (FEANF), mas também em muitas capitais da África Ocidental francesa. Hugo de Menezes chegou a relevar, em carta dirigida a Lúcio Lara, datada de 24 de Junho de 1959, a rápida evolução daquele partido:

Há cerca de um ano, eles constituíram um partido (Partido Africano da Independência) com núcleos nas várias regiões da África Negra Francesa, e com um jornal que se publica em Dakar, – a Luta⁸⁷⁷.

O mesmo Hugo afirmava, ainda a propósito daquele partido, que desconhecia: “na verdade qual a extensão ou profundidade do mesmo em África”. E prosseguia:

Mas, dada a extraordinária projecção e aceitação da FEANF em toda a França e especialmente em África; dada a categoria dos seus dirigentes; e a seriedade dos mesmos – poderemos concluir que este partido progredirá num caminho sério, feito em terreno propício⁸⁷⁸.

Em entrevista que nos concedeu em Bissau, Joseph Turpin, um dos delfins de Amílcar Cabral, ao referir-se ao PAI da Federação do Mali, salientou o seguinte:

⁸⁷⁵ T. H. Henriksen, “Peopl`es...”, p. 391.

⁸⁷⁶ Consta que o PAI da Federação do Mali tinha muitos adeptos em Paris.

⁸⁷⁷ Carta de Hugo de Menezes (Paris) a Lúcio Lara, 24 de Junho de 1959, In Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 110.

⁸⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 110.

Eu sei que o PAI foi um partido criado em Paris, que englobava todos os estudantes de África negra. Quem liderava isso era um universitário senegalês Majhemout Diop. Amílcar Cabral conhecia Paris, etc. De certeza que quando voltou para Bissau criou também o partido PAI. Mas ele não fez referência ao PAI de Majhemout Diop. Além disso, como o PAI de Diop era um partido de obediência marxista, o Amílcar teve a habilidade de acrescentar, para distinguir, o GC⁸⁷⁹.

Apesar de não se confirmar que o PAI da Federação do Mali tivesse sido criado em Paris ou que a “habilidade” de Amílcar Cabral, em acrescentar o “GC” para estabelecer uma distinção com o partido de Majhemout Diop, não estivesse relacionado propriamente com o facto da sua congénere ser um partido marxista, a ideia central do depoimento de Joseph Turpin não deixa de ter alguma validade, indo ao encontro da tese que defendemos. É que aponta, involuntariamente, para a anterioridade do PAI da Federação do Mali em relação ao PAI de Amílcar Cabral.

Da lista dos supostos “fundadores” do PAI, são oficialmente apontados Amílcar Cabral “e mais cinco camaradas”, dentre os quais se destacam, Aristides Pereira, Elisée Turpin, Luís Cabral, Fernando Fortes e Júlio de Almeida⁸⁸⁰. Mas, em entrevista a José Vicente Lopes, Aristides Pereira afirmou que, na reunião tida com Amílcar Cabral, em Setembro de 1956 (mas que se refere, na realidade, a Setembro de 1959), apenas estiveram presentes quatro pessoas: Amílcar Cabral, Fernando Fortes, Luís Cabral e ele próprio⁸⁸¹, isto é, estiveram ausentes, Elisée Turpin e Júlio de Almeida. O primeiro (Elisée Turpin), confrontado com a data da reunião constitutiva do PAI, não hesitou em descartar a sua participação numa alegada reunião feita a 19 de Setembro de 1956⁸⁸². Em entrevista anterior (1997), concedida a Leopoldo Amado, Elisée Turpin tinha defendido a mesma posição⁸⁸³. Outros, ao referirem-se ao 19 de Setembro de 1956, servem-se contudo de factos ocorridos em Setembro de 1959, registando-se ainda alguns embaraços e frequentes contradições nos testemunhos dos considerados “fundadores”, quando são chamados a pronunciar-se sobre o tema. Por exemplo, Luís Cabral afirma que a reunião da fundação do PAI teria ocorrido a 19 de Setembro de 1956, entrando em contradição com Aristides Pereira, para quem aquela data foi escolhida no decurso de uma reunião realizada em Dakar, em 1960, porque Senghor “achava que nós éramos um ramo gui-

⁸⁷⁹ Entrevista a Joseph Turpin, Bissau, Outubro de 2002.

⁸⁸⁰ Vide Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 43.

⁸⁸¹ Vide Aristides Pereira citado por José Vicente Lopes, *ob. cit.*, p. 41.

⁸⁸² Entrevista a Elisée Turpin, Bissau, Outubro de 2002.

⁸⁸³ Vide o extracto da entrevista em Ângela Sofia Benoliel Coutinho, *Les Dirigeants du PAIGC «Parti Africain Pour l'Indépendance de la Guinée-Bissau et du Cape Vert», Des Origines a la Scission. Études de parcours individuels, de stratégies familiales et d'idéologie*, Thèse pour obtenir le grade de Docteur de l'Université Paris I, Discipline : Histoire, Université de Paris I – Phanteón – Sorbonne – U.F.R – d'Histoire, 2004, p. 26.

neense-cabo-verdiano do PAI senegalês, que foi criado em 1957”. Num documento elaborado pela PIDE, com data de 4 de Julho de 1961, o PAI de Diop era considerado como um partido separatista de obediência comunista⁸⁸⁴. De resto, seria ilegalizado conjuntamente com o Partido do Reagrupamento Africano (PRA), através do decreto de 1 de Agosto de 1960, em virtude das desordens causadas no decurso das eleições legislativas de Julho último⁸⁸⁵ e por defenderem a ideia da “Grande Guiné” com apoios de Pequim e de Moscovo. De acordo com outra informação da PIDE/DGS, em virtude da ilegalização e da apertada vigilância a que estavam sujeitos no Senegal, muitos militantes do PAI da Federação do Mali teriam tentado infiltrar o PAI da Guiné portuguesa⁸⁸⁶. De resto, por este motivo e também por causa das analogias a nível da denominação e siglas, as actividades do partido de Amílcar Cabral seriam vistas com alguma desconfiança pelas autoridades senegalesas. A fim de evitar eventuais conotações, por sugestão de Luís Cabral, Amílcar Cabral teria acrescentado o “GC” (Guiné e Cabo Verde) à sigla PAI, numa reunião realizada em Dakar, em Outubro de 1960. Foi também na mesma altura que se procedeu ao desenho da bandeira, que acabaria por ser inspirado, em nossa opinião, na do ilegalizado PAI da Federação do Mali. Ouçamos Rafael Barbosa a propósito:

Quem o apresentou foi Luís Cabral. Eu fiz uma bandeira muito próxima da bandeira portuguesa mas ao contrário: verde e vermelha, e uma circunferência no meio. Pensava adaptar algo relacionado com o arroz. Eles optaram por aquela, mas comecei a olhar para a estrela negra... nós nunca vimos uma estrela negra... Coisa de África e tal⁸⁸⁷.

Ou seja: uma bandeira tricolor, com uma faixa vermelha colocada na vertical e uma estrela negra centrada, imitando em tudo a do PAI de Diop⁸⁸⁸; outras duas faixas sobrepostas horizontalmente com a seguinte ordem de cima para baixo: amarela e verde. A proposta apresentada por Amílcar Cabral ia no sentido de uma bandeira dividida diagonalmente, com uma banda amarela central contendo uma estrela negra, um triângulo superior verde e o inferior amarelo⁸⁸⁹. Conjugavam-se, na nossa perspectiva, as cores

⁸⁸⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Objet: Au sujet du nommé De Almeida Cabral” fl. 552v. Existe uma tradução feita, julgamos que pela PIDE, para português com o título de “Em causa o nome de Almeida Cabral” (fl. 552).

⁸⁸⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “ofício dirigido à PIDE em Bissau com data de S. Domingos, 22 de Agosto de 1960” fls. 661-662.

⁸⁸⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, Informação Secreta n.º 740 – SC (CI (2), fl. 59).

⁸⁸⁷ ASRDNGB, entrevista a Rafael Barbosa, 19 de Setembro de 2002.

⁸⁸⁸ Vide, respectivamente, as Figuras 13 e 14 no Anexo II – Galeria de Imagens.

⁸⁸⁹ Vide Figura 15 no Anexo II – Galeria de Imagens.

pan-africanistas da Etiópia⁸⁹⁰ e a bandeira do Ghana⁸⁹¹, este último país visitado por Cabral por duas vezes, desde que acedeu à independência. Estas diferentes sugestões vêm revelar ainda discrepantes vivências dos três nacionalistas. Luís Cabral, vivendo há algum tempo em Dakar conhecia bem a bandeira do PAI da Federação do Mali. Ao avançar com sugestão de uma bandeira muito próxima da portuguesa Rafael revelava, ao invés, que não tinha outras referências. Cabral, que já tinha viajado por alguns países africanos, tinha entrado em contacto com outras realidades.

Contudo, apesar de todas estas modificações (a nível das siglas e do símbolo), Senghor continuou a manifestar a sua desconfiança em relação ao PAI da Guiné e Cabo Verde. Há mesmo um episódio em que Amílcar Cabral foi impedido de desembarcar no aeroporto de Yoff (Dakar), em Outubro de 1960, quando pretendia avistar-se com Rafael Barbosa, enviado do movimento do interior da Guiné portuguesa. As autoridades tinham tido conhecimento de que era líder do PAI. Foi então que, de acordo com Aristides Pereira, Amílcar Cabral “passou a argumentar” que o PAI da Guiné portuguesa “era anterior ao PAI senegalês”, e que teria sido fundado a 19 de Setembro de 1956. Mesmo assim, há incongruências no surpreendente depoimento de Aristides Pereira, a José Vicente Lopes, quando sustenta que, naquela data “Cabral tinha estado em Bissau, a caminho de Portugal, para ver a mãe”, e se reuniu com eles. Certamente, Aristides Pereira referia-se à já aludida passagem de Amílcar Cabral por Bissau, em Setembro de 1959.

Surpreendentes são, também, as declarações de Abílio Duarte, amiudadas vezes apontado como o grande ausente dessa alegada reunião com Amílcar Cabral, a 19 de Setembro de 1956⁸⁹². Numa entrevista concedida a José Vicente Lopes, em 1995, sem pôr em causa a realização dessa reunião, aquele ex-dirigente do PAIGC, já falecido, dizia estranhar que, encontrando-se em Bissau⁸⁹³ e tendo estado sempre a par das actividades nacionalistas desde 1952 (ano em que Cabral chegou a Bissau), não tivesse sido convidado⁸⁹⁴. De acordo ainda com o depoimento do grande “ausente” da “histórica” reunião, a fundação deste partido foi um processo que começou desde 1952 e na qual participaram vários indivíduos como Victor Robalo, João Rosa e Joaquim Carrington da Costa⁸⁹⁵. Curiosamente, Abílio Duarte não se encontrava em Bissau a 19 de Setembro

⁸⁹⁰ *Vide*, respectivamente, as Figuras 16 no Anexo II – Galeria de Imagens.

⁸⁹¹ *Vide* Figura 17, Anexo II – Galeria de Imagens.

⁸⁹² *Vide*, sobre este assunto, Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 43.

⁸⁹³ Esta confissão de Abílio Duarte entra em contradição com Luís Cabral, que afirma que Abílio encontrava-se de férias na Europa à data da pretensa reunião, (Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 49).

⁸⁹⁴ *Vide* Abílio Duarte, in José Vicente Lopes, *ob. cit.*, p. 40.

⁸⁹⁵ José Vicente Lopes, *ob. cit.*, p. 42.

de 1959. Por esta altura, já tinha regressado a Cabo Verde, a fim de continuar os seus estudos liceais em S. Vicente, onde acabara por fazer um trabalho notável de consciencialização dos seus conterrâneos. Abílio avançou inclusivamente dúvidas sobre a fundação do PAI/PAIGC em 1956, alegando o facto de Amílcar Cabral ter estado reunido em Paris, em 1957, no encontro constitutivo do Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas (MLNCP), onde se encontravam Mário de Andrade, Marcelino dos Santos, mas “não falou da fundação do PAIGC com ninguém”⁸⁹⁶, facto ainda mais estranho quando havia muita cumplicidade política entre eles.

O desconhecimento da existência do PAI da Guiné portuguesa no seio do MAC manter-se-ia, como já se disse, até Outubro de 1959, altura em que começaram a aparecer as primeiras referências, na correspondência daquele movimento. A mais antiga data de Berlim, 13 de Outubro de 1959, e aparece numa carta de Viriato da Cruz dirigida a Lúcio Lara, em que aquele revelava que Amílcar Cabral afirmou que havia “na sua terra a organização PAI”⁸⁹⁷, baseando-se, provavelmente, numa anterior informação do próprio Amílcar, relacionada ainda com a sua recente passagem por Bissau e Dakar. Tendo em conta este facto, ao tomar conhecimento da existência em Conakry, do Movimento de Libertação dos Territórios sob a Dominação Portuguesa (MLTDP), através da carta endereçada ao MAC por um elemento daquele movimento, Adriano Araújo, Viriato da Cruz teria insistido na necessidade de haver ligações entre as organizações nacionalistas do mesmo território:

Sendo assim, tendo em conta os interesses da unidade do movimento da «G[uiné] portuguesa», nós deveremos, mais acertadamente, pôr em contacto as organizações da «G[uiné] portuguesa», a fim de elas procurarem um meio de colaboração íntima⁸⁹⁸.

A Segunda referência data de 22 de Novembro de 1959. Trata-se de uma carta (dactilografada) de Viriato da Cruz dirigida a Lúcio Lara, na qual propunha que se fizesse a divulgação do material produzido pelo MAC junto das “outras organizações dos nossos países (exemplo: UPA, PAI, etc)...”⁸⁹⁹. Note-se também, que, na carta de Viriato da Cruz, não se fazia ainda referências explícitas ao MPLA. Praticamente, a primeira referência sobre este movimento angolano, e a terceira sobre o PAI da Guiné portuguesa, é datada de 26 de Dezembro de 1959 e consta de um “Memorando” dirigido por Lúcio Lara ao *Bureau* Político do partido tunisino, Neo-Destour. Neste “Memoran-

⁸⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 40.

⁸⁹⁷ Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara, 13 de Outubro de 1959, p. 193.

⁸⁹⁸ Carta de Viriato da Cruz [dactilografada], datada de Berlim, 13 de Outubro de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 193.

⁸⁹⁹ Carta de Viriato da Cruz [dactilografada], datada de 22.11.59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 238.

do”, depois de esclarecer que, em Angola, “desde há 5 anos, que pelo menos duas organizações políticas (a União das Populações de Angola e o Movimento Popular de Libertação de Angola)” trabalhavam no sentido de mobilizarem “a maioria da parte activa da população para uma luta sem tréguas contra a ocupação portuguesa”⁹⁰⁰, acrescentava ainda que, “na Guiné dita portuguesa, o Partido Africano da Independência esforçava-se também por liquidar este colonialismo ultrapassado”.

⁹⁰⁰ Memorandum ao Neo-Destour [dactilografado – original em francês], Tunes, 26 de Dezembro de 1959 Ao *Bureau* Político do Neo-Destour Tunes, assinado por Lúcio Lara (das Relações Exteriores do MAC), pp. 304-305.

Cap. 3 – Da Formação do Movimento Unitário na Diáspora à Fundação do PAIGC

1. Tendência e evolução do nacionalismo africano em Portugal desde finais dos anos 40.

1.1. Do CEA à fundação do primeiro movimento unitário de libertação

Em Lisboa, enquanto Amílcar esteve ausente na Guiné, de 1952 a 1955, o Centro de Estudos Africanos (CEA) continuou as suas actividades culturais, as quais foram interrompidas definitivamente em 1954, depois da derradeira sessão de 11 de Abril⁹⁰¹. Mas, antes dessa interrupção os membros do CEA ainda ponderaram a necessidade da fundação de uma organização política clandestina⁹⁰², autónoma em relação ao PCP e à “luta antifascista”. Era a primeira vez que, tanto quanto sabemos, tal era equacionado nos círculos ligados aos estudantes africanos na diáspora. O resultado concreto foi a criação, em Lisboa, ainda naquele ano, do Movimento Democrático das Colónias Portuguesas (MDCP)⁹⁰³, por Agostinho Neto, Zito Van Dúnen, António Domingues, Humberto Machado, Lúcio Lara e Mário de Andrade. O predomínio dos angolanos no movimento que se autoproclamava representativo de todas as colónias, está seguramente relacionado com o facto de, à data da sua fundação, os restantes elementos (também activos politicamente) das outras colónias, tais como Amílcar Cabral, Alda Espírito Santo, Marcelino dos Santos e Guilherme do Espírito Santo, se encontrarem, respectivamente, na Guiné, em S. Tomé e Príncipe e em Paris.

A contínua “sangria” dos elementos africanos já anteriormente referida, a que se veio associar a de Mário de Andrade, em 1954, e a prisão de Agostinho Neto em 1955, bem como as ligações com o PCP, não permitiram ao MDCP evoluir autonomamente, acabando por resfriar o entusiasmo inicial à sua volta e contribuir assim para que a sua existência fosse de curta duração.

Fica-nos a impressão de que entre os africanos já havia uma forte convicção de que, em Portugal, jamais seriam capazes de fundar um movimento autónomo relativamente ao PCP. Em 1959, numa carta dirigida a Lúcio Lara, entretanto refugiado na

⁹⁰¹ Mário de Andrade, *Uma entrevista dada a...*, pp. 80-81.

⁹⁰² *Idem, ibidem*, pp. 96-98.

⁹⁰³ Lúcio Lara, *ob. cit.*, pp. 67 e 73.

Alemanha, Castro Soromenho praticamente reconheceu a urgência desse distanciamento ao escrever que “a luta dos africanos” não podia “ser feita sobre o terreno português”⁹⁰⁴. Segundo ele, seria, pois, difícil para os africanos manterem estáveis e fortes relações com a oposição ao salazarismo, no seio da qual havia ainda manifestações de mentalidade colonial e se defendiam uma posição “tão nacionalista como os salazaristas”⁹⁰⁵.

No Outono de 1957, Amílcar Cabral e Viriato da Cruz encontraram-se em Lisboa. Este último, vigiado pela PIDE – que entretanto tinha aberto delegações suas nas colónias – vivia clandestinamente em casa do casal Cabral (Amílcar e Maria Helena)⁹⁰⁶, o que confirma a existência de contactos e de ligações anteriores e até mesmo de alguma cumplicidade política dos tempos de Angola. Pouco tempo depois, Viriato exilou-se em Paris, onde, em Novembro de 1957, teve lugar, no 3 bis Place de la Sorbonne, uma importante “Reunião de consulta e estudo para o desenvolvimento da luta nas colónias portuguesas”⁹⁰⁷. Essa reunião, que contou com as presenças de Amílcar Cabral, Viriato da Cruz, Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Guilherme Espírito Santo⁹⁰⁸, culminou com a fundação do Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesa (MLNCP), à revelia do MDCP de Lisboa, depois de analisadas e revistas as condições de vida dos respectivos povos, a resistência histórica contra o colonialismo e a situação mundial. O principal objectivo daquele movimento era a libertação das colónias portuguesas, o que passava pela divulgação, no exterior, das actividades que as organizações políticas clandestinas que operavam no interior, designadamente em Angola, vinham denodadamente desenvolvendo. Há muito que os nacionalistas angolanos do interior vinham fazendo apelos aos da diáspora, no sentido de criarem, em Portugal, um movimento que fosse responsável, como afirmou Lúcio Lara, pela denúncia da “verdadeira natureza do colonialismo português (que um muro de silêncio fazia aparecer aos olhos do mundo como muito humano)”⁹⁰⁹.

O facto de, pela primeira vez, se ter fundado, fora de Portugal, um “Movimento de Libertação” de todas as colónias portuguesas não deixava de ser sintomático relati-

⁹⁰⁴ Carta de Castro Soromenho para Lúcio Lara [manuscrita], Paris, 7 Junho 59, in Lúcio Lara, ob., cit., p. 103.

⁹⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 103.

⁹⁰⁶ Lúcio Lara, *Documentos para a História do MPLA até Fevereiro de 1961*. Com um prefácio à edição portuguesa, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, p. 74.

⁹⁰⁷ Mário de Andrade, *Uma entrevista dada a...* p. 141 e AMS, “Reunion Consultatives et d’Étude pour le Development de la lute contre le Colonialisme Portugais”, pasta 4887.005, im. 135.

⁹⁰⁸ Mário de Andrade, *Uma entrevista dada a...*, p. 140. Amílcar Cabral tinha solicitado, ao Governo Civil de Lisboa, um passaporte com o objectivo de visitar alguns países europeus, certamente a pensar na importante deslocação a França (*Vide*, sobre este assunto, José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 34).

⁹⁰⁹ Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 18.

vamente às intenções dos africanos em se afastarem das orientações e da instrumentalização do PCP. Repare-se que um dos promotores da reunião de Paris era justamente Viriato da Cruz, que, ao chegar a Lisboa proveniente de Angola, numa reunião com Agostinho Neto e Lúcio Lara, nada teria revelado acerca do Partido Comunista Angolano (PCA) e do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), certamente devido às ligações daqueles dois compatriotas ao PCP. Como assegura João Madeira, Viriato nunca quis uma ligação com este partido, pelo menos de carácter paternalista. De resto, esta sua posição manter-se-ia, ao longo dos anos, inalterável. Por exemplo, em Outubro de 1959, defendia que os “subterrâneos” lusos deviam convencer-se das teses justas e assumir posições inequívocas em relação à luta dos povos africanos⁹¹⁰ e não posições orientadoras. Lúcio Lara, por outro lado, era já favorável a uma “cuidadosa colaboração” que não envolvesse compromissos de ordem ideológica, nem paternalismos de nenhuma espécie. Em sua opinião, cabia “aos subterrâneos lusos”, como gostava muito de se referir relativamente ao PCP (numa linguagem provavelmente influenciada por Jorge Amado) compreender que cabia aos africanos a direcção da sua própria luta⁹¹¹.

Outro aspecto sintomático é o facto de a reunião de Paris ter tido lugar pouco tempo depois do V Congresso do PCP, no qual participou Lúcio Lara, em representação dos jovens das colónias. Nem mesmo o facto de o PCP ter reconhecido, incondicionalmente, no programa aí aprovado, o direito dos povos das colónias portuguesas de África à imediata independência⁹¹², impediu os africanos de criarem um movimento seu, autónomo e com propósitos bem definidos.

Na declaração de princípios adoptada pelo MLNCP invocava-se, pela primeira vez, o dever de lutar por todos os meios para erradicar o colonialismo português nos territórios africanos e, ao mesmo tempo, empreender, do ponto de vista ideológico, uma certa aproximação às “massas”, designadamente, ao “proletariado”, que consideravam (numa lógica marxista) a “classe social mais revolucionária”⁹¹³, e ao qual deveria caber a responsabilidade de mobilizar, organizar e dirigir as “massas”.

⁹¹⁰ Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara, [dactilografada], 29.10.59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 213.

⁹¹¹ Carta de Lúcio Lara a Mário de Andrade [dactilografada], Frankfurt, 14-XI-59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 230.

⁹¹² Cf. *Programa do Partido Comunista Português aprovado no V Congresso*, Editorial «Avante», Outubro de 1957, p. 8; e Ramiro [Júlio Fogaça], *V Congresso do partido Comunista Português, A unidade das forças anti-salazaristas factor decisivo para a libertação nacional. Informe Político do Comité Central*, Edições “Avante”, Outubro de 1957, p. 21.

⁹¹³ AMS, “Reunion consultative et d’étude pour le Développement de la lutte contre le colonialisme portugais”, pasta 4887.005, im. 139.

Nas resoluções finais, por outro lado, seguindo o ideário pan-africanista e negritudinista, prometia-se liquidar o colonialismo português e pôr em prática, de forma imediata, a criação de novas organizações de luta, não só nas colónias portuguesas, mas também em todas as regiões do mundo onde houvesse africanos dessas colónias, e, por último, favorecer a consolidação e a eficácia das organizações existentes⁹¹⁴.

Para o recém-criado movimento foi constituído um “comité provisório de direcção colectiva”, que deveria cessar as suas funções a partir do momento em que tivesse condições de eleger o organismo director⁹¹⁵.

1.2. Do MLNCP ao MAC

A fundação do MLNCP em Paris, à revelia do MDCP, deveria ter sido transmitida a Lisboa por Amílcar Cabral que, por impossibilidade ou por uma questão de segurança, não pôde divulgar por completo⁹¹⁶ os Estatutos, o Programa, a Declaração de Princípios e as resoluções adoptadas na reunião de Paris.

Graças a um conjunto valioso de cartas publicadas por Lúcio Lara⁹¹⁷ e de outros documentos pertencentes ao arquivo pessoal do entretanto falecido Mário de Andrade, reunidos pelo Arquivo da Fundação Mário Soares, é-nos apenas possível estudar a dinâmica das diferentes secções do MAC, de 1959 até à criação da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN), em Janeiro de 1960.

Apesar da relativa importância política do acto, a criação de um outro movimento em Paris não teria sido bem visto em Lisboa onde, como já se disse, existia, desde 1954, o Movimento Democrático das Colónias Portuguesas (MDCP), facto que veio mesmo abrir uma cisão nas hostes nacionalistas da diáspora, marcada sobretudo por diferenças ideológicas. Em causa estavam ainda as ligações deste último movimento ao PCP, a que se opunham os fundadores do primeiro. Isto teria estado na origem de uma reunião em Lisboa em que se decidiu enviar Lúcio Lara a Paris, em Dezembro de 1957, com o intuito de obter um acordo de fusão dos dois movimentos, que mais tarde deu origem ao Movimento Anticolonialista (MAC), em Lisboa⁹¹⁸. Dois anos depois, o próprio Lúcio Lara criticou os companheiros que, em Paris, haviam

⁹¹⁴ *Idem, ibidem*, im. 139.

⁹¹⁵ *Idem, ibidem*, im. 139.

⁹¹⁶ Carta a Viriato da Cruz, [dactilografada], Frankfurt, 26 de Novembro de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 251.

⁹¹⁷ Lúcio Lara, *Documentos e comentários para a História do MPLA Até Fevereiro 1961*. Com um prefácio à edição portuguesa, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999.

⁹¹⁸ Carta a Viriato da Cruz, [dactilografada], Frankfurt, 26 de Novembro de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 251.

decidido criar o Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas (MLNCP), ao escrever:

Essa primeira organização assentava em bases falsas, pelo menos quanto a Lisboa. Dela faziam parte meia dúzia de tipos que na sua maior parte tinham perdido contacto com a nova geração e que, portanto, não conseguiram alargar verdadeiramente o Movimento. Isso conseguiu-se apenas com a fusão de que saiu o MAC⁹¹⁹.

Houve quem, como Alejandro Botzàris⁹²⁰, procurasse ainda ver, na criação do MAC, em 1958, a mão invisível do PCP o que não corresponde à verdade. Aquele investigador afirma que a proximidade e a coincidência da fundação do MAC com o Congresso do PCP, derivava da nova táctica adoptada por este partido, sob a orientação de Moscovo, destinada a criar organizações comunistas autónomas com possibilidade de manter contactos com o movimento comunista internacional⁹²¹. Da nossa parte, não encontramos nenhuma ligação directa entre a realização do V Congresso do PCP e a fundação do MAC. Antes pelo contrário. Julgamos que se tratam de dois acontecimentos independentes. Talvez o PCP tivesse tido algum papel na formação do MDCP em Lisboa, mas nunca do MAC e da sua antecessora, o MLNCP. Portanto, como António E. Duarte Silva⁹²², neste caso particular, também não encontramos nenhuma ligação paternalista entre o PCP e o MLNCP ou o MAC. De resto, o próprio Agostinho Neto, em determinada ocasião, admitiu que o MAC tinha sido organizado separadamente das organizações portuguesas⁹²³.

Por conseguinte, estamos em condições de poder afirmar que, historicamente, embora tenha sido por pouco tempo, o MLNCP antecedeu o MAC. Lúcio Lara foi o elemento do MDCP incumbido de, *a posteriori*, institucionalizar o novo movimento em Lisboa, em 1958. Para isso era necessária a presença de um elemento do MLNCP, movimento que Lúcio Lara confunde com MDCP⁹²⁴. O elo de ligação que haveria de contribuir para a fusão dos dois movimentos foi Marcelino dos Santos. Ouçamos Lúcio Lara:

⁹¹⁹ Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz [dactilografada], Frankfurt, 26 de Novembro [de 1959], in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 251.

⁹²⁰ Alejandro Botzàris, *África e o Comunismo*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, pp. 180-181.

⁹²¹ Alejandro Botzàris, *ob. cit.*, pp. 180-181; Luís Fernandes Dias Correia da Cruz “Alguns Aspectos da subversão...”, p. 140; e também sobre o mesmo assunto António E. Duarte Silva, *ob. cit.*, p. 39.

⁹²² António E. Duarte Silva, *ob. cit.*, p. 39.

⁹²³ Aquino de Bragança (II), *Os movimentos de Libertação*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978, p. 125.

⁹²⁴ Chamou-lhe mesmo Movimento Democrático das Colónias Portuguesas de Paris (Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 74).

Depois de uma reunião de consulta e estudo em Paris, com a presença de Amílcar Cabral e Eduardo dos Santos, uma delegação do Movimento Democrático das Colónias Portuguesas de Paris desloca-se no primeiro trimestre de 1957 a Lisboa, na pessoa de Marcelino dos Santos, a convite dos nacionalistas africanos residentes em Portugal, e das conclusões dessa reunião resulta a criação do Movimento Anticolonialista⁹²⁵.

Mais uma vez é necessário corrigir a traição da memória de Lúcio Lara quando afirma que essa deslocação de Marcelino dos Santos a Lisboa teria sido feita no primeiro trimestre de 1957. Provavelmente, Lara queria dizer primeiro trimestre de 1958, porque, no primeiro trimestre de 1957, nem Viriato da Cruz, nem Amílcar Cabral se encontravam na Europa, mas em Angola e, por conseguinte, não podiam ter participado na fundação do MLNCP em Paris.

Depois da sua institucionalização em Lisboa, o MAC rapidamente se assumiu, pelo menos durante os dois anos em que funcionou (de 1958 a 1960), como o primeiro movimento de libertação englobando todas as colónias portuguesas, como o afirmou Amílcar Cabral, em Belgrado, em 1967⁹²⁶. O objectivo dessa luta que se travava na Europa, na perspectiva de Lúcio Lara, era a “internacionalização do problema das colónias portuguesas”⁹²⁷, de modo a fazer com que, declarou ainda aquele anticolonialista angolano, a luta que os seus “irmãos” travavam nas suas “terras” encontrasse “cá fora” o eco que merecia.

Enquanto organização política que simultaneamente envolvia elementos originários de todas as colónias portuguesas, ainda sem nenhum vínculo partidário, exceptuando Viriato da Cruz, o MAC tinha por missão lutar e coordenar a luta levada a cabo por organizações criadas nas suas colónias, designadamente em Angola e na Guiné. Lúcio Lara deu conta desse projecto a Hugo de Menezes⁹²⁸, em carta datada de 3 de Junho de 1959. Numa outra ocasião, este último chegara a manifestar a sua intenção de criar uma organização com os mesmos objectivos, em estreita ligação com “as organizações das nossas terras”⁹²⁹, enquadrada, como ele mesmo escrevia, “no conceito um pouco ambíguo do Pan-africanismo”⁹³⁰.

Fica demonstrado que a tendência das elites africanas na diáspora era a de criar organismos unitários e de avançar juntos no combate contra o colonialismo português.

⁹²⁵ Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 74.

⁹²⁶ Amílcar Cabral, “Fifty year...”, p. 90.

⁹²⁷ Carta a Hugo de Menezes [dactilografada], datada de Frankfurt Main, 20 de Maio de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 89.

⁹²⁸ Carta a Hugo de Menezes [dactilografada], Frankfurt, 3 de Junho 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 99.

⁹²⁹ Carta a Hugo de Menezes [dactilografada], Londres, 26/5/59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 92.

⁹³⁰ *Idem, ibidem*, p. 93.

Para a estruturação do novo movimento (o MAC), foi eleito, pouco depois, o directório “interno” (isto é, de Lisboa)⁹³¹, o directório “externo” (de Paris)⁹³² e um núcleo jovem⁹³³.

Entre 1958 e 1959, o MAC passou por diferentes momentos de reestruturação. Foi durante este período, mais concretamente em Março de 1958, que Lúcio Lara abandonou Lisboa e se instalou, com toda a sua família, em Frankfurt, na Alemanha. Pouco antes, Viriato da Cruz havia trocado Paris por Frankfurt e mais tarde por Berlim. Deste modo, os elementos do MAC ficavam distribuídos por quatro capitais europeias (Lisboa, Paris, Frankfurt e Berlim), o que corresponderia às três secções (Lisboa, Paris e Frankfurt). Doravante, o importante era coordenar, através de reuniões, todas as actividades a desenvolver, logo que fosse tecnicamente possível, como aconteceu em Roma, entre 26 e 31 de Março de 1958, durante a II Conferência dos Escritores e Artistas Negros, a qual assistiram Mário de Andrade, Marcelino dos Santos, Lúcio Lara e Viriato da Cruz. Quando estes raros encontros não se produziam, as ligações eram feitas, sobretudo, através de cartas, de telefonemas ou do envio de emissários. Neste sentido, muitas vezes foi Amílcar Cabral quem, “armado de caixeiro-viajante”⁹³⁴, para nos socorrer-nos de uma expressão sua, abraçando todos os riscos que tais missões comportavam, garantiu as ligações entre o directório de Lisboa e as secções do MAC estabelecidas em distintas capitais europeias, fazendo inicialmente os seguintes eixos: Lisboa – Paris – Frankfurt e vice-versa, e, mais tarde, promovendo contactos em África (Lisboa – Luanda – Accra - Bissau) ou então Lisboa – Nigéria – Luanda -Congo Leopoldville – Accra – Bissau – Dakar e Lisboa e ainda Lisboa – Paris – Tunes – Londres – Conakry. Nestas missões levava instruções, livros e documentos úteis para o trabalho propagandístico. E quando não era possível, por razões profissionais, encarregava-se simplesmente de enviar essas remessas por via postal, como aconteceu, por exemplo, a 3 de Maio de 1959, em resposta a um pedido feito por Lúcio Lara ao directório de Lisboa do MAC, no qual aquele solicitava a compra e o envio dos seguintes livros: 1) *Anuário Estatístico da Província de Angola (1954-1955)*; 2) *Anuário Comercial de Angola*; 3) *Estatuto da Província de Angola*; e 4) *História das Guerras Angolanas*; 5)

⁹³¹ Faziam parte deste directório, entre outros, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Humberto Machado, Eduardo Santos, Noémia de Sousa, Jacob Meneses e Lúcio Lara (*Vide Dalila Cabrita Mateus, ob. cit., p. 89*).

⁹³² Integravam este directório “externo”, Viriato da Cruz, Marcelino dos Santos, Mário de Andrade e Guilherme de Espírito Santo e Luís de Almeida (*Dalila Cabrita Mateus, ob. cit., p. 89*).

⁹³³ De acordo com Dalila Cabrita Mateus (*ob. cit., p. 89*) faziam parte deste núcleo Edmundo Rocha, Iko Carreira, Manuel Videira, João Vieira Lopes, Carlos Pestana Heineken e António Tomás Medeiros.

⁹³⁴ Foi o próprio quem usou esta expressão numa carta dirigida a Ruth Lara, datada de Kano (Nigéria), 7 de Agosto de 1959, In Lúcio Lara, *ob. cit., p. 119*.

Anais de Angola; 6) *Arquivos de Angola*. Na resposta datada de 6 de Junho, Amílcar Cabral afirmava que teria conseguido enviar os livros assinalados em 1) e 2) e que estava a fazer diligências no sentido de encontrar os outros⁹³⁵.

É preciso enfatizar que foi no âmbito de uma destas missões que Amílcar Cabral se deslocou a Frankfurt, em meados de Abril de 1959. De passagem por Paris, aproveitou a oportunidade para se reunir com Marcelino dos Santos e Guilherme do Espírito Santo, tendo decidido da necessidade de passar a “apresentar reivindicações mais concretas”. Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Marcelino dos Santos haviam abordado este assunto, num encontro que tiveram, aquando da II Conferência dos Escritores e Artistas Negros. Dentre as reivindicações que Amílcar Cabral e os companheiros da secção de Paris defendiam e que foram, mais ou menos, expostas numa carta que Marcelino dos Santos enviou a Lúcio Lara⁹³⁶, ainda no mesmo mês de Maio, constavam, entre outras de carácter social e cultural, a independência nacional, imediata ou por etapas, sob a tutela das Nações Unidas, a liberdade de criação de organizações políticas, a liberdade de reunião e de imprensa e acesso dos africanos aos cargos da administração pública. E, como o MAC ainda não mantinha nenhuma ligação orgânica e institucional com os movimentos de libertação já existentes, nomeadamente em Angola e na Guiné, Marcelino dos Santos propunha ainda uma maior aproximação a essas organizações com o objectivo de “discutir com elas se possível – o programa de reivindicações concretas”⁹³⁷.

Os assuntos relacionados com o referido programa de reivindicações constaram, certamente, da agenda de Amílcar Cabral, no encontro que manteve, posteriormente, com Lúcio Lara e Viriato da Cruz, em Frankfurt, no dia e meio em que aí permaneceu. Uma carta do primeiro (Lúcio Lara), datada de 23 de Abril, dirigida a Marcelino dos Santos, em Paris, dá-nos conta que, durante a estadia de Amílcar naquela cidade, teriam conversado longamente⁹³⁸. Este encontro foi extremamente importante, em virtude de ter sido nessa ocasião que se definiram os métodos e meios de luta e se elaborou o primeiro Manifesto do MAC, que só seria divulgado, mais tarde, com a data de 1 de Janeiro de 1960.

⁹³⁵ Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 102.

⁹³⁶ Esta carta teria sido mostrada por Lúcio Lara a Viriato da Cruz, que fez algumas anotações à mão em alguns pontos (Carta de Marcelino dos Santos [dactilografada] datada de Maio, s.d. e s.l., in Lúcio Lara, *ob. cit.*, pp. 95-97).

⁹³⁷ *Idem, ibidem*, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 97.

⁹³⁸ Carta de Marcelino dos Santos [dactilografada], Ffm [Frankfurt/Main], 23 de Abril, 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 83.

Para a denúncia internacional do colonialismo português fazia falta mais gente no exterior. Por julgarem que Agostinho Neto poderia desempenhar um importante papel nessa luta, os seus companheiros da secção de Frankfurt e de Berlim tentaram convencê-lo, à semelhança do que já haviam feito com Amílcar Cabral, a abandonar Lisboa. Neto estava em vésperas de terminar o curso de Medicina. Assim, em carta dirigida ao directório do MAC em Lisboa, Lúcio Lara escrevia:

Desejava saber e também antes das minhas férias, se o seu amigo médico Zé Maria estaria interessado num longo estágio aqui, talvez com uma bolsa e com a possibilidade de trazer a esposa. Parece ser muito simples, mas antes do mais é preciso saber se ele está realmente interessado. A duração dos estágios é muito longa e talvez não lhe interesse. Penso em todo o caso que ele deve pensar no assunto⁹³⁹.

Não há dúvida alguma de que a supracitada carta se referia a Agostinho Neto, pelas indicações de que o indivíduo em questão era “médico” e pelo facto de fazer menção a uma “clínica muito importante em África”. Sabe-se que Neto planeava regressar a Angola, logo que concluísse a licenciatura, o que acabou por acontecer em finais de Dezembro daquele ano. No entanto, quem acabou por responder, em nome do “Dr. José Maria das Neves”, foi, efectivamente, Amílcar Cabral, em carta datada de 6 de Junho de 1959:

O seu convite reteve a atenção do nosso amigo comum, José Maria Neves, mas, de momento, ele não o pode aceitar por já estar comprometido com uma clínica muito importante em África; (mas) se por acaso este negócio não evoluir bem, é bem possível que aceite fazer o estágio, e para tal gostaria de ter mais informações (duração, condições de trabalho, diplomas a obter, etc.)⁹⁴⁰.

Porém, uma das grandes apostas do MAC foi, sem dúvida, o incentivo à criação de partidos, movimento e/ou frentes no interior das colónias portuguesas e o estabelecimento de ligações com estas organizações políticas. Esta questão levou, inclusive, alguns dos seus membros a considerarem este assunto como uma prioridade⁹⁴¹.

⁹³⁹ Carta de um original em francês de Lúcio Lara para secção do MAC em Lisboa, s.l., 31 de Maio de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 95.

⁹⁴⁰ Carta de Amílcar Cabral [manuscrita – original em francês], Lisboa – 6/6/59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 102.

⁹⁴¹ Carta de Lúcio Lara a Mário de Andrade [dactilografada], F/m [Frankfurt/Main], 14.XI.59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 229.

De acordo com Lúcio Lara, logo que estas frentes estivessem constituídas na Guiné e em Angola, o MAC deveria passar a funcionar como um organismo de coordenação geral⁹⁴².

Estas ideias eram idênticas às de Viriato da Cruz⁹⁴³, que advogava que, em cada colónia, se criassem organizações políticas que mobilizariam uma parte do povo, cabendo às frentes nacionais a missão de congregar à sua volta essas diferentes organizações e unir todo o povo⁹⁴⁴.

Não tardaram, porém, a surgir as primeiras divergências no seio do movimento unitário, entre Guilherme Espírito Santo e a secção de Frankfurt e Berlim, que fizeram com que Mário de Andrade se insurgisse contra o movimento de libertação unitário. Por detrás das referidas divergências estavam as críticas de Guilherme Espírito Santo à secção de Frankfurt, em que reprovava a sua forma de trabalhar e de tomar decisões sem consultar as outras secções⁹⁴⁵. Destas críticas se demarcou, pelo menos um elemento da secção de Paris, Mário de Andrade. Numa outra carta dirigida a Lúcio Lara, aquele declarava que a Acta da reunião do dia 14 de Julho de 1959, redigida por Guilherme Espírito Santo, não correspondia de modo algum aos seus pontos de vista⁹⁴⁶. Foi na mesma carta que, agastado com as críticas de Guilherme Espírito Santo e sem abdicar da luta comum, Mário de Andrade resolveu lançar o seguinte repto aos seus companheiros:

Um ponto me interessa esclarecer: urge ou não ter uma ligação orgânica com um dos movimentos angolanos? Por outras palavras, o que me interessa é dar a minha contribuição, no plano internacional e dentro das minhas aptidões, à luta que hoje se desenvolve pela independência de Angola. Claro que não abandono as ligações de ordem interafricana, para os territórios sob dominação colonial portuguesa mas... basta de porcarias do tipo «lusitano» ou «luso-tropical», como essa que acaba de acontecer⁹⁴⁷.

As posições de Mário de Andrade eram partilhadas por Lúcio Lara e Viriato da Cruz. A propósito disso, escrevia o primeiro ao segundo:

O Mário continua a pôr o problema de não se sentir verdadeiramente ligado a uma organização angolana, de estar farto daquilo a que ele chama “porcarias do tipo lusitano

⁹⁴² Relatório à secção do MAC em Lisboa [manuscrito por Lúcio Lara, s/d e s/l], in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 255 e 256.

⁹⁴³ Carta de Viriato da Cruz para Lúcio Lara [dactilografada], B [Berlim], 13.10.1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 188.

⁹⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 188.

⁹⁴⁵ Acta da reunião da secção de Paris [manuscrita por Guilherme Espírito Santo], in Lúcio Lara *ob. cit.*, p. 116.

⁹⁴⁶ Carta de Mário de Andrade [dactilografada], Paris, le 28 août 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 131.

⁹⁴⁷ Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara, Paris, 28 de Outubro de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 130.

ou luso-tropical” em que integra a crítica que nos foi feita pela secção de Paris: Diz ele estar interessado em trabalhar pela independência de Angola, embora não menospreze a luta a travar no plano de todas as colónias portuguesas. Eu pensava que vocês tinham resolvido já este problema quando ele esteve em Berlim: Sinceramente penso também que ele terá certa razão⁹⁴⁸.

A resposta de Viriato não podia ser mais esclarecedora:

Estou de acordo com a malta de Paris, quando eles insistem na necessidade de se criar e reforçar organismos de feição nacional, que actuem interiormente e sobre o terreno concreto de cada colónia. Cada organização deverá nascer do chão de cada região, de cada território, de cada colónia. É aí onde cada organização deverá ter bem fixas as suas raízes. O MAC deverá ser apenas um ponto de confluência de todas as correntes. A grande missão do MAC é o de combater pela unidade de acção e, se possível, de organização, de todas as organizações de cada colónia. O MAC, em boa verdade, não pode substituir, em eficácia, representatividade e conhecimento locais, as organizações de carácter nacional⁹⁴⁹.

Estava aberto, assim, o caminho para as organizações políticas nacionais, conforme se vinha defendendo no seio do MAC desde a reunião realizada em Frankfurt, em Maio de 1959.

Apesar da composição do MAC ser mais ou menos abrangente, integrando elementos oriundos de todas as colónias africanas de Portugal, era o problema de Angola (e só muito esporadicamente o da Guiné) que dominava e centralizava todas as actividades daquele movimento. Esta situação é perfeitamente compreensível à luz da composição do movimento dominado sociologicamente por angolanos (Viriato da Cruz, Mário de Andrade, Agostinho Neto e Lúcio Lara).

Por outro lado, é necessário ter em linha de conta o avanço da questão nacionalista naquela colónia e o elevado nível de consciência política e ideológica de alguns deles (Viriato da Cruz). E mais: desde há muito que a diáspora angolana mantinha contactos com os núcleos nacionalistas existentes no interior de Angola. O mesmo não se verificava em relação à Guiné, onde as primeiras formações partidárias só começaram a aparecer, efectivamente, em 1959.

⁹⁴⁸ Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 150.

⁹⁴⁹ Carta de Viriato da Cruz [dactilografada], datada de Berlim, 13.10.1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 193.

1.3. Aspectos de uma missão “corajosa” de Amílcar Cabral em África

No início de Agosto de 1959, Amílcar Cabral abandonou Lisboa com destino a Luanda, a fim de cumprir uma importante missão no quadro do MAC, da qual inicialmente havia sido incumbida a moçambicana Noémia de Sousa. A 19 de Setembro, Viriato da Cruz escrevia a Lúcio Lara, a propósito da missão de Amílcar Cabral em África: “Esse nosso amigo está correndo riscos gravíssimos e na impossibilidade de encontrar alguém que se desempenhasse da missão foi ele mesmo”⁹⁵⁰.

Apesar de, desde Dezembro de 1958, seguir as actividades políticas de Amílcar Cabral, a PIDE só tomou conhecimento do périplo que levou aquele membro do directório do MAC a várias capitais africanas, no ano seguinte (1960). Uma informação dessa polícia refere-se, de modo seguinte, a esta viagem, bem como aos objectivos que a presidiram:

[N]o Outono passado, o referenciado viajou pelo Congo Belga, Ghana, República do Congo e Guiné, a caminho de Lisboa, tendo vindo de Angola, para estabelecer contactos para a luta contra o colonialismo português⁹⁵¹.

Recorde-se que a última vez que Amílcar Cabral tinha estado em Angola, por motivos profissionais, foi em Agosto do ano anterior (1958), tendo aí permanecido durante quatro meses (isto é, até 13 de Dezembro), embora a PIDE tenha apurado que, paralelamente, também esteve envolvido em contactos políticos clandestinos. Esta nova deslocação de Amílcar Cabral a Angola tinha por objectivo, entre outros, contactar e informar as organizações clandestinas angolanas da decisão tomada pelo Governo Provisório Revolucionário da Argélia (GPRA) de receber e preparar, política e militarmente, onze jovens angolanos nos campos de treino do Exército de Libertação Nacional da Argélia (ELNA). O apoio argelino surgiu no seguimento de uma proposta de Franz Fanon aos angolanos, aquando do encontro dos Escritores e Artistas Negros em Roma⁹⁵². Porém, pouco tempo antes, devido ao clima de terror e de “guerra preventiva” levada a cabo pela PIDE em Angola, que culminou com a detenção de mais de uma

⁹⁵⁰ Carta de Viriato da Cruz [dactilografada], 19/9/59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 159.

⁹⁵¹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 19 – E/GT, “Amílcar Cabral”, fl. 27.

⁹⁵² Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 80. Numa comunicação apresentada em homenagem a Franz Fanon em Fort-de-France, em Abril de 1982, Mário de Andrade afirmou, que o encontro com Franz Fanon teve lugar em Roma aquando da 2.^a Assembleia da Sociedade Africana de Cultura (AMS, Mário de Andrade, “Fanon et l’Afrique combattante. Témoignage d’un militant angolais”, Fort-de-France, avril 1982, pasta 4330.008, im, 103).

centena de nacionalistas angolanos, Amílcar Cabral teve dificuldades, à sua chegada a Luanda, em concluir a missão com êxito⁹⁵³.

Foi ainda a caminho da Nigéria, na sua rota para Luanda, que Cabral teve conhecimento, por intermédio dos jornais, das prisões efectuadas em Angola e do massacre de Pindjiguiti, ocorrido na Guiné, a 3 de Agosto de 1959.

As notícias dessas prisões efectuadas pela Polícia em Luanda e do massacre, que, segundo a versão inicial, se tinha saldado em 7 mortos e 5 feridos, chegaram à secção do MAC de Frankfurt, pelo punho do próprio Amílcar Cabral, em carta escrita de Kano (Nigéria), a 7 de Agosto de 1959, e dirigida a Ruth Lara (esposa de Lúcio Lara)⁹⁵⁴, e num relatório sem data, também manuscrito, enviado aos seus companheiros angolanos das secções europeias do MAC:

Na vossa terra, as coisas estão muito tremidas por causa das prisões, ameaças e porque muitos se têm vendido, como acontece em qualquer país. Mas a luta continua e tive a certeza disso⁹⁵⁵.

Dentre os presos encontravam-se Belo (Catuto Fernandes, funcionário do Banco de Angola) e um total de 120 pessoas. Pouco tempo antes (Julho), Ilídio Machado, irmão de Humberto Machado, também foi detido à sua chegada a Lisboa, quando pretendia entrar Portugal em gozo de férias⁹⁵⁶.

Devido ao clima que se vivia em Angola, na Conferência de Tunes, o martiniquenho que aderiu à revolução argelina, Frantz Fanon, foi informado por Lúcio Lara dos obstáculos tidos por Amílcar Cabral em Angola, bem como das prisões efectuadas pela PIDE.

Fanon era partidário, ao contrário do que defendiam os nacionalistas angolanos que mais tarde estiveram por detrás da fundação do MPLA, de que a mobilização para a luta armada deveria basear-se no esforço dos camponeses e não da “classe operária” (ou dos “assalariados”). A vaga de prisões que atingiu duramente as organizações clandestinas em Luanda foram, na opinião de Fanon, uma demonstração inequívoca de que era necessário mudar de estratégia, isto é, partir da mobilização do campo para a cidade. Mário de Andrade escreveu, anos mais tarde (1982), a propósito das diferenças de pon-

⁹⁵³ AMS, Mário de Andrade, “Fanon et l’Afrique combattente. Témoignage d’un militant angolais”, Fort-de-France, avril 1982, pasta 4330.008, im, 103

⁹⁵⁴ Carta de Amílcar Cabral a Ruth Lara [manuscrita], Kano, 7/8/59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 119.

⁹⁵⁵ “Bons amigos” Relatório de Amílcar Cabral [manuscrito], África, Setembro 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 154.

⁹⁵⁶ Vide também, sobre este assunto, “Bons amigos” Relatório de Amílcar Cabral [manuscrito], África, Setembro 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 154. A prisão de Ilídio Machado deu-se em Julho de 1959.

to de vista com Fanon⁹⁵⁷, que ele e os seus companheiros do MPLA tentaram, ao longo de 1960, demonstrar-lhe a validade das teses que defendiam.

Sem ter podido cumprir na íntegra o programa estabelecido para Angola, Amílcar abandonou Luanda, provavelmente no dia 5 de Setembro, com destino aos dois Congos (Congo Leopoldville e Congo Brazzaville) tendo, no primeiro país, investigado, como afirmou no relatório enviado aos seus companheiros, a “possibilidade de trabalho” para os elementos do MAC⁹⁵⁸. No mesmo relatório, em que Cabral se referiu aos contactos estabelecidos com o “Cacuaco”, lamentava o facto de não ter conseguido avistar-se com o “Singapura”. Não sabemos se estes nomes estão de alguma maneira relacionados com os que a PIDE mencionava num relatório elaborado a propósito do périplo de Amílcar Cabral em África. Vale a pena transcrever a seguinte passagem desse documento:

Enquanto estive no Congo Belga, ele contactou com o MNC⁹⁵⁹. Nessa altura, Lumumba não estava no Congo e o referenciado falou com dois senhores, Madiana e Npolo (primeiros nomes desconhecidos). Estes senhores são o Presidente e o Secretário permanente do MNC, respectivamente⁹⁶⁰.

Depois de Leopoldville, Cabral seguiu para Accra (capital do Ghana), onde deve ter chegado na véspera (11 de Setembro) de cumprir 35 anos de idade, com um firme propósito: solicitar apoios ao Presidente Nkrumah⁹⁶¹ para a instalação do *Bureau* e de representantes do MAC naquela cidade, a tempo de assistirem à Conferência dos Povos Africanos e à reunião da Assembleia-geral das Nações Unidas que se celebrariam, respectivamente, em Outubro e Dezembro de 1959⁹⁶².

Recorde-se que a secção de Frankfurt e de Berlim do MAC tinham solicitado ao *Convention Peoples Party* (CPP), liderado por Nkrumah, a instalação de um *Bureau* e a autorização para que todos os seus elementos emigrassem para o Ghana e aí trabalhassem politicamente⁹⁶³. Em Agosto de 1959, idêntico pedido tinha sido dirigido por Hugo de Menezes ao *Bureau* Político do Partido Democrático da Guiné (PDG), em nome do MAC.

⁹⁵⁷ AMS, Mário de Andrade, “Fanon et l’Afrique combattente...”, im. 103.

⁹⁵⁸ Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 155

⁹⁵⁹ Movimento Nacional Congolês.

⁹⁶⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 19 – E/GT, “Amílcar Cabral”, fl. 27.

⁹⁶¹ *Idem, ibidem*.

⁹⁶² “Relatório de Amílcar Cabral [manuscrito], Bons Amigos, África, Setembro 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 153.

⁹⁶³ Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 138.

O MAC tentava assim, por intermédio de Amílcar Cabral, aproveitar a presença, em Accra, de delegações de países que haviam participado na Conferência de Bandung, de 1955, na Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, realizada no Cairo em 1957, e nas Conferências dos Povos Africanos de Accra, realizados, respectivamente, em Abril⁹⁶⁴ e Dezembro⁹⁶⁵ de 1958, e que haviam assumido o compromisso solene “de ajudar todos os povos” que lutavam contra o colonialismo⁹⁶⁶.

Foi, seguramente, na capital do Ghana independente que Amílcar Cabral elaborou um relatório dirigido aos “Bons Amigos”, no qual relatava os contactos mantidos e as diligências feitas. Cabral, que assinou o relatório com o pseudónimo de Abel Silva, considerava a autorização para a instalação de um representante do MAC em Accra (nas pessoas de Lúcio Lara e/ou Viriato da Cruz) como uma das prioridades, tanto mais que já aí se encontrava o dirigente da União das Populações de Angola (UPA), Holden Roberto, em relação ao qual Amílcar Cabral proferiu violentos ataques à sua pessoa e às suas actividades políticas. Chegou mesmo a sugerir a substituição do dirigente angolano, impedindo assim que os fosse representar na Assembleia-geral da ONU que, como se disse, aí deveria ter lugar no mês de Dezembro. Talvez a finalidade das diligências de Amílcar Cabral no Ghana não fosse ainda o de “convencer as várias nações afro-asiáticas a tomarem uma posição contra Portugal”⁹⁶⁷, como chegou a assinalar a PIDE, mas o preparar do terreno.

Outra não menos importante iniciativa de Amílcar Cabral no Ghana foi a elaboração e a entrega, para a apreciação das autoridades daquele país, de um importante documento sobre as “atrocidades” que o regime do Estado Novo vinha cometendo em Angola⁹⁶⁸. Em Outubro de 1959, num discurso proferido na Conferência dos Povos Africanos de Accra, o Presidente Kwame N’krumah, socorrendo-se das informações constantes no referido documento elaborado por Amílcar Cabral (esta foi, pelo menos, a convicção posterior de Viriato da Cruz⁹⁶⁹), não deixou de incitar os congolese (Con-

⁹⁶⁴ Eram eles: Marrocos, Egipto, Tunísia, Líbia, Sudão, Ghana, Etiópia e Libéria.

⁹⁶⁵ Eram eles: Ghana, Argélia, Camarões, Togo, Mauritânia Daomé, Senegal, Guiné Conkry, Egipto, Angola (UPA), União Sul Africana e o Congo Belga (*Vide* Phillippe Decraene, *ob. cit.*, p. 63).

⁹⁶⁶ Carta de Lúcio Lara a Hugo de Menezes [dactilografada], Frankfurt, 3 Junho de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 100.

⁹⁶⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 19 – E/GT, “Amílcar Cabral”, fl. 27.

⁹⁶⁸ Carta de Barden [dactilografada – original em inglês], datada de Accra (Ghana), 22 de Setembro de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, pp. 160-161. A. K. Barden era, ao tempo, Secretário de George Padmore um conhecido pan-africanista natural de Trinidad e Tobago que depois passou a viver no Ghana onde chegou a exercer o cargo de assessor do Presidente Kwame Nkrumah e, antes da sua morte em finais de Setembro de 1959, era também o responsável pelo *dossier* de Angola.

⁹⁶⁹ Carta de Viriato da Cruz, [dactilografada], datada de Berlim, 13/10/1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 186.

go Leopoldville) a lutarem contra o colonialismo à semelhança do que estavam a fazer os “patriotas angolanos”⁹⁷⁰.

Depois desta jornada, Cabral partiu para Bissau, onde fundaria o PAI/PAIGC e corrigiria, *in loco*, as cifras iniciais do massacre de Pindjiguiti: “Afinal – escrevia ele –, a chacina feita pela polícia e civis portugueses teve este balanço: 24 mortos e 35 feridos, alguns muito graves”⁹⁷¹.

1.4. A fundação do Partido Africano da Independência (PAI) da Guiné e Cabo Verde em 1959

Pela segunda vez consecutiva, no espaço de um ano, Amílcar Cabral regressava à sua terra natal, desta vez, com uma orientação política clara: ver se já estavam criadas as condições para a luta contra o colonialismo português na Guiné. Neste sentido, a existência de organizações políticas clandestinas ou, em caso de não existirem, o incentivo à sua criação, era extremamente importante, tendo em vista os objectivos perseguidos pelo MAC de passar a funcionar como um organismo de coordenação supranacional, assunto que, como já se viu, começou a ser objecto de grandes debates internos no seio daquele movimento unitário. Até à data não havia ainda nenhuma ligação do MAC com as organizações políticas existentes em Angola e muito menos se sabia da existência de movimentos na Guiné.

Na nossa perspectiva, foi no decurso dessa passagem por Bissau, onde permaneceu oito dias, que Cabral aproveitou a ocasião para se inteirar em pormenor do massacre de Pindjiguiti, contactar com a única organização política existente em Bissau (o MLG) e, mais tarde, em Dakar, e ainda, de acordo com uma informação da PIDE, lançar “os alicerces da criação dum «movimento» para a luta pela «emancipação» da província”⁹⁷², o Partido Africano da Independência (PAI), mais tarde PAIGC.

Já se viu, no capítulo 2 desta primeira parte, a impossibilidade do PAI da Guiné e Cabo Verde ter sido fundado em 1956, bem como as diferentes razões que nos levam a defender esta tese. Embora continue a ser intrincado determinar com exactidão as circunstâncias em que aquele partido surgiu e apesar de nos parecer legítimo afirmar que foi, de facto, Amílcar Cabral quem iniciou, desde 1952, todo o movimento tendente

⁹⁷⁰ Carta a Viriato da Cruz [dactilografada], datada de Frankfurt/Main, 10/10/59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 179.

⁹⁷¹ Carta de Amílcar Cabral [manuscrita] para Lúcio Lara, 24/9/59, In Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 161.

⁹⁷² AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940, 1 (6) D, 463 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Informação Confidencial. Rafael Paula Gomes Barbosa, de 8/9/69, pasta n.º 2.

à conquista da independência da Guiné, é importante tentar esclarecer o problema da fundação do PAIGC.

Desde a criação do MAC, em 1958, até à sua dissolução a favor da Frente Revolucionária Africana da Independência Nacional (FRAIN), na conferência de Tunes, em fins de Janeiro de 1960, foi aquele movimento que praticamente assumiu, no exterior, a luta (até aí anónima) dos povos das colónias portuguesas e não o PAI/PAIGC ou o MPLA. Apenas a partir de Setembro/Outubro de 1959, já depois de ter tomado conhecimento da existência de organizações da Guiné, por intermédio da carta de Adriano Araújo e do próprio Amílcar Cabral, Viriato da Cruz começou a reivindicar maior protagonismo para as organizações nacionais.

Nesta altura, tudo apontava para que, alguns dos considerados, mais tarde, fundadores do PAI, estivessem de facto ligados ao MLG de Bissau, como por exemplo, Fernando Fortes, Epifânio Souto Amado, Abílio Duarte, Elisée Turpin e Júlio de Almeida e, simultaneamente, com Luís Cabral e Aristides Pereira, integrassem também o “grupo antifascista” de Bissau, coordenado por Sofia Pomba Guerra.

Dentre todos eles, as únicas certezas que possuímos sobre a sua pertença ao MLG, pelo menos até 1960 – enquanto mantinham contactos culturais e políticos secretos com Luís Cabral e Aristides Pereira, certamente no âmbito do grupo “antifascista” – são relativas a Fernando Fortes e a Epifânio Souto Amado. Este facto foi-nos ainda confirmado por Estêvão Tavares, segundo o qual a integração discreta de outros elementos de origem cabo-verdiana no MLG levaria à transformação deste movimento em MLGC:

Mais tarde, algumas pessoas de Cabo Verde (Epifânio Souto Amado, Fernando Fortes e Aristides Pereira), embora as actividades deles fossem muito discretas, entraram no MLG que se passou a chamar MLGC⁹⁷³.

Aristides Pereira não nos confirmou o seu envolvimento nas fileiras do MLGC de Bissau, mas, no livro recentemente publicado, refere-se à transformação do MLG de Bissau em MLGC, um pouco por impulso de Rafael Barbosa e de Epifânio Souto Amado⁹⁷⁴. Isidoro Gomes Ramos, no seu auto de declarações à PIDE, chegou a referir-se às

⁹⁷³ Entrevista a Estêvão Tavares, Bissau, Outubro de 2002.

⁹⁷⁴ Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 117. Tentamos um contacto e uma entrevista com Epifânio Souto Amado que ainda vive em Bissau. Mas, infelizmente, já não se lembrava de muitos acontecimentos em que esteve envolvido.

diligências que estavam a ser feitas pelo MLGC de Bissau, junto de Abílio Duarte, com o intuito de fomentar as actividades políticas em Cabo Verde⁹⁷⁵.

Por seu turno, Fernando Fortes confirma a sua militância no MLG e no MLGC, muito antes de integrar o PAI de Amílcar Cabral. Numa entrevista ao jornal *Nô Pintcha*, a 18 de Setembro de 1975, cujos excertos foram publicados por Mário de Andrade no seu livro *Amílcar Cabral. Essai de Biographie politique*, Fortes afirmava:

Quelque temps après, il [Amílcar Cabral] eut des contacts avec le camarade Aristides Pereira qu'il connaissait déjà depuis longtemps et nous fixâmes alors une rencontre. Lorsque j'arrivai à la maison, le camarade Aristides m'avertit que nous avions une réunion pour traiter une question importante. Il me demanda si j'étais prêt et lui signifiai mon accord, mais le problème de ma collaboration au MLG demeura⁹⁷⁶.

Nessa mesma entrevista, Fortes refere-se à reunião em que foi fundado o PAI da Guiné e Cabo Verde, durante a qual não teria hesitado em expor a Amílcar Cabral a sua situação de colaboração com o MLG. A partir daquele momento, afirma Fernando Fortes, os seis decidiram criar o Partido⁹⁷⁷. Esta é mais uma prova de que o PAI da Guiné e Cabo Verde era posterior ao PAI da Federação do Mali e ao MLG, o que significa que a colaboração do Fernando Fortes com o MLG nunca pode ter sido de 1956, dado que este movimento só surgiu, como já se disse, em 1959.

Por outro lado, Fortes deixou também a impressão de que, aquando da passagem de Amílcar Cabral por Bissau, aquele chegou a assistir a algumas reuniões, antes de tomar a decisão de fundar o PAI:

Nous avons déjà des contacts avec le camarade Amilcar Cabral qui assista à certaines de nos réunions, nos corrigea en plusieurs aspects et appela notre attention sur les directions que nous devons imprimer à notre travail, mais avec beaucoup de prudence⁹⁷⁸.

Referir-se-ia Fernando Fortes às reuniões no âmbito do grupo “antifascista” ou do MLG? Não sabemos. Já veremos mais adiante que Cabral havia falhado, por duas vezes, as reuniões agendadas com o MLG em Bissau. O que se pode adiantar é que as ligações com o “grupo antifascista”, a avaliar pelas palavras de Luís Cabral, deixaram de ser do agrado do meio-irmão, Amílcar Cabral, devido à sua ineficácia e, sobretudo, face às aspirações deste de lutar contra o colonialismo. Repare-se que, desde 1957,

⁹⁷⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, auto de interrogatório de Isidoro Gomes Ramos, 10/3/1961.

⁹⁷⁶ Mário de Andrade, *ob. cit.*, p. 63.

⁹⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 63.

⁹⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 63.

Amílcar Cabral e os seus companheiros africanos já se tinham demarcado da luta “antifascista” com a fundação, em Paris, do Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesa (MLNCP) e do MAC em Lisboa, no ano seguinte. Foi certamente, em 1959 (e não em 1956 como já se viu), que Amílcar Cabral, seguindo a estratégia adoptada por Viriato da Cruz relativamente às ligações do PCA (fundado em 1954) com o PCP, voltou a insistir na interrupção dessas ligações com o grupo “antifascista”. É neste sentido que deve ser entendida a afirmação de Luís Cabral de que o meio-irmão teria levantado “a questão” da “participação directa na luta «antifascista», nas condições em que ela se vinha desenvolvendo”⁹⁷⁹. A partir de então, continua Luís Cabral, Amílcar decidiu “proceder à criação duma organização clandestina forte, com objectivos bem precisos, em que a selecção dos membros seria bastante rigorosa nos primeiros tempos, reduzindo ao mínimo a possibilidade de introdução de elementos fracos e delatores”⁹⁸⁰. Recorde-se que, em 1958, os elementos que compunham esse grupo se tinham envolvido⁹⁸¹ na campanha eleitoral para as eleições presidenciais em que participou o General Humberto Delegado como candidato da oposição⁹⁸². Essa atitude não é, porém, de estranhar. A única referência que possuíam ainda era em relação à luta “antifascista”. No dizer de Aristides Pereira, em entrevista:

Enfim, uma luta que, em certo sentido, estava entroncada na luta que os próprios Portugueses faziam! Era a mesma luta que os Portugueses faziam. Nessa altura, não chegávamos a falar em reivindicações independentistas. Estas ideias só aparecem mais tarde depois da chegada do Amílcar à Guiné⁹⁸³.

Apesar do afastamento proposto em relação ao “grupo antifascista”, Amílcar Cabral chegou a reconhecer, em Belgrado, que o PAI foi fundado sob a influência de ideias do exterior:

It should be kept in mind that all of us studied in Europe, and so on – we wanted to set up a cadre party, a firm one, and to take similar steps⁹⁸⁴.

⁹⁷⁹ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 41.

⁹⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 41

⁹⁸¹ Esta teria sido, quanto a nós, o último envolvimento directo, se assim se pode dizer, de Amílcar Cabral na luta “antifascista” em Lisboa.

⁹⁸² Vide Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 84.

⁹⁸³ Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 84.

⁹⁸⁴ Amílcar Cabral, “Fifty years...”, p. 94.

A que influência se estaria a referir Cabral? Certamente à do PCP. Mas isto foi apenas nos primórdios. Em 1969, Cabral enfatizaria a necessidade de mudança de estratégia para se adaptar à “realidade concreta” da sua “terra”⁹⁸⁵.

Portanto, não temos dúvidas algumas de que o partido surgiu no interior do grupo “antifascista” de Bissau, a 19 de Setembro de 1959 (um Sábado), e não em Setembro de 1956. Aristides Pereira assegura que a reunião teria tido lugar num Domingo e que havia futebol, por isso puderam reunir-se à vontade⁹⁸⁶. Ora, se, na verdade, a reunião tivesse ocorrido num Domingo de 1956, isso apontaria para o dia 23 de Setembro, pois o dia 19 daquele ano foi uma quarta-feira, como sustenta Mustafah Dhada⁹⁸⁷.

Antes de abandonar Bissau rumo a Dakar, Cabral ainda recebeu das mãos de Rafael Barbosa as credenciais que o habilitavam a representar a organização do interior (da Guiné portuguesa) em Dakar e em Conakry⁹⁸⁸, cidades para onde tencionava dirigir-se, depois de abandonar o território natal.

Por outro lado, o número insignificante de membros com que contava em Bissau, em 1959, praticamente resumido aos ditos “fundadores” que, de acordo com a versão de Aristides Pereira, eram, na realidade, quatro (ele, Amílcar Cabral, Fernando Fortes e Luís Cabral) e não cinco, conforme defende Luís Cabral⁹⁸⁹, ou seis (na versão de Fernando Fortes⁹⁹⁰), também vem ajudar-nos a situar a fundação daquele partido em 1959 e não em 1956. Na verdade, se tivesse sido fundado em 1956, como se tem defendido até aqui, o número dos seus membros não seria tão insignificante como na realidade o era em 1959.

Chabal e Dhada defendem que, no início, o PAI contava com cerca de 20/30 membros⁹⁹¹ em Bissau, sendo de 50 o número total de adeptos em todo o país, na sua grande maioria cabo-verdianos⁹⁹². Estamos, porém, convencidos de que estes dados são bastante exagerados. O total dos membros do PAI/PAIGC interior da Guiné portuguesa, até aos primórdios de 1960, circunscrevia-se, em nossa opinião, aos ditos “fundadores”. Ainda assim, Cabral não estava na Guiné e, naquele ano, Aristides e Luís trocaram, respectivamente, Bissau por Paris e Dakar, o que fez com que, na capital da colónia portuguesa, o núcleo inicial tivesse estado reduzido a três elementos que se dividia

⁹⁸⁵ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 1. Unidade e luta...”, pasta 4340.001, im. 54.

⁹⁸⁶ Entrevista a Aristides Pereira, Praia (Cabo Verde), Abril de 2003.

⁹⁸⁷ Mustafah Dhada, *ob. cit.*, p. 5.

⁹⁸⁸ Rafael Barbosa declarou à polícia que “efectivamente, no dia a seguir aquele engenheiro abandonou esta cidade...” (IAN/TT – PIDE/DGS, PC 12/62, “Osvaldo Máximo Vieira”, NT 5434, 2.º volume, fl. 79v). Trata-se, na realidade, não do processo de Osvaldo Máximo Vieira, mas de Rafael Barbosa.

⁹⁸⁹ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 43 e 46.

⁹⁹⁰ Mário de Andrade, *ob. cit.*, p. 63.

⁹⁹¹ Vide Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 56; e Mustafah Dhada, *ob. cit.*, p. 5.

⁹⁹² Mustafah Dhada, *ob. cit.*, p. 5.

entre o PAI e o MLG: Fernando Fortes, Júlio de Almeida e Elisée Turpin. Não é por acaso que o próprio Cabral chegou a afirmar o seguinte, relativamente ao número de aderentes e simpatizantes em 1960:

No começo era na verdade um partido [de] muito pouca gente, um partido pequenino, mas gente com uma só cabeça, e fiando profundamente naquela linha que nós traçamos, como alguém que teve na vida a oportunidade de traçar esse caminho⁹⁹³.

Tanto foi assim que, em Maio de 1960, quando retomou os contactos com a Guiné portuguesa, depois da sua fixação em Conakry, fê-lo ainda por intermédio de Rafael Barbosa, afecto ao MLG. A criação, com este⁹⁹⁴, da Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde (FLGC) – organismo que deveria unir todos os movimentos da Guiné – em cuja Carta se afirmava que a direcção da frente seria assegurada pelos organismos superiores do PAI⁹⁹⁵, devendo ainda adoptar a linha política definida pelo programa deste partido, permitiu, mais tarde, a Amílcar Cabral praticamente reduzir e, finalmente, “paralisar” as actividades do MLG em Bissau. Em pouco tempo, este movimento deixou de contar com Rafael Barbosa e, a pouco e pouco, outros elementos desta organização optaram por integrar o novo partido, o PAI⁹⁹⁶.

Pode dizer-se que o PAI/PAIGC foi criado com o objectivo de ser uma vasta frente que integraria todos os movimentos e sensibilidades políticas⁹⁹⁷. Assim, no primeiro ponto de um programa elaborado em 1960, insistia-se na união de todas as forças

⁹⁹³ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do Partido. 1. Nem toda a gente é do partido. 2. Democracia Revolucionária. 3. Ser fiel aos princípios. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 95.

⁹⁹⁴ Vide Mário de Andrade, *Essai de biographie...*, pp. 90-91. Julgamos, no entanto, que apesar de ter sido publicada por Mário de Andrade, com data de 19 de Setembro de 1959, e assinada por Abel Djassi, a Carta da FLGC teria sido elaborada ou em 1959, mas já não em Bissau, ou em data posterior, provavelmente em 1960. Para já estamos inclinados para o ano de 1960. E o motivo que nos leva a pensar assim é que naquela altura (1959) Cabral simplesmente assinava a sua correspondência política com os elementos do MAC, usando o pseudónimo de Abel. Só a partir de 1960 é que passou a usar o pseudónimo de Abel Djassi. Tanto é assim que, em Bissau, uma das pessoas que supostamente criou com ele a Frente, Rafael Barbosa, não sabia quem era Abel Djassi, quando Amílcar Cabral deu a célebre conferência de imprensa em Londres, a 4 de Março de 1960. Outro dado curioso é que o facto de só um elemento ter assinado a Carta (Abel Djassi) e não dois, reforça a tese de ter sido escrita por Amílcar Cabral depois de 19 de Setembro de 1959.

⁹⁹⁵ AMS, “Charte du FLGCV”, signé par Abel Djassi, Bissau, 19 septembre, pasta, 4308.056, im. 26; e também Mário de Andrade, *ob. cit.*, p. 90. Em entrevista à Radiodifusão Nacional da Guiné-Bissau, Rafael Barbosa confirmou que fundou, com Amílcar Cabral, no número 39 do Bairro de Varela, o FLGC (Entrevista de Rafael Barbosa à Radiodifusão Nacional da Guiné-Bissau, 19 de Setembro de 2002).

⁹⁹⁶ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 149.

⁹⁹⁷ AMS, “O que quer o nosso partido?”, Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde, Partido Africano da Independência (PAI), África, 15 de Julho de 1960, pasta 4602.004.

Vide também a versão documentada de Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 657.

patrióticas na luta contra o colonialismo português. Seguindo a tendência da época em África, ainda que a nível menor, Cabral não via nenhuma vantagem em ter vários movimentos de libertação a lutarem pelo mesmo objectivo. Bem pelo contrário. A existência de um inimigo comum e a ausência de grandes contradições políticas e sociais entre a Guiné e Cabo Verde tornavam imperativa a actuação numa única frente.

Também não foi por acaso que, um dia antes de deixar a capital senegalesa com destino a Lisboa (24 de Setembro de 1959), Amílcar redigiu uma carta aos companheiros do MAC dando-lhes conta das actividades desenvolvidas em Bissau e em Dakar:

Dado que surgiram outros movimentos (organizações clandestinas) é objectivo fundamental do programa traçado, conseguir uma união sólida, a formação de uma só frente para lutar⁹⁹⁸.

Este programa tinha começado a ser estabelecido na capital da colónia, a 19 de Setembro de 1959, dando origem, como já se disse, ao FLGC. Esta frente, aberta a todos os partidos políticos e organizações de massas anticolonialistas da Guiné portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde, acabou por ser dissolvida⁹⁹⁹, não por ter cumprido os objectivos preconizados, conforme se pode ler na Carta¹⁰⁰⁰, mas, decerto, em virtude de não ter tido eco no seio da maioria dos elementos que integravam o MLG de Bissau.

1.5. O contacto com as organizações nacionalistas da Guiné e de Cabo Verde em Bissau e Dakar

De facto, foi em Bissau que Cabral soube da existência do Movimento de Libertação da Guiné (MLG), fundado, ao que tudo indica, em Abril ou Agosto de 1959¹⁰⁰¹, no bairro de Varela, tendo feito todas as diligências para se reunir com os elementos que o integravam. A ideia era juntar as duas formações políticas recentemente criadas:

⁹⁹⁸ Carta de Amílcar Cabral [manuscrita], 24/9 Aos Amigos, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 161.

⁹⁹⁹ Vide “Discurs du camarade Cesario Alvarenga, Secrétaire à l’Information, la Press et la Culture, du Secretariat du PAIGC”, Conférence des Organisations Nationalistes de la Guiné “Portugaise” et des Îles du Cap Vert ..., p. 28.

¹⁰⁰⁰ AMS, “Charte du FLGCV”, signé par Abel Djasi, Bissau, 1959, 19 Septembre, pasta, 4308.006, im. 26; e Mário de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai de biographie politique...*, pp. 90-91.

¹⁰⁰¹ Rafael Barbosa chegou a afirmar, em entrevista já referenciada, que o MLG foi fundado em Abril de 1958. Para além de haver outras versões que apontam para o mês de Agosto de 1959, estamos convencidos de que a fundação do MLG deve ter sido posterior à independência da Guiné-Conakry. Na fundação, em casa de Ladislau Lopes Justado, estiveram envolvidos, para além do anfitrião, Epifânio Souto Amado, Fernando Ferreira Fortes, Alfredo Meneses d’Alva, César Mário Fernandes, Tomás Barbosa, João Rosa, José Ferreira de Lacerda Júnior, Hipólito Fernandes, Paulo Gomes Fernandes, José Francisco Gomes (“O Maneta”) e Tomás Policarpo Cabral de Almada. O líder do movimento era José Francisco Gomes (“O Maneta”), que ocupou o cargo de presidente. No mesmo ano, já contava com secções suas em Dakar e em Conakry.

o MLG e o PAI¹⁰⁰². Para este contacto com o MLG teria sido enviado Fernando Fortes, que, como se disse, ao tempo, pertencia a este último movimento. Só assim se compreende que o então Presidente do MLG, José Francisco Gomes, tivesse convocado, de acordo com o auto de declarações de Rafael Barbosa à PIDE, uma reunião que, em princípio, devia ter lugar em casa de Bernardo Aquino Pereira, empregado comercial, mas que acabou por se realizar em casa de Ladislau Lopes Justado, no bairro de Varela, em Bissau, tendo estado presentes o próprio José Francisco Gomes, Rafael Barbosa, César Mário Fernandes, Tomás Policarpo Cabral de Almada e Epifânio Souto Amado¹⁰⁰³.

Da parte do MLG pretendia-se que estivesse presente José Ferreira de Lacerda Júnior, funcionário aposentado, residente em Bolama, um dos elementos mais conceituados e de maior prestígio daquele movimento¹⁰⁰⁴. Tanto é assim que nada se fazia no seio do MLG sem a sua anuência. Lacerda era considerado o único indivíduo habilitado para se entender com Amílcar Cabral. Repare-se que tudo quanto se pode deduzir das afirmações de Rafael Barbosa é que as actividades daquele movimento só se incrementaram depois do regresso de Lacerda de Lisboa, onde esteve em gozo de férias¹⁰⁰⁵.

Para a convocatória de Lacerda, Ladislau Lopes Justado ter-se-ia deslocado pessoalmente a Bolama. Mas, nem Cabral, nem Lacerda comparecem à nova reunião. O primeiro, por razões que se desconhecem, mas seguramente por precaução, e o segundo, por, alegadamente, não ter querido comprometer-se.

Teria sido agendada nova reunião a ser presidida pelo próprio Amílcar Cabral que voltou a não comparecer.

De acordo com João Vaz, Elisée Turpin teria sido o elemento incumbido de convocar Amílcar Cabral para uma segunda reunião:

Ele [Elisée Turpin] foi o homem escolhido para convidar o Amílcar Cabral à assistir a nossa reunião, uma vez que era amigo do Abílio Duarte que fazia parte do movimento porque se falava muito da unidade da luta¹⁰⁰⁶.

Ainda assim, como já se disse, Lacerda redigiu as credenciais que habilitariam Amílcar Cabral a representar o MLG de Bissau junto dos elementos do MLG de Dakar

¹⁰⁰² Entrevista a Aristides Pereira, Praia, Março de 2003.

¹⁰⁰³ IAN/TT – PIDE/DGS, subdelegação Guiné, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, NT 5434, vol. 2, fl. 76-76v.

¹⁰⁰⁴ *Idem, ibidem*, fl. 76v.

¹⁰⁰⁵ *Idem, ibidem*, fl. 78.

¹⁰⁰⁶ Entrevista a João Vaz, Bissau, Outubro de 2002.

(Vicente C3 e Henry Labery¹⁰⁰⁷) e de Conakry (Lu3s Alfredo da Silva, Paulo Dias, Laudelino Fernando Gomes, entre outros), e tamb3m junto das autoridades dos pa3ses vizinhos¹⁰⁰⁸, para onde efectivamente pretendia dirigir-se, depois de abandonar a Guin3 portuguesa.

Rafael Barbosa, que declarou 3 PIDE que tinha integrado o MLG a 30 de Agosto de 1959¹⁰⁰⁹, teria sido o elemento indigitado para entregar as credenciais a Am3lcar Cabral nas v3speras deste deixar a Guin3. Foi, provavelmente, durante o encontro que ambos mantiveram que se criou a Frente de Libertaç3o da Guin3 e Cabo Verde (FLGC).

A passagem de Am3lcar pela sua terra natal e por Dakar foi 3til, ao desvendar a exist3ncia do MLG at3 aqui desconhecida do MAC, e, fundamentalmente, por ter permitido a Am3lcar Cabral estabelecer, nas suas pr3prias palavras, “as bases para uma eficaz colaboraç3o dentro de pouco tempo”¹⁰¹⁰. Por outro lado, a criaç3o do PAI e da FLGC, os contactos levados a cabo junto dos emigrados no Senegal e os incentivos para que constitu3ssem um movimento unit3rio de guineenses e cabo-verdianos residentes naquele pa3s vizinho¹⁰¹¹ foram gizados, tendo em conta os objectivos e planos do MAC. Em 1961, Am3lcar Cabral mostrar-se-ia satisfeito ao tomar conhecimento de que os emigrados radicados em Dakar haviam criado o MLGC¹⁰¹², no ano anterior, no seguimento de uma sugest3o feita por si.

Efectivamente, no dia 20 (Domingo) ou 21 de Setembro (segunda-feira), Am3lcar deixou Bissau a caminho de Dakar, onde manteve contactos com Vicente C3, Henry Labery e outros dirigentes do MLG, a ponto de, em carta datada de 24 de Setembro de 1959, e sobre a qual j3 fizemos menç3o anterior, recomendar aos amigos L3cio Lara e esposa e aos restantes elementos do MAC que, se quisessem alguma coisa para a3 (Dakar, entenda-se), deveriam escrever para as direcç3es dos indiv3duos acima citados deixando os respectivos contactos¹⁰¹³.

Na mesma carta, escrita poucas horas antes de abandonar Dakar, Cabral n3o deixou de comunicar aos companheiros do MAC o ambiente surpreendente que se vivia em Bissau:

¹⁰⁰⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, subdelegaç3o Guin3, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, NT 5434, vol. 2, fl. 79v.

¹⁰⁰⁸ *Idem, ibidem*, fl. 76v.

¹⁰⁰⁹ *Idem, ibidem*, fl. 76.

¹⁰¹⁰ Carta de Am3lcar Cabral [manuscrita], 24/9 Aos Amigos, in L3cio Lara, *ob. cit.*, p. 162.

¹⁰¹¹ Carta de Am3lcar Cabral [dactilografada], Ao Camarada El Hadj Diallo Ibrahima Secret3rio-Geral do MLGC/Dakar, Conakry, le 26 avril 1961, p. 2 (Ap3ndice documental, doc. 2). O original est3 em franc3s.

¹⁰¹² *Idem, ibidem*, p. 2 (Ap3ndice documental, doc. 2).

¹⁰¹³ Carta de Am3lcar Cabral [manuscrita] dirigida aos Amigos, 24/9/59, in L3cio Lara, *ob. cit.*, p. 162.

Estive na minha terra durante uns dias. Apesar de todas as pressões, de todas as manhas, a luta continua, cada vez mais consciente, cada dia mais reforçada. De tal maneira que eu próprio fiquei admirado de tanta vontade espontânea, de tanto desejo consciente de fazer qualquer coisa de concreto e conseqüente em relação à terra¹⁰¹⁴.

Uma semana mais tarde, Vicente Có enviou, de Dakar, uma carta confidencial a Rafael Barbosa, na qual relatava os contactos estabelecidos com Amílcar Cabral¹⁰¹⁵ e declarava que se assentou “na nova fase da luta a levar a cabo no território português”¹⁰¹⁶. Foi então que se soube em Bissau que Amílcar Cabral tinha desistido de seguir para a Guiné-Conakry, com a alegação de que “se o fizesse, o visto que depois no passaporte passasse a existir” comprometer-lhe-ia a sua viagem para Portugal¹⁰¹⁷.

Com efeito, na acima referida carta, escrita nas vésperas de abandonar Dakar com destino a Lisboa, Cabral (aliás Abel, porque é assim que assinava e passou a ser referenciado na correspondência do MAC) lamentava e justificava o facto de não ter podido ir a Guiné-Conakry conforme era seu desejo “por causa do passaporte que ficaria marcado”¹⁰¹⁸.

Apesar do contratempo surgido, Cabral ficou satisfeito ao ter tido a notícia, em Dakar, de que havia elementos em Conakry, ficando a promessa de lhes escrever para os informar certamente dos assuntos relacionados com o MAC. Ora, os elementos em causa eram, seguramente, o médico Hugo de Menezes, que já se encontrava naquela cidade, desde princípios de Setembro¹⁰¹⁹, e outros elementos que lhe haviam sido referenciados por Rafael Barbosa, em Bissau: Luís Alfredo da Silva, Paulo Dias, Laudelino Fernando Gomes, Maximiano Soares da Gama, Belarmino Gomes e Adriano Araújo. No total eram cerca de 30 ou 40 emigrados guineenses e cabo-verdianos, número esse que aumentou consideravelmente depois do massacre de Pindjiguiti. Era para estes elementos que o MLG de Bissau remetia todos os relatórios e informações sobre a Gui-

¹⁰¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 161.

¹⁰¹⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, subdelegação Guiné, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, NT 5434, vol. 2, fl. 79v.

¹⁰¹⁶ *Idem, ibidem*, fl. 79v.

¹⁰¹⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 12/62, “Rafael Barbosa”, NT 5434, 2.º vol., fl. 80.

¹⁰¹⁸ Carta de Amílcar Cabral [manuscrita] dirigida aos Amigos, 24/9/59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 162.

¹⁰¹⁹ Hugo de Menezes havia manifestado, em carta a Lúcio Lara, a 14 de Maio de 1959, a sua intenção de seguir para a República da Guiné independente “dentro de um ou dois meses” (Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 89), isto é, em Junho ou Julho daquele ano. Efectivamente, a 16 de Junho de 1959, Hugo de Menezes estava em Paris, conforme faz saber a Lúcio Lara, na sua “etapa” à caminho de África (Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 104). Hugo de Menezes deve ter permanecido na capital francesa durante pelo menos um mês onde chegou a aderir ao MAC, secção de Paris, tendo participado na reunião de 14 de Julho de 1959 (Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 117 e 140). Efectivamente, deve ter partido para Conakry ainda em fins daquele mês.

né portuguesa destinados à propaganda, num programa de rádio da responsabilidade das organizações nacionalistas da Guiné portuguesa¹⁰²⁰.

Não sabemos ao certo se Cabral teria cumprido com a sua promessa de contactar os elementos do MLG de Conakry. O que sabemos é que redigiu uma carta às autoridades da República da Guiné, informando-as da existência do MAC e dos seus propósitos. Pouco tempo depois, Lúcio Lara recebia uma carta de Adriano Lima Araújo, do MLG local, na qual este afirmava ter sido informado da existência do MAC “pelas estâncias oficiais da República da Guiné-Conakry” e pedia ajuda moral, nomeadamente “instruções e directivas em vista de uma melhor orquestração” da “campanha antiportuguesa...”¹⁰²¹. De facto, não se compreende este desconhecimento do MAC em Conakry, numa altura em que já lá se encontrava Hugo de Menezes, que havia aderido àquele movimento, quando da sua passagem por Paris, em Julho de 1959.

Uma outra situação que veio causar um certo debate no interior do MAC foi o facto de, no “Memorando” preparado por Amílcar Cabral em Dakar, dirigido ao Partido da Federação Africana (PFA), se dizer que o MAC era um movimento que agrupava organizações políticas¹⁰²².

Em carta dirigida a Viriato da Cruz, em Outubro de 1959, Lúcio Lara reconhecia que a inexistência de ligações com as organizações políticas existentes em África e o facto de todos eles não pertencerem a nenhuma destas organizações, fazia com que o MAC agrupasse ainda pessoas¹⁰²³. Portanto, como as frentes ainda não existiam ou, pelo menos, não eram ainda do conhecimento dos elementos que compunham o MAC, Lara insistia em defender a tese segundo a qual este movimento continuava ainda a ser uma organização de indivíduos de todas as colónias portuguesas¹⁰²⁴. Com o intuito de prevenir situações idênticas no futuro, Lara propunha a necessidade de se “definir convenientemente os princípios do Movimento” para evitar – insistia ele – “um procedimento anárquico da malta” que estava “trabalhando com a melhor das intenções”¹⁰²⁵.

¹⁰²⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, PC 12/62, “Oswaldo Máximo Vieira”, NT 5434, 2.º vol., fl. 77. Trata-se, na realidade, não do processo de Oswaldo Máximo Vieira, mas de Rafael Barbosa.

¹⁰²¹ Carta de Lúcio Lara a Mário de Andrade, Ffm. [Frankfurt/Main], 12.10.59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 184.

¹⁰²² Carta a Viriato da Cruz [dactilografada], Ffm [Frankfurt/Main], 10.10.59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 180; e também Carta de Lúcio Lara a Mário de Andrade [dactilografada], F/m [Frankfurt/Main], 14.XI.59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 229.

¹⁰²³ Carta de Lúcio Lara dirigido a Viriato da Cruz [dactilografada], F/m [Frankfurt/Main], 10.10.59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 180.

¹⁰²⁴ *Idem, ibidem*, p. 229.

¹⁰²⁵ Carta de Lúcio Lara dirigido a Viriato da Cruz [dactilografada], F/m [Frankfurt/Main], 10.10.59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 180.

Viriato da Cruz foi outro elemento que, apesar de concordar, no essencial, com o conteúdo dos relatórios enviados por Amílcar Cabral, não deixou de o criticar, pelas mesmas razões que Lúcio Lara o havia feito. Para Viriato da Cruz, o MAC só passaria a agrupar os movimentos políticos existentes no interior (em Angola e na Guiné), depois de preencher as seguintes condições:

1. – Se antes de tudo, contactássemos todas as organizações importantes das colónias portuguesas; 2. – Se essas organizações aceitassem, por acordo explícito, escrito, as formas e os limites por que actuaria esse Conselho;” e, finalmente “3. – Se esse Conselho incluísse, no seu seio, representantes autênticos de todas as ditas organizações¹⁰²⁶.

No entanto, talvez Cabral tivesse motivos para considerar o MAC como um movimento que agrupava organizações políticas, em virtude dos contactos estabelecidos em Bissau e em Dakar, acerca dos quais tinha dado conta aos seus companheiros, em carta datada de 24 de Setembro¹⁰²⁷. Um possível atraso nos correios impediu que chegasse às mãos de Lúcio Lara e/ou de Viriato da Cruz, a tempo de tomarem conhecimento das diligências efectuadas por Amílcar Cabral na Guiné e no Senegal. O futuro líder do PAIGC abandonaria Dakar, com destino a Lisboa, no dia 25 de Setembro de 1959. Três dias mais tarde (28 de Setembro) escrevia uma carta a Lúcio Lara, dando conta da sua chegada a Portugal¹⁰²⁸.

O cumprimento deste importante empreendimento valeu a Amílcar Cabral o elogio de Lúcio Lara, “pela maneira inteligente e patriótica com que se desempenhou da sua missão”¹⁰²⁹. Mais adiante, numa outra carta dirigida a Viriato da Cruz, desde Frankfurt, a 10 de Outubro de 1959, Lara assinalava que não podia “deixar de frisar que o trabalho dele foi um EXCELENTE contributo” para a luta que estavam a travar¹⁰³⁰.

Em reconhecimento do seu labor em prol do nacionalismo nas colónias portuguesas, particularmente em Angola, em 1960, Cabral foi indicado como um dos conselheiros políticos do MPLA¹⁰³¹.

Uma coisa, porém, é certa: depois desta missão, que durou mais de um mês, Amílcar Cabral começou a entender mais do que nunca, tal como os seus companheiros do MAC, a urgente necessidade de regressar ao seu território de origem para lutar ao lado do seu povo. O primeiro passo nessa direcção foi logrado com a transferência das

¹⁰²⁶ *Idem, ibidem*, p. 188.

¹⁰²⁷ Carta de Amílcar Cabral [manuscrita], 24/9 Aos Amigos, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 161.

¹⁰²⁸ Carta de Amílcar Cabral [manuscrita], in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 166.

¹⁰²⁹ *Idem, ibidem*, p. 159.

¹⁰³⁰ Carta a Viriato da Cruz, datada de Frankfurt, 10/10/59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 179.

¹⁰³¹ Carta de Viriato da Cruz [dactilografada], Conakry, 11.7.60, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 504.

secções para a África, sobretudo para o Ghana e para a Guiné-Conakry, dois países escolhidos devido à ideologia que professavam, ao carácter revolucionário dos seus dirigentes (Nkrumah e Sekou Touré) e por oferecerem melhores garantias em termos de apoio. Também julgamos que, para essa escolha, teria influído o factor vizinhança com as colónias de origem dos membros do MAC. A fixação no Ghana dos angolanos do MAC devia ser temporária, enquanto aguardavam a evolução da situação política no Congo-Leopoldeville. A primeira secção que, desde muito cedo, tencionava transferir-se para o Ghana, e que, de resto, estava já a fazer as diligências necessárias para isso, foi a de Frankfurt¹⁰³².

Mas a almejada transferência para a África (Ghana e Guiné-Conakry) não foi fácil por questões burocráticas que era necessário ultrapassar. No caso do país de Nkrumah, a repentina morte, em Setembro de 1959, de George Padmore, que era quem dirigia o *Bureau* dos Assuntos Africanos¹⁰³³, veio atrasar substancialmente o processo, bem como a resposta positiva que os elementos do MAC aguardavam. Ainda assim, a Guiné-Conakry acabou por ser o primeiro país a abrir as suas portas aos nacionalistas das colónias portuguesas da diáspora. Em Setembro de 1959, só o médico angolano, Hugo de Menezes, tinha logrado autorização para se fixar no país de Sekou Touré. Seguiram-se-lhe, depois de muita hesitação por parte das autoridades guineenses, Viriato da Cruz (em Fevereiro de 1960), Lúcio Lara e Mário de Andrade (provavelmente em Abril).

1.6. As primeiras denúncias contra o colonialismo português

Amílcar Cabral deve ter abandonado definitivamente Lisboa, com destino a Paris, em meados de Janeiro de 1960. Cumpria, assim, um desejo antigo, e iniciava, ao mesmo tempo, uma nova etapa de denúncia do colonialismo português no exterior. Essa denúncia foi precedida por intensos contactos com diversas organizações anticolonialistas, tendo em vista não só a adesão do MAC à tribuna internacional, mas também a procura de apoios políticos, morais e financeiros junto das seguintes organizações: da Conferência Pan-Africana, do Comité das Organizações Africanas, com sede em Londres, do Comité de Solidariedade do Cairo, do Comité Permanente da Conferência Afro-Asiática e das Nações Unidas. Por outro lado, sempre que possível, os ele-

¹⁰³² Resposta de Lúcio Lara e Viriato da Cruz à carta enviada de Paris [dactilografada], Berlim, 18 de Agosto de 1959, p. 129.

¹⁰³³ Carta de Barden [dactilografada – original em Inglês] do Bureau of African Affairs (Accra), 27 de Outubro de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 211.

mentos das diversas secções que compunham o MAC procuravam marcar a sua presença em encontros internacionais, como aconteceu com o II Congresso dos Escritores e Artistas Negros, que teve lugar em Roma, em 1958. Pela primeira vez, esta reunião internacional era aproveitada para, além da apresentação de uma moção contra o colonialismo, denunciar a “miséria da instrução nas colónias portuguesas e a responsabilidade das missões religiosas cristãs nesse aspecto da colonização portuguesa”¹⁰³⁴.

Para acabar de vez com os mitos sob os quais estava alicerçado o domínio colonial português em África, designadamente o da multirraciedade e o da multiculturalidade, era indispensável a reunião de cada vez maior número de informações e um estudo profundo sobre o papel e as implicações negativas desse domínio sobre os povos colonizados. Apenas deste modo se estaria em condições de contribuir para o esclarecimento da opinião pública em geral e, em particular, para a consciencialização dos governos africanos, no sentido de abrirem caminho à necessária fixação dos elementos do MAC nos seus países. Num caso, como no outro, uma valiosa colaboração foi prestada por Amílcar Cabral, sobretudo pelas diligências efectuadas por ele em África (Accra e Conakry), nomeadamente no sentido de acelerar a fixação de elementos do MAC.

As prisões de nacionalistas em Luanda e o massacre de Pindjiguiti em Bissau foram aproveitados como agitação e propaganda contra o regime salazarista, não só junto de organizações africanas, mas também na imprensa de esquerda europeia, com destaque para o *Observer e New stateman* (Inglaterra), *Le Monde* (França), *La Gauche* (Bélgica) e *Neue deutsche Literatur* (da antiga República Democrática Alemã).

Todavia, “o primeiro julgamento público do colonialismo português”, nas palavras de Amílcar Cabral e de Mário de Andrade¹⁰³⁵, veio a acontecer na Conferência dos Povos Africanos de Tunes, que teve lugar de 25 a 30 de Janeiro de 1960. A decisão de participar nesta Conferência foi classificada por Lúcio Lara como “histórica”¹⁰³⁶, devido às possibilidades que, a partir daquela data, se abriram ao MAC, e que culminou com a instalação dos seus elementos em Conakry. Mas voltaremos a este assunto oportunamente. Para já, importa apenas assinalar que, pouco antes da referida conferência, o directório de Lisboa do MAC havia delegado competência a Amílcar Cabral para, no exterior, estabelecer contactos com elementos do MAC e elaborar um “Memoran-

¹⁰³⁴ Projecto de Relatório para a secção do MAC em Lisboa [manuscrito por Viriato da Cruz], in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 137.

¹⁰³⁵ “Memorandum” de Amílcar Cabral e Mário de Andrade [manuscrito por Amílcar Cabral], datado de 23 ou 24 de Janeiro de 1960, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, pp. 332.

¹⁰³⁶ Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 334.

do”¹⁰³⁷, no qual seriam traçadas várias directrizes que deveriam orientar toda a actuação dos delegados daquele movimento na Conferência de Tunes. Este “Memorando” foi elaborado em Paris com a colaboração activa de Mário de Andrade. Recorde-se que Amílcar Cabral chegou a ser visto, naquela cidade, com a sua mulher, Maria Helena Ataíde Vilhena, e dado como residindo no Hotel de la Paix, na rua Blainville¹⁰³⁸, por um informador da PIDE, nas vésperas do início da Conferência de Tunes.

Assim, entre outros assuntos, no “Memorando”, chamava-se a atenção dos restantes delegados do MAC à Conferência de Tunes para a necessidade de agirem numa frente única e de solicitarem auxílio material e moral aos países presentes na conferência. Além do mais, deveriam esforçar-se por conseguir a integração de um representante do MAC no Secretariado Permanente Pan-Africano, sem dúvida uma das velhas aspirações do movimento. Por último, davam-se instruções a Viriato da Cruz e a Lúcio Lara para que partissem, depois da conferência, para a República da Guiné-Conakry e para o Ghana, respectivamente.

Amílcar Cabral, que não havia recebido indicações do Comité Executivo do MAC, com sede em Lisboa, para estar presente nesta conferência, no seu dizer, “por causa da organização interna, do futuro do movimento, das necessidades materiais do movimento, pois é o único que está em condições de ajudar os outros”¹⁰³⁹, acabou, no entanto, por seguir para Tunes, quando obteve a confirmação das autoridades tunisinas de que o seu passaporte português não seria carimbado à entrada. Cabral não sabia ainda se podia ser obrigado a regressar a Portugal por qualquer motivo. Por isso, não queria arriscar-se.

Pouco tempo antes, os seus companheiros ter-lhe-iam solicitado que usasse o seu verdadeiro nome nas suas actividades políticas e durante a conferência, a fim de pôr em evidência o prestígio que já havia alcançado. Cabral não correspondeu às solicitações dos seus companheiros, invocando o espírito de trabalho de grupo e razões familiares. Em carta dirigida a Lúcio Lara e a Viriato da Cruz, afirmava com prudência política e pessoal:

Não aceito que haja vantagens significativas, neste momento, em usar o meu nome. Os nossos companheiros sabem que estou fora e sabem quem eu sou. Todo o prestígio de que possamos e devemos lançar mão, tem de vir do nosso trabalho, das nossas organizações e, não, de indivíduos. Usar o meu nome, neste momento, seria criar riscos para com-

¹⁰³⁷ “Memorandum” de Amílcar Cabral e Mário de Andrade [manuscrito por Amílcar Cabral], datado de 23 ou 24 de Janeiro de 1960, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, pp. 328-333.

¹⁰³⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 4415, “Maria Helena...”, CI (2), fl. 67.

¹⁰³⁹ “Memorandum” de Amílcar Cabral e Mário de Andrade [manuscrito por Amílcar Cabral], datado de 23 ou 24 de Janeiro de 1960, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 332.

panheiros mais chegados a mim (em primeiro lugar) e para a minha família que as próprias exigências da luta e a necessidade de agir sem embaraços, obrigam a estar afastada de mim, na certeza porém de que seria sacrifício inútil obrigá-la, neste momento, a enfrentar falta de tudo¹⁰⁴⁰.

No decurso da conferência, foi divulgado um relatório do MAC em que se criticava o colonialismo português e se denunciava, entre outras coisas, a exploração camponesa, o trabalho forçado, a assimilação imposta pelo ensino nas escolas a cargo das missões católicas e a política de guerra e de genocídio levados a cabo pelo exército português em África¹⁰⁴¹.

Outra importante vitória internacional do MAC foi lograda com a adopção de uma resolução sobre as colónias portuguesas, em que se aceitava a proposta que havia sido avançada pelo MAC de, ainda durante o ano de 1960, se organizar uma jornada de solidariedade a favor dos territórios dominados por Portugal, que ficou marcada para o dia 3 de Agosto, em comemoração do primeiro aniversário do massacre de Pindjiguiti¹⁰⁴². Por outro lado, a resolução proclamava o direito dos povos à autodeterminação e independência e pedia que fosse concedida ajuda aos movimentos de libertação¹⁰⁴³.

O MAC cumpria assim a sua missão histórica antes de ser dissolvido, ao sexto (e último) dia da conferência (30 de Janeiro), sendo substituído pela Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN), ao que tudo indica, por sugestão dos argelinos e camaroneses presentes em Tunes.

Depois da conferência, Amílcar Cabral partiu para Londres, onde proferiu, a 4 do mês seguinte (Março), uma conferência de imprensa difundida a nível mundial, com o pseudónimo de Abel Djassi. Na capital inglesa, Cabral mandou imprimir ainda o célebre “Manifesto do MAC”, que há cerca de um ano vinha sendo discutido e emendado pelas diferentes secções¹⁰⁴⁴.

¹⁰⁴⁰ Carta de Amílcar Cabral para Lúcio Lara e Viriato da Cruz [dactilografada], Londres, 5.3/60, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 403.

¹⁰⁴¹ Vide Excerto do relatório do MAC [policopiado – original em francês]. RELATÓRIO DO MAC À SEGUNDA CONFERÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS (Tunes, 25-29 de Janeiro de 1960), In Lúcio Lara, *ob. cit.*, pp. 339-344.

¹⁰⁴² Resolução da 2ª Conferência dos Povos Africanos (Tunes, Janeiro de 1960) [impressa], SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 345; e também AMS, Amílcar Cabral e Aristides Pereira, “Rapport sur la lutte de libération des peuples de la Guinee portugaise et des îles du Cap Vert”, Partido Africano da Independência (Guinée “portugaise” et Îles de Cap Vert), Março (?) de 1961, pasta 4341.001, im. 2.

¹⁰⁴³ AMS, Amílcar Cabral e Aristides Pereira, “Rapport sur la lutte de libération des peuples de la Guinee portugaise et des îles du Cap Vert”, Partido Africano da Independência (Guinée “portugaise” et Îles de Cap Vert), Março (?) de 1961, pasta 4341.001, im. 2.

¹⁰⁴⁴ Carta de Amílcar Cabral, [dactilografada], datada de (Londres?), 14 de Março de 1960, In Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 425.

Foi ainda durante a sua estadia em Londres que Cabral aproveitou a oportunidade para redigir, com o pseudónimo de Abel Djassi, um documento intitulado em inglês, *Facts about Portugal's African Colonies*, (“A verdade sobre as colónias africanas de Portugal”¹⁰⁴⁵), que seria publicado, pouco depois (Junho de 1960), com uma introdução de Basil Davidson e a colaboração e apoio da Union of Democratic Control.

Numa informação da PIDE, datada de 6 de Julho de 1960, assinalava-se que aquele documento estaria já a circular em Portugal, designadamente na Casa dos Estudantes do Império (CEI) e num Lar evangelista, destinado aos estudantes do ultramar, situado na Alameda das Linhas de Torres, 122¹⁰⁴⁶, pelas mãos de Pedro António Filipe, então estudante do 2.º ano de Direito e ali residente¹⁰⁴⁷.

Pela primeira vez, em nome ainda do movimento unitário que representava, Amílcar Cabral denunciava, naquele não menos célebre documento atrás referido, os “argumentos miseráveis”¹⁰⁴⁸ em que assentava a dominação colonial portuguesa, a miséria económica e social e a ausência de direitos políticos e sindicais e exigia a Portugal “o reconhecimento do direito dos povos” que dominava “à autodeterminação e à independência”¹⁰⁴⁹.

Encontrava-se ainda na capital inglesa quando, a 14 de Março de 1960, foi informado pelos seus companheiros do MAC que tinha sido autorizado a seguir, com a sua família, para a República da Guiné, onde deveria trabalhar como Conselheiro Técnico no Ministério da Economia Rural. Efectivamente, em Maio, chegava finalmente a Conakry, onde se juntou a outros companheiros dos recentemente fundados FRAIN e do MPLA, que já se encontravam naquela cidade, tais como Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Hugo de Menezes. Iniciava-se, assim, uma nova e decisiva fase de luta com a “nacionalização” do movimento internacional, começando a ganhar protagonismo as organizações políticas nacionais (como a PAI e MPLA) que já, então, tinham visto a luz do dia. Nessa nova fase, a velha máxima “a união faz a força” continuou a integrar o ideário de Amílcar Cabral, consubstanciada na direcção de um partido (o PAI, mais tarde PAIGC) com ambições de conseguir a independência de dois países (Guiné e Cabo Verde) e num dos célebres princípios, adoptados ainda no âmbito do MLNCP e do MAC, “Unidade e Luta”.

¹⁰⁴⁵ *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta.*, 2.ª edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, pp. 57-66.

¹⁰⁴⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 329/64, “Casa dos Estudantes do Império”, NT 2537/2538, Informação, Lisboa, 6 de Julho de 1960, fl. 200.

¹⁰⁴⁷ *Idem, ibidem*, fl. 200.

¹⁰⁴⁸ “A verdade sobre as colónias africanas de Portugal”, in *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta.* 2.ª edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 65.

¹⁰⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 65.

Em Janeiro de 1961, na reunião extraordinária do Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos que se realizou no Cairo, Amílcar Cabral reconhecia a importância daqueles dois princípios na denúncia do colonialismo português:

A união eficaz e permanente de Organizações patrióticas das várias colónias africanas de Portugal, teve um papel decisivo para a denúncia do Colonialismo Português perante a opinião pública mundial¹⁰⁵⁰.

Nessa reunião, em que se proclamou o direito à autodeterminação e independência e se reafirmou o total apoio à luta de libertação dos povos das colónias portuguesas, Amílcar Cabral apresentou uma resolução de condenação do colonialismo e dos crimes por ele cometidos, que foi aprovado.

¹⁰⁵⁰ AMS, “Uma importante Resolução sobre as colónias Portuguesas, Sessão Extraordinária do Conselho de Solidariedade dos povos Afro-Asiáticos, realizada no Cairo, em 21 e 22 de Janeiro de 1961, pasta 4602.012, im. 3.

Cap. 4 – Unidade Africana e Unidade Guiné e Cabo Verde

1. O contexto africano de unidade e a génese do projecto federalista entre a Guiné e Cabo Verde

1.1. Alguns exemplos de uniões ou projectos de uniões na África do seu tempo

A independência do Ghana, proclamada a 6 de Março de 1957, trouxe um novo impulso à ideia pan-africana de unidade do continente e inaugurou uma nova fase na luta anticolonialista e anti-imperialista. A este novo impulso veio juntar-se também, a 28 de Outubro de 1958, a independência da Guiné-Conakry, na sequência do “Não” ao projecto federalista proposto pela França de Charles de Gaulle¹⁰⁵¹, no referendo realizado um mês antes (28 de Setembro). Para Gérard Chaliand e Juliette Mincés, a atitude da Guiné-Conakry, precedida, na Ásia, pela República Democrática do Vietname, encorajou, inclusivamente, outros territórios africanos colonizados¹⁰⁵², que meses mais tarde acediam à independência.

Por alturas do referendo na Guiné-Conakry, Cabral encontrava-se em Angola (e não em Lisboa)¹⁰⁵³, contariamente ao que afirmou, nove anos mais tarde (1967), num discurso proferido, quando do VIII Congresso do Partido Democrático da Guiné (PDG). Nesse discurso feito em francês, o Secretário-geral do PAIGC dava conta que seguira de perto a evolução dos acontecimentos naquele território vizinho da Guiné portuguesa:

Camarades, le 28 Septembre 58, nous étions à Lisbonne, réunis avec certains camarades dans la lutte clandestine après notre expulsion de notre pays. Quand nous avons entendu par la radio, ce qui a été confirmé par la presse, que vous aviez dit non à l’impérialisme français, nous tous, nous avons crié ensemble: «notre patrie est née! Notre patrie est née»¹⁰⁵⁴.

¹⁰⁵¹ Vide, sobre este assunto, Lamsine Kaba, *Le «Non» de la Guinée a de Gaulle*, Paris, Chaka, 1990, Chap. V, pp. 147 e ss.

¹⁰⁵² Gérard Chaliand et Juliette Mincés, “L’Afrique et la Guinée”, *Partisans*, n.º 5, Paris, François Maspero, juillet-août, 1962, pp. 105-106.

¹⁰⁵³ Está confirmada a presença de Amílcar Cabral em Angola, de 15 de Agosto a 13 de Dezembro (*vide*, IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, NT 2675, pasta 4, fl. 1084).

¹⁰⁵⁴ AMS, “Discurso pronunciado por Amílcar Cabral aquando do VIIIº Congresso do PDG”, 1967, Conakry, pasta 4341.001, im. 52.

A 23 de Novembro de 1958, a Guiné e o Ghana manifestaram a sua intenção de se unir e, na II Conferência dos Povos Africanos de Accra, realizada de 6 a 13 de Dezembro daquele ano, incentivaram o reagrupamento dos países africanos independentes, designadamente em federações regionais progressivas ou em confederações de vários Estados¹⁰⁵⁵. Procurava-se, com estes projectos de unidade regional, contrariar a lógica de desunião engendrada pelo imperialismo e pelo neo-colonialismo, evitar o isolamento e garantir a sobrevivência política e económica dos Estados emergentes no contexto das independências. Relativamente aos países da África Ocidental francesa, I. William Zartmann, professor de Ciências Políticas na Universidade de Nova Iorque, apontou duas razões para a procura de alianças entre 1959 e 1961: 1) a ideologia de unidade expressa pela federação da África Ocidental Francesa (AOF) e da unidade africana proposta pelo Ghana e outros Estados radicais; 2) o desejo de evitar o isolamento, em virtude da interdependência e debilidade dos Estados¹⁰⁵⁶.

Tal como defendia Kwame Nkrumah, a força do continente negro radicava na união, enquanto a do imperialismo na desunião¹⁰⁵⁷.

Julius Nierere, da Tanzânia, advogava que apenas com a unidade se poderia assegurar que os africanos governavam realmente a África¹⁰⁵⁸. A estas alocações dos líderes africanos mais carismáticos deste período seguir-se-iam numerosas conferências, nas quais se proclamaram as virtudes da união do continente africano. Em Abril de 1958, por exemplo, na I Conferência dos Estados Africanos Independentes, realizada em Accra, foi sugerida a criação de uma instituição continental com carácter permanente¹⁰⁵⁹. Pouco depois, num congresso que teve lugar, de 25 a 27 de Julho, em Cotonou (Benim), avançou-se com a proposta de criação dos Estados Unidos de África¹⁰⁶⁰. Iniciava-se, assim, um movimento que culminaria, a 25 de Maio de 1963, com a aprovação, por parte de 31 Chefes de Estado africanos, da Carta da Organização da Unidade Africana (OUA). Até lá, assistira-se a várias tentativas de uniões regionais e sub-regionais, fundamentadas em motivos históricos e até pré-históricos¹⁰⁶¹. Seguindo o exemplo do Ghana e da República da Guiné-Conakry, a 17 de Janeiro de 1959, o Dao-

¹⁰⁵⁵ Vide Phillipe Decarene, *ob. cit.*, chap. V, p. 59.

¹⁰⁵⁶ I. William Zartmann, *International Relations in the new Africa*, Lanham, MD, University Press of America, 1987, p. 17.

¹⁰⁵⁷ *Apud* James T. Sabin, “Neo-nacionalism in Africa”, In *The Philosophy of Pan-Africanism. A collection of papers on the theory and practice of the African Unity Movement*, edited by S. Okechukwu Mezu, Washington D.C., Geogtown University Press, 1965, p. 47

¹⁰⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 47.

¹⁰⁵⁹ Phillipe Decraene, *ob. cit.*, p. 43.

¹⁰⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 47.

¹⁰⁶¹ L. Senghor, “Negritude et civilisation de l’univers”, *Présence Africaine*, 46, Paris, 1963, p. 10; e Léopold Senghor, *On African Socialism*, New York, Praeger, 1964, p. 84.

mé (actual Benin), o Sudão, o Alto Volta (actual Burkina Fasso) e o Senegal formaram uma união a que se deu o nome de Federação do Mali, com a capital federal em Dakar e a presidência confiada a Modibo Keita¹⁰⁶² do Sudão (actual Mali). Face a esta situação, o Presidente Apity propôs, no início de 1959, a criação da União do Benin, que englobaria países como o Togo, o Níger e o Daomé.

Meses mais tarde, com a deposição de Sourou Migan Apity, por Hubert Maga, à frente dos destinos do Daomé e a oposição deste às ideias federalistas, numa conferência realizada em Dakar, durante a qual foi fundado o Partido da Federação Africana (PFA), nascia uma nova Federação do Mali, que integrava apenas o Senegal e o Sudão, com Modibo Keita à cabeça. A 29 de Abril de 1961, o Mali juntou-se à República da Guiné e ao Ghana no estabelecimento do núcleo dos “Estados Unidos de África”, cuja constituição havia sido proposta, como já se disse, no congresso de Cotonou, a par da declaração explícita da independência imediata para os povos africanos dominados e da fundação do Partido do Reagrupamento Africano (PRA).

Os exemplos de uniões e/ou tentativas de uniões que acabamos de relatar, não foram os únicos em África. Infelizmente, alguns deles não tiveram exequibilidade prática ou foram simplesmente efémeros. É o caso, em primeiro lugar, na África Central e Equatorial, do projecto de criação dos “Estados Unidos da África Latina”, defendido por Barthélemy Boganda em 1959. Este projecto deveria englobar os dois Congos (Leopoldville e Brazzaville), Angola, Gabão, Camarões, República Centro-Africana e Tchade. Em segundo, do projecto de criação dos “Estados Unidos da África Central”, também de 1959, da autoria do Presidente William Vacanarat Shadrach Tubman, da Libéria, que juntaria este país, o Ghana, a Guiné-Conakry, a Serra Leoa, o Senegal e a Gâmbia. No ano anterior, Mamadou Dia, Primeiro-Ministro do Senegal, tinha proposto a união do seu país com a vizinha Gâmbia, numa federação que se denominaria Senegambia. Na África Austral surgiram também vários outros projectos de uniões como, por exemplo, os Estados Associados da África e a Grande Somália (agrupamento das diferentes administrações da Somália), entre outros. Antes disso, de 15 a 18 de Setembro de 1958, era criado o Pan-African Freedom Movement of East and Central Africa (PAFMECA) que, com a integração da África do Sul em 1962, passou a designar-se Pan-African Freedom Movement of East and Central and Southern Africa (PAFMECSA). A iniciativa foi de Tom Mboya, da Kenya National African Union (KANU), de Kenneth Kaunda,

¹⁰⁶² Se se quiser ter uma ideia sobre a política de alianças na África Ocidental Francesa (AOF), *vide* I. William Zartmann, *International Relations in the new Africa*, Lanham, MD, University Press of America, 1987.

da United National Independence Party (UNIP) e de Julius Nyerere, da Tanganika African National Union (TANU),

A 28 de Março de 1961, era também formalmente constituída a União Africana e Malgache (UAM) e, em Maio de 1962, na conferência de Monróvia, a Nigéria e treze países da UAM constituíam a Organização de Cooperação Africana e Malgache (OCAM), que passou à história como grupo de Brazzaville¹⁰⁶³.

Finalmente, um dos projectos que se tornou sólido e duradouro na África Austral foi a união entre o Tanganica e Zanzibar, que, em 1964, daria origem a Tanzânia, sob a liderança de Julius Nyerere.

Depois de várias hesitações e vencidos vários obstáculos, dentre os quais, frequentemente, se tem elegido o tribalismo, as fronteiras coloniais, as lutas intestinas pelo poder, os obstáculos linguísticos, a existência de Estados ricos e outros pobres, e, por último, a concorrência económica¹⁰⁶⁴, os dois grupos (o de Casablanca¹⁰⁶⁵ e o de Brazzaville), que já haviam tentado, em vão, constituir um único bloco, nas conferências de Monróvia (1961) e de Lagos (1962), lograram constituir, em Addis Abeba, a 25 de Maio de 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA). Num artigo publicado no jornal argelino, *Révolution Africaine*, a 29 de Junho de 1963, Cabral considerava a criação desta organização como “o acontecimento mais importante da África moderna e contemporânea”¹⁰⁶⁶, e a assinatura da Carta Magna como um grande incentivo para os movimentos de libertação nacional. O líder do PAI/PAIGC apontava três razões: primeiro, porque, na sua perspectiva, defendia, no preâmbulo, o direito inalienável de cada povo de dispor de si mesmo; em segundo, porque advogava uma devoção sem reservas à causa da emancipação total dos territórios ainda não independentes e a eliminação de todas as formas de colonialismo (artigo III, 6); em terceiro e último lugar, apadrinhava a unidade do continente.

¹⁰⁶³ Este grupo de Brazzaville era constituído pelos Camarões, Nigéria, República Centro Africana, Chad, República do Congo, Daomé, Gabão, Costa do Marfim, Madagáscar, Mauritânia, Níger, Senegal e Alto Volta.

¹⁰⁶⁴ *Vide*, entre outros, Phillipe Decraene, *ob. cit.*, chap. VII, pp. 91-104.

¹⁰⁶⁵ Este grupo foi criado a 7 de Dezembro de 1961 e integrava, a Guiné, o Ghana, o Mali, Marrocos e a República Árabe Unida.

¹⁰⁶⁶ Este artigo foi integralmente traduzido para português por Gomes da Costa do Gabinete de Estudos da PIDE a 29 de Agosto de 1963 (IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [CI2] NT 2675, pasta 2, fl. 296).

1.2. Os fundamentos ideológico-estratégicos da unidade Guiné e Cabo Verde

Os projectos de uniões regionais e sub-regionais, nomeadamente entre a Guiné-Conakry e o Ghana, não passaram despercebidos a Amílcar Cabral. Em Angola, onde se encontrava¹⁰⁶⁷, acompanhou de perto esta união. Recorde-se que Cabral tinha estado em Accra, em Dezembro de 1958, isto é, pouco tempo depois da Sekou Touré e Kwame Nkrumah terem dado um passo importante em direcção à unidade.

A ideia de unir a Guiné e Cabo Verde muito dificilmente apareceria em 1956, data que se apontou oficialmente como sendo a da fundação oficial do PAIGC. É que o contexto africano em 1956 não era o mesmo do que o de 1958 ou de 1959. Em África, sobretudo a partir de 1958, vivia-se a era das interdependências que, segundo N. D. Ukachi Onyewu, tornou anacrónico o nacionalismo particularista. Por isso, é nossa convicção que o projecto federalista de Amílcar Cabral só poderia ter surgido em 1959, com base nos exemplos que estavam a ser seguidos, especialmente na África Ocidental, depois da acima referida Conferência de Accra, para afirmar-se, definitivamente, em 1960.

Foi em Setembro de 1959, aquando da sua passagem por Bissau e por Dakar, que, graças à sua iniciativa, se começou a falar, pela primeira vez, da unidade entre a Guiné e Cabo Verde. Na capital do seu território natal, o próprio Amílcar Cabral chegou a constituir, com esse objectivo, o “Partido Africano da Independência e União dos Povos da Guiné e Cabo Verde”, cuja divisa era “UNIDADE E LUTA”¹⁰⁶⁸, e com Rafael Barbosa, a primeira Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde (FLGC), que também já visava, entre outros objectivos, a conquista da independência da Guiné e Cabo Verde e a luta comum contra o colonialismo português, conforme se pode ler na respectiva Carta¹⁰⁶⁹. O próprio PAI (que tomaria a designação de PAIGC em 1960) apareceu também, de acordo com os Estatutos elaborados naquele ano¹⁰⁷⁰, como uma

¹⁰⁶⁷ AMS, “Discurso pronunciado por Amílcar Cabral aquando do VIII Congresso do PDG”, 1967, Conakry, pasta 4341.001, im. 52.

¹⁰⁶⁸ Luis Cabral, *ob. cit.*, p. 46.

¹⁰⁶⁹ AMS, “Charte du FLGCV [manuscrito]”, signé par Abel Djassi, Bissau, 1959, 19 Septembre, pasta, 4308.006, im. 26. É, provavelmente, um apontamento de Mário de Andrade que fez publicar no Apêndice documental da sua obra *Amílcar Cabral. Essai de biographie politique*, François Maspero, Paris, 1980, pp. 90-91.

¹⁰⁷⁰ Alguns exemplares destes Estatutos foram apreendidos, aquando da detenção de Rafael Barbosa, em Bissau, em Março de 1962. Não sabemos, no entanto, se se tratavam já de uma versão revista na II Conferência de Quadros Superiores do Partido que teve lugar em Conakry, de 15 a 30 de Janeiro de 1962. Em todo o caso, outra revisão foi feita no congresso de Cassacá, em Fevereiro de 1964. A partir dessa data não se registou nenhuma outra revisão, exceptuando a realizada em Julho de 1973, aquando da reunião do Conselho Superior de Luta. O cotejo dos Estatutos de 1960 com os de 1973 pode ajudar-nos a ter uma ideia sobre o alcance das revisões efectuadas. Neste trabalho cingimo-nos, fundamentalmente, aos Estatutos de 1960.

“organização política das classes trabalhadoras da Guiné dita Portuguesa e de Cabo Verde”, exercendo a sua actividade nos dois países¹⁰⁷¹. Nesses Estatutos já se previa a criação de um Comité Nacional e de uma Conferência Nacional para cada um dos territórios em questão, e, a um nível supranacional, de um Comité Federal que seria eleito num Congresso Federal, apontado como órgão máximo do PAI. No programa apresentado por Amílcar Cabral à III Conferência dos Povos Africanos, realizada no Cairo, de 23 a 25 Março de 1961, preconizava-se a unidade da Guiné e Cabo Verde durante a luta e a união orgânica depois da independência. Cabral adiantava-se assim, pelo menos na forma de projecto, em relação à Tanganica e Zanzibar.

A partir de Outubro de 1959, quando se soube, por intermédio de Amílcar Cabral, de Adriano Araújo e de Hugo de Menezes, que os emigrados guineenses tinham um programa de rádio na Emissora Nacional da Guiné-Conakry, foi sugerido que os assuntos da Guiné e de Cabo Verde no seio do MAC passassem a ser tratados conjuntamente. Com efeito, a 13 daquele mês e ano, em carta escrita dirigida a Lúcio Lara, Viriato da Cruz propunha que, para o preenchimento eficaz do programa da rádio, se deveria organizar um ficheiro conjunto dos problemas actuais de Cabo Verde e da Guiné¹⁰⁷², sob a supervisão de Amílcar Cabral. Dentre estes problemas destacavam-se, as medidas legislativas sobre a administração, a polícia, o exército, a exploração económica, etc.¹⁰⁷³. Era a primeira vez que tal acontecia: Guiné e Cabo Verde juntos no âmbito do MAC. Pelo menos de uma maneira mais clara. Aliás, a proposta de Viriato da Cruz apenas confirma que, até àquela data, não se tinha equacionado ainda o tratamento conjunto dos problemas daquelas duas colónias de Portugal.

Contudo, só em Junho de 1960, Cabral passou a assumir o papel de coordenação dos movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde existentes nos países vizinhos. Foi por esta altura que, pela primeira vez, iniciou os contactos com o interior da Guiné portuguesa e começaram a ser distribuídos nas duas colónias os primeiros materiais de propaganda.

O argumento, com base no qual se procurou realçar a importância e a imprescindibilidade da união entre a Guiné e Cabo Verde na luta contra o colonialismo, foi invocado por Amílcar Cabral, quando da fundação do PAI. De acordo com Luís Cabral, na ocasião, o seu meio-irmão, pronunciou-se sobre as ligações históricas entre os dois territórios¹⁰⁷⁴. Por sua vez, Aristides Pereira acrescenta que Cabral pôs em evidência o

¹⁰⁷¹ IAN/TT – PIDE/DGS, PC 12/62, “Osvaldo Máximo Vieira”, NT 5434, 2.º vol., fl. 93v.

¹⁰⁷² Carta de Viriato da Cruz [dactilografada], B [Berlim], 13.10.1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 149.

¹⁰⁷³ *Idem, ibidem*, p. 149.

¹⁰⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 44.

facto de guineenses e cabo-verdianos partilharem uma origem ancestral comum e de se encontrarem subjugados à mesma potência colonial¹⁰⁷⁵. A ideia era evitar a fragmentação que, na opinião de Amílcar Cabral, poderia ser aproveitada pelos colonizadores para pôr, por exemplo, os cabo-verdianos a dominarem guineenses e estes a colaborarem com Portugal no controlo das ilhas¹⁰⁷⁶. No que dizia respeito a Cabo Verde, Dulce Almada Duarte fez questão de destacar, em determinada ocasião, que o projecto clarividente de Amílcar Cabral, para além de ter tido o mérito de conduzir o arquipélago à independência, permitiu elevar a consciência dos cabo-verdianos relativamente à dimensão africana da sua cultura, recalcada pela assimilação colonial¹⁰⁷⁷. Por exemplo, num “Manifesto” dirigido aos cabo-verdianos emigrados no Senegal, Amílcar Cabral e Aristides Pereira procuraram demonstrar, do ponto de vista populacional¹⁰⁷⁸, geográfico e histórico, por que razões os ilhéus eram também africanos. Mesmo a nível da colonização, nos seus aspectos puramente jurídicos, políticos e económicos, Cabral e Aristides Pereira não viam nenhuma diferença entre as duas colónias, porque, no seu ponto de vista, não deixavam de ser colónias de Portugal¹⁰⁷⁹.

Amílcar Cabral fundamentava o seu projecto de união, entre a Guiné e Cabo Verde, com base em elementos históricos e culturais. Assim, a circunstância dos escravos transportados para as ilhas terem sido exclusivamente originários da Guiné¹⁰⁸⁰ explicava a paridade da língua (o crioulo) nas duas colónias. Por outro lado, no que concerne à identidade administrativa, a partir de 1550, foi estabelecida a primeira união orgânica entre a Guiné e Cabo Verde, através da nomeação de um Capitão-geral para as duas regiões¹⁰⁸¹. Podemos admitir que, entre 1550 a 1879, a Guiné esteve administrativamente dependente de Cabo Verde. Em 1834, foi aplicada à Guiné a mesma organização administrativa portuguesa de 1832, em que as duas colónias formavam a mesma Prefeitura. Apenas dois anos mais tarde (1836), foi criado o Governo-geral das Ilhas de Cabo Verde, tendo a Guiné como distrito. A primeira separação entre as duas colónias

¹⁰⁷⁵ Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 86.

¹⁰⁷⁶ *Vide* Amílcar Cabral, “Fifty years...”, p. 94.

¹⁰⁷⁷ Dulce Almada Duarte, “Os fundamentos culturais da unidade”, in *Continuar Cabral*. Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983, Lisboa, Edição Grafedito/Prelo – Estampa, 1983, p. 206.

¹⁰⁷⁸ Escreviam: “97% da população era negra e mestiça e apenas 3% de gente de cor branca, incluindo os europeus” (AMS, Amílcar Cabral e Aristides Pereira, “MANIFESTO. A propósito das medidas adoptadas pelo Governo Senegalês sobre a situação dos emigrados caboverdeanos”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, PAIGC, *Bureau* de Dakar, s/d, pasta 4340.003, im 117).

¹⁰⁷⁹ *Idem, ibidem*, im 117.

¹⁰⁸⁰ Amílcar Cabral, “Fifty years...”, p. 93.

¹⁰⁸¹ Conférence des Organisations Nationalistes de la Guinée “Portugaise” et des Îles du Cap Vert..., *Extrait du Rapport Général présenté par le Secrétaire Général du Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde*, p. 11.

produziu-se em 1879 e, treze anos mais tarde (1892), a Guiné passou a ser considerada distrito militar autónomo. Na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, que teve lugar, no Liceu Delaforce, em Dakar, de 12 a 15 de Julho de 1961, Amílcar Cabral insistiu na identidade de interesses dos povos da Guiné e Cabo Verde, ligados por laços históricos e de sangue¹⁰⁸², facto que era reconhecido pelas autoridades portuguesas. De resto, no seminário de quadros de 1969, serviu-se de um trabalho escrito por António Carreira e publicado na Revista *Ultramar*, com o título “A Guiné e as Ilhas de Cabo Verde – A sua unidade histórica e populacional”, para provar a justeza das suas teses a favor da unidade entre as duas colónias:

São eles mesmos, por exemplo, que hoje nas suas revistas, como esta, que se chama «Ultramar», têm grandes artigos, estudando a questão da Guiné e Cabo Verde, e escrevem: A Guiné e as Ilhas de Cabo Verde – A sua unidade histórica e populacional. E sabem quem fez este artigo? Carreira¹⁰⁸³.

As posições de Cabral não eram partilhadas por alguns dos seus opositores directos. Por exemplo, José Leitão da Graça defendia que não havia ligações históricas entre aquelas duas colónias: “Na época colonial, a Guiné e Cabo Verde estiveram ligados organicamente mas para o interesse do colonialismo”¹⁰⁸⁴.

Segundo aquele nacionalista cabo-verdiano, a Guiné tinha mais laços com o Senegal e a Guiné-Conakry do que com Cabo Verde. Mesmo relativamente à língua, argumentava que o crioulo da Guiné era diferente do de Cabo Verde, porquanto na primeira colónia funcionava como uma língua nacional, enquanto na segunda era uma língua franca¹⁰⁸⁵.

José Leitão da Graça fundamentava ainda as suas críticas nas diferenças geográficas e antropológicas. Segundo ele, naqueles dois aspectos, as ilhas de Cabo Verde eram “realmente uma colónia distante da Guiné-Bissau”. Por isso, a partir de 1879, teriam sido separadamente administradas por Portugal. De acordo ainda com Leitão da Graça, depois daquela data, o que restou do vasto litoral ocidental africano sob controlo português ficou, para efeitos de comércio de escravos e do ponto de vista administrativo, dependente de Cabo Verde, sede do Governo-geral. Mas, este episódio da história colonial, segundo José Leitão da Graça, não criara na Guiné e em Cabo Verde um só povo, nem sequer originara laços económicos e orgânicos duradouros entre os dois terri-

¹⁰⁸² *Idem, ibidem*, p. 11.

¹⁰⁸³ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 1. Unidade e Luta”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001, im. 51.

¹⁰⁸⁴ Entrevista a José Leitão da Graça, Praia, Abril de 2002.

¹⁰⁸⁵ *Idem, ibidem*.

tórios para serem considerados um só território. E a explicação deste fenómeno, insistia José Leitão da Graça, radicava no facto de que essa união fora organizada no interesse efémero e exclusivo dos colonialistas portugueses, cuja ambição era, do seu ponto de vista, apenas a obtenção de escravos. Contudo, concluía Leitão da Graça, gerara, nos povos da Guiné, um ódio indelével para com os cabo-verdianos e nestes uma atitude colonialista-racista ou paternalista para com o guineense¹⁰⁸⁶.

Entre Leitão da Graça e Amílcar Cabral havia grandes diferenças. Este tinha nascido e vivido na Guiné. Aquele nunca tinha estado na Guiné e não tinha nenhum vínculo com aquela colónia, como acontecia com Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Abílio Duarte e outros futuros fundadores e dirigentes do PAIGC.

Leitão da Graça não foi o único opositor ao projecto de unidade Guiné e Cabo Verde de Amílcar Cabral. A maioria dos movimentos de libertação da Guiné e/ou de Cabo Verde (mas, especialmente os primeiros) ou os seus dirigentes também se opunham a esse projecto.

Em Janeiro de 1961, numa mensagem ao povo da Guiné, assinada pelos principais dirigentes do PAIGC, dentre os quais vale a pena destacar Amílcar Cabral, acusavam-se, sem as nomear, três pessoas (embora não fosse difícil adivinhar que se tratavam de Paulo Dias, Luís da Silva e José Francisco Gomes) como estando por detrás da campanha contra a unidade Guiné e Cabo Verde. No documento escrito em francês, os dirigentes do PAIGC escreviam :

C'est de la folie de penser que les Cap-Verdiens pourraient commander en Guinée, après l'indépendance. Il y a environ 2 000 Cap-Verdiens en Guinée, étant d'à peu-près 600 000 le nombre des Guinéens. C'est le peuple de Guinée qui décidera demain dans l'indépendance qui va diriger le pays. Il est évident que la Guinée sera gouvernées par leurs enfants¹⁰⁸⁷.

Essas críticas, de acordo com a referida mensagem, eram contrárias ao que estava a acontecer em África, cujo exemplo geograficamente mais próximo era o da união entre a Guiné-Conakry, o Mali e o Ghana¹⁰⁸⁸. Pouco antes, tinha havido uma cisão na Federação do Mali que englobava o Senegal, de Senghor, e o Mali, de Modibo Keita.

Em Setembro de 1962, uma revista editada pela “International Services of Information Foundation, de Baltimore”, com o título de “Inform”, a que a PIDE teve

¹⁰⁸⁶ AMS, Mário de Andrade, Investigação/Ciências Sociais e Humanas, pasta 4309.006, im. 34.

¹⁰⁸⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Annexe Partido Africano da Independência (Guinée Portugaise et Iles du Cap Vert) – Démasquons ceux qui veulent diviser nos peuples et servent le colonialiste portugais”, fl. 681v.

¹⁰⁸⁸ *Idem, ibidem*, fl. 682.

acesso e que aparece referenciada pelo agente Costa Pereira, afirmava-se, em relação à unidade entre a Guiné e Cabo Verde, que os habitantes daquela colónia consideravam os da segunda “como exploradores e chantagistas”¹⁰⁸⁹ e, por isso mesmo, viam com maus olhos o projecto de união entre os dois territórios, que Moscovo, por duas razões, apoiava fortemente. A primeira era, de acordo ainda com os apontamentos elaborados por Costa Pereira com base no *Inform*, de ordem estratégica:

Moscovo gostaria de ver as ilhas neutralizadas e impedir o seu uso para bases dos EUA, isto é uma razão para o estreito contacto mantido pelo PAIGC com comunistas angolanos, Belgrado, Moscovo e Pequim¹⁰⁹⁰.

A segunda razão para o apoio de Moscovo tinha a ver com o seu interesse em criar o maior número possível de Estados africanos, com o objectivo de levar as Nações Unidas a votarem contra o Ocidente¹⁰⁹¹.

Um ano mais tarde (em Setembro de 1963), a União dos Naturais da Guiné Portuguesa/Union des Ressortissants de la Guinée Portugaise (UNGP/URGP¹⁰⁹²) investia contra a unidade proposta por Amílcar Cabral. Num comunicado escrito em francês, intitulado “Surtout pas d’apartheid en Guinée-Bissao!”, responsabilizava o cabo-verdiano António Barbosa Carreira, de ser um dos principais responsáveis pelo massacre de Pindjiguiti, de 3 de Agosto de 1959, e de ser primo de Amílcar Cabral, a quem atribuía a “quimera” de querer libertar a Guiné e Cabo Verde “como se fosse realmente possível a um só homem tentar libertar dois territórios diferentes e separados pelo mar”¹⁰⁹³.

Apesar de tudo, Cabral investiria todo o seu esforço na concretização deste projecto. Em Dezembro de 1960, preconizava a unidade combativa dos dois povos durante a luta e a unidade orgânica após a conquista da independência, no quadro da unidade africana¹⁰⁹⁴. Na sua óptica, os dois países complementavam-se do ponto de vista geo-

¹⁰⁸⁹ *Idem, ibidem*, “Apontamentos sobre a política da Guiné portuguesa e territórios vizinhos, Secreto, elaborado por Costa Pereira, Bissau, 17 de Janeiro de 1963, fl. 353.

¹⁰⁹⁰ *Idem, ibidem*, fl. 353.

¹⁰⁹¹ *Idem, ibidem*, fl. 353.

¹⁰⁹² Esta organização era pró-Portugal e foi fundada em Dakar, em 1962, por Umaro Cano, Benjamim Pinto Bull, Paulo Dias e Sambél Balde, em colaboração com o cônsul de Portugal em Dakar, Gonzaga Ferreira. Tinha, em Julho de 1963, quatro *bureaus* nas seguintes cidades senegalesas: Ziguinchor, Koldá, Thiés e Dakar. Com a criação desta organização, o que pretendia o consulado português de Dakar era neutralizar a influência dos movimentos de libertação considerados radicais e cooperar, através do diálogo, com o Governo português. Em francês, este partido tomava a designação de Union des Ressortissants de la Guinée Portugaise (URGP).

¹⁰⁹³ AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA “Organizações Nacionalistas – PAIGCV”, “Surtout pas d’apartheid en Guinée-Bissao!”, URG.

¹⁰⁹⁴ AMS, Partido Africano da Independência (PAIGC) et Movimento de libertação da Guiné “portugai-

gráfico¹⁰⁹⁵. De um lado, a parte continental (a Guiné), também ela constituída por ilhas e ilhéus que formam o conjunto do arquipélago dos Bijagós e, do outro, a parte insular (Cabo Verde). Enquanto a Guiné era caracterizada pela ausência de grandes relevos montanhosos, com excepção das pequenas elevações na região do Boé, que não chegavam a ultrapassar os 300 metros, Cabo Verde possuía grandes cadeias montanhosas que, conjuntamente com o mar, dificultavam a mobilidade. Eram estas diferenças geográficas que, na óptica de Cabral, contribuíam para a complementaridade das duas colónias, tendo reflexos, não só na realidade social, económica e cultural, mas também, na aplicabilidade das teorias da guerrilha.

Além do argumento histórico, cultural, geográfico e étnico-linguístico, Cabral também ponderou o problema estratégico na linha da solidariedade “biológica”¹⁰⁹⁶ pan-africana, frantz-fanoniana e kwame-nkrumiana. Este último dirigente africano defendia, por exemplo, a ideia de que a independência do Ghana não faria sentido se não fosse acompanhada da libertação do continente africano¹⁰⁹⁷. De igual modo, Cabral não concebia a independência da Guiné sem a de Cabo Verde e vice-versa, nem mesmo a dos países vizinhos e a África em geral, sem a de Cabo Verde ou da Guiné. Num discurso proferido em Belgrado, em 1967, Cabral insistia na impossibilidade de libertar a Guiné sem Cabo Verde¹⁰⁹⁸. Dois anos mais tarde (1969), no seminário de quadros, Cabral não deixou ainda de reiterar e enfatizar a importância da unidade com o objectivo de tirar aos portugueses toda a possibilidade de explorar as contradições do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde¹⁰⁹⁹.

Apesar destes dois territórios apresentarem realidades específicas, Cabral integrava-os, do ponto de vista da dominação colonial, na mesma realidade política, económica, social, cultural e geográfica, mas influenciada, simultaneamente, por outras realidades. Neste sentido, as duas colónias formavam parte de um conjunto geográfico que integrava o Senegal, a Guiné-Conakry e a Mauritânia. Daí que a luta comum contra o colonialismo português estivesse, na opinião de Cabral, não só dependente (e muito)

se” et des Iles du Cap Vert, Conakry (MLGCV), le 5 décembre 1960, pasta 4602.113.

¹⁰⁹⁵ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 2. Partir da Realidade da nossa terra. Ser realistas”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001, im. 60.

¹⁰⁹⁶ Frantz Fanon, *Em Defesa da Revolução Africana*, 1ª Edição portuguesa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1980, pp. 186-187.

¹⁰⁹⁷ Kwame Nkrumah, *I speak of freedom*, London, Heinemann, 1961, p. 107.

¹⁰⁹⁸ Amílcar Cabral, “Fifty years...” p. 94. Este estudo só foi publicado em 1973, depois do assassinato de Amílcar Cabral.

¹⁰⁹⁹ Vide AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 1- Unidade e Luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 37.

de outras realidades, mas também se integrava na luta geral dos povos das colônias portuguesas de África e do mundo em geral. Pela importância de que se revestia, este princípio era encarado com alguma seriedade, por Amílcar Cabral, inclusivamente, em termos de relações futuras com os países vizinhos (Senegal e Guiné-Conakry):

A situação geográfica dos nossos países, a condição colonial que nos é imposta e da qual vamos sair, a história e até a origem étnica de uma parte da nossa população confere um carácter particular às nossas relações actuais e futuras com os povos irmãos nossos vizinhos¹¹⁰⁰.

Ainda assim, para Cabral, a realidade dos outros não devia ser imitada, uma vez que cada qual apresentava problemas específicos que exigiam também soluções específicas¹¹⁰¹.

De acordo com o líder guineense e cabo-verdiano, não existia verdadeiramente um problema da unidade entre a Guiné e Cabo Verde, dado que eram, do ponto de vista histórico, étnico, económico, social e cultural, um só povo¹¹⁰². Não é por acaso que, nos seus inúmeros discursos e em vários relatórios sobre o desenvolvimento da luta, como já o atestou Sérgio Ribeiro¹¹⁰³, era frequente o uso de várias expressões – “povo”, “nossos povos na Guiné e Cabo Verde”, “povo da nossa terra”, ou “o nosso povo do continente e das ilhas” – que perfilhavam já a ideia de pertença a uma única comunidade nacional em que aquelas duas colônias apareciam indissociáveis. Estas expressões eram muitas vezes associadas também a outros lexemas (“território”, “país”, “nação”, “nação africana” e “a nossa pátria africana” em formação) em que se exaltava a africanidade em contraposição à situação vivida de colónia. Por exemplo, aquando do Conselho Superior de Luta (CSL), de Agosto de 1971, Amílcar Cabral afirmava que essa reunião era de “dirigentes de um povo de duas terras, Guiné e Cabo Verde”¹¹⁰⁴. Dois anos antes, no seminário de quadros de 1969, fez questão de assinalar que a insistência na unidade Guiné e Cabo Verde não era um desiderato de mero capricho pessoal, e muito menos uma consequência de ser “filho de cabo-verdianos, nascido em Bafatá”, que tinha “amor grande pelo povo da Guiné, mas também grande amor pelo povo de Cabo

¹¹⁰⁰ “A Revolução Africana”, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, volume I, p. 194.

¹¹⁰¹ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 1- Unidade e Luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 59.

¹¹⁰² *Idem, ibidem*, im. 49.

¹¹⁰³ Sérgio Ribeiro, “Sobre a unidade no pensamento de Amílcar Cabral”, in *Continuar Cabral...*, pp. 388-389.

¹¹⁰⁴ AMS, “Reunião do Conselho Superior de Luta (9 a 16 de Agosto de 1971). Abertura. Sobre a situação da luta. Intervenção do camarada Amílcar Cabral”, Agosto de 1971, PAIGC, pasta 4341. 002, im. 32.

Verde”¹¹⁰⁵. Embora fosse verdade, para Amílcar Cabral, era a própria natureza e os interesses das duas colónias que conduziam inevitavelmente a essa unidade, sem a qual, asseverava aos seus prosélitos, não seria possível fazer a luta, nem na Guiné, nem em Cabo Verde¹¹⁰⁶. O certo é que, ao longo dos anos, não se vai conhecer nenhum outro movimento de libertação só de guineenses e/ou só de cabo-verdianos que tivesse tido êxito. Por isso, Cabral reconhecia que a melhor coisa que o PAIGC tinha feito foi estabelecer, como base fundamental, a “ «Unidade e luta» – unidade na Guiné, unidade em Cabo Verde, unidade da Guiné e Cabo Verde”¹¹⁰⁷.

A unidade destes dois territórios não tinha como desígnio, de acordo com Cabral, juntar pessoas com pensamentos políticos diferentes¹¹⁰⁸, uma vez que, nessas colónias, o colonialismo português nunca permitira a formação de partidos. Logo, na perspectiva do Secretário-geral do PAIGC, não havia grandes diferenças e contradições de objectivos¹¹⁰⁹. Para o emergente líder dos povos da Guiné e Cabo Verde, a unidade colocava-se por causa das diferenças na situação económica, social e cultural¹¹¹⁰, designadamente nos grandes centros urbanos, em consequência da miséria, da exploração, da violência e da ignorância a que os dois povos estavam sujeitos pelo colonialismo português. Muito embora estas diferenças não fossem muito significativas, eram mais do que suficientes e sólidas para, ainda na opinião de Cabral, “consolidar a melhor unidade dos guineenses, dos cabo-verdianos e entre guineenses e cabo-verdianos”¹¹¹¹.

A concretização dessa unidade deveria ser feita por etapas e da base para o topo, isto é, através da união na Guiné, união em Cabo Verde e, mais tarde, dependendo da vontade dos dois povos, a união dos povos da Guiné e Cabo Verde.

Amílcar Cabral encarava essa unidade no sentido dinâmico e não estático, sustentando que não era necessário haver homogeneidade. Só podia haver união, insistia o líder do PAIGC, se as coisas fossem diferentes, muito embora reconhecesse, no caso concreto das duas colónias, que não havia grandes diferenças entre elas a nível do desenvolvimento. Numa lógica leninista, Cabral defendia que a união era um meio e não um fim. O essencial era encontrar “o grau de unidade suficiente” que pudesse per-

¹¹⁰⁵ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 1- Unidade e Luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 49.

¹¹⁰⁶ *Idem, ibidem*, im. 49.

¹¹⁰⁷ *Idem, ibidem*.

¹¹⁰⁸ *Idem, ibidem*, im. 37.

¹¹⁰⁹ *Idem, ibidem*, im. 36.

¹¹¹⁰ *Idem, ibidem*, im. 37.

¹¹¹¹ Conférence des Organisations Nationalistes de la Guinée «Portugaise» et des îles du Cap Vert..., Extrait du Rapport Général présenté par le Secrétaire Général du Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, p. 15.

mitir o desencadear da luta e garantir, por outro lado, o seu sucesso¹¹¹². Daí a relevância do estudo da posição dos grupos sociais da Guiné e de Cabo Verde relativamente ao colonialismo e ao movimento de libertação nacional¹¹¹³.

Em Junho de 1962, numa audição como peticionário na reunião do Comité Especial para os Territórios Administrados por Portugal que teve lugar em Conakry, questionado pelo representante da Nigéria naquele comité, Ignatius C. Olisemeka, relativamente ao projecto de unidade Guiné e Cabo Verde, Amílcar Cabral respondeu que caberia às populações dos dois países decidirem se queriam uma federação ou qualquer outra forma de integração¹¹¹⁴. Em todo o caso, pessoalmente, Cabral defendia, como sustentou o cabo-verdiano Manuel Duarte¹¹¹⁵, a formação de um único Estado depois da independência. Esta ideia está patente na sua Mensagem do Ano Novo de 1973, na qual, ao referir-se à criação da primeira Assembleia Nacional na Guiné, não hesitou em dizer o seguinte:

Amanhã, com o desenvolvimento certo da luta, criaremos igualmente a 1ª Assembleia Nacional Popular nas ilhas de Cabo Verde. A reunião conjunta dos membros desses dois órgãos formará a Assembleia Suprema do povo da Guiné e de Cabo Verde¹¹¹⁶.

No programa do PAIGC, de 1961, já se apontava a fórmula como se constituiria essa unidade orgânica, bem como os objectivos a atingir. Assim, projectava-se: a concretização da unidade da “Nação” na Guiné e em Cabo Verde; a unidade dos povos da Guiné e Cabo Verde; e, por último, a unidade africana. Para isso, num “Memorando”, de 1 de Dezembro de 1960¹¹¹⁷, dirigido ao Governo português, Amílcar Cabral propunha a resolução do conflito por via pacífica, apresentando, entre outras, as seguintes medidas: a constituição de uma câmara de representantes do povo da Guiné, na base de

¹¹¹² *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. Unidade e Luta...*, p. 216.

¹¹¹³ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 1- Unidade e Luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, ims. 41-42.

¹¹¹⁴ AMS, Nations Unies – Assemblée Générale – Distr. Générale A/AC. 108/SR.45 21 août 1962 (Français) Original : Anglais- Comité Spécial pour les Territoires Administres par le Portugal, créé par la résolution 1699 (XVI) de l’Assemblée Générale Compte rendu analytique de la Quarante-cinquième séance Tenue dans le bâtiment de l’Assemblée Nationale, à Conakry, le mercredi 6 juin 1962, pasta, 4324.006, im. 86.

¹¹¹⁵ Manuel Duarte, *Caboverdianidade e Africanidade e outros textos*, 1.ª edição, Mindelo (S. Vicente), Edições Spleen, Abril de 1999, p. 95.

¹¹¹⁶ ASRDN – Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, “Mensagem de Ano Novo de 1973”; e também *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. A prática revolucionária. Unidade e Luta II*, volume II, Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 217. Contudo a leitura deste texto publicado por Mário de Andrade deve ser crítica, uma vez que introduziu algumas correcções no discurso original.

¹¹¹⁷ AMS, “Note ouverte au Gouvernement Portugais” [cópia], Conakry, le 13 Octobre 1961, pasta 4343.001, im. 8.

um representante para cada trinta mil habitantes; a constituição de uma câmara de representantes do povo de Cabo Verde, na base de um representante para cada dez mil habitantes; que estas câmaras fossem eleitas por sufrágio universal, directo e secreto, em eleições gerais e livres, fiscalizadas por uma Comissão Especial da ONU, constituída por representantes de países africanos independentes; após a sua constituição, realizar-se-ia uma reunião conjunta das duas câmaras de representantes, a fim de estudar e decidir, no quadro da unidade africana, a união orgânica dos povos da Guiné e Cabo Verde, tendo como fundamento os laços históricos e de sangue que uniam os dois povos; em caso de vitória da decisão favorável à união, deveria constituir-se um Parlamento com deputados guineenses e cabo-verdianos, escolhidos entre os membros eleitos para as câmaras de representantes e, de acordo com as bases estabelecidas numa reunião conjunta; o Parlamento, assim constituído, órgão supremo do poder legislativo na Guiné e em Cabo Verde, encarregar-se-ia de designar o Governo da Guiné e de Cabo Verde a formar, em consonância com as bases estabelecidas na reunião conjunta das duas câmaras de representantes¹¹¹⁸. Cabral admitia, no entanto, que pudesse haver uma decisão desfavorável à união que ele preconizava. Neste caso, as duas câmaras transformar-se-iam em assembleias nacionais, que passariam a ser órgãos supremos do poder legislativo. Em entrevista recente a José Pedro Castanheira, Rito Alcântara, responsável da Cruz Vermelha Internacional em Dakar, nos anos 60, estava convencido de que Amílcar Cabral tinha consciência de que, anos mais tarde, acabaria por haver essa separação, mas não acolhia qualquer oposição¹¹¹⁹. Cabral também tinha consciência de que nem sempre a união fazia a força e que havia mesmo certo tipo de uniões que, em lugar de força, geravam fraquezas¹¹²⁰, pelo facto de haver sempre factores que actuavam dialecticamente. Não é por acaso que o seu projecto de unidade suscitou imensas críticas dentro e fora do seu partido, atingido o auge entre 1968/69, como veremos mais adiante. No seminário de quadros de 1969, ao defender-se das críticas sobre o projecto de unir a Guiné e Cabo Verde, Cabral chegou mesmo a afiançar:

¹¹¹⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Memorandum enviado ao Governo Português pelo Partido Africano da Independência (Guiné e Cabo Verde)”, Secretariado-geral do PAIGC, em Conakry, 1 de Dezembro de 1960 (fl. 657v). No entanto, é importante assinalar que, no documento, se afirmava que o original era datado da sede do PAIGC, na Guiné, 15 de Novembro de 1960, e da Delegação em Dakar, 28 de Novembro de 1960.

¹¹¹⁹ José Pedro Castanheira, “Rito Alcântara ‘Monsieur’ Cruz Vermelha”, *Revista do Expresso*, 15 de Outubro de 2002, p. 63.

¹¹²⁰ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 1- Unidade e Luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 37.

Todos aqueles que lutam pela unidade africana, entendem que nós somos o único exemplo, com a Tanzânia que resultou da união de Tanganica com Zanzibar, que luta de facto pela unidade africana¹¹²¹.

Por altura desta asserção, em África, já não subsistiam modelos concretos de uniões de facto que representassem um contributo para a afirmação e consubstanciação da unidade continental. O exemplo da união que havia sido ensaiada entre a Guiné-Conakry e o Ghana, a que mais tarde se associou o Mali¹¹²², de que muitas vezes se servia para silenciar as críticas dos seus opositores directos, tinha abortado com o golpe de Estado que derrubou Nkrumah em 1966. Anos antes, a Federação do Mali, que englobava o Senegal, de Senghor, e o Sudão (mais tarde Mali), de Modibo Keita, também havia sofrido um colapso. Portanto, a unidade Guiné e Cabo Verde representava, aos olhos de Amílcar Cabral, uma original contribuição para a unidade africana¹¹²³, numa altura em que, de acordo com Luís Cabral¹¹²⁴, se procurava evitar, a todo o custo, a “balcanização” do continente.

1.3. A unidade Guiné e Cabo Verde como contribuição para a união africana

Se, por um lado, o contexto africano das unidades regionais e sub-regionais, influenciou, de certo modo, o projecto de unidade orgânica entre os povos da Guiné e de Cabo Verde, a concretização desta deveria ser, igualmente, uma excelente contribuição para a unidade africana e uma forma de provar o comprometimento e o suporte dos povos da Guiné e de Cabo Verde ao projecto de unidade africana traduzida em actos e não em palavras¹¹²⁵.

Já em 1961, num relatório apresentado à Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e de Cabo Verde reunidas em Dakar, Amílcar Cabral manifestava-se favorável à unidade africana à escala regional ou continental, contanto que fosse um meio para a construção do progresso dos povos africanos e a garantia da segurança e continuidade desse mesmo progresso.

¹¹²¹ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 1- Unidade e Luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 49.

¹¹²² IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Annexe Partido Africano da Independência (Guinée Portugaise et Iles du Cap Vert) – Demasquons ceux qui veulent diviser nos peuples et servent le colonialiste portugais” fl. 682.

¹¹²³ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 45.

¹¹²⁴ *Idem, ibidem*, p. 45.

¹¹²⁵ Amílcar Cabral, “Fifty years...” p. 94.

Apesar de defender, nos programas do seu partido, a participação da Guiné e de Cabo Verde no processo da construção dessa unidade continental¹¹²⁶, Cabral não tinha, porém, ilusão nem grande urgência em reclamá-la.

Numa outra declaração feita aos jornalistas, pouco depois da conferência constitutiva da OUA, em Maio de 1963, afirmava que a concretização da unidade entre a Guiné e Cabo Verde, e a integração destes dois territórios no grande projecto de união africana, teria de ser feita por etapas, exigindo, em primeiro lugar, a liquidação do colonialismo português, e, finalmente, uma aproximação às novas instituições continentais entretanto criadas.

Cabral estava, assim, profundamente empenhado na unidade do continente e disposto a trabalhar afincadamente pela sua concretização, mesmo que o seu “país” tivesse que renunciar a certas vantagens. O importante, para ele, era que os interesses das populações da Guiné e Cabo Verde fossem assegurados e salvaguardados¹¹²⁷. A única condição que Cabral impunha era que “as conquistas, as aquisições” económicas, sociais e de justiça que o seu povo perseguia “na luta de libertação nacional” e que já estavam a ser realizadas “passo a passo”, não ficassem “comprometidas pela unidade com outros povos”¹¹²⁸.

Em 1965, na II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) realizada em Dar-Es-Salaam, Cabral afirmava que a unidade africana seria o “resultado dos esforços fecundos dos povos africanos” em prol da África e da humanidade¹¹²⁹. Mas, para isso, o líder guineense e cabo-verdiano assegurava que era indispensável a valorização das riquezas do continente, das capacidades humanas, morais e culturais, com vista a criar, nas suas palavras “um espaço humano rico”, que contribuiria “por sua vez para enriquecer a humanidade”¹¹³⁰.

A unidade africana também era vista como um meio e não um fim, podendo acelerar a realização dos fins, mas isso não podia fazer com que se traísse o objectivo

¹¹²⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, fl. 361; e também AMS “Partido Africano da Independência (PAIGC) et Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde”, Conakry, le 15 Décembre 1960, pasta 4602.113.

¹¹²⁷ AMS, Nations Unies – Assemblée Générale – Distri. Générale A/AC – 108/SR. 45 21 août 1962 (français) Original: Anglais – Comité Spécial pour les Territoires Administrés par le Portugal, Créé par la Résolution 1699 (XVI) de l’Assemblée Générale. Compte rendu analytique de la Quarante-Cinquième séance Tenue dans le bâtiment de l’Assemblée Nationale, à Conakry, le mercredi 6 juin 1962, pasta 4324.006, im. 87.

¹¹²⁸ AMS, Amílcar Cabral, “A unidade política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário Geral do partido à 2ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP”, Dar-es-Salaam – 3 a 8/10/1965), Departamento de Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros – Coleção “Discursos e Informações”, pasta 4602.038.

¹¹²⁹ *Idem, ibidem.*

¹¹³⁰ *Idem, ibidem.*

primordial, que era também condição *sine qua non* para se integrar na grande família africana favorável à unidade continental. Esse objectivo era, sem dúvida, a independência da Guiné e de Cabo Verde e a defesa dos interesses de cada povo africano¹¹³¹.

A unidade inscrevia-se assim, de acordo com Sérgio Ribeiro, como um importantíssimo “elemento de estratégia”¹¹³² ao serviço dos movimentos de libertação e da própria África, no combate contra o tribalismo e face às contradições internas dos próprios Estados.

¹¹³¹ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 60.

¹¹³² Sérgio Ribeiro, *Sobre a Unidade no pensamento de Amílcar Cabral*, in Continuar Cabral, Simpósio Internacional Amílcar Cabral. Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983, p. 369.

Cap. 5 – Amílcar Cabral à Conquista da Liderança do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde

1. Tendências e divergências no seio do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde

1.1. O quadro da situação em Conakry antes da chegada de Amílcar Cabral

Como já atrás se disse, em 1959, o único movimento que tinha uma secção na Guiné-Conakry era o Movimento de Libertação da Guiné (MLG). Contudo, a 4 de Outubro, actuando à revelia do MAC e argumentando que o Governo da República da Guiné estava em vias de constituir uma “organização anticolonialista com os exilados da Guiné”¹¹³³, Hugo de Menezes fundou, conjuntamente com outros guineenses e caboverdianos emigrados que integravam o MLG de Conakry, de acordo com as suas próprias palavras, “o esboço de uma pequenita organização de meia dúzia”, com um Presidente que, segundo ele, não “inspirava confiança”¹¹³⁴. A este movimento foi atribuída a designação de Movimento de Libertação dos Territórios sob a Dominação Portuguesa (MLTDP). O *Bureau* transitório desta organização era constituído por cinco membros (Ernestina Silva, Luís da Silva, Richard Turpin, Hugo de Menezes e Maximiano da Gama¹¹³⁵), assistidos por 13 colaboradores¹¹³⁶. Este movimento visava, na linha pan-africanista e internacionalista defendida por Hugo de Menezes e também pelo MAC, a libertação dos territórios ocupados por Portugal em África.

A 13 de Outubro, tentando justificar a criação do MLTDP, Hugo de Menezes escrevia, em carta dirigida a Lúcio Lara, que ao MAC, apesar de ser conhecido de cer-

¹¹³³ Cópia do extracto da carta de Hugo de Menezes a Paris, provavelmente de Setembro de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 169.

¹¹³⁴ *Idem, ibidem*, p. 168.

¹¹³⁵ *Vide* “Comunicado”, Conakry, Outubro/59 (Apêndice documental, doc. n.º 3); e “Intervention du camarade Armando Ramos” [31 de Janeiro de 1960] (Apêndice documental, doc. n.º 4). Existe um documento em português intitulado “Intervenção do camarada Armando Ramos da Silva na ocasião de voto de 31 de Janeiro de 1960” (Apêndice documental, doc. n.º 5). Optámos, no entanto, pela versão francesa em virtude de apresentar melhor redacção.

¹¹³⁶ Eram eles, para a Comissão Política: Belarmino Gomes – Presidente; Paulo Dias – Vice-Presidente e Adriano Araújo – Secretário; Para a Comissão de Imprensa: Luís da Silva – tradutor, Hugo de Menezes – tradutor e Fernando Gomes – Membro; Para a Comissão da Organização: Armando Ramos – Presidente, Inácio da Silva – Secretário, Tavares Pedro – membro e João da Velha – membro; para a Comissão do Contencioso: Marcos Souto Amado – Presidente, Adriano Correia – membro e João Fernandes – membro (*Vide*, sobre este assunto, “Comunicado”, Conakry, Outubro/1959 (Apêndice documental, doc. n.º 6).

tos dirigentes da Guiné-Conakry, faltava-lhe uma implantação naquele país para poder usufruir dos apoios oficiais ou oficiosos e que, por esta e outras razões, se tinha formado “um grupo congénere”¹¹³⁷ em Conakry.

Na Europa, a iniciativa de Hugo de Menezes, de integrar os emigrados guineenses e cabo-verdianos em Conakry numa nova organização com idênticas características unitárias do MAC, foi duramente criticada pelos elementos deste movimento unitário. Lembremos que, nesta altura, já se defendia que a política daquele movimento devia ser, justamente, a de incentivar e de “encorajar a formação política dum movimento nacional de libertação da Guiné com os elementos de Conakry” e ainda “preparar um terreno de colaboração com organismos do MAC”¹¹³⁸.

No entanto, a falta de união e de uma liderança capaz foi o grande problema da organização política criada por Hugo de Menezes em Conakry. Armando Ramos confirmou-nos que, de facto, antes da chegada de Amílcar “havia crise de liderança”¹¹³⁹ e frequentes desordens e insultos ensombravam as reuniões, que acabavam quase sempre em cenas de pugilato entre os membros do MLTDP. Os persistentes problemas no seio deste movimento fizeram com que, a 31 de Janeiro de 1960, tivesse sido convocada uma assembleia com o objectivo de eleger um presidente. Na sua intervenção, por ocasião da eleição, Armando Ramos fez questão de apelar à necessidade de união para a concretização da qual fazia falta um líder respeitado por todos, com aptidões para suprimir as divergências reinantes e, ao mesmo tempo, servir de exemplo¹¹⁴⁰. A escolha do Secretário-geral que recaiu em Luís Alfredo da Silva (“Tchalumbé”) não foi, contudo, suficiente para sarar as feridas e as divergências profundas que minavam o novo projecto político. Por exemplo, o facto de o novo Secretário-geral ter sido eleito na ausência de Hugo de Menezes, então ausente em Tunes, onde assistia à Conferência dos Povos Afro-Asiáticos, provocou o seu não reconhecimento quando do regresso a Conakry, facto que abriu uma luta acesa entre os dois adversários políticos. Hugo de Menezes, a quem os novos dirigentes do MLTDP haviam enviado uma convocatória intimidatória, assinada pelo novo Secretário-geral, obrigando-o a restituir os documentos e o relatório sobre a Conferência de Tunes, recusava-se terminantemente a fazer a entrega destes documentos, alegando, entre outros motivos, que a direcção do movi-

¹¹³⁷ Carta de Hugo de Menezes [dactilografada] dirigida a Lúcio Lara, Conakry, 13.10.60, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 324.

¹¹³⁸ Carta de Mário de Andrade para Lúcio Lara [manuscrita], Paris, 1^{er} octobre 59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 168.

¹¹³⁹ Entrevista a Armando Ramos, Bissau, Outubro de 2002.

¹¹⁴⁰ “Intervention du Camarade Armando Ramos” (Apêndice documental, doc. n.º 4).

mento não o tinha ido receber ao aeroporto¹¹⁴¹, e que um grupo de “bandidos” e de “incompetentes”, que viviam a expensas de outros, não podiam ter nenhuma autoridade sobre ele¹¹⁴². Este facto conduziu ao seu divórcio temporário com o movimento, enquanto aguardava que a situação se esclarecesse com a vinda de Amílcar Cabral para Conakry¹¹⁴³. Essa vinda, conforme tudo indicava, afigurava-se como a única esperança de reunir e organizar o movimento de libertação da Guiné e de Cabo Verde naquela cidade.

Devido às perspectivas e à sensibilidade que a questão da Guiné portuguesa vinha merecendo no território vizinho, era opinião unânime, pelo menos no seio do MAC, que Hugo de Menezes não se encontrava ao nível das responsabilidades exigidas¹¹⁴⁴. Urgia, de acordo com o “Memorando” elaborado por Amílcar Cabral e Mário de Andrade, “coordenar” os guineenses e cabo-verdianos de Conakry, acabar com as confusões, apoiar a organização dos nativos da Guiné portuguesa, que não devia “ser confundida” com o MAC¹¹⁴⁵. Portanto, em virtude das “grandes responsabilidades” que havia na República da Guiné, e devido ainda à impossibilidade de Amílcar poder seguir (pelo menos de imediato) para Conakry, Lúcio Lara e Viriato da Cruz deviam rumar imediatamente para aquele país, logo após a conferência, de modo a não deixarem Hugo de Menezes regressar sozinho. No caso de não ser possível a deslocação dos dois, um deles, pelo menos, deveria estar preparado para seguir viagem.

Com efeito, a partir da conferência de Tunes, a questão da fixação de Amílcar Cabral na Guiné-Conakry, pela esperança e expectativas que concitava no seio dos seus companheiros do MAC, transformado agora em Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN), passou a ser uma prioridade, pois todos viam nele a pessoa indicada, não só para coordenar a luta da Guiné e de Cabo Verde, mas também para organizar o movimento daquela colónia, pelo menos na Guiné-Conakry. Assim, ainda em Fevereiro, Lúcio Lara pedia a Amílcar Cabral que redigisse um artigo sobre Cabo Verde e Guiné, que devia ser publicado numa brochura que o Comité Afro-Asiático do Cairo projectava editar¹¹⁴⁶. Pouco depois, foi Viriato da Cruz quem, desde

¹¹⁴¹ Trata-se de um documento em francês já referenciado anteriormente e que decidimos, por conveniência, intitular “Information de Pascoal Correia” [dactilografada], Conakry, le 20 février 1960 (Apêndice documental, doc. n.º 7).

¹¹⁴² “Deuxième déclaration du camarade Dr. Hugo de Menezes” [dactilografada], Conakry, le 22 février 1960 (Apêndice documental, doc. n.º 8).

¹¹⁴³ Carta de Hugo de Menezes a Lúcio Lara, Amílcar Cabral e Mário de Andrade [dactilografada], Conakry, 17/3/60, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 439.

¹¹⁴⁴ Memorando de Amílcar Cabral e Mário de Andrade [manuscrito por Amílcar Cabral] [é de 23 ou 24 de Janeiro de 1960], in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 329.

¹¹⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 329.

¹¹⁴⁶ Excerto da Carta de Lúcio Lara a Mário de Andrade e Amílcar Cabral, Marseille, 12/2/60, in Lúcio

Conakry, escrevia que, logo que houvesse condições, Amílcar deveria ir para a Guiné-Conakry. Tudo porque, segundo ele, apesar das condições de trabalho oferecidas, o grupo de guineenses radicados naquele país estava muito atrasado e fazia “uma política não só pouco madura no aspecto doutrinário e de métodos de luta, mas ainda sanzaleira, mesquinha...”¹¹⁴⁷. Na sua carta, Viriato da Cruz ressaltava ainda “divisões internas inquietantes” no seio da organização de Conakry e denunciava a ausência de uma liderança “esclarecida, enérgica e prestigiada” que utilizasse “bem os grandes benefícios” que lhe eram “oferecidos, efectivamente, neste momento”¹¹⁴⁸. Uma das críticas feitas por Viriato da Cruz aos dirigentes do grupo da Guiné portuguesa radicados na Guiné-Conakry era justamente a de praticarem “nacionalismo estreito” e “racismo”. Apesar disso, acreditava numa reviravolta na orientação do grupo, porque, na sua perspectiva, havia “massas naturalmente capazes de apoiar uma orientação nova”, o que, a seu ver, “exigiria uma «interferência» directa e ostensiva na actividade do grupo”¹¹⁴⁹.

Carlos Correia, que havia chegado a Conakry ainda em 1959 e integrava o MLTDP, também traça o ambiente político que encontrou quando chegou àquela cidade vindo de Dakar: “as reuniões não traziam nada de essencial... Não se discutiam coisas essenciais”¹¹⁵⁰.

Foi, talvez, em virtude da inépcia do movimento de libertação guineense, que Viriato da Cruz sugeriu, em carta datada de 28 de Fevereiro de 1960, a concentração da acção do FRAIN sob uma das colónias, uma vez que, no decurso da luta, as colónias não iam aceder à independência ao mesmo tempo¹¹⁵¹. Embora admitindo que, em Angola, e mesmo na Guiné, existiam condições para o avanço da luta anticolonialista, neste último caso, ainda por explorar, o que Viriato propunha, como seria natural, era a concentração da luta na sua colónia de origem onde, em sua opinião, “a crise” estava “mais madura”¹¹⁵².

A 5 de Março de 1960, de Londres, onde se encontrava, respondendo às informações que ia recebendo de Conakry, através de Viriato da Cruz, Amílcar escrevia, a propósito do grupo da Guiné portuguesa, criado na capital da República da Guiné, dizendo que estava a dar provas de que “não valia nada”, mas que não era o único e que

Lara, *ob. cit.*, p. 359.

¹¹⁴⁷ Carta de Viriato da Cruz [dactilografada], Conakry, 28/2/1960, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 373.

¹¹⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 373.

¹¹⁴⁹ Excerto da Carta de Viriato da Cruz para Lúcio Lara e Amílcar Cabral [dactilografada], Conakry, 7 de Março de 1960, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 405.

¹¹⁵⁰ Entrevista a Carlos Correia, Bissau, Outubro de 2002.

¹¹⁵¹ Carta de Viriato da Cruz [dactilografada], Conakry, 28/2/1960, in Lúcio Lara *ob. cit.*, p. 373.

¹¹⁵² *Idem, ibidem*, p. 373.

tinha boas notícias do seu “país”¹¹⁵³. “Temos de fazer cada coisa a seu tempo”, contrapunha Amílcar Cabral. Já relativamente à questão da concentração da luta em Angola, que Viriato da Cruz sugeria, Amílcar Cabral afirmou que preferia discutir isso de “viva voz” e que a decisão deveria ser tomada “na base da análise concreta da situação de cada País e de todos”¹¹⁵⁴, mas foi adiantando que discordava “com os argumentos enunciados”¹¹⁵⁵. Viriato não tardou, porém, a reconhecer que o atraso que atribuía à questão da Guiné, devido ao desaproveitamento das condições exteriores que lhe eram oferecidas, designadamente na Guiné-Conakry, era relativo. Segundo ele, se essas condições fossem aproveitadas, “o problema da Guiné (portuguesa)” poderia, “talvez, em breve espaço de tempo, ser o mais avançado de todas as colónias portuguesa”¹¹⁵⁶. A análise de Viriato confirmar-se-ia mais tarde. Estranhamente, apenas dez dias decorridos (17 de Março) desde as suas últimas afirmações, alegando o facto de as condições exteriores estarem maduras, Viriato da Cruz voltou a insistir de novo na necessidade de todos juntos, mas com Amílcar Cabral à frente, trabalharem “no caso da Guiné port[uguesa]”¹¹⁵⁷. Uma acção ininterrupta, tendo em vista a união das organizações que operavam no interior, e a inserção da luta do povo guineense no quadro da luta geral contra o colonialismo português a isso obrigava.

Depois de cumprir a missão que o levava a Londres e da ultrapassagem dos obstáculos que o impediam ainda de abandonar definitivamente Lisboa, por alegados motivos de ordem material (Cabral era quem, com o seu dinheiro, apoiava as actividades do MAC) e da organização interna do movimento unitário¹¹⁵⁸, finalmente pode partir em definitivo para Conakry, não em Abril como inicialmente estava previsto¹¹⁵⁹, mas em meados de Maio de 1960. Juntava-se assim a Viriato da Cruz, Lúcio Lara, Hugo de Menezes e Mário de Andrade. Recorde-se que, num relatório escrito, provavelmente a caminho de Accra, em Setembro de 1959, Cabral reconhecia que se vivia uma etapa nova e decisiva e que não fazia sentido que ele e os seus companheiros do MAC continuassem na Europa, com tantas coisas que havia ainda por fazer em África, onde as

¹¹⁵³ Carta de Amílcar Cabral para Lúcio Lara e Viriato da Cruz [dactilografada], Londres, 5/3/60, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 403.

¹¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 403.

¹¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 403.

¹¹⁵⁶ Excerto da Carta de Viriato da Cruz para Lúcio Lara e Amílcar Cabral [dactilografada], Conakry, 7 de Março de 1960, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 405.

¹¹⁵⁷ Excerto da Carta de Viriato da Cruz para Lúcio Lara e Amílcar Cabral [dactilografada], Conakry, 17.3.60, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 436.

¹¹⁵⁸ Memorando de Amílcar Cabral e Mário de Andrade [manuscrito por Amílcar Cabral], datado de 23 ou 24 de Janeiro de 1960, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 332.

¹¹⁵⁹ Carta de Amílcar Cabral [dactilografada] para Lúcio Lara e Viriato da Cruz [Londres], 14 de Março 1960, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 423.

suas ausências representavam “uma lacuna prejudicial à luta”¹¹⁶⁰. Desde Maio de 1959 que os seus companheiros do MAC, nomeadamente Lúcio Lara¹¹⁶¹, Mário de Andrade¹¹⁶² e Viriato da Cruz¹¹⁶³, o vinham incitando a abandonar Lisboa e a juntar-se a eles, em França, enquanto preparavam o caminho de regresso a África. De acordo com Viriato da Cruz, tal não só era necessário em virtude dos riscos que essa permanência em Lisboa acarretava, “mas pela falta evidente, que temos, de mais gente capaz”¹¹⁶⁴. Desde a fixação de Hugo de Menezes em Conakry, em Agosto de 1959, e de Viriato da Cruz, pouco depois, que a necessidade de organizar os movimentos da Guiné “portuguesa” tornava imperiosa a presença de Amílcar Cabral naquela cidade.

1.2. Amílcar Cabral à “conquista” de Conakry

As expectativas criadas em torno da figura carismática de Amílcar Cabral fizeram com que a sua chegada a Conakry, em meados de Maio de 1960, tivesse sido objecto de uma grande recepção¹¹⁶⁵. Não faltava até quem pretendesse que assumisse de imediato a presidência do Movimento de Libertação dos Territórios sob a Dominação Portuguesa (MLTDP)¹¹⁶⁶. Era a primeira vez, ao contrário do que afirmou Chabal¹¹⁶⁷, que Amílcar Cabral pisava a Guiné-Conakry.

Recorde-se que, durante o seu périplo africano, entre Agosto e Setembro de 1959, havia projectado visitar aquele país, mas acabou por não concretizar a viagem, por razões já anteriormente expostas.

A 18 de Maio, através de um convite assinado por Luís Alfredo da Silva (“Tchalumbé”), Amílcar Cabral era convidado pelo MLTDP para assistir a uma reunião daquele movimento, convite novamente reiterado a 21 desse mês.

Com a fixação de Amílcar Cabral e dos angolanos Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Lúcio Lara em Conakry, o PAI e o MPLA tomariam cada um o seu próprio

¹¹⁶⁰ Relatório de Amílcar Cabral, África, Setembro de 1959, In Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 153.

¹¹⁶¹ Carta de Lúcio Lara para secção do MAC em Lisboa [original manuscrito em Francês], 31/5/59, in Lúcio Lara *ob. cit.*, p. 95.

¹¹⁶² Carta de Mário de Andrade [manuscrita], Paris, le 5 Octobre 59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 173.

¹¹⁶³ Carta de Viriato da Cruz para Lúcio Lara [manuscrita], Berlim, 8.10.59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 177 e também Carta de Viriato da Cruz [dactilografada], B. [Berlim], 13. 10. 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 193.

¹¹⁶⁴ Carta de Viriato da Cruz para Lúcio Lara [manuscrita], Berlim, 8.10.59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 177.

¹¹⁶⁵ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, ims. 150-151.

¹¹⁶⁶ *Idem, ibidem*, im. 151.

¹¹⁶⁷ Chabal afirmava que Cabral havia estado, em Conakry, em 1958 (Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 57).

caminho. Como sustenta Norrie MacQueen, a ideia de uma luta unificada não passava de um “discurso ideológico e do objectivo político”¹¹⁶⁸. O percurso de Amílcar Cabral, que o levaria a assumir a liderança do movimento de libertação da Guiné e de Cabo Verde, na Guiné-Conakry, não foi isento de dificuldades. Nesta cidade estava instalado, desde 1959, uma secção do MLG de Bissau, que, em Outubro do mesmo ano se integrou no MLTDP sem se dissolver completamente. Estes movimentos viviam uma profunda crise de liderança. A união e o enquadramento dos emigrados, o combate aos apodados por Amílcar Cabral de “oportunistas”, que comparava a Moisés Tchombé e a Mobutu¹¹⁶⁹, eram imprescindíveis se quisesse pôr termo às eternas confusões e acelerar a luta na Guiné portuguesa. Diremos mesmo que a luta pela afirmação de Amílcar Cabral e do seu PAI/PAIGC foi das mais importantes e decisivas que teve de travar em Conakry. Era inevitável, considera Aristides Pereira, “bater-se pela afirmação do PAI (GC)”¹¹⁷⁰. Esta era também, na opinião de Cabral, a única hipótese que havia de “reforçar as possibilidades para a própria luta, mas também mobilizar outra gente que estava fora”¹¹⁷¹.

Desde a sua fundação, o MLTDP viveu imerso em problemas de diversa índole que estiveram, como já se aludiu anteriormente, por detrás do seu falhanço como movimento político. Dentre estes problemas podemos relevar os seguintes: a falta de uma liderança credível; a ausência de um espírito unificador; e ainda o carácter global e bastante ambicioso dos seus objectivos (a libertação de todas as colónias portuguesas), projecto unitário que Cabral e seus companheiros do MAC estavam a abandonar.

Doravante, o objectivo de Cabral seria o de investir, não só numa liderança forte, mas também na unidade dos emigrados na Guiné-Conakry, em torno de um único e eficiente movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde.

De facto, como indicou Armando Ramos¹¹⁷², o PAI/PAIGC só começou a ser de facto um partido com uma certa força a partir da chegada de Amílcar Cabral a Conakry. Mas, não foi fácil ao líder do PAI/PAIGC, num primeiro momento, convencer os seus compatriotas emigrados e as autoridades da Guiné-Conakry¹¹⁷³, sobretudo depois dos

¹¹⁶⁸ Norrie MacQueen, *A descolonização da África portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do império*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1998, p. 43.

¹¹⁶⁹ AMS, Amílcar Cabral e Aristides Pereira, “Rapport sur la lutte de libération des peuples de la Guinée portugaise et des îles du Cap Vert”, Partido Africano da Independência (Guinée “portugaise” et Îles de Cap Vert), Março (?) de 1961, pasta 4341.001, im. 4.

¹¹⁷⁰ Entrevista a Aristides Pereira, Praia, Março de 2003.

¹¹⁷¹ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 150.

¹¹⁷² Entrevista a Armando Ramos, Bissau, Outubro de 2002.

¹¹⁷³ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”, im. 150.

opositores à sua liderança, que não olhavam a meios para o difamar e caluniar, se terem queixado às autoridades guineenses, de que era casado “com a sobrinha de Salazar” e que tinha trazido muito “dinheiro para dividir os guinéus”¹¹⁷⁴. Por detrás destas acusações encontravam-se, de acordo com Armando Ramos, os seguintes elementos: Belarmino Gomes, Luís da Silva (“Tchalumbé”) e Ernestina da Silva. Apesar de tudo, a grande novidade que a fixação de Amílcar Cabral em Conakry prometia era ao nível da dinamização e afirmação do movimento de libertação da Guiné e de Cabo Verde, designadamente do PAI. Apesar da divisão que a sua presença provocou, opondo de um lado, os que queriam a sua liderança e do outro, os que a recusavam¹¹⁷⁵, foi a partir desta altura que se começaram a notar melhorias na organização do movimento de libertação, não só pela inteligência e seriedade que incutiu à luta contra o colonialismo, mas também por causa de uma certa abertura revelada pela sua liderança. Carlos Correia admite que o falhanço das lideranças anteriores estaria relacionado com o facto de nunca ter havido, na Guiné, uma certa tradição política e associativa para além dos convívios, festas e “farras”¹¹⁷⁶ e que Amílcar Cabral foi o único que conseguiu definir claramente os objectivos da luta. Com efeito, desde a sua recente criação em Bissau (Setembro de 1959), a actividade do PAI foi quase subalternizada pela actuação do seu dirigente principal no âmbito do MAC e do FRAIN. A pouco e pouco, as coisas começaram a mudar. Ainda foi na qualidade de membro do directório desta última organização e do *Bureau* Político do PAI, que Amílcar Cabral (aliás Abel Djassi) redigiu e fez distribuir um “Comunicado”, datado de 2 de Junho de 1960, intitulado “Apelo à consciência dos Guineenses e Caboverdianos”¹¹⁷⁷. Nesse documento, em que denunciava a difícil privação a que estavam sujeitos os povos da Guiné e de Cabo Verde, falava também da existência do MLGC no Senegal¹¹⁷⁸, fundado por iniciativa do seu partido¹¹⁷⁹, e

¹¹⁷⁴ *Idem, ibidem.*

¹¹⁷⁵ *Idem, ibidem.*

¹¹⁷⁶ Entrevista a Carlos Correia, Bissau, Outubro de 2002.

¹¹⁷⁷ “Apelo à Consciência dos guineenses e caboverdianos”, assinado por Abel Djassi [Amílcar Cabral], FRAIN e PAI, Conakry, 2 de Junho de 1960, fls. 1-2.

¹¹⁷⁸ Uma das poucas iniciativas deste movimento que englobava guineenses e cabo-verdianos foi a de, em Março de 1960, estar a fazer diligências, conjuntamente com o MLGC de Conakry, para a constituição, no Senegal, de uma outra FLGC e de uma Frente de Libertação das Ilhas de Cabo Verde, uma secção daquela frente, com o objectivo de integrar-se depois na Federação do Mali (José Vicente Lopes, *ob. cit.*, p. 69). Cabral, que se encontrava em Londres por essa altura, seria informado dessa diligência por Hugo de Menezes (Carta de Hugo de Menezes a Lúcio Lara e Amílcar Cabral [dactilografada], Conakry, 29/3/60, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 453). Por outro lado, o MLGC de Dakar enviou, a 16 de Junho, uma carta ao Presidente do Conselho de Ministros de Portugal na qual reivindicava, entre outras, a independência das colónias portuguesas de África (AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Liberation Movement of Guinea and the Cape Verde Islands (MLGC) - Dakar, 16 June 1960). Por divergências internas relativamente ao projecto de União Guiné e Cabo Verde, intrigas políticas e pessoais, delapidação de fundos e discórdia em relação à orientação política de Amílcar Cabral, este movimento acabará por ser dissolver, a 18 de Maio de 1962. Com

perguntava qual era a atitude dos “milhares de Guineenses e Caboverdianos” que viviam “nesta terra?”¹¹⁸⁰, referindo-se à Guiné-Conakry.

Já durante a sua permanência em Londres, Amílcar Cabral tinha recebido importantes informações de Viriato da Cruz e de Hugo de Menezes sobre a situação em que se encontrava o Movimento de Libertação dos Territórios sob a Dominação Portuguesa (MLTDP) na República da Guiné-Conakry e das manobras divisionistas que ameaçavam a luta pela independência da Guiné e de Cabo Verde. Daí as críticas que Amílcar Cabral dirigiu a alguns dos elementos daquele movimento mergulhado em lutas intestinas:

Enquanto o povo passa fome na Guiné e morre de fome em Cabo Verde, enquanto a polícia portuguesa prende e tortura os nossos patrícios e destrói as nossas famílias – alguns dos nossos patrícios, que estão na capital desta terra, fazem «assembleias» que dão em zaragatas, discutem questões pessoais, arranjam intrigas, sonham com bolsas de estudo na Europa, metem medo a uns e a outros... e dizem que vão libertar todas as colónias portuguesas. Mas a grande maioria dos guineenses e caboverdianos que estão a viver nesta terra, sabem que as coisas assim como estão, não estão bem. Então o que é preciso fazer? É preciso organizar, com urgência, todos os guineenses e todos os caboverdianos que estão nesta terra. É preciso acabar de vez com esta triste luta entre irmãos. É preciso acabar com as questões pessoais, com intrigas. É preciso não enganar ninguém com bolsas, nem meter medo a ninguém. É preciso acabar com a vaidade de que meia dúzia de pessoas vão mesmo libertar todas as colónias portuguesas¹¹⁸¹.

Amílcar tentava desmascarar a ilusão de querer libertar todas as colónias portuguesa que alimentava o MLTDP e que desde há muito deixara de fazer parte dos objetivos do movimento unitário, como recordaria Cabral aos seus militantes e quadros, num discurso proferido no seminário realizado em Conakry, em Novembro de 1969:

Eu disse-lhes claramente que se queriam libertar as colónias portuguesas todas, enganavam-se, porque já libertar a Guiné e Cabo Verde era difícil, quanto mais agora libertar tudo, desde Timor até Cabo Verde¹¹⁸².

esta cisão, alguns dos seus elementos (Vicente Có e César Mário Fernandes, François Kankoila Mendy) optarão por recuperar novamente o MLG (IAN/TT – PIDE/DGS, subdelegação Guiné, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, NT 5434, vol. 2, fl. 154v).

¹¹⁷⁹ Recorde-se que Amílcar Cabral havia feito esta sugestão aos elementos do MLG de Dakar, aquando da sua passagem por esta cidade em Setembro de 1959.

¹¹⁸⁰ “Apelo à Consciência dos guineenses e caboverdianos”, assinado por Abel Djassi [Amílcar Cabral], FRAIN e PAI, Conakry, 2 de Junho de 1960, fls. 1-2.

¹¹⁸¹ *Idem, ibidem*.

¹¹⁸² AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 151.

A chegada de Amílcar e a divulgação do “Apelo à consciência dos guineenses e caboverdianos” teve grande repercussão no seio dos emigrantes da Guiné e Cabo Verde radicados em Conakry, abrindo mesmo uma cisão de certa importância nas hostes nacionalistas. Entretanto, o Secretário-geral do MLTDP, Luís da Silva, e seus companheiros do movimento, recusaram-se a colaborar com Amílcar Cabral. Luís da Silva e Gabriel Gomes da Costa chegaram mesmo a aproveitar uma das emissões de 19 de Julho de 1960 (Domingo), da Radiodifusão Nacional da República da Guiné, em línguas vernáculas (manjaco, crioulo e papel), para o atacarem afirmando, com certa ironia, que Cabral tinha chegado a Conakry com ideias de controlar a situação e que era “inadmissível” que, depois de um indivíduo construir a sua casa, “outra pessoa estranha” lhe viesse tirar as chaves, deixando “o proprietário” na rua¹¹⁸³.

O autor destas declarações, Gabriel Gomes da Costa, procurou ainda cimentar o ódio entre cabo-verdianos e manjacos, ao considerar aqueles como os instigadores da greve dos marinheiros de Pindjiguiti, de 3 de Agosto de 1959, que causou a morte a muitos estivadores, na sua grande maioria pertencentes à esta etnia. Por último, criticava Amílcar Cabral pelo facto de ter estado em Londres, sem que se soubesse nada sobre os assuntos de que fora tratar¹¹⁸⁴.

Por sua vez, Luís da Silva assegurava, na mesma emissão, que nunca enviaria ninguém à Guiné para lutar “contra os portugueses” e que defendia a ideia de uma revolução política¹¹⁸⁵. O então Secretário-geral do MLTDP havia feito, alegadamente naquele programa de rádio, denúncias públicas contra Benjamim Correia, Inácio Júlio Semedo e outros nacionalistas que se encontravam a trabalhar clandestinamente em Bissau.

A nova situação criada em Conakry, pela presença de Amílcar Cabral e as divergências insanáveis no seio do movimento de libertação fizeram com que, a 27 de Junho, Armando Ramos convocasse, na qualidade de Secretário para a Organização do MLTDP, uma assembleia extraordinária para o dia 29 de Junho, na *Bourse du Travail*. Era a assembleia do tudo ou do nada. Quem perdesse seria certamente expulso da Guiné-Conakry. O próprio Amílcar Cabral chegou a ter tudo preparado para partir para o Ghana caso não lograsse os apoios de que necessitava. Quem o afirma é Armando Ramos, em entrevista que nos concedeu em Bissau¹¹⁸⁶. A ordem do dia não podia ser

¹¹⁸³ “Declaração dos Locutores em Línguas Vernáculas”, Domingo, 19 – 6 – 1960 (Apêndice documental, doc. n.º 9).

¹¹⁸⁴ *Idem, ibidem* (Apêndice documental, doc. n.º 9).

¹¹⁸⁵ *Idem, ibidem* (Apêndice documental, doc. n.º 9).

¹¹⁸⁶ Armando Ramos, entrevista concedida em Bissau, Outubro de 2002.

mais sintomática: “Resolver de vez a situação do movimento”¹¹⁸⁷, que havia sido fundado, a 4 de Outubro de 1959, em casa do Marcos Souto Amado¹¹⁸⁸, certamente familiar de Epifânio Souto Amado, do Movimento de Libertação da Guiné (MLG) de Bissau.

Ciente do clima de permanentes ameaças à integridade física de uns e de outros e com base na experiência de assembleias anteriores, Armando Ramos não deixou de, nas véspera (28 de Junho), enviar um ofício ao Comissário Central da Polícia, no qual solicitava a presença de alguns agentes da força pública¹¹⁸⁹, para manter a ordem ou dissuadir eventuais desacatos. Para a assembleia do dia 29, foi constituído um *Bureau* formado por Armando Ramos (Presidente), Joseph Turpin (Secretário), Rogério d’Oliveira (Assessor) e Luciano Ndaou (Assessor).

No discurso de abertura, Armando Ramos confirmou o fracasso do MLTDP em virtude de, desde a sua fundação até à data, nunca ter realizado “nenhum trabalho concreto, mesmo no sentido da realidade política africana”¹¹⁹⁰. Referiu-se à presença em Conakry de Abel Djassi (Amílcar Cabral), “fundador e leader do Movimento revolucionário dos nossos países”¹¹⁹¹ e também criticou as “discussões e manobras” de Luís da Silva, Paulo Dias e Gabriel Gomes da Costa por, sistematicamente, se recusarem “a trabalhar com o camarada Djassi”, que eles tinham conhecimento que era “o fundador da Revolução Nacional e o leader incontestado do partido clandestino dos nossos países”¹¹⁹².

Nessa mesma assembleia do dia 29 de Junho de 1960, Amílcar Cabral usou da palavra durante várias horas:

Para os camaradas fazerem ideia do que era, eu comecei a falar desde por volta das 8 horas da noite até às 2 horas da madrugada. À meia-noite, os representantes do *Bureau* Político do PDG que lá estavam escreveram-me um bilhete dizendo que chegava, que já tinham compreendido. Acabámos a reunião, propondo a expulsão do chefe dos oportunistas

¹¹⁸⁷ “Convocatória”, Conakry, Movimento de Libertação dos Territórios sob Dominação Portuguesa, 27 de Junho de 1960 (Apêndice documental, doc. n.º 10).

¹¹⁸⁸ “Convite” [manuscrito] para a reunião da constituição do Movimento de Libertação dos Territórios sob a Dominação Portuguesa, Conakry, s/d (Apêndice documental, doc. n.º 11). *Vide* também a transcrição do mesmo documento.

¹¹⁸⁹ Ofício do Secretário da Organização do Movimento de Libertação dos Territórios sob Domínio Português, ao Senhor Comissário Central da Polícia, Conakry, 28 de Junho de 1960 (Apêndice documental, doc. n.º 12).

¹¹⁹⁰ Tradução para português [manuscrita] do discurso de Armando Ramos aquando da Assembleia de 29 de Junho de 1960 (Apêndice documental, doc. n.º 13). *Vide* também a transcrição do mesmo documento.

¹¹⁹¹ *Idem, ibidem* (Apêndice documental, doc. n.º 13).

¹¹⁹² *Idem, ibidem* (Apêndice documental, doc. n.º 13).

tas de todas as coisas ligadas ao nosso movimento de libertação. Os nossos camaradas levantaram-se todos gritando, de pé, o nome do nosso partido ¹¹⁹³.

Era o reconhecimento interno da liderança de Amílcar Cabral. Na “Resolução Geral” foi condenada a atitude de Luís da Silva, pois denunciara camaradas a trabalharem clandestinamente no interior da Guiné portuguesa, pondo em perigo a sua segurança ¹¹⁹⁴. Foram igualmente repudiadas as queixas formuladas pelo mesmo Luís da Silva contra Amílcar Cabral junto do *Bureau* Político Nacional do Partido Democrático da Guiné (PDG), em nome do MLTDP. Por outro lado, os participantes nesta histórica assembleia não deixaram de reprovar também as afirmações de Luís da Silva que havia proferido o seguinte:

Nem daqui a vinte anos o povo da Guiné dita Portuguesa estará em condições de tomar a sua independência e de realizar a democracia e, ainda que ele não aconselha a ninguém a atravessar a fronteira com o fim de lutar pela libertação da nossa terra do jugo colonialista ¹¹⁹⁵.

Esta assembleia marcaria a dissolução do MLTDP e o nascimento do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV), como uma secção da Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde criada por Amílcar Cabral e Rafael Barbosa em Bissau, em Setembro de 1959. Alguns dos membros do agora extinto MLTDP, como Luís da Silva, Paulo Dias, João Fernandes e Gabriel Gomes da Costa, foram destituídos das funções que desempenhavam e expulsos da organização. Esta foi a primeira vitória de Amílcar Cabral que viu ser-lhe reconhecido, na qualidade de líder do PAI e da FLGC, o mandato para, de acordo com a “Resolução Geral” aprovada na referida assembleia, “dirigir, na República da Guiné, o «Movimento de Libertação da Guiné dita Portuguesa e de Cabo Verde»” ¹¹⁹⁶. O próprio Cabral, satisfeito, escreveu um comunicado, datado de 16 de Julho de 1960, em que afirmava convicto:

¹¹⁹³ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 157.

¹¹⁹⁴ Resolução Geral [tradução para português – manuscrita], feita em Conakry, aos vinte nove dias do mês de Junho de mil novecentos e sessenta (Apêndice documental, doc. n.º 14). *Vide* também a transcrição do mesmo documento.

¹¹⁹⁵ *Idem, ibidem* (Apêndice documental, doc. n.º 14); e também Declaração dos Locutores em Línguas Vernáculas no Domingo de 19 – 6 – 1960 (Apêndice documental, doc. n.º 9).

¹¹⁹⁶ Resolução Geral [tradução para português – manuscrita], feita em Conakry, aos vinte e nove dias do mês de Junho de mil novecentos e sessenta (Apêndice documental, doc. n.º 14).

Acabaram as intrigas, os oportunistas, a falta de honestidade e as questões pessoais. O nosso Movimento vai trabalhar o melhor possível e tem todas as possibilidades para cumprir o seu dever. Os nossos povos estão de parabéns¹¹⁹⁷.

Cinco dias mais tarde (21 de Julho) reunia-se, em Conakry, em casa de Verónica Tavares, uma Assembleia-geral ordinária do MLGCV, na qual foram aprovados, por unanimidade, os Estatutos do movimento, se fixou o montante da cotização dos membros em 500 francos guineenses e se aprovou, por aclamação, o plano de trabalho apresentado por Amílcar Cabral, na qualidade de dirigente-mandatado¹¹⁹⁸ e que havia sido discutido em reuniões restritas. Por outro lado, procedeu-se ainda à eleição de um Comité Director constituído pelos seguintes membros: para o *Bureau* Político e de Relações Exteriores – Amílcar Cabral (Abel Djassi); *Bureau* de Organização e Propaganda – Adriano Araújo; *Bureau* de Controlo – Armando Ramos; *Bureau* de Defesa e Segurança – Richard Turpin; *Bureau* das Finanças – Inácio Silva; e *Bureau* dos Assuntos Sociais e Culturais – Verónica Tavares, que, simultaneamente, desempenhava as funções de Presidente da Assembleia¹¹⁹⁹. Além disso, a assembleia elegeu, como colaboradores dos diferentes *bureaus*, 24 elementos¹²⁰⁰, quase todos eles apodados, mais tarde, conjuntamente com Aristides Pereira, num artigo publicado pelo *Basler Nachrichten* da Suíça, e que foi traduzido e publicado em português, no *Arauto* da Guiné Portuguesa, de 9 de Agosto de 1961¹²⁰¹, como sendo “comunistas ou intimamente ligados aos comunistas”¹²⁰². Numa outra informação, datada de 12 de Agosto de 1960, dava-se conta de que Amílcar Cabral era “o personagem” que dirigia ou pelo menos coordenava, “todos «os movimentos» que, a soldo do Comunismo Internacional”, tentavam “sublevar as províncias ultramarinas portuguesas”. Na referida informação era

¹¹⁹⁷ Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV – RG), “Comunicado”, Conakry, 16 de Julho de 1960, assinado por Abel Djassi [Amílcar Cabral], Dirigente-mandatado do MLGCV (Apêndice documental, doc. n.º 15).

¹¹⁹⁷ Resolução Geral [tradução para Português – manuscrita], feita em Conakry, aos vinte nove dias do mês de Junho de mil novecentos e sessenta (Apêndice documental, doc. n.º 14).

¹¹⁹⁸ Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde – “I Assemblée Générale Ordinaire – Resolution”, fait à Conakry, le 21 Juillet 1960 (Apêndice documental, doc. n.º 16).

¹¹⁹⁹ Movimento de Libertação de Guiné e Cabo Verde – Constituição Administrativa, seguramente de 21 de Julho de 1960 (Apêndice documental, doc. n.º 17). Ainda há um outro documento, com o mesmo título, bem mais completo, datado de Julho de 1960 (Apêndice documental, doc. n.º 18). É bom ainda acrescentar que existe também um outro documento escrito em francês com o mesmo teor intitulado “Comité Directeur du MOUVEMENT DE LIBERATION DE LA GUINEE DITE PORTUGAISE ET DU CAP VERT. Elú, à l’unanimité, par l’Assemblée Générale, ordinaire réuni le 21 Juillet 1960, à Conakry. Conakry, le 21 juillet 1960.

¹²⁰⁰ Movimento de Libertação de Guiné e Cabo Verde – Constituição Administrativa, seguramente de 21 de Julho de 1960 (Apêndice documental, doc. n.º 17); e, também, Apêndice documental, doc. n.º 18.

¹²⁰¹ “Por detrás de Amílcar Cabral ergue-se a figura sinistra de um diplomata soviético”, *Arauto da Guiné Portuguesa*, Quarta-feira 9 de Agosto de 1961, pp. 1 e 6.

¹²⁰² *Idem, ibidem*, p. 1.

ainda realçado o facto do seu prestígio, “junto dos seus correligionários”, ter aumentado, “dada a sua recente estadia em Moscovo”¹²⁰³ a caminho de Pequim, onde assistiu à jornada pela libertação das colónias portuguesas¹²⁰⁴. Na ocasião teria recebido, das autoridades russas, para além de promessas de apoio material, cerca de 700 milhões de rublos.

O MLGCV passou a ser, desta maneira, o único movimento reconhecido pelas autoridades da República da Guiné e Amílcar Cabral o seu dirigente-mandatado. Anos mais tarde, no seminário de quadros de 1969, o Secretário-geral do PAIGC reconhecia:

Uma das batalhas mais importantes da nossa luta, foi o seguinte: conquistar o apoio da República da Guiné, contra os oportunistas que já lá estavam antes de nós, ligados com gente da terra e dizendo-lhes que nós não sabíamos nada, éramos burros, que portanto eles tinham que nos ajudar. Intimamente ligados a eles. Foi uma das maiores batalhas do nosso partido e que para alguns de nós, por exemplo, foi um trabalho que nos desgastou muito, porque nos deu grandes aborrecimentos, fazendo mesmo o nosso coração sofrer muito¹²⁰⁵.

Mas, os seus opositores não desarmavam. Apesar da derrota na Assembleia-geral, contavam ainda com a simpatia de altos dirigentes da Guiné-Conakry. Nos finais de 1960, o MLG de Bissau enviava José Francisco Gomes a Conakry, com o intuito de tentar travar a crescente influência de Amílcar Cabral naquela cidade, tendo sido portador de uma carta daquele movimento destinada ao PDG, na qual se teciam duras acusações contra o emergente líder do PAI/PAIGC e do MLGCV¹²⁰⁶.

Sem terem logrado os seus intentos, de acordo com uma carta de Amílcar Cabral dirigida ao Presidente da Assembleia Nacional e Secretário do PDG, El-Hadj Diallo Saifoulaye, a 6 Fevereiro de 1961¹²⁰⁷, José Francisco Gomes, Luís da Silva e outros abandonaram Conakry, por interdição das autoridades guineenses, e refugiaram-se no Senegal, de onde continuaram a desenvolver as suas actividades contra o PAIGC¹²⁰⁸ e Amílcar Cabral. Ainda não completamente satisfeitos, teriam regressado novamente à Guiné-Conakry onde, com Paulo Dias, tentaram boicotar as iniciativas

¹²⁰³ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D – 940, 1(6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Informações n.º 339/60 GU, 12.8.60.

¹²⁰⁴ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 463 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, pasta n.º 2 – Guiné “PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. Breve resumo da sua constituição e indicação dos principais elementos”, s/d, mas que supomos ser de 1968 ou de 1969.

¹²⁰⁵ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 150.

¹²⁰⁶ *Vide*, sobre este assunto, Aristides Pereira, *ob. cit.*, pp. 119-120.

¹²⁰⁷ Carta de Amílcar Cabral [dactilografada] À Son Excellence le Président de l’Assemblée Nationale et Secrétaire du PDG, Conakry, le 6 février 1961 (Apêndice documental, doc. n.º 19).

¹²⁰⁸ *Idem, ibidem*, (Apêndice documental, doc. n.º 19).

levadas a cabo por Amílcar Cabral. É sobre eles que este vai arremeter, visando a sua neutralização em Conakry.

Na referida carta a El-Hadj Diallo Saifoulaye, Cabral procurou demonstrar a seriedade dos objectivos que o teriam levado a expor-se a um grande sacrifício, ao afirmar, a dado passo, que estava em Conakry para lutar pela independência da Guiné e de Cabo Verde, sob a direcção do PAIGC e do MLGCV, razão pela qual havia abandonado tudo “para dar a sua vida” à causa dos seus “povos” e à “causa africana”¹²⁰⁹. Esta foi também a convicção de Estêvão Tavares quando, em entrevista que nos concedeu em Bissau, se referiu ao carisma de Amílcar Cabral. Apesar de nunca ter sido preso, como muitos companheiros da sua geração, deixou tudo, “a vida dele arrumada (a carreira de engenheiro agrónomo)”¹²¹⁰, para se dedicar exclusiva e inteiramente à causa dos povos da Guiné e de Cabo Verde.

Numa outra carta, datada de Abril de 1961, dirigida ao Secretário Político PDG, Amílcar Cabral queixava-se do comportamento e das investidas de José Francisco Gomes, Luís da Silva e de Paulo Dias, que se autodenominava de “socialistas”. Para Amílcar Cabral, a situação mais perigosa era a campanha que faziam junto de algumas embaixadas dos países ocidentais, designadamente de Israel, com a qual aqueles indivíduos mantinham estreitas relações¹²¹¹. Em carta datada de 6 de Fevereiro, Amílcar referia-se a José Francisco Gomes como sendo dirigente de um movimento imaginário, na mesma linha do antigo MLTDP, cujos dirigentes chegou a apodar de “oportunistas”¹²¹². Nesse sentido, afirmava que José Francisco Gomes teria sido membro do PAIGC no interior, com o pseudónimo de guerra de “Francisco Batican” e também de “Formoso da Silva”. Além do mais, Cabral continuou dizendo que, por “ambições pessoais”, José Francisco Gomes havia traído o partido, subtraído documentos secretos, a única máquina de escrever que possuíam, provocado divisões em Bissau e denunciado no exterior os camaradas que se encontravam na clandestinidade na Guiné portuguesa, alguns dos quais ainda continuavam detidos. Pela mesma altura (Fevereiro de 1961), Amílcar Cabral também se queixou, junto do Presidente da Assembleia Nacional da República da Guiné, El-Hadj Diallo Saifoulaye, das atitudes do Paulo Dias que, segundo ele, tentava, “através da difamação, do ódio racial e tribal”, destruir o “trabalho” que

¹²⁰⁹ Carta de Amílcar Cabral [dactilografada] À Son Excellence le Président de l'Assemblée Nationale et Secrétaire du PDG, Conakry, le 6 février 1961 (Apêndice documental, doc. n.º 19).

¹²¹⁰ Entrevista a Estêvão Tavares, Bissau, Outubro de 2002.

¹²¹¹ Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral au Camarade Secrétaire Politique du Parti Démocratique de Guinée, Conakry, le 29 avril 1961 (Apêndice documental, doc. n.º 20).

¹²¹² Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral a M. Le Directeur Général de la Sûreté Nationale de la République de Guinée, Conakry, le 6 février 1961 (Apêndice documental, doc. n.º 21).

estava a ser feito, “romper a unidade indispensável” à “luta de libertação”¹²¹³. Nessa carta, Cabral solicitava ainda a interdição daquele elemento de todas as actividades políticas, o que a acontecer, seria, segundo ele, um grande serviço à causa da libertação dos povos da Guiné e Cabo Verde. Sabe-se, através de uma carta de Amílcar Cabral, dirigida ao Director de Segurança Nacional da República da Guiné, que Paulo Dias tinha enviado vários documentos difamatórios às embaixadas, contra a pessoa de Amílcar Cabral, o que fez com que este e Aristides Pereira, em representação do *Bureau* Político do PAIGC, solicitassem às autoridades guineenses (Guiné-Conakry) a interdição das suas actividades e o obrigassem a retirar os documentos e as difamações que distribuiu às embaixadas em Conakry, bem como proceder à devolução de toda a documentação do extinto MLTDP. Idêntico pedido de interdição dos emigrados “oportunistas e divisionistas” constava de um “Memorando” confidencial, datado de 22 de Fevereiro, dirigido ao Presidente Sekou Touré, no qual também se pedia ajuda concreta para a luta de libertação¹²¹⁴.

Em Conakry, a extinção do MLTDP não foi nada fácil. Em Janeiro de 1961, alguns elementos afectos àquele movimento continuavam a distribuir, junto das autoridades de Conakry, documentos sob as suas actividades nesta cidade e na Guiné portuguesa. Era o caso, por exemplo, de um “Apelo” dirigido ao Secretário-geral das Nações Unidas, das chamadas “Crónicas de Bissau” e de dois exemplares de uma “carta de membro”, a propósito dos quais o Presidente da Assembleia Nacional da República da Guiné-Conakry chegou a pedir esclarecimentos a Amílcar Cabral¹²¹⁵. Em resposta àquela solicitação, Amílcar Cabral tentou desmontar totalmente tudo aquilo que considerava ser a “maquinação” de três “perturbadores” que assinaram os ditos documentos. Assim, considerava o “Apelo” como um documento ilegal e cheio de informações falsas, que só serviam, do seu ponto de vista, os interesses dos “colonialistas portugueses”¹²¹⁶.

¹²¹³ Carta de Amílcar Cabral [dactilografada] À Son Excellence le Président de l’Assemblée Nationale et Secrétaire du PDG, Conakry, le 6 février 1961 (Apêndice documental, doc. n.º 19); e também Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral a M. Le Directeur Général de la Sureté Nationale de la République de Guinée, Conakry, le 6 février 1961 (Apêndice documental, doc. n.º 21); e Carta [dactilografada] assinada por Amílcar Cabral (Abel Djassi) e Aristides Pereira dirigida À son Excellence le Président de l’Assemblée Nationale de la République de Guinée et Secrétaire Politique du PDG, Conakry, le 12 janviér 1961 (Apêndice documental, doc. n.º 22).

¹²¹⁴ Memorandum (Aide Concrète a notre lutte de libération) [dactilografado], assinado por Amílcar Cabral, Conakry, le 22 février 1961 (Apêndice documental, doc. n.º 23).

¹²¹⁵ Não encontramos a carta do Presidente da Assembleia, mas a resposta dada por Amílcar Cabral *in*, Carta [dactilografada] assinada por Amílcar Cabral (Abel Djassi) e Aristides Pereira À son Excellence le Président de l’Assemblée Nationale de la République de Guinée et Secrétaire Politique du PDG, Conakry, le 12 janviér 1961, p. 1 (Apêndice documental, doc. n.º 22).

¹²¹⁶ *Idem, ibidem*, (Apêndice documental, doc. n.º 22).

No que concerne às “Crónicas de Bissau”, o líder do PAIGC afirmava que eram cópias de documentos enviados pelos militantes clandestinos de Bissau e que tinham sido desviados pelos “oportunistas”. Lembremos que, a 5 de Dezembro de 1960, o *Bureau* Político do PAI e, simultaneamente, o *Bureau* Político e dos Assuntos Exteriores do MLGCV, representados por Amílcar Cabral, e o Comité Director do MLGCV, que integrava Armando Ramos, Adriano Araújo, Richard Turpin e Inácio Silva, se queixaram do desvio abusivo de documentos remetidos pela célula clandestina do PAI, a operar no interior da Guiné portuguesa, tendo lido alguns deles publicamente em Dakar¹²¹⁷.

No que dizia respeito a um dos textos alegadamente desviados pelos dirigentes do extinto MLTDP, Amílcar Cabral apressou-se a classificar o próprio título, “La révolution africaine, les Salazaristes est passé, et le rapport pour l’ ONU – en Guinée dite Portugaise”, como desprovido de qualquer sentido¹²¹⁸.

Por outro lado, num segundo texto em que falavam de uma manifestação realizada em Lisboa, contra a ONU, Cabral criticava o facto de o autor (ou os autores), confundirem a luta do povo português contra o “fascismo”, com a luta das colónias contra o colonialismo. De acordo com o dirigente do PAIGC, tal ideia, sustentada nas afirmações de Humberto Delgado, considerado por ele como um “democrata português, mas também um colonialista” que chegou a desmascarar “numa conferência de imprensa em Londres”, a 4 de Março de 1960, era prejudicial à luta de libertação¹²¹⁹.

Por último, ao abordar a questão do cartão dos militantes a que atribuí, mais uma vez, a maquinação de Paulo Dias, Cabral declarou que visava atingi-lo pessoalmente e aos elementos de origem cabo-verdiana do PAIGC¹²²⁰. É que os seus autores, sem se preocuparem com o lugar de nascimento dos visados, nomeadamente de Amílcar Cabral, questionavam principalmente a origem dos progenitores, facto que Cabral considerava uma política discriminatória “contra os guineenses nascidos de pai ou mãe cabo-verdiana e contra os mestiços”¹²²¹.

Para lá de todas as diligências no sentido de obstruir as actividades políticas de Paulo Dias, Amílcar Cabral não deixou de, em nome individual, mover uma acção por

¹²¹⁷ AMS, “Aux peuples de Guiné “Portugaise” et des Îles du Cap-Vert”, Partido Africano da Independência (PAIGC) et Mouvemento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV), Conakry, le 5 décembre 1960, pasta 4602.113.

¹²¹⁸ Carta [dactilografada] assinada por Amílcar Cabral (Abel Djassi) e Aristides Pereira, À son Excellence le Président de l’Assemblée Nationale de la République de Guinée et Secrétaire Politique du PDG, Conakry, le 12 janvier 1961, p. 2 (Apêndice documental, doc. n.º 22).

¹²¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 3 (Apêndice documental, doc. n.º 22).

¹²²⁰ *Idem, ibidem*, p. 4 (Apêndice documental, doc. n.º 22).

¹²²¹ *Idem, ibidem*, p. 3 (Apêndice documental, doc. n.º 22).

difamação contra este, junto do Ministro de Justiça da Guiné-Conakry¹²²².

Uma das maiores lutas veio a ser ainda travada pelo controlo das emissões da rádio, episódio que Cabral recordava, do seguinte modo, no seminário de quadros realizado em Conakry, em 1969:

Mas lembro-me, por exemplo, da corrida que foi para podermos falar na rádio da República da Guiné. Quem chegasse primeiro é que falava. E eu buscando maneira de pôr a nossa gente a falar, mas acabava de sair em viagem, no regresso, logo ao entrar no táxi, ouvia a voz dum oportunista a falar. Corridas para a «Permanance», corridas atrás dos responsáveis guineenses e coisas do género. Evitámos tudo isso ao máximo e, a pouco e pouco, mostrámos a todos que estávamos num trabalho sério, muito sério, que não estávamos a brincar¹²²³.

Outro não menos importante episódio da luta travada em Conakry, narrado por Cabral, no seminário de quadros de 1969, foi a participação no VI congresso do PDG, que teve lugar entre 27 a 31 de Dezembro de 1962:

Claro que quem fosse àquele Congresso ganhava tudo em Conakry e os outros acabavam, pelo menos do ponto de vista imediato, porque todas as embaixadas iam ao Congresso e toda a gente de valor ia lá. Quem fosse lá falar em nome da nossa terra, ele é que seria reconhecido, embora tenha havido ainda muita luta depois, porque eles não queriam largar de maneira nenhuma¹²²⁴.

Amílcar Cabral considerou, na ocasião, que a participação no congresso do PDG foi “uma das maiores vitórias” do seu “partido”¹²²⁵ na luta pela “conquista” de Conakry.

1.3. Uma “babel” de movimentos nacionalistas da Guiné e Cabo Verde no Senegal

Ao contrário da Guiné-Conakry, onde praticamente não havia muitas organizações políticas da Guiné portuguesa exiladas, no Senegal, o grande número dessas organizações rivais tornava o panorama da luta pela emancipação da Guiné sob o domínio português diferente, complexo e difuso. Por exemplo, só naquele país vizinho, desde

¹²²² Carta [dactilografada] ao M. Ministre de la Justice, assinada por Amílcar Lopes Cabral, Conakry, le 18 de février 1961 (Apêndice documental, doc. n.º 24).

¹²²³ *Idem, ibidem*, im. 153.

¹²²⁴ *Idem, ibidem*, im. 154.

¹²²⁵ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 155.

1959 (e, provavelmente, ainda no ano anterior) até 1968¹²²⁶, altura em que começou a refrear o entusiasmo à volta da fundação de organizações políticas, foram criados, por iniciativa de guineenses e cabo-verdianos emigrados, mais de uma dezena de movimentos de libertação. A sua história é indubitavelmente nebulosa e está ainda por fazer. Embora este não fosse, para já, o objectivo do presente trabalho, é importante traçar, ainda que resumidamente, o panorama destas organizações políticas para se poder entender a vantagem do secretariado do PAI/PAIGC não ter sido instalado em Dakar e, por outro lado, para se compreender o difícil e hostil contexto em que Amílcar Cabral acabou por emergir como líder do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde.

Para já, vejamos a sua distribuição. Um total de 10 movimentos (sem dúvida os principais) lutava apenas pela independência da Guiné. Eram eles: o MLG, a União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP), fundada em 1962 por iniciativa de Pinto Bull¹²²⁷ e Cesário Carvalho Alvarenga¹²²⁸; a União das Populações da Guiné (UPG); a União Popular de Libertação da Guiné (UPLG) liderada, em 1963, por El Hadj Diallo Ibrahima e Mamadou Barry¹²²⁹; a Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG)¹²³⁰, provavelmente uma secção da conhecida R^ess^amblement Democratique Africaine (RDA); o Partido Democrático da Guiné portuguesa (PDG), fundado e dirigido então por um antigo dirigente do PAI do interior, Paulo Lomba, considerado um movimento dos mandingas de Farim¹²³¹; a Frente Nacional de Libertação da Guiné (FNLG), chefiado por Ibraima Djaló¹²³²; e, por último, um outro declaradamente de base étnica e regional – O PELUNDENSE (dos manjacos de Pelundo, região noroeste da Guiné portuguesa)¹²³³. Para além destes, há que acrescentar ainda uma aliança de alguma das várias organizações da Guiné portuguesa referidas anteriormente com

¹²²⁶ Depois desta data, apenas a FLING vai reaparecer por alturas da independência da Guiné-Bissau.

¹²²⁷ Com a dissolução da UNPG na FLING, em 1964, e da expulsão de François Kankoila Mendy desta frente, Pinto Bull abandonou o cargo de Secretário de Informação para ocupar a presidência da frente. Mas, pouco depois (11 de Junho de 1964) abandonou definitivamente a vida política.

¹²²⁸ Cesário Alvarenga ainda pertencia aos quadros do PAI/PAIGC em 1961.

¹²²⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Apontamentos sobre a política da Guiné portuguesa e territórios vizinhos, Secreto, elaborado por Costa Pereira, Bissau, 17 de Janeiro de 1963, fl. 294v.

¹²³⁰ O RDAG era um partido dominado pela etnia mandinga e era liderado por Doudou Seidi, Mamadou Candjan e Cheick Mané. Doudou chegou a ser detido, de acordo com uma informação da PIDE, por causa de um atentado perpetrado contra Senghor em Tambacounda (IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Apontamentos sobre a política da Guiné portuguesa e territórios vizinhos, Secreto, elaborado por Costa Pereira, Bissau, 17 de Janeiro de 1963, fl. 294).

¹²³¹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Apontamentos sobre a política da Guiné portuguesa e territórios vizinhos, Secreto, elaborado por Costa Pereira, Bissau, 17 de Janeiro de 1963, fl. 294.

¹²³² *Idem, ibidem*, fl. 294v.

¹²³³ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Inform” n.º 6209, 25 de Setembro de 1962, fl. 353.

outras formações políticas (UPG, MLG de Dakar, UNGP, MLG de Bissau, MLG de Conakry¹²³⁴, RDAG e UPLG¹²³⁵) do qual resultou a FLING¹²³⁶, fundada, durante uma conferência realizada em Dakar, a 3 de Agosto de 1962, sob a liderança de Henry Labery.

A 18 de Julho de 1965, era fundado também em Dakar, o Bloco dos Nativos da Guiné-Bissau (BNGB)¹²³⁷. Três dos seus fundadores (Cesário Domingos Carvalho Alvarenga, Carlos Baticã e Umaro Gano) eram apontados como sendo partidários da autonomia interna da Guiné associada a Portugal. Este bloco, cujos fundadores chegaram a integrar a UNGP, em 1964, antes desta formação política se dissolver na FLING, defendia a conquista da independência por via negociada.

Também havia, em 1965, o Bloco Democrático da Guiné (BDG), chefiado por António Baticã Ferreira, médico estagiário na Suíça, provavelmente uma cisão do BNGB.

Do outro lado, encontravam-se os movimentos constituídos por emigrados cabo-verdianos, que pretendiam a independência de Cabo Verde, num total de três: a União Democrática de Cabo Verde (UDC), o Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde (MLICV)¹²³⁸ e União das Populações das Ilhas de Cabo Verde (UPICV)¹²³⁹.

Para além da proliferação, o grande problema que se colocava a todas estas organizações, algumas delas contando com um significativo número de adeptos, capital e influência, como o MLG e a UPG, era a falta de unidade e as profundas divisões que caracterizavam os seus dirigentes. Muitas delas encontravam-se mergulhadas numa acesa luta pelo poder ou padeciam de vícios de corrupção que os afastava, irremedia-

¹²³⁴ Este MLG de Conakry, liderado por Ernestina Silva e Luís da Silva, acabou por abandonar, pouco tempo depois, a coligação com a UPG (e logo da FLING), invocando razões desfavoráveis em relação à unidade por parte de outras organizações nacionalistas (*Vide* AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Mouvement de Libération de la Guinée dite Portugaise (MLG) - Section de Conakry, Dakar, le 31 juillet 1962). Esta separação deve ter-se produzido a partir de meados de Agosto, depois de Henry Labery, Balbino da Costa, Ernestina da Silva e Luís da Silva terem feito o “tour” das embaixadas em Dakar para solicitar apoio para a sua causa (*Vide* AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Aerograma – Consulado de Portugal em Dakar, 23 de Agosto de 1962).

¹²³⁵ Devido a problemas com François Mendy, esta organização acabou também por abandonar a FLING.

¹²³⁶ AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Front de Lutte pour l’indépendance nationale de la Guinée “portugaise”, Communiqué, fait à Conakry, le 20/3/63.

¹²³⁷ *Idem, ibidem*, Bloco dos Nativos da Guiné-Bissau – BNGB – Estatutos.

¹²³⁸ Este movimento teria sido fundado em 1963 e dele faziam parte, em 1964, os seguintes indivíduos: Honório Cabral, Paulo Faria, José Andrade, F. Mello e Castro e Augusto Couto, entre outros.

¹²³⁹ Fundado em 1962, em Dakar, por José Leitão da Graça, na sequência da detenção, em Cabo Verde, no ano anterior, do seu irmão, Aires Armando Leitão da Graça, que havia fundado um partido com a mesma designação em Rhode Islands, Providence- USA.

velmente, dos objectivos perseguidos, que deveriam ser os da independência da Guiné e/ou de Cabo Verde. Havia mesmo, em Março/Abril de 1961, de acordo com a Embaixada de Portugal em Dakar, duas evidentes tendências ideológicas, no que dizia respeito à estratégia de unidade Guiné e Cabo Verde e unidade africana¹²⁴⁰. De um lado, a que estava disposta a seguir Amílcar Cabral e o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV), com sede em Conakry, partidária da unidade com a República da Guiné-Conakry e, do outro, a que era representada por François Kankola Mendy, do MLG de Dakar, cuja base sociológica era maioritariamente constituída por manjacos, que defendiam a união com Senegal. Esboçava-se ainda uma terceira tendência favorável à autonomia, em estreita ligação com Portugal, representada pela UNGP, de Benjamim Pinto Bull, Umaru Gano e Paulo Dias, adepta da resolução pacífica do problema colonial mediante conversações com as autoridades portuguesas. Esta posição era partilhada pelos países da União Africana e Malgache (UAM). Em virtude das posições assumidas sobre a resolução do problema da Guiné e das suas ligações com o cônsul português em Dakar, Luiz Gonzaga Ferreira, a UNPG foi objecto de ataques de quase todos os movimentos que lutavam pela independência da Guiné, em 1962. Os mais violentos foram da autoria da FLING, que chegou a acusar esta formação política e o cônsul português de atacarem os movimentos verdadeiramente revolucionários¹²⁴¹. Num artigo publicado no *Diário da Tarde* de Havana, Osvaldo Ortega escreveu, a propósito da UNGP, que o fim para o qual foi criada foi o de “aplaudir a Salazar”¹²⁴². Num outro comunicado intitulado “Attention Nationalistes Guineens”, cuja autoria chegou a ser atribuída à FLING, acusavam-se “os colonialistas portugueses” de terem montado um centro de espionagem, em Dakar, dirigido pelo cônsul, Luís Gonzaga Ferreira, auxiliado por agentes da PIDE, que acabavam de criar um partido “reaccionário e anti-revolucionário”. No mesmo comunicado, incitavam-se os militantes da FLING a liquidarem Umaru Gano, Paulo Dias e Benjamim Pinto Bull¹²⁴³.

Um ofício do consulado português, dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, datado de Dakar, 9 de Outubro de 1962, referia-se ao facto do alegado comunicado que se atribuía à FLING não ter sido assinado, o que revelava que tal organização

¹²⁴⁰ AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Aerograma A-9, Secreto da Embaixada de Portugal em Dakar, Dakar, 24 de Março de 1961.

¹²⁴¹ *Idem, ibidem*, Front de Lutte pour l’indépendance nationale de la Guinée “portugaise” – FLING, s/d, s/l.

¹²⁴² Osvaldo Ortega N. “Descaro de Ultramar”, *Diario de la tarde*, la Habana, 20 de Julio de 1965, p. 8.

¹²⁴³ AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, “Attention nationalistes Guinéens”, FLING, s/d. Contudo, estamos convencidos de que deve ter sido distribuído em Dakar, na noite de 29 para 30 de Setembro de 1962.

não tinha, nas palavras do cônsul português, “existência real”¹²⁴⁴. A FLING não tardou, porém, a demarcar-se das acusações que lhe eram feitas, embora insistisse nas críticas aos considerados traidores aliados do cônsul de Dakar¹²⁴⁵.

Em Maio de 1963, na conferência constitutiva da OUA, em Addis-Abeba, os representantes da UNGP foram expulsos da reunião sob a acusação de serem “traidores à causa africana”¹²⁴⁶. Recorde-se que, se a via pacífica e a autonomia em estreita ligação com Portugal, defendida pela UNGP, convencia os países da UAM, não era de todo partilhada pela ala mais radical da OUA, designadamente por países como a Guiné-Conakry e o Ghana. Por detrás ainda da expulsão dos representantes da UNGP da Conferência de Addis-Abeba e da atitude da OUA, deve ter estado também o recente ataque (9 de Abril) da aviação portuguesa à aldeia fronteiriça senegalesa de Bouniack, que levou o Governo do Senegal a apresentar uma queixa contra Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas¹²⁴⁷. Na sequência destes ataques, o Senegal radicalizou as suas posições relativamente ao colonialismo português, chegando a ponderar, inclusivamente, a expulsão do representante diplomático português.

Seria bom lembrar que, durante a conferência de Addis-Abeba, as promessas de apoio (moral, financeiro e militar) aos movimentos de libertação e a perspectiva do partido de Amílcar Cabral vir a usufruir desses apoios (designadamente por parte de Senghor) provocou uma reacção de solidariedade em cadeia por parte dos países africanos independentes e fortes apreensões ao cônsul português de Dakar e à UNGP.

Sem apoios da OUA, a UNGP teria ousado pedir, em “Memorando” dirigido ao Governo português, datado de 10 de Junho de 1963, um gesto concreto por parte de Lisboa no sentido de reconhecer oficialmente o direito à autodeterminação da Guiné, e, como interlocutor, a UNGP. A intenção manifesta deste movimento era a de retirar força e projecção internacional ao partido de Amílcar Cabral¹²⁴⁸. Não foi por acaso que, em Julho daquele ano, o Ministro de Defesa português, Gomes de Araújo, reconhecia que o PAI era o movimento que mais apoio recebia, claramente à frente do MLG de

¹²⁴⁴ AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Consulado de Portugal em Dakar, ofício n.º 345, dirigido ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dakar, 9 de Outubro de 1962.

¹²⁴⁵ *Idem, ibidem*, Front de lutte pour l’indépendance nationale de la Guinée dite portugaise – FLING, Dakar le 15 octobre 1962.

¹²⁴⁶ *Idem, ibidem*, Carta datada de Dakar, 5 de Junho de 1963, dirigida ao Amigo e senhor dr. Gonzaga Ferreira, s/d, s/remetente mas que julgamos ser da autoria de Pinto Bull.

¹²⁴⁷ *Vide* “Un monde nous sépare de mr. Salazar!”, *Unité Africaine*, n.º 41, Dakar, 17 de avril 1963.

¹²⁴⁸ AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, “Memorando”, União dos Nativos da Guiné Portuguesa, Dakar, 10 de Junho de 1963; *Vide* também, sobre este assunto, a Carta de Joaquim Pinto Bull, datada de 23 de Agosto de 1963, dirigida ao Dr. Gonzaga Ferreira (AHDMNE, 940, 1 (5) D, Abril/63 a 1965, URGP/UNGP – Agitação nas Províncias Ultramarinas – Organizações Nacionalistas, volume II, fl. 1)

Mendy. Aliás, a projecção de Amílcar Cabral e do seu partido, em relação aos outros movimentos rivais já era notória em 1961. Num aerograma da Embaixada de Portugal em Dakar dava-se conta de que a referida vantagem se fundamentava, não tanto no “número de adeptos com que contaria”, mas na “organização”, nos “meios financeiros”, na “natureza combativa” das influências ideológicas e nos “métodos” que seguia¹²⁴⁹. Apesar do reconhecimento da UNGP por parte do Governador da Guiné, a 16 de Agosto de 1963, Salazar nomeou James Pinto Bull, irmão do dirigente máximo da UNGP, Benjamin Pinto Bull, como Secretário-geral da Guiné portuguesa. O próprio James, considerado um moderado, denunciaria, em Agosto de 1969, a atitude intransigente de Salazar, ao afirmar que tal atitude punha em causa a tentativa de criar uma terceira força.

Curiosamente, com o afastamento de Henry Labery e de Vicente Có da direcção da FLING, esta organização política, que se havia revelado até aqui contrária a um entendimento com Lisboa, alterou completamente as suas posições a este respeito. O seu novo Secretário-geral, Jonas Mário Fernandes, chegou a endereçar, em 1964, uma carta ao Ministro do Ultramar, na qual se manifestava hostil à acção do PAIGC, e cujos elementos considerava “instrumentos de comunistas”, que queriam transformar a Guiné num “novo Congo”¹²⁵⁰.

Há que assinalar, também, a existência de divergências entre a UPG, de Labery, o MLG, de Mendy e a UNGP, de Benjamin Pinto Bull. Por exemplo, os dois primeiros tentaram, por todos os meios, sabotar este último, depois do MLG ter sofrido um duro golpe em Ziguinchor, com a destruição do seu *bureau*, apreensão de vários documentos e detenção de cerca de 25 militantes daquele movimento, levadas a cabo pelas autoridades senegalesas¹²⁵¹.

Outra importante cisão no quadro dos movimentos de libertação da Guiné teve lugar, a 25 de Junho de 1963. A secção da UPG, de Koldá (Senegal), dirigida pelo Secretário-geral, Domingos Araújo, que se havia associado à FLING, abandonou a

¹²⁴⁹ AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Aerograma A-9, Secreto da Embaixada de Portugal em Dakar, 24 de Agosto de 1961.

¹²⁵⁰ *Idem, ibidem*, Ofício secreto 2623/L - 3-7 do director do Gabinete dos Negócios Políticos ao Exmo Senhor Director-Geral dos Negócios políticos e da Administração Interna Ministério dos Negócios Estrangeiros, 4 de Junho de 1964.

¹²⁵¹ AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Aerograma do Consulado de Portugal em Dakar, Dakar, 1 de Julho de 1963. *Vide* também o Ofício UL 2030 do Director Geral dos Negócios Estrangeiros dirigida ao Ex^{mo} Senhor Director do gabinete dos Negócios Políticos Ministro do Ultramar, Lisboa, 30 de Julho de 1963.

frente, invocando ser contrária à guerra¹²⁵² que era defendida e estava a ser preparada por aquela organização política.

Não há a mínima dúvida, pois, de que a grande proliferação dos movimentos de libertação contribuiu para a tensão no ambiente político e constante mobilidade interpartidária de dirigentes e militantes. Por exemplo, a 29 de Outubro de 1961, Henry Laberi, Vicente Cói e Rui Ramos foram expulsos da UPG e, portanto, do MLGC (uma coligação que integrava, além daquela organização e da UDC, outras pequenas formações políticas¹²⁵³, provocando discrepâncias insanáveis entre Henry Labery e Ibrahima Diallo Corona, com aquele a ser acusado de incompetência e de desvio de fundos da coligação. A Labery era ainda imputada a responsabilidade pelas denúncias feitas a alguns nacionalistas da Guiné e de Cabo Verde, que realizavam trabalho clandestino em Bissau, no programa de rádio “Voz da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde livres”, conduzindo à sua detenção por parte das autoridades portuguesas.

Já anteriormente, a UPLG, reunida a 10 de Fevereiro de 1962, havia expulso Labery do seu movimento, tendo proposto ao Ministro de Informação do Senegal, num comunicado tornado público, a 12 de Fevereiro, a reunião de todos os líderes dos movimentos de libertação (UPLG, UDC, MLG e RDG), com o objectivo de criar uma comissão comum especial, responsável pelas emissões de rádio¹²⁵⁴. Mais uma vez, isto vem provar as dificuldades de entendimento que ainda subsistiam no seio das organizações nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, para irritação do então Primeiro-Ministro senegalês, Mamadu Dia¹²⁵⁵. Este chegou mesmo a mostrar-se agastado por causa dos sistemáticos problemas existentes no seio das organizações da Guiné portuguesa e de Cabo Verde radicados no território senegalês.

Ao tempo, o único movimento que ainda fazia frente ao de Amílcar Cabral era o MLG de Dakar. Com François Kankoilá como Secretário-geral, este atingiu o seu auge, sobretudo depois da acção armada desencadeada no norte da Guiné, a 17 de Julho de 1961. Em 1962, a revista norte americana “Inform” chegou mesmo a considerar o MLG de Mendy como o mais activo¹²⁵⁶, embora na realidade vivesse uma crise interna, em virtude de alguns dos seus destacados dirigentes, como Balbino da Costa, Paulo Dias e

¹²⁵² *Idem, ibidem*, União das Populações da Guiné – Secção de Koldá. Carta dirigida ao Secretário-Geral da FLING – Dakar, Koldá, 25 Junho de 1963.

¹²⁵³ *Idem, ibidem*, “Démenti de l’Union Populaire de la Guinée (Membre du Front Uni de Libération «FUL»”, Dakar, le 21 janvier 1962.

¹²⁵⁴ *Idem, ibidem*, Front Uni de Libération der la Guinée et des Iles de Cap-Vert (FUL) Section Union Populaire de Libération de la Guinée (UPLG), Dakar, le 12-2-62.

¹²⁵⁵ *Idem, ibidem*, Ofício UL 838, Lisboa, 6 de Abril de 1962.

¹²⁵⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Apontamentos sobre a política da Guiné portuguesa e territórios vizinhos, Secreto, elaborado por Costa Pereira, Bissau, 17 de Janeiro de 1963, fl. 292.

José Francisco Gomes¹²⁵⁷, se terem oposto à acção armada e à unidade com outras formações políticas como o RDAG (considerado um movimento de base mandinga) e a UPLG (maioritariamente constituído por fulas). Chegaram mesmo a aproveitar a ausência de Kankola e Correia, em Casamansa, para publicarem, no jornal *Dakar-Matin*, a 12 de Março de 1962, a “declaração de coordenação MLG-UPG”. De 14 a 17 de Abril de 1962, era convocado um congresso do MLG em Dakar. No penúltimo dia (16 de Abril), foi apresentada e votada uma moção em que o congresso reiterava o seu apoio ao seu Presidente e ao Secretário-geral, nas pessoas de Emmanuel Correia e François Kankola Mendy, respectivamente. Um facto deve ter pesado para que o congresso renovasse o seu apoio à liderança dos seus dirigentes: o de terem sido eles a lançar os primeiros ataques no interior da Guiné portuguesa, numa altura em que o PAIGC se preparava para avançar com a sua acção directa. Isto vem revelar a diferença de estratégias entre o partido de Amílcar Cabral e o movimento de Kankola Mendy, que, numa moção apresentada ao congresso, considerava a acção como sendo primordial e “não os corredores da ONU, nem as escadas das chancelarias”¹²⁵⁸, numa alusão à prática política corrente do primeiro. Na mesma moção, consideravam-se traidores: Balbino da Costa, Paulo Silva e José Francisco Gomes¹²⁵⁹, motivo por que foram expulsos do MLG. Balbino da Costa, já vinha sendo acusado de manter ligações com os portugueses e de desviar fundos da organização para proveito próprio¹²⁶⁰. Certamente, baseando-se na informação da já referida revista americana, em 1963, Costa Pereira assinalava que, de todos estes movimentos e partidos, apenas a UPG e o MLG tinham certa preponderância no Senegal¹²⁶¹.

1.4. O segundo contacto com a organização do interior e cisão no MLG

Na Guiné portuguesa, o MLG e Rafael Barbosa souberam da chegada de Amílcar Cabral (aliás Abel Djassi) a Conakry, por intermédio de uma carta de Maximiano Soares da Gama¹²⁶² que, com Laudelino Fernandes Gomes e outros, desempenhavam o papel de delegados daquele movimento na capital guineense (Guiné-Conakry).

¹²⁵⁷ *Idem, ibidem*, “Moção contra traidores Balbinos & consortes pelo congresso do MLG”, Dakar, 16 de Abril de 1962, fl. 457.

¹²⁵⁸ *Idem, ibidem*, fl. 457.

¹²⁵⁹ *Idem, ibidem*, fl. 457.

¹²⁶⁰ *Idem, ibidem*, fl. 458.

¹²⁶¹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Apontamentos sobre a política da Guiné portuguesa e territórios vizinhos, Secreto, elaborado por Costa Pereira, Bissau, 17 de Janeiro de 1963, fl. 294v.

¹²⁶² IAN/TT – PIDE/DGS, subdelegação Guiné, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, NT 5434, vol. 2, fl. 80.

Pouco depois (10 de Julho de 1960), a organização do interior enviou uma carta a Amílcar Cabral na qual lhe era comunicada a “necessidade” de se estabelecer um contacto, salientando: “Aguardamos ansiosos essa altura. Muita coisa por resolver... Aguardamos notícias e ordens”¹²⁶³.

Desde Setembro de 1959, que se havia interrompido o contacto de Amílcar Cabral com o “interior”, mais concretamente com Rafael Barbosa. Cabral estava ainda bastante absorvido nas actividades do MAC e do FRAIN e, sobretudo, na redacção e divulgação do célebre documento, “A verdade sobre as colónias africanas de Portugal”, que foi publicado em Londres em Junho de 1960.

Mas, a resposta do Amílcar não se fez esperar. A 16 de Julho, numa carta escrita em francês, alegadamente por motivos de segurança¹²⁶⁴, comunicava ao “interior” a sua chegada a Conakry, na qual dizia: “Finalmente abandonei tudo e estou aqui para lutar contra os nossos opressores e para a nossa independência”¹²⁶⁵. Além do mais, pedia a máxima colaboração e que “qualquer um deles”¹²⁶⁶ o fosse avistar na fronteira ou então em Dakar¹²⁶⁷. Na carta, apenas se fazia alusão explícita aos camaradas do PAI e da Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde (FLGC), cuja estrutura assentava ainda, em boa verdade, na única organização existente de facto no interior – o MLG – cuja evolução e futuro dependeriam, de acordo com Rafael Barbosa, da orientação que Amílcar Cabral viesse a dar-lhe¹²⁶⁸. Quer o PAI, quer mesmo a FLGC, eram de fundação recente (19 de Setembro de 1959¹²⁶⁹) e, por conseguinte, ainda sem estruturas montadas na Guiné portuguesa.

Para o esperado encontro com Amílcar Cabral, a organização do interior indicou inicialmente o seu homem de maior confiança e prestígio, José Ferreira de Lacerda Júnior, ex-funcionário da Capitania dos Portos em Bolama, por ser a pessoa que, de acordo com Rafael Barbosa, “melhor preparação possuía para ir avistar-se com o engenheiro”¹²⁷⁰. Mas, devido à inexistência de fundos para lhe abonar os dez mil escudos

¹²⁶³ Movimento de Libertação da Guiné e de Cabo Verde (MLGCV-RG) de Conakry, “Comunicado”, Conakry, 16 de Julho de 1960, assinado por Abel Djassi [Amílcar Cabral], Dirigente-mandatado do MLGCV (Apêndice documental, doc. n.º 15).

¹²⁶⁴ AMS, Carta de Abel Djassi aos camaradas do PAI e da Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde, Conakry, 16 de Julho de 1960.

¹²⁶⁵ *Idem, ibidem*.

¹²⁶⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, subdelegação Guiné, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, NT 5434, vol. 2, fl. 80v; e entrevista a RDN Guiné-Bissau, Setembro de 2002.

¹²⁶⁷ *Idem, ibidem*.

¹²⁶⁸ *Idem, ibidem*, fl. 90.

¹²⁶⁹ Esta é pelo menos a data que figura na Carta da FLGC e, na nossa perspectiva, a data que se pode considerar também como a da verdadeira fundação do PAI da Guiné portuguesa.

¹²⁷⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, subdelegação Guiné, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, NT 5434, vol. 2, fl. 80v. De acordo ainda com Rafael Barbosa, numa entrevista à Radiodifusão

que havia pedido para realizar a viagem, quem acabou por ir ao encontro com Amílcar Cabral foi o próprio Rafael¹²⁷¹.

Tendo saído de Bissau, a 28 de Agosto de 1960¹²⁷², Rafael permaneceu durante várias semanas em Dakar à espera de Amílcar Cabral que, desde 28 de Julho, havia abandonado Conakry com destino à China, como assegurou a PIDE, “no quadro das suas actividades políticas”¹²⁷³, correspondendo a um convite do Comité de Solidariedade Afro-Asiático¹²⁷⁴. Na ocasião, Cabral teria viajado com uma importante delegação do MPLA composta por Mário de Andrade, Viriato da Cruz e Eduardo dos Santos, com passagem pela Suíça, onde foi visto ainda naquele mês, de acordo com uma informação da PIDE¹²⁷⁵.

Efectivamente, Cabral escrevia de Pequim, a 5 de Agosto, uma carta aos elementos do PAI e do MLGCV de Conakry, exortando-os a defenderem e a assegurarem “a unidade e o espírito combativo indispensável à luta”¹²⁷⁶. Tinha ainda fresco na memória todos os problemas prévios à estabilização do movimento na capital da República da Guiné.

Na viagem para a China, Amílcar já se fez acompanhar do primeiro grupo de quadros do PAI, que iria receber instrução militar na Academia Militar de Nanquim. Integravam-no Luciano Ndau, Richard Turpin (Bobo) e Dauda Bangoura. Só em meados de Outubro, pôde finalmente chegar a Dakar, como já se disse, para o tão esperado encontro com o enviado do movimento do interior, depois de obter autorização para entrar no Senegal. Um colaborador da PIDE dá conta, efectivamente, da sua presença na capital senegalesa, acompanhado da esposa, Maria Helena, a 26 de Outubro, bem como das reuniões que foi mantendo com os elementos do MLGC local¹²⁷⁷.

Nacional da Guiné, em Setembro de 2002, José Ferreira de Lacerda havia frequentado a Universidade de Coimbra, tendo sido aluno de Salazar. *Vide* ainda, sobre este assunto, Aristides Pereira, *ob. cit.*, nota de rodapé n.º 2 à página 81. O facto de ter frequentado a Universidade de Coimbra fazia dele, no meio guineense, um intelectual muito respeitado, cujas opiniões eram sempre bem acolhidas pelos seus companheiros.

¹²⁷¹ IAN/TT – PIDE/DGS, subdelegação Guiné, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, NT 5434, vol. 2, fl. 80v.

¹²⁷² *Idem, ibidem*, fl. 81v.

¹²⁷³ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 4415, “Maria Helena D’Athaíde Vilhena Rodrigues”, CI (2) NT 7355, SC, fl. 67.

¹²⁷⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, Informação n.º 21 – SC/CI(2). Elementos do “PAIGC” que frequentam cursos no Estrangeiro, Data de origem: 19/762, fl. 379.

¹²⁷⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 4415, “Maria Helena D’Athaíde Vilhena Rodrigues”, CI (2) NT 7355, SC, fl. 67.

¹²⁷⁶ “Camaradas”, carta [manuscrita] de Amílcar Cabral aos seus companheiros do PAI e do MLGCV de Conakry, Pekin, Hotel Sientchiao, 5 de Agosto de 1960 (Apêndice documental, doc. n.º 27). *Vide* também a transcrição do mesmo documento.

¹²⁷⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 4415 CI (2), “Maria Helena...”, fl. 66. Julgamos que o autor desta informação não se estaria a referir apenas ao MLGC de Dakar.

Sabe-se também que se teria reunido com o MLG em casa de Balbino da Costa, encontrando-se presentes, entre outros, Rafael Barbosa, César Mário Fernandes, Vicente C6 e Manuel Azevedo, Rui Ramos, Lu6s Cabral, Jos6 da Costa, Ibrahima Djal6 Corona e Em6lio da Silva¹²⁷⁸. Foi nessa reuni6o que se levantaram vozes contr6rias 6s liga66es entre Rafael Barbosa, Am6lcar Cabral e o seu irm6o Lu6s Cabral¹²⁷⁹, estes 6ltimos considerados “cabo-verdianos”. No entanto, tentou-se ainda uma segunda reuni6o em casa de M6rio de Andrade¹²⁸⁰, cunhado de Lu6s Cabral, convocada por Vicente C6, a qual teriam assistido, para al6m dos nomes anteriormente referenciados, Domingos Lopes, Eloi, Umaru Gano e o irm6o paterno de Am6lcar, Fernando Cabral¹²⁸¹. Em virtude dos desentendimentos havidos, Cabral ter-se-ia manifestado extremamente desapontado em rela66o ao “fraco esp6rito de luta dos elementos do MLGC, da sua categoria social e com o facto de muitos deles terem cadastro policial”¹²⁸².

De acordo com Rafael Barbosa, houve ainda uma terceira reuni6o convocada por Henry Labery do MLGCV, j6 depois do regresso de Am6lcar a Conakry.

Apesar de todos os obst6culos criados em Dakar, Rafael, Am6lcar e “outros camaradas do partido”¹²⁸³ n6o desistiram de trabalhar juntos durante dezanove dias, com o intuito de fornecer 6 organiza66o do interior os meios log6sticos para o seu eficaz funcionamento, bem como de lhe criar uma estrutura pol6tica e militar, com a nomea66o de v6rios indiv6duos para diferentes cargos. Mas regressaremos a este assunto.

Foi tamb6m no decurso desta reuni6o com Rafael Barbosa, em Dakar, que Am6lcar Cabral elaborou o Programa¹²⁸⁴ e os Estatutos do PAIGC¹²⁸⁵.

A estrutura pol6tica idealizada era ainda bastante simples. O 6rg6o m6ximo em cada um dos territ6rios seria o Comit6 Federal que se reuniria ordinariamente, por con-

¹²⁷⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, subdelega66o Guin6, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, NT 5434, vol. 2, fl. 87-87v.

¹²⁷⁹ *Idem, ibidem*, fl. 87v.

¹²⁸⁰ Este M6rio de Andrade 6 de origem cabo-verdiana e nada tem a ver com o nacionalista angolano, v6rias vezes referenciado ao longo deste trabalho.

¹²⁸¹ *Idem, ibidem*, fl. 90.

¹²⁸² IAN/TT – PIDE/DGS, processo 4415 CI (2), “Maria Helena...”, fl. 66.

¹²⁸³ AMS, Am6lcar Cabral, “Evolu66o e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do semin6rio de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independ6ncia da Guin6 e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 149.

¹²⁸⁴ Este programa resumia-se no seguinte: 1) Uni6o de todas as for6as patri6ticas para a luta contra o colonialismo portugu6s; 2) Independ6ncia total, imediata e incondicional; 3) Unidade de cada uma das na66es; 4) Unidade africana; 5) Regime republicano, democr6tico e laico; 6) Reconstru66o econ6mica e desenvolvimento da produ66o; 7) Progresso sobre a base do trabalho dos povos da Guin6 e Cabo Verde e da justi6a social; 8) Desenvolvimento da instru66o, da cultura e da educa66o; 9) Defesa nacional eficaz, ligada ao povo e dirigida pelos cidad6os; 10) Interdi66o de bases estrangeiras; 11) Pol6tica exterior de paz, amizade e colabora66o com todos os povos sob a base dos princ6pios de Bandung e da Carta das Na66es Unidas; 12) N6o ades6o aos blocos militares.

¹²⁸⁵ *Vide* Partido Africano da Independ6ncia (PAI) (Guin6 dita Portuguesa) – Estatutos in IAN/TT – PIDE/DGS, PC 12/62, “Osvaldo M6ximo Vieira”, NT 5434, 2.º vol., fls. 93 a 96v.

vocatória do Comité Nacional. A este órgão executivo (Comité Nacional), eleito em Conferência Nacional, caberia dirigir todas as actividades do partido em cada um dos territórios, a nível do secretariado, das finanças e do controlo.

Contudo, o organismo supremo seria o Congresso Federal, que se reuniria de três em três anos, por iniciativa do Comité Federal, no seio do qual, entre outras coisas, se definiriam as estratégias e as táticas a adoptar pelo partido e se elegeria o Comité Federal e o *Bureau* Político. Este organismo, que deveria ser responsável por todos os assuntos relacionados com a ideologia do partido e pelas relações exteriores, controlaria também todos os *bureaus* criados (assuntos interiores e controlo, assuntos económicos, sociais e financeiros, defesa e segurança, informação, cultura e propaganda). Era também no seu seio que se deveria proceder à eleição do Secretário-geral.

Porém, alguns destes órgãos políticos e administrativos nunca chegaram a entrar em funcionamento. Outros seriam completamente abandonados ao longo das sucessivas reformas que se foram operando no decurso da luta armada. Era bom acrescentar ainda que muitos deles nem sequer eram órgãos adaptados a uma situação de guerra, mas de paz.

A reunião de Dakar teria sido decisiva, na opinião de Amílcar Cabral, “por tudo quanto aconteceu” na “luta depois”¹²⁸⁶. É que nela se traçou a estratégia que a organização interna deveria seguir doravante. Por exemplo, resolveu-se pôr termo às manifestações nos centros urbanos e preparar a luta armada. É preciso não esquecer que, no ano anterior (Agosto de 1959), tinha-se desenrolado o massacre de Pindjiguiti e, pouco tempo depois, a vaga de prisões em Luanda, o que obrigava à adopção de uma estratégia para evitar, no futuro, situações idênticas de confronto directo com as forças da ordem coloniais. Assim sendo, estabeleceu-se um plano de trabalho de oito¹²⁸⁷ pontos que a organização clandestina do interior devia seguir:

- 1) Reforçar a organização nos meios urbanos mas mantendo-a na clandestinidade e evitando manifestações públicas;
- 2) Mobilizar e organizar urgentemente as massas camponesas, consideradas, por experiência, a força principal da luta de libertação nacional;
- 3) Desenvolver e reforçar a unidade dos africanos de todos os grupos étnicos, de todos as origens e de todas as camadas sociais;

¹²⁸⁶ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 149.

¹²⁸⁷ Basil Davidson (*ob. cit.*, pp. 31-32) e Mário de Andrade apenas assinalam seis desses oito pontos (*ob. cit.*, pp. 80-81).

- 4) Preparar o maior número possível de quadros no interior e no exterior para a direcção política da organização e para o desenvolvimento da luta.
- 5) Reforçar a colaboração com todas as organizações nacionalistas das outras colónias portuguesas, com os países africanos, em particular com os países independentes, e, ainda, com as forças democráticas e progressistas do mundo, e, dentre eles, as de Portugal. Desenvolver uma acção eficaz no plano internacional;
- 6) Criar e fomentar a organização de movimentos nacionalistas no exterior, em particular entre os emigrados residentes nos territórios vizinhos da Guiné portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde, a fim de servir a luta de libertação e o futuro dos povos da Guiné e Cabo Verde;
- 7) Reforçar e alargar cada vez mais a organização, preparar cada vez mais os quadros e lutar para a obtenção dos meios indispensáveis, tendo em vista prosseguir vitoriosamente a luta. Esperar pelo melhor, mas também preparar-se para o pior;
- 8) Preparar os quadros técnicos de todos os níveis e estudar e projectar, na medida do possível, as bases e os meios de promover um rápido progresso económico na Guiné e nas ilhas de Cabo Verde;

Foi depois desta importante reunião entre Rafael Barbosa e Amílcar Cabral que aquele regressou a Bissau munido dos Estatutos, Programa, bem como de uma série de material de propaganda do PAI¹²⁸⁸, dentre o qual se pode destacar uma máquina de escrever, impressos, máquina fotográfica, etc.¹²⁸⁹

Amílcar rememora aqueles momentos de Dakar, aos seus quadros, em 1969:

Por alturas de 1960, fizemos uma reunião com Rafael, no Senegal. Dêmos ao Rafael os primeiros meios materiais para desenvolver a luta dentro da terra, ligado a outros camaradas, Aristides Pereira e outros. Rafael voltou com meios razoáveis, coisas que comprou para ir vender e arranjar dinheiro dentro da terra, máquinas de escrever, etc.

Praticamente também foi depois deste encontro de Dakar que Amílcar Cabral assumiu a direcção do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde no interior,

¹²⁸⁸ Abordado sobre as circunstâncias da entrada em cena do PAI/PAIGC em Bissau, Estêvão Tavares afirmou: “O PAI/PAIGC entra numa dada altura quando o grupo MLG passou a ser integrado por muitos cabo-verdianos. Foi depois de uma viagem que Rafael Barbosa faz a Dakar para ter contacto com Amílcar Cabral. Aí é que entra o PAIGC. Depois do regresso da viagem Rafael de Rafael. Ele trouxe panfletos, trouxe já documentos sobre o PAIGC” (Entrevista a Estêvão Tavares, Bissau, Outubro de 2002).

¹²⁸⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, subdelegação Guiné, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, NT 5434, vol. 2, fl. 90v.

tendo procedido à criação de uma estrutura política e militar e elaborado, com Rafael Barbosa, como já se aludiu, a primeira lista de colocações de diversos elementos como responsáveis do partido ainda em fase embrionária¹²⁹⁰. Era uma estrutura um pouco idêntica, na base, à que Viriato da Cruz chegou a idealizar para o MAC, em Outubro de 1959¹²⁹¹: um Comité de Controlo, um de Informação e outro de Cultura e Propaganda.

O facto de ser uma organização interna, que deveria estar preparada para a luta armada, fez com que Amílcar Cabral a munisse também de um presidente, de um responsável pelos assuntos internos, de defesa, de economia e finanças. Assim, Rafael Barbosa foi nomeado Secretário de Controlo, Paulo Lomba, responsável da célula do partido em Farim, Domingos de Pina Araújo, delegado em Kolda, Fernando Ferreira Fortes deveria ocupar o lugar de Presidente e responsável pelos assuntos internos, em virtude de José André de Barros, inicialmente indicado para o lugar, ser considerado “uma pessoa negligente”¹²⁹². Nicandro Barreto foi proposto para o lugar de encarregado do serviço informativo, cultura e propaganda da organização, Epifânio Souto Amado deveria ocupar o cargo de Secretario de Economia e Finanças”, Ladislau Lopes Justado, a secretária de defesa e, como seu adjunto, indicou-se o nome de José Francisco Gomes (o “Maneta”), até aqui um dos fundadores e Presidente do MLG de Bissau. Esta foi a única nomeação para adjunto feita por Amílcar Cabral em Dakar, sem que se saiba exactamente os motivos dessa decisão.

Externamente, funcionariam o secretariado-geral e o Comité de Relações Exteriores, cargos que, no início, eram desempenhadas cumulativamente por Amílcar Cabral.

Em Dakar, em virtude das divergências entre guineenses e cabo-verdianos, Vicente Có e César Mário Fernandes criaram um outro MLG¹²⁹³, no seio do qual se passou a defender a tese de que, num futuro Governo, após a independência do território, se deveriam excluir os elementos de origem cabo-verdiana. Portanto, uma tese contrária à defendida por Amílcar Cabral.

Em Bissau, igualmente, as ligações de Rafael Barbosa com Amílcar Cabral e a lista de nomeações não foram bem acolhidas no seio do núcleo ligado ao MLG daquela

¹²⁹⁰ *Idem, ibidem*, fl. 93.

¹²⁹¹ Essa estrutura seria constituída, no topo, por um secretariado com cinco membros responsáveis pela coordenação dos seguintes comités: Comité de Coordenação Geral; Comité das Relações Exteriores; Comité de Propaganda e Publicidade; Comité de Finanças; Comité de Controlo (*Vide* Carta de Viriato da Cruz [dactilografada], dirigida a Lúcio Lara, B. [Berlim], 13. 10. 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, pp. 190-192.

¹²⁹² IAN/TT – PIDE/DGS, subdelegação Guiné, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, NT 5434, vol. 2, fl. 97.

¹²⁹³ *Idem, ibidem*, fl. 154v.

cidade, havendo mesmo a assinalar uma importante cisão interna no movimento¹²⁹⁴, no decurso da reunião, realizada em casa de Ladislau Lopes Justado. Esta reunião, convocada por Rafael Barbosa, com o intuito de apresentar o relatório da viagem e do encontro tido com Amílcar Cabral em Dakar, ficou marcada por grandes divergências entre guineenses e cabo-verdianos. Muitos elementos que haviam sido indicados para ocuparem cargos na organização, como Fernando Fortes, Ladislau Lopes Justado e José Francisco Gomes, ter-se-iam recusado a aceitar as nomeações, ainda que invocando motivos diferentes. No primeiro caso, os motivos invocados foram profissionais e quiçá por uma certa prudência e, nos dois últimos, certamente, por desinteligências políticas relacionadas com a unidade entre a Guiné e Cabo Verde. A maioria dos elementos do MLG de Bissau acabou por alinhar com o José Francisco Gomes¹²⁹⁵ ou por se afastar da organização. Os únicos elementos que se mantiveram fiéis e leais no cumprimento das directrizes de Amílcar Cabral em Bissau foram: Epifânio Souto Amado, José Luís Barbosa, Fernando Fortes, Alfredo Menezes d'Alva e Rafael Barbosa. Foi graças ao esforço deste último e actuando quase solitariamente na clandestinidade que, a pouco e pouco, o PAI começou a crescer e a ganhar terreno, especialmente em Bissau e, mais tarde, no interior do país, onde Rafael logrou a adesão das células do MLG. Foram os casos de Mansoa, através da acção de Carlos Sambú, de Sonco Sissé e de Estêvão Adriano Fernandes (aliás Jeremias Dju), de Bafatá (Biague Saqué), de Bissorã (Augusto Pequim e Estêvão Tavares), de Farim (Paulo Lomba), de São João, Fulacunda, Bambadinca e Fã (Arafã Mané, encarregado da zona sul e Rui Djassi) e de Bolama (Caetano Barbosa, Oliveira Sanca, Abdulai Conte e Domingos Gomes). Os principais elementos de ligação com Amílcar Cabral em Conakry eram Augusto Pequim, Lourenço Gomes (“djila”, isto é, vendedor ambulante), Albino Sampa e Biagué Saqué.

O que não se compreende é que só nesse momento tenha havido essa reacção em Dakar e em Bissau, contra a unidade Guiné e Cabo Verde se, nesta última cidade, já estava constituído o MLGC, como afirmaram Estêvão Tavares, Aristides Pereira e Fernando Fortes. Das duas uma: ou o alegado MLGC de Bissau nunca existiu, ou então a contestação das ligações de Rafael Barbosa com Amílcar Cabral e o seu meio-irmão, Luís Cabral, em Bissau está mais associada à distribuição dos cargos (lutas pelo poder) feita por Amílcar Cabral em Dakar. Neste sentido, podemos afirmar que os ataques de

¹²⁹⁴ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 152.

¹²⁹⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, subdelegação Guiné, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, NT 5434, vol. 2, fl. 99v.

Bissau, à coligação engendrada em Dakar, eram díspares dos do MLG desta cidade, mais focalizados na questão da unidade do que na disputa de cargos.

Em todo o caso, as consequências da cisão em Bissau foram nefastas para o MLG e a estrutura embrionária do PAI/PAIGC, com várias denúncias à subdelegação da PIDE. Em virtude destas delações, a 21 de Fevereiro de 1961, mais de duas dezenas de nacionalistas foram detidos em várias regiões do país, incluindo a capital, acusados de atentarem contra a segurança do Estado¹²⁹⁶. Dentre eles figuravam: Estêvão Tavares, Quintino Sebastião Nozolini, Fernando Fortes, Miguel de Pina, Tito Vaz Fernandes, Paulo Fernandes, João Rosa, Marcelino Delgado, Ladislau Lopes Justado, Elmer Fernandes Brito, Matilde Silva, Aguinaldo Salomão, Domingos Ramos Furtado, Rosendo Aurejano e Bernardo Aquino Pereira.

As prisões de Bissau, que levaram Rafael Barbosa, Momo Touré, Paulo Pereira de Jesus e Jorge Monteiro a passarem à clandestinidade, vieram causar um duro revés ao MLG. Esta situação, de certa maneira veio beneficiar o PAIGC, cuja estrutura estava em embrião, e que assim se aproveitou do facto das autoridades policiais portuguesas terem concentrado a sua atenção sobre os partidários do MLG, para introduzir quadros seus preparados no exterior, a fim de prosseguirem com os trabalhos de mobilização e de treino de militantes em Bissau e noutros pontos do país, para futuras acções de guerrilha. Estes trabalhos foram da responsabilidade activa de Pedro Ramos (aliás Latranco da Costa) e de Mamadu Turé (Momo), que haviam recebido preparação, respectivamente, na Alemanha Oriental e Checoslováquia (Praga). Com a chegada destes dois responsáveis teria havido um incremento das actividades do PAI em Bissau, através da realização de várias reuniões nos diferentes bairros da capital (Granja, Cupelom, Gambeafada, Bandim, Bissau Novo e Chão de Papel). Por outro lado, Amílcar Cabral viu-se obrigado a proceder a uma reorganização e reestruturação do aparelho partidário, quer a nível interno, quer externo, intenção que havia manifestado anteriormente, em carta ao dirigente do “interior” (Bissau), Rafael Barbosa¹²⁹⁷. A ideia era reduzir o número das zonas, aumentar o número de reuniões obrigatórias dos organismos dirigentes e reformar o Departamento de Controlo. Assim, em lugar de um Comité Nacional que os Estatutos previam, Cabral criou um Comité Central, cuja função de dirigir toda a actividade do partido nos dois territórios era mais ou menos idêntica à do Comité Nacional. Este Comité Central era formado por um Presidente e vários outros departamentos. Para o

¹²⁹⁶ IAN/TT – PIDE/DGS processo 1719/60, “Alfa Umaru Bari”, “O Alfa Umaru”, “Ibraima Touré”, o “Lau Touré”, – O Alfaiate, Mário Mamadu Touré, o “Momo Touré”, Basiro Touré, Bissau, Subdelegação da PIDE, 16 de Março de 1962, SR, “Informação n.º 922/61 – G.U.”, fl. 72.

¹²⁹⁷ Carta dirigida ao Camarada Secretário do Controlo..., s/d, [1961?], [Conakry], p. 2 (Apêndice documental, doc. n.º 28). Supomos que esta carta foi escrita nos primórdios de 1961.

lugar de Presidente foi nomeado Rafael Barbosa¹²⁹⁸, enquanto o Secretário-geral superintendia o Departamento Político e de Relações Exteriores e toda a actividade dos outros departamentos. Deste modo, Cabral passou a controlar o seu partido e também o MLGCV. Era, inclusivamente, a PAIGC, através do seu líder, que, no quadro da frente unida, representava o MLGCV no plano interno e internacional.

É evidente que, para controlar o partido, Cabral teve que contar com o importante apoio, na retaguarda, de Rafael Barbosa. Apesar de viver na clandestinidade, desde Fevereiro de 1961, em Janeiro de 1962, Rafael Barbosa reuniu a célula de Bissau para proceder à nomeação dos membros da direcção do PAIGC. Queria deixar a organização de Bissau constituída antes de se ausentar em Bathurst (Gâmbia), conforme declarou à PIDE, depois da sua prisão em Março de 1962. A ideia era seguramente reunir-se com Amílcar Cabral no exterior para discutir com ele um plano de ataque preparado em Bissau. A este plano de ataque não esteve alheia a presença naquela cidade de um responsável militar (Pedro Ramos), enviado por Amílcar Cabral em Outubro ou Novembro de 1961. Este núcleo que recebeu, pouco tempo depois (em Março), um duro golpe por causa da detenção de Rafael Barbosa, e mais de uma dezena de elementos do PAI do “interior”, foi de crucial importância para a evolução futura do PAIGC, nomeadamente no que dizia respeito ao trabalho clandestino desenvolvido (mobilização dos jovens, preparação da luta armada e incentivo à criação de outras células do interior).

Nas diferentes reuniões realizadas, entre Janeiro e Fevereiro de 1962, Rafael Barbosa foi confirmado no lugar de Secretário de Controlo, cargo que acumulava com o de Presidente do Comité Central; Inácio Soares da Gama (Naci Camará), Secretário de Defesa; Constantino Lopes da Costa (Amadu Ferrel), Secretário de Informação, Cultura e Propaganda; o enfermeiro Venâncio Furtado foi designado Secretário de Finanças; e João Eckert como Secretário dos Assuntos Interiores. Foi ainda pedido que cada um deles indicasse os subsecretários.

Numa nova reestruturação feita por Cabral, em finais de Janeiro de 1962¹²⁹⁹, Rafael foi reconduzido no cargo de Presidente do Comité Central.

¹²⁹⁸ José Pedro Castanheira admite que a nomeação de Rafael Barbosa no Congresso de Cassacá, estava relacionada com as clivagens entre elementos guineenses e cabo-verdianos do PAIGC. No entanto, é bom referir que Amílcar Cabral e Rafael Barbosa tinham uma mútua admiração e sempre mantiveram correspondência até à data do assassinato daquele em Conakry, em Janeiro de 1973. De facto, Rafael funcionou, de certo modo, como uma espécie de ponte entre o continente e as ilhas ou como um grande aliado no projecto de unidade da Guiné e Cabo Verde. Cabral sabia que, enquanto pudesse contar com o seu incondicional apoio, a sua liderança nunca seria ameaçada, e este também tinha consciência de que só com um líder da estatura de Amílcar Cabral é que a luta podia ter êxito.

¹²⁹⁹ Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral para [Rui] Djassi, Conakry, 29 de Janeiro de 1962, p. 2 (Apêndice documental, doc. n.º 29).

Mais tarde, no seminário de quadros de 1969, Amílcar Cabral destacou o papel desempenhado por Rafael Barbosa no período que antecedeu a luta armada:

Devemos dizer aos camaradas, com toda a franqueza, que pelo menos entre 1959 e 1962, entre os camaradas que trabalharam muito está Rafael Barbosa. Qualquer que seja a posição que tomou hoje, o seu trabalho entre 1959 e 1962, ano em que foi preso, foi um trabalho que merece consideração e respeito¹³⁰⁰.

Uma justa e reconhecida homenagem de Cabral ao seu mais fiel aliado, sob cuja orientação, de Novembro de 1960 a Março de 1962, foram distribuídos por todo o país cerca de 5 mil exemplares de documentos e 9 mil prospectos¹³⁰¹, e mais de 500 jovens foram mobilizados e enviados a Conakry¹³⁰², onde Amílcar Cabral tinha aberto, desde Julho de 1960, uma “escola” de preparação política e ideológica intensiva. Nesta “escola” e por um período de um ou dois meses, os militantes e dirigentes do PAI/PAIGC aprendiam a identificar claramente o inimigo, e, paralelamente, assimilavam algumas noções básicas sobre o Comunismo, o proletariado, a história, a geografia, a etnografia, o colonialismo e o neocolonialismo¹³⁰³.

1.5. As várias tentativas de união das forças nacionalistas e patrióticas

Outro grande desafio que se pôs a Amílcar Cabral foi o de unir os movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde. Esta unidade era essencial para a conquista da independência, e contrapunha-se às tentativas de divisão fomentadas por alguns movimentos de libertação da Guiné e de Cabo Verde e pelo próprio regime colonial¹³⁰⁴, que soube sempre tirar partido da desunião reinante nas hostes nacionalistas. Por exemplo, numa nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português, de 19 de Maio de 1962, podia ler-se:

As dissensões entre os movimentos e partidos em Dakar só jogam a nosso favor, num duplo plano: descrédito dos nacionalistas, pois o nosso consulado nunca perde oportuni-

¹³⁰⁰ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 168.

¹³⁰¹ “Discours du camarade Cesário Alvarenga, Secrétaire à l’Information, la Press et la Culture, du Secrétariat du PAIGC, Conférence des Organisations Nationalistes de la Guinée «Portugaise» et des Îles du Cap Vert...”, p. 29.

¹³⁰² Entrevista de Rafael Barbosa a Leopoldo Amado, in Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 142.

¹³⁰³ IAN/TT – PIDE/DGS, PC 12/62, “Oswaldo Máximo Vieira”, NT 5434, 2.º vol., “Apontamentos...”, da autoria de Pedro Ramos, datado de Conakry, 10 de Outubro de 1961, 1º volume, fl. 68.

¹³⁰⁴ “Appel a l’ Unité et a l’ action directe”, [dactilografado], assinado por Amílcar Cabral, Conakry, le 23 avril 1961, p. 1 (Apêndice documental, doc. n.º 25).

dade de demonstrar às autoridades senegalesas estes aspectos desabonatórios, o que tanto mais impossibilitados os referidos nacionalistas de conjugarem-se, enfraquecendo-os, e necessariamente desarticulando-os¹³⁰⁵.

Na luta contra o colonialismo, Amílcar Cabral não parecia ter dúvidas sobre o papel e a relevância da unidade. O maior erro que se podia cometer, segundo ele, era o de criar partidos de base étnica, o que não só dividia durante a luta, como destruiria todas as conquistas depois da independência¹³⁰⁶.

Como já vimos, a partir de 1959, a proliferação de movimentos de libertação no Senegal era uma realidade irrefutável, o que dificultava a articulação de todos eles. As muitas iniciativas levada a cabo por Amílcar Cabral no sentido de os unir não surtiram qualquer efeito. Uma destas diligências do líder do PAIGC foi evocada, no ano seguinte, ao Secretário-geral do MLGC de Dakar, El Hadj Diallo Ibrahima, em carta datada de 26 de Abril de 1961:

No mês de Outubro de 1960, desloquei-me a Dakar para estudar com o MLGC local, os problemas fundamentais relacionados com a nossa unidade e a nossa luta. Foi com grande amargura e uma compreensível desilusão que constatei uma atitude negativa da parte dos responsáveis que estiveram presentes na única reunião então realizada, à qual o camarada não compareceu. A minha amargura e desilusão foram tanto maiores quanto é certo que tive de constatar a existência, por um lado, de divisões e querelas entre os responsáveis mesmo, e, por outro, de uma profunda cisão quer entre os emigrados guineenses (até por razões tribalistas), quer entre estes e os emigrados caboverdeanos¹³⁰⁷.

A 12 de Março de 1961, Cabral voltou a convocar uma reunião que se destinava a constituir uma frente única com o MLG, dirigido por José Francisco Gomes. Esta reunião, que teve lugar em Conakry, não chegou a produzir os resultados esperados. Uma informação da PIDE manifestava reservas quanto a um possível acordo entre aquelas duas organizações políticas¹³⁰⁸, até porque, constava que o PAIGC estaria a recrutar elementos pertencentes ao MLG, como era o caso de Balbino da Costa¹³⁰⁹.

¹³⁰⁵ Vide Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 122.

¹³⁰⁶ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do partido. 1. Nem toda a gente é do partido. 2. Democracia Revolucionária. 3. Ser fiel aos princípios”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 103.

¹³⁰⁷ Carta de Amílcar Cabral [dactilografada], Ao Camarada El Hadj Diallo Ibrahima Secretário-Geral do MLGC/Dakar, Conakry, le 26 avril 1961, p. 2 (Apêndice documental, doc. 2). O original está em francês.

¹³⁰⁸ IAN/TT – PIDE/DGS processo 1719/60, “Alfa Umaru Bari”, “O Alfa Umaru”, “Ibraima Touré”, o “Lau Touré”, – O Alfaiate, Mário Mamadu Touré, o “Momo Touré”, Basiro Touré, Bissau, Subdelegação da PIDE, 16 de Março de 1962, SR, “Informação n.º 922/61 – G.U.”, fl. 72; e também IAN/TT – PIDE/DGS, processo 259/60, “Luís Cabral”, SR, NT 2981, Informação n.º 922/61 – G.U., fls. 746-746v.

¹³⁰⁹ Este chegou, inclusivamente, a integrar uma delegação daquele partido que esteve presente na reunião constitutiva da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), realizada em Marrocos (Casablanca), de 18 a 20 de Abril de 1961. Porém, Balbino não tardou a ser expulso do PAIGC (IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Moção contra traidores

A 16 de Março de 1961, o MLG decidiu realizar uma reunião convocada por iniciativa de José Francisco Gomes, enviado especial do movimento do interior da Guiné portuguesa, para, entre outros assuntos, sanar divergências existentes entre os dois movimentos de libertação¹³¹⁰. Fracassou. Seguiu-se-lhe, com mais sucesso (temporário, é claro), a proposta de unidade apresentada pela CONCP, na reunião de Casablanca, à qual assistiram as organizações políticas de Angola (MPLA), da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e de Goa (Liga de Goa). Na declaração geral, apelava-se à unidade dos movimentos de libertação e à criação de frentes comuns de luta¹³¹¹. Foi na sequência deste apelo que, poucos dias depois, Amílcar Cabral lançou um convite para a unidade dos movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde, propondo, inclusive, a realização de uma conferência das organizações nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, em Dakar¹³¹².

Efectivamente, a 20 de Maio de 1961, o PAIGC, o MLGC (Dakar), o MLGCV (Conakry) e MLGCV (Ziguinchor) reuniam o comité preparatório da conferência em que estiveram representados os seguintes dirigentes e movimentos de libertação: Amílcar Cabral (delegado), Cesário Alvarenga (delegado) e Aristides Pereira (observador), por parte do PAIGC; Honoré Cabral e Emmanuel Lopes (delegados), do MLGC de Dakar; Inácio Silva (delegado), Luís da Silva (delegado) e Catherine Turpin (observadora), do MLGCV, de Conakry; Quintino Robalo (delegado), do MLGCV de Ziguinchor¹³¹³.

A 29 de Maio, era distribuído um “Apelo” à população senegalesa, assinado por Vicente Cói, no qual se pedia apoio financeiro para a realização da conferência¹³¹⁴, que inicialmente tinha ficado agendada para os dias 12 a 15 de Junho de 1961, mas que, por motivos que se desconhecem, acabou por ser adiada para mês de Julho. De resto, em carta datada de 15 de Junho de 196, Cabral deu conta das diligências que estavam a ser feitas neste sentido, aos seus companheiros do PAIGC de Bissau:

Balbinos & consortes pelo congresso do MLG”, Dakar, 16 de Abril de 1962, fl. 458).

¹³¹⁰ IAN/TT – PIDE/DGS processo 1719/60, “Alfa Umaru Bari”, “O Alfa Umaru”, “Ibraima Touré”, o “Lau Touré”, – O Alfaiate, Mário Mamadu Touré, o “Momo Touré”, Basiro Touré, Bissau, Subdelegação da PIDE, 16 de Março de 1962, SR, “Informação n.º 922/61 – G.U” - “Anexo 1 Reunião de Conakry”, fl. 74. Nesta reunião, ainda estiveram presentes Paulo Dias, Luís da Silva e Momo Touré.

¹³¹¹ AMS, Conférence des Organisations nationalistes des colonies portugaise”, Casablanca 18-20 avril 1961, Secrétariat Permanent de la Conférence des organisations Nationalistes des Colonies Portugaise (CONCP), Rabat-Maroc, pasta 4357.009, im. 57.

¹³¹² “Appel a l’Unité et a l’action directe”, [dactilografado], assinado por Amílcar Cabral, Conakry, le 23 avril 1961, p. 1 (Apêndice documental, doc. n.º 25).

¹³¹³ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Réunion du Comité préparatoire de la conférence des organisations nationalistes de la Guinée dite portugaise et des Iles du Cap Vert – Décision Finale”, fl. 555.

¹³¹⁴ AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, “Appel a la population sénégalaise”.

As necessidades e a fase actual da nossa luta, exigem quanto antes a unidade orgânica de todas as forças patrióticas contra o colonialismo português, e mesmo como meio de eliminar os maus elementos. Por isso, o Partido fez o Apelo que se segue, e estamos em via de realizar uma conferência em Dakar, para acordar e lançar as bases para essa união. Escusado será dizer que a nossa preocupação dominante é defender o Partido de todos esses inimigos, que querem aproveitar-se do bom trabalho até agora realizado, para os seus interesses puramente pessoais e extraordinariamente ambiciosos. Conhecemos bem essa espécie de gente, e a nossa vigilância é grande no sentido de preservar o Partido de todos esses Tubarões. Contamos que essa conferência só se realize em Julho (1ª quinzena). Conseguindo a Frente comum, temos possibilidades de conseguir muita coisa e mais depressa.

No entanto, a perspectiva da conferência não nos põe imobilizados; vamos trabalhando sempre e procurando solucionar por todos os meios os nossos problemas, mesmo não contando com a formação da frente geral¹³¹⁵.

À reunião de 12 a 14 de Julho de 1961, que teve o MLGC de Dakar como anfitrião e a recentemente fundada CONCP como patrocinadora, assistiram também Marcelino dos Santos, na qualidade de Secretário-geral deste organismo coordenador, e os seguintes movimentos de libertação: o PAIGC, o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV-Conakry), a União Democrática de Cabo Verde (UDC) e a União Popular da Guiné portuguesa (UPG- secção do MLGC). Cabral rememorou estes factos no seminário de quadros de Conakry, em 1969:

O PAIGC chamou todos aqueles que diziam que eram movimento, para nos unirmos. Fizemos uma conferência em Dakar com o então Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde, que estava em Dakar e que englobava tanto guineenses como caboverdianos, no qual estavam fulanos que vocês conhecem, não vale a pena torná-los importantes citando os seus nomes aqui. Para essa conferência também foi esse movimento de Ziguinchor e o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde que estava em Conakry, assim como o PAIGC representado por alguns dos seus membros. Tudo isso foi fundamentalmente uma concessão da nossa parte, uma táctica, para vermos o que é que aquela gente queria de facto, qual era a sua intenção, até que ponto estavam engajados na luta a sério e se de facto queriam apenas arranjar lugares. Praticamente, nós é que fizemos a conferência toda. Levámos documentos preparados como deve ser, e eles que estavam encarregados de preparar a conferência nem sequer tinham ainda feito o programa. A conferência foi feita de facto, com a assistência do camarada Marcelino dos Santos, representando a CONCP e de outras entidades¹³¹⁶.

¹³¹⁵ Carta [dactilografada] assinada por Abel Djassi, datada de Conakry, 15 de Junho de 1961, dirigida aos dirigentes do interior [Bissau] (Apêndice documental, doc. n.º 26).

¹³¹⁶ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do Partido. 1. Nem toda a gente é do partido. 2. Democracia Revolucionária. 3. Ser fiel aos princípios”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 104.

Com esta conferência logrou-se criar a Frente Unida de Libertação (FUL), tendo sido elaborada uma Carta¹³¹⁷ e ratificada a constituição do Comité Central de Coordenação, que integrava dois representantes de cada organização política. Esta frente teria sido autorizada a fazer emissões na rádio de Dakar, em 1961¹³¹⁸, com o título “A voz da Guiné e Cabo Verde Livres”¹³¹⁹. Dois meses antes da realização da conferência, um passo importante foi dado em Conakry, na sequência da contestação à legitimidade da nova direcção do MLGCV, movida por alguns membros do novo movimento e que acabou com a mediação do Partido Democrático da Guiné (PDG) e com a realização de uma nova Assembleia-geral, na *Bourse du Travail*, no dia 13 de Maio de 1961. Esta assembleia terminou com a confirmação, por unanimidade, do novo comité director do movimento constituído por Amílcar Cabral (Abel Djassi), Richard Turpin, Adriano Araújo, Armando Ramos, Inácio da Silva e Verónica Tavares, e com a integração de todos os emigrados que ainda se mantinham à margem¹³²⁰. Contudo, a 15 de Julho, na carta enviada aos dirigentes da organização do interior (de Bissau), ao referir-se à união lograda em Conakry, de todos os emigrados da Guiné e Cabo Verde, e à constituição do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV), cujas bases seriam lançadas em Dakar, com a formação da FUL, Cabral não deixou de salientar que esta união orgânica de Conakry, que permitira “liquidar” politicamente José Francisco Gomes (“o Maneta”), nada tinha que ver com o PAI, nas suas palavras “uma organização do interior, absolutamente independente”¹³²¹. A FUL seria, no entanto, efêmera. Sabotagens, oportunismo, divergências e falta de empenhamento dos movimentos integrantes e, principalmente, dos seus dirigentes, acabaram por minar o projecto. Desapontado, Cabral diria o seguinte em relação ao falhanço da frente:

¹³¹⁷ AMS, “Charte du Front Uni de Libération de la Guinée “Portugaise” et des Iles du Cap Vert”, Dakar, 12-14 juillet 1961, pasta 4602.019; *Vide* também IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné dita Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde (MLGCV) (realizada em Dakar, de 12 a 14 de Julho de 1961), Carta da Frente Unida de Libertação da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde”, fls. 531-532; e também IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [CI2], NT 2675, “Le Peuple de la Guinée “Portuguesa” devant l’Organisation des Nations Unies. Déclaration du Secrétaire Générale du PAIGC Ingénieur Amílcar Cabral, présenté au Comité Spécial de l’ONU pour les territoires administrés par le Portugal, juin 1962, pasta 1, fl. 56v.

¹³¹⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 222, “Amílcar Cabral, SR, “Ofício 751/SR, ao ex^{mo} Senhor Chefe do Estado Maior do Comando territorial Independente de Cabo Verde, Praia, 17 de Junho de 1966, volume I, pasta 5, fl. 488.

¹³¹⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Apontamentos sobre a política da Guiné portuguesa e territórios vizinhos, Secreto, elaborado por Costa Pereira, Bissau, 17 de Janeiro de 1963, fl. 293v.

¹³²⁰ AMS, “Comunicado”, Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde, assinado por Adriano Araújo (Responsável do Departamento Organização e Propaganda) e Amílcar Cabral (Responsável do Departamento Político), Conakry, 16 de Maio de 1961, pasta 4602.016.

¹³²¹ Carta [dactilografada] assinada por Abel Djassi, datada de Conakry, 15 de Junho de 1961, dirigida aos dirigentes do interior [Bissau] (Apêndice documental, doc. n.º 26).

O ponto de vista do nosso Partido foi defendido com força pelos seus representantes, apoiados pelos movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde de Conakry e Ziguinchor. Claro que o objectivo dos de Dakar, não era fazer a unidade, era o de acabar com o PAIGC, essa é que era a sua ideia, e quando viram que não era possível, aceitaram todas as resoluções apresentadas na Conferência. Mas logo a seguir começaram a sabotar. Claro que depois ficaram desmascarados como gente que não queria unidade porque não queria lutar, que fingia falar da unidade mas que procurava apenas uma posição para poder fazer manobras para ganhar lugares e liquidar o nosso Partido¹³²².

No Senegal, apesar dos insistentes apelos de união lançados por Mamadú Dia e por Senghor, a proliferação dos movimentos de libertação neste país inviabilizou todas as tentativas de união tornando-a numa tarefa difícil e complicada. Em entrevista a *Jeune Afrique*, em 1963, Senghor chegou mesmo a considerar essas divisões dos movimentos de libertação como uma sequela do colonialismo¹³²³. Um ano mais tarde (1964), o Presidente senegalês mostrava-se bastante céptico em relação ao futuro destes movimentos:

Quand ont est divisé sous la domination, on ne peut pas être unis dans l'indépendance, car la domination constitue un lien dans la lutte anticolonialiste. Ce lien va disparaître avec l'indépendance¹³²⁴.

O interesse revelado pelo Senegal relativamente à união dos movimentos da Guiné portuguesa era bastante grande. Tanto foi assim que, em Maio de 1962, em resposta a um memorando enviado por Amílcar Cabral ao Governo senegalês com “espírito de solidariedade”¹³²⁵, no qual pedia autorização para abrir um *bureau* do seu partido em Dakar e, ao mesmo tempo, solicitava a concessão de bolsas de formação para que os quadros do PAIGC pudessem frequentar cursos superiores no Senegal¹³²⁶, as autoridades deste país, por intermédio do Ministro de Informação, da Radiodifusão e da Imprensa, Obèye Diop, fizeram depender a satisfação destes pedidos da unidade dos

¹³²² AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do Partido. 1. Nem toda a gente é do Partido. 2. Democracia Revolucionária. 3. Ser fiel aos Princípios. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 104-105.

¹³²³ “Qu'en dites vous M. Senghor?”, *Jeune Afrique*, n.º 133, Paris, 6-12 mai 1963, p. 32.

¹³²⁴ Texte Integral de la Conference de Presse de M. Le Presidente L. S. Senghor tenue a Dakar le 3 Janvier 1964, p. 7.

¹³²⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 222, “Amílcar Cabral”, SR, Cópia do Ofício Secreto 4665/15.009.01 do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar dirigido ao Senhor Governador da Província de Cabo Verde, 18 de Junho de 1962, volume I, pasta 5, fl. 54; e “Après avoir adopté divers décrets concernant notamment les Retraités le Conseil des Ministres examine “dans un esprit de solidarité” le mémorandum d’Amílcar Cabral du Partido Africano da Independência de la Guinée et des Iles du Cap Vert”, *Dakar Matin*, Dakar, 17 Mai 1962, fl. 188.

¹³²⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 222, “Amílcar Cabral”, SR, Cópia de alguns artigos da Imprensa e Radio estrangeira, s/d e s/l., volume I, pasta 5, fl. 81.

movimentos nacionalistas da Guiné e Cabo Verde¹³²⁷. Em todo o caso, o Governo senegalês acabou, não só por autorizar o estabelecimento de um *bureau*, em Dakar, mas também a divulgação dos seus textos e comunicados na rádio¹³²⁸. Amílcar Cabral e o seu PAIGC passaram a ser, desta maneira, os únicos a gozarem deste privilégio.

Mas, a Guiné-Conakry e o Senegal não foram os únicos a trabalharem no sentido de conseguir a união entre os movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde. Houve também iniciativas por parte do Mali, de Modibo Keita, que, a 16 de Abril de 1962, chegou a patrocinar, sem resultados, a união dos grupos de Labery-Có, François Mendy, Amílcar Cabral e Ibraima Djaló¹³²⁹.

Pouco depois, em Junho do mesmo ano, numa reunião do Comité das Nações Unidas realizada em Conakry, senhor Ackar, representante da República da Guiné-Conakry, na qualidade de Presidente do Comité Especial dos Territórios Administrados por Portugal, queixava-se também de ter tido conhecimento da existência de divergências e da desunião no seio dos movimentos de libertação da Guiné. Em resposta, Amílcar Cabral afirmava que não havia desunião na Guiné portuguesa, onde se encontrava a maioria dos aderentes, e que os dois membros do seu partido recentemente expulsos que apareciam agora na qualidade de peticionários, pertenciam a um grupo sem importância¹³³⁰. Cabral referia-se ao grupo de Luís da Silva, do MLG de Conakry.

No quadro da Organização da Unidade Africana (OUA), também houve pressões no sentido de lograr a unidade dos movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde, sobretudo depois da criação do Comité dos Nove (transformado mais tarde em Comité de Libertação), em Maio de 1963. Foi por esta altura que os países africanos independentes se disponibilizaram a apoiar moral, material e financeiramente os movimentos de libertação, tendo criado um fundo especial para o efeito. Enquanto alguns Estados como, por exemplo, o Senegal, disponibilizaram imediatamente 25 milhões de francos, outros fizeram depender a ajuda da união dos movimentos de libertação. Portanto, o desafio no seio da OUA era a de coordenar, em cada território ainda colonizado, as forças anticolonialistas.

¹³²⁷ *Idem, ibidem*, fl. 81.

¹³²⁸ *Idem, ibidem*, Ofício 751/SR, ao ex^{mo} Senhor Chefe do Estado-maior do Comando territorial Independente de Cabo Verde, Praia, 17 de Junho de 1966, volume I, pasta 5, “fl. 489.

¹³²⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Apontamentos sobre a política da Guiné portuguesa e territórios vizinhos, Secreto, elaborado por Costa Pereira, Bissau, 17 de Janeiro de 1963, fl. 294v.

¹³³⁰ AMS, Nations Unies – Assemblée Générale – Distr. Générale A/AC. 108/SR.45 21 août 1962 (Français) Original : Anglais- Comité Spécial pour les Territoires Administres par le Portugal, crée par la résolution 1699 (XVI) de l’Assemblée Générale Compte rendu analytique de la Quarante-cinquième séance Tenue dans le bâtiment de l’Assemblée nationale, à Conakry, le mercredi 6 juin 1962, pasta, 4324.006, im. 87.

Servindo-se da estratégia da unidade como meio, o Comité dos Nove da OUA procurava evitar a proliferação dos movimentos, prejudicial a um aproveitamento racional das ajudas. Esta questão do aproveitamento da escassa e irregular ajuda (sobretudo da financeira) destinada aos movimentos de libertação foi, sem dúvida, um dos grandes problemas com que a OUA e o seu Comité de Libertação tiveram que lidar ao longo dos anos. A falta de consensos sobre esta matéria, a desunião dos movimentos de libertação, a irregularidade das contribuições e o incumprimentos dos compromissos assumidos por parte de alguns Estados africanos, fez com que o comité, por arrastamento, também tivesse dificuldades em garantir os indispensáveis apoios aos esforços pela libertação do continente.

Na tentativa de resolver estes problemas, numa reunião realizada no Cairo (17 a 24 de Julho de 1964), a OUA adoptou medidas no sentido de melhorar a situação financeira do comité, obrigando os Estados-Membros a pagarem um montante fixo, em libras esterlinas, destinado ao fundo especial de libertação. Ainda assim, esta medida raras vezes foi acatada pelos Estados signatários, o que obrigou o comité, na reunião efectuada em Accra, no ano seguinte (1965), a solicitar aos Estados-Membros o pagamento das respectivas contribuições, antes do mês de Janeiro de 1966. Estes sistemáticos atrasos reflectiam ainda a existência de problemas no seio da OUA, no interior da qual se começou a esboçar uma corrente de opinião favorável a que a ajuda aos movimentos de libertação fosse atribuída em função da eficácia. Na sequência das resoluções adoptadas em Addis-Abeba, a 25 de Maio de 1963, para encorajar a união dos movimentos de libertação, foi criada uma missão de “Bons Ofícios”, constituída por representantes da Argélia, da República da Guiné, Nigéria, Senegal e Congo-Leopoldville, cujo objectivo seria o de avaliar todos os movimentos de libertação, a fim de decidir qual deles mereciam ser apoiados. A escolha estaria condicionada à criação de “uma Frente de Acção Comum” em cada território e, no caso de não se poder criar, “escolher e reconhecer o movimento mais apto a receber a sua assistência”¹³³¹. A missão devia incitar também os próprios movimentos a criarem uma ampla união interna. Na sequência deste mandato outorgado à missão dos “Bons Ofícios”, a FLING endereçou, no princípio do mês de Junho, um convite ao PAIGC que este recusou, por desentendimentos certamente relacionados com uma anterior iniciativa de Senghor para juntar os dois movimentos¹³³².

¹³³¹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [CI2], NT 2675, Informação n.º 271/SC/CI (2). Assunto: Actividades da “FLING”, datada de 25/7/63, pasta 3, fl. 323.

¹³³² Texte Intégral de la Conférence de Presse de M. Le Président L. S. Senghor tenue a Dakar le 3 janvier 1964, p. 7.

A primeira iniciativa da missão de “Bons Ofícios” foi levada a cabo, a 10 de Julho de 1963, junto dos movimentos de libertação angolanos (MPLA, de Agostinho Neto ou o GRAE/FNLA, de Holden Roberto). Na sequência de várias reuniões, a missão de “Bons Ofícios” acabou por reconhecer o GRAE/FNLA, três dias mais tarde (13 de Julho), e recomendar ao Conselho de Ministros, que se iria reunir em Dakar, em Agosto, o reconhecimento da FNLA como o único movimento legítimo que combatia verdadeiramente pela autodeterminação e independência de Angola. Agora era a vez da missão dos “Bons Ofícios” decidir sobre os movimentos da Guiné «portuguesa» (PAIGC e FLING).

Em Conakry, ao tomar conhecimento de que a missão de “Bons Ofícios” e uma delegação do Comité de Libertação da OUA iniciariam contactos e uma investigação, a fim de recomendar ao Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros daquela organização o reconhecimento de um movimento da Guiné portuguesa, Amílcar deu ordens aos seus guerrilheiros para abrirem uma nova frente de guerra no norte do território, em meados de Julho. Recorde-se que as acções de guerrilha tinham estado até então circunscritas ao sul da Guiné. Cabral contava, deste modo, dominar militarmente o espaço e impedir a sua eventual partilha com qualquer outro movimento, designadamente com o seu rival mais aguerrido, a FLING. É curioso verificar que a FLING, através do seu Comité Revolucionário, dirigida pelo seu Secretário-geral, Emmanuel Lopes da Silva, atribuiu ao seu Exército de Libertação Nacional da Guiné (ELNG), alegadamente criado na noite de 25 para 26 de Agosto de 1962, a autoria de várias acções no interior do território (norte, centro e sul) entre Janeiro e Maio de 1963¹³³³. Estes comunicados da FLING, feitos alegadamente a partir de Conakry, surgiram depois das autoridades portuguesas terem feito um desmentido em relação às acções militares que o PAIGC reivindicava. Repare-se que a FLING nunca teve sede em Conakry e a sua acção (política), que nunca abrangeu a componente militar, esteve sempre reduzida ao Senegal e, quando muito, ao norte da Guiné. Era a «guerra» dos dois movimentos pela liderança da luta armada e pelos apoios da África independente. Na realidade, a balança pendia claramente a favor do movimento de Cabral, que, desde a primeira hora, adoptara, quanto a nós, a melhor estratégia: fazer a luta no interior.

Apesar dos comunicados difundidos, a FLING nunca chegou a lançar qualquer ataque no interior da Guiné portuguesa, como de resto acabou por reconhecer a missão

¹³³³ Vide AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, “Communiqué”.

dos “Bons Ofícios”, num relatório elaborado a 31 de Julho de 1963¹³³⁴. O único movimento que lutava e dominava militarmente no interior era o PAIGC.

Efectivamente, nos dias 29 e 30 de Julho, sob a presidência do representante da Guiné-Conakry, Abdoulaye Djallo, a missão iniciou a audição de Amílcar Cabral, pelo PAIGC, e de Emmanuel Lopes da Silva, pela FLING. No decurso dos trabalhos, Cabral teria empunhado a bandeira do sucesso no terreno militar, enquanto o Secretário-geral da FLING relevava o facto do seu movimento ter conseguido juntar no seu seio quase todos os movimentos numa única frente.

Agora, com a abertura da frente norte, Cabral estava confiante de que, a perfilharem-se os mesmos critérios que haviam bastado para que o Comité reconhecesse o GRAE/FNLA, o seu partido não teria nenhuma dificuldade em conseguir o devido e merecido reconhecimento. E, de facto, tudo estava a postos para que isso acontecesse, não fossem as movimentações da FLING e a divisão que este assunto veio provocar em Dakar, entre os partidários deste movimento, à frente dos quais se encontrava o Senegal, e os aliados do PAIGC, com a Guiné-Conakry à cabeça. As tradicionais disputas geo-estratégicas entre o Senegal e a Guiné-Conakry foram agora transpostas para o apoio aos movimentos hospedados nos respectivos territórios.

A 2 de Agosto, chegava a vez do Conselho de Ministros da OUA se debruçar sobre o assunto dos movimentos de libertação da Guiné portuguesa e preparar um relatório, que, em princípio, deveria ser submetido a uma próxima reunião a ter lugar, em Lagos (Nigéria), em Fevereiro do ano seguinte (1964).

Na reunião de Dakar, que contou com a participação de representantes do Ghana, da Nigéria, da Argélia, da República Árabe Unida (RAU)¹³³⁵ e de Marrocos, para além de ter ficado marcado, entre outras coisas, por duras críticas proferidas por Sekou Touré contra os países que integravam a UAM¹³³⁶ e pela tentativa da Guiné-Conakry em impor a candidatura do seu representante nas Nações Unidas, Diallo Telli, no cargo de Secretário-geral da OUA, também se destacou pela insistência do Presidente da Guiné-Conakry em forçar o reconhecimento de Amílcar Cabral e do seu PAIGC. A FLING e outras organizações nacionalistas, apoiadas na retaguarda pelo Senegal, teriam reagido a esta ofensiva guineense (Guiné-Conakry), distribuindo às delegações vários

¹³³⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [CI2], NT 2675, pasta 2, fl. 282.

¹³³⁵ A República Árabe Unida (RAU) foi fundada a 1 de Fevereiro de 1958 e resultou da união entre o Egipto e a Síria. Acabaria dissolvida após um golpe de Estado na Síria, em 1961. Contudo, o Egipto continuou a chamar-se RAU até à morte de Gamal Abdal Nasser, em 1970.

¹³³⁶ Eram eles: Senegal, Madagáscar, Tchade, Costa de Marfim, Daomé, Congo-Leopoldeville e Mauriânia. Sekou Touré não aceitava a divisão que este grupo veio provocar ao projecto de unidade africana. Por isso advogava o seu fim e a integração dos países que a formavam na OUA.

memorandos e pedidos de audiência e promovendo mesmo uma manifestação em Dakar, no sentido de travar um eventual reconhecimento do PAIGC.

A UPLG chegou a enviar, com este objectivo, a 7 de Agosto, uma nota à Conferência dos Ministros da OUA, na qual solicitava o não-reconhecimento do PAIGC e alertava para os perigos desta tomada de posição¹³³⁷. É que, para este movimento, a função do Conselho de Ministros era a de reconciliar os nacionalistas guineenses e não dividi-los, o que a acontecer poderia conduzir a uma guerra fratricida no interior do país¹³³⁸. Por outro lado, revelando discordar do projecto de unidade entre a Guiné e Cabo Verde defendido por Amílcar Cabral na referida nota, a UPLG afirmava que o Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde (MLICV), que existia desde 1958, e que tinha ao seu lado a maioria da população cabo-verdiana, devia encarregar-se dos assuntos relacionados com a independência de Cabo Verde e de defender os interesses das ilhas. A UPLG sugeria ainda a Amílcar Cabral, que, conforme se dizia na nota, se considerava “guineense”, “a deixar ao MLICV” ocupar-se “da luta ao nível do Arquipélago de Cabo Verde”¹³³⁹.

O debate que se gerou em torno do PAIGC e da FLING, quer na reunião da missão dos “Bons Ofícios”, quer na do Conselho de Ministros da OUA, praticamente colocou à margem outros movimentos considerados pequenos como a UPLG e a UNGP de Benjamim Pinto Bull. Pelo facto de terem tentado um diálogo frustrado com Lisboa, ainda naquele mês de Julho, estes dois movimentos deixaram de ter condições morais para avançar para a luta armada, ou de reclamar o reconhecimento do Comité de Libertação da OUA. Aliás, acabaram mesmo por se dissolver na FLING, tal como a RDAG, o UPG, o MLG de Bissau, o MLG de Dakar e o MLG de Conakry. Voltando à questão do reconhecimento, a situação complicou-se quando o Senegal se posicionou a favor da FLING, algo que até aqui nunca se tinha passado, pelo menos de uma forma tão explícita. Devido ao impasse, o Senegal tudo fez para unificar o comando das operações dos dois movimentos de libertação (PAIGC e FLING). Mas, Cabral e a República da Guiné-Conakry mantiveram-se algo irredutíveis, ameaçando, de acordo com informações

¹³³⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 259/60, “Luís Cabral”, SR, NT 2981, “Membros da subcomissão para a Guiné/Bissau”, fl. 689.

¹³³⁸ AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, “Membres de la sous commission pour la Guinee Bissau”, UPLG, Dakar, le 7 août 1963; *Vide* também, sobre este assunto, IAN/TT – PIDE/DGS, processo 259/60, “Luís Cabral”, SR, NT 2981, “Membros da subcomissão para a Guiné/Bissau”, fl. 689; e ainda IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [C12], NT 2675, pasta 2, fl. 291.

¹³³⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 259/60, “Luís Cabral”, SR, NT 2981, “Membros da subcomissão para a Guiné/Bissau”, fl. 689.

de uma entidade estrangeira¹³⁴⁰, avançar para a constituição de um Governo Provisório do PAIGC, na República da Guiné, à semelhança do que Holden Roberto e a sua UPA/FNLA haviam feito em 1961. A resposta do Senegal não se fez esperar: neste caso, também apoiariam a formação de um Governo da FLING no Senegal.

É evidente que, com as posições assumidas pelos dois movimentos rivais, Cabral sabia que se avançasse para a formação de um Governo Provisório, o qual supostamente já havia preparado meses antes para a eventualidade de uma independência¹³⁴¹, estaria a convidar a FLING a actuar da mesma forma, o que criaria uma situação dificilmente resolúvel. Por isso, optou por criar condições internas de domínio absoluto do ponto de vista militar, para depois lançar-se à procura do reconhecimento africano e internacional.

Antes disso, foi o próprio Conselho de Ministros da OUA que, constatando estas profundas divergências e rivalidades, optou por não reconhecer nenhum dos movimentos da Guiné. Ao invés, recomendou, por unanimidade, a formação de uma frente comum para a libertação da Guiné e Cabo Verde. A maioria dos representantes que compunham a missão dos “Bons Ofícios” (Guiné, Nigéria e Argélia), tradicionais aliados do PAIGC, propuseram que essa frente se formasse no seio daquele partido, em virtude dos meios de que já dispunha e da acção que conduzia “dentro do território da Guiné chamada portuguesa, de que já libertaram uma parte”¹³⁴². Mas, estes alvitres do Conselho de Ministros da OUA encontraram também uma forte oposição do Senegal.

A partir desta data, com o falhanço da iniciativa da OUA, a estratégia de Amílcar Cabral seria a de fazer a sua própria luta e a de seguir o seu próprio caminho, o que não passou despercebido à UPLG que, na nota anteriormente citada criticava a “atitude negativa e reaccionária” de Amílcar Cabral, que consideravam o principal opositor à ideia da criação de uma frente de unidade nacional¹³⁴³.

¹³⁴⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [CI2], NT 2675, Informação n.º 807-SC/CI (2). Assunto: Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da “OUA – Organização de Unidade Africana”, realizada em Dakar, de 2 a 11 de Agosto de 1963, pasta 2. Trata-se de um relatório elaborado a 20/8/63 com base num outro da autoria de uma “Entidade estrangeira, com responsabilidade políticas” para o governo do seu país.

¹³⁴¹ As informações sobre este alegado Governo de uma Guiné independente, em que Amílcar Cabral seria Presidente da República e o comerciante Mário Lima, Primeiro-Ministro, aparecem num ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, datado de Lisboa, 21 de Janeiro de 1963, e se reportam a um informador, cujo nome foi propositadamente suprimido por uma questão de guardar privacidade (*Vide* IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [CI2], NT 2675, pasta 2, fl. 406).

¹³⁴² IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [CI2], NT 2675, pasta 2, fl. 253v.

¹³⁴³ AHDMNE, processo 940,1 (5) D – 940,1 (6) D, 461 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, “Membres de la sous commission pour la Guinée Bissao”, UPLG, Dakar, le 7 août 1963.

O desgaste provocado pela falta de unidade e as divergências frequentes entre os movimentos de libertação haviam feito com que o líder do PAIGC se tornasse céptico em relação à união das organizações da Guiné portuguesa. A desilusão relativamente à FUL e os problemas infundáveis com a FLING e outros movimentos sedeados em Dakar eram tão grandes que Amílcar Cabral passou a manifestar-se avesso à criação de frentes, optando, antes de mais, por aguardar que o sucesso na luta armada, por si só, viesse a fazer a “selecção natural” dos “movimentos autênticos”. Até porque, na sua perspectiva, “frente” significava a reunião de várias organizações políticas, o que, na realidade, no caso concreto da Guiné não existiam¹³⁴⁴. O próprio declarou, em 1969, a este propósito:

Quando o Partido chegou à conclusão de que afinal essa gente só dizia mentiras, só queria desonestidade e só andava à busca de lugares, só procurava criar confusões, servindo assim os colonialistas portugueses, o partido resolveu o seguinte: nós não queremos mais a unidade com ninguém, quem quiser unidade com o PAIGC, que venha dentro da terra fazer unidade. Foi essa a nossa posição e nós resistimos a todas as pressões que foram feitas sobre nós, porque tínhamos a certeza de estarmos no caminho certo e segu-
ro¹³⁴⁵.

Cabral tinha razão. Em 1970, era ainda bastante cauto em relação à tática de “frentes comuns” defendida pela resolução da OUA, de 25 de Maio de 1963, ao considerá-la um mito, pois, apenas permitira aos “oportunistas” levar a cabo acções paralisantes e até mesmo destrutivas¹³⁴⁶. Lembrava-se, certamente, das várias tentativas fracassadas de união e das nefastas actividades dos seus opositores como, por exemplo, as do grupo liderado por Luís da Silva, em Conakry, e do Labery em Dakar. Num documento enviado ao Comité dos Sete, reunido em Dar-Es-Salaam, a 20 a 25 de Abril, instituído para examinar a situação do Comité de Libertação, que quase ia sendo dissolvido, declarava então :

Recherchant l’unité au lieu de l’efficacité, en répondant aux vœux exprimés par l’OUA, on oubliait que la division caractérise partout dans le monde le mouvement national libérateur et que l’unité – celle possible et suffisante – elle est réalisée a travers la lutte. On oubliait en même temps l’histoire récente de la lutte pour l’indépendance politique dans les pays africains, laquelle a été marquée par des divisions tellement profondes que, aujourd’hui encore, les Etats indépendants en souffrent les conséquences. On ou-

¹³⁴⁴ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do Partido. 1. Nem toda a gente é do partido. 2. Democracia Revolucionária. 3. Ser fiel aos princípios”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 103.

¹³⁴⁵ *Idem, ibidem*, im. 105.

¹³⁴⁶ AMS, “A la réunion du comites des 7 sur le comite de libération africaine”, Par le *Bureau* Politique du PAIGC, Dar-Es-Salaam, 20-25 avril 1970, PAIGC, pasta 4343.002, im, 164.

bliait, enfin, les caractéristiques structurelles de la société coloniale, lesquelles, renforcées par le travail de sape des colonialistes et des opportunistes, postulent nécessairement la division qui n'est surmontée que dans la lutte, par l'action efficace des organisations authentiques de libération¹³⁴⁷.

O reconhecimento do PAIGC por parte da OUA só chegaria em Outubro de 1965, na sequência da visita efectuada, no mês de Agosto último, por uma missão militar daquela organização continental às zonas controladas pelo PAIGC. É bom lembrar que, pouco antes deste reconhecimento nas resoluções da II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, realizada em Dar-Es-Salaam, de 3 a 8 de Outubro, exigia-se ao Comité de Libertação da OUA que resolvesse definitivamente a questão do reconhecimento solene do PAIGC, ao qual deviam ser facultados “os meios necessários para o reforço da sua acção”¹³⁴⁸. A mesma sorte não teria ainda o MPLA que, como já se viu, havia sido preterido, a 13 de Julho de 1963, a favor da FNLA. Aquele movimento só iniciaria, em 1965, tímidas acções de guerrilha no leste de Angola, depois da sua reorganização. Em todo o caso, a CONCP tudo faria para que a OUA retirasse o apoio dado ao GRAE em benefício do MPLA. Na resolução daquela conferência exigiu-se que a organização continental revisse a sua posição relativamente ao precipitado reconhecimento do Governo Provisório de Holden Roberto¹³⁴⁹. No quadro da CONCP, Amílcar Cabral teria sido mesmo indigitado à conferência, que ia ter lugar em Accra em 1965, com o objectivo de demover a OUA da posição anteriormente assumida.

Contudo, só em 1966 é que, graças aos contactos mais permanentes com outros movimentos de libertação, o Comité de Libertação fez a selecção dos por ele considerados “autênticos movimentos de libertação”, com base no critério da eficácia defendido em Accra no ano anterior. Na sequência disso, na conferência realizada em Argel, em Julho de 1968, o MPLA passou a ser reconhecido. Ainda assim, certas contradições ainda persistiam. Por exemplo, alguns Estados continuavam a reconhecer os movimentos que o Comité e a OUA não tinham reconhecido e outros recusavam apoio aos reconhecidos¹³⁵⁰ ou simplesmente negavam-se a pagar as respectivas contribuições. Havia mesmo Estados que reclamavam a reestruturação do Comité e mudanças no seu funcionamento ou que este fosse simplesmente dissolvido.

¹³⁴⁷ *Idem, ibidem*, im, 164.

¹³⁴⁸ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, “CONCP” – II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, Dar-Es-Salaam, 3 a 8 de Outubro de 1965, Resoluções. Secretariado Permanente da CONCP, maço 458, pasta 1.

¹³⁴⁹ *Idem, ibidem*.

¹³⁵⁰ AMS, “A la réunion du comites des 7 sur le comite de libération africaine”, Par le *Bureau Politique* du PAIGC, Dar-Es-Salaam 20 a 25 avril 1970, PAIGC, pasta 4343.002, im, 166.

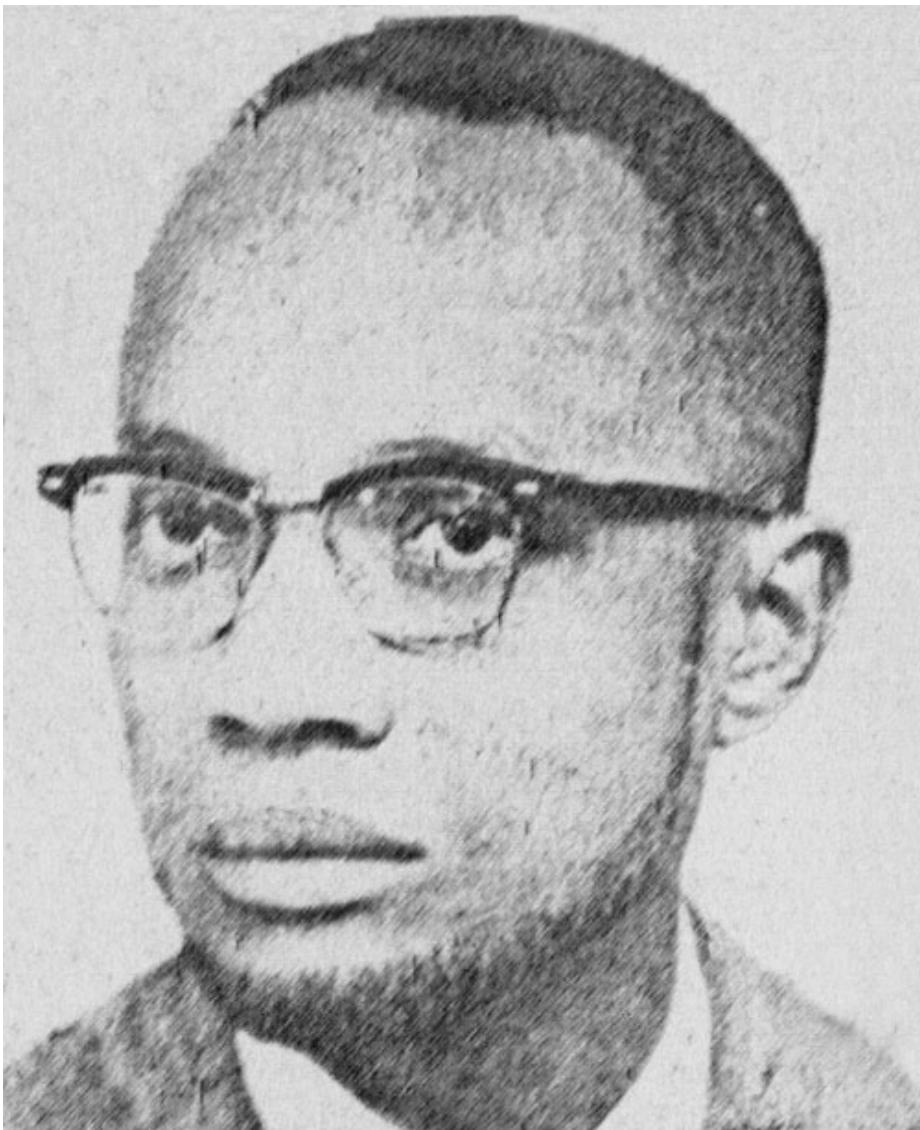
Julião Soares Sousa

Amílcar Cabral

e a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde

1924-1973

**



Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras
2007

Julião Soares Sousa

Amílcar Cabral
e a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde

1924-1973

**

Dissertação de Doutoramento em Letras, área de História, especialidade de História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Prof. Doutor Luís Reis Torgal.

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras
2007

Parte II

Do “Estado em Construção” ao Assassinato em Conakry

Cap. 1 – O Imperialismo, a Cultura e a Libertação Nacional no Discurso de Amílcar Cabral

1. A identificação dos inimigos

1.1. A dominação imperialista: caracterização geral

Para Amílcar Cabral, o uso da violência contra o imperialismo, na fase do colonialismo “clássico”, era considerado imprescindível com o intuito de travar a violência colonial. No entanto, a sua adopção não devia ser um exercício cego: exigia um conhecimento profundo acerca da natureza do inimigo e das formas em que tentava perpetuar a sua dominação política, económica e cultural sobre os povos dominados. A compreensão da sua génese e a identificação dos mecanismos da sua actuação, enquanto “expressão mundial da procura gananciosa – era assim como Cabral definia o imperialismo – e da obtenção da cada vez maiores mais-valias pelo capital monopolista e financeiro acumulado”¹³⁵¹, afigurava-se extremamente importante para o movimento de libertação nacional e a sua liderança. É que só esta podia delinear uma estratégia para o seu combate vitorioso, não apenas circunscrita ao período revolucionário, mas também pós-revolucionário. Sem isso, assegurava Cabral perante o auditório da Conferência Tricontinental de Havana em 1966, o movimento de libertação nacional estaria lutando contra o imperialismo, mas não pela libertação nacional.

Na referida conferência, e mais tarde (1971) num discurso proferido aquando de uma visita efectuada à Finlândia, Cabral fez uma profunda análise acerca do modo como se processava a dominação dos povos pelo capital financeiro para concluir que esse domínio podia assumir duas formas: como dominação directa (isto é, colonialismo “clássico”) e como dominação indirecta (neocolonialismo). Em África, o exemplo mais flagrante do primeiro caso era representado pelas colónias portuguesas, enquanto que, para o segundo (neocolonialismo) Cabral mencionava os Estados africanos nominalmente independentes.

¹³⁵¹ “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e luta*, 2.ª edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 206.

No discurso proferido em Havana, vários outros temas relacionados com a dominação imperialista estiveram no centro das reflexões de Amílcar Cabral, como por exemplo: a génese e a caracterização do imperialismo; o seu papel destrutivo; os aspectos políticos e jurídicos da relação entre colonizadores e colonizados; os vínculos de dependência gerados entre os povos dominados e o resto do mundo; a trajetória de marginalização, por um lado, e a globalização, por outro, que o imperialismo introduzira nas relações entre países; e, por último, a sua permanente agressão.

Na opinião de Cabral, o desenvolvimento da economia imperialista desenrolara-se em três fases: a da economia mercantil, a do Capitalismo de concorrência e a do Capitalismo monopolista. Foi, nesta última fase – iniciada depois da Conferência de Berlim – que se assistiu à expansão das potências europeias, do Japão e dos Estados Unidos, para o domínio político e territorial de grandes áreas do globo, dentre as quais se encontrava o continente africano. Vários factores contribuíram para que a África fosse objecto de cobiça e de divisão. Lenine e o teórico liberal inglês, John Atkinson Hobson, defendiam que se devia à emergência de um novo imperialismo¹³⁵². Os historiadores ingleses, Ronald Robinson e John Gallagher, assinalaram os confrontos diplomáticos entre as potências europeias como o principal factor, enquanto John Hargreaves, John Hopkins e os historiadores africanos, A. I. Aziwaju e Godfrey Uzoigwe acreditam que a divisão fora o resultado dos problemas internos da África, aos quais se devia associar o contributo de factores externos (europeus)¹³⁵³.

Pela nossa parte, a divisão a que a África esteve sujeita e o desenvolvimento do imperialismo, para além de ter sido uma consequência directa da Revolução Industrial, isto é, da procura de matérias-primas, mão-de-obra e de mercado, ela fora também o retomar da expansão dos países europeus, iniciada no século XV e interrompida, a partir do terceiro quartel do século XVIII, quando se dera o declínio do mercantilismo e alguns potentados europeus começaram a perder as possessões ultramarinas que possuíam.

Depois da Conferência de Berlim, este novo imperialismo passou a caracterizar-se pela sua extrema agressividade, pois um dos objectivos preconizados era a conquista do *hinterland* em detrimento das regiões costeiras que até então caracterizara a política inicial.

Os resultados mais evidentes da ocupação efectiva do continente foram os confrontos directos com as populações locais e as profundas alterações provocadas na estru-

¹³⁵² Vide, por exemplo, A. Adu Boahen, *African perspectives on colonialism*, London, The John Hopkins University Press, 1978, pp. 28 e ss.

¹³⁵³ *Idem, ibidem.*

tura social e na história destas regiões. Estes e outros aspectos foram analisados por Amílcar Cabral, na Conferência Tricontinental de Havana, em 1966, e durante uma visita à Finlândia, em 1971. Num discurso proferido em Helsínquia, o líder do PAIGC declarava que a agressão imperialista não assumia apenas a forma armada, isto é, de conquista. Também tendia a ser política, económica (saque das riquezas humanas e materiais), social e cultural¹³⁵⁴.

Cinco anos antes, em Havana, numa tentativa de caracterização do imperialismo, Cabral assegurou que, na fase do colonialismo “clássico” (dominação directa), o poder e os seus mecanismos, bem como a vida política quotidiana eram regidos por um Estado estrangeiro. Assim sendo, a estrutura social do povo dominado podia ser lesada de três modos: a) através da destruição completa, acompanhada em geral por uma imediata ou gradual liquidação da população autóctone e a sua conseqüente substituição por uma “população exótica”; b) por intermédio da destruição parcial também seguida da fixação da “população exótica”; c) através da aparente conservação das populações, que eram normalmente relegadas a áreas pouco férteis e com reduzidas condições de sobrevivência. Também neste caso, a população desterrada era substituída pela “população exótica”¹³⁵⁵ ou, como assegura o sociólogo alemão, Renate Zahar, por empresas capitalistas¹³⁵⁶.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo tornou-se, na opinião de Cabral, mais racionalizado devido aos conflitos que o minavam por dentro. Grande parte das potências imperialistas começaram a perder o controlo sobre os territórios colonizados. O nacionalismo, que começava então a ganhar fôlego, veio acelerar as reivindicações dos povos dominados, abrindo caminho às primeiras independências políticas. Assim, em meados dos anos 40, assistiu-se ao fim da hegemonia britânica na Ásia (Ceilão, Índia, Egipto, Birmânia, Iraque, Paquistão, Jordânia e Israel) e, em meados de 50, na África (Ghana e Sudão). Por outro lado, a França perdia, ainda nos anos 40, a Indochina (Vietnam, Laos e Cambodja) e a chamada Índia francesa, seguidos de Marrocos e da Tunísia.

Estas primeiras vagas independentistas conduziram a uma mudança de estratégia por parte do imperialismo, que se transformou em neocolonialismo e concentrou os investimentos preferenciais na Europa, o que representava, na opinião de Cabral, uma derrota para o “movimento operário europeu”, ao alargar o campo de acção da pequena

¹³⁵⁴ M. Amílcar Cabral, Secrétaire Générale du PAIGC (Parti Africain d'Indépendance de Guinée et Cap Vert) a visite la Finlande le 19-22 octobre 1971, p. 12.

¹³⁵⁵ “Fundamentos...”, p. 206.

¹³⁵⁶ Renate Zahar, *Colonialismo e alienação. Contribuição para a teoria política de Frantz Fanon*, Lisboa, Ulmeiro/Terceiro Mundo e Revolução, n.º 2, 1976, p. 41.

burguesia e ao consolidar a “aristocracia operária”. Nesta fase (dominação indirecta), a acção do imperialismo orientara-se, sobretudo, para o aprazamento da marcha da “Revolução” e, por conseguinte, para a manutenção da “exploração do homem pelo homem”, um dos maiores obstáculos, na opinião de Cabral, “ao desenvolvimento e progresso do povo, para além da libertação nacional”¹³⁵⁷. Como? Servindo-se de uma pseudo-burguesia nativa, normalmente “enfeudada à classe dirigente do país dominador”, à qual geralmente atribuía o poder, criando a ilusão de que o processo histórico voltava a ser normal. Por outro lado, na opinião de Cabral, o neocolonialismo não consentia, por exemplo, que essa pseudo-burguesia assumisse a sua função nacionalista e orientasse livremente o desenvolvimento das “forças produtivas” de modo a estimular o aumento de contradições e a necessária transformação do “modo de produção”. Na sua análise, Cabral reconhecia que o imperialismo não fora capaz de fazer emergir, nos territórios que dominava, uma burguesia local ou de favorecer a acumulação de capital. Bem pelo contrário. O que acontecera fora justamente um fenómeno inverso, isto é, através da dominação directa (colonialismo “clássico”) e/ou da dominação indirecta (neocolonialismo), tivera um efeito catastrófico sobre a estrutura social. Portanto, uma das características que unia as duas formas de domínio imperialista era, para Cabral, o facto de ambas negarem “o processo histórico do povo dominado por intermédio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais”¹³⁵⁸. Assim, com base na análise feita pelo líder do PAIGC, nas antigas colónias, o imperialismo teria consolidado a sua posição neocolonialista, através de novos e imperceptíveis meios, conforme deixou vincado numa intervenção feita no seminário organizado pelo Centro Frantz Fanon de Milão, em 1964:

Com a finalidade de se perpetuar, utilizará o instrumento neocolonialista para fazer e desfazer Estados, em seguida, matará os fantoches quando estes se tiverem tornado inúteis e criará, se for necessário, um socialismo que alguns se apressarão a chamar neosocialismo¹³⁵⁹.

Dentre os métodos que o neocolonialismo se servira para pôr sobre o seu domínio os Estados “nominalmente” independentes, V. Vakhruchev assinala os seguintes: 1) acordo formal de independência política; 2) novas formas de exploração do capital financeiro e industrial; 3) venda de armamento; 4) utilização dos organismos interna-

¹³⁵⁷ “A Guiné e Cabo Verde face ao colonialismo português”, in. *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e luta*, 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 69.

¹³⁵⁸ “Fundamentos ...”, p. 207.

¹³⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 106.

cionais para servir a política neocolonial, programas de “auxílio”¹³⁶⁰; e 5) ingerência nos assuntos internos¹³⁶¹.

Reportando-se essencialmente aos programas de “auxílio”, Cabral não tinha dúvidas em extrair a seguinte conclusão acerca da actuação do imperialismo, na fase de dominação indirecta (neocolonialismo), junto dos povos vulgarmente apelidados de subdesenvolvidos:

A finalidade do auxílio que nos fornece é criar uma falsa burguesia destinada a travar a revolução e ampliar as possibilidades dessa burguesia para que ela se comporte como neutralizante¹³⁶².

No que ainda dizia respeito a essa actuação, comum às duas fases – negação do processo histórico – Cabral era de opinião de que este fenómeno não atingia o campo ou a estrutura social campesina. Esta foi, pelo menos, a ilação a que chegou, depois de estudar a realidade da estrutura social da Guiné e de Cabo Verde. Tendo em conta a rigidez do imperialismo, restavam muito poucas possibilidades de contacto com a população campesina, o que, até certo ponto, permitiu a esta conservar o essencial da sua estrutura social no período colonial. Nos casos da Guiné e de Cabo Verde, que Cabral, sem dúvida, conhecia melhor, o fenómeno da colonização, por exemplo, foi fundamentalmente urbano, atingindo sobretudo a pequena burguesia, o que conduziu, inevitavelmente, a frequentes choques e confrontações entre os colonos e aqueles, e, por conseguinte, à génese urbana do fenómeno nacionalista ou anticolonialista.

De acordo com Cabral, do ponto de vista político e económico, na fase neocolonial, a dependência do Estado nacional e da sua classe dirigente em relação aos interesses externos vai ter, obviamente, implicações, ao nível da limitação ou inibição, do “pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais”¹³⁶³. O líder do PAIGC considerava essas “forças produtivas” como o “motor da história” e além do mais, reclamava para elas liberdade total como uma das condições primordiais para o “pleno funcionamento” desse mesmo motor¹³⁶⁴.

Mas, neste caso concreto, o imperialismo não chegara a cumprir, de acordo com o Secretário-geral do PAIGC, o seu dever histórico nos países ainda colonizados (em termos de progresso económico, político, cultural e social), pois não fora capaz de ace-

¹³⁶⁰ V. Vakhruchev, *O Neocolonialismo e os seus métodos*, Lisboa, Prelo, 1975, pp. 63 e ss.

¹³⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 62.

¹³⁶² “Breve análise da estrutura social da Guiné «portuguesa»”, *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e luta*, 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 106.

¹³⁶³ *Idem, ibidem*, p. 106.

¹³⁶⁴ “Fundamentos...”, p. 207.

lerar o processo de desenvolvimento das “forças produtivas”, nem de transformar o “modo de produção” e/ou de aprofundar a diferenciação de “classe” que podia ser possível, por exemplo, com o desenvolvimento da burguesia. E mais: fora incapaz de criar condições para a ocorrência da “luta de classes” ou para a melhoria das condições de vida das populações dominadas¹³⁶⁵. A sua transformação em imperialismo na Europa e em dominação imperialista em África fora, na perspectiva de Cabral, “causa de desgraça e sofrimentos, de muita exploração”¹³⁶⁶ de milhões de seres humanos.

O facto de as duas lutas (contra o imperialismo e contra a dominação imperialista) acontecerem em distintos continentes (Europa e África, respectivamente) não podia ser, na opinião do líder guineense e cabo-verdiano, um pretexto para se olvidar a íntima relação que deveria existir entre elas. Para Cabral, as duas lutas tinham condições para gerar e aprofundar novas formas de solidariedade, pois acreditava que a destruição de um acarretaria, necessariamente, a derrota do outro. Isto aumentava a responsabilidade dos intelectuais de esquerda europeia e dos movimentos operários internacionais, no tocante “ao estudo e análise da situação concreta” dos países colonizados. Este estudo e análise deveria servir de instrumento de apreciação por parte dos movimentos de libertação, na sua “cruzada” de denúncia dos “traidores” à causa africana e dos Estados africanos neocolonialistas, no envio de apoio material aos movimentos de libertação e, por último, na campanha contra a venda de armas a Portugal.

Numa palestra proferida no Centro Frantz Fanon de Milão, em 1964, Cabral seria um dos primeiros líderes revolucionários a abordar a questão da importância dos comités de apoio de organizações anticolonialistas, fazendo apologia à solidariedade entre os movimentos operários internacionais e as lutas de libertação nacionais.

Das duas uma: ou admitimos que todos estão interessados na luta contra o imperialismo, ou nos recusamos a admiti-lo. Se é verdade, como tudo leva a crer, que existe um imperialismo cujo objectivo é simultaneamente dominar a classe operária mundial e sufocar os movimentos de libertação nacional dos países subdesenvolvidos, devemos ver nele um inimigo comum contra o qual temos de lutar em conjunto. É vão discutir longamente sobre a solidariedade, pois que na realidade se trata de luta. Lutamos de armas na mão na Guiné; lutem, vocês também, não digo de armas na mão, não digo de que maneira, porque o problema é vosso; mas é preciso encontrar o meio e a forma de uma luta contra o inimigo comum; será a melhor forma de solidariedade que podereis dar-nos¹³⁶⁷.

¹³⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 207.

¹³⁶⁶ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 100.

¹³⁶⁷ “Breve análise da estrutura social da Guiné «portuguesa””, p. 107.

No ano seguinte (1965), Cabral declarava, aquando da II reunião da CONCP realizada em Dar-Es-Salaam, que a luta contra o colonialismo e a dominação imperialista nas colónias portuguesas de África estava integrada “na luta geral dos povos oprimidos contra o imperialismo e na luta do Homem pela sua dignidade, pela liberdade e pelo progresso”¹³⁶⁸. Não foram raras as ocasiões em que Cabral veio a terreiro, em nome dos povos que representava, assumir-se como “soldado anónimo da Humanidade”, disposto a bater-se onde quer que fosse em defesa da dignidade humana, do progresso e da felicidade do Homem¹³⁶⁹.

Seis anos mais tarde (1971), em Helsínquia, o líder do PAIGC punha mesmo a questão da solidariedade na luta contra o imperialismo em termos de países ricos (norte) e pobres (sul).

Na linha de Lenine, do economista austríaco Joseph Schumpeter¹³⁷⁰ e de outros, Cabral também reconhecia que, ao criar o imperialismo, o capitalismo lançara a semente propícia para a sua destruição.

Temos pois de verificar que Lenine tinha razão: o capitalismo criou o imperialismo e criou simultaneamente os elementos propícios à sua destruição. O imperialismo matou e continua a matar o capitalismo¹³⁷¹.

Neste sentido, Cabral e Schumpeter foram mesmo mais longe: o primeiro, na medida em que assinalava, na sua lei dos três estádios, que cada fase continha, a “partir de um certo nível de transformação, os germens da fase seguinte”¹³⁷², e o segundo, ao assegurar que o Capitalismo fora também, por natureza, anti-imperialista.

1.2. O caso português e a imagem de Portugal

Analisando mais concretamente a dominação colonial portuguesa nos “seus espaços” ultramarinos, Cabral defendia que ela se processara no quadro da seguinte lógica: através da escravatura, da dominação militar (guerras de “pacificação”), da des-

¹³⁶⁸ AMS, Amílcar Cabral, “A Unidade política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário Geral do partido à 2.ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP” (Dar-Es-Salaam – 3 a 8/10/1965), Departamento de Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros – Coleção “Discursos e Informações”, pasta 4602.038.

¹³⁶⁹ *Idem, ibidem*, pasta 4602.038.

¹³⁷⁰ Joseph Schumpeter, *Imperialism and social classes*. Fifth printing, New York, Meridian Books, 1960, p. 73.

¹³⁷¹ “Uma luz fecunda ilumina o caminho da luta: Lenine e a luta de libertação nacional”, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e luta*, 2.ª edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, 219.

¹³⁷² “Fundamentos...”, p. 205.

truição da estrutura social e económica e do estabelecimento de colonatos em regiões ricas e mais férteis de Angola (colonato de Ceta e do Vale do Cuanza¹³⁷³), Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

No caso concreto da Guiné, Cabral defendia que a dominação colonial portuguesa assentara na sujeição das chefias tradicionais dos grupos islamizados (fulas e mandinga) e no controlo de uma minoria assimilada que Cabral definia, no seminário de quadros realizado em Conakry, em Novembro de 1969, como “aqueles filhos” da Guiné que, de acordo com “a lei portuguesa”, sabiam “ler e escrever, viver à maneira dos tugas”¹³⁷⁴. Segundo ele, era com estes assimilados que os portugueses contavam intensificar a sua dominação. Cabral assinalava ainda, os hábitos de vida que esses “assimilados” levavam, ao tentarem, na medida do possível, reproduzir e/ou imitar o *modus vivendi* dos colonos portugueses:

Por isso mesmo muitos dos nossos camaradas, todos os sábados, arranjavam o seu garrafão de 5 litros, com o seu bacalhau, para fazerem a sua boa raça de bacalhau com batatas ao domingo (esse é um hábito dos tugas), muita gente começou a aprender a cantar o fado, alguns dos camaradas que estão mesmo aqui sentados, outros agarraram-se aos tugas, a imitá-los, alguns pais exigiam mesmo aos filhos que falassem só português¹³⁷⁵.

Apesar da política assimilacionista e de, em teoria, por exemplo, Gilberto Freyre, defender, nos anos 30, o “lusotropicalismo”¹³⁷⁶, através do qual se propalava a ideia de que havia, nas possessões portuguesas do Ultramar, uma certa unidade cultural específica do *modus operandi* da colonização portuguesa, o número dos assimilados nunca ultrapassou, na Guiné, de acordo com os dados estatísticos avançados por Cabral, 0,3% da população. Provavelmente foi este falhanço da política assimilacionista que acabou por incentivar, na opinião de Ronald Chilcote¹³⁷⁷, não tanto no caso da Guiné, mas de Angola e de Moçambique, a fixação da população exótica. Na *praxis* política do Estado Novo, mesmo a ideia da multirracialidade e multiculturalismo, em voga no discurso

¹³⁷³ Cabral estimou que só neste vale “mais de cem mil hectares” eram “reservados aos colonos europeus” (“A verdade sobre as colónias portuguesas”, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e luta*, 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 60).

¹³⁷⁴ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta, 4340.001, ims. 142-143.

¹³⁷⁵ *Idem, ibidem*, ims. 142-143.

¹³⁷⁶ Este conceito freyriano de “lusotropicalismo”, que foi recuperado pela ideologia do Estado Novo, nos anos 50, na tentativa de justificar e apoiar o modelo de colonização portuguesa nos seus domínios, surgiu no seguimento de uma visita feita pelo sociólogo e antropólogo brasileiro, em 1951, a todas as colónias portuguesas de África e Goa, a convite do Governo português.

¹³⁷⁷ Ronald Chilcote, *Portuguese Africa*, New Jersey, Prentice-Hall, inc., 1976, p. 16.

oficial e defendida, por exemplo, por um Norton de Matos¹³⁷⁸, não passava senão, na opinião de Cabral e dos dirigentes nacionalistas das outras colónias africanas de Portugal, de mero discurso propagandístico. Aliás, conforme defendiam, este argumento de comunidade multirracial foi muitas vezes utilizado para encobrir a segregação racial e perpetuar a dominação colonial. É que, na realidade, de acordo com Cabral, o que se constatava era uma tendência para a institucionalização de uma espécie de “*apartheid* à portuguesa”. E um dos muitos exemplos recuperados então pelo dirigente nacionalista da Guiné e Cabo Verde foi justamente o da “Carta Orgânica do Império Colonial Português”¹³⁷⁹ e o do “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias Ultramarinas da Guiné, Angola e Moçambique”, aprovados, respectivamente, em 1933 e em 1954. Em ambos os casos, reiterava Cabral, não se reconhecia a qualidade de “cidadão” aos habitantes das colónias portuguesas que, para todos os efeitos, eram considerados “indígenas”, logo em posição de desigualdade em relação aos portugueses da metrópole. Na sua opinião, isto ia, inclusivamente, contra o argumento da unidade territorial a que se devia associar a necessária unidade a nível de direitos jurídicos e constitucionais. Portanto, o que passou a ser determinante na fase do Estado colonial, conforme sustentava Fanon no livro *Os condenados da terra*, não era o lugar que o indivíduo ocupava na esfera produtiva, mas a sua identificação com uma raça. A aprovação do Estatuto dos Indígenas, na perspectiva de Cabral, veio dar um golpe definitivo na política assimilacionista, ao reduzir cerca de 99,7% da população guineense, angolana e moçambicana à condição de “indígenas”. Cabral argumentava, com base na percentagem de analfabetos que estimava haver em Portugal (cerca de 50%), que se o “Estatuto dos Indígenas” fosse aplicada no país colonizador, 50% da população portuguesa seria considerada “indígena”¹³⁸⁰.

No manifesto do MAC, divulgado em Londres, com data de 1 de Janeiro de 1960, dizia-se que “«a política de assimilação» dos povos Africanos, além de ser falsa do ponto de vista científico, era desumana, oportunista e imoral”¹³⁸¹.

No conjunto das colónias portuguesas somente 0,3% da população era considerada “civilizada” ou “assimilada”, ocupando, teoricamente, uma posição intermédia

¹³⁷⁸ Vide o seu livro *A Nação Una. Organização política e administrativa do território português*. Prefácio de Egas Moniz. Lisboa, Paulinho Ferreira, Filhos, Limitada, 1953.

¹³⁷⁹ A Carta Orgânica do Império Colonial Português foi instituída pelo Decreto-Lei nº 23 228, de 15 de Novembro de 1933, tendo sido substituída, vinte anos mais tarde (1953), pela “Lei Orgânica do Ultramar”.

¹³⁸⁰ “A verdade sobre as colónias africanas e Portugal”, *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e luta*, 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 61.

¹³⁸¹ AMS, “Manifesto do Movimento Anticolonialista (MAC)”, publicado com data de 1 de Janeiro de 1960. Edições do Departamento de Informação Propaganda e Cultura do PAIGC. Documentos orientadores, pasta 4353.001, im. 10.

entre os colonos e a massa de africanos. Ainda assim, insistia-se, no documento acima referido, que não usufruíam, na prática, dos mesmos privilégios e regalias reservados aos portugueses.

O problema da limitação sistemática da ascensão social dos africanos, no quadro da sociedade colonial, foi outro dos aspectos que mereceu fortes críticas, não só por parte de Amílcar Cabral, como já se viu, mas também de Mário de Andrade que, em 1955, num artigo publicado na *Présence Africaine*, com o pseudónimo de Buanga Felé, criticava as dificuldades que os africanos sentiam em ascender a determinados lugares na administração colonial¹³⁸².

Num outro documento difundido a partir de Londres, em 1960¹³⁸³, Amílcar Cabral não deixou de desmontar, um a um, todos os argumentos utilizados em defesa da colonização, como por exemplo o dos direitos históricos, passando pelo mito da missão civilizadora de Portugal e pela teoria da “assimilação” que, em bom rigor, era ainda sustentada, na opinião do dirigente revolucionário guineense e cabo-verdiano, pela ideia da inferioridade da cultura africana. Cabral considerava Portugal, pelo seu subdesenvolvimento, um país incapaz de resolver os seus próprios problemas quanto mais os das suas colónias.

Portugal é um país subdesenvolvido com 40% de analfabetos e o seu nível de vida é o mais baixo da Europa. Se conseguisse ter uma «influência civilizadora» sobre qualquer povo seria uma espécie de milagre. O colonialismo clássico, fenómeno histórico em vias de desaparecimento, nunca contou com milagres para se manter vivo. Portugal exerce a única «influência civilizadora» de que é capaz, a que corresponde ao tipo de colonialismo que adoptou e à sua posição de potência colonial cuja economia, cultura e civilização são atrasadas¹³⁸⁴.

Contra todos os argumentos que faziam apologia à colonização portuguesa, o líder do PAIGC contrapunha a situação real das colónias, bem como as reivindicações dos africanos. Assim, dizia que na Guiné, 99% da população era analfabeta, não havendo liberdades fundamentais, direitos políticos e respeito pelos Direitos Humanos. A miséria, a fome, doenças, o obscurantismo, o trabalho forçado e a discriminação social eram ainda apresentados, num órgão de informação do PAIGC, como os resultados visíveis de 500 anos da presença “civilizadora” portuguesa na Guiné e Cabo Verde¹³⁸⁵.

¹³⁸² “Qu’est-ce que le «lusotropicalisme»“, par Buanga Fele, nouvelle série, n.º 4, Paris, *Présence Africaine*, 1955, p. 25.

¹³⁸³ “A verdade sobre as colónias africanas de Portugal”, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, pp. 58-59.

¹³⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 59.

¹³⁸⁵ *Vide Liberdade*, Órgão do PAIGC, n.º 2, Conakry, Janeiro de 1961, p. 2.

Do ponto de vista cultural, somente havia 11 escolas oficiais para europeus e os ditos “civilizados”, com cerca de 1 000 alunos, 43 escolas de missões católicas para indígenas, com cerca de 1 100 alunos, e um único liceu com cerca de 100 alunos e um único jornal (o *Arauto*).

Amílcar Cabral e os nacionalistas de outras colónias reivindicavam, de Portugal, o respeito pela Carta das Nações Unidas e que seguisse o exemplo da Inglaterra, da França e da Bélgica, no que concerne à descolonização que estava em curso nas suas colónias. Repare-se que estávamos em 1960. Já então, Cabral não pensava numa simples melhoria das condições de vida material das populações, que haviam caracterizado a sua actuação na Guiné, entre 1952 e 1955, mas na conquista da independência. A luta contra o colonialismo português, que o líder do PAIGC considerava como uma consequência do imperialismo mundial, inimigo do campo socialista e também dos movimentos de libertação, integrava-se, assim, na luta geral contra o imperialismo.

Numa altura em que se assistia à regressão gradual do imperialismo, na versão de colonialismo “clássico”, Portugal continuava a ser o único país que insistia em preservar as suas colónias. A única explicação que Cabral encontrou para justificar a obstinação de Portugal em manter as suas possessões africanas radicava no seu atraso e, por conseguinte, na sua incapacidade (por razões de ordem objectiva e subjectiva) em optar, como as outras nações europeias, por uma solução neocolonialista, o que se ajustava perfeitamente à sua condição de “semi-colónia da Inglaterra”, desde que ambos os países assinaram o célebre Tratado de Methween, em 1703.

É preciso assinalar ainda que, para além da dependência em relação a Inglaterra, os indicadores sócio-económicos de Portugal, em nada abonatórios para a política portuguesa em África, eram outro argumento de que Cabral se servia para justificar o atraso das colónias. O objectivo era colocar Portugal numa posição incómoda, pois, de acordo com o líder revolucionário, vinha provar que não estava em condições de contribuir para o progresso dos povos africanos¹³⁸⁶. Aquando da II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), realizada em Dar-Es-Salaam, em 1965, Amílcar Cabral considerou a política portuguesa em África, como o reflexo das condições históricas, geográficas e económicas vividas na própria metrópole¹³⁸⁷ e que

¹³⁸⁶ AMS, “Rapport du MAC a la IIème Conférence des Peuples Africains”, Movimento Anti-Colonialista Por l’indépendance des pays africains occupé par le Portugal, Tunis 25-29 janvier 1960, pasta 4602.001.

¹³⁸⁷ AMS, Amílcar Cabral, “A Unidade política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário Geral do partido à 2.ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP” (Dar-Es-Salaam – 3 a 8/10/1965), Departamento de Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros – Colecção “Discursos e Informações”, pasta 4602.038.

colocavam Portugal “em último lugar” nas estatísticas europeias e, por conseguinte, sem condições para dominar ou colonizar outros territórios¹³⁸⁸. A explicação que encontrou para o “milagre” de Portugal possuir, defender e preservar¹³⁸⁹ grandes extensões territoriais, que transformara em colónias¹³⁹⁰, radicava nas ligações de dependência criadas face à Inglaterra¹³⁹¹. Aliás, a dominação directa exercida pelo Estado colonial português em África esteve quase sempre, na perspectiva de Amílcar Cabral, ao serviço do imperialismo inglês e alemão, o que explicava, em parte, os grandes privilégios a nível de investimentos que, quer a Inglaterra, quer a própria Alemanha, dispunham, respectivamente, em Moçambique e em Angola. Mesmo em Portugal, grande parte das infra-estruturas estavam sob dependência directa do capital estrangeiro, designadamente do inglês, do alemão e do americano.

Num relatório apresentado pelo MAC à I Conferência dos Povos Africanos realizada em Tunes, em Janeiro de 1960, Amílcar Cabral e seus companheiros daquele movimento procuraram demonstrar que, na realidade, em África, nomeadamente em Angola e em Moçambique¹³⁹² a maior parte do capital investido¹³⁹³ era, pelo menos até meados dos anos 60, de origem estrangeira. Por outro lado, dos três principais bancos que operavam em Moçambique, dois deles (The Standard Bank of South Africa Ltd. e o Barclays Bank) eram estrangeiros¹³⁹⁴. O mesmo não acontecia, de acordo com Cabral, na Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, que eram, na sua opinião, as únicas colónias portuguesas, na medida em que grande parte do capital aí investido, principalmente nas duas últimas, era de proveniência portuguesa¹³⁹⁵. Todavia, nas três colónias referidas (Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe) os mecanismos de exploração assentavam, fundamentalmente, na cobrança dos impostos, trabalho forçado, comércio injusto,

¹³⁸⁸ *Idem, ibidem*.

¹³⁸⁹ Amílcar Cabral, “Fifty years of the struggle for National Liberation”, p. 87.

¹³⁹⁰ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 48.

¹³⁹¹ *Idem, ibidem*, im. 48.

¹³⁹² AMS, “Rapport du MAC a la IIème Conférence des Peuples Africains”, Movimento Anti-Colonialista Por l’indépendance des pays africains occupé par le Portugal, Tunis 25 - 29 janvier 1960, pasta 4602.001.

¹³⁹³ Em Angola, o capital estrangeiro foi investido sobretudo no caminho-de-ferro de Benguela, nas extracções de diamantes e prospecção petrolífera e nos trabalhos hidroeléctricos e agrícolas. Em Moçambique, igualmente, o investimento estrangeiro era notório no caminho-de-ferro da Beira, na Trans-Zambezi Railway, no porto da Beira, nas plantações de cana de açúcar, do sisal e das palmeiras de Quelimane, na a água e na electricidade na então Lourenço Marques.

¹³⁹⁴ *Idem, ibidem*, pasta 4602.001.

¹³⁹⁵ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 48.

e não por intermédio de alienação de terras, como acontecera em Angola e Moçambique ou em Cuba, China ou Argélia.

Até 1960, as relações entre Portugal e as suas colónias seguiram a filosofia do Pacto Colonial: as colónias deveriam fornecer produtos agrícolas e matérias-primas à indústria metropolitana a baixos preços, enquanto os mercados das colónias absorviam os produtos uma vez transformados. Escusado é abordar aqui as diferenças a nível da balança comercial resultante deste desequilíbrio entre as colónias e a metrópole. Mas, a partir de meados dos anos 60, Portugal estava a abandonar gradualmente o célebre Pacto Colonial e a tentar rever a sua política, sobretudo no domínio económico, através da atribuição de maior protagonismo, de acordo com Eduardo de Sousa Ferreira, às empresas com capital privado português. Esta transferência de capital para as colónias, que entraram em aberta concorrência com os interesses estrangeiros instalados, começou a registar-se em 1964. Estão por detrás destas transferências, entre outras empresas, a Companhia União Fabril (CUF), a Companhia Têxtil do Pungué, a Companhia Industrial de Cordoaria de Moçambique (CICOMO), a Sociedade Industrial de Grossaria de Angola (SIGA), o grupo Banco Nacional Ultramarino (BNU), a Sociedade Anónima Concessionária de Refinação (SACOR) e a Companhia Fabril e Comercial de Angola SARL (COMFABRIL).

Com a adopção do III e IV Planos de Fomentos, entre 1968 e 1973, foi o capital financeiro e industrial privado que passou a assumir papel de relevo¹³⁹⁶ no que concerne aos investimentos nas colónias. De tal maneira que o *deficit* público foi praticamente eliminado. Em 1971, esta alteração a nível do comércio com as colónias era já bem mais notória no tocante à diversificação das exportações, conforme sublinhou ainda Eduardo de Sousa Ferreira¹³⁹⁷.

¹³⁹⁶ Eduardo de Sousa Ferreira, *Portugal e o neocolonialismo*, 1.^a edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1975, p. 11.

¹³⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 11.

2. Cultura e libertação nacional

2.1. A dominação estrangeira e o papel da cultura no processo de libertação nacional

Outro aspecto importante a merecer especial atenção em termos de produção teórica por parte de Amílcar Cabral foi a relação que estabeleceu entre libertação nacional e cultura.

Vimos, no início desta segunda parte, que, para Cabral, a dominação colonial era sempre feita com recurso à violência, fosse ela armada ou de natureza psicológica. Neste tópico, analisaremos a visão de Cabral sobre a violência psicológica do colonialismo sobre os povos dominados, feita por intermédio da cultura.

Tal como defende Renate Zahar¹³⁹⁸, a integração no sistema colonial das colónias fez-se através da exploração das condições subjectivas, tais como o factor raça, a ideologia, a alienação cultural e a destruição da estrutura social. Ora, para Amílcar Cabral, a estrutura social era a base da cultura de todas as sociedades, por isso, a sua destruição ou paralisação podia significar, igualmente, a destruição ou a paralisia da cultura desse povo¹³⁹⁹. É que, enquanto o aspecto cultural desse povo subsistisse, a dominação nunca poderia ser absoluta. Esta ideia basilar de Cabral era idêntica à defendida por Fanon, como reconheceu o historiador Robert Blackey, num estudo comparativo dos dois¹⁴⁰⁰.

Em conferência proferida na Universidade de Siracusa (EUA), a 20 de Fevereiro de 1970, aquando do primeiro “Memorial” dedicado a Eduardo Mondlane, dirigente da FRELIMO assassinado em Fevereiro do ano anterior, Cabral afirmava que a dominação colonial estrangeira assentava na destruição e neutralização da vida cultural do povo dominado e, por conseguinte, do nível de consciencialização das massas que, por sua vez, deveria determinar novas formas de resistência (política, económica e armada). Isto colocava um grande e difícil dilema à potência estrangeira, que Cabral denominava “dilema de resistência cultural”. Este dilema consistia em, por um lado, liquidar o povo dominado e, deste modo, eliminar todas as possibilidades de resistência cultural, ou

¹³⁹⁸ Renate Zahar, *Colonialismo e alienação. Contribuição para a teoria política de Frantz Fanon...*, p. 47.

¹³⁹⁹ “Libertação nacional e cultura”, Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Siracusa (Estados Unidos da América a 20 de Fevereiro de 1970), in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 222.

¹⁴⁰⁰ Robert Blackey, “Fanon and Cabral: a contrasts in Theories of Revolution for Africa”, *The Journal of Modern African Studies*, 12, 2, London, Cambridge University Press, 1974.

então impor-se sem prejuízo da cultura deste mesmo povo. Se o primeiro dilema conduzia ao genocídio, isto é, ao esvaziamento total do conteúdo e objecto da dominação (o povo dominado¹⁴⁰¹), o segundo implicaria a harmonização entre a dominação económica e a política, através da preservação da sua personalidade cultural, facto que, na opinião de Cabral, ainda não tinha sido confirmado pela história.

Basil Davidson era da opinião de que a destruição da cultura do povo dominado dependia, historicamente, da sua localização geográfica¹⁴⁰². Neste sentido, a posição de Amílcar Cabral coincidia com a do autor inglês, quando afirmava que a reduzida presença portuguesa na Guiné não favoreceu nenhum contacto com as populações rurais. Este facto, insistia Cabral, associado à política de discriminação racial, assumia outra dimensão e importância na hora de avaliar os impactos da dominação colonial sobre a cultura ou mesmo sobre a estrutura social.

Na tentativa de fugir ao “dilema de resistência cultural”, a discriminação e o racismo apareciam como uma terceira solução engendrada pelo colonialismo. Com eles procurava-se, como defendia Cabral, negar, por um lado, a cultura do povo dominado, fundamentando-se em argumentos científicos e teorias rúscas (introdução, por exemplo, do conceito de «raça inferior») e discriminatórias, por outro, de profundo desprezo pelos valores da cultura e da civilização negro-africana. Outra estratégia adoptada pelo colonialismo foi a da assimilação ou alienação progressiva das populações dominadas e a instituição e legitimação do *apartheid*. O que se pretendia com a tese racista da indignidade e da incapacidade dos africanos era, conforme afirmava Cabral, impedir que o génio africano contribuísse para o enriquecimento da civilização humana. O objectivo era ainda, de acordo com um manifesto divulgado pelo MAC, criar divisão no seio da sociedade colonizada e fomentar o “desrespeito e a falta de solidariedade de minorias ditas «assimiladas» para com as grandes comunidades africanas a que realmente” pertenciam¹⁴⁰³. A ideia era tentar fazer com que estas populações negassem a sua própria raça e sua cultura, provocando nelas o sentimento de culpa e de inferioridade. Estes sentimentos surgiam nos escritos de Fanon¹⁴⁰⁴, o qual já havia tentado demonstrar a apatia

¹⁴⁰¹ “Libertação nacional e cultura”, Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Siracusa (Estados Unidos da América a 20 de Fevereiro de 1970), in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, 223.

¹⁴⁰² Basil Davidson, “On Revolutionary Nationalism. The legacy of Cabral”, *Latin American Perspectives*, vol. 2, n.º 2, Issue 4, London, Spring 1984, p. 30.

¹⁴⁰³ AMS, “Manifesto do Movimento Anticolonialista (MAC)”, publicado com data de 1 de Janeiro de 1960. Edições do Departamento de Informação Propaganda e Cultura do PAIGC. Documentos orientadores, pasta 4353.001, p. 8.

¹⁴⁰⁴ Frantz Fanon, *Em defesa da Revolução Africana*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980, p. 38.

dos povos colonizados ou aquilo a que chamou “mumificação cultural”¹⁴⁰⁵, como um primeiro momento da legitimação da dominação estrangeira.

Todavia, em 1972, num estudo da autoria de Amílcar Cabral, lido em Paris na sua ausência, este reconhecia que, em África, o colonialismo não tivera tempo para destruir ou depreciar os elementos essenciais da cultura e das tradições dos povos dominados¹⁴⁰⁶. Se, na Guiné, logrou dominar culturalmente as sociedades verticais (fulas e mandingas), a pequena burguesia nativa e um número pouco expressivo de trabalhadores dos centros urbanos, não teve o mesmo sucesso junto da sociedade horizontal (balantas), das populações urbanas e também das grandes massas rurais. Assim sendo, para o líder do PAIGC, os efeitos da dominação sobre a estrutura social guineense foram parciais, sendo uma consequência da introdução do ciclo da moeda e do desenvolvimento de concentrações urbanas, que, frequentemente, acarretavam a perda de prestígio de classe, o êxodo da população do campo para a cidade e a aparição de novas classes sociais, tais como os trabalhadores assalariados, empregados do Estado, do comércio e profissões liberais e uma categoria dos sem trabalho. Isto significa, *grosso modo*, que a abolição da estrutura pré-capitalista não chegara a completar-se, mas, ainda assim, o fenómeno da alienação atingira de maneira diferente os grupos sociais, tais como os assalariados, a pequena burguesia e os camponeses ou variara em função da existência ou não de contactos estreitos entre estes grupos sociais e o colonialismo. A prevalência de um daqueles factores podia conduzir ou não à frustração. Por exemplo, Cabral não duvidou em assinalar que as diferenças salariais entre a pequena burguesia e os assalariados haviam provocado naqueles complexos de superioridade em relação a estes e a ideia de que eram iguais aos colonos. No que respeita aos camponeses, Cabral afirmava que a alienação criara neles um complexo de inferioridade racial, em virtude do fenómeno de “indigenação” e, por conseguinte, de exclusão e/ou auto-exclusão sociais. Estes fenómenos denunciam sempre, em traços gerais, a política *exclusionária* e marginalizadora praticada pelo colonialismo que, tal como defendem alguns teóricos estruturalistas partidários da *State centered approach*, como Jeff Goodwin¹⁴⁰⁷ e Skocpol¹⁴⁰⁸, podem estar na base da ocorrência de revoluções. É que, de acordo com Amílcar Cabral, ao colonizado alienado era-lhe dado escolher entre regressar às origens/passado

¹⁴⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 38.

¹⁴⁰⁶ “O papel da cultura na luta pela independência”, texto lido, na ausência do seu autor, na Reunião de Peritos sobre Noções de Raça, Identidade e Dignidade. UNESCO, Paris, 3 – 7 de Julho de 1972, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 236.

¹⁴⁰⁷ *Vide*, sobre este assunto, Timothy P. Wickham-Crowley, “Estructural Theorists of Revolutionary Phenomena”, in *Theorizing Revolutions*, London, Edited by John Foran, 1997, Part I, pp. 54-55.

¹⁴⁰⁸ *Idem, ibidem*, pp. 54-55.

e, por conseguinte, partir para uma contestação mais aberta contra o colonialismo, ou aceitar passivamente a situação e acomodando-se a ela. Assim sendo, o “regresso às fontes” só tinha sentido histórico, como defendia Cabral, se conduzisse ao real envolvimento da pequena burguesia na luta pela independência e à sua completa e absoluta identificação com as aspirações das massas populares, na sua contestação à cultura e à dominação estrangeiras. Até certo ponto, o líder do PAIGC considerava que a exclusão e a marginalização eram benéficas para a cultura do povo dominado que, assim, podia afastar-se da política assimilacionista, conseguindo sobreviver e transformar-se no único reduto ao serviço das massas populares e do movimento de libertação nacional. Não é por acaso que, nos anos anteriores ao início da luta armada, 99% da população era considerada indígena e sem nenhum grau de instrução, sendo a maior parte dela constituída por camponeses. Fanon explicou como se processara esta conservação da estrutura social entre os camponeses:

O orgulho do camponês, a sua relutância para descer às cidades, para se relacionar com o mundo edificado pelo estrangeiro, os seus perpétuos movimentos de retrocesso frente à aproximação dos representantes da administração colonial não deixavam de significar que opunha à dicotomia do colono a sua própria dicotomia¹⁴⁰⁹.

Cabral podia concluir que os efeitos do imperialismo, na fase de colonialismo “clássico”, não foram tão profundos no campo ou nas camadas inferiores, e que por isso mesmo teriam sido, reforça Zahar, os agentes de transformação revolucionária¹⁴¹⁰. Na sua análise, Cabral estabelecia uma ligação de dependência e reciprocidade entre o facto cultural e o facto económico (e político). O líder do PAIGC definia a cultura como “a resultante mais ou menos consciencializada das actividades económicas e políticas”, estando ligada à “dinâmica do tipo de relações” prevalentes no seio de uma determinada sociedade, “entre o homem (considerado individual ou colectivamente) e a natureza”, e ainda, “entre os indivíduos, os grupos de indivíduos, as camadas sociais ou as classes”¹⁴¹¹.

No dizer de Cabral, o valor da cultura, enquanto elemento de resistência do povo dominado, espelhava-se no facto de “ser uma manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a domi-

¹⁴⁰⁹ Frantz Fanon, *Os condenados da terra*, prefácio de Jean-Paul Sartre, Lisboa, Editora Ulisseia, 1961 [?], p. 134; e também Renate Zahar, *ob. cit.*, p. 177.

¹⁴¹⁰ Renate Zahar, *ob. cit.*, p. 178.

¹⁴¹¹ “Libertação nacional e cultura”, conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Siracusa (Estados Unidos da América a 20 de Fevereiro de 1970), in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 223.

nar”¹⁴¹². Deste modo, ela determinava e era determinante da história, através da influência decisiva (positiva ou negativa) que podia exercer sobre a evolução das relações entre os homens e o meio e entre os homens no seio de uma sociedade.

Nas análises de Cabral, o fenómeno da luta de libertação nacional levada a cabo nas colónias portuguesas de África era o gérmen de uma nova fase na história do continente, pois surgiu como um fenómeno que consistia “em um conjunto socioeconómico negar a negação do seu processo histórico”¹⁴¹³. Portanto, o conhecimento e a análise das forças e das fraquezas face às exigências da luta permitia delinear ou corrigir as estratégias e táticas a adoptar em cada momento, quer no plano político, quer militar, assim como proceder a necessárias e sucessivas adaptações destas mesmas estratégias e táticas em virtude da complexidade dos problemas culturais.

Enquanto resposta à agressão colonialista, a luta de libertação era, para Amílcar Cabral, um instrumento doloroso, mas eficaz, para o desenvolvimento do nível cultural, tanto das camadas dirigentes do movimento de libertação, como das diversas categorias sociais que nela participavam. Ela juntava, no mesmo espaço físico e psicológico, a pequena burguesia, os trabalhadores das cidades e do campo, permitindo àquele conhecer melhor o povo e a realidade económica do país, os problemas e as aspirações populares e enriquecer a sua própria cultura. Cabral estava convencido de que, através da “luta de libertação nacional”, as massas trabalhadoras, designadamente os camponeses, podiam perder os complexos que limitavam as suas relações com as outras “classes” sociais, integrar-se no “país” e no mundo, e assimilar os princípios da revolução nacional e social, na qual deviam jogar um papel decisivo de força principal do movimento de libertação.

Uma das principais missões do movimento de libertação nacional era, na perspectiva de Cabral, a de negar o processo cultural colonial e a assunção de uma nova e progressiva dimensão cultural aberta às conquistas da humanidade. Por outras palavras, à medida que fosse destruindo a opressão cultural do inimigo e os aspectos negativos ou regressivos da cultura autóctone, era fundamental ir edificando uma cultura popular posta inteiramente ao serviço do Homem.

Num discurso pronunciado em Dar-Es-Salaam, em 1965, Amílcar Cabral declarava que a prova mais brilhante de manifestação cultural e de civilização era a de um povo que era capaz de pegar em armas para defender a sua terra, o direito à vida, ao trabalho e à felicidade¹⁴¹⁴.

¹⁴¹² *Idem, ibidem*, p. 223.

¹⁴¹³ “Fundamentos...”, p. 208.

¹⁴¹⁴ AMS, Amílcar Cabral, “A Unidade política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso

Na palestra proferida na Universidade de Siracusa, em 1972, Cabral procurou ainda demonstrar que a cultura e as suas manifestações surgia e era um elemento essencial e o resultado da história de um povo¹⁴¹⁵. Portanto, tinha por base o nível das “forças produtivas” e o “modo de produção”, e era influenciada também por factores exógenos.

A cultura afigurava-se, igualmente, como o último bastião do povo dominado que, por intermédio dela, garantia a continuidade da história, sendo o papel do imperialismo o de negar a cultura do colonizado e, por conseguinte, o seu processo histórico¹⁴¹⁶.

A resistência cultural assumia assim, em Amílcar Cabral, diferentes formas (política, cultural e armada¹⁴¹⁷) e visava: o desenvolvimento de uma cultura nacional; de uma cultura científica, técnica e tecnológica universais; a elevação da consciência política e moral do povo e dos sentimentos de humanismo.

No já referido texto, lido em Paris, na “Reunião de Peritos sobre Noções de Raça, Identidade e Dignidade” organizada pela UNESCO, em Julho de 1972¹⁴¹⁸, Cabral colocava, dialécticamente, o colonialismo/imperialismo e os povos dominados em termos de confrontação cultural e identitária. Assim, o gérmen da contestação estruturada da dominação estrangeira, através dos movimentos de libertação nacional, radicava no facto cultural. Neste sentido, a libertação nacional visava, acima de tudo, a reconquista do direito de ter a própria história, usurpada pela dominação imperialista¹⁴¹⁹. Por outras palavras, implicava, necessariamente, a libertação das “forças produtivas” e a eleição de um “modo de produção” conveniente e adequado à evolução dos povos dominados, quando, sem complexos ou subestimação dos aspectos culturais do opressor, este fosse capaz de retomar o seu próprio caminho. Cabral definia, desta maneira, o fenómeno da libertação nacional como sendo um *acto de cultura* e o movimento de libertação como

pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário Geral do partido à 2.ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP”, Dar-Es-Salaam – 3 a 8/10/1965), Departamento de Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros – Coleção “Discursos e Informações”, pasta 4602.038.

¹⁴¹⁵ “Libertação nacional e cultura”, Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Siracusa (Estados Unidos da América a 20 de Fevereiro de 1970), in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.ª edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 224.

¹⁴¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 224.

¹⁴¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 223.

¹⁴¹⁸ “O papel da cultura na luta pela independência”, p. 235.

¹⁴¹⁹ “Libertação nacional e cultura”, Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Siracusa (Estados Unidos da América a 20 de Fevereiro de 1970), in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.ª edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 225.

“a expressão política organizada da cultura do povo em luta”, que devia ser conhecida pela direcção desse movimento¹⁴²⁰.

Daí que, para uma cabal integração no movimento de libertação nacional, fosse necessária a reconversão (“reafricanização”) dos espíritos e das mentalidades¹⁴²¹. Partindo certamente do seu próprio exemplo e do de alguns dos seus companheiros dos tempos de Lisboa, Cabral assegurava que esta “reafricanização” podia ter lugar antes do início da luta de libertação nacional, mas só se completaria verdadeiramente no decurso desta¹⁴²², por intermédio de um mais estreito contacto com as massas e da “comunhão de sacrifícios” que a luta exigia¹⁴²³. No entanto, o processo de “reafricanização” não estava isento de perigos, dizia ainda. De resto, a proximidade da independência política podia fazer com que indivíduos da pequena burguesia não reconvertidos aderissem à luta e chegassem mesmo ao poder, tendo em consideração o seu nível de instrução científica e técnica, simplesmente por mero “oportunismo e ambição”. Este último facto devia exigir aos líderes políticos o reforço da vigilância política e cultural¹⁴²⁴. “Nas condições concretas e bastante complexas” do processo libertação – concluía Cabral –, “nem tudo o que brilha é ouro: dirigentes políticos – mesmo os mais célebres – podem ser alienados culturais”¹⁴²⁵.

Para Cabral, o movimento de libertação devia basear a sua acção, em primeiro lugar, na cultura da pequena burguesia nacionalista, reafricanizada ou disponível para a reconversão¹⁴²⁶, inaugurando assim, a primeira fase da contestação cultural da dominação colonial. Cabral estabelecia uma clara distinção entre as massas populares e as categorias sociais desenraizadas, assimiladas ou culturalmente alienadas. É que, segundo ele, estas categorias viviam “material e espiritualmente a cultura do estrangeiro colonialista”, com o qual, no fundo, procuravam, na medida do possível, “identificar-se progressivamente”, quer no plano social, quer ainda na “apreciação dos valores culturais indígenas”¹⁴²⁷. Por norma, as “classes” sociais assimiladas situavam-se, na análise de Cabral, entre as massas e a minoria dominante estrangeira, com tendência, devido à sua formação cultural, para, como já se disse, se assimilar à cultura e ao estilo de vida desta

¹⁴²⁰ *Idem, ibidem*, p. 225.

¹⁴²¹ *Idem, ibidem*, p. 226.

¹⁴²² *Idem, ibidem*, p. 226.

¹⁴²³ *Idem, ibidem*, p. 226.

¹⁴²⁴ *Idem, ibidem*, p. 226.

¹⁴²⁵ *Idem, ibidem*, p. 226.

¹⁴²⁶ *Idem, ibidem*, p. 228.

¹⁴²⁷ “O papel da cultura na luta pela independência”, texto lido, na ausência do seu autor, na Reunião de Peritos sobre Noções de Raça, Identidade e Dignidade. UNESCO, Paris, 3 – 7 de Julho de 1972, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 237.

última, a cuja posição aspiravam. Tendiam assim, a manter (e até a alargar) o fosso que os separava das massas populares. As barreiras que se lhes deparavam por causa da marginalização e do racismo tinham feito com que vivessem aquilo que Cabral apelidou de “drama sócio-cultural das elites coloniais” ou da pequena burguesia indígena. Viviam então um complexo de frustração, que conduzia à necessidade de agir contra a sua marginalidade, na tentativa de recuperar a sua identidade por via do «retorno às fontes»¹⁴²⁸, isto é, através da (re) descoberta do passado e das suas raízes culturais enquanto “classe” e enquanto “povo”. Na linha de Fanon, Robert Blackey opinava que a ideia de se apoiar no passado, que corporizava a actuação da pequena burguesia, tinha como fim abrir-se ao futuro¹⁴²⁹. Já se viu que o «retorno às fontes», entendido por Cabral como “a negação, pela pequena burguesia nacionalista, da pretensa supremacia da cultura da potência dominante”¹⁴³⁰, teve início na diáspora, tal como o movimento Pan-Africanista e da Negritude de língua portuguesa, evoluindo depois para a criação de movimentos unitários de libertação, de partidos nacionais e com as lutas de libertação nacionais.

Segundo o estudioso de Ciências Políticas, Timothy W. Luke¹⁴³¹, o «retorno às fontes» defendido por Amílcar Cabral, assumia um significado especial, na medida em que, na Guiné, a pequena burguesia era constituída maioritariamente por cabo-verdianos e por um grupo muito reduzido de guineenses, que desempenhava funções no aparelho administrativo, burocrático, económico e sócio-cultural do Estado colonial. Daí que, real ou aparentemente, o «retorno às fontes» não se podia produzir de forma homogénea, global e uniforme. Cabral defendia mesmo, com base no conhecimento empírico, que esse regresso era um processo lento, descontínuo e desigual, dependendo do grau de aculturação, das condições materiais de existência, da formação ideológica e da sua própria história.

A luta em defesa da cultura nacional era, para Amílcar Cabral, uma luta pela libertação e pela “Revolução”, impossíveis de concretizar sem que as populações mantivessem a sua cultura viva e dinâmica. Só a partir deste momento é que as frustrações e as contradições podem extravasar o âmbito individual, projectar-se e integrar-se no conjunto da sociedade, através de grupos e movimentos, abandonarem o aspecto puramente

¹⁴²⁸ *Idem, ibidem*, p. 238.

¹⁴²⁹ Robert Blackey, *Idem, ibidem*, p. 207.

¹⁴³⁰ “O papel da cultura na luta pela independência”, texto lido, na ausência do seu autor, na Reunião de Peritos sobre Noções de Raça, Identidade e Dignidade. UNESCO, Paris, 3 - 7 de Julho de 1972, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 238.

¹⁴³¹ Timothy W. Luke, “Cabral’s Marxism: An African Strategy for Socialism Development”, *Studies in Comparative Communism*, XIV, n.º 4, Los Angeles, 1981, p. 318.

passivo e transformar-se num conflito aberto contra o colonialismo. Na nossa opinião, este percurso em direcção ao uso da violência não foi propriamente um percurso voluntário, mas determinado historicamente pelas contradições existentes entre o colonizador e o colonizado.

Antes da passagem à luta armada, era importante consciencializar as grandes massas trabalhadoras do campo e da cidade para que, na linha dos teóricos defensores da *Aggregated Psychology Theory*, como Theda Skocpol, John R. Gillis Trimberger, elas encontrassem as motivações para se comprometerem com o processo revolucionário. Estas motivações podiam estar, fundamentalmente, relacionadas com as condições de insatisfação que conduziavam às tensões, normalmente associadas à causas objectivas e subjectivas que, na fase de mobilização, os correligionários de Amílcar Cabral tentaram inculcar às massas. Por exemplo, nas regiões onde a exploração colonial era mais intensa (nomeadamente no sul e no leste), a mobilização centrou-se sobretudo no aspecto económico, isto é, na imposição de taxas e no regime de monocultura a que os camponeses estavam sujeitos através da chamada “burocracia agrária” (a expressão é cara a Theda Skocpol¹⁴³²), entendida como a máquina de exploração utilizada pelo Estado colonial que, no caso da Guiné, era da responsabilidade das companhias concessionárias.

2.2. Libertação nacional, cultura e identidade

Para que a cultura cumprisse, de facto, o seu papel no quadro da luta pela independência, o movimento de libertação deveria ser capaz de jogar, na opinião de Cabral, um duplo papel: 1) preservar e tentar harmonizar os valores culturais positivos de cada grupo social; 2) desenvolver esses valores no quadro da luta, mas conferindo-lhes uma dimensão nacional¹⁴³³.

Assim, a unidade moral e política do movimento de libertação implicava, antes de mais, a existência de uma unidade cultural das categorias sociais determinantes da luta, que se traduziam, ainda de acordo com Cabral, numa identificação total do movimento de libertação com a realidade do meio, com os problemas e as aspirações fundamentais do povo e com cada uma das categorias sociais envolvidas na luta¹⁴³⁴.

¹⁴³² Vide, sobre este assunto, Timothy P. Wickham-Crowley, “Estructural Theories of Revolutionary Phenomena”, in *Theorizing Revolutions*, Edited by John Foran, London, 1997, Part I, p. 54.

¹⁴³³ “Libertação nacional e cultura”, Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Siracusa (Estados Unidos da América a 20 de Fevereiro de 1970), in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 228.

¹⁴³⁴ *Idem, ibidem*, p. 228.

Portanto, a cultura surgia, em última análise, como a responsável pela harmonização de interesses divergentes e das contradições, e pela definição dos objectivos comuns na procura da liberdade e do progresso¹⁴³⁵.

Um dos erros cometidos pelo colonialismo em África fora, na opinião de Cabral, a subestimação da cultura dos povos dominados, o que, à partida, permitira a sobrevivência da cultura africana e a sua posterior manifestação através dos movimentos de libertação, que se transformaram, conforme declarou em Siracusa, no “facto cultural mais importante da vida dos povos africanos”¹⁴³⁶.

O movimento de libertação nacional enfrentava geralmente o problema da identificação da pequena burguesia nativa com as aspirações das massas. Daí que fosse necessário que as massas preservassem a sua identidade. Enquanto qualidade bio-sociológica, dizia Cabral, a identidade possuía uma natureza dialéctica que lhe permitia distinguir e identificar um indivíduo de qualquer outro¹⁴³⁷.

Não sendo imutável, na medida em que os dados biológicos (o património genético) e sociológicos estão em permanente evolução, a identidade também apresentava, na perspectiva de Cabral, qualidades relativas muito difíceis de definir objectivamente. Ainda assim, o aspecto sociológico que lhe imprimia significado objectivo e lhe permitia, como já se disse, confrontar e comparar indivíduos e grupos¹⁴³⁸, era, na acepção de Cabral, mais determinante do que o biológico, apesar deste ser a base material da existência, continuidade e evolução da identidade. Cabral procurava, de algum modo, explicar ou justificar, entre outras coisas, a supremacia da vida social sobre a vida do indivíduo. É que conforme dizia, “a sociedade (humana, por exemplo)” era “uma forma superior de vida”¹⁴³⁹, e os factores objectivos podiam ser (e eram), a seu ver, uma consequência da realidade económica, política, social e cultural, com primazia para o aspecto económico, na medida em que, segundo ele, a identidade era, acima de tudo, a expressão da realidade económica definida pelo nível das “forças produtivas” (o homem e a natureza) e pelo “modo de produção” (relações dos homens na sociedade)¹⁴⁴⁰.

Todavia, admitindo, que a cultura era a síntese dinâmica da realidade material e espiritual da sociedade, exprimindo as relações das “forças produtivas” e do “modo de

¹⁴³⁵ *Idem, ibidem*, p. 228.

¹⁴³⁶ *Idem, ibidem*, p. 229.

¹⁴³⁷ “O papel da cultura na luta pela independência”, texto lido, na ausência do seu autor, na Reunião de Peritos sobre Noções de Raça, Identidade e Dignidade. UNESCO, Paris, 3 - 7 de Julho de 1972, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 240.

¹⁴³⁸ *Idem, ibidem*, p. 240.

¹⁴³⁹ *Idem, ibidem*, p. 240.

¹⁴⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 240.

produção”, Cabral afirmava que a identidade era não só a expressão da realidade económica, mas também cultural¹⁴⁴¹, tendo a estrutura social como base. Logo, era essa estrutura social que, na sua perspectiva, determinava se um grupo humano, sob a dominação colonial, preservava ou perdia a sua identidade. Tudo dependia da acção e dos efeitos deste domínio sobre esta mesma estrutura social.

Se, para Cabo Verde, Cabral reconhecia que havia uma certa identidade e homogeneidade, apenas suplantada pelas diferenças de ordem económica entre a cidade e o campo, o mesmo não acontecia relativamente à Guiné, onde ainda não havia uma nação e uma identidade no verdadeiro sentido do termo. A construção de uma nação e de uma identidade estavam na forja, enquanto projecto político que devia consumir-se com a integração dos diferentes grupos étnicos (“a classe-nação” de Amílcar Cabral) numa única unidade política federal que juntaria a Guiné e Cabo Verde, e com o aparecimento de um “Homem Novo”, patente também no discurso de outros teóricos como Frantz Fanon. Na linha de Senghor¹⁴⁴², Cabral defendia também que o Estado sempre antecederia a nação.

De resto, a existência de vários grupos e de diferentes estruturas sociais podia fazer com que, tal como acontecera em relação ao «retorno às fontes», a cultura não fosse uniforme. A multiplicidade de categorias sociais tornavam complexa, na análise de Cabral, a determinação do papel da cultura no movimento de libertação nacional, fazendo com que a atitude de cada um deles em relação à luta fosse ditada por interesses económicos e culturais¹⁴⁴³. De acordo com Amílcar Cabral, as diferenças de nível cultural explicavam os diferentes comportamentos dos indivíduos da mesma categoria sócio-económica face ao movimento de libertação. No caso concreto da Guiné, assegurava que a distribuição horizontal e vertical dos níveis de cultura apresentava uma certa complexidade. Entre os balantas, que, na sua opinião, eram uma sociedade horizontal por não terem “classes”, havia uma certa uniformidade dos níveis culturais, variável apenas nas características individuais e nos grupos etários. Era no seio destas sociedades de estrutura social horizontal que se verificava a tendência para a preservação, não só da cultura e da identidade, mas também a propensão para uma maior resistência contra o domínio estrangeiro. Ao invés, nas sociedades verticais, havia uma grande variação do

¹⁴⁴¹ *Idem, ibidem*, pp. 240.241.

¹⁴⁴² F. Fanon, *Sociologie d'une Revolution – l'An de la Revolution Algérienne*, Paris, François Maspero. 1959, p. 109.

¹⁴⁴³ “Libertação nacional e cultura”, conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Siracusa (Estados Unidos da América a 20 de Fevereiro de 1970), in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 225.

topo para a base da pirâmide social. Estes exemplos demonstravam a ligação entre o facto cultural e o facto económico¹⁴⁴⁴.

Cabral reconhecia que, entre os fulas da Guiné portuguesa, a autoridade dos chefes era nominal, porque a verdadeira autoridade era exercida pelo poder colonial. A única autoridade que restava aos chefes tradicionais era a cultural, o que não deixava de ter implicações políticas. Este facto permitia-lhes, de certo modo, preservar a sua cultura e identidade. Para além da contradição que o sistema colonial fomentava, o colonialismo português viu-se forçado a adoptar, afirmava Cabral no texto apresentado em Paris, em 1972, a política de protecção em relação às “classes” dirigentes dos grupos em que se apoiava¹⁴⁴⁵, através da concessões de benefícios vários. Esta política não estava, na opinião de Cabral, isenta de perigos. É que a pronta adesão de alguns destes chefes à luta podia ser a forma desesperada que encontraram para eliminar a opressão colonial sobre a sua própria “classe” e restabelecer a sua dominação e autoridade política e cultural sobre o seu povo¹⁴⁴⁶.

A cultura tinha grande influência (positiva e negativa) nas opções políticas do movimento de libertação nacional, mas também revelava os limites dessa influência e a supremacia do factor “classe” no comportamento de diversas categorias sociais. Se, para Cabral, os chefes tradicionais ou religiosos não estavam alienados de forma significativa à cultura do opressor, já os altos funcionários e os intelectuais estavam, por causa dos seus interesses (económicos e sociais) de “classe”¹⁴⁴⁷, facto que não devia ser ignorado pelos movimentos de libertação.

De uma maneira geral, Cabral chegou a conclusão que, na Guiné, um sector das massas urbanas e do campo conseguira, mais ou menos, manter a sua cultura e identidade intactas, quer na base, quer no topo da pirâmide social. Tudo em virtude dos quase inexistentes contactos com os colonos e devido à discriminação racial de que era vítima. Esta discriminação legal fora ainda reforçada pelo reduzido número de colonos. O mesmo não acontecia com a pequena burguesia, que, fruto dos frequentes contactos com aqueles, resultantes da sua posição social, tinha, no dizer de Cabral, mais necessidade em reencontrar a sua identidade.

¹⁴⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 226.

¹⁴⁴⁵ “O papel da cultura na luta pela independência”, texto lido, na ausência do seu autor, na Reunião de Peritos sobre Noções de Raça, Identidade e Dignidade. UNESCO, Paris, 3 – 7 de Julho de 1972, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 242.

¹⁴⁴⁶ “Libertação nacional e cultura”, Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Siracusa (Estados Unidos da América a 20 de Fevereiro de 1970), in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.^a edição, volume I, Seara Nova, 1978, p. 227.

¹⁴⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 227.

Na conferência proferida na Universidade de Siracusa (1972), Cabral reconhecia que a cultura reflectia a realidade material e espiritual da sociedade, do homem-indivíduo e do homem-ser-social face ao conflito que o opunha à natureza e aos imperativos da vida em comum¹⁴⁴⁸. Por isso apresentava aspectos positivos e negativos, forças e fraquezas. Uma das maiores batalhas do líder do PAIGC, durante a luta armada, foi a de fazer respeitar as crenças religiosas e tribais, contanto que elas não atentassem contra a dignidade humana¹⁴⁴⁹ ou que não fossem negativas.

Desde 1965 que propunha aos seus militantes, dirigentes e combatentes, uma peleja sem violência contra os factores negativos da cultura, como o uso de mezinhas e a adopção de algumas crenças e tradições¹⁴⁵⁰ que, na sua perspectiva, eram contrárias à dignidade humana, fomentavam o tribalismo, a discriminação racial e/ou religiosa. Cabral promoveu, igualmente, a laicização no quadro da luta armada, através do respeito pela religião de cada um e do direito de não ter religião. Para o líder guineense e cabo-verdiano, a única e a mais poderosa força da natureza era o Homem. É neste aspecto particular da luta contra o que considerava “os aspectos mesquinhos”, que mais se evidenciou a sua acção.

No seminário de quadros realizado em Conakry, em 1969, chamava a atenção para o problema tribal e étnico e também para o facto de começar a emergir no quadro da luta de libertação nacional a consciência nacional, ainda que subsistisse um sentimento arreigado de pertença a determinado grupo étnico. Contudo, este sentimento não deixava de representar, à luz do pensamento de Cabral, uma das maiores fraquezas dos movimentos de libertação nacionais, que o colonialismo podia aproveitar¹⁴⁵¹ para destruir as conquistas da luta. A exploração desta realidade tribal era ainda muito viva no quadro da guerra da Guiné e podia mesmo pôr em perigo a unidade nacional na fase da independência, caso não fosse combatida. Para o Secretário-geral do PAIGC, o tribalismo não era uma invenção do povo que, segundo ele, seguia “a realidade com muito realismo”¹⁴⁵², mas dos “oportunistas” e “ambiciosos”. Entre eles citava, por exemplo, os intelectuais¹⁴⁵³ e indivíduos ou grupos “destribilizados” que, na sua óptica, seguiam as

¹⁴⁴⁸ *Idem, ibidem*, pp. 229-230.

¹⁴⁴⁹ Amílcar Cabral, “Guinea: el poder de las armas”..., p. 11.

¹⁴⁵⁰ FAC (Praia), “Melhorar os nossos conhecimentos defender a nossa saúde”, do camarada Amílcar CABRAL..., 2G.

¹⁴⁵¹ AMS, Amílcar Cabral, “Situação actual da luta”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta, 4340.001, im. 124.

¹⁴⁵² AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do partido. 2 – Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 74.

¹⁴⁵³ *Idem, ibidem*, im.74.

pisadas do colonialismo, instigando divisões e conflitos. Em 1967, num artigo publicado na revista *Tricontinental*, Cabral reconhecia que muitos destes intelectuais tinham estudado inclusivamente nas universidades europeias, e que por isso mesmo estavam “completamente desligados dos problemas dos seus povos”:

Dont on pourrait dire qu'ils sont tribalistes, des gens qui souvent méprisent leur propre peuple et qui, par ambitions politiques, ont recours à des fondements qui n'existent déjà plus dans la mentalité de nos peuples, pour essayer de réaliser leur objectif opportuniste, leurs fins politiques, leur ambition de commandement et de domination politique¹⁴⁵⁴.

No caminho para a edificação de um “Homem Novo” e de uma nova cultura nacional, patente no discurso de Amílcar Cabral, era indispensável acabar com esse fantasma do tribalismo. No mesmo ano, em Belgrado, voltou a insistir sobre o fenómeno tribal, considerando os intelectuais como os seus principais instigadores:

I should like to point out that in Africa the biggest exponents of tribalism are precisely the people who obtained their education in Europe. In other words, people who have themselves rejected tribalism but revert to it only for reasons of personal ambition or political opportunism. Exceptions are some of the traditional chieftains, like those in Nigeria, for instance, but even they had education at Oxford. In Africa, you would be hard put to find a tribal chieftain who invokes tribalism and who fights for it¹⁴⁵⁵.

No que dizia respeito à Guiné, Cabral acreditava que balantas, papeis, mandingas e descendentes de cabo-verdianos, podiam avançar juntos na luta pela conquista da independência e na construção “de um país de progresso e de felicidade”.

O problema tribal, que Cabral considerava que estava em acelerada desagregação à custa da evolução económica e social, mesmo antes da chegada dos portugueses a África, era um entrave sério à construção da identidade nacional. Daí que o tribalismo fosse visto como um fenómeno dialéctico, isto é, para Cabral existia e não existia. Na sua óptica, o tribalismo estava mais presente na mentalidade das pessoas do que na estrutura económica¹⁴⁵⁶. Em Belgrado, concluiu mesmo: “No nosso país o tribalismo não teve um papel de factor económico”¹⁴⁵⁷.

E politicamente? Cabral não acreditava que viessem a aparecer, no espectro político-partidário guineense e cabo-verdiano, partidos de base étnica, por causa da acentuada desagregação da estrutura tribal, mas também pelo fiasco de algumas experiências

¹⁴⁵⁴ AMS, “Décidés a résister”, *Tricontinental*, Havana (Cuba), 1967, pasta 4322.005, ims. 125-126.

¹⁴⁵⁵ Amílcar Cabral, “Fifty years of the Struggle for National Liberation”, p. 96.

¹⁴⁵⁶ AMS, “Décidés a résister”, *Tricontinental*, Havana (Cuba), 1967, pasta 4322.005, im. 125.

¹⁴⁵⁷ Amílcar Cabral, “Fifty years of the Struggle for National Liberation”, p. 96.

que bem conhecia no quadro dos movimentos de libertação da Guiné, como anteriormente já tivemos ocasião de assinalar. Pelas mesmas razões, não acreditava que surgissem conflitos entre a cidade e o campo, devido às ligações culturais, económicas e sociais prevaletentes entre aquelas duas realidades. Além do mais, a própria luta estava a contribuir para cimentar a consciência nacional¹⁴⁵⁸ e para a criação de um sentimento de unidade¹⁴⁵⁹, liquidando assim, a pouco e pouco, as sequelas de ideias tribais que ainda subsistiam¹⁴⁶⁰.

Mesmo não contando com a aliança de alguns chefes tradicionais fulas e mandingas, que se haviam colocado literalmente ao lado dos portugueses, Amílcar Cabral assegurava que a luta tinha transformado a realidade étnica, tornando possível a unidade suficiente e criando, gradualmente, entre os grupos étnicos existentes, a consciência de que eram africanos e não portugueses¹⁴⁶¹. Cabral valorizaria, positivamente a etnicidade ou a tribo, enquanto “extensão étnica do clã através de um território” (a definição é de Nkrumah¹⁴⁶²), e, negativamente, o tribalismo, entendido também por Nkrumah, como “instrumento de poder das classes burguesas” na fase colonial, sobretudo quando é aproveitado para fins políticos e oportunistas.

2.3. Em defesa do relativismo da cultura africana

Apesar da destruição movida pelo colonialismo e pelo imperialismo, Cabral acreditava que a vitalidade da cultura africana, “uma das mais ricas”¹⁴⁶³, estava a ser reposta através da luta de libertação nacional. Estabelecia, assim, o paralelismo entre a cultura e a luta de libertação. A dimensão e a riqueza dessa cultura reflectiam-se na imensidade dos aspectos culturais, nas quais arrolava as cidades históricas como Cartago, Guiseh, Ifé, Tomboctu, Kilwa, alguns países como o Zimbabwe, Marrocos e Benin, a diversidade de condições naturais, as obras de arte, as tradições orais e escritas, as concepções cosmogónicas, a música, a dança, a religião e as crenças.

¹⁴⁵⁸ AMS, “Décidés a résister”, *Tricontinental*, Havana (Cuba), 1967, pasta 4322.005, im. 125.

¹⁴⁵⁹ *Idem, ibidem*, im. 121.

¹⁴⁶⁰ *Idem, ibidem*, im. 126.

¹⁴⁶¹ AMS, “Report on Portuguese Guinea and the Liberation Movement”, February 26, 1970”, 4343.002, im. 143.

¹⁴⁶² Kwame Nkrumah, *A luta de classes em África*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1976, p. 69.

¹⁴⁶³ “Libertação nacional e cultura”, Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Siracusa (Estados Unidos da América a 20 de Fevereiro de 1970), in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*. 2.ª edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 229.

Para Amílcar Cabral, o valor universal da cultura africana era incontestável, mas ainda que isso servisse de orgulho e de estímulo, não devia esconder a ideia de que nenhuma cultura era perfeita e acabada. Cabral introduzia, assim, a ideia de dinâmica cultural que, tal como a história, era, na sua opinião, “necessariamente um fenómeno em expansão, em desenvolvimento”¹⁴⁶⁴, estando em íntima ligação de dependência e de reciprocidade com outras realidades (social e económica), isto é, com o nível das “forças produtivas” e com o “modo de produção”. Daí que cada cultura apresentasse valores positivos e negativos, virtudes e defeitos. Cabral acreditava que a exaltação das virtudes da cultura africana, sem condenar os defeitos ou os aspectos “negativos, reaccionários ou de regressão”, podia ter o mesmo efeito que a política colonial de subestimação do valor da cultura¹⁴⁶⁵. Apesar de ter traços comuns e específicos, Cabral sustentava que não existia uma única cultura continental africana¹⁴⁶⁶, o que podia ser interpretado como uma crítica aos representantes do movimento da Negritude.

O relevante para o líder guineense e cabo-verdiano, não era o debate acerca da especificidade ou não da cultura africana, mas uma análise crítica dessa cultura face ao movimento de libertação e às exigências do progresso na nova etapa da história da África¹⁴⁶⁷. Neste sentido, já Fanon colocava, como condição primordial para a adesão à cultura negro-africana e para a unidade da cultura africana, o apoio incondicional à luta de libertação dos povos africanos. O dirigente do PAIGC defendia a tomada de consciência do valor da cultura africana, no âmbito da civilização do universal, mas também chamava a atenção para a necessidade da sua comparação, sempre que possível, com outras culturas, não para decidir da sua superioridade ou inferioridade, mas para determinar, no quadro geral da luta pelo progresso, qual a contribuição que deu e pode dar para a humanidade, e o que ela pode ou deve receber¹⁴⁶⁸. Neste aspecto particular, o movimento de libertação devia assumir aqui um duplo e importante papel: centrando a sua acção no conhecimento profundo dos elementos da cultura, bem como dos seus níveis em cada categoria social; ser capaz de distinguir, dentro do conjunto dos valores culturais do povo, o essencial do acessório, o positivo do negativo, o progressista do reaccionário, aproveitando os aspectos positivos e combatendo cuidadosamente, mas com rigor, os negativos ou transformá-los em força¹⁴⁶⁹. Dizia Cabral em Fevereiro de 1970:

¹⁴⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 229.

¹⁴⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 230.

¹⁴⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 230.

¹⁴⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 230.

¹⁴⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 230.

¹⁴⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 230.

Tal como a história, a cultura também se desenvolve num processo desigual a todos os níveis de uma sociedade, variando no espaço e no tempo. A subestimação da cultura africana por parte do colonialismo tinha o mesmo efeito negativo que o elogio e a exaltação das virtudes sem condenar ou apontar os defeitos, os aspectos “negativos, reaccionários ou de regressão”¹⁴⁷⁰.

¹⁴⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 230.

Cap. 2 – O Percurso em Direcção à Etapa Revolucionária

1. A transição para a fase revolucionária

1.1. Amparo na legalidade internacional

Até Janeiro de 1963, a estratégia de Amílcar Cabral, tendo em vista a liquidação pacífica do colonialismo português na Guiné e Cabo Verde, amparou-se na ideia do restabelecimento da legalidade internacional¹⁴⁷¹, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, consagrado no artigo 73.º da Carta das Nações Unidas, e nas inúmeras resoluções da Assembleia-geral e do Conselho de Segurança.

Como se sabe, em 1945, a Carta das Nações Unidas adoptava, nos Capítulos XI, XII e XIII, um regime jurídico para os territórios colonizados que passaram a ser denominados “não-autónomos” e/ou “sob tutela”, consoante os casos. No sentido de contrariar as pressões internacionais sobre a sua política colonial, Portugal reformou, como se disse, a sua Constituição em 1951, alterando a designação de colónias, que poderia ser perfeitamente enquadrada na nova fórmula jurídica de “territórios não-autónomos”, para a de “províncias ultramarinas”. Nesta nova lógica “imperial” defendida pelo Estado Novo, as colónias passaram a ser uma espécie de extensões do território continental que ia do Minho a Timor. Esta alteração, puramente cosmética, não evitou, porém, que as pressões sobre Portugal aumentassem de intensidade, sobretudo depois da sua admissão na ONU, ocorrida a 14 de Dezembro de 1955, e da Conferência Afro-Asiática de Bandung, que teve lugar no mesmo ano.

Em 1960, a ONU passou a exigir aos países colonizadores que favorecessem a prosperidade das colónias (“territórios não-autónomos”), conduzindo-as gradualmente a formas de autogoverno, em conformidade com o artigo 73.º da Carta, e que apresentassem, ao Secretário-geral daquela organização, informações e dados estatísticos acerca dos progressos realizados nos referidos territórios. Esta decisão, além de ter sido uma consequência do contexto mundial e da pressão dos países afro-asiáticos com assento na Assembleia-geral, foi também o corolário da grande acção de denúncia do colonialismo

¹⁴⁷¹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 222, “Amílcar Cabral”, SR, “Cabo Verde e a Guiné «Portuguesa» perante a ONU. Declaração feita por Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, perante a Quarta Comissão da Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas, a 12 de Dezembro de 1962”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) Secretariado-geral *Bureau* de Dakar, Janeiro de 1963, volume I, pasta 2, fl. 224v.

português, levada a cabo por Amílcar Cabral e pelos nacionalistas de Angola e de Moçambique, desde 1957. Num comunicado dirigido aos povos da Guiné e de Cabo Verde, datado de Dezembro de 1960, o próprio Cabral não deixou de reconhecer a proficuidade do trabalho feito neste domínio. Mormente, através da publicação de artigos em jornais e em revistas, da participação em conferências e palestras, da presença activa em reuniões internacionais, do envio de documentos à ONU e de acções decididas junto de vários governos e de organizações de países amigos. Nas suas próprias palavras:

Por meio de um trabalho incansável durante quase cinco anos, nós desmascaramos os colonialistas portugueses, provámos que eles mentiam descaradamente, contámos a verdade sobre a situação, a vida e o sofrimento dos nossos povos, e toda a gente, incluindo o próprio povo de Portugal, ficou a conhecer a verdadeira face dos opressores e exploradores dos nossos povos¹⁴⁷².

A resposta portuguesa à “ofensiva” da ONU, fundamentada nas alterações produzidas com a revisão constitucional de 1951, foi a de que não possuía nenhum território com a terminologia jurídica de “não-autónomos”¹⁴⁷³, recusando-se liminarmente em cumprir as exigências da organização internacional. Fazia até depender de cada Estado a competência para determinar se tinha ou não tinha territórios “não-autónomos”, isto é, “colónias”. Deste modo, a questão da competência, como o sublinhou Manuel Duarte¹⁴⁷⁴, passou a dominar os debates daquele organismo, com Portugal a invocar que as disposições constitucionais da metrópole não faziam qualquer menção ao termo “colónias” e que, portanto, as suas “províncias” não entravam no regime jurídico que a ONU estabelecera no seu capítulo. XI, do artigo 73º da Carta¹⁴⁷⁵. Por isso, Portugal recusava-se a facultar quaisquer informações sobre as suas colónias, a reconhecer o Comité Espe-

¹⁴⁷² AMS, Comunicado do PAI intitulado, “Aos povos da Guiné e Cabo Verde, assinado por Amílcar Cabral, Zain Lopes, Seidi Camará, Amadu Djaló, Badará Touré e Walter Barreto”, Dezembro 1960, pasta 4602009, ims. 1-2.

¹⁴⁷³ AMS, “Légalitéés des luttes de libération nationale. Le cas des colonies portugaises et des territoires d’Afrique australe”, IX^{ème} Congrès de L’AIJD, ordre du jour: point 1 b), Rapport présenté par Paulette Pierson-Mathy, Maître de recherche à l’Université Libre de Bruxelles, Helsinki, 15-19 juillet 1970, pasta, 4321.002, im. 13.

¹⁴⁷⁴ Manuel Duarte, *ob. cit.*, p. 66.

¹⁴⁷⁵ Este artigo da Carta considerava as “colónias” como territórios geograficamente separadas e etnicamente ou culturalmente distintas do país que os administrava. Logo, a associação destes territórios não resultava da sua livre opção e nem sequer havia igualdade no que dizia respeito ao estatuto de direito público e privado (AMS, “Legalites des luttes de liberation nationale. Le cas des colonies portugaises et des territoires d’Afrique australe”, IX^{ème} Congrès de L’ AIJD, ordre du jour: point 1 b), Rapport présenté par Paulette Pierson-Mathy, Maître de recherche à l’ Université Libre de Bruxelles, Helsinki, 15-19 juillet 1970, pasta, 4321.002, im. 13).

cial¹⁴⁷⁶, que foi criado para o efeito, e a receber um grupo de contacto que deveria visitar Lisboa. Portugal tinha a sua própria interpretação do artigo 73º.

Face a esta recusa obstinada de Portugal em cooperar com as Nações Unidas, a ocupação dos territórios africanos passou vista por Amílcar Cabral e seus companheiros africanos, desde meados dos anos 50, como uma violação flagrante do direito internacional e uma “anexação pela força”¹⁴⁷⁷, logo “ilegal”. Os princípios e os argumentos invocados para essa ocupação ilegal (“direito histórico”, “ocupação efectiva”, “exigência do progresso” e a “política de assimilação”) também foram considerados falsos.

Perante as contínuas pressões no sentido da definição da natureza jurídica dos territórios sob a dominação portuguesa, o Ministro do Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira, defendia-se, perante a Assembleia-geral, em 1963, com o argumento de que a primeira lei em que aparecia a designação de “províncias ultramarinas” datava, na realidade, de 1612, e não de 1951¹⁴⁷⁸, justificação que o Ministro de Negócios Estrangeiros tunisino, Mongi Slim, considerou então “ridiculous fiction”¹⁴⁷⁹.

No ano anterior (Junho de 1962), Cabral contestava em Conakry, perante o Comité Especial dos Territórios sob a Administração Portuguesa das Nações Unidas, criado pela Resolução 1654 (XVI)¹⁴⁸⁰, o estatuto político, jurídico, administrativo e constitucional da Guiné. Para ele, longe de ser uma “província de Portugal”, a Guiné era um país “não-autónomo”, de acordo com a terminologia jurídico-política adoptada pelas Nações Unidas. De resto, toda a sua vida económica, política e social era regida por leis e normas diferentes das aplicadas ao povo de Portugal. O povo da Guiné não tinha direitos políticos, nem podia participar nas instituições políticas ou contribuir para o funcio-

¹⁴⁷⁶ O Comité Especial foi estabelecido pela Resolução 1645 (XV), a 27 de Novembro de 1961. Inicialmente, era constituído por 17 países: Austrália, Cambodja, Etiópia, Índia, Madagáscar, Mali, Polónia, Síria, Tanganica, Tunísia, URSS, Reino Unido, Irlanda do Norte, EUA, Uruguai, Venezuela e Jugoslávia. A 20 de Dezembro de 1962, os seguintes sete Estados-Membros foram convidados e aceitaram integrar o Comité Especial: Bulgária, Chile, Dinamarca, Irão, Iraque, Costa de Marfim e Serra Leoa. O Comité passou, assim, a ser conhecido como Comité dos 24, e, mais tarde, como Comité de Descolonização.

¹⁴⁷⁷ AMS, “Manifesto do Movimento Anticolonialista (MAC)”. Edição do Departamento de Informação Propaganda e Cultura do PAIGC, pasta 4357.001, im. 9.

¹⁴⁷⁸ Risarkivet – Udenrigs Ministeriet Akter 1946-1972, 131 – K-3, Ref. 119m, 2.ª NB – Angola 131K – Goa SN 78 Pakke II fra 1/1 – 1963 – 31/7 – 63, fl. 8.

¹⁴⁷⁹ *Idem, ibidem*, fl. 8.

¹⁴⁸⁰ *UN-General Assembly Resolutions. A Selection of the most important resolutions during the period 1949 through 1974* (Session I – XXVIII). Resolutionen der Generalversammlung Jahren 1949 – 1974 (I-XXVIII). Sitzungsperiode) Stand: Mai 1974 – Cheeked and compiled by ausgewählt und zusammengestellt von Knud Krakau, Henning v. Wedel, Andreas Göhmenn 1975 Alfred Metsner Verlag Gomb – Frankfurt Am Main Dokumente, Herausgeber: Institut für internationale Angelegenheiten der Universität Hamburg, Institut für internationale Recht an der Universität Kiel Institut für Völkerrecht der Universität Göttingen Band 43, p. 110. Este Comité foi ampliado para 24 membros, passando a designar-se Comité dos 24 ou Comité da Descolonização.

namento da vida política do país, sendo-lhe negados os direitos fundamentais, o que era contrário a Carta das Nações Unidas.

Muitos autores conotados com a esquerda, como o cubano Osvaldo Ortega, reafirmaram a insustentabilidade da tese das “províncias ultramarinas” defendida por Portugal, em virtude destas “províncias” não gozarem dos mesmos direitos que Portugal e de não terem força legal por falta de unidade a nível territorial, idiomática, de tradições e, muito menos ainda, de interesses económicos¹⁴⁸¹.

A situação política mundial tinha-se alterado profundamente desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tornando-se mais favorável à emergência de nacionalismos independentistas, principalmente na Ásia e na África. O acesso à independência de vários países africanos, entre 1957 a 1960, fez emergir, no seio da ONU, sobretudo depois da Conferência de Bandung, o bloco Afro-Asiático. A aliança deste bloco com os países da “Cortina de Ferro” e o incremento do número de países independentes associados àquele bloco na Assembleia-geral das Nações Unidas, como já se disse, fez crescer a discussão sobre a política colonial e desencadear uma onda de contestação e de pressão sobre o colonialismo, nomeadamente o português.

Com efeito, a 25 de Setembro de 1960, sob proposta do então Primeiro-Ministro soviético, Nikita Krushev, era apresentada na Assembleia-geral um projecto de resolução a favor da outorga da independência aos territórios coloniais, que seria emendada pela delegação afro-asiática. A 12 de Novembro foi a vez do Conselho de Tutela adotar uma resolução que punha em causa a argumentação do delegado português relativamente à natureza jurídica dos territórios ocupados por Portugal e a responsabilidade do seu Governo em relação aos povos colonizados. Esta posição veio marcar, praticamente, a agenda da Assembleia-geral, que se reuniu pouco depois, a 14 de Dezembro. Nas vésperas do início dos trabalhos dessa histórica sessão, Cabral redigiu um “Memorando” ao Governo de Salazar¹⁴⁸², em que tentava a liquidação do colonialismo português por via pacífica, propondo, entre outras medidas, o reconhecimento solene e imediato do direito dos povos da Guiné e de Cabo Verde à autodeterminação e a retirada imediata do exército português e da polícia política (PIDE) desses territórios¹⁴⁸³.

¹⁴⁸¹ Osvaldo Ortega N. “Descaro de Ultramar”, *Diario de la tarde*, la Habana, 20 de julio de 1965, p. 8.

¹⁴⁸² IAN/TT-PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Memorandum enviado ao Governo Português pelo Partido Africano da Independência (Guiné e Cabo Verde)”, Secretariado-geral do PAIGC, em Conakry, 1 de Dezembro de 1960, fl. 657v. No entanto, é importante assinalar que, no documento se dizia que o original era datado da sede do PAIGC, na Guiné, 15 de Novembro de 1960, e da Delegação em Dakar, 28 de Novembro de 1960.

¹⁴⁸³ IAN/TT-PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Memorandum enviado ao Governo Português pelo Partido Africano da Independência (Guiné e Cabo Verde)”, Secretariado-geral do PAIGC, em Conakry, 1 de Dezembro de 1960, fl. 657v).

Efectivamente, a 14 de Dezembro, a Assembleia-geral aprovava, com 89 votos favoráveis, 9 contra e 3 abstenções (Reino Unido, Portugal e EUA), a célebre Resolução 1514 (XV), que ratificava a do Conselho de Tutela. Nesta resolução declarava-se, entre outras coisas, que a sujeição dos povos à dominação estrangeira constituía a negação dos direitos fundamentais, contrariava a Carta das Nações Unidas e reiterava, igualmente, o direito de todos os povos à autodeterminação¹⁴⁸⁴. Esta era a primeira vitória moral dos movimentos de libertação (o PAIGC incluído). Contudo, Cabral mostrava-se ainda céptico em relação aos resultados que a acima mencionada resolução podia produzir, designadamente no que dizia respeito à alteração da natureza do colonialismo português¹⁴⁸⁵. Tinha motivos para não acreditar que uma simples resolução viesse mudar radicalmente a posição do Governo de Portugal, pese embora as reformas encetadas, nos inícios da década de 60, pelo Estado Novo. É que o fim do “indigenato” decretado pelo regime de Salazar, em 1961, não deixou de fazer com que, por exemplo, os órgãos de soberania e toda a vida social, política, económica e cultural continuassem a depender do Governo português, do Presidente da República e da Assembleia Nacional. Até mesmo o cargo de Governador da Guiné continuava a ser de nomeação do Governo central, com sede em Lisboa.

O cepticismo de Amílcar Cabral também era extensivo às possibilidades de sucesso das resoluções da ONU e a uma acção concertada a nível da política externa que viessem conduzir a Guiné à independência pacífica, em virtude das contradições entre os interesses dos Estados (alguns deles colonialistas) e os princípios consagrados na Carta da ONU¹⁴⁸⁶. Portanto, Cabral já não acreditava também numa mudança de atitude por parte do Governo português, cuja intransigência, estava a afectar, de acordo

¹⁴⁸⁴ *UN-General Assembly Resolutions. A Selection of the most important resolutions during the period 1949 through 1974* (Session I – XXVIII). *Resolutionen der Generalversammlung Jahren 1949 – 1974 (I-XXVIII). Sitzungsperiode)* Stand: Mai 1974 – Cheeked and compiled by ausgewählt und zusammengestellt von Knud Krakau, Henning v. Wedel, Andreas Göhmenn 1975 Alfred Metsner Verlag Gomb – Frankfurt Am Main Dokumente, Herausgeber: Institut für internationale Angelegenheiten der Universität Hamburg, Institut für internationale Recht an der Universität Kiel Institut für Völkerrecht der Universität Göttingen Band 43, p. 109. Para o conhecimento e o estudo do direito à autodeterminação, designadamente a partir de 1945, vide A. Rigo Sureda, *The evolution of the right of self-determination. A study of United Nations Practice*, A. E. Sijthoff-Leiden 1973, p. 95 e ss.

¹⁴⁸⁵ AMS, Amílcar Cabral e Aristides Pereira, “Rapport sur la lutte de liberation des peuples de la Guinee portugaise et des îles du Cap Vert”, Partido Africano da Independência (Guinée “portugaise” et Îles de Cap Vert), mars (?) de 1961, pasta 4341.001, im. 4.

¹⁴⁸⁶ “Un crime de colonialisme (Fondements juridiques de notre lutte armée de libération nationale. Extrait du Rapport présenté par le camarade Amílcar Cabral, au Comité Spécial de l’ONU por les Territoires Administrés par le Portugal. Département de Secretariat, Information, Culture et Formation de Cadres – Collection “Discours et Interventions”, [dactilografado] PAIGC, 1961, p. 2; e também IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [C12], NT 7949, “Le Peuple de la Guiné «Portuguesa» devant l’Organisation des Nations Unies. Déclaration du Secrétaire Générale du PAIGC Ingénieur Amílcar Cabral, présenté au Comité Spécial de l’ONU pour les Territoires Administrés par le Portugal”, juin 1962, fls. 59v-60.

com um “Memorando” que enviou à Assembleia-geral da ONU, em Setembro de 1961, 15 milhões de pessoas¹⁴⁸⁷ nas suas colónias de África.

Num relatório geral sobre a luta de libertação nacional apresentado em Julho de 1961, em Dakar, no decurso da Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, Cabral criticava a falta de coragem de Portugal em cumprir as suas obrigações e o facto de, ao invés, estar a empregar todos os meios ao seu alcance para reforçar e manter o seu domínio sobre os povos colonizados¹⁴⁸⁸. Foi com base no direito legítimo que lhe outorgava a Carta das Nações Unidas, que Cabral reivindicou, junto desta organização, em Dezembro de 1962, o carácter internacional da luta do povo da Guiné e Cabo Verde e, conseqüentemente, o direito a uma ajuda concreta em três modalidades: material, moral e política.

Apesar de toda a desconfiança em relação à ONU, em finais de 1962, Cabral acreditava que, dentro das suas naturais limitações e usando os mecanismos legais (não dispunha de outros instrumentos), aquela organização era ainda a única instituição da qual dependia a resolução pacífica do conflito que opunha Portugal e as suas colónias africanas. A ONU continuava a ser guardiã e responsável pela observância das leis internacionais e a única entidade com legitimidade para impor a Portugal a aceitação de eventuais negociações com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, em geral, e da Guiné e Cabo Verde, em particular¹⁴⁸⁹. Ora, a base legal a que Cabral se referia, e sobre a qual as Nações Unidas deveriam apoiar-se para fazer respeitar a legalidade internacional era precisamente a já referida Resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro de 1960¹⁴⁹⁰. Amílcar Cabral assumia, portanto, que a luta dos povos da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde para a conquista do que considerava a sua dignidade¹⁴⁹¹ era também em defesa da legalidade internacional e dos princípios morais e de justiça que regiam a ONU. Ora, isto fazia dos povos da Guiné e de Cabo Verde combatentes anónimos das causas defendidas por aquela organização¹⁴⁹², conferindo-lhes assim o direito de receberem a ajuda humanitária por parte das Nações Unidas.

¹⁴⁸⁷ AMS, “Memorandum à Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, Conakry, 26 de Setembro de 1961, pasta 4824.006, im. 60.

¹⁴⁸⁸ Relatório, Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, Dakar, 1961.

¹⁴⁸⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 222, “Amílcar Cabral”, SR, “Cabo Verde e a Guiné «Portuguesa» perante a ONU. Declaração feita por Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC, perante a Quarta Comissão da Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas, a 12 de Dezembro de 1962”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) Secretariado-geral *Bureau* de Dakar, Janeiro de 1963, volume I, pasta 2, fl. 224v.

¹⁴⁹⁰ AMS, “Report on Portuguese Guinea and the liberation Movement”, Statement of Amílcar Cabral, Secretary General African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde Islands, Thursday, February 26, 1970, pasta 4343.002, im. 136.

¹⁴⁹¹ *Idem, ibidem*, im. 225v.

¹⁴⁹² IAN/TT – PIDE/DGS, processo 222, “Amílcar Cabral”, SR, “Cabo Verde e a Guiné “Portuguesa”

Uma coisa, porém, é certa. Depois da aprovação da Resolução 1514 (XV), Portugal não mais teve paz na Assembleia-geral da ONU. Em Novembro de 1961, um articulista do jornal *Arriba* (Espanha) escrevia mesmo, com uma certa ironia, o seguinte sobre a posição difícil de Portugal nas Nações Unidas:

El meterse despiadadamente con la política ultramarina portuguesa se ha hecho costumbre y en los diversos departamentos de las Naciones Unidas, Portugal sirve de blanco cotidiano para rellenar todos los vacíos, ocupar las pausas¹⁴⁹³.

No célebre relatório apresentado ao Comité Especial da ONU para Territórios Administrados por Portugal reunido em Conakry, em Junho de 1962, Cabral revelava a determinação dos povos da Guiné e de Cabo Verde em conquistarem a sua independência, fossem quais fossem os sacrifícios e os caminhos que tivessem de ser percorridos¹⁴⁹⁴. Era a primeira aparição pessoal de Amílcar Cabral perante aquele órgão.

Mas, o líder do PAIGC tinha também a consciência de que a conquista dessa independência não ia depender unicamente da vontade dos povos da Guiné e de Cabo Verde, nem mesmo da opção pela via da violência que estava, entretanto, a ser equacionada. Neste sentido, chegou mesmo a anunciar, em 1961, que, se dependesse somente da vontade do seu povo, a Guiné já seria há muito tempo um território independente¹⁴⁹⁵.

Havia, pois, objectivas dificuldades em fazer cumprir as resoluções da ONU, o que inviabilizava, desde logo, a adopção da via pacífica para a conquista da independência nacional. Além do mais, era convicção de Amílcar Cabral de que não entrava nos planos do Estado Novo negociar uma saída pacífica para a situação colonial dos países africanos. Isto é, pelo menos, o que se pode depreender da leitura de um relatório apresentado por ele, em 1961, à Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, em que se afirmava:

perante a ONU. Declaração feita por Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, perante a Quarta Comissão da Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas, a 12 de Dezembro de 1962”, partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) secretariado-geral, *Bureau* de Dakar, Janeiro de 1963, volume I, pasta 2, fl. 225v; e também, AMS, “Salutations du PAIGC au XXVème Congres ordinaire du Parti Social Democrate de Suède – Stockholm 3-10-1972, pasta 4341.002, im. 62.

¹⁴⁹³ Adolfo Lizon, “Angola, casi en paz, ofrece grandes perspectivas para un proximo futuro”, *Arriba*, 1-11-61, in *Portugal and the press 1961-1972*, p. 41.

¹⁴⁹⁴ “Un crime de colonialisme (Fondements juridiques de notre lutte armée de libération nationale). Extrait du Rapport présenté par le camarade Amílcar Cabral, au Comité Spécial de l’ONU pour les territoires administrés par le Portugal. Département de Secretariat, Information, Culture et Formation de Cadres – Collection “Discours et Interventions”, [dactilografado] PAIGC, 1961, p. 1.

¹⁴⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 2.

A hipótese de uma modificação da situação ou da deterioração do colonialismo português é apenas um sonho oportunista ou o resultado de uma análise errada da natureza e da história da colonização portuguesa em África ¹⁴⁹⁶.

Por causa do cepticismo revelado em relação à ONU, a estratégia de Amílcar Cabral relativamente àquela organização internacional foi praticamente abandonada ou pelo menos reformulada, a partir de 1963. O líder do PAIGC e o seu partido deixaram de enviar informações às Nações Unidas sobre a evolução da situação da Guiné e Cabo Verde, pelo menos com a assiduidade com que antes o faziam. Cabral chegou inclusive a avançar a tese segundo a qual a ONU estava manietada, o que a inabilitava de fazer respeitar os princípios da Carta. Ao chegar à conclusão de que as resoluções se revelavam insuficientes para libertar o seu povo, o único caminho que restava então a Amílcar Cabral era, como assegurou Manuel Duarte, “preparar-se o melhor possível para destruir nos seus próprios países as principais forças dos colonialistas portugueses”¹⁴⁹⁷. Esta destruição, que podia passar pela luta armada, era um direito legítimo que assistia, de acordo com Amílcar Cabral, ao povo da Guiné e de Cabo Verde, na defesa dos seus interesses. Idêntica posição foi adoptada, meses mais tarde, no discurso de Cabral perante a IV Comissão da Assembleia-geral, a 12 de Dezembro de 1962.

1.2. A legitimidade do uso da violência e o abandono dos métodos pacíficos

Ao falar da natureza da Revolução Africana, num estudo comparativo que fez entre Fanon e Amílcar Cabral, Robert Blackey afirma, com razão, que não enveredaram logo pela via revolucionária sem primeiro tentarem a via pacífica¹⁴⁹⁸, na linha de Mao Tsé-Tung, Ahmed Ben-Bella e Ho Chi Minh¹⁴⁹⁹. Como a seu tempo tivemos oportunidade de anunciar, no caso específico de Amílcar Cabral, podemos reafirmar que empreendeu, de 1953 a 1955, a luta legal no quadro do próprio regime, com o intuito de alterar a situação na Guiné. É bom lembrar, mais uma vez, as diligências de Amílcar Cabral para criar o Clube Desportivo em Bissau, a publicação de vários artigos relacionados com a sua especialidade, em que propunha a realização de reformas a nível da política agrícola e social, bem como outras formas de consciencialização, com o firme

¹⁴⁹⁶ Relatório, Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, Dakar, 1961; e também Manuel Duarte, *ob. cit.*, pp. 71-72.

¹⁴⁹⁷ Manuel Duarte, *ob. cit.*, p. 72.

¹⁴⁹⁸ Robert Blackey, “Fanon and Amílcar Cabral: a Contrast in Theories of Revolution for Africa”, *The Journal of Modern African Studies*, vol. 12, n.º 2, London, Cambridge University Press, 1974, p. 192.

¹⁴⁹⁹ Baljit Singh and Ko-Wan Mei, *Theory and practice of Modern Guerrilla Warfare*, p. 21.

propósito de levar as massas africanas a reivindicarem igualdade no quadro da sociedade colonial.

Apesar da reacção das autoridades coloniais, Cabral não deixou ainda de insistir no uso da via pacífica para acabar com a dominação colonial portuguesa, influenciado pela doutrina da não-violência defendida em África, desde a segunda metade dos anos 50, pelos apaniguados do chamado pelo politólogo queniano, Ali A. Mazrui, “ghandismo africano”¹⁵⁰⁰.

Foi também em meados dos anos 50, que os primeiros países africanos (Ghana, em 1957, e Guiné-Conakry, em 1958) lograram a independência, sem necessidade de recorrer à violência. Isto não significa, porém, que esta forma de luta tivesse deixado de ser considerada por vários dirigentes e organizações políticas africanas da época. Por exemplo, na Conferência de Tânger, realizada nos primórdios de Abril de 1958, já se admitia, não de forma explícita, é claro, o recurso à violência. Pouco tempo depois, nas moções apresentadas durante a I Conferência dos Estados Africanos Independentes, realizada em Accra, de 15 a 22 de Abril, sob os auspícios de Kwame Nkrumah e George Padmore, o anticolonialismo e a exigência de fixação de uma data para a independência dos países africanos ainda colonizados foram, respectivamente, reiterados. Estávamos numa fase em que a radicalização das posições por parte dos países africanos ainda era ambígua e feita de avanços e recuos. Tanto é assim que, na II Conferência (considerada depois como sendo a I Conferência dos Povos Africanos), também realizada em Accra, oito meses mais tarde (de 6 a 13 de Dezembro de 1958), o uso da violência como método para a conquista da independência foi mesmo condenado, ao deliberar-se que nenhum partido nacionalista devia adoptar aquela via, a não ser em casos extremos¹⁵⁰¹. Isto é, a não ser nos casos em que fossem coagidos a responder à violência do colonizador¹⁵⁰². O queniano Tom Mboya, presidente da referida conferência, chegou mesmo a declarar o seguinte no seu discurso de encerramento:

Nous croyons à la non-violence, mais non dans sa forme négative. C’est l’attitude des puissances coloniales qui décidera si nos peuples seront acculés à la violence ou non¹⁵⁰³.

A política de não-violência foi, subsequentemente, reiterada naquele mesmo ano por outra organização regional, a Panafrican Movement of East and Central Africa

¹⁵⁰⁰ Ali A. Mazrui, *Violence and thought. Essays on Social Tensions in Africa*, New York, Humanities Press, 1969, p. 36.

¹⁵⁰¹ Kenneth W. Grunds, *Guerrilla Struggle in Africa. Some thoughts on violence and warless future*, New York, World Order Book, Gross Man Publisher, 1971, chap. III, p. 31.

¹⁵⁰² Phillipe Decraene, *ob. cit.*, p. 63.

¹⁵⁰³ *Apud* Phillipe Decraene, *ob. cit.*, p. 63.

(PAFMECA), aquando da sua conferência constitutiva, e, de novo em Abril de 1960, pela II Conferência dos Povos Africanos realizado em Accra.

Amílcar Cabral compreendeu desde cedo que, em virtude da violência exercida pelo colonizador, através das sistemáticas perseguições, torturas e prisões movidas contra os opositores que reivindicavam simplesmente a igualdade¹⁵⁰⁴, o regime colonial português dificilmente seria vencido em África a não ser por intermédio da violência.

Cinco anos volvidos (1961), não surpreenderam as suas palavras, quando declarou, numa sessão extraordinária do Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, realizado no Cairo, que o colonialismo português nunca cederia “sem luta”¹⁵⁰⁵, uma posição mais ou menos idêntica a que havia assumido o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), num Manifesto datado de Dezembro de 1956¹⁵⁰⁶.

Apesar da prematura constatação deste facto e de se defender o direito à insurreição contra o opressor¹⁵⁰⁷, no quadro do MAC e dos partidos e frentes nacionais, entre 1958 e 1960, sempre se privilegiou o método pacífico na luta pela conquista da independência, muito embora não se pusesse completamente de parte o uso da violência. Em Julho de 1960, num documento publicado em Londres, com o título “Facts about Portugal’s African Colonies” (“A verdade sobre as colónias africanas de Portugal”)¹⁵⁰⁸, Amílcar Cabral, já na qualidade de membro da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN), voltou a insistir no uso de meios pacíficos para a conquista da independência, embora não tivesse ilusões de que a “teimosia” de Portugal em defender os seus interesses em África, através de métodos violentos, pudesse vir a compelir os povos das colónias portuguesas a fazerem uso da violência para atingirem os seus objectivos¹⁵⁰⁹.

Pouco antes (inícios dos anos 60), Viriato da Cruz advertia os seus companheiros de que a FRAIN devia perseguir essencialmente objectivos políticos, servindo-se,

¹⁵⁰⁴ AMS, “Report on Portuguese Guinea and the Liberation Movement”, February 26, 1970, pasta 4343.002, im. 137.

¹⁵⁰⁵ AMS, “Uma importante Resolução sobre as colónias portuguesas”, texto Integral do discurso do camarada Amílcar Cabral, PAIGC Sessão extraordinária do Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, em 21 e 22 de Janeiro de 1961, 31 de Janeiro de 1961, pasta 4602 0021; e IAN-PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Sessão Extraordinária do Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, realizada no Cairo, em 21 e 22 de Janeiro de 1961”, fl. 595v.

¹⁵⁰⁶ “Documento sem título que viria a ser o Manifesto do MPLA” [dactilografado], Luanda, Dezembro de 1956, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 58.

¹⁵⁰⁷ AMS, “Manifesto do Movimento Anticolonialista (MAC)”, publicado com a data de 1 de Janeiro de 1960. Edições do Departamento de Informação Propaganda e Cultura do CC do PAIGC, Documentos Orientadores, pasta 4353.001, im. 18.

¹⁵⁰⁸ “A verdade sobre as colónias africanas de Portugal”, in *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta*, volume I, p. 65.

¹⁵⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 65.

para isso, de “todos os meios pacíficos”, tendo em vista “a liquidação da dominação colonial portuguesa”¹⁵¹⁰. Mesmo depois de iniciar a luta armada, Viriato era de opinião que se deveria “dizer sempre” que desejavam “uma solução pacífica” e que a “busca desta solução”¹⁵¹¹ era uma das prioridades.

Neste caso concreto, podemos exprimir que o princípio defendido por Viriato da Cruz foi seguido por Amílcar Cabral ao longo de toda a luta armada de libertação nacional, se considerarmos toda a acção desenvolvida por este em busca de uma solução política para o conflito que o opunha ao Governo português.

Vista a actuação de Amílcar Cabral no quadro das organizações unitárias, convinha analisar este mesmo assunto da adopção do método pacífico, mas relativamente ao contexto da Guiné e Cabo Verde.

A primeira vez que Amílcar Cabral defendeu o uso de métodos pacíficos, sem no entanto excluir a opção pela via armada, foi numa Carta da Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde (FLGC), alegadamente redigida em Bissau, a 19 de Setembro de 1959. Nesta carta, apesar da insistência no uso do método pacífico, Cabral não excluía, de maneira alguma, o recurso à violência¹⁵¹². De tal maneira que, a partir daquela data, iniciou-se uma gradual preparação para o início da luta armada¹⁵¹³.

Ainda assim, no ano seguinte (a 1 de Dezembro 1960), já instalado em Conakry, Cabral vai propor, através de um “Memorando” ao Governo português, a resolução do conflito por via pacífica, enquadrado no processo geral de descolonização. No referido documento, para além do reconhecimento solene e imediato da independência dos seus povos, como já se disse, o Governo português devia declarar uma amnistia total e incondicional, libertar imediatamente todos os prisioneiros políticos e garantir liberdade de pensamento, de reunião e de associação, a formação de partidos políticos e de sindicatos, e ainda a liberdade de imprensa e o exercício efectivo dessa liberdade, sem discriminação de raça, de grau, de cultura, de sexo, de idade ou de condições de fortuna. Perante a opinião publica mundial e a ONU, o Governo colonial deveria ainda reunir-se com os nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, até ao final do ano de 1961, a fim de discutir com eles o processo de transferência do poder e formas de colaboração¹⁵¹⁴. Cabral terminou o “Memorando” com ameaças explícitas de passar à acção, com base no direi-

¹⁵¹⁰ Carta de Viriato da Cruz para os Amigos [dactilografada], Conakry, 17.3.60, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 438.

¹⁵¹¹ *Idem, ibidem*, p. 438.

¹⁵¹² *Vide* Carta da FLGC, in Mário de Andrade, *ob. cit.*, pp. 90-91.

¹⁵¹³ AMS, “Report on Portuguese Guinea and the Liberation Movement”, February 26, 1970, im. 137.

¹⁵¹⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, “Memorandum enviado ao Governo Português pelo Partido Africano da Independência (Guiné e Cabo Verde)”, secretariado-geral do PAIGC, em Conakry, 1 de Dezembro de 1960, fl. 657v.

to e na legitimidade que assistiam os povos da Guiné e Cabo Verde, caso o Governo português não reconsiderasse as suas posições.

Poucos dias depois destas propostas de Amílcar Cabral, numa Conferência das Organizações Anticolonialistas das Colónias Portuguesas, realizada a 6 de Dezembro, na capital inglesa, a qual assistiram representantes do PAI (Aristides Pereira), do MPLA (Mário de Andrade, Américo Boavida e Viriato da Cruz) e da Liga de Goa (João Cabral), era decidida a passagem à acção directa.

Apesar das ameaças, a única resposta obtida da parte do Governo português veio, como já se disse, através da reforma do Estatuto dos Indígenas levada a cabo pelo então Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, em 1961, numa desesperada tentativa para romper com o isolamento de Portugal a nível internacional, serenar as críticas e melhorar a imagem do país. Tarde demais. As pressões internas e externas eram irreversíveis e cada vez mais intensas. Por exemplo, logo a 13 de Outubro de 1961, numa nota aberta dirigida ao Governo português, Cabral atacava duramente as manobras de Portugal pelo facto de ter outorgado a cidadania portuguesa a todos os africanos sem ter em consideração a opinião destes¹⁵¹⁵, numa altura em que já não queriam continuar a ser portugueses, mas independentes¹⁵¹⁶. Chegou mesmo escrever uma declaração também ela dirigida ao Governo português, na qual propunha a adopção “imediate de medidas concretas” tendo em vista a liquidação pacífica da dominação colonial nas duas colónias (Guiné e Cabo Verde)¹⁵¹⁷. Algumas destas medidas tinham sido antecipadas no já referido “Memorando” de Dezembro de 1960. Jogava-se, assim, junto do país colonizador, a última cartada: se as propostas não surtiram os resultados desejados, outros meios (incluindo os violentos) teriam que ser equacionados¹⁵¹⁸.

Por esta altura, Cabral contava já com o apoio moral de alguns países africanos independentes que, no ano anterior (1960), haviam legitimado o uso da violência (*bellum justum*) numa conferência realizada em Tunes, em fins de Janeiro, na qual o presidente anfitrião, Habib Bourguiba, defendeu, no discurso de abertura, a justeza do uso de todas as vias, incluindo a armada, para a liquidação do colonialismo português¹⁵¹⁹. Este apoio moral seria reforçado, a 14 de Dezembro de 1960, quando, como já se disse, a Assembleia-geral da ONU adoptou a Resolução 1514 (XV), sobre a descolonização, e

¹⁵¹⁵ AMS, Amílcar Cabral “Nota aberta ao Governo Português”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, secretariado-geral do PAIGC, em Conakry, 13 de Outubro de 1961, pasta 4602.032.

¹⁵¹⁶ *Idem, Ibidem.*

¹⁵¹⁷ AMS, Amílcar Cabral “Declaração”, feito em Conakry, 13 de Outubro de 1961, pasta 4602.020.

¹⁵¹⁸ Robert Blackey, “Fanon and Amílcar Cabral: a Contrast in Theories of Revolution for Africa”, *The Journal of Modern African Studies*, vol. 12, n.º 2, London, Cambridge University Press, 1974, pp. 192-193.

¹⁵¹⁹ *Vide*, sobre este assunto, António E. Duarte Silva, *ob. cit.*, p. 41.

criou um Comité Especial que deveria zelar pelo seu cumprimento. Se até à data não havia uma base legal firme que condenasse o sistema colonial e exigisse a sua imediata liquidação, doravante qualquer acção armada passou a ser legítima (*jus ad bellum*) à luz do direito internacional. A legitimidade da violência transformou-se assim, como defendia o comandante cubano, Alberto Bayo, no seu manual “150 perguntas a um guerrilheiro”¹⁵²⁰, na primeira condição para se fazer uma guerra.

Depois da resolução acima referida, os Estados africanos não podiam continuar a manter-se alheios à questão e ao processo do restabelecimento da legalidade internacional nos territórios ainda colonizados em África. O único problema que, a certa altura, se colocava a muitos destes Estados, era o método que devia ser utilizado para a reposição dessa mesma legalidade. O assunto chegou a provocar uma grande cisão no seio dos dois blocos politico-ideológicos que emergiram em África depois das independências. De um lado, o grupo de Brazzaville, criado em Dezembro de 1960, aquando de uma conferência realizada naquela cidade, e que pugnava pela não-violência, e do outro lado, o grupo de Casablanca, visto pelo Ocidente como sendo de tendência “radical”, em virtude de não querer ligações nenhuma com as antigas potências coloniais. Em consequência da desarmonização existente, por iniciativa da Nigéria, da Libéria, do Togo e dos Camarões, realizou-se em Monróvia (Liberia), em Maio de 1961, uma conferência com o objectivo de harmonizar os dois grupos. Dentre as medidas entretanto adoptadas nessa conferência há que destacar a condenação da subversão.

Em Janeiro do ano seguinte, reunia-se, também com o mesmo objectivo, a Conferência de Lagos (Nigéria), que ficou marcada por uma assinalável ausência dos Estados do Magreb. Em todo o caso, os países que estiveram presentes exigiram a Portugal a outorga da independência aos territórios por ele colonizados e pela primeira vez era lançada a ideia de criação de um organismo de cooperação inter-africano.

No entanto, a harmonização das posições só seria lograda na Conferência dos Povos Africanos do Cairo, em 1962, e na Conferência de Addis-Abeba, do ano seguinte, que culminaria com a criação da OUA, a 25 de Maio de 1963. Ainda assim, não foi nada fácil o entendimento entre os diversos Estados africanos sobre essa matéria. Mas, com todas as divergências de pontos de vista, o que interessava e verdadeiramente preocupava Cabral naquela altura, era a posição destes Estados em relação à luta armada. Em Março de 1963, e já depois do início das primeiras acções de guerrilha na Guiné, a caminho de Ouagadougou (antiga capital do Alto Volta, actual Burkina Fasso) onde

¹⁵²⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC” SC, SR – “150 perguntas a um guerrilheiro”, por Alberto Bayo, tradução e adaptação de Helena Vilhena, fl. 426v.

esperava reunir-se com os chefes de Estado dos países da União Africana e Malgache favoráveis à não-violência, Cabral reconhecia que o problema que se colocava a nível africano era o de se tomar uma posição clara e inequívoca sobre se se devia avançar para a luta armada ou luta política¹⁵²¹. Contudo, na sua óptica, a adopção de qualquer uma das duas posições resultaria sempre muito difícil, na medida em que ambas eram válidas. Cabral considerava que era necessária a opção pela via negocial, mas também estar preparado para pegar em armas¹⁵²².

Já no seminário de quadros de 1969, argumentava mesmo que contra o colonialismo e o imperialismo não restava outra alternativa. E concluía: “Porque o inimigo tem sempre armas na mão. Ou só ele é que tem armas e nos não temos, ou então não somos doidos e arranjam os armas para lhes dar tiros também”¹⁵²³.

Uma coisa porém é certa. Cabral insistia vezes sem conta na ideia de que a luta armada levada a cabo na Guiné não era conduzida por “militaristas”, mas por “militantes armados” e que a principal componente dessa guerra, tal como defendiam Mao e Clausewitz, era justamente a política. Na Conferência de Solidariedade realizada em Roma, em 1970, Amílcar Cabral voltou a vincar, seguindo a advertência de Viriato da Cruz, o aspecto essencialmente político da guerra que movia contra o regime colonial¹⁵²⁴, a quem atribuía a responsabilidade pelo facto de ter seguido a solução armada¹⁵²⁵. Aliás, segundo ele, o instrumento da dominação imperialista era a violência, contra a qual também era necessária, como já se viu, uma resposta de tendência revolucionária ou da violência libertadora.

Cinco anos antes (1965), em Belgrado, enfatizava o carácter permanente da violência do colonialismo português, como que tentando justificar, e até legitimar, a adopção de um resposta violenta por parte das forças nacionalistas:

We didn't, absolutely not, to resort to violence, but we realized that the colonial Portuguese domination was situation of permanent violence. Against our aspiration they sys-

¹⁵²¹ AHDMNE, processo 940,1 (5) D, Maço 458, Boletim n.º 107 de 11/3/ 1963 da Edição Africana da “Agenzia Giornalistica Italia”, “Le Parti Africain de l' Indépendance de la Guinée Portugaise et des Iles du Cap Vert Lance un nouvel appel au gouvernement portugais”.

¹⁵²² *Idem, ibidem*.

¹⁵²³ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas de luta...”, pasta, 4340.001, im. 149.

¹⁵²⁴ AMS, “Notre lutte est aussi un acte de solidarité. Intervention du camarade Amílcar Cabral à la séance d'ouverture de la Conférence Internationale de Solidarité avec les peuples des colonies portugaises (Rome 27-29 juin 1970), juin 1970, PAIGC, pasta 4341.001, im. 96.

¹⁵²⁵ AMS, Amílcar Cabral, “A unidade política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário-Geral do partido à 2.ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP” (Dar-Es-Salaam – 3 a 8/10/1965), Departamento de Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros – Colecção “Discursos e Informações”, pasta 4602.038.

tematically answered with violence, with crimes, and we decided in that moment to prepare ourselves to fight¹⁵²⁶.

Sem essa resposta violenta, Cabral assegurava que não podia haver libertação nacional¹⁵²⁷.

A confiança no próprio esforço e a luta armada surgiam assim, para o líder guineense e cabo-verdiano, como a única via nas mãos dos povos dominados e/ou oprimidos para a realização das suas aspirações à libertação nacional. Estas posições eram muito próximas das defendidas por Frantz Fanon¹⁵²⁸.

2. Os preparativos para o início da guerra

2.1. *O processo de mobilização e a análise da estrutura social da Guiné e Cabo Verde*

Antes da passagem a fase de contestação armada, Cabral assegurava, na linha do teórico e mítico comandante militar chinês, Lin Piao¹⁵²⁹, que a destruição de um governo reaccionário imperialista só se tornaria exequível quando as massas estivessem consciencializadas, mobilizadas e armadas. Nesta tarefa, a pequena burguesia e o sector mais consciente dos assalariados tinham um papel decisivo, uma vez que, enquanto “classes”, deveriam ser os primeiros a tomar consciência dos danos sociais, culturais, económicos, políticos e morais da exploração colonial. Como escrevia Herbert Marcuse, a emancipação dependia da consciência da servidão¹⁵³⁰, embora para se fazer a revolução fosse necessário ter uma ideia objectiva e subjectiva dos mecanismos da exploração, ao mesmo tempo que se consciencializava e dirigia as massas. Cabral não concebia a violência de forma gratuita e leviana, como um simples ódio ao colonizador. Talvez por isso, se tenha insurgido contra a actuação do MLG, liderado por Kankola Mendy, em Julho de 1961, quando este movimento fez os primeiros ataques no norte da Guiné. Para a luta nesta colónia, Cabral advogava a opção de uma táctica diferente da seguida, por exemplo, pela UPA no norte de Angola, no mesmo ano. Nada justificava a violência gratuita.

¹⁵²⁶ AMS, “Report on Portuguese Guinea and the Liberation Movement, February 26, 1970”, 4343.002, im. 137.

¹⁵²⁷ “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, in *Obras Escolhidas...*, p. 211.

¹⁵²⁸ Vide, sobre este assunto, A.C. Bougi et J. C. Williams, “La pensée politique de Frantz Fanon”, *Présence Africaine*, n. ° 88, 4. ° Trimestre, Paris, 1973, p. 143.

¹⁵²⁹ Lin Piao, *Long Live the Victory of the people's war*, Pekin, 1965, p. 64.

¹⁵³⁰ Herbert Marcuse, *L'Homme unidimensionnel*, Paris, Ed. de Minuit, 1968, p. 27.

A prioridade ia para a politização das massas, só depois se poderia avançar para as acções militares. A acção de politização contribuiria, na lógica de Cabral, para eliminar o ódio contra os colonos, ao contrário da experiência angolana, argelina ou mesmo queniana, neste caso concreto, com os Mau-Mau.

Daí que, na Guiné, as acções pacíficas como as greves e outras manifestações de luta legal tenham precedido a mobilização e esta, por sua vez, a luta armada. Para o Secretário-geral do PAIGC, a violência deveria ser usada no sentido pedagógico. Era também nesta direcção que Fanon apontava, quando escrevia:

A politização das massas é então reconhecida como necessidade histórica. Esse voluntarismo espectacular que parecia conduzir, de uma só arrancada, o povo colonizado à soberania absoluta, esta certeza (...) Revela-se com a experiência como uma grande fraqueza (...) Enquanto se desejava admirar pela miragem imediata dos seus músculos, o colonizado não fazia progressos no caminho do reconhecimento. A sua consciência continua a ser rudimentar¹⁵³¹.

O processo de mobilização política na Guiné, sob a liderança de Amílcar Cabral, teve início, como já se exprimiu, depois da sua fixação em Conakry, em 1960, e da entrada em cena do PAI/PAIGC pela mão de Rafael Barbosa no interior da Guiné portuguesa. Na realidade, antes do aludido encontro de ambos em Dakar (Outubro de 1960) e do regresso de Barbosa a Bissau, os trabalhos da organização do PAI e da Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde (FLGC), no interior da Guiné portuguesa, ficaram praticamente paralisados, em virtude do reduzido número dos seus elementos, à espera de notícias e directrizes do “engenheiro”¹⁵³². Só após a reunião de Rafael e Amílcar em Dakar se começou a formar e a estruturar o núcleo clandestino do PAI em Bissau e noutras localidades do interior e a mobilizar e a enviar jovens para Conakry. Nesta cidade, a preparação destes jovens, antes do seu envio para as zonas onde deveriam dar seguimento à mobilização e à agitação das massas, incidia também na aprendizagem de métodos militares típicos de guerrilha e na abordagem dos problemas da vida quotidiana. Deste grupo saíram os primeiros quadros que, no interior da Guiné, se dedicaram às tarefas de mobilização das populações e de criação das primeiras células no norte (Farim), centro (Bissorã e Mansoa) e sul (Fulacunda, Tite, S. João e Bolama). Neste sentido, a acção concertada entre Amílcar Cabral e Rafael Barbosa superou os restantes movimentos de libertação da Guiné e/ou de Cabo Verde, que, organizados a partir dos

¹⁵³¹ *Apud* Renate Zahar, *ob. cit.*, pp. 169-170.

¹⁵³² “Movimento de Libertação da Guiné e de Cabo Verde (MLGCV-RG), “Comunicado”, Conakry, 16 de Julho de 1960, assinado por Abel Djassi [Amílcar Cabral], Dirigente-mandatado do MLGCV (Apêndice documental, doc. n.º 15).

países vizinhos, jamais lograram estabelecer quaisquer vínculos ou contactos com as populações do interior e até lançar as bases para a sustentação de uma eventual campanha de guerrilha.

Se é verdade que Amílcar Cabral não concebia a luta armada de libertação nacional desprovida de uma base teórica, mais ou menos consentânea com a realidade concreta do meio, também não é menos verdade que o seu empenhamento na luta permitiu-lhe conhecer melhor a realidade (política, económica, social, cultural, geográfica) em que actuava.

Na Conferência Tricontinental realizada em Havana, em 1966, Cabral reconhecia a importância do conhecimento da realidade antes de a querer transformar, ao afirmar:

Sabemos também que, no plano político, por mais bela e atraente que seja a realidade dos outros, só poderemos transformar verdadeiramente a nossa própria realidade com base no seu conhecimento concreto¹⁵³³.

No caso da Guiné, no período preparatório e de mobilização para a luta, tornava-se prioritário o estudo e a análise prévios da estrutura social, a partir dos quais devia assentar toda a estratégia da luta armada. Esse estudo e essa análise afiguravam-se relevantes para uma correcta avaliação das contradições dos diferentes grupos sociais, quer no campo, quer nos centros urbanos, das suas ligações ou não com o colonialismo, bem como da sua atitude e do grau do que poderia vir a ser o seu comprometimento na fase revolucionária e pós-revolucionária. Tratava-se de identificar os “sectores sensíveis” (a expressão é de Chaliand¹⁵³⁴) e, fundamentalmente, situá-los do ponto de vista do seu enquadramento ideológico no âmbito da sociedade colonial, bem como a sua capacidade nacionalista e revolucionária. Não restam as menores dúvidas de que, para Amílcar Cabral, a melhor contribuição para o conhecimento da sociedade guineense e cabo-verdiana, anterior ao desencadeamento da acção armada, vinha do conhecimento prático que tinha dos dois territórios. Ainda assim, a análise que fez da estrutura social da Guiné e de Cabo Verde não foi isenta, no início, de erros na interpretação do fenómeno social, por culpa da assimilação não-crítica de outras experiências¹⁵³⁵. Um destes erros foi, por exemplo, o facto de ele e dos seus companheiros reunidos em torno do Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas (MLNCP) e do Movimento Anticolonialista (MAC), terem acreditado, em meados dos anos 50, que o “proletaria-

¹⁵³³ “Fundamentos...”, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e luta*, 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 201.

¹⁵³⁴ Gérard Chaliand, *Terrorisme et guérillas...*, p. 65.

¹⁵³⁵ FAC (Praia), “Questões levantadas por um agrónomo francês”, p. 2.

do” era a “classe social” mais revolucionária. Por isso, partindo da experiência de outros países¹⁵³⁶, numa primeira fase, centraram a sua acção de mobilização nos centros urbanos. Temos que admitir que, por esta altura, talvez por causa dos afazeres profissionais e um pouco devido ao seu envolvimento na organização e consolidação das organizações unitárias, Cabral e os seus companheiros não tivessem investido ainda profundamente no estudo da estrutura social dos seus territórios de origem. No caso específico da Guiné, apesar de ter realizado vários trabalhos de investigação, designadamente no âmbito do já referido recenseamento agrícola de 1954, tal não permitira ainda a Amílcar Cabral ter uma ideia objectiva da realidade social guineense, ao ponto de saber que não havia “proletariado”, pelo menos no sentido marxista do termo. A tomada de consciência dessa realidade só veio a acontecer muito mais tarde, nos anos 60, quando começou a fazer as primeiras abordagens em relação à estrutura social de Cabo Verde. Em primeiro lugar, na reunião de quadros cabo-verdianos, realizada em Dakar, em 1963, e, no ano seguinte, no Centro Frantz Fanon em Milão, relativamente à estrutura social da Guiné.

A pouco e pouco, através da análise mais aprofundada e da aplicação crítica do marxismo, doutrina de que se serviu como paradigma de interpretação da realidade social e política, Cabral pôde corrigir os erros iniciais. Chegou então à conclusão de que o colonialismo português não chegou a consentir a formação, na Guiné, de uma burguesia e de uma “classe operária” ou “proletariado”, por causa do tipo da administração, do nível de desenvolvimento do país colonizador e dos inúmeros obstáculos impostos às populações locais. Nos meios urbanos, Cabral afixava que o colonialismo apenas consentira o aparecimento de uma classe “assalariada”. De resto, no estudo sobre a estrutura social da Guiné, apresentado em Milão, em 1964, a expressão “classe operária”, utilizada nos anos 50, foi substituída pela de “assalariados”. Cabral comparava estes “assalariados” ao “proletariado” europeu, mas “sem ser exactamente semelhante”¹⁵³⁷. Por isso, passou a defender a ideia de que a força física do PAIGC não estava na cidade, mas no campo¹⁵³⁸. Portanto, na ausência de um “proletariado” com consciência de classe, não era possível lutar nas cidades seguindo o exemplo de outros países.

A distinção que fez, do ponto de vista da estrutura social, entre o campo e a cidade, permitiu-lhe identificar e comparar três grupos étnicos no campo: num extremo, os “semi-feudais” fulas (muçulmanos), numa posição intermédia, os “feudais” manjacos (animistas); e, no extremo oposto, os balantas (também animistas).

¹⁵³⁶ Robert Blackey, “Fanon and Cabral...”, p. 193.

¹⁵³⁷ *Idem, ibidem*, p. 102.

¹⁵³⁸ Reunião Ampliada do Secretariado na escola Piloto 24-10-68 [manuscrito].

A sociedade fula, “semi-feudal”, era, do ponto de vista de Cabral, altamente estratificada e hierarquizada, distinguindo-se do topo para a base, os chefes, nobres e as entidades religiosas, todos formando um grupo que mantinha boas relações com o colonialismo, os artesãos, os comerciantes e, finalmente, num nível inferior, os camponeses. Os chefes detinham privilégios importantes ao nível “da propriedade da terra e da exploração do trabalho alheio”¹⁵³⁹, enquanto os camponeses eram as maiores vítimas de exploração. Tal devia-se à sua dependência relativamente aos chefes, para os quais eram obrigados a trabalhar durante um certo período do ano. Ainda que, no quadro das relações com o sistema colonial, tivessem perdido algum prestígio enquanto classe, devido ao carácter directo de administração colonial, o colonialismo português não deixou de se servir deste tipo de organização social para intensificar e reforçar o seu sistema de exploração. Todavia, há que relevar que a contradição principal continuava a verificar-se entre as camadas mais exploradas (os camponeses) e o colonialismo. Os artesãos, ao contrário dos comerciantes (“djilas”), formavam outro importante grupo no quadro da sociedade “semi-feudal”, e do ponto de vista sócio-económico, devido ao papel que desempenham a nível da produção “industrial” doméstica.

Além da questão da propriedade, outro elemento de comparação da sociedade fula com os restantes grupos sociais, de que se serviu Amílcar Cabral, relacionava-se com a situação da mulher. Na sociedade fula, poligâmica, a mulher não gozava de nenhum direito social, sendo considerada, antes de mais, propriedade do marido.

A participação dos fulas na luta armada de “libertação nacional” não foi, para Amílcar Cabral, idêntica e homogénea, por causa das profundas diferenças que caracterizavam os estratos sociais que o compunham. Assim, entre as chefias tradicionais fulas, ao contrário do que inicialmente chegou a pensar, Cabral encontrou maior resistência e até constatou casos de colaboração com os portugueses. A propósito deste erro de análise, reconhecia o seguinte no seminário de quadros de 1969:

Partimos do princípio seguinte: eles (os seus grandes) antes lutaram contra os tugas, foram vencidos, portanto, devem ter vontade de lutar outra vez. Mentira, enganámo-nos¹⁵⁴⁰.

Por outro lado, entre os artesãos, Cabral descobriu posições ambíguas: havia os que se sentiam satisfeitos e colaboravam com o colonialismo e aqueles que recusavam

¹⁵³⁹ “Breve análise da estrutura social da Guiné «portuguesa», Centro Frantz Fanon de Milão, 1964, in *Obras Escolhidas... Arma da teoria*, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 101.

¹⁵⁴⁰ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns princípios do partido. 2 Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta, 4340.001, im. 55.

essa colaboração. Na análise de Cabral, a maior contribuição para a luta armada derivou dos “djilas” (comerciantes) e camponeses, embora também se verificasse, entre eles, algumas posições ambivalentes. Ainda que nunca trabalhassem de forma desinteressada, a maior mobilidade dos “djilas” permitira-lhes funcionar, por vezes, como agentes de ligação entre o interior da Guiné portuguesa e o exterior (Guiné-Conakry e Senegal). Relativamente aos camponeses, sendo os elementos mais explorados no quadro da sociedade fula e com tendência para seguirem os seus chefes, eram, igualmente, os mais interessados na luta, embora, como afirmava Cabral, o seu interesse não fosse meramente objectivo¹⁵⁴¹.

No extremo oposto, a sociedade balanta não apresentava, na opinião de Cabral, nenhuma estratificação social, apenas um conselho de anciãos tomava decisões relativas à vida e ao funcionamento da comunidade e, no que dizia respeito ao regime de propriedade, a terra pertencia à aldeia ou à comunidade, e, por conseguinte, à família, em regime de usufruto. Exceptuavam-se, naturalmente, os “meios de produção”, que eram propriedade da família e/ou do indivíduo. A grande maioria dos balantas era monogâmica, bem ao contrário dos fulas, e, entre eles, a mulher participava activamente na produção e podia ser, inclusive, proprietária do que produzia. Para Amílcar Cabral, a adesão deste grupo animista à luta foi espontânea, porque a dominação colonial não chegou a afectar a sua estrutura social.

Em relação ao “campesinato” balanta, Cabral considerava-o a força física principal da luta, não necessariamente a força revolucionária, como defendia Fanon em relação aos camponeses em geral. Desta maneira, procurava demonstrar, na linha trotskiana¹⁵⁴² e marxista, que os camponeses dependiam da pequena burguesia no processo de consciencialização e também na liderança desta na fase da luta de “libertação nacional”. Sem pôr em causa, explicitamente, a capacidade dos camponeses em liderar a revolução, Cabral reconhecia, na linha de Trotsky e do General vietnamita Nguyen Van Giap¹⁵⁴³, que esse papel cabia, fundamentalmente, à pequena burguesia, que era, na sua opinião, a “classe” mais revolucionária. De acordo com os marxistas, para que a revolta

¹⁵⁴¹ “Breve análise da estrutura social da Guiné «portuguesa», Centro Frantz Fanon de Milão, 1964, in *Obras Escolhidas... Arma da teoria*, p. 103.

¹⁵⁴² Para o estudo da participação camponesa em diferentes revoluções *vide*, entre outros, Martin Oppenheimer, *Urban Guerilla*, New York, Hardmondsworth, Penguin Books, 1969, p. 38; e também Eric R. Wolf, “Peasant Rebellion and Revolution”, in *National Liberation. Revolution in the Third World*. Edited by Norman Miller and Roderick Aya. With an introduction by Eric R. Wolf, the Free Press, New York, 1971, pp. 48-67.

¹⁵⁴³ Martin Oppenheimer, *Urban Guerilla*, New York, Hardmondsworth, Penguin Books, 1969, p. 38.

dos camponeses tomasse o carácter de revolução, precisava, como assegurou Robert Blackey¹⁵⁴⁴, da liderança da pequena burguesia ou dos intelectuais revolucionários.

No caso concreto da Guiné, Cabral admitia que, apesar dos "intelectuais" guineenses não possuírem conhecimentos teóricos elevados, em alguns casos estavam, no entanto, ao corrente da situação geral do território e do inimigo. Foi precisamente no seio destes "intelectuais" que germinara a ideia da luta pela independência, sob a influência dos acontecimentos africanos e da experiência adquirida na Europa. A grande maioria dos camponeses não sabia ler, por isso mesmo não se encontrava numa posição privilegiada para entender os mecanismos de exploração colonial, de dirigir o processo de consciencialização, e, muito menos, a luta de "libertação nacional". Foi aqui que Cabral se divorciou das análises de Fanon sobre o assunto, uma observação que Robert Blackey já havia feito anteriormente¹⁵⁴⁵. Cabral era da opinião que os camponeses não tinham consciência revolucionária, enquanto Fanon acreditava, como Lenine, que os camponeses eram a força revolucionária por excelência. Daí que, partindo da experiência argelina, Fanon defendia a ideia de que a revolução devia começar do campo para depois penetrar nos centros urbanos. Este modelo, proposto por Fanon, que deveria ser aplicado de forma universal, de acordo com Mário de Andrade¹⁵⁴⁶, nos países colonizados, não foi seguido pelo MPLA e pelo PAIGC, organizações políticas predominantemente urbanas, que, inicialmente, advogavam a mobilização a partir dos centros urbanos. No caso angolano, a UPA era, então, a única organização que tinha grande implantação junto das populações camponesas em Angola¹⁵⁴⁷. De resto, esta coincidência de pontos de vista, entre Fanon e o movimento de Holden Roberto, fez com que aquele, que, no início, deu o seu apoio total ao MPLA, passasse a apoiar a UPA. As prisões efectuadas pela polícia portuguesa em Luanda, em 1959, e, dois anos mais tarde, a 4 de Fevereiro de 1961, devem ter contribuído para o afastamento de Fanon das teses defendidas pelo MPLA. Na Guiné, o massacre de Pindjiguiti, fez com que Cabral advogasse, ainda em 1960, a mobilização urgente do campo e da cidade e o reforço da organização clandestina nos meios urbanos, mas evitando, tanto quanto possível, manifestações públicas. Ao contrário do que defende John Marcum¹⁵⁴⁸, só entre 1961 e 1962, o

¹⁵⁴⁴ Robert Blackey, "Fanon and Cabral...", p. 203.

¹⁵⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 197.

¹⁵⁴⁶ AMS, Mário de Andrade, "Fanon et l'Afrique combattante. Témoignage d'un militant angolais", Fort-de-France, avril 1982 [dactilografado], pasta 4330.008, im 108.

¹⁵⁴⁷ *Idem, ibidem*, im 108.

¹⁵⁴⁸ Este autor afirmou, por exemplo, que a grande diferença entre Amílcar Cabral, Débray e Chaliand radicava no facto de o PAIGC ter adoptado um programa de preparação dos camponeses que durou três anos (John Marcum, "The three Revolutions", *Africa Report*, vol. 12, n.º 8, New York, The African-American Institute, November 1967, p. 18).

PAIGC penetrou decididamente no campo, através do envio dos primeiros quadros políticos e militares formados na “escola política” de Conakry e mais tarde na China. Portanto, podemos afirmar que, na Guiné, a experiência da mobilização começou na cidade para depois penetrar no campo.

Mas, tendo em conta a experiência guineense, e principalmente a angolana, nunca é demais salientar que a ideia da luta de libertação nacional começou de facto no seio dos “intelectuais” e nas camadas assalariados dos centros urbanos. Só a pouco e pouco se foi registando um cada vez maior envolvimento dos camponeses. O sofrimento desta “classe”, ainda que fosse extremo, não conduzia necessariamente à tomada de consciência. Esta foi, pelo menos, a conclusão a que Cabral chegou. O líder revolucionário guineense e cabo-verdiano estabelecia, assim, a diferença entre a “força física” (o número ou a quantidade) dos camponeses e a consciência necessária para a libertação nacional, numa palestra proferida em Milão em 1964:

Pode assim parecer surpreendente que baseemos no campesinato a totalidade dos esforços da nossa luta armada. Representando todo o país, controlando e produzindo as riquezas, é fisicamente forte; no entanto, sabemos por experiência quanto nos custou incitá-lo à luta¹⁵⁴⁹.

Ao contrário da experiência russa (1917), chinesa (1927), argelina (1954) e cubana (1956), Cabral era peremptório relativamente às dificuldades enfrentadas no recrutamento dos camponeses para a guerra da Guiné:

À parte certas zonas e certos grupos que, desde o início, nos acolheram favoravelmente, tivemos, ao contrário dos comunistas chineses, de conquistar o seu apoio por meio de esforços tenazes¹⁵⁵⁰.

Assim sendo, a política de mobilização na Guiné não podia incidir sob os mesmos princípios dogmáticos adoptados na Argélia ou mesmo na China, em que *slogans* como a “terra para quem a trabalha” foram uma bandeira hasteada pelos revolucionários. Muito menos podia ser justificada com base nos conceitos sobre o colonialismo ou imperialismo. Outros aspectos tinham de ser necessariamente considerados para que os camponeses entendessem as razões do seu envolvimento na luta contra a dominação estrangeira. É que, na Guiné, o problema da alienação de terras nunca se colocou. Portanto, para que a mobilização produzisse os resultados desejados, devia incidir, de acor-

¹⁵⁴⁹ “Breve análise da estrutura social da Guiné «portuguesa», Centro Frantz Fanon de Milão, 1964, in *Obras Escolhidas... Arma da teoria*, p. 103.

¹⁵⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 103.

do com Cabral, sobre aspectos da realidade que fossem inteligíveis às massas, designadamente o tipo de exploração a que estavam sujeitas por parte das companhias monopolistas. Neste sentido, a atenção tinha de estar virada para os seguintes problemas: o baixo preço dos produtos agrícolas quando entravam no circuito mercantil; a obrigatoriedade do pagamento de impostos (diga-se elevadíssimos, se comparados aos rendimentos do grupo familiar); e, por último, nos abusos perpetrados pelos funcionários administrativos e pelos soldados. Não foi por acaso que a subversão eclodiu justamente em zonas controladas pelas companhias atrás referidas, isto é, no sul da Guiné (Tite e Fulacunda), predominantemente habitada por balantas. A partir daí, a rebelião avançou, num eixo Sul – Norte, em direcção à região do Oio. E, quando a segunda frente foi aberta nessa região, em Julho de 1963, a estratégia de Cabral foi a de avançar de norte para sul de modo a pôr termo à monocultura do amendoim no leste.

No entanto, do ponto de vista da mobilização, Cabral afirmava que não fora difícil convencer os trabalhadores nas cidades, mostrando-lhes que ganhavam menos que o europeu, porque podiam facilmente constatar-lo.

Nos meios urbanos, Cabral distinguia dois grandes grupos no seio dos quais o movimento de libertação nacional encontrara o primeiro suporte sociológico na sua contestação à dominação colonial portuguesa. De um lado, os europeus, e, do outro, os africanos. O primeiro grupo, constituído por altos funcionários e directores de empresa, mantinha, no essencial, a posição social que detinha na Europa. Seguiam-se-lhe os funcionários médios, pequenos comerciantes, empregados de comércio, profissões liberais e, na base, operários qualificados, que se podiam enquadrar na chamada “pequena burguesia”. Dentro desta classe europeia, Cabral distinguia ainda dois subgrupos: a) um primeiro grupo, maioritariamente constituído por funcionários superiores, médios e profissões liberais, profundamente comprometido com o colonialismo e contrário a qualquer ideia de libertação nacional¹⁵⁵¹; b) um outro sector, minoritário, favorável à ideia de libertação nacional. Cabral pensava, certamente, naquele sector de esquerda ligado inicialmente ao MUD/Juvenil e ao PCP, em Bissau, como Sofia Pomba Guerra, Fausto Correia, o industrial ligado ao ramo das pescas, Eugénio Rosado Peralta, e os comerciantes Fernando Lima e Manuel Spencer (“Tuboca”), que teriam contribuído, numa determinada altura, para a consciencialização das camadas de jovens. Estes indivíduos, cujas actividades não passaram despercebidas à PIDE, chegaram a ser considerados por esta polícia como “antisituacionistas” [sic]¹⁵⁵².

¹⁵⁵¹ “Breve análise da estrutura social da Guiné «portuguesa», Centro Frantz Fanon de Milão, 1964, in *Obras Escolhidas...* Arma da teoria, p. 103.

¹⁵⁵² IAN/TT – PIDE/DGS, processo 4415, “Maria Helena D’ Athaíde Vilhena Rodrigues”, CI (2), NT

No segundo grupo (dos africanos), formado também por funcionários superiores, médios e profissões liberais, de origem guineense (minoría) e cabo-verdiana (maioría), Cabral assinalava também, entre eles, os pequenos funcionários e os empregados de comércio contratados, os quais não se podiam confundir com os não contratados, cujos vínculos laborais eram, por norma, bastante precários, podendo ser despedidos a qualquer momento. Ao mesmo nível dos anteriores, encontravam-se os pequenos proprietários agrícolas. Numa classificação genérica, Cabral atribuía-lhes a designação de “pequena burguesia africana”. Este grupo foi bastante activo na fase de consciencialização e de contestação armada, porque, de acordo com o líder do PAIGC, “da ideia de nacionalismo passou à de libertação nacional”¹⁵⁵³. Na Guiné, era, por conseguinte, este grupo, ao contrário do que defendia Lenine, para o caso da Rússia, a “classe” mais nacionalista e também a mais revolucionária. Cabral justificava esta asserção pelo simples facto de ser a única que tinha consciência da exploração colonial e possuíam algum conhecimento do território (cidade e o campo) e sobre o inimigo, em suma, da necessidade de mudança.

Por outro lado, Cabral ainda distinguia, na cidade, em lugar dos “operários”/”proletariado”, os trabalhadores “assalariados” que vendiam a sua força de trabalho ao dia. Neles incluía os empregados de comércio sem contrato, os empregados dos portos, dos navios, dos transportes de mercadorias ou dos produtos agrícolas, os criados, os *chauffers*, os operários das oficinas de reparações ou de pequenas fábricas e mão-de-obra dos armazéns. Era o “pequeno proletariado”. Por último, Cabral fazia alusão a um outro importante grupo urbano, maioritariamente constituído por gente proveniente do campo em busca de melhores condições de vida nas cidades, que designava, como já se viu, de “déclassés” (“sem classe”). Muitos deles, para além de saberem ler, conheciam as línguas vernáculas e os costumes do campo e dos europeus.

A não existência de um “proletariado”, não permitia Cabral classificá-los verdadeiramente como “lumpenproletariado”, pelo menos no sentido em que a expressão é usada por Marx ou por Fanon. Cabral também dividia os “déclassés” em dois grupos: de um lado, os jovens originários do campo, mas com o qual não conservavam fortes ligações. Ora, foi no seio deste grupo que o PAIGC recrutou grande parte dos seus militantes e quadros, cujo papel activo foi importante na luta de libertação nacional; do outro lado, os marginais (mendigos, desempregados, prostitutas, etc.)¹⁵⁵⁴. Para Cabral, cons-

7355, SC, fl. 34.

¹⁵⁵³ *Idem, ibidem*, p. 104.

¹⁵⁵⁴ “Breve análise da estrutura social da Guiné «portuguesa», Centro Frantz Fanon de Milão, 1964, in *Obras Escolhidas... Arma da teoria*, p. 102.

ciente ou inconscientemente, houve, no seio deste último grupo (os marginais), uma forte oposição à luta, com alguns deles a servirem mesmo de agentes de informação da polícia.

Ainda que o colonialismo fomentasse a divisão entre o campo e a cidade, Cabral refutava a existência de conflitos, porque muitos jovens cidadãos conservavam e/ou mantinham laços familiares com aquele. Havia, portanto, vínculos estreitos e uma certa complementaridade entre ambos. Aliás, grande parte das pessoas que viviam na cidade tinha vindo do campo. A principal contradição no irresistível caminho para o lançamento da luta armada era, para Amílcar Cabral, entre os portugueses, a burguesia internacional e os interesses do povo. Contra o colonialismo português, a única solução que Cabral encontrou foi a de tentar unir todas as “classes” e criar condições para a resolução de outras contradições que considerava menores.

2.2. “O avanço para a luta armada com confiança no próprio esforço”

A única resposta possível à violência colonial era, segundo Herbert Marcuse¹⁵⁵⁵, o “direito natural” que os povos oprimidos tinham ao seu dispor para se defenderem contra a “coisificação” e a “desumanização” de que eram vítimas, utilizando os meios ilegais, quando os legais não funcionavam. Era, no fundo, uma tese idêntica a que Amílcar Cabral defendia, e que começava por ele a ser equacionada.

A 23 de Abril de 1961, seguindo o princípio de que a luta se devia basear no próprio esforço e sacrifício, Cabral proclamava a conveniência da passagem gradual à acção directa¹⁵⁵⁶, numa altura em que todas as iniciativas levadas a cabo no plano internacional tinham falhado¹⁵⁵⁷.

É preciso sublinhar ainda que, a partir do momento em que Amílcar Cabral passou a assumir a responsabilidade da questão da Guiné e de Cabo Verde, em meados de 1960, iniciou de imediato uma intensa campanha com o objectivo de conseguir apoios externos para a sua causa. Foi a procura desses apoios que o levaram a efectuar uma digressão à China, em finais de Julho daquele ano, já no âmbito da preparação com vista ao início da luta armada na Guiné, o que se pode constatar também pela multiplicação de iniciativas e de esforços junto dos países africanos e a nível internacional. Cabem perfeitamente nestas iniciativas e esforços, além de um pedido de ajuda ao Conselho de

¹⁵⁵⁵ Herbert Marcuse, *Critique de la Tolérance pure*. Paris, Forum, Didier ed., 1969, p. 127.

¹⁵⁵⁶ Amílcar Cabral, “Appel a l’ Unité et a l’ action directe”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, Conakry, le 23 avril 1961 [dactilografado], p. 3.

¹⁵⁵⁷ Amílcar Cabral, “Fyfty years...”, p. 97.

Solidariedade Afro-Asiático reunido no Cairo, em 1961, as negociações, também naquele ano, de um plano de auxílio em armamento com a missão militar checoslovaca na Guiné-Conakry¹⁵⁵⁸ e um pedido de ajuda material e financeira para o seu partido feito à Conferência dos Países Não-Alinhados reunidos em Belgrado, no mês de Setembro. Por outro lado, redigiu e enviou um “Memorando” confidencial a Sekou Touré, com data de 22 de Fevereiro de 1961, no qual, entre outras coisas, solicitava: a concessão de armas ligeiras e autorização para trânsito dos militantes do seu partido; autorização para a entrada de armamento ligeiro fornecido pelos países amigos através da fronteira; a integração de alguns militantes do seu partido no exército guineense para uma preparação rápida; e a ajuda financeira¹⁵⁵⁹.

Em Março de 1961, regressava a Moscovo, certamente com o intuito de pedir auxílio financeiro e armamento. Todavia, as autoridades russas não acediam aos seus pedidos, aparentemente, por suspeitarem ainda da tendência pró-chinesa do PAIGC¹⁵⁶⁰. E tinham razões para essa desconfiança inicial. É que, como já anteriormente se disse, os primeiros quadros daquele partido haviam recebido preparação militar na China, em Agosto do ano anterior e um segundo grupo, constituído por dez jovens¹⁵⁶¹, partiria para o mesmo país, no dia 5 de Janeiro de 1961¹⁵⁶². Em virtude da desconfiança inicial de Moscovo, foram Marrocos e o Ghana quem dotaram o PAI/PAIGC com as primeiras armas e munições, bem como a ministrarem treino militar aos seus quadros.

A 15 de Junho desse mesmo ano, uma nova directiva de Amílcar Cabral dirigida à organização do interior (Bissau), determinava a necessidade de se levarem a cabo pequenos actos de sabotagem¹⁵⁶³, o que podia significar que, apesar de alguma ajuda recebida dos seus aliados, Cabral não dispunha ainda de meios (materiais e humanos) suficientes para lançar um ataque de grande envergadura. De resto, a falta de apoio, para o lançamento da ofensiva, tinha sido confirmado dias antes pelo agente da PIDE, Augusto Macias. Com efeito, numa informação enviada desde Fulacunda, onde se encontrava, aquele agente assegurava que o PAI se preparava para entrar em acção con-

¹⁵⁵⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, NT 2675, SR, “Por detrás de Amílcar Cabral ergue-se a figura sinistra de um diplomata soviético”, *O Arauto* da Guiné portuguesa, 9 de Agosto de 1961, pasta 1, fl. 93.

¹⁵⁵⁹ “Mémorandum (Aide concrète à notre lutte de libération)” A son Excellence le Président de la République de Guinée [dactilografado], assinado por Amílcar Cabral, Conakry – le 22 février 1961 (Apêndice documental, doc. n.º 23).

¹⁵⁶⁰ *Vide*, sobre este assunto, António E. Duarte Silva, *ob. cit.*, p. 45.

¹⁵⁶¹ Era eles: Osvaldo Máximo Vieira, Pedro Gomes Ramos, Constantino Teixeira, Francisco João Mendes, João Bernardo Vieira, Manuel Saturnino da Costa, Hilário Gaspar Rodrigues, Rui Demba Djassi, Vitorino Domingos da Costa e Domingos Gomes Ramos.

¹⁵⁶² IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, Informação n.º 21 – SC/CI (2), fl. 379.

¹⁵⁶³ Carta [dactilografada] assinada por Abel Djassi [Amílcar Cabral], datada de Conakry, 15 de Junho de 1961, dirigida aos dirigidos do interior [em Bissau] (Apêndice documental, doc. n.º 26).

tra o território da Guiné no mês de Agosto se acaso recebesse o auxílio que esperava há muito tempo¹⁵⁶⁴.

A directiva de Amílcar Cabral, que proclamava a passagem à acção directa, foi produzida na sequência do regresso, em Maio, do segundo grupo de dez quadros, que tinham estado na China a receber treino militar. Alguns deles, como, por exemplo, Pedro Ramos, seriam posteriormente infiltrados em Bissau, em Outubro de 1961, com vista à organização de futuras acções de guerrilha.

Com dificuldades em obter apoios, sobretudo em armamento, e o facto de a organização interna ainda ser muito precária, quem acabou por realizar as primeiras acções armadas, na região de S. Domingos, na noite de 17 para 18 de Julho, ainda que sem grande êxito e sem grande nível de preparação, foram os elementos afectos ao Movimento de Libertação da Guiné (MLG) de Dakar, liderado por François Kankola Mendy. Em face desta tentativa de assumir a liderança militar no interior, relativamente ao movimento rival, Amílcar Cabral apressou-se a considerar esta investida do MLG, como uma “pequena acção directa”¹⁵⁶⁵.

Um ano mais tarde (Junho de 1962), numa declaração proferida perante o Comité Especial das Nações Unidas para os Territórios Administrados por Portugal, reunido em Conakry, Cabral reiterava as críticas feitas anteriormente à atitude do MLG, ao lançar ataques no norte, facto que considerava mesmo contrário aos interesses do Senegal, país que acabou por ordenar a suspensão de tais ataques¹⁵⁶⁶. A ideia de Cabral era precisamente a de que a luta devia ser feita a partir do interior do território da Guiné, seguindo aquilo que, anos mais tarde, designaria de estratégia “centrífuga” (do centro para a periferia)¹⁵⁶⁷, de modo a evitar a internacionalização do conflito, pondo assim em causa o indispensável apoio dos países vizinhos.

O adiantamento de Kankola Mendy, sem consultar os seus parceiros da Frente Unida de Libertação (FUL) recentemente criada em Dakar, que o PAIGC integrava, e à revelia de elementos afectos ao seu próprio movimento, não foi do agrado de Amílcar Cabral que, ciente da importância que a conquista de uma posição no interior revestia

¹⁵⁶⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, Informação n.º 1 083/61-G.U. Secreto, Data de origem: 9/6/961, fl. 553. Esta informação teria sido enviada de Fulacunda, a 9 de Junho de 1961, pelo agente Augusto Macias (fl. 554).

¹⁵⁶⁵ “Informação” [dactilografada], Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) (três páginas), p. 2 (Apêndice documental. doc. n.º 30).

¹⁵⁶⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [CI2] NT 2675, “Le Peuple de la Guinée « Portuguesa » devant l’Organisation des Nations Unies. Déclaration du Secrétaire Générale du PAIGC Ingénieur Amílcar Cabral, présenté au Comité Spécial de l’ONU pour les Territoires Administrés par le Portugal, juin 1962, pasta 1, fl. 57.

¹⁵⁶⁷ Vide, entre outros, Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein, *Quem é o inimigo (III)?*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978, p. 101.

para o futuro da luta, num gesto de aberta rivalidade, classificou os ataques lançados pelo MLG no norte de precipitados, tendo de imediato destacado para a região “pessoal competente e entendido para ver o que se passava”¹⁵⁶⁸. Para essa missão foi nomeado Joseph Turpin. No entender de Amílcar Cabral, o seu partido não queria “aventuras, efectuadas só com vistas a interesses particulares”¹⁵⁶⁹. No entanto, num outro comunicado manuscrito pelo seu próprio punho, e difundido ainda em Julho¹⁵⁷⁰, Cabral dava ainda conta que, para controlar a situação criada pelo MLG (movimento que, no referido comunicado, em nenhum momento Cabral citou ou nomeou), o PAI tinha, alegadamente, enviado para a região de S. Domingos importantes forças militares comandadas por quadros bem preparados.

Além do mais, estiveram em curso ainda, negociações com o intuito de unir as forças do MLG às do PAIGC. Cabral sabia que os ataques lançados por aquele movimento e o adiantamento em relação ao seu partido, ainda que “precipitados”, conforme também considerou, do lado português, o então Tenente-Coronel Hélio Felgas, poderiam ter sido prejudiciais aos seus planos. Daí que, para não perder espaço de manobra, depois de uma primeira missão de Joseph Turpin, Cabral deslocou-se pessoalmente à região de Ziguinchor, acompanhado de Luís Cabral e Domingos Ramos, entre outros, para se reunir secretamente com François Kankola Mendy, a 7 de Agosto de 1961. Em entrevista que nos concedeu em Bissau, onde ainda reside, Kankola lembrava-se perfeitamente desse encontro: “Nós estávamos sentados numa mesa. Ele com a sua gente ao lado e eu com a minha gente”¹⁵⁷¹.

Do referido encontro, durante o qual Cabral se teria mostrado particularmente desagradado com o facto do MLG ter iniciado a luta no norte sem nenhuma preparação, resultou um acordo entre ambos e a assinatura de um documento, no qual os dois dirigentes reconheciam que “a acção directa e armada” foi “desencadeada” contra o colonialismo português, “até à sua liquidação total”¹⁵⁷². Repare-se que, apesar do reconhecimento da acção directa do MLG, o que Cabral pretendia, com o acordo celebrado, era

¹⁵⁶⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, PAIGC, SCSR, Assunto:- Emissão da Rádio Conakry para esta Província”, Fulacunda, 30 de Julho de 1961”, documento assinado pelo Agente Augusto Macias, fl. 539.

¹⁵⁶⁹ *Idem, ibidem*, fl. 539.

¹⁵⁷⁰ FAC, “Comunicado anunciando o lançamento de acções do MLG no norte da Guiné na noite de 17 para 18 de Julho de 1961”, pasta 4518.005.001, p. 1. Este documento foi classificado pela Fundação Amílcar Cabral, erradamente, como sendo “Comunicado manuscrito de Amílcar Cabral que anuncia a abertura da Frente Norte, em Julho de 1963.

¹⁵⁷¹ Entrevista a François Kankola Mendy, Bissau, Outubro de 2002.

¹⁵⁷² “Informação” [dactilografada], Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) (três páginas) (Apêndice documental, doc. n.º 30); e também “Communiqué” [dactilografado], fait à Ziguinchor, le 7 août 1961 (Apêndice documental, doc. n.º 31).

ganhar tempo e travar os ímpetus do seu rival, enquanto se preparava para lançar a sua projectada acção directa. Quatro dias antes do referido acordo com o então líder do MLG (3 de Agosto de 1961), aproveitando-se do dia em que se comemorava o segundo aniversário do massacre de Pindjiguiti, Amílcar Cabral havia proclamado oficialmente a passagem progressiva à acção directa. Para isso contava com a manifesta debilidade interna do regime de Salazar em termos das “infra-estruturas do Estado” (a expressão foi usada por Jeff Goodwin¹⁵⁷³), no sentido de que, em todas as regiões da Guiné, a implantação do Estado colonial era muito fraca e, além do mais, o regime do Estado Novo teve de enfrentar, naquele ano, vários acontecimentos: em Janeiro, o assalto ao Santa Maria; em Fevereiro, os acontecimentos de Luanda; em Abril, a tentativa de golpe de Júlio Botelho Moniz.

A acção, que havia sido marcada para o mês de Agosto, foi, no entanto, adiada, alegadamente, por falta de auxílio (material e financeiro), de alimentos para os guerrilheiros e por deficiente estrutura do partido no interior. Outros problemas adicionais podem ter estado, também, a nosso ver, na origem deste adiamento. Um deles foi a detenção, em fins de Julho, por ordens do Governador de Casamansa, de cinco responsáveis militares do PAIGC que ministravam preparação militar aos guerrilheiros e de outros 100 efectivos que estavam a ser treinados num campo situado no interior da Guiné portuguesa¹⁵⁷⁴.

Uma alegada perseguição deste grupo por parte do exército português, de acordo com uma carta de Amílcar Cabral dirigida ao Ministro do Interior senegalês, tê-lo-ia obrigado a atravessar a fronteira e a instalar-se em Yarang¹⁵⁷⁵. Graças à intervenção de Amílcar Cabral, este grupo foi posto em liberdade pelas autoridades senegalesas no dia 4 de Agosto. Contudo, durante a sua transferência para Dakar, foram novamente presos. Cabral invocou então, na referida carta ao Ministro do Interior senegalês, a incompatibilidade daquelas detenções com as posições de apoio à luta manifestadas pelas autoridades senegalesas¹⁵⁷⁶. Mesmo assim, um outro grupo procedente do interior foi preso em Tanafe (Senegal), no dia 23 de Agosto, tendo sido enviado para Dakar, de onde seguiu de barco com destino a Conakry, no mês seguinte (25 de Setembro)¹⁵⁷⁷. Contra estas novas prisões, Cabral não deixou de manifestar, ao Presidente Senghor, em telegrama

¹⁵⁷³ Timothy P. Wickham – Crowley, “Structural theories of Revolutionary Phenomena”, in *Theorizing Revolutions*, London, Edited by John Foran, 1997, Part I, p. 54.

¹⁵⁷⁴ AMS, “CONCP”, pasta 4604.001, im. 70.

¹⁵⁷⁵ *Idem, ibidem*, im. 50.

¹⁵⁷⁶ *Idem, ibidem*, im. 51.

¹⁵⁷⁷ AMS, “CONCP”, pasta 4604.001, im. 70.

datado de 1 de Setembro, a sua “profunda desolação perante a detenção de companheiros de luta”¹⁵⁷⁸.

É evidente que, com as dificuldades já apontadas e as sistemáticas detenções de militantes seus, Cabral não reunia ainda as condições necessárias para iniciar a acção directa progressiva anunciada desde Abril e sucessivamente adiada. No entanto, os militantes das células clandestinas do interior, desconhecedores das dificuldades que se enfrentavam no exterior, acusavam diferenças de ponto de vista com Amílcar Cabral, relativamente ao lançamento de ataques. Ali, considerava-se estarem reunidas as condições para o início de acções de guerrilha, aguardando, para isso, somente, as ordens do dirigente máximo, Amílcar Cabral, e os meios materiais para avançarem. Já então, conforme se podia ler na carta manuscrita da autoria de Pedro Ramos (aliás “Latranco da Costa”), dirigida a Osvaldo Vieira (“Ambrósio Djassi”), a mobilização no interior havia chegado ao fim “com 3 000 e qualquer coisa”¹⁵⁷⁹, referindo-se certamente ao número de militantes mobilizados e preparados para entrar em acção.

Em Novembro de 1961, na sequência de várias reuniões tidas em Bissau, o Secretário de Informação, Constantino Lopes da Costa (“Ahmadou Ferrel”), o Secretário da Defesa, Inácio Soares da Gama (“Naci Camará”), e o Secretário de Controlo, Rafael Barbosa (“Zain Lopes”), chegaram, como já se disse, a traçar um plano de ataque à Guiné que incluía, entre outras, acções de diversão nas regiões fronteiriças de modo a permitir o lançamento de ataques de grande envergadura no interior¹⁵⁸⁰.

Depois destas reuniões, Rafael Barbosa teria recebido uma credencial com plenos poderes para se encontrar, no exterior, com Amílcar Cabral, a fim de “tratarem de assuntos de interesse” da Guiné¹⁵⁸¹. Estamos convencidos de que tal encontro estaria relacionado, certamente, com o já referido plano de ataque que a organização de Bissau queria sujeitar à apreciação do Secretário-geral. Não sabemos, para já, se este plano teria chegado às mãos de Amílcar Cabral. O que se sabe é que, apesar das diligências, Rafael Barbosa seria preso em Março, nos arredores de Bissau, sem ter podido avistar-se com Cabral.

Enquanto no interior os militantes e dirigentes da rede clandestina se mostravam impacientes, à espera de ordens para o início de ataques, exteriormente, o dirigente

¹⁵⁷⁸ *Idem, ibidem*, im. 71.

¹⁵⁷⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, delegação Guiné, PC12/62, “Rafael Paula Gomes Barbosa”, Carta [manuscrita] de Latranco da Costa [Pedro Ramos] ao Caro irmão de luta Ambrósio Djassi [Osvaldo Vieira], s/d e s/l, 1.º volume, fl. 61. Estamos convencidos de que esta carta deve ser de princípios de Março de 1962.

¹⁵⁸⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, delegação Guiné, processo PC12/62, “Rafael Paula Gomes Barbosa”, “Documento Secreto e Confidencial”, Novembro de 1961, 1.º volume, fls. 47-51.

¹⁵⁸¹ *Idem, ibidem*, fl. 52.

principal mostrava-se ainda cauteloso e favorável a pequenas acções, com prioridade para a preparação política e militar dos militantes e combatentes, certamente na mira de ganhar algum tempo, talvez mesmo à espera que houvesse uma inesperada mudança de atitude por parte do Governo português, de modo a evitar a guerra.

Só uma decisão de abrir novas frentes de ataque no ultramar português, prioritariamente em Moçambique e subsequentemente em Angola, tomada no seminário sobre as colónias portuguesas organizado pelo Conselho Indiano para a África¹⁵⁸², de 20 a 22 de Outubro de 1961, em Nova Delhi, e a 23 de Outubro, em Bombaim, deve ter, a nosso ver, precipitado Amílcar Cabral a ordenar também, em Janeiro de 1962, o início de acções na Guiné portuguesa. É que naquele seminário, que contou com os apoios do então Primeiro-Ministro indiano, Jawaharlal Nehru, toda a prioridade foi dada ao lançamento de ataques em Moçambique, devido ao facto de “constituir um teatro de operações excêntrico e longínquo em relação à Metrópole”¹⁵⁸³. Pensava-se que um ataque a esta colónia forçaria o Governo português a destacar de Angola uma parte importante dos seus efectivos militares ali estacionados, permitindo assim, ao MPLA e à UPA recrudescer as operações militares nesta colónia “em melhores circunstâncias”¹⁵⁸⁴.

O início desta operação era considerado de extrema relevância se fosse conjugado com um previsível sucesso na batalha político-diplomática a travar pelos países afroasiáticos no quadro da ONU¹⁵⁸⁵. Não havia dúvidas de que, na sequência deste seminário e das posições aí tomadas relativamente ao fim do colonialismo¹⁵⁸⁶, a União Indiana dificilmente continuaria a tolerar, por muito mais tempo, a presença de Portugal em Goa, como aliás se pode constatar no discurso de Nehru¹⁵⁸⁷ e de George Vaz, representante da Liga de Goa¹⁵⁸⁸. Daí, na nossa perspectiva, a invasão daquele território, pelo exército da União Indiana, a 18 de Dezembro daquele ano. Repare-se que, para além da decisão de precipitar a ofensiva militar na metrópole e no ultramar, da consciencialização dos governos estrangeiros contra Portugal, do enquadramento dos efectivos portu-

¹⁵⁸² Este seminário contou com a participação de representantes das colónias portuguesas de África, Goa, Damão e Diu, que integravam a CONCP, representantes da FPLN e numerosos observadores. Como delegado do PAIGC e do MLGCV estiveram presentes Aristides Pereira e Adriano Araújo.

¹⁵⁸³ IAN/TT – PIDE/DGS, SEC CV, processo 1710, “Aristides Pereira”, SR 560, NP 5159, 160 SR, Informação n.º 1.692/61 – GU, fl. 169; e também Harsimran Malik, “Seminar on Portuguese Colonies”, *Africa Quarterly*, volume 1, number 3, 1961-62, pp. 21-33.

¹⁵⁸⁴ *Idem, ibidem*, fl. 169.

¹⁵⁸⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, SEC CV, processo 1710, “Aristides Pereira”, SR 560, NP 5159, 160 SR, Informação n.º 1.692/61 – GU, fl. 169.

¹⁵⁸⁶ Vide Declaração de Bombaim, in Harsimran Malik, “Seminar on Portuguese Colonies”, *Africa Quarterly*, volume 1, number 3, New Delhi: Indian Council for Cultural Relations, 1961-62, pp. 32-33.

¹⁵⁸⁷ Harsimran Malik, “Seminar on Portuguese Colonies”, *Africa Quarterly*, volume 1, number 3, New Delhi: Indian Council for Cultural Relations, 1961-62, pp. 23 e 31.

¹⁵⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 24.

gueses destacados nas colónias, entre outros assuntos, praticamente não se traçou nenhum plano específico para a Guiné portuguesa.

Talvez na mira de não ver o problema do seu território relegado para segundo plano (embora se presume que estaria enquadrado na estratégia global daquele seminário), Amílcar Cabral pedia, em Janeiro de 1962, em carta dirigida ao responsável do partido no sul, Rui Djassi, para que logo que possível, pusesse as pessoas a estragar estradas e pontes pequenas, cortar fios de telefone e telégrafo, furar rodas de carros¹⁵⁸⁹. Rui Djassi e outros quadros (Malam Sanhá, Seni Sane, Arafam Mané, Casimiro Fernandes e Queba Sambú) tinham sido enviados ao interior, não só com o objectivo de mobilizarem, organizarem e prepararem as populações, mas também com instruções concretas para levarem a cabo, em diferentes regiões do país, acções de sabotagem. A proximidade desta carta com vários pedidos às autoridades guineenses (Guiné-Conakry), solicitando autorização e todas as facilidades à passagem na zona da fronteira de diferentes grupos que deviam entrar no território nacional¹⁵⁹⁰, leva-nos a deduzir isso.

A 3 de Agosto de 1962 (ou seja, sete meses mais tarde), para assinalar o aniversário do massacre de Pindjiguiti, cumprindo ordens recebidas directamente de Amílcar Cabral, Rui Djassi, Arafam Mané, Malam Sanhá, José Sanhá e outros dirigentes das células do sul, efectuavam importantes acções de sabotagem com o corte de fios de telefone, de estradas e destruição de pontes¹⁵⁹¹ em Nova Sintra (Tite), S. João, Bolama e Fulancunda.

Este tipo de acções directas antecede, normalmente, como defendia Manuel Themudo Barata, o início da guerrilha e resumem-se a actos de sabotagem sobre as infra-estruturas económicas e rodoviárias (destruição de pontes, postos de electricidade e cortes de estradas), marcando a fase de agitação, de recrutamento de adeptos, organização das “bases” e de “refúgios”¹⁵⁹².

Julgamos que a ordem para se avançar com acções directas de pequena envergadura, e não de guerra total, se prendia ainda com a crónica falta de material de guerra, sobretudo em virtude das retenções feitas pelas autoridades de Conakry, em Janeiro¹⁵⁹³.

¹⁵⁸⁹ Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral para [Rui] Djassi, Conakry, 29 de Janeiro de 1962, (Apêndice documental, doc. n.º 32).

¹⁵⁹⁰ Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral au camarade Secrétaire Politique du PDG, Conakry, le 19 décembre 1961 (Apêndice documental, doc. n.º 33); e também Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral dirigida au camarade Secrétaire Politique du PDG, Conakry, le 19 Décembre 1961 (Apêndice documental, doc. n. 34).

¹⁵⁹¹ Entrevista a Arafam Mané, Bissau, Outubro de 2002.

¹⁵⁹² Manuel Themudo Barata, “Le Portugal et les conflits de la décolonisation 1961-1974”, *Guerres Mondiales et conflits contemporaine*, vol. 45, n.º. 178, Paris, 1995, p. 69.

¹⁵⁹³ Carta de Amílcar Cabral, A Son Excellence le Président DIALLO Seifoulaye, Président de l’Assemblée Nationale de la République de Guinée, Secrétaire Politique du PARTI DÉMOCRATIQUE

Este facto levou Cabral a solicitar ao Presidente da Assembleia Nacional da República da Guiné-Conakry, Seifoulaye Diallo, apoio e facilidades, especialmente no que concerne ao regresso de quadros ao interior e a libertação de material retido no porto de Conakry¹⁵⁹⁴. Cabral queria avançar a todo o custo com o início das acções militares, depois da prisão de Rafael Barbosa e outros militantes e responsáveis da célula de Bis-sau.

Como se poderá compreender, Sekou Touré e o seu governo criavam ainda imensos entraves ao trânsito de militantes do PAIGC na zona de fronteira, o que levava Amílcar Cabral a redigir, meses antes, uma outra carta ao Secretário Político do Partido Democrático da Guiné (PDG), solicitando uma tomada de posição definitiva sobre este assunto¹⁵⁹⁵. A juntar-se a tudo isso, em Fevereiro de 1962, outro grupo de quadros que devia entrar no território nacional via Bathurst (Gambia), foi novamente interceptado e detido¹⁵⁹⁶ pelas autoridades senegalesas.

Todas estas dificuldades vividas no interior e no exterior fizeram com que Amílcar Cabral pedisse a Luciano Ndaou que regressasse com a sua gente de Samine para o interior e se preparasse para receber o material de guerra por via marítima. O líder do PAIGC estaria assim a considerar a hipótese de fazer entrar o material de outra maneira, em virtude dos inúmeros obstáculos colocados pelos países vizinhos.

No interior, a falta de armamento para o lançamento da ofensiva foi revelada, a 10 de Maio, por um quadro do PAIGC, Pedro Ramos (“Latranco da Costa”), em carta dirigida a Amâncio Gomes: “Sobre a missão que me foi incumbida [mobilização] já está quase a terminar. O que nos falta agora é o material para fazer a guerra”¹⁵⁹⁷.

A nível exterior, Cabral tentou, na medida em que isso era possível na prática, concertar posições com o seu parceiro histórico, o MPLA e com a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), sobre um eventual início simultâneo de acções de guerrilha nos respectivos territórios para o mês de Agosto de 1962. Para isso, a 27 de Maio, representantes daqueles movimentos de libertação reuniram-se em Keyes (Mali), apenas se sabendo que dessa reunião não surtiu nenhum acordo definitivo sobre esta matéria. As três delegações aceitaram, contudo, envidar todos os esforços no senti-

DE GUINÉE, Conakry, le 6 avril 1962 (Apêndice documental, doc. n.º 35).

¹⁵⁹⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁵⁹⁵ Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral au camarade Secrétaire Politique du PARTI DEMOCRATIQUE DE GUINÉE, Conakry, le 6 novembre 1961 (Apêndice documental, doc. n.º 36).

¹⁵⁹⁶ Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral datada de Conakry, 18 de Março de 1962, ao Caro camarada Luciano [Ndaou], (Apêndice documental, doc. n.º 37). Só encontramos as duas primeiras folhas.

¹⁵⁹⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, delegação Guiné, processo PC12/62, “Rafael Paula Gomes Barbosa”, “Carta [manuscrita] provavelmente de Pedro Ramos (Latranco da Costa) ao Caro irmão de luta Ambrósio Djassi [Osvaldo Vieira]”, s/d e s/l, 1.º volume, fl. 61.

do de enquadrar as forças mediante treino adequado e boa disciplina, adquirir moderno e suficiente material de guerra e a sua concentração em pontos estratégicos, assim como conseguir dos governos africanos vizinhos uma real cooperação que viabilizasse os objectivos enunciados. Só depois da satisfação daquelas condições é que se deveria avançar para operações simultâneas de guerrilha. O objectivo era “quebrar” a resistência portuguesa e explorar as suas carências a nível dos recursos humanos e financeiros¹⁵⁹⁸. Quer Amílcar Cabral (em representação do PAIGC), quer os nacionalistas angolanos do MPLA, estavam sintonizados relativamente à questão da necessidade do uso da violência contra o colonizador. Mas, as diferenças radicavam sobretudo no tempo, no modo e nas condições em que essa resposta devia ser dada. Cabral advogava a necessidade de uma certa preparação enquanto, no caso angolano, se considerava, desde 1959, estarem reunidas as condições para a passagem à acção armada.

A reunião de Keyes, convocada a pedido do PAIGC, acontecia um ano após os acontecimentos de Luanda. A repressão que se lhes seguiu impunha a coordenação dos movimentos nacionalistas, com o intuito de enfraquecer a resposta portuguesa, sobretudo nos dois territórios. Por altura dos acontecimentos de 4 de Fevereiro, foi o MPLA quem dirigiu idêntico pedido ao PAIGC, para que abrisse uma segunda frente, de modo a desviar a atenção do regime colonial português sobre Angola¹⁵⁹⁹. Na altura, Cabral não estava, no entanto, para se meter em aventuras, devido ao nível de preparação das suas forças e por falta de material de guerra. Recordava assim o pedido dos seus companheiros angolanos, aquando do seminário de quadros de 1969, nos seguintes termos:

Nós, na Guiné, preparamos a luta durante muitos anos, e quando por exemplo, em 1961, os camaradas de Angola vieram dizer-nos que tinham começado já a luta em Angola, e que nós tínhamos que começar também, nós dissemos-lhes claro, que não começávamos porque se começássemos íamos prejudicar-nos e prejudicá-los a eles mais tarde¹⁶⁰⁰.

É que, na Guiné, os movimentos existentes estavam ainda numa fase de organização e de estruturação em 1961 e 1962. Dois anos antes (1959), o MLG, fundado provavelmente em Abril, tinha uma estrutura ainda muito longe de ser sólida, e o PAI/PAIGC acabava de ser fundado no mês de Setembro. Ainda assim, a organização e

¹⁵⁹⁸ AHDMNE, processo 940, 1 (4), 457 PAA, “Organizações Nacionalistas – CONCP”, Cópia de UL 1682 datado de Lisboa, 30 de Junho de 1962 dirigido ao Director dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, p. 3.

¹⁵⁹⁹ Vide I. William Zartman, “Africa’s Quiet war: Portuguese Guinea”, *Africa Report*, vol. 9, nº 2, New York, The African-American Institute, February 1964, p. 9.

¹⁶⁰⁰ Amílcar Cabral, “Situação Actual da Luta”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, fl. 21.

estruturação do partido de Amílcar Cabral só aconteceu em finais de 1960. Tudo isto aconselhava prudência. O que o PAIGC acabou por fazer, em apoio da luta dos angolanos, foi a proclamação da acção directa, em Agosto de 1961, que, por várias dificuldades, como já se disse, acabou por não se concretizar.

Como já se viu, Cabral defendia a ideia de que era necessário estar-se política e militarmente preparado. No seu dizer, era preciso “ter a certeza de que, quando começarmos, não paramos mais”. Além disso, era necessário “arranjar meios” humanos e materiais e “preparar politicamente o ambiente, como deve ser”¹⁶⁰¹. Anos mais tarde (1969), no seminário de quadros realizado em Conakry, reconhecendo a precipitação do início das actividades militares, Cabral chegou a lamentar a deficiente preparação dos seus homens quando, agastado e desapontado, em virtude da crise interna enfrentada, afirmou, quase em jeito de arrependimento: “Hoje, a nossa opinião sinceramente é que não nos preparamos bem, porque devíamos preparar-nos melhor ainda”¹⁶⁰².

Na sequência das detenções acima mencionadas, Amílcar Cabral pedia, nas *Palavras de Ordem*, escritas, provavelmente, entre Março e Junho de 1962, contenção aos seus militantes, a fim de evitarem erros, convocando uma reunião com os seus correligionários para fins do mês de Julho de 1962¹⁶⁰³. Ainda assim, o resultado das posteriores diligências de Amílcar Cabral e que constam de uma cópia da carta de um colaborador da PIDE não identificado, dão-nos conta de que o Secretário-geral do PAIGC estava a preparar-se para lançar ataques na Guiné portuguesa. Com efeito, na carta acima referida, expedida de Dakar, a 27 de Julho, dirigida ao Inspector daquela polícia, na Cidade da Praia, confirmava-se que, provenientes da Guiné-Conakry, e armados com armamento adquirido por Amílcar Cabral, “vários nacionalistas vieram ao Senegal” e encontravam-se “estacionados em Bignona à espera de “ordens de Amílcar Cabral para atacarem” a “Província da Guiné”¹⁶⁰⁴. O próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) não deixou de registar, num ofício com data de 8 de Março de 1963, citando informações anteriores do Consulado Português de Dakar, que o *bureau* do PAIGC naquela cidade registou, durante a época das chuvas, uma certa animação com a presença de indivíduos idos de Conakry e Rabat e que “então tentaram preparar uma série de golpes” a desferir a partir de Casamansa contra “a Guiné Portuguesa”, de modo “a tra-

¹⁶⁰¹ *Idem, ibidem*, fl. 21.

¹⁶⁰² AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos quadros participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 152.

¹⁶⁰³ AMS, “Palavras de Ordem”, Cópia escrita provavelmente entre Março e Junho de 1962, Pasta 4340.003, im 19.

¹⁶⁰⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 222, “Amílcar Cabral”, SR, pasta 5, vol. I, fl. 117.

zer ao primeiro plano a questão daquela Província”¹⁶⁰⁵. O documento assinalava ainda o facto de uma série de acontecimentos terem contribuído para a inacção daqueles grupos e até do *bureau* do PAIGC de Dakar que, por sinal, apenas voltou a reanimar-se com a passagem de Amílcar Cabral por aquela cidade, aquando do seu regresso de Nova Iorque, em Dezembro de 1962¹⁶⁰⁶, onde assistiu à reunião da IV Comissão da ONU.

Mas, a repressão que se abateu sobre os militantes, na sequência das prisões de Bissau, apelava para uma resposta urgente contra as “forças ocupantes”. Era, pelo menos, o que esperavam os militantes do interior. Um deles (Braima Dafé), em carta dirigida a Amílcar Cabral, a 5 de Outubro de 1962, falava mesmo de prisões diárias, da destruição de aldeias na zona do Oio e da fuga de militantes para escaparem ao terror. Em poucas palavras, Dafé resumia do seguinte modo o ambiente vivido na capital e passava a pressão a Amílcar Cabral: “Estamos a castigar [sofrer] muito em Bissau”¹⁶⁰⁷. E, em tom quase desesperante, suplicava ao Secretário-geral do PAIGC o seguinte: “O povo da Guiné pede-lhe por favor [para] agir o mais breve[mente] possível, porque se não os colonialistas vão acabar [com] os filhos da Guiné”¹⁶⁰⁸.

Por outro lado, na sequência dos distúrbios provocados, em Agosto, no sul da Guiné, a PIDE e as forças militares portuguesas entraram em acção, numa iniciativa que culminou com a prisão de dezenas de militantes do PAIGC e com a morte de Vitorino Costa, que tinha sido enviado de Conakry com a missão de substituir Arafam Mané, o qual deveria fazer uma curta preparação militar na China. Em virtude desta repressão do exército e das forças policiais, Rui Djassi ordenou a retirada dos nacionalistas para a zona da fronteira com a República da Guiné (Kalunkar), a fim de aguardar ordens de Conakry. Foi nesta localidade da Guiné-Conakry, que o grupo recebeu as primeiras armas ligeiras e decidiu entrar novamente no território nacional, de onde respondeu à repressão policial colonial. No entanto, só em Novembro de 1962, a PIDE deu conta da aterragem de um avião russo em Dakar que, por não ter sido autorizado a desembarcar um carregamento de armas ligeiras destinadas aos guerrilheiros de Amílcar Cabral, teve que abandonar aquela cidade, rumo a Conakry¹⁶⁰⁹. Era, finalmente, a concretização do apoio da Rússia, depois das reticências iniciais. Amílcar estava agora em condições de avançar gradualmente para a luta armada. Ainda assim, mantinha alguma esperança de

¹⁶⁰⁵ *Idem, ibidem*, fl. 459.

¹⁶⁰⁶ *Idem, ibidem*, fl. 459.

¹⁶⁰⁷ AMS – Class – “Amílcar Cabral”, correspondência Interna, PAIGC, UGEAN, MPLA, FRELIMO, CONCP”, 1962, documento 137, pasta 4604.003: Dossier 039, im. 156.

¹⁶⁰⁸ *Idem, ibidem*, im. 156.

¹⁶⁰⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 222, “Amílcar Cabral”, SR, “Informação n.º 198/62 Assunto: Avião Russo em Dakar, Praia, 10 de Novembro de 1962, vol. I, pasta 5, fl. 413 e 460.

que o Governo de Portugal fizesse uma inversão na sua política ou que, no quadro da ONU, se encontrasse uma solução pacífica. Numa declaração sua, efectuada aquando da 1420.^a reunião da IV Comissão da ONU, de 12 de Dezembro de 1962, em Nova Iorque, Amílcar Cabral fez questão de afirmar que apenas três derradeiras alternativas se apresentavam aos nacionalistas para a realização das aspirações dos povos da Guiné e Cabo Verde¹⁶¹⁰. A primeira seria uma eventual mudança radical da posição do governo português; a segunda, uma acção concreta por parte da ONU; e a terceira, lutar unicamente pelos próprios meios.

Nesta altura, apenas as duas primeiras alternativas estavam ainda a ser consideradas por Amílcar Cabral para evitar a opção pela terceira solução. Assim, propôs, relativamente à primeira, isto é, no caso de haver uma mudança de posição por parte de Portugal, o contacto imediato entre as duas delegações, para a abertura de negociações e paralisação, até à realização dessas negociações, de todas as actividades repressivas e de todas as acções de guerrilha por parte dos nacionalistas¹⁶¹¹. Para a segunda (acção da ONU), propunha que a ajuda daquela organização internacional fosse apenas moral, política, financeira e material e que se criasse, no seu seio, um Comité Especial que zelasse pela autodeterminação e independência nacional dos territórios administrados por Portugal. Os trabalhos deste comité deveriam ter início antes do encerramento daquela sessão, a fim de serem estudadas as modalidades da ajuda a atribuir, não só ao povo da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, mas também a todos os povos em luta contra o colonialismo português¹⁶¹². Era evidente que, ao solicitar, como já se disse, uma acção concreta e a ajuda da ONU, Cabral não esperava, como de resto se pode depreender das suas propostas, que aquela organização enviasse os capacetes azuis para a Guiné. Conhecia a experiência do Congo, com Patrice Lumumba, que acabou por contribuir para o assassinato deste dirigente congolês. De resto, quando Lumumba solicitou a presença dos capacetes azuis, Fanon classificou o pedido como um erro¹⁶¹³ por parte do dirigente congolês, ao ter acreditado na imparcialidade desta organização. Ao tempo, Cabral não acreditava, como já se disse anteriormente, na imparcialidade e na capacidade da ONU para solucionar o conflito com Portugal. Foi certamente esta falta de con-

¹⁶¹⁰ *Idem, ibidem*, “Cabo Verde e a Guiné “Portuguesa” perante a ONU. Declaração feita por Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, perante a Quarta Comissão da Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas, a 12 de Dezembro de 1962”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Secretariado-Geral, *Bureau* de Dakar, Janeiro de 1963, pasta 2, vol. I, fl. 227. Também existe o mesmo documento em francês intitulado “Déclaration faite par M. Amilcar Cabral du Parti Africain de l’Indépendance de la Guinée et du Cap Vert (PAIGC)”, Lors de la 1420 éme Séance de la Quatrième Commission le 12 décembre 1962.

¹⁶¹¹ *Idem, ibidem*.

¹⁶¹² *Idem, ibidem*, fl. 227.

¹⁶¹³ Frantz Fanon, *Em Defesa da Revolução Africana*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editores, 1980, p. 232.

fiança e a evolução trágica da situação no Congo que fez com que, ao propor ao governo português, no “Memorando” de 1 de Dezembro de 1960, a realização de eleições gerais e livres na Guiné e Cabo Verde, salientasse que estas mesmas eleições deveriam ser fiscalizadas por uma Comissão Especial das Nações Unidas constituída exclusivamente por países africanos. Cabral tentava evitar, assim, a todo o custo, a interferência dos países ocidentais no processo e a lição negativa do Congo. Esta proposta de Amílcar Cabral surgiu em virtude da sua convicção de que os países africanos, anteriormente submetidos ao jugo colonial, estavam em melhores condições de compreenderem os problemas que se colocavam relativamente aos territórios sob o domínio português¹⁶¹⁴. Pouco depois, foi a vez do 6.º Congresso do PDG, reunido, de 27 a 30 de Dezembro, em Conakry, fixar a data limite de 24 de Outubro de 1963, para Portugal conceder a independência das suas colónias¹⁶¹⁵.

Goradas as duas primeiras alternativas, não restava outra a Amílcar Cabral que não fosse avançar sozinho e com os meios de que dispunha para a luta armada. Foi o que acabou por acontecer.

No documento já citado, intitulado *Palavras de Ordem*, dizia-se, no 17.º ponto, que era necessário contar, sobretudo, com as próprias forças. Nessa altura, militantes e dirigentes estavam convencidos de que a vitória sobre o exército colonial e o consequente colapso deste regime na Guiné era inevitável e seria apenas uma questão de meses. Em mente, não deixava de estar presente a invasão bem sucedida de Goa pela União Indiana, em finais de 1961, e os acontecimentos internos próximos, que apontavam para a inevitabilidade de uma derrota rápida do exército colonial em caso de guerra. Não é por acaso que, em carta dirigida a Aristides Pereira, datada de Rabat, 6 de Janeiro de 1962, Pedro Pires escrevia: “A perda de Goa e a revolta de Beja vieram trazer um elemento novo à nossa luta: a aproximação do fim do regime de Salazar”¹⁶¹⁶.

Pedro Pires estava então convencido de que isso poderia acontecer ainda no decurso do ano de 1962. Nas hostes do PAIGC pensava-se que seria suficiente infiltrar homens em Bissau e a partir daí efectuar ataques ao coração da Administração colonial. De resto, em entrevista à RTP, Nino Vieira afirmou que, no ano de 1961, foi enviado à China, com um grupo de nove pessoas, para uma curta preparação de quatro meses com aquele objectivo¹⁶¹⁷. Esta convicção chegou a animar inclusivamente as hostes naciona-

¹⁶¹⁴ *Idem, ibidem*, im. 88.

¹⁶¹⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, NT 2675, pasta 2, fl. 349.

¹⁶¹⁶ AMS, class, “Amílcar Cabral”, pasta 4602.002 (dossier 038).

¹⁶¹⁷ CD 25 de Abril (Arquivo Audiovisual), “A Geração de 60”. Um programa de Diana Andringa/RTP – 31. 1. Programa: As grandes tempestades/ano 50/60; *Vide* também IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SR, SC, Informação n.º 21 – SC/CI (2), fl. 379.

listas do PAIGC a projectarem a criação, em fins de 1961, de grupos móveis em Bissau, cuja missão seria a de impedir que os portugueses estragassem tudo no momento da sua retirada¹⁶¹⁸. Em causa estava a dispersão geográfica e o reduzido número de militares portugueses estacionados na Guiné e que, nas palavras de Latranco da Costa (Pedro Ramos), nem sequer estavam “dispostos a sacrificarem para defender a mãe-pátria”, uma vez que, de acordo ainda com aquele quadro militar do PAI/PAIGC, já conheciam “a verdade do Partido Africano da Independência”¹⁶¹⁹.

Em 1962, o número de militares portugueses não ultrapassava 4 000 brancos e 2 500 soldados africanos e polícia política¹⁶²⁰. Portanto, um número inferior ao que o PAIGC já dispunha. Além do mais, muitos dos militares e agentes secretos portugueses já tinham sido alegadamente mobilizados e convidados a juntarem-se ao PAI/PAIGC quando se iniciasse a guerra¹⁶²¹. O próprio Amílcar Cabral estava absolutamente convencido, em determinado momento do ano de 1961, da vitória certa e rápida contra o colonialismo português, embora admitisse também, noutras ocasiões, que a luta podia ser difícil e talvez até longa¹⁶²². Por exemplo, numa entrevista concedida ao jornal marroquino *La Nation Africaine*, revelava-se convencido de que o seu “país” seria livre e independente em 1963, mas foi advertindo: “em todo o caso, deveriam estar preparados para enfrentar uma luta que podia ser muito longa”¹⁶²³. Cabral pensava, sobretudo, no carácter internacional da guerra que movia contra Portugal. É que, segundo ele, a guerra não era somente contra este país colonizador, mas também contra os aliados¹⁶²⁴ deste, numa clara alusão ao apoio militar que Portugal recebia da NATO. A esta convicção, para além dos factos já anunciados, haveria que associar ainda as movimentações do grupo afro-asiático das Nações Unidas, com o objectivo de conseguir um acordo de negociações entre os guerrilheiros e Portugal. As tentativas redundaram num autêntico malogro. A partir de então, Cabral passou a fazer depender a vitória do ponto de vista interno, da duração da luta, dos esforços e da dedicação revelados pelo seu partido e pelos militantes, da atenção dedicada ao estudo sério e concreto dos problemas funda-

¹⁶¹⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, delegação Guiné, processo PC12/62, “Rafael Paula Gomes Barbosa”, 1.º volume, fl. 51.

¹⁶¹⁹ *Idem, ibidem*, fl. 61.

¹⁶²⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, processo n.º 222, “Amílcar Cabral”, SR, Ofício 164/62, Autos de Perguntas a Sílvia Coelho Pereira Serra, Cidade da Praia, 13 de Setembro de 1962, vol. I, pasta 5, fl. 81.

¹⁶²¹ *Idem, ibidem*, fl. 65.

¹⁶²² “Conférence des Organisations Nationalistes de la Guinée «Portugaise» et des Îles du Cap Vert”..., Extrait du Rapport Général présenté par le Secrétaire Général du Partido Africano da Independência da Guinée e Cabo Verde, p. 15.

¹⁶²³ “Une Heure avec M. Amílcar Cabral l’un des pionniers du nationalisme dans les colonies portugaise. Nous attendons de l’ONU qu’elle fasse respecter la loi Internationale qui condamne le colonialisme”, *La Nation Africaine*, 15/9/62.

¹⁶²⁴ *Idem, ibidem*.

mentais, do nível de perfeição da organização, do trabalho e da preparação dos seus partidários¹⁶²⁵. Externamente, fazia-a depender, ainda, do apoio dos países vizinhos (Senegal e República da Guiné) e de todos os Estados interessados na liquidação do colonialismo em África. Estes apoios poderiam contribuir, na opinião de Amílcar Cabral, para a diminuição das inevitáveis perdas e tornar rápida e consolidada a libertação¹⁶²⁶, pelo menos da Guiné, o mais tardar, até primórdios de 1963. Esta era, pelo menos, a convicção de Amílcar Cabral, aquando da reunião do Comité de Libertação dos Territórios Administrados por Portugal realizada em Conakry, em Junho de 1962¹⁶²⁷, no decurso da qual chegou mesmo a propor, como já aludimos, a realização de um referendo e a criação de um Comité Especial das Nações Unidas constituído por representantes dos Estados Africanos para o supervisionar¹⁶²⁸.

Ao que tudo indica, a convicção de uma vitória rápida não se colocava apenas em relação à Guiné, também era extensível a Cabo Verde. Na sequência de uma desordem ocorrida em S. Vicente, a 18 de Setembro de 1962, entre elementos metropolitanos e nativos, que levou à prisão de Sílvia Coelho Pereira Serra, no auto de declarações prestada à PIDE, esta afiançou que o Amílcar teria alegadamente dito que não retrocederia diante das forças portuguesas “porquanto” sabia que se tratava “de um punhado de homens mal organizados e espalhados às meias dúzias por algumas ilhas de Cabo Verde”¹⁶²⁹.

3. O início da luta armada e as expectativas numa resolução rápida do conflito

3.1. O atribulado início da guerra e os primeiros problemas

Queixando-se da ineficácia das pressões exercidas pela ONU, da intransigência e do sistemático desrespeito pelas leis internacionais, por parte do Governo português, as atenções do líder do PAIGC centraram-se agora na conquista da independência por via

¹⁶²⁵ “Conférence des Organisations Nationalistes de la Guiné «Portugaise» et des Îles du Cap Vert”..., Extrait du Rapport Général présenté par le Secrétaire Général du Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, p. 15.

¹⁶²⁶ *Idem, ibidem*, p. 15.

¹⁶²⁷ AMS, Nations Unies – Assemblée Général – Distr. Général A/AC. 108/SR.45 21 août 1962 (Français) Original : Anglais - Comité spécial pour les territoires administrés par le Portugal, créé par la résolution 1699 (XVI) de l’Assemblée Générale Compte rendu analytique de la Quarante-Cinquième séance Tenue dans le bâtiment de l’Assemblée nationale, à Conakry, le mercredi 6 Juin 1962, Pasta, 4324.006, im. 86.

¹⁶²⁸ *Idem, ibidem*, im. 88.

¹⁶²⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo n.º 222, “Amílcar Cabral”, SR. Ofício 164/62, Autos de Perguntas a Sílvia Coelho Pereira Serra, Cidade da Praia, 13 de Setembro de 1962, pasta 5, vol. I, fl. 81.

armada. Ao recusar o diálogo e as negociações propostas por Amílcar Cabral, ao longo dos primeiros anos da década de 60, o Governo de Salazar abria as portas à violência, única via, de acordo com os nacionalistas, para a reivindicação dos seus alegados direitos à independência. A forma mais popularizada de violência era a luta de guerrilha que Kenneth W. Grunds definia de seguinte modo:

A specific form of political violence characterised by a high degree of organization, political involvement, dedication, focus, and fairly explicit goals¹⁶³⁰.

Entre as variáveis que, segundo Kenneth Grunds, induziam as pessoas a optar por métodos violentos, encontrava-se a frustração sistémica, isto é, valores que são negados às pessoas, mas que para elas eram considerados importantes. Para o caso africano, Grunds apontava, sobretudo, o baixo nível de produtividade e a existência de desigualdades na distribuição, inabilidade e relutância da ordem estabelecida em lidar com situações de injustiça e a ausência de canais através dos quais as pessoas pudessem expressar o seu descontentamento¹⁶³¹.

Por outro lado, na sua feliz conclusão, Bernard A. Nkemdirim reconhecia que as causas que estavam na origem da guerrilha em África eram: “a opressão, a vitimação, e as condições objectivas de depravação e expectativas em torno dos regimes minoritários”¹⁶³².

Mas, as causas atrás apontadas não eram suficientes, nem decisivas, para explicar a revolução da Guiné e de Cabo Verde contra o colonialismo português. Diremos até que, no meio das condições gerais apontadas pelos autores anteriores, havia também condições específicas. Como Michael Lofchie dizia, relativamente ao Zanzibar¹⁶³³, julgamos que, no caso da Guiné e de Cabo Verde, a emergência de uma elite africana desejosa de partilhar o poder, a conjuntura africana e mundial da independência, a regressão de todas as formas de dominação, bem como as medidas repressivas do regime colonial foram os catalisadores da violência. A elas há que adicionar também o “racismo”, a “discriminação”, a “exploração económica”, as desigualdades de tratamento dos africanos em relação aos europeus, os salários desiguais, a ausência de direitos políticos e liberdades fundamentais.

¹⁶³⁰ Kenneth W. Grunds, *Guerrilla Struggle in Africa. Some thoughts on violence and warless future*, New York, World Order Book Gross Man Publisher, Chap. Two, 1971, p. 7.

¹⁶³¹ *Idem, ibidem*, pp. 13 e ss.

¹⁶³² Bernard A. Nkemdirim, “Reflections on Political Conflict, Rebellion, and Revolution in Africa”, *The Journal of Modern African Studies*, vol. 15, n.º 1, London, Cambridge University Press, Mars, 1977, p. 87.

¹⁶³³ Michael Lofchie, “Party conflict in Zanzibar”, *The Journal of Modern African Studies*, vol. 1, n.º 2, London, Cambridge University Press, 1963, pp. 185-207.

Efectivamente, ao cabo de uma preparação de, sensivelmente, dois anos e seis meses (isto é, de Julho de 1960 a Janeiro de 1963), Amílcar Cabral decidia a passagem à luta armada, mantendo a pressão sobre o Governo de Portugal enquanto aguardava, com alguma expectativa, pela evolução da situação política interna portuguesa e pelo contexto externo (sobretudo africano e o apoio das Nações Unidas). O importante era ir criando, a pouco e pouco, as condições internas a partir das quais basearia as suas reivindicações no plano externo.

Em 1963, o MLG e o PAIGC dividiam, teoricamente, o território da Guiné em termos de reivindicação de acções militares. Assim, aquele movimento, que praticamente tinha desaparecido, reclamava a realização, de Janeiro a Junho daquele ano, altura em que foi suplantado pelo PAIGC, de várias acções no norte: S. Domingos, Suzana, Gondo Grande, Bagodante, Campada, Bajugate, Bramol, Bijene e Sancatuto¹⁶³⁴. Este (o PAIGC), por sua vez, tinha feito, em Janeiro de 1963, diversas acções subversivas no sul da Guiné portuguesa, designadamente nas localidades de Fulacunda, Empada, Farancunda, Gan-Sene, Cubisseco e Catió, protagonizadas pelo grupo liderado por Rui Djassi. As notícias sobre estas acções, que se podem enquadrar ainda no âmbito da acção directa e de sabotagem, foram difundidas por Amílcar Cabral e pelo secretariado do PAIGC em Conakry, apenas em Fevereiro. Até lá, é nossa convicção de que, na capital da República da Guiné e no *bureau* de Dakar, se desconhecia a realização dessas acções ou, se se sabia, não se lhes atribuiu, na altura, a importância devida.

Mas, então, vale a pena colocar a seguinte pergunta: que motivo de força maior teria precipitado a difusão de vários comunicados, logo na primeira semana de Fevereiro, dando conta do início de operações militares na Guiné portuguesa no mês anterior? Em nossa opinião, julgamos que tal estava relacionado com um inesperado acontecimento, “uma coincidência histórica”, nas palavras de Arafam Mané¹⁶³⁵, que vai ter lugar em Conakry e que consta, inclusive, de uma informação confidencial remetida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português, ao Director da PIDE, com data de 8 de Fevereiro. Com efeito, baseando-se em informações provenientes de Dakar, anunciava-se que, por notícia veiculada por Luís da Silva (“Tchalumbé”), o PAIGC acabava de sofrer, em Conakry, “um rude golpe capaz de originar a sua desaparecimento”¹⁶³⁶. A informação referia-se ao facto de, no princípio daquele mês, ter sido descoberto, no porto daquela cidade, uma grande quantidade de material de guerra disfarçado

¹⁶³⁴ É muito provável que as acções reivindicadas pelo MLG tenham sido as mesmas que a FLING chegou a afirmar ter realizado, uma vez que aquele movimento tinha integrado aquela frente em 1962.

¹⁶³⁵ Entrevista a Arafam Mané, Bissau, Outubro de 2002.

¹⁶³⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SR, SC, Ex.^{mo} Senhor Director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, Confidencial, Lisboa, 8 de Fevereiro de 1963, fl. 285.

de conserva, “destinadas à alimentação dos «nacionalistas»”¹⁶³⁷, e que tinha sido descarregado por um navio, com pavilhão italiano, chamado “INDUS”. O carregamento era constituído por 40 espingardas, 12 pistolas-metralhadoras e 50 pistolas de proveniência argelina, mas expedidas de Rabat pela Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)¹⁶³⁸. Esta descoberta (a segunda no espaço de um ano), rapidamente associada pelas autoridades guineenses com a tentativa de golpe de Estado em preparação contra o regime de Sekou Touré, teria conduzido à prisão, em Foulaya, de vários dirigentes e militantes do PAIGC¹⁶³⁹. Luís Cabral, Aristides Pereira, Vasco Cabral, Armando Ramos, Carlos Correia e Otto Schacht foram, entre outros, alguns dos detidos.

Esta teria sido uma das razões, em nossa opinião, que levaram Amílcar Cabral, já informado do que se passava em Conakry, a apresentar, a partir de Rabat, uma nota de protesto junto do Presidente da República, Sekou Touré, e do Presidente da Assembleia Nacional Popular, Diallo Saifoulaye. Por outro lado, escreveu e mandou distribuir, a partir do *Bureau* do PAIGC de Dakar, outro importante comunicado, datado de 7 de Fevereiro. Seguiu-se-lhe, quase com idêntico teor, um outro documento, datado de 9 de Fevereiro de 1963, difundido pela CONCP, através do seu *bureau* de Rabat, e ainda uma declaração, datada de 13 de Fevereiro, do *bureau* de Dakar do PAIGC.

No comunicado do dia 7, mas difundido apenas no dia seguinte (8 de Fevereiro), o Secretário-geral do PAIGC, com base (implicitamente, é claro) nas dificuldades enfrentadas em Conakry, informava a opinião pública mundial do seguinte:

Não obstante as grandes dificuldades com que se depara o nosso partido no plano exterior na tarefa urgente de reforçar os meios materiais de luta para fazer face às armas criminosas dos colonialistas portugueses, a acção directa intensifica-se dia a dia na Guiné «portuguesa»¹⁶⁴⁰.

Ainda, de acordo com aquele comunicado, no dia 26 de Janeiro, Malam Sanhá teria atacado o campo militar de Fulacunda, referindo-se depois aos acontecimentos do dia 24, em Catió, e, finalmente, as acções do dia 25, novamente na zona de Fulacunda.

¹⁶³⁷ *Idem, ibidem*, fl. 285.

¹⁶³⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SC [CI2], NT 2675, Informação n.º 84 – SC/CI(2): Assunto: Tensão entre Amílcar Cabral e o Governo da República da Guiné, pasta 2, fl. 45.

¹⁶³⁹ Cadi Fernandes, *Retratos de Ontem*. “Guiné: As histórias da história”, Lisboa, Editorial Notícias, *Diário de Notícias*, 1994, pp. 225-227.

¹⁶⁴⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SR, SC, “Comunicado”, feito a 7 de Fevereiro de 1963, pelo Secretário-Geral do PAIGC, Amílcar Cabral, *Bureau* de Dakar, 8 de Fevereiro de 1963, fl. 275.

Para dar ainda maior credibilidade ao tema do início das acções de guerrilha, Cabral aproveitou inteligentemente, tal como o havia feito no comunicado difundido pela CONCP em Rabat, no dia 9, as próprias notas divulgadas pela imprensa metropolitana (por exemplo, no *Diário da Manhã*), datadas do dia 26 de Janeiro, nas quais se aludia a acontecimentos que tiveram lugar recentemente na Guiné “dita portuguesa”, designadamente no sul do país¹⁶⁴¹. Na referida nota afirmava-se que sucedia na Guiné “o mesmo” que se tinha “passado em Angola” e que o “problema” se colocava “em princípio, nos mesmos termos”¹⁶⁴².

Na edição do dia 30 de Janeiro, o mesmo diário referia-se a ataques e destruição de um estabelecimento comercial pertencente a Manuel Pinho Brandão e à morte de um furriel e de um 1.º cabo¹⁶⁴³. Em consequência destas acções, o Governo colonial português teria mandado proceder à evacuação de civis europeus da área, atitude que Cabral apressou-se a considerar, numa “Declaração” de 13 de Fevereiro, como uma “política de terra queimada”¹⁶⁴⁴, esclarecendo que a acção directa visava, unicamente, as forças de repressão (forças armadas, polícia e agentes colonialistas) e não civis portugueses¹⁶⁴⁵.

Mais do que mera propaganda, o que se pretendia com o comunicado do dia 7 de Fevereiro era convencer Sekou Touré e as autoridades guineenses (Guiné-Conakry) de que o armamento apreendido não se destinava (como na realidade não se destinava) a ser usado numa eventual rebelião militar contra o seu regime, mas para o prosseguimento dos combates já iniciados no interior da Guiné portuguesa¹⁶⁴⁶.

Não era por acaso que, no mesmo comunicado, Cabral fazia o seguinte apelo dramático :

À tous les Gouvernements des pays anticolonialistes, en particulier aux Gouvernements des pays indépendantes de l’Afrique, pour qu’une aide concrète et urgent soit accordée à notre Parti, en vue de la défense de nos populations et du développement de notre lutte de libération nationale¹⁶⁴⁷.

¹⁶⁴¹ “Nota Internacional: Na fronteira da Guiné”, *Diário da Manhã*, 26 de Janeiro de 1963, p. 1.

¹⁶⁴² “Na Guiné: prejuízos de mais de 200 contos num ataque de terroristas”, *Diário da Manhã*, 30 de Janeiro de 1963, p. 8.

¹⁶⁴³ *Idem, ibidem*, p. 8.

¹⁶⁴⁴ IAN/TT-PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SR, SC, “Déclaration”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Dakar, 13 de Fevereiro de 1963, fl. 277.

¹⁶⁴⁵ *Idem, ibidem*, fl. 277.

¹⁶⁴⁶ Entrevista a Armando Ramos, Bissau, Outubro de 2002.

¹⁶⁴⁷ IAN/TT-PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SR, SC, Ex.^{mo} Senhor Director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, Confidencial, processo 940, 1 (5) D, Lisboa, 8 de Fevereiro de 1963, fl. 285.

Como não podia deixar de ser, em virtude das prisões recentes, a República da Guiné-Conakry encontrava-se entre os países referenciados.

Mas, Cabral não foi o único a reagir à prisão dos seus correligionários. Certamente por instrução sua, a partir de Dakar, um outro comunicado foi emitido pelo próprio secretariado do partido sediado em Conakry, com data de 9 de Fevereiro¹⁶⁴⁸, em que se dava conta de outras acções levadas a cabo pelos nacionalistas no sul da Guiné portuguesa, entre 17 a 27 de Janeiro de 1963. Ainda na sequência dos acontecimentos de Conakry, Cabral teria dado ordens expressas aos seus homens do interior para prosseguirem com os ataques¹⁶⁴⁹.

Ainda assim, já depois do início de acções de guerrilha, com o ataque a Tite, um comunicado, datado de 7 de Fevereiro de 1963, distribuído em Dakar no dia seguinte, Cabral insistia numa saída negociada: “Continuamos porém, sempre prontos a um diálogo leal com o Governo de Portugal com vista à liquidação pacífica da dominação colonial (...), pela via de negociação”¹⁶⁵⁰.

Uma vez iniciadas as acções nas circunstâncias que acabámos de referir, a guerra não mais parou. Seis meses mais tarde, era aberta a segunda frente de luta no norte, mais concretamente na região de Oio e, quase simultaneamente (12/13 de Julho), o PAIGC atacava Fulacunda e Tite, numa acção espectacular em que eram libertados vários militantes que aí se encontravam detidos.

A abertura da Frente Norte tinha, para além das razões de estratégia militar, motivações económicas, até porque, na perspectiva de Cabral, a dominação económica estava no centro de todas as dominações¹⁶⁵¹. A economia era vista por Cabral como fonte de domínio, mas também de libertação. Neste sentido, a sabotagem dos interesses económicos podia acelerar, pensava ele, a vitória das suas forças em pouco tempo. Daí que, a estratégia adoptada, do ponto de vista militar, tivesse sido gizada tendo em consideração a extrema vulnerabilidade do regime colonial a nível económico, assente, sobretudo, na monocultura do amendoim. Assim, uma virtual destruição do sistema colonial passaria necessariamente pela capacidade de lhe retirar os meios de que se poderia servir, não só para produzir, mas também para exportar o amendoim. A ideia era abrir caminho no eixo Norte – Sul e Sul – Norte, dividir o país a meio, e assim des-

¹⁶⁴⁸ *Idem, ibidem*, fl. 280.

¹⁶⁴⁹ Entrevista a Armando Ramos, Bissau, Outubro de 2002.

¹⁶⁵⁰ IAN/TT-PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SR, SC, “Comunicado”, feito a 7 de Fevereiro de 1963, pelo Secretário-Geral do PAIGC, Amílcar Cabral, *Bureau* de Dakar, 8 de Fevereiro de 1963, fl. 275.

¹⁶⁵¹ AMS, “Discurso proferido pelo Delegado da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde, Amílcar Cabral (Abel Djassi), Secretário-Geral do Partido Africano da Independência (Cairo – 25 a 31 de Março de 1961”, pasta 4602.014, im. 4.

ferir um duro golpe à exploração do amendoim a cargo de companhias concessionárias instaladas no leste do território (região de Bafatá e Gabú), tais como a Companhia União Fabril (CUF) e a Sociedade Comercial Ultramarina. Na sequência de algumas dessas sabotagens, muitos postos de comércio tiveram que ser encerrados. Para essa tendência de baixa contribuiu também a queda, segundo os cálculos da propaganda do PAIGC, verificada na produção e no comércio de amendoim em cerca de 50%, devido aos ataques da guerrilha, quer em terra, quer por via fluvial.

Conhecidas as posições de Amílcar Cabral relativamente aos aspectos nocivos da prática da monocultura de amendoim desde os tempos em que exercera como agrônomo na Guiné, não é difícil constatar que, num dos primeiros documentos elaborados por ele, pouco tempo depois de se estabelecer em Conakry, intitulado “O que quer o nosso partido?”¹⁶⁵², propusesse, como um dos objectivos primordiais, acabar com essa monocultura e com os monopólios em sectores da economia. Agora, com as condições criadas para a progressão no terreno da luta armada, também não é difícil adivinhar as intenções de Amílcar Cabral, subjacentes, de resto, numa carta sua, expedida de Dakar e datada de 18 de Julho de 1963, dirigida a Oswaldo (Ambrósio Djassi) e Francisco Mendes (Chico Té):

Conforme ficou estabelecido no encontro com o Chico, abrir caminho para o sul do país. Os camaradas do sul têm a ordem de abrir caminho para o norte, e estou convencido de que conseguiremos isso brevemente¹⁶⁵³.

A ideia era paralisar o principal eixo rodoviário (Mansoa – Mansabá – Bafatá) que ligava o leste ao litoral e por onde se fazia o escoamento do amendoim.

Efectivamente, numa visita de estudo efectuada à Guiné, em 1963, enquanto Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Joaquim Moreira da Silva Cunha comprovou, como escreveria anos mais tarde (1977), as subjacentes intenções de Amílcar e do seu PAIGC:

Dividir a província, de Norte a Sul, com base nas zonas do Mores e do Oio, em duas partes, para isolar Bissau e tornar cada vez mais difícil a defesa da zona Leste, onde era mais densa a concentração dos fulas que se nos mantinham indefectivelmente fiéis. Depois de dominar esta região, seguir-se-ia a ofensiva sobre o «chão manjaco» (Teixeira Pinto) e, finalmente, sobre Bissau¹⁶⁵⁴.

¹⁶⁵² AMS, “O que quer o nosso partido? Frente da Libertação da Guiné e Cabo Verde – Partido Africano da Independência (PAI), pasta 4602.004, im. 4.

¹⁶⁵³ AMS, “Duma carta aos camaradas Oswaldo (Ambrósio Djassi) e Chico [Francisco Mendes] (Chico Té), Dakar, 18 de Julho de 1963, pasta 4340.003, im. 21.

¹⁶⁵⁴ Silva Cunha, *O Ultramar, a Nação e o “25 de Abril”*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977, p. 108.

O golpe final seria dado com a abertura da Frente Leste, em Novembro do ano seguinte. Cabral mostrar-se-ia satisfeito com os resultados conseguidos, nomeadamente, com a divisão do território em duas partes, facto que chegou a ser refutado, em diversas ocasiões, pelas autoridades portuguesas¹⁶⁵⁵. Num longo relatório, elaborado em Dezembro de 1966, Cabral resumia, de modo seguinte, a situação da economia colonial na Guiné, que classificava mesmo de “catastrófica”:

Conseguimos, há já algum tempo, abolir na maior parte do nosso território nacional o sistema de exploração colonial. Este ano desferimos um rude golpe no que restava do sistema comercial [português], especialmente nas regiões leste (Gabú-Bafatá) e oeste (Canchungo-S. Domingos). De facto, o estado de insegurança criado nessas regiões pelas nossas unidades e o controlo que exercemos sobre certas estradas tornaram impraticáveis tanto a cultura dos amendoins [a monocultura colonial] como a distribuição de artigos de consumo aos entrepostos [portugueses] do interior. Além disso, as emboscadas na estrada Bissau-Mansoa detiveram eficazmente o tráfego rodoviário de artigos importados e de produtos da lavoura local. A maior parte do comércio, tanto por grosso como a retalho, nos centros urbanos secundários, praticamente ficou paralisada, e tanto os comerciantes como os seus empregados abandonaram esses centros e refugiaram-se na capital¹⁶⁵⁶.

Ao referir-se à CUF, a principal empresa comercial da Guiné, Cabral dizia que, por causa da guerra, chegou a apresentar, durante três anos consecutivos, saldos deficitários, e que vivia exclusivamente das suas reservas. Num relatório publicado pela União Internacional dos Estudantes e pela União dos Estudantes finlandeses, depois de uma visita às “regiões libertadas” em 1971, afirmava-se que, de 1962 a 1965, a balança comercial da CUF apresentava um saldo negativo¹⁶⁵⁷. Estas restrições nas actividades empresariais, de que se vangloriava um comunicado do partido de Amílcar Cabral, em consequência de maiores dificuldades no movimento dos produtos, foram ainda confirmadas por um ofício assinado por Venâncio Augusto Deslandes, datado de 1 de Setembro de 1964: “Dada a situação actual na Província da Guiné, naturalmente que as empresas, em especial as de maior vulto, terão de sofrer quebra nas suas actividades normais”¹⁶⁵⁸.

Na opinião de Amílcar Cabral, embora o Governo colonial exigisse a sua continuidade, as actividades comerciais da CUF confinavam-se cada vez mais aos principais centros urbanos. Mas, as consequências directas a nível do consumo de produtos de

¹⁶⁵⁵ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 462 PAA, “PAIGC/PAIGCV, Organizações Nacionalistas”.

¹⁶⁵⁶ *Apud* Basil Davidson, *A libertação da Guiné...*, pp. 147-148.

¹⁶⁵⁷ *Rapport of a visit to the liberated areas of Guinea-Bissau*, Helsinquia, published by International Union of Student (IUS), National Union of Finish Students (SYL), p. 34.

¹⁶⁵⁸ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 462 PAA, “PAIGC/PAIGCV – Organizações Nacionalistas”.

primeira necessidade foram, de acordo ainda com Amílcar Cabral, a importação de grandes quantidades de arroz (“10 000 toneladas só do Brasil”) “para alimentar as suas tropas e as populações urbanas”¹⁶⁵⁹. Para além da agricultura, do comércio e do reabastecimento, outras actividades económicas ficaram também, à luz do relatório apresentado por Cabral, praticamente paralisadas, excepto as “obras de carácter militar”. Tudo o que são obras públicas – dizia-se no relatório – deixou de existir”¹⁶⁶⁰.

Tanto no sul como no norte, os métodos de exploração da CUF eram indirectos, comprando a baixo preço os produtos como o arroz e amendoim aos agricultores balantas¹⁶⁶¹. É bom não esquecer que Tite, Tombali, Fulacunda (no sul) e Mansoa (centro – norte) eram importantes celeiros agrícolas, especializados sobretudo na produção de arroz. Durante todo o conflito, aquelas regiões rivalizaram com o leste. De facto, poder-se-ia considerar, numa análise um pouco simplista, que Amílcar Cabral resumiu a guerra da Guiné, do ponto de vista económico, a uma guerra do arroz contra o amendoim.

Por outro lado, tanto a primeira frente (sul), como a segunda (norte) foram abertas em regiões onde a produção do arroz era determinante para a alimentação dos guerrilheiros e onde, sociologicamente, o grupo étnico dominante era o balanta, tradicionalmente impregnados de um espírito de resistência histórica contra a colonização portuguesa. Esta foi a primeira das duas razões apontadas por Amílcar Cabral para justificar a adesão deste grupo, sem hesitações, ao PAIGC¹⁶⁶² e à luta de libertação nacional. A segunda radicava, como já se viu, na estrutura social de tipo horizontal deste grupo, portanto, facilmente permeável à ideologia revolucionária¹⁶⁶³. Além do mais, quer o sul, quer o norte, eram regiões, do ponto de vista geográfico, de densa floresta (norte e sul) e também fortemente entrecortadas por áreas alagadiças (bolanhas e rios), portanto de difícil acesso, mas ideais para a fixação das bases de guerrilha.

Há ainda, para além das motivações militares, sociais e económicas que estiveram por detrás da abertura da frente norte, duas outras de ordem política. A primeira é que ia ter lugar, em finais de Julho, uma importante reunião do Conselho de Segurança da ONU para discutir, especialmente, o caso das colónias portuguesas. Desta reunião resultaria, por solicitação de 32 delegados de países africanos, uma condenação à política colonial de Portugal, que considerava os territórios colonizados “Províncias Ultrama-

¹⁶⁵⁹ *Apud* Basil Davidson, *A libertação da Guiné...*, p. 148.

¹⁶⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 148.

¹⁶⁶¹ Amílcar Cabral, “El poder de las armas”, *Tricontinental*, p. 9; e também Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 70.

¹⁶⁶² “Breve análise da estrutura social da Guiné portuguesa”, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e luta*, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1976, p. 103.

¹⁶⁶³ *Idem, ibidem* e Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 69.

rinas”, indo contra os princípios da Carta, e violando sistematicamente as leis internacionais¹⁶⁶⁴.

A segunda é que a 2 de Agosto também ia ter lugar, em Dakar, uma importante Conferência de Ministros dos Negócios Estrangeiros da OUA, organização recentemente constituído em Addis-Abeba, com o intuito de decidir quais os movimentos de libertação das colónias portuguesas deveriam receber apoio daquela organização. O alargamento da luta a norte teria, também, como objectivo, a nosso ver, provar à OUA que o PAIGC era o único movimento a operar no interior da Guiné portuguesa.

Enquanto isso, também no mês de Julho se iniciava a preparação para uma eventual passagem à acção em Cabo Verde. Na já referida reunião de quadros responsáveis do partido efectuada em Dakar, de 17 a 20 daquele mês, adoptou-se uma série de decisões já anteriormente enunciadas e que incluíam o envio de missões ao arquipélago e junto das comunidades emigrantes cabo-verdianas espalhadas pela Europa e Estados Unidos, com o intuito de avaliar, *in loco*, a contribuição que poderiam vir a dar ao desenvolvimento da luta em Cabo Verde. Assim, em 1964, quadros do PAIGC deslocaram-se clandestinamente a Portugal¹⁶⁶⁵, Costa do Marfim e Holanda, e, no ano seguinte (1965), aos Estados Unidos e à França, com o mesmo objectivo. Já por esta altura, pese embora algumas dificuldades de comunicação e de coordenação, o PAIGC tinha conseguido reforçar a mobilização da população, principalmente nos centros urbanos e em algumas áreas rurais.

Apesar destes evidentes avanços e do amadurecimento da situação política nas ilhas principais (Santiago, S. Vicente e S. Antão), Cabral mostrava-se ainda cauteloso em avançar com uma acção armada no arquipélago. Escrevia em Novembro de 1965:

Temos de fazer isso, mas devemos fazê-lo nas melhores condições e tendo em atenção as características próprias da luta armada de libertação nesse ambiente geográfico muito especial. Devemos andar depressa, mas não correr, sem oportunismos, sem entusiasmos que nos façam perder de vista a realidade concreta. Mais vale começar a luta armada com um atraso aparente, mas com garantias de continuidade, do que começá-la cedo ou em qualquer outro momento, sem ter realizado todas as condições que garantem a sua continuidade e a vitória para o nosso povo¹⁶⁶⁶.

¹⁶⁶⁴ Rigsarkivet. Udenrigs ministeriet, Akter 1946-1972, 131. K. 3 pkk. Lbnr. 19533, Portugals overøiske besiddelser. NB Angola 131/k2 Goa 5N 78 pakke II fra 1/1-63 – 3/7-63. United Nation General Assembly S/PV. 1044 26 July 1963, pp. 7 e ss.

¹⁶⁶⁵ Vide Aristides Pereira, *ob. cit.*, pp. 161-162; e um documento publicado em anexo (doc. n.º 8) na versão documentada (pp. 692-697).

¹⁶⁶⁶ FAC (Praia – Cabo Verde), “Ter Consciência da situação da luta em cada momento. «Esperar o melhor, mas preparar-se para o pior»”. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in *Palavras de Ordem*, Novembro de 1965, pp. 1A-2A.

3.2. *Esperança numa viragem na situação interna portuguesa*

Desde 1958, mas principalmente a partir de 1961, no decurso da preparação para o lançamento de acções armadas no território da Guiné, Amílcar Cabral vinha acompanhando a evolução da situação interna em Portugal, sobretudo o trabalho que, no interior e no exterior, a oposição portuguesa (Marrocos, Argélia, Brasil e Venezuela), vinha fazendo para a queda do regime do Estado Novo.

Com efeito, desde a candidatura de Humberto Delgado, nas eleições presidenciais de 1958, nada mais voltara a ser como dantes em Portugal. Conspirações, revoltas e manifestações contra o regime sucediam-se a um ritmo vertiginoso, provocando, na opinião do historiador Fernando Rosas, um terrível desgaste do regime¹⁶⁶⁷, o qual a oposição tentou, de alguma maneira, aproveitar. A repressão que se seguiu às eleições de 1958 apenas veio consciencializar a oposição portuguesa de que a única via para se pôr termo à ditadura em Portugal era a revolucionária. Fonseca e Costa (realizador de cinema), entrevistado pela RTP, declarou relativamente às eleições presidenciais daquele ano:

As eleições do Delgado parecem-me ter marcado aqui assim, pelo menos a aquisição de uma certa consciência pública de que seria impossível acabar com o regime por meios pacíficos¹⁶⁶⁸.

As expectativas que alguns desses acontecimentos criaram, designadamente nas vésperas do desencadear da luta armada de “libertação nacional”, vão merecer, da parte de Amílcar Cabral, uma atenção redobrada. Adquiriram especial significados os acontecimentos ocorridos em Portugal, entre 1961 e 1962, e todas as movimentações da oposição interna e exilada, visando tomar o poder pela via revolucionária, sobretudo de 1961 a 1965.

Começaremos por destacar, por exemplo, o assalto, a 22 de Janeiro de 1961, e a ocupação, durante doze dias no mar das Caraíbas, do navio transatlântico “Santa Maria”, numa acção protagonizada por Henrique Galvão, membro do Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) ou Directório Revolucionário para a Libertação da Ibéria (DRLI), provavelmente nascido da fusão entre o Movimento Nacional Independente (MNI) e o Governo Revolucionário Espanhol do Exílio (GREE). Este caso,

¹⁶⁶⁷ Fernando Rosas, “O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo”, in *Do Marcelismo ao fim do Império*, Revolução Democracia, Direcção de J. M. Brandão de Brito, Lisboa, Circulo de Leitores, 1999, p. 38.

¹⁶⁶⁸ CD 25 de Abril, Arquivo audiovisual, “A Geração de 60”, Um programa de Diana Andringa/RTP - 31, 1. Programa: As Grandes tempestades/Anos 50/60/1958/1962.

que abalou o regime de Lisboa, levou Amílcar Cabral e Aristides Pereira a tomarem uma posição pública sobre o assunto, ao assinarem, a 28 do mesmo mês e ano, um comunicado intitulado “Sobre o caso *Santa Maria*”, em que afirmavam que o PAIGC estava a seguir “com atenção e vigilância a evolução dos acontecimentos relacionados com o caso «SANTA MARIA»¹⁶⁶⁹. Apesar de admitirem desconhecer as verdadeiras intenções, os objectivos e os intuitos dos democratas portugueses que levaram a cabo a “corajosa operação”, relativamente aos “territórios africanos dominados por Portugal e em particular, à Guiné e Cabo Verde” e, em alguns casos, revelarem mesmo uma certa desconfiança relativamente à acção, acabaram por manifestar o seu “firme apoio aos heróicos democratas portugueses que realizaram o feito da libertação do navio «Santa Maria»”, e de declarar ainda que estavam absolutamente certos de que este “acto de coragem” constituía um “grande estímulo para a luta do povo português contra o fascismo salazarista”¹⁶⁷⁰.

Em Abril de 1961, voltou a falhar a tentativa de golpe de Botelho Moniz, conhecida como a “abrilada”, que visava a destituição de Salazar. A 13 de Outubro, provavelmente tentando explorar a situação de fraqueza do regime de Salazar, a braços com uma crescente oposição interna, e reagindo às tentativas do Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, em reformar o Decreto-Lei n.º 43 893, de 6 de Setembro de 1961, que pôs fim ao Estatuto dos Indígenas, Cabral redigiu uma “Nota aberta ao Governo Português”, na qual declarava que a atitude do regime de Salazar era “o resultado concreto – uma conquista – da luta heróica” do povo da Guiné e Cabo Verde “pela independência nacional”¹⁶⁷¹.

A 6 de Junho de 1962, numa declaração feita, perante o Comité Especial dos Territórios Administrados por Portugal reunido em Conakry, na qualidade de peticionário da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, Cabral afirmava que as reformas feitas pelo regime eram apenas teóricas e que a nova lei que revogava o Estatuto dos Indígenas não fora seguida de medidas legislativas necessárias para assegurar a concretização das mudanças anunciadas¹⁶⁷².

¹⁶⁶⁹ AMS, PAI/PAIGC, “Comunicados e mensagens”, pasta 4602.013, fl. 1.

¹⁶⁷⁰ *Idem, ibidem*, fl. 2.

¹⁶⁷¹ *Idem, ibidem*, fl. 1.

¹⁶⁷² AMS, Nations Unies – Assemblée Générale – Distr. Générale A/AC. 108/SR.45 21 août 1962 (Français) Original : Anglais - Comité spécial pour les territoires administrés par le Portugal, créé par la résolution 1699 (XVI) de l'Assemblée Générale Compte rendu analytique de la Quarante-cinquième séance Tenue dans le bâtiment de l'Assemblée nationale, à Conakry, le mercredi 6 juin 1962, pasta, 4324.006, im. 84.

Amílcar Cabral seguia de perto, também, as manifestações realizadas em Lisboa, antes das eleições parlamentares de 12 Novembro de 1961, exigindo, entre outras reivindicações, o fim da guerra colonial em Angola¹⁶⁷³.

Perante um cenário político português com tendência para se agravar, sobre o qual declarava que “uma parte da opinião contrária ao regime de Salazar” era favorável à luta de libertação nacional¹⁶⁷⁴, o líder guineense e cabo-verdiano não deixou de fazer ainda, em Outubro de 1961, uma outra “Declaração”, na qual dizia que a luta era contra os colonialistas e não contra o povo português, com o qual desejava, de resto, “preservar as possibilidades duma colaboração frutuosa no futuro”, reafirmando “a simpatia pelas aspirações do povo português à liberdade, à paz e ao progresso”. Este princípio seria novamente reiterado no congresso da União Progressista Senegalesa (UPS), de Janeiro de 1968, durante a qual garantiu que, até ao final daquele mês, iria libertar dois prisioneiros de guerra portugueses¹⁶⁷⁵ como um gesto de boa vontade.

A desconfiança em relação à oposição portuguesa de então, a que já nos referimos anteriormente, fez, certamente, com que Amílcar Cabral insistisse, na já citada “Declaração”, em nome da “colaboração” entre os povos da Guiné e Cabo Verde e o de Portugal, que os líderes portugueses opostos à política de guerra colonial, “contrária aos interesses” do povo de Portugal, dessem uma prova de clarividência e “declarassem publicamente e sem equívocos” que reconheciam “o direito dos povos da Guiné e de Cabo Verde à autodeterminação e à independência”.

Mas, Amílcar Cabral não era o único a manifestar desconfiança relativamente à oposição portuguesa. Por exemplo, em carta dirigida a Lúcio Lara, com data de 28 de Maio de 1959, Hugo de Menezes levantava uma série de perguntas sobre um eventual contacto e estabelecimentos de relações com a oposição portuguesa¹⁶⁷⁶. Em resposta, Lúcio Lara afirmava:

A chamada Oposição Portuguesa é como tu sabes tão colonialista quanto o fascista Salazar. Apenas o Partido Comunista Português, bem recentemente (fins de 1957) num comunicado saído do V Congresso se pronunciou pelo direito que as colónias tinham à

¹⁶⁷³ AMS, “Mensagem aos soldados portugueses na Guiné e Cabo Verde”, PAI/PAIGC (1962); AMS, PAI/PAIGC, “Comunicados e mensagens”, pasta 4602.024, im. 1.

¹⁶⁷⁴ AMS, PAI/PAIGC, “Comunicados e mensagens”, “declaração”, feita em Conakry, 13 de Outubro de 1961, pasta 4602.020, fl. 1.

¹⁶⁷⁵ AMS, “Intervention de MR. Amílcar Cabral Secrétaire Général du PAIGC au VI. ° Congrès de l’ UPS”, Dakar, le..., janvier 1968, pasta 4343.001, im. 107.

¹⁶⁷⁶ Dentre estas estas interrogações constavam as seguintes: “Que pensas dum contacto com os portugueses do Brasil? Devemos esquecê-los completamente? Qual a nossa posição em relação à chamada «Oposição»? os nossos problemas são, de certo modo (isto é, os problemas imediatos), um pouco diferentes. Contudo, qual a atitude da oposição em relação aos nossos Povos? Qual o seu programa?” (Carta de Hugo de Menezes [dactilografada] para Lúcio Lara, Londres 28 de Maio de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 94.

ascensão imediata à independência. Portanto, apoio verdadeiro em Portugal, só do Partido Comunista, mas como deves saber, a ilegalidade em que o Partido Comunista vive em Portugal torna esse apoio pouco efectivo e bastante deficiente tanto mais que o próprio problema nacional português deve ocupar a maior parte dos interesses imediatos da sua luta¹⁶⁷⁷.

E prosseguia ainda Lúcio Lara:

Se eles hoje colaboram connosco, é apenas com o fim de deitar o Salazar abaixo. Uma vez que isso aconteça, eles procurarão tratar-nos da saúde. Olha para a França e os seus Progressistas¹⁶⁷⁸.

Isto não impedia, no entanto, que houvesse, na perspectiva de Lúcio Lara, uma colaboração livre de compromissos. Cabral era um dos partidários dessa aliança sem compromissos entre o movimento de libertação e a oposição portuguesa, que conduzisse à simultânea liquidação do colonialismo e do “fascismo”¹⁶⁷⁹.

Esta desconfiança de Amílcar Cabral e dos seus companheiros em relação à oposição portuguesa estava relacionada com as dúbias posições desta face à questão da autodeterminação e independência das colónias, posição que Amílcar Cabral julgava necessário clarificar. E tinha razões históricas para desconfiar. É bom lembrar aqui que na década de 40, a esquerda portuguesa, embora admitindo que não era livre um povo que oprimia outros povos e fosse a favor da autodeterminação e independência dos povos, condicionava-a, como já se viu, a uma mudança da situação na “metrópole”. De resto, a oposição de esquerda, nomeadamente o PCP, não apoiou a criação de movimentos de libertação¹⁶⁸⁰, apenas incentivou a fundação de secções ultramarinas suas ou tentou atrair, para as suas fileiras, os jovens coloniais que frequentavam as universidades. Além do mais, não havia entendido a luta pela separação empreendida pelos jovens “coloniais” nos anos 50, que culminaria na criação de movimentos independentistas.

Anteriormente a 1960, apenas o MND, em 1949, o MUD/juvenil, em 1953, e o PCP, no seu V Congresso clandestino, em 1957 – aquele ainda de uma maneira pouco

¹⁶⁷⁷ Carta de Lúcio Lara a Hugo de Menezes, Frankfurt, 3 de Junho de 1959, In Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 100. Também numa outra carta [manuscrita] de Castro Soromenho a Lúcio Lara, datada de Paris, 7 de Junho de 1959, aquele afirmava também: “Com uma oposição salazarista que é no fundo, face ao problema colonial, tão «nacionalista» como os salazarentos, nada há a fazer. Um pequeno sector da Oposição, onde me coloco, vem tentando, como você sabe, fazer um esclarecimento da situação colonial com vista a uma tomada de consciência. Mas todos nós sentimos que, no fundo da consciência dos mais esclarecidos, a mentalidade colonial, desperta quando menos se espera... Esta é a condição de cinco séculos de colonialismo...” (in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 103).

¹⁶⁷⁸ Carta de Lúcio Lara a Hugo de Menezes, Frankfurt, 3 de Junho de 1959, In Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 101.

¹⁶⁷⁹ Vide Yves Benot (translated by Nzongola-Ntalaja), Amilcar Cabral and the International class Movement”, *Latin American Perspective*, vol. 11, number 2, issue 41, London, Spring 1984, p. 87.

¹⁶⁸⁰ Dalila Cabrita Mateus, *ob. cit.*, p. 84.

explícita – se haviam pronunciado a favor do direito das colónias à independência, posição que o *Bureau* Político do Comité Central (CC) do PCP voltou a reafirmar, em comunicado largamente difundido no país, nos primórdios da década de sessenta¹⁶⁸¹. Pouco depois, em pleno exílio brasileiro, Humberto Delgado reconhecia também o direito das colónias à independência.

Outro acontecimento que veio prender a atenção de Amílcar Cabral foi uma frustrada tentativa de assalto ao quartel de Beja, protagonizada pelo Capitão Varela Gomes, a 1 de Janeiro de 1962, seguida de manifestações, a 31 de Janeiro, no Porto, que Cabral chegou a considerar “mais uma vitória do povo português”¹⁶⁸². Dois meses mais tarde (Março de 1962) eclodia a “crise académica”, que conduziu a greves e manifestações de estudantes em Coimbra e Lisboa, devido à proibição das comemorações do Dia do Estudante, e, por outro lado, à abolição do sistema de eleição do Presidente da República por sufrágio universal, o que apenas veio evidenciar ainda mais a debilidade do regime de Salazar.

Entretanto, a polícia política do regime anunciava, com base em informações relativamente seguras, datadas de 3 de Setembro de 1962, a existência do plano de um movimento denominado Movimento Democrático para a Libertação de Portugal e Colónias (MDLPC), sediado em Caracas (Venezuela), visando iniciar actividades terroristas no norte de Portugal. Para isso, já lá se encontravam, alegadamente, cerca de 200 comunistas¹⁶⁸³. A ideia seria concretizada através do impedimento dos trabalhadores de se apresentarem nos locais de trabalho e espancar aqueles que tentassem opor-se à concretização do plano. Apesar de, no comentário final, se referir à interceptação da correspondência deste movimento, dirigida à União das Populações de Angola (UPA) e à Frente Revolucionária para a Independência Nacional (FRAIN), em Fevereiro daquele ano, apenas se sabe que o MDLPC era dirigido por Mário Mendes da Fonseca e Sérgio Alves Moreira, secretário da imprensa e propaganda¹⁶⁸⁴.

¹⁶⁸¹ CD 25 de Abril, HCSA, “La position du Parti Communiste Portugais a la Question Colonial”.

¹⁶⁸² AMS, “Mensagem aos soldados portugueses na Guiné e Cabo Verde”, PAIGC (1962); AMS, PAI/PIAGC, “Comunicados e mensagens”, pasta 4602.024, fl. 1 e 2.

¹⁶⁸³ IAN/TT – PIDE/DGS, Delegação de Angola, processo 11.25. B/43, “Movimento Democrático para a Libertação de Portugal e das Colónias”, NT 1847, Relatório Imediato Confidencial, Grau de Confiança – B-2 Origem RESERVADA, Actividade inimiga em Portugal, Entidade que envia: SCCIA, Data de Recepção 1 de Setembro 62, Entidade informadora: - MATADI (CONGO-LEO), n. 1530/7278/8/G.P., fl. 1.

¹⁶⁸⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1719/60 – SR, “Alfa Amaru Bari”, O Alfa Umaru Ibraima Touré”, O “Lam Touré”, “O Alfaiate”, “Mário Mamadu Touré”, “O Momo Touré”, fl. 49. Em Fevereiro de 1969, a direcção do MDLPC era constituído pelo Dr. João Elmano Varela (Presidente), Mário Mendes Fonseca (Secretário-Geral) e José da Graça (Secretário da Organização).

Antes e mesmo depois de ter iniciado a guerrilha, em Janeiro de 1963, Amílcar Cabral nunca abdicou de procurar ou de insistir numa via pacífica e negociada para a situação da Guiné e de Cabo Verde. Assim, num “Memorando” de 1960, Cabral dizia que ainda não era tarde para “proceder à liquidação pacífica da dominação colonial”. Em Outubro de 1961, Junho e Dezembro de 1962, voltou a lançar as mesmas propostas de negociações. É curioso notar que este comunicado do PAIGC, emitido em Dezembro, foi precedido por um outro, de Novembro do mesmo ano, da autoria do Movimento Nacional Independente (MNI)¹⁶⁸⁵, no qual se afirmava:

No que se refere à questão do colonialismo português, a nossa política é de negociações imediatas entre o Governo português e os movimentos de libertação africanos para o auto governo¹⁶⁸⁶.

É bom lembrar que, em Dezembro de 1962, numa “conferência antifascista” da oposição portuguesa, se reafirmava o direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência.

Certamente na sequência do anterior comunicado, Amílcar Cabral anunciava, numa comunicação apresentada à IV Comissão da Assembleia-geral das Nações Unidas, a 12 de Dezembro de 1962:

Da nossa parte, estamos prontos para os contactos e para as negociações, com ou sem intermediários. Declaramo-nos ainda prontos a negociar em qualquer local, inclusive em Portugal¹⁶⁸⁷.

Não deixa de ser curioso, também, o facto do MNI ter anunciado, no mesmo comunicado, que estava a fazer diligências no sentido de realizar uma conferência com os líderes dos movimentos nacionalistas, da qual poderia sair uma declaração conjunta sobre os direitos de autogoverno e um compromisso de cessar-fogo na eventualidade do regime de Salazar cair. Julgamos que esta conferência só se concretizou, efectivamente, em 1964, na Cidade de Praga (antiga Checoslováquia).

¹⁶⁸⁵ O MNI foi fundado por Humberto Delgado, depois das eleições presidenciais de 1958, como o objectivo de unir a oposição contra o regime do Estado Novo.

¹⁶⁸⁶ Pedro Pezarat Correia, “Descolonização”, in *Do Marcelismo ao fim do Império*, Revolução Democracia, Direcção de J. J. Brandão de Brito, Lisboa, Circulo do Leitores, 1999, p. 133.

¹⁶⁸⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 222, “Amílcar Cabral”, SR, “Cabo Verde e a Guiné “Portuguesa” perante a ONU. Declaração feita por Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, perante a Quarta Comissão da Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas, a 12 de Dezembro de 1962”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) Secretariado-geral *Bureau* de Dakar, Janeiro de 1963, pasta 2, vol. I, fl. 227.

No interior do PCP, a corrente de opinião favorável à luta armada em solidariedade com os movimentos de libertação começava a ganhar um número cada vez maior de adeptos, sobretudo depois do 4 de Fevereiro de 1961. Essa corrente, liderada por Álvaro Cunhal, que havia fugido do Forte de Peniche, em Janeiro do ano anterior, veio ganhar maior importância aquando do cisma sino-soviético de 1964, em consequência do qual começaram a surgir tendências favoráveis à luta armada e uma outra que advogava o derrube pacífico do regime, chefiado por Júlio Fogaça. Foi, provavelmente, neste clima que, em Julho de 1964, o PCP avançou para a criação da Acção Revolucionária Armada (ARA), cujas acções, no coração do regime, apenas tiveram início, efectivamente, em Outubro de 1970, com a destruição do navio Cunene, tendo sido suspensas em Maio de 1973¹⁶⁸⁸.

Mas, muito antes dessa tentativa do PCP e da ARA, também no seio da oposição exilada, a hipótese de levantamento armado começava a ser considerada. O General Humberto Delgado, a quem se atribuiu responsabilidades na já referida tentativa de assalto ao quartel de Beja, em 1962, e no assalto ao “Santa Maria”, por exemplo, em carta dirigida aos oficiais das forças armadas que combateram na Índia, escrita no Rio de Janeiro, com data de 21 de Abril de 1963, fazia referência a uma entrevista sua, de 3 de Dezembro de 1961, ao *New York Times*, na qual exortava: “aqueles oficiais” que queriam “demonstrar a heróica coragem dos seus antepassados, matando africanos”, a revoltarem-se antes “contra a tirania”¹⁶⁸⁹. É claro que o “tirano” a que se referia era o Presidente do Conselho, Salazar. Já no final da carta, Delgado escrevia: “Que sejais vós [...] os da arrancada heróica para a libertação da Pátria agonizante sob as mãos do ditador e seus esbirros da PIDE!”.

De acordo com um ofício confidencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), de 1 de Maio de 1963, enviado ao Secretário-Adjunto de Defesa Nacional, grupos oposicionistas radicados no Brasil teriam chegado a acordo com o Governo argelino presidido por Ahmed Ben-Bella, “no sentido da criação e organização de um campo de treino de terroristas com vista a um mais ou menos próximo desencadear de actividades subversivas no território metropolitano”¹⁶⁹⁰. Com essa finalidade, segundo o mesmo ofício, a oposição portuguesa radicada, ao tempo, em Rabat (Marrocos), teria entrado

¹⁶⁸⁸ Sobre este movimento, vide Raimundo Narciso, *ARA Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000.

¹⁶⁸⁹ CD25 de Abril, Pasta: “Estado Novo – Índia Portuguesa, Movimento Nacional Independente”, carta nº 354/63, DA/251, Rio de Janeiro, 21 de Abril de 1963 do General Humberto Delgado, líder da Oposição Portuguesa, aos Oficiais das Forças Armadas que combateram na Índia, fl. 1.

¹⁶⁹⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR NT 2675, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ofício Confidencial 306, 940, 1, Lisboa, 1 de Maio de 1963, para o Secretário Adjunto de Defesa Nacional, pasta 2, fls. 338.

em contacto com Amílcar Cabral, o qual lhes teria prometido pôr às suas ordens alguns desertores do exército português, que depois poderiam ser treinados no referido campo.

Em declarações ao jornal argelino *Révolution Africaine*, de 13 de Janeiro de 1964, Humberto Delgado comprometia-se a esforçar-se no sentido de obter dos países africanos, em nome da luta comum contra o salazarismo, uma ajuda concreta que lhe permitisse passar, de forma imediata, à acção directa em Portugal¹⁶⁹¹. Foi nesta II Conferência que se instituiu a Junta Revolucionária Portuguesa, como braço armado da FPLN, e Humberto Delgado eleito presidente.

Não era a primeira vez que a hipótese de levantamento armado, quer na sua fórmula de conspiração militar, quer na de insurreição das massas populares contra a ditadura “fascista”, era considerada no seio da oposição. Por exemplo, durante os tempos do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), nos anos 40, duas correntes se perfilhavam: a corrente republicana e a corrente comunista. Contudo, apenas em finais de 1944, foi criado o Grupo Antifascista de Combate (GAC), com o objectivo de iniciar a luta de “libertação nacional” no território português, uma ideia que não chegou a atingir os objectivos preconizados, alegadamente por falta de unidade quanto a esta matéria no seio do MUNAF e por falta de condições objectivas favoráveis à insurreição. O PCP advogava então, a politização das massas como condição fundamental para o desencadear da revolução. Em todo o caso, o General Norton de Matos começou a preparar, em Agosto de 1945, uma conspiração militar que o anúncio de eleições para aquele ano veio silenciar definitivamente.

Depois da fundação da FPLN, em Dezembro de 1962, congregando inicialmente pelo menos quatro tendências¹⁶⁹², o assunto do levantamento armado voltava a ser equacionado. Foi, de resto, com este objectivo que a FPLN reuniu secretamente, a 20 de Janeiro de 1964, a sua II Conferência realizada em Praga, a fim de passar à ofensiva contra o regime de Salazar, com os objectivos de pôr termo à guerra colonial, instaurar um regime democrático e adoptar o não-alinhamento¹⁶⁹³. Esta reunião foi de tal maneira secreta que só a 24 de Junho a Embaixada de Portugal em Roma teve conhecimento da sua realização, tendo enviado, nesta altura, uma informação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Notícia idêntica referia também um outro ofício, com origem na Embaixada de Portugal do Rio de Janeiro (Brasil), porém com ligeira diferença em relação à anterior. Neste último já se afirmava que, em tal reunião, se havia reiterado o

¹⁶⁹¹ “Contre Salazar: les portugais se préparent an soulèvement armé”, *Révolution Africaine*, Alger, 13 janvier 1964.

¹⁶⁹² O MNI, a Resistência Republicana (RR), a Aliança Socialista Portuguesa (ASP), o Movimento de Acção Revolucionária (MAR), e, mais tarde, o PCP.

¹⁶⁹³ *AnNasr Constantine*, Argel 20 de janvier 1964.

“direito das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência”¹⁶⁹⁴. Este assunto tinha sido abordado por Pedro Soares, membro do Comité Parisiense para a Defesa das Liberdades de Portugal, numa entrevista à Rádio Brazzaville, na sua emissão de 21 de Janeiro, na qual afirmava:

A Frente Patriótica de Libertação de Portugal está pronta a entrar em contacto com os movimentos nacionalistas africanos dos territórios portugueses e a apoiar as suas reivindicações no que respeita ao direito à autodeterminação.

É muito provável que os contactos referidos por aquele dirigente da oposição, nos quais Amílcar Cabral teria participado, fossem os mesmos a que também se referia Abílio Araújo, representante do PAIGC em Argel, numa carta dirigida à FPLN¹⁶⁹⁵. Abílio havia criticado, pouco tempo antes, a postura da FPLN em relação à coordenação da estratégia de luta com os movimentos nacionalistas africanos, num artigo publicado no *Boletim Acção Revolucionária*, de Novembro de 1964, afecto ao MAR¹⁶⁹⁶.

Não temos dúvidas de que a mais importante resolução da II Conferência, como se disse, foi a constituição da Junta Revolucionária Portuguesa, como braço armado da FPLN, sob a liderança de Humberto Delgado. No entanto, não tardaram a aparecer as primeiras divergências e cisões no seio da frente, relacionadas com a liderança da Junta e com a estratégia a seguir. Neste sentido, tudo indicava que a eleição (rapidamente contestada) de Humberto Delgado para Presidente representava a vitória da ala revolucionária. Por isso, foi mal acolhida por alguns elementos da FPLN como Tito de Morais, Piteira Santos, Ramos Almeida, Rui Cabeçadas e José Ervedosa, que excluía de momento a hipótese de operações de guerrilha em Portugal, embora não a pusessem de parte num futuro próximo¹⁶⁹⁷. Com efeito, no dia 29 de Fevereiro, o jornal *El Universo*, de Guayaquil (Equador), anunciava que, numa conferência de imprensa realizada em Argel, os elementos acima nomeados desmentiam a escolha de Humberto Delgado para Presidente da Junta Revolucionária Portuguesa. Mas, a 14 de Outubro, num outro comunicado distribuído à imprensa, anunciava-se que, numa conferência da FPLN, se havia reafirmado a confiança em Humberto Delgado.

Esta notícia foi novamente contrariada pelo Jornal *Times*, com o título “Portuguese opposition Movement split”, de 28 de Novembro, que, na mesma linha da notícia anteriormente avançada pelo *El Universo*, desmentia que Humberto Delgado tivesse

¹⁶⁹⁴ AHDMNE, processo 331 PAE, ofício nº 45, 1, 11,1, m. 13.

¹⁶⁹⁵ AMS, Carta da FPLN dirigida ao Ex.^{mo} Senhor Abílio Duarte, membro do Comité Central do PAIGC, representante do PAIGC em Argel, Argel le 16 décembre 1964, pasta 4316.009, im. 21-23.

¹⁶⁹⁶ *Idem, ibidem*, im. 21-23.

¹⁶⁹⁷ *Vide* o jornal *El Universo*, Ecuador, de 29 de Noviembre de 1964.

sido eleito Presidente da Junta Revolucionária. Seja como for, para além de todas as divisões de que enfermava a oposição, a Junta da Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia (JAPPA) fazia, no seu Boletim de Fevereiro de 1964, um apelo à passagem à acção armada em Portugal¹⁶⁹⁸. Já em Janeiro último, Humberto Delgado havia manifestado a intenção de pedir auxílio concreto aos países africanos, em nome da luta comum contra o salazarismo, com o intuito de passar à acção directa¹⁶⁹⁹.

A separação entre Humberto Delgado e FPLN era agora inevitável. Delgado recriava a FPLN em Marrocos. Ao referir-se a este assunto, Luís Cabral afirmou que o PAIGC continuou fiel a FPLN da Argélia¹⁷⁰⁰.

A 23 de Março, era anunciada a primeira vaga de prisões em Portugal que atingiu sobretudo elementos afectos à Junta de Humberto Delgado, a qual o jornal espanhol *La Prensa*, de 23 de Março, não tardou em associar a uma tentativa para fundar a “Unión Ibérica”. O anúncio das autoridades portuguesas, que se seguiu às prisões, acusava Delgado de ter chegado a acordo, em Praga, com os líderes do “banido” PCP, Holden Roberto (UPA) e Amílcar Cabral (PAIGC), tendo em vista a realização de acções militares conjuntas contra Portugal¹⁷⁰¹. A mesma notícia era reportada, dois dias mais tarde (25 de Março), ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, num ofício enviado pela Embaixada portuguesa de Londres¹⁷⁰².

No dia 21 de Março, a Embaixada de Portugal em Roma havia informado o MNE português que uma delegação do Partido Comunista Italiano (PCI) se havia deslocado à Argélia, com vista à preparação, naquele país, de acções subversivas dirigidas especialmente contra a Península Ibérica, dentre as quais estaria previsto um “ataque frontal contra Portugal”, marcado para a Primavera de 1965¹⁷⁰³.

Provavelmente animado por este plano de ataque e pelos avanços no terreno militar e político-diplomático, e ainda pelas promessas de apoio por parte de alguns países africanos como o Mali, a Argélia e a República da Guiné, Amílcar Cabral afirmava numa entrevista ao *Temoignage Chrétien*, publicada em Paris, a 6 de Maio de 1965, mas que julgamos ter sido concedida em Janeiro ou princípios de Fevereiro, que a vitória sobre o exército estrangeiro estava próxima. É claro que, mais uma vez, se gorou a

¹⁶⁹⁸ Trata-se do Boletim da Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia.

¹⁶⁹⁹ Vide o artigo “Contre Salazar: les Portugais se préparent an soulèvement armé”, *Revolution Africain*, 13 de Janeiro de 1964.

¹⁷⁰⁰ Luís Cabral, *ob.cit.*, pp. 228-229.

¹⁷⁰¹ Vide, por exemplo, o *The Guardian*, Londres, 23 de Março de 1964.

¹⁷⁰² AHDMNE, processo 2, 1, Ofício n.º 561, da Embaixada de Portugal em Londres dirigido ao Ex.^{mo} Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros.

¹⁷⁰³ AHDMNE, processo 1, 11, Ofício n.º 163, da Embaixada de Portugal em Roma dirigido ao Ex.^{mo} Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros.

expectativa do líder do PAIGC e a sua esperança em ver terminada a guerra sem grandes esforços. O prometido ataque jamais se concretizou devido ao assassinato, ainda por esclarecer, de Humberto Delgado, em Badajoz, a 13 de Fevereiro de 1965, quando, alegadamente, tentava entrar em Portugal, com o objectivo de contactar e preparar, com os seus apoiantes, o referido ataque.

Contrariado uma vez mais pelos acontecimentos, Cabral, que, em Maio de 1965, havia declarado ao jornalista da *Jeune Afrique*, Justin Vieyra, que a reviravolta na política de Portugal nunca se produziria enquanto Salazar se mantivesse no poder¹⁷⁰⁴, não deixou, no entanto, de propor, alguns meses mais tarde (Outubro), aquando da II Conferência da CONCP reunida em Dar-Es-Salam, o lançamento da luta armada em território português, a ser desencadeada pelos próprios movimentos de libertação¹⁷⁰⁵, com bombardeamentos a partir do Norte de África¹⁷⁰⁶. Esta proposta, que surgiu, certamente, na sequência da promessa de apoio feita em Bamako (Mali), em Março último, pelo Presidente Ben-Bella, utópica e de difícil concretização, foi simplesmente retirada dos documentos da conferência, não só porque a “libertação de Portugal” era matéria da exclusiva responsabilidade da oposição portuguesa, mas também por desacordo no seio da CONCP em relação à delicadeza do assunto.

Um mês antes da reunião da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), em Dar-Es-Salaam, os Estados Unidos que, durante a Administração Kennedy eram favoráveis a uma política reformista nas colónias portuguesas, chegando inclusive a votar, na Assembleia Geral da ONU, uma proposta de reformas em Angola, e decretado a proibição da venda de armas a Portugal¹⁷⁰⁷, entre outras medidas, fizeram uma inversão na sua política relativamente à África durante a Administração Johnson. A Secretaria de Estado e o Embaixador dos Estados Unidos em Portugal, George Anderson, gizaram um plano de descolonização por fases, conhecido por “Plano Anderson”, que foi apresentado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira¹⁷⁰⁸. Tal plano consistia em proceder à descolonização num período de 8 a 10 anos e na feitura de um referendo supervisionado internacionalmente, em que as colónias poderiam optar pela independência total ou pela inserção numa eventual

¹⁷⁰⁴ Justin Vieyra, “Amílcar Cabral, liberté pour 350.000 Guinéens”, *Jeune Afrique*, Paris, may 1965, n. ° 230, 2, p. 23.

¹⁷⁰⁵ Esta posição teria sido revelada por Pedro Ramos de Almeida, representante do PCP junto da FPLN ao José Pedro Castanheira que o divulgou no seu livro, *Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?*, Lisboa, Relógio de Água, 1995, pp. 48-49.

¹⁷⁰⁶ Vide João Paulo Guerra, *Memórias das Guerras Coloniais*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 103.

¹⁷⁰⁷ Vide, sobre este assunto, Norrie MacQueen, *A descolonização da África...*, p. 77.

¹⁷⁰⁸ Sobre o conteúdo deste plano vide Michael A. Samuels and Stephen M. Haykin, “The Anderson Plan: na American Attempt to seduce Portugal out of Africa”, *Orbis* 23, 3 (1970), pp. 649-669.

comunidade lusófona. Os Estados Unidos supervisionariam o cumprimento dos acordos alcançados e dariam auxílio para o desenvolvimento das colónias e armas a Portugal, caso esses acordos não fossem respeitados pelos movimentos de libertação¹⁷⁰⁹.

Contudo, o plano americano foi rejeitado por Portugal, em Março de 1966, que assim preferiu manter inalterável o curso dos acontecimentos em África. De resto, num discurso pronunciado, aquando de uma sessão da Assembleia Nacional, no ano seguinte (1967), Salazar afirmava: “a resistência portuguesa em África pode durar indefinidamente”¹⁷¹⁰. Nem mesmo a incapacitação do Presidente do Conselho e a sua substituição por Marcelo Caetano, em fins de 1968, alteraram as posições do regime. Neste ano, pelo menos no que se referia à Guiné, o objectivo do Governo português era o de conter a guerrilha. Para isso se fizeram mudanças a nível da administração colonial na província, nas chefias militares, no reforço dos efectivos, e ainda uma série de acções no âmbito da guerra psicológica que vieram alterar a lógica do conflito.

3.3. Esperanças no auxílio militar africano

Tendo iniciado a guerrilha, em Janeiro de 1963, não restava a Amílcar Cabral outra saída que não fosse a de tentar assegurar e explorar ao máximo o apoio dos aliados africanos que lhe viessem garantir uma vitória rápida sobre o exército colonial.

Este almejado apoio da África ao PAIGC começou a ganhar consistência, como já se disse, com a fundação, a 25 de Maio de 1963, da Organização de Unidade Africana (OUA), em Addis-Abeba, dando início assim a uma nova etapa do continente, depois da vaga independentista dos inícios dos anos sessenta. Logo no primeiro dia da abertura da conferência, as próprias organizações nacionalistas das colónias portuguesas, num total de 20 (incluindo o PAIGC) apresentaram um “Memorando” aos chefes de Estado africanos no qual solicitavam: 1) A apresentação de um ultimato às potências coloniais, no sentido de transferirem o poder sob pena de uma intervenção directa dos países africanos independentes; 2) O reconhecimento do direito aos nacionalistas de participarem em pé de igualdade nas conferências de carácter africano; 3) A criação de um “*Bureau de Libertação Africano*” de apoio aos movimentos independentistas; 4) A atribuição de ajuda financeira e material; 5) A criação de um Comité que trabalhasse para a libertação de África; 6) Concessão de 100 bolsas de estudos anuais aos jovens dos países ainda sob o domínio colonial; 7) Facilidades de acesso à imprensa africana para os nacionalistas e

¹⁷⁰⁹ Vide Norrie MacQueen, *ob. cit.*, p. 78.

¹⁷¹⁰ Rigsarkivet – Udenrigsministeriet Akter 1946-1972, 131K, PK XII-XIII (1967-1969) – 131K.3. Portugal’s oversøiske besiddelser, PK XII fra 1-11.1967 til 31/10/1968.

restrições à publicação de notícias e informações prejudiciais a estes movimentos; 8) A adopção de medidas contra Portugal e a África do Sul¹⁷¹¹.

A África independente era sensível ao colonialismo e ao *apartheid*. Revelavam-no, de resto, todas as medidas subsequentemente adoptadas e inscritas na Carta Magna rubricada por 31 países independentes, sobretudo no que diz respeito ao seu compromisso sem reservas com a causa da emancipação total dos territórios ainda colonizados (artigo II, 6.º) e a constituição de um comité de coordenação composto por nove países (Argélia, Congo Leopoldville, Etiópia, Guiné, Nigéria, Uganda, República Árabe Unida (RAU), Senegal e Tanzânia), mais tarde designado Comité de Libertação.

O objectivo principal desse comité era o de coordenar a ajuda aos movimentos de libertação, para o qual foi criado um fundo especial com base na contribuição voluntária dos Estados membros. Outro dos grandes desígnios da OUA seria a criação de uma Legião Africana ou de um Exército Africano de Libertação, propostos, respectivamente, por Frantz Fanon e pelo Ministro de Estado marroquino, Abdelkrim Khatib, responsável pelos assuntos africanos. Khatib havia estabelecido, com Marcelino dos Santos e Aquino de Bragança, ao tempo dirigentes da CONCP com sede em Rabat, um plano que concedia um período de tempo para que Portugal procedesse à descolonização. No final daquele período, se Portugal não actuasse, seria constituído um corpo expedicionário de voluntários africanos destinado a apoiar a acção dos nacionalistas das colónias portuguesas¹⁷¹².

A partir de 1964, este projecto de criação de um Exército Africano de Libertação, que reunia cada vez mais adeptos, começou a preocupar seriamente as autoridades portuguesas a ponto de mandarem investigar as possibilidades de sua concretização. A resposta aparecia numa informação de Serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português, elaborada a 14 de Julho daquele ano, na qual o seu autor, Augusto Deslandes, afirmava ter encontrado, nos arquivos daquele serviço, apenas uma notícia do *Daily Telegraph*, de 24 de Fevereiro de 1964, em que se dizia que aquele “Exército” estava a ter o apoio de vários chefes de Estado africanos¹⁷¹³. O mais curioso é que essa informação adiantava, inclusive, que elementos desse “exército” já “estariam a ser trei-

¹⁷¹¹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, NT 2675, Ofício n.º 2020/5814, 26-D/SP, datado de 30 de Junho de 1963. Assunto: Conferência de Addis-Abeba – Memorandum dos Nacionalistas “Africanos”, pasta 2, fls. 329-330.

¹⁷¹² A este plano também se referiram João Paulo Guerra, *Memórias das Guerras Coloniais*, p. 102; e Dalila Cabrita Mateus, *A luta pela Independência. A formação das Elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Inquérito História, 1999, p. 117.

¹⁷¹³ AHDMNE, “Discussão das Hipóteses de auxílio ao PAIGC que num futuro próximo poderia vir a ser-lhe prestado sob diversas formas e combinações”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 16/7/1964, Confidencial, Augusto Deslandes. Informação de Serviço, 14/7/1964, Augusto Deslandes.

nados em vários países, com o objectivo de lutarem contra a África do Sul, a Rodésia do Sul e territórios portugueses”¹⁷¹⁴. Perante este panorama, o Secretariado-Geral de Defesa Nacional encomendou ao Ministério de Negócios Estrangeiros, através da sua Secretaria de Estado dos Negócios Políticos, um estudo detalhado sobre o assunto¹⁷¹⁵. Nesse estudo, da autoria de Augusto Deslandes, pelo menos duas possibilidades eram colocadas relativamente às eventuais modalidades que esse auxílio podia vir a assumir. Era elas: auxílio financeiro, intervenção militar conjunta dos países da OUA ou de iniciativa particular¹⁷¹⁶. Em relação ao auxílio financeiro, citando um relatório do Comité de Coordenação de Dar-Es-Salaam, o estudo anunciava que aquele organismo da OUA já havia atribuído verbas ao PAIGC e à FLING no valor, respectivamente, de 960 e 400 contos, que apressou a considerar ridículas face às ambições.

Porém, no que concerne às outras duas hipótese avançadas (intervenção militar conjunta ou de iniciativa particular), Augusto Deslandes admitiu a sua difícil concretização, em virtude da falta de unidade no seio da OUA, a que se devia associar ainda vários outros “factores negativos”. E destacava a falta de capacidade financeira para organizar e manter uma expedição de tropas regulares, dificuldades de abastecimento e falta de poder militar de alguns países que integravam a organização, excepção feita à República Árabe Unida (RAU), a desconfiança entre negros e árabes, que levaria certamente à exclusão destes últimos e, finalmente, a desconfiança do Senegal, única potência militar na região, relativamente aos seus vizinhos (Mali e República da Guiné-Conakry).

Afastada a hipótese de ajuda financeira e intervenção militar conjunta, restava a terceira e última alternativa, que era a livre iniciativa dos países eventualmente interessados, como seriam os casos da Argélia, RAU, Marrocos, Tunísia, Senegal, Mali e República da Guiné-Conakry¹⁷¹⁷. Invocando ainda desinteligências entre negros e árabes, o estudo deixava, no entanto, em aberto, a eventualidade desse apoio poder vir a ser concretizado apenas pelos exércitos da Guiné-Conakry, do Mali e do Senegal. Mas, considerando novamente os fracos recursos militares dos dois primeiros (Guiné-Conakry e Mali), concluiu que o Senegal era o único país que estava em condições de realizar essa proeza, embora parecesse ao autor do estudo muito pouco “provável que os

¹⁷¹⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁷¹⁵ AHDMNE, “Discussão das Hipóteses de auxílio ao PAIGC que num futuro próximo poderia vir a ser-lhe prestado sob diversas formas e combinações”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 16/7/964, Confidencial, Augusto Deslandes.

¹⁷¹⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁷¹⁷ *Idem, ibidem.*

senegaleses quisessem prestar-se a esse papel”¹⁷¹⁸. No tocante à intervenção separada da Argélia, Mali e República da Guiné-Conakry, Augusto Deslandes também a minimizou, apesar das identificações político-ideológicas existentes entre eles. Segundo o relatório, só restava a Amílcar Cabral “o recurso ao auxílio dos países africanos, comunistas ou até outros países, individualmente considerados”. O mesmo estudo referia-se a uma reunião efectuada a 9 de Abril, no Mali, que contou com as presenças do país anfitrião, o Senegal, a Guiné-Conakry, o Ghana e o Daomé, e como observadores, a Rússia e a China, na qual se deliberou colocar à disposição do PAIGC o seguinte número de homens devidamente armados: Mali (200), Guiné-Conakry (200), Senegal (500), Ghana (500) e o Daomé (300). A contribuição russa e chinesa limitar-se-ia, entre outras coisas, a dar apoio em armamento e a enviar técnicos especializados no manejo de explosivos¹⁷¹⁹.

Estamos convencidos de que o apoio “concreto” prometido pelos países da região, associado à situação militar favorável no terreno, teria estado, como já anteriormente referimos, na origem de declarações proferidas por Amílcar Cabral na capital argelina, a 1 de Maio de 1964. De acordo com essas declarações, o líder do PAIGC contava terminar com êxito a luta ainda em Agosto daquele ano¹⁷²⁰. Por outro lado, a 14 de Maio, em entrevista divulgada pela Agência Reuter em Paris, Cabral reiterava que o seu partido estava já “operando como um Estado nas regiões libertadas da Guiné”. Mas, instado a pronunciar-se sobre a natureza das ajudas recebidas dos países africanos, Amílcar Cabral escusou-se a revelar em que consistiam, dizendo apenas que eram “concretas”¹⁷²¹.

Quem acabou por reforçar as suas posições defensivas no território foi o exército português. Com efeito, a 8 de Maio de 1964, Arnaldo Schultz foi nomeado Governador e Comandante-Chefe da Guiné e decidiu aumentar os efectivos militares de 8 mil para 30 mil, contra apenas 5 mil guerrilheiros. Com a guerra a aumentar de intensidade e em virtude dos fracos apoios com que contava ainda em África, os aliados africanos de Amílcar Cabral foram forçados a reagir. A 21 de Março de 1965, e mais uma vez no Mali, foi feita uma reunião tripartida, que contou com a presença do Presidente daquele país, Modibo Keita, de Sekou Toure, da Guiné-Conakry, e de Ben-Bella, da Argélia, com a finalidade de, em conjunto, estudarem a hipótese de auxílio a ser atribuído ao PAIGC. Nesta reunião, em que o Senegal não chegou a participar, apesar de ter sido

¹⁷¹⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁷¹⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amilcar Cabral”, SR, NT 2675, Informação n.º 159 – SC/CI (2), datada de 18 de Maio de 1964, pasta 2, fl. 175.

¹⁷²⁰ *Idem, ibidem*, Informação n.º 126 – SC/CI (2), “Apoio Argelino ao «PAIGC»”, 1/5/64, pasta 2, fl. 182.

¹⁷²¹ *Idem, ibidem*, fl. 178.

convidado, a Argélia de Ben-Bella comprometeu-se a fornecer “toda a espécie de material, inclusive aviões, a fim de Amílcar Cabral poder reacender muito brevemente, a luta terrorista”¹⁷²². As modalidades deste apoio devem ter sido comunicadas ao líder do PAIGC pouco depois, aquando da sua escala em Argel, a caminho de Paris, o que o levou a declarar, em conferência de imprensa realizada na capital francesa, que a sua última passagem por Argel o havia reconfortado bastante¹⁷²³. Duvidamos que a Argélia tivesse começado a pôr em prática as decisões tomadas na reunião de Bamako. A deposição prematura de Ben-Bella, através de um golpe de Estado, ainda naquele ano, deve ter contribuído para a inviabilização definitiva do prometido auxílio.

Do lado português, se, em 1964, existiam muitas dúvidas sobre a capacidade dos países africanos em apoiar os movimentos de libertação, em 1965, as dúvidas começaram a dar lugar a certezas. Assim, relativamente ao PAIGC, notícias sobre a alegada presença de forças africanas nas suas fileiras tendiam não só a ser frequentes, como a multiplicar-se. Por exemplo, uma informação confidencial da PIDE, datada de 15 de Julho, referia-se a presença de mercenários da África Ocidental (Sudão, Mali e Ghana), da África do Norte (Argélia) e austral (Tanzânia) na base de Koundara (Guiné-Conakry), aos quais instrutores russos, checoslovacos e alemães do Leste estariam a distribuir material de guerra e fardamento¹⁷²⁴. De acordo com uma resposta a um pedido de pesquisa que havia sido dirigido, uma semana antes (9 de Agosto), à PIDE, pelo Secretariado de Defesa Nacional, a 17 de Agosto, não se sabia ainda se se tratavam de mercenários ou “forças de auxílio enviadas pelos respectivos países”¹⁷²⁵.

Também desconhecemos a relação existente entre esta notícia e as decisões tomadas na reunião de Bamako (Mali), a 9 de Abril de 1964, na qual, conforme já tivemos oportunidade de verificar, vários países se comprometeram a pôr um determinado número de combatentes à disposição do PAIGC. Estariam alguns daqueles países, como o Ghana e o Mali, a cumprir, só agora, as suas promessas?

Numa nota do já referido pedido de pesquisa, referenciava-se ainda que várias notícias davam conta da presença, na região, de elementos estrangeiros, designadamente do Mali. A esta notícia juntava-se uma outra informação, da mesma polícia, também

¹⁷²² IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2675, Informação n.º 239 – SC/CI (2), Actividades Terroristas na Província da Guiné (1965), pasta 2, fl. 105.

¹⁷²³ Justin Vieyra, “Amílcar Cabral. Liberté pour 350 000 Guinéens”, *Jeune Afrique*, Paris, 1965.

¹⁷²⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, informação n.º 520 – SC/CI (2) Actividades terroristas em direcção à Guiné, Confidencial, PIDE – Guiné, 15/7/65, razoavelmente segura, C-3, fl. 87 e, também, IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, Pedido de Pesquisa n.º 102/PP/B, 9 de Agosto de 1965, Secreto, processo 2326-2202, República da Guiné, Actividades dos terroristas na República da Guiné, referência: informação n.º 520 – PIDE – Guiné, fl. 84.

¹⁷²⁵ *Idem, ibidem*, fl. 77.

datada de 9 de Agosto, dando conta da presença de uma delegação militar da OUA, que teria visitado a base militar de Kindia (República da Guiné-Conakry)¹⁷²⁶, onde cerca de 300 elementos estariam a receber preparação militar ministrada por instrutores russos¹⁷²⁷. O número de homens apontados pela notícia anterior contradizia os dados constantes na resposta ao pedido de pesquisa, de 17 de Agosto, que indicava 200 homens, de um total de 500 (e não 300 conforme referia a Informação n.º 49, de 9 de Agosto), que teriam abandonado a base de Kindia, com destino a Koundara, no dia 8 de Julho¹⁷²⁸. De novo, não sabemos qual é a relação existente entre aqueles 500 guerrilheiros de Kindia, de que uma parte teria seguido para Koundara, e um outro grupo que chegou a esta mesma localidade, nos dias 8 e 9 de Julho de 1965, referenciados numa outra informação como provenientes de Conakry (150 homens) e de Boké (350)¹⁷²⁹. E muito menos se se trataria já de uma força do PAIGC ou um contingente africano de “auxílio”. Em todo o caso, no mesmo documento, acabou por se admitir o seguinte:

Notícia posterior, não recortada, dizia que metade daquele efectivo (100 homens teriam seguido para Koundara e a outra metade (100) para a área de Sansalé e Simbeli, ao sul da Província¹⁷³⁰.

Se a presença de contingentes de auxílio oferecia dúvidas, o mesmo não se pode dizer em relação à presença da delegação militar da OUA, acerca da qual várias perguntas se nos colocam. A que se devia esta visita? Estaria ela relacionada com os mercenários a que as notícias anteriores se referiam? Sobre isso não há a menor dúvida de que a sua presença, numa base militar do PAIGC, tivesse como objectivo avaliar ou apreciar, *in loco*, o nível do desenvolvimento da luta¹⁷³¹ para um reforço da ajuda e um eventual reconhecimento do PAIGC. Recorde-se que, em 1963, a OUA havia decidido suspender o reconhecimento, em virtude de insanáveis divergências entre os movimentos de libertação da Guiné portuguesa. Agora, com base no critério de eficácia, teria regressado, para fazer uma nova avaliação da situação no terreno. Assim, tal presença não deixava de estar relacionada ainda com um relatório elaborado pelo Comité de Libertação, e

¹⁷²⁶ A base de Kindia era um centro de treinos militares ligado a OUA.

¹⁷²⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amilcar Cabral”, SR, NT 2675, Informação n.º 49 – SC/CI (2), pasta 2, fl. 115.

¹⁷²⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SR fl. 78. Ao apontar aquele número, o informador da Subdelegação de Bissau da PIDE teve em consideração, como ele mesmo afirmou, as movimentações de tropas assinaladas no documento, sem provar que vinham todos da base de Kindia.

¹⁷²⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61 “PAIGC”, SR, Informação n.º 520 - SC/CI(2), Actividades Terroristas em Direcção à Guiné, 15/765, PIDE - Guiné, razoavelmente segura (C-3), fl. 78.

¹⁷³⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SR, fl. 78.

¹⁷³¹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SR, “Libertação”, Órgão do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, n.º 51, Fev. 1965, fl. 153v.

submetido ao Conselho de Ministros daquela Organização reunido em Nairobi (Quênia), de 26 de Fevereiro a 9 de Março de 1965, no qual se pedia o reconhecimento do PAIGC como o único movimento representativo da Guiné e Cabo Verde. Certamente, antes de adoptar uma posição precipitada, o Conselho de Ministros da OUA teria optado por enviar uma comissão militar tripartida, constituída por representantes das Forças Armadas da Serra Leoa, da Mauritânia e dos Camarões. Repare-se que, dos países indicados para tomarem parte nessa missão ao interior da Guiné, não figurava nenhum dos que tinham sido anteriormente mencionados pela PIDE, como estando já a colaborar com o PAIGC, no que pode ser interpretado como uma medida destinada a garantir a isenção na decisão final. A grande rivalidade e proliferação dos movimentos nacionalistas da Guiné e Cabo Verde que reclamavam o apoio da OUA, designadamente do Comité de Libertação, a isso obrigavam.

Até aqui, a falta de unidade dos vários movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde constituía um entrave, não só para a atribuição do auxílio por parte da OUA, mas também para um possível reconhecimento. O falhanço de várias tentativas para a concretização da unidade fez com que, no seio daquela organização, se comesas-se a ponderar outro requisito para o reconhecimento. Tratava-se, justamente, da implantação efectiva no território e os programas sociais postos em marcha. Cremos que, sobre este aspecto, a visita da referida missão militar da OUA representava uma importante vitória diplomática de Amílcar Cabral sobre os movimentos rivais radicados no Senegal (e contra Portugal), ao abrir as portas para o almejado reconhecimento do PAIGC.

Para já, uma resposta pode ser avançada em relação aos “mercenários” ou contingente de “auxílio”. É que eles não eram uma força oficial africana, isto é, da OUA, por isso, a confirmar-se de facto a sua presença, a sua constituição teria sido de iniciativa particular e de voluntários de alguns países africanos colaboradores. É claro que o problema da África e da ajuda aos movimentos de libertação veio transcender as tradicionais divergências profundas que caracterizavam os seus países nesse período e que não permitia a unidade necessária para a concretização desse ou de outros projectos, que pudessem concitar apoios para os movimentos de libertação.

A falta de unidade também punha em causa a ideia de “solidariedade biológica”¹⁷³² patente no discurso de Frantz Fanon, no sentido de que as lutas de libertação nacionais deviam interessar a África e a humanidade no seu conjunto, e que a África nunca seria independente enquanto alguns dos seus países permanecessem colonizados.

¹⁷³² Franz Fanon, *Em defesa da Revolução Africana*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980, pp. 174-175.

Essa ideia tinha ganho alguns adeptos entre os dirigentes africanos radicais mas, do lado de fora, encontravam-se os moderados, contrários a qualquer ideia de violência. Essa profunda divisão do continente, na perspectiva de Amílcar Cabral, não contribuía em nada para a liquidação do colonialismo ou para criar um bom relacionamento entre os países independentes e os movimentos de libertação nacionais. Os maiores prejudicados eram, naturalmente, estes últimos, a braços com inúmeras dificuldades devido à carência de auxílio concreto (material, financeiro e dos recursos humanos). Por exemplo, o partido de Amílcar Cabral teve, durante bastante tempo, grandes dificuldades em garantir o reabastecimento dos guerrilheiros e depósito de material a partir do Senegal, devido aos entraves impostos pelas autoridades do país vizinho, que, até 1966, deu guarida aos movimentos rivais do PAIGC. Com os progressos registados pelo PAIGC a nível militar e diplomático, o Senegal não teve outra alternativa a não ser reconhecê-lo, num protocolo assinado, a 21 de Março daquele ano, entre Amadou Karim Gaye e Cissé Dia, respectivamente, Ministros das Forças Armadas e do Interior, em representação do Senegal, e Amílcar Cabral, pelo PAIGC¹⁷³³. Nesse protocolo, concediam-se diversas facilidades ao PAIGC, nomeadamente a fixação de zonas de reagrupamento de militantes e combatentes e a nível do trânsito de material, abastecimento e cuidados de saúde para os feridos e doentes¹⁷³⁴. Deste modo, as autoridades senegaleses procuravam acabar com os constantes incidentes entre os militantes e combatentes do PAIGC e os militares e agentes da autoridade senegaleses. Por exemplo, na região de Casamansa, em 1965, um incidente deste género provocou a morte do Prefeito de Ziguinchor e ferimentos a um polícia¹⁷³⁵, o que originou a convocatória de Amílcar Cabral para uma reunião com Senghor¹⁷³⁶, à qual acabou por comparecer Luís Cabral¹⁷³⁷. Desde 1964 que a OUA havia decidido apelar a cada Estado membro desse maior apoio aos movimentos de libertação, designadamente, no que toca ao trânsito, passagem de material e/ou à criação de um corpo de voluntários em diversos domínios. Para Amílcar Cabral, esta decisão e o acordo logrado com o Senegal vinham em boa hora, não só pela evolução

¹⁷³³ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, Ex^{mo} Senhor Inspector da Polícia Internacional e de Defesa do Estado da Província Ultramarina da Guiné, Lisboa, 19 de Julho de 1966, fl. 4. Também existe o mesmo documento em francês com o título “Protocole d’Accord”.

¹⁷³⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, Ex^{mo} senhor Inspector da Polícia Internacional e da Defesa do Estado..., fl. 4.

¹⁷³⁵ *Idem, ibidem*, Ofício n.º 67/66 – SC – Confidencial dirigido ao Ex^{mo} Senhor Director Geral da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, Bissau e Subdelegação da PIDE, 8 de Fevereiro de 1966, fl. 37.

¹⁷³⁶ *Idem, ibidem*, Ofício n.º 3.539 – CI (2) – SC dirigido ao Ex^{mo} Senhor Inspector da Polícia Internacional e de Defesa do Estado da Província Ultramarina da Guiné, Lisboa, 9 de Setembro de 1965, fl. 39 e também Ofício 114/PP/B, de 2 de Setembro de 1965, Confidencial, fl. 40.

¹⁷³⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR, Ofício 114/PP/B de 2 de Setembro de 1965, Confidencial, fl. 40.

que veio imprimir à guerra, mas também pelas possibilidades que abria, tendo em vista o combate aos seus inimigos dos movimentos rivais instalados no país vizinho. Não é por acaso que, a 14 de Outubro de 1966, sete meses após a assinatura do protocolo, o Senegal, através do seu Ministério do Interior, emitiu uma ordem de prisão e de expulsão a Umaro Gano, do Bloco dos Naturais da Guiné Portuguesa (BNGP), acusado de colaborar com a PIDE.

Contudo, só se registaram melhorias significativas a partir de 1968, mas não de modo definitivo. Tanto é assim que, anos mais tarde (Janeiro de 1970), num “Memorando” dirigido ao Comité de Libertação da OUA, Amílcar Cabral solicitava, no tópico referente às necessidades principais, a “continuidade e reforço das facilidades”, principalmente no que concerne ao abastecimento dos combatentes através dos países vizinhos, “elementos vitais para a luta”¹⁷³⁸. Cabral referia-se particularmente ao caso do Senegal.

À desunião dos países africanos juntava-se também um outro elemento que veio abalar profundamente as bases em que assentavam os novos Estados independentes. Referimo-nos à conjuntura africana que, desde 1960/61 e nos anos subsequentes, vinha sendo marcada por uma vaga de instabilidade política, alterando por completo a relação de forças até aqui existentes entre os países moderados e os radicais de tendência revolucionária, com orientações políticas, sociais e doutrinárias assumidamente diferentes¹⁷³⁹. Este movimento de inflexão começou a ganhar forma desde 1960, com vários movimentos subversivos, tentativas de golpe de estado e de assassinatos de Chefes de Estado ou de Governo.

¹⁷³⁸ AMS, “Mémorandum à la XVI^{ème} Session du Comité de Libération africaine”. Lusaka, janvier 1970, PAIGC, pasta 4343.002, im. 53.

¹⁷³⁹ AMS, Mário de Andrade e Amílcar Cabral, “L’Afrique et la lutte de libération nationale dans les colonies portugaises”, pasta 4330.008, im. 76.

Cap. 3 – A Atenção aos Problemas Internos e Externos da Luta

1. A “guerra do povo, pelo povo e para o povo”

1.1. Os abusos contra a população e o Congresso de Cassacá: as primeiras reformas

Na Guiné, a progressão militar da guerrilha pôs também em evidência, desde muito cedo, fraquezas organizacionais e estruturais do PAIGC. A falta de um comando centralizado, como bem assinalou Mustafah Dhada¹⁷⁴⁰ criou vícios em determinadas frentes, dando origem a desvios de orientação e abusos que punham em risco as vitórias já alcançadas. Instalado em Conakry, atento ao não menos importante aspecto diplomático e à ainda deficiente rede de contactos e de ligações com as estruturas de guerrilha no interior da Guiné portuguesa, Cabral encontrava-se longe do teatro das operações e, por vezes, do controlo sobre determinadas unidades militares, que operavam nas duas (e mais tarde, três) frentes de combate.

Muitos comandantes aproveitaram-se destas deficiências para actuarem de forma desmedida e incontrolável, provocando até abusos de poder e arbitrariedades contra as populações indefesas, o que ameaçava despovoar as áreas libertadas¹⁷⁴¹. No rol dos problemas então enfrentados, Vasco Cabral assinalou os seguintes:

O açambarcamento do poder por indivíduos ou grupos que o utilizam em proveito próprio, ausência da prática de uma democracia verdadeira, o caciquismo, o nacionalismo estreito, o racismo, etc.¹⁷⁴².

Gastão Segny Júnior, natural de Bolama, em carta [manuscrita] ao Director da PIDE, datada de 27 de Junho de 1964, informava-o de que havia um “forte desentendimento”¹⁷⁴³, no seio do partido de Amílcar Cabral. Devido à proximidade da data da carta com a realização do Congresso de Cassacá (13 a 17 de Fevereiro), estamos convenci-

¹⁷⁴⁰ Mustafah Dhada, *ob. cit.*, p. 19.

¹⁷⁴¹ Luís Cabral, “Da formação do partido à Proclamação do Estado”, *Nô Pintcha*, n.º 228, Ano II, 19 de Setembro de 1976.

¹⁷⁴² Vasco Cabral, “A acção do líder no Congresso de Cassacá”, *Nô Pintcha*, 3 de Novembro de 1984.

¹⁷⁴³ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 3589, *Gastão Segny Júnior*, SC CI (2), NT 7284, fl. 92.

dos de que o seu autor, Gastão Segny, se estaria a referir aos problemas que levaram à convocatória daquela reunião alargada, bem como das suas consequências.

Muitos combatentes e dirigentes não compreendiam ainda a importância da população numa guerra de guerrilha e muito menos o seu objectivo político, que deveria ser, no mínimo, coincidente com as aspirações das populações, sem o apoio das quais a guerrilha falharia. A propósito, o teórico de esquerda italiano, Emilio Lussu, afirmava que “a insurreição proletária” seria “uma fórmula abstracta” se não tivesse “consigo a massa, o povo”¹⁷⁴⁴.

Ao contrário do que defendia Debray¹⁷⁴⁵, para o caso da América Latina, Cabral sabia que seria impossível a guerrilha sobreviver, na Guiné, de forma isolada e independente, sem o apoio da população, que devia garantir-lhe o abastecimento, por exemplo em géneros alimentares. No entanto, em 1965, o líder do PAIGC era partidário de que as unidades de guerrilha deviam tentar ser auto-suficientes a nível alimentar, através do cultivo dos “próprios campos nas áreas libertadas”, de modo a “garantir pelo menos uma parte das necessidades” nesse domínio¹⁷⁴⁶.

Relativamente aos abusos, urgia, na opinião de Cabral, adoptar medidas, tendo em vista a reestruturação da guerrilha e dos órgãos do poder do partido, mas também dotar as “áreas libertadas” de mecanismos de Governo, com o objectivo de fixar as populações e conquistar a sua confiança. Afinal de contas, a guerra “era do povo, pelo povo e para o povo” e não devia basear-se, como sustentava Cabral, “nas aspirações, sonhos ou ambições de meia dúzia de pessoas”¹⁷⁴⁷. Em síntese, era necessário evitar o espírito militarista que se havia instalado nalgumas zonas do sul da Guiné controladas pelo movimento guerrilheiro. A intenção de Amílcar Cabral era que esta se consciencializasse de que o povo era quem de facto fazia a guerra, a alimentava e também constituía a sua força principal. E mais do que isso: uma guerrilha que pretendia chegar ao poder por via revolucionária e mudar o curso da História, tinha que apostar na “conquista do povo” para o seu lado. Nesta perspectiva, as armas de que dispunham os combatentes deviam ser dirigidas contra o “inimigo colonialista” e não contra esse mesmo povo. Seguindo Mao, Cabral lembrava, em 1969: “Não era possível fazermos a nossa

¹⁷⁴⁴ Emilio Lussu, *Teoria da Insurreição*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro, n.º 7, 1977, p. 58.

¹⁷⁴⁵ Sobre este assunto, vide Martin Oppenheimer, *Urban Guerrilla*, Penguin Books, 1969, p. 47; e também T. H. Henriksen, “Peopl’s...”, p. 382.

¹⁷⁴⁶ FAC (Praia-Cabo Verde), “Conhecer bem as nossas forças e a força do inimigo. «Garantir as ligações e a informação»”. Do camarada Amílcar Cabral... Novembro de 1965, in *Palavras de Ordem...*, p. 2D.

¹⁷⁴⁷ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do Partido. I. Luta do Povo, pelo Povo, para o Povo. 2. Independência do pensamento e da acção”..., pasta 4340.001, im. 80.

luta na época da clandestinidade, se não fosse o nosso povo que nos tivesse feito viver no seu seio como peixe na água”¹⁷⁴⁸.

Na tentativa de resolver de vez os problemas surgidos no interior do seu partido, Cabral convocou a primeira reunião em Cassacá (no interior da Guiné portuguesa), entre 13 a 17 de Fevereiro de 1964, na qual foram gizadas as soluções para pôr cobro àquilo que Galli e Jones consideraram a primeira crise de liderança¹⁷⁴⁹, e as divergências existentes entre a direcção política do partido e a ala militar ou, pelo menos, a submissão desta. Tanto é assim que, depois do congresso, e por considerar que a guerra era essencialmente política, os comandos militares passaram a estar subordinados aos comissários políticos nas diferentes frentes de combate.

Assim, no plano militar, Amílcar Cabral procedeu, durante o Congresso de Cassacá, à (re)estruturação da guerrilha, que, no início, contava com uma estrutura bastante simples, de dois grupos (um grupo de área e outro móvel¹⁷⁵⁰). Com a reforma, passou a contar, como na China de Mao¹⁷⁵¹, com três unidades: isto é, as Milícias Populares (MP), dependentes dos órgãos político-administrativos; a guerrilha propriamente dita; e o Exército Popular (EP), que eram unidades de bi-grupos com comandos próprios, todas elas integradas num único organismo militar entretanto criado – as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Foram também criados os comandos militares únicos nas inter-regiões, directamente dependentes de um novo órgão central de direcção e condução da luta – o Conselho de Guerra¹⁷⁵² – e um *Bureau* Político (BP). Em 1965, os comandos militares passaram a designar-se comandos gerais do norte e do sul e, em 1966, comandos da frente, assim se mantendo até ao final da guerra¹⁷⁵³.

Cada região podia ter agora uma ou mais secções do EP com um comando próprio, constituído por um comandante, dois adjuntos (um para as operações e outro para abastecimento), um comissário político (para ligações e recrutamento) coadjuvado por

¹⁷⁴⁸ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do Partido. I. Luta do Povo, pelo Povo, para o Povo. 2. Independência do pensamento e da acção”..., pasta 4340.001, im. 81.

¹⁷⁴⁹ Rosemary E. Galli and Jocelyn Jones, *Guinea-Bissau. Politics Economics and Society*, London Lyne Rienner Publishers, Inc. Boulder, 1987, pp. 58-61. Galli e Jones consideram o assassinato de Amílcar Cabral a 2.ª crise de liderança. Mas, na nossa óptica, a chamada crise de liderança tinha começado muito tempo antes, em 1967, embora se tenha acentuado mais a partir de 1969. O assassinato de 20 de Janeiro de 1973 foi, para nós, apenas um ponto de chegada.

¹⁷⁵⁰ Vide, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial. Angola. Moçambique. Guiné*, Lisboa, Diário de Notícias, s.d., p. 152.

¹⁷⁵¹ A estrutura tripla chinesa era formada pelo Exército Popular, guerrilhas regionais de *partisans* e milícias locais. Vide, sobre este assunto, Gérard Chaliand, *Terrorisme et guérillas. Technique actuelles de la violence*, Paris, Flammarion, 1985, p. 62.

¹⁷⁵² Era a seguinte a composição do Conselho de Guerra: Osvaldo Vieira, “Nino” Vieira, Francisco Mendes, Luís Cabral, Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Carlos Correia e Pedro Pires.

¹⁷⁵³ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial. Angola, Moçambique e Guiné*. Lisboa, Diário de Notícias, p. 153.

dois adjuntos e por um chefe de grupos especializados. As secções foram subdivididas ainda em subsecções formadas por um comandante, um primeiro comissário político e um segundo comissário e também um chefe de grupos especializados. Com a guerrilha (re) estruturada podia-se agora partir para a abertura e extensão de novas frentes de combate e para o aumento de iniciativas no plano militar. Foi assim que, em Novembro de 1964, se abriu a frente leste.

Seis meses após o início da luta armada (Julho de 1963), o PAIGC anunciava a libertação total da região a sul do rio Geba e Corubal (o equivalente a cerca de 15% do território nacional), enquanto a frente de combate era alargada à região de Bula-Binar e Oio, ambos no norte¹⁷⁵⁴.

Do ponto de vista administrativo, na sequência das resoluções do Congresso de Cassacá, o país foi dividido em duas inter-regiões (o sul e o norte)¹⁷⁵⁵, respectivamente com quatro¹⁷⁵⁶ e seis¹⁷⁵⁷ regiões, subdivididas, por sua vez, em sectores e estes em secções/*tabanca*. A vida civil, que comportava, entre outros aspectos, a acção política, o desenvolvimento da produção, a segurança, os assuntos sociais (saúde e educação), o comércio e a componente militar (o exército e a guerrilha), quer nas inter-regiões, quer nos sectores e nas secções, passou a ser dirigida pelo PAIGC, que indicava os responsáveis e os comissários para as diferentes áreas (d direcção política, forças armadas, produção, informação, segurança, saúde, educação, cultura, abastecimento das forças armadas, estado civil e ainda administravam a justiça). O objectivo era assegurar que esse poder se fosse transferindo gradualmente para as mãos das populações.

Amílcar Cabral lutava assim para (re)ganhar a confiança da população, um dos primeiros alvos da guerrilha, de acordo com Baljit e Mei¹⁷⁵⁸. Como escrevia Chaliand, o controlo da população era a “característica essencial da guerrilha revolucionária” porque esta era, antes de mais, uma “guerra política”¹⁷⁵⁹.

A implantação de mecanismos do poder e de instituições sanitárias, escolares e sociais, e a substituição gradual do Estado colonial nas áreas controladas pela guerrilha foi, de acordo com Chaliand, uma forma de legitimar o movimento¹⁷⁶⁰, tanto interna, como externamente. Cabral dava atenção devida não só à atitude dos seus guerrilheiros,

¹⁷⁵⁴ Chaliand, *The armed struggle...*, p. 83.

¹⁷⁵⁵ AMS, Amílcar Cabral, “Eslarecimentos (para a reorganização do partido, da população e das Forças Armadas de acordo com as decisões do nosso I Congresso), Fevereiro 1964, pasta 4340.003, im. 43.

¹⁷⁵⁶ Eram eles: Catió-Cacine; Fulacunda-Bolama; Xitole-Bafatá; e Boé.

¹⁷⁵⁷ Eram eles: Farim-Mansoa (Oio); Bissau-Porto Gole; Bafatá; Gabú, Canchungo e S. Domingos.

¹⁷⁵⁸ Baljit Singh and Ko-Wang Mei, *Theory and practice of Modern Guerrilla Warfare*, London, Asia publishing House, 1971, p. 29.

¹⁷⁵⁹ Gérard Chaliand, “terrorisme et guérillas ...”, p. 73.

¹⁷⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 73.

no que respeita à população, mas também à melhoria da sua condição de vida material. Para o líder do PAIGC, a luta era para o povo, como chegou a sustentar no seminário de quadros em 1969, na medida em que o seu fim era a satisfação das aspirações, dos sonhos, dos desejos deste de ter uma vida digna, decente, como todos os povos do mundo desejavam, de modo a poder construir o progresso e a felicidade¹⁷⁶¹.

Não há a menor dúvida de que o sucesso da subversão e, por outro lado, da contra-subversão dependia, em primeiro lugar, da conquista do apoio das populações. A finalidade dessa conquista e do apoio variava, em maior ou menor escala, consoante as características dos movimentos subversivos, dos objectivos amplos que preconizavam e, ainda, em função do seu grau de implantação territorial.

Com essa estratégia de “conquista das populações”, Amílcar Cabral tentava atenuar e resolver, internamente, por um lado, os problemas relacionados com a logística, com a alimentação para os guerrilheiros e o recrutamento e, por outro, fazer a Revolução Social, no sentido da transformação da vida das populações e de criação de um “Homem Novo”. Para a contra-subversão (isto é, para o regime português), a conquista das populações era, antes de mais, uma forma de retirar à guerrilha a sua base de apoio material, moral e logística, impedindo-a de preencher os requisitos que levariam a comunidade internacional a reconhecê-la e, em última análise, a aguardar que a incidência do factor tempo, viesse contribuir para o aniquilamento da subversão.

Ainda no plano político-administrativo, Amílcar Cabral reorganizou, transformou e adaptou o partido, a nível das bases e dos organismos dirigentes, às novas exigências da guerra. Instituiu os comités de secção e os departamentos do Comité Central, cuja presidência, como já se disse, foi atribuída simbolicamente a Rafael Barbosa, ao tempo em regime de prisão. O avanço da guerrilha em termos territoriais e a necessidade de controlar a população e de implantar uma administração “doméstica”, indispensável do ponto de vista jurídico internacional para que um Estado fosse reconhecido como soberano, veio conferir maior importância e dimensão à vertente política, militar e de reconstrução nacional, a partir de 1964. Nas chamadas “áreas libertadas” tudo foi feito para que o poder passasse, efectivamente, para as mãos dos órgãos locais. Criaram-se os Comités Especiais de Administração (Estado Civil, Justiça, Instrução, Saúde, etc.) e reforçou-se o trabalho político junto das massas, quer nas regiões libertadas, quer mesmo nas ocupadas e/ou disputadas.

¹⁷⁶¹ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do Partido. 1. Luta do povo, pelo povo, para o povo. 2. Independência de pensamento e da acção”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im.82.

O congresso, que decorreu quase em simultâneo com a batalha pelo controlo da Ilha de Como, marcou o fim da curta primeira fase da guerra e o início da segunda, permitiu a Amílcar Cabral não só afastar e punir os culpados pelas atrocidades cometidas contra as populações, mas também criar condições para que o partido e a sua estrutura política e militar cerrassem fileiras em torno da sua liderança. Isto não significou que, no período compreendido entre 1964 a 1967/68, não tivesse havido várias resistências, problemas e dificuldades internas. Por exemplo, em Novembro de 1965, Cabral reconhecia que ainda havia muitas falhas e erros, quer no plano político, quer no plano militar ao reconhecer que “uma parte importante das coisas”, que deveriam ter sido concluídas, não tinha sido feitas “a tempo ou não foram mesmo feitas”¹⁷⁶².

Na esfera política, por exemplo, assinala-se que, em várias regiões, o trabalho de politização do povo e das forças armadas, uma das importantes componentes da guerra, não estaria a ser realizado convenientemente, devido a uma certa tendência para o comodismo, o incumprimento dos deveres e para uma certa desmobilização que se havia instalado no seio dos combatentes e dirigentes do PAIGC. No aspecto militar, os planos e objectivos traçados não estavam também a ser cumpridos, em virtude dos erros e omissões graves. Contudo, estes problemas e resistências não nos podem fazer esquecer o essencial das importantes decisões tomadas no Congresso de Cassacá, sobretudo no que concerne à reestruturação militar, política e reconstrução nacional, três vertentes da guerra que ganharam uma nova dimensão. Estas decisões revelar-se-iam importantes, não só no quadro estritamente interno (de guerra subversiva), como externo (de política diplomática), especialmente a partir de 1968.

1.2. A estratégia da “conquista” da população e a propaganda dos números

Na Guiné, a importância da população, no quadro da “Guerra Revolucionária”, motivou, desde cedo, como já se disse, a luta dos contendores em busca do seu apoio, designadamente no seio de dois importantes grupos étnicos do país. Eram eles, respectivamente, os animistas balantas e os islamistas fulas e mandingas. A aliança destes com os portugueses deu-se, sobretudo a nível das chefias, pelo facto de a sua sociedade estar estruturada, de acordo com Amílcar Cabral, na vertical. Estes grupos étnicos (fulas e mandingas) contavam com uma população de cerca de 35%, enquanto que o número dos balantas rondava os 30%. Contando com uma sociedade que Amílcar Cabral caracterizava de horizontal, isto é, que não tinha chefes, revelaram-se mais vulneráveis e

¹⁷⁶² FAC (Praia-Cabo Verde), “Ter a consciência...”, p. 2A.

permeáveis às ideias revolucionárias. De resto, a sua pronta adesão à subversão podia estar relacionada com as suas características sócio-económicas e históricas, conhecida que era, como reconhecia Amílcar Cabral, a sua feroz resistência face à implantação do colonialismo português na Guiné.

Na estratégia de Cabral, o suporte e o apoio dos balantas era mais que necessário para criar o desejável equilíbrio sociológico com os portugueses, cuja influência era cada vez maior entre os grupos islamizados. Portanto, se se quisesse, a guerra de libertação na Guiné foi também uma guerra pelo controlo do número, em que o mais importante elemento era saber compreender as sensibilidades dos grupos em presença e, sobretudo, o seu grau de comprometimento face ao fenómeno subversivo ou contra-subversivo. Mas, este facto de *per si* não era suficiente. Foi preciso ir mais longe no que dizia respeito à efectiva conquista do número ou da quantidade, na mira de enfraquecer o “outro”/inimigo.

Neste sentido, a conquista das populações e a procura de aliados junto dos grupos étnicos passou a ser um dos objectivos prioritários dos dois beligerantes e uma importante arma de guerra, com a qual a subversão tencionava derrotar a contra-subversão e esta, por sua vez, sufocar a rebelião.

Para Cabral, o PAIGC tinha mais possibilidades de sair vitorioso se soubesse “conservar” o apoio “das massas populares”. E concluía, em 1969: “eles também, os tugas, sabem disso, e por isso é que fazem toda a força para nos tirarem esse apoio”¹⁷⁶³.

Nesta altura, Cabral considerava que o maior crime que se podia cometer na guerra contra o colonialismo português era “castigar” o povo, “faltar-lhe ao respeito”, “roubar-lhe” e “abusar dos seus filhos”. O Secretário-geral do PAIGC reconhecia que aqueles comportamentos podiam mesmo prejudicar, não só a luta em curso, mas também o futuro da Guiné e de Cabo Verde.

É bom sublinhar, todavia, que a tentativa para conquistar as populações não foi posta em prática de forma simultânea pelos dois beligerantes, logo que se iniciaram as hostilidades. Se, desde os primórdios, a guerrilha procurou assegurar o apoio das populações de modo a atenuar os problemas logísticos, de alimentação e de recrutamento, o mesmo não se podia dizer relativamente aos portugueses, cuja tentativa de controlo das populações teria sido mesmo demasiado tardia (1967/1968). Até àquela data, a opção militar e a repressão, em detrimento de medidas de carácter social, foram uma das prin-

¹⁷⁶³ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do partido. 1. Luta do povo, pelo povo, para o povo. 2. Independência de pensamento e de acção”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta, 4340.001, im. 81.

cipais políticas dos governadores da Guiné, de Vasco Rodrigues a Arnaldo Schultz, o que não deixou de desagradar, quer aos nacionalistas, quer mesmo a algumas figuras afectas ao Estado Novo. Por exemplo, em 1965, James Pinto Bull, e, no ano seguinte, Nunes Barata, desferiram fortes críticas às políticas de Schultz, facto que o PAIGC e Amílcar Cabral aproveitaram para atacar o clima de degradação social com o intuito de captar a simpatia das populações. Com a criação, em 1967, dos Conselhos Administrativo-Militares e Civis, cujo objectivo principal era o de promover o progresso e o bem-estar, entre outros, registaram-se melhorias significativas em matéria do reordenamento das populações, no domínio económico, nas obras públicas e nas comunicações¹⁷⁶⁴.

Apesar disso, as melhorias foram mais visíveis na Administração de Spínola, isto é, entre 1968-1973. Durante o seu mandato, o General tentou estimular uma contra-insurgência assente, não só na conquista e protecção das populações, mas também, na melhoria das suas condições de vida. Como nenhum outro predecessor, Spínola compreendeu que a solução para o conflito não radicava no uso da força, mas sim no exercício da melhor política social. Para a implementação da nova política, solicitou ao governo central (e conseguiu) um aumento significativo de verbas para obras de carácter social, o reforço de meios humanos (mais 10 mil efectivos militares) para a execução dos projectos delineados, e meios materiais (armamento e helicópteros) para conter a progressão da guerrilha.

Com efeito, no seu primeiro discurso pronunciado na Câmara de Bissau, durante a tomada de posse, Spínola afirmou que a promoção social e o progresso da “província”, as duas componentes da “guerra estratégica” atrás anunciadas, passariam a ser uma prioridade na luta contra os esforços feitos pelo PAIGC nas “áreas libertadas”¹⁷⁶⁵. Para isso fazia falta uma política de “revolução social” progressiva, que ficaria conhecida pelo nome de “Por uma Guiné Melhor”, a qual se opunha à “revolução social” subversiva. Com a adopção desta política, Spínola esperava conseguir, entre outros objectivos, que as populações se sentissem parte integrante de Portugal. Graças ao substancial apoio financeiro recebido no âmbito do III e IV Planos de Fomento, foram criadas as condições para pôr em marcha o denominado “Plano da Acção”, que envolvia a vertente económica, as obras públicas, a saúde, a agricultura e a educação.

A partir de 1968, o combate à subversão já não se reduzia a ataques contra as bases dos guerrilheiros e à sua logística. Como afirmava Spínola a um grupo de deputa-

¹⁷⁶⁴ F. J. H. Rebelo de Andrade, “A acção das forças armadas na Guiné Portuguesa”, *Ultramar*, Lisboa, 1968, vol. 7, pp. 191-194.

¹⁷⁶⁵ *A descolonização Portuguesa. Aproximação a um estudo*, Grupo de Pesquisa sobre a Descolonização Portuguesa, Instituto Democracia e Liberdade, Lisboa, 1979, p. 265).

dos da Assembleia Nacional de visita à Guiné, em 1970, a guerra passara a ter uma componente “política de natureza revolucionária” e ao mesmo tempo, insistia, “fundamentada em razões de ordem social”¹⁷⁶⁶. O objectivo era atacar as causas concretas que o PAIGC tinha aproveitado como ideias força da subversão, dentre as quais figuravam a pobreza, o paternalismo, a rotina e uma certa lassidão do Governo, que o próprio Spínola criticava na já referida exposição aos deputados da Assembleia Nacional.

No âmbito dos melhoramentos rurais, o novo governador deu continuidade à política de reordenamento das populações, através da construção de “*aldeias estratégicas*”, que havia sido iniciada pelo seu antecessor, em 1967. Tratavam-se de aldeias erigidas em zonas já afectadas pela subversão ou em que se temia o “contágio” como Bula, Mansoa, Canchungo, Catió, Bafatá, Nova Lamego (actual Gabú), Tite e Buba¹⁷⁶⁷. Geralmente, eram casas de adobe cobertas de zinco, em cuja construção colaborava o exército português. Depois de uma visita às zonas controladas pela administração colonial na Guiné, John Biggs-Davidson testemunhou este facto, alegando ter visto os balantas de Mansoa e os manjacos da então Teixeira Pinto (actual Canchungo) a construírem casas com o apoio dos militares¹⁷⁶⁸.

Na sua tentativa de aprofundar a aliança histórica com os chefes islamizados no âmbito das obras públicas, várias mesquitas foram edificadas no país e muitos elementos daqueles grupos puderam concretizar o sonho de viajar, por alturas do Ramadão, para o centro mundial do Islão (Meca), graças aos voos fretados e pagos pelo Governo colonial da Guiné.

Entre 1969 e 1973, ou seja, em pleno mandato de Spínola, 8 313 casas foram construídas, 61 *tabancas* (aldeias) melhoradas e milhares de pessoas reagrupadas no âmbito da nova política, com grande impacto no *modus vivendi* das populações. É que a nova estratégia de guerra trouxe novos problemas e desafios no que concerne, por exemplo, à distribuição de terras, à construção de escolas e postos sanitários, ao governo local e à defesa civil. Neste último aspecto, tal como o PAIGC fazia nas regiões por ele controladas, os portugueses instituíram também as milícias populares, directamente dependentes do chefe da aldeia ou régulo, às quais distribuíram armas.

No domínio das comunicações, foram alcatroadas cerca de 520 km de estradas o que representava uma assinalável melhoria relativamente aos 35 km construídos entre 1960 e 1968.

¹⁷⁶⁶ António Sebastião Ribeiro de Spínola, *O problema da Guiné*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970, p. 9.

¹⁷⁶⁷ Mustafah Dhada, *The Warriors at Work...*, Appendix B, p.156.

¹⁷⁶⁸ “Portuguese Guinea”, *The Times*, London, 23 May 1968, p. 11.

No sector da saúde, grande esforço foi feito com a construção e recuperação de 51 postos sanitários. Até 1971, foi lançada uma campanha contra a tuberculose, a malária, a doença do sono, e aumentado substancialmente o número de pessoal da saúde (médicos, enfermeiros e auxiliares), especialmente destes últimos, graças à abertura de uma escola de auxiliares de enfermagem. Num artigo publicado no *The Times*, de 23 de Maio de 1968, John Biggs assinalava a existência de clínicas que atraíam, inclusive, pacientes dos países vizinhos¹⁷⁶⁹.

No domínio da educação, Spínola era apologista de que a criação do bem-estar era incompatível com marginalização cultural. Daí que se tenha esforçado pela elevação do nível cultural das populações. Durante o seu mandato, 298 escolas foram edificadas, 127 das quais eram administradas directamente pelas Forças Armadas. As escolas primárias, por outro lado, viram o seu número de alunos duplicar, passando de 13 534 (em 1961/62), para 26 410, em 1969/70, enquanto o dos professores cresceu de 228 para 563, no mesmo período, atingindo os 755, em 1972. Por outro lado, largas dezenas de bolsas foram atribuídas para a frequência de cursos em Portugal.

Na agricultura, muitas cooperativas foram criadas e novas variedades de produtos foram testados. Entre 1963 e 1974, de modo a proteger o arroz das águas salgadas, cerca de 650 diques foram construídos. O sector agrícola começou a ser modernizado, através do apoio técnico aos agricultores, distribuição de sementes, alfaias agrícolas e implantação de indústrias transformadoras. Finalmente, o Governo colonial da Guiné tinha começado a compreender, depois de muitos anos, que a economia daquele território assentava, fundamentalmente, na agricultura.

No plano político-administrativo, a situação tendia também para uma melhoria relativa. A instituição dos Congressos do Povo¹⁷⁷⁰, em 1972, e a possibilidade aberta aos africanos assimilados de poderem eleger cinco representantes (em lugar de três como até então) para a Assembleia Legislativa podem ser interpretadas como tímidos gestos no sentido de atribuição de direitos políticos aos guineenses, o que, de acordo com os nacionalistas, desde sempre lhes foi negado, ainda que o número de pessoas com direito a voto representasse apenas 1% da população total¹⁷⁷¹. Por outro lado, muitos guineenses começaram a receber preparação na área da administração pública, com vista a uma gradual substituição dos quadros brancos e mestiços.

¹⁷⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 11.

¹⁷⁷⁰ O primeiro Congresso do Povo teve lugar em 1970 e o segundo pouco depois em 1971.

¹⁷⁷¹ Jossua B. Forrest, *Guinea-Bissau. Power, conflicts, and Renewal in a West African Nation*, Westview Press, 1992, p. 30.

Do lado da guerrilha, o Congresso de Cassacá foi um marco decisivo na correção dos desvios produzidos, numa altura em que a guerra tinha evoluído consideravelmente e parecia estar assegurado, não só o controlo de algum espaço¹⁷⁷², mas também de alguma população, embora o seu número estivesse muito aquém dos 350 mil anunciados por Amílcar Cabral, aquando da sua visita a Londres, a 12 de Abril de 1965¹⁷⁷³.

Mas, qual era afinal o número de pessoas controladas por ambas as partes no decurso da “guerra de libertação” na Guiné?

Em primeiro lugar, é preciso dizer que aqui o termo “controlo” é um pouco vago e exagerado e, num contexto de guerra, tende mesmo para uma certa ambiguidade e, por conseguinte, para a subjectividade. Em segundo lugar, havia um certo exagero dos números por parte da guerrilha para efeitos de propaganda.

O número da população controlada, anunciado, por exemplo, por Cabral, a 12 de Abril de 1965, em Londres, inscrevia-se claramente nessa guerra de propaganda. Provam-no, de resto, o facto de o clima de insegurança nas áreas rurais, onde o PAIGC se movia mais ou menos à vontade, ter obrigado grande parte da população dessas áreas a transferir-se para a sede dos concelhos ou a emigrar para os países vizinhos, designadamente, para Casamansa (Senegal). Num estudo sobre a demografia deste período, o historiador francês, René Pélissier, demonstrou que os principais centros urbanos e concelhos da Guiné viram a sua população aumentar. Por exemplo, o Concelho de Bissau viu a sua população duplicar, passando de 55 625, em 1960, para 118 572, em 1965. A de Bafatá passou de 70 820, em 1960, para 87 959, em 1970. O número de habitantes de Gabú também registou um crescimento significativo em igual período, passando de 70 292 (dados de 1960) para 74 666, em 1970, enquanto os de Cacheu aumentaram de 70 233 para 71 322¹⁷⁷⁴. Outra região que registou um importante aumento da população foi o arquipélago dos Bijagós, que passou de 9 332 para 12 879.

Nos censos portugueses de 1970, o número da população total da província era estimado em cerca de 487 448, o que significa, na opinião de René Pélissier, uma descida em cerca de 31 781 habitantes (sem contar com os óbitos), comparativamente aos 519 229 do censo de 1960¹⁷⁷⁵. Aquele número (31781) seria certamente o da população

¹⁷⁷² Amílcar Cabral anunciava em Argel (22 de Março de 1965) e pouco depois em Londres (12 de Abril do mesmo ano), que o seu partido (o PAIGC) controlava já a região do Boé e de Nova Lamego (actual Gabú) no leste o equivalente a 40% do território.

¹⁷⁷³ “Guinée Portugaise-Cap-Vert”, *Année Africaine*, Paris, Éditions A. Pedone, 1965, p. 271; *Vide* também o artigo de Justin Vieyra, “Amilcar Cabral: Liberté pour 350.000...”.

¹⁷⁷⁴ René Pélissier, “Conséquences Démographique des Révoltes en Afrique Portugaise (1961-1970). Essai d’interprétation”, *Revue française d’Histoire d’Outre-Mer*, n. ° 222, vol. LXI, Paris, 1974, Tableau 3, p. 41.

¹⁷⁷⁵ *Idem, ibidem*, Tableau 3, p. 41.

fora do controlo das autoridades coloniais, ao qual se deve também associar o dos refugiados na Guiné-Conakry e no Senegal, sobretudo estes últimos, que, devido aos efeitos da guerra e da repressão movidas durante a administração Schultz, optaram por se fixar em Casamansa (Sedhiou, Ziguinchor e Koldá). O número dos refugiados foi aumentando à medida que a guerra se intensificava: 45 mil, em 1965¹⁷⁷⁶, 60 mil, entre 1968 e 1970¹⁷⁷⁷, e 82 mil, em 1971¹⁷⁷⁸.

Considerando todos os dados atrás referenciados e não fossem as vicissitudes da guerra, o número da população da Guiné seria superior ao apresentado no censo de 1970. Provavelmente andaria, em cálculos feitos por nós, entre 670 a 680 mil pessoas. Portanto, uma quantidade muito aquém dos 800 mil que Basil Davidson chegou exageradamente a aludir. Cremos que o empolamento do número de habitantes da Guiné por parte de Basil Davidson¹⁷⁷⁹ tinha objetivos claros: apoiar o PAIGC na campanha que fazia no exterior, isto é a de reivindicar o controlo de metade dessa população (cerca de 400 mil). Mas, até 1972, pensamos que o partido de Amílcar Cabral exercia controlo sobre um número inferior a 100 mil pessoas, entre população civil residentes no território nacional, elementos da guerrilha e alguns refugiados nos países vizinhos¹⁷⁸⁰. Ou seja, um número três vezes superior aos 30 mil de René Pélissier¹⁷⁸¹, que mais tarde fixou em 150 mil¹⁷⁸², quatro vezes superior aos 25 mil do historiador catalão Joseph Sánchez Cervelló¹⁷⁸³, e duas vezes mais do que os 10% (isto é, 48 mil numa população avaliada em 480 mil pessoas) que Spínola chegou a anunciar a Mello e Sousa, da revista brasileira *Manchete*¹⁷⁸⁴.

Portanto, a nossa opinião é de que o maior prejudicado com esta grande mobilidade da população das áreas rurais para os centros urbanos ou para os países vizinhos

¹⁷⁷⁶ Vide, por exemplo, E. M. Millicent, “Fugindo à Guerra e a Repressão. Quarenta mil refugiados da Guiné Portuguesa foram Acolhidos no Senegal”, CIDAC, Lisboa, 1965, p. 12. Aquele número contrasta, porém, com os 40.000 que o jornal francês *Le Monde* afirmava existirem, no Senegal, numa das suas edições de Fevereiro de 1965 e com os cerca de 48.000 já em 1964, de acordo com Suzanne Bonzon, “Guinée Bissau”, *Année Africaine*, Paris, Édition A. Pedone, 1964, p. 254.

¹⁷⁷⁷ AMS, “Report on Portuguese Guinea and the Liberation Movement, February 26, 1970”, 4343.002, im. 143.

¹⁷⁷⁸ G. Fargues, “Guinée-Bissau et Cap-Vert”, *Année Africaine*, Paris, Édition A. Pedone, 1970, p. 260.

¹⁷⁷⁹ Esta foi, de resto, uma das críticas que René Pélissier desferia contra os números reivindicados pelo PAIGC no artigo citado.

¹⁷⁸⁰ António Sebastião Ribeiro de Spínola, *Linha de Acção*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1971, p. 178.

¹⁷⁸¹ René Pélissier, “Conséquences Démographique des Révoltes en Afrique Portugaise (1961-1970). Essai d'interprétation”, *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, vol. LXI, n. ° 222, Paris, 1974.

¹⁷⁸² René Pélissier, “Guinée-Bissau: Après le deuxième Congrès du PAIGC”, *Actualités*, Revue française d'Études Politiques Africaines, Paris, 1979, p. 12.

¹⁷⁸³ Joseph Sánchez Cervelló, “La inviabilidad de una Victoria portuguesa en la Guerra Colonial: el caso de Guinea-Bissau”, *Hispania*, XLIX, n° 173, Revista española de História, Universidade Complutense de Madrid, 1989, pp. 1017-1044.

¹⁷⁸⁴ António Sebastião Ribeiro de Spínola, *Linha de Acção*, p. 178.

foi, sem dúvida alguma, o PAIGC. Tanto foi assim que, apesar da propaganda em relação à população controlada, e a fazer fé no número de eleitores que tomaram parte nas eleições para a constituição da primeira Assembleia Nacional Popular em 1972, só se registaram 83 mil pessoas¹⁷⁸⁵. A este número de eleitores estavam certamente incluídos cerca de 7 mil guerrilheiros e alguma população refugiada nos países vizinhos. Ainda assim, de acordo ainda com as fontes do PAIGC, só 82 032 pessoas acabaram por votar naquelas eleições.

Seriam os 83 mil eleitores população fora do controlo das autoridades? A nossa resposta é talvez. Seguro é que era manifestamente difícil ao PAIGC controlar 350 mil ou 400 mil pessoas, conforme se defendia na propaganda deste partido. E o argumento é que foi precisamente por não controlar aquele número que, nas já referidas eleições de 1972, se mandaram imprimir 100 mil boletins, apesar do direito de voto ser extensível aos jovens com idade igual ou superior a 15 anos. Se o número da população controlada fosse de facto de 350 mil ou 400 mil como o PAIGC chegou a anunciar, muitos milhares teriam deixado de votar. Teriam sido deliberadamente excluídos daquelas eleições? Não teriam bom comportamento moral e cívico? Ou, antes de mais, seriam eles colaboradores dos “colonialistas portugueses”? É que nos requisitos que constavam no “Comunicado” intitulado “Sobre a Criação da Assembleia Nacional Popular”, divulgado então pelo PAIGC, apenas os eleitores nestas condições podiam ser excluídos¹⁷⁸⁶.

É curioso notar, tal como o fez Pélissier, que foi precisamente nas áreas que o PAIGC dizia controlar (sudoeste e norte) que se verificou uma significativa “sangria” da população (cerca de 120 mil pessoas) de acordo com o censo de 1970¹⁷⁸⁷, ainda que se pudesse admitir que a diminuição registada tivessem sido fictícia e não correspondesse à realidade. É que, por culpa da intensidade da guerra e do clima de insegurança, era bem possível que os funcionários administrativos, encarregados dos trabalhos de recenseamento tivessem sido impedidos de o concluírem nas melhores condições, especialmente no sul. Estamos a trabalhar no domínio das hipóteses, mas com algum fundamento.

Seja como for, o problema do abandono das áreas rurais, não sendo propriamente um fenómeno recente na Guiné, estava a ganhar contornos francamente desfavoráveis para a guerrilha do ponto de vista económico e militar. Foi em virtude disso que, quan-

¹⁷⁸⁵ Vide Quadro 1. O Jornal *Le Monde*, na sua edição de 8 de Novembro de 1972 reduzia aquele número a 58.000.

¹⁷⁸⁶ In *Obras Completas de Amílcar Cabral. A prática Revolucionária. Unidade e Luta II*, volume II, Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 211.

¹⁷⁸⁷ Vide Réne Pelissier, « Consequénces Demographiques... », p. 42.

do confrontado com esse problema, Amílcar Cabral anunciou medidas tendentes a pôr cobro à situação. Num documento divulgado ainda em Novembro de 1965 e intitulado *Palavras de Ordem*, apelava aos combatentes para que reforçassem a vigilância em todas as fronteiras de modo a impedir “ou reduzir a saída de braços úteis” à economia¹⁷⁸⁸.

Quadro 1: Eleições para a constituição da primeira Assembleia Nacional Popular (1972). Resultados definitivos

A - No interior do território: boletins distribuídos, correspondendo ao número dos inscritos

Sim	83 000
Não	83 000

		Percentagem Votantes	Percentagem de votantes em relação aos inscritos
Nº de Votantes	82 032	93, 73%	
Sim	75 163	96, 96% ¹⁷⁸⁹	90, 55% dos inscritos
Não	2 352	3, 03% ¹⁷⁹⁰	2, 82% dos inscritos

B – No exterior (militantes, quadros, estudantes, inclusivamente certos emigrados que militam no partido)

		N.º de boletins distribuídos	Votantes	Percentagens/votantes
		4 517		100%
Sim			4 517	100%
Não			0	0%

¹⁷⁸⁸ FAC (Praia-Cabo Verde), “Destruir a economia do inimigo e construir a nossa própria economia”, Do camarada Amílcar Cabral. Aos responsáveis do partido, in *Palavras de Ordem*, do camarada Amílcar CABRAL, Novembro de 1965, p. 2 F.

¹⁷⁸⁹ e ¹⁷⁹⁰ Deve haver algum erro nas percentagens apresentadas, pois a soma dos dois não atinge os 100%.

C – Resultados globais (interior + exterior)

1. Boletins distribuídos (inscritos)

Sim	87 517
Não	87 517

Votantes:

		Percentagem Votantes	Percentagem de votantes em relação aos inscritos
Nº de Votantes	82 032	93, 73%	
Sim	79 680	97, 13%	91, 04% dos inscritos
Não	2 352	2, 87%	2, 80% dos inscritos

(Fonte: *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A prática revolucionária. Unidade e Luta II*, volume II, Lisboa, Seara Nova, 1978, pp. 208-209).

Em 1969, durante o seminário de quadros, Amílcar Cabral referia-se aos resultados positivos alcançados graças as medidas adoptadas. Dizia ele:

Isso já é um bom trabalho, mas nós temos que fazer mais e melhor trabalho, para acabarmos completamente com a saída da nossa gente das áreas libertadas, para convencer a nossa gente a voltar às áreas libertadas da nossa terra, tanto os que foram para as cidades, como aqueles que saírem para fora da nossa terra¹⁷⁹¹.

É claro que o carácter e a emergência daquela medida transcendia o domínio estritamente económico, como o documento à primeira vista deixa transparecer, para entrar no domínio da operacionalidade do próprio movimento nacionalista. A preocupação demonstrada por Amílcar Cabral relativamente a este assunto foi tão grande que, no documento anteriormente citado, propunha mesmo, como já se disse algures, que os fugitivos fossem coagidos a instalar-se com as suas famílias nas “áreas libertadas”, a troco de segurança e de trabalho e, caso insistissem na fuga, que se lhes confiscassem os bens¹⁷⁹². Num outro documento, para além de se impedir a evasão, “salvo em casos

¹⁷⁹¹ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho político”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 24.

¹⁷⁹² FAC (Praia-Cabo Verde), “Destruir a economia do inimigo e construir a nossa própria economia”, Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in *Palavras de Ordem*, Novembro de 1965, p. 2 F.

especiais”, proibia-se também a saída de gado¹⁷⁹³. Mesmo quanto aos “chamados refugiados” em Casamansa, cujo número (45 mil, à data da elaboração do referido documento e de 82 mil em 1972) não fora esquecido, incentivava-se o seu regresso ao território nacional (“áreas libertadas”). Não sabemos se alguma campanha teria sido lançada com aquele propósito, mas o certo é que, se se considerar o número de eleitores residentes no exterior que tomaram parte nas eleições de 1972 (ao todo 4 517 entre militantes, quadros estudantes e emigrados) só podemos concluir que a adesão desses refugiados foi praticamente nula.

1.3. Os espaços de “controlo” e os mecanismos do Poder

Os primeiros sinais de existência de proto-governo nas áreas libertadas datam de 1965/66. O assunto havia sido objecto de debate no Congresso de Cassacá, em 1964, com o objectivo de normalizar a vida política nas chamadas “regiões libertadas”, nos domínios político-administrativo, judicial, militar, económico e sociocultural. Foi nesse ano que a designação de “frentes” foi substituída pela de “inter-regiões”. Antes, porém, da abertura da terceira frente – a Frente Leste – a estrutura administrativa compreendia duas inter-regiões (sul e norte) subdivididas, respectivamente, por cinco¹⁷⁹⁴ e sete regiões¹⁷⁹⁵. À frente delas encontrava-se um comissário político e um comandante militar designados pelo *Bureau* Político e directamente subordinados ao Conselho de Guerra. Em 1972, com a criação da Inter-Região Leste, Boé, que dantes integrava a Inter-Região Sul e sem limites definidos, transferiu-se, naturalmente, para leste, contando apenas com uma única região – a de Xitole. Em consequência disso, a Inter-Região Sul viu o número das suas regiões diminuir de cinco para quatro, devido à reforma administrativa efectuada.

Também, em 1966, instituiu-se o Comité de *Tabanca* com as respectivas assembleias, cujo objectivo era, do ponto de vista agrícola, o incentivo a produção de géneros alimentícios (designadamente arroz e milho), a reorganização da produção nos campos colectivos, e, do ponto de vista político militar, zelar pela politização das populações e

¹⁷⁹³ FAC (Praia-Cabo Verde), “Reforçar a segurança e a Disciplina «em todos os sectores da luta»”. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in *Palavras de Ordem*, Novembro de 1965, p. 3 E.

¹⁷⁹⁴ Catio: Cubucaré, Komo, Cufar, Cubisseco, Fronteira; Fulacunda-Bolama: Bolama, Quinará, N’Djassani; Arquipélago dos Bijagós: sem limites definidos; toda a zona Quitafine; Boé; Xitole.

¹⁷⁹⁵ São Domingos: (Suzana e Ingoré); Farim: Sambuya e Candjambari; Canchungo: Bassarel, Churo e Caio; Oio: Biambi, Morés e Sara; Bafatá: Geba e Canhamina; Bissau: Quinhamel, Sa fim e Bissau; Gabú sem limites definidos. Cremos que o facto de Gabú aparecer com os limites por definir significava, grosso modo, que era uma região disputada ou controlado pelos portugueses.

pela sua segurança. Estes comités eram de grande importância no quadro do tipo da guerra levada a cabo, pelo contacto directo que mantinham com o povo¹⁷⁹⁶.

A 24 de Outubro de 1968, numa “Reunião Ampliada do Secretariado na Escola-Piloto”, Amílcar Cabral deixava claro que, por causa da guerra, ao partido caberia a escolha dos Comités de *Tabanca*, mas que mais tarde, com o advento da independência, haveria eleições¹⁷⁹⁷. Cabral defendia a participação popular nas decisões políticas com a ideia de que as pessoas deviam “aprender a pensar os problemas, a tomar decisões”¹⁷⁹⁸, embora reconhecesse que, no âmbito do seu partido, ainda havia resistências por parte de alguns responsáveis que, segundo ele, não deixavam o “povo participar na luta como deve ser, no quadro dos Comités” ou a outros níveis¹⁷⁹⁹.

Com a reforma administrativa de 1972, embora se mantivesse a divisão em inter-regiões, a mudança operada foi ao nível das regiões que passaram a ser coordenadas por três membros do Comité Permanente e dois do Comité Regional. Cada um destes órgãos contava com cinco membros, com destaque para os responsáveis pelas áreas de economia e de reconstrução nacional¹⁸⁰⁰.

Cada região foi, por sua vez, subdividida em vários sectores/zonas. Em 1972, havia um total de 20 sectores (nove no norte e onze no sul) superintendidos por cinco membros civis denominados *colaboradores*. O presidente do sector era uma espécie de Comissário Político e tinha a apoiá-lo, na sua missão, um responsável pela defesa e segurança, educação, saúde e justiça.

Os sistemáticos ataques perpetrados pelo PAIGC contra as guarnições portuguesas dispersas e a nova política do General Spínola que, à semelhança do PAIGC, optara agora pela tática de concentração dos meios, fizeram com que a existência de aquartelamentos como os de Béli e Madina do Boé, junto à fronteira com a Guiné-Conakry, perdessem a importância estratégica que tinham tido até agora. Ainda para mais, quando não havia, no entender do General Spínola, população que justificasse a presença de aquartelamentos permanentes. Assim sendo, uma das suas primeiras directivas, datada de 8 de Junho de 1968, foi no sentido de remodelar o dispositivo de Boé. A companhia destacada em Béli devia, por isso, recolher a Madina, por força da referida directiva, ainda no decurso daquele mês e a partir daí organizar a retirada. Calcula-se que outros

¹⁷⁹⁶ Julian Paget, *Counter-insurgency campaigning*, Faber and Faber Limited, London, 1967, p. 20-21.

¹⁷⁹⁷ Reunião Ampliada do Secretariado na Escola-Piloto, 24-10.1968 [manuscrito], fl. 7.

¹⁷⁹⁸ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos quadros participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Conakry, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 167.

¹⁷⁹⁹ *Idem ibidem*, im. 167.

¹⁸⁰⁰ Lars Rudebeck, *Guinea-Bissau: A Study of Political Mobilization*, Uppsala, The Scandinavian Institute of African Studies, 1974, p. 177.

30 campos fortificados tenham sido abandonados, entre 1968 e 1970, no âmbito desta nova política¹⁸⁰¹. Neste aspecto, só agora os portugueses começaram a adoptar os mesmos métodos que o PAIGC estava a usar desde 1965, isto é, o abandono de bases pequenas e a sua concentração em zonas bem situadas. Nas *Palavras de Ordem Gerais*, divulgadas em 1965, afirmava-se mesmo que estas bases da guerrilha deveriam ser construídas em áreas onde era necessário defender a população.

Do ponto de vista político (e até diplomático) interessava a Amílcar Cabral a progressão no espaço abandonado e preferencialmente habitado, o que raras vezes aconteceu durante a guerra da Guiné. Os portugueses sempre se fizeram acompanhar da população civil, na hora da retirada de algum aquartelamento. Em todo o caso, a conquista de mais um espaço, ainda que devoluto, era sempre motivo de regozijo para Amílcar Cabral e seus guerrilheiros. Isto mesmo admitia o líder do PAIGC em 1969:

Para se poder defender, era obrigado a concentrar-se outra vez, sair dos seus pontos mais fracos para os pontos mais fortes. Se ele ficasse disperso, como as nossas forças cresceram muito, batiam-no, mas se deixar alguns pontos e se concentrar, então nós dominamos vastas áreas da nossa terra, cada dia mais, porque ele já não controla nada¹⁸⁰².

No caso concreto de Béli e de Madina do Boé, o seu abandono por parte do exército português, independentemente de ter sido estratégico ou tático, permitiu a Amílcar Cabral estender a influência do PAIGC em direcção à região do Gabú e ter um domínio quase total da margem direita do rio Corubal até Xitole.

Ainda no âmbito da política de concentração de meios materiais e humanos, outro instrumento de que os portugueses se serviram para fazer “tábua rasa” aos seus inimigos (a expressão é cara a Henri Lefèbvre)¹⁸⁰³, foi, como já se disse, o estabelecimento de “aldeias estratégicas” que, no dizer deste autor, eram autênticos “carros de combate”¹⁸⁰⁴, na medida em que apareciam como a guarda avançada protegida com arame farpado contra as investidas político-ideológicas e militares do PAIGC. Esta política de “aldeias estratégicas”, levada a cabo em regiões sob influência de certos chefes tradicionais, como no Gabú, e os resultados conseguidos (basta lembrar que, em 1971,

¹⁸⁰¹ *Report of a visit to the liberated areas of Guinea-Bissau*, published by International Union of Students (IUS), National Union of Finish Students (SYL), s.d. and s. l, p. 24.

¹⁸⁰² AMS, Amílcar Cabral, “Situação actual da nossa luta”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001, im. 131.

¹⁸⁰³ Henri Lefebvre, *La production de l'espace*, Ouvrages publiés avec le concours du Central National des Lettres, Paris, Éditions Anthropos, 1986, p. 328.

¹⁸⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 328.

cerca de 90 mil pessoas foram reagrupadas no âmbito desta política) começaram a ameaçar seriamente os projectos de Amílcar Cabral, que se apressou a negar os seus efeitos na guerra da conquista das populações que ambos estavam a travar. Mas, uma coisa porém é certa: os “campos de concentração” (como eram denominados pelo PAIGC) passaram a ser, entre 1969 e 1971, alvo dos ataques dos guerrilheiros, que assim tentavam fazer com que as populações abandonassem essas aldeias e se refugassem nos países vizinhos, nos centros urbanos ou regressassem às “regiões libertadas”.

O controlo das populações em termos de espaço (“áreas libertadas, centros urbanos e “aldeias estratégicas”) e a consequente criação de milícias populares, como organismos de autodefesa a nível local, permitiu maior mobilidade e liberdade às pequenas unidades dos dois exércitos, agora que a intenção de ambos era evitar que essas “áreas protegidas” ou “espaço pacífico”, por detrás da linha da frente, fosse atacado ou “infestado” pela propaganda do inimigo. O objectivo era, cada vez mais, fazer a guerra longe desses locais, mas, de preferência, no campo/espaço do inimigo.

A contenção e o controlo da mobilidade das pessoas transformaram-se num imperativo e numa necessidade vitais. Assim, por sugestões do Comité Nacional das Regiões Libertadas (CNRL), numa reunião realizada de 16 a 19 de Dezembro de 1971, Amílcar Cabral tomava uma série de decisões respeitantes à circulação de pessoas nas regiões libertadas. Estas medidas deram origem a um documento intitulado “Decisão (de 1 de Janeiro de 1972)...”¹⁸⁰⁵. No referido documento, e no respeitante à “circulação de pessoas entre as áreas libertadas e as áreas ainda não libertadas”, determinava-se:

1.º Os elementos da população das áreas libertadas só podem ir às áreas ainda sob controlo colonialista com autorização dos serviços de Segurança da área. A autorização só é dada se o CPP do sector der uma opinião favorável; 2.º Em caso de ida ilegal (sem autorização) às áreas ainda não controladas pelo partido, e qualquer que seja o motivo da viagem, o acusado deve ser multado. A multa deve ser fixada pelo Tribunal Popular, reforçada com trabalhos forçados fora do sector, por tempo de 6 meses a 1 ano, por decisão administrativa; 3.º Na guia de marcha do condenado para o cumprimento dessa pena administrativa deve constar a razão da condenação pelo Tribunal Popular, órgão dependente do Comité Inter-Regional a falta que cometeu, assim como o tempo de trabalhos forçados a cumprir. O tempo de trabalhos deve ser fixado pelo responsável da Segurança da área, depois de ouvir a opinião dos responsáveis que estiverem perto; 4.º O elemento da população de uma área ainda não controlada pelo partido que vem às nossas áreas libertadas deve apresentar-se ou ser apresentado ao Comité da primeira *tabanca* a que chegar. O Comité deve levá-lo a apresentar-se a um responsável da área; 5.º É o responsável de

¹⁸⁰⁵ AMS, “Decisão (de 1 de Janeiro de 1972). Sobre alguns problemas actuais da nossa vida nas regiões libertadas”, Janeiro de 1972, PAIGC”, pasta, 4340.004, ims. 86-95.

Segurança do Sector que pode autorizar ou não a permanência do visitante, fixar o tempo e organizar a sua estadia na área¹⁸⁰⁶.

A 1 de Maio de 1964, animado com a vitória de Como, com as deliberações de Cassacá e muitas promessas de apoio concreto por parte dos seus aliados, Cabral anunciava, com alguma euforia, numa conferência de imprensa realizada na capital argelina, que tencionava terminar a guerra com êxito em Agosto daquele ano¹⁸⁰⁷. Mero exercício propagandístico. Cabral sabia que, na realidade, uma vitória rápida sobre o adversário não seria possível num curto espaço de tempo. De resto, dois meses antes (Março), tinha declarado a Jacques Vignes, da revista *Afrique-Asie*, em Argel, que não sabia quando terminaria a guerra, mas também que isso não era um assunto relevante. O importante era que o seu partido fora capaz de, vencendo todas as dificuldades, levantar-se contra os portugueses. E concluía:

Il n'est pas possible de le prévoir. Mais la n'est pas essentiel. D'une certaine manière, nous avons déjà vaincu¹⁸⁰⁸.

Treze dias mais tarde (14 de Maio), Amílcar voltava a reafirmar, em Paris, numa entrevista difundida pela Agência Reuter, que o seu partido já estaria a operar “como um Estado nas regiões libertadas da Guiné”, numa área avaliada em cerca de 1/3 do território nacional. Nesta altura, o PAIGC ainda estava literalmente na ofensiva e controlava vastas áreas no centro e sul do país¹⁸⁰⁹.

Mas, a resposta portuguesa no sentido se conter a euforia do líder rebelde não se fez esperar. No mês de Maio, o Governo da metrópole exonerou o então Governador Vasco Rodrigues e o comandante militar Louro de Sousa substituindo-os, por acumulação das duas funções, pelo General Arnaldo Schultz, apontado como capaz de conter o desenvolvimento da subversão na “província”.

A sua vocação e espírito militarista ficaram demonstrados no aumento do aparato militar, das incursões e das medidas repressivas. Assim, de um contingente que rondava 10 mil homens, dos tempos de Vasco Rodrigues, passou-se para 20 mil homens, não deixando de evoluir nos anos subsequentes: 25 mil, em 1966; 35 mil, em 1967; e 40 mil, em 1969.

¹⁸⁰⁶ *Idem, ibidem*, im. 88.

¹⁸⁰⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2675, Informação n.º 159 – SC/CI (2), datada de 18 de Maio de 1964, pasta 2, fl. 175.

¹⁸⁰⁸ Jacques Vignes, “Comme une lame d’acier...”, in “Guerre et paix en Guinée-Bissau. Naissance d’une Nation”, special *Afrique-Asie*, XIII, n.º 66, Paris, 23 septembre 1974, p. XIII.

¹⁸⁰⁹ *Vide*, sobre o assunto, Carlos Fabião, “A descolonização da Guiné-Bissau”, In AAVV, *Seminário 25 de Abril – Dez Anos Depois*, Lisboa, Associação 25 de Abril, 1984, p. 305.

Em 1965, Amílcar Cabral anunciava, numa conferência de imprensa, primeiro em Argel (22 de Março) e, mais tarde, em Londres (12 de Abril), que o seu partido controlava já a região do Boé e de Nova Lamego (actual Gabú), no leste, o equivalente a 40% do território. Beneficiando de uma situação militar favorável, Cabral confirmava, no ano seguinte (1966), que cerca de 60% do país se encontrava já sob o controlo dos seus guerrilheiros, e em 1967, essa a área era alargada às seguintes regiões: Quitáfine, Cubucaré, Tombali, Cacine e Cubisseco, no sul; Sara, Biambi, Mores, S. Domingos e Canchungo, no norte; e Xitole no leste.

Apesar do exagero no discurso propagandístico de Amílcar Cabral, a tendência era para que o espaço – a que Henri Lefèvre denominava “abstracto”, por ser produto da violência e da guerra¹⁸¹⁰ – se fosse tornando mais heterogéneo do ponto de vista administrativo. De um lado, os centros urbanos e algumas áreas rurais, onde ainda subsistiam alguns aquartelamentos militares portugueses, mas nos quais já não era visível a presença da administração colonial, e, do outro, as áreas rurais nas mãos do PAIGC, pouco povoadas ou abandonadas pelas populações.

A estas áreas o PAIGC denominava “áreas/zonas libertadas”. Em 1969, Armando Ramos definia-as como sendo um espaço em que tinham “controle quotidiano” e no qual, “apenas excepcionalmente”, utilizavam o “exército para neutralizar uma possível sortida [sic] portuguesa a partir de uma dessas guarnições” e em que a população estava “mobilizada” tanto politicamente como militarmente¹⁸¹¹.

Mas foi Amílcar Cabral quem, espelhou bem o significado de “área libertada” no seminário de quadros de 1969:

A nossa luta conseguiu em 6 anos e meio de acção armada, e em aproximadamente 10 anos de trabalho político, transformar de uma maneira profunda as realidades da nossa terra. Conseguimos na Guiné libertar a maior parte da nossa terra. Esse «libertar» não é o mesmo em todas as partes, em algumas áreas é de facto uma libertação total, noutras áreas é uma libertação porque o inimigo ainda pode chegar lá, não é verdade? Claro que o inimigo pode chegar de avião, pode chegar de helicóptero, isso é diferente, mas os lugares onde o inimigo pode ainda chegara pé, marchando, etc. Podemos considerá-los como libertados de facto? Claro que os portugueses não vão lá todos os dias e somos nós que controlamos as populações, mas não são áreas inteiramente libertadas. Mas nós conseguimos libertar a maior parte da nossa terra¹⁸¹².

¹⁸¹⁰ Henri Lefèvre, *La production de l'espace...*, p. 328.

¹⁸¹¹ Basil Davidson, *ob. cit.*, p. 71.

¹⁸¹² AMS, Amílcar Cabral, “Situação actual da nossa luta”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001, im. 116.

Peter Web, jornalista da *Newsweek*, que visitou a Guiné, do lado português, em Dezembro de 1971, foi peremptório acerca da liberdade de movimento das tropas portuguesas:

After a week of travelling around Guinea I have little doubt that the Portuguese troops can go wherever they wish, though they often have to travel in armed convoy¹⁸¹³.

Na verdade, nenhum dos beligerantes podia atribuir a si a veleidade de ocupar e controlar efectivamente o território, embora o tentassem na medida do possível. Os frequentes *raids* aéreos e a infiltração de comandos portugueses por detrás das linhas defensivas do PAIGC ou, ao invés, as emboscadas e as tímidas acções de guerrilha urbana levadas a cabo por este último, em determinada ocasião, contribuíram para aumentar, no seio das populações rurais e urbanas, um clima de medo e de insegurança quase permanentes.

É pertinente adiantar ainda, que o que de facto interessava aos beligerantes era o controlo de zonas preferencialmente povoadas.

O “espaço abstracto” só tinha sentido, no âmbito da guerra subversiva, quando tinha gente sobre a qual exercer a chamada administração doméstica. E era libertado (ou não) conforme a população estivesse (ou não), política e administrativamente, do lado de uma das partes. Neste sentido, não há dúvida de que o PAIGC exercia o controlo de uma parcela do território. A questão essencial é a de saber a real extensão desse espaço muitas vezes exagerado e manipulado para efeitos de propaganda.

Em 1971, o partido de Amílcar Cabral reclamava a posse e o controlo de 2/3 do território. Como seria de esperar, a resposta chegaria pela pena do inglês John Biggs-Gibson (deputado conservador muito próximo do regime de Salazar), que contrapunha afirmando que a guerrilha apenas controlava zonas da floresta largamente despovoadas¹⁸¹⁴. Já em 1964, Augusto Deslandes negava a existência de quaisquer “áreas libertadas” ou “ocupadas” na Guiné¹⁸¹⁵.

Em bom rigor, toda a propaganda do lado do PAIGC, em redor do número da população e do espaço controlados, destinava-se a preencher os requisitos necessários para que a Guiné adquirisse, junto das Nações Unidas e dos países aliados, o estatuto de

¹⁸¹³ *Apud* Al J. Venter, *Portugal's war in Guinea-Bissau*, Munger Africana Library notes sigue#, California Institute of Technology, 1973, p. 24.

¹⁸¹⁴ John Biggs-Gibson, “The current Situation in Portuguese Guinea”, *African Affairs*, 70 (281), Journal of the Royal African Society, London, October 1971, p. 389.

¹⁸¹⁵ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D – 940,1 (6) D, 463 PAA, “Organizações nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Guiné, Augusto Deslandes, “Elementos para impugnar as informações do PAIGC”, 31/3/964, Ministério dos Negócios Estrangeiros-Direcção Geral dos negócios Políticos e da Administração Interna, Informação de Serviço, pasta n.º 2.

Estado independente ocupado por forças estrangeiras¹⁸¹⁶. Por isso compreende-se que, ao controlar alguma população e algum espaço, o PAIGC começasse a reorganizá-lo e a administrá-lo como “espaço diferente”, substituindo-se ao Estado e à administração colonial, isto é, com uma organização política, administrativa (tribunais populares ao nível das regiões, zonas e aldeias), social e económica que constituem os elementos do Estado na perspectiva de Amílcar Cabral¹⁸¹⁷.

1.4. As “operações sociais” nas áreas libertadas

Não há dúvida de que a guerra levada a cabo na Guiné, entre 1963 e 1973, estimulou algum progresso dos dois lados em confronto, para benefício das populações. Neste sentido, Cabral assegurava que a luta de libertação nacional não era só para se libertar do colonialismo, mas também do atraso, do medo e da ignorância. Em suma, para o PAIGC, tratava-se de destruir a estrutura colonial ou “capitalista” (“revolução nacional”) e a sua substituição pelo socialismo (“revolução social”)¹⁸¹⁸. Como Cabral lembrava ao auditório da Tricontinental, em 1966, quer a “revolução nacional”, quer a “social”, não eram mercadorias de exportação, mas produtos de elaboração local, influenciados por factores externos, favoráveis ou desfavoráveis, determinados e condicionados pela realidade histórica de cada povo¹⁸¹⁹.

Para o politólogo congolês, Georges Nzongola Ntalaja, isto corresponderia à conquista da independência económica e social¹⁸²⁰, o que se aproximava das ideias defendidas por Cabral e Fanon, de acordo com as quais “libertação nacional” significava a total destruição do sistema colonial¹⁸²¹.

¹⁸¹⁶ AMS, “Interview: Guinea to declare independence”, *Pakistan Forum*, vol. III, n.º 4, An Independent Magazine of Pakistanis in USA and Canada, January 1973, pasta 4310.005, im. 65.

¹⁸¹⁷ AMS, Amílcar Cabral, “Notre lutte est aussi un acte de solidarité”. Intervention du camarade Amílcar Cabral à la séance d’ouverture de la Conférence Internationale de Solidarité avec les peuples des colonies portugaises (Rome 27-29 Juin 1970), Juin 1970, PAIGC, pasta 4341.001, im. 102.

¹⁸¹⁸ “Fundamentos e objetivos da Libertação nacional em relação com a estrutura social (discurso pronunciado em nome dos povos e das organizações nacionalistas das colónias portuguesas na 1.ª Conferência de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e da América Latina, Havana, 3 a 14 de Janeiro de 1966 (sessão plenária de 6 de Janeiro), in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria...*, 2.ª edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 202; e também Nzongola Atalaya, “Amílcar Cabral and the Theory of the National Liberation Struggle”, *Latin American Perspectives*, volume 11, n.º 2, Issue 41, London, Spring 1984, p. 46.

¹⁸¹⁹ *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria...*, 2.ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1978, volume I, p. 202.

¹⁸²⁰ Nzongola Atalaya, “Amílcar Cabral and the Theory of the National Liberation Struggle”, *Latin American Perspectives*, volume 11, n.º 2, Issue 41, London, Spring 1984, p. 46.

¹⁸²¹ Vide, sobre o assunto, Robert Blackey, “Fanon and Cabral...”, *The Journal of Modern African Studies*, 12, 2, London, Cambridge University Press, 1974, p. 193.

Concomitantemente ao controlo das populações, à instituição dos mecanismos de poder necessários à governação dos povos está também a melhoria das condições de vida materiais, com a qual se pretendia atrair as populações.

É verdade que ambos os contendores tinham consciência da importância da guerra psicológica ou psicossocial. Amílcar Cabral, apoiado por uma ideologia revolucionária e rejeitando as estruturas coloniais, lutava para as substituir. O alvo principal era o Estado colonial e as suas instituições. O regime português, por seu turno, estava empenhado em manter essa ordem colonial com algumas reformas de permeio. A missão parecia, portanto, espinhosa e complexa para ambos.

Em desfavor do Estado colonial figuravam, por exemplo, do ponto de vista político, a dominação directa da qual resultou a supressão dos direitos políticos e, do ponto de vista cultural, o analfabetismo de cerca de 90% da população. Por alturas do início da rebelião só havia um liceu na Guiné. O acesso à educação só era privilégio de uma elite assimilada.

A agricultura era um dos sectores mais subdesenvolvidos. Neste sentido, a imposição do regime de monocultura de amendoim (mancarra) obrigava os camponeses e a colónia a dependerem do comércio externo na hora de procurarem outros bens de consumo. A única mercadoria real era, portanto, o amendoim, cuja produção e área de cultivo aumentavam incessantemente, de ano para ano. A juntar-se a tudo isto há que assinalar ainda a total falta de estímulos aos agricultores por parte das autoridades coloniais, a prática de uma política considerada por Amílcar Cabral de “opressiva” em relação aos camponeses e a própria guerra que, como já salientámos, acabou por forçar muitos deles a abandonar os campos.

No domínio da saúde, apenas o hospital principal de Bissau, seis regionais (Bafatá, Bolama, Canchungo, Cacheu, Gabú, Farim e Buba) e seis centros de saúde, espalhados pelas sedes dos concelhos, prestavam os cuidados sanitários a uma população estimada em mais de 500 mil habitantes antes do início da guerra.

Para eliminar todos os constrangimentos atrás apontados, ao iniciar a luta de libertação em 1963, Amílcar Cabral pretendia marcar a diferença em relação à situação precedente. Por isso, nas áreas que o seu partido controlava, tentou empreender, ainda que de forma gradual e não sem dificuldades, grandes transformações políticas, económicas, sociais e culturais. Isto significava, do ponto de vista ideológico, que a criação de um “Homem Novo” passava necessariamente pela libertação das “forças produtivas” como motor da história. Esta era a condição *sine qua non* para conseguir o que Cabral denominava de “retorno às fontes”. A tão aspirada “revolução social” representava

assim, a nosso ver, o ponto de encontro entre a ideologia (as grandes opções da luta) e a prática revolucionária. Portanto, o sucesso da revolução dependia também, *grosso modo*, do exame e do conhecimento da realidade que se queria transformar.

Os objectivos sociais a atingir, designadamente de “justiça e progresso para todos”, de que Cabral não abdicava, quer no discurso, quer na prática política, estavam estabelecidos, teoricamente, no programa do partido. Neste sentido, afirmava aos responsáveis do partido relativamente àqueles objectivos:

Lembrar-se sempre de que o povo não luta por ideias, por coisas que estão na cabeça dos homens. O povo luta e aceita os sacrifícios exigidos pela luta, mas para obter vantagens materiais para poder viver em paz e melhor, para ver a sua vida progredir e para garantir o futuro dos seus filhos¹⁸²².

A satisfação das necessidades das populações era, e devia ser, o supremo combate dos políticos e uma forma de legitimar o partido. Cabral não se cansava de afirmar que de nada serviria “libertar uma região, se o povo dessa região ficasse sem poder ter os artigos de primeira necessidade para a sua vida”¹⁸²³. A própria “libertação nacional”, a luta contra o colonialismo e o imperialismo, e a palavra “independência”, não teriam nenhum significado se não se traduzissem, nas suas palavras, numa “real melhoria das condições de vida”¹⁸²⁴. Num discurso proferido em Djagali (zona libertada do norte) em 1966, voltou a evidenciar essa preocupação ao reafirmar que as pessoas lutavam para ter saúde, estômago cheio e mentes iluminadas¹⁸²⁵. No fundo, corresponderia ao que Marx e Herbert Marcuse chamaram a “verdadeira necessidade”. Este era, indubitavelmente, um dos maiores desafios que se colocavam a Amílcar Cabral e ao movimento de libertação no decurso da luta armada. A questão não estava, pois, em melhorar apenas as condições de vida material, mas conseguir com ela a desejada atracção e consequente fixação das populações nas “áreas libertadas”. Se, de facto, o PAIGC exercia soberania sobre uma parte do território nacional, deveria ir assegurando gradualmente as funções do Estado. E uma dessas funções, como considera Lars Rudebeck, era a contagem da população¹⁸²⁶. Sobre este assunto Cabral chegou a afirmar o seguinte, em 1965:

¹⁸²² Palavras de Ordem Gerais do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido (Conakry, 1969).

¹⁸²³ FAC (Praia), “Destruir a economia do inimigo...”, fl. 3 F.

¹⁸²⁴ FAC (Praia), *Idem, ibidem*, fl. 3 F.

¹⁸²⁵ Chaliand, *Armed Struggle...*, p. 49.

¹⁸²⁶ Lars Rudebeck, *ob. cit.*, p. 108.

Temos que saber a quantidade e a qualidade da população dessas regiões, para podermos estabelecer melhor as medidas para o seu desenvolvimento, progresso e defesa¹⁸²⁷.

Chegaram a preparar-se folhetos impressos com esta finalidade¹⁸²⁸, mas o recenseamento só se concretizaria entre 1969 e 1972, não já com o objectivo de resolver os problemas de vida material das populações, mas a pensar numa possível proclamação do Estado da Guiné, como veremos mais adiante neste trabalho.

Nas palavras de ordem de 1965, Cabral escrevia:

Temos de destruir tudo quanto pode servir ao inimigo para continuar a sua dominação sobre o nosso povo, mas temos ao mesmo tempo, que ser capazes de construir tudo o que é necessário para criar uma vida nova na nossa terra. Enquanto destruímos o inimigo, os seus agentes e as coisas que servem os seus interesses, temos de nos construir a nós mesmos, garantir a satisfação das necessidades do nosso povo, fazer homens e mulheres capazes, melhorar cada dia as condições de vida na nossa terra¹⁸²⁹.

O embrião das novas transformações sociais, que depois foram gradualmente chegando a outras regiões, sob a influência da guerrilha de Amílcar Cabral, foi o sul. Em 1965, aquele líder revolucionário anunciava que o PAIGC estava a prestar atenção à economia e aos sectores sociais. A guerra tinha provocado a fuga dos comerciantes e das companhias concessionárias portuguesas e uma quebra brusca na balança comercial. Por outro lado, nas áreas controladas pelos guerrilheiros, foi abolida a circulação de moeda em prejuízo dos comerciantes (“djilas”). Para evitar a fuga das populações para os centros urbanos, era necessário criar condições nas “áreas libertadas”.

Do ponto de vista económico, se se considerar que, no sector agrícola, o campo mobilizava cerca de 90% da população da Guiné e que aí radicava a principal fonte de abastecimento da guerrilha, facilmente se compreende o sentido daquela prioridade. Em 1969, não hesitava mesmo em considerar, num discurso improvisado quando visitou a base de Maké, no norte, que entre um homem que traz uma arma e outro que traz uma enxada este era mais importante que aquele¹⁸³⁰.

Para a concretização daqueles objectivos, Cabral encorajou as populações das “áreas libertadas”, bem como os próprios guerrilheiros, a aumentarem a produção, designadamente de arroz, milho, mandioca, batata, feijão, legumes, etc. Além de prover

¹⁸²⁷ FAC (Praia), “Melhorar os nossos conhecimentos defender a nossa saúde”, Do camarada Amílcar Cabral...”, p. 4 G.

¹⁸²⁸ Vide Apêndice documental, doc. nº 47.

¹⁸²⁹ FAC (Praia), “Destruir a economia do inimigo e Construir a nossa própria economia”. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in “Palavras de Ordem”..., p. 1F.

¹⁸³⁰ Gérard Chaliand, *Armed Struggle in Africa...*, p. 35.

à alimentação dos combatentes e das populações, o excedente poderia ser utilizado, conjuntamente com outros produtos, como o óleo de palma, o amendoim, as peles de crocodilo, a cola e o amendoim, como moeda de troca, não só na economia doméstica, mas também para o mercado exterior (fundamentalmente da Guiné-Conakry) e, assim, para a aquisição de produtos e artigos necessários para o abastecimento das “áreas libertadas”. É o caso de bicicletas, de sal, das sandálias, do sabão e dos tecidos. Por outro lado, Cabral incentivou o aumento das áreas cultivadas, de modo a prevenir uma eventual chegada de refugiados. Nada era mais imperioso num período de instabilidade como o que se vivia, em que a falta de comunicações dificultava, desde logo, a distribuição. É preciso não esquecer que o estado de guerra, não só estava a afectar duramente as actividades agrícolas e o comércio, mas também tinha reflexos na consequente baixa de produtividade. Como já tivemos ocasião de assinalar algures, algumas empresas portuguesas (a “Sociedade Comercial Ultramarina” e a “Companhia União Fabril”) foram compelidas a abandonar as áreas rurais do sul, centro e norte, e a procurarem refúgio nos centros urbanos. Tudo isto, aliado à fuga dos próprios camponeses teve reflexos profundos a nível da escassez de produtos de primeira necessidade nas áreas onde alguma população ainda resistia à violência da guerra, mas também, para os guerrilheiros, deitando por terra os frequentes incentivos feitos por Amílcar Cabral.

Apesar dos esforços tendentes à modernização da agricultura, através da introdução do sistema de cooperativas, de novas técnicas e do ensaio de novos produtos, como se aludia no “Relatório sobre a Situação da Luta de Libertação Nacional de 7 de Dezembro de 1966”¹⁸³¹, o problema tendia para um certo agravamento. Para isso teriam contribuído, em nossa opinião, os *raids* da aviação portuguesa que visavam, sobretudo, a destruição da produção e das colheitas que podiam servir os guerrilheiros, e da parte destes, a abolição da economia portuguesa através da sabotagem, do incentivo às populações para que produzissem apenas produtos alimentares, da destruição de lojas e de armazéns inimigos. Mas, não se podia “destruir a economia do inimigo” e construir a sua “própria economia”, sem que houvesse produção nas “áreas libertadas” e sem apoios maciços do exterior destinados a compensar a escassez. Por isso mesmo, com a abolição da economia colonial e a falta de produção interna, o recurso ao auxílio externo, designadamente junto dos países amigos, foi inevitável. A guerra não permitia a produção. Não havendo produção, era difícil organizar a distribuição e muito menos incentivar as trocas, quer no interior do território, quer mesmo com o exterior, nomea-

¹⁸³¹ *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. A prática Revolucionária. Unidade e Luta II*, volume II, Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 45.

damente com a Guiné-Conakry, principal mercado abastecedor e comprador. Tudo isto colocava grandes constrangimentos alimentares às populações das “áreas libertadas”. Uma das soluções encontradas para fazer face à crise e fixar as populações foi a instalação, em todas estas “regiões libertadas”, dos “armazéns do povo”, criados em 1964, e a sua multiplicação desde aquela data. Em 1966, já se encontravam em pleno funcionamento seis postos na Inter-Região Sul. Mas, o seu número seria bastante irrisório se tivermos em conta as inúmeras necessidades criadas pela própria luta nas três inter-regiões, designadamente no norte, onde a população e a guerrilha há muito reclamavam a implantação. Ainda assim, as suas aspirações só começaram a ser atendidas com a instalação de uma loja em 1966 e outra em 1967. Esse número aumentaria para seis, nos anos subsequentes. Uma evolução maior experimentou a Inter-Região Sul, cujas lojas passaram de seis, em 1967, para nove à data da independência do país, enquanto a de leste foi bem mais fraca: uma loja em 1966, duas, entre 1967 a 1973 e um total de quatro no ano seguinte.

Todavia, a institucionalização dos “armazéns do povo” esteve longe de suprir as inúmeras carências que a luta criava, sobretudo a nível da produção, da distribuição e das trocas, que dependiam também (e muito) da vitalidade da produção interna e das ajudas provenientes do exterior.

Em virtude da crise económica, numa entrevista concedida a Frene Ginola, da revista *The New African*, em 1965, Amílcar Cabral chamava a atenção para a difícil situação económica vivida nas “áreas libertadas”¹⁸³² e para a urgente necessidade de uma ajuda substancial¹⁸³³. Aliás, Cabral enfatizava mesmo a primazia da ajuda económica, em detrimento da ajuda militar. Tudo indica que o seu apelo foi atendido pelos países historicamente aliados do seu partido. Por exemplo, a Bulgária, a União Soviética, Cuba e a China corresponderam com uma importante ajuda alimentar (conservas de peixe, leite concentrado, margarina e açúcar), fardamento para os guerrilheiros e artigos como o tabaco, têxteis, roupa, entre outros¹⁸³⁴. Se esta ajuda contribuiu para atenuar a situação, não pôs fim às dificuldades dos anos seguintes.

Muito embora tenha havido assinaláveis melhorias nos planos já referidos, num relatório sobre a situação de luta, datado de Março de 1968, mas referente ao ano anterior (1967), outros indícios apontavam para um certo agravamento da situação económica nas “áreas libertadas”. Com efeito, a falta de chuvas, no ano de 1968, veio piorar a já

¹⁸³² Frene Ginola “Liberating Portuguese Guinea from Within”, *The New African*, London, June 1965, 4 (4), p. 85.

¹⁸³³ *Idem, ibidem*, p. 85.

¹⁸³⁴ Sobre este assunto, *vide* Mustafah Dhada, *Warriors at work...*, p. 183.

débil situação alimentar experimentada em algumas frentes, acentuando as frustrações no seio dos combatentes e das populações “controladas”, algo que o líder do PAIGC dificilmente poderia disfarçar. No documento atrás mencionado, Cabral confirmava a existência de dificuldades a nível do reabastecimento das populações em artigos de primeira necessidade e a escassez de apoio recebido do Comité de Libertação da OUA, pelo facto de alguns Estados-Membros daquela organização não terem regularizado o pagamento das suas cotas.

O oportunismo e as ambições políticas posteriores colocariam a OUA e o seu comité num grande dilema na hora de cumprir as suas obrigações para com os movimentos de libertação, a tal ponto que passou a estar no centro das críticas de Amílcar Cabral. Dentre algumas destas críticas, há que assinalar o seu deficiente funcionamento. Apesar de tudo, Cabral ainda acreditava que o Comité de Libertação tinha todas as condições para cumprir cabalmente as funções para as quais havia sido criado, nomeadamente na luta contra o colonialismo português. É que, para o líder do PAIGC, a luta que se levava a cabo nas colónias portuguesas de África facilmente devia gerar consensos no continente, uma vez que praticamente nenhum Estado africano dependia de Portugal, o mesmo, por exemplo, já não ocorria em relação à Rodésia (que em 1980 passou a chamar-se Zimbabué), por causa das ligações que certos estados africanos mantinham com a antiga potência colonizadora, a Inglaterra.

Havia mesmo Estados africanos independentes e movimentos de libertação a defenderem a reforma da Carta da OUA, proposta que era contrária à de Cabral, que insistia que, no seio daquela organização, se devia lutar por aquilo que pudesse ter aplicações imediatas e não pela mudança da Carta¹⁸³⁵. A Carta de Addis-Abeba representava, quer na óptica de Cabral, quer na de Mário de Andrade, uma mudança revolucionária contra a tendência que ambos denominavam “centrífuga”¹⁸³⁶, representada pelos países da Organização de Cooperação Africana e Malgache (OCAM) em ligação com as antigas potências coloniais¹⁸³⁷.

Insistindo nas críticas à OUA, Amílcar Cabral e Mário de Andrade escreviam :

Au lieu d’une convergence des options, à la lumière des aspirations des peuples mis en cause, on assiste à un balancement des attitudes, à une condamnation formelle de

¹⁸³⁵ Reunião do dia 26 -5-68 – Assuntos externos [manuscrito], fl. 33.

¹⁸³⁶ AMS, Amílcar Cabral e Mário de Andrade, “L’Afrique et la lute de libération nationale dans les colonies portugaises”, Documents de base, Conférence de Dar-Es-Salaam, 1965, pasta 4330.008, im. 80.

¹⁸³⁷ *Idem, ibidem*, im. 80.

l'assistance fournie par quelques-uns envers les forces visées par l'intervention impérialiste, sous le prétexte du principe sacré de non-ingérence dans les affaires intérieures¹⁸³⁸.

Apesar das evidentes limitações do Comité de Libertação, Amílcar Cabral não tinha dúvidas de que era “a única coisa razoável que a OUA” tinha criado até então¹⁸³⁹.

A hesitação na hora de apoiar os movimentos de libertação foi outra das críticas que Amílcar Cabral proferiu contra alguns países africanos que não pagavam as cotas devidas ao Comité de Libertação. Os sucessivos atrasos criavam problemas adicionais, não só ao funcionamento deste organismo, mas também afectavam directa ou indirectamente os próprios movimentos de libertação. Cabral queixava-se mesmo que, em virtude das posições assumidas por alguns países africanos, a primeira ajuda recebida do Comité de Libertação fora dividida com os movimentos de libertação “oportunistas”, mais concretamente com a FLING¹⁸⁴⁰.

Por outro lado, em 1969, durante o seminário de quadros, Cabral atacou directamente alguns Estados africanos que acusava de faltarem e/ou de sabotarem as reuniões da OUA e de tomarem posições favoráveis a Portugal e à África do Sul, em lugar de se associarem aos restantes países nas condenações ao colonialismo português e ao regime de *apartheid*. Era o caso do Malawi de Hasting Banda – cujo regime Cabral chegou a apodar de “bandismo” – do Botsuana, da Suazilândia¹⁸⁴¹ e outros que, no seio da ONU, votavam a favor de Portugal ou simplesmente não votavam, ou eram mesmo a favor do Biafra, como tinha acontecido, em certa ocasião, com a Costa de Marfim¹⁸⁴², quando muitos países não africanos haviam votado contra¹⁸⁴³.

A propósito ainda das ajudas que tinha recebido do Comité de Libertação, reconhecia, em 1968, que estavam “longe de serem suficientes” para lhe “permitir resolver este problema”¹⁸⁴⁴. E foi, inclusivamente, mais longe, afirmando que “esta solução” era “tão urgente, porque o inimigo, apesar das dificuldades”, estava a investir “esforços

¹⁸³⁸ *Idem, ibidem*, im. 78.

¹⁸³⁹ AMS, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 60.

¹⁸⁴⁰ *Idem, ibidem*, im. 61.

¹⁸⁴¹ *Idem, ibidem*, im. 60.

¹⁸⁴² *Idem, ibidem*, im. 72.

¹⁸⁴³ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 61.

¹⁸⁴⁴ AMS, “Sur la situation de notre lutte de libération nationale”, Amilcar Cabral, Secrétaire Générale, mars, 1968, PAIGC, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4343.001, im. 129. Um extracto deste relatório foi publicado por Mário de Andrade com o título de “Síntese da situação. Extracto do relatório sobre a situação de luta de libertação nacional, Março de 1968”, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A Prática Revolucionária. Unidade e Luta II*, volume II, p. 14.

consideráveis neste domínio, procurando levar essas populações das regiões libertadas para os centros urbanos”¹⁸⁴⁵.

A fixação e o controlo das populações, sem as quais não se podia implantar a “administração paralela”, não só pelos motivos atrás aduzidos, era absolutamente necessária.

Mas, se, no plano económico, a situação não era a mais favorável, o mesmo não se podia dizer relativamente a áreas como a educação e a saúde, em que o PAIGC obteve mesmo assinaláveis êxitos. Em 1965, Cabral enfatizava a importância desta luta já a pensar no futuro:

Lembrar-se sempre de que as nossas vitórias políticas ou militares não terão futuro se não dispomos de quadros nacionais para a reconstrução e desenvolvimento científico e técnico da nossa terra¹⁸⁴⁶.

Só assim, o projecto da criação de um “Homem Novo” e as vitórias políticas e militares teriam continuidade.

A transformação da sociedade, visada pela luta de libertação nacional, passava também pela conseqüente elevação do nível cultural das populações e pela formação de quadros, dos dirigentes e militantes do partido. Por isso, uma das grandes apostas de Amílcar Cabral foi a de combater ao analfabetismo e o obscurantismo, imposto pelo regime de Salazar de três modos: 1) edificando escolas, ainda que muitas delas fossem de construção precária e ligadas às bases de guerrilha espalhadas pelo território nacional; 2) massificando, tanto quanto possível, o ensino, graças à participação de um número cada vez maior de alunos, professores e combatentes no processo educativo; 3) e, em último lugar, através dos *curricula* escolares, nos quais a doutrina revolucionária e o ideário da sociedade que se queria implantar eram difundidos¹⁸⁴⁷.

A primeira directiva de Amílcar Cabral estimulando a criação de escolas e a difusão da educação em todas as áreas libertadas data de 1965¹⁸⁴⁸. Nesse mesmo ano já se encontravam em pleno funcionamento, segundo os dados apresentados por Basil Davidson, cerca de 127 escolas e 191 professores. Davidson não indicou, contudo, o número de alunos para esse ano e a quantidade de escolas que apresentou era bastante

¹⁸⁴⁵ AMS, “Sur la situation de notre lutte de libération nationale”, pasta 4343.001, im. 129.

¹⁸⁴⁶ FAC (Praia-Cabo Verde), “Melhorar os nossos conhecimentos defender a nossa saúde”. Do camarada Amílcar Cabral... p. 1 G.

¹⁸⁴⁷ Para este assunto, *vide* Mustafah Dhada, *Warriors...*, pp. 97 e ss; Lars Rudebeck, *Guinea-Bissau: political...*, pp. 215-221.

¹⁸⁴⁸ FAC (Praia-Cabo Verde), “Melhorar os nossos conhecimentos defender a nossa saúde”. Do camarada Amílcar Cabral... p. 1 G; e também Basil Davidson, *A Libertação da Guiné...*, p. 153.

superior aos dados constante do “Preâmbulo do Regulamento das Escolas do Partido”¹⁸⁴⁹, que apenas assinala a existência, entre 1964 e 1965, de 50 escolas nas “regiões libertadas”, frequentadas por cerca de 4 mil alunos. De acordo com aquele documento, no ano lectivo de 1965/66, o número de alunos frequentando as escolas do partido ascendia aos 13 mil, para um total de 107 escolas¹⁸⁵⁰.

Para o ano de 1966/67, Basil Davidson aponta um aumento do número de escolas e professores para 159 e 220, respectivamente, fixando o número de alunos em 14386¹⁸⁵¹. Ao cotejar estes dados com os fornecidos pelo próprio PAIGC em 1974, mas que se referiam ao período que ia de 1968 a 1972, nota-se uma discrepância enorme entre eles. Assim, de acordo com as estatísticas elaboradas pelo Comissariado da Economia e Finanças¹⁸⁵², haveria, no ano lectivo de 1968/69, 100 escolas. O seu número aumentaria nos anos subsequentes (1969/70, 70/71 e 71/72) para 111, 117 e 122, respectivamente. No que concerne ao número de alunos, a fonte revela a existência de 100 alunos em 1968/69; 105 em 1969/70; 105 para 1970/71 e, finalmente, 178 para o ano lectivo de 1971/72¹⁸⁵³. Já relativamente aos professores, a mesma fonte assinala 100 professores em 1968/69; 102 em 1969/70; 103 em 70/71 e 106 no ano de 1971/72. A confirmarem-se estes dados fornecidos pelo Comissariado da Economia e Finanças, haveria a registar um grande decréscimo do número das escolas, de alunos e de professores, entre 1968 e 1972, quando cotejados com os dados fornecidos por Basil Davidson.

Para se ter uma ideia dos esforços realizados no domínio da educação, sem entrar em grandes considerações sobre as estatísticas, diremos apenas que, às portas da independência (1972), para além de ter construído 200 escolas, o PAIGC sob a liderança de Amílcar Cabral havia logrado enviar 97 estudantes para fazerem formação no exterior e cerca de 20 mil alunos e 250 professores frequentavam e leccionavam, respectivamente, nas diferentes escolas do interior. Muitas delas não teriam funcionado sem a cooperação e o apoio de países como a República Democrática Alemã, a Suécia, a Finlândia, a Noruega e outros países do bloco comunista, quer na produção de livros, quer ainda na oferta de material escolar.

No domínio da saúde registou-se a criação de várias unidades de saúde (postos sanitários, hospitais regionais e sectoriais e clínicas ortopédicas), quer no interior do

¹⁸⁴⁹ *Regulamento das Escolas do Partido*, Preâmbulo.

¹⁸⁵⁰ *Idem, Ibidem*.

¹⁸⁵¹ Basil Davidson, *A Libertação da Guiné...*, p. 153.

¹⁸⁵² “La République de Guinée-Bissau en Chiffre”, Commissaire d’État à l’Economie et aux Finance, février, 1974.

¹⁸⁵³ *Idem, ibidem*, p. 2.

país, quer no exterior (um hospital de Solidariedade em Boké, uma clínica ortopédica em Conakry, ambos na República da Guiné) e um hospital implantado em Ziguinchor (Senegal). Muitas destas unidades (excepção feita às do exterior) estavam ligadas às bases de guerrilha distribuídas pelas duas (e mais tarde três) inter-regiões.

Uma análise do número de postos sanitários (117 para 123), quer mesmo dos hospitais regionais (6) e sectoriais (7), do número de camas (cerca de 488) e dos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e técnicos de saúde)¹⁸⁵⁴, entre 1971-72, permitem ver a dimensão dos esforços feitos pelo partido de Amílcar Cabral com a ajuda dos países amigos¹⁸⁵⁵.

Estas diligências foram testemunhadas por várias personalidades e jornalistas estrangeiros, que tiveram a oportunidade de visitar as áreas libertadas em diferentes períodos. O mais eloquente de todos os testemunhos sobre os progressos registados nas áreas controladas veio da parlamentar sueca, Birgitta Dahl, que, no final de uma visita as “regiões libertadas”, em 1970, reconhecia e elogiava o esforço feito pelo PAIGC:

Nas zonas libertadas nós encontrámos muitas coisas que, penso, não existem noutros sítios ou, pelo menos, não se realizam noutros sítios com a mesma consequência, lucidez ideológica e consciência com que acontecem na vida quotidiana dos vossos homens e mulheres¹⁸⁵⁶.

Estes progressos que a guerrilha vinha fazendo nas áreas sobre o seu controlo também foram registados por Mam Less Dia, do jornal *Le Soleil*, do Senegal, no mesmo ano¹⁸⁵⁷.

O desenvolvimento das “regiões libertadas” não foi motivado unicamente por razões políticas e militares, como defende Dhada¹⁸⁵⁸, ou ideológicas. Inscrevia-se num projecto muito mais amplo já a pensar na construção de um Estado diferente do Estado colonial e integrado numa estratégia que, mais tarde (1972), com a visita da Missão das Nações Unidas, se revelaria extremamente importante para a política externa do movimento de libertação nacional, no intuito de conseguir apoios para a proclamação do Estado.

¹⁸⁵⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁵⁵ Para este assunto, vide Mustafah Dhada, *Warriors at work...*, quadro 10 no Apêndice C, p. 185.

¹⁸⁵⁶ *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. A prática revolucionária. Unidade e Luta II*, volume II, Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 89).

¹⁸⁵⁷ IAN/TT-PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, NT 2677, Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Subdelegação de Cabo Verde – Praia. Reservado. Informação n.º 88/D.N, datada de 18 Novembro de 70, Classificação. Assunto: propaganda IN através da imprensa do Senegal, pasta 8, fl. 26.

¹⁸⁵⁸ Mustafah Dhada, *ob. cit.*, p. 73.

1.5. A imposição da ideologia

Uma outra importante componente, no âmbito da guerra pela conquista das populações, era o da imposição da ideologia às populações controladas, sobretudo no que se refere aos objectivos e à estratégia de acção e, em último lugar, na linha de Kenneth W. Grunds, como justificação da violência¹⁸⁵⁹.

O trabalho ideológico era fundamental, uma vez que englobava e complementava quase todos os aspectos da luta de “libertação nacional”, como reconheceu Amílcar Cabral em 1966:

Por exemplo, alguns camaradas nossos procuram conquistar a população fula das áreas entre Quirafo e Bangacia, mas quando essa gente ouve dizer que os tugas saíram de Medina Xaquili, mais fácil é fazê-la acreditar em nós¹⁸⁶⁰.

Segundo o líder do PAIGC, para a melhoria do trabalho político, a primeira condição era elevar o nível dos trabalhadores dessa área (comissários políticos, responsáveis de milícia, da segurança, da saúde e da instrução). Estes deviam ter, segundo Cabral, amor ao partido e ao povo, ter capacidade para pôr em prática as palavras de ordem e estar permanentemente em contacto com as populações e com as forças armadas, através de reuniões. Cabral pretendia que o povo e os combatentes, na qualidade de garantes de segurança, fossem politizados porque a guerra tinha objectivos políticos. Tendo em linha de conta este facto, Cabral não via nenhum problema em negociar com os portugueses.

Era através da ideologia que o líder do PAIGC procurava definir os grandes objectivos da guerra, consolidar as “áreas libertadas” e preparar-se para conquistar as regiões disputadas ou controladas pelo inimigo. Assim sendo, as acções políticas de mobilização e a componente psicossocial da guerra vieram complementar as acções militares, agora cada vez mais reduzidas a “operações sociais” e a um intenso trabalho político de denúncia dos “crimes dos colonialistas” e de divulgação das palavras de ordem. Desta forma, procurava-se estar atento aos sentimentos, aos problemas e às aspirações das populações, de modo a encontrar, como assegurava Cabral, em 1971, “a melhor solução política para todas estas questões”¹⁸⁶¹. No seminário de quadros de 1969, Cabral traçava a ligação entre as duas componentes de guerra (as acções militares e políticas ou ideológicas):

¹⁸⁵⁹ Kenneth W. Grunds, *Guerrilla Struggle in Africa. Some thoughts on violence and warless future*, New York, World Order Book Gross Man Publisher, 1971, Chap. Two, p. 11.

¹⁸⁶⁰ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho político...”, pasta 4340.002, im. 16.

¹⁸⁶¹ AMS, “Para a reorganização e a melhoria do trabalho das Brigadas de Acção Política”, do camarada Amílcar Cabral aos trabalhadores políticos do partido, Fevereiro de 1971, pasta 4341.002, im. 4.

Podemos derrotar os tucas em Buba ou em Bula, podemos entrar e tomar Bissau, mas se a nossa população não estiver politicamente bem formada, agarrada à luta como deve ser, perdemos a guerra, não a ganhamos¹⁸⁶².

Com efeito, os líderes das duas partes em confronto (Amílcar Cabral e António de Spínola) tinham uma noção clara da importância e do impacto destas componentes de guerra junto das populações, cuja finalidade era a de tentar mobilizá-las e/ou desmobilizá-las, consoante os casos, mesmo que para isso fosse necessário servir-se de “calúnias”, das “mentiras”, do “racismo” e do “tribalismo”¹⁸⁶³.

Um dos mais evidentes sinais da componente política da luta travada traduzia-se na insistência de Amílcar Cabral em negociar uma solução pacífica para o problema da Guiné e de Cabo Verde. De resto, num discurso proferido aquando do centenário do nascimento de Lenine, afirmava que nem mesmo a opção pela via armada retirava o carácter essencialmente político da “luta de libertação”¹⁸⁶⁴.

Para se travar uma luta deste tipo (luta política) impunha-se, em primeiro lugar, a formação dos “trabalhadores políticos”, verdadeiros agentes da ideologização, capazes de desempenharem um intenso e árduo trabalho no seio de militantes, dos combatentes e das populações das “áreas libertadas”. Caso fosse necessário, deviam estar também preparados para levar a ideologia ao coração do próprio inimigo, através da propaganda (envio de cartas, cartazes e mensagens às forças inimigas) com o intuito de as informar sobre as políticas levadas a cabo pelo PAIGC.

Em 1965, Cabral propunha o reforço do trabalho político, de mobilização, propaganda e de organização das populações nas áreas ainda ocupadas e entre as forças inimigas¹⁸⁶⁵. Aconselhava mesmo, em caso de necessidade, a manutenção de contactos prudentes com elementos das forças inimigas (fossem eles africanos ou europeus), contanto que contribuíssem para desmobilizá-los e fazê-los desertar para o lado da guerrilha.

Nesta ordem de ideias, justificava-se o restabelecimento de ligações onde elas tinham sido suspensas, bem como a preparação dos guerrilheiros para levarem a cabo

¹⁸⁶² AMS, “Para a melhoria do nosso trabalho político...”, pasta 4340.002, im. p. 15.

¹⁸⁶³ AMS, “Para a reorganização e a melhoria do trabalho das Brigadas de Acção Política”, do camarada Amílcar Cabral aos trabalhadores políticos do partido, Fevereiro de 1971, pasta 4341.002, im. 3.

¹⁸⁶⁴ *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...* volume I, p. 215.

¹⁸⁶⁵ “Desenvolver sempre e reforçar o trabalho político e a organização do partido”. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, In “Palavras de Ordem”, Novembro de 1965, p. 1B.

missões militares contra o exército português, nas áreas que este ocupava¹⁸⁶⁶ ou para a execução de tarefas de mobilização em regiões ainda não contagiadas pela subversão.

No leste e no “Chão” dos manjacos, o PAIGC infiltrou, com aquele objectivo, agentes clandestinos, cuja missão seria a de mobilizar as populações e cativá-las para a sua causa, o que estaria a ter algum sucesso¹⁸⁶⁷, de acordo com um documento elaborado por Amílcar Cabral em 1965. F. J. H. Rebelo era da opinião que o alinhamento das populações de algumas áreas com a subversão foi conseguido muitas vezes à custa da doutrina imposta em reuniões diárias destinadas a criar ódio aos portugueses¹⁸⁶⁸.

Spínola, por sua vez, esforçou-se por demonstrar que estavam a travar uma guerra essencialmente psicológica e que era preciso combater ideias com ideias¹⁸⁶⁹. Neste sentido, há muito que homens ligados à carreira das armas vinham fazendo alvites aos governantes de que o combate à subversão devia ser no campo das ideias. E isto porque, de acordo com Hermes de Araújo Oliveira, “a uma mística” só se podia “responder com outra mística” e “uma doutrina” só poderia “ser vencida com outra doutrina”¹⁸⁷⁰.

Deste modo, ao afirmar, na linha de Carl Von Clausewitz, que “a política era a continuação da guerra por outros meios”, Spínola retomava a ideia defendida por Hermes de Oliveira no princípio da década de 60, segundo a qual, para se combater a subversão, era necessário não só conhecer as teorias da guerrilha, mas também adoptar os mesmos métodos. Um grupo de seres humanos sem contradições internas e penetrado por uma convincente ideologia nunca hesitaria na hora de apoiar uma das partes. Daí que, as causas e as motivações do conflito devessem ser atractivas e inteligíveis de forma a despertar a simpatia das populações, indo ao encontro das suas aspirações. No caso concreto da Guiné, se Spínola tentou provocar o colapso da guerrilha, ao atacar as suas causas concretas, através da ideia de uma “nação una e pluricontinental”, da “portugalidade”, do “progresso” e do “bem-estar” sob a “bandeira portuguesa”, foi bem mais difícil para ele combater as causas abstractas que os nacionalistas defendiam como, por exemplo, a ideia da “independência nacional” e o “anticolonialismo”, a “justiça social”, “a igualdade”, “a liberdade”, “a democracia”, entre outras. Estes e outros *slogans* foram uma importante arma ideológica ao serviço do PAIGC, no intuito de reforçar a coesão, quer no seio das populações controladas ou simpatizantes/apoiantes, quer no seio das populações disputadas e/ou residentes nas áreas de influência do inimigo. O objectivo (às vezes frustrado e outras vezes bem sucedido) era alterar a ideia que fizera com que

¹⁸⁶⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁶⁷ F. J. H. Rebelo de Andrade, *A acção das forças armadas*, p. 179.

¹⁸⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 179.

¹⁸⁶⁹ Al J. Venter, *Portugal's war in Guinea-Bissau*, p. 187.

¹⁸⁷⁰ Hermes de Araújo Oliveira, *Guerra Revolucionária*, 3ª edição, Lisboa, 1962, IV parte, cap. I, p. 242.

abraçassem a “outra causa” ou, simplesmente, desmoralizar o inimigo. Os portugueses também empregaram todos os meios ao seu alcance para, como admitia Cabral, “desmobilizar” as hostes do PAIGC, aproveitando-se das faltas e dos erros cometidos pela própria guerrilha contra as populações¹⁸⁷¹. Por isso, considerava como inimigos do povo aqueles militantes e dirigentes que, aproveitando-se da autoridade que exerciam, usavam a força contra as populações.

Os principais agentes responsáveis pela difusão da ideologia eram, do lado do PAIGC, os comissários políticos, os responsáveis das Forças Armadas Locais (FAL), da segurança, da saúde, da instrução, das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) e as Brigadas de Acção Política (BAP), criadas numa reunião superior do PAIGC em 1969, em estreita ligação ao Comité Nacional das Regiões Libertadas (CNRL) e aos Comités de *Tabanca*.

Em 1971, Cabral criticava a inactividade das BAP por falta de estruturas e devido às suas ligações aos responsáveis políticos das “regiões libertadas”, bem como as confusões e as contradições que revelavam na hora de aplicar as directivas do partido. Para Amílcar Cabral, o trabalho das BAP devia ser constante e permanente, e não ocasional como “um corpo de bombeiros, que só age quando é necessário apagar o fogo”¹⁸⁷².

Do lado português eram os militares e, especialmente, a Repartição/Assuntos Cívicos e Acção Psicológica (REP/ACAP), organismo criado com a finalidade de lidar com a propaganda e contrapropaganda, e os responsáveis pela acção psicológica ou, noutros termos, pela mobilização política (reuniões, distribuição de panfletos e de símbolos).

No que concerne à distribuição da propaganda, é pertinente realçar que, do lado dos portugueses, o papel dos meios aéreos, especialmente dos helicópteros, foi importantíssimo no lançamento de milhares de panfletos em que se apelava ao regresso à “civilização”, na tentativa de desmoralizar os guerrilheiros. A ideia era forçar também as populações residentes nas “áreas libertadas” a abandoná-las e a recorrer à protecção das autoridades portuguesas, com a promessa de que o exército ia ajudá-los a construir as suas casas e/ou a curar as suas doenças.

Em algumas mensagens, faziam-se reiterados apelos aos guerrilheiros para que entregassem as suas armas a troco de dinheiro, que, por sua vez, lhes daria acesso ao

¹⁸⁷¹ AMS, Amílcar Cabral, “A situação actual da nossa luta”..., ims. 134-135.

¹⁸⁷² AMS, “Para a reorganização e a melhoria do trabalho das Brigadas de Acção Política”, do camarada Amílcar Cabral aos trabalhadores políticos do partido, Fevereiro de 1971, pasta 4341.002, im. 5.

bem-estar. Noutros, afirmava-se simplesmente: “No Ultramar não declaramos a guerra a ninguém: fazemos a guerra, que nos é imposta, para defender Portugal”.

Foi, através da difusão da ideologia nos meios de comunicação, com destaque para o papel das rádios (Radiodifusão Nacional e a Rádio Libertação) neste tipo de propaganda, que se logrou atingir mais facilmente a população-alvo, bem como a opinião pública internacional.

Com a fundação da Rádio Libertação em 1967, o PAIGC podia agora rivalizar com a propaganda do Governo colonial que, desde há muito, contava com uma estação a difundir emissões em português e em línguas vernáculas, embora o seu alcance não fosse ainda muito grande. Confrontado com este problema, Spínola mandou instalar, em 1969, um Centro Emissor em Nhacra, localidade não muito distante da capital, com uma capacidade de emissão capaz de atingir os países vizinhos.

No domínio da imprensa escrita há que assinalar a existência, do lado português, de um jornal (o *Arauto*) afecto ao regime, ao qual se juntou, mais tarde, a *Voz da Guiné*. Do lado da subversão estariam a circular, em edições bilingues (português e francês), o *Boletim de Informação* e o PAIGC *Actualités*, este último então dirigido por Luís Cabral. Estes órgãos de propaganda destinavam-se a informar, não só os combatentes, mas também a grande audiência internacional, acerca das políticas e sucessos militares e diplomáticos do PAIGC.

Por outro lado, os prisioneiros de guerra, os desertores e os “arrepentidos” foram sempre aproveitados para efeitos de propaganda. Do lado português, recebiam, normalmente, um “Certificado de Apresentação”, onde figuravam os seus nomes e se solicitava às autoridades que lhes concedessem um bom tratamento. Quase sempre eram usados na propaganda, uma vez que a apresentação voluntária era usualmente associada aos maus-tratos e a promessas não cumpridas por parte do inimigo¹⁸⁷³.

2. Lutas internas e crise de liderança em tempo de guerra

2.1. Algumas dissidências internas e manifestações de crise

O “impasse” que se verificava a nível militar, desde 1967, a duração da guerra e a sua intensidade, começaram a criar grandes problemas internos ao partido de Amílcar

¹⁸⁷³ F. J. H. Rebelo de Andrade, “A acção das forças armadas na Guiné Portuguesa”, *Ultramar*, vol. 7, n.º 4, Lisboa, 1968, pp. 180.

Cabral. Por esta altura, a guerrilha tinha atingido o seu máximo, como admitiu Aristides Pereira, no ano 2000, em entrevista ao *Diário de Notícias*¹⁸⁷⁴.

A violência da guerra e a deterioração militar tiveram profundos reflexos nas três frentes de combate e, por vezes, também ao nível da luta pelo poder, abrindo caminho a manifestações expressas de crise no interior do PAIGC. Tornava-se cada vez mais difícil gerir as dificuldades internas, as inúmeras queixas, as resistências e as contestações que iam surgindo no quotidiano de um partido em guerra.

A situação parecia agora propícia para o (re) aparecimento de tendências de cisão e para o agudizar de divergências, trazendo à luz do dia velhos medos, novos problemas e alguma contestação à liderança de Amílcar Cabral. Numa entrevista concedida a José Pedro Castanheira, Corsino Tolentino, antigo dirigente do PAIGC, chegou a admitir que a liderança de Amílcar Cabral não era nada pacífica¹⁸⁷⁵.

A crise estava instalada e ameaçava agora abalar a própria estrutura da guerrilha. De facto, os anos difíceis de 1967-1969 marcaram, como veremos mais à frente, o ressurgimento de gravíssimas desinteligências no interior do partido de Cabral¹⁸⁷⁶, sobre as quais a PIDE-DGS foi tendo conhecimento, através de elementos infiltrados e de uma rede de informadores.

Por exemplo, num “Relatório de Notícia”, datado de 8 de Novembro de 1967, o Secretariado Geral de Defesa Nacional, através da sua 2.^a repartição, fazia referência a “graves dissidências” em Conakry, entre Amílcar Cabral e um elemento da cúpula do seu partido¹⁸⁷⁷, que estariam a provocar “um certo mal-estar nas fileiras do PAIGC” e, conseqüentemente, a deserção de combatentes para movimentos rivais¹⁸⁷⁸. Estas divergências, de foro ideológico e pessoais, foram confirmadas e complementadas por outros dois informadores da subdelegação da Guiné da PIDE, cujo grau de confiança, de acordo com a própria classificação atribuída por aquela polícia aos seus agentes, era relativamente segura. Porém, enquanto no relatório do Secretariado de Defesa Nacional se dizia que, em virtude das aludidas divergências, o elemento em causa¹⁸⁷⁹ teria tentado “fundar um movimento”, outra fonte, mais segura do que a anterior, falava da transfe-

¹⁸⁷⁴ Aristides Pereira, “Negociar só com Lisboa”, *Diário de Notícias*, 10 de Setembro de 2000.

¹⁸⁷⁵ José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 175.

¹⁸⁷⁶ Vide Mustafah Dhada, “Liberation War in Guinea-Bissau reconsidered”, p. 583.

¹⁸⁷⁷ As fontes do Arquivo da PIDE referem que o referido elemento se trata de Luís Cabral, meio-irmão de Amílcar Cabral.

¹⁸⁷⁸ AHDMNE, processo 940,1 (5) D, 461 PAA, “Agitação nas Províncias Ultramarinas. Organizações Nacionalistas – Movimento Progressista da FLING”, Secretariado-geral de Defesa Nacional, 2.^a Repartição – Relatório de Notícia n.º 698/RN/B de 8 de Novembro de 1967, p. 1.

¹⁸⁷⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo 259/60, “Luís Cabral”, SR, NT 2981, Informação n.º 118 – SC/CI (2), Desinteligências entre Dirigentes do “PAIGC”, Origem: PIDE Guiné, Data de Origem: 14/1/ 68, classificação: C-3, fl. 1.

rência desse elemento para Ziguinchor, em consequência da qual a edição do jornal *Libertação*, que dirigia em Conakry, foi interrompida¹⁸⁸⁰. Oficialmente (para Cabral), porém, o referido elemento fora destacado para aquela cidade senegalesa devido às dificuldades no relacionamento com o Senegal e para gerir um lar que o PAIGC tinha naquela localidade.

Desconhece-se a veracidade da informação referente à tentativa da fundação de um outro partido, mas estamos em condições de poder confirmar a interrupção da edição do *Libertação*, entre aquele período e 1969, ano em que foi retomada. De resto, foi o próprio Amílcar Cabral quem afirmou, sem explicar as razões que teriam levado à suspensão de um órgão de informação vital em tempo de guerra, numa “Mensagem-Relatório”, de Janeiro de 1970: “Graças ao esforço de alguns camaradas, o jornal do partido – *Libertação* – foi posto em dia, vencendo-se assim o atraso de que sofria a sua edição”¹⁸⁸¹.

Ainda em 1967, outra grave cisão fez de novo notícia. Tratava-se de uma informação, datada de 10 de Novembro daquele ano, que dava conta de uma frustrada tentativa de fundação de um partido, no interior do PAIGC, com a designação de Partido Democrático Orgânico da Guiné (PDONG)¹⁸⁸². Esta dissidência, liderada por Honório Sanchez Vaz¹⁸⁸³ e Miguel Embaná, teria sido descoberta, os dois cabecilhas fuzilados em Boé e alguns dos seus apoiantes presos. A existência desta oposição no interior do PAIGC foi-nos confirmada por vários elementos deste partido. Um deles, Joseph Turpin, reconheceu ter ouvido falar do PDONG, mas que “em Conakry este PDONG nunca

¹⁸⁸⁰ *Idem, ibidem*, Informação n.º 118 – SC/CI (2), Desinteligências entre Dirigentes do “PAIGC”, Origem: PIDE Guiné, Data de Origem: 21/1/ 68, classificação: B-2, fl. 1.

¹⁸⁸¹ “Mensagem-Relatório” do camarada Amílcar Cabral aos quadros, combatentes e militantes do partido, Janeiro de 1970, p. 13.

¹⁸⁸² AHDMNE, processo 940, 1 (D) e 940, 1 (6) D, PAA 461, “Agitação nas províncias ultramarinas – Organizações Nacionalistas – Movimento Progressista da FLING”, Informação n.º 1. 239 – SC/CI (2), data de Origem: 10/11/67; Classificação: C-2; Assunto: Partido Democrático Orgânico da Guiné”.

¹⁸⁸³ Numa outra informação dava-se conta de que Honório Sanchez Vaz era sobrinho de Rafael Barbosa. Mais informações sobre este indivíduo aparecem num documento de 23 páginas intitulado pela PIDE de “Elementos fornecidos por Gastão Segny Júnior que foram adquiridos durante a sua permanência no Lar do PAIGC, em Conakry – Bonfim”. Trata-se de um extenso “Mapa do pessoal existente no Lar do Bonfim, em Conakry, pertencente ao «PAIGC», referente aos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1963”. Foi neste mapa que encontramos a primeira referência sobre Honório Sanches Vaz, dando-o como tendo nascido em Bissau, “civilizado”. Das suas funções no PAIGC dizia-se que exerceu de agente especial de ligação entre os terroristas e Amílcar Cabral. A mesma informação acrescentava ainda o seguinte: «Sabe-se que HONÓRIO VAZ esteve em Conferência com o então sub-inspector desta Polícia, senhor Costa Pereira e o presidente do PAIGC, Rafael Barbosa, em Bathurst – Gâmbia, onde trataram de diversos assuntos sobre o terrorismo na nossa província da Guiné». Depois desta conferência embarcou para Argélia a fim de se aperfeiçoar na luta de guerrilha a 11 de Outubro de 1963 (*vide*, IAN/TT - PIDE/DGS, processo 3589, “Gastão Segny Júnior”, SC, CI (2), NT 7284, fl. 32.

teve grande expressão”¹⁸⁸⁴. O outro, Aristides Pereira, também se lembrava desta dissidência:

O próprio Honório apareceu lá em Conakry com os seus papéis. E eles até já tinham o seu plano para liquidar Cabral. Isto foi uma fase difícil. Eu não sei... Os historiadores vão ter muito trabalho depois para destrinçar isso¹⁸⁸⁵.

Cabral estava a par das manobras dos seus inimigos internos, mas não se coibia de atribuir a responsabilidade dessas manobras ao “inimigo tuga”. De resto, referindo-se ao ano de 1967, num relatório sobre a situação de luta, datado de 1968, criticava o “inimigo”, a quem atribuía responsabilidades pelas tentativas, “visando dividir” as “forças patrióticas e criar a confusão entre as populações” e no seio do PAIGC¹⁸⁸⁶. Não temos informações suficientes sobre qual teria sido a reacção de Amílcar Cabral perante esta situação. Contudo, estamos em crer que o aviso feito às delegações permanentes, aos comités inter-regionais, aos comandos das frentes, aos comités de sector, aos responsáveis e militantes, bem como às Secções dos Estudantes do Partido (SEP), de que toda a correspondência devia ser dirigida ao Secretário-geral do partido e de que não seriam aceites documentos endereçados a outras entidades ou pessoas, salvo os de carácter pessoal e particular¹⁸⁸⁷, inscrevia-se na tentativa para controlar as movimentações de alguma oposição no interior do seu partido.

Apesar dos fuzilamentos dos cabecilhas do PDONG e da prisão de outros, os “inimigos” de Cabral não pareciam ter a intenção de desarmar ou de querer, no mínimo, dar-lhe tréguas. Com efeito, logo no ano seguinte, outra tentativa de cisão veio marcar de novo a já atribulada liderança de Amílcar Cabral. A PIDE, através da sua delegação da Guiné, numa informação datada de 30 de Novembro de 1968, referia-se a um acentuado descontentamento, nas fileiras dos guerrilheiros do PAIGC, protagonizado, desta vez, por elementos mandingas do chamado “Exército pela Libertação da Guiné-Bissau”, que teriam fundado uma “Junta Militar dos Patriotas da Guiné-Bissau” (JMPGB), da qual faziam parte, “secretamente, vários terroristas” que se consideravam “traídos” por Amílcar Cabral. Entre as críticas feitas ao líder contava-se, entre outros assuntos, o fracasso da guerra contra Portugal¹⁸⁸⁸. No que dizia respeito aos objectivos, a junta, lidera-

¹⁸⁸⁴ Entrevista a Joseph Turpin, Bissau, Outubro de 2002.

¹⁸⁸⁵ Entrevista a Aristides Pereira, Praia (Cabo Verde), Março de 2003.

¹⁸⁸⁶ AMS, “Sur la situation de notre lutte de libération nationale”, Amilcar Cabral, Secrétaire Générale, mars, 1968, PAIGC, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4343.001, ims. 129-130.

¹⁸⁸⁷ “Aviso”, 26 de Fevereiro de 1968 (Apêndice documental, doc. n.º 38).

¹⁸⁸⁸ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 463 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, pasta 2, vol. VIII, fls. 1-2. A mesma informação está contida na informação SC/CI (2), de 12/12/68 que trazia,

da por Mamadu Injai¹⁸⁸⁹ e Mamandin Iafa, ambicionava a destituição de Amílcar Cabral das suas funções de Secretário-geral, a supressão da direcção política e a dissolução do PAIGC¹⁸⁹⁰.

Nota-se também, neste novo movimento oposicionista, um certo pendor para o anticaboverdianismo, a avaliar, em primeiro lugar, pelos objectivos anunciados – destituição de Amílcar Cabral, bem como de toda a direcção política do PAIGC – que, como se sabe era constituída maioritariamente por elementos das ilhas. Em segundo lugar, pela própria designação da “Junta” que, alegadamente, já se havia reunido por duas vezes em Sara (região de Mansoa) e, em terceiro lugar, por causa da sua manifesta intenção de se aliar ao movimento rival, a Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING). Num “Apelo” divulgado pela referida “Junta”, para além de se exortar à formação de um “bloco unido contra o colonialismo”¹⁸⁹¹, convidava “todos os antigos responsáveis e militantes nacionalistas em Conakry e nos algures” a tomarem “parte nas conversações de unidade geral dos guinéus”, que se iniciariam em breve. Não se sabe se estas conversações chegaram a ter lugar, mas a verdade é que nunca mais se voltou a ouvir falar da “Junta”.

A 11 de Junho de 1969 era a própria FLING que escrevia e fazia distribuir uma carta a vários guerrilheiros do PAIGC da Frente Norte, solicitando um encontro, de preferência em Koldá (Senegal), tendo em vista a “unidade das forças nacionalistas a partir”¹⁸⁹² das respectivas bases de guerrilha. A ideia da FLING era minar o seu rival directo (o PAIGC), através da instrumentalização e do aliciamento dos seus combatentes. Considerava, na referida carta, que era mais fácil aos guerrilheiros do PAIGC unirem-se a “uma base de guerrilha, fortificá-la com o envio de mais combatentes” e, a partir dessa base, “intensificar a luta armada contra os soldados portugueses e seus suportes, os caboverdianos usurpadores da direcção política” da “luta nacional”¹⁸⁹³.

A FLING pretendia, entre outras coisas, ocupar as bases do PAIGC de Kunbagoré, Kandjambari, Sambuia, Fáquina e Ingoré, instalar-se na margem direita do rio

em anexo, uma proclamação da referida Junta. *Vide* também, sobre este assunto, José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 170.

¹⁸⁸⁹ Em 1965, Mamadu Injai/Ingjai comandava um grupo de 200 homens, segundo as informações da PIDE (IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SR, fl. 78). Julgamos que se tratava ainda do mesmo indivíduo, já recuperado e que era referenciado como fazendo parte do corpo de segurança no secretariado do PAIGC em Conakry, e que foi um dos indiciados, aquando do assassinato de Amílcar Cabral, a 20 de Janeiro de 1973. *Vide* ainda, sobre este assunto, Oleg Ignatiev, *ob. cit.*, p. 176.

¹⁸⁹⁰ AHDME, processo 940,1 (5) D, 463 PAA, “Organizações Nacionalistas...”, Informação 1284 – SC/CI (2), com a classificação C-3, de 12 de Dezembro de 1968, bem como o Comunicado Anexo.

¹⁸⁹¹ *Idem, ibidem*, “Apelo”...

¹⁸⁹² Caro compatriota e irmão de luta, Dakar, le 11 de juin de 1969 (Apêndice documental, doc. n.º 39).

¹⁸⁹³ *Idem, ibidem*.

Farim, unir todos os movimentos da Guiné e formar um Governo Provisório com sede em Farim.

Neste trabalho de aliciamento das bases do PAIGC destacou-se, desde 1967, Paulo Dias, Presidente da FLING Progressista em que se transformou a antiga frente, que, detido em flagrante nas áreas controladas pelo partido de Amílcar Cabral no norte do território, viria a ser fuzilado.

Neste mesmo ano, em consequência dos bombardeamentos aéreos e do aumento da violência provocada pelos sucessivos ataques, a moral dos guerrilheiros caiu drasticamente. A constituição de unidades militares móveis, partindo do exemplo do Vietname, e as deslocações frequentes que eram chamadas a fazer para teatros de operações distantes, também causava danos morais irreparáveis. A somar-se a isso vinham as doenças palúdicas que faziam com que a vida nas florestas, infestadas de mosquitos, se tornasse insuportável.

A situação era de tal maneira dramática e insustentável, que a PIDE, citando uma “fonte bem informada”, escrevia, em Janeiro de 1968, que Amílcar Cabral (PAIGC) e Marcelino dos Santos (FRELIMO) haviam alegadamente admitido em Roma, para onde se tinham deslocado com o intuito de contactar com o Partido Comunista Italiano (PCI), que “a situação «nas frentes» não era, de modo algum, tão favorável como opinava a imprensa comunista de todo o mundo”¹⁸⁹⁴. Cingindo-se ao caso concreto da Guiné e do PAIGC, ainda de acordo com aquela notícia, Cabral teria confessado que a situação parecia ter atingido “a fronteira da capacidade militar e que as suas guerrilhas manifestavam sinais de cansaço e de desmoralização”¹⁸⁹⁵. No final dos referidos contactos e atendendo à gravidade dos problemas internos vividos, Cabral teria imediatamente recebido, das mãos daquele partido, 5 milhões de liras e a promessa de fornecimento, com carácter de urgência, de medicamentos e víveres para os guerrilheiros. Em 1970, por ocasião da Conferência de Solidariedade de Roma, patrocinada pelo PCI, Cabral fazia referência à ajuda que lhe havia sido concedida por aquele partido, certamente relacionado com o apoio anterior¹⁸⁹⁶.

Do ponto de vista militar, a situação mantinha-se também inalterável. Com os bombardeamentos da aviação portuguesa a semearem o desânimo junto dos combaten-

¹⁸⁹⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2675, Informação Secreta, Itália/Portugal – Ultramar, Contactos dos Movimentos anti-portugueses de libertação com o PCI, fins de Janeiro de 68, pasta 3, fl. 758

¹⁸⁹⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁹⁶ AMS, “Notre lutte est aussi un acte de solidarité. Intervention du camarade Amílcar Cabral à la séance d’ouverture de la Conférence Internationale de Solidarité avec les peuples des colonies portugaises” (Rome 27-29 juin 1970), juin de 1970, PAIGC, pasta 4341.001, im. 109.

tes, o que aumentava ainda mais a preocupação das chefias militares e dos dirigentes do PAIGC instalados em Conakry¹⁸⁹⁷. Uma das áreas mais flageladas pelos bombardeamentos dos *Fiats* portugueses, até aqui considerada celeiro do PAIGC, foi a região de Quitáfine, no sul do território. Alarmado com as queixas que chegavam dessa frente, Aristides Pereira reuniu as chefias dessa região em Kadini, no decurso da qual um dos dirigentes de nome Inácio teria alegadamente declarado:

O pessoal, não só no Quitáfine, como em toda a Província, estava fatigado e saturado de ouvir dizer que a independência estava perto, passando-se o tempo sem jamais logarem tal objectivo¹⁸⁹⁸.

Claro que todas estas manifestações tornaram a liderança de Amílcar Cabral ainda mais vulnerável no interior do seu partido. Num artigo publicado em 1968, Luís Fernando Dias Correia da Cruz apontava as causas que estavam por detrás dessa vulnerabilidade: a deficiência de quadros, as dissidências internas e dificuldades de recrutamento¹⁸⁹⁹. Relativamente ao primeiro aspecto, aquele autor afirmava que era resultado da deficiente compreensão e interpretação das “Palavras de Ordem”, em virtude do baixo nível de formação dos quadros que rodeavam o líder, que, em todo o caso, Luís Fernando Dias Correia da Cruz considerava “um dirigente de assinalável prestígio e salientes aptidões de chefia”¹⁹⁰⁰. Quanto ao segundo aspecto, Correia da Cruz assinalou, para além da heterogeneidade dos militantes do PAIGC, as divergências entre caboverdianos e guineenses, pelo facto de aqueles serem aproveitados para lugares de chefia – em virtude das suas habilitações – em detrimento destes. Ainda no mesmo artigo, aquele autor também avançava a ideia de que a dificuldade em atrair adeptos teria forçado o partido de Amílcar Cabral a adoptar o recrutamento compulsório. De facto, Correia da Cruz tinha razão. A partir de 1968, os guerrilheiros foram instruídos a fazerem incursões nas “tabancas” e a apanharem os jovens em idade de cumprirem o serviço militar. Afrimava Cabral em 1969:

Temos que recrutar gente sempre, e nunca devemos enganar o nosso povo, dizendo-lhe que vai buscar tal coisa, para depois o apanharmos e recrutarmos, não. Temos direito

¹⁸⁹⁷ Mustafah Dhada, “The Liberation War in Guinea-Bissau Reconsidered”, *The Journal of Military History*, vol. 62 (3), Lexington, Society for Military History, July 1998, p. 582. Este autor fala em cerca de 2 mil bombardeamentos durante aquele período.

¹⁸⁹⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2676, Informação n.º 1079, SC/CI (2), Actividades do “PAIGC”, PIDE-Guiné, n. 8, 12/10/68, B-2, pasta 6, fl. 1661.

¹⁸⁹⁹ Luís Fernando Dias Correia da Cruz, “Alguns Aspectos da Subversão na Província Portuguesa da Guiné”, *Ultramar*, vol. 8, (4), Lisboa, 1968, p. 144.

¹⁹⁰⁰ *Idem, ibidem*, pp. 144-147.

de recrutar os filhos da nossa terra – os tugas recrutam-nos à força, porque é que nós não havemos de recrutar? Mas devemos contar-lhes claro que vamos recrutá-los. Devemos convencer com persuasão, com jeito e só quando esgotarmos todos os meios de persuasão é que devemos tomar as medidas necessárias para não falharmos com a nossa luta¹⁹⁰¹.

Além do mais, para fazer face à crescente desmobilização e à vaga de deserções, de acordo com uma informação da PIDE, teria sido convocada uma reunião das chefias militares do PAIGC, com Amílcar Cabral, no final do ano de 1968, e outra em Junho de 1969, com vista a encontrar uma saída para o problema¹⁹⁰².

No seio dos combatentes, também se assinalaram alguns actos de indisciplina e de resistência ao cumprimento de ordens, que tiveram como consequência imediata a diminuição significativa dos ataques entre 1968 e 1969¹⁹⁰³. Cabral queixava-se deste facto, em Novembro de 1969, no seminário de quadros realizado em Conakry, quase num tom dramático: “Se alguma coisa há, é que grande parte dos planos que fizemos, ou só se cumpriram metade, ou só um quarto, ou não se cumpriram, não foram cumpridos”¹⁹⁰⁴.

Continuava assim, em 1969, a mesma resistência ao cumprimento das ordens que Cabral havia identificado em 1965¹⁹⁰⁵ e que levaram à instituição da pena de morte no mesmo ano¹⁹⁰⁶.

Um certo imobilismo, falta de entusiasmo, descontentamento, desmobilização e deserções, que contrastavam com o dinamismo dos tempos árduos de mobilização – numa altura em que a organização era ainda muito precária – apoderou-se dos combatentes, criando maior instabilidade ao PAIGC e aos planos de Amílcar Cabral.

As críticas, essas não paravam de ensombrar a liderança do Secretário-geral do PAIGC. Foi-nos possível identificar as seguintes: as privações que os guerrilheiros passavam no mato, enquanto os elementos de origem cabo-verdiana ficavam em Conakry em lugares de destaque na hierarquia do partido ou eram enviados para o estrangeiro a fim de prosseguirem os seus estudos; crítica em torno da passividade do líder, a quem muitos responsabilizavam pela excessiva demora da guerra e a forma como esta estava a

¹⁹⁰¹ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria da acção das nossa forças armadas”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.002, im. 38.

¹⁹⁰² IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2676, Informação n.º 1079, SC/CI (2), Actividades do “PAIGC”, PIDE-Guiné, n. 8, 12/10/68, B-2, pasta 6, fl. 1661.

¹⁹⁰³ Vide os quadros elaborados por Mustafáh Dhada, in *Warriors at work...*

¹⁹⁰⁴ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria da acção das nossas forças armadas”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.002, im. 37.

¹⁹⁰⁵ FAC (Praia), “Ter a consciência da situação da luta em cada momento...”, p. 2 A.

¹⁹⁰⁶ FAC (Praia), “Reforçar a segurança e a Disciplina «em todos os sectores da luta»”. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in “Palavras de Ordem”, Novembro de 1965, p. 4 E.

ser conduzida; críticas relacionadas com as frequentes viagens de Amílcar Cabral ao estrangeiro e uma cada vez maior discordância em torno do projecto de unidade Guiné e Cabo Verde.

2.2. Algumas tentativas reais e imaginárias de assassinato e de rapto

Ao clima de instabilidade e de graves dissidências não se podem deixar de associar alegadas tentativas de assassinato e de rapto contra Amílcar Cabral, assinaladas pela PIDE e, mais tarde, pela DGS, envolvendo partidários seus, os movimentos opo- sitores e as autoridades portuguesas.

A primeira notícia relacionada com tentativas daquela natureza apareceu numa informação da PIDE, datada de 16 de Novembro de 1966¹⁹⁰⁷. Apesar de não ter merecido inteira confiança por parte das autoridades, o seu autor dava conta de que, oito dias antes daquela data (isto é, a 8 de Novembro), Amílcar Cabral e seu irmão, Luís Cabral, teriam sido alvejados, em Dakar, a tiro de pistola, por um desconhecido. A informação ainda acrescentava que, embora ferido, Amílcar Cabral teria escapado e que o seu atacante fora preso. No ano seguinte, a mesma polícia registava, através da sua subdelega- ção da Guiné, outras tentativas de assassinato.

Num relatório confidencial, datado de 14 de Agosto de 1967, mas reportando-se a uma situação ocorrida no dia 12 daquele mês, dava-se conta de uma frustrada tentativa para assassinar Cabral, atribuída a um indivíduo de apelido “Lopes”, de etnia manja- ca¹⁹⁰⁸, que teria, alegadamente, disparado contra o carro em que seguia Amílcar Cabral, na localidade de Nhagues (Ziguinchor). Acrescentava-se ainda que, na altura da redac- ção do referido relatório, o “Lopes” integrava os quadros do movimento rival, a FLING.

A terceira tentativa (também ela frustrada) voltou a ocorrer, pouco depois, em Ziguinchor, e teria sido atribuída a um balanta que havia estagiado no Ghana, o qual também acabou por ser detido pelas autoridades senegalesas.

A quarta não aponta directamente para a tentativa de assassinato, mas de “desa- parecimento” de Amílcar Cabral, em Ziguinchor, “no mato”, para onde se tinha deslo- cado, a 10 de Julho, com o objectivo de entrar na província da Guiné¹⁹⁰⁹. Em relação a

¹⁹⁰⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2675, Informação n.º 1089, SC/CI (2), Actividades Terroristas em direcção à Guiné, PIDE-Guiné, n.º 8, 16/11/66, F-5, pasta 2, fl. 429.

¹⁹⁰⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2676, Relatório Confidencial, PIDE-Subdeleg. - Guiné, n.º 386, 14/8/67, Data de recepção da notícia: 12 de Agosto 67, Origem RESERVADA, Entidade informadora: COMCHEFE, C-3, pasta 4, fl. 925.

¹⁹⁰⁹ *Idem, ibidem*, Relatório Confidencial, n.º 378, PIDE-Bissau, data de Origem: 13 de Agosto 67, Ori- gem: P/4 – GAB, C-3, pasta 4, fl. 927.

esta notícia, um outro relatório, datado de 14 de Agosto de 1967, referia que tal «desaparecimento» teria ocorrido 7 meses antes. Ora, tomando como referência a data da sua elaboração (14 de Agosto), adiantamos como hipótese, que deve ter tido lugar entre Fevereiro e Março. Esta informação acrescentava ainda que o líder do PAIGC não se encontrava no Senegal, nem na Guiné-Conakry, nem em Marrocos. Como se isso não bastasse, para aumentar ainda a confusão, a notícia dava ainda conta de que o líder do PAIGC teria sido alvejado e “morto pelos seus próprios guerrilheiros”¹⁹¹⁰. Confundido com todas as informações que lhe chegavam em catadupa, o inspector da PIDE de Bissau enviou à secção central um outro relatório, em aditamento ao de 12 de Agosto, no qual afirmava que Cabral teria estado em Simbeli, por volta do dia 20 de Julho e que, por isso mesmo, não podia ter sido alvo de uma tentativa de assassinato em Ziguinchor no dia 10. O inspector concluiu que não lhe restava outra solução senão o compromisso de passar a controlar melhor as informações das suas “fontes”.

Uma semana depois, uma nova notícia (que a subdelegação fez questão de sublinhar que não tinha sido controlada) punha em causa as duas últimas informações (a de 13 e 14 de Agosto), afirmando não ser “verdade ter havido qualquer tentativa de rapto do «leader» do PAIGC, Amílcar Cabral”, pois ele encontrava-se em Conakry, donde apenas saía de avião, quando ia a Dakar “e isto raríssimas vezes”. Além do mais, acrescentava que não constava ainda que Amílcar Cabral tivesse “ido a Ziguinchor ou outras localidades senegalesas” junto da fronteira e “muito menos aos seus acampamentos adentro da província”¹⁹¹¹. A única certeza que possuímos relativamente a este assunto é que Cabral se encontrava em Bucarest, no dia 23 de Julho, correspondendo a um convite do Comité Central (CC) do Partido Comunista Romeno (PCR).

Um outro relatório confidencial, proveniente de “fonte” minimamente segura, dava conta que, no secretariado do PAIGC em Conakry, Cabral teria surpreendido um dos seus secretários de nome “Jonjon com uma granada no bolso, dentro do gabinete e mandou-o prender”¹⁹¹². Durante os interrogatórios que se seguiram, “Jonjon” teria alegadamente confessado que era sua intenção liquidar Amílcar Cabral em conluio com os paraquedistas da Guiné-Conakry que tencionavam eliminar Sekou Touré e Kwame Nkrumah, antigo presidente do Ghana, deposto em 1966, que, na altura, se encontrava exilado na capital guineense (Conakry).

¹⁹¹⁰ *Idem, ibidem*, fl. 927.

¹⁹¹¹ *Idem, ibidem*, Relatório n.º 431, “Possível rapto de «Amílcar Cabral»”, data de Origem da informação: 20 de Agosto 67, Entidade informadora RESERVADA, Origem P/13 (Rel. 41/67 (fl. 914), data de recepção: 22 de Agosto 67, Class. C-3, Confidencial, pasta 4.

¹⁹¹² IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, NT 2676, pasta 6, fl. 1429.

Em 1969, foi a vez da DGS reportar, pelo menos, um outro atentado que estava a ser orquestrado, no mês de Outubro daquele ano, aproveitando-se, assim, de uma visita que Cabral se preparava para efectuar à região de Dalaba (Guiné-Conakry). Valeu, na circunstância, o facto de ter sido alertado pela sua segurança de que um grupo de combatentes lhe preparava uma emboscada¹⁹¹³. Em relação a esta tentativa, que Cabral atribuiu às manobras dos “colonialistas portugueses”, os seus autores teriam sido presos. Confirma-o uma “Mensagem-Relatório”, escrita em 1970, pelo próprio líder do PAIGC:

Conseguimos um sucesso importante na detecção e captura de agentes do inimigo, cujo objectivo principal, diante do avanço da luta, é o assassinato dos dirigentes do partido. Um número importante desses agentes foram capturados em 1969, pelo que o inimigo não pôde realizar os seus planos criminosos¹⁹¹⁴.

Todas estas tentativas de assassinar Cabral, algumas delas fictícias e outras reais, não eram somente de iniciativa dos inimigos internos. A PIDE e a DGS não pouparam esforços que visavam a eliminação do Secretário-geral do PAIGC. Em 1967, a polícia política do Estado Novo teria alegadamente entrado em contacto com um indivíduo de nome Fodé Tati, com o objectivo de eliminar Cabral e roubar os arquivos do PAIGC em Conakry¹⁹¹⁵. Tudo leva a crer que esta teria sido a segunda tentativa, pois, pouco tempo antes, o Gabinete Militar oferecera 400 contos para uma operação idêntica.

Mas há mais. Entre os principais objectivos da invasão à Guiné-Conakry perpetrada por Portugal, em Novembro de 1970, encontravam-se os seguintes: substituição do regime de Sekou Touré por outro favorável ao domínio português na Guiné e o assassinato de Amílcar Cabral e de outros dirigentes do PAIGC.

Por outro lado, a DGS de Cabo Verde teve em preparação, em finais de 1970, a denominada “Operação Amílcar Cabral”, com a intenção de assassinar o Secretário-geral do PAIGC e dinamitar o depósito de munições do PAIGC em Conakry, a troco de 10 mil escudos, que seriam atribuídos aos autores, depois de concluída a missão¹⁹¹⁶. A operação estava a ser preparada por um grupo de seis indivíduos residentes em Free-

¹⁹¹³ AHDMNE, 940, 1 (5) D, 463 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, – informação n.º 1.106, Actividades do “PAIGC”, Origem: PIDE-Guiné, n.º 4, Data de Origem: 27/10/69, classificação: C-3, vol. VIII, pasta 2, fl. 2.

¹⁹¹⁴ “Mensagem-Relatório”, do camarada Amílcar Cabral aos quadros, combatentes e militantes do partido, Janeiro de 1970, p. 10; e também “Tiremos todas as lições...”; Mensagem do Novo Ano do camarada Amílcar Cabral, Secretário-geral do partido, 1 de Janeiro de 1971.

¹⁹¹⁵ Vide José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 104.

¹⁹¹⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, processo n.º 222, “Amílcar Cabral”, SR, Informação n.º 144/70 ao Excelentíssimo Senhor Chefe da Delegação da DGS-Praia, Mindelo e Posto da DGS, 28 de Dezembro de 1970, vol. I, pasta 2, fl. 163.

town (Libéria), todos eles de origem cabo-verdiana¹⁹¹⁷. O Governo português havia disponibilizado uma importância de 1 milhão de escudos para a sua realização¹⁹¹⁸.

Em Março de 1972, Cabral referia-se a um plano, que classificava de “diabólico”, para o liquidar e acabar com o PAIGC, o qual associava aos “inimigos” do seu povo recentemente libertados dos cárceres da PIDE (finais de 1969), em conluio com os portugueses. Entre eles figuravam: Aristides Barbosa, Momo Touré, alguns elementos “descontentes” do partido, como Inocêncio Cani, e responsáveis e militantes “ambiciosos e corruptos”, que em inúmeras ocasiões foram criticados pelo líder do PAIGC por não cumprirem os seus deveres. Aliás, de acordo com Cabral, este plano só poderia “obter a cumplicidade e o apoio” daqueles que queriam “desrespeitar”, “humilhar” e abusar do seu povo, ou dispor dos dinheiros e “outros bens do partido”, “praticar outros vícios”¹⁹¹⁹ e eram impedidos de fazê-lo.

Este alegado “plano português”, a que Cabral deu ampla divulgação, num documento de doze páginas, tinha por finalidade a infiltração, no seio do PAIGC, de elementos que eram contrários a este partido para, com actos de sabotagem, criarem a confusão, aproveitarem-se do “descontentamento” existente, dividir o partido, criar, clandestinamente, uma “d direcção” paralela e até mesmo liquidar, se fosse possível, a direcção do partido e, principalmente, o Secretário-geral¹⁹²⁰. Na sequência deste plano, vários elementos dissidentes teriam sido presos em Conakry. Num comentário a uma informação datada de 21 de Outubro de 1972, mas que se reportava ao mês de Setembro anterior, falava-se da prisão de cerca de 40 elementos, incluindo Momo Touré¹⁹²¹. Estamos convencidos de que se tratavam de detenções efectuadas em Junho de 1972, após uma reunião nas cantinas do secretariado em Conakry.

Esta notícia estaria certamente relacionada com a contida na Informação n.º 707, de 14 de Junho de 1972, na qual se dizia que Momo Touré, ao fugir de Bissau, na noite de 16 para 17 de Setembro do ano anterior (1971), teria retirado, da residência de Rafael Barbosa, uma carta que “Nino” Vieira havia escrito a este último que, posteriormente, ao chegar a Conakry, mostrara a Amílcar Cabral¹⁹²². Apesar de o informador ser de pou-

¹⁹¹⁷ Sabe-se hoje que os referidos elementos eram: Isidoro Manuel Lima, Augusto Divo de Macedo e José Nascimento Silva.

¹⁹¹⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, processo n.º 222, “Amílcar Cabral”, SR, ao Senhor Chefe do Posto da direcção-geral de Segurança do Mindelo-São Vicente, Praia, 15 de Fevereiro de 1971, vol. I, pasta 2, fl. 161.

¹⁹¹⁹ Amílcar Cabral, “Vamos reforçar a nossa vigilância, para desmascarar e eliminar os agentes...”, PAIGC, Março 1972, pasta 4341.002, im. 137.

¹⁹²⁰ *Idem, ibidem*, im. 137.

¹⁹²¹ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 259/69, “Luís Cabral”, SR, NT 2981, Informação n.º 1.087 – CI (2), Situação do “PAIGC”, DGS – Guiné, n. 7, Data de Origem: 21/10/72, classificação: F-2, fl. 200.

¹⁹²² IAN/TT – PIDE/DGS, processo n.º 1719/60 SR, “Alfa Amaru Bari, «O Alfa Umaru», Ibraima Touré «O Lam-Touré» – O Alfaiate, Mário Mamadu Touré «O Momo Touré», Basiro Touré, informação n. 707

ca confiança, no comentário final elaborado pelos serviços da DGS, com base em notícias anteriores, era referido que as relações entre Amílcar Cabral e “Nino” Vieira não eram as melhores, desconhecendo-se, diz o mesmo documento, “os verdadeiros motivos do desentendimento entre os dois terroristas”.

Todos estes problemas exigiam a realização de um novo congresso em que, à semelhança do primeiro (o de Cassacá), se poderiam atenuar as divergências internas. Este Congresso esteve inicialmente previsto para 1966¹⁹²³, mas acabou por ser adiado. Entre os motivos para o adiamento, quando tudo indicava que os preparativos já estariam muito adiantados, Amílcar Cabral apontava, para além da “complexidade dos problemas” e da “penúria de quadros”, a falta de “segurança contra os bombardeamentos aéreos”, aos quais Cabral confessava que o seu partido ainda não estava “em condições de fazer face eficazmente...”¹⁹²⁴. Claro que se pode aceitar esta justificação. Contudo, o de Cassacá foi realizado em condições bem mais penosas. Não haveria outros motivos de ordem interna que tornaram inoportuna a realização de uma reunião desta magnitude? Julgamos que sim. É que a realização de um congresso, numa altura em que os problemas internos eram cada vez mais graves, não era aconselhável. Não foi aconselhável em 1966, nem em 1967. Neste último ano, Cabral voltou a recuperar o projecto de realização do congresso para o ano de 1968, mas agora não tanto com preocupações de resolver os problemas internos, mas por causa da proclamação do Estado da Guiné. Ainda assim, só em 1971 é que verdadeiramente se iniciou o recenseamento com essa finalidade. Até lá, as reuniões alargadas mais importantes realizadas pelo partido, até à data de independência, foram o seminário de quadros (Novembro de 1969), a reunião do *Bureau* Político (Abril de 1970), a reunião de quadros superiores do partido (Setembro de 1970) e, em Agosto de 1971, a do Conselho Superior de Luta (CSL).

2.3. Cabral à procura de apoios internos: o seminário de quadros de 1969

Às inúmeras críticas feitas à sua liderança, sempre que se lhe deparava uma ocasião para isso, Cabral foi respondendo. Uma destas soberanas oportunidades teria sido durante o seminário que teve lugar em Conakry, de 19 a 24 de Novembro de 1969, ao

- CI (2), Dissidências no “PAIGC”, Origem: DGS – Guiné, data de origem: 14/6/72, Class. - F – 5, fls. 9-10.

¹⁹²³ FAC (Praia-Cabo Verde), “Desenvolver sempre e reformar o trabalho político e a organização do partido”, do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in “Palavras de Ordem”, Novembro de 1965, p. 3 B.

¹⁹²⁴ Amílcar Cabral, “Relatório sobre a situação da luta de libertação Nacional”, 7 de Dezembro de 1966 in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A Prática Revolucionária. Unidade e Luta II*, Lisboa, Seara Nova, 1977, volume II, p. 51.

qual assistiram quadros políticos e militares (velhos e jovens) que, de acordo com as palavras do Secretário-geral do PAIGC, tinham “mostrado capacidade de trabalho, compreensão das palavras de ordem do partido” e que as estavam a tentar “cumprir dentro das suas possibilidades”¹⁹²⁵. Cabral considerava que era seu dever – enquanto líder – e também o do partido, abrir caminho aos quadros mais novos¹⁹²⁶, por representarem a garantia de futuro, sem contudo subestimar o valor dos antigos¹⁹²⁷. Numa altura em que a crise interna tinha atingido proporções alarmantes, esta foi a fórmula encontrada para “conquistar” o apoio e a aliança dos quadros jovens, servindo-se deles como protagonistas das mudanças internas que se impunham, incentivando-os a resistirem “justamente a todas as correntes contrárias que existiam”¹⁹²⁸. Por isso afirmava o seguinte, no discurso de saudação aos participantes, que eram eles que deviam “acabar com isso, em todos os níveis”¹⁹²⁹.

Foi no decurso do referido seminário que, influenciado pelos acontecimentos internos daquele ano e dos anos precedentes, Cabral abordou os assuntos mais “quentes” da actualidade do seu partido e da luta, sobretudo, como dizia ele, das “coisas más”, feitas pelos dirigentes e responsáveis. Era a este nível que urgia fazer um enorme esforço para evitar que, no futuro, numa Guiné e Cabo Verde independentes, aparecessem “maus dirigentes”¹⁹³⁰, isto é, aqueles a quem apelidava de “lobos” camuflados de “cordeiros”, indivíduos “racistas”, “tribalistas e “oportunistas”, contrários à unidade. Para Cabral, estes indivíduos queriam-no a ele como dirigente máximo, mas, de acordo ainda com as suas próprias palavras, “não queriam que ficássemos juntos”¹⁹³¹, Guiné e Cabo Verde.

Como já referimos anteriormente, uma das críticas à liderança de Cabral girava em torno do projecto de criação de uma federação entre estas duas colónias de Portugal. As críticas relativas à unidade já se arrastavam desde 1960 e eram estimuladas pela grande desconfiança que existia entre guineenses e cabo-verdianos. Por exemplo, em 1962, em carta dirigida pelo Ministério do Ultramar ao Governador de Cabo Verde, dava-se conta de que alguns elementos do PAIGC se mostravam preocupados face às

¹⁹²⁵ AMS, “Saudação do camarada Amílcar Cabral”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001, ims. 7-8.

¹⁹²⁶ *Idem, ibidem*, im. 10.

¹⁹²⁷ *Idem, ibidem*, im. 12.

¹⁹²⁸ Entrevista a Aristides Pereira, Praia (Cabo Verde), Março de 2003.

¹⁹²⁹ AMS, “Saudação do camarada Amílcar Cabral”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001, im. 13.

¹⁹³⁰ *Idem, ibidem*, im. 12.

¹⁹³¹ *Idem, ibidem*, im. 13.

aproximações de Amílcar Cabral a “outros elementos caboverdeanos de Dakar”¹⁹³². A missiva insistia na “convicção, cada vez maior”¹⁹³³, de que Cabral pretendia “formar uma federação entre Cabo Verde e Guiné, cujo governo seria preponderantemente formado por elementos da primeira daquelas províncias ultramarinas”¹⁹³⁴.

O líder do PAIGC conhecia muito bem as contestações ao seu projecto de unidade e acerca delas se referiu, de modo seguinte, no seminário de quadros:

Por exemplo, há alguns ainda no nosso partido, que não concordam muito com essa coisa da Guiné e Cabo Verde, mas que estão a ver, uns de Cabo Verde, outros da Guiné, que não concordam muito, que ainda estão na dúvida, a ver no que dá. Esses estão enganados, talvez façam outro partido, mas do nosso saem, saem de certeza¹⁹³⁵.

Amílcar Cabral insurgia-se, como já se disse, contra os que apelidava de “oportunistas”, expressão que define como o aproveitamento de “alguma coisa de favorável para conseguir aquilo que se quer, mas esquecendo os princípios em que se trabalha”¹⁹³⁶. Em certa medida, isto era sintomático e revelador da existência de uma surda e intestina luta pela partilha do poder no interior do PAIGC, envolvendo elementos da cúpula e ambiciosos chefes políticos e/ou militares. Num documento da delegação da PIDE do Mindelo (Cabo Verde) enviado à sede central em Lisboa, datado de 21 de Junho de 1969, confirmava-se:

Recentemente os guineenses tudo têm feito para que os comandos do mesmo partido sejam devidamente compartilhados entre os elementos das duas Províncias, o que nada têm conseguido dada a posição tomada pelo Secretário-geral Amílcar Cabral, que procura proteger os seus acólitos caboverdianos¹⁹³⁷.

Por detrás destas movimentações, salientava o documento, encontravam-se principalmente indivíduos de etnia manjaca.

¹⁹³² IAN/TT – PIDE/DGS, Sub. CV, processo 222, “Amílcar Cabral”, SR, Cópia de ofício n.º 6301/15.000901 do Ministério do Ultramar, Direcção Geral de Administração Política e Civil, Gabinete dos Negócios Políticos de 31 de Agosto de 1962, 1.º vol., pasta 1, fl. 50.

¹⁹³³ *Idem, ibidem*, fl. 50.

¹⁹³⁴ *Idem, ibidem*, fl. 50.

¹⁹³⁵ AMS, “Princípios do Partido. 1. Nem toda a gente é do partido 2. Democracia Revolucionária 3. Ser fiel aos Princípios”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001, im. 96.

¹⁹³⁶ AMS, “Saudação do camarada Amílcar Cabral”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001, im. 13.

¹⁹³⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, NT 2677, pasta 7, fl. 58.

De acordo com as informações de um outro “desertor” do PAIGC, até 1969, a autoridade de Amílcar Cabral nunca tinha sido posta em causa¹⁹³⁸, o que não corresponde minimamente à verdade, como já tivemos oportunidade de constatar. Também não é certo, como defende Patrick Chabal, que a ausência de dogmatismo e rigidez ideológica tenham contribuído para a criação da coesão, reduzindo a frequência e a intensidade de disputas ideológicas no interior do PAIGC¹⁹³⁹. Não há dúvida de que a maneira como geriu o conflito sino-soviético, nos anos 60, e a sua política de não-alinhamento ou de não-ingerência fizeram com que o seu partido tivesse sido, e estamos parcialmente de acordo com Chabal, um dos raros casos, no conjunto dos movimentos de libertação africanos, que não chegou a ser afectado, de modo dramático, por disputas ideológicas¹⁹⁴⁰. Pelo menos, na mesma dimensão e intensidade com que a União das Populações do Congo (UPC), o MPLA e a FRELIMO foram atingidos.

Creemos que, foi em virtude destas pressões internacionais e desta tendência para cisões internas que Cabral, sem se referir em particular ao conflito entre os seus aliados, mandou recados para o interior do partido, contra aqueles que pensavam, que mais tarde, a política da Guiné e de Cabo Verde estaria ao serviço de uma outra nação estrangeira. A esses, Cabral ameaçou com a expulsão do partido, com o argumento de que se lutava por uma verdadeira independência. Mas, isso não significa que não houvesse conflitos ideológicos, sobretudo relacionados com o projecto da unidade entre a Guiné e Cabo Verde e outros decorrentes da própria lógica em que o PAIGC foi fundado ou desinteligências relacionadas com a forma calculista como a guerra estava a ser conduzida. Todos eles acabaram por desembocar num conflito político-partidário que, de uma maneira ou doutra, afectou a liderança de Amílcar Cabral.

De facto, o Secretário-geral do PAIGC tentava consolidar a sua liderança, não com base nas normas tradicionais, seguidas, por exemplo, pelo primeiro Presidente do Quênia, Jomo Keniata¹⁹⁴¹, embora nutrisse uma grande simpatia pela cultura tradicional, designadamente pelos seus aspectos positivos e se insurgisse, em várias ocasiões,

¹⁹³⁸ AHDMNE, processo 940, 1 (D), 455 PAA, “Planos de Actividades Terroristas nas Províncias Ultramarinas”, Informações de António Monteiro sobre o PAIGC, de 25/5/1971, fl. 3. Julgamos que este “desertor” referenciado pela PIDE, como tendo sido o autor desta informação, era o mesmo a que Amílcar Cabral se referia, como tendo desertado do PAIGC, aproveitando-se de uma missão que lhe tinha sido confiado no estrangeiro, em carta dirigida a F. Houtart, na Bélgica, datada de Conakry, 14 de Dezembro de 1971. A seu respeito Cabral escrevia o seguinte: “La désertion de Antonio Monteiro, au moment où il devait accomplir une mission en Europe pour laquelle d’ailleurs il s’était vivement intéressé, ne nous surprend guère”. (AMS, Mário de Andrade, pasta 4360.004, im. 5).

¹⁹³⁹ Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 65.

¹⁹⁴⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁴¹ Paul Dettman, “Leaders and structure in Third World Politics. Contrasting Approaches to Legitimacy”, *Comparative Politics*, volume 6, number 2, New York, University of New York, January 1974, pp. 250-252.

contra os aspectos culturais negativos. Apesar de ter nascido na Guiné, Cabral não pertencia a nenhum grupo étnico do país natal. Pelo contrário, estava mais arreigado à cultura cabo-verdiana e portuguesa por ascendência e pela educação. Daí que possa ser visto como um líder, cuja responsabilidade se situava acima dos interesses dos dois territórios. A sua única meta era unir o povo da Guiné e de Cabo Verde e construir uma nação e um partido “sem raças”¹⁹⁴². Em virtude do “tribalismo” e do “racismo” praticado por alguns elementos “oportunistas” do seu partido, Cabral considerava a “porcaria de escolher cor”, como um dos “oportunistas” de “pior espécie”. Àqueles que estariam a fomentar o “racismo” e o “tribalismo” no interior do PAIGC pedia que se fossem juntar aos “oportunistas”, que faziam “grupos de manjacos no Senegal ou na França”¹⁹⁴³. Tudo aponta para que um dos visados fosse Inocêncio Cani, prestigiado comandante da guerrilha do PAIGC na Frente Norte (base de Morés). Foi, certamente, em virtude destas críticas e na tentativa de o afastar, que Amílcar Cabral o chamou a Conakry, enviando-o posteriormente para a URSS, com a finalidade de tirar a especialidade de marinha de guerra. Em Maio de 1970, Inocêncio Cani figurava entre os elementos que, em Conakry, se amotinou contra o que considerava os “benefícios dos cabo-verdianos” em detrimento dos guineenses¹⁹⁴⁴. Em 1971, acusado de corrupção, foi julgado pelo tribunal de guerra e preso. O antigo embaixador de Cuba em Conakry, Óscar Oramas, escreve mesmo, no seu livro, que Inocêncio tinha boas relações com Osvaldo Vieira, o que faz supor que ambos fariam parte do grupo que contestava a liderança de Cabral e dos elementos de origem cabo-verdiana em geral, dentro do PAIGC.

Ainda no âmbito da rivalidade entre guineenses e cabo-verdianos há que salientar uma tentativa de Spínola para provocar um duro revés ao PAIGC, com a libertação, em Agosto de 1969, de cerca de 91 prisioneiros políticos, dentre os quais se encontravam Rafael Barbosa, Momo Touré e Aristides Barbosa. A libertação do Presidente do Comité Central veio, pois, reavivar as clivagens entre guineenses e cabo-verdianos e trazer renovada esperança a ala guineense do PAIGC, no caso de uma eventual ou partilha do poder a Amílcar Cabral ou de substituição deste na liderança. Esta ala, até aqui sem líder (pelo menos credível), começara a ver essa alternativa no carismático Rafael Barbosa, devido ao prestígio conquistado com a sua longa prisão e pela sua popularida-

¹⁹⁴² AMS, “Saudação do camarada Amílcar Cabral”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros realizada de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001, im. 14.

¹⁹⁴³ *Idem, ibidem*, im. 14.

¹⁹⁴⁴ José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 118

de no território. Atente-se, por exemplo, nas informações do elemento “desertor” já referido por nós¹⁹⁴⁵.

Em fins de 1969, quando da restituição à liberdade de Rafael Barbosa, se falou de uma cisão entre os membros naturais da Guiné e os caboverdeanos. Os primeiros veriam com agrado o regresso do antigo Presidente à chefia do partido, aparentemente desgostosos com a preferência dada por Amílcar Cabral aos caboverdeanos, em cuja lealdade parece confiar incondicionalmente¹⁹⁴⁶.

Porém, a considerada “traição” de Rafael, por ter jurado fidelidade aos portugueses, valer-lhe-ia o afastamento do partido, gorando assim, definitivamente, a disputa da liderança do PAIGC.

Ainda que a relação inter-pessoal entre ele e Amílcar Cabral nunca tivesse sido beliscada e Rafael Barbosa, em boa verdade, nunca tivesse deixado de trabalhar para o partido¹⁹⁴⁷, a sua conduta foi inúmeras vezes criticada pelo Secretário-geral do PAIGC. Numa mensagem difundida por ocasião das comemorações do XIV aniversário da alegada fundação do PAIGC, datada de Setembro de 1970, este asseverava: “Se alguns traíram, não conseguiram mais do que a traição, que faz deles vis servidores dos colonialistas, desprezados pelo nosso povo”¹⁹⁴⁸.

E prosseguia Cabral, tentando, na medida do possível, amenizar o comportamento de Rafael Barbosa, provavelmente pensando no contributo que este deu na fase da implantação do PAIGC no interior: “Nós sabemos quem faz os discursos que foram lidos, sabemos quanta pressão e intimidação sofrem aqueles que traíram”¹⁹⁴⁹.

Em todo o caso, apesar de tudo, Cabral preferia que Rafael se recusasse a “trair” ou, pelo menos, que tivesse agido “com coragem e audácia”. O líder do PAIGC não era homem para perdoar “traições”, “deserções” e actos de “cobardia”.

Posta de lado, por força das circunstâncias, a alternativa Barbosa, urgia encontrar outro elemento no interior do PAIGC. A 8 de Julho de 1971, a DGS da Guiné mandava informar a secção central de que “os chefes terroristas, com apoio de Sekou Touré”, pensavam “substituir Amílcar Cabral pelo beafada, Malam Sanhá, natural da área

¹⁹⁴⁵ AHDME, processo 940, 1 (D), 455 PAA, “Plano de Actividades Terroristas nas Províncias Ultramarinas”, Informações de António Monteiro sobre o PAIGC, de 25/5/1971, fl. 3.

¹⁹⁴⁶ *Idem, ibidem*, fl. 3.

¹⁹⁴⁷ *Vide* José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, pp. 147-148.

¹⁹⁴⁸ AMS, “Desmasquons les mensonges et les crimes des colonialistes portugais, renforçons le parti et la lutte afin d’accelerer la libération totale de notre peuple”. Message du camarade Amílcar Cabral à notre peuple et à nos combattants et militants, à l’occasion du XIV anniversaire de la fondation du Parti, Septembre 1970, pasta 4343.002, im. 103.

¹⁹⁴⁹ *Idem, ibidem*, pasta 4343.002, im. 103.

de Fulacunda”¹⁹⁵⁰. Infelizmente, não conseguimos apurar a veracidade desta notícia, através do cotejo com as fontes do PAIGC, mas, a confirmar-se, tudo indica que o “golpe” não chegou a produzir os resultados esperados.

Outra das importantes críticas dirigidas contra a liderança de Cabral girava em torno das inúmeras viagens e das suas longas permanências no estrangeiro, no seu afã de conseguir apoios para a luta. Mustafah Dhada apresenta na Apêndice C (quadro 2, 3, 4 e 5) da sua obra *Warriors at work. How Guinea was Really Set Free*, um rol das viagens efectuadas por Amílcar Cabral, entre 1960 e 1972¹⁹⁵¹, que embora incompletas, não deixam de, significativamente, espelhar essa realidade. Óscar Oramas admite que estas ausências, por vezes prolongadas, acabaram por afastar Cabral dos problemas correntes da guerra em curso. E escrevia:

Meses e meses de intensa actividade no exterior, rápidas estadas em Conakry, vão-no afastando dos diferentes elementos da vida diária que ocorrem em todas as colectividades humanas¹⁹⁵².

Galli e Jones vão mais longe ao assinalarem que as frequentes ausências de Amílcar Cabral em missões no exterior o tornaram mais inacessível às queixas sobre a conduta dos quadros nas “regiões libertadas”¹⁹⁵³. Mas, a nosso ver, talvez o maior problema não fosse a inacessibilidade às queixas, como o colocam Galli e Jones. É que, apesar de ter estado poucas vezes no interior da Guiné¹⁹⁵⁴, o líder do PAIGC não era propriamente um general de campo, como assegurava Mustafah Dhada¹⁹⁵⁵, no sentido de se enquadrar no campo de batalha. Desta forma, recebia e por vezes atendia as queixas e, numa determinada altura, eram os próprios elementos de segurança que lhe enviavam relatórios sobre a situação política, militar e social nos diferentes teatros de operações. Contudo, há que admitir que o distanciamento físico, em virtude da aposta forte de Cabral na política externa e nas relações internacionais, possa ter criado, até pela complexidade que a guerra ganhou, dificuldades objectivas na solução de alguns

¹⁹⁵⁰ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 464 PAA, “Organizações Nacionalistas - PAIGC/1971”, Informação n.º 654 – CI (2), Situação do “PAIGC”, Origem: DGS – Guiné, n. 1, 8/6/71; Classificação C-3, fl.1.

¹⁹⁵¹ Mustafah Dhada, *ob. cit.*, p. 172-180.

¹⁹⁵² *Vide*, sobre este assunto, Oscar Oramas, *Amílcar Cabral. Para além do seu tempo*, Lisboa, Hugin Editores lda., 1998, p. 72.

¹⁹⁵³ Rosemary E. Galli and Jocelyn Jones, *Guinea-Bissau. Politics Economics and Society*, London Lyne Rienner Publishers, Inc. Boulder, 1987, p. 63. *Vide* também o Quadro n.º 4.

¹⁹⁵⁴ Pelos menos três vezes na Frente Sul (1964, 1967 e 1969); uma vez na Frente Norte (1966), tendo visitado Maké, a base de Morés e reunido com a população em Djagali (*Vide* Gérard Chaliand, *ob. cit.*; e também Basil Davidson, *ob. cit.*); duas ou três vezes no Boé Oriental, entre 1966 e 1967, e pelo menos duas vezes na Frente Leste (1964 e 1970).

¹⁹⁵⁵ Mustafah Dhada, *ob. cit.*, p. 128.

destes problemas que lhe eram colocados pelos militantes, simpatizantes, combatentes e elementos da população civil.

Cabral defendia-se em relação a estas críticas afirmando, em entrevista a *Tricontinental*, em 1969¹⁹⁵⁶, que estava a par de tudo o que se passava no terreno. Meses mais tarde, no seminário de quadros, reiterava:

E eu, no meu caso de dirigente, é que se tenho de responder às necessidades da nossa luta em conferências, nos encontros com chefes de Estado ou com dirigentes de outros partidos no mundo, e isso representa para mim, como para outros camaradas que trabalham comigo, um trabalho decisivo na nossa luta. Mas uma força grande para mim também é a certeza de que não há uma operação importante na nossa guerra, ou trabalho político importante, que eu mesmo não conheça, não estude. E não há uma mudança ou trabalho sério no plano político ou da luta armada que não passe pelas minhas mãos¹⁹⁵⁷.

Dentre os críticos, Oramas aponta Osvaldo Vieira que, de acordo com o antigo embaixador de Cuba em Conakry, mantinha grandes divergências com Amílcar Cabral sobre a condução da guerra, facto que aquele alegadamente chegou a manifestar ao assessor cubano de nome Pina, que com ele trabalhava¹⁹⁵⁸.

Para calar essas críticas, Cabral procurava demonstrar a importância do trabalho exterior, tendo em vista a obtenção de apoios e das ajudas necessárias à luta, servindo-se para isso do seguinte provérbio popular: “o arroz coze-se dentro da caldeira, isso é verdade. Mas, para isso, precisa de fogo e o fogo está fora da caldeira”¹⁹⁵⁹. E foi, por vezes, longe na sua defesa, dizendo que a luta não era “de boca”, mas “de facto” e tentando, em vão, convencer as vozes contrárias de que, na luta que estava a ser levada a cabo, não havia “dentro nem fora” e que todos tinham a possibilidade de estar dentro e fora. Cabral justificava-se de uma forma dialéctica, demonstrando a importância de valorização do trabalho exterior, junto dos países amigos, como no interior, contra os inimigos e a necessidade de responsabilização daqueles que dirigiam e participavam nestes trabalhos. A ambos Cabral deixava a seguinte advertência:

Mas quem nunca saiu do mato e tenha aguentado sete anos de luta e não entendeu a importância do trabalho dos que trabalham fora da terra, para a luta dentro de terra, não entendeu nada ainda. E quem está fora, sentado num Bureau ou em qualquer outro lado, e

¹⁹⁵⁶ Amílcar Cabral, “Guinea: el poder de las armas”, *Tricontinental*, Havana, 12 Marzo-Juño, 1969, Tierra de Ideas, p. 13.

¹⁹⁵⁷ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios. O nosso partido e a luta devem ser dirigidos pelos melhores filhos do nosso Povo”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta, 4340.001, im. 21.

¹⁹⁵⁸ Oscar Oramas, *ob. cit.*, p. 87.

¹⁹⁵⁹ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001, im. 159.

não entendeu ainda o valor daqueles que estão dentro da terra a dar tiros, a fazer trabalho político ou outro, e o valor desse mesmo trabalho, não entendeu ainda nada¹⁹⁶⁰.

Havia também uma tendência, no interior do PAIGC, contrária à excessiva demora da guerra, que atribuíam à “passividade” e “moderação” do dirigente máximo, Amílcar Cabral. As consequências do prolongamento do conflito, como não podia deixar ser, eram mais evidentes a nível do cansaço psicológico. Aristides Pereira admitiu em Setembro de 2000, numa entrevista ao *Diário de Notícias*, que a guerra já “estava a ficar muito comprida”¹⁹⁶¹. De facto, se se tiver em consideração o período de mobilização (1960-1963), a guerra da Guiné já estava a durar mais tempo (9 anos, em 1969) do que a da Argélia (7 anos). Em relação a estas críticas, Cabral, advertia aos seus correligionários que a guerra de libertação era por etapas e que, por isso mesmo, era necessário estar preparado para uma guerra de longa duração¹⁹⁶². Num discurso proferido em Moscovo, por ocasião do Centenário de Lenine, em 1970, reafirmava, na esteira do histórico líder soviético, que a luta era “um processo e não um acidente, uma corrida de fundo e não de velocidade”¹⁹⁶³. Daí a inevitabilidade da preparação de quadros jovens.

A oposição interna à liderança de Amílcar Cabral não tinha quartel-general. Encontrava-se em todo o lado, mas especialmente na frente norte. Do ponto de vista da luta armada de “libertação nacional”, esta foi uma das áreas fortemente afectadas, em diferentes períodos, por grandes dificuldades de reabastecimento em víveres e pelos ataques perpetrados pelo exército e pela aviação portugueses. Além das dificuldades já assinaladas, o isolamento a que muitas bases da guerrilha estavam expostas fizeram com que qualquer movimento de oposição fosse facilmente consentido no seio dos desesperados combatentes. Em 1969, Cabral sentiu que o norte lhe escapava do controlo. Não foi por acaso que, em Maio daquele ano, enviou um dos seus homens de maior confiança, o responsável da justiça e de segurança, Fidelis Cabral de Almada, a fim de investigar os elementos opositores¹⁹⁶⁴. A principal preocupação do líder do PAIGC estava cen-

¹⁹⁶⁰ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios. O nosso partido e a luta devem ser dirigidos pelos melhores filhos do nosso Povo”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 20.

¹⁹⁶¹ (“Pensamos que a luta ia ser muito mais longa”, in *DN*, 10 Setembro 2000).

¹⁹⁶² AMS, Amílcar Cabral, “Princípios. O nosso partido e a luta devem ser dirigidos pelos melhores filhos do nosso Povo”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 24.

¹⁹⁶³ “Uma luz fecunda ilumina o caminho da luta: Lenine e a luta de libertação nacional”, in *Obras escolhidas...*, volume I, p. 217.

¹⁹⁶⁴ AHDMNE, processo 940,1 (5) D, 463 PAA, “Organizações Nacionalistas - PAIGC/PAIGCV”, Informação n.º 526, Actividades do “PAIGC”, Origem: PIDE – Guiné, n.º 10, Data de Origem: 9/5/69, Classificação: B-3, pasta 2, vol. VIII, fl. 5.

trada na frente norte, onde as dificuldades de reabastecimento fizeram emergir alguma oposição à sua liderança.

O ano de 1970 também não foi isento de problemas para Amílcar Cabral. Joseph Turpin reconhece ter havido alguma contestação, a partir dos anos 70, que atribui aos portugueses, sobretudo depois da morte de três Majores (Magalhães Osório, Passos Ramos e Pereira da Silva) e um Alferes (Joaquim Palmeiro Mosca), atraídos para uma emboscada no norte da Guiné, sob o pretexto da realização de negociações para um cessar-fogo.

Por outro lado, a DGS fazia alusão, ainda na sequência de “desentendimentos” entre guineense e cabo-verdianos e da contestação à liderança de Cabral, à realização, em Dioloulou, a 23 de Abril daquele ano, de uma reunião, na qual Amílcar Cabral teria estado presente¹⁹⁶⁵. A grande novidade dessa notícia tinha que ver com uma eventual substituição do líder do PAIGC na liderança, a qual, de acordo com o documento, Osvaldo Vieira não estaria completamente alheio. Por isso, a sua ausência teria sido notada e decidiu-se marcar uma outra reunião para o mês de Maio, em que, ainda de acordo com o documento acima referido, “os naturais da Guiné” poderiam “apresentar o elemento” que julgassem “capaz de os chefiar e [de] se responsabilizar, perante o estrangeiro, de todos os compromissos assumidos pelo «partido», a fim de substituir Amílcar Cabral”¹⁹⁶⁶. Em relação ao Osvaldo, o documento era particularmente incisivo, ao deixar claro que, se não comparecesse à próxima reunião, seria automaticamente “desligado” do partido e “fuzilado”. Infelizmente, não nos foi possível confirmar a veracidade dessa notícia. Todavia, o único comentário que nos apraz fazer em relação à data da reunião a que se refere o documento é o seguinte: julgamos que se tratava da reunião do *Bureau* Político do PAIGC, que se realizou de 12 a 15 de Abril. E mais: no dia 23, apontado pelo informador da PIDE como sendo o da realização da dita reunião, Cabral já se encontrava na União Soviética para assistir às comemorações do Centenário de Lenine. Por outro lado, não consta que, na última reunião alargada do *Bureau* Político, outras medidas tivessem sido tomadas para além de várias decisões no plano político, administrativo, militar e de reconstrução nacional.

Em todo o caso, é natural que, perante tantos problemas, Cabral estivesse saturado e desiludido. Em 1970, a DGS chegou mesmo a anunciar que constava, na Guiné-Conakry, que andava “extremamente aborrecido, por dissabores constantes”¹⁹⁶⁷, haven-

¹⁹⁶⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2677, Informação 592 - SC/CI (2), nº 5, 5/5/70, C-3, pasta 8, fl. 315.

¹⁹⁶⁶ *Idem, ibidem*, fl. 315.

¹⁹⁶⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2677, Informação 1 099 CI (2) –

do mesmo rumores (obviamente difíceis de confirmar) de que teria comprado casa na Europa para onde iria viver depois da guerra¹⁹⁶⁸. O que se sabe ao certo é que, graças ao seu espírito de perseverança, Cabral tentou internamente encontrar as melhores soluções para resolver a crise que enfrentava, ainda que fosse apenas temporária.

2.4. A adoção de medidas para a resolução da crise interna

Como afirmava o professor de Relações Internacionais, John W. Gawer, o sucesso das revoluções requeria líderes completamente dedicados à causa revolucionária e “dispostos a persistir na luta”, ainda que “enfrentando dificuldades aparentemente insuperáveis”¹⁹⁶⁹. Perante a situação experimentada e na contingência de perder o controlo da situação, Cabral precisava de tomar importantes decisões no âmbito da política interna e externa, que contribuíssem para debelar a crise. Foi justamente o que tentou fazer, ao adoptar, do ponto de vista interno, cinco importantes medidas: 1) iniciar a luta em Cabo Verde para calar os seus inimigos internos da ala guineense (e até cabo-verdiana), contrários à unidade entre a Guiné e Cabo Verde; 2) procurar obter mais apoios junto dos aliados históricos do seu partido (em África e no mundo), sobretudo na sua vertente logística e alimentar; 3) tentar a via negociada para a resolução do conflito com Portugal; 4) reforço da segurança e acção vigorosa contra os inimigos internos e aumento da actividade militar em todo o território, para dar a imagem de que a guerra tinha atingido uma nova fase – a de movimento; 5) reforçar e concentrar o poder, através da reforma das instituições políticas e militares.

Do ponto de vista externo, Cabral tentou reformar as relações internacionais do seu partido, com o fito de “conquistar” novos “amigos” e subtrair a Portugal os seus aliados. O impasse militar obrigava a esta inversão na tendência. Regressaremos a este assunto num dos próximos tópicos. Para já, analisemos algumas das medidas atrás referidas.

Relativamente ao primeiro ponto, o difícil relacionamento entre guineenses e cabo-verdianos, deve ter levado Cabral, para lá da questão estratégica, a planear um eventual início da guerrilha no arquipélago, feita pelos próprios cabo-verdianos, como uma forma de se defender perante as críticas de que apenas os guineenses estariam a fazer sacrifícios pela independência dos dois territórios. Havia mesmo pressões por par-

Actividades do “PAIGC”, DGS – Guiné, n.º 10, 21/8/70, pasta 8, fl. 86.

¹⁹⁶⁸ *Idem, ibidem*, fl. 86.

¹⁹⁶⁹ John W. Gawer, “Little chance”, *Diplomatic History*, vol. 21, n.º 1, Colorado, University of Colorado, (Winter 1997), p. 87.

te de algum sector cabo-verdiano do PAIGC, relativamente ao atraso da luta em Cabo Verde. Não entendiam que a luta nos dois territórios estivesse em fases distintas: política no arquipélago e armada na Guiné¹⁹⁷⁰. Cabral era prudente em relação a abertura de uma frente em Cabo Verde. É que o facto de ser constituído por ilhas colocava-o numa situação muito especial, conforme defendia numa reunião de quadros realizada em Dakar, em 1963¹⁹⁷¹. Apesar do arquipélago ter montanhas, o que era considerado pelos manuais de guerrilha como elemento geográfico importante (veja-se os exemplos de Cuba e de Chipre), Amílcar Cabral foi avisando os seus correligionários de que as montanhas não davam tiros e que era preciso investir, prioritariamente, na mobilização das populações e numa intensa preparação¹⁹⁷². De resto, entre as medidas tomadas, no decurso da reunião de quadros responsáveis, acima referido, destacam-se, pelo menos, as seguintes: 1) consolidação e reforço das ligações com o interior; 2) mobilização e organização; 3) mobilização dos nacionalistas do interior e residentes no exterior, principalmente em África; 4) reforço das relações com os militantes do partido e com os cabo-verdianos residentes em Portugal e nas colónias portuguesas; 5) intensificação da acção dos cabo-verdianos residentes na Guiné; 6) recrutamento e preparação político-militar de combatentes cabo-verdianos, assim como obtenção dos meios (humanos e materiais) necessários à sua acção; 7) intensificação imediata da luta em Cabo Verde, para fazê-la passar da fase política à fase de acção directa; 8) e, em último lugar, reforçar a preparação de quadros cabo-verdianos em todos os ramos que interessassem ao desenvolvimento económico, social e cultural de Cabo Verde. Para isso foi estabelecido um amplo programa de concessão de bolsas de estudos a jovens (rapazes e raparigas) militantes do partido¹⁹⁷³.

De facto, por alturas da realização desta reunião de quadros responsáveis, já existiam células do PAIGC nas três ilhas principais (S. Vicente, Santiago e S. Antão¹⁹⁷⁴) e estava em avançada preparação o lançamento da luta armada em Cabo Verde. Isto mesmo denunciou Cesário Domingos Carvalho de Alvarenga, ex-dirigente do PAIGC e da FLING, quando se apresentou às autoridades portuguesas, a 12 de Fevereiro de 1964. Todavia, um elemento importante que veio demonstrar que Cabral estava empenhado

¹⁹⁷⁰ AMS, “Comunicado. O desenvolvimento da luta em Cabo-Verde. Reunião de quadros responsáveis 17 a 20 de Julho 1963” – Dakar –, PAIGC, Secretariado-Geral, *Bureau* de Dakar, Dakar, 21 de Julho de 1963, pasta 4340.003, im. 27.

¹⁹⁷¹ *Idem, ibidem*, im. 27.

¹⁹⁷² AMS, Amílcar Cabral, “Alguns princípios do partido. 2. Partir da Realidade da nossa terra...”, pasta 4340.001, im. 62.

¹⁹⁷³ AMS, “Comunicado. O desenvolvimento da luta em Cabo-Verde. Reunião de quadros responsáveis 17 a 20 de Julho 1963” – Dakar –, PAIGC, Secretariado-geral, *Bureau* de Dakar, Dakar, 21 de Julho de 1963, pasta 4340.003, im. 28.

¹⁹⁷⁴ *Vide*, sobre este assunto, Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 150 e ss.

em abrir uma frente no arquipélago foi o envio, em 1965, de cerca de 31 cabo-verdianos para Argélia, e depois para Cuba, com o objectivo de se treinarem na luta de guerrilha. Dois anos mais tarde, a PIDE reportava, certamente relacionado com o plano de desembarque em Cabo Verde, que um outro importante grupo de cabo-verdianos teria sido enviado para a URSS e para a China “a fim de serem instruídos nas diferentes especialidades da aviação, incluindo pilotagem”¹⁹⁷⁵. Mas, cedo Amílcar Cabral chegou à conclusão de que as condições no terreno não estavam reunidas, tendo optado pela suspensão do projecto. A maioria daqueles jovens acabaram por regressar à Guiné, de acordo com Piero Gleijese, que cita uma entrevista de dois antigo oficiais cubanos destacados naquela colónia, Dreke¹⁹⁷⁶ e Dantas¹⁹⁷⁷, para serem enquadrados na artilharia, marinha do PAIGC em terra ou nas actividades político-diplomáticas¹⁹⁷⁸.

Ainda assim, Cabral não desistiu do lançamento de acções de guerrilha no arquipélago. Em 1967, estava em fase avançada um novo plano de desembarque em Cabo Verde, inicialmente projectado para o mês de Abril de 1968¹⁹⁷⁹. Mas a detenção de Cabral, a 22 de Janeiro de 1968, no Aeroporto de Orly (Paris), veio adiar novamente a operação. A passagem de Cabral por Paris tinha por objectivo tratar, segundo ele, “com um camarada que lá se encontrava”, um assunto relacionado com a luta em Cabo Verde, por sugestão de Pedro Pires¹⁹⁸⁰. Este dirigente do PAIGC havia estado na Europa (França, Holanda e Bélgica) pouco tempo antes, numa missão de mobilização e de recrutamento junto da comunidade cabo-verdiana emigrada. Na sequência desta detenção de Cabral, foi-lhe fotografada toda a documentação que trazia¹⁹⁸¹, incluindo os passaportes falsos e correspondência variada que trocava com Pedro Pires.

Nesta altura, Portugal envidou, em vão, todos os esforços diplomáticos, no sentido de conseguir a extradição do líder do PAIGC. Valeu, na circunstância, a intervenção da Argélia, de Marrocos¹⁹⁸² e de François Mitterrand, dirigente do Partido Socialista

¹⁹⁷⁵ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2676, Informação n.º 1-179-CI (2), pasta 5, fl. 927.

¹⁹⁷⁶ Foi um veterano da Sierra Maestra enviado por Fidel Castro a Guiné, em 1966, para ajudar a reorganizar a guerrilha do PAIGC.

¹⁹⁷⁷ Foi um dos primeiros cabo-verdianos, de um grupo de 31, a ser enviado para Cuba para treino militar com vista a iniciar as actividades de guerrilha em Cabo Verde.

¹⁹⁷⁸ Piero Gleijeses, “The First Embassadors: Cuba’s contribution to Guinea-Bissau’s war of Independence”, *Journal of Latin-American Studies*, vol. 29, n.º 1, London, Cambridge University Press, February 1997, p. 62.

¹⁹⁷⁹ Vide Auto de Declarações de Albino Ferreira Fortes à PIDE publicada em anexo (doc. n.º 11) na versão documentada do livro de Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 709.

¹⁹⁸⁰ Reunião do Secretariado-geral 24-5-1968 [manuscrito], fl. 2.

¹⁹⁸¹ Vide, sobre este assunto, AHDMNE, processo 940, 1 (D), 455 PAA, “Planos de Actividades terroristas na Guiné”, Rebello de Andrade. Informação de Serviço 18.3. 1968), p. 1; e também José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, pp. 53-56 e 62.

¹⁹⁸² Entrevista a Joseph Turpin, Bissau, Outubro de 2002.

Francês (PSF), para desbloquear a situação. Recorde-se que, em Fevereiro de 1966, o Governo francês¹⁹⁸³ (e, pouco depois o suíço) haviam proibido a entrada do líder do PAIGC nos seus respectivos territórios.

Esta detenção de Cabral em França veio revelar, de acordo com uma informação de Rebello de Andrade, do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, que o PAIGC tinha “um plano de larga penetração”, em Cabo Verde, de “elementos dessa origem, dispersos por vários pontos da Europa”¹⁹⁸⁴. A ideia consistia em solicitarem o regresso ao arquipélago, com o intuito de exercerem actividades comerciais¹⁹⁸⁵. Uma das consequências imediatas da documentação que a polícia francesa enviou à sua congénere portuguesa, foi a prisão de vários elementos afectos ao partido de Amílcar Cabral que actuavam no arquipélago, nomeadamente na Assomada (Santa Catarina), com destaque para Fernando dos Reis Tavares (Toco), José Maria Pereira Querido, Emanuel de Jesus Braga Tavares, Gil Querido Varela e José Carlos de Aguiar Monteiro¹⁹⁸⁶.

De acordo com uma informação da PIDE, Fernando dos Reis Tavares seria o responsável pela escolha do lugar ideal para um provável desembarque¹⁹⁸⁷ e para o levantamento de todas as dificuldades que a luta, colocava num espaço geográfico difícil. Cabral considerava que a situação do arquipélago era diferente da de Cuba ou de Chipre, que não eram arquipélagos, mas ilhas únicas. Cabo Verde tinha o problema de serem dez ilhas e, por conseguinte, era preciso saber exactamente, reiterava ele no seminário de quadros de 1969, “onde começar a luta para ela ter a importância” desejável¹⁹⁸⁸. Este foi, quanto a nós, associada aos problemas logísticos, um dos obstáculos que fizeram com que o plano de desencadear a luta armada em Cabo Verde tivesse sido adiado *sine die*, mas não abandonado. Cabral continuava a acreditar no seu projecto de tomar Cabo Verde, certamente animado por alguns exemplos de sucesso que bem conhecia: Chipre, Cuba e Zanzibar¹⁹⁸⁹. Sabe-se que, em 1970, o plano de passar à fase seguinte, no arquipélago, estava ainda a ser considerado pelo líder do PAIGC, apesar de

¹⁹⁸³ Reunião do Secretariado-geral 24-5-1968 [manuscrito], fl. 3.

¹⁹⁸⁴ AHDMNE, processo 940, 1 (D), 455 PAA, “Planos de Actividades terroristas na Guiné”, Rebello de Andrade. Informação de Serviço 18.3. 1968, p. 1.

¹⁹⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 1.

¹⁹⁸⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2677, Informação n.º 1.199 – SC/C (2), pasta 5, fls. 1633 e 1634. Esta Informação da PIDE foi publicada em anexo (doc. n.º 10) por Aristides Pereira, *ob. cit.*, versão documentada. *Vide* ainda Pedro Martins, *Testemunho de um Combatente*, Instituto Camões. Centro Cultural Português, Praia-Mindelo, 1995. Coleção «Documentos para a História de Cabo Verde», p. 108.

¹⁹⁸⁷ *Vide* Aristides Pereira, *ob. cit.*, pp. 162-163; e também José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 55.

¹⁹⁸⁸ *Idem, ibidem*, im. 62.

¹⁹⁸⁹ “Amílcar Cabral: Frente al ultracolonialismo português”, *Pensamiento Crítico*, vol. 36, Habana (Cuba). Habana, Centro de Estudios Latino-americanos, 1967-1971, Enero 1970, p. 196.

ter a consciência que ainda não estavam asseguradas as condições para o desembarque¹⁹⁹⁰. Aliás, numa entrevista à revista cubana *Pensamiento Crítico*, afirmava que o sucesso da luta no arquipélago ia depender “do trabalho da direcção, do grau de mobilização das massa, do apoio que o povo der a luta”¹⁹⁹¹.

Pedro Martins¹⁹⁹² tinha alguma razão quando afirmava que o falhanço de Che Guevara na Bolívia, com a sua teoria do foco, influenciou a decisão de Amílcar Cabral em suspender *sine die* a operação de desembarque em Cabo Verde. De resto, estas afirmações vão ao encontro das de Albino Ferreira Fortes que, num auto de declarações prestadas à PIDE, em 1969, assegurava que, quando tudo estava a postos para o desembarque, os cubanos lhes informaram de “que não os transportariam a Santiago”¹⁹⁹³, uma vez que não se responsabilizariam “pelo êxito da operação”¹⁹⁹⁴. É que, ao que tudo indica, os cubanos teriam ficado ressentidos com a recente morte de Che Guevara na Bolívia e, por isso mesmo, “não estavam dispostos a correr outros riscos naquele momento”¹⁹⁹⁵. Mas, a nosso ver, por detrás da desistência de Fidel Castro e dos cubanos, contribuíram ainda outras razões. Por um lado, a desconfiança de que o plano do desembarque fosse conhecido dos portugueses, uma vez que alguns agentes cubanos infiltrados pela CIA¹⁹⁹⁶ tinham colaborado na morte de Che Guevara. Por outro, a intensificação do embargo americano, que deixou o país de Fidel Castro sem condições para manter o apoio a uma eventual invasão, sobretudo a nível de medicamentos e de armamento. Em último lugar, factores intrínsecos ao PAIGC. A prudência assim o recomendava. O primeiro destes factores estaria relacionado com a já referida detenção de Amílcar Cabral em Paris. O segundo, com as prisões levadas a cabo pela PIDE. Contudo, apesar das detenções e da suspensão do plano de luta armada nas ilhas, houve grupos organizados que se mantiveram mais ou menos activos (na clandestinidade, é claro) em vários pontos do arquipélago, sob a liderança de Jorge Querido.

No que dizia respeito aos apoios exteriores, é preciso assinalar que, no quadro africano, Amílcar Cabral não deixou de fazer sucessivos apelos para que a ajuda atribuída ao seu partido fosse incrementada e, aos países aliados de Portugal, para que cesassem de fornecer armas e material de guerra ao seu inimigo. Com a ajuda dos países

¹⁹⁹⁰ Vide extracto de entrevista de Herculano Vieira in Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 169.

¹⁹⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 196.

¹⁹⁹² Pedro Martins, *Testemunho de um Combatente*, Praia-Mindelo, Instituto Camões. Centro Cultural Português, 1995. Colecção «Documentos para a História de Cabo Verde», p. 95.

¹⁹⁹³ *Apud* Auto de Declarações de Albino Ferreira Fortes à PIDE publicada em anexo (doc. n.º 11) da versão documentada do livro de Aristides Pereira, p. 709.

¹⁹⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 709.

¹⁹⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 709.

¹⁹⁹⁶ Vide Aristides Pereira, *ob. cit.*, p. 170.

que o apoiavam, Cabral pretendia (e era vital) aumentar a pressão militar para poder forçar o Governo português a negociar. Assim, em Julho de 1969, de acordo com a informação da PIDE, datada de 27 de Agosto, vários elementos russos e checoslovacos teriam estado nas áreas ocupadas pelo PAIGC, a fim de se certificarem da situação no terreno, tendo em vista um possível aumento da ajuda militar¹⁹⁹⁷.

De 1 a 20 de Dezembro de 1969, o próprio Amílcar Cabral esteve em Moscovo, aparentemente para se tratar de uma doença de que padecia nas costas, oportunidade que aproveitou para pedir o reforço da ajuda militar. Tudo indica que o seu pedido foi imediatamente atendido, pois, a 13 de Dezembro¹⁹⁹⁸, o navio soviético, “Ravenstvo”, descarregava cerca de 12 toneladas de armamento no porto de Conakry.

No decurso da visita de Cabral a Moscovo, para além de um encontro com peritos militares soviéticos, que a DGS registou numa biografia elaborada sobre o líder do PAIGC, deve assinalar-se ainda a presença, na capital guineense (Conakry), em meados de Abril do ano seguinte (1970), de 35 especialistas russos, enquanto outro grupo de quadros militares do PAIGC destinados à marinha de guerra, que recebiam preparação militar na União Soviética, era também aguardado na capital guineense (Conakry)¹⁹⁹⁹.

De acordo com uma informação da DGS, depois da União Soviética, Cabral teria entrado clandestinamente na Suíça e em França com a intenção de contactar alegadamente com os traficantes de armas “para a comprar de bazzokas”²⁰⁰⁰.

Cabral também enfrentou a dura realidade da crise, aumentando a segurança e controlo internos. No seminário de quadros de 1969, Amílcar Cabral referia-se à necessidade de reforçar este serviço afirmando:

Podemos trabalhar muito, morrer na luta, cansarmo-nos, apoquentarmo-nos, envelhecer, adoecer, etc., mas se deixarmos a «baga-baga» [térmitas] comer o nosso pau por dentro, qualquer dia encostamo-nos ao pau e ele cai porque já está todo podre. «Baga-baga»,

¹⁹⁹⁷ AHDMNE, 940, 1 (5) D, 463 PAA, “Organização Nacionalista – PAIGC/PAIGCV”, Informação n.º 6, 27/8/69, Classificação C-3, vol. VIII, pasta n.º 2, fl. 3.

¹⁹⁹⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2677, Informação sem número, Actividades do “PAIGC”, Origem Reservada, 28/12/69, data recepção 2/1/70, pasta 5, fl. 1093.

¹⁹⁹⁹ *Idem, ibidem*, Inf. n.º 578 - CI(2), Actividades do “PAIGC”, DGS-Guiné, n. 1, 29/4/70, C-3, pasta 7, fl. 2.

²⁰⁰⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2677, Informação n.º 75 – CI (2), Actividades do PAIGC, 13/1/70 – B-1, pasta 7, fl. 192; e José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 62. Esta não foi, contudo, a última entrada clandestina de Amílcar Cabral em França. Tudo indica que, em Setembro-Outubro de 1971, Cabral teria novamente entrado naquele país, pela mão de Maurice Gastand, Presidente do Comité Nacional de Apoio à Luta de Libertação das Colónias Portuguesas (CNSLLCP) (*Vide* IAN/TT-PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2678, Nota POR/I n.º 78, de 6 de Dezembro de 1971, pasta 10, fl. 58).

tanto podem ser os agentes dos tugas no nosso meio, como nós mesmos, cada um de nós²⁰⁰¹.

Este reforço da segurança interna só foi possível graças à chegada de novos quadros do partido formados no exterior, cuja principal missão era a de detectar casos relacionados com a “ambição de chefia” e “oportunismo”. Cabral foi ameaçando que, quem tivesse “ambições de chefia (*regulundade*)” “mais dia, menos dia” teria que abandonar o partido²⁰⁰². Por outro lado, preconizava medidas de vigilância contra os “oportunistas” que, segundo ele, não eram só aqueles que estavam no Senegal “a tratar de fazer os seus movimentozinhos de porcaria”, mas os que tinha conhecimento que existiam no interior do seu próprio partido²⁰⁰³.

As melhorias registadas em matéria de segurança, ainda que com algumas imperfeições, teriam sido mesmo, assegurava Cabral, uma das maiores vitórias do seu PAIGC no ano de 1969.

A situação impunha, de facto, uma solução inteligente, ponderada e amadurecida, para não deixar perder o prestígio e as vitórias já alcançadas, nomeadamente, no plano exterior. Cabral referia-se a essas vitórias, ao respeito e à admiração granjeados pelo PAIGC no mundo e que era urgente preservar. Aliás, para ele, estas conquistas deviam ser um elemento susceptível de criar uma forte unidade em torno do seu projecto de edificação de uma “Pátria” africana nova e aumentar ainda mais a responsabilidade e o orgulho dos combatentes, dirigentes e militantes do partido.

Era necessário, pois, a adopção de medidas no plano político. Este passo foi dado, em Abril de 1970, quando Amílcar Cabral convocou aquela que viria ser, como já se referiu, a última reunião do *Bureau* Político como órgão do PAIGC. O jornal *Arquipélago*, de 9 de Setembro de 1971, aludindo a notícias confirmadas, no mês de Agosto, por um desertor do PAIGC, dava conta do ambiente que se vivia no seio daquele partido, com especial destaque para o conflito entre guineenses e cabo-verdianos²⁰⁰⁴, que teria levado Amílcar Cabral, nesta reunião do *Bureau* Político, a reestruturar²⁰⁰⁵ o partido em busca de uma solução jurídica internacional favorável. Em consequência da nova

²⁰⁰¹ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho político”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 21.

²⁰⁰² AMS, Amílcar Cabral, “Princípio do partido. 1. Nem toda e gente é do partido. 2. Democracia revolucionária...”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 97.

²⁰⁰³ *Idem, ibidem*, im. 29

²⁰⁰⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 19 – E/GT, “Amílcar Cabral”, fl. 2; e também IAN/TT – PIDE/DGS, processo 80/SR “Amílcar Cabral”, NT 5250, fl. 21.

²⁰⁰⁵ *Idem, ibidem*, fl. 21.

reforma, o líder do PAIGC acabou com a antiga estrutura composta pelo Comité Central, na qual também se destacava a figura do Secretário-geral, o *Bureau* Político (órgão mais importante do partido), composto por 7 membros, que por inerência de funções, integrava também o Conselho de Guerra, o Comité das Inter-Regiões, as regiões (Norte e Sul), os sectores e as *tabancas*.

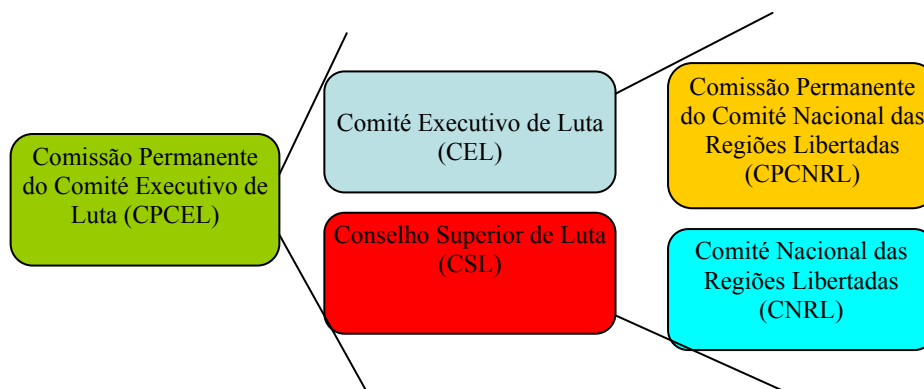
Na nova estrutura²⁰⁰⁶, a par do instituído Comité Nacional das Regiões Libertadas (CNRL), também foi criado um organismo superior – a Comissão Permanente do Comité Nacional das Regiões Libertadas (CPCNRL) – que contava com um responsável político, de produção, de segurança e de reconstrução nacional. Esta comissão, com o apoio da qual Amílcar Cabral pretendia reforçar o princípio de direcção colectiva²⁰⁰⁷, estava dependente, hierarquicamente, da Comissão Permanente do Comité Executivo de Luta (CPEL) formada por três membros fundadores do PAIGC: Amílcar Cabral, Luís Cabral e Aristides Pereira.

Na mesma reunião, por proposta de Amílcar Cabral, alargaram-se e definiram-se as funções dos responsáveis pela Reconstrução Nacional e criaram-se novas estruturas dos órgãos de direcção típicas de um “Estado”. Eram eles: o Comité Executivo de Luta (CEL), de 24 elementos, e um Conselho Superior de Luta (CSL), órgão supremo do partido, com cerca de 75 membros. Este último órgão funcionava como uma espécie de assembleia, com competência para deliberar, legislar e fiscalizar todos os restantes órgãos. Enquanto não se reunia o CSL, era o CEL, cujos membros eram normalmente indigitados pelo CPEL, que representava, a nível máximo, o partido. É evidente, como afiança Lars Rudebeck, que as mudanças operadas foram no sentido de uma cada vez maior centralização.

²⁰⁰⁶ Vide Quadro 2.

²⁰⁰⁷ AMS, “Esclarecimentos sobre as novas estruturas da Direcção do partido e sobre as funções dos diversos órgãos dirigentes”. Intervenção do camarada Amílcar Cabral na reunião de quadros superiores do partido, de 13 a 15 de Setembro de 1970. (Este texto, em português, é a tradução do original, em crioulo, que foi registado em gravador), PAIGC, pasta 4341.001, im 116.

Quadro 2 - Reestruturação dos órgãos dirigentes do PAIGC em 1970



Patrick Chabal via nessa reestruturação uma forma do líder do PAIGC se livrar de designações com conotações socialistas e comunistas, nada convenientes para a acção política e diplomática que era necessário doravante empreender²⁰⁰⁸, numa altura em que estava a considerar a independência da Guiné²⁰⁰⁹. O próprio Amílcar Cabral o deixava antever, num relatório sobre a situação da luta, de 1971, quando afirmava que a nova estruturação política era para responder a novas exigências e às múltiplas actividades de uma organização política e de um novo “Estado”. Portanto, na perspectiva de Cabral, a realidade da Guiné já não era só a da existência de um partido, mas também de um “Estado”²⁰¹⁰. Veja-se, por exemplo, o abandono da designação “regional” ou “inter-regional, atribuída inicialmente a alguns órgãos de Governo das “áreas libertadas” e a adopção do termo “Nacional”.

Todavia, é necessário ir mais longe para se compreender a razão de ser e a oportunidade das reformas políticas. Uma leitura atenta da abundante documentação do PAIGC daquele período revela-nos que, perante as críticas, Cabral avançou de uma posição de líder com uma autoridade dominante para a situação de uma direcção colectiva, onde não deixou de se manifestar a propensão para o reforço e concentração do

²⁰⁰⁸ Patrick Chabal, *Amílcar Cabral. Leadership...*, p. 107.

²⁰⁰⁹ *Idem, ibidem*, pp. 106-110.

²⁰¹⁰ AMS, “Esclarecimentos sobre as novas estruturas da Direcção do partido e sobre as funções dos diversos órgãos dirigentes”. Intervenção do camarada Amílcar Cabral na reunião de quadros superiores do partido, de 13 a 15 de Setembro de 1970. (Este texto, em português, é a tradução do original, em crioulo, que foi registado em gravador), PAIGC, pasta 4341.001, ims. 114.

poder (pelo menos teoricamente) do Secretário-geral, embora na prática não o tenha efectivamente conseguido totalmente, ao contrário do que sugere Chilcote²⁰¹¹.

Cabral justificava a tendência, afirmando, a propósito da direcção colectiva substanciada no “triunvirato” que então dirigia – desde a cúpula, o partido e a luta – que não significava que não houvesse uma autoridade ou que houvesse anarquia, desordem e contradição. Antes pelo contrário, direcção colectiva significava, nas suas palavras, “direcção, mando ou comando feito por um grupo de pessoas e não por uma só pessoa ou por algumas pessoas do grupo”²⁰¹². Mas, dentro deste grupo, os que podiam e tinham mais experiência deviam ajudar os outros a melhorarem o seu trabalho, sem açambarcarem o trabalho colectivo²⁰¹³. Assim, “o poder de decisão, de dar palavras de ordem, de estabelecer tarefas, de dirigir”, estava concentrado “em órgão ou entidades centrais, com funções bem definidas”, mas segundo Cabral, as decisões, as palavras de ordem, etc., deviam ser “tomadas democraticamente, com base nos interesses e na opinião dos representantes das massas, com base no respeito pela opinião e pelos interesses da maioria”²⁰¹⁴. No entanto, Cabral era claro quanto aos princípios, ao assinalar que a democracia não era um direito, mas um dever no quadro da luta de libertação nacional²⁰¹⁵. Por isso, de modo a resolver as contradições internas e tendo em vista a melhoria do trabalho do partido²⁰¹⁶, a democracia devia assentar no princípio da crítica e da autocrítica. Dizia Cabral a propósito, em 1971:

Se o dirigente principal que sou eu, tem o direito de exprimir o seu pensamento, o seu sentimento, a sua opinião, sobre cada problema que existe, qualquer outro elemento, homem ou mulher, velho ou novo, tem direito e o dever de exprimir também a sua opinião, sobre os diversos problemas que vão ser discutidos²⁰¹⁷.

Cabral definia a “crítica” como:

O acto de exprimir uma opinião franca, aberta, diante dos interessados, com base nos factos e espírito de justiça, para apreciar o pensamento e a acção dos outros, com o objectivo de melhorar esse pensamento e essa acção²⁰¹⁸.

²⁰¹¹ Ronald H. Chilcote, *Emerging nationalism in Portuguese Africa*, Hoover Institutions Press Stanford University, Stanford California, 1972, p. XIII.

²⁰¹² FAC (Praia), “Aplicar na Prática os Princípios do partido”. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in “Palavras de Ordem”, Novembro de 1965, 3 H.

²⁰¹³ *Idem, ibidem*, 4 H.

²⁰¹⁴ *Idem, ibidem*, 4 H.

²⁰¹⁵ *Idem, ibidem*, 1 H.

²⁰¹⁶ *Idem, ibidem*, 1 H.

²⁰¹⁷ AMS, “Abertura. Sobre a situação da luta. Intervenção do camarada Amílcar Cabral”. Reunião do Conselho Superior de Luta, 9 a 16 de Agosto de 1971, pasta 4341.002, im. 32.

²⁰¹⁸ FAC (Praia), “Aplicar na Prática os Princípios do partido”. Do camarada Amílcar Cabral aos respon-

E a autocrítica de modo seguinte:

A capacidade de cada um fazer uma análise concreta do seu próprio trabalho, de distinguir nele o que está bem do que está mal, de conhecer os seus próprios erros e de descobrir as consequências desses erros²⁰¹⁹.

Neste sentido, a autocrítica era, simultaneamente, um acto de coragem e de fraqueza. Contudo, apesar dos esforços feitos, muitos dos problemas internos então enfrentados não foram atenuados, nem mesmo com as reformas.

É necessário sublinhar, no entanto que, do ponto de vista político, se o princípio teórico defendido era o de uma direcção colectiva, consubstanciado na CPCEL, dentro deste órgão o destaque ia, naturalmente, para a figura do Secretário-geral, Amílcar Cabral. Era ele quem, no denominado “triumvirato” que compunha aquele órgão e na qualidade de “Chefe Supremo de toda a gente no Partido”²⁰²⁰, como chegou a declarar, emergia como o líder máximo na estrutura partidária. Da sua vontade, insistia Cabral, dependia, inclusivamente, “a própria presença ou não dos membros da Comissão Permanente nessa Comissão”²⁰²¹. Lembramos que os restantes dois membros do “triumvirato” eram nada mais nada menos que Aristides Pereira e o meio-irmão de Amílcar, Luís Cabral.

Das atribuições do Secretário-geral contavam-se, entre outras, “o direito e o dever de conhecer, de sancionar, de aceitar ou recusar, toda e qualquer actividade ou proposta, feita pelos próprios membros da Comissão Permanente”²⁰²². Mas, embora tivesse a obrigatoriedade de prestar contas à Comissão Permanente, ao Comité Executivo e ao Conselho Superior de Luta, cabia-lhe ainda definir a posição de cada um dos seus membros, atribuir funções concretas e ajudar “toda a gente” a resolver problemas²⁰²³.

A referida CPCEL, que dirigia colectivamente o partido e a luta, aparecia assim como o órgão mais importante da estrutura do partido. Isto é tão evidente que, quando os outros dois órgãos (o CSL e o CEL) reuniam sem data exacta, todas as decisões relevantes em matéria política e militar se concentravam na CPCEL, mais concretamente na

sáveis do partido, PAIGC, in “Palavras de Ordem”, Novembro de 1965, 1 H.

²⁰¹⁹ *Idem, ibidem*, 2 H.

²⁰²⁰ AMS, “Esclarecimentos sobre as novas estruturas da Direcção do partido e sobre as funções dos diversos órgãos dirigentes”. Intervenção do camarada Amílcar Cabral na reunião de quadros superiores do partido, de 13 a 15 de Setembro de 1970. (Este texto, em português, é a tradução do original, em crioulo, que foi registado em gravador), PAIGC, pasta 4341.001, im. 122.

²⁰²¹ *Idem, ibidem*, im. 122.

²⁰²² *Idem, ibidem*, ims. 122-123.

²⁰²³ *Idem, ibidem*, ims. 122-123.

figura de Amílcar Cabral. Deste modo, o controlo do poder só se operava no sentido do topo para a base e não ao contrário. O que sucede é que se até aqui a CPCEL era independente do controlo, como de resto o defendiam Galli e Jones, essa independência tornou-se ainda maior e o contacto com os quadros e os camponeses mais limitado, fazendo com que fosse cada vez mais difícil o uso de meios legítimos para substituir a liderança, em caso de necessidade, e a mobilidade interna daqueles para lugares de chefia²⁰²⁴. Portanto, ao contrário do que esperava Ronald Chilcote²⁰²⁵, a liderança colectiva talvez tivesse estimulado a tomada de decisões “democraticamente” e a unidade interna a nível da cúpula, mas nunca entre a base e a cúpula. Por exemplo, o facto de o denominado “triumvirato” ser constituído por elementos considerados “cabo-verdianos” veio aumentar as divergências e os conflitos internos. É ainda muito provável que, com a CPCEL, o objectivo de Cabral fosse, pura e simplesmente, o de não engendrar nenhum sucessor natural.

Do ponto de vista estritamente militar, a assunção, por inerência de funções, da presidência do Conselho de Guerra²⁰²⁶, veio dilatar ainda mais as atribuições do Secretário-geral. A partir de 1969, o controlo daquele importante órgão, no quadro da luta armada, passou a servir também para coordenar o trabalho político (os comissários políticos), a luta²⁰²⁷ (os comandantes militares) e fazer com que, como dizia Cabral em entrevista a *Tricontinental*, “qualquer modificação, qualquer acção nova, de envergadura” passasse pelo Conselho de Guerra e, por conseguinte, pelas suas próprias mãos²⁰²⁸. E concluía Cabral: “isso dá uma ideia da nossa centralização no trabalho”²⁰²⁹.

Cabral afirmava que a nova estrutura era mais realista, pois adoptava designações que tinham que ver com a realidade da Guiné²⁰³⁰. Mas, outra consequência imediata das mudanças registadas estava relacionada com as lutas internas no seio do partido e revelavam uma clara tentativa de Amílcar Cabral para afastar os elementos considera-

²⁰²⁴ Rosemary E. Galli e Jocelyn Jones, *ob. cit.*, p. 63.

²⁰²⁵ Ronald H. Chilcote, *ob. cit.*, p. XLI.

²⁰²⁶ Ao contrário do que defendem Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (*Guerra Colonial. Angola. Guiné. Moçambique*, Lisboa, *Diário de Notícias*, 1999, p. 158), este órgão não funcionava como uma espécie de Estado-Maior. Na estrutura do PAIGC, a reunião dos delegados do *Bureau* Político (mais tarde CEL) com os comandos é que formavam o Estado-Maior (Reunião do dia 3-5-1968 com os camaradas vindos do Estágio político da União Soviética [manuscrito], fl. 1).

²⁰²⁷ AMS, “Princípios. O nosso partido e a luta devem ser dirigidos...”, pasta 4340.001, im. 21; Amílcar Cabral, “Guinea: el poder de las armas”, *Tricontinental*, Havana (Cuba), 12 Marzo-Juño, 1969, *Tierra de Ideas*, p. 13.

²⁰²⁸ Amílcar Cabral, “Guinea: el poder de las armas”, p. 13.

²⁰²⁹ *Idem, ibidem*, p. 13.

²⁰³⁰ AMS, “Esclarecimentos sobre as novas estruturas da Direcção do partido e sobre as funções dos diversos órgãos dirigentes”. Intervenção do camarada Amílcar Cabral na reunião de quadros superiores do partido, de 13 a 15 de Setembro de 1970. (Este texto, em português, é a tradução do original, em crioulo, que foi registado em gravador), PAIGC, pasta 4341.001, im. 117.

dos incómodos, objectivo que foi logrado através da votação, por unanimidade, da reestruturação de dois dos (teoricamente) principais órgãos do partido (o CSL e o CEL), com a extinção do Comité Central e do *Bureau* Político, e ainda com a redução do número de elementos que entravam na composição dos novos órgãos.

Não foi por acaso que, a propósito da supressão do Comité Central e do *Bureau* Político, Cabral assinalou, em linguagem figurada, na reunião dos quadros superiores do partido realizada em Setembro de 1970, o seguinte: “as abelhas gostam muito de açúcar, mas se acabarmos com o açúcar, as abelhas vão-se embora”²⁰³¹.

Satisfeito com a nova composição daqueles órgãos, que ele mesmo havia proposto, Amílcar Cabral não deixou de, no discurso de encerramento, se regozijar com a vitória alcançada na luta contra aqueles que, segundo ele, só estavam interessados em “tratar da sua vida” e a fazer apenas aquilo que lhes interessava, que era “arrumar a sua vida, a criar dentro do partido, o seu próprio partido, com a sua gente, as suas coisas, os seus problemas...”²⁰³².

Em relação a estes “maus” correligionários, Cabral reiterava a sua posição: “Eu não quero nada para mim. Eu quero servir a minha terra, o meu povo na Guiné e Cabo Verde o máximo possível”²⁰³³. E concluía dizendo que, apesar disso, os elementos afastados, por força das reformas, iam sair daquela reunião “altamente aborrecidos” consigo, porque ele não perdoava nada, não desculpava “coisa nenhuma”²⁰³⁴.

Apesar das tentativas para assegurar o funcionamento dos órgãos, decidido na reunião do, entretanto extinto, *Bureau* Político, de Abril de 1970, Cabral referia-se a uma certa resistência à mudança que ainda se verificava a nível dos organismos reformados. Por isso, numa reunião dos quadros superiores do partido, realizada em Setembro de 1970, voltou a fazer um esclarecimento sobre as novas estruturas e funções dos órgãos dirigentes.

Em todo o caso, graças à nova estrutura, Amílcar Cabral conseguiu, por exemplo, uma nova transferência de um dos elementos do seu partido que, por razões de privacidade, mantemos no anonimato, apontado pela DGS como um crítico da sua liderança, de Ziguinchor para Conakry (e não Dakar, como a DGS chegou a ventilar), em Outubro de 1970. Cabral justificava a transferência, alegando o facto de ter havido melhorias nas relações com o Senegal, que não justificavam a manutenção do Lar que o PAIGC possuía naquela localidade senegalesa. Contudo, de acordo com o relato de um

²⁰³¹ *Idem, ibidem*, im. 118.

²⁰³² AMS, “Reunião do Conselho Superior de Luta (9 a 16 de Agosto de 1971)”. Discurso de Encerramento. Intervenção do camarada Amílcar Cabral, Agosto de 1971, pasta 4602.071.

²⁰³³ *Idem, ibidem*.

²⁰³⁴ *Idem, ibidem*.

informador da DGS, tal transferência estaria relacionada, na realidade, com rumores de que os “descontentes” poderiam substituir Amílcar pelo referido elemento “tido como um duro e agressivo”²⁰³⁵. A confirmar-se esta transferência por divergências, a ideia de Amílcar Cabral teria sido de controlar melhor aquele elemento.

De acordo com a PIDE, as alegadas divergências de Amílcar Cabral com o supracitado elemento eram bastante antigas, aparecendo referenciadas em vários documentos da PIDE, como já tivemos oportunidade de mencionar. Em Setembro de 1972, por exemplo, a DGS voltou a fazer alusão a críticas deste elemento dirigidas contra Cabral, devido à forma como a guerra estaria a ser conduzida, enquanto este responsabilizava aquele pelos fracassos que se vinham verificando na Frente Norte²⁰³⁶.

Do ponto de vista militar, Cabral tentou incentivar os seus guerrilheiros a intensificarem os ataques contra as forças “inimigas”. Mas, não nos parece que tenha tido bons resultados neste domínio. Foi exactamente numa altura em que, apesar de munido de novo e poderoso armamento que, sintomaticamente, o número de ataques diminuiu ou, pelo menos, não eram feitos com a regularidade que Cabral desejaria. Esta situação levou o líder do PAIGC a lamentar, no seminário de quadros de 1969, a falta de espírito de luta, ao contrário do que sucedera na fase de mobilização, “quando com poucas armas nas mãos” atacavam os portugueses²⁰³⁷.

Para além disso, de acordo com informações da PIDE, ainda nos inícios de Fevereiro de 1969, Cabral tentava “quebrar” o movimento de oposição no seio das chefiaturas militares, através da rotatividade dos comandos que, de dois em dois, ou de três em três meses, eram mudados²⁰³⁸.

A 19 de Setembro de 1970, por ocasião do aniversário da fundação do PAIGC, e na sequência de uma reunião do Conselho de Guerra, as reformas de Amílcar Cabral chegavam às estruturas militares. As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), criadas em 1964, passaram a ser formadas, por dois ramos: as Forças Armadas Nacionais (FAN), constituídas pela Marinha Nacional Popular (MNP) e pelo Exército Nacional Popular (ENP), e as Forças Armadas Locais (FAL), sucedâneas das Milícias Popula-

²⁰³⁵ AHDMNE, processo n.º 940, 1 (D), 455 PAA, “Plano de Actividades Terroristas nas Províncias Ultramarinas”, Circular PAA 25 - Confidencial de 25/5/1971, Informações de ... sobre o PAIGC, fls. 3-4.

²⁰³⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 259/60, “Luís Cabral”, SR, NT 2981 – CI (2), Informação n.º 1087 - CI(2), Situação no “PAIGC”, DGS - Guiné, n.º 1, 20/9/72, F-6, fls. 207-208.

²⁰³⁷ AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e Perspectivas de luta...”, pasta 4340.001, im. 161.

²⁰³⁸ AHDMNE, 940, 1 (5) D, 463 PAA, “Organizações Nacionalistas - PAIGC/PAIGCV”, Informação n.º 214 – SC/CI (2), Actividades do “PAIGC”, PIDE-Guiné, n.º 9, 11/2/69, Classificação B-2, vol. VIII, pasta n.º 2, fl. 4.

res. A incorporação de novos elementos nas FARP passou a ser precedida do juramento que tinha sido suspenso na primeira fase da guerra²⁰³⁹.

Com esta reforma a nível da estrutura militar, Cabral procurava, sobretudo, adaptar as FARP à remodelação operada nos órgãos de Governo, dando-lhes também um carácter nacional, e, pelo menos, tentando melhorar, a actuação das suas duas componentes: as FAN (ENP e a MNP) e as FAL²⁰⁴⁰. Abandonava-se assim a antiga estrutura herdada do Congresso de Cassacá, constituída por guerrilha, milícias e marinha popular. O Secretário-geral do partido, Amílcar Cabral, ainda chamou a si a responsabilidade máxima das FARP, na qualidade de Presidente do Conselho de Guerra, órgão que havia sido criado também em 1964. Como se afirma num documento interno do PAIGC, foi Cabral quem passou a “determinar as acções fundamentais do EP e os movimentos dos diversos Exércitos e Corpos do Exército, ao serviço da luta”²⁰⁴¹.

Há que destacar, nas novas atribuições das FARP, o facto de nela poderem fazer parte, de acordo ainda com o supracitado documento, “todos os homens válidos naturais da Guiné e Cabo Verde, de mais de 17 anos e de menos de 40, que sejam recrutados para nelas prestarem serviço militar”²⁰⁴².

Num outro *item* do documento acima citado, mencionava-se, de modo explícito, que a “recusa de recrutamento e incorporação nas FAN, assim como a deserção”, eram considerados “crime de traição aos interesses fundamentais” do povo e “à luta armada de libertação nacional”, sendo, por isso, punidos “segundo a Lei de Justiça Militar”²⁰⁴³, publicada a 19 de Setembro de 1966. De acordo com o seu artigo 28.º (capítulo V), aqueles crimes incorriam na pena de morte por fuzilamento²⁰⁴⁴. Antes da feitura da lei,

²⁰³⁹ “Juro ser fiel ao PAIGC, aos serviço da libertação e do progresso do povo da Guiné e Cabo Verde. Juro respeitar e cumprir as leis e a disciplina das FARP, obedecer às ordens dos meus dirigentes, no interesse do PAIGC. Juro denunciar, combater e destruir os inimigos do PAIGC que são os inimigos da liberdade, da paz e do progresso do nosso povo. Juro fazer todos os esforços necessários, consentir todos os sacrifícios, mesmo dar a minha vida, para a conquista da independência e a defesa da nossa pátria africana. Juro ter um comportamento moral digno e só usar a arma que me é confiada contra os inimigos do nosso povo” (AMS, “Forças Armadas Revolucionárias do Povo – Bases e Componentes. Vamos reorganizar e melhorar a acção das Forças Armadas Nacionais, vamos mobilizar todas as capacidades para criar e desenvolver as Forças Armadas Locais, vamos dar golpes cada vez mais duros ao inimigo, para expulsá-lo de vez para sempre da Guiné e Cabo Verde”, Setembro de 1970, PAIGC, pasta 4343.002, im. 61).

²⁰⁴⁰ Vide Quadro 3.

²⁰⁴¹ *Idem, ibidem*, im. 64.

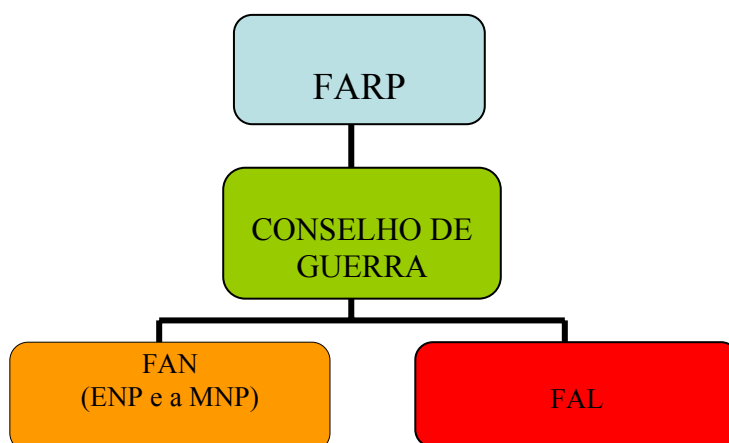
²⁰⁴² AMS, “Forças Armadas Revolucionárias do Povo – Bases e componentes –. Vamos reorganizar e melhorar a acção das Forças Armadas Nacionais, vamos mobilizar todas as capacidades para criar e desenvolver as Forças Armadas Locais, vamos dar golpes cada vez mais duros ao inimigo, para expulsá-lo de vez para sempre da Guiné e Cabo Verde”, Setembro de 1970, PAIGC, pasta 4343.002, im. 62.

²⁰⁴³ *Idem, ibidem*, im. 62.

²⁰⁴⁴ Vide “Lei da Justiça Militar de 19 de Setembro de 1966” (Com as modificações introduzidas pelo Bureau Político do partido, na reunião de 20 a 23 de Dezembro de 1966, Publicação do Serviço de Secretariado e Justiça Militar do Conselho de Guerra, pp. 6 e 7. Em Maio de 1972 foi preparado um projecto de revisão desta Lei (Lars Rudebeck, *ob. cit.*, p. 197) acerca do qual nada mais sabemos.

as penas de morte, trabalho forçado ou prisões eram aplicadas, normalmente, com a anuência do CSL²⁰⁴⁵. A adopção de medidas contra a recusa de recrutamento tinha como objectivo imediato atacar a crescente e perigosa deserção que, desde 1964, ameaçava paralisar a guerrilha e preocupava Cabral. Com esta finalidade, ter-se-ia deslocado a Dakar, em 1969, para tratar do assunto relacionado com a falta de combatentes, tendo solicitado aos responsáveis do seu partido que envidassem esforços no sentido de “desenvolverem propaganda ao longo da fronteira, com vista ao ingresso de novos elementos nas forças do «partido»”²⁰⁴⁶.

Quadro 3 - Reforma das Forças Armadas em 1970



2.5. As várias tentativas fracassadas de negociação

Apesar de enfrentar inúmeros problemas internos, Cabral continuou a centrar a sua atenção no aumento da pressão militar para, no mínimo, abrir caminho a negociações directas com o governo português. Aliás, há muito que a hipótese de negociações vinha sendo considerada e, nos finais da década de 60, os apelos neste sentido tenderam mesmo a multiplicar-se nos seus discursos. Por exemplo, ainda em Agosto de 1969, numa conferência de imprensa realizada em Dakar, provavelmente conhecedor do clima que se vivia na “metrópole” em torno das eleições legislativas marcadas para o dia 1 de

²⁰⁴⁵ FAC (Praia - Cabo Verde), “Reforçar a segurança e a disciplina «em todos os sectores da luta»”. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in “Palavras de Ordem”, Novembro de 1965, p. 3 E.

²⁰⁴⁶ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 463 PAA, “Organizações Nacionalistas. PAIGC/PAIGCV”, – Informação n.º 1.106, Informação n.º 651 – SC/CI (2), n.º 9, 17/6/69, Classificação B-2, vol. VIII, pasta 2, p. 4.

Outubro daquele ano e em relação às quais se acreditava que acabariam com a guerra colonial em África, Cabral voltou a declarar estar disposto a iniciar negociações com o Governo de Lisboa para a libertação da Guiné e Cabo Verde, mas ameaçando que, se tal não acontecesse, tudo seria resolvido no campo de batalha²⁰⁴⁷.

Embora possa ser verdade, como sustentam vários autores, que a insistência de Amílcar Cabral em negociar com Portugal era uma maneira de ganhar tempo, enquanto aguardava a chegada de armamento e de aviões russos, para lançar a ofensiva final, deve dizer-se, no entanto, que Cabral falava convictamente, uma vez que reconhecia ser difícil infligir uma derrota militar do exército português. Nem ele pretendia, conforme chegou a declarar ao jornal francês, *Le Point*, a “humilhação de Portugal” para, como reiterou numa outra ocasião, ter “a glória de ter vencido um exército europeu para poder satisfazer nossos complexos africanos”²⁰⁴⁸. Em causa estava a criação de condições para a resolução política do conflito que preservasse a imagem de Portugal e mantivesse aberta a possibilidade de colaboração futura.

Em finais de Dezembro de 1969, a DGS²⁰⁴⁹ aludia que, numa recente passagem por Moscovo, Amílcar Cabral reunira-se com um ideólogo do *Bureau* Político soviético o qual ponderando as dificuldades enfrentadas no terreno, certamente conhecida do mais importante aliado do líder do PAIGC, e a demora excessiva da guerra, teria sugerido a Amílcar Cabral que envidasse “urgentemente todos os seus esforços no sentido de pôr termo ao conflito com os portugueses, através de negociações”²⁰⁵⁰. Ainda que desconheçamos todos os pormenores dos contactos de Cabral em Moscovo, constata-se, a partir de 1970, a multiplicação, nos seus discursos, dos apelos à negociação. Era urgente encontrar uma solução política para o conflito. O próprio líder nacionalista reconhecia que a guerra tinha como objectivo primordial a viabilização de uma “solução política”, consubstanciada na célebre frase sua, de 1965, em que dizia que o seu partido era constituído por “militantes armados e não militares”²⁰⁵¹. Aliás, como o equilíbrio do ponto de vista militar era nota dominante, Cabral considerava que a guerra chegaria ao fim a partir do momento em que os portugueses decidissem enveredar pela via negocial.

A insistência de Amílcar Cabral, na abertura de negociações, deu azo a críticas oriundas, como já se viu, do interior do seu próprio partido, de movimentos rivais como

²⁰⁴⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2677, pasta 7, fl. 52.

²⁰⁴⁸ “Amílcar Cabral: frente al ultracolonialismo português”..., p. 197.

²⁰⁴⁹ A PIDE foi extinta a 24 de Setembro de 1969, tendo sido substituída pela Direcção Geral de Segurança (DGS).

²⁰⁵⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2677, Informação sem número, Actividades do “PAIGC”, Origem Reservada, 28/12/69, data recepção 2/1/70, pasta 5, fl. 1093.

²⁰⁵¹ *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A prática revolucionária. Unidade e luta II*, volume II, Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 138.

a Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné (FLING) e, muito provavelmente, dos movimentos de libertação das outras colónias portuguesas. Já em 1968, num documento divulgado pelo Comité Revolucionário da FLING, criticava-se a direcção e os dirigentes do PAIGC, acusando-os de tentarem, desde 1964, a aproximação e entendimento “com os colonialistas portugueses por propostas secretas e contra-revolucionárias”²⁰⁵².

Provavelmente, na sequência de muitas críticas e condenações às suas propostas de negociação com Portugal, Cabral respondeu, aquando da sua passagem pela capital inglesa em 1971, que a sua luta era essencialmente política e para as negociações:

Our aim is not to conquer Portugal or to force Portugal to their knees... Our goal is freedom from colonial rule²⁰⁵³.

Cabral ainda insistia, numa entrevista a *World Magazin*, em Dezembro de 1971:

We cannot be condemned for negotiating in those conditions. No one can condemn the Vietnamese for negotiating with the Americans in Paris. Anyone who question negotiations does not understand our struggle and its aims²⁰⁵⁴.

Dirigindo-se, certamente, aos seus companheiros dos movimentos de libertação das outras colónias portuguesas, Cabral considerava que era um falso problema pensar que se Portugal abandonasse a Guiné podia reforçar a luta em Angola e em Moçambique. Apesar de assegurar que a guerra dos povos da Guiné e de Cabo Verde estava intimamente ligada à das outras colónias portuguesas, reconhecia também, que a luta política em que estava “engajado”, não era uma linha estreita, mas em espiral. Por isso, era necessário aproveitar as oportunidades que a própria luta criara para cumprir os objectivos²⁰⁵⁵. De uma coisa estava, porém, Cabral seguro: nunca estaria em causa o objectivo principal, que era a conquista da independência da Guiné e de Cabo Verde.

Foi, seguramente, esta abertura revelada por Amílcar Cabral em entabular conversações com o adversário, que Senghor tentou aproveitar, propondo ao Governo português, em 1970, um plano de autonomia progressiva e africanização da Administra-

²⁰⁵² “A direcção e os dirigentes do PAIGC são contra-revolucionários”, Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné-Bissau (FLING), feito em Dakar, 10 de Abril de 1968 (Apêndice documental, doc. n.º 40).

²⁰⁵³ Amílcar Cabral, “Our people are our mountain”, by William J. Pomeroy, *World Magazine*, 4, December 1971.

²⁰⁵⁴ *Idem, ibidem.*

²⁰⁵⁵ *Idem, ibidem.*

ção²⁰⁵⁶. A ideia era evitar o prolongamento de um conflito que podia ser prejudicial para a segurança das suas fronteiras.

Nos inícios de 1971, pouco depois da frustrada invasão da Guiné-Conakry, de novo Senghor voltou a empenhar-se em sentar as duas partes do conflito à mesa das negociações²⁰⁵⁷. Uma vez mais, o esforço feito fracassou por culpa da inflexibilidade do Governo português. De qualquer modo, a intensificação de actividades militares do PAIGC na mesma altura pode ser interpretada como a não-aceitação, por parte de Amílcar Cabral, das propostas de Senghor. É que já era tarde para um projecto daquela natureza. Além do mais, Cabral não aceitava que qualquer país o substituísse nas negociações com o Governo português²⁰⁵⁸. Daí a desconfiança manifestada em determinadas ocasiões em relação às iniciativas de alguns países e dirigentes africanos, nomeadamente do Senegal, tendo em vista a criação de condições para conversações.

A sucessão de fracassos não impediu o Presidente Senghor de continuar a procurar uma saída negociada para a guerra da Guiné. Uma destas tentativas teve lugar em Paris, em 1971, e juntou à mesma mesa as diplomacias de Portugal e do Senegal²⁰⁵⁹. No mesmo ano, fracassou um encontro entre Senghor e Spínola. Seguiu-se-lhe, com idêntico resultado, uma reunião dos Ministros de Negócios Estrangeiros dos dois países. Portugal apenas estava disposto a conceder autonomia.

Nos primórdios de 1972, depois de um anterior pedido de encontro, na zona da fronteira, ter sido rejeitado por Spínola²⁰⁶⁰, Senghor voltou a propor um encontro com Spínola, que chegou a realizar-se, a 18 de Maio, em Cap Skiring (Senegal). Repentinamente, Marcelo Caetano ordenou a interrupção e o abandono destas conversações, pois preferia uma derrota militar do que negociar com os chamados “terroristas”. Já nessa altura, temendo que o colapso da Guiné se precipitasse, Caetano não pedia às suas forças armadas uma vitória, mas que aguentassem até ao limite das suas capacidades.

Cabral e o Senegal não foram os únicos a tentarem uma saída negociada para a guerra da Guiné. O próprio Conselho de Segurança e a OUA tentaram-na. Por outro lado, da parte portuguesa também houve iniciativas nesse sentido. Por exemplo, em 1970, Rui Patrício, entretanto empossado Ministro dos Negócios Estrangeiros, por

²⁰⁵⁶ Vide, sobre este assunto, João Paulo Guerra, *ob. cit.*, p. 189; Norrie MacQueen, “Portugal’s first domino...”, *Contemporary European History*, vol. 8, n.º 2, Cambridge, 1999, p. 218.

²⁰⁵⁷ Norrie MacQueen, “Portugal’s first domino: Pluricontinentalism and colonial war in Guinea-Bissau. 1963-1974”, *Contemporary European History*, vol. 8, n.º 2, Cambridge, July 1999, p. 218.

²⁰⁵⁸ “Guinée-Bissau. M. Cabral critique violemment la visite du Président Banda au Mozambique”, *Le Progrès*, n.º 627, 23 Septembre 1971.

²⁰⁵⁹ João Paulo Guerra, *ob. cit.*, p. 226.

²⁰⁶⁰ Norrie MacQueen, “Portugal’s first domino...”, p. 220; e António de Spínola, *País sem Rumor. Contributo para a História de uma Revolução*, Lisboa, SCIRE, 1978, p. 26.

demissão de Franco Nogueira, deu luz verde para conversações secretas com o Senegal com vista a um cessar-fogo na Guiné²⁰⁶¹. Ainda no mesmo ano, Londres foi palco de um encontro secreto entre representantes do governo português e enviados do PAIGC.

Há que assinalar ainda uma iniciativa do Brasil, por intermédio do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Gibson Barbosa, que contou com o envolvimento directo do Senegal, Quênia, Nigéria, Costa de Marfim e Zaire²⁰⁶².

No terreno, as próprias chefias militares de ambos os lados chegaram a ensaiar um encontro, mas do qual nada resultou, por ter sido ordenada, como já se disse, a liquidação de quatro representantes militares portugueses²⁰⁶³, facto que chocou de tal maneira Amílcar Cabral a ponto de ter ordenado a prisão de André Gomes, o chefe guerrilheiro responsável pela operação.

2.6. O agravamento dos problemas internos

Apesar de todos os esforços empreendidos no sentido de “atacar” a crise, por intermédio de reformas internas, os anos subsequentes revelar-se-iam particularmente difíceis com a ocorrência de numerosos actos de indisciplina no interior de certas unidades militares e com a manutenção da já crónica questão da falta de homens para combater. Neste sentido, Cabral confirmava, num ofício escrita a 10 de Março de 1972, que de todas as frentes recebia cartas dos respectivos comandos queixando-se “deste problema grave”²⁰⁶⁴. O líder do PAIGC tinha diagnosticado as causas profundas da deserção. Em sua opinião, a falta de homens era “fruto da falta de recrutamento eficaz”. Por isso, insistia no recrutamento em todas as frentes, mesmo que fosse necessário o uso da força, mas também a adaptação da luta ao número de homens disponíveis e a elaboração de planos que minimizassem as perdas em vidas ou feridos. A guerra tinha tomado grandes proporções, por isso, acrescentava-lhe, laconicamente, Aristides Pereira: “ou você tem a coragem de recrutar à força ou então perde a guerra”²⁰⁶⁵.

Ao que parece, grande parte da situação experimentada militarmente estava também relacionada com as dificuldades de reabastecimento e aprovisionamento, quer a nível de alimentos, quer a nível de material logístico. Assim, uma informação da DGS, datada de 14 de Março de 1971, fazia referência a uma certa desorientação dos chefes

²⁰⁶¹ Vide, por exemplo, José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 62.

²⁰⁶² *Idem, ibidem*, p. 71.

²⁰⁶³ *Idem, ibidem*, p. 63.

²⁰⁶⁴ AMS, Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral Ao Comando da Frente Bafatá-Gabú, Conakry, 10 de Março de 1972, pasta 4360.004, im. 10.

²⁰⁶⁵ Entrevista a Aristides Pereira, Praia, Março de 2003.

guerrilheiros das áreas de Faja, Nuno, Iador e Naga, no norte, em virtude da falta de munições, de alimentação e de apoio dos dirigentes²⁰⁶⁶. Em Julho, numa carta dirigida ao comando da Frente Leste, Aristides Pereira confirmava a existência de dificuldades:

A impressão que nos fica é que os combatentes entraram numa fase de se preocuparem mais com o que está, ou pode estar, nos Armazéns, do que com os tugas (portugueses) que ocupam uma parte da nossa terra²⁰⁶⁷.

Mas ficou a sua promessa de combater essa tendência “no duro”, pois, na sua opinião, podia “avolumar-se e transformar-se num mal muito grande, no sentido de desmobilização”²⁰⁶⁸.

Salientavam-se, também, as dificuldades económicas experimentadas nas frentes. Este problema era sério, na medida em que era convicção dos críticos (os da chamada ala guineense) de que os cabo-verdianos ocupavam bons lugares em Conakry, não sofrendo as dificuldades que os guerrilheiros padeciam nas matas da Guiné. Tal facto, ao que parece, chegou alegadamente a ser comunicado a Amílcar Cabral, numa reunião realizada em Boé, nos primeiros dias de Junho de 1971²⁰⁶⁹.

As intrigas e as lutas intestinas pelo poder, a indisciplina, o oportunismo, o racismo, entre outros, continuavam a ensombrar a acção de Amílcar Cabral na sua tentativa de assumir o controlo da situação.

Para calar as vozes críticas relativamente à sua liderança, Cabral afiançava:

Um «chefe» depende das pessoas que ele chefia. Se as pessoas que ele chefia estão contentes com o chefe e não o ajudam nada, tudo pode acabar mal. Enquanto que se aqueles que ele dirige cada dia lhe sugerem mais ideias novas a coisa pode avançar muito mais²⁰⁷⁰.

Quem seriam as pessoas visadas nas inúmeras críticas subtis de Amílcar Cabral? Certamente muitos dos seus quadros, dirigentes e militantes, alguns com nome próprio. Por exemplo, deduz-se das palavras do diplomata cubano, Oscar Oramas, que uma das pessoas visadas por Cabral, em muitos dos seus discursos, era, como já se viu noutra ocasião, Osvaldo Vieira. Devido à deficiente comunicação entre a Frente Leste e o

²⁰⁶⁶ AHMNE, informação n.º 328 – CI (2), “Descontentamento no seio do PAIGC”, DGS – Guiné, n.º 1, 14.3.71, C-3, fl. 1.

²⁰⁶⁷ AMS, Carta de Aristides Pereira ao Honório, Conakry 23 de Junho de 1972.

²⁰⁶⁸ *Idem, ibidem.*

²⁰⁶⁹ AHDMNE, informação n.º 654 - CI (2), “Situação do PAIGC”, DGS – Guiné, n.º 1, 8/6/71, C-3, fl. 1.

²⁰⁷⁰ *Idem, ibidem.*

secretariado do PAIGC em Conakry, Osvaldo gozaria, nas palavras de Oramas, de uma “maior independência na sua actividade no interior do país”²⁰⁷¹.

Apesar dos avisos para o interior do partido, sobretudo para aqueles “camaradas” seus que procuravam resolver as coisas à sua maneira, à revelia da direcção do partido, e da promessa de um maior controlo sobre o que cada um estava a fazer, as feridas não foram saradas. Pelo contrário. A evolução da situação veio demonstrar que a tendência era para o aumento da cisão. Precisamente um mês após o encerramento da reunião do CSL, como já se disse, Momo Touré fugia de Bissau, levando da casa de Rafael Barbosa, segundo a DGS, uma carta alegadamente escrita por “Nino” Vieira, ao tempo Comandante da Frente Sul. Ao que tudo indica, essa fuga de Momo para Conakry e a carta que levava consigo criaram, na capital da República da Guiné, tensões graves referidas por dois importantes documentos da DGS-Guiné. O primeiro tratava-se de uma informação confidencial, datada de 14 de Junho de 1972, feita com base em notícias colhidas junto das populações provenientes das áreas controladas pelo PAIGC. Nela se reportava à referida fuga de Momo Touré e a alegada carta que “Nino” Vieira havia escrito e enviado a Rafael Barbosa²⁰⁷². O segundo é um relatório de notícia, também da autoria da DGS-Guiné, assinado pelo Inspector-adjunto, Fragoso Allas, de 22 de Junho de 1972, e que estaria relacionado com a informação anterior. Só o cotejo dos dois documentos nos permitiu ficar com uma ideia clara sobre os acontecimentos. Em primeiro lugar, a recusa de Momo em cumprir as ordens de Amílcar Cabral, que lhe atribuiu o comando de um grupo de cerca de 70 guerrilheiros no interior do território. Momo Touré teria então levantado novamente, segundo aquele relatório, a velha questão de que Amílcar Cabral, “mandava para o mato apenas os guinéus, enquanto os caboverdeanos ocupavam lugares importantes na hierarquia do «PAIGC» se[m] se exporem nos campos de batalha”²⁰⁷³. Na sequência de uma “violenta discussão” que se gerou entre ambos, Momo Touré teria alegadamente afirmado que os guerrilheiros guineenses exigiam o afastamento de Amílcar Cabral do PAIGC²⁰⁷⁴.

Uma outra crítica à liderança de Amílcar Cabral, que o relatório atribuía a Momo Turé, tinha a ver com o facto do líder do PAIGC insistir em negociar com Portugal, o que teria levado este último a mostrar-lhe a já referida carta, em que alegadamen-

²⁰⁷¹ Oscar Oramas, *ob. cit.*, cap. 5, p. 86.

²⁰⁷² IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1719/60, “Alfa Amaru Bari”, “O Alfa Umaru”, “Ibraima Touré”, “O Lam Touré” – O Alfaiate, Mário Mamadu Touré, «O Momo Touré», Basiro Touré, Informação n.º 707 – CI (2) de 14/6/72, fl. 9.

²⁰⁷³ *Idem, ibidem*, Relatório de Notícia n.º 44/72 – DSInf 2 de 19 JUN. 72, fl. 11.

²⁰⁷⁴ *Idem, ibidem*, fl. 11.

te “Nino” Vieira lamentava o “comportamento do Secretário-geral do PAIGC”²⁰⁷⁵. Após aqueles acontecimentos, Momo teria tentado contactar alguns guineenses do PAIGC, no sentido de constituírem um novo partido denominado Partido Africano da Independência da Guiné (PAIG) – de idênticas características ao PAIGC e na linha ideológica russa-chinesa²⁰⁷⁶.

Estas divergências de Momo com Amílcar Cabral, em Conakry, resumiam, no essencial, alguns aspectos contidos no célebre documento de 12 páginas datado de Março de 1972, intitulado “Vamos reforçar a nossa vigilância, para desmascarar e eliminar os agentes...”. Da nossa parte, somos da opinião, até pela proximidade do citado documento com a chegada de Momo, seu irmão Bassiro, Malam Nanco, Aristides Barbosa e Idrissa Só, a Conakry, de que as actividades daquele (Momo Touré) estavam de certo modo relacionadas com o chamado “plano diabólico”²⁰⁷⁷ atribuído por Amílcar Cabral a manobras dos portugueses – que acusava de quererem “destruir o partido por dentro”²⁰⁷⁸ – associados aos “inimigos” do seu povo.

Era convicção, nos meios próximos ao Secretário-geral do PAIGC e nos seus serviços de segurança, de que Momo Touré e o seu grupo tinham sido enviados pelo regime colonial português com o intuito de criar instabilidade ao PAIGC²⁰⁷⁹. De resto, Oscar Oramas afirma que, um ano antes do assassinato de Amílcar Cabral (1972), este havia alertado os cubanos a propósito das ligações de Momo com o “inimigo”²⁰⁸⁰.

A finalidade do plano desmascarado por Amílcar Cabral, em Março de 1972, seria infiltrar elementos contrários ao PAIGC para, através de actos de sabotagem, semear a confusão, aproveitarem-se do “descontentamento” existente e dividir o PAIGC, com vista a criar, clandestinamente, uma “d direcção” paralela e até mesmo liquidar, se fosse possível, a direcção do partido e, principalmente, o Secretário-geral²⁰⁸¹.

²⁰⁷⁵ *Idem, ibidem*, fl. 11.

²⁰⁷⁶ *Idem, ibidem*, fl. 11.

²⁰⁷⁷ Tem havido contradições acerca da origem deste plano que Oleg Ignatiev chamou de «Instrução nº 42/71. Com efeito, este autor afirmava no seu livro que Cabral havia confirmado que o plano teria sido obtido directamente de Bissau, por intermédio dos militantes clandestinos (Oleg Ignatiev, *Três Tiros da PIDE. Quem, Porque e Como mataram Amílcar Cabral*, Lisboa, Prelo, 1975, pp. 124). Por outro lado, Aristides pereira assegura que Cabral obteve essas informações de Argel. Há ainda quem atribua o envio destas informações ao PCP (*Vide* José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p.219).

²⁰⁷⁸ “Vamos Reforçar a nossa vigilância, para desmascarar e eliminar os agentes do inimigo para defendermos o partido e a luta e para continuarmos a condenar ao fracasso todos os planos dos criminosos colonialistas portugueses”, do camarada Amílcar Cabral aos dirigentes e responsáveis do partido, Março 1972, pasta 4341.002, im. 132.

²⁰⁷⁹ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 417.

²⁰⁸⁰ Oscar Oramas, *ob. cit.*, cap. 9, p. 157.

²⁰⁸¹ Amílcar Cabral, “Vamos Reforças a nossa vigilância...”, im. 137.

Não estaria a criação da “direcção” paralela relacionada com o projectado Governo provisório, que estava a ser equacionado em Bissau, em Maio/Junho de 1972²⁰⁸², e em que certamente só tomariam parte os indivíduos considerados guineenses? Não estaria ainda associada com a ideia da criação de um partido de guineenses do interior do PAIGC? É nossa convicção de que sim. Cabral tinha razão quando se referia às manobras dos colonialistas portugueses mas, certamente, havia mais forças invisíveis a actuarem na obscuridade, forças que desconhecia ou que subestimava e que apenas aguardavam uma oportunidade para avançar.

Certo é que estas notícias sobre os problemas internos no PAIGC rapidamente chegaram à Bélgica onde, segundo a PIDE, corriam rumores de que “o PAIGC sofreu grande abalo, desconhecendo-se no entanto concretamente quais as causas”²⁰⁸³.

Mas, a reacção de Amílcar Cabral, em 1972, no sentido de acabar com mais esta oposição interna não se fez esperar. Ao que tudo indica, convocou de imediato uma reunião do Conselho de Guerra para discutir o assunto relacionado com a carta de “Nino” Vieira, cujos resultados desconhecemos. Em relação ao “caso” Momo e ao seu grupo, Cabral teria actuado com alguma prudência. Só em Junho de 1972, em plena reunião realizada na cantina da escola-piloto, ordenou a prisão do “histórico” do PAIGC para averiguações, assim como de Aristides Teodorico Barbosa, Cristiano Dam Nam Sunam e de outros 40 elementos²⁰⁸⁴. Alguns deles serão julgados e condenados a pesadas penas de prisão efectiva e/ou trabalho forçado. Esta tardia reacção de Amílcar Cabral em relação ao grupo de Momo ficou certamente a dever-se à apertada agenda do seu partido. Recorde-se que, no mês de Abril (2 a 8), aguardava-se uma importante visita de uma missão das Nações Unidas às áreas libertadas e, pouco depois, uma reunião do Comité Especial daquela organização, que ia ter lugar em Conakry.

²⁰⁸² Este Governo provisório estaria a ser equacionado pela rede clandestina do PAIGC em Bissau, dirigida por Rafael Barbosa (*vide*, sobre este assunto, José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 146).

²⁰⁸³ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 80, “Amílcar Cabral”, NT 5250, Informação confidencial de um colaborador da DGS «Lopes», of. 60/72 – GAB ao Chefe de Posto M.H.N e que este transmite ao chefe da Delegação da DGS da Praia, a 25 de Março de 1972, fl. 9.

²⁰⁸⁴ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1719/60, “Alfa Amaru Bari”, “O Alfa Umaru”, “Ibraima Touré”, “O Lam Touré” – O Alfaiate, Mário Mamadu Touré, «O Momo Touré», Basiro Touré, fl. 12; IAN/TT – PIDE/DGS, processo 259/60, “Luís Cabral”, SR, NT 2981. Informação n.º 1205 – CI (2), Actividades do PAIGC, DGS – Guiné, n.º 7, data de origem, 21/10/72, Classificação F-2, vol. 1-5, fl. 200.

Cap. 4 – A Via Socialista e a Construção do Estado no Discurso de Amílcar Cabral

1. O socialismo como meta

1.1. A “luta de classes” e a história. As três etapas na evolução da sociedade humana

Na Conferência Tricontinental de Havana (1966), Amílcar Cabral propôs a revisão do axioma atribuído aos marxistas, segundo o qual a “luta de classes” era o “motor da História”. Este pedido de revisão era fundamentado nas características e na história dos povos colonizados ou dominados pelo imperialismo.

Segundo Cabral, a história (pelo menos a africana e a dos povos dominados do seu tempo) não começou apenas no momento em que surgiu o fenómeno “classe” ou em que teve início a “dominação imperialista”. Admiti-lo seria, na sua óptica, “situar fora da história” muitos agrupamentos humanos²⁰⁸⁵, o que, do seu ponto de vista, não fazia qualquer sentido. Ainda que assim fosse, insistia Cabral, tal não aconteceu sempre, mas, apenas “durante um certo período da história”²⁰⁸⁶. Para o líder revolucionário, o processo histórico tinha um *antes* e um *depois*. As classes surgiram e desenvolveram-se em função de duas variáveis interdependentes. De um lado, o nível das “forças produtivas” e, do outro, o regime de propriedade dos “meios de produção”²⁰⁸⁷. Nas palavras de Cabral, o seu desenvolvimento operou-se de forma lenta, desigual e gradual, e também por “acréscimos quantitativos” geralmente “imperceptíveis, das variáveis essenciais” que, “a partir de certo momento de acumulação”, conduziam “a transformações qualitativas”²⁰⁸⁸. Não faltaria ainda, nessa evolução, a interferência de factores exógenos a influenciar significativamente este desenvolvimento, “acelerando-o, atrasando-o ou até provocando nele regressões”²⁰⁸⁹. O processo, cujo ritmo era determinado pelas características internas e pelo efeito dos factores externos, retomava o seu curso normal, quando estes factores deixavam de existir ou cessavam. As alterações bruscas (isto é, as

²⁰⁸⁵ “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, p. 203.

²⁰⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 203.

²⁰⁸⁷ *Idem, ibidem*,...p. 202.

²⁰⁸⁸ *Idem, ibidem*, pp. 202-203.

²⁰⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 203.

revoluções) ao nível das “forças produtivas” ou do regime de propriedade – as mutações – podiam fazer com que se produzissem também avanços bruscos²⁰⁹⁰.

O factor “motor da história” era, pois, na opinião de Cabral, o “modo de produção”, isto é, o nível das “forças produtivas” e o regime de propriedade característico de um dado agrupamento humano²⁰⁹¹. Eram estes que determinavam aquele, manifestando-se sobretudo através da “luta de classes”, indicavam o estágio em que se encontrava a sociedade, bem como cada uma das suas componentes. Além do mais, condicionavam o tipo de relações materiais (expressas objectiva ou subjectivamente) entre o homem e o meio²⁰⁹². Cabral concluía que o que determinava de facto o conteúdo e se afigurava como a permanente “força motora da história”²⁰⁹³ era o nível das “forças produtivas” e não a “luta de classes”. Desta maneira, procurava comprovar “a existência da história antes da luta de classes”, antes da “dominação imperialista” e, inevitavelmente, depois do advento do socialismo²⁰⁹⁴. Isto significava que o homem, considerado personagem central da História, “valor supremo do Universo” – como afirmou Cabral relativamente a Lenine, durante as comemorações do centenário do nascimento deste, em 1970 – e elevado à categoria de produtor e edificador da História, sobreviveria às “classes”, continuando a produzir e a fazer História, uma vez que não conseguia afastar-se “das suas necessidades, das suas mãos e do seu cérebro, que estão na base do desenvolvimento das “forças produtivas”²⁰⁹⁵. O líder do PAIGC tentava evitar, assim, a negação, a exclusão e a marginalização de alguns agrupamentos humanos (da África, Ásia e da América Latina) do processo histórico. A sociedade socialista era apontada por ele como o fim último da evolução humana, onde não haveria “luta de classes”. Ao contrário de Marx, mas sem abandonar os instrumentos de análise marxistas, como assegura Lars Rudebeck, Cabral assinalou apenas três etapas históricas pelas quais se processaria essa evolução²⁰⁹⁶. Eram elas: a sociedade agro-pecuária comunitária; as sociedades agrárias (feudal ou assimilada e agro-industrial burguesa); e, finalmente, a sociedade socialista e comunista.

A primeira etapa (a sociedade agro-pecuária comunitária) seria caracterizada por uma estrutura social horizontal, isto é, sem Estado, apresentando baixo nível das “forças

²⁰⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 203.

²⁰⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 203.

²⁰⁹² “Libertação nacional e cultura”, Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Siracusa (Estados Unidos da América a 20 de Fevereiro de 1970), in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, 2.^a edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 224.

²⁰⁹³ “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, in *Obras Escolhidas...*, p. 204.

²⁰⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 203.

²⁰⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 204.

²⁰⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 204.

produtivas” e um “modo de produção” elementar, no qual não existia a apropriação privada dos “meios de produção”, nem “classes” e muito menos a “luta de classes”.

Na segunda (sociedades agrárias), socialmente estruturada na vertical, a existência do Estado, assim como a elevação do nível das “forças produtivas” já conduziam, de acordo com Cabral, à apropriação privada dos “meios de produção”, fazendo irromper o fenómeno “classe” ou a “luta de classes”.

Na terceira (e última etapa), que deveria conduzir ao comunismo, haveria como que um regresso à primeira etapa, embora aqui, fruto da passagem pela segunda fase, ou do progresso da sociedade agro-pecuária, em que a economia dominante seria a industrial, o Estado tenderia para o desaparecimento, sendo substituído por uma estrutura social horizontal. Por outro lado, verificar-se-ia uma socialização dos “meios de produção”, a abolição da propriedade privada e das “classe”.

Como a história da humanidade se processava de modo desigual, em virtude da influência de factores endógenos, estas três fases podiam, ainda na análise de Cabral, desenvolver-se concomitantemente em determinadas regiões do globo²⁰⁹⁷, isto é, não tinham necessariamente que suceder-se na fase actual. Cabral não tinha dúvidas que se podia saltar da primeira etapa (sociedade agro-pecuária comunitária) para a última (socialismo/comunismo), sem passar pela fase intermédia que corresponderia ao capitalismo.

Esta hipótese dos povos africanos passarem directamente para o socialismo, não se devia ao facto dos “meios de produção” se encontrarem nas mãos dos africanos, como sustentavam Eduardo Mondlane, Samora Machel e Frantz Fanon²⁰⁹⁸, mas ao nível de desenvolvimento das “forças produtivas” e da estrutura social. A passagem podia ainda ser condicionada pela natureza da “classe” dirigente, pelos factores económicos, nomeadamente dos meios de que o homem dispunha para dominar a natureza, e pelo aspecto político, isto é, do tipo de Estado vigente²⁰⁹⁹. Mais uma vez e na linha do antigo dirigente soviético, Kruschchev²¹⁰⁰ e outros, a economia voltava a estar nitidamente no centro da estratégia para a conquista da verdadeira independência e construção do Socialismo que Cabral perseguia e defendia para a Guiné e Cabo Verde.

Na opinião do líder guineense e cabo-verdiano, cada sociedade humana desenvolvia-se tendo em conta as suas possibilidades, o meio em que estava inserida, influen-

²⁰⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 204.

²⁰⁹⁸ *Vide* Jock Macculloch, *In the Twilight of Revolution. The Political Theory of Amílcar Cabral*, first published, London, Routledge & Kegan Paul, 1983, p. 61.

²⁰⁹⁹ “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, in *Obras Escolhidas...*, p. 204.

²¹⁰⁰ N. S. Khrushchov, *ob. cit.*, p. 58.

ciada por factores endógenos e exógenos. Desde logo, a transformação da estrutura social tinha um enorme peso no processo histórico do conjunto sócio-económico, sobretudo na fase do colonialismo clássico em que, admitia Cabral, o processo se encontrava estagnado. Com o neocolonialismo, havia toda uma dinâmica social (“luta de classes” e conflitos de interesses) que dava a ilusão de que o processo histórico voltara à normalidade, em virtude do próprio poder se encontrar nas mãos de elementos nativos e de, aparentemente, existir um Estado nacional. Contudo, o fatal “eufeuadamento” da “classe” dirigente (ou da “pseudo-burguesia nativa”) aos interesses do país dominador, devido às condições concretas da economia mundial, inibia, na perspectiva do líder guineense e cabo-verdiano, “o pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais”²¹⁰¹, impedindo-a, à partida, de cumprir a sua missão histórica, que era a de orientar, enquanto burguesia nacional, o desenvolvimento normal das “forças produtivas” que eram o “motor da história”.

1.2. A construção de um Estado socialista na Guiné

Mais do que qualquer outro pensador e revolucionário, Amílcar Cabral foi, de acordo com Henry Bienen²¹⁰², um dos poucos líderes a debruçar-se sobre o desenvolvimento do Estado na situação colonial e neocolonial. Este facto demonstra que as suas preocupações não se circunscreviam unicamente à fase revolucionária.

Como já se viu, na sua teoria geral sobre a evolução da sociedade humana, ao colocar a sociedade socialista como a última etapa a atingir, Cabral ponderava também o caso concreto da Guiné e Cabo Verde e, sobretudo, a situação do movimento de libertação nacional que dirigia. Não é conhecida nenhuma abordagem de Cabral, pelo menos teórica e programática, relativa ao socialismo no período anterior ao início da luta armada de libertação nacional. Quer os Estatutos de 1960, quer mesmo o programa elaborado em 1961, não faziam qualquer referência ao socialismo, como de resto já atestou Lars Rudebeck²¹⁰³, mas tão-somente a um “Governo republicano, democrático, não denominacional, anticolonialista e anti-imperialista”. A utilização do termo “não denominacional”, patente nos primeiros Estatutos elaborados por Amílcar Cabral, revelava então, que recusava (pelo menos em teoria) o uso de etiquetas e chavões ideológicos que os adversários poderiam aproveitar para prejudicar a imagem do movimento de

²¹⁰¹ “Fundamentos...”, p. 205.

²¹⁰² Henry Bienen, “State and Revolution: the work of Amílcar Cabral”, *The Journal of Modern African Studies*, volume 15, n.º 4, London, Cambridge University Press, 1972, p. 559.

²¹⁰³ Lars Rudebeck, *ob. cit.*, p. 72.

libertação nacional, no que dizia respeito à atribuição dos apoios, mas também ao seu enquadramento internacional. Para a audiência do mundo ocidental, Cabral procurava, tanto quanto lhe era possível, mostrar que não estava preso, nem defendia nenhuma ideologia em particular. Esta foi, pelo menos, a imagem que procurou passar junto desta audiência ao longo dos anos da luta armada de libertação nacional. Por exemplo, nos EUA, em 1970, em Londres e em Dublin, em 1971, e ainda na saudação ao PCP por ocasião do seu 50º aniversário²¹⁰⁴, jamais aceitou (pelo menos de forma directa) o apoio de comunista ou a acusação de querer implantar o socialismo e o comunismo no seu país.

Em Fevereiro de 1970, questionado, nos Estados Unidos, se o tipo de Estado que implantaria, caso lograsse a independência da Guiné, seria socialista, Cabral preferiu responder com evasivas:

In Africa, in my country, we don't like to use labels. We will establish a government, a democratic government, respecting the rights of a man and all the liberties, political liberties, for each people, without any kind of segregation²¹⁰⁵.

O que Cabral procurava evitar era a adopção mimética de arquétipos exteriores e, nesta medida, exigia que o avaliassem pelos seus actos e não pelas suas ideias. Preferia ser visto como um líder nacionalista prático, completamente comprometido com a realidade concreta do seu território e com as aspirações das massas.

A 20 de Outubro de 1972, numa memorável reunião informal com os negros norte-americanos, Cabral assumia categoricamente a sua identidade africana. Esta afirmação pode ser interpretada como uma tentativa para se manter afastado ideologicamente do Socialismo, enquanto modelo importado do exterior, o que não significava, porém, que não o defendesse como um regime a adoptar depois da conquista da independência dentro dos padrões africanos. De resto, na referida reunião assegurou que, no salto para o Socialismo, não era importante usar rótulos, mas tão-somente estabelecer os objectivos e ter em linha de conta as condições e o conteúdo ideológico da luta. E Cabral definia “ideologia” como “saber o que se quer em determinadas condições”²¹⁰⁶.

Devido ao avanço das “forças produtivas”, Amílcar Cabral não tinha dúvidas de que a luta das “classes trabalhadoras contra a burguesia imperialista e contra a “classe”

²¹⁰⁴ *Avante*, n.º 427 (Especial), Ano 41, serie-VI, órgão Central do Partido Comunista Português, 8 de Março 1971, p. 7.

²¹⁰⁵ AMS, “Report on Portuguese Guinea and the Liberation Movement”, February 26, 1970, 4343.002, im. 42.

²¹⁰⁶ “Amílcar Cabral define aos negros americanos a ideologia do PAIGC”, Exclusivo, *Diário de Lisboa* n.º 42/77, 15 de Novembro de 77, p. 5.

dirigente nativa na fase neocolonial conduziria inevitavelmente a uma solução socialista. O mesmo não aconteceria, por exemplo, na fase colonial. É que, neste caso, a vitória sobre as “forças de repressão da burguesia” obrigaria a “nação” independente a optar por uma das duas vias possíveis: o regresso à “dominação imperialista” (isto é, ao neocolonialismo) ou à via socialista. Mas, para o líder do PAIGC, a opção pela via socialista era a única em que se podia compensar os esforços e os sacrifícios feitos pelas “massas populares” durante a luta de libertação nacional. Tudo dependeria, em última análise, das formas de luta e do grau de consciência revolucionária daqueles que a dirigiam²¹⁰⁷. Cabral não tinha dúvida de que o capitalismo não podia trazer a paz ao seu “país” depois da independência.

Relativamente ao discurso virado para o bloco progressista ou socialista, Cabral nunca deixou de defender o socialismo como a única força que, desde a Revolução de Outubro de 1917, seria capaz de assegurar o apoio aos povos africanos em luta pela sua “libertação nacional”²¹⁰⁸. À frente, neste apoio, colocava, naturalmente, o seu principal aliado, a União Soviética²¹⁰⁹.

Em 1965, na II reunião da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), realizada na capital tanzaniana (Dar-Es-Salaam), o líder guineense e cabo-verdiano saíu em defesa do socialismo, que se lhe afigurava, não só como o único que podia indicar o “caminho da justiça”²¹¹⁰, mas também onde o Homem podia realizar e cumprir plenamente a sua aspiração à liberdade, ao progresso e à felicidade, liberto de qualquer espécie de exploração²¹¹¹. Era uma sociedade onde haveria respeito, a disciplina não seria imposta e cada um teria “o direito a tudo o que o homem construiu e criou para a felicidade dos homens”²¹¹². Só na sociedade socialista, argumentava Cabral, o indivíduo teria aquilo de que precisava segundo as suas necessidades, daria à sociedade de acordo com a sua capacidade e disporia de “todas as coisas necessárias à vida”. Apesar da magnitude destas aspirações, Cabral não deixava de reconhecer a dificuldade em as concretizar, por isso mesmo não as prometia ao seu povo, pois sabia que era necessário um tempo real para as tornar realizáveis.

²¹⁰⁷ “Fundamentos...”, p. 211.

²¹⁰⁸ FAC (Praia-Cabo Verde), Amílcar Cabral, “A via do progresso da Humanidade”, *Revista Problemas da Paz e do Socialismo*, n.º II, Rio de Janeiro, 1967,.

²¹⁰⁹ *Idem, ibidem*.

²¹¹⁰ AMS, “A Unidade política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário-geral do partido à II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP” (Dar-Es-Salaam – 3 a 8/10/1965), Departamento de Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros – Coleção “Discursos e Informações”, pasta 4602.038.

²¹¹¹ *Idem, ibidem*.

²¹¹² *Idem, ibidem*.

Na Conferência Tricontinental de Havana, em 1966, ao abordar a questão da implantação do socialismo, Cabral admitia que, para que a independência fosse real, tinha que conduzir inevitavelmente a uma sociedade socialista na qual, em sua opinião, entre muitas outras conquistas, haveria “justiça social”, “desenvolvimento económico”, “liberdades democráticas e sindicais”, “igualdade dos cidadãos perante a lei”, “combate aos lucros injustos”, respeito pelo princípio de “trabalho igual, salário igual”, “liquidação da miséria”, da “ignorância”, “do medo” e do “analfabetismo”.

A libertação nacional significava, na opinião de Amílcar Cabral, o regresso à história que tinha sido interrompida pelo colonialismo. Em suma, o que o movimento independentista reivindicava era a libertação do processo de desenvolvimento das “forças produtivas”²¹¹³, o fim da “exploração do homem, pelo homem” e a criação de instrumentos que facilitassem a vida às populações na condução do seu próprio destino. Se não fosse capaz de cumprir essa premissa, assegurava Amílcar Cabral, o movimento lutaria contra o “imperialismo”, mas não estaria a lutar a favor da “libertação nacional”. Nesta ordem de ideias, a independência nacional deveria corresponder a uma revolução, na medida em que devia extravasar as resoluções da ONU²¹¹⁴ e exigir, na opinião de Cabral, uma profunda mutação das “forças produtivas”²¹¹⁵.

Na óptica do sociólogo israelita, Shmuel Noah Eisenstadt²¹¹⁶, a “Revolução” pode ser vista como um meio para criar uma nova e melhor ordem social, diferente da anterior, a ser alcançada através de mudanças radicais na esfera económica. Em última análise, a conquista da independência era um meio para atingir o progresso das massas e não um fim. A questão primordial era saber se o socialismo podia ser implantado imediatamente após a conquista da independência. Já vimos que Cabral respondia positivamente a esta pergunta em Milão (1964), embora admitisse que tal dependeria dos instrumentos usados no processo de transição para o socialismo e também da natureza do Estado. Em traços gerais, o aspecto essencial radicava na forma de como se devia processar o controlo dos mecanismos de coerção (polícia, prisões e exército), dos instrumentos desse Estado e das pessoas chamadas a assumir a direcção desse Estado. Portanto, teria que ver em grande medida com a “classe” portadora da história a quem, segundo Cabral, competia herdar o Estado colonial.

²¹¹³ “Fundamentos...”, p. 208.

²¹¹⁴ “Amílcar Cabral, Frente al ultracolonialismo português”, *Pensamiento Critico*, vol. 36, Habana (Cuba), Habana, Centro de Estudios Latino-americanos, 1967-1971, Enero 1970, p. 186.

²¹¹⁵ “Fundamentos...”, in *Obras Escollidas de Amílcar Cabral...*, volume I, p. 208.

²¹¹⁶ S. N. Eisenstadt, *Revolution and the Transformation of Societies. A Comparativ Study of Civilization*, The Free Press. A Division of Macmillan publishing Co, inc, 1978, p. 3.

Existiam contudo, obstáculos internos e externos desfavoráveis a uma eventual concretização da “Revolução” levada a cabo pelos movimentos de libertação. Dentre os factores internos, Cabral apontava os seguintes: 1) a debilidade da estrutura económica e social; 2) o subdesenvolvimento económico e o atraso sócio-cultural das massas; 3) a existência de tribos e o aproveitamento desta situação por parte de indivíduos destribalizados; 4) a luta de classes. Nos obstáculos externos, enumerava os seguintes: 1) a situação neocolonial de muitos Estados que conquistaram a sua independência apenas nominalmente; 2) os progressos realizados pelo neocolonialismo, por exemplo, na Europa, com os consequentes incentivos à emergência do proletariado; 3) a situação de países como Portugal que eram “semi-colónias” e, ao mesmo tempo, possuíam colónias; 4) a política de “ajuda” com o intuito de criar ou reforçar a pseudo-burguesia nativa; 5) a timidez de alguns Estados que, reunindo condições internas (políticas e económicas), preferiam, no entanto, pactuar com o inimigo e seus agentes. Daí que, na fase da independência, Cabral apontasse, como já se referiu, as duas opções que se colocavam ao movimento de libertação nacional: 1) regressar à dominação imperialista (neocolonialista ou capitalista) ou 2) adoptar a via socialista que evitaria assim o neocolonialismo. A transição para o socialismo devia ser uma realização interna, alicerçada na realidade concreta do país e não uma imposição ideológica exterior, como sustentava Cabral²¹¹⁷. Isto é, devia basear-se nos esforços do movimento de libertação para melhorar a vida das populações e para transformar radicalmente a sociedade. O não cumprimento desta premissa, de acordo com o líder do PAIGC, enviesaria um dos principais objectivos da luta de libertação nacional, que era a conquista de uma verdadeira independência.

1.3. Que Estado Socialista e com que mecanismos de poder?

Como sustentam Mike Powel²¹¹⁸ e Carlos Lopes²¹¹⁹, Cabral pensava num Estado Socialista descentralizado, com os ministérios a serem espalhados pelo país e sem uma capital tradicional. O facto de não estar a considerar a hipótese de Bissau ser a capital do novo Estado independente pressupunha, à partida, que estava consciente das dificuldades que teria em estender a estrutura do “Estado”, que estava a ser edificado nas “áreas libertadas”, para os grandes centros urbanos, onde a ideologia colonial estava

²¹¹⁷ Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 179.

²¹¹⁸ Mike Powel, “A tribute to Amílcar Cabral”, *Review of African Political Economy*, n. ° 58, London, Merlin Press, November 1993, p. 67.

²¹¹⁹ Carlos Lopes, *A Transição Histórica na Guiné-Bissau – do Movimento de Libertação Nacional ao Estado*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1987, p. 62.

ainda fortemente arreigada. Esperava, isso sim, que, com o tempo, esta fosse eliminada através de um intenso trabalho de ideologização.

Sabe-se, pela evolução posterior, que esta ideia de Cabral, na tentativa de prevenir eventuais choques e conflitos ideológicos, foi abandonada, de certo modo, pelos novos órgãos eleitos no II Congresso do PAIGC, realizado no Boé oriental, de 18 a 24 de Julho de 1973. Depois da proclamação do Estado, a 24 de Setembro, daquele mesmo ano, e da independência formal do país em 1974, as novas autoridades precipitaram-se para Bissau, com todos os problemas que daí advieram e que compeliram o PAIGC a tentar adaptar-se a uma nova realidade estratégica. Não é por acaso que, como assinala o sociólogo guineense, Carlos Lopes, para pôr em funcionamento a nova máquina administrativa (e estatal), o PAIGC teve que lançar-se à “conquista” (pelo menos ideológica) da capital, a partir de 1975, por intermédio da criação de vários comités de base e de organizações de massas. Mas essa ideia e projecto evaporaram-se, pouco a pouco, devido sobretudo, como ainda apontou Carlos Lopes, ao desinteresse revelado pelas massas relativamente às actividades do partido²¹²⁰. A desmobilização e o divórcio entre o partido/Estado nascido da luta de libertação e as massas citadinas eram de tal maneira evidentes nos primeiros anos da independência que o PAIGC, ciente do revés político sofrido, enveredou pela via da repressão, entre 1977 e 1980.

Por outro lado, em Conakry, Amílcar Cabral teria ainda revelado a Lars Rudebeck, em Maio de 1972, que, no novo Estado que pretendia implantar, o poder político-económico se apoiaria em Assembleias do Povo descentralizadas e as funções do Estado seriam reduzidas ao mínimo. Lars Rudebeck afiança que Cabral chamou a isso “cooperative democracy” [democracia cooperativa]²¹²¹.

É necessário enfatizar que, com as “eleições gerais, universais e secretas”, que se realizaram nas “áreas libertadas”²¹²², tendo em vista a criação dos Conselhos Regionais e da primeira Assembleia Nacional Popular, abria-se o caminho à separação gradual entre o partido e o Estado e a uma cada vez maior participação das massas nas decisões políticas, o que se constata pelo elevado número dos conselheiros regionais eleitos directamente pelo povo (cerca de 273²¹²³) naquelas eleições, quando comparados com os do partido (cerca de 99²¹²⁴).

²¹²⁰ Carlos Lopes, *A Transição Histórica...*, p. 96.

²¹²¹ Lars Rudebeck, “Reading Cabral in 1993”, in “A tribute to Amílcar Cabral”, *Review of African Political Economy*, n.º 58, November 1993, p. 67. A tradução é nossa.

²¹²² Vide o resultados definitivos no Quadro 1.

²¹²³ *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A prática revolucionária. Unidade e Luta II*, volume II, Lisboa, Seara Nova, p. 209.

²¹²⁴ *Idem, ibidem*, p. 209.

Ao contrário do que afirma o cientista social australiano Jock McCulloch²¹²⁵, Amílcar Cabral não omitiu, nas suas análises, a questão do desaparecimento do Estado no “modo de produção” socialista. O facto de estar a considerar a estrutura do Estado significava que este Estado não desapareceria logo que fosse tomado o poder, mas gradualmente, com a redução ao mínimo dos seus mecanismos de repressão (forças armadas e polícia)²¹²⁶. A questão da segurança interna justificaria ainda a manutenção, durante algum tempo, desses mecanismos para defender a Revolução, manter a ordem e prevenir possíveis situações de negação do Estado a que toda a ordem e todo o Estado podiam estar sujeitos, como reconhece Basil Davidson²¹²⁷.

Em momento algum, Cabral se referiu a outros mecanismos do Estado, excepção feita à burocracia. Curiosamente, conhecendo a escassez de quadros com que se debatia, Cabral nunca pôs de parte a possibilidade de recrutamento de pessoal técnico do aparelho administrativo colonial, como chegou a confessar a Basil Davidson²¹²⁸. O líder do PAIGC sabia que tal lhe poderia ser útil do ponto de vista político e ideológico, em áreas que não fossem perigosas para o movimento de libertação nacional. A única excepção que Cabral colocava era em relação àqueles que tinham exercido cargos políticos. Estaria Cabral a pensar, por acaso, naqueles guineenses e cabo-verdianos que, tendo participado no movimento geral pela independência da Guiné, ainda nos anos 50, acabaram, no entanto, por colaborar com o regime colonial e até a ocupar cargos políticos e administrativos como Elisée Turpin (considerado um dos “fundadores” do PAI) ou Victor Robalo? A resposta a esta pergunta jamais se vai conhecer. A confirmar-se significaria que Cabral não estava disposto a perdoar os seus velhos camaradas. Contudo, é justo pensar, que Cabral teria que optar por uma das duas ou três vias possíveis que propunha Carlos Lopes:

A radicalização da experiência das zonas libertadas, da estrutura do MLN, por outro a prevalência do aparelho administrativo colonial (?) ou simplesmente a criação de condições para o desenvolvimento de tal elite – pequena burguesia «não suicidada» – que tanto preocupava Cabral²¹²⁹.

Jamais se saberá por qual destas soluções Cabral optaria a fim de poder cumprir com os seus planos. A morte prematura do líder do PAIGC e o seu silêncio sobre este

²¹²⁵ Jock McCulloch, *In the Twilight of the Revolution. The political Theory of Amílcar Cabral*, London, Routledge & Kegan Paul, 1983, p. 95.

²¹²⁶ “Amílcar Cabral, Frente al ultracolonialismo português”, *Pensamiento Critico*, vol. 36, Habana (Cuba). Habana, Centro de Estudios Latino-americanos, 1967-1971, Enero 1970, p. 189.

²¹²⁷ Basil Davidson, *ob. cit.*, p. 171.

²¹²⁸ *Idem, ibidem*, p. 169.

²¹²⁹ Carlos Lopes, *A transição Histórica...*, p. 96.

assunto não nos permite avançar uma resposta. O que se pode dizer é que, neste aspecto, as perseguições subseqüentes vieram criar um grande vazio na administração pública, com a “sangria” de quadros técnicos, o que nos leva a pensar que as novas autoridades haviam optado pela “radicalização da experiência das zonas libertadas” referida por Carlos Lopes. Fica-nos também a sensação de que, em nome da Revolução, Cabral defendia que quem de facto devia assumir o poder e dirigir os órgãos criados, numa situação de independência, era o “povo”. De resto, o dirigente do PAIGC acreditava que a tomada do poder pelo “povo” seria uma fatalidade, “dada a marcha dos acontecimentos neste continente”²¹³⁰.

Cabral assegurou que a Assembleia Nacional Popular da Guiné seria o órgão supremo da soberania guineense. No discurso de Ano Novo de 1973, Cabral asseverava, no que foi considerado por muitos como o seu “testamento político”:

Vamos, no decurso deste ano e tão cedo quanto possível e conveniente, reunir a Assembleia Nacional Popular na Guiné para que ela cumpra a primeira missão histórica que lhe compete: a proclamação da existência do nosso Estado, a criação de um executivo para esse Estado e a promulgação de uma Lei Fundamental e da primeira Constituição da nossa História a qual será a base da existência activa da nossa Nação Africana²¹³¹.

O Secretário-geral do PAIGC pretendia edificar um novo Estado, não só a nível administrativo, mas também económico, no qual se daria primazia à agricultura²¹³², designadamente ao cultivo da mancarra, não já em regime de monocultura – prática corrente do regime colonial – mas também do arroz, do milho, do coconote e da exploração de outros produtos, como o óleo de palma e da borracha. Isto era evidente nas noções que procurava inculcar aos seus militantes, pois a agricultura representava o nervo central da economia cabo-verdeana e guineense. Cabral tinha, assim, em conta a realidade destas colónias, sobretudo desta última, onde, ao tempo, 99% da população se dedicava por inteiro a esta actividade e dela era economicamente dependente.

A prioridade à agricultura como estrutura económica fundamental e dentro dela, às cooperativas agrícolas, vem revelar que, ao contrário do modelo seguido noutros países, e conforme defendia na terceira (e última etapa) da sua teoria dos três estádios, na Guiné, a realidade era bem distinta. Aqui, a indústria seria necessariamente a agropecuária e dever-se-ia proceder, como defendia Alain Blockel²¹³³, à colectivização dos

²¹³⁰ Basil Davidson, *ob. cit.*, p. 172.

²¹³¹ ASRDN (Guiné-Bissau), Registo Histórico de Amílcar Cabral, “Mensagem de Ano Novo de 1973”.

²¹³² Basil Davidson, *ob. cit.*, p. 169.

²¹³³ Alain Blockel, “Amílcar Cabral. Marxiste Africain”, *Ethiopique*, nº 5, Dakar, janvier 1979, p. 57.

“meios de produção”. O objectivo era criar uma grande economia colectiva²¹³⁴ em que o Estado controlaria, num primeiro momento, a propriedade e os mecanismos económicos. Deste modo, depreende-se, inclusive, a existência de uma certa contradição entre Amílcar Cabral e Vasco Cabral, quando este afirmava, em 1964, que a economia industrial deveria ser o motor para a implantação do socialismo na Guiné. E Vasco não podia ter sido mais explícito a este respeito. Num relatório que deveria servir de orientação à política económica do PAIGC, elaborado em 1964, escrevia:

O socialismo não poderá ser construído no nosso país senão dando prioridade à indústria, como o ensina a experiência histórica de outros países. A ideia de que os países africanos poderão seguir, nas suas linhas gerais, uma via diferente para atingirem o socialismo, corresponde, a meu ver, a uma falsa interpretação da marcha das sociedades humanas²¹³⁵.

Vasco ia assim ao encontro das posições que Jean Poncet defendia para o caso argelino²¹³⁶.

É certo que, pensamos nós, em qualquer sociedade, como defendiam, por exemplo, Marx²¹³⁷ e N. A. Alexandrov²¹³⁸, o Estado existia e intervinha como instrumento de domínio de “classe”, mas também como uma reunião de instituições, cujo fim seria o de manter a ordem e a coesão internas. No caso da Guiné e no âmbito da luta de libertação nacional, o projecto de “Estado-nação” fez-se por intermédio da tentativa de integração dos diferentes grupos que compunham o mosaico étnico, isto é, se se quiser, através da negação do tribalismo e das estruturas tradicionais negativas. Era impossível, de acordo com Amílcar Cabral, criar o Estado ou mesmo fazer a luta armada sem essa união suficiente dos diferentes sectores. A ideia de “classe-nação”, que apelava para a identidade das duas colónias, *strito senso*, e africana, *lato senso*, aparecia assim, frequentemente, no discurso de Amílcar Cabral.

Portanto, na Guiné, o Estado seria composto, segundo ele, por dois elementos: o povo e o partido (polícia e forças armadas). Por “povo”, Cabral entendia o somatório dos vários grupos étnicos existentes na Guiné e que a luta contra o colonialismo unira.

²¹³⁴ AMS, “Relatório Económico de orientação Geral e algumas soluções particulares”. Apresentado à consideração da Direcção do nosso partido, O PAIGC pelo camarada Vasco Cabral, PAIGC, Setembro de 1964, pasta 4331.005, im. 11.

²¹³⁵ *Idem, ibidem*, im. 11.

²¹³⁶ Jean Poncet, “Vers une nouvelle structuration de l’agriculture en Algérie” (*La Pensée*, n. ° 113, Toulouse, février 1964.).

²¹³⁷ Lenine, *O Estado e a Revolução*, Tradução de Sá Rocha. Lisboa, Edição Henrique A. Carneiro, 1970, Coleção Textos Políticos, p. 9.

²¹³⁸ N. A. Alexandrov, *O Estado e o Direito. Teoria geral marxista-leninista*. Lisboa, Novo Curso Editores, 1978, p. 71.

Cabral definia-o como aquela gente que, tendo nascido na Guiné e em Cabo Verde, “quer aquela coisa que corresponde à necessidade fundamental da história” da sua terra, que era a seguinte: “acabar com a dominação estrangeira”²¹³⁹.

A vanguarda desse “povo”, que Cabral contrapunha à “população”, isto é, a todos aqueles que queriam ainda a dominação portuguesa, era o “partido”. Enquanto instrumento de transformação da sociedade e de unidade, no decurso da luta armada, este último confundira-se com o próprio Estado em construção. É que, com as transformações que se estavam a operar nas “regiões libertadas” não havia, na óptica de do líder do PAIGC, outra fórmula ou outro meio de fazer do “Estado um organismo verdadeiramente nacional, verdadeiramente libertador”²¹⁴⁰. Como tal, a sua tarefa e a sua função não se esgotavam no simples facto de o partido se assumir como o próprio movimento de libertação, que almejava derrotar o colonialismo e construir o progresso.

Cabral jamais contemplou a existência de outros partidos ou movimentos de libertação durante a luta armada. Nem mesmo depois da independência. Para ele, contra o colonialismo e o neocolonialismo, só fazia sentido, por uma questão estratégica, a existência de uma vasta frente unida. Em África, por exemplo, a opção pelo partido único desde 1960 ficou a dever-se também a uma reacção contra a ofensiva neocolonialista, ao tribalismo e aos golpes e tentativas de golpes de Estado. Neste conturbado período, a existência da oposição foi várias vezes interpretada pelos partidos no poder como uma maneira de facilitar a penetração de interesses estrangeiros (entenda-se neocolonialismo). Quem o afirmava, na sua tese de doutoramento apresentada à Universidade de Uppsala (Suécia)²¹⁴¹, e que foi dada à estampa em 1976, era o diplomata cabo-verdiano Onésimo Silveira. A pouco e pouco, em numerosos países africanos que tinham optado pelo sistema bipartidista após a independência (Ghana, Quênia, Uganda e Nigéria) foi-se adoptando a fórmula de “partidos únicos”, através da absorção, liquidação ou supressão da oposição.

No caso concreto da Guiné, Cabral defendia que o PAIGC, enquanto “partido único”, deveria ser dirigido pelos melhores filhos, isto é, por todos aqueles que, pela sua conduta moral e política, pusessem o seu esforço, sacrifício e capacidade ao serviço do partido e do povo da Guiné e Cabo Verde. Para se atingir à almejada via da “justiça” e do “progresso”, em que Cabral tanto acreditava, faziam falta homens honestos e

²¹³⁹ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do partido. 1. Nem toda a gente é do partido...”, pasta 4340.001, im 100.

²¹⁴⁰ *Apud* Basil Davidson, *ob. cit.*, p. 171.

²¹⁴¹ Onésimo Silveira, *Africa South of the Sahara. Party Systems and Ideologies of Socialism*, 1976, printed in Sweden, Uppsala, p. 33.

sérios²¹⁴², isto é, uma elite que, segundo ele, usando a função pedagógica, contribuisse, como interpretava Chabal²¹⁴³, para a formação dos demais ao longo da luta armada de “libertação nacional”, assumindo-se assim como um referencial de boa virtude no governo dos povos. Daí a insistência de Amílcar Cabral na necessidade de uma permanente formação política e cultural dos seus militantes, combatentes e dirigentes. A conduta política e moral, o próprio empenhamento e a identificação com as ideias do partido eram os únicos critérios válidos para a selecção dos melhores. De acordo com Cabral, para “mandar”, bastaria realizar um “trabalho sério”. Esta ideia ficou mais ou menos plasmada no seminário de quadros, em 1969, quando abordou a questão dos princípios. Seria bom recordá-la:

Eu não mando porque sou engenheiro ou doutor, mas porque estou a trabalhar a sério e ninguém que tem cursos é mais do que aqueles que não têm curso. E nenhuma posição é mais do que outra. Só é mais aquele que trabalha mais, que produz mais²¹⁴⁴.

Já na Mensagem de Novo Ano de 1968, difundida em crioulo pela Rádio Libertação, Cabral sustentava que queria construir uma sociedade onde homens e mulheres pudessem avançar juntos, onde ninguém seria superior a ninguém, senão pelo valor do seu trabalho²¹⁴⁵. Assim, o mérito, a conduta moral e a devoção às aspirações das massas deviam sobrepor-se à formação intelectual. Cabral contava com os tais “homens honestos e sérios” no partido e nas organizações de massas ainda por instituir. A luta armada apresentava ainda outra vantagem para o líder do PAIGC: a de contribuir para separar o “arroz limpo do farelo”, mas também as pessoas com valor das que não o tinham²¹⁴⁶. Por isso, para a frente só deviam ir os que tivessem “uma ideia mais clara” da realidade e sobretudo daquela que o seu partido pretendia criar, não importando a sua origem ou se eram homens, mulheres, jovens ou velhos²¹⁴⁷.

Fanon criticava os “partidos únicos” africanos por pretenderem teoricamente representar os interesses das massas, quando, na prática, somente serviam os interesses

²¹⁴² AMS, “Abertura. Sobre a situação da luta”. Intervenção do Camarada Amílcar Cabral”, reunião do Conselho Superior de Luta, 9 a 16 de Agosto de 1971, pasta 4341.002, im. 28.

²¹⁴³ Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 178.

²¹⁴⁴ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do partido. Nem toda a gente é do partido...”, pasta 4340.001, im. 96.

²¹⁴⁵ ASRDN (Guiné-Bissau) – Registo Histórico de Amílcar Cabral – “Mensagem do Novo Ano – 1968”, proferido pelo Secretário-geral do PAIGC.

²¹⁴⁶ AMS, “Princípios: o nosso partido e a luta devem ser dirigidos pelos melhores filhos do nosso povo”..., im. 23.

²¹⁴⁷ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios: o nosso partido e a luta devem ser dirigidos pelos melhores filhos do nosso povo”..., im. 25.

de um número reduzido de pessoas²¹⁴⁸. Além do mais, acrescentava ele, eram instrumentos “dóceis” nas mãos dos líderes, que podiam conduzir à ditadura e ao culto de personalidade. Portanto, para Fanon, em África, o “partido único” não passava de uma nova forma de ditadura da burguesia. A fim de atenuar alguns dos problemas que o teórico martiniquenho Fanon criticava, nomeadamente, a falta de democraticidade interna dos “partidos únicos”, Cabral procurou evitar estes problemas no seio do seu partido, através de mecanismos internos como, por exemplo, a democracia popular ou revolucionária, crítica e autocrítica ou o princípio de direcção colectiva²¹⁴⁹. O Secretário-geral do PAIGC dizia, muitas vezes ironicamente, que era um “ditador democrático”, pois tomava decisões e delas informava os seus companheiros²¹⁵⁰. É nossa opinião, no entanto, que, se isso lhe permitiu, até um certo nível, ter controlo sobre o “partido”, também lhe causou imensos dissabores à medida que esse controlo se foi apertando e aumentando. Apesar das manifestas diferenças, havia alguma sintonia entre Cabral e Fanon relativamente às ligações entre o “partido único” e as massas. Este defendia, por exemplo, que as ligações deviam ser mais permanentes, com o partido a ser transformado na “expressão directa das massas... o porta-voz enérgico e o defensor incorruptível das massas”²¹⁵¹. Aquele, por sua vez, afirmava que toda a força do “partido” deveria vir das massas populares²¹⁵², isto é, da “maioria”, no quadro da chamada “democracia revolucionária”. Por isso, ninguém devia ter medo de “perder o poder” dentro do partido²¹⁵³. Por conseguinte, era fundamental reforçar a organização e o trabalho político no seio do povo. Aliás, nas condições concretas da luta, Cabral recomendava o avanço para uma etapa em que se devia atribuir mais força e mais poder ao povo, através da distribuição de armas e de meios para defenderem a “Revolução”. O povo devia participar, pouco a pouco, nas decisões que lhe diziam respeito, de acordo com o desenvolvimento operado na luta. Era o denominado por Cabral, na linguagem clássica, de “democracia prática”. No caso da Guiné, o primeiro passo em direcção à transferência do poder do partido para o povo devia acontecer com a projectada criação da Assembleia Nacional Popular.

²¹⁴⁸ A. C. Bourgui et J.C. Williams, “La pensée politique de Frantz Fanon”, *Présence Africaine*, Paris, 1973, 4, nº 88, p. 157.

²¹⁴⁹ FAC (Praia), “Aplicar na Prática os Princípios do partido”. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in “Palavras de Ordem”, Novembro de 1965, 4 H.

²¹⁵⁰ Vide Oscar Oramas, *ob. cit.*, cap. 8, p. 143.

²¹⁵¹ Apud A. C. Bourgui et J.C. Williams, J.C., “La pensée politique de Frantz Fanon”, *Présence Africaine*, 4, nº 88, Paris, 1973, pp. 157-158.

²¹⁵² AMS, “Esclarecimentos (Para a reorganização do partido, da população e das Forças Armadas, de acordo com as decisões do nosso I Congresso)”. Fevereiro de 1964, pasta 4340.003, im. 47.

²¹⁵³ FAC (Praia), “Aplicar na Prática os Princípios do Partido. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in “Palavras de Ordem”, Novembro de 1965, 6 H.

Cabral referiu-se, também, em algumas ocasiões, à realização de eleições, depois da independência, mas não teve tempo suficiente para aprofundar ou fazer esclarecimentos sobre esta matéria, sobretudo as condições em que seriam feitas e se haveria lugar à participação de outros partidos políticos. Da nossa parte, manifestamos a nossa reserva acerca da possibilidade de Cabral admitir o aparecimento de mais formações partidárias no novo xadrez político guineense e cabo-verdiano. Pelo menos, a curto ou a médio prazo. Até porque, se optasse por uma abertura política, teria que admitir, em igualdade de condições, os seus antigos rivais da Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné (FLING) ou da UPICV, para só darmos alguns exemplos, que, na realidade, nunca aceitaram de bom agrado a sua liderança do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde. Não temos dúvidas, contudo, que a haver eleições, seriam típicas às que se realizavam nos países comunistas, com o partido único à cabeça. Se, no quadro de uma guerra de libertação, a existência de um único partido podia justificar-se pela necessidade de união em torno de um único objectivo, sendo suficiente, como defendia Fanon, que o “partido único” fosse um partido orgânico, animado por vivas discussões internas e de um movimento dinâmico de pessoas, depois da vitória sobre o colonialismo as coisas tinham que mudar de figura. Cabral reconhecia a delicadeza dessa questão, ainda para mais, quando seria o mesmo partido a assumir as funções do Estado. Em Outubro de 1972, ao abordar este assunto, num encontro com um grupo de negros norte-americanos em Manghatan (Nova Iorque), atestava os perigos de uma tal situação:

It is to dangerous, the fact that in our historical conditions we have to have only one party. It is necessary to create some instruments in order to give to the people this real consciousness that they are master of their own destiny²¹⁵⁴.

É que um Estado de “partido único” não reconhecia o sistema de “classes”, como sustentava Nkrumah, e muito menos a existência da “luta de classes”²¹⁵⁵. A vontade de Amílcar Cabral era a de que a participação popular marcasse a sua presença nas tarefas do partido, o que contrastava com a natural resistência de alguns dos seus correligionários do PAIGC. De facto, como dizia Lars Rudebeck²¹⁵⁶, o partido permanecia fechado à participação das massas. Todavia, a única esperança de Cabral era a de que, com a criação da Assembleia Nacional Popular, este órgão viesse garantir a democrati-

²¹⁵⁴ Amílcar Cabral, “A report to our friends”, *Africa Today*, volume 20, nº 1, Washington DC, winter 1973, p. 33.

²¹⁵⁵ Kwame Nkrumah, *A luta de classes em África...*, p. 18.

²¹⁵⁶ Lars Rudebeck, “Reading Cabral in 1993”..., p. 68.

cidade do sistema político e a legitimação do “partido único”, através da ligação que criaria entre aquele e as populações. Portanto, a futura assembleia, para além de cumprir com a sua missão de proclamar a existência do Estado, seria também um órgão por intermédio do qual o “povo” controlaria o que se fazia no novo país, impondo limites ao “partido único”.

Cabral também não chegou a ser explícito em relação ao tipo de Estado Socialista que implantaria na Guiné. Contudo, um informador da PIDE ficou com a sensação de que, em 1968, o líder do PAIGC estaria a sentir-se atraído pelo socialismo reformado da Hungria, sobretudo depois da remodelação encetada pelo Partido Socialista Operário Húngaro (PSOH), nomeadamente no campo económico, com o abandono da economia colectiva, em favor da liberalização do comércio. De tal maneira que, de acordo com o mesmo informador, Cabral estaria inclusivamente a importar grande quantidade de livros da Hungria, pois pretendia “seguir a política daquele país quando conseguir a independência”²¹⁵⁷.

Uma coisa parece absolutamente segura. Cabral era um político e um revolucionário cioso das ideias e dos princípios que defendia e que deviam estar em consonância com a realidade em que deviam ser aplicados. Tendo em conta estas posições só podemos concluir que era favorável a um socialismo aberto às relações com todos os países do mundo, incluindo os países capitalistas, na base do respeito mútuo e na reciprocidade de vantagens. Com uma condição: que essas relações não fossem contrárias aos interesses do seu povo e ao princípio do não-alinhamento que defendia²¹⁵⁸, assente na independência do pensamento e da acção e sem perder de vista os problemas fundamentais da humanidade. O que lhe importava no fundo, para além, naturalmente, da conquista da independência, com base no próprio esforço e sacrifício, era realizar o progresso do seu povo.

Mas, o grande problema que se colocava a Amílcar Cabral era, sem dúvida, o seguinte: quem governaria este Estado Socialista depois da conquista da independência?

²¹⁵⁷ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, NT 2675, pasta 3, fl. 644.

²¹⁵⁸ Vide trecho da carta de Amílcar Cabral a Mikko Pyhälä, citado por Lars Rudebeck, *A Study of Political Mobilization...* p. 83; e também Patrick Chabal, *ob. cit.*, p. 181.

1.4. A classe herdeira do Estado colonial

Como defendia Tetteh A. Kofi²¹⁵⁹, Cabral foi também, um dos primeiros líderes africanos revolucionários a abordar a questão do controlo do poder na fase pós-revolucionária. Na ausência da “classe operária”, devido ao baixo nível das “forças produtivas”, Cabral confiava à “pequena burguesia” guineense e cabo-verdiano a difícil tarefa de consolidar a construção do socialismo, depois de conquistada a independência. O líder do PAIGC designava-a, “sem grande legitimidade, a pequena burguesia revolucionária”. O facto desta “classe” aparecer, também agora (fase da independência), na liderança, tinha ainda a ver com a ausência da “burguesia”, com a posição social que ocupava na estrutura social e, sobretudo, com o domínio do aparato cultural (grau de instrução e de cultura). Como o próprio Cabral admitia, esta “classe” formou-se, desde muito cedo, ao serviço do colonialismo, que nunca consentiu a emergência duma pseudo-burguesia nativa e de uma “classe operária”, antes do desencadeamento da luta armada. Mário de Andrade retratou muito bem a origem social desta elite:

Emergiram entre camadas sociais privilegiadas, pelo jogo da mobilidade vertical induzida pela necessidade de quadros subalternos para o exercício da vida administrativa, no âmbito do sistema político e económico vigente²¹⁶⁰.

A “pequena burguesia”, ao contrário do que afirmavam Lenine e Fanon, era, no caso da Guiné e Cabo Verde, a única que, pelas suas condições objectivas e subjectivas – nível de vida superior ao das massas, contactos mais frequentes com os agentes do colonialismo português, maior frequência de humilhações, maior grau de instrução e de cultura – tomara consciência, “*ab initio*”²¹⁶¹, em contexto colonial, da necessidade de acabar com a dominação estrangeira e a transmitira, de acordo com Cabral, às massas populares²¹⁶².

A ausência de outras “classes” (da burguesia, do proletariado e dos camponeses) sem consciência cultural aparecia, aos olhos do líder revolucionário guineense e cabo-verdiano, nos discursos proferidos em Milão (1964) e em Havana (1966), como um dos principais perigos do movimento de libertação nacional, na fase colonial²¹⁶³. Tal como defendia em Milão, era impossível que, na situação colonial, “uma só camada social”

²¹⁵⁹ Tetteh A. Kofi, “Prospects and problems of the transition from agrarianism to socialism: the case of Angola, Guinea-Bissau and Mozambique”, *World Development*, 9, 9-10, Montreal, Department of Geography, McGill University, 1981, p. 856.

²¹⁶⁰ Mário Pinto de Andrade, *Origens do nacionalismo africano...*, p. 39.

²¹⁶¹ “Fundamentos...”, p. 212.

²¹⁶² “Fundamentos...”, p. 212.

²¹⁶³ “Fundamentos...”, p. 212.

pudesse fazer “a luta contra o colonialismo”, pois esta exigia “a realização efectiva da unidade nacional”²¹⁶⁴, isto é, a união de todas as “classes”. Cabral adoptava assim, na esteira de Lenine e Estaline²¹⁶⁵, o conceito de “classe-nação”, como sustenta Patrick Chabal²¹⁶⁶, ao não desprezar nenhuma “classe” constitutiva da sociedade guineense.

Em Milão e mais tarde em Havana, Cabral ponderava que, para garantir uma verdadeira independência nacional, na ausência de uma “classe operária”, ainda em fase embrionária e com a conhecida situação económica, social e cultural dos camponeses, era necessário que o processo fosse conduzido por uma “classe de vanguarda”²¹⁶⁷, unida e consciente dos objectivos que presidiam a luta de libertação nacional.

O controlo do Estado, por parte da “pequena burguesia” ou desta “classe política” (a expressão clássica é de Gaetano Mosca²¹⁶⁸), no período da independência, também não lhe advinha, tal como na fase colonial, do controlo sobre os “meios de produção”, como defendia Marx, mas do controlo do aparato cultural, nomeadamente do seu nível de educação superior.

Os camponeses não sabiam ler e escrever e, por outro lado, não mantinham laços estreitos, directos com o colonialismo. Cabral nem acreditava que chegassem a atingir o necessário grau de consciência política antes da libertação nacional²¹⁶⁹. O “proletariado” não existia enquanto “classe”, nem havia uma “classe burguesa” economicamente poderosa.

Na situação neocolonial, as ainda embrionárias “classes” trabalhadoras e a situação económica, social e cultural dos camponeses (a força física da luta de libertação), assegurava Cabral, não lhes permitiria distinguir a verdadeira da falsa independência²¹⁷⁰. Os esforços e sacrifícios consentidos pelo povo, dizia ele, não podiam “ser compensados apenas por uma bandeira e por um hino nacional”²¹⁷¹. A única e a verdadeira

²¹⁶⁴ “Breve análise da estrutura social da Guiné «portuguesa»“, Centro Frantz Fanon de Milão, 1964, in *Obras Escolhidas... Arma da teoria*, p. 104.

²¹⁶⁵ Alain Bockel, “Amílcar Cabral, Marxist africain...”, p. 48.

²¹⁶⁶ Patrick Chabal, “The social and political thought of Amílcar Cabral: a reassessment”, *The Journal of Modern African Studies*, 19, 1, London, Cambridge University Press, 1981, p. 38.

²¹⁶⁷ “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, Discurso pronunciado em nome dos povos e das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, na 1.ª Conferência de Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina (Havana, 3 a 14 de Janeiro de 1966), Sessão Plenária de 6 de Janeiro, in *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral, ...volume I*, p. 209.

²¹⁶⁸ *Apud* Larry Diamond, “Class Formation in the Swollen African State”, *The Journal of Modern African Studies*, 25, 4, London, Cambridge University Press, 1987, p. 567.

²¹⁶⁹ “Fundamentos...”, p. 212.

²¹⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 209.

²¹⁷¹ AMS, “Vamos acelerar a liquidação total do colonialismo português em 1972, para libertamos o homem africano da Guiné e Cabo Verde de toda a espécie de opressão, para construirmos uma sociedade justa, baseada na nossa própria história e nas realidades da nossa terra, mas aberta a todas as conquistas da humanidade no caminho do progresso”, mensagem do camarada Amílcar Cabral ao nosso povo e aos nossos combatentes e militantes, por ocasião do Ano Novo, Janeiro de 1972.

compensação radicava na nova vida de justiça, trabalho, democracia, progresso económico, social e cultural que se estava a edificar²¹⁷².

Portanto, na palestra proferida em Milão (1964), Cabral não tinha dúvidas de que, por razões históricas, a “pequena burguesia” era a única “classe” que reunia as condições para, na fase neocolonial, “dirigir e utilizar os instrumentos de que se servia o Estado colonial”²¹⁷³ contra o seu povo, em virtude do seu nível cultural.

No momento em que assumisse o poder e o controlo do aparato estatal completar-se-ia, na opinião de Cabral, o regresso à história²¹⁷⁴ até aqui comandada pelo Estado colonial. Seria a própria revolução a “eliminar” a “pequena burguesia” no sentido de a submeter “ao controlo dos operários e dos camponeses”²¹⁷⁵ e evitar, assim, a fatal e perigosa tendência para o “emburguesamento”. Isto não eliminaria, contudo, as contradições. Antes pelo contrário. Para Cabral, durante a luta de libertação nacional a contradição principal seria entre o “povo” e a “burguesia” portuguesa e internacional. No caso da Guiné, depois da independência, a contradição maior seria entre a “classe” dirigente dos grupos semi-feudais (fulas, mandingas) e as “classes” superiores e inferiores de grupos “sem Estado”, como os balantas ou entre os grupos animistas, nomeadamente no que se refere ao regime de propriedade.

Cabral propunha, inclusivamente, que a liderança da “pequena burguesia”, na fase neocolonial, fosse partilhada com outras camadas mais esclarecidas da sociedade e até com elementos da “pseudo-burguesia” nacional, devido aos progressos que, entretanto, se registariam na estrutura social. Ainda assim, o papel da “pequena burguesia” seria sempre relevante, por causa das limitações económicas e culturais das “classes trabalhadoras” e ideológicas da “pseudo-burguesia” nacional. Para Cabral, a única limitação que a “pequena burguesia” podia apresentar no seu assalto ao poder seria de ordem económica, visto tratar-se de uma classe de serviços e, por conseguinte, não directamente envolvida no processo produtivo. Daí que, para manter o poder, na ausência de alicerces económicos, só lhe restasse, de acordo com o líder do PAIGC, uma saída:

Deixar agir livremente as suas tendências naturais de emburguesamento, permitir o desenvolvimento duma burguesia burocrática e de intermediários do ciclo das mercadorias, transformar-se em pseudo-burguesia nacional, isto é, negar a revolução e enfeudar-se necessariamente ao capital imperialista²¹⁷⁶.

²¹⁷² *Idem, ibidem.*

²¹⁷³ “Breve análise da estrutura social da Guiné «portuguesa»”, Centro Frantz Fanon de Milão, 1964, in *Obras Escolhidas... Arma da teoria ...*, p. 104.

²¹⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 104.

²¹⁷⁵ *Idem ibidem*, p. 105.

²¹⁷⁶ “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, discurso pro-

Para não trair a “Revolução” e os objectivos da libertação nacional, a pequena burguesia deveria, na opinião de Cabral, “reforçar a sua consciência revolucionária”, repudiar as tentações de “emburguesamento” e as solicitações naturais da sua mentalidade de “classe”, o que significa que teria que identificar-se com as “classes trabalhadoras” e não se “opor ao desenvolvimento normal do processo da Revolução”²¹⁷⁷. Portanto, tal como, do ponto de vista cultural, fora capaz de resolver o dilema da crise de identidade anterior ao desencadeamento da luta armada, isto é, ao optar pela “aproximação com a sua raiz cultural, reafrikanizando-se”²¹⁷⁸, Cabral exigia, na fase da independência e da construção do Estado nacional, uma solução à “pequena burguesia”: que se “suicidasse” enquanto “classe”²¹⁷⁹, a fim de evitar a sua conversão à “burguesia”. Deste modo, podia ressuscitar, dizia Cabral, na “condição de trabalhador revolucionário inteiramente identificado com as aspirações mais profundas do povo”²¹⁸⁰ a que pertencia, ou seja, com as massas trabalhadoras da cidade e do campo. Só assim, concluía Cabral, a “pequena burguesia” podia ser útil à “Revolução”²¹⁸¹. Já em 1957 defendia, no âmbito do Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas (MLNCP), a união entre o “proletariado” e o “campesinato”, sob a direcção daquele²¹⁸². Esta tese seria retomada muitos anos depois, na sua Mensagem de Ano Novo de 1968.

Contudo, na situação neocolonial em que, conforme assegurava Cabral, a sociedade se encontraria estruturada na vertical e o poder político estaria nas mãos de elementos nativos, a existência de contradições de “classe” tornaria difícil ou mesmo impossível, de acordo com o líder revolucionário, a formação de uma vasta frente unida, como acontecera na fase colonial. Haveria ainda uma manifesta tendência para a desmobilização entre os dirigentes nativos, devido aos benefícios materiais e aos efeitos psíquicos que o controlo do poder político e económico podiam provocar.

Cabral não esperava que a “pequena burguesia” fosse capaz de fazer a “Revolução” no momento em que assumisse o poder, isto é, que fosse capaz de se “suicidar”,

nunciado em nome dos povos e das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, na 1.ª Conferência de Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina (Havana, 3 a 14 de Janeiro de 1966), Sessão Plenária de 6 de Janeiro, in *Obras Escolhidas...*, volume I, p. 212.

²¹⁷⁷ *Idem, ibidem*, pp. 212-213.

²¹⁷⁸ Carlos Lopes, *ob. cit.*, p. 72.

²¹⁷⁹ Basil Davidson encontrou referências relativas ao sacrifício dos intelectuais pela causa revolucionário no jornal *Than Nien*, do VietMinh, publicado em 1929 (Basil Davidson, “On Revolutionary Nationalism. The legacy of Amílcar Cabral”, *The Latin-American Perspectives*, volume II, number 2, Issue 41, London, Spring 1984, p. 21.

²¹⁸⁰ “Fundamentos...”, p. 213.

²¹⁸¹ FAC, “Questões levantadas por um agrónomo francês”.

²¹⁸² Vide O. V. Martichyne, “Amílcar Cabral...”, in *Continuar Cabral...*, pp. 75-76; e Mário de Andrade, *ob. cit.*, 1980, pp. 76-77.

aliando-se aos “operários” e aos “camponeses” submetendo-se ao controlo destes. A tendência seria a de defender os interesses de “classe” (ou seja, de fazer a “contra-Revolução”). É que a opção pela “Revolução”, isto é, pela via socialista, seria sempre dolorosa para a pequena burguesia, pois implicaria, como já se disse, o seu “suicídio”. Em Milão, por exemplo, Cabral tinha muitas dúvidas acerca das possibilidades de se operar este “milagre” do “suicídio”, por causa das contradições sociais e económicas internas e da intervenção de variáveis externas. Com efeito, a concessão da independência a regimes que pactuavam com o imperialismo e a criação de uma nova e mais subtil relação de dependência neocolonial não deixava a Amílcar Cabral qualquer margem para optimismo. Sobre este assunto, em Havana (1966), voltou a pôr em evidência as muitas dúvidas e incertezas que perpassavam as suas análises de líder revolucionário. É que, tendo em conta o contexto histórico (interno e externo) em que o fenómeno da luta de libertação nacional emergira, Cabral não sabia se podia considerá-la uma verdadeira “Revolução” ou uma “contra-Revolução”. Declarava que dependeria das perspectivas, isto é, se a sua emergência fora uma consequência das contradições internas do colonialismo ou se fora suscitada pelo imperialismo, com intenções de criar um obstáculo à progressão do Socialismo no mundo ou ainda se fora, ao invés, uma iniciativa do próprio campo socialista. O resultado, para Cabral, ia dar ao mesmo: a negação da independência real dos povos africanos.

2. Aprender com os erros dos outros

2.1. As lições positivas e negativas da Revolução Africana

Num discurso proferido aquando da III Conferência dos Povos Africanos do Cairo, que teve lugar dois meses após os acontecimentos de Luanda e pouco tempo depois do início do processo das independências em África, Cabral punha em relevo vários aspectos positivos e negativos da luta contra o colonialismo e o neocolonialismo na vida dos recém-independentes Estados africanos. A situação neocolonial de alguns desses jovens Estados já então preocupava seriamente o líder africano, numa altura em que o neocolonialismo estava a lançar uma grande contra-ofensiva, no sentido de recuperar o terreno perdido em África, com a vaga independentista de 1960.

Apesar de reconhecer o lado positivo do acesso à independência, Cabral não escondia o seu receio relativamente aos também mais que evidentes sinais negativos da

realidade da Revolução africana²¹⁸³, dominada fundamentalmente pela crise do conhecimento ou do “knowledge vacuum” (a expressão é cara a Romano Ledda)²¹⁸⁴. Esta crise de conhecimento afectava não só os Estados independentes, mas também os próprios movimentos de libertação, nomeadamente no que dizia respeito à ausência de uma base teórica, sob a qual deveriam assentar a condução da luta pela independência e às análises sobre as perspectivas de futuro, quase sempre divorciadas da realidade local²¹⁸⁵. Sem um estudo e um conhecimento dessa realidade, conforme reiterou Cabral em Havana (1966), qualquer “Revolução Nacional” ou “Social” estaria condenada ao fracasso, pois ela não era “mercadoria de exportação”²¹⁸⁶, mas “um produto de elaboração local – nacional”²¹⁸⁷, ainda que influenciada por factores exteriores favoráveis e desfavoráveis. Cabral insurgia-se assim contra o mimetismo que caracterizava a política africana do seu tempo, pelo facto de não ter em conta a realidade concreta da África ou de cada Estado independente. A maior fraqueza da luta contra o imperialismo radicava, na perspectiva do líder do PAIGC, na deficiente ou na ausência total de ideologia, em virtude do desconhecimento da realidade que os movimentos de libertação pretendiam transformar, o que, em última análise, exigia um debate sério. Por detrás desta situação, já em 1961, na Conferência do Cairo, Cabral lamentava o profundo desprezo, por parte dos dirigentes africanos, pelas experiências locais e de outros lugares²¹⁸⁸. Aquando da Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, realizada pouco depois, em Dakar, Amílcar Cabral criticava duramente, e com certa amargura, as divisões, as querelas e os mal-entendidos de que enfermavam alguns países africanos. Aconselhava, por isso, os seus dirigentes, em nome dos interesses fundamentais de África, a harmonizarem os seus pontos de vista e a unirem-se contra aqueles que classificava de “inimigos do continente”²¹⁸⁹.

²¹⁸³ AMS, “Uma crise do conhecimento”, Discurso proferido pelo Delegado da Guiné “Portuguesa” e das Ilhas de Cabo Verde, Amílcar Cabral (Abel Djassi), Secretário-geral do Partido Africano da Independência (Cairo – 25 a 31 de Março de 1961, pasta 4602.014, im. 5.

²¹⁸⁴ Romano Ledda, “Social Classes and political struggle”, *International Socialist Journal*, number 22, Year 4, Rome, August 1967, p. 561.

²¹⁸⁵ AMS, “Uma crise do conhecimento”, Discurso proferido pelo Delegado da Guiné “Portuguesa” e das Ilhas de Cabo Verde, Amílcar Cabral (Abel Djassi), Secretário-geral do Partido Africano da Independência (Cairo – 25 a 31 de Março de 1961, pasta 4602.014, ims. 5-6.

²¹⁸⁶ “Fundamentos...”, p. 202.

²¹⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 202.

²¹⁸⁸ AMS, “Uma crise do conhecimento”, Discurso proferido pelo Delegado da Guiné “Portuguesa” e das Ilhas de Cabo Verde, Amílcar Cabral (Abel Djassi), Secretário-geral do Partido Africano da Independência (Cairo – 25 a 31 de Março de 1961, pasta 4602.014, im. 6.

²¹⁸⁹ Conférence des Organisations Nationalistes de la Guinée “Portugaise” et des Îles du Cap Vert..., Extrait du Rapport Général présenté par le Secrétaire Général du Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, p. 17.

A realidade africana era bastante complexa do ponto de vista político, económico e das relações com o estrangeiro. Havia, de acordo com a classificação de Cabral, países denominados “progressistas”, “moderados”, de independência completa e neocolonizados²¹⁹⁰. Havia a África branca e a África Negra, católicos, muçulmanos e animistas. Reflectindo, por exemplo, sobre o conflito do Biafra (Nigéria), Cabral afirmava estar contra a nova tendência de divisão da África, fomentada através de conflitos internos²¹⁹¹. Por outro lado, insurgia-se contra a falta de unidade em questões fundamentais, nomeadamente a ideia de cada país africano fazer a sua própria política em relação ao regime do *apartheid*, quando eram esperadas uma sintonia e unidade de pontos de vista, de modo a impedir que aquele regime se fortalecesse²¹⁹².

De acordo com um documento distribuído, por Amílcar Cabral e Mário de Andrade, na II reunião da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), realizada na capital tanzaniana (Dar-Es-Salaam), em 1965, dizia-se que os Estados africanos encontravam-se divididos em dois blocos antagónicos, seguindo orientações políticas, sociais e/ou doutrinárias diferentes²¹⁹³. Os principais problemas que polarizavam estes blocos eram: a guerra da Argélia, o conflito do Congo e a “luta de classes”, que se traduziu em golpes de Estado, assassinato de líderes políticos e instabilidade²¹⁹⁴. Em segundo lugar, muitas vezes os Estados independentes eram governados por regimes frágeis, o que facilitava as manipulações a partir do exterior²¹⁹⁵. Os exemplos flagrantes dessa interferência do sistema colonial e do imperialismo em África foram evidentes no conflito do Congo. A situação de dependência de muitos países africanos em relação às antigas potências colonizadoras fazia com que permanecessem de facto subordinados ao Ocidente²¹⁹⁶, o que constituía um sério entrave para a sua unidade e independência. Alguns desses entraves causados pelo neocolonialismo chegaram a ser mais ou menos assinalados numa das resoluções da III Conferência dos Povos de África, que teve lugar no Cairo, em Março de 1961:

Le néo-colonialisme qui constitue la survivance du système colonial malgré la reconnaissance formelle de l'indépendance politique des Etats qui deviennent les victimes

²¹⁹⁰ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 59.

²¹⁹¹ *Idem, ibidem*, im. 80.

²¹⁹² *Idem, ibidem*, im. 65.

²¹⁹³ AMS, Amílcar Cabral e Mário de Andrade, “L’Afrique et la lutte de libération nationale dans les colonies portugaises”, Documents de base, Conférence de Dar-Es-Salaam, 1965, pasta 4330.008, im. 76.

²¹⁹⁴ *Idem, ibidem*, im. 77.

²¹⁹⁵ *Idem, ibidem*. 78.

²¹⁹⁶ *Idem, ibidem*, im. 76.

d'une domination directe et subtile sur les plans politique, économique, social, militaire ou technique, représente le plus grand danger qui menace les pays africains ayant récemment obtenu leur indépendance ou qui vont l'obtenir prochainement²¹⁹⁷.

Não raras vezes, os Estados independentes tomavam posições desconcertadas com os movimentos de libertação. Neste sentido, um dos exemplos mais flagrantes foi o que aconteceu, aquando da conferência de Monróvia, realizada de 8 a 13 de Maio de 1961, por iniciativa da Nigéria, Togo, Camarões e Libéria. No decurso da reunião, grande parte dos países pronunciou-se a favor da “autonomia” do povo de Angola, indo contra as posições dos movimentos de libertação, que lutavam pela independência daquela colónia²¹⁹⁸.

Mas havia aspectos positivos a levar em linha de conta. Um deles era o facto dos dirigentes africanos considerados, por Amílcar Cabral e Mário de Andrade, a “vanguarda do continente”, terem começado a aperceber-se que as divisões internas e as contradições políticas apenas perpetuariam a balcanização da África, beneficiando o imperialismo e o colonialismo²¹⁹⁹. Foi então que colocaram o problema da unidade, o qual deveria evoluir, de acordo ainda com Cabral e Andrade, ao longo de três fases: 1) triunfo da independência; 2) busca de um conteúdo verdadeiro para essa independência, através da reivindicação da liberdade económica; e 3) busca de equilíbrio e da coexistência entre o Estado e a afirmação de uma personalidade africana partidária do não-alinhamento²²⁰⁰.

No artigo feito em co-autoria com Mário de Andrade, a que já nos referimos, defendia-se que, até 1961, a atenção consagrada à questão colonial e o papel das organizações nacionalistas no contexto africano não tinham sido obscurecidos pela falta de vigor da luta das colónias portuguesas, mas pela posição secundária que Portugal ocupava no seio das grandes potências coloniais²²⁰¹. Graças à luta armada feita em Angola, na Guiné e em Moçambique, insistiam ainda os dirigentes nacionalistas da Guiné e de Angola, esta situação alterara-se, criando uma nova realidade em África²²⁰².

Cabral precavia-se também em relação ao futuro. Com base nas experiências negativas que bem identificou no seu continente, não via nenhuma razão para que, no seu “país”, se repetissem situações idênticas. Pelo menos de forma deliberada, conhe-

²¹⁹⁷ AMS, Amílcar Cabral e Mário de Andrade, “L’Afrique et la lutte de liberation nationale dans les colonies portugaises”, Documents de base, Conférence de Dar-Es-Salaam, 1965, pasta 4330.008, im. 76.

²¹⁹⁸ *Idem, ibidem*, im. 77.

²¹⁹⁹ *Idem, ibidem*, im. 77.

²²⁰⁰ *Idem, ibidem*, im. 78.

²²⁰¹ AMS, Amílcar Cabral e Mário de Andrade, “L’Afrique et la lutte de libération nationale dans les colonies portugaises”, Documents de base, Conférence de Dar-Es-Salaam, 1965, pasta 4330.008, im. 75.

²²⁰² *Idem, ibidem*, im. 75.

cendo como conhecia as traições, os problemas e os exemplos que, em África, deviam ser seguidos ou não²²⁰³. Daí que, num discurso proferido em 1965, aquando da II reunião da CONCP realizada em Dar-Es-Salaam, tenha afirmado o seguinte: “Se amanhã traírmos o interesse do nosso povo e dos nossos povos, não será porque não o soubéssemos, será porque quisemos trair”²²⁰⁴.

Outro grande problema que a África enfrentava na década de 60 era, como já se disse, o da “luta de classes” com todas as suas consequências no que concerne à instabilidade política. Referimo-nos à declarada incompetência e ambições políticas dos dirigentes africanos, a que havia que associar, naturalmente, a interferência do neocolonialismo. Como resultado, os primeiros seis anos de independência africana (1960 a 1966) foram marcados por excêntricos golpes ou tentativas de golpes, assassinatos ou tentativas de assassinato, contra-golpes e violência armada. Assim, logo no primeiro dia de Janeiro de 1960, verificou-se uma tentativa de golpe de Estado frustrado nos Camarões, sob a liderança de Feliz Moumie. No ex-Congo belga, a 12 de Fevereiro de 1961, Patrice Lumumba era assassinado, depois de tumultos e de motins que duraram vários dias. A 14 de Dezembro, na Etiópia, aproveitando-se da ausência, no Brasil, do Imperador Hailé Selassie, foi declarada uma rebelião que acabou, no entanto, por ser sufocada três dias mais tarde. A 17 de Dezembro de 1962, no Senegal, deu-se uma tentativa frustrada de golpe perpetrado pelo Primeiro-Ministro, Mamadu Dia, contra o Presidente Senghor e, no ano seguinte, o Daomé (actual Benim) e o Congo Brazzaville eram atingidos pela fúria golpista que parecia não querer dar tréguas ao continente. Dois anos mais tarde (Janeiro de 1964), para além de uma tentativa de golpe no Gabão, registaram-se motins em vários países da África Austral, mais concretamente no Tanganika, no Uganda e também no Quênia.

Mas, o pior ainda estava para vir. De Julho de 1965 a Fevereiro de 1966, nove golpes de Estado (Congo, Argélia, Daomé, República Centro Africana, Alto Volta²²⁰⁵, Nigéria, por duas vezes, Ghana e Uganda) abalariam profundamente o continente. A instabilidade vivida neste período fez com que as cadeiras que os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da OUA deviam ocupar numa reunião que se realizou na capital etíope (Addis-Abeba), a 28 de Fevereiro de 1966, a fim de estudar o

²²⁰³ AMS, “A Unidade política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário-geral do partido à II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP” (Dar-Es-Salaam – 3 a 8/10/1965), Departamento de Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros – Coleção “Discursos e Informações”, pasta 4602.038.

²²⁰⁴ *Idem, ibidem.*

²²⁰⁵ Actualmente tem a designação de Burkina Fasso.

caso da Rodésia, tivessem sido preenchidas por funcionários subalternos. Alguns estudiosos de assuntos africanos, como Victor L. Levine, chegaram a avançar, com base no momento conturbado que se vivia em África, a tese da incapacidade dos africanos em se governarem ou partilharem o poder²²⁰⁶. Segundo este autor, a instabilidade experimentada era fruto de dois factores: o recente envolvimento dos militares na esfera política e a sua instrumentalização por parte dos políticos²²⁰⁷.

Em 1968, Amílcar Cabral fazia o balanço da situação e classificava os golpes de Estado em dois tipos: 1) “golpe de Estado imperialista” e 2) “golpe de Estado nacionalista”²²⁰⁸. O primeiro era, do seu ponto de vista, o mais vulgar, devido à grande influência do imperialismo, e tinha como objectivo a manutenção da situação para sua própria segurança. Como exemplos, Cabral citava os casos de Jean Pierre Duvalier, no Haiti, e do golpe que derrubara Nkrumah no Ghana. Bridier, que publicou um artigo sobre este assunto em 1967²²⁰⁹, considerava os “golpes de Estado imperialistas” como de “substituição de equipas”, em que não se alterava o essencial da política económica²²¹⁰. Citando, por exemplo, o caso da República Centro Africana, onde, a 31 de Dezembro de 1965, o Presidente David Diako foi derrubado pelo coronel Jean Bedel Bokassa, Bridier declarava que, neste caso, apenas havia conflitos, ambições pessoais e guerras de clientelas.

Cabral não deixou, no entanto, de subdividir ainda este tipo de golpes “imperialistas” em dois: o de “reconquista” e o de “concorrência”²²¹¹. No primeiro caso, Cabral exemplificava com os golpes que se verificaram no Alto Volta e no Ghana, perpetrados, respectivamente, contra Maurice Yaemeogo e Kwame Nkrumah, na medida em que, quer um, quer outro, se afastavam do imperialismo. Quanto ao segundo, os exemplos mais conhecidos foram os do Togo e do Congo. Recorde-se que o Presidente Sylvanus Olympio, do Togo, escapou ileso a um atentado, a 11 de Maio de 1961, mas, a 13 de Janeiro de 1963, foi assassinado na sequência de um levantamento militar, sendo substituído por Nicolas Grunitsky, que se encontrava exilado no Ghana.

No que dizia respeito aos golpes de Estado “nacionalistas”, cujo exemplo mais conhecido era o do Congo Brazzaville, da Argélia, do Mali e do Biafra. Cabral dividia-

²²⁰⁶ Cf. Victor T. Levine, “Independent Africa in trouble”, *Africa Report*, volume 12, n.º 9, New York, The African-American Institute, December 1967, p. 19.

²²⁰⁷ *Idem, ibidem*, pp. 19-20.

²²⁰⁸ Reunião do dia 26-5-68 – Assuntos Exteriores [manuscrito], fls.27-28.

²²⁰⁹ Julgamos que Cabral conheceu este artigo, pois as análises que fez em 1968 estão muito próximas das de Bridier.

²²¹⁰ Manuel Bridier, “Notes on the imperialist Counter-offensive”, *The International Socialist Journal*, number 22, Year 4, Rome, August 1967, p. 551.

²²¹¹ Reunião do dia 26-5-68 – Assuntos Exteriores [manuscrito], fls.27 e ss.

os, também, em dois tipos: de um lado, os golpes de Estado “faccionistas” e, do outro, os “separatistas”. No primeiro caso, segundo o líder do PAIGC, tratava-se de um golpe com origem na mesma tendência política, como o que acontecera na Argélia, em que Ahmed Ben-Bella fora derrubado por Boumedienne, em 1965, assim como aqueles ocorridos no Congo Brazzaville e no Mali. Pelas suas características, eram mais golpes políticos do que militares.

No segundo caso (“separatista”), o exemplo flagrante era o da tentativa de secessão do Biafra, em 1967. Para Cabral, a separação não fazia sentido, numa altura em que se avançava para a unidade do continente.

Com esta divisão deliberada dos golpes de Estado e apesar da “neutralidade” que defendia, Cabral não deixou de se insurgir tanto contra os “golpes nacionalistas” (Congo Brazzaville e Argélia) quanto os “imperialistas” (Ghana).

Imitando Churchill, quando afirmava que cada povo tinha o governo que merecia, Cabral declarava que “cada Estado” tinha o golpe que merecia. Ainda assim, segundo ele, era necessário pôr de parte a questão da “neutralidade” e tomar uma posição clara em relação aos golpes de Estado “nacionalistas” e “imperialistas” como, por exemplo, nos casos da Argélia e do Ghana, cujos presidentes haviam sido fiéis aliados dos movimentos de libertação.

O mesmo devia acontecer caso houvesse golpe na República da Guiné ou no Senegal. Definindo a política como “a arte do possível”, havia que estudar cada momento e cada situação e procurar tomar a decisão mais acertada em benefício da luta armada de libertação nacional. Por exemplo, Cabral era favorável ao apoio a um eventual golpe de Estado em países como o Malawi, mesmo que, para isso, fosse necessário contribuir secretamente, através do envio de armas. Recorde-se que, no caso do Ghana, a Guiné-Conakry de Sekou Touré foi o único país que, insatisfeito com a atribuição da copresidência a Kwame Nkrumah, depois do seu derrube, esteve na iminência de preparar um exército com o intuito de restaurar o Presidente do Ghana no poder. Sekou Touré tinha razões para isso, em virtude dos acordos mútuos de defesa que os dois países haviam rubricado e também por razões de natureza política e ideológica. É que a União entre o Mali, o Ghana e a República da Guiné, mas sobretudo, entre estes dois últimos, constituída em 1958, ainda não estava dissolvida quando se dera o golpe contra Nkrumah. Mas, contra os planos de Sekou jogavam vários factores desfavoráveis. O primeiro (e o mais importante) era sem dúvida a situação geográfica. Para avançar com um exército para o Ghana teria que passar pela Costa de Marfim, cujo presidente fora um dos primeiros a manifestar o seu apoio ao golpe de Estado no Ghana.

2.2. A estratégia para a prevenção do neocolonialismo

A independência africana dos primórdios dos anos 60 ficou refém, desde muito cedo, de uma forte agressividade imperialista, assinalada, de resto, em 1967, por autores marxistas como Manuel Bridier²²¹² e Romano Ledda²²¹³, e, em 1968, por Amílcar Cabral. Segundo Ledda, foi esta agressividade, conjuntamente com factores externos e internos, o atraso tecnológico e o subdesenvolvimento²²¹⁴ que facilitaram terreno propício para a actuação do imperialismo. Ledda assinalava ainda o aproveitamento que este imperialismo fazia da grande divisão reinante no seio do movimento internacional e do facto de a libertação política de alguns dos países africanos não ter sido o resultado de um movimento nacional autónomo apoiado pelo povo, mas uma consequência da crise do sistema colonial e da tentativa do colonialismo assentar o seu domínio numa fórmula neocolonial.

Bridier estava em sintonia com Ledda quando escrevia que, para a maioria dos países africanos, a independência tinha sido conquistada através da combinação de factores internos (africanos) e da pressão internacional²²¹⁵. Em virtude desse facto, o que se verificou, a nível da transferência dos poderes, foi, no dizer do mesmo autor, a substituição da “burguesia nacional” pela classe média “do antigo sistema colonial”²²¹⁶. Bridier revelava ainda o carácter formal dessa independência devido ao aparecimento de uma liderança nacional, de signos e símbolos nacionais (bandeira, hino, etc.). Contudo, estes países rapidamente entraram numa relação de dependência neocolonial com as antigas potências colonizadores, afastando-se, progressivamente, das aspirações das massas, e/ou enveredando-se pela “luta de classes” que, na opinião de Nkrumah, era o resultado do aparecimento da propriedade privada e do declínio da sociedade comunitária²²¹⁷. Tudo isso veio pôr em causa a ideia defendida inicialmente por alguns dirigentes africanos, nomeadamente por Nkrumah, de que em África não havia “classes”.

Bridier traçou ainda o panorama do sucesso dos movimentos populares nos países africanos ou em vias de desenvolvimento, afirmando que tinham atingido uma situação crítica na sua evolução, quando os antagonismos socioeconómicos deram origem

²²¹² Manuel Bridier, “Notes on the Imperialist Counter-Offensive”, *The International Socialist Journal*, number 22, Year 4, Rome, August 1967, pp. 539-540.

²²¹³ Romano Ledda, “Social Classes and political struggle”, *The International Socialist Journal*, number 22, Year 4, Rome, August 1967, p. 561.

²²¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 561.

²²¹⁵ Manuel Bridier, “Notes on the Imperialist Counter-Offensive”, *The International Socialist Journal*, number 22, Year 4, Rome, August 1967, p. 542.

²²¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 542.

²²¹⁷ Kwame Nkrumah, *A luta de classes em África*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1976, p. 8.

aos conflitos étnicos sem nunca os abolir²²¹⁸. Por outro lado, os populares expressavam-se sob a forma de exigências e oposição aos regimes, sem trazerem soluções gerais para toda a sociedade, em virtude da falta de experiência política e do seu pouco relevante papel no processo produtivo²²¹⁹. Bridier ainda assegurava que, nestas condições, os movimentos populares podiam destruir os governos neocolonialistas, mas não criavam políticas alternativas, em virtude das quais a intervenção estrangeira apoiava a reconstrução do Estado, com o intuito de tirar vantagens das condições objectivas²²²⁰. E a conclusão que Bridier extrapolava não podia ser mais clarificadora: todos estes acontecimentos se deviam ao carácter incipiente do desenvolvimento económico e social dos países africanos²²²¹. Assim, na sua opinião, o que se assistia em África, não era propriamente uma contra-ofensiva, mas a consolidação do Capitalismo²²²². Sem recusar a importância da intervenção estrangeira em África, Bridier tentou ainda justificar o seu sucesso, partindo da situação interna africana. Neste sentido, assinalava a diversidade das situações, dos acontecimentos e dos problemas de desenvolvimento que se colocavam nos vários países que, já em si apresentavam diferentes estruturas sociais na altura da independência. Bridier, que preferiu começar pela análise da situação política, não tinha dúvidas de que o melhor método para a compreensão da evolução política seria partir da abordagem da situação económica, apesar de, em sua opinião, ser difícil aplicar este método à história contemporânea²²²³.

Ora, para Cabral, a penetração do neocolonialismo em África fora facilitada por cinco razões: 1) pela divisão reinante no continente; 2) por razões de ordem histórica; pela natureza do próprio imperialismo; 3) pela debilidade dos países africanos; 4) pela ambição e oportunismo de certos dirigentes e “classes sociais” africanos; e 5) pela ausência de um estudo sério da realidade de cada país e da África, nomeadamente da estrutura social e das causas do subdesenvolvimento económico²²²⁴.

Cabral insurgia-se, naturalmente, contra os erros cometidos por alguns desses Estados, cujos povos acabaram por ver, como sustentava, “as suas aspirações mistificadas com uma independência nominal, tendo sido submetidas a uma nova forma de colo-

²²¹⁸ Manuel Bridier, “Notes on the Imperialist Counter-Offensive”, *The International Socialist Journal*, number 22, Year 4, Rome, August 1967, pp. 548-549.

²²¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 549.

²²²⁰ *Idem, ibidem*, p. 549.

²²²¹ *Idem, ibidem*.

²²²² *Idem, ibidem*, p. 555.

²²²³ *Idem, ibidem*, p. 540.

²²²⁴ AMS, “Intervention par Amílcar Cabral, Secrétaire Général du Parti Africain de l’indépendance”, Accra juin 1961, pasta 4602.018.

nialismo”²²²⁵. Dentre estes erros, destacava as lutas intestinas que marcavam a existência destes povos e que criavam um sério obstáculo à unidade nacional, a manutenção de formas de colonialismo clássico nas colónias africanas de Portugal, a falta de iniciativa, hesitação e improvisação que caracterizavam as decisões políticas, sabiamente aproveitadas pelos “inimigos do continente”²²²⁶.

O problema maior da África, segundo Cabral, não se colocava a nível da possibilidade de conquista ou da concretização da independência política, mas da consolidação dessa independência no plano económico e na luta contra o neocolonialismo²²²⁷. Assim, a debilidade económica era, na opinião de Cabral, o principal problema que a África enfrentava na sua luta contra o neocolonialismo. No seminário de quadros realizado em Conakry, em 1969, dizia, a propósito, o seguinte:

Infelizmente a África ainda não está verdadeiramente independente, porque a independência real só pode vir com a independência económica. E nalguns casos, como já dissemos, temos pena de países independentes que não têm uma verdadeira independência política, porque obedecem a ordens de países estrangeiros²²²⁸.

Já Emile R. Braundi, cingindo-se ao caso específico dos países francófonos, escrevia, num artigo publicado em 1964:

It is clear that the simple transfer of sovereignty, the recognition by the former colonial power of the national independence of its former colony does not change from one day to the next either the social structures of the country or the nature of its economic ties with the former metropolis. And yet the new forms, of exploitation which we observe today are not a maneuver of genius thought up in the colonialist brains²²²⁹.

Segundo aquele autor, as novas formas de exploração eram o resultado de uma complexa relação de forças, na qual jogavam um papel primordial a evolução das massas colonizadas, a pressão exercida pelo contexto internacional e os conflitos socioeconómicos existentes nas próprias metrópoles coloniais²²³⁰. Uns viam nestes problemas, sequelas do colonialismo, outros, ao invés, problemas internos.

²²²⁵ AMS, “Uma crise do conhecimento”, Discurso proferido pelo Delegado da Guiné “Portuguesa” e das Ilhas de Cabo Verde, Amílcar Cabral (Abel Djassi), Secretário-geral do Partido Africano da Independência (Cairo – 25 a 31 de Março de 1961, pasta 4602.014, im 5).

²²²⁶ *Idem, ibidem*, im. 5.

²²²⁷ *Idem, ibidem*, im. 5.

²²²⁸ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no Plano Exterior...”, im. 59.

²²²⁹ Emile R. Braundi, “Neocolonialism and the Class struggle”, *The International Socialist Journal*, number 1, Year I, Rome, January/February 1964, p. 48.

²²³⁰ *Idem, ibidem*, p. 48.

Ter um governo africano não significava, na opinião de Cabral, que o destino do continente se encontrasse nas mãos dos africanos. A riqueza tinha que pertencer também às pessoas. Para a concretização de uma real “Revolução Africana”, o líder do PAIGC propunha, em primeiro lugar, a liquidação da dominação económica²²³¹. Só a emancipação económica²²³², isto é, a libertação do domínio económico estrangeiro, poderia assegurar a verdadeira independência do continente, o que se alcançaria através da transferência dos recursos materiais e humanos para as mãos dos africanos ou por intermédio da exploração e do desenvolvimento racional destes mesmo recursos. A acontecer, representaria, na opinião do Secretário-geral do PAIGC, não só, “uma contribuição decisiva para a paz mundial, para o desaparecimento total do imperialismo”²²³³, mas também, “facilitaria a emancipação social e política de grandes massas populares dos países imperialistas e colonialistas”²²³⁴.

Num discurso proferido no seminário de quadros de 1969, o líder guineense e cabo-verdiano lamentava, como de resto já o tinha feito anteriormente com Mário de Andrade²²³⁵, a dependência de alguns países africanos em relação às antigas potências colonizadoras²²³⁶. Cabral aproximava-se assim das teses dos defensores da *Dependency Theory*, dos anos 60 e 70, como Celso Furtado, Samir Amin, Andre Gunder Frank ou Kwame Nkrumah. A consequência imediata desta dependência dos países africanos e dos vínculos estabelecidos com o Ocidente fora a incapacidade revelada pelos países “independentes” na assunção das suas responsabilidades perante os seus povos, de modo a que a “Revolução Africana” fosse de facto ainda, nas palavras de Amílcar Cabral, a “transformação da vida económica actual das sociedades africanas no sentido do Progresso”²²³⁷. E isto porque esta transformação exigia, como condição primordial,

²²³¹ AMS, “Uma crise do conhecimento”, Discurso proferido pelo Delegado da Guiné “Portuguesa” e das Ilhas de Cabo Verde, Amílcar Cabral (Abel Djassi), Secretário-geral do partido Africano da Independência (Cairo – 25 a 31 de Março de 1961, pasta 4602.014, im. 4.

²²³² AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 59.

²²³³ AMS, “Uma crise do conhecimento”, Discurso proferido pelo Delegado da Guiné “Portuguesa” e das Ilhas de Cabo Verde, Amílcar Cabral (Abel Djassi), Secretário-geral do Partido Africano da Independência (Cairo – 25 a 31 de Março de 1961, pasta 4602.014, im. 4.

²²³⁴ *Idem, ibidem*, im. 5.

²²³⁵ AMS, Amílcar Cabral e Mário de Andrade, “L’Afrique et la lute de libération nationale dans les colonies portugaises, Documents de base, Conférence de Dar-Es-Salaam, 1965, pasta 4330.008, im. 76.

²²³⁶ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 59.

²²³⁷ AMS, “Uma crise do conhecimento”, Discurso proferido pelo Delegado da Guiné “Portuguesa” e das Ilhas de Cabo Verde, Amílcar Cabral (Abel Djassi), Secretário-geral do partido Africano da Independência

“a liquidação da dominação económica estrangeira”²²³⁸. Para isso, seria necessário, de acordo com Cabral, o reforço dos meios de acção, tendo em vista o desenvolvimento e a criação de condições com base no conhecimento da realidade concreta da África e do conteúdo universal das experiências adquiridas. Acarretaria ainda, o reforço da vigilância no sentido da selecção rigorosa de amigos e a luta permanente contra os inimigos (endógenos e exógenos), a fim de neutralizar e liquidar os factores que ele considerava contrários ao progresso.

Embora reconhecendo que estavam criadas as condições históricas para a marcha vitoriosa da “Revolução Africana”, Amílcar Cabral fazia depender o aproveitamento destas, no caso particular dos movimentos de libertação, da satisfação de três requisitos: “o conhecimento concreto da realidade de cada país africano”, assim como das experiências respeitantes aos outros povos; “elaboração, em bases científicas”, dos princípios que deviam orientar a marcha dos povos africanos para o progresso (luta de libertação e reconstrução económica); e a “definição das medidas práticas a adoptar em cada caso particular”²²³⁹. Para Cabral, sem o cumprimento destas premissas, que conduziriam a uma independência real, os povos africanos jamais compreenderiam as vantagens da emancipação e continuariam a viver uma vida “miserável” e de “sofrimento”²²⁴⁰. O Secretário-geral do PAIGC estava de facto empenhado na construção de uma “Nova África”, através da liquidação, em primeiro lugar, do colonialismo no seu país, que definia, em 1965, como a “a paralisia ou o desvio, a paragem total, da história dum povo em favor da aceleração do desenvolvimento histórico de outros povos”²²⁴¹. O segundo obstáculo a ultrapassar seria, naturalmente, o neocolonialismo.

Portanto, o líder do PAIGC era apologista de uma independência africana séria, marcada pela liquidação do colonialismo clássico e pelo regresso à história. Por isso não admitia, sob nenhum pretexto, que a África continuasse “a ser dominada pelos estrangeiros”²²⁴² e muito menos que, no caso concreto da Guiné e de Cabo Verde, o domínio

cia (Cairo – 25 a 31 de Março de 1961, pasta 4602.014, im. 5.

²²³⁸ *Idem, ibidem*, im. 6.

²²³⁹ *Idem, ibidem*, im. 6.

²²⁴⁰ Conférence des Organisations Nationalistes de la Guinée “Portugaise” et des Îles du Cap Vert..., Extrait du Rapport Général présenté par le Secrétaire Général du Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, p. 17.

²²⁴¹ AMS, Amílcar Cabral, “A unidade política e moral...”, pasta 4602.038.

²²⁴² AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 54.

português viesse a ser substituído por outro domínio (neocolonial, entenda-se), fosse ele “francês, inglês, americano ou de qualquer outra nacionalidade”²²⁴³.

De acordo com Romano Ledda, o neocolonialismo diferia do sistema anterior (colonialismo), porque a sua existência dependia da maneira como as forças políticas e sociais eram usadas no interior dos Estados neocolonialistas²²⁴⁴. Ledda criticava a inexistência de uma ideologia clara, sustentando que o Socialismo africano estava completamente divorciado da escolha social²²⁴⁵. Esta original fraqueza contribuiria decisivamente, na sua opinião, para o estabelecimento de uma independência formal, para a penetração do neocolonialismo e para a emergência de uma nova liderança política. E escrevia:

Behind of the screen of undifferentiated political movements and often one Party systems favored a substantially capitalist type of development, this preventing a real emancipation of back Africa from imperialist domination²²⁴⁶.

Por seu lado, o líder do PAIGC estava ciente das dificuldades que os Estados Africanos nominalmente independentes enfrentavam na hora de concretizar essa verdadeira independência. A primeira delas (plano interno) consistia na nula atenção dispensada à estrutura económica e social, bem como as tendências da sua evolução, que lhes permitiria elaborar a melhor estratégia de luta. A este primeiro ponto haveria que acrescentar outros factores, tais como o subdesenvolvimento económico, o consequente atraso sócio-cultural das massas e o tribalismo.

No plano internacional, Cabral destacava, naturalmente, os factores que tinham facilitado a penetração do neocolonialismo em África e que, em sua opinião, eram, entre outros, os seguintes: a situação neocolonial de países como Portugal, que sendo subdesenvolvidos, possuíam colónias²²⁴⁷; a política de “ajuda” praticada pelo imperialismo; “a claustrofobia e a timidez revolucionária que levavam alguns Estados independentes, dispendo de condições económicas e políticas interiores favoráveis à revolução, a aceitarem compromissos com o inimigo ou com os seus agentes”²²⁴⁸; “as contradições crescentes entre os Estados anti-imperialistas; e, “as ameaças, por parte do imperialismo, à paz mundial, face à perspectiva duma guerra atómica”²²⁴⁹.

²²⁴³ *Idem, ibidem*, im. 54.

²²⁴⁴ Romano Ledda, “Social Classes and political struggle”, *The International Socialist Journal*, number 22, Year 4, Rome, August 1967, p. 562.

²²⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 564.

²²⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 564.

²²⁴⁷ “Fundamentos...”, p. 208.

²²⁴⁸ “Fundamentos...”, p. 208.

²²⁴⁹ “Fundamentos...”, pp. 208-209.

3. À procura da vitória na frente político-diplomática

3.1. A evolução das “relações exteriores” do PAIGC entre 1960 e 1968

Até 1968, as “relações exteriores” do PAIGC obedeceram a uma lógica que poderíamos periodizar em duas fases: uma primeira que vai de 1960 a 1963, e a segunda, de 1964 a 1968. Assim, na primeira fase, que se pode considerar de estabelecimento, de organização, de mobilização e de preparação para a luta armada, o número de viagens efectuadas por Amílcar Cabral (cerca de 32)²²⁵⁰ e os itinerários estiveram orientados para os países africanos que haviam adoptado o “socialismo científico” como via de desenvolvimento²²⁵¹, para os países comunistas²²⁵² e para os países ocidentais²²⁵³.

Entre os países africanos, o Senegal era aquele que liderava as estatísticas das viagens de Cabral em África (cerca de 5 viagens, entre 1960 a 1963²²⁵⁴), facto que é perfeitamente compreensível, pois fazia fronteira com a Guiné portuguesa a norte e havia um grande interesse, por parte do líder do PAIGC, em ter aí uma representação ou, pelo menos, assegurar o apoio das autoridades daquele país, no que dizia respeito à circulação e ao trânsito de homens e de material de guerra para a frente norte, numa altura em que o Senegal colocava inúmeros entraves ao partido de Cabral. Além do mais, albergava milhares de emigrantes guineenses e cabo-verdianos e a maior parte das organizações políticas nacionalistas das duas colónias portuguesas, o que, à partida, justificava estas frequentes deslocações para contactos.

Embora seja difícil identificar as motivações que estiveram por detrás de todos os itinerários feitos por Cabral durante este período, podemos afirmar que teriam como objectivo a obtenção de apoios políticos, morais e humanitários (por exemplo, as via-

²²⁵⁰ Dhada assegura, ao invés, que foram 22 as viagens realizadas por Amílcar Cabral (*vide* Mustafah Dhada, *ob. cit.*, Appendix C, Table 2, pp. 172-173). Porém, nos dados recolhidos por nós (seguramente incompletos), estas viagens foram francamente superiores aos que ora apresentamos (*vide* Quadro 4). Nestes dados, excluimos, por exemplo, três viagens à Guiné-Conakry, assinalados por Dhada, por não fazerem qualquer sentido uma vez que Cabral residia neste país, desde meados de 1960, e o PAIGC tinha aí o seu quartel-general.

²²⁵¹ Contam-se entre estes países: a Tunísia; a RAU (Egipto); Marrocos; o Mali; o Ghana; o Senegal; o Alto Volta (Burkina Fasso); e a Etiópia (*vide* Quadro 4).

²²⁵² Na sua obra *Warriors at work...* (Appendix C, Table 2, p. 172), Dhada assinala apenas 5 viagens para os seguintes países: União Soviética; China; Jugoslávia; e Checoslováquia. Contudo, para nós, o número das viagens para os países comunistas também foi muito superior ao que inclusivamente apresentamos (*vide* Quadro 4).

²²⁵³ Eram eles: a Inglaterra (1960), os EUA (1962) e a França (1963).

²²⁵⁴ Mustafah Dhada também assinalou 5 viagens de Amílcar Cabral ao Senegal durante este período (*Vide* Mustafah Dhada, *ob. cit.*, Appendix C, Table 2, p. 172). É, porém, muito provável que o número de viagens ao país de Senghor tenha sido muito superior às identificadas por nós. Do mesmo modo, acreditamos que o número de viagens para a Argélia, Ghana e para a Mauritânia tenham sido igualmente superiores. No caso concreto da Argélia, podemos assegurar que este país era um ponto de passagem quase obrigatório para o líder do PAIGC nas suas viagens para a Europa.

gens à França e ao Reino Unido), ajuda financeira e militar por parte dos países comunistas, nomeadamente da China, da União Soviética, da Jugoslávia, da Checoslováquia e dos países africanos (Senegal, Ghana, Marrocos e Mali)²²⁵⁵, numa altura em que esses apoios eram aguardados com alguma expectativa, pois dele dependia o lançamento da projectada acção directa.

Paralelamente, a “ofensiva” diplomática de Amílcar Cabral tinha como finalidade dar a conhecer o seu partido e o seu projecto político a nível internacional, nomeadamente junto de organizações como a ONU, os Não-Alinhados²²⁵⁶, o Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-Asiático, os Países da União Africana e Malgache (UAM), a Conferência dos Povos Africanos e também a Organização da Unidade Africana (OUA). No caso concreto da ONU, a acção diplomática de Cabral começou bem cedo, ainda em 1961: através do envio, a 26 de Setembro, de um relatório sobre a situação da Guiné e de Cabo Verde; da presença de Amílcar Cabral, na qualidade de peticionário, na sessão do Comité Especial das Nações Unidas para os Territórios sobre a Dominação Portuguesa, realizada em Conakry, em Junho de 1962; e na IV Comissão da Assembleia-geral da ONU, em Dezembro de 1962.

A partir de 1962, Cabral procurava, junto desta organização, apoios políticos que permitissem aos seus dois territórios (Guiné e Cabo Verde) acederem à independência nos primórdios de 1963. Tal, porém, não chegou a concretizar-se, por ainda não estarem reunidas, na opinião do Secretário-geral do PAIGC, as condições a nível interno e internacional. No primeiro caso, em virtude da proliferação dos movimentos de libertação nacional, era necessário encontrar uma solução unitária. No segundo, em virtude dos mecanismos legais da ONU, no seio da qual contava obter apoios para a proclamação da independência com base na Resolução 1514 (XV), estarem subjugados aos interesses dos Estados-Membros, que nem sempre eram coincidentes com os princípios consignados na Carta Magna daquela organização.

Com o falhanço da projectada independência em 1963, Cabral praticamente centrou a sua atenção na procura da unidade interna. A última vez que enviou um “Memorando” ao Presidente do Grupo Africano da Assembleia-geral da ONU, no qual solicitava uma audiência²²⁵⁷, foi em Outubro de 1963.

A ideia de Cabral era a de que se deveria ultrapassar, no quadro desta organização, a fase das acusações e do pedido de sanções contra o Governo português, e passar a

²²⁵⁵ Podemos assinalar, ainda, no rol destes países, a Guiné-Conakry.

²²⁵⁶ Foi pelo menos com este propósito que Cabral assistiu a reunião dos Países Não-Alinhados em Belgrado (Jugoslávia), em Setembro de 1961.

²²⁵⁷ Mustafah Dhada, “Guinea-Bissau’s Diplomacy and Liberation Struggle”, *Portuguese Studies Review*, 4 (1), Ontario, Trent University, 1995, pp. 26-27.

um nível superior, isto é, o de denunciar e encarar com determinação o verdadeiro conteúdo da política do Governo Português em África²²⁵⁸. O importante, segundo ele, era tentar demonstrar que a política portuguesa nas suas colónias africanas representava, de facto, uma ameaça para a paz e segurança dos povos africanos, em conformidade com o artigo 39º da Carta das Nações Unidas, nomeadamente para os países vizinhos das suas colónias, e que, nesta ameaça à integridade territorial e à internacionalização da guerra colonial, o Governo português não era o único responsável. Também contribuíam para isso, segundo Amílcar Cabral, os aliados de Portugal no âmbito da NATO, pelo auxílio político e militar que continuavam a fornecer-lhe²²⁵⁹.

No segundo período (1964 a 1968), que se pode considerar de consolidação da luta armada, do partido e da sua estrutura no interior, toda a prioridade foi devotada à resolução de problemas internos relacionados com a guerra²²⁶⁰. Em virtude deste facto, a acção exterior de Amílcar Cabral foi orientada no sentido de conseguir o reconhecimento do seu partido nas instâncias internacionais, nomeadamente no seio da ONU e da OUA, e também no desenvolvimento e consolidação das relações com as forças “anticolonialistas” e “anti-imperialistas” emergentes no mundo ocidental.

Neste período de 4 anos, o número de viagens realizadas por Amílcar Cabral foi ligeiramente superior, a todos os níveis, às do período precedente: cerca de 38²²⁶¹. Contudo, constata-se um dado novo: uma cada vez maior demanda dos países ocidentais (10 vezes, contra 3 do período precedente) e um muito ligeiro aumento das visitas aos países comunistas, sobretudo no ano de 1967.

²²⁵⁸ AMS, “Mémorandum A son excellence le Président du Groupe Africain Assemblée Générale des nations Unis”, Conakry, octobre, 1963, pasta 4324.006, im. 57.

²²⁵⁹ *Idem, ibidem*, im. 57.

²²⁶⁰ AMS, “Sur la situation de notre lutte de libération nationale”, 7 décembre 1966, Confidentiel, Rapport du Camarada Amílcar Cabral, Secrétaire Générale du PAIGC, décembre 1966, pasta 4343.001, im. 96.

²²⁶¹ *Vide* Quadro 4. Em África, assinalamos um total de 16 viagens para os seguintes países: Senegal; Mali; Argélia; Tanzânia; Congo Brazzaville; Mauritânia; RAU (Egipto); Marrocos e Nigéria. Como já dissemos anteriormente, estamos convencidos, de que o número de viagens realizadas por Amílcar Cabral em África, nomeadamente ao Senegal, à Argélia, ao Ghana e à Mauritânia, devem ter sido muito superiores aos dados por nós apresentados; Na Europa Ocidental, cerca de 10 viagens: Itália; França; Holanda; Bélgica; Reino Unido; Suécia; e Suíça; Nos países comunistas (ao todo 12 viagens): URSS; Cuba República Democrática Alemã; Hungria; Roménia; Jugoslávia; Albânia e Checoslováquia. Recorde-se que, segundo Dhada, o total das viagens neste período foi de 22.

Quadro 4²²⁶² - Viagens efectuadas por Amílcar Cabral entre 1960 e 1968

Destinos	Anos									
	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	Total/por país
África										
Tunísia	2	1								3
RAU (Egipto)		2	1		1			1		5
Mali			2		1	1				4
Marrocos		1	2	1			1			5
Senegal	1	1	1	2	2		1			8
Ghana			1							1
Mauritânia							1			1
Alto Volta (Burkina Fasso)				1		1				2
Nigéria									1	1
Etiópia				1						1
Tanzânia					1	1				2
Argélia					1				1	2
Congo Brazzaville							1			1
Total/ano	3	5	7	5	6	3	4	1	2	36

Destinos	Anos									
	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	Total/por país
Europa Ocidental e EUA										
Reino Unido	1					1				2
França				1	1	1			1	4
Suécia								1	1	2
EUA			1							1
Suíça									1	1
Holanda						1				1
Bélgica						1				1
Itália					1					1
Total/ano	1		1	1	2	4		1	3	13

²²⁶² Para a elaboração deste Quadro, cujos dados estão longe de serem completos, seguimos o modelo de Mustafah Dhada (*ob. cit.*, p. 172 e ss).

(Continuação do Quadro 4)

Destinos	ANOS									
	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	Total/por país
Países Comunistas:										
Cuba							1	1		2
URSS	1	1	2			1			1	6
Checoslováquia	1	1					1	1		4
China	1									1
Jugoslávia		1	1					1	1	4
Albânia								1		1
Roménia								1		1
Hungria								1		1
RDA								1		1
Total/ano	3	3	3			1	2	7	2	21

Entre as acções internacionais relevantes levadas a cabo por Amílcar Cabral durante este período, destaque-se a realização, em 1965, de semanas culturais em várias países europeus (França, Holanda, Grã-Bretanha e Bélgica²²⁶³) e africanos (Senegal, Guiné-Conakry e Mauritânia) no ano seguinte (1966), o convite a vários jornalistas, escritores e cineastas de diferentes nacionalidades para visitarem às “regiões libertadas”²²⁶⁴, de modo a testemunharem os esforços que estavam a ser realizados pelo PAIGC no interior. Assinale-se ainda, a participação, como já se referiu, na Conferência Tricontinental de Havana (Cuba), em 1966 e, no ano seguinte (1967), uma outra presença de Cabral no país de Fidel Castro, seguramente para negociar o treino de guerrilheiros cabo-verdianos, associado ao plano de desembarque no arquipélago.

Concomitantemente, registamos uma cada vez mais reduzida actividade diplomática junto das Nações Unidas. Aliás, em Outubro de 1964, justificando a mudança de

²²⁶³ Sabe-se que em França e na Holanda, a exibição dos filmes sobre a luta chegou a ser proibido pelas autoridades.

²²⁶⁴ Em 1966, podemos assinalar a visita dos seguintes jornalistas e escritores as chamadas “zonas libertadas” pelo PAIGC: Basil Davidson (Inglaterra); um jornalista da Associated Press (EUA); um jornalista da Tunísia; Gérard Chaliand, da *Magazine* (França); uma equipa da televisão holandesa constituída por Wighold e Franz Verheij; uma equipa da Office de Radiodiffusion Télévision Française (ORTF); dois cineastas franceses (Mário Marret e Isidro Romeno); os cineastas Pero Nelly e Eugenio Bentivoglio (Itália) que realizaram a meia-metragem (“Labanta Negro”).

atitude no plano internacional, numa mensagem dirigida aos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados, reunidos no Cairo, Amílcar Cabral afirmava:

Le temps des plaidoyers, des condamnations verbales ou écrites, des prises de position et même des boycottages contre le colonialisme portugais et un faveur de notre libération nationale, nous semble donc révolu²²⁶⁵.

Em 1965, a acção junto da OUA deu os seus primeiros frutos, quando o PAIGC obteve o reconhecimento desta organização como único e legítimo representante dos povos da Guiné e Cabo Verde, o que praticamente afastou os movimentos rivais da corrida pelos apoios internacionais. A partir de então, Cabral tudo faria para obter o mesmo reconhecimento por parte da ONU.

Em Junho do mesmo ano, o líder do PAIGC assistiu à 67^a sessão do Comité dos 24 das Nações Unidas realizada em Addis-Abeba. Esta reunião marcou o início de uma nova fase diplomática de Amílcar Cabral junto daquela organização, na medida em que passou a reivindicar o reconhecimento do seu partido, da legitimidade da luta de libertação levada a cabo contra o colonialismo português e do direito de receber ajuda desta organização internacional.

A 23 de Novembro de 1965, o Conselho de Segurança da ONU, na sua Resolução 218, afirmava, entre outras coisas, que a política portuguesa nas suas colónias de África constituía uma séria ameaça à paz e à segurança mundiais²²⁶⁶, assim como reconhecia a legitimidade da luta dos povos colonizados²²⁶⁷. Os fundamentos jurídicos dessa legitimidade apoiavam-se nos princípios da autodeterminação e da defesa do direito dos povos inscrito na Carta das Nações Unidas.

Recorde-se que, na II reunião da CONCP realizada na capital tanzaniana, em Outubro de 1965, Amílcar Cabral asseverava, com base na Resolução 1514 (XV), de 1960, o seguinte:

Nós hoje temos uma base legal para a rebelião, para reivindicar os nossos direitos – temos a Carta das Nações Unidas, temos as resoluções das Nações Unidas. E se nem a

²²⁶⁵ AMS, “Message du PAIGC, A la Conference des Chefs d’Etat et de Gouvernement des Pâys Non-Alinhés”, Le Caire, Octobre 1964, pasta 4343.001, im. 42.

²²⁶⁶ Security Council, Resolutions 218, 23 December 1965, p. 18.

²²⁶⁷ Este reconhecimento foi sucessivamente reiterado nos anos seguintes, através das Resoluções 2107 § 1, de 21 de Dezembro de 1966; 2184 (XXI) § 1, de 12 de Dezembro do mesmo ano; 2270 (XXII) § 2, de 17 de Novembro de 1967; 2395 (XXIII) § 1, de 29 de Novembro de 1968; e a 2507 (XXIV) § 1 e 2, de 21 de Novembro de 1969. Outras resoluções (a 2270, de 21 de Dezembro de 1965, e a 2396, de 2 de Dezembro de 1968) foram bem mais longe, ao fazerem menção à luta levada a cabo pelos movimentos de libertação e ao elogiarem os progressos realizados por estes nos programas de carácter social e de reconstrução nacional, bem como a reivindicação do controlo e da administração de grande parte dos territórios disputados.

Carta das Nações Unidas nem as suas resoluções, nem as próprias Nações Unidas forem suficientes, os nosso próprios povos são suficientes para, por si próprios, à custa dos sacrifícios que eles consentem todos os dias, expulsar para sempre do solo das nossas pátrias o colonialismo português²²⁶⁸.

Um mês mais tarde (20 de Dezembro de 1965), a Assembleia-geral votava a Resolução 2105 (XX), com 66 votos a favor, 26 contra e 15 abstenções, em que se pedia a Portugal que respeitasse e cumprisse, nas suas colónias, o princípio da autodeterminação.

Na mesma resolução, a Assembleia-geral lançava um apelo a todos os Estados-Membros para que, em cooperação com a OUA, dessem todo o apoio material e moral aos povos oprimidos por Portugal, no sentido de restabelecerem os seus direitos inalienáveis²²⁶⁹. Com essa resolução, a luta contra o colonialismo e o *apartheid*, até aqui considerada guerra civil interna, foi projectada internacionalmente, passando a ser vista como conflito para o restabelecimento do direito internacional, que a Resolução 1514 (XV), de 1960, havia consagrado. Portanto, os povos em luta passaram a ser sujeitos titulares de direitos e de obrigações internacionais, por se envolverem numa luta reconhecida pelas Nações Unidas na base do Direito Internacional Positivo²²⁷⁰.

Embora o reconhecimento a nível africano e da ONU tenha representado uma importante vitória política e moral, não era ainda suficiente, pois Cabral continuava a ser ouvido na qualidade de peticionário, e não como dirigente de um Estado independente, e o seu partido não passava de mais um “movimento de libertação”. Na óptica de Cabral, persistia uma grande contradição entre a realidade interna e externa. Para convencer a comunidade internacional, Cabral precisava de demonstrar que, internamente, havia população e espaço controlados, uma administração doméstica e que o seu partido mantinha relações externas. Para acabar com essa contradição, o líder do PAIGC empenhou-se a fundo no objectivo de encontrar uma saída para esta situação. Como? Passar a

²²⁶⁸ AMS, “A Unidade política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário-geral do partido, à 2.ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP” (Dar-Es-Salaam – 3 a 8/10/1965), Departamento de Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros – Colecção “Discursos e Informações”, pasta 4602.038.

²²⁶⁹ General Assembly 1405 th Plenary meeting, 20 December 1965, pp. 3-4. Foi em virtude disso que a Assembleia-geral solicitou, nas Resoluções 2107 (XX) § 3, de 1968, 2184 § 6, 2270 § 12, de 21 de Dezembro de 1965, e a 2395 (XXIII) § 5, de 1968, a todos os Estados, instituições especializadas e organizações internacionais interessadas (Resolução 2507, de 21 de Novembro de 1969), a ajudarem material e moralmente as populações dos territórios administrados por Portugal em cooperação com a OUA.

²²⁷⁰ AMS, “Légalité des luttes de libération nationale. Le cas des colonies portugaises et des territoires d’Afrique australe”, IX ème Congrès de L’ AIJD, ordre du jour: point 1 b), Rapport présenté par Paulette Pierson-Mathy, Maître de recherche à l’ Université Libre de Bruxelles, Helsinki, 15-19 juillet 1970, pasta, 4321.002, im. 41.

ter a iniciativa, quer no plano interno (da guerra propriamente dita), quer externo. Era fundamental não agir a reboque do seu adversário.

Como já o assinalou Dhada, no ano seguinte (1966), na capital argelina, perante o Comité dos 24, Cabral tentou, pela primeira vez, mostrar à comunidade internacional que a Guiné era um Estado independente, com parte do território ocupado por forças estrangeiras, numa altura em que a propaganda do seu partido já reivindicava a “libertação” de mais de 2/3 do território.

Mas, do ponto de vista estritamente africano, foi justamente numa altura em que projectava dinamizar as iniciativas do PAIGC²²⁷¹, que Cabral perdeu, no período compreendido entre 1965 e 1966, importantes aliados. Vários golpes de Estado, que, como já se disse, alteraram profundamente o mapa político de África a um ritmo idêntico aos dos de 1960, assolaram países como o Ghana, a Argélia, a Nigéria e o Daomé, obrigaram Amílcar Cabral a partir para a “conquista” de novos amigos, não só em África, mas também no mundo, e a fazer, em 1968, o balanço das suas relações no exterior.

Assim, no continente africano, por exemplo, a aposta de Cabral foi dirigida, sobretudo para os países, indivíduos ou organizações favoráveis à independência (sobretudo económica) do continente ou todos aqueles Estados que eram abertamente contra o colonialismo português²²⁷² e contribuía de facto para isso. Neste sentido, classificava as relações com a Guiné-Conakry de “boas”. Nada poderia ser melhor para o Secretário-geral do PAIGC do que continuar a usufruir do apoio de Sekou Touré, cujo país não tinha sido atingido pela vaga golpista.

O mesmo não se podia dizer relativamente ao vizinho do norte (o Senegal), cujas relações, desde o início da luta armada, registaram altos e baixos. Para essa flutuação nas relações concorreu, não só a falta de empatia de Senghor para com Cabral e o seu partido, mas também as lutas por uma influência geo-estratégica na região, entre o Senegal e a Guiné-Conakry, que acabaram por fazer com que Amílcar Cabral e o seu PAIGC se tornassem reféns na hora de conseguir apoios por parte de Senghor.

Apesar de todos os problemas que já identificámos anteriormente, Cabral reconhecia, em 1968, que houve melhorias significativas nas relações com o Senegal, desde

²²⁷¹ Seguindo os dados de Dhada, pode-se assinalar uma série de acções diplomáticas junto de países como a Argélia, Etiópia, Marrocos (1964), Mauritânia, Tunísia, a que agregamos uma visita à Nigéria, o envio de uma mensagem a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados em 1964 e uma visita ao Senegal, em 1966, durante a qual assinou um protocolo com as autoridades daquele país.

²²⁷² AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do partido. 1. Luta do povo, pelo povo, para o povo. 2. Independência de pensamento e de acção”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta, 4340.00, im. 87.

o acordo rubricado em 1966, como o provavam os convites para assistir aos congressos do partido do poder, a União Progressista Senegalesa (UPS). Ainda assim, de vez em quando, lamentava Cabral, as autoridades senegalesas suspendiam “as coisas temporariamente”²²⁷³.

Em África, o Senegal não era o único país com o qual o PAIGC mantinha relações feitas de avanços e recuos. Outros casos haviam em que, por desconhecimento sobre o sentido da luta na Guiné ou por simples recusa de apoio sem motivos aparentes, as relações não podiam ser consideradas boas. Era, por exemplo, o caso do Mali²²⁷⁴, que chegou a recusar um pedido de autorização de Amílcar Cabral para o trânsito de material de guerra, quando a República da Guiné-Conakry criava obstáculos²²⁷⁵.

Eram também os casos de Marrocos, da Costa de Marfim e da Tunísia, cujas relações, no início, foram excelentes, mas à medida que o tempo foi passando, tenderam a piorar, o que, naturalmente, preocupava Cabral. Relativamente à Costa de Marfim, as divergências entre Sekou Touré e Houphouët-Boigny conduziram, inclusivamente, à paralisação dos contactos iniciais que aquele país mantinha com o PAIGC.

No que dizia respeito à Tunísia, as relações foram interrompidas, quando este país retirou o seu apoio ao Vietname e, em 1967, deixou de dar a sua contribuição aos movimentos em luta, através do Comité de Libertação da OUA. Neste último caso, uma das razões invocadas pelas autoridades tunisinas para a suspensão do apoio era que as contas das despesas do Comité de Libertação deviam estar disponíveis para consulta. Meses antes (a 3 de Novembro de 1966), aquele país havia levantado problemas relativamente às elevadas despesas administrativas do Comité, nomeadamente sobre a forma como os fundos eram gastos, bem como os métodos adoptados na escolha dos beneficiários, o que o levou a propor a extinção daquele organismo da OUA.

Na Ásia, além da China, apesar da troca de mensagens com países como a Indonésia, o Cambodja, a Índia e o Paquistão e, no Médio Oriente, com o Kuwait, a Síria, a Coreia do Norte e a Arábia Saudita, e de gestos de solidariedade para com a luta dos povos do Vietname e da Palestina, Cabral foi forçado a reconhecer que não havia qualquer espécie de ligação digna de registo. Contudo, o líder do PAIGC considerava que o estabelecimento das relações com os países árabes era de extrema importância, na medida em que uma parte da população da Guiné era muçulmana.

²²⁷³ Reunião do dia 23 de Maio de 1968 – 1ª Reunião – Assuntos Exteriores [manuscrito], fl. 3.

²²⁷⁴ *Idem, ibidem*, fl. 6.

²²⁷⁵ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, ims. 70-71.

Na Europa, as relações do PAIGC estavam viradas para os países da “cortina de ferro”, nomeadamente com a União Soviética, Roménia, Checoslováquia, Jugoslávia, Bulgária, República Democrática Alemã e Hungria. Estavam a ser feitos esforços para a melhoria das relações com a Polónia.

Na América-Latina, com excepção de Cuba, não havia qualquer tipo de contactos com o Brasil, Venezuela, Chile, Uruguai e Argentina. Cabral sabia que precisava de muitos apoios, pois, a aquisição da personalidade jurídica internacional jamais seria lograda sem eles. Daí que fosse urgente uma profunda alteração na política exterior do PAIGC. É que vai acontecer a partir de 1968.

3.2. Em busca de personalidade jurídica internacional. A reforma das relações exteriores do PAIGC em 1968

Nos inícios de Fevereiro de 1967, numa escala em Argel, onde contava reunir-se com o Presidente Boumedienne, Amílcar Cabral declarava, ao jornal *El Moudjahid*, que contava propor novas formas de colaboração às autoridades argelinas porque, de acordo com as suas próprias palavras “estava a aproximar-se o dia” em que se devia “pôr fim ao colonialismo português”²²⁷⁶. Cabral estava então a caminho do Cairo, onde devia assistir à VIII Conferência do Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos. Estariam estes contactos, com o Presidente argelino, relacionados com uma eventual proclamação da independência da Guiné, que Cabral estava a considerar para aquele ano? Não sabemos a resposta exacta, mas, numa entrevista concedida, a 13 de Agosto, a um jornal romeno, Cabral fixava a data de 15 de Outubro²²⁷⁷ para a referida proclamação unilateral. Contudo, ainda não estavam reunidas as condições internas e externas para um eventual reconhecimento internacional.

Cabral era um líder astuto. Foi, em nossa opinião, a constatação daquele facto que o levou, mais uma vez, a adiar a declaração de independência²²⁷⁸. Em Março do ano seguinte (1968), num relatório intitulado “Sur la situation de notre lutte de libération nationale”, relativo ao ano anterior (1967) escrevia:

Estando certos de não ser possível nem prudente fixar a data da nossa independência, devemos, no entanto, fazer os possíveis para que a nossa acção em 1968 possa levar a

²²⁷⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, NT 2676, Resumo da Imprensa do Estrangeiro, “El Moudjahid” de 8.2.1967. O senhor Amílcar Cabral em Argel..., pasta 4, fl. 1087.

²²⁷⁷ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 463 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Informação n.º 942 – SC/CI (2) – Actividades do “PAIGC”, PIDE/Guiné, 31/8/67. Classificação: B-2, vol. VII, pasta 2, p. 2.

²²⁷⁸ *Idem, ibidem*, pasta 2, p. 2.

resultados importantes e representar um grande passo em frente, rumo à libertação do nosso povo²²⁷⁹.

No mesmo documento, ao referir-se aos planos para o futuro, insistia em “investigar e encontrar a solução mais adequada para a definição” da situação jurídica da Guiné no plano internacional, “tendo em conta a nova realidade” do território²²⁸⁰. Mais à frente, confessava tratar-se de “um problema difícil e novo”, mas que era necessário “investigar a sua resolução, de modo a acelerar a solução política do conflito” que opunha o seu “povo ao Governo português”²²⁸¹. Ora, a nova realidade a que Cabral se referia era que a Guiné era um “Estado soberano”, com parte do território ocupado por forças estrangeiras. Para isso, seria necessário demonstrar a existência dessa realidade a nível internacional, tendo em vista a aquisição de personalidade jurídica, o que não era tarefa fácil. Internamente, considerava-se que havia um espaço “libertado” e “controlado” de mais de 2/3, onde estava a ser edificado uma “nova vida” e tinham sido criadas as chamadas “hierarquias paralelas”²²⁸² às do Estado colonial, aos quais se encontravam ainda numa fase embrionária, exigindo, em alguns casos, a sua institucionalização e, noutros, a sua consolidação. Lembramos que a reunião de Cassacá, mais tarde considerada como o I Congresso do PAIGC, onde se havia deliberado a criação de instituições civis e a reforma das militares, tinha tido lugar em Fevereiro de 1964 (isto é, três anos antes), o que significa que não houve tempo suficiente para pôr em prática todas as suas determinações.

Cabral pretendia, com essa nova estratégia, passar para o exterior a imagem de que a guerra dos povos da Guiné e de Cabo Verde era, na linha do que defendia Khrushchev²²⁸³, uma guerra defensiva de um povo agredido.

Para além das alterações do ponto de vista interno, haveria que reformar as relações exteriores de modo a adaptá-las aos novos objectivos da luta.

A pouca (ou nenhuma) evolução na situação política portuguesa, em relação as colónias e os escassos apoios dos países africanos, levaram Cabral a declarar na Mensagem de Novo Ano de 1968, que era necessário avançar na seguinte direcção:

²²⁷⁹ AMS, “Sur la situation de notre lutte de libération nationale”, Amilcar Cabral, Secrétaire Générale, mars, 1968, PAIGC, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4343.001, im. 129.

²²⁸⁰ *Idem, ibidem*, im. 129.

²²⁸¹ *Idem, ibidem*, im. 129.

²²⁸² Eric R. Wolf, “Peasant Rebellion and Revolution”, in *National Liberation. Revolution in the Third World*. Edited by Norman Miller and Roderick Aya. With an introduction by Eric R. Wolf, the Free Press, New York, 1971, p. 64.

²²⁸³ N.S. Khrushchov, *The national Liberation movement*. Selected passages 1956-1963, Moscow, Foreign Languages Publishing House, 1963, p. 45.

Desenvolver a nossa acção no plano africano e internacional, mas intensificar cada dia a nossa luta armada e o trabalho político na nossa terra, porque nós e só nós somos capazes de libertar a nossa pátria da odiosa dominação colonial portuguesa²²⁸⁴.

Os avanços da luta no interior e a necessidade de passar a uma nova fase levaram o líder do PAIGC a admitir, em Maio de 1968, que as relações externas do seu partido já não correspondiam às vitórias alcançadas no terreno militar e que a guerra tinha chegado a um ponto de equilíbrio, que tornava imprescindíveis novas iniciativas no plano externo. O “impasse” militar a que se havia chegado, e que fazia com que a guerra entrasse num período de inércia, com pouca ou nenhuma evolução, sobretudo na Frente Sul, tinha que ser ultrapassado com o aumento de iniciativas no plano político-diplomático e também militar.

Na reunião de Maio, durante a qual este assunto foi abordado, propunha a criação de uma comissão no seio do então Comité Central, cuja missão seria a de proceder a uma inventariação dos quadros e colaboradores disponíveis para esse trabalho externo. A evolução da luta tornava imperativa a extensão desta frente externa, o que colidia com dificuldades óbvias da falta de quadros e magros recursos.

Foi no decurso da reunião acima referida, que Cabral traçou os objectivos sobre os quais deveria assentar toda a acção do seu partido a nível exterior. Esses objectivos eram, por um lado, provar à comunidade internacional a existência de um Estado soberano, procurar apoios políticos, materiais, morais e a solidariedade para com a sua luta, sem descurar a criação, com outros países, das bases para uma futura cooperação. Cabral pensava já numa acção diplomática destinada, não só a tornar conhecida a história da Guiné, a terra, o povo, a sua cultura, mas também, num plano superior, obter alianças políticas que se traduzissem em apoios concretos em caso de uma eventual proclamação do Estado da Guiné. A procura destes apoios políticos (porque a guerra era essencialmente política) começou a afigurar-se, claramente, como o principal objectivo da nova estratégia do Secretário-geral do PAIGC.

Numa outra reunião interna realizada no mês de Outubro, Cabral voltou a reconhecer que, a partir de Fevereiro de 1968, a guerra contra o colonialismo português na Guiné tinha entrado num estado estacionário e que o seu partido se encontrava numa posição defensiva, o que ia ao encontro dos resultados que os portugueses pretendiam conseguir: criar uma situação de “impasse”, conforme dizia Cabral, para “apodrecer-

²²⁸⁴ AMS, Amílcar Cabral “Mensagem – A todos os responsáveis, militantes e combatentes de todas as frentes de luta do nosso grande partido”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, 2 de Janeiro de 1968, pasta 4341.001, im. 62.

mos”²²⁸⁵. Urgia, portanto, fazer uma reavaliação da estratégia para sair do “ram-ram da luta”²²⁸⁶. Uma das saídas que Cabral encontrou foi a aposta na solução política. Aliás, na linha de Clausewitz, o líder revolucionário guineense e cabo-verdiano defendia que a guerra devia ter como objectivo viabilizar uma solução política que privilegiasse, no caso concreto da guerra da Guiné, a componente diplomática.

Há muito que Amílcar Cabral vinha fazendo discursos propagandísticos de que o seu partido controlava uma parte substancial do território da Guiné. À medida que o tempo passava, os limites dessa área controlada foram-se dilatando. Por exemplo, a 25 de Fevereiro de 1970, declarava ao Comité dos 24 e ao Grupo Afro-Asiático, cuja posição de hostilidade relativamente à presença portuguesa em África era deveras conhecida, que o seu partido controlava e exercia soberania sobre 3/4 do território nacional. Estas afirmações foram subsequentemente reiteradas por Amílcar Cabral em Londres, em Outubro de 1971, naquela que foi a terceira e a última visita à capital inglesa²²⁸⁷, a convite do *Comittee for Freedom in Mozambique, Angola and Guiné*. Estas declarações levaram o Adido Militar e Aeronáutico de Portugal em Washington a deduzir que a estratégia de Cabral era a seguinte:

Procurar o reconhecimento de um Governo Provisório da Guiné portuguesa e colocar a saída da Administração Portuguesa e das Forças Armadas como uma simples saída de 2 ou 3 pontos chaves²²⁸⁸.

Mas, na realidade, há muito que Cabral deixara de estar interessado em constituir, no exílio, um Governo provisório por razões de ordem interna, mas também porque se opusera, frontalmente, ao reconhecimento do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), de Holden Roberto, em Julho de 1963, solidarizando-se, assim, com o MPLA, seu aliado histórico. Ainda assim, nos anos vindouros, não abdicaria de procurar uma saída para a proclamação do Estado da Guiné.

Numa conferência de imprensa, proferida em finais de Fevereiro de 1970, em Nova Iorque, Amílcar Cabral afirmava que estava à procura, nas Nações Unidas, de algo mais do que a ajuda moral daquela organização. Queria que o “mundo” reconhecesse o seu direito à ajuda material, mas reiterava que não esperava nenhuma interven-

²²⁸⁵ Reunião do Secretariado-geral – Reunião de Informação 3-10-68 [manuscritos].

²²⁸⁶ AMS, Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral para o comando da Frente Bafatá-Gabú, Conakry, 10 de Março de 1972, pasta 4360.004, im. 9.

²²⁸⁷ *Financial Times*, Londres, Outubro 26, 1971. Depois desta visita a Inglaterra, Amílcar Cabral seguiu para a Irlanda.

²²⁸⁸ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, “Relatório de Notícia do Adido Militar e Aeronáutico em Washington”, Relatório n.º 39/RN/RB, de 3 de Março de 1970, Reservado. Assunto: PAIGC (Amílcar Cabral), maço 458, pasta 1.

ção militar por parte das Nações Unidas na Guiné²²⁸⁹. Uma vez mais, enfatizando o facto de controlar 3/4 da província, afirmava que o mais tardar, dentro de um ano, controlaria todo o território, pelo que exigia que as Nações Unidas tratassem directamente com o seu movimento de libertação, o PAIGC²²⁹⁰.

Pela mesma ocasião, a 26 de Fevereiro de 1970, na Casa dos Representantes, Amílcar Cabral assegurava que a Guiné era um “Estado independente com parte do território ocupado ainda por forças estrangeiras”, designadamente os centros urbanos e pequenas zonas rurais²²⁹¹. Instado a pronunciar-se sobre a facto de Marcelo Caetano ter afirmado, a 4 de Dezembro de 1968, no discurso na sessão de abertura da Assembleia Nacional, que a maior parte da população da Guiné estava lutando ao lado das forças portuguesas contra os “terroristas”, contrariamente ao que afirmava a propaganda do PAIGC no exterior, Amílcar Cabral respondia que sem o apoio da população seria difícil, nas condições do seu país e sem meios, lutar durante sete anos contra os portugueses²²⁹².

Foi, com o intuito de sublinhar a ideia de que a Guiné era um “Estado com parte do território ocupado” à realidade, que, na reunião do BP, realizado de 12 a 15 de Abril de 1970, Cabral procedeu, como já se viu, à reforma da estrutura político-administrativa e militar. Em 1970, Cabral parecia satisfeito com os órgãos do partido existentes nas “regiões libertadas”. Numa entrevista a Mam Less Dia, considerava-os “suficientes para dirigir” a vida do seu povo²²⁹³, numa altura em que estava a ser considerada, pela direcção do partido, a criação de um Conselho de Estado em que não haveria ministros devido à situação especial²²⁹⁴. Era necessário, dizia Cabral, “conquistar amizades, alianças, ajuda”, para a sua luta, mas também tornava-se inevitável, por outro lado, “diminuir, cortar as alianças e ajudas para o nosso inimigo, isolar o nosso inimigo”²²⁹⁵.

Cabral pensava certamente na criação de proto-relações internacionais, com o objectivo de intensificar a propaganda contra Portugal e de obter apoios não só para a luta, mas também para uma eventual proclamação unilateral da independência.

²²⁸⁹ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, Ofício n.º 117 datado de Pretória (Embaixada de Portugal na República da África do Sul), 6 de Março de 1970 dirigido ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, maço, 458, pasta 1; e também “Freedom leader is seeking U.N. aid”, *The Star*, 2/3/70, maço 458, pasta 1.

²²⁹⁰ “Freedom leader is seeking U.N. aid”, *The Star*, 2/3/70.

²²⁹¹ AMS, “Report on Portuguese Guinea and the Liberation Movement”, February 26, 1970”, 4343.002, im. 138.

²²⁹² *Idem, ibidem*, im. 140.

²²⁹³ IAN/TT-PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, NT, 2677, Polícia Internacional... propaganda IN através da imprensa do Senegal..., pasta 8, fl. 28.

²²⁹⁴ Reunião do Secretariado do dia 26-5-68. Assuntos Exteriores [manuscrito].

²²⁹⁵ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 3. No plano internacional”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 99.

Já não eram suficientes os frequentes pedidos de isolamento de Portugal a nível internacional, defendidos praticamente por todos os movimentos de libertação das colónias portuguesas e que haviam sido reiterados no quadro da CONCP, aquando da II Reunião Ordinária do Conselho de Direcção daquele organismo, em Brazzaville, no ano de 1966²²⁹⁶.

Como já se disse algures, o facto ter perdido importantes aliados em África e o equilíbrio que se verificava no terreno militar persuadiram Amílcar Cabral a encontrar uma solução jurídica internacional favorável para a guerra da Guiné, no quadro da nova política exterior do seu partido. Esta solução só seria possível através da “conquista” de novos “amigos”.

Havia uma consciência nítida de que o fim da guerra só seria possível com a manutenção (e até incremento) da pressão militar sobre o inimigo, de modo a forçá-lo a sentar-se à mesa das negociações. E, na eventualidade de uma solução política, convinha negociar em condições vantajosas.

Por sua vez, considerava importante estabelecer as relações e até, melhorá-las com alguns países latino-americanos que eram “anti-imperialistas” e com os quais se devia contar, como eram os casos do Brasil, da Argentina, da Venezuela, do Uruguai e do Chile. Mesmo em relação aos Estados Unidos da América (EUA), Cabral começou a ser apologista de que se devia mudar de posição e procurar pontos de contacto.

Foi no quadro desta nova estratégia que, pela primeira vez, em 1970, conseguiu uma entrevista com uma subcomissão parlamentar americana em Washington, durante a qual procurou desvalorizar o aspecto ideológico da sua luta e assumir o princípio de solidariedade com as “causas justas do mundo”. Interrogado pelo congressista Edward Derwinski, sobre a ideologia que professava, Cabral preferiu responder que era a favor da independência, da paz e do progresso do seu território. Mas, relativamente ao Vietname, não vacilou em relação aos princípios que defendia, relevando a sua simpatia para com os *vietcongs*. Na sequência desta entrevista, Cabral manifestou a sua abertura em receber ajuda de qualquer país, inclusivamente dos Estados Unidos, independentemente do aspecto ideológico. A sua intenção e a tónica do seu discurso perante a subcomissão do Congresso norte-americano centraram-se, como declarou mais tarde, em 1971, em tentar subtrair a ajuda que Portugal usufruía dos Estados Unidos²²⁹⁷. É que, para ele, mesmo nos países capitalistas, havia também forças “anti-imperialistas” que

²²⁹⁶ AMS, “Análise do projecto do Programa de Acção”, Brazzaville 26-30 août 1966, pasta 4337.005, im 77.

²²⁹⁷ “Colonialismo: Un Vietnam en tierra Africana”, *Revista 7 Días* n.º 700, Lima (Peru), 26 de Noviembre de 1971.

podiam contribuir, não só para o apoio à luta, mas também para o isolamento de Portugal no plano internacional. Neste sentido, tudo indicava, a confirmarem-se as afirmações de Oscar Oramas, que, em 1972, se tinham iniciado contactos tímidos entre os Estados Unidos e o PAIGC, através do seu *bureau* de Dakar²²⁹⁸.

Antes de 1968, o partido de Amílcar Cabral não tinha relações oficiais com governos de países ocidentais, mas apenas com organizações anticolonialistas e comités de apoio criados, desde 1964, em vários países europeus (França, Bélgica, Noruega, Suécia, Finlândia, Alemanha, Itália, Suíça, Holanda, Dinamarca, Grã-Bretanha), nos Estados Unidos (American Committee on Africa e United Auto Workers) e no Canadá²²⁹⁹. Paralelamente, em 1969, Cabral revelava também um enorme interesse em intensificar as relações com os Estados Socialistas, com o Movimento Operário Internacional e com os movimentos de libertação nacional, considerados como aliados históricos na luta contra “a dominação colonialista e imperialista”²³⁰⁰. O objectivo de Cabral era fazer com que os aliados de Portugal no âmbito da EFTA e da NATO deixassem de o apoiar na guerra considerada “ilegal” que movia contra os povos africanos. Recorde-se que, aquando da II reunião ordinária da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), realizada em Brazzaville, de 26 a 30 de Outubro de 1966, o Conselho de Direcção daquela organização denunciara a ingerência dos EUA e da Alemanha na guerra colonial, ao considerar a ajuda financeira e material dispensada a Portugal como uma intervenção indirecta no conflito²³⁰¹. Cabral era favorável (e defendia) que os países aliados de Portugal deveriam ser referenciados nas mesmas resoluções que condenavam Portugal.

No quadro da neutralidade e do não-alinhamento que defendia, a estratégia da nova política passava pela divulgação da luta e pela feitura de novos amigos nos quatro continentes (África, Ásia, América Latina e Europa) e junto dos países aliados de Portugal. Só através dessa abertura, a Ocidente e a Leste, Cabral sabia que podia obter os apoios de que necessitava para a sua causa. Não foi por acaso que, em Novembro de 1969, chegou a declarar:

²²⁹⁸ Oscar Oramas, *ob. cit.*, cap. 6, p. 100.

²²⁹⁹ Vide, sobre este assunto, a lista com os nomes destas organizações em Eduardo de Sousa Ferreira, *Portuguese Colonialism. From South Africa to Europe*, Preface by Basil Davidson, Edited by Aktion Dritte Welt, Freiburg i. Br., Lorettostr. 20a 1972, pp. 230 e ss.

²³⁰⁰ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 3. No plano internacional”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 99.

²³⁰¹ AMS, “Résolution de la II^{ème} Réunion du Conseil de Direction de la de la CONCP – Conférence des Organisations Nationalistes des Colonies Portugaise – sur le caractère international de la guerre coloniale portugaise” (Brazzaville, du 26 au 30 août 1966).

Não devemos esquecer nunca que uma luta do género da nossa tem que fazer-se também fora da nossa terra, tanto contra os inimigos, como junto dos amigos, para conseguir os meios necessários para a nossa luta e para criar todas as possibilidades para alimentar a luta dentro da nossa terra²³⁰².

Uma das importantes vitórias de Amílcar Cabral, no quadro da nova política exterior do seu partido, foi o de ter logrado, em 1968, o apoio da Suécia, designadamente do Partido Social-democrata/Sveriges socialdemokratiska arbetarepart (PSD), liderado por Olof Palm²³⁰³. Este país, invocando o facto de ter votado favoravelmente a Resolução 2311, de 14 de Dezembro de 1967, da Assembleia-geral das Nações Unidas, a qual exortava os Estados-Membros, indivíduos e organizações a darem uma contribuição financeira e material destinada aos movimentos de libertação das colónias portuguesas, nos seus esforços a nível da educação e da melhoria das condições de vida das populações, transformar-se-ia no primeiro país ocidental a apoiar abertamente Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane. Com efeito, em finais de Janeiro de 1968, os deputados comunistas suecos apresentaram uma moção ao *Riksdag* (Parlamento) para a atribuição de cerca de 100 mil coroas suecas ao PAIGC e à FRELIMO. Em Fevereiro, um grupo de sete deputados sociais-democratas propuseram novamente às duas câmaras da *Riksdag*, que a Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI) pusesse à disposição do partido de Amílcar Cabral uma importância não inferior a 100 mil coroas, como contribuição para o programa económico e social nas “regiões libertadas”.

Este apoio “financeiro” ao PAIGC, sob a forma de ajuda humanitária, provocou uma crise diplomática entre a Suécia e Portugal, que chegou inclusivamente ao corte de relações e à retirada do embaixador português de Estocolmo²³⁰⁴.

Em 1971, seria a vez da Finlândia, da Dinamarca e da Noruega seguirem os passos da vizinha Suécia, ao reconhecerem o PAIGC como legítimo representante dos povos da Guiné e Cabo Verde, e ao garantirem, através de auxílio financeiro e material, a melhoria das condições de vida nas “regiões libertadas”.

²³⁰² AMS, Amílcar Cabral, “Princípios. O nosso partido e a luta devem ser dirigidos pelos melhores filhos do nosso povo”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969. Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001, im. 19.

²³⁰³ AMS, “Report on Portuguese Guinea and the Liberation Movement”, February 26, 1970”, 4343.002, im. 144.

²³⁰⁴ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 3. No plano internacional”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 101.

3.3. *A difícil neutralidade e não-alinhamento em tempos de guerra*

O “neutralismo positivo” e o não alinhamento adoptado pela grande maioria dos Estados afro-asiáticos, depois da II Guerra Mundial, como forma de se oporem à divisão do mundo em dois principais blocos e à “guerra fria”, encontrou simpatia, desde muito cedo, da parte dos futuros líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. No caso concreto de Amílcar Cabral, podemos mais ou menos situar as suas primeiras intervenções a favor da coexistência pacífica, em Março de 1952, quando, como já se referiu na primeira parte deste trabalho, se associou a uma exposição dirigida ao Presidente da República, Craveiro Lopes, contra o rearmamento e o Pacto do Atlântico, e a favor da assinatura de um pacto de paz entre as grandes potências de então. No ano seguinte (1953), Krushev, que acabava de substituir Estaline na liderança do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), optava por seguir a via da coexistência pacífica no XX Congresso daquele partido.

No entanto, foi na Conferência de Bandung (18 a 24 de Abril de 1955), que emergiram os chamados “povos oprimidos”, na tentativa de se afirmarem num mundo cada vez mais bipolarizado. Muito embora tenham surgido, no decurso da reunião, pelo menos três correntes (a pró-ocidental, a pró-oriental e a neutra)²³⁰⁵, o consenso acabou por imperar, e adoptou-se o neutralismo como instrumento de pressão sobre os dois grandes blocos (o “socialista” e o “capitalista”)²³⁰⁶.

Em África, os princípios de neutralidade e não-adesão aos blocos foram debatidos e assumidos pelos Estados independentes na I Conferência dos Povos Africanos realizada em Accra, de 15 a 22 de Abril de 1958, tendo sido reiterados em Conakry, no ano seguinte, aquando da I Conferência Pan-Africana.

Para Amílcar Cabral, a opção por uma política exterior de paz, de amizade e de colaboração com todos os povos, com base nos princípios de Bandung, da Carta das Nações Unidas e da não-adesão aos blocos militares, era o caminho aconselhável. De resto, em 1960, tal já constava no programa interno do Partido Africano da Independência (PAI) e do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV) de Conakry²³⁰⁷ liderados por ele.

Não foi por acaso que Cabral chegou a escrever, numa mensagem enviada pelo seu partido à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não Alinha-

²³⁰⁵ Manuel Gonçalves Martins, *A descolonização portuguesa (as responsabilidades)*, Braga, Livraria Cruz, 1986, pp. 123-124.

²³⁰⁶ Franco Nogueira, *O Juízo Final*, 2.ª Edição, Porto, Editora Civilização, 1993, p. 180.

²³⁰⁷ AMS, Partido Africano da Independência (PAIGC) et Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV) – “Aux peuples de Guiné «Portugaise» et des Iles du Capvert”, Conakry, le 25 décembre 1960, pasta 4602.113.

dos, realizada no Cairo, em Outubro de 1964, e num discurso pronunciado em Addis-Abeba, no ano seguinte (1965), por ocasião da II Conferência da CONCP, que esta era a política que, no plano internacional, mais convinha aos interesses dos povos da Guiné e de Cabo Verde, na etapa actual da nossa História²³⁰⁸. Ia, assim, ao encontro do que já havia afirmado numa conferência de imprensa, realizada em Paris, a 4 de Maio de 1964:

Nous constatons que le monde est divisé, ce n'est pas notre faute, mais cette division nous pose des problèmes. Pour nous, à l'étape où nous nous trouvons, la division du monde qui nous intéresse, ce n'est pas celle des camps de droit ou de gauche. Pour nous, il y a ceux qui sont contre le colonialisme portugais et il y a ceux qui le soutiennent. C'est l'attitude des peuples, de leurs Etats devant notre lutte qui déterminera notre propre attitude par rapport à ces peuples et à ces Etats. Pour le présent comme pour l'avenir, nous devons savoir clairement qui sont nos amis et qui sont nos ennemis...²³⁰⁹.

Em Addis-Abeba, Amílcar Cabral definia o “não-alinhamento” como sendo o não comprometimento com os blocos existentes e o não-envolvimento nas decisões dos outros²³¹⁰. E prosseguia: “Nós reservarmo-nos o direito de decidir nós mesmos e se, por acaso, as nossas opções, as nossas decisões coincidem com as dos outros, a culpa não é nossa”²³¹¹.

Mas uma coisa é a teoria e outra a prática. A cisão do mundo em dois blocos antagónicos e a própria divisão do continente africano em diferentes tendências políticas e ideológicas colocava um dilema e um desafio sério aos movimentos nacionalistas e aos seus líderes. Amílcar Cabral estava consciente desta realidade e da dificuldade em manter uma política de neutralidade rígida no contexto da “luta de libertação nacional” e no contexto de uma bipolarização do mundo e da África. Como bem assinalou Dike Nworah²³¹², a necessidade de ajuda externa comprometia, à partida, o não-alinhamento.

²³⁰⁸ AMS, “A Unidade política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário-geral do partido à 2.ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP” (Dar-Es-Salaam – 3 a 8/10/1965), Departamento de Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros – Colecção “Discursos e Informações”, pasta 4602.038.

²³⁰⁹ AMS, “Guinée «portugais» et îles du Cap-Vert. L'an deux de la Guerre de Guinée”, jan.-déc. 1964, Edité par le Comité de Soutien à l'Angola et aux peuples des colonies portugaises, in Doc. Annexes, pasta 4340.003, im. 67.

²³¹⁰ AMS, “A Unidade política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário-geral do partido à 2.ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP” (Dar-Es-Salaam – 3 a 8/10/1965), Departamento de Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros – Colecção “Discursos e Informações”, pasta 4602.038.

²³¹¹ *Idem, ibidem.*

²³¹² Dike Nworah, “Nationalism versus Coexistence: Neo-African Attitudes to Classical Neutralism”, *The Journal of Modern African Studies*, 15, 2, London, Cambridge University Press, 1977, p. 219.

Este facto, posto em evidência na Conferência dos Não-Alinhados do Cairo, em 1964²³¹³, foi também destacado por Norrie MacQueen²³¹⁴.

Se, em Bandung, como assinala Dike Nwora²³¹⁵, a preocupação maior dos países se concentrou na luta contra o colonialismo, o imperialismo e o racismo, já na I Conferência dos Chefes de Estado e de Governos dos Países Não-Alinhados de Belgrado, que contou com a presença de Amílcar Cabral na qualidade de observador, a preocupação dos países participantes centrou-se mais no compromisso com a paz e a segurança mundiais como base das relações internacionais²³¹⁶. Por essa ocasião, Amílcar Cabral fez um apelo para que aquela conferência adoptasse medidas formais e inequívocas em relação aos “crimes bárbaros” do colonialismo português²³¹⁷. Nesta ordem de ideias, propunha o boicote contra Portugal e a atribuição de uma ajuda concreta (material e financeira) à luta de libertação dos povos da Guiné e Cabo Verde para contrabalançar a ajuda que Portugal recebia dos seus aliados da NATO. É que, para ele, a primeira condição para entrar na política de não-alinhamento era acabar com o colonialismo português no seu próprio país. Esta era a posição de princípio que defendia, numa mensagem enviada pelo seu partido²³¹⁸ à II Conferência dos Chefes de Estado dos Países Não-Alinhados, que ia ter lugar no Cairo, de 5 a 10 de Outubro de 1964. No decurso da própria conferência, Amílcar Cabral reiterou o mesmo princípio, numa mensagem lida em francês, em nome de todos os movimentos de libertação:

Pour coexister, il faut d’abord exister et il faut donc que les impérialistes et les colonialistes soient forces de battre en retraite a fin que nous puissions apporter à la civilisation universelle une contribution nouvelle, basée sur le travail, la personnalité dynamique et la culture de nos peuples²³¹⁹.

Não era necessário entrar nas querelas ideológicas que dividiam o mundo do seu tempo em dois blocos antagónicos, até porque, segundo ele, o PAIGC não era um parti-

²³¹³ *Idem, ibidem*, pp. 219-221; e sobre a posição dos países africanos presentes nesta conferência, pp. 215-218.

²³¹⁴ Norrie MacQueen, *ob. cit.*, p. 80.

²³¹⁵ Dike Nwora, “Nationalism versus Coexistence: Neo-African Attitudes to Classical Neutralism”, *The Journal of Modern African Studies*, 15, 2, London, Cambridge University Press, 1977, p. 214.

²³¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 214.

²³¹⁷ AMS, “Message du PAIGC, A la Conférence des Chefs d’Etat et de Gouvernement des Pays Non-Alignés”, Le Caire, octobre 1964, pasta 4343.001, im.41.

²³¹⁸ *Idem, ibidem*, im.47.

²³¹⁹ AMS, Discours prononcé par le camarade Amílcar Cabral Secrétaire Générale du PAIGC au nom des mouvements de libérations nationale, II^{ème} Conférence des Chefs d’État et de Gouvernement des Pays Non-Alignés (Le Caire, du 5 au 10 octobre 1964), pasta 4602.036.

do comunista²³²⁰. O único alinhamento que Cabral concebia era o da defesa da dignidade, emancipação e progresso dos povos²³²¹. Por isso definia-o de seguinte modo:

Une force positive et nécessaire, au service de la libération nationale, de la liquidation du colonialisme et de la discrimination raciale, de la coexistence pacifique, du désarmement générale et de l'interdictions des armes nucléaires – facteurs essentiels à la paix e au progrès des peuples²³²².

Porém, a adopção do não-alinhamento ou do chamado “neutralismo positivo” não significava, na perspectiva do líder revolucionário guineense e cabo-verdiano, “voltar as costas aos problemas fundamentais da Humanidade, à justiça”²³²³, como, por exemplo, o direito à liberdade, à independência e ao progresso ou deixar de ter aliados seguros na luta que movia ao colonialismo português. Antes pelo contrário. Era, em última análise, estar empenhado nas causas justas do mundo²³²⁴ e integrar-se numa vasta frente de luta para o “bem da Humanidade”. Neste plano, tudo o que se passava no mundo afectava de alguma maneira, no seu ponto de vista, a Guiné e Cabo Verde e vice-versa. Assim, a luta do povo da Guiné e de Cabo Verde não servia, na perspectiva de Cabral, apenas os interesses destes povos, mas, igualmente “os interesses fundamentais de todos os povos africanos, o progresso de todos os povos do mundo, e ao serviço da paz mundial e da felicidade de todos os seres humanos”²³²⁵. Ao enquadrar a luta dos povos da Guiné e de Cabo Verde na de toda a África e na de toda a “humanidade progressista”²³²⁶, Cabral colocava as duas colónias de Portugal ao nível de muitos povos dominados ou ainda sob a dominação imperialista²³²⁷. Por isso mesmo, jamais deixou de reivindicar a ajuda concreta e a solidariedade dos países progressistas e socialistas, que considerava não só seus aliados seguros, mas também de todos os povos oprimidos.

²³²⁰ Reunião do dia 26-5-68. Assuntos Externos [manuscrito], fl. 41.

²³²¹ AMS, “Message du PAIGC, A la Conférence des Chefs d’Etat et de Gouvernement des Pays Non-Alinhés”, Le Caire, octobre 1964, pasta 4343.001, im. 48.

²³²² AMS, “Discours prononcé par le camarade Amílcar Cabral Secrétaire Générale du PAIGC au nom des mouvements de libérations nationale”, II^{ème} Conférence des Chefs d’État et de Gouvernement des Pays Non-Alignés (Le Caire, du 5 au 10 Octobre 1964), pasta 4602.036; AMS, Amílcar Cabral, Org. Internacionais, Não-Alinhados, pasta 4602.037, im. 2.

²³²³ AMS, “A unidade política e moral força principal da nossa luta comum”, discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário-geral do partido à 2ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP”, Dar-es-Salaam – 3 a 8/10/1965), Departamento do Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros – Colecção “Discursos e Informações”, pasta 4602.038..

²³²⁴ *Idem, ibidem.*

²³²⁵ AMS, “A unidade política e moral...”, pasta 4602.0038.

²³²⁶ *Idem, ibidem.*

²³²⁷ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 47.

Cabral não descurava, também, o dever de reciprocidade por parte do movimento de libertação e, especialmente, da sua liderança, ainda que fosse apenas do domínio moral, relativamente às causas consideradas “justas” e nobres. Este dever de solidariedade distanciou-o do princípio de não-ingerência, ao solidarizar-se, em diversas ocasiões, com a luta dos povos do Vietname, do Congo, de Cuba, ou dos negros nos Estados Unidos, ou mesmo com os refugiados da Palestina, “expulsos da sua Pátria”²³²⁸. Chegou mesmo a afirmar, inclusivamente, que apoiava “tudo o que os filhos da palestina” faziam “para libertar o seu país”²³²⁹. Em reiteradas ocasiões apelou aos países árabes e africanos no sentido de ajudarem os palestinianos “a recuperarem a sua dignidade, a sua independência e o seu direito à vida”²³³⁰. Mas, no âmbito dos princípios que defendia, Cabral tentava ser, na medida em que isso fosse possível, um revolucionário justo. Por exemplo, apesar de considerar que a criação de Israel fora artificial e obra de “imperialistas”, também lamentava o holocausto e a “destruição” de 6 milhões de judeus durante a II Guerra Mundial, concluindo que o povo judeu tinha direito à existência e à vida, embora não tivesse direito a ocupar os territórios árabes²³³¹.

Em África, a solidariedade para com os movimentos de libertação “sérios” e que lutavam, de facto, pela libertação dos seus territórios e, simultaneamente, pela verdadeira independência do continente africano, nunca foi questionada por Amílcar Cabral. Na Namíbia, apoiou, durante muito tempo, a União Nacional do Sudoeste Africano (SWANU), apoio esse que, mais tarde, transferiu para a Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO) que, na sua perspectiva, lhe parecia um movimento constituído por “gente séria”. Também chegou a apoiar – mesmo financeiramente²³³² – o movimento de libertação da Guiné Equatorial e da Costa da Somália.

Mas, a ambígua neutralidade assumida por Cabral não radicava simplesmente no não envolvimento nas querelas ideológicas ou com os blocos militares (a URSS e os EUA), que emergiram no final da II Guerra Mundial e que, de certo modo, inauguraram o período que se convencionou chamar de “guerra-fria”. Ela contemplava também a não-ingerência nos assuntos internos dos Estados e dos movimentos de libertação africanos. Por exemplo, na reunião do Conselho Superior de Luta, de Agosto de 1971, Amílcar Cabral abordou diversos problemas que afectavam vários países africanos,

²³²⁸ Reunião do dia 26-5-68. Assuntos Externos [manuscritos], fl. 10.

²³²⁹ *Idem, ibidem*, fl. 10.

²³³⁰ *Idem, ibidem*, fl. 10.

²³³¹ AMS, “Décidés à résister”, *Tricontinental*, Havana (Cuba), 1967, pasta 4322.005, im. 128.

²³³² AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 81.

nomeadamente as contradições internas existentes no Senegal, problemas de difícil relacionamento entre este país e a Guiné-Conakry, o clima de sucessivas tentativas de golpes de Estado em Marrocos – contra o rei Hassan II –, no Sudão e os bem sucedidos golpes no Ghana, na Nigéria, na Argélia e no Daomé, que estavam a criar grandes divisões em África e graves problemas aos movimentos de libertação nacional ao nível dos apoios. Mesmo essa perda de aliados de peso e a consequente situação difícil que provocou na guerra contra o colonialismo português, não demoveram Amílcar dos princípios que defendia. Por exemplo, aquando da deposição de Ben-Bella, em 1965, não tomou nenhuma posição oficial sobre o assunto, muito embora o Governo de Houari Boumediene tivesse deixado de apoiar o seu movimento, sobretudo ao nível do material de guerra e das munições, contrariamente ao que acontecia nos tempos do presidente deposto. Cabral continuou a reiterar a sua política de não ingerência na política interna dos outros, embora tivesse acompanhado com muita atenção o desenrolar dos acontecimentos.

Para evitar a interferência nos assuntos internos dos Estados africanos, Cabral procurou ao máximo não identificar-se com as posições ideológicas que muitos deles defendiam, tal como tentou esquivar-se da classificação dos seus regimes, isto é, se eram de direita, de esquerda, socialistas ou liberais. A propósito, afirmava: “isso não nos interessa nada na terra dos outros, é como a sua gente”²³³³. A única classificação que verdadeiramente interessava ao líder do PAIGC era se um país ou um Estado ajudava ou não os movimentos de libertação²³³⁴.

Muito dificilmente, porém, Cabral pôde alhear-se ou manter-se à margem dos problemas do seu tempo. É necessário referir que, em numerosas ocasiões o dever de reciprocidade e de solidariedade de Amílcar Cabral foi orientado por questões de conveniência, em função dos apoios que recebia, sobretudo no que dizia respeito aos aliados próximos. No mundo, contava, por exemplo, com o auxílio da União Soviética. Talvez em virtude da ajuda que recebia deste país, e sem se imiscuir directa e explicitamente no conflito sino-soviético, as suas posições ideológicas foram quase sempre mais próximas da URSS do que da China, como se sublinha no jornal *Dagbladet* de Oslo, na sua edição de 7 de Novembro de 1970²³³⁵.

²³³³ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 75.

²³³⁴ *Idem, ibidem*, im. 75.

²³³⁵ AHDMNE, processo 940, 1(5) D, 465 PAA, “Política, Organizações Nacionalistas – PAIGC”. “Portugal perde a guerra contra as forças de guerrilhas em África” [tradução para português da Embaixada de Portugal em Oslo], *Dagbladet* (Oslo, Noruega), 7 Novembro, de 1970.

Ainda no continente africano, tinha o apoio e a solidariedade da Guiné-Conakry, país com o qual pautava as suas relações de modo mais realista, quase sentimental. No seminário de quadros de 1969, declarava, referindo-se a difícil relação daquele país com o Ghana, depois do golpe do General J. A. Ankrah que derrubara Nkrumah, que apesar do seu movimento de libertação defender uma política de independência, não podiam “sair a abraçar aqueles” que descompunham o seu principal aliado no continente africano – a Guiné-Conakry – “todos os dias”, que davam “pontapés aos guineenses”, que prendiam “os ministros guineenses, etc., enxovalhando a Guiné como povo e como Estado independente de África”. E acrescentava:

Temos que tomar a nossa posição, camaradas. Temos que respeitar os princípios, temos que ser dignos até ao fim, mesmo se nos prejudicarmos com isso. Não podemos vender-nos nunca²³³⁶.

Recorde-se que o relacionamento entre a Guiné-Conakry e as novas autoridades do Ghana, que já se vinha deteriorando desde o golpe de Estado contra Nkrumah (1966), se agravou repentinamente no ano seguinte (1967). Com efeito, a 29 de Outubro, uma delegação ministerial guineense constituída por Louis Lansana Béavogui (Ministro dos Negócios Estrangeiros), Bangoura Mohammed Kassorie (Secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros), entre outros, foi detida no aeroporto de Accra, aquando de uma escala do avião em que seguiam, da companhia Pan-American Airlines²³³⁷. A detenção desta delegação, que deveria apanhar outro avião em Lagos com destino a Etiópia (Addis-Abeba), onde contava assistir a uma importante reunião do Conselho de Ministro da OUA, despoletou uma reacção da Guiné-Conakry contra a companhia aérea e o seu delegado na capital guineense, Lambert Ronstrom, contra o embaixador dos EUA em Conakry, Robinson Macivain, e os cidadãos do Ghana residentes no país de Sekou Touré. O conflito acabou por ser resolvido graças a intervenção da OUA.

Em 1969, aquando da abortada tentativa de golpe de Estado na Guiné-Conakry, Cabral havia reafirmado, aos seus correligionários, que não havia regime melhor para o seu partido do que o de Sekou Touré²³³⁸. Pese embora esta atitude frontal em defesa do

²³³⁶ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 79.

²³³⁷ A. E. Skurnik, “Ghana and Guinea, 1966 – A case study in Inter-African Relations”, *The Journal of Modern African Studies*, 5, 3, London, Cambridge University Press, 1967, pp. 369-371.

²³³⁸ Reunião Geral – Secretariado 26/3/69 [manuscrito], fl. 1.

regime guineense, Amílcar Cabral lamentou sempre o facto de não poder assumir as suas responsabilidades no plano africano, por ser dirigente de um movimento de libertação e não de um Estado já independente.

O princípio de não-ingerência também era assumido relativamente aos movimentos de libertação das colónias portuguesas e africanos em geral (Somália, Congo, Guiné Equatorial, África do Sul e Namíbia). Cabral não tinha dúvidas de que a luta travada por aqueles movimentos e pelos seus respectivos povos era a sua própria luta, por isso as apoiava, insistindo em demonstrar a importância da solidariedade, em especial para com os movimentos de libertação que, na sua perspectiva, eram politicamente correctos. O argumento era, como já se aludiu, análogo ao defendido por Nkrumah, isto é, enquanto houvesse resquícios do colonialismo em África, nenhuma nação africana podia considerar-se livre e independente. Quer Cabral, quer Nkrumah, tinham muitos exemplos elucidativos no continente africano, suficientes para provar a justeza do princípio que ambos defendiam: a intervenção de mercenários vindos de Angola na República Democrática do Congo, em 1967, os sistemáticos ataques do exército português à Zâmbia, Tanzânia, Congo Brazzaville, Congo Leopoldville (actual Congo Kinshasa²³³⁹), e às povoações fronteiriças do Senegal e da Guiné-Conakry, que estiveram na origem de várias condenações, quer do Conselho de Segurança, quer da Assembleia-geral da ONU.

Podemos afirmar que, mantendo estas posições, Cabral não podia ser, de forma alguma, favorável à hesitação (e mesmo ao improvisado) que caracterizava, por vezes, a actuação da OUA e que, conforme dizia, os seus inimigos “têm sabido explorar a seu favor”²³⁴⁰. De igual modo, Cabral desconfiava das “belas manifestações de solidariedade”²³⁴¹ do Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, na hora de tomar posições claras e inequívocas em relação a determinados conflitos. Também não poupava a indecisão da própria ONU, relativamente ao conflito do Congo, sobretudo quando Moisés Tshombé proclamou a secessão do Catanga, abrindo uma crise político-militar, que levou à intervenção da Bélgica, a favor de Tshombé, e daquela organização mundial a pedido de Lumumba.

Na Conferência dos Povos Africanos do Cairo (25 a 31 de Março de 1961), Cabral não ilibou a ONU, e particularmente o seu Secretário-geral U Thant²³⁴², dos tre-

²³³⁹ AMS, “Intervention de MR: Amílcar Cabral Secrétaire Général du PAIGC au VI^o Congres de l’UPS”, Dakar, le... janvier 1968, pasta 4343.001, im. 104.

²³⁴⁰ AMS, “Uma crise de conhecimento”..., pasta 4602.0014, fl. 2.

²³⁴¹ AMS, “Uma importante resolução sobre as Colónias Portuguesas”, PAI, 1961, pasta 4602.012, im. 2.

²³⁴² U Thant nasceu em Pantanaw (Burma), a 22 de Janeiro de 1909, tendo exercido o cargo de Secretário-geral das Nações Unidas de 1961 a 1971.

mendos fracassos e erros cometidos em relação ao Congo, desde que este país ascendera à independência, em Junho de 1960, e que conduziram à prisão, em Setembro, e ao assassinato, em Janeiro de 1961, do líder congolês, Patrice Lumumba²³⁴³. Num telegrama anterior, datado de 19 de Fevereiro de 1961, expedido de Conakry e endereçado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, Cabral pedia mesmo a condenação do Governo belga pelas suas posições no conflito e a demissão de U Thant²³⁴⁴.

O líder do PAIGC sabia, como Fanon, que o drama que se vivia no Congo podia repetir-se em qualquer país africano e mesmo na sua Guiné. Por isso, como escrevia Fanon, era a sorte de todos os africanos que se jogava no Congo²³⁴⁵.

Na sessão extraordinária do Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos reunida, dois meses antes (21 a 22 de Janeiro de 1961), no Cairo, Amílcar Cabral propunha a adopção de uma “acção concreta, unida, coordenada e decidida” contra o seu inimigo (Portugal). Para isso, exortava o Conselho a aprender a “lição dos imperialistas e dos colonialistas”, que era a de “falar o menos possível, agir o mais possível”²³⁴⁶.

A posição do líder do PAIGC era clara ao referir-se às disputas internas para o controlo o poder que afectavam alguns movimentos de libertação, como por exemplo a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sobretudo depois do assassinato de Eduardo Mondlane, em Fevereiro de 1969. E declarava:

Nós não nos metemos nos assuntos internos dos movimentos de libertação da África. Eles é que sabem da sua vida, dos seus problemas. Não vamos procurar resolver os seus problemas na sua direcção²³⁴⁷.

O único anelo de Cabral era que, na FRELIMO, ganhassem os “progressistas”, ou seja, aqueles que, na sua opinião, não eram “racistas”, nem “tribalistas”, e cujo objectivo era “servir os interesses do povo de Moçambique, desenvolver a luta armada cada dia mais, até ganharem a independência de Moçambique”. E concluía:

²³⁴³ AMS, “Uma crise de conhecimento”..., pasta 4602.0014, fl. 2.

²³⁴⁴ AMS, telegrama, Conseil Sécurité ONU, New York, Conakry, le 19 février 1961.

²³⁴⁵ Frantz Fanon, *Em Defesa da Revolução Africana*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, portuguesa, 1980, p. 229.

²³⁴⁶ AMS, “Uma importante resolução sobre as Colónias Portuguesas”, PAI, pasta 4602.012, 1961, im. 2.

²³⁴⁷ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002, im. 80.

Esses é que queremos que ganhem e nós não somos burros, temos os olhos abertos, nós sabemos quem são esses, sabemos os seus nomes até. Mas não nos metemos nisso, é o seu problema²³⁴⁸.

Isto não quer dizer, no entanto, que Cabral tivesse deixado de “combater”, no âmbito da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), “os oportunistas” moçambicanos²³⁴⁹, ou de criticar, no caso de S. Tomé e Príncipe, o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP), em virtude das divisões que o afligiam²³⁵⁰.

Na mesma linha, o espírito de solidariedade que caracterizava a actuação de Cabral levou-o, muitas vezes, a tomar posições, no plano africano e internacional, de acordo com os interesses de Angola, de Moçambique e dos países que lhe davam apoio material, moral e financeiro. Tudo porque, segundo ele, “mesmo no pensamento também somos influenciados pelo pensamento de outros”. Cabral sempre reconheceu que o seu partido não foi o primeiro a fazer uma luta armada de libertação nacional, embora tivesse sido o primeiro a inventar a guerra de guerrilha na Guiné. Insistia, perante os quadros e dirigentes do seu partido, que não havia luta nenhuma que se fizesse sem aliados e sem alianças²³⁵¹. Com base no princípio da ambígua neutralidade, Cabral tentou manter estreitas relações com todos os países, independentemente dos seus regimes. Pelo menos, foi nesta direcção que evoluíram, como já tivemos a oportunidade de verificar, as relações exteriores do PAIGC a partir de 1968. Os apoios e a atribuição (ou não) da ajuda passaram a determinar o tipo de relações e de alianças que o PAIGC deveria manter com os países favoráveis (ou não) à libertação da Guiné e Cabo Verde e que, por este facto, poderiam figurar, na opinião de Cabral, no rol dos países “amigos” ou “inimigos”²³⁵².

3.4. O auxílio exterior, a ética e a independência nas relações internacionais

Muito embora tenha defendido sempre que a luta de libertação nacional deveria basear-se no próprio esforço e sacrificio internos²³⁵³, Amílcar Cabral nunca descurou o facto de, para o desenvolvimento (e mesmo o sucesso) dessa luta, ser necessário contar com a ajuda do exterior. E isto porque, como não se cansava de repetir, embora a luta se

²³⁴⁸ *Idem, ibidem*, im. 80.

²³⁴⁹ *Idem, ibidem*, ims. 80-81.

²³⁵⁰ *Idem, ibidem*, ims. 80-81.

²³⁵¹ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do partido. 1. Luta do povo, pelo povo...”, pasta 4340.001, im. 87.

²³⁵² AMS, “Notre lutte est aussi un acte de solidarité. Intervention du camarade Amílcar Cabral à la séance d’ouverture de la Conférence Internationale de Solidarité avec les peuples des colonies portugaises (Rome 27-29 Juin 1970), PAIGC, pasta 4341.001, im. 103.

²³⁵³ Amílcar Cabral, “Fifty years...”, p. 97.

fizesse no interior do país e baseado no próprio esforço, os apoios tinham que vir do exterior²³⁵⁴. A situação das “colónias subdesenvolvidas” de Portugal, também ele “subdesenvolvido” e “atrasado”, não podia ter criado, na perspectiva de Cabral, condições para que a Guiné e Cabo Verde fabricassem armas, nem estas “províncias” possuíam ferro. Além do mais, tal como o próprio inimigo usufruía de ajuda exterior, designadamente da NATO, o PAIGC também precisava de apoios para fazer a luta armada. No entanto, para o líder nacionalista guineense e cabo-verdiano, o pedido e a reivindicação dessa ajuda devia obedecer a uma certa ética e independência: a de nunca pedir a ajuda de que se necessitava, mas esperar que os aliados, conscientemente, proporcionassem a assistência que pudessem dar à luta de libertação nacional²³⁵⁵.

É evidente que, para um movimento de libertação nacional como o PAIGC, qualquer ajuda era imprescindível, viesse donde viesse²³⁵⁶, não importando a origem de quem ajudava e muito menos a sua ideologia. Foi, de resto, no capítulo das ajudas que mais se evidenciou a ideia da neutralidade positiva defendida por Amílcar Cabral.

Ao longo dos onze anos de luta armada, a ajuda recebida pelo PAIGC foi de diversa proveniência: em primeiro lugar, dos países africanos; em segundo, dos países comunistas, com destaque para a China, numa primeira fase (1960/61), e posteriormente, para a União Soviética, no que dizia respeito ao treino de quadros e à ajuda material e financeira; em terceiro e último lugar, do apoio das organizações filantrópicas e comités de solidariedade criados em diversos países ocidentais. Em alguns casos, foram os próprios Estados, como já se viu, a assumirem este apoio, sob a forma de ajuda humanitária. Foi o caso da Suécia, da Noruega, da Dinamarca e da Finlândia.

No que dizia respeito aos países africanos, a ajuda era atribuída através do Comité de Libertação da OUA. Em 1967 e ao longo dos anos subsequentes, Cabral queixava-se da insuficiência desse auxílio para fazer frente a um inimigo que recebia cada vez maior apoio dos seus aliados²³⁵⁷. Nesse mesmo ano, por causa do conflito israelo-árabe, houve uma quebra significativa na ajuda material e financeira proveniente dos países árabes aos movimentos de libertação nacional, cujo auxílio passou a ser mais político e moral.

²³⁵⁴ AMS, Amílcar Cabral “Evolução e perspectivas da luta”..., pasta 4340.001, im. 159.

²³⁵⁵ Amílcar Cabral, “Fifty years...”, p. 97; e também AMS, “Décides a résister”, *Tricontinental*, Havana (Cuba), 1967, pasta 4322.005, im. 127.

²³⁵⁶ AMS, “A Unidade política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário-geral do partido, à 2.^a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP” (Dar-Es-Salaam – 3 a 8/10/1965), Departamento de Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros – Coleção “Discursos e Informações”, pasta 4602.038.

²³⁵⁷ AMS, “Décides a résister”, *Tricontinental*, Havana (Cuba), 1967, pasta 4322.005, im. 127.

A partir de Março de 1969, a ajuda da OUA foi mesmo suspensa²³⁵⁸, por falta de fundos, embora houvesse países, como a República da Guiné, da República Árabe Unida (RAU), de Marrocos, da Tanzânia e do Congo Brazzaville, que, de forma unilateral ou bilateral, mantiveram as suas contribuições.

Relativamente aos países comunistas, Cabral considerava a ajuda concedida aos movimentos de libertação, no âmbito da chamada “solidariedade biológica”, um dever e uma obrigação, decorrentes do facto de, a luta travada por estes, especialmente pelo PAIGC, ser, igualmente, em defesa dos países comunistas²³⁵⁹ que tinham emergido no mundo depois da Revolução de Outubro de 1917. De acordo com Cabral, era a consciência dos deveres históricos dos países comunistas, no plano internacional, que os levava a concederem um auxílio material, moral e financeiro à luta de libertação²³⁶⁰. No rol dos países comunistas considerados seus aliados históricos figuravam, no topo, a União Soviética, a China e Cuba e, secundariamente, a Checoslováquia, a Roménia, a Bulgária, a Hungria e a Alemanha Democrática.

Durante algum tempo, por uma questão táctica ou para evitar conotações ideológicas, nomeadamente com a União Soviética, Amílcar Cabral nunca assumiu publicamente que recebia a ajuda deste país. Só a partir de 1965 é que, aproveitando-se do facto de a própria ONU ter, explicitamente, declarado legítima a luta pela independência levada a cabo pelos movimentos de libertação, através da Resolução 2105 (XX)²³⁶¹, de 12 de Dezembro, o líder do PAIGC passou a reconhecer, abertamente, que recebia auxílio substancial dos soviéticos. Cabral estava, porém, consciente dos perigos deste apoio, pois não era capaz de esquecer a actuação, na Europa, em África, na Ásia e na América Latina, de uma nova forma de expressão do “imperialismo”: o “neocolonialismo”, cuja “ajuda”, atribuída aos países do chamado “Terceiro Mundo”, tinha como objectivo principal, na sua opinião, perpetuar a dominação política indirecta, paralisar o avanço das massas e a contribuir para a destruição dos Estados. O “neocolonialismo” representava, assim, para Cabral, uma derrota para os povos, o que justificava por si só, como já se viu, a íntima relação de cooperação que devia existir entre a luta da “classe operária” internacional e as “lutas de libertação nacional”.

²³⁵⁸ AMS, “Memorandum à la XVI^{ème} Session du Comité de Libération africaine”. Lusaka, janvier 1970, PAIGC, pasta 4343.002, ims. 53-54.

²³⁵⁹ AMS, “Décidés a résister”, *Tricontinental*, Havana (Cuba), 1967, pasta 4322.005, im. 128.

²³⁶⁰ AMS, “A Unidade política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário-geral do partido, à 2.^a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP” (Dar-Es-Salaam – 3 a 8/10/1965), Departamento de Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros – Colecção “Discursos e Informações”, pasta 4602.038.

²³⁶¹ UN-General Resolutions 2105 – XX, p. 111.

Ainda que o Comunismo e o Capitalismo fossem, na opinião do líder do PAIGC, a contradição principal do seu tempo, a necessidade de reforçar os laços com os países comunistas, em virtude do auxílio dispensado ao seu partido, não podia, nem devia ofuscar um outro princípio fundamental da “luta de libertação nacional”, que Cabral defendia nas relações com outros povos e Estados: “a independência do pensamento e da acção”²³⁶². A propósito afirmava o seguinte, no seminário de quadros, realizado em Conakry, em 1969: “Não devemos fazer concessões sobre os nossos princípios, seja no plano interno, na nossa vida interna, seja no plano externo, das nossas relações no campo exterior”²³⁶³.

Por isso, Cabral assegurava que o partido e a sua direcção deviam ser independentes, dentro e fora do país, na maneira de pensar e de resolver os problemas, embora concluísse que essa independência era sempre relativa. Numa outra palestra proferida no mesmo seminário de quadros observava: “Por exemplo, em muitas coisas que devemos decidir, temos que orientá-las um bocado conforme os interesses dos países vizinhos também, para podermos avançar”²³⁶⁴.

Cabral estava disposto a seguir, a qualquer preço, esse princípio que defendia. Chegou mesmo a declarar, na Conferência de Solidariedade de Roma, em 1970, que aqueles que lutavam pela liberdade e pela independência deviam ser os principais defensores do princípio da “independência do pensamento e da acção”²³⁶⁵, sobretudo para poderem receber a ajuda de todos. Esta posição de Amílcar Cabral não era nova. Já havia sido manifestada, meses antes, em Washington, quando afirmou que não aceitava nenhuma imposição ideológica²³⁶⁶ externa.

A China foi, sem dúvida, o primeiro país a atribuir a ajuda financeira e treino militar ao PAIGC, ainda a guerra não tinha começado. Mas, a partir da Tricontinental de Havana, em 1966, certamente devido às posições de neutralidade assumidas por Amíl-

²³⁶² Reunião do dia 26 de-5-68 – Assuntos externos [manuscrito], fl. 41.

²³⁶³ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do partido. 1. Nem toda a gente é do partido. 2. Democracia Revolucionária. 3. Ser fiel aos princípios”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 113.

²³⁶⁴ AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do partido. 1. Luta do povo, pelo povo, para o povo. 2. Independência de pensamento e de acção”, Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta, 4340.001, im. 86.

²³⁶⁵ “Un principe fondamental de notre lutte c’est le suivant: ceux qui luttent pour la liberté et indépendance doivent d’abord être indépendants en pensée et en action. Nous sommes décidés à suivre ce principe et sommes sûrs que tous nos amis de par le monde respecteront ce principe” (AMS, “Notre lutte est aussi un acte de solidarité. Intervention du camarade Amílcar Cabral à la séance d’ouverture de la Conférence Internationale de Solidarité avec les peuples des colonies portugaises (Rome 27-29 Juin 1970), Juin 1970, PAIGC, pasta 4341.001, im. 110).

²³⁶⁶ AMS, “Report on Portuguese Guinea and liberation Movement”, February 26, 1970, pasta 4343.002, im. 142.

car Cabral, decidiu suspender, ao longo de quase três anos, a ajuda que dava ao PAIGC. Apesar disso, no Congresso de Escritores Afro-Asiáticos que se realizou na província chinesa de Yenan, no mesmo ano, a delegação do PAIGC manteve a sua posição de neutralidade, aquando dos atritos que ali se verificaram, entre a China e a União Soviética.

Mesmo do ponto de vista ideológico, embora houvesse uma grande convicção entre os chineses de que a luta de libertação nacional da Guiné era orientada segundo o pensamento de Mao Tse-Tung, Amílcar Cabral nunca admitiu tal facto, pois estava convencido de que a ajuda chinesa tinha como objectivo principal transformar a Guiné independente em seu aliado incondicional²³⁶⁷. Cabral afirmava a propósito: “nós somos solidários, sim, na luta anti-imperialista, mas não nas conclusões”²³⁶⁸.

Em 1969, a própria PIDE, através de um informador considerado de relativa confiança, chegou a reportar a existência de desinteligências entre a China e Amílcar Cabral, por causa da cisão sino-soviética, que teria levado à suspensão do envio de quadros do PAIGC para cursos de formação naquele país, tudo “porque os chineses queriam que o Amílcar só a eles atendesse, o que ele não concordou”²³⁶⁹. Mais recentemente, Oscar Oramas admitiu que o conflito sino-soviético causou em Amílcar Cabral uma profunda irritação, pelo facto de ter afectado a luta de libertação dos povos, não deixando de responsabilizar, em privado, os chineses pelo exportar das disputas²³⁷⁰.

Cabral poupava assim, o seu principal aliado, a União Soviética, que, apesar de se ter mostrado particularmente zangada com as posições assumidas pelo líder do PAIGC, no decurso da Conferência Tricontinental de Havana, continuou a ajudar este partido.

Para além destas situações, Amílcar Cabral prestou muita atenção às manobras dos países que faziam depender o seu apoio da tomada de certas posições por parte dos movimentos de libertação. Por exemplo, a Coreia do Norte apoiava a luta, mas queria ser ela a orientá-la, o que Amílcar Cabral nunca aceitou.

A Albânia, país “socialista”, que Cabral considerava um dos “mais atrasados”, também pretendia fazer depender a sua ajuda de certas condições específicas como aconteceu na Jornada de Solidariedade de 3 de Agosto de 1967, em que pediam à delegação do PAIGC que condenasse o “revisionismo”, coisa que este partido, assim como várias delegações africanas, se recusaram a fazer.

²³⁶⁷ Reunião do Secretariado do dia 26-5-1968 – Assuntos externos [manuscrito], fl. 11.

²³⁶⁸ *Idem, ibidem*, fl. 11.

²³⁶⁹ IAN/TT-PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, NT 2675, Inf. 550 – SC/CI (2), Apoios Estrangeiros ao “PAIGC”, PIDE – Guiné, n.º 2, 29/5/ 1969, B-2, pasta 3, fl. 654.

²³⁷⁰ Oscar Oramas, *ob. cit.* p. 120.

De Cuba recebia muita ajuda material e técnica, mas também admitia que havia certa rigidez nas posições de Fidel Castro.

O líder do PAIGC queixava-se, igualmente, de certos países ocidentais, que condicionavam a atribuição da ajuda ao seu partido, pelo facto de receber auxílio dos países comunistas, o que era em certa medida interpretado como revelador da tendência ideológica de Amílcar Cabral e, quando não, acusavam-no de querer implantar um regime comunista na Guiné e em Cabo Verde. O seu adversário directo (o Governo português), doutrinariamente anticomunista, acreditava nesta ideia. Retenha-se que, num discurso proferido perante a Assembleia Nacional, em finais de 1968, Marcelo Caetano, acusava Cabral de ser agente do “Comunismo Internacional”, que queria, por exemplo, a independência de Cabo Verde para a entregar depois aos comunistas, pondo em perigo a segurança dos países ocidentais²³⁷¹.

A insistência de Marcelo Caetano e do Governo português em relação a esta matéria levou Charles C. Diggs, Presidente do Sub-comité para a África do Comité dos Negócios Estrangeiros da Casa de Representantes, a confrontar Cabral com este assunto, a 26 de Fevereiro de 1970. Em jeito de resposta Cabral reiterou as posições já anteriormente assumidas, afirmando que a condição para receber ajuda era que não devia “haver condições”²³⁷². E deixou mesmo um sério aviso, aos seus aliados históricos, de que passaria à acção contra qualquer tentativa futura de domínio:

If tomorrow, for any reason, some country because of giving us support, should try to dominate us, we will fight again against this country like we fight today against the Portuguese domination. That is our position²³⁷³.

Quatro meses mais tarde, idêntica posição seria por si tomada, aquando da Conferência de Solidariedade realizada em Roma²³⁷⁴. A libertação de um povo, segundo Cabral, não dependia da proveniência dos meios materiais ou do condicionamento desse apoio a imposições ideológicas ou outras²³⁷⁵. Aliás, o Secretário-geral do PAIGC sabia que a excessiva dependência em relação às ajudas externas podia destruir, como defen-

²³⁷¹ AMS, “Mensagem do Ano Novo do Secretário-geral do partido camarada Amílcar Cabral”, Janeiro de 1969, Conakry, Comissão de Informação e Propaganda, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4341.001, im. 68.

²³⁷² AMS, “Report on Portuguese Guinea and the Liberation Movement”, February 26, 1970”, 4343.002, im. 145.

²³⁷³ *Idem, ibidem*, im. 145.

²³⁷⁴ AMS, “Notre lutte est aussi un acte de Solidarité...”, pasta 4341.001, im. 110.

²³⁷⁵ Aristides Pereira, “O perfil de Amílcar Cabral...”, p. 51.

diam Maryinez L. Hubbard²³⁷⁶ e Galula²³⁷⁷, as conquistas da luta de libertação, nomeadamente o célebre princípio de “independência do pensamento e da acção”.

Num outro documento, de saudação ao PCP, por ocasião do seu 50º aniversário, publicado no jornal comunista *Avante*, em 1971, Cabral refutava aquilo que considerava “propaganda colonial-fascista”, que o acusava de querer implantar o Comunismo na Guiné e Cabo Verde. Ainda em resposta tardia às declarações de Marcelo Caetano perante a Assembleia Nacional, Cabral escrevia:

Nós não estamos a lutar para instalar o Comunismo na nossa terra nem para nos submetemos a qualquer dominação estrangeira... nós estamos a lutar – e isso sabe-o cada dia melhor o povo de Portugal – pela independência do nosso povo do jugo colonial, pela independência da nossa pátria africana, para que o nosso povo seja senhor do seu próprio destino²³⁷⁸.

Mesmo a nível da OUA, Cabral também se opunha, veementemente, à instrumentalização levada a cabo no interior dessa organização continental, sobretudo no que dizia respeito à criação de comissões com poderes bastantes para decidir sobre certos assuntos, tais como a elaboração de planos de acção²³⁷⁹, que deveriam ser considerados da competência dos movimentos de libertação.

Em virtude das suas posições de princípio nessa matéria, num artigo publicado, a 20 de Maio de 1972, no *Evening Star* de Londres, Larry Heizerling, que havia visitado as “áreas libertadas” pelo PAIGC, escrevia o seguinte à respeito de Amílcar Cabral:

Apesar da sua ideologia marxista e da sua substancial dependência do auxílio militar soviético, diplomatas ocidentais de categoria elevada, colocados em África, concordam que Cabral é a imagem de um chefe popular, independente, cuja causa está para além da discussão²³⁸⁰.

3.5. O lançamento de acções de guerrilha urbana a partir de 1968

A estratégica de Amílcar Cabral passava também pelo aumento das actividades militares, nomeadamente de ataques aos centros urbanos para dar a imagem de que a guerrilha controlava as áreas rurais só lhe restando as cidades principais.

²³⁷⁶ Maryinez L. Hubbard, “Culture and History in a Revolutionary Context: Approches to Amilcar Cabral” *Ufahamu*, III (3), African Studies Center University of California, 1973, p. 78.

²³⁷⁷ *Apud* Baljit Singh e Mei, *ob. cit.*, p. 18.

²³⁷⁸ *Avante*, n.º 427 (Especial), Ano 41, série – VI, órgão central do Partido Comunista Português, 8 de Março 1971, p. 7.

²³⁷⁹ Reunião do Secretariado do dia 26-5-1968 – Assuntos externos [manuscrito], fl. 32.

²³⁸⁰ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 464 PAA, “Organizações Nacionalistas – PAIGC/PAIGCV”, Ofício 14/6 RM/JC de António Vaz Pereira ao Ex.^{mo} Senhor Director do Gabinete dos Negócios Políticos Ministério do Ultramar, Lisboa, 19 de Junho de 1972.

Desde o início da guerra, em 1963, não se tinha registado ainda nenhum ataque importante aos centros urbanos. Cabral era, então, contrário à estratégia adoptada na América Latina, no Vietnam ou em Angola pela União das Populações de Angola (UPA), em Abril de 1962.

Tal como já o demonstrou Thomas H. Henriksen²³⁸¹, o líder do PAIGC punha em causa o mito da aplicabilidade universal do modo de fazer a guerra, pois admitia que todas as guerras tinham características gerais e específicas, podendo ser assimiladas e aplicadas, do ponto de vista teórico e prático, em diferentes espaços, somente enquanto experiências. Neste sentido, toda a guerra implicava, portanto, um certo grau de empirismo. De acordo com Cabral, não era “necessário inventar” aquilo que já estava inventado, mas “criar, nas condições concretas” em que a luta era feita²³⁸². Por exemplo, o facto da guerrilha urbana ter tido sucesso na América Latina, não significava, no seu ponto de vista, que se obteria os mesmos resultados na Guiné uma vez aplicado idêntico modelo. Cabral mostrava-se prudente na hora de imitar as experiências dos outros países. Para ele, a elaboração dos princípios teóricos e das estratégias exigia, antes de mais, o conhecimento da realidade, geográfica, histórica, económica, social e cultural, cientificamente concebida²³⁸³, de modo a distinguir o essencial do acessório, o permanente do temporário.

Familiarizado com o ponto de vista defendido por Carlos Marighella, segundo o qual a luta se desenvolvia da cidade para o campo, Cabral afirmava que cada situação tinha “a sua própria solução” e que se deveria “respeitar o mais elevado princípio da luta de libertação nacional” que era, nas suas palavras, “ter em consideração a experiência dos outros”, mas criar de acordo com as próprias condições²³⁸⁴.

No que dizia respeito ao lançamento da guerrilha urbana na Guiné, em finais de 1965, Cabral propunha levar a acção armada aos centros urbanos (cidades e vilas), principalmente Bissau²³⁸⁵, com um duplo objectivo: criar insegurança ao inimigo e “mostrar à população” que o PAIGC estava decidido a libertar todos os pontos da Guiné e assim provar que, na realidade, como dizia Cabral, em crioulo, «Lala Quema Kau di sucundi Ka tem» [«A savana ardeu e não há lugar para esconderijo»]²³⁸⁶. Em 1967, numa entre-

²³⁸¹ Thomas H. Henriksen, “People’s war...”, *The Journal of Modern African Studies*, vol. 14, nº 3, London, Cambridge University Press, September 1976, pp. 377-399.

²³⁸² “Uma luz fecunda...”, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, p. 217.

²³⁸³ *Idem, ibidem*, p. 217.

²³⁸⁴ Amílcar Cabral, “Optimistic Fighter”, *Tricontinental*, Habana (Cuba), June – October 1970, p. 169.

²³⁸⁵ FAC (Praia-Cabo Verde), “Organizar melhor as nossas forças armadas agir e reforçar sempre a nossa acção”, Do camarada Amílcar Cabral..., In *Palavras de Ordem*, Novembro de 1965, p. 5 C.

²³⁸⁶ *Idem, ibidem*. “Lala Quema” deu título a um filme produzido nos primórdios de 1964 pelo Secretariado de Informação e Propaganda do PAIGC, com a realização de Mario Marret. A estreia teve lugar em

vista concedida à revista *Tricontinental*, tendo em conta os avanços da luta em 1966, Cabral considerava que não havia nenhum motivo para se agir contra os centros urbanos²³⁸⁷, a não ser contra os objectivos militares. O uso do terror contra os inimigos devia ainda ser selectivo. Na sua opinião, a Guiné era uma colónia de comércio e não de povoamento, como Angola e Moçambique, e os portugueses que lá viviam eram simples funcionários administrativos ou comerciantes, que, inclusivamente, haviam adoptado, desde o início, uma postura de indiferença relativamente à luta de libertação²³⁸⁸. Por isso, não havia necessidade de agir contra os civis portugueses, mas sim contra os militares e as infra-estruturas do exército português.

Mas, a situação jurídica que perseguia obrigou-lhe a fazer uma inflexão também no campo da estratégia militar. A partir de 1968, Cabral tudo fez para fazer progredir a guerrilha urbana e deste modo passar para o exterior a imagem de que, em virtude dos avanços verificados no terreno (conquista do espaço rural, da população e da implantação das “hierarquias paralelas”), a guerra tinha entrado na última fase – a do movimento –, transferindo-se agora para os centros urbanos, último reduto das forças ocupantes. Isto acontecia numa altura em que a tendência era para a eliminação de bases permanentes, a favor de uma cada vez maior mobilidade das unidades militares²³⁸⁹. É curioso constatar como esta mudança de atitude por parte de Amílcar Cabral, similar à que Mao havia adoptado na guerra contra o Japão, em 1938²³⁹⁰, também viria a ser assimilada por Spínola, recém-chegado à Guiné, ao optar pela concentração de forças e pelo abandono de regiões pouco povoadas. A “libertação” de zonas e a consequente criação de mecanismos de autodefesa haviam permitido maior liberdade e mobilidade a certas unidades do exército regular do PAIGC, que ficaram, assim, em condições de passar a efectuar missões mais constantes à retaguarda do inimigo, nomeadamente nos centros urbanos.

O primeiro sinal a marcar o início de tímidas acções de guerrilha urbana teve lugar, a 28 de Fevereiro de 1968, com o ataque ao aeroporto militar de Bissalanca (Bissau), por um comando dirigido por André Gomes e Joaquim Nkom²³⁹¹, numa acção cuidadosamente preparada pelo próprio Amílcar Cabral. Este ataque ocorreu 21 dias depois do Presidente da República, Américo Tomaz, ter visitado a Guiné e, sensível-

1965.

²³⁸⁷ AMS, “Décidés à résister”, *Tricontinental*, Havana (Cuba), 1967, pasta 4322.005, im. 118.

²³⁸⁸ *Idem, ibidem*, im. 118.

²³⁸⁹ Amílcar Cabral, “Optimistic Fighter”, *Tricontinental*, Habana, June – October 1970, p. 170.

²³⁹⁰ Vide Mao Tsé-Tung, *Problemas da Guerra e da Estratégia*. Tradução: L. M. Vaz Alves, Lisboa, Edições J. Bragança, Cadernos Maria da Fonte, n.º 4, 1975, pp. 21-34.

²³⁹¹ O comando que atacou o aeroporto de Bissau foi condecorado, pouco depois, por Amílcar Cabral, numa reunião com os responsáveis do Norte (FAC – Praia – Cabo Verde, Reunião com os responsáveis sobre o ataque ao aeroporto de Bissau. Condecoração do grupo).

mente, dois meses depois de, a 17 de Janeiro, num documento interno distribuído às delegações do *Bureau* Político, aos comandos das frentes e a todos os responsáveis político-militares do partido, Amílcar Cabral os ter incitado a mandar para os centros urbanos gente corajosa para agirem contra as autoridades portuguesas, aproveitando a visita de Américo Tomaz²³⁹². A ideia era criar um clima de instabilidade e insegurança nos centros urbanos durante a visita que ele considerava “uma tentativa de insulto” à dignidade do povo guineense, de “provocação” para os seus combatentes e de “desafio” ao seu “grande partido”²³⁹³. A situação repetiu-se quando, em Março de 1969, voltou a insistir nos ataques aos centros urbanos, por ocasião da projectada visita do novo Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, à província. Foi, por causa dos avisos de Amílcar Cabral de que não toleraria outra visita de um alto dignitário do regime do Estado Novo à Guiné, que, um mês após a sua tomada de posse como Governador da Província e como medida preventiva, o General Spínola (a 19 de Junho) elaborou uma directiva respeitante à defesa da ilha de Bissau.

Cabral não podia ter sido mais explícito relativamente à sua nova orientação militar como num discurso proferido em 1969:

Nós devemos ser capazes de agir nos centros urbanos, infiltrando gente armada nos centros urbanos, gente armada sem ter farda, como os camaradas fizeram em Biambi, em Bula, em que entraram disfarçados de camponeses com as suas granadas e armas, e reben-taram carros blindados e os tugas que estavam lá, diante do mercado²³⁹⁴.

A nova tática de infiltração de comandos armados à paisana ou de aproveitamento dos “patriotas”, que viviam clandestinamente nos centros urbanos para levarem a cabo essas acções, fazendo lembrar os guerrilheiros *vietcongs* e argelinos, atraía agora Amílcar Cabral, o que pode indiciar também uma certa fraqueza por parte da própria guerrilha, se seguirmos a opinião de Chaliand, segundo a qual, quanto mais se debilita a guerrilha, maior é a tentação de recurso ao terrorismo urbano²³⁹⁵. Cabral redigiu mesmo um documento específico intitulado “Para o desenvolvimento das acções nos centros urbanos”, a propósito do qual admitiu, mais tarde, o seu fracasso, por não ter produzido nenhum resultado sério. É que, de 1969 a 1971, só houve um total de 26 ataques²³⁹⁶ aos

²³⁹² Carta de Amílcar Cabral às Delegações Permanentes do *Bureau* Político. Aos Camaradas das Frentes. A todos os responsáveis político-militares do partido. Conakry, 17 de Janeiro de 1968 (Apêndice documental, doc. n.º 41).

²³⁹³ *Idem, ibidem*.

²³⁹⁴ “Para a melhoria das nossas forças armadas”, in *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral, Prática revolucionária...*, p. 66.

²³⁹⁵ Gérard Chaliand, *Terrorisme et guérillas...*, pp. 78-79.

²³⁹⁶ AMS, Amílcar Cabral, “Conférence de Press tenue a Alger le 28/4/71, pasta 4841.002, im. 14.

principais centros urbanos (Bafatá, Bissau, Bolama e Gabú e novamente a Bissau, em Abril de 1971), a grande maioria deles registados em 1970, sem grandes resultados²³⁹⁷. Ainda assim, para Cabral, foram “muito importantes no plano político e psicológico”²³⁹⁸.

3.6. À *caminho da proclamação do Estado da Guiné*

A partir de Maio de 1968, Cabral contava proclamar unilateralmente o Estado da Guiné para, a nível internacional, colocar Portugal numa posição difícil e embaraçosa de país agressor, numa altura em que muitos países começavam a ser favoráveis à ideia da independência. A União Soviética e a Jugoslávia, que haviam sido alegadamente informadas dos planos de Amílcar Cabral, tê-lo-iam apoiado incondicionalmente. Faltava-lhe, apenas, o apoio dos países africanos com os quais contava negociar - designadamente o Mali, a Argélia e a República Árabe Unida (RAU) - o eventual reconhecimento do novo Estado, a troco de acordos de auxílio mútuo em caso de agressão exterior. Como já se viu, Cabral não pensava constituir um Governo provisório, apesar de seguir uma estratégia em tudo idêntica à adoptada pela Frente de Libertação do Vietname do Sul, que levara à formação, em 1969, do Governo Revolucionário Provisório (GRP). De acordo com o Adido Militar de Portugal em Washington, esta estratégia teria sido sugerida pelas autoridades de Moscovo²³⁹⁹, embora Cabral se mostrasse avesso, desde 1963, a essa ideia porque, em sua opinião, tal decisão, num período de guerra, traria divisões internas, quando o que se procurava era a coesão²⁴⁰⁰.

Desde a situação criada, em Agosto de 1963, com a Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING) em Dakar, o líder do PAIGC nunca mais voltara a equacionar a questão da formação de um Governo no exílio, até pela consciência que tinha de que isso poderia provocar grandes discórdias no seio dos movimentos de libertação seus rivais, nomeadamente a FLING, que em nada seriam benéficas para a evolução da “luta armada de libertação nacional” contra o colonialismo português²⁴⁰¹ no interior da Guiné. Ao invés, Cabral pensava na formação de um Conselho de Estado, sem

²³⁹⁷ Amílcar Cabral, “Optimistic Fighter”, *Tricontinental*, Habana, on the March 19/20 Juin – Oct. 1970, p. 170

²³⁹⁸ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, *Le Progress*, n.º 627, de 23 de Setembro de 1971, maço, 458, pasta 4.

²³⁹⁹ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, “Relatório de Notícia do Adido Militar e Aeronáutico em Washington”, Relatório n.º 39/RN/RB, de 3 de Março de 1970, Reservado. Assunto: PAIGC (Amílcar Cabral), maço 458, pasta 1.

²⁴⁰⁰ “Guinée «portugaise»: entretien avec Amilcar Cabral. Un tiers d’indépendance”, par Dominique Desanti, *Jeune Afrique*, n.º 185-25, Paris, mai 1964, p. 21.

²⁴⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 21.

ministros, constituído pela direcção do partido, por se tratar de uma “situação especial” de excepção, pois considerava que a situação em que se encontravam era a de um “Estado” “agredido”²⁴⁰². O líder guineense e cabo-verdiano estava convencido de que, com a nova situação, obteria o indispensável apoio e o reconhecimento dos países africanos, asiáticos e latino-americanos. Uma vez conseguida a independência, a Guiné poderia candidatar-se à ONU, o que, segundo ele, colocaria Portugal num grande dilema: “sair [da ONU, entenda-se] e ficar fora da lei ou ficar, reconhecendo a independência do país”²⁴⁰³. Desta maneira, o novo Estado dirigido pelo seu partido ficaria em condições de, no quadro da legalidade internacional, “agir com mais força contra os portugueses”²⁴⁰⁴, nomeadamente afundar navios portugueses que violassem as águas territoriais da Guiné e até, em caso de necessidade, recorrer ao auxílio de pilotos e aviões estrangeiros, cedidos voluntariamente pelos seus aliados, para atacar Lisboa. Recorde-se ainda que, em 1965, havia avançado, aquando da reunião da CONCP, em Dar-Es-Salaam, uma proposta no sentido de transferir a guerra para o território português²⁴⁰⁵. Com efeito, num documento que acabou por ser retirado da versão final da reunião, Cabral propunha que, no âmbito da CONCP, se atacasse, em Portugal, as infra-estruturas que alimentavam a guerra em África. E acrescentava:

Eis a questão que vamos pôr na nossa conferência. Estamos convencidos de que isto não é um sonho: é um acto possível; é preciso estudar, ver se é preciso resolvê-lo e como resolvê-lo. Se os nossos aliados actuam como actuam os de Portugal, estamos persuadidos de que as forças fundamentais dos nossos países serão suficientes, com os nossos fracos meios, para destruir a infra-estrutura que alimenta e mantém a guerra do Governo português contra os nossos povos²⁴⁰⁶.

Esta posição de Amílcar Cabral, a favor da radicalização da guerra, não era um mero discurso com fins propagandísticos. Ainda que fosse algo difícil de concretizar, Cabral estava determinado em levar por diante esta ameaça, se acaso a proposta tivesse tido o apoio dos seus companheiros das outras colónias portuguesas. Tal não parece ter acontecido. Apesar disso, a ideia não foi abandonada. Em 1971, numa visita efectuada a Londres, entre 25 a 29 de Outubro de 1971, admitiu que o objectivo não era conquistar Portugal, mas que não punha de parte a ideia de lançar ataques em Lisboa²⁴⁰⁷.

²⁴⁰² Reunião do dia 26-5-68 – Assuntos Exteriores [manuscrito], fl. 19.

²⁴⁰³ *Idem, ibidem*, fl. 21.

²⁴⁰⁴ *Idem, ibidem*, fl. 19.

²⁴⁰⁵ *Vide* João Paulo Guerra, *ob. cit.*, p. 103.

²⁴⁰⁶ *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A prática revolucionária. Unidade e Luta II*, volume II, Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 172.

²⁴⁰⁷ Amílcar Cabral, “Our people are our mountain’s”, by William J. Pomery, *World Magazine*, 4, De-

Relativamente ao uso da força contra os navios portugueses, de facto, Cabral havia estado em Moscovo, em Abril de 1968, ocasião que aproveitou para solicitar aos dirigentes soviéticos, equipamento para a constituição de seis unidades navais com aquele objectivo²⁴⁰⁸.

Por outro lado, uma das consequências imediatas da situação nova que Cabral planeava criar era que os portugueses que se encontravam na Guiné passariam a ser automaticamente “considerados prisioneiros”²⁴⁰⁹. Para a concretização deste plano, seria de todo conveniente fazer-se um grande trabalho diplomático, junto dos Estados vizinhos, no seio da OUA, designadamente do seu Secretário-geral, e do Comité de Libertação, dos países comunistas e de alguns estados ocidentais (Finlândia, Dinamarca, Noruega e Suécia).

Internamente, Cabral contava convocar um congresso, ainda no decurso daquele ano, no qual se apoiaria o plano da direcção do partido em relação a esta matéria fundamental. Posteriormente, as decisões do congresso seriam ratificadas pela Assembleia Nacional Popular, no final do ano. Caberia depois a este órgão delegar a autoridade na direcção do partido, para decidir, já em 1969, a proclamação da independência²⁴¹⁰.

Mas, o congresso, inicialmente previsto para o ano de 1968, acabou por ser adiado para o ano seguinte, devido a problemas internos e externos. Efectivamente, só a 13 de Janeiro de 1969 Amílcar Cabral enviou directivas às delegações do *Bureau* Político (BP) com ordens expressas para se constituírem equipas no sentido de procederem, de forma imediata, ao recenseamento da população nas “áreas libertadas”, o mais tardar até Abril, tendo em vista a formação da Assembleia Nacional Popular ainda durante aquele ano²⁴¹¹. A selecção de candidatos devia ser feita, no quadro das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), em cada uma das três frentes de luta, no seio da população e dos militantes exemplares e de prestígio. As eleições deveriam ter lugar, o mais tardar, até ao mês de Maio, porém, devido a vários reveses internos, o recenseamento da população²⁴¹² e a eleição dos delegados também não chegou a concretizar-se, pelo menos no período para o qual tinha sido agendado.

Um dos obstáculos encontrados foi justamente o do lançamento de acções de guerrilha em Cabo Verde, o que era visto por Amílcar Cabral como absolutamente

ember 1971.

²⁴⁰⁸ Vide “Liste du materiel et moyen demandés”, (cont.), Amílcar Cabral, Secrétaire Générale, Moscou, le 6 avril 1968 (Apêndice documental, doc. n.º 43).

²⁴⁰⁹ *Idem, ibidem*, fl. 20.

²⁴¹⁰ *Idem, ibidem*, fl. 20.

²⁴¹¹ Carta de Amílcar Cabral [dactilografada], as Delegações do *Bureau* Político, Conakry, 13 de Janeiro de 1969 (Apêndice documental, doc. n.º 42).

²⁴¹² Chegaram a ser produzidos impressos com esse objectivo (*vide*, Apêndice documental, doc. n.º 47).

necessário, até porque estava convencido de que poderia tomar algumas ilhas em poucos meses e até mesmo em poucos dias²⁴¹³. Para isso foram feitos preparativos para o desembarque e solicitaram-se os indispensáveis apoios a Moscovo, designadamente um barco (civil ou militar) e treino especializado para os quadros cabo-verdianos²⁴¹⁴.

No entanto, apesar das dificuldades e contratemplos, Cabral nunca desistiu do seu plano de desembarcar em Cabo Verde. Em Fevereiro de 1969, depois de uma missão a Khartoum, Cairo, Alger e clandestinamente a Genève, Cabral escrevia a Pedro Pires, comunicando-lhe que tinha uma “grande notícia” para lhe dar em relação aos “meios para o avanço da luta em Cabo Verde”, mas que lhe daria “de viva voz”²⁴¹⁵. Sem se saber exactamente a que notícia Cabral se referia, apenas podemos afirmar que o lançamento da guerrilha no arquipélago jamais seria concretizado, o que, por sua vez, criou entraves à materialização da unidade enquanto projecto político, como em parte defende António E. Duarte Silva²⁴¹⁶. Estas dificuldades reavivaram algumas críticas que já eram feitas em 1963, isto é, as de que o PAIGC estava a fazer “tanto para a Guiné e tão pouco para Cabo Verde”²⁴¹⁷. A resposta de Cabral era a de que a luta em Cabo Verde não estava “mais atrasada que a luta na Guiné”²⁴¹⁸, simplesmente estavam em fases distintas. No primeiro caso (Cabo Verde), Cabral admitiu que a luta ainda estava numa fase política, enquanto no segundo caso (Guiné), estava na fase armada. O certo é que a luta em Cabo Verde jamais passaria da fase política, o que, de acordo com Humberto Cardoso, originou “uma progressiva «guineização» da organização, tanto a nível de efectivos como de símbolos, valores e referências”²⁴¹⁹. Aquele autor ainda admitiu que foram os guineenses “a fornecer grande parte do esforço de guerra, em termos humanos”, enquanto os cabo-verdianos asseguravam sobretudo “a direcção da organização e as relações do partido com o exterior”.

Efectivamente, como já se disse, até finais de 1971, não se registou nenhuma alteração no que dizia respeito à projectada proclamação do Estado da Guiné, que Amílcar Cabral vinha anunciando desde 1967. Apesar do ritmo lento em que o processo, por

²⁴¹³ Reunião do dia 26-5-68 – Assuntos Exteriores [manuscrito], fl. 22.

²⁴¹⁴ “Liste du matériel et moyens démandes”, (cont.), Amílcar Cabral, Secrétaire Générale, Moscou, le 6 avril 1968. Apenas temos a Segunda página (Apêndice documental, doc. n.º 43).

²⁴¹⁵ Carta de Amílcar Cabral [dactilografada], ao caro camarada [Pedro] Pires, Conakry, 7 de Fevereiro de 1969 (Apêndice documental, doc. n.º 44).

²⁴¹⁶ António E. Duarte Silva, *ob. cit.*, p. 55.

²⁴¹⁷ AMS, “Comunicado. O desenvolvimento de luta em Cabo Verde, reunião de quadros responsáveis”, 17 a 20 de Julho de 1963 – Dakar, PAIGC, pasta 4340.003, im. 25.

²⁴¹⁸ *Idem, ibidem*, im. 27.

²⁴¹⁹ Humberto Cardoso, *O partido único em Cabo Verde*, Praia, Imprensa Nacional, 1993, p. 13; e também António E. Duarte Silva, *ob. cit.*, p. 55.

vezes, avançava, Cabral continuava a vislumbrar uma saída ao fundo do túnel²⁴²⁰. A única questão radicava ainda no tempo considerado adequado para forjar essa saída. Obtido o reconhecimento do PAIGC e legitimada a luta pela independência faltava o reconhecimento da existência do Estado que aquele também representava. A questão da proclamação desse Estado e os eventuais apoios com que podia contar não dependiam (e em boa verdade nunca dependeram) da vontade expressa dos povos da Guiné e Cabo Verde, de Amílcar Cabral ou do seu PAIGC, muito embora lhe coubesse a importante missão de criar as condições internas para a sua concretização. Julgamos que a ausência dessas condições, no plano concreto, teria estado por detrás do abandono da ideia da realização de um congresso que, como já se viu, se destinaria a apoiar os planos da direcção do partido relativamente à independência e que Cabral havia anunciado para 1968. Faltavam ainda reunir os indispensáveis apoios externos.

Outro ponto alto do reconhecimento internacional foi logrado com a audiência concedida por Sua Santidade, o Papa Paulo VI, em Junho de 1970, aos três líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas (Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos), provocando uma grande crispação nas relações entre a Santa Sé e o Governo português.

Já abordámos, a seu tempo, alguns dos motivos que inviabilizaram a proclamação do Estado, entre 1967 e 1970. Só em 1971 é que o Conselho Superior de Luta (CSL), finalmente tomou a importante decisão de convocar eleições para a escolha de delegados, com vista a constituição da Assembleia Nacional Popular.

Nos primórdios de Dezembro de 1971, iniciava-se, em todas as “regiões libertadas”, uma campanha de esclarecimento e de sensibilização que se prolongaria, ao longo de todo o ano de 1972. As eleições acabaram por se realizar, entre fins de Agosto e princípios de Outubro. O próprio Amílcar Cabral anunciava, durante uma passagem pela capital sueca (Estocolmo)²⁴²¹, as diligências que estariam a ser feitas com essa finalidade. Há muito que considerava reunidas as condições internas para a aquisição da personalidade jurídica internacional. Nas “áreas libertadas” funcionava já uma “administração paralela” e havia, desde 1968, uma proto-diplomacia activa no plano internacional reconhecida, de resto, pela OUA e pela Santa Sé.

Com estes sucessos diplomáticos, Cabral admitia que, do ponto de vista político e militar, era necessário acelerar a fundo, mas sem correr muito depressa. Numa mensa-

²⁴²⁰ AMS, “Nous ne sommes pas le mendiant de la liberté”, *Jeune Afrique*, L’Editorial de Simon Malley, Paris, septembre 1974, pasta 4360.006, ims. 5-6.

²⁴²¹ AMS, “Salutations du PAIGC au XXV^{ème} Congrès ordinaire du Parti Social Démocrate de Suede”, Stockholm, 3-10-1972, pasta 4341.002, im. 162.

gem de Ano Novo de Janeiro de 1972, publicada pelos Serviços de Informação do PAIGC, com o título sugestivo de “Vamos acelerar a liquidação total do colonialismo português em 1972...”, Cabral ameaçava intensificar a acção armada em todas as frentes, inclusivamente nos centros urbanos e zonas ocupadas da Guiné, com a utilização de armamento e meios militares ainda mais poderosos. Além do mais, prometia avançar com a luta em Cabo Verde, anunciava a criação dos Conselhos Regionais e da Assembleia Nacional Popular da Guiné, bem como a sua intenção de “abrir novas perspectivas à evolução da luta”²⁴²². Por seu turno, em conferência de imprensa proferida em Argel, ainda no mês de Janeiro de 1972, confirmava que: “a guerra da Guiné e Ilhas de Cabo Verde havia chegado à sua fase final”²⁴²³. A actuação posterior de Amílcar Cabral veio demonstrar que o líder revolucionário não desejava prolongar o conflito por muito mais tempo. Nos inícios de 1972, circularam, em Lisboa, rumores sobre a existência de mísseis entre os guerrilheiros de Amílcar Cabral, os quais rapidamente chegaram à imprensa mundial, dando título a notícias acerca da guerra em curso na Guiné²⁴²⁴. A própria DGS vinha coleccionando informações relativamente a uma arma até então desconhecida do exército português. Tratar-se-iam dos mísseis terra-ar “Strella”, que Cabral havia solicitado a União Soviética? Certamente. É muito provável que aquela arma tivesse chegado aos guerrilheiros em finais de 1971 ou em Janeiro de 1972. Graças a este apoio recebido do seu aliado principal, Cabral agendou para Setembro de 1972, a realização de uma grande ofensiva militar, antes das reuniões da Assembleia-geral e do Conselho de Segurança da ONU previstas, respectivamente, para os meses de Outubro e Novembro, que viesse complementar as vitórias já alcançadas a nível político-diplomático.

Cabral preparava-se para proclamar a independência da Guiné, mas as principais cidades continuavam nas mãos dos portugueses. Assim sendo, três soluções se apresentavam a Amílcar Cabral, segundo Nam-Less-Dia, da *Jeune Afrique*²⁴²⁵: avançar para a proclamação do Estado e criar depois uma capital revolucionária; conquistar as cidades, a exemplo do que tentaram, em 1968, os *vietcongs*, com a “ofensiva Tet”, na sequência da qual, importantes cidades do Vietnam do Sul (Saigão e Phnom-Penh) foram ocupadas pelos guerrilheiros no Norte, e por último, proclamar a independência, o que legiti-

²⁴²² “Vamos acelerar a liquidação total do colonialismo português em 1972, para libertarmos o homem africano da Guiné e Cabo Verde de toda a espécie de opressão, para construirmos uma sociedade justa, baseada na nossa própria história e nas realidades da nossa terra, mas aberta a todas as conquistas da humanidade no caminho do Progresso”. Mensagem do Camarada Amílcar Cabral ao nosso povo e aos combatentes e militantes, por ocasião do Ano Novo, Janeiro 1972.

²⁴²³ *Idem, ibidem*.

²⁴²⁴ *Vide*, por exemplo, o título “Lanzacohetes tienen patriotas de Guinea”, *La Nation*, Santiago, 29 de Janeiro de 1972.

²⁴²⁵ Nam Less-Dia, “Après une indépendance”, *Jeune Afrique*, n. ° 660, Paris, 1^{er} septembre 1973, p. 5.

maria a protecção militar por parte das Nações Unidas ou de outras forças estrangeiras que, ao lado do PAIGC, assaltariam então o último reduto das forças ocupantes. Não acreditamos, porém, que, por exemplo, as Nações Unidas se dispusessem a assumir aquele papel. Por outro lado, já vimos que Cabral nunca foi apologista de uma intervenção militar das Nações Unidas, na mira de evitar a experiência negativa do Congo, e muito menos estava interessado em proclamar o Estado e criar uma capital revolucionária. A aposta de Cabral foi toda ela centrada na ofensiva geral para conquistar as cidades ou pelo menos isolá-las. Mas, este assunto era também melindroso e bastante complexo. Talvez por isso mesmo, tenha preferido suspender, temporariamente, a ofensiva e apostar, por mais algum tempo, na via diplomática. De resto, esta projectada ofensiva só veio a ser concretizada postumamente, em Março de 1973, e baptizada com o nome de “Operação Amílcar Cabral”, em homenagem ao líder entretanto assassinado.

Ao longo do ano de 1972 assistiu-se ao incremento da acção diplomática de Amílcar Cabral na tentativa de isolar o regime de Marcelo Caetano e, assim, granjear apoios políticos para uma eventual proclamação da independência da Guiné. Em Janeiro/Fevereiro de 1972, Cabral visitou a Finlândia e os Estados Unidos. Ainda em Fevereiro, assistiu e foi ouvido na histórica sessão do Conselho de Segurança da ONU, a primeira realizada no continente africano (Addis-Abeba), correspondendo a um pedido da OUA. Foi na referida reunião que o Presidente do Comité de Libertação daquela organização, o tanzaniano Salim A. Salim, propôs ao Conselho de Segurança o envio de uma missão às “regiões libertadas” da Guiné, no seguimento de um anterior convite que Amílcar Cabral havia endereçado à Assembleia-geral. No decurso da reunião, Cabral aproveitou a oportunidade para sugerir ao Conselho de Segurança a marcação de uma data limite para a retirada dos “colonialistas portugueses” e a apresentação de propostas concretas de negociações com Caetano, sob os auspícios das Nações Unidas²⁴²⁶.

Cabral havia agendado a proclamação do Estado para pouco antes da conferência internacional, em apoio às vítimas do colonialismo e do *apartheid*, inicialmente marcada para fins de Março de 1973, em Oslo²⁴²⁷, mas que acabou por se realizar, de 9 a 14 de Abril, já depois do assassinato de Amílcar Cabral. A ideia era obter o imediato apoio desta conferência e da OUA – que deveria reunir-se em Maio – e dos Países Não-Alinhados, cujo encontro estava marcada para o mês de Setembro de 1973.

²⁴²⁶ AMS, “Interview: Guinea to declare independence”, *Pakistan Forum*, January 1973, pasta 4310.005, im. 67.

²⁴²⁷ *Vide*, entre outros, Bruno Crimi, “Les assassins de Amílcar Cabral”, *Jeune Afrique*, n. ° 630, Paris, 3 février 1973, p. 11.

Para Cabral, nem as críticas ao Governo português e aos seus aliados da NATO, nem as queixas e lamentações diante das tribunas internacionais, eram suficientes na fase a que a guerra tinha chegado. Para Amílcar Cabral, a questão essencial era saber porque é que os países que pretendiam ser (ou se proclamavam) “campeões da liberdade, da democracia e do progresso dos povos” não ajudavam a sua luta pela “liberdade, democracia e o progresso?”²⁴²⁸. Dito de outro modo, o grande problema que se colocava a Cabral, em 1972, era o reconhecimento da existência do seu “país” e a admissão do novo “Estado” na ONU como membro de pleno direito, devido à situação concreta que existia no terreno (libertação de mais de 3/4 do território nacional e a criação dos respectivos mecanismos de poder).

Externamente, de facto, o que faltava, conforme o deixava entender Amílcar Cabral, em 1972, era a projecção desta nova situação no plano internacional, o que chegou a ser amplamente discutido numa reunião interna, realizada em 1968.

Um reconhecimento, por parte das instâncias internacionais, de que o PAIGC controlava grande parte do território nacional, equivaleria, na prática, à declaração da independência. Isso aconteceu em Abril de 1972, quando a missão do diplomata equatoriano, Horácio Sevilla Borja, do sueco Folke Löfgreen e do tunisino Kamel Belkhiria, visitou o interior da Guiné²⁴²⁹, dando assim maior crédito, junto das instâncias internacionais, de algo que vários jornalistas, cineastas e estudiosos vinham anunciando, desde 1966: a existência de “regiões libertadas”, controladas pelos guerrilheiros de Amílcar Cabral. No relatório que acabou por premiar a tão activa e hábil diplomacia de Amílcar Cabral, os membros da célebre Missão das Nações Unidas, para além de reconhecerem o partido de Cabral como único e legítimo representante do povo da Guiné e de Cabo Verde, concluíram que Portugal já não exercia “qualquer controlo administrativo efectivo em vastas regiões da Guiné (Bissau)”²⁴³⁰.

Cabral preparava-se, assim, para tirar partido desta nova situação política com consequências jurídicas no plano internacional.

Não tardaram, porém, a surgir, nalguma imprensa (nomeadamente na BBC e na Rádio Voz da América), notícias dando conta que a Missão das Nações Unidas não tinha entrado no território da Guiné portuguesa, afirmando que se tinha ficado pela fron-

²⁴²⁸ “Em Nome dos Movimentos de Libertação da África. Em nome do nosso povo”. Discursos proferidos pelo camarada Amílcar Cabral em Addis-Abeba perante a 8ª Conferência dos Chefes de Estado da África (Junho de 1971) e perante o Conselho de Segurança da ONU (Fevereiro de 1972), PAIGC, Fevereiro de 1972, fl. 14. É claro que aqui estamos a citar o discurso proferido na reunião do Conselho de Segurança.

²⁴²⁹ Vide Figura 18 no Anexo II – Galeria de Imagens.

²⁴³⁰ *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A prática revolucionária. Unidade e Luta II*, volume II, Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 128.

teira²⁴³¹. Estas posições eram idênticas às do Ministro do Ultramar português, Joaquim Moreira da Silva Cunha, que mais ou menos pela mesma altura visitou a Guiné, quando afirmava que a Missão não tinha entrado naquela colónia “ou, se o fez, limitou-se a uma pequena incursão”, insistia Silva Cunha, “numa área restrita, junto da fronteira com a República da Guiné”²⁴³².

Na mesma linha, o representante português nas Nações Unidas, em carta dirigida ao Secretário-geral daquela organização, acusava a missão de ter violado o Direito Internacional, pois entrara no “território nacional” sem autorização do Governo Português e insistia:

A decisão de visitar as áreas libertadas das Províncias Ultramarinas constituía mais um acto de propaganda, que servia apenas para aumentar a ilusão de alguns sectores políticos interessados, que se recusavam a admitir que a organização terrorista não controlava parte alguma do território²⁴³³.

Consciente da importância e das repercussões que esta visita podia ter na evolução da situação política do seu território, Amílcar Cabral não tardou a reagir contra o que considerava uma “campanha conspiratória”, destinada a prejudicar o seu partido e a luta do povo da Guiné e de Cabo Verde. Numa sessão do Comité de Descolonização das Nações Unidas reunida em Conakry, a 12 de Abril de 1972 (no mesmo dia em que a missão regressou a capital da República da Guiné), Amílcar Cabral²⁴³⁴ apelou a todos os países que acreditavam que a Guiné era um “Estado”, a reconhecê-la como praticamente o tinham feito as Nações Unidas, por intermédio da Missão Especial que acabava de regressar de uma visita ao interior da Guiné²⁴³⁵. O próprio chefe da missão, Horácio Sevilla Borja, chegou a anunciar, a propósito das notícias difundidas pela BBC, que era essencial fazer uma “agressiva campanha publicitária” contra a “cortina de silêncio” que se pretendia erguer em redor da “transcendental” visita²⁴³⁶, feita aos “territórios libertados” pelo PAIGC.

²⁴³¹ Rigsarkive (Copenhaga), United Nations Press Section. Office of Public Information. United Nations, N. Y. (For use of Information Media – not an Office Record, Press Release GA/COL/ 1272 13 April 1972, p. 1.

²⁴³² Silva Cunha, *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977, p. 52.

²⁴³³ A/AC – 109/L. 804; 3 July 1972, Report of the Mission of the United Nations Special Committee on Decolonization after visiting the liberated Areas of Guinea-Bissau.

²⁴³⁴ Vide Figura 19 no Anexo II – Galeria de Imagens.

²⁴³⁵ *Idem, ibidem*, p. 3.

²⁴³⁶ *Idem, ibidem*, p. 2.

Podemos mesmo afirmar que, depois da referida visita da missão da ONU²⁴³⁷, nada voltou a ser como dantes, conforme atestava um relatório preliminar elaborado pela equipa das Nações Unidas. O cerco e as pressões políticas contra Portugal tornaram-se mais intensos, a tal ponto que, logo, a 13 de Abril, o Comité Especial das Nações Unidas, reunido em Conakry, adoptou por unanimidade uma resolução na qual reconhecia o PAIGC como o único e autêntico representante do “povo da Guiné-Bissau”.

Não foi também por acaso que, no decurso de uma visita à Roménia, entre 21 e 28 de Junho de 1972, em que foi recebido pelo Presidente Nicolae Ceausescu, Cabral declarou que a luta era para a liquidação do colonialismo mas, ao mesmo tempo, pelo reconhecimento internacional. Assim, a assinatura de uma declaração conjunta com a Governo romeno, para além de representar um reconhecimento internacional, significava, nas próprias palavras de Cabral, “o início de uma prova concreta” da personalidade jurídica do seu “Estado” no plano internacional. E concluía: “não se pode ter independência sem ter personalidade jurídica internacional”²⁴³⁸.

Em Julho, numa ocasião em que se preparava a proclamação do Estado, Amílcar Cabral realizou um périplo que o levou a vários países europeus (Hungria, Alemanha de Leste, União Soviético) e asiáticos (Coreia do Norte, China e Japão). O total das visitas realizadas ao estrangeiro por Amílcar Cabral somou, só nesse ano de 1972, 21, contra 12, de 1971, e 8, de 1970, de acordo com os dados apresentados por Mustafah Dhada²⁴³⁹.

Nesta fase interessavam, sobretudo, apoios políticos²⁴⁴⁰, conforme assinalava num “Memorando” dirigido aos Chefes de Estado e de Governo dos países da África Austral, datado de Setembro de 1972²⁴⁴¹. Fosse qual fosse a sua forma, Cabral nunca se cansou de repetir que a luta travada era, essencialmente, um acto político, quer no plano interno, quer a nível internacional. Por isso, exortava a OUA a jogar um papel vital na

²⁴³⁷ AMS, “Mission to Guinea (Bissau)”, United Nations Office of public Information OPI/471 - 10954-June 1972 - 15M, pasta 4309.009, im. 4.

²⁴³⁸ AMS, “Discours prononce a l’occasion de signature du communique commun du PC Roumain et le PAIGC”, Bucarest 17 juin 1972, pasta, 4341.002, im. 150.

²⁴³⁹ Mustafah Dhada, *ob. cit.*, Appendix C, pp. 177-180. Os números apresentados por Dhada, até pela dificuldade em quantificar com rigor todas as viagens realizadas por Amílcar Cabral, ao longo da luta armada, devem ser vistos com alguma reserva e sentido crítico. É que, por exemplo, se para o ano de 1972, parecem exagerados, por outro pecam por insuficientes. Dhada assinalava, por exemplo, uma viagem de Amílcar Cabral a França, em Julho de 1972, para apresentar uma comunicação numa conferência organizada pela UNESCO, quando, devido a uma proibição de entrada no solo francês, datado de 1966 e ratificada em 1968, Cabral, apenas enviou uma comunicação para ser lida no encontro.

²⁴⁴⁰ FAC (Praia) - “Memorandum for the attention of the African Heads of State and Government of East Africa”, by Amílcar Cabral Secretary-General of PAIGC de Setembro de 1972.

²⁴⁴¹ FAC (Praia), “Memorandum for the attention of the African Heads of State and Government of East Africa”, by Amílcar Cabral Secretary General, Partido Africano da Independencia da Guiné e Cabo Verde, September 1972.

batalha política, na fase crucial em que o conflito contra o colonialismo português havia chegado no seu território. E a batalha política travava-se à procura de um estatuto internacional legal para um Estado independente, mas com parte do território, incluindo os centros urbanos, ocupados militarmente, por um exército estrangeiro. Como? Através de um tangível apoio e solidariedade dos países africanos independentes e da OUA. Cabral propunha que os Chefes de Estado e de Governo adoptassem, entre outras medidas: uma resolução em que fizessem uma apreciação dos resultados da visita da Missão das Nações Unidas às “zonas libertadas”; referissem as consequências legais que seria necessário subtrair do resultado dessa visita; escrevessem uma nota fazendo referência à situação ilegal e de agressores em que se encontravam os portugueses no seu país; reconhecessem o seu partido como único e legítimo representante; reconhecessem o direito do seu povo, através dos seus legítimos representantes, a ocupar o seu lugar como uma “nação africana”, a partir do momento da proclamação do Estado com os seus respectivos órgãos; e apoiassem a candidatura do seu “Estado” às Nações Unidas²⁴⁴².

Cabral estava determinado a seguir a evolução dos acontecimentos. Portanto, o momento de tomar novas iniciativas na batalha política em que a OUA se devia empenhar cada vez mais a fundo, havia chegado. Internamente, havia já adoptado certas decisões no sentido de ultrapassar a contradição de ser soberano no interior, mas não ter personalidade jurídica no plano internacional.

A 16 de Outubro de 1972, num discurso pronunciado perante a IV Comissão das Nações Unidas, Cabral, enfatizando, como não podia deixar de ser, a ideia de que a Guiné era um país praticamente soberano com uma parte do território ocupado por “forças estrangeiras”²⁴⁴³ e que a situação actual diferia da de 1962²⁴⁴⁴, reiterava que a luta do povo da Guiné e de Cabo Verde se inscrevia no âmbito da legalidade internacional. Foi nesta altura que voltou a apresentar quatro propostas à ONU: 1) fazer diligências junto do Governo português com vista à abertura imediata de negociações com o PAIGC; 2) admitir membros do PAIGC como delegados e observadores junto de organismos especializados; 3) atribuir auxílio concreto ao povo da Guiné, através de agências especializadas como a UNESCO, a UNICEF, a OMS e a FAO; 4) atribuir apoio moral, político e material a todas as iniciativas do PAIGC. Independentemente destas propostas, a maioria dos membros desta comissão da Assembleia-geral votou a favor de Amílcar Cabral ser ouvido no plenário²⁴⁴⁵ e apoiou a atribuição do estatuto de observa-

²⁴⁴² *Idem, ibidem.*

²⁴⁴³ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, Telegrama n.º 811, 16 de Outubro de 1972, maço 458, pasta 1.

²⁴⁴⁴ *Idem, ibidem.*

²⁴⁴⁵ *Idem, ibidem.*

dor ao PAIGC, através da Resolução 2918 (XVIII), de 14 de Novembro de 1972, contra os protestos da Inglaterra, com a alegação de que tal abriria um grave precedente, e de Portugal. Relativamente ao apoio das agências especializadas da ONU como, por exemplo, a UNESCO, é preciso lembrar, que, a 14 de Maio de 1972, numa reunião realizada, pela primeira vez, na capital do Uganda (Campala), com os três movimentos de libertação (PAIGC, FRELIMO e MPLA)²⁴⁴⁶, se abriram as portas a uma futura participação daqueles movimentos nas reuniões de carácter pedagógico. Este convite estava seguramente relacionado com o facto de, como já vimos, desde 1968, a Assembleia-geral e em 1970, o Comité de Descolonização, terem recomendado às agências especializadas que entabulassem contactos directos (ou por intermédio da OUA) com os movimentos de libertação²⁴⁴⁷. De resto, em Setembro de 1972, Cabral já havia confirmado que a UNESCO tinha começado a contribuir ao nível do equipamento escolar e através da publicação de livros preparados pelo PAIGC²⁴⁴⁸.

A passagem radical da situação de colónia para a de um Estado, não ia apenas ao encontro das teses e princípios adoptados pela Carta das Nações Unidas e das suas diferentes resoluções, que elogiavam “o progresso realizado pelos movimentos de libertação nacional desses territórios”, ela contava já com o substancial apoio de numerosos Estados africanos e de forças “anticolonialistas” e “anti-racistas” do mundo.

A nova situação política e jurídica da Guiné, que se esperava conseguir com a proclamação da independência, abriria as portas para a intensificação da luta em Cabo Verde ao longo do ano de 1973, para a qual Amílcar Cabral prometia uma “modificação realista na estrutura da Direcção do partido”, no sentido de “dar a alguns camaradas a possibilidade de dedicarem toda a sua atenção ao desenvolvimento da luta em Cabo Verde”²⁴⁴⁹.

A 14 de Novembro de 1972, a Resolução 2918 (XXVII) da Assembleia-geral, aprovada com 105 votos a favor, 5 contra e 11 abstenções, reconhecia o PAIGC e todos os movimentos de libertação como os representantes autênticos das verdadeiras aspirações dos povos dos respectivos território e aguardando, por conseguinte, a sua ascensão à independência. A esta resolução seguiu-se uma outra, do Conselho de Segurança (a 322, de 22 de Novembro de 1972), na qual se reafirmava, na linha de uma anterior (a

²⁴⁴⁶ Vide *PAIGC-Libertação*, n.º 126, «Unidade e Luta», órgão do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde Maio 1972, p. 4.

²⁴⁴⁷ AMS, “Report on Portuguese Guinea and the Liberation Movement”, February 26, 1970, 4343.002, im. 143.

²⁴⁴⁸ FAC (Praia) – “Memorandum for the attention of the African Heads of State and Government of East Africa”, by Amílcar Cabral Secretary general of PAIGC, September 1972, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.

²⁴⁴⁹ ASRDN – Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, “Mensagem de Ano Novo de 1973”.

312, de 4 de Janeiro daquele ano), o direito inalienável dos povos de Angola, da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de Moçambique à autodeterminação e independência. Com as abstenções dos Estados Unidos, da França e da Grã-Bretanha, pedia-se na referida resolução, que Portugal entrasse em negociações directas com os representantes dos movimentos de libertação das suas colónias em luta, com vista à autodeterminação. Porém, a desilusão chegaria a seguir. Marcelo Caetano, não só não queria ouvir falar de quaisquer negociações com os chamados “terroristas”, como decidiu contrariar o plano independentista de Amílcar Cabral, inicialmente projectado para finais de 1972 ou, o mais tardar, nos inícios de 1973. A 15 de Dezembro de 1972, promulgava o Estatuto Político-Administrativo da Província da Guiné, que deveria entrar em vigor a 1 de Janeiro de 1973. Nas vésperas do Natal de 1972, avançou ainda com um decreto (o n.º 542/72, de 22 de Dezembro) sobre a “autonomia regional”, em que a Guiné passaria a ser uma região autónoma de Portugal, com personalidade jurídica e direito público próprios. Por outro lado, marcava as eleições legislativas para os órgãos de Governo da província, precisamente para a mesma altura em que Cabral projectava proclamar a independência, isto é, antes de 31 de Março de 1973²⁴⁵⁰. Para o regime português, a resolução do conflito passava unicamente por uma solução federalista, como defendia Spínola. Portanto, em finais de 1972, Portugal mostrava-se absolutamente empenhado em impedir a independência da Guiné, pois poderia precipitar o colapso de Cabo Verde, de Angola e de Moçambique.

²⁴⁵⁰ *Estatuto Político-Administrativo da Província da Guiné, Decreto n.º 542/72, de 22 de Dezembro.* Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1972, pp. 7-8.

Cap. 5 – A morte de Amílcar Cabral em Conakry

1. Os mistérios do 20 de Janeiro de 1973

1.1. A trama, alegados autores e a reacção das autoridades de Conakry

Numa alocução proferida no dia 21 de Janeiro de 1973, Sekou Touré, Presidente da República da Guiné-Conakry, anunciava ao mundo que, na noite anterior (20 de Janeiro), Amílcar Cabral tinha sido assassinado. Foi também na noite do dia 21 que os nomes dos alegados autores materiais foram revelados à imprensa. Eram eles: Inocêncio Cani, Momo Touré, Bacar Cani, Aristides Barbosa, João Tomás Cabral, Mamadú Indjai, Koda Nabonia, entre muitas outras dezenas de indivíduos.

Um colaborador da Embaixada de Portugal em Kinshasa, baseando-se em informações recolhidas em Conakry, onde assistiu aos funerais de Amílcar Cabral, afirmava que este teria sido morto por um comandante destacado em “Kandura” (provavelmente o autor queria dizer “Koundará”) e pelo secretário administrativo, Aristides Pereira²⁴⁵¹, “ambos de raça negra”²⁴⁵². A fonte ainda acrescenta que, em virtude do desentendimento que se verificava entre os referidos elementos e Amílcar Cabral, este “desconfiado, trabalhava nestes últimos tempos sozinho e sobretudo afastado dos negros”²⁴⁵³. Se, relativamente ao primeiro, o nome do comandante visado coincidia com

²⁴⁵¹ O relato sobre o alegado envolvimento de Aristides Pereira prossegue de seguinte maneira: “3. (...) No Sábado, dia 20 de Janeiro, Pereira haveria ordenado aos seus homens que prendessem Cabral. Todavia, durante a manhã, Cabral teria visitado várias Embaixadas dos países socialistas e por fim o próprio Presidente Touré. Ao corrente dos passos de Cabral, Aristides Pereira dirigiu-se a casa deste acompanhado de alguns partidários fiéis. Contudo, Cabral encontrava-se na altura numa recepção dada pelo Embaixador da Polónia, aguardando Aristides Pereira junto da sua residência até cerca das 22,30 h... Quando Cabral chegou, Pereira ter-lhe-ia perguntado por que razão se havia afastado da linha de conduta traçada pelo Movimento, ao que Cabral teria respondido que não tinha de prestar contas a ninguém. Nesse momento, um dos militares que acompanhava Aristides Pereira disparou três tiros de espingarda sobre Cabral, ferindo ainda a mulher e um dos filhos. Acto contínuo, «et pour dissiper tout», segundo o mencionado colaborador, um homem do bando de Pereira desfechou um tiro mortal no assassinado líder guineano. 4. Nessa mesma noite, as Autoridades da Guiné reuniram-se para examinar a situação, e no dia seguinte o Comité Central do PAIGC decidiu que os culpados seriam julgados pelos tribunais guineenses. Todavia, e após as declarações do comandante acima referido sobre os motivos que levaram ao assassinio de Amílcar Cabral, foi declarado ser o PAIGC a ocupar-se do destino dos implicados no crime” (AHDMNE, processo 940,5 (5) D, 459 PAA, “Actividades indivíduos relacionados movimentos nacionalistas. Morte de Amílcar Cabral”, Ofício 1509/19 JTS/JC/ de 24/3/ 73, 1º vol., fl. 3).

²⁴⁵² *Idem, ibidem.*

²⁴⁵³ AHDMNE, processo 940,5 (5) D, 459 PAA, “Actividades indivíduos relacionados movimentos nacionalistas. Morte de Amílcar Cabral”, Ofício 1509/19 JTS/JC/ de 24/3/ 73, 1º vol., fl. 3.

um dos alegados cabecilhas do assassinato, João Tomás Cabral, que foi, até à sua prisão sob a acusação de alta traição em 1971, comandante na base de Koundará, o mesmo não se pode afirmar relativamente a Aristides Pereira. Neste caso particular, o relatório perde sentido, na medida em que ao apontar, como móbil do crime, as rivalidades entre negros (guineenses) e mestiços (cabo-verdianos) e o facto de, no futuro governo provisório, “não figurar nenhum elemento negro”²⁴⁵⁴, o informador conhecido por “Koba”, contraria, de raiz, o envolvimento de Aristides Pereira, uma vez que, sendo de origem cabo-verdiana, era também uma das vítimas da rivalidade entre guineenses e ilhéus do PAIGC²⁴⁵⁵.

Fazendo fé no relato do jornalista moçambicano, Aquino de Bragança²⁴⁵⁶, e no discurso oficial, Cabral regressava de uma recepção na Embaixada da Polónia, quando alegadamente foi surpreendido pelos seus próprios homens²⁴⁵⁷. Ao longo do dia tinha-se desdobrado em diferentes actividades²⁴⁵⁸: uma visita à escola-piloto; no secretariado do PAIGC despachara os assuntos políticos do partido com Aristides Pereira; teve ainda tempo para receber uma delegação da FRELIMO, chefiada por Samora Machel, de visi-

²⁴⁵⁴ *Idem, ibidem.*

²⁴⁵⁵ *Idem, ibidem.*

²⁴⁵⁶ Aquino de Bragança foi o único jornalista a quem as autoridades da Guiné-Conakry concederam autorização oficial para fazer uma investigação sobre o assassinato.

²⁴⁵⁷ Ainda há uma outra versão da autoria de Abou Soumah, dirigente de uma organização política de oposição ao regime de Sekou Touré denominada Comité de Libertação da Guiné/Conakry (CLG). Num relatório enviado a Alpoim Calvão, com base em informações de um agente de ligação que se encontrava em Conakry na altura do assassinato, afirmava que Cabral teria sido morto por militantes da Frente Unida de Libertação da Guiné-Bissau (FULGB) “constituída exclusivamente de naturais autênticos da Guiné-Bissau, hostil a Amílcar Cabral e ao seu estado-maior cabo-verdiano” (*Vide* José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, nota à página 82.). A história é verdadeiramente macabra: depois de uma recepção organizada pelo próprio Amílcar Cabral na sua residência, “todos os convivas”, num total de 25 (incluindo Amílcar Cabral) teriam sido “misteriosamente drogados” e, posteriormente, “degolados” (José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, nota à página 82). Aqui também há factos que parecem ilógicos ou são, no mínimo, duvidosos. Por exemplo, a decapitação de 25 elementos, incluindo o próprio Amílcar Cabral dificilmente passaria despercebido em Conakry. Já a menção feita, entre outras coisas, a FULGB, criada pelos dissidentes e, cujos membros estariam, alegadamente, por detrás do acontecimento de 20 de Janeiro, merece ser confirmada. É que, a ser verdade que o grupo dos dissidentes se teria organizado, a ponto de criarem uma frente em Conakry, haveria que tentar relacioná-lo com o já referido documento de Março de 1972 (“Vamos Reforçar a nossa vigilância, para desmascarar e eliminar os agentes do inimigo para defendermos o partido e a luta e para continuarmos a condenar ao fracasso todos os planos dos criminosos colonialistas portugueses”, do camarada Amílcar Cabral aos dirigentes e responsáveis do partido, Março 1972, pasta 4341.002) ou a com uma alegada tentativa de Momo Touré em criar um partido – o Partido Africano da Independência da Guiné (PAIG) – referida pela DGS (IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1719/60, “Alfa Amaru Bari”, “O Alfa Umaru”, “Ibraima Touré”, “O Lam Touré” – O Alfaiate, Mário Mamadu Touré, “O Momo Touré”, Basiro Touré, fl. 11). Tê-lo-ia concretizado? Estaria a FULGB relacionado com este PAIG? Uma outra notícia, sobre a autoria material era assinalada pela Agência Portuguesa de Notícias Internacionais (ANI), reproduzida pela Agência France Press (AFP), assegurava que Cabral tinha sido assassinado pela polícia guineense (Guiné-Conakry) durante um assalto à sede do PAIGC (*AFP Bulletin*, n.º 8003, 23 de janvier 1973).

²⁴⁵⁸ “Nesse dia – afirma Alcides Brito Évora, ao tempo ligado aos serviços consulares do Secretariado do PAIGC em Conakry – trabalhei com ele e com a esposa, Ana Maria Cabral, até por volta das 19 horas e 45 minutos” (Entrevista a Alcides Évora “Batcha”, Praia, Abril de 2003).

ta a Conakry. Vários autores, entre os quais se destaca Oleg Ignatiev²⁴⁵⁹, avançaram ainda a versão segundo a qual Cabral teria recebido a visita de dois diplomatas amigos que, alegadamente, o informaram acerca dos rumores de que um possível atentado contra a sua vida estaria a ser orquestrado. Fernando Baguinha²⁴⁶⁰, ex-professor da escola-piloto do PAIGC, em Conakry, e Sophie Bessis, jornalista da *Jeune Afrique*, são outros autores que partilham a versão de Ignatiev. No entanto, aquele acrescenta que os dois diplomatas eram elementos dos serviços de segurança da Embaixada da Checoslováquia em Conakry, e que a visita teria sido do embaixador da Guiné-Conakry em Dakar²⁴⁶¹, versão partilhada por Aristides Pereira, que assegurou ainda que a referida visita foi feita a mando do próprio Sekou Touré. Pelos vistos, o plano para o assassinato de Amílcar Cabral era também do conhecimento do presidente guineense (Guiné-Conakry), assim com da delegação moçambicana da FRELIMO, que chegara a Conakry por volta de meados de Janeiro, proveniente de Accra, onde, de 8 a 13 de Janeiro, conjuntamente com Amílcar Cabral, havia assistido à reunião ordinária do Comité de Libertação da OUA. Esta delegação da FRELIMO tinha a informação, através de “fonte digna de confiança”, de que um atentado contra Amílcar Cabral estava a ser planeado. Quem o revelou a Oscar Oramas foi Sérgio Vieira, que integrou a comitiva da FRELIMO. Aliás, consta que uma das razões da presença da delegação moçambicana, chefiada por Samora Machel, na capital guineense, era justamente para alertar Amílcar Cabral do caso²⁴⁶², o que teria feito logo após a chegada a Conakry. Ainda assim, agendaram um novo encontro para o dia 20 de Janeiro, a fim de discutir melhor o assunto com o líder do PAIGC. Teriam abordado o tema no alegado encontro ocorrido naquele dia, às 20 horas, e após o qual Cabral seguiu para a já referida recepção na Embaixada da Polónia, a convite do embaixador polaco, Tadeus Matisiak? Nada sabemos...

Consta ainda que Cabral (de resto, este facto foi confirmado pelo então embaixador de Cuba em Conakry) ainda teve tempo de se deslocar à residência de Oscar Oramas, no dia 20 de Janeiro, com o pretexto de marcar um encontro com o diplomata cubano para o dia seguinte²⁴⁶³, alegadamente para o informar do que se passava.

²⁴⁵⁹ Oleg Ignatiev, *Três Tiros da Pide*, Lisboa, Prelo, 1975, p. 164.

²⁴⁶⁰ Numa entrevista ao *Ponto*, afirmava que teriam sido os serviços de segurança da Embaixada da Checoslováquia (“Nino”: O seu Poder Começou com o Assassinio de Amílcar Cabral”, *Ponto*, 4 de Dezembro de 1980).

²⁴⁶¹ Sophie Bessis, “Qui a Tué Amílcar Cabral?”, *Jeune Afrique*, Paris, 16 novembre 1983.

²⁴⁶² Oscar Oramas, *ob. cit.*, cap. 9, p. 154.

²⁴⁶³ Tal informação vem inserta num depoimento do próprio embaixador cubano, Oscar Oramas *ob. cit.*, cap. 9, p. 148.

Coincidência ou não, na noite do assassinato, a maioria dos dirigentes e quadros do PAIGC estava a assistir a uma palestra que o dirigente da FRELIMO, Joaquim Chissano, proferia nas instalações da escola-piloto do partido.

Alguns pormenores dos últimos minutos de Amílcar Cabral, quando abandonava a residência de Tadeuz Matisiak, foram relatados por Oscar Oramas em carta dirigida a Aristides Pereira, cujo excerto foi editado no livro recentemente publicado por este último:

Pensávamos regressar a sua casa juntos, porque, como sabes, eu vivia perto do Secretariado do PAIGC. Amílcar Cabral respondeu dizendo-me, e rindo-se, que seria melhor ele regressar com algum embaixador de uma das super potências que também o convidara, o nosso amigo o embaixador Anatoli. Bem. Eles saíram no carro do embaixador soviético e, momentos mais tarde, saí eu com a minha companheira no nosso carro para a residência²⁴⁶⁴.

Não deixa de ser curioso este relato do antigo embaixador de Cuba em Conakry, que entra em contradição com o que escrevera no livro intitulado *Amílcar Cabral para além do seu tempo*, publicado quatro anos antes. Recorde-se que, neste livro, Oramas afirmava que Cabral saíra da residência do embaixador da Polónia na sua própria viatura²⁴⁶⁵, um *volkswagen*, como se tem defendido no discurso oficial. Agora assegura que Cabral preferiu ir no carro do embaixador russo, Anatoli Petrovich Ratanov. A confirmar-se que Cabral teria, alegadamente, insistido em abandonar o local na viatura do embaixador soviético, como parece apontar Oscar Oramas, de nada lhe valeu a protecção que procurava junto da grande super potência²⁴⁶⁶.

Sabe-se, de acordo ainda com o discurso oficial, que foi já perto da residência de Amílcar Cabral, que um grupo de homens armados o abordou e, depois de uma violenta discussão, foi morto a tiro²⁴⁶⁷. A esposa, Ana Maria, milagrosamente poupada, ainda distinguiu, na escuridão da noite, alguns alegados autores materiais do crime. Eram eles: Inocência Cani, Mamadu Indjai, Inácio Soares da Gama e Bacar Cani. Oficialmente eram 22 h e 30 m. Também aqui não tem havido qualquer consenso acerca da hora exacta, o que seria relevante para determinar o tempo que durou a acção, bem como a tardia reacção das autoridades de Conakry.

²⁴⁶⁴ Oscar Oramas, *ob. cit.*, cap. 9, p. 149.

²⁴⁶⁵ *Idem, ibidem*, cap. 9, p. 148.

²⁴⁶⁶ Aristides Pereira, *ob. cit.*, cap. 9, p. 220.

²⁴⁶⁷ *Vide* Figura 20 no Anexo II – Galeria de Imagens.

Na opinião de Aquino de Bragança, o assassinato teria ocorrido por volta das 23 horas²⁴⁶⁸. Oscar Oramas, por sua vez, deu a entender que teria sido mais tarde.

Também não há consenso sobre quem chegou primeiro ao local do crime. Seguindo, essencialmente, o artigo publicado por Aquino de Bragança, na revista *Afrique-Asie*, e que deu origem ao pequeno opúsculo dado à estampa em 1976²⁴⁶⁹, assim como as informações recolhidas por Joaquim José dos Santos²⁴⁷⁰, em Conakry e em Madina do Boé, José Aurélio Silva²⁴⁷¹ declarou que a primeira pessoa a chegar ao local do crime teria sido Osvaldo Vieira²⁴⁷² e uma enfermeira sem, no entanto, a nomear:

Al escuchar los tiros el comandante Osvaldo Vieira miembro del Consejo de Guerra que tenia residencia proxima a las oficinas del Secretariado General toma su arma y llega rapidamente al lugar de donde provenian las detonaciones. Tambien llega una enfermera que al ver el cuerpo caido le toma el pulso de inmediato. “Esta muerto”. Exclama²⁴⁷³.

Mas, de acordo com Oscar Oramas, Otto Schacht, antigo telegrafista dos correios de Bissau, ao tempo responsável pelos serviços de segurança do secretariado do PAIGC, teria sido o primeiro a chegar ao local do crime e quem telefonou ao próprio embaixador, informando-o de que uns desconhecidos tinham disparado sobre Amílcar Cabral e pedindo-lhe que se dirigisse ao secretariado por este se encontrar “muito mal”²⁴⁷⁴. Da leitura do diálogo travado por Oscar Oramas e Otto Shacht, no local do assassinato, fica a ideia de que o próprio chefe de segurança²⁴⁷⁵, surpreendido pelos acontecimentos, não sabia muito bem o que é que se estava a passar e desconhecia, inclusivamente, quem eram os autores do crime: “acalme-se, Embaixador, acalme-se,

²⁴⁶⁸ José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 82. Esta também foi a hora que Aristides apontou e “talvez um pouco mais” tarde (Oleg Ignatiev, *ob. cit.*, p. 175).

²⁴⁶⁹ Aquino de Bragança, *Amílcar Cabral*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, pp. 26 e ss.

²⁴⁷⁰ Este elemento da oposição portuguesa, exilado em Buenos Aires, tinha recolhido estas informações quando, em Setembro de 1974, assistiu à proclamação do Estado da Guiné, que teve lugar em Madina do Boé, a convite do Conselho Superior de Luta (CSL) do PAIGC.

²⁴⁷¹ “La verdad sobre la conspiracion para asesinar a Amílcar Cabral”, por José Aurélio Silva, Ediciones – PAIGC Buenos Aires, Año 2, n.º 5, [1974]. José Aurélio Silva também estava exilado em Buenos Aires e era elemento da oposição portuguesa.

²⁴⁷² Repare-se que, neste artigo escrito um ano após os acontecimentos, numa altura em que o próprio Osvaldo Vieira já tinha falecido, seu autor praticamente o iliba da autoria moral do assassinato, em virtude do qual foi perseguido no interior do seu partido, desde 20 de Janeiro de 1973. Uma nota também para o facto do autor do artigo ou da informação não ter feito nenhuma referência a presença, no local, de Oscar Oramas ou de Otto Schacht. *Vide*, também sobre este assunto, Aquino de Bragança, *ob. cit.*, pp. 26-27.

²⁴⁷³ “La verdad sobre la conspiracion para asesinar a Amílcar Cabral”, por José Aurélio Silva, Ediciones – PAIGC Buenos Aires, Año 2, n.º 5, [1974]. Diga-se, em abono da verdade, que o autor dos relatos seguiu na íntegra o trabalho publicado por Aquino de Bragança na revista *Afrique-Asie*, em 1973, e que mais tarde (1976), foi editado com o título *Amílcar Cabral*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1976, 34 pp.

²⁴⁷⁴ Oscar Oramas, *ob. cit.*, cap. 9, p. 149.

²⁴⁷⁵ Otto seria acusado, mais tarde, de ser um dos suspeitos do crime.

nós não sabemos quem assassinou Amílcar”²⁴⁷⁶. Falaria Otto em nome de quem? Do grupo que estava escondido muito perto do local, por detrás de uma árvore, no seio do qual o Embaixador Oramas e a viúva de Cabral, Ana Maria, conseguiram identificar alguns militantes e dirigentes do PAIGC, nomeadamente Osvaldo Vieira? Oramas teria sido, nos momentos posteriores ao assassinato, uma “peça” chave. Recorde-se que foi a ele que Otto comunicou o sucedido e não às autoridades de Conakry. Foi também o embaixador de Cuba quem se encarregou, depois de ter estado no local, de comunicar o sucedido aos embaixadores da Argélia, Messaoudi Zeitune, da União Soviética, Anatoli Petrovich Ratanov, e, posteriormente, a Sekou Touré, que, entretanto, já estava ao corrente da situação²⁴⁷⁷. Oramas foi ainda quem, mal soube que Aristides Pereira tinha sido sequestrado por outro grupo de alegados conspiradores, fez as primeiras diligências no sentido de o resgatar.

Sublinhe-se que, de acordo com o discurso oficial, outro grupo de “conspiradores” tinha avançado para o gabinete de Aristides Pereira, no secretariado do partido, sequestrando-o e conduzindo-o até ao porto de Conakry. Oficialmente, a intenção dos conjurados era conduzi-lo (e também a Amílcar Cabral, caso não tivesse sido morto) a Bissau e entregá-los às autoridades portuguesas. Dadas as circunstâncias, apenas Aristides Pereira acabou por ser introduzido numa das vedetas que partiu do porto de Conakry²⁴⁷⁸. Na narrativa de Ignatiev, Inocêncio era quem seguia nela.

No entanto, os factos narrados pelo russo Ignatiev entram em contradição com as do cubano, Oscar Oramas, que foi testemunha do acolhimento dos conjurados no palácio presidencial. Segundo aquele antigo diplomata, Inocêncio Cani esteve presente na reunião com Sekou Touré, juntamente com Momo²⁴⁷⁹ e, muito provavelmente, outros nomes citados por Aquino de Bragança, como Inácio Soares da Gama, Aristides Barbosa e João Tomas Cabral²⁴⁸⁰. Foi durante a reunião com Sekou Touré, à qual foram convocados o seu Comité Central e os embaixadores de Cuba, da Argélia²⁴⁸¹ e, alegadamente, também Samora Machel, presidente da FRELIMO²⁴⁸², que os alegados assassinos confessaram o seu crime²⁴⁸³.

²⁴⁷⁶ Oscar Oramas, *ob. cit.*, cap. p. 149.

²⁴⁷⁷ “La verdad sobre la conspiracion para asesinar a Amílcar Cabral”, por José Aurelio Silva, Ediciones – PAIGC Buenos Aires, Año 2, n.º 5, [1974].

²⁴⁷⁸ Esta ideia foi defendida por Oleg Ignatiev, *Três tiros da Pide...*, p. 183; e José Aurélio Silva no seu já referido artigo.

²⁴⁷⁹ Oscar Oramas, *ob. cit.*, cap. 9, p. 152.

²⁴⁸⁰ Aquino de Bragança, *ob. cit.*, p. 28.

²⁴⁸¹ A reunião teria decorrido entre às 11 horas da noite de Sábado até ao meio-dia de Domingo. Para Oramas, o encontro com Sekou Touré teria começado por volta das 2 horas da manhã de Domingo.

²⁴⁸² Aquino de Bragança, *ob. cit.*, p. 28.

²⁴⁸³ “Vive émotion après l’assassinat d’Amilcar Cabral”, *Le Monde*, Paris, 24 de février 1973, p. 4.

Só depois desta reunião no palácio presidencial, aí por volta das duas da manhã, Sekou Touré teria ordenado, finalmente, de acordo com o discurso oficial, o resgate de Aristides Pereira²⁴⁸⁴, o qual teria demorado aproximadamente 12 horas. Acerca da “libertação” do dirigente do PAIGC, este declarou, numa pequena entrevista a Oleg Ignatiev, que tal fora obra dos soldados da República da Guiné, chefiados pelo governador de Boké²⁴⁸⁵. Contudo, Oramas assegura que o resgate foi feito, na realidade, pela marinha soviética, que se encontrava ao largo de Conakry, por solicitação do Embaixador Anatoli, numa acção que mais tarde acabou por ser atribuída, oficialmente, às autoridades da Guiné-Conakry.

Com Cabral morto e Aristides, alegadamente sequestrado, os conjurados divididos em vários grupos, prenderam ainda vários dirigentes e quadros do PAIGC, que saíam de uma reunião com os dirigentes moçambicanos. Alcides Brito Évora (“Batcha”) recorda:

Quando regressámos às instalações dos combatentes com a finalidade de recuperar as nossas armas fomos surpreendidos por um grupo de combatentes que estavam do lado dos criminosos e tentaram prender-nos. Tudo isso se passou muito perto do secretariado do partido²⁴⁸⁶.

Parece-nos ainda, descabida e sem sentido, a ideia de que os sequestradores de Aristides Pereira o quisessem levar a Bissau e entregá-lo às autoridades portuguesas.

Estamos em crer que, a ter havido uma tentativa por parte dos autores materiais do crime em raptar e “amarrar” Cabral e Aristides Pereira, a intenção não era conduzi-los a Bissau, mas ao interior da Guiné portuguesa, a alguma região controlada pelos guerrilheiros e aí fazer “justiça”, sem comprometer o regime de Sekou Touré. Pelo menos, dessa maneira, o assassinato passaria para a história como um simples ajuste de contas dentro das fileiras do movimento de libertação. De resto, involuntariamente, alguns autores apontam para essa possibilidade. É o caso de Aquino de Bragança e de um relatório confidencial, datado de 13 de Junho de 1973, elaborado por um colaborador da DGS. No primeiro caso, afirmava-se que, quando Inocêncio Cani e Joaquim da Costa foram abordados pelas autoridades de Boké acerca do paradeiro de Aristides Pereira, teriam respondido: “Ja está algures, em região libertada da Guiné-Bissau”²⁴⁸⁷. No se-

²⁴⁸⁴ Oleg Ignatiev, *ob. cit.*, p. 183.

²⁴⁸⁵ Oleg Ignatiev, *ob. cit.*, p. 176.

²⁴⁸⁶ Entrevista a Alcides Brito Évora (“Batcha”), Praia (Cabo Verde), Abril de 2003.

²⁴⁸⁷ Aquino de Bragança, *ob. cit.*, p. 27. Dá-nos a sensação de que a edição publicada em Buenos Aires por José Aurélio Silva, em 1974, reproduz fielmente esta passagem de Aquino de Bragança (*vide* “La verdad sobre la conspiracion para asesinar a Amílcar Cabral”, por José Aurélio Silva, Ediciones PAIGC,

gundo, escrevia-se, a propósito do sequestro de Aristides Pereira, que os conspiradores “pretendiam que ele, primeiramente, prestasse contas dos dinheiros do «PAIGC»”²⁴⁸⁸. De resto, as próprias declarações de Inocêncio Cani, durante os interrogatórios a que foi sujeito, e que o jornalista moçambicano transcreveu no seu livro, apontam para o facto de ter havido alguma precipitação e nervosismo aquando da abordagem feita a Amílcar Cabral, que, segundo ele, teria conduzido ao terrível desfecho: Amílcar Cabral teria alegadamente “levado a mão ao bolso para tirar a pistola”²⁴⁸⁹.

Curiosamente, para além de Amílcar Cabral, a única vítima registada por Sekou Touré, numa alocução proferida no dia 22 de Janeiro, foi um guarda encarregado da segurança da residência de Cabral, mas sem adiantar mais pormenores sobre a sua identidade, nem as circunstâncias em que teria morrido. Referir-se-ia Sekou Touré a Koda Nabonia, de etnia balanta? Decerto. Oficialmente, ter-se-ia suicidado na prisão de Camp Boiro, onde se encontrava detido por causa do seu envolvimento na morte de Cabral. Eis o relato de Aquino de Bragança:

Ao chegar junto de uma sentinela, salta bruscamente sobre o miliciano que atira pela janela, apodera-se de uma espingarda AK que vira contra si e dispara. Morre no hospital²⁴⁹⁰.

Numa entrevista a nós concedida na cidade da Praia onde reside, Alcides Évora assegura que o suicídio de Nabonia teria ocorrido na sua presença e na de Carlos Correia, membro do *Bureau* Político. A residir em Bissau, onde o entrevistámos, o antigo Primeiro-Ministro dos governos de “Nino” Vieira recusou-se a abordar o assunto.

Não teria sido o seu suicídio deliberado? Uma possível investigação sobre este indivíduo, acusado de “ter fornecido a agenda de Cabral aos companheiros”²⁴⁹¹, poderia vir a revelar-se fundamental se se quiser procurar as ligações e cumplicidades com os alegados autores materiais e morais do assassinato. Talvez até tenha sido um elemento chave nessa trama. Daí, possivelmente, o seu desaparecimento prematuro nas vésperas da constituição da Comissão Internacional de Inquérito²⁴⁹².

Buenos Aires, Año 2, n.º 5, [1974].

²⁴⁸⁸ IAN/TT – PIDE/DGS, processo n.º 45 144, Ofício Confidencial n.º 1175/73 DSInf2, datado de 13 de Junho de 1973.

²⁴⁸⁹ Aquino de Bragança, *ob. cit.*, p. 31.

²⁴⁹⁰ *Idem, ibidem*, p.31.

²⁴⁹¹ Vide José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 125.

²⁴⁹² A Comissão Internacional de Inquérito integrava ainda Samora Machel, Joaquim Chissano e Sérgio Vieira. Os embaixadores de Cuba, da Argélia, da Nigéria, da Serra Leoa, do Senegal, da Zâmbia, da Libéria, do Egipto, da Tanzânia e, como não podia deixar de ser, por elementos do partido do poder, o Partido Democrático da Guiné (PDG).

1.2. O “colonialismo português” e o “imperialismo” eleitos como bodes expiatórios

Ao anunciar, na noite do dia 21 de Janeiro, o assassinato de Amílcar Cabral aos microfones da estação de rádio oficial, Sekou Touré atribuía a autoria a africanos infiltrados pertencentes ao exército colonial português²⁴⁹³. Dez dias mais tarde, o próprio Luís Cabral reforçava a tese de Sekou Touré, ao declarar que os assassinos de Cabral eram “infiltrados e desertores”²⁴⁹⁴. Oleg Ignatiev e Aquino de Bragança, entre outros, encarregaram-se de acrescentar a esse discurso oficial o carácter fantasioso que se lhe conhece. Inaugurava-se, assim, um discurso oficial que, a partir de então, seria religiosamente seguido no interior do PAIGC e fora dele. Este discurso oficial constitui ainda hoje, na nossa opinião, um dos maiores entraves a qualquer investigação sobre o assassinato de Amílcar Cabral.

Era previsível a eleição do “colonialismo português” como bode expiatório, até porque já havia tentado eliminar o Secretário-geral do PAIGC em várias outras ocasiões, nomeadamente aquando da invasão a Conakry, a 22 de Novembro de 1970 e/ou através da “Operação Amílcar Cabral”, em 1971. No entanto, nenhum dos nomes apontados oficialmente, como os autores do assassinato pertencia ao exército colonial. Antes pelo contrário, todos eles (Momo Touré, Aristides Barbosa e Bassiro Touré, irmão de Momo, e João Tomás Cabral) eram militantes e dirigentes “históricos” do PAIGC. Exceptuavam-se os casos de Malam Nanco²⁴⁹⁵ e Saido Baldé, acerca dos quais não conhecemos a sua trajectória política, apenas suspeitamos que fossem militantes do PAIGC do interior. Ambos chegaram a Conakry, vindos de Bissau, respectivamente, em 1971, na companhia de Momo Touré, e em 1972. No caso concreto de Momo e Aristides Barbosa, o único facto que os obrigou a abandonar involuntariamente as suas actividades partidárias foi o de terem sido detidos pelas autoridades portuguesas, respectivamente, em Maio e Julho de 1962, tendo cumprido sete anos de prisão no Tarrafal. Depois da sua libertação, em 1969, empreenderam, dois anos mais tarde (1971), uma fuga de regresso a Conakry. Podemos considerar que integravam ainda a lista dos “históricos” do partido os seguintes indivíduos: Inocêncio Cani, João Tomás Cabral, Inácio Soares da Gama, Emílio Costa, Valentino Cabral Mangana, Luís Teixeira, Joaquim da Costa²⁴⁹⁶, Marcelino Vaz Ferreira (“Nené”), Sana Cassamá²⁴⁹⁷, Basiro Touré, Bil Ubao,

²⁴⁹³ “Vive émotion après l’assassinat d’Amilcar Cabral”, *Le Monde*, Paris, 24 de février 1973, p. 4 ; Bruno Crimi, “Les assassins de Cabral”, *Jeune-Afrique*, n° 630, Paris, 3 février 1973, p. 8.

²⁴⁹⁴ “Le frère d’Amilcar Cabral confirme que celui-ci a été assassiné par de faux déserteurs africains de l’armée portugaise”, *Le Monde*, Paris, 31 janvier 1973, p. 5.

²⁴⁹⁵ Em 1970, teria sido preso em Conakry no grupo dos 40.

²⁴⁹⁶ Não sabemos se era o mesmo que Joaquim da Silva, um dos alegados sequestradores que pilotava a

Bacar Cani, Fernando Pina, Mamadu Indjai, Lamine Indjai, Encode (certamente Koda Nabonia), Lansana Bangourá, Estevão Lima, Mário Sá e Finhane-na-Dum. Deste grupo, apenas João Tomás Cabral chegou a manter contactos (por correspondência), embora não de alto nível, com os portugueses²⁴⁹⁸, enquanto exerceu as funções de comandante da base de Koundará. Por este motivo, teria sido preso, como já se viu, em Madina do Boé, em 1970. Em Abril de 1971, depois de ser julgado, foi sentenciado a 9 anos de trabalhos forçados.

Relativamente a Momo Touré, Aristides Barbosa e Basiro Touré, assinala-se que o facto de dois deles (Aristides Barbosa e Momo Touré) terem estado presos no Tarrafal, não significava que houvesse razões para serem apodados de “agentes dos portugueses” “introduzido [s] no Tarrafal para conseguir [em] a confiança dos nacionalistas”²⁴⁹⁹. Isto escrevia Aquino de Bragança, sobretudo em relação ao primeiro. Muito embora Portugal trabalhasse no sentido de minar o movimento de libertação da Guiné, podemos salientar, que o envolvimento e a actuação conspiratória de muitos dos alegados conjurados de 20 de Janeiro, em Conakry, foram em cumprimento de planos não necessariamente vinculados aos portugueses. Portanto, temos muitas dúvidas de que, quer Momo, quer Aristides Barbosa (este último, muitas vezes “considerado não recuperável”²⁵⁰⁰, pelas autoridades portuguesas) enquanto esteve detido no Tarrafal, se tivessem colocado ao serviço da DGS. Se se atender, por exemplo, às razões que levaram à sua detenção pelo PAIGC, em Junho de 1972, uma delas tinha a ver, justamente, com o facto de acusarem Amílcar Cabral, como já se viu, de querer negociar com os portugueses.

Nesta ordem de ideias, também estamos em crer que as declarações atribuídas a Valentino Cabral Mangana, distribuídas na ONU um mês após o assassinato de Amílcar Cabral, foram forjadas intencionalmente. De acordo com essas alegadas declarações, publicadas posteriormente por Aquino de Bragança, Portugal estaria “pronto a conceder a independência aos negros da Guiné-Bissau” se o PAIGC fosse extinto e se se excluíssem os cabo-verdianos da sua liderança. Tudo porque, aludia-se ainda na referida declaração, o regime do Estado Novo tencionava “conservar as ilhas de Cabo Verde, para si e seus aliados, como uma base estratégica de importância capital”²⁵⁰¹. Repare-se que a ideia de exclusão dos cabo-verdianos coincide com a do já referido documento de Mar-

vedeta em que Aristides Pereira era transportado.

²⁴⁹⁷ Era motorista do secretariado.

²⁴⁹⁸ Luis Cabral, *ob. cit.*, p. 394.

²⁴⁹⁹ Aquino de Bragança, *ob. cit.*, p. 32.

²⁵⁰⁰ Vide José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 120.

²⁵⁰¹ Aquino de Bragança, *ob. cit.*, p. 29.

ção de 1972 e com as declarações de outro dos acusados, Lansana Bangoura, segundo as quais, Portugal se preparava para agredir a Guiné-Conakry, a Zâmbia e a Tanzânia²⁵⁰².

Isso não põe de parte, como é óbvio, a possível existência de elementos infiltrados, informadores e agentes duplos²⁵⁰³, inclusivamente, ao mais alto nível da direcção superior do partido, alguns deles quadros influentes tendo acesso privilegiado a Amílcar Cabral.

Porém, uma coisa parece certa. Há muito que alguns dos considerados cabecilhas conspiravam contra a liderança de Amílcar Cabral e contra o seu PAIGC e, por isso mesmo, tinham tido problemas com a justiça do partido. Para além do já conhecido caso de João Tomás Cabral, também Inocêncio Cani e Inácio Soares da Gama tinham estado presos, acusados de corrupção, tendo sido julgados pelo tribunal de guerra, em Dezembro e Agosto de 1971, respectivamente. Inocêncio Cani seria amnistiado, pouco tempo depois.

Marcelino Vaz Ferreira, vulgo “Nené”, já tinha alegadamente participado, de acordo com Oleg Ignatiev²⁵⁰⁴, numa anterior tentativa de assassinato de Amílcar Cabral, em Madina do Boé, no ano de 1967, tendo recebido a clemência do líder. Outros 40, que se envolveram numa tentativa de lançar a confusão no partido de Cabral, seriam presos, como já se aludiu, na sequência de uma célebre reunião realizada, em Junho de 1972, na cantina da escola-piloto, em Conakry.

A 19 de Setembro de 1972, alguns dos nomes atrás referidos seriam abrangidos numa amnistia de Amílcar Cabral a 8 prisioneiros, em virtude das comemorações do aniversário da fundação do PAIGC²⁵⁰⁵. Eram os casos de João Tomás Cabral (amnistiado de 9 anos de prisão) e Joaquim da Silva (amnistiado em um ano de trabalho forçado)²⁵⁰⁶. Os restantes presos, igualmente amnistiados, mas que não constavam das referências anteriores, eram Abdu Djassi (amnistiado em cinco meses de trabalho forçado), João Fernandes (amnistiado em um ano de trabalho forçado), Baio Camará (amnistiado de 3 anos de trabalho forçado), Manuel Moisés Barbosa (amnistiado em oito anos de trabalho forçado) e Keba Mané (amnistiado em quatro meses de trabalho forçado)²⁵⁰⁷. Nada sabemos dos crimes de que eram acusados e, menos ainda, o grau do seu envolvimento posterior no assassinato. Ainda que, muitos dos alegados conspiradores tives-

²⁵⁰² *Idem, ibidem.*, p. 30.

²⁵⁰³ Nas vésperas do assassinato alguns deles estavam em Conakry (*Vide* José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, pp. 149-157).

²⁵⁰⁴ Oleg Ignatiev, *ob. cit.*, pp. 154-155.

²⁵⁰⁵ Amílcar Cabral, “Decisão de Amnistia”, 19 de Setembro de 1972 [manuscrito], fls 1-2. Transcrevemos na íntegra o documento (*vide* Apêndice documental, doc. nº 45).

²⁵⁰⁶ *Idem, ibidem*, fl. 2.

²⁵⁰⁷ *Idem, ibidem*, fl. 2.

sem tido, em alguma ocasião, um contencioso com a justiça do partido, como já defendeu José Pedro Castanheira²⁵⁰⁸, isso não significava, necessariamente, que tivessem estado implicados no assassinato, embora aquela situação tivesse facilitado de algum modo (e esta é, para já, a nossa opinião) a inclusão dos seus nomes na lista dos conjurados. O que é certo é que a grande maioria dos alegados assassinos eram elementos que, de uma maneira ou de outra, estavam descontentes com a sua situação no partido, por causa dos castigos que em alguma ocasião lhes tinham sido aplicados e, sobretudo, com o velho problema da unidade entre a Guiné e Cabo Verde. No decurso dos inquéritos que a Comissão Internacional fez para apuramento de responsabilidades e a que Alcides Brito Évora (“Batcha”) assistiu, como intérprete, por indicação do Ministro de Administração Interna da Guiné-Conakry, Siaka Touré (sobrinho de Sekou Touré), apurou-se, nas palavras de “Batcha”, o seguinte:

Um dos alibis que eles apresentavam era precisamente o de tentar criar uma fronteira entre guineenses e cabo-verdianos. A dizer que o Amílcar protegia os cabo-verdianos em detrimento dos guineenses. Que eram os naturais da Guiné que iam para as Frentes de combate²⁵⁰⁹.

O próprio Sekou Touré, revelando inúmeras contradições no seu discurso, chegou a admitir que a pretensão dos “criminosos” era atingir, entre outros, os seguintes objectivos: provocar a divisão entre combatentes mestiços e negros; explorar as sanções disciplinares que impendiam sobre alguns deles; opor os combatentes do interior aos do exterior do movimento e criar uma direcção paralela ou um outro partido. Veja-se que há aqui uma estranha coincidência entre os objectivos anunciados por Sekou Touré e os que Cabral assinalava no célebre documento de Março de 1972. A avaliar pelas evasivas de Oscar Oramas, que integrou a Comissão Internacional de Inquérito criada a 22 de Janeiro de 1973, na hora de se referir à implicação portuguesa no assassinato, na carta que dirigiu a Aristides Pereira e que este publicou no seu livro, e também, num excerto do relatório da comissão criada pelo PAIGC, publicado n’ *O Jornal*, de 9 de Janeiro de 1976²⁵¹⁰, o autor moral estava longe de ser o inimigo colonialista. Aliás, o facto de, numa reunião do Conselho Superior de Luta (CSL), realizada em Conakry, de 7 a 9 de Fevereiro de 1973, o PAIGC ter definido como objectivo prioritário o aprofundamento da investigação iniciada pela Comissão Internacional de Inquérito, através de um inquérito interno, a fim de “descobrir os verdadeiros autores morais do crime, seus executores

²⁵⁰⁸ José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 115.

²⁵⁰⁹ Entrevista a Alcides Brito Évora (“Batcha”), Praia, Abril de 2003.

²⁵¹⁰ *Vide* José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 93.

conscientes ou inconscientes, e sobretudo, a possível implicação dos criminosos colonialistas portugueses”²⁵¹¹, só veio confirmar que as investigações anteriores teriam sido inconclusivas a esse respeito.

Tudo o que acaba de ser dito não significa, porém, que Portugal não tivesse estado interessado, nesta e noutras ocasiões, como já se viu, na morte de Amílcar Cabral. Em finais de 1972, o regime do Estado Novo estava determinado, como já dissemos algures, em não permitir que a independência da Guiné arrastasse com ela a de Cabo Verde. Envolveria essa tentativa de assassinato impedir a independência da Guiné e de Cabo Verde? Uma resposta definitiva sobre o assunto é difícil de avançar. Contudo, sem querer ilibar completamente o regime de Marcelo Caetano, a lutar desenfreadamente pela sua sobrevivência, diremos apenas que, considerando as circunstâncias em que ocorreu o assassinato do líder do PAIGC e o rol dos alegados responsáveis, resulta difícil confirmar categoricamente o envolvimento de Portugal, apontado no discurso oficial, e fundamentado muitas vezes no facto de, no passado, em numerosas ocasiões ter tentado consumir este acto. Como já vimos, o Governo português vinha equacionando a eliminação física do Secretário-geral do PAIGC, desde meados dos anos 60, através de vários planos, alguns deles já anteriormente assinalados.

Na fase crucial em que se avançava irresistivelmente para o fim do colonialismo português, pelo menos na Guiné e, por arrastamento, em Cabo Verde, Angola, S. Tomé e Príncipe e Moçambique, a morte de Amílcar Cabral podia interessar ao Governo português e aos seus aliados ocidentais. É que, como já se disse, uma eventual independência da Guiné associada a Cabo Verde, também independente, poderia incrementar, de acordo com as elites políticas e militares portuguesas, a influência política de Amílcar Cabral, considerado “comunista” e “pró-soviético”, e concentrar muito poder nas mãos de um só homem. Pensava-se também, nos meios ocidentais, que a segurança dos países da NATO estaria em perigo²⁵¹², pela possibilidade de instalação de uma base militar estratégica²⁵¹³ em Cabo Verde, criando condições para a extensão do domínio soviético no Atlântico Sul e nas rotas marítimas para o oriente, bem como as comunicações entre os três continentes (África, Europa e América). Seria bom lembrar que, anos antes, a Operação “Mar Verde” teria sido instigada, provavelmente, por um alegado documento secreto²⁵¹⁴, elaborado pelo governo do Partido Conservador britânico, que alertava para

²⁵¹¹ José Pedro Catanheira, *ob. cit.*, p. 93.

²⁵¹² AMS, “Mensagem do Ano Novo do Secretário-Geral do partido camarada Amílcar Cabral”, Janeiro de 1969, Conakry, Comissão de Informação e Propaganda, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4341.001, im 68.

²⁵¹³ Marcello Caetano, *Depoimento* (Rio de Janeiro, 1974), pp. 190-191.

²⁵¹⁴ Este documento encontra-se publicado em Eduardo de Sousa Ferreira, *Portuguese Colonialism. From*

a ameaça à segurança da rota do Cabo e para a instabilidade de numerosos países africanos da África Ocidental e até de Angola e Moçambique, que uma possível independência da Guiné e Cabo Verde podia representar.

Estes dois argumentos podem ter servido de pretexto para que Portugal tivesse optado, como alguns autores já o fizeram ver, pelo assassinato de 20 de Janeiro de 1973. A ideia era adiar “ou pelo menos atrasar” a convocatória da Assembleia Nacional Popular (ANP), marcada para o primeiro trimestre de 1973 e a consequente independência da Guiné. Esta foi, pelo menos, a opinião manifestada pelo último Governador da Guiné, Carlos Fabião²⁵¹⁵. É que, com a proximidade do cumprimento das ameaças de Amílcar Cabral em proclamar a independência da Guiné e depois avançar com a luta em Cabo Verde, não admira que se tenham reavivado em Portugal os velhos medos que o arquipélago fosse utilizado para a instalação de bases soviéticas, que rivalizariam com as bases americanas dos Açores. Uma situação dessas iria subtrair o controlo deste espaço atlântico de importância estratégica para a NATO e para o regime sul-africano, fazendo perigar as ligações entre Portugal e as suas restantes possessões africanas (Angola e Moçambique). Aliás, há muito que Portugal vinha insistindo que Cabo Verde não fazia parte da Guiné portuguesa e que, por isso mesmo, os dois territórios eram administrados separadamente. Mas, insistimos. Teria a defesa de Cabo Verde pesado no engendrar do assassinato por parte de Portugal.

Na nossa apreciação dos factos, apesar de, nos finais de 1972, Portugal ter motivos de sobra para se “livrar” do carismático Secretário-geral do PAIGC, isso não quer dizer que tivesse tido oportunidade e condições para a sua concretização. Além do mais, a eliminação de um só homem, apesar de se tratar do dirigente máximo, não garantia por si só, um travão à iminente proclamação da independência da Guiné.

Mas, não é tanto a falta de oportunidade e de condições que nos levam a ter muitas dúvidas acerca de um possível envolvimento português. É a própria análise dos acontecimentos do dia 20 de Janeiro que parece não deixarem margem para dúvidas de que o assassinato de Amílcar Cabral foi obra de dissidentes do PAIGC, com uma grande probabilidade de ter sido um *complot* em grande escala.

Vários factores nos levam a tirar, para já, a seguinte conclusão: as circunstâncias em que ocorreu o assassinato na capital guineense (Conakry); as muitas contradições do discurso oficial; a história fantasiosa que este mesmo discurso criou e recriou ao longo dos anos, muitas vezes intencionalmente, para, em nossa opinião, continuar a encobrir a

South Africa to Europe. Preface by Basil Davidson, Edited by Aktion Dritte welt, Freiburg i, Br., Loretostr. 20 a, 1972, pp. 136-138.

²⁵¹⁵ José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 217.

verdade; o facto de, até hoje, não se conhecer nenhum relatório (se é que alguma vez chegou a haver algum relatório) das três comissões de inquérito entretanto criadas, que poderia apontar para um alegado envolvimento das autoridades portuguesas, conforme se defende no discurso oficial. Estamos absolutamente convencidos de que, se tivesse sido o regime colonial a ordenar a morte de Cabral, Sekou Touré seria o primeiro interessado em que toda a verdade fosse conhecida, mas assim não foi. O facto de Sekou Touré ter passado para o lado colonial toda a responsabilidade do que aconteceu a 20 de Janeiro e, a partir daí, construir todo um discurso oficial, tinha como objectivo limpar a sua face e precaver-se contra a hipótese de a OUA deixar de apoiar o PAIGC, o que de certo modo poderia agudizar ainda mais as tensões e contribuir, até, para a queda do seu regime. Além do mais, o eventual envolvimento formal de Portugal parece também levantar muitas dúvidas, se tivermos em conta a própria actuação das autoridades da Guiné-Conakry. É que entendemos que, se tivesse sido o Portugal de Caetano a ter a responsabilidade efectiva, as autoridades da Guiné-Conakry não hesitariam em revelar provas de que assim sucedera, da mesma forma como actuaram relativamente à invasão de 22 de Novembro de 1970. Mas, o certo é que, até mesmo os resultados dos primeiros inquéritos (se é que houve algum inquérito sério) feitos pelas autoridades de Conakry, nunca foram revelados e nem foram facultados para os trabalhos de uma outra comissão de inquérito criada pelo PAIGC ou pela comissão internacional, cujos resultados também nunca foram conhecidos ou divulgados.

1.3. A alegada “mão invisível” de Sekou Touré

Na única investigação feita até hoje com alguma seriedade, José Pedro Castanheira tirou a seguinte conclusão, no que diz respeito à autoria (material e moral) do assassinato: a de ter sido, como defendia a versão oficial, obra de dissidentes guineenses do PAIGC instigados e apoiados pelo regime de Caetano, através da Direcção-Geral de Segurança (DGS). No entanto, acrescentou uma nova pista: a de um eventual envolvimento de Sekou Touré, que outros autores como Bruno Crimi²⁵¹⁶, Paul Bernetel²⁵¹⁷, ainda no rescaldo do assassinato, em Fevereiro e Março de 1973, e, mais recentemente, destacados opositores ao regime de Touré²⁵¹⁸, já assinalaram. Deve-se assegurar, contudo, que, tal como é difícil demonstrar o envolvimento português, faltam também provas

²⁵¹⁶ Bruno Crimi, “Les assassins de Amilcar Cabral”, *Jeune Afrique*, n° 630, Paris, 3 février 1973.

²⁵¹⁷ Paul Bernetel, “Cabral: quelles complicités?”, *Jeune Afrique*, n° 634, Paris, 3 mars 1973.

²⁵¹⁸ Destacamos as declarações de Gabriel Cissé (*vide* José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 186), Ibrahima Baba Kaké, “Sékou Touré, le Heros et le Tyran”, *Jeune Afrique*, Paris, 1987; Mahmoud Bah, *Construire la Guinée après Sékou Touré*, Paris, L’Harmattan, 1990.

para incriminar o regime de Sekou Touré, ainda que se possam fazer várias perguntas incómodas como já o fizeram Bruno Crimi e Bernetel.

O primeiro, num editorial da *Jeune Afrique*, datado de 3 de Fevereiro de 1973, depois de várias interrogações e dúvidas, acerca da facilidade com que se perpetrara um crime daquela envergadura no coração do regime de Sekou Touré, avançou, entre outras perguntas, a seguinte: se o ataque foi perpetrado no interior do campo, como teria sido possível, aos assassinos, romper as inúmeras barreiras de segurança e levar com eles alguns dirigentes do PAIGC presos²⁵¹⁹?

Por outro lado, o segundo, Paul Bernetel, num artigo publicado um mês mais tarde, apesar de aceitar, à primeira vista, a tese do discurso oficial, de que Cabral teria sido abatido por traidores ao serviço de Portugal, espelhava o sentimento de uma maioria silenciosa e acentuava o seu diagnóstico sobre as cumplicidades do regime guineense (Guiné-Conakry), de que teriam beneficiado os traidores para cometer o assassinato²⁵²⁰. Bernetel não entendia, por exemplo, como fora possível que os alegados assassinos tivessem sido recebidos “deliberadamente”, na residência do presidente guineense²⁵²¹.

Tem-se aludido à colaboração ou anuência do regime de Touré, com base no acolhimento dos considerados cabecilhas do movimento conspiratório, no palácio presidencial, depois de consumado o crime, sem a qual, dificilmente, os conjurados teriam actuado. Esta foi, pelo menos, a tese defendida também pelos opositores de Sekou Touré²⁵²². Com base nos testemunhos recolhidos por José Pedro Castanheira, afirmava-se mesmo que havia suspeitas de que dois oficiais do exército²⁵²³ da Guiné-Conakry teriam garantido aos sediciosos o apoio do Presidente Touré²⁵²⁴.

Na linha de uma pergunta que se tem colocado relativamente à convocatória dos embaixadores de Cuba e da Argélia para a reunião com o Presidente da Guiné-Conakry, e que Oramas não deixa de expor no seu livro²⁵²⁵, pode provocar estranheza que, perante uma crise de tamanha dimensão, Sekou Touré tivesse optado por deixar de fora as restantes embaixadas africanas que eram também amigas do PAIGC ou europeias do Leste, como, por exemplo, da União Soviética e até mesmo da Polónia.

²⁵¹⁹ Bruno Crimi, “Les assassins de Amilcar Cabral”, *Jeune Afrique*, nº 630, Paris, 3 février 1973.

²⁵²⁰ Paul Bernetel, “Cabral: quelles complicités?”, *Jeune Afrique*, nº 634, Paris, 3 mars 1973, p. 21.

²⁵²¹ *Idem, ibidem*, p. 21. Vide também, sobre este assunto, José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, pp. 184-185.

²⁵²² José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 186; Ibrahima Baba Kaké, “Sékou Touré, le Heros et le Tyran”, Paris, *Jeune Afrique*, 1987, p. 240; e Mahmoud Bah, *Construire la Guinée après Sékou Touré*, Paris, L’Harmattan, 1990, p. 82.

²⁵²³ A garantia foi dada por Fidelis Cabral de Almada numa entrevista concedida a José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 185.

²⁵²⁴ Vide José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, pp. 184-185.

²⁵²⁵ Oscar Oramas, *ob. cit.*, cap. 9, p. 159.

Segundo José Pedro Castanheira, entre as motivações que podem ter levado Sekou Touré a interessar-se pela eliminação física de Amílcar Cabral em 1973 ou, pelo menos, facilitá-la, encontravam-se: os ciúmes pelo protagonismo cada vez mais evidente de Amílcar e a ambição do Presidente da República da Guiné-Conakry em criar um único Estado na costa ocidental de África (“A Grande Guiné”²⁵²⁶), integrado no projecto de unidade africana.

No entanto, dificilmente Amílcar Cabral abraçaria esse projecto, pelo menos no imediato, antes da consolidação da independência da Guiné e de Cabo Verde por que lutava. No pensamento do líder guineense e cabo-verdiano, a integração futura dos novos Estados da Guiné e de Cabo Verde no projecto de unidade africana, fosse ela a partir de unidades regionais ou sub-regionais, passaria sempre, como já referimos, em primeiro lugar, pela melhoria substancial das condições de vida do seu povo.

José Pedro Castanheira assinala ainda as intrigas de alguns dos membros do gabinete de Sekou Touré, cada vez mais zelosos em relação a Amílcar Cabral.

Podíamos acrescentar a insistência deste em negociar com Portugal, facto que Sekou Touré e alguns correligionários do próprio Amílcar Cabral, e provavelmente das outras colónias, não toleravam. Além do mais, nos últimos tempos, Sekou Touré já não parecia ser adepto fervoroso do projecto de unidade entre a Guiné e Cabo Verde, pelo menos nos moldes em que estava a ser conduzido, o que suscitava frequentes queixas e fortes desentendimentos nas hostes afectas a Amílcar Cabral. Atente-se, por exemplo, no discurso que Sekou Touré proferiu nos dias subsequentes ao assassinato, especialmente aquando do cerimonial fúnebre realizado no dia 1 de Fevereiro de 1973, em Conakry. Do alto da tribuna, Sekou Touré não se coíbiu de tecer duras críticas em relação aos problemas internos de que enfermava o PAIGC.

Acresce-se a isso o facto de Cabral se revelar apreensivo e desconfiado do seu “aliado” Sekou Touré. Bruno Crimi afirmava que Cabral se mostrava preocupado com a fuga de informações confidenciais, comunicadas às autoridades de Conakry, que chegavam às autoridades portuguesas por via de embaixadas sedeadas naquele país. Preocupações com os ciúmes de alguns ministros de Sekou Touré, devido à influência de Cabral junto deste, e sobre a deterioração das suas relações, factos que preocupavam Cabral. Seriam estas as preocupações que Luís Cabral e a primeira esposa de Amílcar, Maria Helena, manifestaram, quando se referiram a um encontro que tiveram com Amílcar Cabral, respectivamente, no aeroporto de Yoff, em Dakar, e na Suíça, numa

²⁵²⁶ A “Grande Guiné” englobaria o território independente da Guiné-Bissau, Casamansa, Gâmbia e a Guiné-Conakry.

escala de Cabral a caminho de Moscovo, em meados de Dezembro de 1972? Provavelmente. “Mal o vi, – escrevia Luís Cabral – apercebi-me de que estava muito preocupado”²⁵²⁷. Por sua vez, Maria Helena teria confessado a António Duarte que, num encontro com Amílcar Cabral, na Suíça, este lhe teria assegurado “que tinha problemas com Conakry”²⁵²⁸.

Parece confirmar-se que, desde a invasão de Conakry, a 22 de Novembro de 1970, conduzida por Alpoim Calvão²⁵²⁹, as relações entre Cabral e Touré nunca mais foram as de outros tempos. Com efeito, se Portugal não conseguiu então, decapitar o PAIGC e/ou acabar com o regime de Sekou Touré, logrou pelo menos criar um mau ambiente entre o Presidente da Guiné-Conakry e o líder do PAIGC. Aquele, temendo as pressões e novas incursões militares de Portugal e a instabilidade que isso poderia acarretar ao seu regime, chegou alegadamente a solicitar o abandono de Conakry por parte do PAIGC, seguido de várias proibições aos guerrilheiros e quadros de Amílcar Cabral. Foi por este motivo que representantes de 7 países amigos do PAIGC se reuniram com Sekou Touré, em Dezembro de 1970 (isto é, um mês após a invasão de Conakry), para lhe suplicar a anulação do pedido. Não se sabe até que ponto este acontecimento teria levado Amílcar Cabral a acelerar a independência do seu território e mesmo a ideia da criação de uma grande base na região do Boé, para acabar com a excessiva dependência em relação à Guiné-Conakry.

A ter havido um conluio das autoridades da Guiné-Conakry, nomeadamente do seu dirigente principal, como se suspeita, estes não esperavam que o crime fosse cometido em Conakry, com medo das repercussões que o assunto podia tomar (como de facto tomou) a nível internacional. Tanto foi assim que, de acordo com Rui Nola, que conseguiu evadir-se de Conakry, depois do assassinato de Amílcar Cabral, e entregar-se às autoridades portuguesas, quando os elementos dissidentes consumaram o acto e se dirigiram a Sekou Touré para o informar da situação, este teria respondido “que era um abuso matar um dirigente no seu país”, dando ordens “imediatas a um coronel do seu Exército para os mandar deter”²⁵³⁰. Na opinião de Sekou Touré, os “seus” colaboradores ter-se-iam “perigosamente” excedido, conforme apontou também Humberto Cardoso²⁵³¹.

²⁵²⁷ Luís Cabral, *ob. cit.*, p. 433.

²⁵²⁸ António Duarte, “Amílcar Cabral visto pela viúva”, *Revista História*, n.º 61, Novembro de 1983, p. 22.

²⁵²⁹ Vide Alpoim Calvão, *De Conakry ao MDLP. Dossier secreto*, Lisboa, Editorial Intervenção, 1976, p. 5 e ss.

²⁵³⁰ IAN/TT – PIDE/DGS, relatório de interrogatório a Rui Nola n.º 25/73, citado também por José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 184.

²⁵³¹ Humberto Cardoso, *O Partido Único em Cabo Verde, um Assalto à Esperança*. Praia, Imprensa

Um eventual envolvimento das autoridades da Guiné-Conakry no assassinato teria sempre de ser muito bem calculado, até porque uma possível dissolução do PAIGC poderia provocar, indirectamente, a derrocada do regime de Touré. Daí a tática de responsabilização da DGS usada por Sekou Touré, que teve, no plano político e militar, três efeitos: 1) confundir à partida as possíveis investigações sobre o assunto; 2) desresponsabilizar o regime de Conakry e 3) criar coesão interna a nível dos guerrilheiros que se encontravam no interior.

De uma coisa não temos dúvidas: o assassinato de Amílcar Cabral deve continuar a ser investigado no interior do seu partido, pois acreditamos, tal como o próprio Cabral acreditava, que um possível assassinato só podia ser engendrado, por “dissidentes”. De resto, Cabral tinha, sobre isso, uma frase premonitória: “se um dia for assassinado, sê-lo-ei, provavelmente, por um homem do meu povo, do partido e talvez mesmo da primeira hora...”²⁵³².

Também não parece haver a menor dúvida de que a morte de Amílcar Cabral foi, provavelmente, premeditada e bem orquestrada, aproveitando-se, para isso, da conjuntura interna e externa. Sejamos um pouco mais explícitos. Em primeiro lugar, o assassinato ocorreu depois da reunião ordinária da OUA, realizada de 8 a 13 de Janeiro, em Accra (Ghana), durante a qual aquela organização adptou, entre muitas outras resoluções, a importante decisão de apoiar explicitamente os planos de Amílcar Cabral e do PAIGC de avançar para a convocatória da Assembleia Nacional Popular (ANP), que proclamaria o Estado da Guiné, e também ameaçava deixar de tolerar e de apoiar todos aqueles movimentos de libertação que tivessem querelas internas²⁵³³.

Com o assassinato, não se esperaria conseguir passar para o exterior a imagem de que o PAIGC não era um movimento de libertação estável internamente e criar, assim, um dilema à OUA, na hora de apoiar os derradeiros esforços para a independência da Guiné? Neste sentido, a alocução de Sekou Touré, do dia 21 de Janeiro de 1973, em que afirmava que a pretensão dos assassinos era criar um profundo conflito no seio do PAIGC e fazer crer que o assassinato era impopular entre os seus²⁵³⁴, vai ao encontro da pergunta por nós lançada.

Nacional de Cabo Verde, 1983, p. 24.

²⁵³² *Idem, ibidem.*, p. 81.

²⁵³³ “Organisation de l’Unité Africaine – Comite de Coordination pour la Liberation de l’Afrique (Comite des Dix-Sept). 21ème Session Ordinaire Accra – Ghana (8-13 Janvier 1973). Déclaration d’ Accra sur la Nouvelle Stratégie de la Libération de l’Afrique”, fl. 6.

²⁵³⁴ “Après l’assassinat du leader nationaliste de la Guinée-Bissau à Conakry La Guiné e le Senegal attribuent au Portugal la responsabilité de la mort d’Amilcar Cabral”, *Le Monde*, Paris, 23 de janvier 1973, p. 6.

Por outro lado, com a proximidade quase garantida da independência da Guiné, ao tomar conhecimento que Cabral projectava iniciar as acções de guerrilha no arquipélago, contando, certamente, com o apoio de uma Guiné independente (como sempre, guineenses e cabo-verdianos unidos), a ala guineense do PAIGC, provavelmente não teria estado disposta a fazer mais sacrifícios. E assim entramos no segundo aspecto que pode ter funcionado também como motivo para o assassinato.

Em segundo lugar, ocorreu pouco antes de uma agendada reunião da reunião do Conselho Superior de Luta (CSL), na qual se debateriam, não só a questão da independência da Guiné, mas também a reforma da direcção do partido para se poder avançar com a luta em Cabo Verde. Repare-se que, num relatório enviado, nas vésperas do CSL, por um colaborador da DGS que pertencia aos quadros do PAIGC, ainda em Julho de 1973, se adiantava que um dos assuntos a debater seria: “a divisão da luta armada de modo a que o conflito na Guiné portuguesa” ficasse “exclusivamente a cargo dos guinéus e em Cabo Verde, a cargo dos caboverdianos”²⁵³⁵. Ainda assim, apetece perguntar: qual teria sido a reacção da ala cabo-verdiana do PAIGC ao ver que se aproximava a independência da Guiné, sem a de Cabo Verde?

1.4. A estranha “escolha” de Victor Freire Monteiro para “sucessor” de Amílcar Cabral. O epílogo

Como se não bastasse o clima que se respirava na capital da República da Guiné-Conakry, nos dias posteriores ao assassinato de Amílcar Cabral, e sem que se soubesse do seu autor, no dia 24 de Janeiro, foi posto a circular, através da Rádio Conakry²⁵³⁶, e pouco depois pela agência ANI (portuguesa), a notícia de que Victor Freire Monteiro tinha sido escolhido como sucessor do líder assassinado. Doravante, o seu nome seria repetido à saciedade pelos órgãos de comunicação internacionais. O *Le Monde*, por exemplo, chegou a escrever, a propósito, que Victor Freire Monteiro “fazia parte do triunvirato que – com Amílcar Cabral e o seu irmão mais novo, Luís – dirigiria o executivo provisório, cuja criação próxima tinha sido anunciada pelo líder nacionalistas”²⁵³⁷. Teria Amílcar Cabral escolhido já o tal triunvirato e o governo provisório?

²⁵³⁵ Vide, sobre este assunto, José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 157.

²⁵³⁶ “Succédant a Amilcar Cabral M. Vitorio Monteiro prend la direction du mouvement nationaliste de la Guinée-Bissau”, *Le Monde*, 26 janvier 1973, p. 10. O *Le Monde* que se equivocou inclusive no nome de Victor Monteiro como se pode constatar, afirmava, na sua edição de 29 de Janeiro, que foi a ANI que o anunciou a partir de uma notícia captada da Rádio Conakry.

²⁵³⁷ “Succédant a Amilcar Cabral M. Vitorio Monteiro prend la direction du mouvement nationaliste de la Guinée-Bissau”, *Le Monde*, Paris, 26 janvier 1973, p. 10.

Recorde-se que, desde 1971, existia um triunvirato constituído por Amílcar Cabral, Luís e Aristides Pereira.

A confirmar-se a inclusão de Victor Freire Monteiro no triunvirato, tal significaria, como assinala o *Le Monde*, o afastamento de um dos elementos da cúpula dirigente do PAIGC: Luís Cabral ou Aristides Pereira que se perfilava, desde Agosto de 1971, praticamente, como o segundo homem na Comissão Permanente do Comité Executivo de Luta (CPCEL).

Pouco antes do anúncio do nome de Victor Freire Monteiro, Sekou Touré fez uma declaração, numa reunião do PDG em que estiveram presentes Luís Cabral e Samora Machel, segundo a qual era urgente a reorganização da direcção do PAIGC. O argumento invocado para essa necessidade primorosa era o da “gravidade da infiltração no seio do movimento nacionalista, de agentes cúmplices de imperialismo”²⁵³⁸. Duas leituras se podem fazer a propósito dessas declarações, todas relacionadas com o contexto da vinda a público do nome de Victor Freire Monteiro. A primeira delas tem a ver com o facto de, ao referir-se ao elevado grau de infiltração, Sekou Touré revelar uma grande desconfiança relativamente à cúpula dirigente do PAIGC, razão pela qual seguramente se avançou o nome de Victor Freire Monteiro. Mas há ainda uma outra possível leitura: o aproveitamento do vazio deixado pelo assassinato de Amílcar Cabral para, no mínimo, interferir na vida interna do PAIGC. Fosse quem fosse o autor da indicação do nome de Freire Monteiro, havia uma evidente intenção de colocar um guineense na corrida à liderança do PAIGC, o que reflectia a precipitação e a rapidez com que a notícia foi difundida. Numa situação normal, Victor dificilmente chegaria ao cargo de Secretário-geral do PAIGC. Contava com muitas coisas em seu desfavor. A primeira delas, e talvez a mais importante, era a de que não podia ser considerado um “histórico” do partido. A segunda é que era ainda um desconhecido dos guerrilheiros e da maioria dos dirigentes do partido e, principalmente, das autoridades de Conakry. Havia chegado a esta cidade, apenas em Janeiro de 1972, depois de ter fugido de Portugal em 1971.

O único *curriculum* que apresentava, e que de certo modo se afigurava como uma vantagem em relação a outros possíveis “candidatos” da ala guineense ao lugar deixado pela morte de Amílcar Cabral, era o académico. Em 1972, era um dos poucos quadros superiores do PAIGC, ainda para mais guineense, com uma licenciatura em Economia, pela Universidade do Porto, e, portanto, com perfil (pelo menos académico) bastante para substituir Cabral na liderança, o que, certamente, devia satisfazer a ala guineense do PAIGC e também as autoridades da Guiné-Conakry.

²⁵³⁸ *Idem, ibidem*, p. 10.

Como se vê, tudo se conjugava para que a notícia, posta a circular quatro dias depois do assassinato de Cabral, tenha sido intencional, não tendo sido imediatamente desmentida pelas autoridades da Guiné-Conakry, se não dois dias mais tarde (a 28 de Janeiro), seguramente por causa dos protestos oriundos do interior do PAIGC. Num perfil elaborado por um agente da DGS, sobre Aristides Pereira, com data de 24 de Setembro de 1973, afirmava-se que este, Luís Cabral e Lourenço Gomes teriam discordado da “escolha” de Victor Freire Monteiro para substituir Amílcar Cabral²⁵³⁹. Não admira que, por todas as razões atrás apontadas e mais algumas, a vinda a público de um nome “estranho”, que não era propriamente um “histórico” do partido, tenha causado uma grande surpresa nos meios internacionais e os protestos dos elementos mais antigos. Só a partir de 28 de Janeiro a notícia passou a ser considerada, pelas autoridades da Guiné-Conakry, habituadas a intrigas, “uma manobra de divisão organizada pelo imperialismo”, com vista “a arruinar a unidade moral e ideológica dos movimentos de libertação”.

A 2 de Fevereiro, um dia após os funerais de Amílcar Cabral, o PAIGC tornava público, num comunicado distribuído à imprensa, que o sucessor provisório de Amílcar, afinal, seria Aristides Pereira, até a convocatória do Conselho Superior de Luta (CSL), órgão supremo de decisão no intervalo dos congressos.

Nos dias seguintes, teria havido uma grande movimentação da ala guineense em Conakry, na tentativa de tirar partido da próxima eleição de um novo Secretário-geral. Esta foi um dos motivos da convocatória de uma alegada reunião realizada, nos inícios de Fevereiro de 1973, na capital guineense (Conakry). Presentes, pela ala guineense, encontravam-se “Nino” Vieira, Osvaldo Vieira, Umaru Djaló, Francisco Mendes, Carlos Correia, Victor Saúde Maria, entre outros²⁵⁴⁰. Um dos motivos da sua realização era lançar a candidatura de um guineense para o lugar vago de Secretário-geral. Mais tarde, para o CSL, de Julho de 1973, os dois candidatos à liderança do Partido eram Aristides Pereira, e “Nino” Vieira.

A 22 de Julho, face à desistência de “Nino”, por não se achar preparado para assumir o lugar, Aristides Pereira, candidato único, foi facilmente eleito.

Um facto, porém, é certo. Um dos aspectos que veio revelar que havia de facto um certo descontentamento em relação à liderança de Amílcar Cabral, em virtude da fraca participação de “guineenses” na cúpula do partido, designadamente no Comité

²⁵³⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, ces. CV.SR. 560, “Aristides Pereira”, «O Alfredo Bangoura», , NT 5159, fl. 16.

²⁵⁴⁰ A feitura desta reunião foi revelada por um agente de ligação que tinha acesso directo a Amílcar Cabral, num relatório que consta num processo existente no Arquivo da PIDE com a cota 12015 (*vide*, também, José Pedro Castanheira, *ob. cit.*, p. 153).

Permanente do Comité Executivo de Luta (CPCEL), foram as reformas promovidas internamente, depois do assassinato. No sentido de repor alguma “justiça”, a composição daquele órgão passou a integrar quatro elementos (dois da Guiné²⁵⁴¹ e dois de Cabo Verde²⁵⁴²) e não três como dantes. Repare-se que uma das críticas que os considerados catalisadores do movimento proferiam relativamente à direcção do partido era, justamente, a de que havia uma concentração excessiva do poder nas mãos de um grupo muito reduzido de pessoas, designadamente Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral e José Araújo. Haveria aqui nesta reforma alguma interferência de Sekou Touré?

No interior do PAIGC, as suspeitas sobre determinados indivíduos, umas vezes abertas, como no caso de Osvaldo Máximo Vieira, e outras vezes encobertas, como, por exemplo, no de João Bernardo Vieira “Nino”, mantiveram-se durante muito tempo. Em virtude disso, aquele seria praticamente isolado, perseguido, inquirido e preso, sob a acusação de ter tido responsabilidades morais no assassinato. Nas listas dos dirigentes eleitos, no CSL, para o II Congresso que decorreria em Madina do Boé, em Setembro de 1973, o seu nome aparecia nos últimos lugares da lista. Morreu em Março de 1974.

Por outro lado, na composição do Conselho dos Comissários de Estado e dos sub-Comissários de Estado, escolhidos na sequência do Congresso de Boé, “Nino” Vieira, eleito Comissário das Forças Armadas, era o único que partilhava o cargo com o comandante Pedro Pires, este na qualidade de Adjunto. Continuava a apertada “vigilância” sobre “Nino” Vieira?

O assassinato de Amílcar Cabral adiou, mas não foi capaz de evitar, a projectada proclamação do Estado da Guiné, que Amílcar Cabral tinha inicialmente agendado para o primeiro trimestre de 1973. Em Setembro deste ano, a Assembleia Nacional Popular, reunida durante dois dias (23 e 24), em Madina do Boé, votou a Constituição da República, proclamou a independência da Guiné e elegeu um Conselho de Estado de quinze membros, cuja presidência foi confiada a Luís Cabral, Secretário-geral Adjunto. Com a proclamação unilateral da independência, finalmente, associava-se a situação que há muito o líder assassinado reclamava como prevacente no terreno, isto é, a de que a Guiné era um Estado independente com parte do seu território, nomeadamente os centros urbanos, ainda ocupados por forças estrangeiras.

A proclamação do novo Estado foi reconhecida imediatamente pelos Estados membros da OUA, pelos Estados asiáticos e latino-americanos, e países socialistas e progressistas, tornando-se no 136.º membro das Nações Unidas. Tal como Cabral havia

²⁵⁴¹ “Nino” Vieira e Francisco Mendes.

²⁵⁴² Aristides Pereira e Luís Cabral.

deixado claro no seu, por muitos considerado, “testamento político”, cumpria-se o vaticínio:

Nenhum crime, nenhuma força, nenhuma manobra ou demagogia dos criminosos agressores colonialistas portugueses, será capaz de parar a marcha da História, a marcha irreversível do nosso povo Africano da Guiné e Cabo Verde para a independência, a paz e o progresso a que tem direito²⁵⁴³.

A derrocada do regime de Caetano, a 25 de Abril de 1974, abriu o caminho, finalmente, para a abertura do processo negocial com o Governo português que culminaria nos acordos de Argel e com o reconhecimento formal da jovem República da Guiné Bissau por parte de Portugal, a 10 de Setembro de 1974.

²⁵⁴³ ASRDN – Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, “Mensagem de Ano Novo de 1973”.

Conclusão

Chegámos ao fim de um longo percurso de quase 50 anos (1924-1973), metade dos quais Amílcar Cabral consagrou à libertação do Homem africano da Guiné e de Cabo Verde e às causas justas do mundo.

Esboçar uma conclusão sobre esta larga trajectória do homem, do político e do revolucionário, feita de luta e de incomensuráveis sacrifícios, implica seguir os ritmos e a cadência dos vários momentos que marcaram a sua vida, incorporados, naturalmente, com a ajuda das fontes, nas respostas que procurávamos quando iniciámos a presente investigação. Um único desejo tivemos em mente com a realização deste trabalho: recuperar a memória de Amílcar Cabral, não numa perspectiva hagiográfica, que marcou os trabalhos de autores como Oleg Ignatiev e Mário de Andrade (*Essai de Biographie politique...*), mas de um indivíduo-actor.

Como vários líderes que emergiram no seu tempo, designadamente os da chamada “geração de Cabral”, para nos cingirmos ao caso específico das colónias portuguesas de África, Cabral não nasceu político, nem revolucionário. Enveredou pela política como homem empenhado em conseguir a independência do seu povo, seguindo um percurso absolutamente normal, em que soube tirar partido do contexto histórico no qual se formou e que acabou por moldar a sua personalidade como indivíduo e como ser-social. Assim sendo, partimos para a realização desta tese com a firme intenção de traçar o seu perfil como homem, para depois procurar entender como isso lhe permitiu incutir um forte cunho pessoal ao seu projecto político, que acabou por fazer dele o principal artífice da Revolução Social na Guiné e Cabo Verde. Com que finalidade? Rebater algumas ideias preconcebidas e que têm sido defendidas pela grande maioria dos estudiosos da obra de Amílcar Cabral, nomeadamente a defesa que fazem relativamente à influência do pai, Juvenal Cabral, na formação intelectual (escolha do curso de Agronomia e a paixão pela escrita) e política de Amílcar Cabral, o que, na nossa perspectiva está longe de corresponder à verdade, ver como evoluiu para a militância anticolonialista e daí em direcção à construção de um Estado na Guiné e em Cabo Verde. A nossa opinião, quanto ao primeiro aspecto (isto é, formação intelectual), é de que a opção por um curso de Agronomia (e não de Medicina Veterinária, que lhe havia sido imposto pelo Governo da colónia) foi resultado não da influência do pai, mas de uma descoberta vocacional, em consequência das secas cíclicas experimentadas pelo próprio

território de formação (Cabo Verde). Talvez Cabral acreditasse que, com um curso de Agronomia, pudesse contribuir para minimizar o sofrimento do povo cabo-verdiano. Foi este espírito quase messiânico que o levou, certamente, a optar, mais tarde, pelo tema da erosão do solo como especialidade. Também não foi por acaso que, em pelo menos dois textos produzidos por ele, aquando das suas primeiras (e únicas) férias que gozou em Cabo Verde, em 1949, todos de carácter técnico, se denotava uma preocupação especial com o fenómeno da erosão e, em especial, com a agricultura, que considerava nervo central da economia cabo-verdiana. As sugestões que então avançou, para se poder proporcionar “uma vida condigna ao cabo-verdiano”, reflectiam também uma atinente atitude em relação à “defesa da terra”, a partir da qual acreditava que se poderia defender o Homem.

Nem mesmo no que diz respeito à socialização política de Amílcar Cabral, que se deve ter iniciado, ainda que paulatinamente, nos seus anos finais do liceu do Mindelo, conseguimos associar alguma herança do pai. Relativamente a este segundo aspecto, podemos afirmar que Cabral fez-se, politicamente, pelo seu próprio “pé” e pela sua própria “cabeça”, no contexto histórico e social vivido, marcado pelas crises cíclicas que afectavam Cabo Verde e pela II Guerra Mundial, com todos os seus problemas, incertezas e esperanças. Foi por esta altura que, tendo atingido já a maturidade, Cabral começou a tomar consciência, não só da realidade da fome, morte e desolação vividas no arquipélago, mas também do mundo em profunda transformação. Se não conseguimos encontrar nenhuma influência do pai na formação de Amílcar Cabral, o mesmo não se pode dizer relativamente à figura da mãe, Iva Pinhel Évora. Quer na Guiné, quer em Cabo Verde, onde Amílcar Cabral se fixou em 1932, acompanhando o pai no seu regresso definitivo ao arquipélago, a formação do futuro líder revolucionário (pelo menos até a altura em que se mudou para Portugal), ficou marcada, indiscutivelmente, pela presença da mãe. A ela, Amílcar deveu a frequência do ensino primário na cidade da Praia e o secundário no Mindelo (já com o apoio do meio-irmão, Ivo de Carvalho Silva) e todo o processo que envolveu a sua formação anterior na Guiné, mas que não contemplava ainda, segundo conseguimos apurar, a componente escolar.

Foi, durante a sua formação no Liceu do Mindelo, que, graças à intensa actividade cultural que se fazia sentir naquela instituição de ensino e em S. Vicente, e ao contacto com os companheiros, o adolescente Cabral enveredou pela actividade literária, inicialmente dominada por temas líricos. A pouco e pouco, estes temas foram cedendo lugar a textos que patenteavam preocupações inconformistas de natureza social e até política, prenunciadoras de uma certa frustração, desassossego e revolta interior relati-

vamente ao destino do povo cabo-verdiano. Eram evidentes também os sinais de uma certa ambiguidade na hora de manifestar e exteriorizar esses sentimentos de frustração que, a nossa ver, foram mais uma consequência do processo de socialização escolar do que o resultado da socialização familiar (do pai). Foi na escola primária e mais tarde no Liceu Gil Eanes que Cabral interiorizou a ideia de pertença ao então chamado “Mundo português”, o que de certo modo o fez acomodar-se a essa ideia que se prolongaria, em Portugal, até finais dos anos 40. Isto evidenciava-se pelas posições que foi assumindo em relação aos assuntos de natureza social e política, umas vezes visando já a derrocada do regime de Salazar e a sua substituição (talvez) pelo Comunismo, e outras vezes exigindo simplesmente reforma interna desse mesmo regime e uma intervenção mais efectiva e firme das autoridades coloniais no combate à pobreza, à fome e à miséria que se viviam em Cabo Verde, que era ainda, nesta altura, o seu único universo de referência.

Ainda vivendo e estudando no Mindelo, Cabral foi acometido por um forte de desejo de se auto-descobrir. Atraído pelo mundo exterior, sonhava com a evasão, uma espécie de libertação. Esta abertura à humanidade em ligação com o continente africano (africanidade), manifestava-se em clara antinomia à corrente mítico-hesperitana e mítico-atlântica, que procurava desprezar ou recusar a componente africana do arquipélago. Deste modo, Cabral criava, se assim se pode dizer, a sua própria utopia poética, o seu próprio mito. Foram dos anos finais dos seus estudos no Mindelo, os primeiros contactos com o Marxismo como ideologia universal, graças ao convívio com os elementos ligados à Academia Cultivar. Mais tarde, teve a oportunidade de aprofundar o estudo dessa ideologia em Portugal, graças aos contactos com o MUD/Juvenil e, por via dele, com o PCP e a leituras de obras de sua preferência.

Apesar de ter tomado consciência da situação colonial de Cabo Verde, praticamente desde os anos finais do liceu, é um erro, na nossa perspectiva, considerar Amílcar Cabral um “anticolonialista” precoce.

De facto, desde a sua chegada a Portugal, Cabral acompanhou de perto a conjuntura difícil que o regime político português atravessava. Foi também em Portugal que teve lugar, verdadeiramente, a sua socialização política, através de um activo envolvimento na “luta antifascista”, enquadrado nos organismos de esquerda como o MUD/juvenil e o PCP, no seio dos quais fez a sua primeira aprendizagem política. Era, essencialmente, através destas duas organizações políticas, e mais tarde também do MND, que, nos anos 40, se aglutinava a tendência de esquerda favorável à liquidação do “fascismo”, embora subordinando (excepção feita ao MND) a independência das colónias à libertação de Portugal.

Em Lisboa, a adesão de Amílcar Cabral ao “antifascismo”, atestada pelo próprio²⁵⁴⁴, por Mário de Andrade e Vasco Cabral, sendo ainda reflexo da assimilação colonial, não permitiu ao futuro revolucionário, pelo menos de imediato, separar a “luta antifascista”, cuja responsabilidade competiria à oposição portuguesa, da luta “anticolonialista”. Por outras palavras, Cabral não conseguia ainda compreender e interiorizar as diferenças que caracterizavam estas duas lutas e, por conseguinte, de ter a consciência de que deveria enveredar, isso sim, pela libertação do Homem africano. Esta tomada de consciência e essa viragem gradual relativamente à libertação dos seus povos só aconteceu nos finais dos anos 40, e contou com, pelo menos, três factores favoráveis. Em primeiro lugar, a forte influência da ideologia negritudinista de expressão francesa, nomeadamente com a chegada da *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache* de Senghor em 1948 e, por via dela, das ideias pan-africanistas. Foi de tal maneira forte e intenso esse contacto que nos arriscamos a afirmar que selou decididamente a mudança de Amílcar Cabral e dos seus companheiros, aproximando-os das propostas reivindicativas da Negritude então adoptadas, quer do ponto de vista literário, quer de actuação política, à realidade dos seus territórios de origem.

Em segundo lugar, a consciencialização e a viragem teria sido forçada pelo contexto mundial, pela intransigência das posições dos movimentos de esquerda relativamente à questão colonial e pela defesa que faziam da tese da imaturidade das colónias.

Em terceiro (e último lugar), pela chegada a Lisboa de estudantes angolanos (Agostinho Neto e Mário de Andrade) politicamente activos e que divulgariam, no seio dos estudantes africanos, as actividades que alguns movimentos cívicos (ANANGOLA, MNIA e a Liga Angolana) estavam a fazer naquela colónia.

Em nossa opinião, foi graças a *Anthologie* e aos novos contactos e cumplicidades com os angolanos Agostinho Neto e Mário de Andrade, entre outros, que comprovadamente mantinham ligações com os movimentos culturais e cívicos que operavam em Angola, que Amílcar Cabral tomou conhecimento das actividades da ANANGOLA, designadamente do projecto “Vamos descobrir Angola” e que, pouco tempo depois (1949), tentaria, em vão, implantar em Cabo Verde.

Foi também em virtude destas experiências que o processo de autonomização de Amílcar Cabral e dos seus companheiros africanos, não isento de alguma hesitação relativamente às estruturas afectas ao PCP, culminou com a criação do Centro de Estudos Africanos (CEA) em 1951. A criação deste centro seria muito mal recebida pelos ele-

²⁵⁴⁴ Amílcar Cabral, “Fifty Years of the struggle for national liberation”, *The Socialist Thought and Practice* n.º 51, March-April, 1973, p. 90.

mentos afectos ao PCP, ainda cristalizados nos seus intentos de subordinar os africanos à luta contra o “fascismo”. Nesta altura, a adesão à “luta antifascista” em prejuízo da sua própria luta, já não satisfazia plenamente os africanos, levando-os, inclusivamente, a questioná-la.

A leitura da *Anthologie* e o contacto com a Negritude também fez com que Amílcar Cabral e os seus companheiros africanos começassem a colocar a hipótese de regressar a África. O movimento de “reafricanização dos espíritos” ou do “regresso às fontes” orientou-se, numa primeira fase, para o estudo do passado africano, culminando com a reivindicação de “uma sociedade nova”, que o negritudista martiniqueno, Aimé Cesaire, defendia no seu *Discurso sobre o colonialismo*²⁵⁴⁵.

A exclusão social e a marginalização, características das sociedades coloniais, levaram Amílcar Cabral a radicalizar as suas posições, não já no quadro idealístico de reformar o regime, mas de reivindicação da independência. Nos “Apontamentos sobre poesia Caboverdiana”, desiludido com a literatura poética cabo-verdiana da *Clairidade* e da *Certeza*, pelo facto de “não traduzir o sentimento da negritude que é a razão-base da poesia”²⁵⁴⁶, propunha uma nova poesia completamente virada para a construção de “outra terra dentro da nossa terra”, com o poeta a assumir o papel de consciencializador das massas.

Foi com este objectivo que, com 28 anos de idade cumpridos (Setembro de 1952), Amílcar Cabral pisou o solo do seu país natal. Nas actividades políticas “subterrâneas” em que esteve envolvido, Cabral contribuiu para a emergência de um movimento contrário à presença portuguesa na Guiné, que desembocaria na criação de uma organização desportiva, cujos Estatutos não chegaram a ser aprovados pelas autoridades portuguesas. Pouco depois (1955), Amílcar Cabral abandonava a Guiné alegadamente por razões de saúde.

Enquanto esteve ausente da Guiné, não acompanhou, pelo menos fisicamente, o resto das actividades do CEA, nem assistiu ao divórcio (ou tentativa de divórcio) em relação aos organismos de esquerda, que atingiu o apogeu, em 1953, aquando do III Congresso da União Internacional dos Estudantes realizado em Bucareste. Também não assistiu à fundação, em 1954, do Movimento Democrático das Colónias Portuguesas (MDCP), um pouco instigada pelo PCP, cujo destino seria efémero, devido à dispersão que atingiu alguns elementos politicamente activos ou à prisão do seu dirigente principal, Agostinho Neto, ainda naquele ano.

²⁵⁴⁵ Aimé Cesaire, *Discurso Sobre o colonialismo...*, p. 36.

²⁵⁴⁶ *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, edição citada, p. 82.

As posteriores ligações profissionais de Amílcar Cabral com Angola, entre 1956 e 1957, permitiram-no estabelecer cumplicidades políticas com Viriato da Cruz e com outros nacionalistas angolanos, que dariam os seus frutos, em Novembro de 1957, quando juntos criaram em Paris, com Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Guilherme Espírito Santo, o primeiro movimento unitário das colónias portuguesas – o Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas (o MLNCP). Por detrás da fundação deste movimento esteve, em nossa opinião, a aversão de Viriato, Amílcar Cabral e os companheiros de Paris, à ligação paternalista do MDCP ao PCP.

Em 1958, como resultado da fusão do MDCP e do MLNCP, nascia o Movimento Anticolonialista (MAC), para cuja fundação, organização e funcionamento, Amílcar Cabral deu um importante contributo. Por exemplo, foi no âmbito de uma das missões do Movimento Anticolonialista (MAC), realizada em 1959, por várias capitais africanas, que Amílcar Cabral contactou, na sua passagem por Bissau, o único movimento da Guiné portuguesa existente naquela cidade (o MLG) e que tinha secções exteriores em Dakar e em Conakry, e fundou, na linha do PAI da federação do Mali, o PAI (mais tarde PAIGC) da Guiné portuguesa e ilhas de Cabo Verde. Este partido adoptaria um projecto federalista, seguindo a tendência africana da época e fundamentada ideológica e estrategicamente nas ligações históricas, culturais e complementaridade geográfica entre a Guiné e Cabo Verde. É preciso não olvidar que o fenómeno da unidade africana havia já contagiado os líderes dos recém-independentes Estados africanos, havendo mesmo, entre eles, quem defendesse que essa unidade devia partir de unidades regionais e/ou sub-regionais. O apoio de Sekou Touré e Kwame Nkrumah ao projecto de Amílcar Cabral não tardou a chegar. Ambos pareciam encontrar uma certa continuidade e contiguidade, entre o sonho do emergente líder da Guiné e Cabo Verde e o que, ao tempo, estavam a tentar pôr em prática nos seus países (a união entre a Guiné-Conakry e o Ghana), ao qual se associaria, mais tarde, o Mali de Modibo Keité.

Foi também no decurso da sua passagem por Bissau, em 1959, que Cabral conheceu e contactou com aquele que viria a ser, um dos seus mais fiéis aliados e colaboradores na fase de instalação e organização do PAI/PAIGC. Referimo-nos a Rafael Barbosa. Sintonizados, ambos trabalhariam pela afirmação do PAI no exterior (tarefa da responsabilidade de Amílcar Cabral) e no interior da Guiné portuguesa (Rafael Barbosa). Deve-se inteiramente a este os excelentes resultados conseguidos pelo PAIGC na sua fase de implantação, nos primórdios dos anos 60, até à sua detenção em Março de 1962.

Para a consecução do seu projecto político, Cabral haveria de abandonar a sua vida profissional e fixar-se em Conakry, em meados de 1960. Esta sua fixação na capital da República da Guiné independente e revolucionária permitiu-lhe “conquistar” a liderança do movimento de libertação da Guiné e de Cabo Verde, legitimado pelos seus companheiros do MAC e também pelos nacionalistas da Guiné e Cabo Verde radicados naquele país. Nesta tarefa, em que se revelou um incansável lutador, ao fazer face a inúmeras situações de desunião profusão de movimentos de libertação destas duas colónias de Portugal e de algum “oportunismo” que foi forçado a ultrapassar.

A legitimidade ganha em Conakry fundamentar-se-ia, em primeiro lugar, no argumento histórico, pelo facto de ter sido o fundador de um dos primeiros partidos com implantação no interior da Guiné (o PAIGC). Em segundo lugar, pelo carisma, por ter sido um sacrificado, alguém que abandonou tudo para se dedicar inteiramente à causa de dois povos e cujo único objectivo era, nas suas próprias palavras, servir a sua terra, o seu povo “na Guiné e Cabo Verde o máximo possível”²⁵⁴⁷, mesmo que, para isso fosse necessário dar a sua própria vida²⁵⁴⁸. E em último lugar, pela forma hábil como tentou evitar as divisões internas, facto já sublinhado por Chilcote²⁵⁴⁹.

Com esta finalidade, tentou também combater a desunião de que enfermavam os movimentos nacionalistas da Guiné portuguesa e de Cabo Verde existentes em Dakar. Neste particular, a complexidade destes movimentos, que exigiu um maior empenho e o consequente desgaste do líder africano, na tentativa de os unir em torno de um mesmo projecto – PAIGC –, redundou num autêntico fracasso. O panorama destes movimentos, os interesses divergentes e o seu elevado número no Senegal foram os entraves que Amílcar Cabral só viria a ultrapassar com o avanço da luta no interior do território.

Em meados dos anos 60, iniciava-se um longo processo de construção de um Estado na Guiné, através da mobilização, que durou pelo menos dois anos, e da passagem à luta armada, não sem fazer antes um estudo sobre a identificação do inimigo (colonialismo português, imperialismo e neocolonialismo), contra o qual devia lutar para a edificação desse mesmo Estado. Num primeiro momento, Cabral optou pela via pacífica, amparando-se na legalidade internacional, até se aperceber que, apesar de, na Assembleia Geral das Nações Unidas, a relação de forças ser francamente favorável aos países do bloco afro-asiático, dificilmente destruiria o colonialismo clássico no seu país

²⁵⁴⁷ AMS, “Reunião do Conselho Superior da Luta (9 a 16 de Agosto de 1971). Discurso de Encerramento. Intervenção do camarada Amílcar Cabral, Agosto de 1971”, pasta 4602.071.

²⁵⁴⁸ Carta de Amílcar Cabral [dactilografada] À Son Excellence le Président de l’Assemblée Nationale et Secrétaire du PDG, Conakry – le 6 février 1961 (Apêndice Documental, Doc. n.º 19).

²⁵⁴⁹ Ronald H. Chilcote, *Emerging nationalism in Portuguese Africa*, Hoover Institution Press Stanford University, Stanford California, 1972, p. XLVII.

com palavras, discursos, condenações e resoluções. Era necessário agir no terreno, apoiando-se na legitimidade do uso da violência que as leis internacionais conferiam aos povos dominados, desde a aprovação da Resolução 1514 (XV), em Dezembro de 1960.

Todavia, não deixou de, em diferentes ocasiões, apelar ao bom senso dos governantes de Portugal, no sentido de negociarem com os nacionalistas, apelos esses reiteradas vezes desprezados pelo regime de Salazar e, mais tarde, de Caetano. A violência indiscriminada do Estado colonial, cujo exemplo se podia extrair do massacre de Pindjiguiti, de 3 de Agosto de 1959, criou em Amílcar Cabral, a ideia de que esse Estado deveria ser violentamente esmagado. Face à intransigência, Cabral não teve outra solução senão avançar para a luta armada e, ao mesmo tempo, alimentar a expectativa de que uma eventual mudança na situação interna portuguesa e até que um eventual auxílio, muitas vezes prometido, por parte dos países africanos, viessem contribuir para acelerar a independência. Todas estas expectativas, que o líder rebelde criou, dissiparam-se, todavia, com o assassinato de Humberto Delgado, em 1965, e com os inúmeros golpes de estado que assolaram o continente africano, atingindo sobretudo os grandes aliados de Amílcar Cabral, tais como Ben-Bella (Argélia), Kwame Nkrumah (Ghana) e Modibo Keita (Mali), entre muitos outros.

Para cada situação adversa, Cabral tinha uma habilidade enorme em procurar as soluções que lhe permitissem dar um salto qualitativo. Ao golpe recebido com a inalterabilidade da situação interna portuguesa e as profundas transformações que em pouco tempo mudaram a relação de forças no quadro dos apoios que usufruía dos seus tradicionais aliados africanos, Cabral respondeu com duas ideias magistrais: centrar-se, em primeiro lugar, na criação de condições internas para, depois, reivindicar o apoio da comunidade internacional; proceder a reformas nas relações internacionais do seu movimento de libertação e perseguir a situação jurídica internacional favorável.

O equilíbrio que se verificava a nível militar, a partir da chegada de Spínola à Guiné portuguesa, em 1968, afectava a guerrilha de múltiplas formas: ameaçava a paz interna reinante, no seio do movimento de libertação, desde o Congresso de Cassacá, em 1964, e ensombrou a sua própria liderança de Amílcar Cabral.

O esforço e o empenho na edificação de um Estado Socialista na Guiné ou a transição para o Socialismo, sob a liderança de um partido único de vanguarda, tinha que ser o resultado de um esforço interno, centrado na consolidação do Estado em construção, provendo as regiões sobre o “controlo” do seu partido, das chamadas “hierarquias paralelas” e os mecanismos de poder. De resto, desde 1964 que as instituições políticas e administrativas, económicas, sociais e culturais vinham sendo criadas e

desenvolvidas nas “regiões libertadas” pelo PAIGC, na sequência das importantes deliberações adoptadas no Congresso de Cassacá. Aliás, numa altura em que era fundamental demonstrar à comunidade internacional que a Guiné era um Estado independente, faziam falta essas “hierarquias paralelas” e mecanismos de poder, a existência de relações internacionais e o controlo do espaço e da população. Aliás, a partir de um certo momento, devido ao esforço do PAIGC para cumprir a sua estratégia, e dos portugueses em anular essa mesma estratégia, as “operações sociais” passaram a ser muito mais importantes e decisivas que as “operações militares”. A luta de libertação nacional representava, para Amílcar Cabral, uma maneira de melhorar as condições de vida das populações e a resolução das suas aspirações ao progresso, à liberdade e à independência. Estas aspirações surgiam, inclusivamente, como o fim último do seu discurso ideológico. Aliás, o dever e a obrigação dos políticos eram justamente assegurar a realização plena destas aspirações. Daí que a arte de governar as massas, em Cabral, aparecesse como algo mais prático/pragmático do que racional, sendo aquele o facto que determina este último.

Ao desgaste provocado pela guerra e pela sua demora, Cabral contrapôs a criação de condições internas (conquista do espaço e implantação de mecanismos de poder a vários níveis). Esta seria a primeira fase de uma luta para o controlo e fixação das populações (e também dos próprios guerrilheiros) no território conquistado, que lhe permitiria, depois, abordar a fase seguinte da sua estratégia, que era a de provar junto da comunidade internacional que os seus guerrilheiros controlavam, praticamente, todo o território. A ideia era, pois, justamente, conseguir o reconhecimento internacional.

Mesmo assim, não deixou de estar atento à evolução da luta, cuja vitória sabia que não radicava no uso da força, mas na habilidade para buscar e encontrar soluções políticas. É o que vai fazer, ao rever, a partir de 1968, a estratégia que devia orientar o seu partido nos anos seguintes. Com a situação de “empate” militar e a conclusão de que uma vitória seria inalcançável, a política do seu partido vai ser orientada claramente para a procura da personalidade jurídica que viesse abrir as portas à almejada independência da Guiné e de Cabo Verde, ou pelo menos da Guiné. Como? Através da tentativa de estabelecimento de proto-relações internacionais a três níveis: a) conquista de novos amigos para a sua causa; b) reforço da ajuda recebida dos velhos aliados; c) subtração a Portugal dos seus próprios aliados.

Esta ofensiva far-se-ia também a vários níveis: a) intensificação da propaganda junto dos amigos e inimigos sobre o espaço libertado; b) incremento das actividades militares nos centros urbanos para dar a imagem, no exterior, de que só faltava ocupar

as cidades, último reduto do exército ocupante; c) criação de órgãos de poder com a denominação de “nacional” em substituição dos regionais tais como o Comité Nacional das Regiões Libertadas (CNRL) e do Comité Permanente da Comissão Permanente do Comité Nacional das Regiões Libertadas (CPCNRL) adaptadas à nova estratégia.

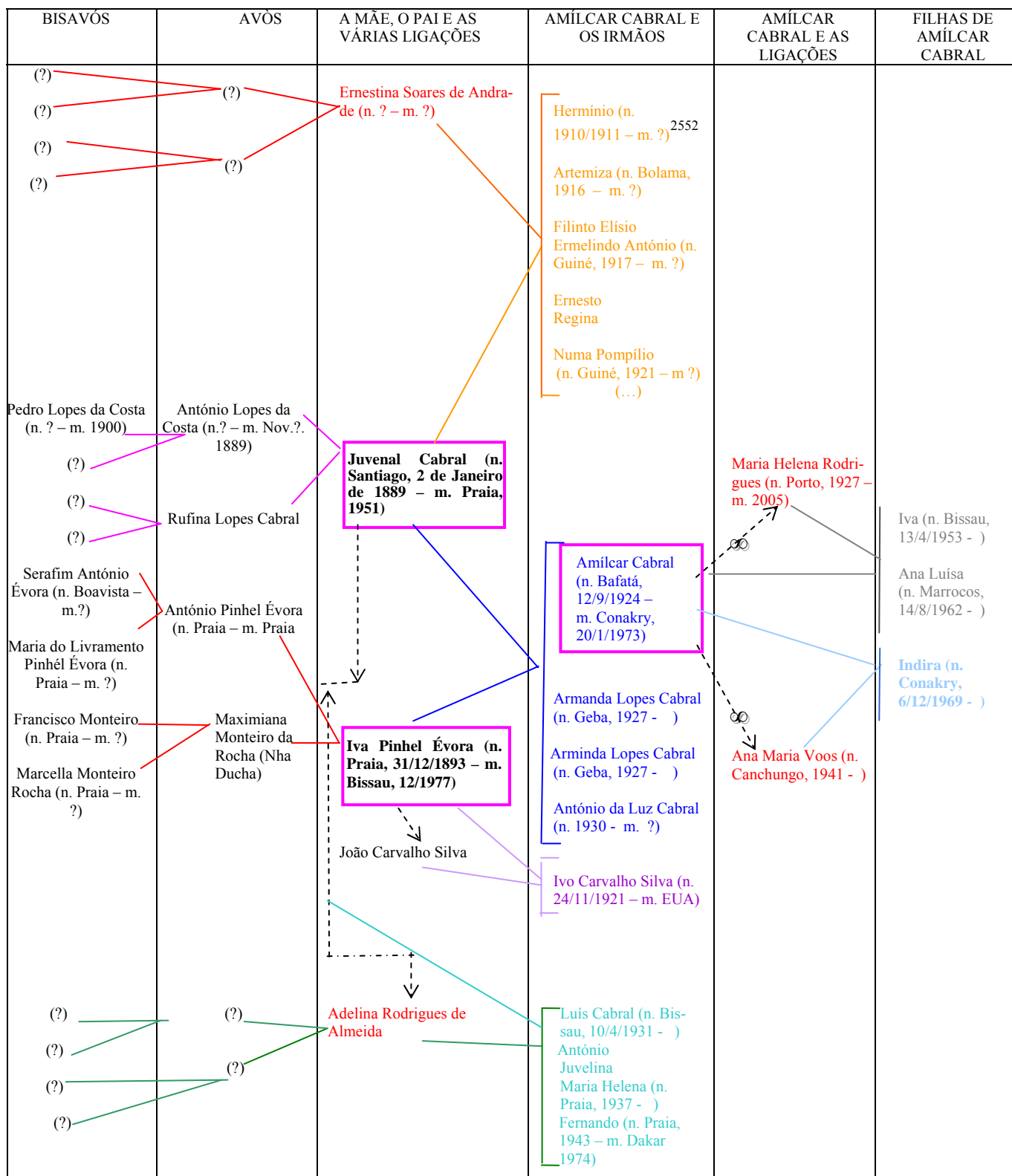
Se a audiência concedida pelo Papa Paulo VI aos três líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas (Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos) em luta, depois da Conferência de Solidariedade realizada em Roma, em 1970, veio impulsionar a conquista da personalidade jurídica, que Amílcar Cabral perseguia para o seu povo, não menos o seria a visita histórica que uma Missão das Nações Unidas efectuou às “áreas libertadas” pelo PAIGC, de 2 a 8 de Abril de 1972. Depois deste importante golpe, de efeitos incontornáveis para a presença portuguesa na Guiné e nas suas colónias africanas, nada voltou a ser como dantes. Consciente dos resultados positivos que essa situação criou, Cabral explorou exaustivamente todos os trunfos que o reconhecimento por parte das Nações Unidas da situação prevalecente no terreno lhe vieram suscitar. A partir de Abril, avanços importantes foram produzidos no terreno diplomático com o objectivo de proclamar em breve o “Estado da Guiné”, o mais tardar, no primeiro trimestre de 1973.

Foi, quando se encontrava justamente nestes preparativos, que caiu assassinado em Conakry, num *complot*, cujas dimensões ultrapassam, na nossa perspectiva, as fronteiras do país de Sekou Touré. Apesar deste contratempo e do rude golpe, a projectada independência da Guiné havia ganho raízes suficientemente fortes para resistir ao assassinato, em consequência do qual Portugal saiu seriamente prejudicado. É que, conforme escrevia um colunista francês do jornal *Le Monde*, Marcel Niedergang, num artigo publicado três dias após o assassinato de Cabral em Conakry, com a morte do líder do PAIGC era “também a esperança de uma colaboração ainda possível entre Portugal e o seu território africano” que se afastava “abruptamente”²⁵⁵⁰.

²⁵⁵⁰ Marcel Niedergang, “Un Diplomate Combatant”, *Le Monde*, Paris, 23 janvier 1973, p. 6.

Anexo 1

Genealogia de Amílcar Cabral²⁵⁵¹



2551 Como se poderá observar este quadro atípico é uma tentativa de reconstituição da árvore genealógica de Amílcar Cabral que está longe de ser definitiva. Para a sua elaboração seguimos o modelo adoptado pelo Prof. Doutor Luís Reis Torgal na obra *António José de Almeida e a República. Discurso de uma vida ou vida de um discurso*. Selecção de imagens de Alexandre Ramires. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004.

2552 Estamos convencidos de que não deve ter sido o primogénito de Juvenal António Lopes da Costa Cabral e Ernestina Soares de Andrade.

**Anexo 2 -
Galeria de Imagens**



Figura 1 - Juvenal António Lopes Cabral²⁵⁵³.



Figura 2 - Iva Pinhel Évora²⁵⁵⁴.

²⁵⁵³ Fonte: AHN – Cabo Verde – Praia – RPSAC - A2 – Bilhete de Identidade de Juvenal António Lopes Cabral, Maio – 1937, Caixa nº 408

²⁵⁵⁴ Fonte: José Vicente Lopes, *Cabo Verde. Os bastidores da Independência*, 2ª edição, Cidade da Praia, Spleen Edições, 2002, p. 45



Figura 3 - Exterior da Igreja de Nossa Senhora da Graça (Praia), onde Amílcar Cabral foi baptizado (foto tirada pelo autor).



Figura 4 - Interior da Igreja de Nossa Senhora da Graça (Praia) onde Amílcar Cabral foi baptizado em Dezembro de 1929 (foto do autor).



Figura 5 - Aspecto da fachada da casa de Achada Falcão onde viveu Amílcar Cabral, depois de abandonar a Guiné (foto gentilmente cedida por Lúcio Cunha).



Figura 6 - Aspecto exterior da casa de Achada Falcão (foto gentilmente cedida por Lúcio Cunha).



Figura 7 - Casa onde viveu Amílcar Cabral na Ponta Belém, Praia (foto tirada pelo autor).



Figura 8 - Fachada de uma alegada casa em que teria vivido Amílcar Cabral enquanto estudante no Mindelo (Foto do autor).



Figura 9 - Fachada do antigo Liceu Gil Eanes – Mindelo (Foto do autor).



Figura 10 - Foto colectiva dos alunos do Liceu Gil Eanes em que se pode destacar Amílcar Cabral. A foto é de 1938/39 e foi-nos gentilmente cedida pelo Dr. Antero Barros.



Figura 11 - Caricatura de Amílcar Cabral feita pelo seu colega de curso, Sousa Veloso, em 1949²⁵⁵⁵

²⁵⁵⁵ Nela se vê Amílcar Cabral equipado à rigor com o equipamento de futebol do ISA e vertendo copiosamente as lágrimas sobre Cabo Verde. O caricaturado traz ainda umas chaves no peito, o que simboliza o amor pela primeira esposa, Maria Helena d' Athaide Vilhena, que era de Chaves. Por outro lado, assinala-se as leituras de preferência do jovem finalista de Agronomia em que sobressaem Engels, Dostoevski e provavelmente Laski (Fonte: *Instituto Superior de Agronomia. Curso de 1945-46*, Lisboa, Composto e Impresso na Sociedade Industrial de Tipografia, Lda, 1949).



Figura 12 - Amílcar Cabral entre os colegas da Equipa de Futebol do ISA vencedora do Campeonato Universitário de Futebol 1948-1949 (Fonte: revista *Agros*, do ISA, Março-Junho de 1949, Ano XXXII, nº 2-3, p. 96)



Figura 13 - Bandeira do PAI/PAIGC desenhada em 1960.



Figura 14 - Bandeira do PAI da Federação do Mali. Provavelmente de 1957.



Figura 15 - Excerto de apontamento manuscrito de Amílcar Cabral, com desenho representando um esboço de bandeira 1960?²⁵⁵⁶

²⁵⁵⁶ In http://www.fmsoares.pt/arquivo_biblioteca/arquivo_cabral/catalogo.pdf



Figura 16 - Bandeira adoptada pela Etiópia depois da independência em 1957.



Figura 17 - Bandeira adoptada pelo Ghana depois da independência em 1957.

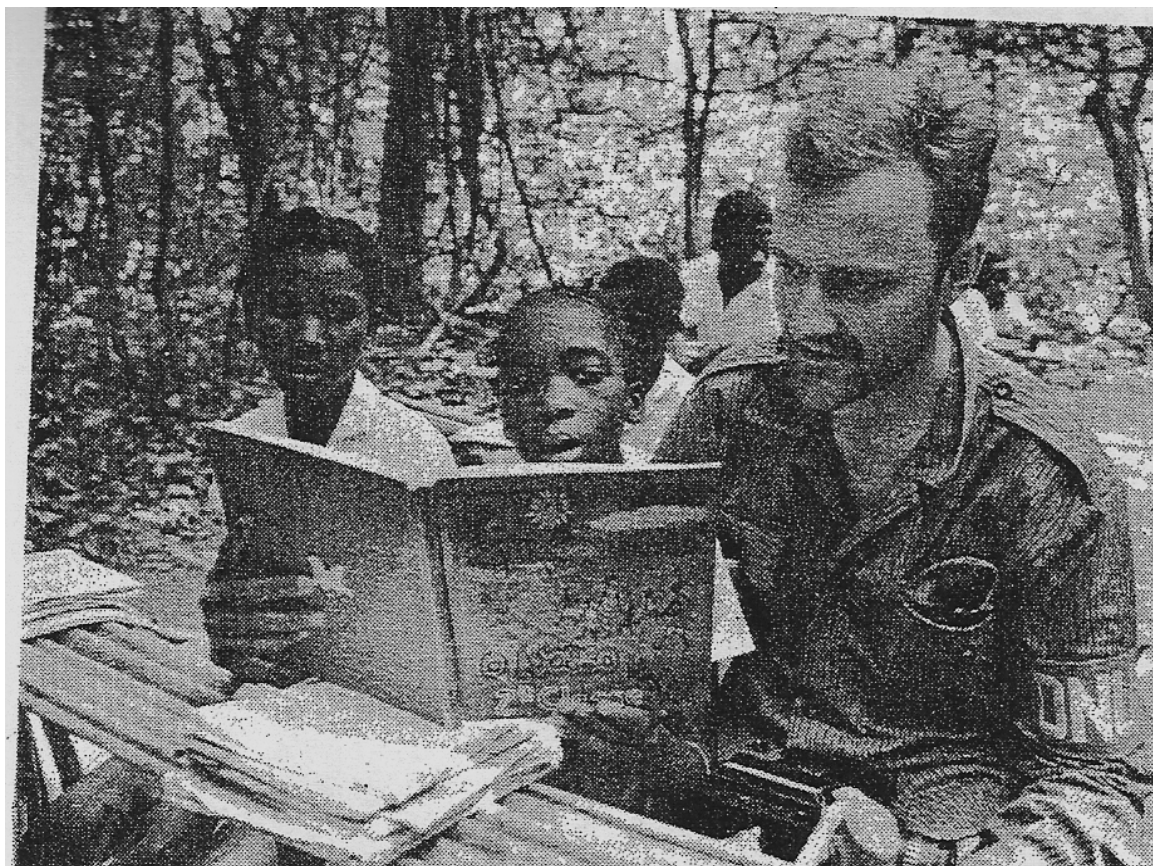


Figura 18 - O sueco, Folke Löfgreen, da Missão da OUA que visitou as áreas libertadas em Abril de 1972, conversando com duas alunas da escola Aerolino Cruz situada em Cubucaré ²⁵⁵⁷

²⁵⁵⁷ Fonte: A. Cabral, "An informal talk by A. Cabral", *Southern Africa*, vol. 6, nº2, New York, 1973, p. 6.



Figura 19 - Amílcar Cabral discursando perante o Comité Especial dos Territórios sob a Dominação Portuguesa da ONU, em Conakry, Abril de 1972 ²⁵⁵⁸.

²⁵⁵⁸ Fonte: A. Cabral, “Long live the spirit of Amílcar Cabral”, *Southern Africa*, vol. 6, n.º 2, New York, 1973, p. 5

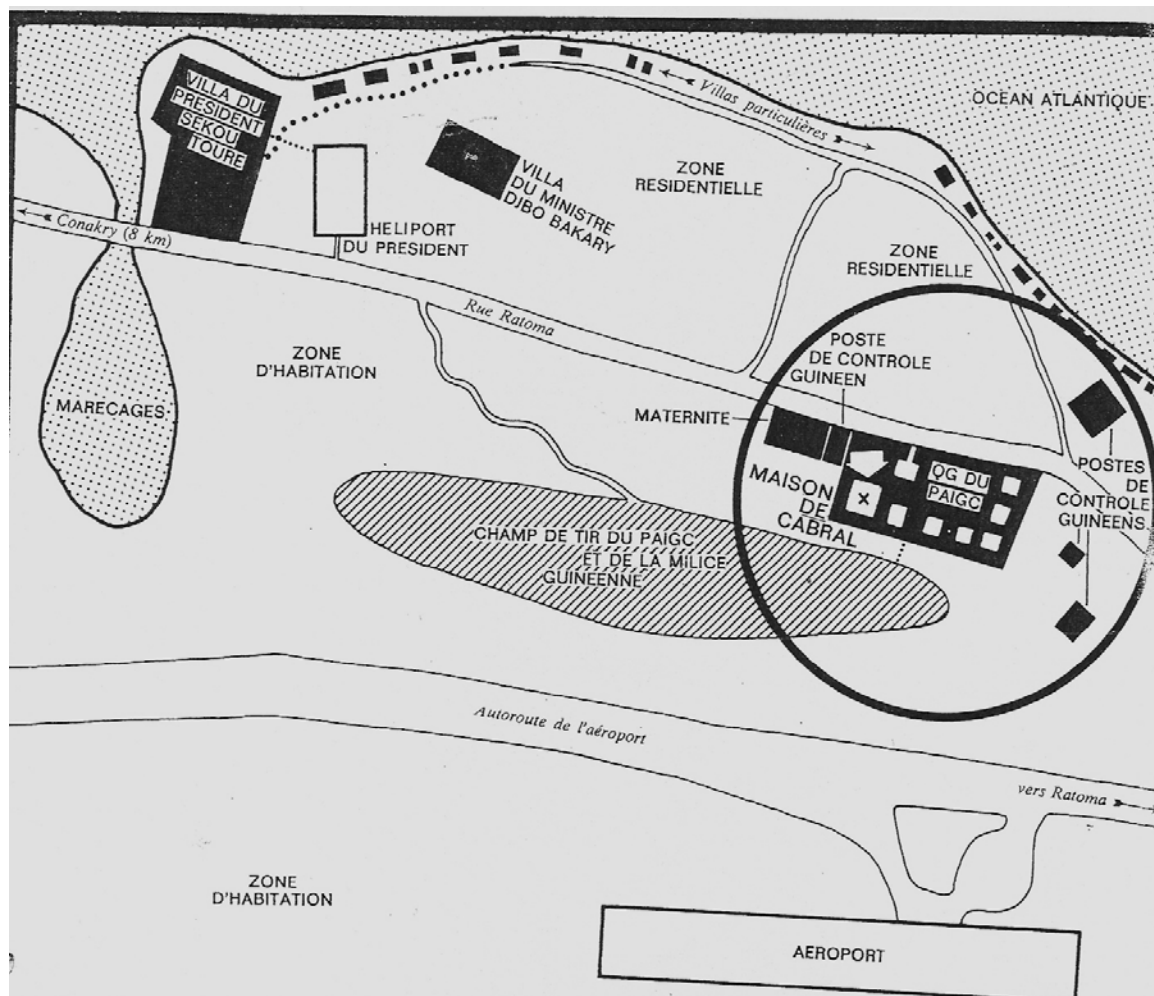
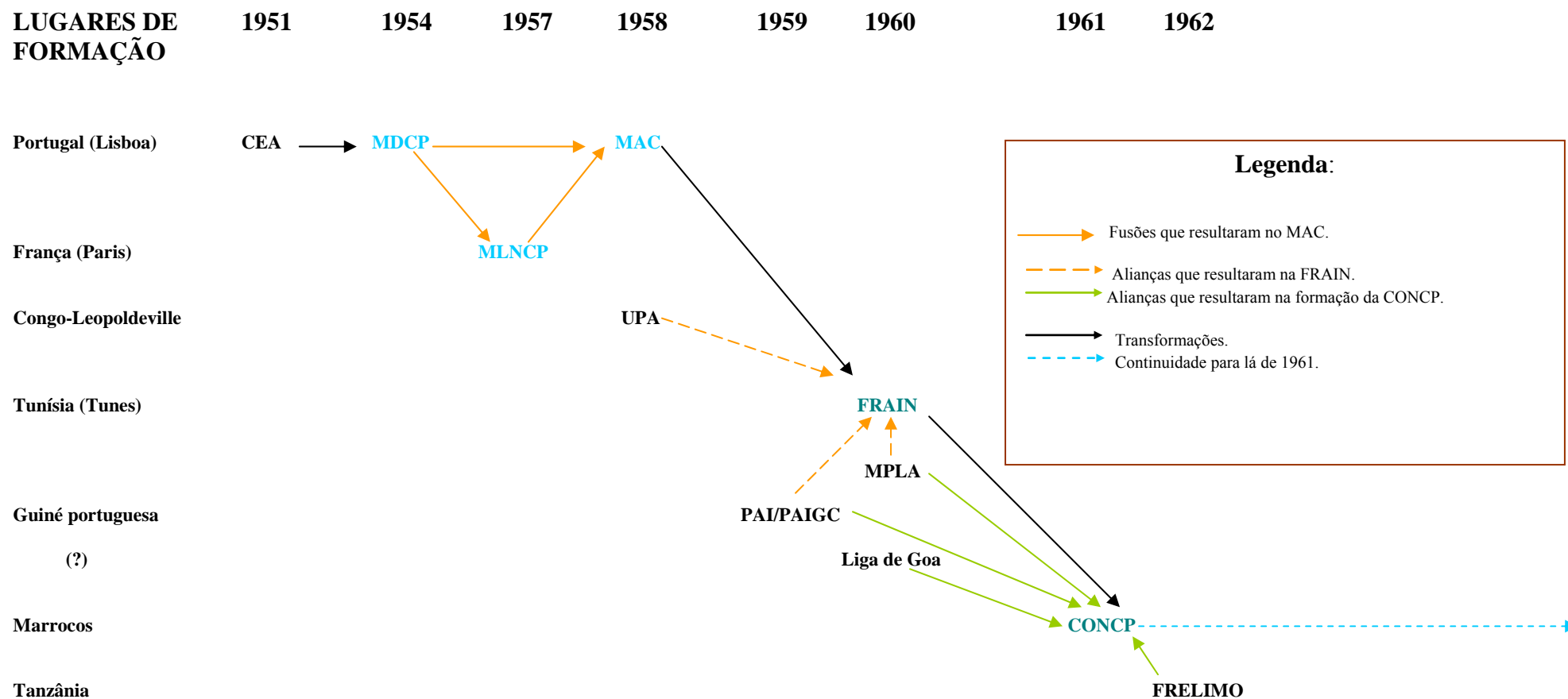


Figura 20 – Plano do bairro e o local onde alegadamente Amílcar Cabral foi assassinado ²⁵⁵⁹.

²⁵⁵⁹ Fonte: *Jeune Afrique*, n° 630, Paris, 3 février 1973, p. 10

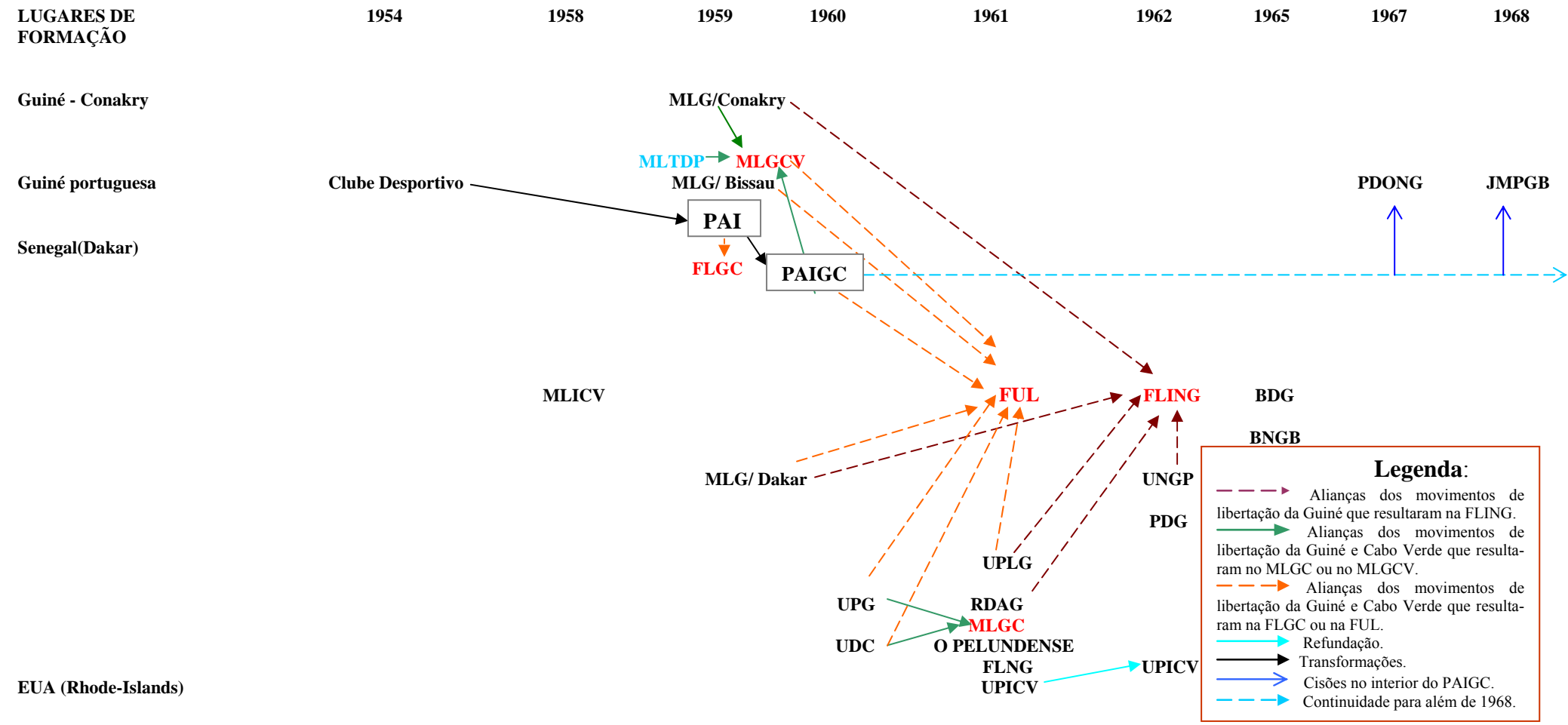
Anexo 3

Quadro Sinóptico 1 - Génese e Evolução dos Movimentos Unitários, Frentes e Organismos de Coordenação das Lutas nas Colónias Portuguesa (1951 a 1962)²⁵⁶⁰



²⁵⁶⁰ O quadro sinóptico apresentado é uma síntese dos modelos elaborados por Edmundo Rocha (*Angola. Contribuição ao estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (período de 1950-1964), (testemunho e estudo documental)*, Lisboa, Edição de Autor, 2003, p. 367), para o caso angolano e por Ronald H. Chilcote (*Emerging nationalism in Portuguese Africa*, Stanford, Hoover Institute Press, 1972, figura 3 à p. xxxiv), para o caso da Guiné e de S. Tomé e Príncipe. Pretende servir de orientação para a compreensão da génese e evolução dos movimentos unitários e dos organismos de coordenação geral das lutas de libertação levadas a cabo nas colónias portuguesas de África e das alianças verificadas no seu seio.

Quadro Sinóptico 2 - Génese, Evolução e Alianças dos Movimentos Nacionalistas da Guiné e Cabo Verde (1951 a 1968)²⁵⁶¹



²⁵⁶¹ Este quadro sinóptico é também uma síntese dos modelos elaborados por Edmundo Rocha (*Angola. Contribuição ao estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (período de 1950-1964)*, *testemunho e estudo documental*), Lisboa, Edição de Autor, 2003, p. 367), para o caso angolano e por Ronald H. Chilcote (*Emerging nationalism in Portuguese Africa*, Stanford, Hoover Institute Press, 1972, figura 3 à p. xxxiv), para o caso da Guiné e de S. Tomé e Príncipe. Pretende servir apenas de orientação para a compreensão da génese e evolução dos movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde e das alianças verificadas no seu seio, estando longe de ser perfeito e acabado. Em alguns casos exigirá reformulações e correções. A grande profusão de movimentos, bem como o “emaranhado” de setas, fazem com que a leitura do quadro seja complexa. Contudo, essa complexidade está também associada à própria formação, evolução, fusão, extinção, lutas pelo controlo do poder e constante mobilidade inter-partidária dos membros destes movimentos de libertação.

Anexo 4

Cronologia²⁵⁶²

1889 – 2 de Janeiro: Nasce na freguesia de São Nicolau Tolentino (Ilha de Santiago), Juvenal António Lopes da Costa Cabral, pai de Amílcar Lopes Cabral. Os progenitores são António Lopes da Costa e Rufina Lopes Cabral.

1893 – 31 de Dezembro: Nasce na Cidade da Praia, Iva Pinhel Évora, mãe de Amílcar Cabral. Os progenitores são: António Pinhel Évora e Maximiana Monteiro da Rocha (Nha Ducha).

1889 – Morre o pai de Juvenal, António Lopes da Costa. A tutela daquele fica a cargo do avô paterno, Pedro Lopes da Costa.

1898 – Juvenal parte para Portugal, mais concretamente para Santiago de Cassurães (Beira Alta), acompanhando a madrinha, Simoa dos Reis Borges. Frequenta o ensino primário nessa vila e o Seminário de Viseu.

1900 – Morre Pedro Lopes da Costa, avô paterno de Juvenal Cabral.

1905 – Juvenal abandona os estudos e regressa a Santiago (Cabo Verde).

1906 – Juvenal parte para a Ilha de S. Nicolau com o objectivo de frequentar o Seminário-Liceu.

1907 (Julho) – Com 18 anos de idade, Juvenal desiste da frequência do Seminário-Liceu e fixa residência na freguesia de Godim na Ilha de Santiago.

1910 ou 1911 – Nasce na Praia ou em Bolama, Hermínio Augusto da Costa Cabral, provavelmente o segundo filho da relação que Juvenal manteve com Ernestina Soares de Andrade.

1911 – Juvenal Cabral muda-se para a Cidade da Praia onde se alista como membro do Corpo de Voluntários Republicanos.

- **Abril:** Juvenal emigra para a Guiné.

- **Abril:** Juvenal é colocado como amanuense na Câmara Municipal de Bolama.

- **Julho de 1911:** Juvenal exerce, a título provisório, as funções de 2^a aspirante na Repartição Superior da Fazenda em Bolama.

1912 – 13 de Janeiro a 1 de Outubro: Juvenal é nomeado amanuense auxiliar da Secretaria-Geral do Governo da Guiné.

- **9 de Outubro:** Juvenal é contratado provisoriamente para escriturário na Repartição Superior da Fazenda de Bolama.

²⁵⁶² Esta cronologia só se refere aos assuntos relatados nesta dissertação.

1913 – Janeiro a Outubro: Juvenal é colocado como 2º aspirante provisório do quadro aduaneiro.

1913 a 1914 – Juvenal exerce as funções de professor na escola de Cacine, tendo sido transferido para Buba e posteriormente para Bambadinca.

1916 – Nasce no Concelho de Bolama, Artemiza Andrade da Costa Cabral, filha de Juvenal e Ernestina.

1917 – Nasce na Guiné, Ermelindo António Lopes da Costa, filho de Juvenal e Ernestina. Ao tempo, Juvenal leccionava na Escola Elementar do Sexo Masculino em Bafatá.

1918 – Juvenal encontra-se em Cabo Verde em gozo de “licença graciosa”.

1921 – Nasce na Guiné, o último filho da relação entre Juvenal e Ernestina, Numa Pompílio. Juvenal pede transferência para a escola de Geba.

- **24 de Novembro:** Nasce na Cidade da Praia, Ivo de Carvalho Silva, o primogénito da relação entre Iva Pinhel Évora e João Carvalho Silva.

1922 – Com 29 anos de idade, Iva Pinhel Évora emigra para a Guiné acompanhando o homem com quem vivia, João Carvalho Silva, e um filho, Ivo Carvalho Silva, com poucos meses de vida.

1923 – Iva e Juvenal mantêm uma relação sentimental.

- **de 23 de Março a 7 de Abril:** Juvenal desempenha as funções de secretário *ad hoc* na Administração do Concelho de Bafatá.

- Juvenal assume interinamente as funções de professor na Escola do Sexo Masculino de Bafatá.

- **6 de Dezembro:** Juvenal reassume as funções de professor na escola de Geba.

1924 – 12 de Setembro: Amílcar Cabral nasce em Bafatá. Os progenitores são Juvenal Cabral e Iva Pinhel Évora.

1925 – Dezembro: Juvenal parte de férias para Cabo Verde, levando Ernestina e toda a prole dessa relação. Esta viagem marcou o fim desta relação.

1926 – Encontrando-se em Cabo Verde, Juvenal escreve o poema intitulado “O voo da avesinha”, publicado em 1927 no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*.

1927 – 19 de Maio: Nascem em Geba, Armanda e Arminda Lopes Cabral, filhas de Juvenal e Iva Pinhel Évora.

- Nasce no Porto, Maria Helena d’ Athaide Rodrigues Vilhena, futura primeira esposa de Amílcar Cabral.

1929 – Iva e Juvenal separados encontram-se em Cabo Verde acompanhadas da prole dessa relação (Amílcar, Armanda e Arminda).

- **24 de Dezembro:** Amílcar Cabral, Armanda e Arminda são baptizados na Igreja de Nossa Senhora da Graça na Cidade da Praia.

1930 – 22 de Fevereiro: Juvenal casa-se oficialmente com Adelina Rodrigues Correia. O casamento foi celebrado na Igreja Paroquial de Santa Catarina (Assomada).

– Nasce o último filho da relação entre Juvenal e Iva, António da Luz Cabral (“Tói”).

– Iva regressa à Guiné, tendo fixado residência em Bissau, no bairro de Chão de Papel.

– **Março:** Juvenal regressa à Guiné e fixa residência em Bissau, no bairro de Chão de Papel e lecciona naquela cidade.

1931 – 10 de Abril: Nasce em Bissau, o primogénito da relação entre Juvenal e Adelina Correia, Luís Severino de Almeida Cabral.

1932 – Janeiro (?): Luís Cabral parte com a mãe, Adelina Correia, de regresso a Cabo Verde.

– **Novembro (finais):** Amílcar Cabral, Armanda e Arminda acompanham o pai, Juvenal Cabral, de regresso a Cabo Verde, fixando residência em Achada Falcão. Iva permanece na Guiné.

1933 – 15 de Novembro: É promulgada a Carta Orgânica do Império Colonial Português pelo Decreto-Lei nº 23 228.

1933/34 – Iva regressa definitivamente a Cabo Verde, fixando residência na Cidade da Praia e consegue a custódia dos filhos.

1933/34 – Amílcar Cabral inicia os estudos primários na Cidade da Praia.

1934 - 24 de Janeiro: Juvenal foi nomeado pelo Governador de Cabo Verde, Amadeu Gomes de Figueiredo, membro suplente da Comissão Municipal de Santa Catarina.

1935 – Realiza-se em Moscovo o Congresso da Internacional Comunista.

1936 – É criado em Cabo Verde (Mindelo) o Movimento dos Claridosos e a revista *Claridade*, por Manuel Lopes, Baltasar Lopes da Silva e Jorge Barbosa.

1937/38 – Com 13 anos de idade, Amílcar Cabral ingressa no Liceu Infante D. Henriques em S. Vicente. Iva e os restantes irmãos maternos mudam-se para a Cidade do Mindelo.

- **26 de Outubro:** Extinção do Liceu Infante D. Henrique, através do Decreto-Lei nº 28 114.

- **12 de Novembro:** Reinício das aulas no liceu.

- O Partido Comunista Francês (PCF) organiza o Partido Comunista da Indochina.

1938 - 1 de Janeiro: Manifestação organizada “pelas forças vivas da cidade” do Mindelo em homenagem ao Governador por causa das diligências feitas tendo em vista a abertura do liceu.

- O liceu do Mindelo passa a chamar-se Gil Eanes.

1939 – 2 de Setembro: Tem início a Segunda Guerra Mundial.

1940 – O goês Diogo Luís Terry é nomeado Reitor do Liceu Gil Eanes em substituição de Joaquim Jaime Simões.

- Amílcar Cabral funda e dirige a Associação Desportiva do Liceu de Cabo Verde (ADA).

- Marcelo Caetano foi nomeado Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa.

- Situação de fome em Cabo Verde.

- **Dezembro:** Juvenal Cabral escreve um “Memorial” ao então Governador da Cabo Verde, Amadeu Gomes de Figueiredo.

1940/1943 – Cabral escreve dois cadernos de poesia intitulados *Quando Cupido Acerta no Alvo* e *Nos intervalos da Arte de Minerva*.

1941 – Juvenal escreve um “memorial” ao Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado.

- Nasce em Canchungo (antiga Teixeira Pinto), Ana Maria Voss Sá, futura segunda esposa de Amílcar Cabral.

1942 – Amílcar Cabral escreve o conto “Fidemar”.

- Nova vaga de fome em Cabo Verde. Estima-se que tenham perecido cerca de 20 mil cabo-verdianos.

1942/43 - Cabral escreve um novo caderno de poesia publicado posteriormente por Oswaldo Osório.

1943 – Por proposta do meio-irmão, Ivo Carvalho Silva, Amílcar Cabral torna-se sócio da Associação Académica do Mindelo (AAM).

- Novembro: Realiza-se o III Congresso (I Legal) do PCP.

1944 – No Mindelo é fundada a “Academia Cultivar” e a sua revista *Certeza*, por Eduíno Brito Silva, Joaquim Ribeiro, Nuno Miranda, Arnaldo França, Silvestre Faria, Guilherme Rocheteau, Filinto Menezes e Tomás Martins.

- É fundada a Casa de África em Lisboa.

- É fundado o MUNAF em Lisboa.

- **Maio:** É fundada a Casa dos Estudantes de Cabo Verde e da Guiné em Lisboa.

- **Julho:** Nasce a Casa dos Estudantes do Império (CEI), sob a presidência de Alberto Marques Mano de Mesquita.

- **22 de Outubro:** Pelo Decreto-Lei nº 35 046 a PIDE substitui a PVDE instituída em 1933.

- **26 de Outubro:** Cabral escreve um texto filosófico intitulado “Hoje e Amanhã”, que seria publicado em 1949 acompanhado de uma “Carta para Longe”.

- É criado, no seio do MUNAF, o GAC com o objectivo de iniciar a luta de “libertação nacional” no território português.

1945 - Em Coimbra, dá-se a “tomada do poder” dos “esquerdas”, pelo grupo liderado por Salgado Zenha.

- Greve dos padeiros de Luanda.

- **30 de Março:** A Secção de Cabo Verde da CEI anuncia a abertura do primeiro concurso à bolsa de estudo destinado aos estudantes cabo-verdianos pobres.

- **22 de Abril:** Juvenal, acompanhado de um dos filhos, Ermelindo António Lopes da Costa Cabral, parte para a Guiné.

- Cabral escreve o poema “Ilha”.

- **Abril:** “Manifesto” elaborado por várias organizações africanas, dirigido à Conferência da Sociedade das Nações reunida em São Francisco.

- **Maio:** As forças do Eixo na Europa rendem-se perante a ofensiva dos Aliados.

- **Julho:** Em Inglaterra, o Primeiro-Ministro, Winston Churchill, foi derrotado nas eleições legislativas.

- **10 de Junho:** Juvenal, que havia estado na Guiné durante 3 meses, regressa a Cabo Verde.

- Portugal é varrido por uma onda de protestos, de greves e de várias conspirações políticas.

- **2 de Agosto:** Foram divulgados os resultados da candidatura à bolsa de estudos da Secção de Cabo Verde da Casa dos Estudantes do Império (CEI). Cabral fica classificado em 1º lugar.

- **6 de Agosto:** Os Estados Unidos lançam a primeira bomba atómica sobre Hiroshima.

- **9 de Agosto:** Os Estados Unidos lançam a segunda bomba sobre Nagasaki.

- **10 de Agosto:** Falha a tentativa de golpe de Norton de Matos.

- **8 de Outubro:** Fundação do MUD.

- **15 a 19 de Outubro:** Teve lugar a V Conferência Pan-Africana de Manchester.

- **24 de Outubro:** É criada a em São Francisco (EUA), a Organização das Nações Unidas (ONU) em substituição da Sociedade das Nações.

- **Novembro:** Cabral chega a Lisboa para frequentar o curso de Agronomia no Instituto Superior de Agronomia (ISA) de Lisboa.

- **18 de Novembro:** Eleições para a Assembleia Nacional. Como deputados por Cabo Verde concorrem Adriano Duarte Silva e Álvaro Lerenó.

- **15 de Dezembro:** Kwame Nkrumah funda o Secretariado Nacional da África Ocidental (SNAO).

1946 – Em Bamako, realiza-se a Conferência Africana durante a qual foi criada a Rassemblement Démocratique Africain (RDA).

- Realiza-se IV Congresso do PCP (2º ilegal).

- **10 de Outubro:** Tentativa de golpe de Estado protagonizada pelos oficiais do Norte em aliança com o MUD e o MUNAF que ficou conhecida como a “Revolta da Mealhada”.

1947 – **Março:** O MUD/juvenil tem a sua primeira e última reunião pública na Voz do Operário, antes de entrar na clandestinidade.

- **10 de Abril de 1947:** A autoproclamada Junta Militar de Salvação Nacional, liderada por Mendes Cabeçadas, falha uma nova tentativa de golpe.

- Em Cabo Verde (Cidade da Praia), o pai de Amílcar Cabral, Juvenal Cabral, publica as *Memórias e Reflexões*.

- **Outubro:** Marcelino dos Santos chega a Lisboa proveniente de Moçambique.
- Agostinho Neto chega a Lisboa para cursar Medicina e é colocado na Universidade de Coimbra.

1948 – As Nações Unidas aprovam a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

- Proveniente de Angola, Mário de Andrade chega a Lisboa para estudar Filologia na Faculdade de Letras de Lisboa.

- Contacto de Amílcar Cabral com a *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française*, coordenada por Léopold Sédar Senghor, com o prefácio de Jean Paul Sartre.

- Excursão da CEI de Lisboa a Coimbra.

1948 a 1951 – Amílcar Cabral é vice-presidente do comité de cultura da CEI.

1949 – **Janeiro:** É publicado no Boletim *Mensagem* da CEI o poema inédito de Amílcar Cabral intitulado “Poema”, assinado com pseudónimo de “Visamar”.

- Fundação do NESAM em Moçambique, por Eduardo Mondlane e outros.
- Agostinho Neto é transferido para a Faculdade de Medicina de Lisboa.
- Amílcar Cabral publica no Boletim *Mensagem* o poema intitulado “Rosa Negra”.
- Fevereiro: Na Cidade da Praia (Cabo Verde), desaba o muro da Assistência de Cabo Verde (Praia) e morrem centenas de indigentes cabo-verdianos.
- **13 de Fevereiro:** São realizadas as eleições presidenciais em que participam, como candidato da oposição, o General Norton de Matos, e do regime, o Marechal Óscar Carmona.

- **Maior:** Amílcar Cabral publica, no Boletim *Mensagem* da CEI, o texto “Crise, Assistência e Desastre”.

- **20 de Abril:** Fundação do MND presidido por Ruy Luíz Gomes.
- **27 de Julho:** Adesão de Portugal à NATO.
- **19 de Agosto:** Amílcar Cabral parte de férias para Cabo Verde.
- Amílcar Cabral faz um programa na Rádio Clube de Cabo Verde.
- Amílcar Cabral tenta ministrar aulas para adultos na Escola Central da Praia e dinamizar um movimento “Para a gente de Cabo Verde conhecer Cabo Verde.
- **1 de Outubro:** Amílcar Cabral publica, no *Cabo Verde, Boletim de Informação e Propaganda*, o artigo “Algumas considerações acerca das chuvas”.
- Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas é nomeado novo Governador de Cabo Verde em substituição de Amadeu Gomes de Figueiredo.
- **1 de Novembro:** Amílcar Cabral publica, no *Cabo Verde, Boletim de Informação e Propaganda*, o artigo “Em defesa da terra” e o poema “Regresso”.
- **Novembro:** Cabral regressa a Portugal depois das férias em Cabo Verde.
- Tentativa frustrada de “assalto” à Casa de África protagonizada por Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Vasco Cabral, Agostinho Neto e outros.
- Eduardo Mondlane chega a Lisboa e aí permanece seis meses antes de seguir para os Estados Unidos.

1950 – 11 de Novembro: Manifestação promovida pelo MUD/juvenil junto ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra, na qual participam Marcelino dos Santos, Mário de Andrade e provavelmente Amílcar Cabral.

- **Dezembro:** Criação da Fédération des Etudiants de l’Afrique Noire en France (FEANF).

1950/51 – Cabral exerce, simultaneamente, as funções de vice-presidente da Secção de Cabo Verde e de secretário de direcção da CEI presidida por Carlos Eugénio de Sousa Torres.

1951 – Cabral apresenta o trabalho de fim de Curso intitulado “O problema da Erosão do solo: contribuição para o Estudo da Região de Cuba (Alentejo)”.

- **20 de Março:** Juvenal Cabral morre na Cidade da Praia com 62 anos de idade.

- **11 de Junho:** Revisão constitucional. As “colónias” passam a designar-se “províncias ultramarinas”.

- Amílcar Cabral inicia o estágio na Estação Agronómica Nacional.

- É criado o Centro de Estudos Africanos (CEA) em Lisboa.

- **18 de Abril:** Morre o Presidente da República Óscar Carmona e são marcadas as eleições Presidenciais para o mês de Julho.

- **1 de Junho:** A União Nacional propõe a candidatura de Craveiro Lopes à Presidência da República.

- **3 de Junho:** São anunciadas as candidaturas de Ruy Luís Gomes e Quintão Meireles à Presidência da República com os apoios da oposição.

- **22 de Julho:** Eleições presidenciais ganhas por Craveiro Lopes.

- **21 de Outubro:** Realização do primeiro seminário organizado pelo CEA em Lisboa.

- **Dezembro:** É celebrado em Lisboa o casamento de Amílcar Cabral e Maria Helena Rodrigues Vilhena.

1951/52 – Amílcar Cabral ocupa o cargo de vogal na Secção de Cabo Verde e de vice-presidente da CEI, na direcção presidida por Acácio Meireles da Cruz.

1952 – Janeiro: Cabral publica, no *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, o texto “Apontamentos sobre a poesia caboverdeana”.

– Fevereiro: Amílcar Cabral conclui o estágio com a apresentação do Relatório de Tirocínio intitulado “Sobre o conceito de Erosão do Solo”.

- Realiza-se a 5ª Reunião Plenária Ampliada do PCP.

- **Fevereiro:** Alda Espírito Santo regressa a S. Tomé e Príncipe.

- **Março:** Amílcar Cabral assina com outros uma exposição dirigida ao Presidente da República, Craveiro Lopes, exigindo a saída de Portugal da NATO.

- **Junho:** Amílcar Cabral é admitido como agrónomo na Repartição Técnica dos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné, através de concurso.

- **24 de Julho:** Amílcar Cabral celebra o contrato com o Ministério do Ultramar.

- **1 de Agosto:** O contrato de Amílcar Cabral e o Ministério do Ultramar é visado pelo tribunal de Contas.

- **21 de Setembro:** Amílcar Cabral chega a Guiné como engenheiro agrónomo.

1953 – 13 de Abril: Nasce em Bissau, a primogénita de Amílcar Cabral e Maria Helena, Iva Cabral.

- Massacre de Batepá em S. Tomé e Príncipe.
- Marcelino dos Santos exila-se em Paris.
- Publicação do *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*.
- **27 de Junho:** É promulgada a Lei Orgânica do Ultramar (Lei nº 2066).
- III Congresso da União Internacional dos Estudantes em Bucareste.
- Amílcar Cabral inicia na Guiné o Recenseamento Agrícola.
- **27 de Setembro:** É fixada a data de 18 de Novembro para as eleições legislativas portuguesas.

1954 – 11 de Abril: Fim das actividades do CEA.

- **20 de Maio:** É promulgado o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (Decreto-Lei nº 39 666).
- Mário de Andrade segue as pisadas de Marcelino dos Santos e exila-se em Paris.
- Fundação do MDCP em Lisboa, por Agostinho Neto, Zito Van Dúnen, António Domingues, Humberto Machado, Lúcio Lara e Mário de Andrade.
- **16 de Julho:** Cabral é nomeado, pelo Governador Diogo de Mello Alvim, vogal e membro residente da Comissão Executiva do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Amílcar Cabral cria, em Bissau, o Clube Desportivo.

1955 – 18 de Março: Amílcar Cabral abandona a Guiné com destino a Portugal.

- Prisão de Agostinho Neto em Lisboa.
- Alegada fundação do MING em Bissau.
- **18 a 24 de Abril:** reúne-se a Conferência de Bandung.
- **27 de Maio:** A PSP de Bissau elabora um relatório sobre as actividades políticas do casal Cabral (Amílcar e Maria Helena) naquela colónia.
- **7 de Setembro:** É despachada a rescisão do contrato, por mútuo acordo, que ligava Amílcar Cabral ao Ministério do Ultramar.
- **12 de Novembro:** Fundação do PCA em Angola.
- **14 de Dezembro:** Admissão de Portugal na ONU.

1956 – Eleições para o Conselho de Governo da Província.

- Cabral trabalha para a Companhia Agrícola de Angola (CADA).
- **1 ou a 10 de Dezembro:** Fundação do PLUAA em Luanda, por Viriato da Cruz, Ilídio Machado, Mário de Oliveira e António Jacinto.

1957 – Janeiro: Realizam-se em Bissau as eleições para a Direcção do Sindicato da Indústria e do Comércio.

- Amílcar Cabral trabalha para a Sociedade Agrícola de Cassequel em Angola
- **6 de Março:** É proclamada a independência do Ghana, sob a liderança de Nkrumah.
- Tem lugar o V Congresso do PCP na clandestinidade.
- **15 de Setembro:** Fundação do PAI da Federação do Mali por Majhemoud Diop.
- Implantação da PIDE nas colónias portuguesas de África.
- **Outubro:** Viriato da Cruz chega a Lisboa e vive clandestinamente em casa do casal Cabral (Amílcar e Maria Helena). Pouco tempo depois exila-se em Paris.

- Tem lugar no Cairo, a Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos.
- **Novembro**: É fundado em Paris o MLNCP, por Amílcar Cabral, Viriato da Cruz, Marcelino dos Santos e Guilherme do Espírito Santo e Mário de Andrade na sequência de uma “Reunião de Consulta e estudo para o desenvolvimento da luta nas colónias portuguesas”.

1958 – Primeiro trimestre: Fundação do MAC em Lisboa.

- **Março**: Lúcio Lara abandona Lisboa e instala-se em Frankfurt.
- **26 e 31 de Março**: Realiza-se em Roma, o II Congresso de Escritores e Artistas Negros que contou com a presença de Mário de Andrade, Marcelino dos Santos, Lúcio Lara e Viriato da Cruz.
- **15 a 22 de Abril**: Realiza-se em Accra (Ghana), a I Conferência dos Povos Africanos.
- **8 de Junho**: Eleições presidenciais em Portugal em que saiu derrotado o candidato da oposição, o General Humberto Delgado.
- **15 de Agosto**: Cabral parte para Angola.
- **25 a 27 de Julho**: Numa reunião realizada em Cotonou (Benim) é proposta a criação dos “Estados Unidos de África”.
- **15 a 18 de Setembro**: É criado PAFMECA.
- **28 de Setembro**: A Guiné-Conakry vota “Não” ao projecto federalista proposto por Charles De Gaulle, abrindo as portas à independência.
- **28 de Outubro**: A Guiné-Conakry torna-se independente.
- **23 de Novembro**: A Guiné-Conakry e o Ghana manifestam a sua intenção de criarem um único Estado.
- **6 a 13 de Dezembro**: Realiza-se a II Conferência dos Povos Africanos de Accra.
- **13 de Dezembro**: Cabral abandona Luanda com destino ao Congo Leopoldville, Accra, Dakar e Bissau, no seu regresso a Portugal.
- **22 de Dezembro**: Amílcar Cabral abandona Bissau com destino a Dakar e a Lisboa.
- Viriato da Cruz abandona Paris e exila-se em Frankfurt.

1959 – 8 de Janeiro: Amílcar Cabral era referenciado pela PIDE como “desafecto ao regime”.

- **17 de Janeiro**: O Daomé (actual Benim), o Sudão, o Alto Volta (actual Burkina Fasso) e o Senegal constituem a Federação do Mali.
- **Abril**: Amílcar Cabral desloca-se a Frankfurt para se reunir com Viriato da Cruz e Lúcio Lara, depois de ter estado em Paris com Marcelino dos Santos e Guilherme do Espírito Santo.
- **Julho**: A PIDE efectua dezenas de prisões em Luanda.
- **Agosto** (inícios): Amílcar Cabral abandona Lisboa com destino a Luanda em cumprimento de uma missão do MAC.
- **3 de Agosto**: Dá-se o massacre de Pindjiguiti em Bissau.
- **Setembro**: Morre em Londres o responsável pelo *Bureau* dos Assuntos Africanos no Gabinete de Nkrumah, George Padmore.
- **Setembro**: Hugo de Menezes parte para Guiné-Conakry, onde fixa residência.
- **5 (?) de Setembro**: Amílcar Cabral abandona Luanda com destino aos dois Congos (Congo Leopoldville e Congo Brazzaville).
- **11 de Setembro**: Amílcar Cabral chega a Accra (Ghana).
- **14 de Setembro**: Amílcar Cabral escala Bissau.

- **19 de Setembro:** É fundado em Bissau o PAI da Guiné e Cabo Verde, por Amílcar Cabral e outros companheiros.

- **19 (?) de Setembro:** É fundada em Bissau a FLGC, por Amílcar Cabral e Rafael Barbosa.

- **20 ou 21 de Setembro:** Amílcar Cabral abandona Bissau com destino a Dakar.

- **25 de Setembro:** Cabral abandona Dakar com destino a Lisboa.

- **4 de Outubro:** É criado em Conakry, o MLTDP, por iniciativa de Hugo de Menezes.

- **Dezembro:** Reúne-se a Assembleia – Geral da ONU em Accra.

- Tem lugar em Conakry, a I Conferência Pan-Africana.

1960 – Janeiro: Álvaro Cunhal evade-se do Forte de Peniche onde se encontrava preso.

- **1 de Agosto:** Ilegalização do PAI da Federação do Mali e do PRA no Senegal.

Janeiro (meados): Amílcar Cabral abandona definitivamente Lisboa com destino a Paris.

- **25 a 30 de Janeiro:** Reúne-se em Tunes, a Conferência dos Povos Africanos na qual participaram Amílcar Cabral, Holden Roberto, Lúcio Lara, Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Hugo de Menezes.

- **30 de Janeiro:** Dissolução do MAC e a criação da FRAIN em Tunes.

- Fundação do MPLA em Tunes.

- **4 de Março:** Amílcar Cabral profere uma conferência de imprensa em Londres com o pseudónimo de Abel Djassi.

- Amílcar Cabral divulga em Londres um documento intitulado “Facts about Portugal’s African Colonies”.

- **Abril:** Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Mário de Andrade fixam-se em Conakry.

- **Maio:** Amílcar Cabral fixa residência em Conakry.

- **Junho:** Amílcar Cabral divulga em Londres o “Manifesto do MAC”.

- **29 de Junho:** Realiza-se uma assembleia extraordinária dos emigrados guineenses e cabo-verdianos na *Bourse du Travail* em Conakry, com a presença de Amílcar Cabral. Nesta assembleia é dissolvido o MLTDP e Amílcar Cabral é eleito dirigente máximo do MLGCV de Conakry.

- **28 de Julho:** Amílcar Cabral parte para uma visita a Moscovo e a China.

- **Outubro:** Amílcar Cabral é impedido de desembarcar no aeroporto de Yoff (Dakar) por constar que era líder do PAI.

- Transformação do PAI da Guiné e Cabo Verde em PAIGC, numa reunião efectuada em Dakar na presença de Amílcar Cabral, Rafael Barbosa e de Luís Cabral.

- Amílcar Cabral é indicado como Conselheiro Político do MPLA.

- **Dezembro:** É criado o grupo de Brazzaville constituído pelos seguintes países: Camarões, República Centro Africana, Chad, República do Congo, Daomé, Gabão, Costa do Marfim, Madagáscar, Mauritânia, Níger, Senegal e Alto Volta.

- **6 de Dezembro:** Tem lugar em Londres, a Conferência das Organizações Anticolonialistas das colónias portuguesas em que estiveram representados o PAIGC, o MPLA e a Liga de Goa.

- **14 de Dezembro:** A Assembleia-Geral da ONU aprova a Resolução 1514 (XV) na qual se declara, entre outras coisas, que a sujeição dos povos ao domínio estrangeiro nega os direitos fundamentais.

1961 – 5 de Janeiro: Um grupo de 10 jovens é enviado para a China para uma curta preparação militar na Academia de Nankin.

- **7 de Janeiro:** É criado o grupo de Casablanca constituído pelos seguintes países: Ghana, a Guiné, Mali, Marrocos e Egipto.

- **21 a 22 de Janeiro:** Amílcar Cabral discursa na Reunião Extraordinária do Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos realizada no Cairo (Egipto).

- **22 de Janeiro:** Assalto e sequestro, durante doze dias do navio transatlântico “Santa Maria”, numa acção protagonizada por Henrique Galvão.

- **4 de Fevereiro:** Os nacionalistas angolanos assaltam a prisão de S. Paulo de Luanda.

- **12 de Fevereiro:** O dirigente congolês, Patrice Lumumba, é assassinado.

- **19 de Fevereiro:** Num telegrama dirigido ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, Amílcar Cabral pedia a condenação do Governo belga e a demissão do Secretário-geral das Nações Unidas, U Thant, por causa da crise do Congo.

- **22 de Fevereiro:** Amílcar Cabral redige e envia um “Memorando” confidencial ao Presidente Sekou Touré no qual solicita ajuda em armamento e autorização para o trânsito de militantes do seu partido através do território guineense (Guiné-Conakry).

- Prisão de 20 nacionalistas em Bissau.

- **Março:** Amílcar Cabral visita Moscovo à procura de apoios.

- **23 a 25 de Março:** Reúne-se no Cairo a III Conferência dos Povos Africanos.

- **28 de Março:** É formalmente constituída a União Africana e Malgache (UAM).

- **25 a 31 de Maio:** Realiza-se no Cairo, a Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos. O PAIGC esteve representado por Amílcar Cabral.

- **Abril:** Aborta a tentativa de golpe de Botelho Moniz, que ficou conhecida como “abrilada”.

- **29 de Abril:** O Mali, a República da Guiné e o Ghana formam o núcleo do futuro Estados Unidos da África.

- **18 a 20 de Março:** Reunião constitutiva da CONCP em Casablanca (Marrocos).

- **Maio:** O grupo de Brazzaville e o de Casablanca reúnem-se em Monróvia (Libéria) tendo em vista a harmonização.

- **11 de Maio:** O Presidente do Togo, Sylvanus Olympio, escapa ileso a um atentado.

- **12 a 15 de Julho:** Reúne-se, no Liceu Delaforce em Dakar, a Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, durante a qual foi criada a FUL.

- **15 de Julho:** Directiva de Amílcar Cabral em que determina a necessidade da passagem a “acção directa”.

- **17 a 18 de Julho:** O MLG liderado por François Kankola Mendy lança ataques na região de S. Domingos, no norte da Guiné.

- **6 de Setembro:** O Governo português revoga o Estatuto dos Indígenas, através do Decreto-Lei nº 43 893.

- **13 de Outubro:** Amílcar Cabral envia uma nota aberta ao Governo português a propósito da revogação do Estatuto dos Indígenas.

- **20 a 22 de Outubro:** Tem lugar em Nova Delhi um seminário sobre as colónias portuguesas patrocinado pelo Primeiro- Ministro indiano, Jawaharlal Nehru.

- **23 de Outubro:** Em Bombaim, prossegue o seminário sobre as colónias portuguesas.

- **12 de Novembro:** Realizam-se em Portugal as eleições legislativas.

- **14 de Dezembro:** Na Etiópia falha uma tentativa de golpe de Estado que visa derrubar o imperador Hailé Selassie.

- **18 de Dezembro:** Ocupação de Goa pelo exército da União Indiana.

1962 – Janeiro: Reúne-se a Conferência de Lagos (Nigéria).

- **Janeiro:** No porto de Conakry as autoridades guineenses (Guiné-Conakry) retêm uma quantidade assinalável de material de guerra destinado ao PAIGC.

- **1 de Janeiro:** Dá-se o assalto ao quartel de Beja protagonizado pelo Capitão Varela Gomes.

- **20 de Janeiro:** Realiza-se a II Conferência da FPLN em Praga (Checoslováquia).

- **Fevereiro:** É interceptado e preso um grupo de combatentes do PAIGC no território senegalês.

- **12 de Março:** Prisão de Rafael Barbosa e de vários nacionalistas afectos ao PAIGC, nos arredores de Bissau.

- **Março (?)**: IV (?) Conferência dos Povos Africanos do Cairo (Egipto).

- **Março:** Eclode a “crise académica” nas Universidades de Coimbra e de Lisboa.

- **Maior:** Em Monróvia vários países constituem a OCAM.

- **27 de Maior:** MPLA, UDENAMO e PAIGC, reúnem-se em Keyes (Mali) com o objectivo de concertarem posições sobre o início simultâneo de acções de guerrilha nos respectivos territórios.

- Fundação da FLING em Dakar.

- **Junho:** Audição de Amílcar Cabral como peticionário da Guiné e Cabo Verde, perante o Comité Especial para os Territórios Administrados por Portugal reunido em Conakry.

- **3 de Agosto:** Os quadros do PAIGC que operavam clandestinamente no sul da Guiné efectuaam várias acções de sabotagem em Nova Sintra (Tite), S. João, Bolama e Fulacunda.

- **25/26 de Agosto:** A FLING anuncia a criação do seu Exército de Libertação Nacional da Guiné (ELNG).

- **Dezembro:** Amílcar Cabral discursa perante a IV Comissão da ONU em Nova Iorque.

- **17 de Dezembro:** No Senegal, falha uma tentativa de golpe de Estado perpetrado pelo Primeiro-Ministro, Mamadu Dia, contra o Presidente Senghor.

- A África do Sul é admitida no PAFMECA passando esta federação a designar-se PAFMECSA.

- **27 a 31 de Dezembro:** Realiza-se o VI Congresso do PDG a que assistiu Amílcar Cabral como convidado.

1963 – Janeiro: O PAIGC inicia acções de guerrilha no sul da Guiné.

- **25 de Maior:** Fundação da OUA por 31 Chefes de Estado Africanos.

- **Janeiro (inícios):** Foi retido uma importante quantidade de armamento no porto de Conakry, o que levou à prisão de vários dirigentes do PAIGC naquela cidade.

- **13 de Janeiro:** Sylvanus Olympio é morto na sequência de um levantamento militar, sendo substituído por Nicolas Grunitsky que se encontrava exilado no Ghana.

- **9 de Abril:** Ataque da aviação portuguesa a aldeia senegalesa de Bouniack junto à fronteira.

- **Junho:** A FLING endereça um convite ao PAIGC para a unidade dos dois movimentos que este recusa.

- **Julho:** É aberta pelo PAIGC, a segunda frente de guerra no norte da Guiné (região de OIO).

- **10 de Julho:** A missão dos “Bons Ofícios”, criada pela OUA a fim de avaliar os movimentos de libertação aptos a receber a ajuda do Comité de Libertação daquela organização continental, chega a Leopoldville com o objectivo de fazer uma avaliação dos principais movimentos angolanos (MPLA de Agostinho Neto e o GRAE/FNLA de Holden Roberto).

- **13 de Julho:** A missão dos “Bons Ofícios” reconhece o GRAE/FNLA.

- **29 e 30 de Julho:** Em Dakar, a missão dos “Bons Ofícios” inicia os trabalhos de audição de Amílcar Cabral, pelo PAIGC, e Emmanuel Lopes da Silva, pela FLING.

- **2 de Agosto:** O Conselho de Ministros da OUA, reunido em Dakar, decide não reconhecer nenhum movimento de libertação da Guiné portuguesa.

1964 – 13 a 17 de Fevereiro: Reúne-se em Cassacá (sul da Guiné) o I Congresso do PAIGC.

- Batalha entre os guerrilheiros do PAIGC e o exército português pelo controlo da Ilha de Como no sul da Guiné.

- São criadas as FARP e o Conselho de Guerra do PAIGC.

- A Tanganica junta-se a Zanzibar dando origem à Tanzânia.

- Palestra de Amílcar Cabral no Centro Frantz Fanon de Milão.

- **9 de Abril:** Realiza-se uma importante reunião no Mali que contou com a presença do país anfitrião, do Senegal, da Guiné-Conakry, do Ghana e do Daomé, na qual se deliberou colocar à disposição do PAIGC um certo número de homens devidamente armados.

- **1 de Maio:** Amílcar Cabral anuncia em Argel que tenciona terminar a guerra em Agosto daquele ano.

- **8 de Maio:** Arnaldo Schultz é nomeado Governador da Guiné.

- **9 de Agosto:** Visita de uma missão militar da OUA, constituída por representantes das Forças Armadas da Serra Leoa, da Mauritânia e dos Camarões, à base de Kindia (República da Guiné-Conakry).

- **5 a 10 de Outubro:** Amílcar Cabral assiste à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados que se realiza no Cairo.

- **Novembro:** O PAIGC abre a Frente Leste.

1965 – 21 de Maio: No Mali realiza-se uma reunião tripartida (Sekou Touré, Modibo Keita e Ben-Bella) de apoio ao PAIGC.

- **10 de Junho:** Reúne-se em Dar-Es-Salaam, o Comité Especial das Nações Unidas.

- **Setembro:** Os Estados Unidos propõem o “Plano Anderson” a Portugal, que garantia um período de descolonização faseado entre 8 a 10 anos.

- Deposição de Ben-Bella através de um golpe de Estado liderado por Houari Boumediene.

- **3 a 8 de Outubro:** Realização, em Dar-Es-Salaam, da II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas a qual assistiu Amílcar Cabral.

- **Outubro:** O PAIGC obtém o reconhecimento por parte da OUA.

- **31 de Dezembro:** O Presidente da República Centro Africana, David Diako, é derrubado pelo coronel Jean Bédel Bokassa, através de um golpe de Estado.

1966 – **Janeiro**: Amílcar Cabral participa na Conferência Tricontinental de Havana (Cuba).

- **24 de Fevereiro**: Golpe de Estado derruba Kwame Nkrumah no Ghana.
- **Março**: Portugal rejeita o “Plano Anderson”.
- **21 de Maio**: É assinado em Dakar um protocolo entre o PAIGC e as autoridades senegalesas.
- **19 de Setembro**: É criada a Lei de Justiça Militar do PAIGC.
- **26 a 30 de Outubro**: Realiza-se a II reunião Ordinária da CONCP em Brazzaville.

1967 – Amílcar Cabral profere uma palestra no Instituto do Movimento Internacional dos Trabalhadores em Belgrado.

- **Janeiro**: No Cairo (Egipto), Amílcar Cabral assiste à VIII Conferência do Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos.
- **30 de Maio**: Tentativa de secessão da província do Biafra da Nigéria.
- **13 de Agosto**: Numa entrevista a um jornal romeno, Amílcar Cabral fixa a data de 15 de Outubro para a proclamação da independência da Guiné.
- **29 de Outubro**: Uma delegação ministerial da Guiné-Conakry foi detida no Aeroporto de Accra, facto que abriu uma crise política e diplomática entre os dois países.
- **14 de Dezembro**: É aprovada uma resolução (a 2311) da Assembleia-geral da ONU, na qual se exorta os Estados-Membros, indivíduos e organizações a darem o seu apoio aos movimentos de libertação nacionais.

1968 – **28 de Janeiro**: Amílcar Cabral é detido no aeroporto de Orly (Paris).

- **Janeiro (finais)**: Deputados comunistas suecos apresentaram uma moção ao Riksdag (Parlamento) para a atribuição de 100 mil coroas ao PAIGC.
- **Fevereiro**: Sete deputados sociais-democratas propõem a Riksdag que a ASDI pusesse à disposição do PAIGC, uma importância não inferior a 100 mil coroas.
- **28 de Fevereiro**: Um comando do PAIGC ataca o aeroporto militar de Bissau.
- **17 a 20 de Julho**: O Comité de Libertação da OUA reunido em Argel reconhece o MPLA.

1969 – **3 de Fevereiro**: Assassinato de Eduardo Mondlane, Presidente da FRELIMO, na Tanzânia.

- **Agosto**: Em Bissau são libertados cerca de 91 prisioneiros políticos. Dentre eles encontrava-se Rafael Barbosa, Aristides Barbosa e Momo Touré.
- **1 de Outubro**: Realizam-se em Portugal as eleições legislativas.
- **19 a 24 de Novembro**: Amílcar Cabral organiza em Conakry um seminário de quadros do seu partido.
- **1 a 20 de Dezembro**: Amílcar Cabral encontra-se de visita a Moscovo.
- Abortada uma tentativa de golpe de Estado na Guiné-Conakry.

1970 – **Janeiro**: Amílcar Cabral envia um “Memorando” ao Comité de Libertação da OUA em que insistia na necessidade de reforçar as facilidades para a revitalização dos combatentes a partir dos territórios vizinhos.

- **Janeiro:** Amílcar Cabral envia um “Memorando” ao Comité de Libertação da OUA reunido em Lusaca (Zâmbia).

- **20 de Fevereiro:** Amílcar Cabral profere uma conferência na Universidade de Siracusa (EUA), num memorial dedicado a Eduardo Mondlane, dirigente moçambicano da FRELIMO, assassinado no ano anterior.

- **12 a 15 de Abril:** Realiza-se a última reunião do *Bureau* Político do PAIGC, órgão que passa a designar-se CSL.

- **27 de Junho:** Em Roma reúne-se a Conferência de Solidariedade em que participaram os dirigentes dos três movimentos de libertação das colónias portuguesas (Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Agostinho Neto).

- **1 de Julho:** Os dirigentes dos três movimentos de libertação das colónias portuguesas (Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Agostinho Neto) são recebidos em audiência por Sua Santidade o Papa Paulo VI.

- **13 a 15 de Setembro:** Em Conakry, tem lugar a reunião de quadros superiores do PAIGC.

- **19 de Setembro:** Amílcar Cabral procede à reforma das estruturas militares do PAIGC, numa reunião do Conselho de Guerra do PAIGC.

- **Outubro:** Acção de sabotagem levada a cabo pela ARA, com a destruição do navio Cunene.

1971 – Amílcar Cabral visita a Finlândia.

- **9 a 16 de Agosto:** Reúne-se o CSL do PAIGC.

- **18 de Maio:** Spínola e Senghor reúnem-se em Cap Skiring (Senegal) na tentativa de encontrar uma solução para a guerra da Guiné.

1972 – **2 a 8 de Abril:** Uma Missão das Nações Unidas visita as “áreas libertadas” pelo PAIGC.

- **13 de Abril:** O Comité Especial das Nações Unidas, reunido em Conakry, aprova uma resolução em que reconhecia o PAIGC como único e autêntico representante do povo da Guiné e Cabo Verde.

- **14 de Maio:** Reunião da UNESCO com os movimentos de libertação das colónias portuguesas (MPLA, PAIGC e FRELIMO) em Campala (Uganda).

- **21 a 28 de Junho:** Amílcar Cabral visita a Roménia, tendo sido recebido em audiência por Nicolae Ceausescu.

- **Junho:** Na sequência de uma reunião realizada na cantina da escola-piloto em Conakry, vários elementos do PAIGC são detidos, sob a acusação de traição. Dentre eles encontravam-se: Aristides Teodorico Barbosa e Momo Touré.

- **3 a 7 de Julho:** É lido em Paris, na Reunião de Peritos sobre Noções de Raça, Identidade e Dignidade, organizada pela UNESCO, na ausência de Amílcar Cabral, um texto da sua autoria intitulado “O papel da cultura na luta pela independência”.

- **16 de Outubro:** Em Nova Iorque, Amílcar Cabral discursa perante a IV Comissão das nações Unidas.

- **20 de Outubro:** Amílcar Cabral reúne-se informalmente com um grupo de negros norte-americanos num apartamento em Manhattan.

- **Outubro:** Amílcar Cabral envia um “Memorando” ao Presidente do Grupo Africano da Assembleia da ONU solicitando uma audiência.

- **25 a 29 de Outubro:** Amílcar Cabral visita a Inglaterra e a Irlanda do Norte.

- **14 de Novembro:** É adoptada uma resolução da Assembleia-Geral da ONU, em que se atribuíu o Estatuto de observador ao PAIGC, e se reconhecia os movimentos de libertação.

- **15 de Dezembro:** É promulgado o novo Estatuto Político-Administrativo da Província da Guiné.

- **22 de Dezembro:** É aprovado o decreto nº 542/72, sobre a “autonomia regional”, segundo a qual a Guiné passaria a ser uma região autónoma de Portugal.

1973 – 8 a 13 de Janeiro: Amílcar Cabral assiste à reunião do Comité de Libertação da OUA realizada em Accra.

- **20 de Janeiro:** Amílcar Cabral é assassinado em Conakry.

- **9 a 14 de Abril:** Tem lugar em Oslo, uma conferência internacional de apoio às vítimas do colonialismo e do *apartheid*.

- **Maio:** São suspensas as acções da ARA.

- **18 a 24 de Julho:** Realiza-se o II Congresso do PAIGC no Boé Oriental.

- **24 de Setembro:** É proclamada em Boé, unilateralmente, a independência da Guiné.

Anexo 5 - Mapas

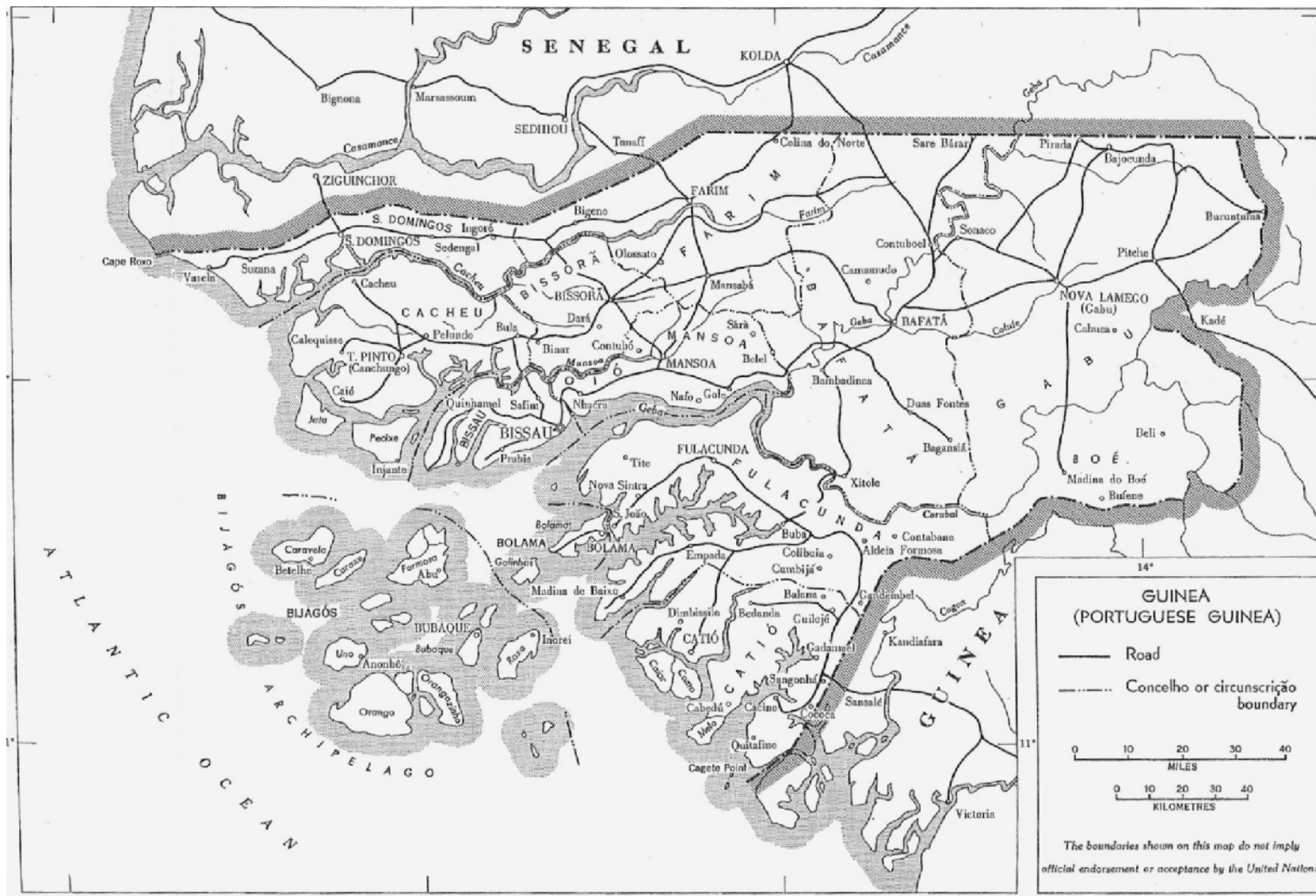


Figura 22: Mapa da Guiné (Fonte: Nações Unidas).

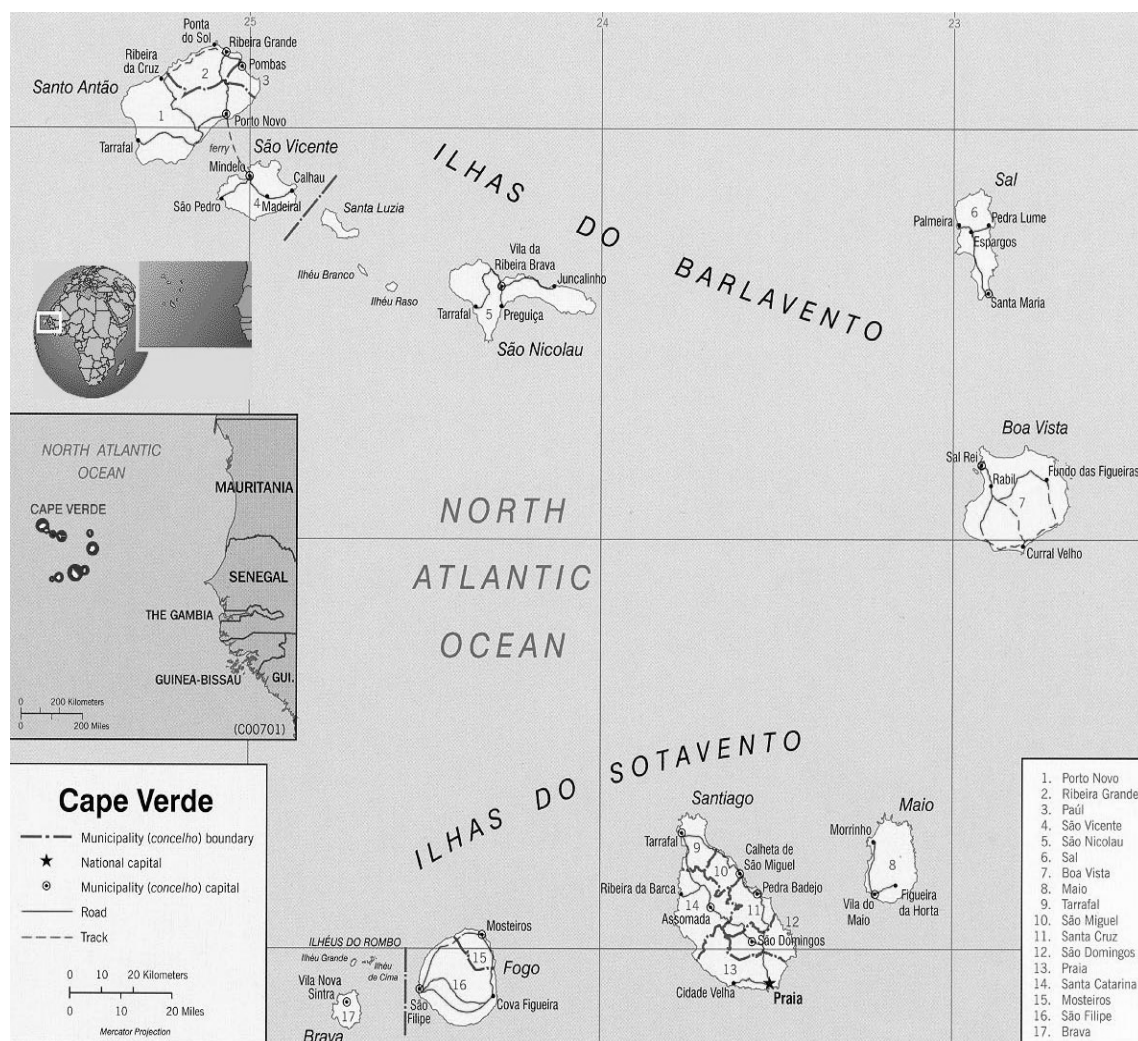


Figura 23: Mapa de Cabo Verde (fonte: <http://www.africa-turismo.com/mapas/cabo-verde.ht>)

Apêndice Documental

Doc. nº 1

Certidão de Baptismo de Amílcar Cabral (Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Graça - Praia, “Livro de Registos de Baptismo”, n.º 330, Freguesia de Nossa Senhora da Graça, 1929).

« Aos vinte e quatro dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e vinte nove nesta igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, província da diocese de Cabo Verde, eu o padre Francisco de Deus Duarte Pároco desta freguesia, baptisei solenemente um indivíduo do sexo masculino a quem dei o nome de “Amílcar” e que nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Graça, no sítio de Bafatá, Guiné Portuguesa a uma hora do dia doze de Setembro do ano de mil novecentos e vinte quatro, filho natural, primeiro de nome e primeiro de filiação de Juvenal António Lopes da Costa Cabral, solteiro, empregado publico, natural da freguezia de Santa Catarina, de passagem nesta cidade e de Iva Pinhel Évora, solteira, doméstica, natural desta freguezia, residente nesta cidade.

Neto paterno de António Lopes da Costa e de Rufina Lopes Cabral e materno de António Pinhel Évora e de Maximiana Monteiro. Foi Padrinho Luiz Vieira de Sá Nogueira, proprietário, e para madrinha se invocou Nossa Senhora, representada por João Ramos da Silva, o qual tocou com a respectiva coroa, ambos eles residentes nesta cidade os quais sei serem os próprios. E para constar se lavrou este assento que, depois de lido e conferido perante o pai, a mãe, o padrinho e o representante da madrinha, comigo assinaram. Era ut supra.

[seguem-se as assinaturas]

Juvenal António Lopes da Costa Cabral

Iva Pinhel Évora

Luiz Vieira de Sá Nogueira

João Ramos da Silva

O pároco Padre Francisco [ilegível].

Doc. nº 2

Carta de Amílcar Cabral [dactilografada], Ao Camarada El Hadj Diallo Ibrahimia Secretário-geral do MLGC/Dakar, Conakry, le 26 avril 1961. O original está em francês.

Conakry - le 26 Avril 1961

Bofte Postale 298

CONAKRY

Ao Camarada EL HADJ DIALLO IBRAHIMIA

Secretário Geral do M.L.G.C.

Escola "Corena-Diallo", Rue 55x62

Gueule Tapée

DAKAR

Care Camarada :

Acuse a recepção da cópia da sua carta datada de 21 de Abril e que me foi entregue pelo camarada ARAUJO, de regresso da sua participação na I Conferência das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, de que o nosso Partido foi um dos organizadores. Vi já no Bureau Político Nacional do P.D.C. e original da mesma carta, que me enviou, certamente por questão de segurança, ao cuidado do camarada Secretário Geral do P.D.C. . Embora não tenha recebido ainda oficialmente êsse original, acho que devo responder-lhe para evitar perda de tempo.

Calcula, por certo, a alegria que o conteúdo da sua carta causou tanto aos meus camaradas daqui como a mim mesmo. É uma boa nova que, de acordo com a nossa posição de sempre, esperavamos há muito e que finalmente chegou.

No que se refere aos elogios que teve a gentileza de fazer aos resultados do meu trabalho, deve dizer-lhe que êsses resultados são o fruto dum trabalho colectivo, dum equipa de que sou apenas um elemento. Eu nada poderia fazer sem a colaboração dos meus camaradas, sem contar com a actividade corajosa dum organização no interior dos nossos países, sem contar com o nosso Partido. Eu não faço mais do que cumprir o meu dever de homem e de africano.

Antes de responder às propostas apresentadas na sua carta, devo desfazer um equívoco nela contido. Eu não sou Secretário Geral do M.L.G.C. de Conakry. Neste Movimento, eu sou um membro do Comité Director, responsável dos assuntos políticos e das relações exteriores. Sou, desde há muito, Secretário Geral do Partido Africano da Independência que, como sabe, é a organização clandestina que, no interior da Guiné e Cabo Verde, conduz a luta dos nossos povos contra o colonialismo português.

Como deve saber, é na qualidade de Secretário Geral do nosso Partido que tenho agido tanto no plano africano como no internacional. O nosso Partido é membro da Conferência dos Povos Africanos, membro efectivo do Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos e membro do Conselho Consultivo do Secretariado Permanente da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. Evidentemente que o camarada e os demais membros do M.L.G.C. de Dakar, reconhecem a importância que tem tido para a luta de libertação dos nossos povos a existência e a actividade revolucionária do nosso Partido, desenvolvida e mantida à custa de grandes sacrifícios. Na realidade, não seríamos realistas se não tomás-

(Cont. Doc. nº 2)

(2)

esses em consideração esta verdade : por mais apoio que tenhamos nos países amigos e nos nossos vizinhos e, em geral, no exterior, a libertação das nossas terras e a construção de seu progresso, tem de ser uma obra dos nossos povos.

Quanto às propostas apresentadas na sua carta, nós recebemo-las de braços abertos, porque correspondem a um desejo permanente já várias vezes manifestado tanto pelo nosso Partido como pelo M.L.G.C. de Conakry. Acreditamos que a vossa decisão não corresponde senão a um desejo sincero de servir a nossa luta e os interesses dos nossos povos.

A importância da unidade orgânica de todos os patriotas dos nossos países, na luta contra o colonialismo português, é tão evidente, que seria supérfluo apresentar aqui argumentos a favor dessa unidade. Todavia, o nosso Partido e o M.L.G.C. de Conakry são de opinião que, considerando principalmente a importância deste problema e o carácter sério da nossa luta, se os erros do passado não devem impedir um bom trabalho no presente e no futuro, nós devemos tirar deles a melhor lição. Vejamos os factos concretos, que nos permitirão determinar um caminho sólido para uma colaboração fraternal, combativa e verdadeiramente eficaz, ao serviço conclusivo da libertação e do progresso dos nossos povos.

1. No interior, o nosso Partido realizou a unidade de todos os nacionalistas e tem mantido essa unidade apesar das tentativas de divisão feitas pelos colonialistas, por alguns oportunistas e pelos servidores do colonialismo português.

2. Na República da Guiné, o nosso Partido e o M.L.G.C. realizaram a unidade de todos os emigrados verdadeiramente dedicados à causa dos nossos povos. Não é senão uma meia dúzia de elementos oportunistas e racistas, cuja actividade política foi interdita pelas autoridades locais, que se encontram fora do Movimento.

3. Na relação aos compatriotas residentes no Senegal, a posição do nosso Partido e do M.L.G.C. de Conakry foi sempre clara e construtiva. Como deve saber, em Setembro de 1959, o nosso Partido estabeleceu contactos em Dakar, principalmente com Henry Lebery, Vicente Cò, Honorio Costa e outros compatriotas, e propôs a criação de um Movimento que englobasse todos os guineenses e caboverdeanos residentes no Senegal. Foi com grande alegria que tomamos conhecimento da criação desse Movimento.

Apesar da minha ausência, em viagem, quando da sua passagem por Conakry, e durante a recepção que os meus camaradas ofereceram em sua homenagem, o camarada foi informado da situação do M.L.G.C. de Conakry, e assegurado acerca da nossa firme vontade de trabalhar depressa por uma unidade orgânica com os nossos compatriotas residentes no Senegal.

Em Outubro de 1960, deslocuei-me a Dakar para estudar com o M.L.G.C. local, os problemas fundamentais relacionados com a nossa unidade e a nossa luta. Foi com grande amargura e uma compreensível desilusão que constatei uma atitude negativa da parte dos responsáveis que estiveram presentes na única reunião então realizada, à qual o camarada não compareceu. A minha amargura e desilusão foram tanto maiores quanto é certo que tive de constatar a existência, por um lado, de divisões e querelas entre os responsáveis nome, e, por outro, de uma profunda cisão quer entre os emigrados guineenses (até por razões tribalistas), quer entre estes e os emigrados caboverdeanos. Foi principalmente por causa da situação lamentável verificada em Dakar, que o nosso Partido teve necessidade de publicar a sua

(Cont. Doc. nº 2)

(3)

Declaração de 15 de Outubro de 1960.

Após o meu regresso a Conakry, alguns elementos do M.L.G.C. de Dakar desencadearam uma violenta campanha contra o nosso Partido e o M.L.G.C. de Conakry, chegando mesmo a recorrer à difamação. Vários documentos do nosso Partido foram violados e desviados por alguns compatriotas residentes em Dakar, facto que provocou grandes prejuizos à nossa luta. Por último tivemos conhecimento de mais uma cisão no seio dos emigrados residentes em Dakar, com a notícia da criação de um chamado Movimento de Libertação da Guiné (sem Cabo Verde, e também da sua destituição (do camarada Diallo Ibrahima), que se ausentara para Israel, do cargo de Secretario Geral do M.L.G.C. .

Não é impossível que o nosso Partido e o M.L.G.C. de Conakry, tenham cometido algum erro no seu trabalho, e nós estamos prontos, como sempre, a analisá-lo, a criticá-lo e a corrigi-lo. Mas com base em factos concretos, estamos certos de que, se até hoje não existe uma colaboração entre os emigrados residentes em Conakry e os residentes em Dakar, e se uma divisão de caracter racista e tribalista continua a existir entre os nossos compatriotas residentes no Senegal - isso não resulta de qualquer falta do nosso Partido ou de M.L.G.C. de Conakry. Basta dizer, por exemplo, que nós - o camarada e eu - não tivemos ainda a oportunidade de nos conhecermos, para compreender que não pode ter havido nem há querelas pessoais entre nós.

4. Os responsáveis do nosso Partido e do M.L.G.C. de Conakry encarregaram-me de afirmar-vos que, como sempre, estão prontos a encontrar os responsáveis do M.L.G.C. de Dakar, para analisarem os problemas da nossa luta e para lançarem as bases duma colaboração combativa e eficaz, em prol da libertação e do progresso dos nossos povos. No entanto, e no espirito mesmo da resolução da I Conferência das Organizações Nacionalistas das Colonias Portuguesas, estamos convencidos que êsse encontro deve interessar e englobar todas as organizações nacionalistas da Guiné e de Cabo Verde, sejam quais fôrem as suas convicções politicas. Embora estejamos de acôrdo em que aqueles compatriotas que agem sobre a base do racismo e do tribalismo têm uma acção negativa e anti-revolucionária, o nosso Partido e o M.L.G.C. são de opinião de que é indispensavel distinguir os condutores dos conduzidos e, mesmo diante das maiores dificuldades, devemos lutar sempre pela unidade e dar a êsses camaradas, e principalmente aos que são por êles dirigidos, a oportunidade de reverem a sua posição e de se aliarem solidamente a nós, na nossa luta comum, a bem dos nossos povos. Não podemos abandoná-los ao julgamento da História, pois isso poderá ser perigoso para os nossos povos, porque, como sabe, a História é feita pelos homens, e tanto podem fazê-la os homens que são pela justiça e pela fraternidade como aqueles que são contrarios à justiça e à fraternidade.

Por isso mesmo, e tendo em consideração a realidade objectiva da nossa luta e tudo o que o nosso Partido já fez em prol dela, cremos que o M.L.G.C. de Dakar responderá favoravelmente ao nosso apêlo e à nossa proposta para a realização urgente de uma Conferência de todas as organizações nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, com a seguinte ordem do dia :

- a. Identidade de cada organização (Estatutos, Programa e forças reais). Trabalho já realizado por cada organização ao serviço da libertação dos nossos povos.
- b. A Unidade. Revisão da Carta da Frente de Libertação da Guiné e

(Cont. Doc. nº 2)

(4)

Cabo Verde. Alargamento dessa Frente ou criação de uma nova Frente. Criação de um organismo central para coordenar e dirigir a acção unida das nossas forças durante a luta de libertação.

- c. Análise concreta de outros problemas fundamentais da nossa luta e do seu desenvolvimento imediato.

Evidentemente que esta ordem de dia fica sujeita a rectificação dos representantes das organizações interessadas, e devemos formar, o mais cedo possível, um comité preparatório da Conferência. Parece-nos que todas as organizações poderiam comunicar ao Secretariado do nosso Partido a sua decisão de participar da Conferência, até o dia 15 de Maio próximo.

Antes de terminar quero dizer-lhe que também estamos de acordo em que a Republica da Guiné é um exemplo a seguir pelos países africanos que accodem à independência. A prova real desta certeza é a mais evidente : nós estamos em Conakry, cidade que o nosso Partido escolheu para sede do seu Secretariado.

Não deixarei de insistir em assegurar-lhe, caro camarada, que, pessoalmente, nesta luta que me obrigou a abandonar tudo para me dedicar à causa dos nossos povos, não tenho senão uma ambição e uma paixão : a ambição e a paixão de servir o melhor possível a libertação total e o progresso dos povos da Guiné e Cabo Verde, na certeza de que, como africano, sirvo a África e, como homem, sirvo a humanidade.

Tomo a liberdade de lhe mandar alguns documentos. Dado que considerou necessário escrever-me sob coberto do camarada Secretário Geral do P.D.G., é com prazer que remeto uma cópia desta carta a esse distinto camarada.

Aguardando a sua resposta, peço-lhe, caro camarada, que accite a expressão dos nossos sentimentos fraternais, que terá a gentileza de transmitir a todos os camaradas do M.L.G.C. de Dakar.

O Secretário Geral do P.A.I.G.C. e
Membro do Comité Director do
M.L.G.C. de Conakry,

- Amílcar CABRAL -

P. S. - Como me consta que o camarada não conhece a língua portuguesa, envie-lhe também uma tradução desta carta em língua francesa.

Doc. nº 3

“Comunicado”, Conakry, Outubro/59.

COMUNICADO

Os africanos provenientes dos territórios sob dominação portuguesa e residentes em Conakry, reunidos no dia 4 de Outubro de 1959, decidiram, por unanimidade:

- 1 - Que se constituam numa Organização que terá como objectivo a libertação dos territórios ocupados por Portugal, em África;
- 2 - Que esta Organização seja representada por um "bureau", formado por 5 membros;
- 3 - Que o "bureau" terá plenos poderes para agir e deliberar em todas as questões relacionadas com a vida da Organização;
- 4 - Que o "bureau" seja constituído pelos seguintes membros:

ERNESTINA DA SILVA

LUIS DA SILVA

RICHARD TURPIN

HUGO DE MENEZES

MAXIMIANO DA GAMA

- 5- Que ficarão encarregados, provisoriamente, das emissões de rádio, como locutores; emissões em português: Hugo de Menezes; emissões em crioulo: Luis da Silva.

Que qualquer outro membro, que, pelos seus conhecimentos de português ou de crioulo, se julgar em melhores condições do que os anteriormente citados, para preencher este lugar, deverá apresentar a sua candidatura, que será submetida ao parecer da assembleia.

A ORGANIZACAO

CONAKRY, Outubro /59

Doc. n° 4²⁵⁶³

“Intervention du camarade Armando Ramos” [31 de Janeiro de 1960].

INTERVENTION DU CAMARADE ARMANDO RAMOS

Camarades,

Tout d'abord; nous remercions la République de Guinée qui n'a pas hésité à fournir asile politique à tous les refugiés qui traversent leur Frontière; particulièrement nous sous domination Portugaise avec droit à la liberté d'opinions et d'expressions. Si la République de Guinée nous aide, il restera à nous de maintenir efficacement cette aide politique qui est pour nous une cause commune. Nous ne devons pas nous décourager dans la constructions d'une Afrique nouvelle que nous espérons être meilleure. Nous devons travaillé la main dans la main, unir nos efforts et toutes nos possibilités contre les égoïstes et anti-Africains.

Eclairci ce point, nous allons parler maintenant de nos objectifs communs et immédiats /

A l'issue de notre première réunion tenue à Conakry le 4 Octobre 1959, il a été décidé à l'unanimité que cette organisation soit représentée par un bureau composé de cinq membres, qui rentreront en collaboration étroite avec le bureau Politique National de la dite république, avec toute tendance politique, et une rigide ligne de conduite prêt à donner satisfaction à un membre quelconque du bureau qui Car il est à savoir que ce bureau est élu pour une période expérimentale.

Nous portons à la connaissance du Public que cette association est purement et simplement POLITIQUE

Vu la liberté qui nous est accordée par la République de Guinée, nous userons désormais en tant que membre actif du Pouvoir qui nous sera conféré par notre Assemblée via vis à vis de notre mouvement.

Camarades nous devons étudier dans son propre fond cette affaire avant d'entreprendre une quelconque décision, parceque vous savez que notre force est, et sera pour toujours notre force inépuisable mais pour l'obtenir il nous faut un responsable pour diriger; celui-ci doit être apte, dans car il ya plusieurs formes d'être apte; mais là nous voulons un apte qui pourra résoudre nos problèmes complexes soit du bien soit du mal, mettre fin aux grands conflits qui peuvent nous diviser. Pourtant cette aptitude doit être prouvé sous diverses circonstances et sous plusieurs formes. Les paroles de Président doivent être écoutées et suivre son exemple. Que notre devise soit Union et unité Africaine et combat contre toute forme de balkanisation et toute forme d'exploitation de l'homme par l'homme. Nous devons unir de même les

ceux se sont réunis pour nous exploiter et nous diviser.

Nous sommes ici nombreux chacun

doit dire librement ses pensées car personne n'ignore les problèmes qui intéressent notre mouvement, nous, avons aussi l'obligation de combattre tous les incroyables d'âme vide à notre foi compatriotique car dans cette union il existe des esprits mercantines qui n'ont pas un produit de restreint collaboration conforme à notre première session Que ça doit être UNE vive ECOLE où ceux qui savent enseignent et ceux

Doc. nº 5

“Intervenção do camarada Armando Ramos da Silva na ocasião de voto de 31 de Janeiro de 1960”.

INTERVENÇÃO DO CAMARADA ARMANDO RAMOS DA SILVA NA OCASIÃO DE VOTO DE 31 JANEIRO 1960.

CAMARADAS;

Antes de tudo, agradecemos a República da Guiné que não hesitou a fornecer asilo político a todos refugiados que atravessaram as suas fronteiras, em particularmente nos sob dominação portuguesa, a mais com a liberdade de expressão.

Porque, se compete a Guiné de ajudar-nos, compete-nos à nós mesmos mantê-la entrançadamente enflexivelmente sem reticência de qualquer natureza de defender uma ideia útil, não devemos esmorecer na construção de um fim que nos propuz atingir, e seguir no mesmo rumo, produzindo cada vez melhor os nossos esforços contra egoismos humanos.

Esclarecido este ponto de vista fundamental, vamos agora falar dos nossos objetivos imediatos:

Na nossa reunião do dia 4 Outubro 1959, decidimos, por unanimidade que esta organização seja representada por um bureau formado por cinco membros; que são destinados a colaborar com bureau político desta República, com toda tendência política, com uma rígida linha de conduta, prontos a dar satisfação a um qualquer membro.

Mas foram sempre eleitos por um período experimental.

Salientamos agora que este nosso empreendimento é absolutamente apolítico assim nunca será demais de repetir esta expressão, que usará dos poderes que foram conferidos pela Assembleia.

Camaradas devemos estudar cuidadosamente o assunto antes de tomar uma decisão, porque a nossa própria união, precisamos uma força que não possuímos e que é indispensável, para possui-la é preciso um responsável, para governar, este deve ser um que seja apto, e ha muitos, aptos para governar os mas, deve um que pode resolver o complexo problema do bem e do mal, por fim do grande conflito; que deve ser provado sob varias circunstancias e por diversas formas.

Este Presidente a sua palavra deve ser escutada e o seu exemplo seguido, que a nossa devise seja união, de estar por todos que estam pela união, contra todos aqueles que qerem reinar com simbolo da separação, estes elementos irrequietos que nos quere separar, devemos unir como os colonos uniram e pensar da mesma maneira para nos separar e explorar.

Por isso somos ca assim numerosas para expôr a ideia de cada um sobre o problema que nos interessa sobretudo a nossa organização.

Temos também obrigação de combater todos incrédulos de alma vazia à nossa fé patriótica, porque nesta união empera o espirito mercantil de luc e nao venha ser um produto de estreita cooperação entre^{nos} conforme o espirito de equipa que manifestou na nossa primeira reunião onde salientamos que es seja uma escola viva em que os que sabem ensinam aos que nao sabem; mas hoje temos enorme cabedal de tolerância, e dos criticos que reinam a margem de aqueles que eram considerados como elementos para a fortificação desta aspiração em que metemos os ombros.

Camaradas devemos realizar colaborações leais, conversações francas e cordiais, aumentar o ritmo do nosso esforço e defender os principios mal ensaiados, cada um deve apresentar a sua quota parte do trabalho que compete. que a organização seja perfeita e a direcção competente.

Julgo assas difinido, o espirito em que iremos trabalhar./.

VIVA República de Guiné
VIVA Movimento do Refugiado sob
dominaçao Portuguesa

Doc. nº 6

"Comunicado", Conakry, Outubro/1959

COMUNICADO

Usando dos poderes que lhe foram conferidos pela Assembleia dos Africanos residentes em Conakry, e provenientes dos territorios sob dominacao portuguesa, o "bureau" decidiu convidar para seus colaboradores directos, os seguintes camaradas:

COMISSAO POLITICA

Belarmino Gomes - Presidente
 Paulo Dias - Vice-Presidente
 Adriano Araujo - Secretario

COMISSAO DE IMPRENSA

Luis da Silva - Tradutor
 Hugo de Menezes - Tradutor
 Fernando Gomes - Membro

COMISSAO DE ORGANIZACAO

Armando Ramos - Presidente
 Inacio da Silva - Secretario
 Tavares Pedro - Membro
 Joao da Velha - Membro

COMISSAO DE CONTENCIOSO

Marcos Amado - Presidente
 Adriano Correia - Membro
 Joao Fernandes - Membro

.....
 CONAKRY, outubro de 1959

O BUREAU DA ORGANIZACAO...

Doc. n° 7

“Information de Pascoal Correia” [dactilografada],
Conakry, le 20 février 1960

Le 28 Février 1960, j'ai été envoyé par notre Secrétaire Général afin de remettre à notre camarade HUGO DE MINEZES une convocation demandant sa présence afin de lui permettre de nous faire le compte-rendu de la délégation de la Tunisie.

Le camarade en termes détestables demanda à quoi ça sert? J'ai répondu que c'est une convocation. Il me dit qu'il ne le signe pas, parce que qu'il considère l'acte du mouvement comme un acte lamentable du fait de n'avoir pas aller à sa réception à l'aéroport. Encore il avait préféré une délégation importante pour lui demander spécial faveur . S'il se sent dans les bonnes dispositions à nous faire le compte-rendu. Mais, Encore nous avons pas l'autorité de lui exiger par intermédiaire d'une convocation.

Avec attitude détestable il se dirigea à son bureau.

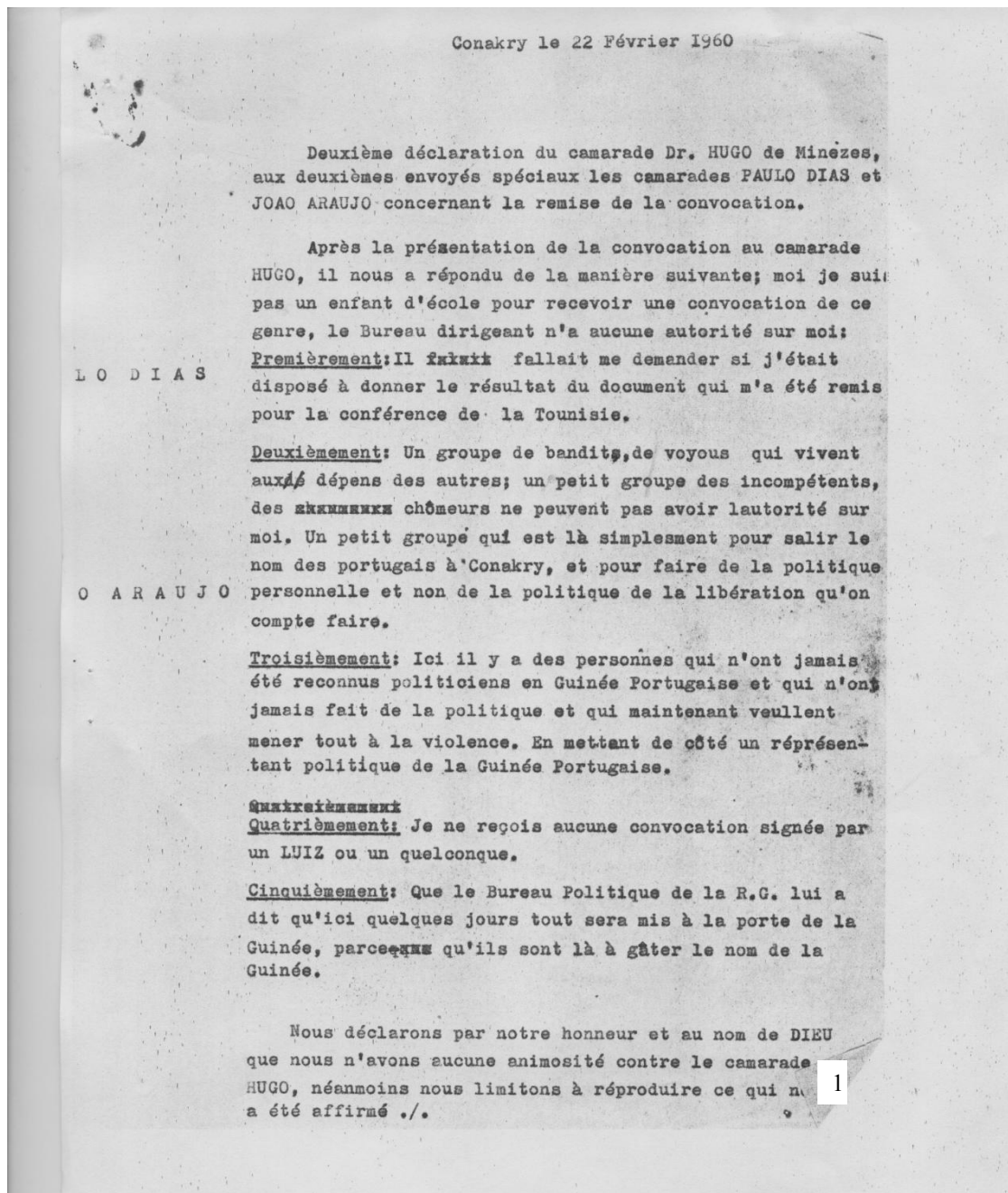
Je jure en nom de DIEU, de n'avoir aucune mauvaise foi contre le camarade, mais je limite à reproduis exactement ce qu'il m'a dit.

Conakry, le 20 Février 1960

PASCOAL CORREIA

Doc. n° 8

“Deuxième déclaration du camarade Dr. Hugo de Minezes” [dactylografada], Conakry, le 22 février 1960.



Doc. nº 9

“Declaração dos Locutores em Línguas Vernáculas”, Domingo, 19 –
6 – 1960

DECLARACAO DOS LOCUTORES EM LINGUAS VERNACULAS NO DOMINGO DE 19-6-1960

- LUIS DA SILVA -

Creolo

Na abertura da sua vez declarou que tem também obrigação de fazer um comentário que é o seguinte:

- A independência que se luta ou não tem que ser encontrada
- Que não mandaria ninguém na Guiné para guerriar contra branco, e que ninguém traga as ideias de guerra mas sim uma ^{luta} para uma revolução política.

- G A B R I E L E

Manjaco

Começou na referência da convocação de ontem a tarde no Porto para a reunião prevista em casa de Lourenço as 14 horas, soblinhando os seguintes pontos: que é inadmissível que um indivíduo depois de ter construído a sua casa tudo pronto, que outra pessoa estranha veio-lhe pedir as chaves a ~~condição~~ que o proprietário fica de fora.

Também tirou atenção aos manjacos pelas seguintes frases: Podem estar alerta sobre o massacre de 3 de Agosto, que aquilo não foi somente pela culpa de Carreira mas que os investigadores foram Cab-Verdianos.

Que também ^{há} um mentiroso que faz com que rendu ao Engenheiro de tudo aquilo que passa nas suas reuniões. Comprado pelo pedaço de pão.

Que o Engenheiro foi a Londres, depois do seu regresso ninguém ~~ninguém~~ sabe o que lá ^{for} fazer, e que ninguém sebera porque é um assunto inédito. E que todas as outras declarações são falsas.

EM PAPEL

Que os papéis de hoje não são como de ontem que andam nas bebedeira esquecendo das suas terras, por isso que não aconselha ninguém de entrar nas guerras com os portugueses, e que a independência tem que ser de qualquer maneira. Que temos de encontrar a nossa independência no frio.

Conakry, 19 Junho 1960

Doc. nº 10

“Convocatória”, Conakry, Movimento de
Libertação dos Territórios sob Dominação Por-
tuguesa, 27 de Junho de 1960.

MOVIMENTO E LIBERTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SOB DOMINAÇÃO PORTUGUESA

CONVOCATÓRIA: Convoca-se o camarada José...Cardoso para uma Assembleia geral extraordinária na BOURSE DU TRAVAIL, na quarta-feira, 29/6/60, pelas 18 horas, com a seguinte ordem do dia:

RESOLVER DE VEZ A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO

Obs. Presença indispensável O Secretário da Organização, Conakry, 27 junho 1960
Armando Ramos da Silva *Paul*

MOVIMENTO E LIBERTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SOB DOMINAÇÃO PORTUGUESA

CONVOCATÓRIA: Convoca-se o camarada Adriano...Barra para uma Assembleia geral extraordinária na BOURSE DU TRAVAIL, na quarta-feira, 29/6/60, pelas 18 horas, com a seguinte ordem do dia: RESOLVER DE VEZ A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO

Presença indispensável O Secret. da Organiz. Armando Ramos da Silva *Paul*

MOVIMENTO E LIBERTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SOB DOMINAÇÃO PORTUGUESA

CONVOCATÓRIA: Convoca-se o camarada António...Barra para uma Assembleia geral extraordinária na BOURSE DU TRAVAIL, na quarta-feira, 29/6/60, pelas 18 horas, com a seguinte ordem do dia:

RESOLVER DE VEZ A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO

Obs. Presença indispensável O Secretário da Organização, Conakry, 27 Junho 1960
Armando Ramos da Silva *Paul*

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SOB DOMINAÇÃO PORTUGUESA

CONVOCATÓRIA: Convoca-se o camarada Basílio...Barra para uma Assembleia geral extraordinária na BOURSE DU TRAVAIL, na quarta-feira, 29/6/60, pelas 18 horas, com a seguinte ordem do dia:

RESOLVER DE VEZ A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO

Obs. Presença indispensável O Secretário da Organização, Conakry, 27 de Junho 1960
Armando Ramos da Silva *Paul*

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SOB DOMINAÇÃO PORTUGUESA

CONVOCATÓRIA: Convoca-se o camarada Julia...da Silva para uma Assembleia geral extraordinária na BOURSE DU TRAVAIL, na quarta-feira, 29/6/60, pelas 18 horas, com a seguinte ordem do dia:

RESOLVER DE VEZ A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO

Obs. Presença indispensável O Secretário da Organização, Conakry, 27 junho 1960
Armando Ramos da Silva *Paul* 4 out 1961

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SOB DOMINAÇÃO PORTUGUESA

CONVOCATÓRIA: Convoca-se o camarada Gabriel...da Costa para uma Assembleia geral extraordinária na BOURSE DU TRAVAIL, na quarta-feira, 29/6/60, pelas 18 horas, com a seguinte ordem do dia:

RESOLVER DE VEZ A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO

Obs. Presença indispensável O Secretário da Organização, Conakry, 27 de Junho 1960
Armando Ramos da Silva *Paul*

Doc. nº 11

Convite

Convite

• São convidados a todos os descendentes Portuguezes abaixo
 inscrito, atualmente residentes nesta Republica da Guiné,
 de comparecerem no proximo Domingo dia 4 de Outubro, pela
 9 horas, na residência do senhor ~~_____~~ ^{Marcos S. Amado} nosso
 compatriota e amigo, a fim de subter-nos a um comum
 acordo para a boa organização de um partido para a col-
 boracão entre a Republica da Guiné e nossos irmãos
 • Africanos da Guiné Portuguesa.

Nomes	Rubricas	Observações
Paulo Gomes	K	
Adriano Araújo	OK <u>Ala</u>	
Joachim Dias	_____	
Paulo Gomes (novo)	<u>_____</u>	
Antonio Correia	<u>_____</u>	
Amando Ramos	<u>_____</u>	
Marcos S. Amado	<u>_____</u>	
Pedro Tavares	<u>_____</u>	
Paulo Dias	<u>_____</u>	
João Fernandes	<u>_____</u>	
Laudelino Gomes	<u>_____</u>	
Belarmino Gomes	<u>_____</u>	
Gabriel Gomes do Couto	<u>_____</u>	
Adriano Correia	<u>_____</u>	
Maximiano Gama	<u>_____</u>	
Marcelino da Costa	<u>_____</u>	

(Cont. doc. nº 11)

Continuacões

Nome	Rubrica	Observa
João da Savelha	<i>[Signature]</i>	
Luiz Silva	<i>[Signature]</i>	
Rogério de Oliveira	<i>[Signature]</i>	
Sergio da Costa	#1	90.
Inácio Silva	<i>[Signature]</i>	
Jaacim Gomes	<i>[Signature]</i>	
Oswaldo Oliveira	<i>[Signature]</i>	
Pedro Ramos	<i>[Signature]</i>	
Basilio Correia	<i>[Signature]</i>	
Francisco Mendes	<i>[Signature]</i>	
Mussa Jaten	<i>[Signature]</i>	
José Araújo	<i>[Signature]</i>	
Barra Banchacar	<i>[Signature]</i>	
Ernesto Barros	<i>[Signature]</i>	
Luiz Gomes	<i>[Signature]</i>	
DAÍDA BANGURA	<i>[Signature]</i>	
José SAMBÚ	<i>[Signature]</i>	
Guillaume	<i>[Signature]</i>	
Amâncio Gomes	<i>[Signature]</i>	

(Transcrição do Doc. nº 11)Convite²⁵⁶⁴

São convidados a todos os abaixo inscritos, a[c]tualmente residentes nesta República da Guiné, de comparecerem no próximo domingo dia 4 de Outubro, pela[s] 9 horas, na residência do senhor Marcos Souto Amado, nosso compatriota e amigo, a fim de sub[me]ter-nos a um comum acordo para a boa organização de um partido para a colaboração entre a República da Guiné e nossos irmãos Africanos da Guiné Portuguesa.

[seguem-se os nomes e as respectivas rubricas]

Paulo Gomes
Adriano Araújo
Joaquim Dias
Paulo Gomes [nené]
António Correia
Armando Ramos
Marcos S. Amado
Pedro Tavares
Paulo Dias
João Fernandes
Laudelino Gomes
Belarmino Gomes
Gabriel Gomes da Costa
Adriano Correia

²⁵⁶⁴ Trata-se da transcrição do “Convite” dirigido aos guineenses e cabo-verdianos radicados em Conakry para assistirem a reunião que viria a ser constitutiva da MLTDP.

(Cont. da transcrição do Doc. nº 11)

Maximiano Gama
Marcelino da Costa
Turpin Richard
João Davelha
Luiz Silva
Rogério de Oliveira
Sérgio da Costa
Inácio Silva
Joaquim Gomes
Oswaldo Oliveira
Pedro Ramos
Basílio Correia
Francisco Mendes
Mussá Fati (?)
José Araújo
Bare(?) Boubacar
Ernesto Barros
Lourenço Gomes
Daúda Bangura
José Sambú
Guilherme
Amâncio Gomes

Doc. nº 12

Ofício do Secretário da Organização do Movimento de Libertação dos Territórios sob Domínio Português, ao Senhor Comissário Central da Polícia, Conakry, 28 de Junho de 1960.

Conakry, le 28 Juin 1960

Le Secrétaire à l'Organisation du
Mouvement de Libération des Territoires
Sous Domination Portugaise à

- C O N A K R Y -

à Monsieur le Commissaire Central

- C O N A K R Y -

J'ai l'honneur de solliciter de votre haute bienveillance l'envoi d'un assistant de Police et de quelques agents de la Force Publique à notre réunion Générale Extraordinaire à la Bourse du Travail le 29 Juin à 18 heures.

Avec mes remerciements mes salutations démocratiques.

Armando Ramos da Silva

Armando Ramos da Silva

29

Doc. nº 13

Tradução para português [manuscrita] do discurso de Armando Ramos aquando da Assembleia de 29 de Junho de 1960.

Camaradas

Como sabem todos, o nosso Movimento viu a luz do dia no mês de _____ de 1959. Até hoje não realizámos nenhum trabalho concreto, mesmo no sentido da realidade política africana.

Também tivemos todas ocasiões de ter entre nós, em Conakry, o camarada Abel Djansi, ~~o fundador~~ fundador e líder do Movimento revolucionário do nosso país. Nós temos seguido de perto e em muita atenção e interesse o andamento das discussões e ^{manobras} ~~demarções~~ do nosso responsável Luiz de Silva, Paulo Dias e Gabriel Gomes da Costa que se recusaram sistematicamente a trabalhar com o camarada Djansi que eles sabem ser o fundador da Revolução Nacional e o líder incontestado do partido clandestino do nosso país.

Fui encarregado, pela massa, de convocar esta Assembleia geral extraordinária, na minha qualidade de Secretário para a Organização, e de apresentar ao m

tempo um projecto de Resoluçãõ.

O Bureau de sessõ foi assim
constituído :

Presidente - Amândo Ramo

Secretari - Joseph Turpin

Assessores - { Rogério d'Alvares
Luciano Andau

e a ordem do dia :

1 - Resoluçãõ definitiva da situaçãõ
do Normeuto

Antes de entrarmos na ordem do dia
passo a palavra ao camarada Joseph
Turpin



(Transcrição do Doc. nº 13²⁵⁶⁵)

Camaradas

Como sabem todos, o nosso Movimento viu a luz do dia no mês de _____ de 1959. Até hoje não realizámos nenhum trabalho concreto, mesmo no sentido da realidade política africana.

Também tivemos todos ocasião de ter entre nós em Conakry o camarada Abel Djassi, fundador e leader do Movimento revolucionário dos nossos países.

Nós temos seguido de perto e com muita atenção e interesse o andamento das discussões e manobras dos nossos responsáveis Luís da Silva, Paulo Dias e Gabriel Gomes da Costa que se recusaram sistematicamente a trabalhar com o camarada Djassi que eles sabem ser o fundador da Revolução Nacional e leader incontestado do partido clandestino dos nosso países.

Fui encarregado, pela massa, de convocar esta Assembleia geral extraordinária, na minha qualidade de Secretário para a Organização, e de apresentar ao mesmo tempo um projecto de Resolução.

O Bureau da sessão foi assim constituído:

Presidente – Armando Ramos

Secretário – Joseph Turpin

Assessores – Rogério d' Oliveira

- Luciano Indau

E a ordem do dia:

1 – Resolução definitiva da situação do Movimento.

Antes de entrarmos na ordem do dia, passo a palavra ao camarada Joseph Turpin.

²⁵⁶⁵ Esta transcrição é a tradução do discurso efectuado pelo então Secretário da Organização do MLTDP, Armando Ramos, na abertura da Assembleia-Geral Extraordinária do MLTDP, realizada no dia 29 de Junho na “Bourse du Travail” em Conakry.

Doc. nº 14

Resolução Geral [tradução para português – manuscrita],
feita em Conakry, aos vinte nove dias do mês de Junho de
mil novecentos e sessenta

Transcrição integral do documento

Resolução Geral

Os emigrados dos territórios da Guiné Portuguesa e de Cabo Verde, residentes em Conakry (República da Guiné), reunidos em Assembleia Geral extraordinária no dia vinte e nove de Junho de mil novecentos e sessenta, na referida cidade, em _____ e às _____ horas.

- Saúdam os povos heróicos da África em luta pela dignidade e pela independência;

- Inclina-se profundamente diante dos mártires tombados no glorioso combate contra as forças da opressão colonialista:

- Saúdam e agradecem o povo da República da Guiné através do seu Bureau Político Nacional e do seu Governo, pela ajuda total que lhes dá na realização da destruição total do colonialismo português sob os céus de África;

— . —

Considerando a política contra-revolucionária do sr. Luiz da Silva e dos seus acólitos Srs. Paulo Dias, João Fernandes e Gabriel Gomes da Costa:

Considerando a divisão que queriam criar os referidos srs. Entre os nativos da Guiné dita Portuguesa e de Cabo Verde;

Considerando as anomalias feitas pelo sr. Luiz da Silva no decurso das emissões em língua portuguesa da Rádio Difusão Nacional da República da Guiné, principalmente na emissão de domingo 19 de Junho de 1960, dia em que o sr. Luiz da Silva denunciou conscientemente os compatriotas Benjamim Correia e Inácio Júlio Semedo, resi-

dente na Guiné dita portuguesa, dizendo publicamente através da rádio que esses compatriotas trabalham pela liberdade da nossa terra, quando o sr. Luiz da Silva sabe muito bem que eles são permanentemente vigiados pela Pide que não tinha conseguido ainda nenhuma prova contra eles;

Considerando a recusa sistemática do senhor Luiz da Silva e dos seus cúmplices de trabalhar francamente com o camarada Amílcar Cabral que eles sabem ser o fundador do Movimento revolucionário na nossa terra;

Considerando a falta de lealdade do sr. Luiz da Silva e dos seus acólitos, claramente demonstrada com a queixa feita ao Bureau Político nacional do PDG em nosso nome, contra o camarada Amílcar Cabral – e isso tudo sem nós sabermos – assim como outras queixas feitas junto das secções do P.D.G. de Conakry contra outros camaradas;

Considerando as declarações publicas do sr. Luiz da Silva que pretende e afirma que nem daqui a vinte anos o povo da Guiné dita Portuguesa estará em condições de tomar a sua independência e de realizar a democracia e, ainda, que ele não aconselhava a ninguém a atravessar a fronteira com o fim de lutar pela libertação da nossa terra do jugo colonialista;

Considerando a resolução geral da Segunda Conferência dos Povos Africanos realizada em Túneis de vinte e cinco a trinta de Janeiro de mil novecentos e sessenta;

Considerando a firme vontade de todos os africanos de conduzir a África para a liberdade, a dignidade e a independência e, ainda, para a unidade africana;

- Proclamam dissolvido o “Movimento de Libertação dos Territórios sob Dominação Portuguesa”;

- Afirmam a sua inteira adesão ao “Movimento de Libertação da Guiné dita Portuguesa e de Cabo Verde”;

- Condenam energicamente os srs. Luiz da Silva, Paulo Dias, João Fernandes e Gabriel Gomes da Costa como traidores à causa africana em geral e, em particular, à causa da África sob dominação portuguesa;

- Proclamam solenemente a exclusão total e definitiva dos senhores Luiz da Silva, Paulo Dias, João Fernandes e Gabriel Gomes da Costa, de todas as questões relativas à luta anti-colonialista travada pelos nossos povos, assim como a sua destituição de todas as funções que desempenhavam;

- Determinam que o Bureau destituído, do Movimento de Libertação dos Territórios sob Dominação Portuguesa, agora dissolvido, deve entregar imediatamente a esta Assem-

bleia todos os arquivos do referido Movimento, assim como os fundos que lhe pertencem, com o livro de contas discriminado [sic] em receitas e despesas sem esquecer o material que foi posto à sua disposição;

- Dão mandato ao camarada Amílcar Cabral, leader da Frente de Libertação da Guiné dita Portuguesa e de Cabo Verde, para dirigir, na República da Guiné, o “Movimento de Libertação da Guiné dita Portuguesa e de Cabo Verde”, uma secção da referida Frente;

Reafirmam ao povo da República da Guiné a sua gratidão assim como a sua firme vontade de libertar totalmente e rapidamente as suas terras da dominação estrangeira, mesmo ao preço do seu sangue, das suas mulheres, irmãs e mães;

- Informam o P.D.G. e todos os Partidos Africanos, assim como aos Secretários da Conferência dos Povos Africanos e da Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, da traição dos senhores Luiz da Silva, Paulo Dias, João Fernandes e Gabriel Gomes da Costa, em relação à Pátria Africana;

- Proclamam enfim o carácter irrevogável do “Movimento de Libertação da Guiné dita Portuguesa e de Cabo Verde”, na luta pela independência, liberdade e unidade africanas.

Feita em Conakry, aos vinte nove dias do mês de Junho de mil novecentos e sessenta.

Doc. nº 15

Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV – RG), “Comunicado”, Conakry, 16 de Julho de 1960, assinado por Abel Djassi [Amílcar Cabral], Dirigente-mandatado do MLGCV

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DA GUINÉ E DE CABO VERDE
(M.L.G.CV.(RG))

COMUNICADO

Camaradas:

Tenho o prazer de comunicar-vos o seguinte:

1. As resoluções que vocês tomaram na última Assembleia Geral (29 de Junho na Bolsa do Trabalho) foram inteiramente reconhecidas pela entidade política máxima deste país-irmão. Isto quer dizer que já podemos trabalhar em paz e prepararmo-nos para ajudar da melhor maneira a luta de libertação dos povos da Guiné e de Cabo Verde. Isto quer dizer que as nossas responsabilidades são agora maiores: os nossos povos, o povo-irmão deste país, todos os povos africanos têm os olhos postos em nós. Vocês, que souberam acabar com os erros que não vos deixavam cumprir os vossos deveres, vocês saberão, como africanos honestos e patriotas, corresponder às responsabilidades que temos agora.

Acabaram-se, portanto, as intrigas, os oportunismos, a falta de honestidade e as questões pessoais. O nosso Movimento vai trabalhar o melhor possível e tem todas as possibilidades para cumprir o seu dever. Os nossos povos estão de parabéns. Mãos à obra, portanto, dispostos a todos os sacrifícios pela liberdade dos nossos povos e sempre vigilantes contra os inimigos dos nossos povos. Temos de provar que somos capazes de resolver todos os problemas da nossa própria vida e da nossa luta – e saberemos julgar e castigar com energia os que prejudicam a nossa luta.

2. Recebemos notícias directas da nossa organização de luta patriótica no interior das nossas terras. Os colonialistas portugueses, com a criminosa PIDE à frente, continuam a oprimir, a prender, a enxovalhar e a torturar o nosso povo e os nossos camaradas. Mas os nossos camaradas, que conhecem a força do nosso povo, contam também conosco e estão cheios de esperança. Transcrevo algumas das palavras deles (carta dirigida a Abel Djassi, datada de 10 de Julho corrente e vinda de Bissau):

"Temos necessidade de um contacto consigo. Aguardamos ansiosos essa altura. Muita coisa por resolver... Aguardamos notícias e ordens."

Camaradas:

Vamos começar uma nova fase da nossa luta. Vocês já mostraram que têm consciência da nossa força, porque quiseram e souberam excluir da nossa luta os maus elementos, os perturbadores, os oportunistas; porque quiseram e souberam escolher o vosso próprio caminho para a luta, para servir verdadeiramente os nossos povos.

Posso dizer-vos que temos grandes possibilidades e que cada dia teremos maiores possibilidades. Mas tenho a certeza de que vocês todos, em especial os jovens, nunca esquecerão esta grande verdade:

A NOSSA MAIOR FORÇA SOMOS NÓS PRÓPRIOS – OS NOSSOS POVOS, A NOSSA ORGANIZAÇÃO DE LUTA NO INTERIOR, A NOSSA UNIDADE QUE NENHUMA FORÇA PODERÁ DESTRUIR!

Viva a LUTA DE LIBERTAÇÃO DOS POVOS DA GUINÉ E CABO VERDE !

Viva o MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DA GUINÉ E DE CABO VERDE !

ABAIXO O COLONIALISMO PORTUGUÊS !

O Dirigente-mandatado do MLGCV,

Abel Djassi

Doc. n° 16

Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde – “I Assembleia Geral Ordinária – Resolução”, fait à Conakry, le 21 Juillet 1960.

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DA GUINÉ E CABO VERDE

I Assembleia Geral Ordinária

RESOLUÇÃO

La I Assembleia Geral Ordinária do Movimento de Libertação da Guiné dita Portuguesa et du Cap Vert, réunie le 21 Juillet 1960, dans cette ville de Conakry, République de Guinée, adopte, par acclamation, la Résolution suivante:

1. Confirme, par acclamation, l'approbation des Statuts du Mouvement qui avaient été signés par les présents et qui entre immédiatement en vigueur.
2. Elit, d'accord avec les articles 10 à 13 des Statuts, les camarades proposés pour les postes de direction du Mouvement et approuve l'organisation proposée par le camarade Dirigeant-mandaté.
3. Engage le Comité Directeur du Mouvement pour qu'il élabore urgemment et d'accord avec l'article 14 des Statuts, le Règlement Intérieur du Mouvement.
4. Approuve la cotisation minima proposée - 500 F.G. par mois - et fait appel à tous les membres pour qu'il payent immédiatement la première cotisation, car le Mouvement doit affronter des nécessités immédiates.
5. Approuve, par acclamation le Plan de Travail présenté par le camarade Dirigeant-mandaté, et dont la réalisation doit commencer immédiatement.
6. Fait appel à tous les émigrés guinéens et capvertiens résidant en République de Guinée, ~~particuliers~~ et épris de la volonté sincère de lutter pour la libération de la Guinée dite Portugaise et du Cap Vert, pour qu'ils s'unissent solidement autour de notre Mouvement afin que nous puissions, ensemble, et de la meilleure façon, aider nos peuples à se libérer vite du colonialisme portugais.
7. Recommande les membres du Mouvement à renforcer leur unité et être toujours vigilants contre les ennemis de nos peuples ainsi que contre les perturbateurs et provocateurs.
8. Recommande les Groupes d'Etudes, particulièrement les jeunes camarades, à se dédier entièrement au travail de préparation pour mieux servir notre lutte.
9. Fait appel à toutes les camarades, guinéennes et capvertiennes, mariées ou célibataires, pour qu'elles donnent la meilleure contribution à notre lutte dont le succès dépend fortement du travail utile des femmes patriotes de nos pays.
10. Remercie fraternellement au peuple de la République de Guinée, à son Gouvernement et, en particulier, au Bureau Politique National du PDG, l'attention et la compréhension manifestées envers les problèmes de notre organisation et de notre lutte, ainsi que l'aide fraternelle qu'ils nous apporteront dans notre combat pour la libération de nos patries, dans l'esprit de la solidarité et de l'unité africaines.
11. Remercie fraternellement le camarade Djalibakar KOYATE par l'intérêt positif qu'il a su manifester activement, par rapport à une solution honnête, démocratique et progressive, des problèmes malévolement créés au Mouvement par un très petit nombre de compatriotes opportunistes et contre-révolutionnaires, qui furent exclus de toute activité de notre lutte patriotique.
12. Réaffirmer, enfin, la ferme détermination de tous les membres du Mouvement, de lutter inlassablement, sans tenir compte des sacrifices ou des intérêts personnels, jusqu'à la liquidation totale du colonialisme portugais en Guinée et au Cap Vert, pour la cause sacrée de la construction d'une Afrique libre, unie et indépendante.

Fait à Conakry, le 21 Juillet 1960.

Doc. nº 17

Movimento de Libertação de Guiné e Cabo Verde –
Constituição Administrativa, seguramente de 21 de
Julho de 1960

MOVIMENTO DE LIBERACAO DE GUINE E CABO VERDE

CONSTITUICAO ADMINISTRATIVA

GRUPOS

- Grupo I -- ALMANIA: Joseph TURPIN -- Joaquim da Cruz -- Rogerio de Oliveira
II- BANLIEUE: Adriano Araujo -- Fernando Gomes -- Amadeu Diallo
III- SANDERVALIA Domingos Lopes -- Marcelino Costa -- Catherine Turpin
IV- SANS FIL: Joaquim Gomes -- Pedro Ramos -- Mussa Fati

DEPARTAMENTOS:

- POLITICO E DE RELACOES EXTERIEURES: Amilear Cabral -- Fernando Gomes -- Catherine
Turpin -- Hilario Rodrigues e Daouda Bangoura
ORGANISACAO E PROPAGANDA : -- Adriano Araujo -- Marcelino Costa -- Domingos Lopes --
Joao Araujo e Joao Vieira
CONTROLE : -- Armando Ramos -- Joseph Turpin -- Carlos Correia -- Pedro Ramos e
Carlos Leal
ACCIO E SEGURANCA: -- Richard Turpin -- Luciano Indau -- Rogerio Oliveira --
Mussa Fati Joao da Velha -- Pascoal Correia
FINANÇAS: -- Inacio Silva -- Maximiano Gomes -- Pedro Tavares -- Francisco
Mendes e Joaquim Gomes
SOCIAL E CULTURAL: -- Veronica Tavares -- Helena Gomes Cabral -- Eliane Correia --
Angele Tavares

COMITE DIRECTOR DO MOVIMENTO E DA SECÇÃO DE CONAKRY

- Amilear CABRAL
- Adriano ARAUJO
- Armando RAMOS
- Richard TURPIN
- Inacio SILVA
- Veronica TAVARES

Movimento de Libertação de Guiné e Cabo Verde – Constituição Administrativa, seguramente de 21 de Julho de 1960.

CONSTITUIÇÃO ADMINISTRATIVA

GRUPO I. AIHAMIA : Secretariado - Joseph TURPIN, Joaquim da CRUZ, Rogério d'OLIVEIRA
 GRUPO II. BANLIEU : Secretariado - Adriano ARAUJO, Fernando GOMES, Amadou DIALLO
 GRUPO III. SANDERWALLA: Secretariado - Domingos LOPES, Marcelino COSTA, Catherine TURPIN
 GRUPO IV . SANSFIL: Secretariado - Joaquim GOMES, Pedro RAMOS, Mussa FATI

CONSTITUIÇÃO DOS DEPARTAMENTOS

Político e de Relações Exteriores: Responsável: Amílcar CABRAL. Adjuntos: Fernando GOMES, Catherine TURPIN, Hilário RODRIGUES e Dawda BANGOURA.

Organização e Propaganda: Responsável: Adriano ARAUJO. Adjuntos: Marcelino COSTA, Domingos LOPES, João ARAUJO, e João VIEIRA.

Controle: Responsável: Armando RAMOS. Adjuntos : Joseph TURPIN, Carlos CORREIA, Pedro RAMOS e Carlos LEAL.

Ação e Segurança : Responsável: Richard TURPIN. Adjuntos: Luciano INDAU, Rogério d'OLIVEIRA, Mussa FATI, João da VELHA e Pascoal CORREIA.

Finanças: Responsável: Inácio SILVA, Adjuntos: Maximiano GAMA, Pedro TAVARES, Francisco MENDES e Joaquim GOMES.

Social e Cultural : Responsável: Verónica TAVARES. Adjuntos: Helena GOMES CABRAL, Elliane CORREIA, Angèle TAVARES.

COMITÉ DIRECTEUR DO MOVIMENTO E DA SECÇÃO DE CONAKRY: ~~Verónica TAVARES, Inácio SILVA,~~ Richard TURPIN, Armando RAMOS, Adriano ARAUJO e Amílcar CABRAL.

CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS DE ESTUDO

(Preparação para a luta)

GRUPO A. Luciano INDAU, Domingos LOPES, Pedro RAMOS, João VIEIRA, Francisco MENDES, Dawda BANGOURA. (Segunda-feira).

GRUPO B. Rogério OLIVEIRA, Marcelino COSTA, Hilário RODRIGUES, Carlos LEAL, Pascoal CORREIA

GRUPO C. Armando RAMOS, Maximiano GAMA, Inácio SILVA, Mussa FATI, João ARAUJO. (Terça)

GRUPO D. Catherine TURPIN, Richard TURPIN, Joseph TURPIN, Amansio GOMES, Guillaume TURPIN, Abubakar DIALLO, Elliane CORREIA. (Quarta)

GRUPO E. Adriano ARAUJO, João da VELHA, Joaquim GOMES, Joaquim DIAS DA CRUZ, José ARAUJO, Domingos CORREIA. (Quinta)

GRUPO F. Verónica TAVARES, Carlos CORREIA, Fernando GOMES, Pedro TAVARES, Helena GOMES CABRAL, Mamadou SISSOKO. (Sexta)

O GRUPO B. terá a sua preparação aos sábados.

CORPO SINDICAL

Responsável: Carlos CORREIA
 Adjuntos: Pascoal CORREIA
 Mamadou SISSOKO
 José ARAUJO

M.L.G.CV. Julho de 1960.

²⁵⁶⁶ Este documento é muito mais completo que o anterior (o n.º 17) desta Apêndice.

Doc. n° 19

Carta de Amílcar Cabral [dactilografia] À Son Excellence le Président de l'Assemblée Nationale et Secrétaire du PDG, Conakry - le 6 février 1961.

Boite Postale 298
CONAKRY

À Son Excellence le Président de l'Assemblée
Nationale et Secrétaire du PDG

Excellence :

Nous sommes à Conakry, accueillis par le peuple frère de la République de Guinée, dans le but de nous préparer le mieux possible, sous la direction de notre Parti et du Mouvement de Libération de la Guinée dite Portugaise et des Iles du Cap Vert, pour la libération de nos pays. Nous avons tout abandonné, pour donner nos vies pour la cause de nos peuples - la cause africaine.

Nous constatons, avec profond regret, que M. Paulo DIAS, infirmier à l'Hôpital Ballay, qui a abandonné notre pays à cause d'une dette de 20,000 Escudos au Gouvernement colonial, cherche, à travers la diffamation, la haine raciale et tribale, de détruire notre travail et de briser l'unité indispensable à notre lutte de libération.

Nous considérons que l'action néfaste de M. Paulo DIAS, qui vous casse les pieds continuellement, est préjudicielle à la cause africaine et représente un manque de respect envers les autorités guinéennes, le peuple guinéen et nos peuples. M. Paulo DIAS fait maintenant le tour des Ambassades à Conakry, pour annoncer un nouveau "Mouvement" séparatiste et pour détruire le prestige de notre Parti et de ses dirigeants.

Nous avons l'honneur de vous prier de bien vouloir finir avec l'action néfaste de M. Paulo DIAS menée de connivence avec des ressortissants opportunistes de nos pays, résidant à Dakar.

Croyez, Excellence, que l'interdiction de toute "activité politique" à M. Paulo DIAS représentera un grand service à la cause de libération de nos peuples, à notre lutte menée à travers des innombrables sacrifices.

Conakry - le 6 Février 1961.

Doc. n° 20

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral au Camarade Secrétaire Politique du Parti Démocratique de Guinée, Conakry- le 29 avril 1961.

Conakry - le 29 Avril 1961

Boite Postale 298
CONAKRY

Au Camarade Secrétaire Politique du
Parti Démocratique de Guinée

Cher Camarade,

1. La Conférence de Chefs d'Etat, de Casablanca, a dénoncé, sans équivoque, comme nuisible aux intérêts des peuples africains, le rôle joué en Afrique par l'Etat d'Israël.

La IIIème Conférence des peuples africains a non seulement donné son entier accord aux décisions prises par les Chefs d'Etat à Casablanca, mais elle a aussi dénoncé Israël comme un des Etats promoteurs du néocolonialisme en Afrique.

La Ière Conférence des Organisations nationalistes des colonies portugaises, tenue à Casablanca, a déclaré son accord inconditionnel aux décisions de la Conférence des Chefs d'Etat et de la IIIème Conférence des peuples africains.

Notre Parti qui lutte à l'intérieur et notre Mouvement légal à Conakry, respectent ces décisions, sont vigilants par rapport au comportement des nationalistes des colonies portugaises en ce qui concerne aussi ces décisions, car nous sommes convaincus qu'elles servent les intérêts de nos peuples, l'indépendance réelle et le progrès de l'Afrique, tout en traduisant l'essence même de la politique guinéenne.

Dans l'intérêt de notre lutte de libération et de l'avenir de nos peuples, nous avons le devoir de vous donner connaissance des faits suivants: Les quelques opportunistes et saboteurs de notre lutte qui résident ou séjournent à Conakry, ayant à leur tête MM. Paulo DIAS, Luiz DA SILVA et José Francisco GOMES, sont en train de mener une action qui pourra aboutir à de graves conséquences pour notre peuple et pour les peuples frères qui sont nos voisins.

Après avoir échoué auprès des Ambassades des pays socialistes, auxquels ils ont demandé de l'aide, tout en assurant qu'ils sont des "socialistes", ils fréquentent maintenant les Ambassades des pays occidentaux, notamment de quelques pays connus comme impérialistes. En particulier ces opportunistes mènent maintenant des rapports étroits avec l'Ambassade d'Israël.

Mieux que nous, vous pourrez évaluer les conséquences de ces rapports, si des mesures concrètes ne sont pas prises pour les faire arrêter ou pour éviter leurs conséquences. De notre part, nous renforçons notre préparation et notre vigilance, pour éviter efficacement le néocolonialisme chez nous. Ce qui se passe par rapport à l'Angola est une grande leçon pour nous.

Mais nous sommes convaincus que le réalisme de votre politique ne permettra pas que quelques ressortissants de chez nous, dont l'action politique est ici interdite, mènent à Conakry même une action opportuniste que, en servant le jeu des impérialistes, pourrait créer des problèmes très graves dans cette région de l'Afrique.

(Cont. Doc. n° 20)

(2)

2. Nous venons de recevoir une nouvelle lettre de M. José Francisco GOMES. Cette fois-ci il nous impose un ultimatum : répondre à sa lettre dans 48 heures.

Notre souci d'unité, clairement démontré par le travail de notre Parti tant à l'intérieur du pays que sur le plan extérieur, ne peut pas nous faire oublier la réalité africaine de nos jours.

M. José Francisco GOMES nous écrit au nom d'un imaginaire Mouvement de Libération de la Guinée dite Portugaise (aussi imaginaire que l'ancien Mouvement de Libération des Territoires sous Domination Portugaise), dont les soi-disants "leaders" sont les quelques ressortissants dont l'activité politique vous avez trouvé nécessaire d'interdire. M. José Francisco GOMES était membre de notre Parti, à l'intérieur, avec le pseudonyme de guerre de "Francisco BAFIGAM" et aussi avec celui de "Formoso DA SILVA". Par des raisons d'ambition personnelle il a trahi notre Parti, volé des documents secrets et la seule machine à taper que nous possédions, provoqué des divisions à Bissao, et dénoncé, de l'extérieur, des camarades dirigeants qui sont maintenant emprisonnés. Après avoir essayé, sans succès, de détruire les possibilités de travail que nous avons en République de Guinée, il parle maintenant d'unité. Il existe un différend entre ce Monsieur et notre Parti, lequel nous finirons par régler. Nous sommes prêts à recevoir M. José Francisco GOMES et à discuter avec lui, en tant que compatriote et ex-membre de notre Parti.

D'autre part, notre Mouvement légal à Conakry est ouvert à tous les ressortissants de nos pays qui veulent y rentrer pour se dédier sérieusement à notre lutte.

La défense des résultats concrets du travail révolutionnaire que notre Parti a réalisé chez nous et à l'extérieur, au dépens d'énormes sacrifices; la réalité objective de notre pays et de l'Afrique de nos jours; la souffrance de nos camarades qui se trouvent en prison parce qu'ils furent dénoncés par des opportunistes - tout cela exige que nous soyons vigilants et que nous profitons le temps le mieux possible pour assurer les bases indispensables au triomphe de notre lutte et à la construction pacifique du progrès de nos peuples dans le cadre de l'unité africaine.

Malheureusement l'action nefaste menée par quelques opportunistes continue à nous obliger à détourner notre attention des problèmes fondamentaux de la lutte et à vous déranger avec des questions de ce genre.

Veillez agréer, Cher Camarade, l'expression de nos sentiments très fraternels.

Le Secrétaire Général du P.A.I.,

- Amílcar CABRAL -

Doc. n° 21

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral a M. Le Directeur
Général de la Sûreté Nationale de la République de Guinée,
Conakry - le 6 février 1961.

xxxxxx Conakry - le 6 Fevrier 1961

Boite Postale 298
CONAKRY

M. le Directeur Général de la Sûreté
Nationale de la République de Guinée
CONAKRY

M. le Directeur Général

Vous connaissez très bien l'histoire de l'ancien "Mouvement de Libération des Territoires sous Domination Portugaise", dont les soi-disants leaders n'étaient que des opportunistes qui cherchaient de tromper l'opinion publique et les autorités guinéennes, tout en servant, peut-être inconsciemment les colonialistes portugais. Heureusement, sur la base de la compréhension des autorités guinéennes, ces opportunistes furent démasqués et notre organisation à Conakry réalise à présent un travail sérieux dans une collaboration étroite avec notre Parti. Ce travail, dont les résultats se traduisent par le développement accéléré de notre lutte à l'intérieur de nos pays, compte sur la confiance totale et l'appui fraternelle du peuple guinéen, de son grand PDG et des autorités locales.

Quelques uns de ces opportunistes ont obtenu ce qu'ils cherchaient vraiment: des bourses d'études en Europe. D'autres se sont échappés vers Dakar et ils cherchent maintenant de saboter le travail de nos organisations de lutte.

Il ne reste qu'un seul de ces opportunistes à Conakry - et c'est simplement parce qu'il n'a pas pu obtenir les facilités de sortie pour aller en Europe, comme boursier: M. Paulo DIAS, infirmier à l'Hôpital Ballay.

M. Paulo DIAS, qui sortit de notre pays à cause d'une dette de 20.000 escudos au Gouvernement portugais, désespéré de n'avoir pas pu détruire le travail constructif réalisé par notre Parti, fait maintenant de son mieux pour saboter le prestige dont nos organisations jouent auprès de quelques pays amis et cherche, à travers la diffamation, de diviser les ressortissants à l'extérieur et créer la haine raciale et tribale, à l'intérieur de notre pays.

M. Paulo DIAS, avec un entourage d'une dizaine de personnes, vient de faire un tour des Ambassades à Conakry, annonçant la création d'un Mouvement séparatiste ("Mouvement de Libération de la Guinée dite Portugaise") et éparpillant des diffamations à propos des responsables de notre Parti. Ce fut une Ambassade même que nous a communiqué ce fait, tout en remarquant la nature honteuse de l'activité de M. Paulo DIAS.

M. Paulo DIAS, ne cache pas qu'il travaille en connivence avec

quelques ressortissants résidant à Dakar, lesquels ont écrit des lettres aux Ambassades présentes à Conakry, pour diffamer notre Parti et ses dirigeants. A Dakar on fait le mieux pour détruire le prestige de notre Parti, dont le Secrétariat siège à Conakry.

Nous sommes fermement convaincus, M. le Directeur Général, que l'activité de M. Paulo DIAS n'arrivera pas à arrêter notre lutte de libération. Mais il est certain qu'une telle activité ne sert pas notre

(Cont. Doc. n° 21)

(2)

lutte, contribue à briser le prestige de notre peuple et représente une totale manque de respect envers les autorités guinéennes. Outre, M. Paulo DIAS, tout en profitant de l'hospitalité du peuple guinéen, peut, à travers la diffamation, créer des scissions chez nous, sur la base de la haine raciale et tribale.

Tenant compte du respect que nous devons aux autorités guinéennes et à nous mêmes (à notre peuple et à notre lutte) ;

Considérant les maux qui pourraient en résulter de l'activité de sabotage menée par M. Paulo DIAS au service de ses compagnons résidant à Dakar ;

Considérant que M. Paulo DIAS fut exclu "de toute activité concernant notre lutte", par une Assemblée Générale des Ressortissants, tenue à la Bourse du Travail, le 29 Juin 1960, et que notre organisation à Conakry démocratiquement ouverte à tous les autres ressortissants résidant en République de Guinée :

Nous avons l'honneur de vous prier de bien vouloir :

- a)- Interdire l'activité néfaste de M. Paulo DIAS.
- b)- Mener M. Paulo DIAS à retirer les documents et les diffamations qu'il a porté auprès de quelques Ambassades présentes à Conakry.
- c)- Exiger à M. Paulo DIAS tous les documents appartenant à l'ancien Mouvement de Libération des Territoires sous Domination Portugaise, lequel fut remplacé par le Mouvement de Libération de la Guinée dite Portugaise et des Iles du Cap Vert, section du Front Uni, dirigé par notre Parti.
- d)- Confisquer à M. Paulo DIAS les cartes de membres et de visite qu'il a fait imprimer pour le soit-disant "Mouvement de Libération de la Guinée dite Portugaise" - nouvelle étiquette pour son action néfaste contre l'unité et la lutte de notre peuple.

La réalisation de ces mesures représentera une contribution efficace à la réalisation en République de Guinée d'un travail chaque jour plus décisif pour la victoire de notre lutte contre le colonialisme portugais.

Veuillez agréer, M. le Directeur Général, l'expression de nos sentiments très distingués.

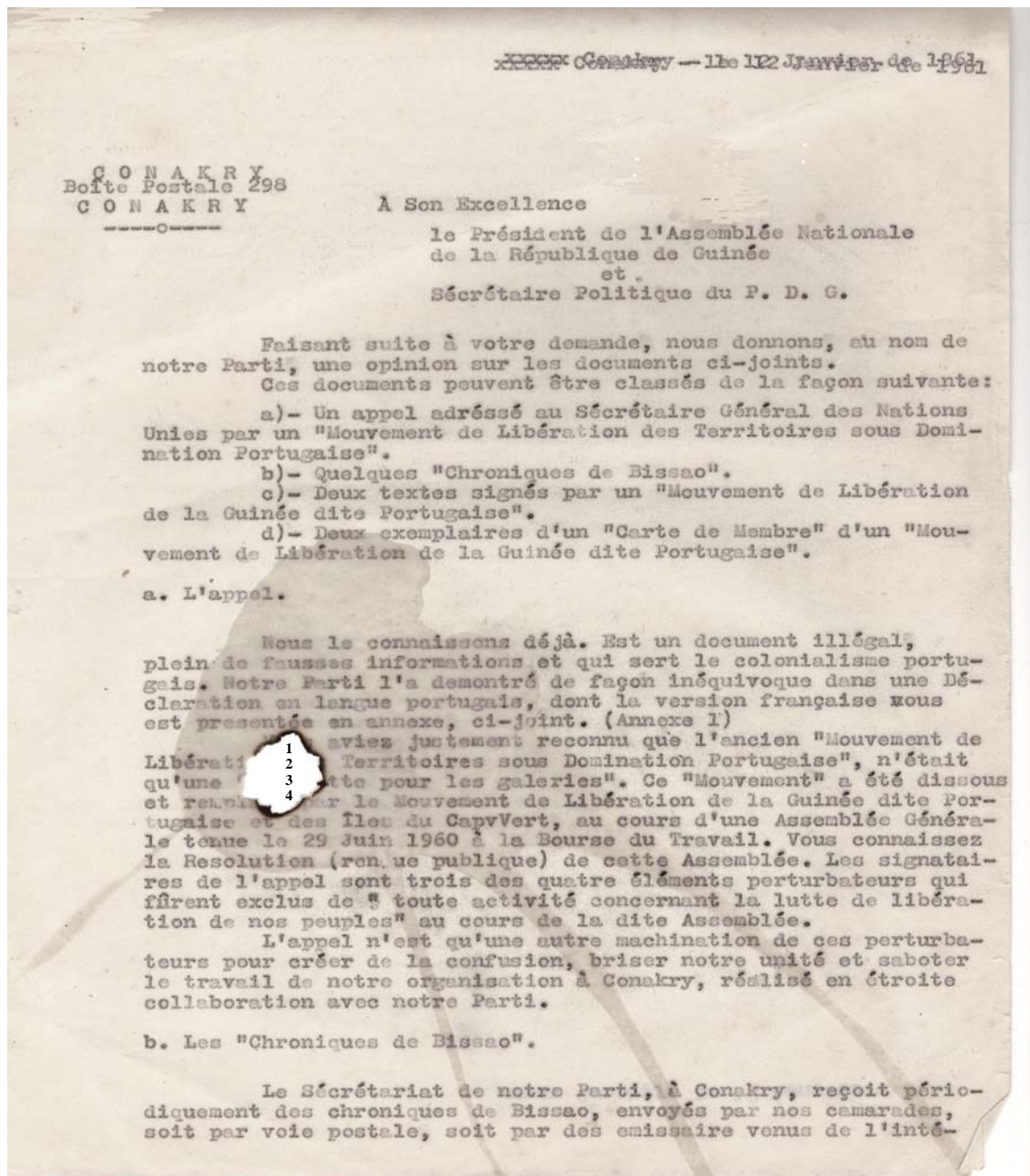
Pour le Bureau Politique du PAIGC,

Amílcar CARRAL
Secrétaire Général

Aristides FERREIRA
Membre du B.P. (Aff. Ext.)

Doc. n° 22

Carta [dactilografada] assinada por Amílcar Cabral (Abel Djassi) e Aristides Pereira dirigida À son Excellence le Président de l'Assemblée Nationale de la République de Guinée et Secrétaire Politique du PDG, Conakry – le 12 janvier 1961.



- 1 Deve ler-se : [Vous]
 2 Deve ler-se : [Libération des]
 3 Deve ler-se : [Palavra difícil de reconstituir]
 4 Deve ler-se : [remp[lacer] par]

(Cont. Doc. n° 22)

2

rieur. Dernièrement, des éléments perturbateurs résidant à Dakar ont réussi à dévier un ensemble de documents destinés à Conakry, parmi lesquels quelques chroniques de Bissao.

Nous sommes convaincus que les présentes chroniques ne sont qu'une copie de quelques-unes de celles qui étaient adressées au Secrétariat de notre Parti et furent déviées par les perturbateurs. Le style est celui des chroniques que nous avons toujours reçu et il y a des références à des nouvelles contenues dans des chroniques antérieures, existantes dans nos archives.

Une synthèse des chroniques en cause est présentée en annexe, ci-joint. (Annexe 2)

c. Les textes signés par un "Mouvement de Libération de la Guinée dite Portugaise".

Le 1er texte est soumis au sujet "La révolution africaine, les Salazaristes et passé, et le rapport pour l'ONU - en Guinée dite Portugaise". Ce sujet même n'a pas de sens.

L'auteur ou les auteurs font croire que notre lutte est contre les fascistes et salazaristes. Ils citent quelques faits concernant la domination portugaise, ainsi que des affirmations des autorités portugaises.

Notre opinion est qu'un tel texte est préjudiciable à notre lutte de libération. En faisant croire que nous luttons contre les salazaristes, il crée une confusion dangereuse: nous luttons contre les colonialistes portugais, dirigés actuellement par une clique fasciste de Salazar. Ce texte laisse l'impression que la fausse christianisation, la discrimination raciale, l'absence de médecins et de matériel sanitaire, le non-développement économique, les impôts, etc. - la cause de la misère de notre peuple. Cette position est très dangereuse, car elle confond effets et cause. La cause de la misère de notre peuple est la domination coloniale. Nous ne luttons pas pour obtenir des prérogatives des portugais chez nous: nous luttons pour la liquidation totale, immédiate et définitive de la domination coloniale portugaise.

Le texte affirme que: "en 1525, d'un jour à l'autre, nos anciens se sont trouvés transformés en des esclaves". Cette affirmation fait preuve d'une ignorance dangereuse des faits de l'histoire de notre peuple. Ce n'est qu'en 1915 que se sont déroulés les derniers combats de la lutte de résistance de notre peuple contre la guerre de conquête coloniale menée par les portugais. Notre peuple n'a jamais accepté la condition d'esclavage que lui fût imposé par la force des armes.

1 Deve ler-se : con[tre].

2 Deve ler-se : [la clique].

3 [palavra difícil de reconstituir].

4 Deve ler-se: [la ma]nque.

Le deuxième texte se rapporte aux manifestations réalisées à Lisbonne contre l'ONU. Il reprend des affirmations déjà faites par notre Parti, soit à l'intérieur, soit à l'extérieur (Conférence de presse, à Londres, le 6/XII/1960).

Nous considérons ce texte dangereux, parce qu'il mélange notre lutte de libération avec la lutte du peuple portugais contre le fascisme, tout en s'appuyant sur des affirmations du Général Humberto Delgado, démocrate portugais, mais aussi un colonialiste que nous avons démasqué dans une conférence de presse à Londres, le 4 Mars 1960, accordée par le camarade Abel Djassi.

Outre cela, le texte, en dénigrant l'étudiant ORTET comme capvertien (tout court) et non comme traître africain, cherche de créer la confusion, de faire racisme, de briser l'unité entre les guinéens et les capvertiens patriotes contre le colonialisme portugais.

En conclusion nous considérons ces deux textes non seulement inutiles (ils ne contribuent à rien au développement de notre lutte), mais surtout préjudiciables.

d. Les "cartes de membre".

Le développement de notre lutte de libération a comme tous les développements, ses problèmes ou contradictions internes. Quelques-uns de ces problèmes sont créés par des opportunistes et des perturbateurs - une faune aujourd'hui repandue en Afrique - parmi lesquels il est difficile de distinguer ceux qui sont guidés par les colonialistes de ceux qui sont guidés par l'intérêt personnel et par l'ambition.

1
2
3
4
Les opportunistes et perturbateurs de chez nous se heurtent à ce travail positif et la vigilance de notre Parti, tant à l'intérieur qu'à l'extérieur. Nous sommes capables et prêts à contrôler, neutraliser et à en finir avec leur action néfaste. Cette tâche ne serait pas difficile s'ils n'auraient l'audience et même l'appui d'aucune organisation africaine, d'aucun pays ami. Malheureusement, nous continuons d'être obligés à dévier notre attention des problèmes fondamentaux de notre lutte pour combattre l'action néfaste de ces perturbateurs et opportunistes auprès des autorités de la République de Guinée. Ces personnes savent, comme les colonialistes portugais, que nos peuples et notre Parti comptent avec l'appui fraternel du peuple guinéen, de son Parti et de son Gouvernement, pour mener notre lutte à la victoire, dans le cadre de l'unité africaine.

Démasqués par notre Parti et par tous les patriotes sincères, ces opportunistes et perturbateurs, désespérés, se tournent maintenant vers le racisme et le tribalisme pour continuer de mener leur action de destruction à l'extérieur, et, tout récemment, à l'intérieur de la Guinée dite Portugaise.

1 Deve ler-se : [Les o]pportunistes.

2 Deve ler-se : [de faire?]

3 Deve ler-se : [à l']interieur

4 Deve ler-se : [à les]

(Cont. Doc. n° 22)

4

En République de Guinée comme au Sénégal, ils cherchent de détruire l'unité entre les guinéens et les capvertiens patriotes, laquelle a été et est toujours défendue par notre Parti, dans l'esprit de l'unité africaine et du renforcement de notre lutte commune. Ils veulent aussi briser l'unité du peuple de la Guinée dite Portugaise, sur la base du tribalisme. Ils procèdent exactement comme les colonialistes portugais.

Ayant été démasqué le caractère opportuniste de l'ancien Mouvement de Libération des Territoires sous Domination Portugaise, les personnes en cause déploient maintenant les plus grands efforts pour détruire le travail de notre peuple et de notre Parti, réalisé dans la clandestinité et au dépens de grands sacrifices. Ils développent une campagne raciste et tribaliste, mentent, diffament et qu'à Dakar ils accusent notre Parti de vouloir placer nos pays dans le camp communiste, à côté de la République de Guinée, à Conakry ils accusent notre Parti de servir le colonialisme portugais, de vouloir la domination des guinéens par les capvertiens.

Agissant librement à Conakry, et ayant l'appui de l'Ambassade portugaise à Dakar, ces opportunistes et perturbateurs cherchent de perturber notre unité à l'intérieur, par l'intermédiaire de quelques éléments qui sont au service du colonialisme portugais. Pour avoir une façade, ils se disent, maintenant, membres et dirigeants d'un prétendu Mouvement de Libération de la Guinée dite Portugaise. Ce Mouvement n'est qu'une mystification, que nous savons être appuyée par les colonialistes portugais, dont l'objectif est de freiner notre action révolutionnaire.

1 Dans les lettres adressées de l'intérieur à Son Excellence le
2 Président Sekou Touré et à Son Excellence le Président
3 de notre Assemblée Nationale Guinéenne, le Bureau Politique
4 démasque ces perturbateurs, confirme la représentativité du camarade Cabral et met les autorités guinéennes en garde contre les machinations de ces agents du colonialisme portugais. Nous gardons dans nos archives les copies de ces lettres, envoyées par nos camarades.

La carte de membre, en cause, n'est qu'un aspect des machinations des perturbateurs, ayant à leur tête M. Paulo Dias, infirmier à l'Hôpital Ballay. Le caractère raciste de ce prétendu Mouvement est révélé dans la carte même. C'est ainsi que, sans se préoccuper du lieu de naissance du titulaire, on demande le lieu de naissance du père et de la mère de celui-ci, renseignement dont l'intérêt réel n'est compréhensible que pour des buts de discrimination sur la base de l'origine du titulaire, c'est à dire, contre les guinéens nés de père ou mère capvertienne et entre les métis.

À l'intérieur, nous ne pouvons pas disposer de cartes de membres, car notre organisation est clandestine. Nous

1 Deve ler-se : [Dans].

2 Deve ler-se : [les Prés]ident.

3 Deve ler-se : [Assemb]lée.

4 Deve ler-se : Pa[rti].

admettons donc que cette carte a été faite à Conakry ou à Dakar, après que les perturbateurs ont su que notre Mouvement de Libération de la Guinée dite Portugaise et des Îles du Cap Vert était en train d'élaborer des cartes de membres pour les soumettre à l'approbation des autorités de la République. (Annexe 3). Encore une machination des perturbateurs, dans le but de détruire les réelles possibilités de travail dont nous disposons en République de Guinée.

Ci-joint (en annexe 4 et 5) deux documents dans lesquels nous démasquons les perturbateurs.

En Conclusion

1- Encore une fois nous devons démasquer devant vous et devant toutes les autres autorités guinéennes, l'action néfaste menée par des opportunistes et perturbateurs contre nos peuples, notre Parti et notre Mouvement, lesquels servent, consciemment ou inconsciemment le colonialisme portugais.

2- Les documents dont nous venons de parler en sont une preuve de cette action néfaste.

3- Nos peuples, notre Parti et notre Mouvement peuvent neutraliser et éliminer l'action de ces opportunistes et perturbateurs, s'ils n'auront l'audience et le support d'aucune organisation africaine, consciente des problèmes et des vrais intérêts de l'Afrique.

1 Les conditions actuelles, soit à l'intérieur de
2 nos pays, à l'extérieur sont favorables au développement
3 rapide de la lutte de libération. Le travail révolutionnaire
de notre Parti à l'intérieur aussi que sur le plan international, a abouti à des résultats positifs. Tout ce qui pourra briser notre unité à l'intérieur sera favorable à la domination coloniale et préjudiciable aux intérêts de nos peuples, donc à l'Afrique.

5- Étant donnée la position inéquivoque de notre Parti et de son programme, ainsi que la nocivité des perturbateurs et opportunistes, nous vous proposons d'en finir avec son action néfaste, pour que, au moins en République de Guinée, nous puissions travailler tranquillement, au service de la libération de nos peuples et de l'unité et de la cause africaines.

6- Nous affirmons la ferme détermination de notre Parti d'être toujours vigilants, de diriger le mieux possible notre lutte de libération, de combattre tous les opportunistes, de liquider complètement le colonialisme portugais et de tra-

1 Deve ler-se : [4 -].

2 Deve ler-se : [soit].

3 Deve ler-se : [not]re.

(Cont. Doc. 22)

6

vailier pour la construction du progrès et du bonheur de nos peuples dans le cadre de l'unité et de la fraternité africaines.

7- À présent ce n'est qu'un opportuniste et perturbateur qui mène une action néfaste à Conakry: M. Paulo DIAS, sorti de notre pays en 1959, à cause d'une dette de 20.000 escudos et resté encore à Conakry, parce qu'il n'a pas réussi à obtenir un passeport pour Moscou, comme boursier de l'Université de l'Amitié.

M. Luiz da Silva, après avoir commis des fautes de nature civile à Conakry, s'est échappé vers le Sénégal. Il avait sorti de notre pays, après avoir fait un prêt de 50.000 escudos à l'État colonial portugais, comme agriculteur.

M. Belarmino Gomes, ancien fonctionnaire du colonialisme français, à Dakar, poursuivi par la Justice guinéenne, s'est échappé vers l'Allemagne Démocratique comme boursier à l'Université de Leipzig. Il a abandonné femme et enfant à Conakry.

M. João Fernandes, ex-infirmier à l'Hôpital Balley, qui était sorti de notre pays à cause d'un accident de viation, est maintenant à Moscou, comme boursier de l'Université de l'Amitié.

Maintenant, c'est M. Paulo Dias le seul meneur de cette action à Conakry. Des mensonges, diffamation et intrigues et propagande raciste sont ses armes. Il compte sur la bonne foi des autorités guinéennes. Il est arrivé à convaincre quelques ressortissants résidant au Sénégal et même quelques compatriotes de l'intérieur, que notre Parti a un gouvernement provisoire à Conakry, formé par des capvertiens et enfeudé au Gouvernement Guinéen. Sa haine s'est renforcé à cause de n'avoir pas pu obtenir ni un ¹ ₂ passeport pour Moscou ni des facilités de sortie que vous ont ¹ ₂ demandées.

Conakry, le 12 Janvier de 1961.

Par le Bureau Politique du Partido Africano
da Independência,

Amilcar Cabral (Abel Djassi)
Secrétaire Général

Aristides Maria Pereira
Membre du B. P. (Affaires extérieures)

1 Deve ler-se: [pass]port.

2 Deve ler-se: [étes].

Doc. n° 23

Memorandum (Aide Concrète a notre lutte de libération) [dactilografado], assinado por Amílcar Cabral, Conakry – le 22 février 1961

Boite Postale 298
CONAKRY

(CONFIDENTIEL)


MEMORANDUM

(AIDE CONCRÈTE À NOTRE LUTTE DE LIBÉRATION)

1. Concession immédiate de quelques armes légères.
2. Permission de libre transit aux militants de notre Parti, en mission à travers la frontière. Saisir les autorités des frontières.
3. Permission de transit d'armes, fournis par des pays amis et en accord avec le Gouvernement Guinéen.
4. Intégration de quelques camarades dans l'armée guinéenne pour une préparation rapide.
5. Étroite collaboration dans le contrôle des frontières, notamment en ce qui concerne la rentrée de nos compatriotes.
6. Élimination radicale de l'activité néfaste de quelques émigrés opportunistes et meneurs de divisionnisme, dont l'action ne sert que les colonialistes portugais.
7. Aide financière.
8. Aide technique et politique.
9. Concession de bourses d'études pour l'enseignement technique en République de Guinée.
10. Renforcement de l'attaque au Portugal sur le plan international.

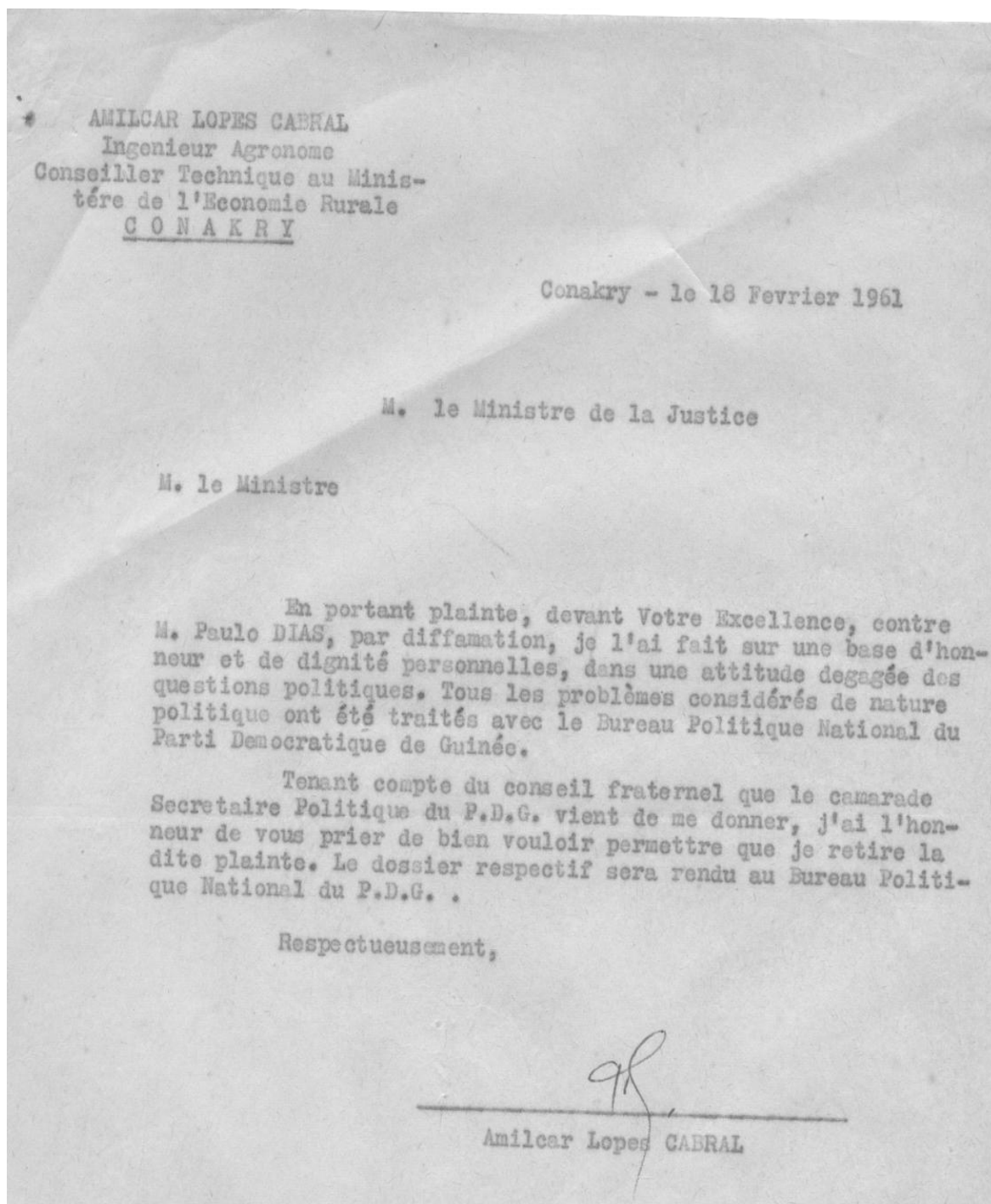
Conakry - le 22 Février 1961.

Le Secrétaire Général du P.A.I. ,


Amílcar CABRAL

Doc. n° 24

Carta [dactilografada] ao M. Ministre de la Justice,
assinada por Amílcar Lopes Cabral, Conakry – le 18
de février 1961.



Doc. n° 25

“Appel a l' Unité et a l' action directe”, [dactilografado], assinado por Amílcar Cabral, Conakry, le 23 avril 1961.

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA
DA GUINÉ E CABO VERDE

APPEL A L'UNITE ET A L'ACTION DIRECTE

Les colonialistes portugais ont toujours eu le souci de nous diviser, pour mieux nous dominer. Ils savent très bien qu'une unité solide, soit à l'intérieur de chaque peuple, soit entre les peuples qu'ils dominent, est une base principale pour la victoire totale de notre lutte de libération et pour l'avenir pacifique et constructif de nos peuples. Nous devons donc opposer aux tentatives de division menées par les colonialistes portugais et leurs agents, un front uni, basé sur l'unité organique et la solidarité combative de tous ceux qui veulent liquider totalement l'odieuse domination coloniale portugaise.

Notre Parti, tout en mobilisant, organisant et préparant les peuples de la Guinée "Portugaise" et des Iles du Cap Vert pour la lutte de libération nationale, a toujours eu un souci fondamental: celui de réaliser et de défendre l'unité de toutes les forces patriotiques tant à l'intérieur qu'à l'extérieur de nos pays, et aussi l'unité des organisations nationalistes des différentes colonies du Portugal.

A l'intérieur, notre Parti a créé un Front uni, auquel participent et peuvent participer toutes les organisations ou personnes qui luttent ou veulent lutter contre la domination portugaise. A l'extérieur notre Parti a suscité la création de Mouvements de Libération formés par des ressortissants de nos pays et réalise un travail positif en étroite collaboration avec les Mouvements existants à Conakry et à Ziguinchor. Sur le plan africain et international, notre Parti, qui est membre de la Conférence des Peuples Africains et membre du Conseil de Solidarité des Peuples Afro-Asiatiques, a toujours collaboré avec d'autres organisations nationalistes des colonies portugaises, surtout de l'Angola. Il a créé, avec le Mouvement Populaire de Libération de l'Angola, un Front pour l'indépendance, et a donné une contribution efficace à l'unité de tous les étudiants et d'autres ressortissants africains résidant au Portugal (création du Mouvement Anti-Colonialistes - M.A.C.), Notre Parti a été à la base de la création de l'Union des Etudiants de l'Afrique Noire sous Domination Portugaise (UGEAN).

La récente Conférence des Organisations Nationalistes des Colonies Portugaises (Casablanca, 18-20 Avril 1961), dont le succès a obtenu un écho international, fut une initiative du Mouvement Populaire de Libération de l'Angola, du Goa League et de notre Parti. Les résolutions de cette Conférence attestent clairement sur la volonté d'unité qui est à la base de l'activité de notre Parti. C'est cette volonté inébranlable qui nous amène à lancer un nouveau appel à tous ceux qui luttent ou veulent lutter pour la liquidation urgente et totale du colonialisme portugais en Guinée "Portugaise" et aux Iles du Cap Vert.

.../...

(Cont. Doc. n° 25)

- 2 -

A P P E L

Considérant que l'unité solide des forces patriotiques de nos pays rendra moins difficiles et plus rapide la liquidation des forces colonialistes portugaises et que cette unité est une base indispensable à la construction pacifique du progrès de nos peuples ;

Considérant qu'il n'a pas de contradictions valables qui pourraient empêcher la réalisation de cette unité, tant à l'intérieur qu'à l'extérieur de nos pays ;

Considérant que la libération et le progrès de nos pays doivent être oeuvre de nos propres peuples qui, comme résultat du travail révolutionnaire de notre Parti, sont chaque jour plus organisés, plus préparés et plus décidés à en finir avec la domination étrangère ;

Considérant l'appui fraternel toujours accordé à notre lutte de libération par le peuple de la République de Guinée et son Parti, ainsi que la récente déclaration du Gouvernement de la République du Sénégal, concernant son appui à cette même lutte ;

Tenant compte du travail déjà réalisé par notre Parti dans le domaine de l'unité de nos forces,

Le PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA

- REAFFIRME sa volonté inébranlable de s'unir solidement et organiquement avec toutes les forces patriotiques de nos pays.
- FAIT APPEL à toutes les organisations nationalistes de la Guinée "Portugaise" et des Iles du Cap Vert, pour qu'elles réalisent et renforcent leur unité interne, se débarrassent des éléments opportunistes et se disposent à initier une action directe contre les forces colonialistes dans nos pays.
- FAIT APPEL, en particulier, aux ressortissants de la Guinée "Portugaise" et des Iles du Cap Vert résidant au Sénégal, notamment à Dakar, pour qu'ils finissent avec toutes les divisions et querelles personnelles et éliminent définitivement les obstacles de nature raciste et tribaliste qui jusqu'ici ont empêché l'union solide, soit de tous les ressortissants guinéens, soit entre ceux-ci et les ressortissants capverdiens.
- PROPOSE la réalisation urgente d'une Conférence des organisations nationalistes de la Guinée "Portugaise" et des Iles du Cap Vert, avec l'ordre du jour suivante :
 1. Identité de chaque organisation (Statuts, Programme et forces réelles). Travail déjà réalisé par chaque organisation au service de la lutte de libération de nos peuples.
 2. Le problème de l'unité. Révision de la Charte du Front de Libération de la Guinée "Portugaise" et des Iles du Cap Vert. Elargissement de ce Front ou création d'un nouveau Front. Création d'un organisme central pour coordonner et diriger l'action unie de nos forces pendant la lutte de libération.

.../...

(Cont. Doc. n° 25)

- 3 -

3. Analyse concrète des problèmes fondamentaux de notre lutte et de son développement immédiat.

Considérant la nécessité et l'urgence de liquider totalement le colonialisme portugais en Afrique, d'apporter une aide concrète au peuple de l'Angola en lutte, et d'éviter que la domination coloniale s'installe dans nos pays sous une nouvelle forme :

Le PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA

- PROCLAME l'urgente nécessité de déclancher une action directe contre les forces colonialistes en Guinée "Portugaise" et aux Iles du Cap Vert.
- FAIT APPEL à tous les nationalistes de ces deux pays pour qu'ils exercent une vigilance efficace contre les tentatives de soumission de nos peuples à une nouvelle forme de domination coloniale.

Fait à Conakry - le 23 Avril 1961.

Pour le Bureau Politique du P.A.I.G.C.,

Le Secrétaire Général,

Amilcar CABRAL

N.B. Les organisations intéressées à la Conférence proposée pourront contacter notre Parti, en écrivant au Secrétariat du Partido Africano da Independência, B.P. 298 - Conakry, jusqu'au 15 Mai 1961. Un Comité préparatoire de la Conférence sera formé immédiatement après cette date.

Doc. n° 26

Carta [dactilografada] assinada por Abel Djassi, datada de Conakry, 15 de Junho de 1961, dirigida aos dirigentes do interior (Bissau).

Conakry, 15 de Junho de 1961

Caixa Postal 298

C O N A K R Y

Presado Camarada :

Recebemos a vossa correspondência de 23 de Abril, e tomamos conhecimento da situação actual, estimando acima de tudo que o trabalho esteja correndo cada vez melhor e, pessoalmente, muita saúde e toda a coragem que nunca faltou ao bom camarada.

Junta, segue a carta que escreveramos a 13 de Março último e que seguiu pelo emissário Pedro. Porém, esse camarada, regressou sem ter cumprido a sua missão, alegando que a situação estava muito má, e que se passasse seria preso. Mais adiante falaremos deste camarada. Vários assuntos anteriormente tratados, têm a sua resposta na referida carta, excepto alguns que vão assinalados, e cuja resposta vai agora.

UNIDADE - É assunto que está agora na ordem do dia. Enviamos toda a documentação referente à união realizada em Conakry, de todos os enigrados da Guiné e Cabo Verde, dentro do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde, por onde o camarada poderá ver todo o trabalho feito. Note bem que esta união nada tem a ver com o Partido, que é uma organização do interior, absolutamente independente. Foi esta união, que acabou por liquidar definitivamente o José Francisco em Conakry, onde já se não encontra. Seguiu para Dakar. O Guia principal explicará melhor a maneira como as coisas decorreram.

As necessidades e a fase actual da nossa luta, exigem quanto antes a unidade orgânica de todas as forças patrióticas contra o colonialismo português, e mesmo como meio de eliminar os maus elementos. Por isso, o Partido fez o Apelo que segue, e estamos em via de realizar uma conferência em Dakar, para acordar e lançar as bases para essa união. Escusado será dizer que a nossa preocupação dominante é defender o Partido de todos esses ininigos, que querem aproveitar-se do bom trabalho até agora realizado, para os seus interesses puramente pessoais e extra ordinariamente ambiciosos. Conhecemos bem essa espécie de gente, e a nossa vigilância é grande no sentido de preservar o Partido de todos esses Tubarões. Contamos que essa Conferência só se realize em Julho (1ª quinzena). Conseguindo a Frente comum, temos possibilidades de conseguir muita coisa e mais depressa. No entanto, a perspectiva da conferência não nos põe imobilizados; vamos trabalhando sempre e procurando solucionar por todos os meios os nossos problemas, mesmo não contando com a formação da Frente geral.

REFUGIADOS - Os indicados na carta junta, e que estão assinalados a vermelho, decidimos procurar aproveitá-los ao máximo, e assim ainda cá estão, a receber instruções do que achamos essencial, antes que regressem ao interior.

.../...

(Cont. Doc. nº 26)

- 2 -

MISSÃO ENVIADA EM ABRIL - Tomamos devida nota dos informes que deu a respeito dos dois guias, que já cá estão todos, sendo muito de apreciar o trabalho realizado pelo que veio via Dakar.

MILICIANOS - Concordamos em que venham, mas será bom tirar-lhes aí mesmo a ideia de estudos, etc., pois nesta altura não há tempo. Interessamo-nos que estejam absolutamente dispostos para a luta, e a todos os sacrifícios. O Guia principal poderá dar todas as indicações no sentido de facilitar a vinda.

PREPARAÇÃO - De encontro à vossa ideia, enviamos agora gente consciente para a preparação por vós indicada, e esperamos que farão bom serviço. São cinco companheiros.

MATERIAL - Estamos em vias de conseguir todo o que quizermos. Tudo depende agora de autorização local. Para o nosso Encarregado de Controle segue uma "lembrança", para defesa pessoal, com o respectivo mantimento. Os guias e os companheiros levam coisas idênticas, e só para uso pessoal, pois agora há que ter a maior prudência.

Convém preparar o melhor possível os locais para depósitos, pois aqui de um momento para outro pode ficar tudo resolvido.

PRISÕES - Precisamos pensar seriamente na maneira de tirar a nossa gente das mãos dos colonialistas, pois a prisão vai-se prolongando muito. Contamos com toda a vossa argúcia e prudência na solução deste assunto de capital importância para nós.

ORGANIZAÇÃO DE MASSAS - Continua a ser o trabalho de maior importância no interior. Muito já andamos neste campo, mas muito nos resta ainda por fazer. Temos, pois, que seguir pelo caminho até agora percorrido, tirando partido de toda a experiência adquirida, e desenvolver ao máximo a nossa actividade junto das massas.

Repetimos que este trabalho deve incidir presentemente, em especial no campo, ou melhor, no mato. É trabalhar o mato a fundo, de modo a que o Partido tenha raízes sólidas em todos os cantos da nossa terra.

Torna-se de grande importância continuar a intensificar o trabalho junto do pessoal da tropa (nossa gente), com o fim de se organizarem devidamente, pois não basta estarem decididos a voltar-se contra os colonialistas à primeira voz, é necessário que estejam organizados em diversos pontos, de modo que em qualquer altura cada um saiba muito bem o que tem a fazer e a quem obedecer.

Nesté capítulo, insistimos no sentido de mobilizar ao máximo as nossas irmãs MULHERES, que constituem uma grande força na nossa terra. São de uma utilidade extraordinária, e podem dar uma contribuição que nem calculamos. Organiza-las, e dar-lhes missões e responsabilidades, de modo a adquirirem a pouco e pouco confiança em si mesmas.

.../...

(Cont. Doc. nº 26)

- 3 -

ACTIVIDADE NO EXTERIOR - Após a nossa participação na Conferência dos Povos Africanos no Cairo, e convite para participar na Conferência de Bandoung (Foi-nos impossível enviar um delegado naquela altura), fomos um dos organizadores da Conferência de Casablanca, das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, e enviamos as resoluções principais da conferência, que foi um êxito total.

ACÇÃO DIRECTA - Convém determinar, para já, alguns pequenos actos de sabotagem, executados com os maiores cuidados e de modo a não comprometer quem quer que seja, da nossa gente.

AUXILIO AO ENCARREGADO DO CONTROLE - Pelo Guia principal enviamos ao camarada do Controle 1.500.00 (Mil e quinhentos escudos), para o ajudar nas despesas mais prementes, já que a nossa situação económica não melhorou desde que fizemos a última carta. Aguardamos confirmação, e desejamos é que o pouco que é, sirva da melhor maneira a nossa luta.

PROGRAMA DO PARTIDO - Seguem alguns exemplares - poucos -, até que os tenhamos imprimidos. Seguem mais Estatutos, jornal, e mais documentação por onde se pode antever a actividade exterior do Partido.

UNIÃO DOS TRABALHADORES DA GUINÉ - Já temos esta organização sindical clandestina, de que enviamos alguma documentação. A U.N.T.G. participou na recente Conferência de Casablanca, e já está inscrita na Pan-Africana, criada na referida Conferência.

Contamos brevemente poder pôr-nos novamente em contacto, visto que agora se torna mais necessário correspondência mais constante e regular.

Concluimos por hoje, com mais confiança do que nunca na justiça da nossa causa, e cada vez mais fortes no cumprimento do nosso dever.

Com saudações fraternais para todos, aceitem a melhor camaradagem de,

A. Djassi

Doc. nº 27

“Camaradas”, carta [manuscrita] de Amílcar Cabral aos seus companheiros do PAI e do MLGCV de Conakry, Pekin, Hotel Sientchiao, 5 de Agosto de 1960.

Transcrição

28/8/60

Hotel Sien-Tchiao nº 445
Pekin

Camaradas

Que todos estejam de saúde e animados da maior coragem para defender e assegurar a unidade e o espírito combativo indispensável à luta.

A viagem tem sido boa, apenas com ligeiros atrasos que, no entanto, transformámos em oportunidades para servir a nossa luta e a nossa formação.

Aqui fomos recebidos da melhor maneira e temos as maiores esperanças. Estamos confiantes em que tudo faremos para cumprir bem esta missão do nosso Partido, dos nossos povos em luta contra a dominação estrangeira. Ao serviço também do Movimento que é instrumento de luta dos nossos povos.

Trabalhem muito, na certeza da nossa vitória. E sejam vigilantes, unidos e firmes.

Saudades imensas, camaradas.

Sem outro assunto de momento, a camaradagem inabalável do vosso

Amílcar Cabral

Pekin 5/Agosto. 1960

Doc. nº 28

Carta dirigida ao Camarada Secretário do Controle..., s/d,
[Conakry].

Caro Camarada Secretário do Controle
Caros camaradas,

Com muito prazer temos recebido as vossas notícias cada vez mais animadoras, cheias de ceteza no trabalho concreto do nosso Partido e na vitória da nossa luta através de todas as dificuldades e etapas. Na entrada do novo ano, aproveitamos esta oportunidade para vos enviar os melhores votos de saúde e de completo êxito no vosso trabalho, porque a saúde é a firme dedicação à nossa luta e ao nosso povo, são a única riqueza que nós - os dirigentes e militantes do Partido - possuímos e temos de defender. Não tarda muito e poderemos festejar juntos, ao lado do nosso povo, novos anos de uma nova era que estamos todos a construir - a era da liberdade e da independência nacional do nosso povo, no caminho do progresso e da felicidade para todos os seus filhos.

Vamos ser breves, porque o tempo é curto e os camaradas têm de tomar o avião dentro de poucas horas. Além disso, o nosso camarada Pereira é pai de uma filha depois desta madrugada, pelo que estamos um pouco fatigados neste momento. Esta é mais uma boa nova para nós todos.

Recebemos os documentos todos e damos a melhor atenção a todos os problemas. Podemos afirmar que tudo o que dependia de nós, do trabalho do Partido no exterior, está resolvido. Todas as dificuldades que agora enfrentamos dependem exclusivamente da posição de alguns dos nossos irmãos africanos que talvez não estejam a ver a nossa luta com os mesmos olhos que nós usamos. Claro que não se trata de irmãos da nossa terra, porque nós estamos solidamente unidos e só ficam de fora os oportunistas e ambiciosos que não têm cura, porque pensam apenas nas suas pessoas e pouco ou nada ligam aos interesses do nosso povo. O guia explicará verbalmente qual é a situação real em que nos encontramos no exterior, depois de termos feito tudo quanto devíamos fazer para servir bem à nossa luta. Um só caminho tem de ser agora o nosso - o regresso à terra, para continuar a luta. Porque sejam quais forem as dificuldades que nos criem fora, de um lado ou de outro, temos de ser capazes de as vencer, e nenhuma força seria capaz de parar a nossa luta, de evitar a liquidação dos nossos inimigos e a conquista da independência nacional do nosso povo. Para a frente, pois, na certeza de que temos de contar cada dia mais sobre as nossas próprias forças - as forças inesgotáveis do nosso povo mobilizado organizado e preparado para a luta.

Saída de membros- Os que saíram chegaram bem. Nós propomos que ponhamos um ponto final na saída de camaradas, porque o melhor local para nos escondermos hoje e lutar-é o nosso país. Nas condições actuais só os emissários e os estudantes devem sair. Os estudantes devem sair depois de terem assegurado as bolsas, para não terem de ficar aqui muito tempo à espera, o que cria grandes problemas. Hoje, com responsáveis militares e políticos no interior, cada dia em maior número, a preparação dos militantes deve ser feita lá dentro, onde estão mais seguros. Claro que para casos de excepção, os camaradas saberão decidir sobre a necessidade de sair.

Responsáveis militares- Estão a ir para dentro na medida do possível, vencendo todas as dificuldades que nos criam de todos os lados. Temos de ser capazes de fazer todos entrar o mais breve possível, para ocuparem os postos que lhes estão indicados. Propomos que nenhum responsável saia da terra, depois de ter entrado, porque a presença deles é indispensável lá dentro e porque podem correr o risco de ficar cá fora, impedidos de regressar e contra a nossa vontade. Claro que se exceptuam os casos de saída em trabalho, junto da fronteira, como tem feito o Ndao. O Secretário de controle e o outros camaradas são a prova viva de que é possível trabalhar e trabalhar muito, sem sair do país e sem ser apanhado. Os responsáveis militares e políticos devem estar sempre em contacto lá dentro, para discutirem os problemas da luta.

Encontro- Com a vinda de alguns camaradas responsáveis, que estavam presos, parece-nos que para já deixa de ser necessário o encontro previsto. Dada a posição dos vizinhos, nada podemos garantir de seguro em relação aos que saíam. Temos estado a discutir a organização e a estrutura do Partido, para adaptar às novas condições. Bom trabalho já está feito, e daremos conta de tudo. Reduzimos o número de zonas tanto na Guiné como em Cabo Verde e aumentamos o número de reuniões obrigatórias dos organismos dirigentes. Criamos um Comité Central que dirige toda a actividade do Partido nos dois países. O Comité Central terá um Presidente e outros responsáveis e são criados no seu seio vários Departamentos. Propomos para Presidente o actual camarada Secretário do Controle e estamos todos de acordo. O Departamento Político e de Relações Exteriores superintende a toda a actividade dos outros Departamentos, e é dirigido pelo Secretário Geral. A direcção do Partido é pois alargada, para dar oportunidade a elementos novos de mostrarem a sua capacidade e aprenderem a dirigir. Temos de formar um bloco sólido, seguro, indestrutível. Com

(Cont. Doc. nº 28)

- 3 -

uma direcção forte, unida e consciente, o Partido pode realizar tudo o que quizer, ao serviço do povo. Esperamos que não tarda muito e nos encontraremos todos lá dentro, onde estamos mais seguros.

Luta- Temos um plano bem definido para o desenvolvimento da luta. Ficamos muito contentes por saber que, depois do contacto com os militares que aí estiveram os camaradas compreenderam como pensamos desenvolver a luta pelo seguro, com calma e cuidado, porque temos pressa e temos de poupar o povo a grandes perdas. Os responsáveis que entram conhecem bem o plano e sabem como agir para cumpri-lo como deve ser. Temos de contar sobretudo com as nossas próprias forças. Temos de marchar por etapas, seguramente, e explorar todas as fraquezas do inimigo. Temos de organizar tudo e preparar não só para enfrentar e vencer os colonialistas portugueses, mas também para cortar as pernas aos oportunistas do Senegal e vencer todos os inimigos da independência nacional dos nossos povos. Temos gente bastante e somos capazes de fazer isso tudo, se trabalharmos bem.

Destino dos que estão fora- Todos já têm o posto de luta indicado, a zona para onde deve ir e sob as ordens de quem vai trabalhar. Vamos enviar todos na medida do possível. Os três que estiveram prêsos vão ter em breve as suas tarefas indicadas. Têm trabalhado bem. Dos que vieram há dias, dois querem ir estudar - o electricista e o alfandegário -. Vamos ver o que é possível fazer nesta altura do ano. Vamos também mandar estudar (estágio) o da aviação, porque pode ser muito útil. O electricista pede para mandar vir a família e que o ajudemos. O militar parece que também quer continuar os estudos, mas ainda não falou nisso. Ele e o electricista estão muito preocupados com a colaboração do traidor Luís da Silva e seus comparsas e têm estado em conversação com êle. Achamos que isso é perder tempo útil para outras coisas, e estamos a ver que não ouviram bem as recomendações que por certo lhes foram feitas lá dentro. Esperamos que compreendam isso breve e deixem de perder tempo com problemas que nós já resolvemos há muito. O Afonso já começou a preparação e regressará o mais breve possível.

Novos camaradas- Estamos contentes com a presença de novos camaradas na direcção. Falamos de Nancy Camará e do Ahmadu Ferrel. Vão as melhores felicitações para êles e a certeza de que darão cada dia mais o melhor do seu esforço e valor, para a vitória total do nosso Partido e do nosso povo. Esperamos conhece-los

(Cont. Doc. nº 28)

- 4 -

breve, porque não tarda muito e estaremos todos juntos na nossa terra.

Caso Queba- Um aldrabão que conseguiu enganar-nos duas vezes. Mas não enganará mais e fica marcado para o futuro, como traidor dos interesses do nosso povo. E aprendemos mais uma lição de vigilância contra os falsos patriotas, os oportunistas e interesseiros.

Material de Comunicação- Está a chegar por estes dias e depois é preciso conseguir fazer tudo sair daqui para dentro da terra. O Momo sabe que material é. Temos de fazer isso entrar.

Emblemas, cartões, bandeiras, panfletos, jornais- Vão 500 emblemas pelo Guia. Os cartões ainda não estão prontos. As bandeiras e emblemas pequenos estão a chegar e irão brevemente. Não vão panfletos porque a máquina está a reparar, mas mandaremos dentro de pouco tempo. Vai o jornal de Novembro, os de Dez. e Jan. irão pelo próximo portador.

Caso do Luciano- Não conseguiram o dinheiro em Dakar: mas o Pereira foi a Dakar, encontrou-se com o Yaya Cote e enviou ao Luciano 60.000 (sessenta mil francos CFA) para despesas.

Falecimento do Lino- Temos de chorar a perda deste bom camarada, um quadro preparado e dedicado. Temos de ter coragem para enfrentar a vida e a morte, sem parar a nossa marcha pelo povo.

A próxima correspondência levará mais notícias. Temos de cerrar fileiras e fazer tudo o melhor possível, na certeza de que nada pode já parar-nos. Agir com calma e segurança, como sempre. Saúde e a melhor disposição para a marcha para a vitória. A camaradagem do vosso,

AMILCAR CABRAL

Doc. nº 29

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral para [Rui] Djassi, Conakry, 29 de Janeiro de 1962.

Conakry, 29 de Janeiro de 1962.

Caro DJASSI,

Como calculas, foi com grande prazer que recebemos as tuas notícias, que consideramos muito boas. Estamos muito contentes por estares de saúde, cada vez mais bem disposto e reforçado na certeza de que o nosso povo está decidido a seguir o Partido e os seus dirigentes, como tu. Estamos também muito contentes com o trabalho que tu e os companheiros, em especial o Malan Sanha, já fizestes. Temos a certeza de que vocês vão fazer cada vez mais e melhor, conduzindo o nosso povo de Fulacunda no caminho da libertação total e do progresso.

Bom trabalho realizado entre os fulas de Guiledji. Isto já dá uma grande segurança na zona da fronteira. É preciso desenvolver isso cada vez mais e arranjar mais camaradas fulas para a mobilização, organização e preparação.

Conhecemos bem os elementos de Buba, em especial o Leandro Gomes que trabalhou comigo no Censo Agrícola. É preciso aproveitar estes camaradas o melhor possível, e êles devem ter cuidado para não darem muito nas vistas. O Évora pode dar informações sobre o Posto e a Administração. O Leandro pode arranjar medicamentos e tratar dos nossos. O Simão pode seguir de perto a actividade dos colonialistas - sobretudo tropas - e informar em pormenor.

Sabes bem o que queremos e quais são os planos. Tu és responsável e tens carta branca para todas as iniciativas necessárias e úteis ao nosso trabalho. Tens de estudar cada coisa bem - e agir.

No entanto, falamos a seguir de alguns pontos:

Mobilização e organização-Levar a fundo, sempre com controle, indicar bons responsáveis - homens, mulheres e crianças. Explicar claro os objectivos do Partido, o papel do povo - a nossa força - os meios de luta a empregar. Cada pessoa deve saber qual o seu lugar, a sua responsabilidade dentro da organização.

Preparação- Começar quanto antes, sem muito barulho e ordenadamente. Não devem abandonar as tabancas, mas receber a preparação às escondidas e continuar a vida normal, até o momento. Mostrar o valor de todas as armas.

Imposto- Nem uma só tabanca deve pagar. Ninguém paga. Vamos dizer o mesmo para as outras Zonas. Basta de imposto e, se o povo estiver unido e todos (ou a maioria) fizerem o mesmo, nada de mal acontecerá. Se acontecer, agiremos com os meios que tivermos, para defender o povo e liquidar os exploradores. Pensa bem e vê a melhor maneira de falar ao povo. Temos de ser corajosos, sérios e decididos. Unidos de verdade, nada poderá conosco.

Fotos e emblemas- Vão 50 fotos e 600 emblemas.

Bandeiras e emblemas pequenos- Estão a chegar e irão brevemente.

Africanos traidores (da PIDE)- Chegou a hora de meter medo aos menos nocivos e de liquidar os piores, com cuidado, com sabedoria e sem fazer barulho. Tu sabes quais são os piores e nós temos de dar-lhes uma lição brava.

Tropa portuguesa- Aqueles que queiram ajudar-nos, são considerados amigos e companheiros. Mas não precisam sair, nem fazer barulho. Devem dar-nos armas e munições, devem estar prontos a colaborar conosco no momento próprio. Valem mais dentro da tropa portuguesa do que fora. Devem ter coragem e ajudar-nos bem. Mas cuidado com os provocadores, os que fingem querer ajudar para nos apanhar. Toda a atenção é pouca, mas não deixes fugir as boas ocasiões.

Ligação com Bissau- Ainda bem que tiveste notícias do P. Ramos. Temos também boas notícias dele e dos camaradas de Bissau. Estão cá o Faria, o Otto e mais camaradas. Vai uma informação vinda de dentro sobre alguns membros do Partido, responsáveis na tua Zona. Contacta-os e mete-os sob as tuas ordens e controle. Isto é muito importante. Liga-te com Bissau urgentemente.

Espiões- Cuidado com êles. Desmascarem-nos nas tabancas, ponham todos os militantes de aviso e de vigia, para denunciarem todos os suspeitos. Muita vigilância, mesmo para com os nossos.

Entrada de camaradas- Agora está aqui um bocado de dificuldades na passagem dos nossos. Esperamos que isto seja temporário. Mas foram já vários camaradas balantas que vão ficar sob as tuas ordens na área de Quinara. Todos foram com defesa pessoal. São êles: Surnate, Zigda e Sumaila. O Victorino já cá está e seguirá logo que possível, esperamos brevemente.

Camaradas que vieram- Já estivemos com êles e têm bom aspecto. Vamos falar-lhes breve. O Quemo parece muito bom, mas por isso mesmo parece que devia estar dentro. Achamos que nesta fase não

(Cont. Doc. nº 29)

- 3 -

vale a pena mandar mais camaradas. Vamos mandar gente para prepará-los lá dentro. Entretanto fizeste bem em mandar êstes, que regressarão o mais breve possível.

Chefes de tabanca- Trata-os o melhor possível, dá-lhes responsabilidade, mostra-lhes que a nossa luta só lhes traz bem. Os que fazem mal ao povo, acusem-nos abertamente, se não mudam de posição, castiguem-nos, façam o povo correr com êles e pôr outros.

Nino- Está cá, mas segue amanhã ou depois. Deves fazer o possível para te manteres em contacto com êle e o Manuel, a ajudá-los mesmo na sua Zona. Desde já procurem trabalhar em coordenação, para o futuro.

Material- O Malan te dirá o que se passa. Entretanto vê se aí será possível conseguir alguma coisa, para o que der e vier. Nós temos de ser capazes de conseguir material dentro da terra. Sabemos que tu és capaz de planear isso e de agir com êxito. Não deixes fugir nenhuma oportunidade, mas tem todas as precauções, para evitar perdas inúteis.

Notícias de outras Zonas- Boas e muito boas. Os camaradas têm trabalhado muito e todos estão cada dia mais conscientes da necessidade de agir devagar, porque temos pressa. Temos de ir pelo seguro.

Rádio- Recomeçamos as emissões há 3 semanas já. É preciso ouvir aos domingos às onze horas. Ouvir e espalhar as palavras de ordem.

Partido- Estamos a rever a estrutura e a direcção, com os camaradas que vieram e com os responsáveis daqui. Tu estás indicado para a direcção. Grandes responsabilidades sôbre os teus ombros, irmão e camarada.

Rádio Dakar- É preciso esclarecer que êles (de Dakar) só mentem e querem vender a nossa terra a outros. Nada fizeram até hoje, a não ser falar na Rádio e tentar dividir-nos. Deves confiar no povo e dizer-lhe coisas avançadas, contra o imperialismo e a exploração do homem pelo homem.

Documentos- Vão alguns jornais e 5 exemplares de uma brochura sôbre guerrilhas. Explicar bem aos militantes e ao povo.

Milicia- Se as coisas estão boas, prepara desde já os jovens

(Cont. Doc. nº 29)

- 4 -

(rapazes e raparigas) para a futura milícia. Vigilância cerrada. Podem fazer exercícios com paus. Os que sabem ler devem ensinar aos que não sabem. Reuniões e reuniões.

Dinheiro- O povo deve contribuir com o que puder, mas deve contribuir, porque ele é a base da luta.

Abastecimento- Pensa mais bastante e traça os teus planos para aguentar a Zona durante a luta. Explica ao povo a importância da coisa.

Ação directa- Logo que possas, põe gente a estragar estradas e pontes pequenas. Manda cortar fios de telefone e telégrafo, furar rodas dos carros, etc.. Tudo em silêncio, na sombra e com muito cuidado, evitando sempre encontro com os coloniais.

Ligação- Mantém a ligação conosco, através de 1 só pessoa que deve vir aqui dentro de 15-20 dias. Esperamos que neste período tudo ou quase tudo já estará resolvido por aqui.

Lar-Tudo vai bem. Mas todos desejam voltar para a terra, o que é facto. Temos de voltar brevemente, porque a hora está a chegar.

Amigos- Todos bem. Todos têm saudades de ti e ficaram contentes com o bom trabalho que estás a fazer.

Camaradas em preparação- A preparação dos 20 segue bem, com êxito. Esperamos que regressem breve. Mais 20 seguirão dentro de dias para outras paragens. Quanto mais gente preparada, melhor.

PALAVRAS DE ORDEM- Coragem, espírito de sacrificio, seriedade em tudo quanto se faça, controle, espírito de iniciativa, contar sobretudo com as nossas próprias forças, melhorar a organização, preparar bem, agir sempre com plano, criar dificuldades ao inimigo, não pagar imposto, fazer medo ou liquidar os traidores africanos, indicar ao povo todos os nossos inimigos, reforçar o prestígio do Partido, a confiança no Partido, ter cuidado com a saúde.

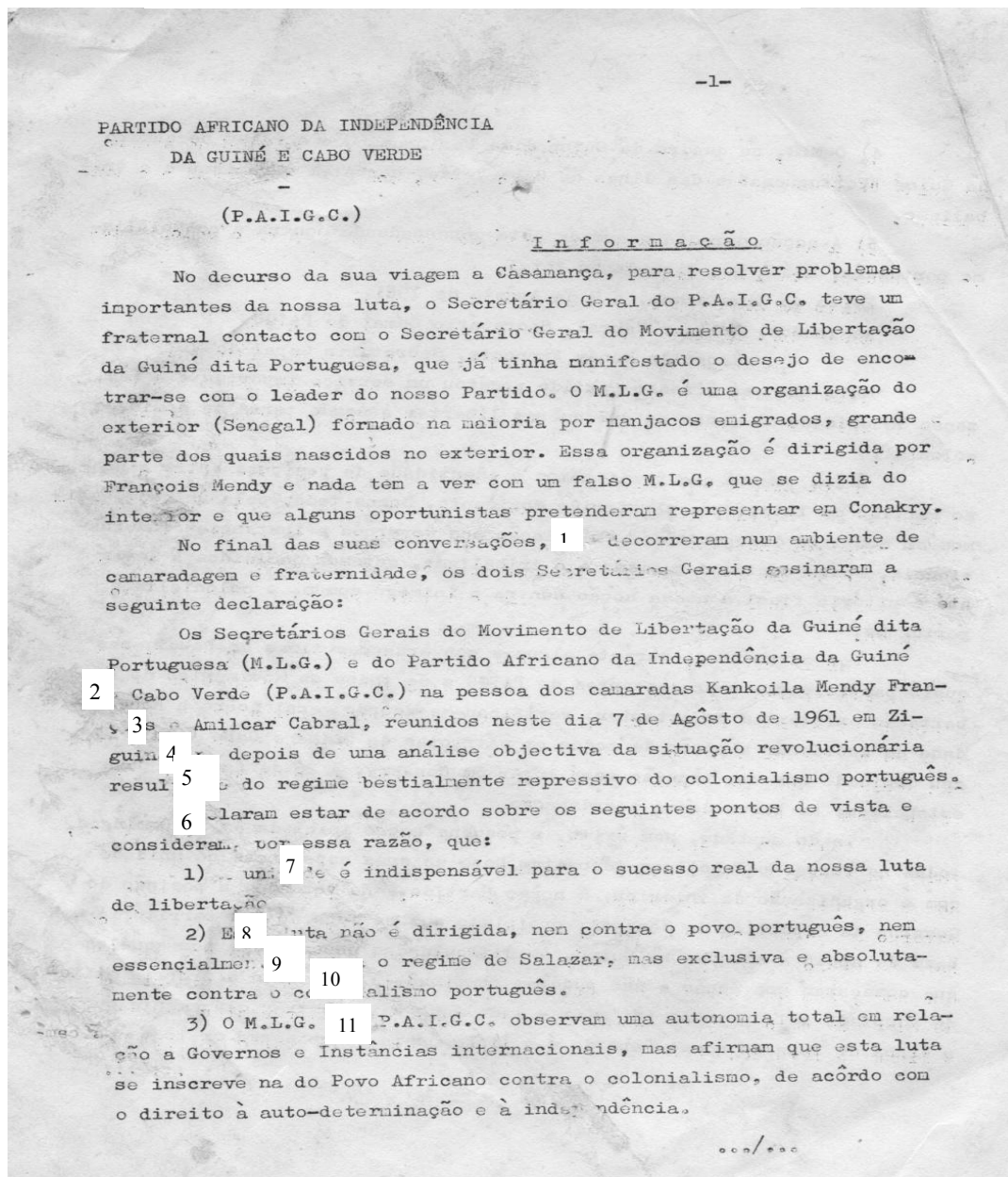
Nada poderá parar-nos, nada poderá evitar a vitória dos nossos povos, irmão e camarada.

Saudades a todos os camaradas.
Saudações ao povo de Fulacunda.
Abraços de todos e até breve.

ass. Amilcar

Doc. nº 30

“Informação” [dactilografada], Partido Africano da
Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC),
[Agosto de 1961].



- 1) Deve ler-se: que.
- 2) Deve ler-se: e.
- 3) Deve ler-se: François e.
- 4) Deve ler-se: Ziguinchor.
- 5) Deve ler-se: resultante.
- 6) Deve ler-se: Declaram.
- 7) Deve ler-se: A unidade é.
- 8) Deve ler-se: Essa luta.
- 9) Deve ler-se: essencialmente contra.
- 10) Deve ler-se: colonialismo.
- 11) Deve ler-se: e o.

4) O MLG, no quadro da Guiné dita Portuguesa, e o PAIGC no quadro da Guiné "Portuguesa" e das Ilhas de Cabo Verde, combatem o racismo e o tribalismo.

5) A acção directa e armada está desencadeada contra o colonialismo português, até à sua liquidação total.

Feito em Ziguinchor, a 7 de Agosto de 1961.

Assinados: Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC

Kankoila Mendy François, Secretário Geral do MLG

Mais uma vez o nosso Partido prestou um serviço importante à realização da unidade de todos os que querem libertar a nossa terra da dominação colonial.

É com prazer que verificamos a identidade de posições entre o nosso Partido do interior e o referido Movimento. Somos todos pela unidade, agimos em completa independência em relação aos Governos e instâncias internacionais, somos contra o racismo e o tribalismo, estamos decididos a levar até à vitória final a nossa acção contra o inimigo comum, o colonialismo português.

Por outro lado, durante algumas conversações tidas em Dakar, nas quais participaram representantes do PAIGC e de todos os Movimentos de Libertação existentes no exterior, verificou-se acôrdo geral sobre a necessidade de coordenar a acção de todos os patriotas da Guiné e Cabo Verde. Ficou decidido que uma reunião terá lugar em Conakry, a 26 de Agosto, para estabelecer as bases dessa coordenação.

Tendo acabado, sem êxito, a pequena acção iniciada em S. Domingos, todas as forças patrióticas depositam hoje as suas esperanças na unidade com a organização do interior, o nosso Partido. Na verdade, a posição do Governo da Republica do Senegal, proibindo que se faça do seu território uma base de apoio a ataques na Guiné, as dificuldades encontradas por aqueles que começaram uma acção e não puderam continuá-la, bem como a própria atitude adoptada pelo povo no interior - tudo isso veio mostrar claramente que a linha de luta do nosso Partido é a linha justa e que serve em todos os cam-

.../...

(Cont. Doc. nº 30)

3

pos os interesses do nosso povo.

Esta verdade e a proclamação de acção directa feita a 3 de Agosto, aumentaram grandemente as responsabilidades do nosso Partido. Estamos seguros de que, seguindo o seu programa de luta com coragem, o nosso Partido cumprirá completamente o seu dever.

Chamamos todos os verdadeiros patriotas das nossas terras a cerrar fileiras, a reforçar a sua unidade e a vigilância contra o nosso inimigo, os seus agentes e todos os oportunistas. Porque o nosso inimigo não deixará de tentar destruir-nos por todos os meios, incluindo o de usar os nossos irmãos contra as nossas organizações e contra os responsáveis da nossa luta.

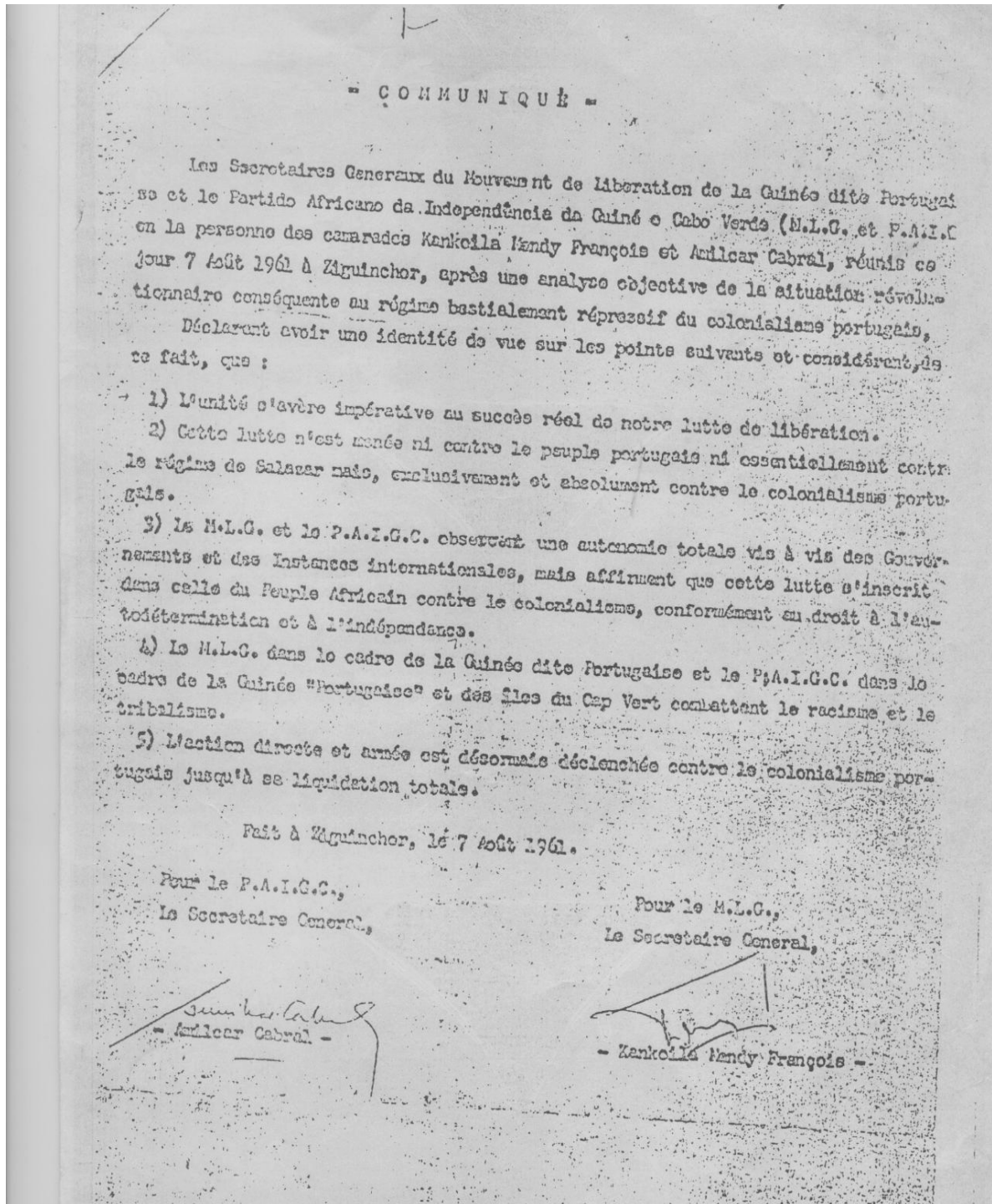
Sejamos unidos e vigilantes! Desmascaremos todos os oportunistas e os agentes da PIDE, onde quer que eles se encontrem!

Avante na nossa luta de libertação nacional !

O Secretário Geral do P.A.I.G.C.

Doc. n° 31

“Communiqué” [dactylografado], fait à Ziguinchor, le 7 août 1961.



Doc. nº 32

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral para [Rui] Djas-
si, Conakry, 29 de Janeiro de 1962.

Conakry, 29 de Janeiro de 1962.

Caro DJASSI,

Como calculas, foi com grande prazer que recebemos as tuas notícias, que consideramos muito boas. Estamos muito contentes por estares de saúde, cada vez mais bem disposto e reforçado na certeza de que o nosso povo está decidido a seguir o Partido e os seus dirigentes, como tu. Estamos também muito contentes com o trabalho que tu e os companheiros, em especial o Malan Sanha, já fizestes. Temos a certeza de que vocês vão fazer cada vez mais e melhor, conduzindo o nosso povo de Fulacunda no caminho da libertação total e do progresso.

Bom trabalho realizado entre os fulas de Guiledji. Isto já dá uma grande segurança na zona da fronteira. É preciso desenvolver isso cada vez mais e arranjar mais camaradas fulas para a mobilização, organização e preparação.

Conhecemos bem os elementos de Buba, em especial o Leandro Gomes que trabalhou comigo no Censo Agrícola. É preciso aproveitar estes camaradas o melhor possível, e eles devem ter cuidado para não darem muito nas vistas. O Evora pode dar informações sobre o Posto e a Administração. O Leandro pode arranjar medicamentos e tratar dos nossos. O Simão pode seguir de perto a actividade dos colonialistas - sobretudo tropas - e informar em pormenor.

Sabes bem o que queremos e quais são os planos. Tu és responsável e tens carta branca para todas as iniciativas necessárias e úteis ao nosso trabalho. Tens de estudar cada coisa bem - e agir.

No entanto, falamos a seguir de alguns pontos:

Mobilização e organização-Levar a fundo, sempre com controle, indicar bons responsáveis - homens, mulheres e crianças. Explicar claro os objectivos do Partido, o papel do povo - a nossa força - os meios de luta a empregar. Cada pessoa deve saber qual o seu lugar, a sua responsabilidade dentro da organização.

Preparação- Começar quanto antes, sem muito barulho e ordenadamente. Não devem abandonar as tabancas, mas receber a preparação às escondidas e continuar a vida normal, até o momento. Mostrar o valor de todas as armas.

Imposto- Nem uma só tabanca deve pagar. Ninguém paga. Vamos dizer o mesmo para as outras Zonas. Basta de imposto e, se o povo estiver unido e todos (ou a maioria) fizerem o mesmo, nada de mal acontecerá. Se acontecer, agiremos com os meios que tivermos, para defender o povo e liquidar os exploradores. Pensa bem e vê a melhor maneira de falar ao povo. Temos de ser corajosos, sérios e decididos. Unidos de verdade, nada poderá conosco.

Fotos e emblemas- Vão 50 fotos e 600 emblemas.

Bandeiras e emblemas pequenos- Estão a chegar e irão brevemente.

Africanos traidores (da PIDE)- Chegou a hora de meter medo aos menos nocivos e de liquidar os piores, com cuidado, com sabedoria e sem fazer barulho. Tu sabes quais são os piores e nós temos de dar-lhes uma lição brava.

Tropa portuguesa- Aqueles que queiram ajudar-nos, são considerados amigos e companheiros. Mas não precisam sair, nem fazer barulho. Devem dar-nos armas e munições, devem estar prontos a colaborar conosco no momento próprio. Valem mais dentro da tropa portuguesa do que fora. Devem ter coragem e ajudar-nos bem. Mas cuidado com os provocadores, os que fingem querer ajudar para nos apanhar. Toda a atenção é pouca, mas não deixes fugir as boas ocasiões.

Ligação com Bissau- Ainda bem que tiveste notícias do P. Ramos. Temos também boas notícias dele e dos camaradas de Bissau. Estão cá o Faria, o Otto e mais camaradas. Vai uma informação vinda de dentro sobre alguns membros do Partido, responsáveis na tua Zona. Contacta-os e mete-os sob as tuas ordens e controle. Isto é muito importante. Liga-te com Bissau urgentemente.

Espiões- Cuidado com eles. Desmascarem-nos nas tabancas, ponham todos os militantes de aviso e de vigia, para denunciarem todos os suspeitos. Muita vigilância, mesmo para com os nossos.

Entrada de camaradas- Agora está aqui um bocado de dificuldades na passagem dos nossos. Esperamos que isto seja temporário. Mas foram já vários camaradas balantas que vão ficar sob as tuas ordens na área de Quinara. Todos foram com defesa pessoal. São eles: Surnate, Zigda e Sumaila. O Victorino já cá está e seguirá logo que possível, esperamos brevemente.

Camaradas que vieram- Já estivemos com eles e têm bom aspecto. Vamos falar-lhes breve. O Quemo parece muito bom, mas por isso mesmo parece que devia estar dentro. Achamos que nesta fase não dá para mandar ninguém para fora. Dar conta para preparar a lição. Vamos falar-lhes sobre a importância das zonas, que são a base da nossa luta.

(Cont. Doc. nº 32)

- 3 -

vale a pena mandar mais camaradas. Vamos mandar gente para prepará-los lá dentro. Entretanto fizeste bem em mandar êstes, que regressarão o mais breve possível.

Chefes de tabanca- Trata-os o melhor possível, dá-lhes responsabilidade, mostra-lhes que a nossa luta só lhes traz bem. Os que fazem mal ao povo, acusem-nos abertamente, se não mudam de posição, castiguem-nos, façam o povo correr com êles e pôr outros.

Nino- Está cá, mas segue amanhã ou depois. Deves fazer o possível para te manteres em contacto com êle e o Manuel, a ajudá-los mesmo na sua Zona. Desde já procurem trabalhar em coordenação, para o futuro.

Material- O Malan te dirá o que se passa. Entretanto vê se aí será possível conseguir alguma coisa, para o que der e vier. Nós temos de ser capazes de conseguir material dentro da terra. Sabemos que tu és capaz de planear isso e de agir com êxito. Não deixes fugir nenhuma oportunidade, mas tem todas as precauções, para evitar perdas inúteis.

Notícias de outras Zonas- Boas e muito boas. Os camaradas têm trabalhado muito e todos estão cada dia mais conscientes da necessidade de agir devagar, porque temos pressa. Temos de ir pelo seguro.

Rádio- Recomeçamos as emissões há 3 semanas já. É preciso ouvir aos domingos às onze horas. Ouvir e espalhar as palavras de ordem.

Partido- Estamos a rever a estrutura e a direcção, com os camaradas que vieram e com os responsáveis daqui. Tu estás indicado para a direcção. Grandes responsabilidades sôbre os teus ombros, irmão e camarada.

Rádio Dakar- É preciso esclarecer que êles (de Dakar) só mentem e querem vender a nossa terra a outros. Nada fizeram até hoje, a não ser falar na Rádio e tentar dividir-nos. Deves confiar no povo e dizer-lhe coisas avançadas, contra o imperialismo e a exploração do homem pelo homem.

Documentos- Vão alguns jornais e 5 exemplares de uma brochura sôbre guerrilhas. Explicar bem aos militantes e ao povo.

Milícia- Se as coisas estão boas, prepara desde já os jovens

(Cont. Doc. nº 32)

- 4 -

(rapazes e raparigas) para a futura milícia. Vigilância cerrada. Podem fazer exercícios com paus. Os que sabem ler devem ensinar aos que não sabem. Reuniões e reuniões.

Dinheiro- O povo deve contribuir com o que puder, mas deve contribuir, porque é a base da luta.

Abastecimento- Pensa mais bastante e traça os teus planos para aguentar a Zona durante a luta. Explica ao povo a importância da coisa.

Accção directa- Logo que possas, põe gente a estragar estradas e pontes pequenas. Manda cortar fios de telefone e telégrafo, furar rodas dos carros, etc.. Tudo em silêncio, na sombra e com muito cuidado, evitando sempre encontro com os colonialistas.

Ligação- Mantém a ligação conosco, através de 1 só pessoa que deve vir aqui dentro de 15-20 dias. Esperamos que neste período tudo ou quase tudo já estará resolvido por aqui.

Lar-Tudo vai bem. Mas todos desejam voltar para a terra, o que é facto. Temos de voltar brevemente, porque a hora está a chegar.

Amigos- Todos bem. Todos têm saudades de ti e ficaram contentes com o bom trabalho que estás a fazer.

Camaradas em preparação- A preparação dos 20 segue bem, com êxito. Esperamos que regressem breve. Mais 20 seguirão dentro de dias para outras paragens. Quanto mais gente preparada, melhor.

PALAVRAS DE ORDEM- Coragem, espírito de sacrifício, seriedade em tudo quanto se faça, controle, espírito de iniciativa, contar sobretudo com as nossas próprias forças, melhorar a organização, preparar bem, agir sempre com plano, criar dificuldades ao inimigo, não pagar imposto, fazer medo ou liquidar os traidores africanos, indicar ao povo todos os nossos inimigos, reforçar o prestígio do Partido, a confiança no Partido, ter cuidado com a saúde.

Nada poderá parar-nos, nada poderá evitar a vitória dos nossos povos, irmão e camarada.

Saudades a todos os camaradas.
Saudações ao povo de Fulacunda.
Abraços de todos e até breve.

ass. Amilcar

Doc. n° 33

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral au camarade Secrétaire Politique du PDG, Conakry, le 19 décembre 1961.

Conakry, le 19 Décembre 1961

Au Camarade Secrétaire Politique du P.D.G.

Cher Camarade,

Nous vous prions de bien vouloir autoriser les autorités de la frontière de Boké de permettre le passage et d'accorder des facilités aux camarades,

RUI DJASSI

MALAN SANHA

SENI SANE

CASIMIRO FERNANDES

QUEBA SAMBOU

s'adressant à notre pays en mission.

Très fraternellement,

~~AMILCAR CABRAL~~
Secrétaire Général

Doc. n° 34

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral dirigida au camarade Secrétaire Politique du PDG, Conakry, le 19 Décembre 1961.

Conakry, le 19 Décembre 1961

Au Camarade Secrétaire Politique du P.D.G.

Cher Camarade,

Nous vous prions de bien vouloir autoriser les autorités de la frontière de Koundara de permettre le passage et d'accorder des facilités aux camarades

ALPHOUSSENI SEIDI

MALAN CAMARA

KABA SEIDI

ABDOULAY TOURE

NHANSU CISSE

IATPAI CAMARA

MAMADOU CORCA SO

s'adressant à notre pays en mission. Ces camarades sont des cultivateurs dans la région centrale de notre pays.

Très fraternellement,

~~AMILCAR CABRAL~~
Secrétaire Général

Doc. n° 35

Carta de Amílcar Cabral, À Son Excellence le Président DIALLO Seifoulaye, Président de l'Assemblée Nationale de la République de Guinée, Secrétaire Politique du PARTI DÉMOCRATIQUE DE GUINÉE, Conakry, le 6 avril 1962.

CONAKRY, le 6 AVRIL 1962

A Son Excellence Le Président Sgrou TOURE
Président de la République de Guinée
Secrétaire Général du PARTI DÉMOCRATIQUE DE GUINÉE

Excellence,

Le communiqué que nous avons l'honneur de vous remettre ci-joint, fait état de nouvelles arrestations de membres de notre Parti, dans le cadre de la vague de répression déclenchée par la FEDE après le 15 Mars, date de la détention de notre Président Rafael BARBOSA.

Nos camarades de l'intérieur du pays nous signalent, outre l'arrestation de deux responsables du Parti, que la situation est très tendue à Bissau, la menace de nouveaux massacres pesant sur notre peuple, qui ne peut disposer des moyens de défense que possède notre Parti.

Notre peuple et nos camarades réclament de nous, avec confiance, mais impatiemment, une suite immédiate de tout ce que nous avons fait au service de la libération de notre patrie africaine, notamment en ce qui concerne les moyens de défense de notre population contre le génocide perpétré par les colonialistes portugais, et le retour au pays de nos cadres politiques et militaires se trouvant en République de Guinée.

En ce moment grave et devant ces conditions particulièrement difficiles mais pleines d'espoir - lesquelles sont la preuve éclatante du travail révolutionnaire de notre Parti et de l'indéfectible détermination de notre peuple - nous tenons à vous réaffirmer, ainsi qu'au grand Parti Démocratique de Guinée et au Gouvernement Guinéen, notre indéfectible confiance. Nous sommes convaincus que, tenant compte des dangers qui menacent notre peuple, vous mettrez tout en oeuvre pour accorder à notre Parti une aide concrète et immédiate, visant surtout la concession de facilités pour que nous puissions utiliser notre matériel déposé à Conakry et faire retourner nos cadres au pays, en accord avec les propositions et les mesures de sécurité contenues dans notre Mémoire du 8 Février 1962.

.../...

(Cont. Doc. n° 35)

- 2 -

.../...

Etant sûrs que le temps travaille maintenant en faveur de notre ennemi et contre l'existence même de notre peuple, nous vous prions Excellence, de bien vouloir nous accorder votre attention et de répondre à notre appel, prenant en considération l'urgence de notre cas.

Veuillez agréer, Excellence, l'expression de notre très haute considération et estime.

Amilcar CABRAL
Secrétaire Général

Doc. n° 36

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral au camarade
Secrétaire Politique du PARTI DEMOCRATIQUE DE
GUINÉE, Conakry, le 6 novembre 1961.

CONAKRY, le 6 Novembre 1961.

Au Camarade

SECRETARE POLITIQUE DU PARTI DEMOCRATIQUE DE GUINEE

Cher Camarade,

Correspondant au développement de notre lutte, nous disposons actuellement de dizaines de cadres formés à l'extérieur (à Conakry et ailleurs) pour la lutte de libération nationale. Le moment est venu de faire rentrer tous ces cadres dans notre pays, où ils sont attendus par notre Parti, devant accomplir des tâches précises auprès des masses populaires.


Jusqu'à ce moment nous trouvons des difficultés à la frontière guinéenne, où les autorités nous demandent l'autorisation du Bureau Politique National, tout en affirmant qu'elles veulent nous accorder toutes les facilités, mais il est indispensable une prise de position de la part de l'autorité politique concernant cette affaire.

Ayant déjà abordé cette question dans un Memorandum, nous vous prions de bien vouloir donner une autorisation définitive à toutes les autorités administratives et de sécurité de la frontière, pour laisser passer et accorder des facilités aux militants et militantes de notre Parti et de notre Mouvement qui doivent traverser la frontière pour des missions concernant notre lutte.

Nous tenons à vous réaffirmer que toutes les mesures sont prises pour éviter toute sorte d'incident près de la frontière guinéenne.

Veillez agréer, cher Camarade, l'expression de nos sentiments très fraternels.

Pour le Bureau Politique du P.A.I.G.C.,


- AMILCAR CABRAL -
Secrétaire Général

Doc. n° 37²⁵⁶⁷

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral datada de Conakry, 18 de Março de 1962, ao caro camarada Luciano [Ndau].

Conakry, 18 de Março de 1962.

Caro camarada Luciano,

O Josef trouxe as tuas notícias e as dos outros camaradas. Ainda bem que estão todos de saúde, porque a saúde é a riqueza principal da nossa luta. Nesta hora decisiva temos todos de ter saúde, muita coragem, espírito de iniciativa e não cometer erros. Nós, os teus camaradas, temos o orgulho de saber que tu és um exemplo.

Estamos muito contentes com as notícias respeitantes ao interior, à nossa terra, ao povo e a organização do nosso Partido, ao trabalho que tem sido feito. O nosso Partido tem marchado no caminho justo e seguro, e podemos hoje dizer que temos todos os meios para continuar a nossa luta até à vitória final.

Mas todos nós temos de estar conscientes das grandes dificuldades que enfrentamos. Essas dificuldades são criadas primeiramente pelo nosso inimigo principal - os colonialistas. Em segundo lugar, por aqueles que deviam ajudar-nos e não nos ajudam. Por isso mesmo, temos de redobrar de vigilância, reforçar as nossas posições e contar apenas com as nossas próprias forças - com o nosso Partido, o nosso povo e tudo o que o nosso Partido já realizou e pode realizar. Temos de evitar os grandes riscos, temos de evitar de cair nas mãos dos nossos inimigos do interior e do exterior.

Hoje, camarada, onde estamos mais seguros é dentro da nossa terra, ao lado do nosso povo. E temos de estar seguros, porque temos de começar a agir, porque o povo confia no Partido e os seus melhores filhos não podem faltar nem falhar. O mundo, que conhece bem o trabalho do nosso Partido, está à espera da nossa acção e confia na nossa capacidade. Temos de agir, para libertar o nosso povo, mas também para provar àqueles que nos não ajudam e deviam ajudar-nos, que nós podemos agir sem eles, que somos verdadeiros revolucionários, que somos capazes de cumprir o nosso dever. Por isso mesmo devemos estar todos presentes, ninguém pode faltar.

Calculas quanto nos preocupa a prisão dos quadros que deviam entrar no país, há mais de 1 mês, via Bathurst. Vamos fazer tudo para os libertar, mesmo, se for necessário, pôr o problema no campo internacional, desmascarar aqueles que estão a prejudicar a nossa luta prendendo os nossos militantes. Temos esperança de conseguirmos pô-los em liberdade, mas devemos aprender todas as lições para não cometer erros, para não cair nas mãos dos nossos inimigos. A camarada emissária te dirá o que vamos fazer para libertar os nossos camaradas presos.

Sabemos que a situação aí é difícil, que querem apanhar-te, que os oportunistas querem sabotar e liquidar o trabalho do Partido. Temos portanto receio pela tua situação, pela tua liberdade, pela tua vida. Hoje, mais do que nunca, deves estar livre para continuar, dentro da terra, o bom trabalho que tens feito. És hoje um dos principais responsáveis do nosso Partido. És hoje membro do Comité Central do Partido e um dos elementos principais da direcção militar da nossa luta. Não deves expôr-te a ser apanhado pelos inimigos do nosso Partido e do nosso povo.

.../...

²⁵⁶⁷ Documento incompleto (falta uma ou mais páginas). Em todo o caso dá para se ter uma ideia acerca do seu conteúdo.

(Cont. Doc. nº 37)

Quanto à situação aqui, a camarada te dirá o que se passa. Tudo o que ela te disser é a verdade, a realidade, que aliás o Josef já te deve ter comunicado. Uma coisa é absolutamente certa: neste momento, nenhum responsável do Partido deve deixar o seu posto para vir aqui, porque não sabemos quando poderá voltar.

Por isso mesmo, ficamos muito preocupados com a questão da tua viagem a Conakry. Estamos certos de que só uma grande necessidade te levaria a tomar tal decisão. Mas estamos também certos de que saberás compreender que nós é que conhecemos as dificuldades daqui, nós é que sabemos se os camaradas responsáveis devem ou não vir aqui.

Pensemos que, seja qual for a questão que te obrigou a deixar o teu posto para vires aqui, não há conveniência em vires porque poderias ficar retido aqui muito mais tempo do que convém à nossa luta. Pensamos que não deves continuar na área do Senegal, onde a tua vida corre grandes riscos.

Quanto aos outros dois camaradas que estão contigo, também sem documentos, gostaríamos imenso de estar com eles, de falar com eles, mas achamos que é difícil virem até aqui, que é melhor não virem. Pensamos que devem comunicar tudo à camarada, na certeza de que tu podes ajudar muito nesta questão e és responsável do Partido.

Cara camarada, temos grandes responsabilidades sobre os nossos ombros e temos que cumprir o nosso dever, como temos feito até agora.

Quais são as tarefas que temos de fazer sem demoras ?

- 1- Temos de tentar tudo para fazer voltar à terra os quadros que estão fora (no Senegal e aqui);
- 2- Temos de insistir para obter o material que já nos foi fornecido;
- 3- Temos de reforçar a organização e a vigilância em todos os campos, no interior do país;
- 4- Temos de começar a agir contra os colonialistas portugueses, para tomar armas, alertar a opinião mundial e mostrar aos que não querem ajudar-nos que somos capazes de agir sozinhos;
- 5- Temos de preparar tudo dentro da terra, principalmente do lado do mar, para receber o material que os amigos estão prontos a dar-nos de novo.

Para isso, todos temos de estar dentro da terra, ao lado do povo, defendidos dos nossos inimigos. Temos de dispôr dos meios necessários para fazer o nosso trabalho. Temos de ter espírito de iniciativa e dar prova da maior coragem na organização e realização do nosso trabalho.

Considerando tudo o que fica dito, quer dizer, a situação real da nossa luta, as nossas dificuldades tanto dentro como fora, e o que temos de fazer sem atarrazos, indicamos as seguintes medidas :

- a) Mandar um relatório da situação no interior e no Senegal;
- b) Mandar todos os documentos e correspondências vindos de dentro; tigo;
- c) Regressar para o interior, acompanhado dos dois camaradas que estão con-
- d) Fazer entrar imediatamente os quadros que estão em Samine;
- e) Fazer entrar a nossa gente que está em Samine;
- f) Preparar tudo no interior para agir contra os colonialistas dentro de pouco tempo, e de acordo com as nossas próprias possibilidades;
- g) Preparar as coisas para poder receber material por via marítima.

.../...

Doc. nº 38

“Aviso”, 26 de Fevereiro de 1968.

A V I S O

1. Avisam-se todos os órgãos locais do Partido (Delegações Permanentes, Comités Inter-Regionais, Comandos de Frente, Comités e Comandos de Sector e todos os camaradas responsáveis ou militantes que :

Todas as correspondências (cartas, relatórios, informações, etc.) enviadas ao Secretariado devem ser endereçadas ao camarada Secretário Geral do Partido.
2. Todas as cartas ou documentos enviados pelas S.E.P. ou pelos estudantes e estagiários também devem ser endereçados ao camarada Secretário Geral do Partido.
3. Não serão aceites documentos endereçados as outras entidades ou pessoas, salvo os de carácter pessoal e particular.

26 de Fevereiro de 1968

Amílcar Cabral
Secretário Geral

Doc. nº 39

Caro compatriota e irmão de luta, Dakar, le 11 de
juin de 1969 [dactilografada].

Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné - Bissau

Front de Lutte pour l'Indépendance
Nationale de la Guinée dite Portugaise

F. L. I. N. G.

Fight Front for National Independence
of Guinea "Portuguese"

Boite Postale 789 - DAKAR
B.P. 1.206 à Bamako (Mali)

PERMANENCE: RUE DIX
Parcelle 123
GRAND DAKAR

N° _____ / C. R. / FLING

Dakar, le 11 Juin 1969

CARO COMPATRIOTA E IRMAO DE LUTA:

O Comité Revolucionário da FLING deseja encontrar-te para sérias conversações de unidade das forças nacionalistas, a partir da tua base de guerrilha.

Os dirigentes da FLING acham que é mais fácil unirem-se a uma base de guerrilha, fortificá-la com o envio de mais combatentes e a partir dessa base, intensificar a luta armada contra os soldados portugueses e seus suportes, os caboverdianos usurpadores da direcção politica de nossa luta nacional.

Devemos levar a luta armada contra os colonialistas portugueses e contra os caboverdianos. Só assim chegaremos mais fácil e rapidamente à independência.

Envie rapidamente o portador para nos dizer onde podemos nos encontrar (de preferência em Kolda) e quando.

Saudações fraternais, coragem.

Comité Révolutionnaire
FLING
GUINE BISSAU

CHER COMPATRIOTE ET FRERE DE LUTTE:

Le Comité Révolutionnaire du FLING aimerait te rencontrer pour des conversations sérieuses d'unité des forces nationalistes, à partir de ta base de guérilla.

Les dirigeants du FLING croient qu'il serait plus facile qu'ils s'unissent à une base de guérilla, la fortifier avec l'envoi d'autres combattants et à partir de cette base, intensifier la lutte armée contre les soldats portugais et ses supports, les capverdients usurpateurs de la direction politique de notre lutte nationale.

nous devons mener la lutte armée contre les colonialistes portugais et contre les capverdients. C'est ainsi seulement que nous pourrons arriver plus facilement et plus rapidement à l'indépendance.

Envoie l'émissaire pour nous dire rapidement où pouvons-nous nous rencontrer (de préférence à Kolda) et quand.

Salutations fraternelles, courage.

Comité Révolutionnaire
FLING
GUINE BISSAU

Doc. n° 40

“A direcção e os dirigentes do PAIGC são contra-revolucionários”, Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné-Bissau (FLING), feito em Dakar, 10 de Abril de 1968.

FRENTE DE LUTA PELA INDEPENDENCIA NACIONAL DA GUINE-BISSAU (FLING)
S E D E: Provisoriamente em Dacar (S E S E G A L)
Caixa Postal Nº 1.206 em Bamako-République du Mali

A DIRECÇÃO E OS DIRIGENTES DO
F.A.I.G.C. SÃO CONTRA-REVOLU-
CIONARIOS

O Partido Africano de Independência da Guiné e das Ilhas de Cabo-Verde (PAIGC), muda de casaco político.

Desde 1964 que o PAIGC procura aproximar-se dos colonialistas portugueses, por posturas secretas e contra-revolucionárias.

Em nossos dias, o secretário geral do Partido senhor Amílcar CABRAL, é mais reacccionário que um colono português. Com efeito, por manobras pérfidas, paralisou a guerra de guerrilha de nosso povo em ordenando o enterramento do material militar em certas zonas da Guiné-Bissau; recusa de pôr a disposição dos combatentes seus vastos meios tanto militares que financeiros, para o desenvolvimento da luta armada popular; impede, por todos os meios, a unidade das forças progressistas do país e procura impôr aos combatentes, a linha geral revisionista, capitulacionista, reacccionária e anti-popular, a fim de chegar a um entendimento com os colonialistas portugueses e seus aliados.

DIZEMOS ao senhor CABRAL qu'êlé perdeseu tempo em procurando fazer calar as armas na Guiné-Bissau. Nosso povo é consciente de que "O PODER ESTA NA PONTA DA ARMA" e pegou em armas para defender-se e lutar contra a opressão colonial deshumana portuguesa. Enquanto esse flagelo dos povos colonizados não fôr suprimido, as armas NAO SERAO DEFUSTAS.

Os guinéus, onde quer que estejam, devem estar vigilantes face aos dirigentes burgueses, contra-revolucionários e anti-guinéus do PAIGC. Nada de sentimento com êles!

O POVO GUINEU, tanto no interior que no exterior, encontrará sua unidade; desenvolverá sua luta armada e combaterá até ao fim, numa LARGA FRENTE UNIDA, o colonialismo português, seus criados e seus pilares, que o senhor CABRAL QUEIRA OU NAO.

ABAIXO O COLONIALISMO PORTUGUES;

ABAIXO OS REACCIONARIOS SOB A CAPA REVOLUCIONARIA;

VIVA A LUTA ARMADA ATÉ AO FIM DE NOSSO POVO.

LA DIRECTION ET LES DIRIGEANTS DU
F.A.I.G.C. SONT DES CONTRE-REVOLU-
TIONNAIRES

Le Parti Africain d'Indépendance de la Guinée et des Iles de Cap-Vert (PAIGC), est en train de changer de veste politique.

Depuis 1964 le PAIGC cherche à se rapprocher des colonialistes portugais, par des propositions secrètes et contre-révolutionnaires.

De nos jours, le secrétaire général du Parti M. Amílcar CABRAL, est plus réactionnaire qu'un colon portugais. En effet, par des manoeuvres perfides, il a paralysé la guerre de guerrilla de notre peuple en ordonnant l'enterrement du matériel militaire dans certaines zones de la Guinée-Bissau; refuse de mettre à la disposition des combattants ses vastes moyens tant militaires que financiers, pour le développement de la lutte armée populaire; empêche, par tous les moyens, l'unité des forces progressistes du pays et cherche à imposer aux combattants, la ligne générale révisionniste, capitulacionniste, réactionnaire et anti-populaire, afin d'aboutir à une entente avec les colonialistes portugais et ses alliés.

NOUS DISONS à M. CABRAL qu'il perd son temps en essayant de faire taire les armes en Guinée-Bissau. Notre peuple a pris conscience que "LE POUVOIR EST AU BOUT DU FUSIL" et a pris les armes pour se défendre et lutter contre l'oppression coloniale inhumaine portugaise. Tant que ce fléau des peuples colonisés ne soit pas supprimé, les armes ne seront pas déposées.

Les guinéens, partout où qu'ils soient, doivent être vigilants à l'égard des dirigeants bourgeois, contre-révolutionnaires et anti-guinéens du PAIGC. Pas de sentiment avec eux!

LE PEUPLE GUINEEN, tant à l'intérieur qu'à l'extérieur, retrouvera son unité; développera sa lutte armée et combattrá jusqu'au bout, DANS UN LARGE FRONT UNI, le colonialisme portugais, ses valets et ses piliers, que M. CABRAL LE VEUILLE OU NON.

A BAS LE COLONIALISME PORTUGAIS;

A BAS LES REACCIONAIRES SOUS LE MALETAU REVOLUCIONNAIRE;

VIVE LA LUTE ARMEE JUSQU'AU BOUT DE NOTRE PEUPLE.

Feito em Dacar, 10 de Abril de 1968.

COMITE REVOLUCIONARIO DA F. L. I. N. G.

Doc. nº 41

Carta de Amílcar Cabral às Delegações Permanentes do Bureau Político. Aos Camaradas das Frentes. A todos os responsáveis político-militares do partido. Conakry, 17 de Janeiro de 1968.

CONAKRY, 17 de Janeiro de 1968.

Às Delegações Permanentes do
Bureau Político
Aos Comandos das Frentes
A todos os responsáveis político-
militares do Partido.

Camaradas,

A nossa luta heróica teve grandes sucessos em 1967, apesar das dificuldades que tivemos de vencer. Causámos ao inimigo grandes perdas em material e, o que é mais importante, causámos-lhe mais baixas do que nunca, tendo aumentado grandemente o número de militares portugueses mortos e feridos em combate.

Os colonialistas portugueses estão desesperados e buscam todos os meios para aumentar o moral das suas tropas que é cada dia mais baixo. Uma das maneiras de tentar levantar o moral das suas tropas e de fazer propaganda no mundo, consiste em levar alguns responsáveis do Estado português a visitar a nossa terra.

Sabe-se que o Presidente da República de Portugal, Américo Tomás, pensa visitar a Guiné e Cabo Verde nos princípios de Fevereiro. Os colonialistas portugueses pretendem, com esta visita, provar que são eles que mandam na nossa terra e que estão a ganhar a guerra colonial.

Camaradas,

Em nome do nosso povo, e em defesa do nome do nosso Partido, devemos considerar esta visita como uma tentativa de insulto à nossa dignidade, de provocação para os nossos combatentes e de desafio ao nosso grande Partido. Devemos, portanto, fazer tudo, lançar mão de todos os meios de que dispomos, para tornar o mais difícil possível a visita do chefe dos colonialistas portugueses na nossa terra.

Que devemos fazer ?

.../

1. Devemos fazer todo o esforço necessário, para mandar aos centros urbanos (cidades e vilas) da nossa terra militantes corajosos, armados com granadas e armas de defesa pessoal, para agirem contra as autoridades portuguesas, para, se possível, lançar as granadas no momento em que os tucas se preparam para receber o Américo Tomaz nessas terras.
Se não é possível mandar militantes com granadas a Bissau, podemos mandar às outras cidades e vilas (Bafatá, Gabú, Mansôa, Farin, Bissorã, Catió, Bula, Canchungo, etc.).
2. Devemos atacar mais de que nunca os centros urbanos com morteiros, canhões e bazookas, e também com outras armas. Devemos criar a insegurança para toda a gente nesses centros, atirando fogo sobre as cidades e vilas todos os dias, mesmo se sabemos que os quartéis não são atingidos.
3. Devemos dar tiros contra todos os barcos nos rios da nossa terra, fazer fogo intenso, para não deixar passar nenhum barco.
4. Devemos fazer tiros contra todos os aviões e helicópteros voando perto dos centros urbanos, fazer fogo intenso para aumentar a insegurança dos aviões.
5. Devemos montar emboscadas poderosas perto dos centros urbanos, para atacar e pôr fora de combate todas as tropas inimigas que tentam sair dos quartéis.
6. Devemos estar vigilantes para infligir pesadas perdas a todas as tropas colonialistas que tentam desembarcar ou invadir as nossas regiões libertadas.

Mas o mais importante de tudo isso, é atacar com morteiros e canhões, bazookas e outras armas, as cidades e vilas da nossa terra, onde os tucas poderão tentar levar o Américo Tomaz. Assim devemos atacar todos os dias, a partir do fim de Janeiro, os seguintes centros:

.../

(Cont. Doc. nº 41)

3

NO NORTE - Mansôa, Mansabá, Farin, Bissorã, Canchungo e Bula.

NO SUL - Catió, Buba, Kebo, Tite, Bolama (a partir de S. João),
Bedanda e Cacine.

NO LESTE - Bafatá, Xitoli, Gabu, Buruntuna, Madina (se aí chegarem aviões), Canquelifá e Bambadinca.

Camaradas,

Vamos mostrar aos tugas que já não mandam na nossa terra!
Vamos votar ao fracasso a pretenciosa visita do Américo
Tomaz !

Vamos fazer fogo contra todas as cidades e vilas da nossa terra !

Vamos fazer fogo contra todos os barcos nos rios!

Vamos fazer fogo contra todos os aviões !

Vamos montar emboscadas poderosas contra o inimigo !

Vamos estar vigilantes para derrotar o inimigo invasor!

Abaixo a visita do Américo Tomaz à nossa terra !

Todos os nossos combatentes em acção contra essa visita
a partir do fim de Janeiro !

VIVA O P.A.I.G.C. !

Para a frente, camaradas, na certeza de novas e decisivas vitórias!

Vosso Camarada,

Anilcar Cabral

Doc. nº 42

Carta de Amílcar Cabral [dactilografada], as Delegações do *Bureau* Político, Conakry, 13 de Janeiro de 1969.

CONAKRY, 13 de Janeiro de 1969

As Delegações do Bureau Político

Comrades,

No quadro das nossas iniciativas a tomar para o sucesso da nossa luta em geral e, em particular, para o progresso da situação política no país, determino:

14- Que tomem imediatamente medidas para a realização do recenseamento populacional nas regiões libertadas.

Com base na experiência feita no Intex-Região do Norte, elaborem-se um impresso para o recenseamento que vai ser enviado a todas as delegações.

Devem ser formadas equipas de recenseamento sob a direcção de elementos do Conselho Político e do Conselho de Segurança (População) para a realização do recenseamento até o mês de Abril deste ano.

22- Que cada Delegação do Bureau Político elabore imediatamente uma lista de candidatos à Assembleia Nacional Popular que devam eleger este ano e pôr em funcionamento. Os candidatos devem ser escolhidos entre:

- a) Elementos das F.A.R.P. em toda Fronte.
- b) Elementos da população com serviços prestados ao Partido e a luta tanto na mobilização como na fase de luta armada.
- c) Elementos das direcções locais do Partido (Comité Intra-Regional e Comité de zona).

Os candidatos devem ser militantes exemplares com prestígio reconhecido junto das F.A.R.P. e da população.

Devemos, na escolha dos candidatos, prever a integração na Assembleia de representantes de todas as regiões do país, das áreas em litígio, dos diferentes grupos étnicos, de velhos e de jovens, sem esquecer a necessária presença das mulheres.


.../...

(Cont. Doc. n° 42)

A eleição da Assembleia Nacional Popular, cujos moldes estão largamente definidos pela Direcção superior do Partido, deverá ter lugar, o mais breve, após o mês de Maio de corrente ano.

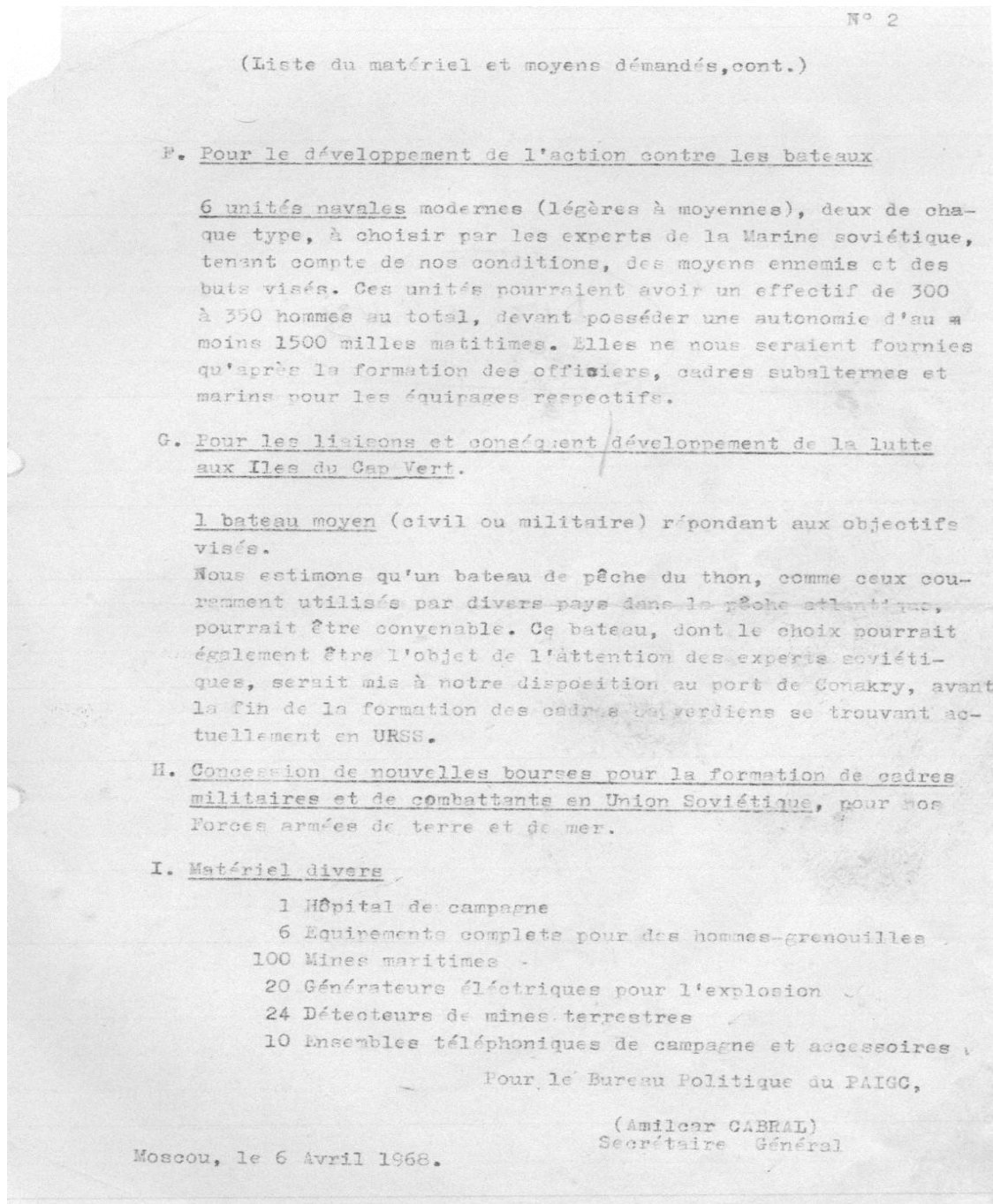
Proporê-se que, para estudar e decidir sobre estes problemas e outros, um Conselho do Bureau Político tenha lugar no fim do mês de Janeiro ou princípios de Fevereiro, em Liké ou Kundera.

Seu trabalho, para novas e mais importantes vitórias do nosso grande Partido ao serviço do nosso povo.


Militar Chefe
Secretaria Geral

Doc. n° 43²⁵⁶⁸

“Liste du matériel et moyens demandés”, (cont.),
Amílcar Cabral, Secrétaire Générale, Moscou, le 6
avril 1968.



²⁵⁶⁸ Só encontramos a folha n° 2, faltando a n° 1. Apesar disso permite-nos ter uma ideia acerca do objetivo deste documento.

Doc. nº 44

Carta de Amílcar Cabral [dactilografada], ao caro camarada
[Pedro] Pires, Conakry, 7 de Fevereiro de 1969.

CONAKRY, 7 de Fevereiro de 1969

Caro camarada Pires,

De regresso da missão a Khartoum, Cairo, Alger e Genève, recebi as tuas cartas. Espero que o Oswaldo já esteja de regresso depois do acidente que teve em Koundera. Que os camaradas estejam todos bem.

Felicito-vos a todos pelo grande sucesso que é a expulsão dos tucas de Medina. Isso causou, como era de esperar, grande alegria aos camaradas tanto mais que dias antes tínhamos tirado os tucas de Balana e Gandembel na fronteira Sul. Espero ir aí dentro de dias (irei primeiro ao Boé oriental) e então remodelaremos a organização das forças para novas tarefas. Entretanto façam reconhecimentos para acção contra Xexe e Gandjadudo e continuem com a formação dos recrutas e dos artilheiros.

Acho que na nova situação criada, não vale a pena mandar para aí mais Badoras (120), pois não há possibilidade imediata de levá-las para o Gabu. A que está aí fica por ora para aprendizagem. Pedimos já os canhões 75 pois os B.10 só chegam mais tarde. Logo que recebamos, mandarei. Temos grandes dificuldades de fardas e botas (esperamos receber este mês d'Alger), mas vamos a ver o que se poderá fazer. Vou ver se seguem sandálias para ir tapando as faltas.

Não vale a pena mandar os novos recrutas para o Sector 3, pois certamente podemos deslovar forças experimentadas para essa área. Espero mandar todos os recrutas, incluindo o Bigrupo, para formação no estrangeiro em Abril. Seguem novos recrutas, mas devem ficar todos no Boé.

Tenho grande notícia para dar-te em relação aos meios para o avanço da luta em C. Verde. Mas darei de viva voz.

O Silvio ainda não chegou, mas estou preocupado com o caso d'êle. Temos de discutir isso.

Bom trabalho para todos e atenção à possibilidade de bombardeamento pelos tucas desesperados. Abraço do camarada,

Amílcar Cabral

Doc. nº 45

DECISÃO DE AMNISTIA²⁵⁶⁹

Para marcar com mais um acto a comemoração do 16º aniversário da fundação do nosso grande Partido;

Tendo em conta o princípio do Partido e da luta segundo o qual devemos sempre tentar ajudar os camaradas faltosos dando-lhes uma nova oportunidade de se recuperarem para serem militantes dignos do PAIGC e homens válidos da nossa terra;

Considerando que alguns dos camaradas abaixo indicados, embora tenham merecido as penas a que foram condenados, são antigos camaradas que deram uma contribuição importante para o desenvolvimento da nossa luta;

Com plena consciência das minhas responsabilidades como dirigente do Partido e da luta e da importância política e moral desta decisão;

Decido:

São amnistiados do resto das penas que lhes falta cumprir, devendo ser imediatamente postos em liberdade e voltar a uma actividade normal no Partido e na luta, os seguintes camaradas:

1. João Tomás CABRAL (amnistiado de 9 anos de T.F.²⁵⁷⁰)
4. Baio Camará (amnistiado de 3 anos de T.F.)
2. Manuel Moisés Barbosa (amnistiado de 8 anos de T. F.)
5. João Fernades (amnistiado de 1 ano de T. F.)
7. Abdu Djassi (amnistiado de 5 meses de T. F.)
3. José Na Nbagna (amnistiado de 4 anos de T. F.)
- 6 Joaquim da Silva (amnistiado de 1 ano de T. F.)
8. Keba Mané (amnistiado dos 4 meses de T. F.)

Os camaradas amnistiados devem apresentar-se imediatamente no Secretariado do Partido em Conakry, para que lhes seja dado trabalho.

Cumpra-se.

19 de Setembro de 1972

[segue a assinatura]

[Amílcar Cabral]

Sg²⁵⁷¹.

²⁵⁶⁹Trata-se da transcrição de um documento manuscrito, escrito pelo punho de Amílcar Cabral, em que amnistiava 8 “camaradas” que estavam a cumprir as penas por crimes que haviam cometido.

²⁵⁷⁰ Trabalho Forçado.

²⁵⁷¹ Abreviatura de Secretário-geral.

Doc. n° 46²⁵⁷²

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DO MINDELO

Proposta para Sócio

Nome..... *Amílcar Lopes Cabral*

Idade..... *15*

Profissão..... *Estudante*

Vicente, *20 de Maio* de 1943.

O Propositor,
Ivo Carvalho Silva

O Proposto,
Amílcar Lopes Cabral

Resolução da Direcção dada na reunião de *20/5/1943* *Aceitado*

Secretaria da Associação Académica do Mindelo,
20/5/1943.

SECRETÁRIO,
[Assinatura]

²⁵⁷² Documento através do qual Amílcar Cabral foi proposto pelo meio-irmão, Ivo de Carvalho Silva, sócio da Associação Académica do Mindelo. Este documento foi-nos gentilmente cedido por Antero Barros.

Fontes e Bibliografia

1. Arquivos, Bibliotecas e Espólios

1.1. Em Portugal

1.1.1. Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (IAN/TT)

IAN/TT – PIDE/DGS – del. Porto – processo 2736651, “Maria Helena Ataíde Vilhena Cabral”.

IAN/TT – PIDE/DGS processo 1719/60, “Alfa Umaru Bari”, “O Alfa Umaru”, “Ibraima Touré”, o “Lau Touré”, – O Alfaiate, Mário Mamadu Touré, o “Momo Touré”, Basiro Touré, Bissau, Subdelegação da PIDE, 16 de Março de 1962, SR.

IAN/TT – PIDE/DGS, “Duarte [Álvaro Cunhal]”, NT 9108, pasta 3.

IAN/TT – PIDE/DGS, auto de interrogatório de Isidoro Gomes Ramos, 10/3/1961.

IAN/TT – PIDE/DGS, Delegação de Angola, processo 11.25. B/43, “Movimento Democrático para a Libertação de Portugal e das Colónias”, NT 1847.

IAN/TT – PIDE/DGS, delegação Guiné, processo PC12/62, “Rafael Paula Gomes Barbosa”, 1.º volume.

IAN/TT – PIDE/DGS, processo 641/61, “PAIGC”, SC, SR.

IAN/TT – PIDE/DGS, processo 10975 CI (2), “Comité de Libertação de Angola, Guiné e Moçambique”.

IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1127/61, “Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas”, 3086.

IAN/TT – PIDE/DGS, processo 117/70, “Osvaldo Vieira ou Osvaldo Máximo Vieira ou Ambrósio Djassi”.

IAN/TT – PIDE/DGS, processo 16.11. B, “Actividades terroristas”, 2121.

IAN/TT – PIDE/DGS, processo 19 E/GT, “Amílcar Cabral”.

IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2675, pastas 1.

IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2675, pasta 2.

IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2675, pasta 3.

- IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2675, pasta 4.
- IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2677, pasta 5.
- IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2676, pasta 6.
- IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2677, pasta 7.
- IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2677, pasta 8.
- IAN/TT – PIDE/DGS, processo 1915/50, “Amílcar Cabral”, SR, NT 2678, pasta 10.
- IAN/TT – PIDE/DGS, sub. CV, processo 222, “Amílcar Cabral”, SR, volume 1, pasta 1, 2 e 5.
- IAN/TT – PIDE/DGS, processo 259/60, “Luís Cabral”, SR, NT 2981.
- IAN/TT – PIDE/DGS, processo 329/46, “Casa dos Estudantes do Império”, SR, NT 2537/2538, pasta 5.
- IAN/TT – PIDE/DGS, processo 3589, “Gastão Segny Júnior”, SC, CI (2), NT 7284.
- IAN/TT – PIDE/DGS, processo 4415, “Maria Helena D’ Athaíde Vilhena Rodrigues”, NT 7355, CI (2), SC.
- IAN/TT – PIDE/DGS, processo 80, “Amílcar Cabral”, NT 5250.
- IAN/TT – PIDE/DGS, processo Abril/61.
- IAN/TT – PIDE/DGS, processo n.º 45 144.
- IAN/TT – PIDE/DGS, processo PC 12/62, “Osvaldo Máximo Vieira”, NT 5434, 2.º vol.
- IAN/TT – PIDE/DGS, relatório de interrogatório a Rui Nola n.º 25/73.
- IAN/TT – PIDE/DGS, S. Centrais, boletim 147289, “Amílcar Cabral”, NT 8077.
- IAN/TT – PIDE/DGS, SEC CV, processo 1710, “Aristides Pereira”, SR 560, NP 5159, 160 SR.
- IAN/TT – PIDE/DGS, subdelegação Guiné, processo-Crime 2/64, “Rafael Paula Gomes Barbosa e outros”, NT 5434, vol. 2.
- IAN/TT – PIDE/DGS, ces. CV.SR. 560, “Aristides Pereira”, «O Alfredo Bangoura», NT 5159.
- IAN/TT, processo 11. 32 0/2, “Recortes de imprensa estrangeira”, Conakry, NT 1866.

IAN7TT, processo 23 SR, “José Leitão da Graça”.

IAN7TT, processo, 117/67, “Emílio Costa”, NT 5498.

IAN7TT, processo, 11749, Abdulai Bari ou Abdulai Bari Djaló, NT 5732.

1.1.2. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE)

AHDMNE, “Discussão das Hipóteses de auxílio ao PAIGC que num futuro próximo poderia vir a ser-lhe prestado sob diversas formas e combinações”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 16/7/964, Confidencial, Augusto Deslandes. Informação de Serviço, 14/7/964, Augusto Deslandes.

AHDMNE, 940, 1 (5) D, 463 PAA, “Organização Nacionalista – PAIGC/PAIGCV”, pasta 2.

AHDMNE, 940, 1 (5) D, Abril/63 a 1965, “URGP/UNGP – Agitação nas Províncias Ultramarinas – Organizações Nacionalistas”, volume II.

AHDMNE, processo 1, 11.

AHDMNE, processo 2, 1.

AHDMNE, processo 331 PAE, maço 13, “FPLN”, 1963/64, Política interna e externa de Portugal, pasta 1, capas 28 e 35.

AHDMNE, processo 940, 1 (4), 457 PAA, “Organizações Nacionalistas – CONCP”.

AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, “CONCP”, maço 458, pasta 1.

AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 464 PAA, “Organizações Nacionalistas”.

AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 465 PAA, “Organizações Nacionalistas”.

AHDMNE, processo 940, 1 (7) D, 476 PAA, “Agitação nas Províncias Ultramarinas. Actividades de indivíduos relacionados com os movimentos nacionalistas. Agostinho Neto, vol. IV.

AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 462 PAA, “Organizações Nacionalistas. PAIGC/PAIGCV”.

AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, maço, 458, pasta, 1 e 4.

AHDMNE, processo 940, 1 (D) e 940, 1 (6) D, PAA 461, “Agitação nas províncias ultramarinas – Organizações Nacionalistas – Movimento Progressista da FLING”.

AHDMNE, processo 940, 1 (D), 455 PAA, “Plano de Actividades Terroristas nas Províncias Ultramarinas”.

AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, 465 PAA, “Política, Organizações Nacionalistas – PAIGC”.

AHDMNE, processo 940,5 (5) D, 459 PAA, “Actividades individuos relacionados movimientos nacionalistas. Morte de Amílcar Cabral”, 1º vol.

1.1.3. Arquivo da Fundação Mário Soares (AMS)

AMS – Class – “Amílcar Cabral”, correspondência Interna, PAIGC, UGEAN, MPLA, FRELIMO, CONCP”, 1962, documento 137, pasta 4604.003: Dossier 039.

AMS “Partido Africano da Independência (PAIGC) et Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde”, Conakry, le 15 Décembre 1960, pasta 4602.113.

AMS, [04. PAI/PAIGC]. Relat./Direct, pasta 4602026.

AMS, “A Unidade Política e moral força principal da nossa luta comum”, Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC, pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário Geral do partido à 2.ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP – Dar-Es-Salaam, 3 a 8 de Outubro de 1965, PAIGC, pasta 4602.038.

AMS, “Abertura. Sobre a situação da luta. Intervenção do camarada Amílcar Cabral”. Reunião do Conselho Superior de Luta, 9 a 16 de Agosto de 1971, pasta 4341.002.

AMS, “Action Parti”, [04. PAI/PAIGC]. Relat./Direct. Pasta 4602026.

AMS, “Análise do projecto do Programa de Acção”, Brazzaville 26-30 août 1966, pasta 4337.005.

AMS, “Aux peuples de Guiné «Portugaise» et des Îles du Cap-Vert”, Partido Africano da Independência (PAIGC) et Mouvemento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV), Conakry, le 5 décembre 1960, pasta 4602.113.

AMS, “Charte du FLGCV [manuscrito]”, signé par Abel Djassi, Bissau, 1959, 19 Septembre, pasta, 4308.056.

AMS, “Charte du Front Uni de Libération de la Guinée «Portugaise» et des Iles du Cap Vert”, Dakar, 12-14 juillet 1961, pasta 4602.019.

AMS, “Comunicado. O desenvolvimento da luta em Cabo-Verde. Reunião de quadros responsáveis 17 a 20 de Julho 1963” – Dakar –, PAIGC, Secretariado-geral, *Bureau* de Dakar, Dakar, 21 de Julho de 1963, pasta 4340.003.

AMS, “Comunicado”, Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde, assinado por

Adriano Araújo (Responsável do Departamento Organização e Propaganda) e Amílcar Cabral (Responsável do Departamento Político), Conakry, 16 de Maio de 1961, pasta 4602.016.

AMS, “CONCP”, pasta 4604.001.

AMS, “Décides a résister”, *Tricontinental*, Havana (Cuba), 1967, pasta 4322.005.

AMS, “Decisão (de 1 de Janeiro de 1972). Sobre alguns problemas actuais da nossa vida nas regiões libertadas”, Janeiro de 1972, PAIGC”, pasta, 4340.004.

AMS, “Discurso pronunciado por Amílcar Cabral aquando do VIII Congresso do PDG”, 1967, Conakry, pasta 4341.001.

AMS, “Discours prononce a l’occasion de signature du communique commun du PC Roumain et le PAIGC”, Bucarest 17 juin 1972, pasta, 4341.002.

AMS, “Discours prononcé par le camarade Amílcar Cabral Secrétaire Générale du PAIGC au nom des mouvements de libérations nationale”, II^{ème} Conférence des Chefs d’État et de Gouvernement des Pays Non-Alignés (Le Caire, du 5 au 10 Octobre 1964), pasta 4602.036; AMS, Amílcar Cabral, Org. Internacionais, Não-Alinhados, pasta 4602.037.

AMS, “Discurso proferido pelo Delegado da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde, Amílcar Cabral (Abel Djassi), Secretário-geral do Partido Africano da Independência (Cairo – 25 a 31 de Março de 1961”, pasta 4602.014.

AMS, “Discurso pronunciado por Amílcar Cabral aquando do VIII^o Congresso do PDG”, 1967, Conakry, pasta 4341.001.

AMS, “Duma carta aos camaradas Oswaldo (Ambrósio Djassi) e Chico [Francisco Mendes] (Chico Té), Dakar, 18 de Julho de 1963, pasta 4340.003.

AMS, “Esclarecimentos (Para a reorganização do partido, da população e das Forças Armadas, de acordo com as decisões do nosso I Congresso)”. Fevereiro de 1964, pasta 4340.003.

AMS, “Esclarecimentos sobre as novas estruturas da Direcção do partido e sobre as funções dos diversos órgãos dirigentes”. Intervenção do camarada Amílcar Cabral na reunião de quadros superiores do partido, de 13 a 15 de Setembro de 1970. (Este texto, em português, é a tradução do original, em crioulo, que foi registado em gravador), PAIGC, pasta 4341.001.

AMS, “Forças Armadas Revolucionárias do Povo – Bases e Componentes. Vamos reorganizar e melhorar a acção das Forças Armadas Nacionais, vamos mobilizar todas as capacidades para criar e desenvolver as Forças Armadas Locais, vamos dar golpes cada vez mais duros ao inimigo, para expulsá-lo de vez para sempre da Guiné e Cabo Verde”, Setembro de 1970, PAIGC, pasta 4343.002.

AMS, “Guinée «portugais» et îles du Cap-Vert. L’an deux de la Guerre de Guinée”,

jan.-déc. 1964, Edité par le Comité de Soutien à l'Angola et aux peuples des colonies portugaises, in Doc. Annexes, pasta 4340.003.

AMS, "Intervention de MR. Amílcar Cabral Secrétaire Général du PAIGC au VI. ° Congrès de l' UPS", Dakar, le..., janvier 1968, pasta 4343.001.

AMS, "Intervention par Amílcar Cabral, Secrétaire Général du Parti Africain de l'indépendance", Accra juin 1961, pasta 4602.018.

AMS, "Interview: Guinea to declare independence", *Pakistan Forum*, An Independent Magazine of Pakistanis in USA and Canada, January 1973, vol. III, n.° 4, pasta 4310.005.

AMS, "La lutte de libération nationale dans les colonies portugaises" *Documents de Base à la Conférence de Dar-Es-Salaam*, pasta 4330.008.

AMS, "Légalité des luttes de libération nationale. Le cas des colonies portugaises et des territoires d'Afrique australe", IX^{ème} Congrès de L' AIJD, ordre du jour: point 1 b), Rapport présenté par Paulette Pierson-Mathy, Maître de recherche à l' Université Libre de Bruxelles, Helsinki, 15-19 juillet 1970, pasta, 4321.002.

AMS, "Manifesto do Movimento Anticolonialista (MAC)", publicado com a data de 1 de Janeiro de 1960. Edições do Departamento de Informação Propaganda e Cultura do CC do PAIGC, Documentos Orientadores, pasta 4353.001.

AMS, "Memorandum à Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas", Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, Conakry, 26 de Setembro de 1961, pasta 4824.006.

AMS, "Memorandum à la XVI^{ème} Session du Comité de Libération africaine". Lusaka, janvier 1970, PAIGC, pasta 4343.002.

AMS, "Mémorandum A son excellence le Président du Groupe Africain Assemblée Générale des nations Unis", Conakry, octobre, 1963, pasta 4324.006.

AMS, "Mensagem aos soldados portugueses na Guiné e Cabo Verde", PAIGC (1962).

AMS, "Mensagem do Ano Novo do Secretário-geral do partido camarada Amílcar Cabral", Janeiro de 1969, Conakry, Comissão de Informação e Propaganda, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4341.001.

AMS, "Message du PAIGC, A la Conférence des Chefs d'Etat et de Gouvernement des Pays Non-Alignés", Le Caire, octobre 1964, pasta 4343.001.

AMS, "Mission to Guinea (Bissau)", United Nations Office of public Information OPI/471 - 10954- June 1972 - 15M , pasta 4309.009.

AMS, "Note ouverte au Gouvernement Portugais" [cópia], Conakry, le 13 Octobre

1961, pasta 4343.001.

AMS, “Notre lutte est aussi un acte de solidarité. Intervention du camarade Amílcar Cabral à la séance d’ouverture de la Conférence Internationale de Solidarité avec les peuples des colonies portugaises ” (Rome 27-29 juin 1970), juin de 1970, PAIGC, pasta 4341.001.

AMS, “O que quer o nosso partido? Frente da Libertação da Guiné e Cabo Verde – Partido Africano da Independência (PAI), pasta 4602.004.

AMS, “Vamos Reforçar a nossa vigilância, para desmascarar e eliminar os agentes do inimigo para defendermos o partido e a luta e para continuarmos a condenar ao fracasso todos os planos dos criminosos colonialistas portugueses”, do camarada Amílcar Cabral aos dirigentes e responsáveis do partido, Março 1972, pasta 4341.002.

AMS, “Palavras de Ordem», cópia escrita provavelmente entre Março e Junho de 1962, Pasta 4340.003.

AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 1. A nossa guerra perante o Governo Português. 2. Em África”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002.

AMS, “Para a reorganização e a melhoria do trabalho das Brigadas de Acção Política”, do camarada Amílcar Cabral aos trabalhadores políticos do partido, Fevereiro de 1971, pasta 4341.002.

AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do Partido. 1. Nem toda a gente é do partido 2. Democracia Revolucionária 3. Ser fiel aos Princípios”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001.

AMS, “Rapport du MAC a la IIème Conférence des Peuples Africains”, Movimento Anti-Colonialista Por l’indépendance des pays africains occupé par le Portugal, Tunis 25-29 janvier 1960, pasta 4602.001.

AMS, “Relatório Económico de orientação Geral e algumas soluções particulares”. Apresentado à consideração da Direcção do nosso partido, O PAIGC pelo camarada Vasco Cabral, PAIGC, Setembro de 1964, pasta 4331.005.

AMS, “Relatório sobre o desenvolvimento da luta em Cabo Verde”. Reunião de Quadros responsáveis, Dakar, 17 a 20 de Julho de 1963.

AMS, “Report on Portuguese Guinea and the liberation Movement”, Statement of Amílcar Cabral, Secretary General African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde Islands, Thursday, February 26, 1970, pasta 4343.002.

AMS, “Résolution de la II^{ème} Réunion du Conseil de Direction de la de la CONCP –

Conférence des Organisations Nationalistes des Colonies Portugaise – sur le caractère international de la guerre coloniale portugaise” (Brazzaville, du 26 au 30 août 1966).

AMS, “Reunião do Conselho Superior da Luta (9 a 16 de Agosto de 1971). Discurso de Encerramento. Intervenção do camarada Amílcar Cabral, Agosto de 1971”, pasta 4602.071.

AMS, “Reunião do Conselho Superior de Luta (9 a 16 de Agosto de 1971). Abertura. Sobre a situação da luta. Intervenção do camarada Amílcar Cabral”, Agosto de 1971, PAIGC, pasta 4341.002.

AMS, “Réunion consultative et d’étude pour le Développement de la lutte contre le colonialisme portugais”, pasta 4887.005.

AMS, “Salutations du PAIGC au XXV^{ème} Congrès ordinaire du Parti Social Démocrate de Suède”, Stockolm, 3-10-1972, pasta 4341.002.

AMS, “Saudação do camarada Amílcar Cabral”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001.

AMS, “Sur la situation de notre lutte de libération nationale”, Amilcar Cabral, Secrétaire Générale, mars, 1968, PAIGC, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4343.001.

AMS, “Uma crise do conhecimento”, Discurso proferido pelo Delegado da Guiné “Portuguesa” e das Ilhas de Cabo Verde, Amílcar Cabral (Abel Djassi), Secretário-geral do Partido Africano da Independência (Cairo – 25 a 31 de Março de 1961, pasta 4602.014.

AMS, “Uma importante Resolução sobre as colónias Portuguesas, Sessão Extraordinária do Conselho de Solidariedade dos povos Afro-Asiáticos, realizada no Cairo, em 21 e 22 de Janeiro de 1961, pasta 4602.012.

AMS, Amílcar Cabral “Declaração”, feito em Conakry, 13 de Outubro de 1961, pasta 4602.020.

AMS, “Desmasquons les mensonges et les crimes des colonialistes portugais, renforçons le parti et la lutte afin d’ accélérer la libération totale de notre peuple”. Message du camarade Amílcar Cabral à notre peuple et à nos combattants et militants, à l’occasion du XIV anniversaire de la fondation du Parti, Septembre 1970, pasta 4343.002.

AMS, Amílcar Cabral “Mensagem – A todos os responsáveis, militantes e combatentes de todas as frentes de luta do nosso grande partido”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, 2 de Janeiro de 1968, pasta 4341.001.

AMS, Amílcar Cabral “Nota aberta ao Governo Português”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, Secretariado-geral do PAIGC, em Conakry, 13 de

Outubro de 1961, pasta 4602.032.

AMS, Amílcar Cabral e Aristides Pereira, “MANIFESTO. A propósito das medidas adoptadas pelo Governo Senegalês sobre a situação dos emigrados caboverdeanos”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, PAIGC, *Bureau* de Dakar, s/d, pasta 4340.003.

AMS, Amílcar Cabral e Aristides Pereira, “Rapport sur la lutte de libération des peuples de la Guinée portugaise et des îles du Cap Vert”, Partido Africano da Independência (Guinée “portugaise” et Îles de Cap Vert), Março (?) de 1961, pasta 4341.001.

AMS, Amílcar Cabral e Mário de Andrade, “L’Afrique et la lute de libération nationale dans les colonies portugaises”, Documents de base, Conférence de Dar-Es-Salaam, 1965, pasta 4330.008.

AMS, Amílcar Cabral, “Alguns Princípios do Partido. 1- Unidade e Luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.001.

AMS, Amílcar Cabral, “Confèrence de Press tenue a Alger le 28/4/71, pasta 4841.002.

AMS, Amílcar Cabral, “Esclarecimentos (para a reorganização do partido, da população e das Forças Armadas de acordo com as decisões do nosso I Congresso), Fevereiro 1964, pasta 4340.003.

AMS, Amílcar Cabral, “Evolução e perspectivas da luta”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta 4340.001.

AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria da acção das nossas forças armadas”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.002.

AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho político”. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta 4340.002.

AMS, Amílcar Cabral, “Princípios do partido. 1. Luta do povo, pelo povo, para o povo. 2. Independência de pensamento e de acção”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, pasta, 4340.001.

AMS, Amílcar Cabral, “Princípios. O nosso partido e a luta devem ser dirigidos pelos melhores filhos do nosso Povo”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001.

AMS, Amílcar Cabral, “Situação actual da luta”. Aos camaradas participantes no seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, PAIGC, pasta, 4340.001.

AMS, Antecedentes, Amílcar Cabral, MLGCV, pasta 4602.016.

AMS, Basil Davidson, “La rébellion en Guinée «Portugaise»”, *Méridien Libération*, pasta 4322.005.

AMS, Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral Ao Comando da Frente Bafatá-Gabú, Conakry, 10 de Março de 1972, pasta 4360.004.

AMS, Carta da FPLN dirigida ao Ex.^{mo} Senhor Abílio Duarte, membro do Comité Central do PAIGC, representante do PAIGC em Argel, Argel le 16 décembre 1964, pasta 4316.009.

AMS, Carta de Abel Djassi aos camaradas do PAI e da Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde, Conakry, 16 de Julho de 1960.

AMS, Carta de Aristides Pereira ao Honório, Conakry 23 de Junho de 1972.

AMS, class, “Amílcar Cabral”, pasta 4602.002 (dossier 038).

AMS, Comunicado do PAI intitulado, “Aos povos da Guiné e Cabo Verde, assinado por Amílcar Cabral, Zain Lopes, Seidi Camará, Amadu Djaló, Badará Touré e Walter Barreto”, Dezembro 1960, pasta 4602009.

AMS, Conférence des Organisations nationalistes des colonies portugaise”, Casablanca 18-20 avril 1961, Secrétariat Permanent de la Conférence des organisations Nationalistes des Colonies Portugaise (CONCP), Rabat-Maroc, pasta 4357.009.

AMS, Interview of Amilcar Cabral at Accra during the Conference of the Liberation Committee, 8-13 1973, to Cameroun Doudou in Radio Ghana, pasta 4344.006.

AMS, Mário de Andrade e Amílcar Cabral, “L’Afrique et la lutte de libération nationale dans les colonies portugaises”, pasta 4330.008.

AMS, Mário de Andrade, “Fanon et l’Afrique combattante. Témoignage d’un militant anglais”, Fort-de-France, avril 1982 [dactilografado], pasta 4330.008.

AMS, Mário de Andrade, “I – L’Angola d’ Hier et d’ Aujourd’hui”, *Présence Africaine*, Paris, pasta 4330.008.

AMS, Mário de Andrade, Investigação/Ciências Sociais e Humanas, pasta 4309.006.

AMS, Mário de Andrade, pasta 4360.004.

AMS, Nations Unies – Assemblée Générale – Distr. Générale A/AC. 108/SR.45 21 août 1962 (Français) Original : Anglais- Comité Spécial pour les territoires administrés par le Portugal, crée par la résolution 1699 (XVI) de l’ Assemblée Générale Compte

rendu analytique de la Quarante-cinquième séance Tenue dans le bâtiment de l'Assemblée nationale, à Conakry, le mercredi 6 juin 1962, pasta, 4324.006.

AMS, PAI/PAIGC, “Comunicados e mensagens”, “declaração”, feita em Conakry, 13 de Outubro de 1961, pasta 4602.020.

AMS, PAI/PAIGC, “Comunicados e mensagens”, pasta 4602.013.

AMS, PAI/PAIGC, “Comunicados e mensagens”, pasta 4602.024.

AMS, telegrama, Conseil Sécurité ONU, New York, Conakry – le 19 février 1961.

1.1.4. Espólio do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra (CD 25 de Abril)

CD 25 de Abril, HCSA, “La position du Parti Communiste Portugais a la Question Coloniale”.

CD25 de Abril, Pasta: “Estado Novo – Índia Portuguesa, Movimento Nacional Independente”, carta nº 354/63, DA/251, Rio de Janeiro, 21 de Abril de 1963 do General Humberto Delgado, líder da Oposição Portuguesa, aos Oficiais das Forças Armadas que combateram na Índia.

CD25 de Abril, Pasta: *Estado Novo - Índia Portuguesa, Movimento Nacional Independente*, carta n. 354/63, DA/251, Rio de Janeiro, 21 de Abril de 1963 do General Humberto Delgado, líder da Oposição Portuguesa, aos Oficiais das Forças Armadas que combateram na Índia.

Cd 25 de Abril, Movimentos de Libertação - PAIGC (1).

Cd 25 de Abril, Figuras Públicas - Amílcar Cabral.

Cd 25 de Abril, FPLN (1964-1973).

Cd 25 de Abril, Comissão de reorganização da FPLN.

Cd 25 de Abril, Diversos (1965).

Cd 25 de Abril, JAPPA (Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia).

- Pasta, Junta Revolucionária Portuguesa (1966).
- Pasta, Junta Revolucionária Portuguesa (1965).

Cd 25 de Abril, Diversos - Comissão Delegada Provisória (1971)

Cd 25 de Abril, Figuras Célebres - António de Spínola.

Cd 25 de Abril, Estado Novo.

- Pasta: Golpe Botelho Moniz
- Pasta: Golpe de Beja(Jan. 1963
- Pasta: Comunicados e Panfletos - Guerra Colonial.

Cd 25 de Abril - Geral - HCSA - Guiné /Cabo Verde- General Information, Chronological Documents, Material Aid, Periodicals, Simposium Amílcar cabral (1961-1975).

- Pasta: Guiné-Bissau/Cape Verde - General Informations (1964-1974).
- Pasta: Guiné-Bissau/Cape Verde - General informations (1964-1974)

Cd 25 de Abril, HCSA - Portugal I . Church Portugal (1966-1974)

Cd 25 de Abril, HCSA - FPLN (1963-1974) (apenas apresenta algumas publicações periódicas. Monografias, cartas comunicados e panfletos. Não tem interesse para este trabalho.

Cd 25 de Abril, HCSA - PCP - Comunicados e Panfletos: La position du Parti Communiste Portugais face a la question Coloniale.

Cd 25 de Abril, HCSA - PIDE/DGS . Listagens de Pides. Monografias (1944-1973). Não tem interesse.

Cd 25 de Abril, HCSA - Portuguese Army. Comunicados e panfletos; Monografias, manuais de instrução Militar/Comunicados de Simposio (1969-1973) . Não tem interesse.

Cd 25 de Abril, HCSA- General Informations. Portugal I (1969-1984).

Cd 25 de Abril, HCSA- General Informations. Portugal II (1969-1984).

Cd 25 de Abril, HCSA- General Informations. Portugal III (1969-1984).

Cd 25 de Abril, Movimentos de Libertação - PAIGC (1).

CD 25 de Abril HCSA FPLN (1963-1974).

“Les intérêts impérialistes contre l’indépendance des peuples coloniaux, - un Document de l’ONU”. FPLN (Portugal)

“Três militantes da FPLN perante o Comité da ONU para a Descolonização. Comunicado da FPLN (Portugal).

“Luta antifascista e luta anticolonialista. Duas Frentes um mesmo combate. Memorando da Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal a II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas”.

“Um racista fala...”, General Kaúlza de Arriaga, FPLN - Portugal , Outubro de 1971.

“I Projecto aprovado de constituição da JAPPA (24/8/1963).

“Hommage aux combattans de la Republique Portugaise, FPLN - Comissão Delegada Provisória (5/10/ 1963).

“Sobre o papel da mulher moçambicana na Revolução”, Cadernos “25 de Junho”, 7 de Maio de 1971.

“Guerra psicológica” (1971).

1.2. Na Guiné-Bissau

1.2.1. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas (INEP)

INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24 /12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota n.º 468/19, do Administrador de Bafatá, datada de 24 de Dezembro de 1923, dirigida ao Ex.^{mo} Sr. Secretário do Governo e Inspector da Instrução Pública na Província.

INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24 /12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota n.º 5, de Juvenal Cabral, dirigida à Administração da 9.^a Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Bafatá, 23 de Dezembro de 1923.

INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Nota n.º 9, de Juvenal Cabral para a Administração da 9.^a Circunscrição Civil de Bafatá, datada de 8 de Dezembro de 1925.

INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/1923, E1/E. 109, 2133. Nota extra de Juvenal Cabral dirigido à Administração da 9.^a Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Bafatá, 7 de Novembro de 1923.

INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24/12/1923. E1/E. 109, 2133. Carta de Juvenal Cabral ao Ex.^{mo} senhor administrador, datado de Bafatá, 23 de Março de 1923.

INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24 /12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota extra de Juvenal Cabral dirigido à Administração da 9.^a Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Bafatá, 7 de Novembro de 1923.

INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24 /12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota n.º 279/19, do Administrador da 9.^a Circunscrição Civil de Bafatá, dirigido a Juvenal Lopes Cabral, datada de Bafatá, 8 de

Setembro de 1923.

INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24 /12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota n.º 3 de Juvenal Cabral, dirigida à Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Bafatá, 8 de Setembro de 1923.

INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24 /12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Carta de Juvenal Cabral, dirigida ao Ex.º Sr. Administrador, datada de Bafatá, 22 de Dezembro de 1923.

INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino e Feminino de Geba”, 06/01 a 24 /12/ 1923, E1/E. 109, 2133. Nota n.º 466/19 do administrador de Bafatá, dirigida ao professor da Escola Oficial do Sexo Masculino de Geba, datada de Bafatá, 22 de Dezembro de 1923.

INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Escola Elementar (Sexo Masculino de Bafatá) 1917-1918”, E1/E.109.2130.

INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “Instrução Elementar – 1921”, E1/E.109.2129. Nota n.º 325 do Administrador Interino de Bafatá dirigida à Secretaria do Governo em Bolama, datada de 8 de Novembro de 1921.

INEP – Arquivos Históricos (Bissau), “O Livro de Actas da Comissão Municipal e Junta Local de Bafatá 1923-1955”.

INEP – Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Telegrama n.º 215/19, datado de Bafatá, 2 de Setembro de 1925, enviado pela Secretaria do Governo para Juvenal António Lopes da Costa Cabral.

INEP – Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba” E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Guia n.º 155, passada pela Secretaria do Governo, datada de Bolama, 16 de Setembro de 1925.

INEP – Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida 1925. Nota extra enviada por Juvenal António Lopes da Costa Cabral, à Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Geba, 26 de Setembro de 1925).

INEP – Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição civil de Bafatá, correspondência expedida. Nota n.º 3 enviada por Juvenal António Lopes da Costa Cabral, à Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Geba, 17 de Outubro de 1925.

INEP – Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Nota n.º 4, de Juvenal Cabral para à Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá,

datada de 27 de Outubro de 1925.

INEP-Arquivos Históricos (Bissau), “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Nota n.º 12, enviada por Juvenal António Lopes da Costa Cabral à Administração da 9.ª Circunscrição Civil de Bafatá, datada de Geba, 30 de Junho de 1925.

INEP-Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Carta de Juvenal Cabral, dirigida ao senhor Marcelino, datado de Geba, 4 de Setembro de 1925.

INEP-Arquivos Históricos, Bissau, “Escola do Sexo Masculino de Geba”, E1/E, 109, 2115. Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, correspondência expedida, 1925. Transcrição da nota nº 2, 456/188/1922, de 9 de Outubro de 1925.

1.2.2. Espólios particulares

Caro compatriota e irmão de luta, Dakar, le 11 de juin de 1969 [dactilografada].

Carta [dactilografada] ao M. Ministre de la Justice, assinada por Amílcar Lopes Cabral, Conakry, le 18 de février 1961.

Carta [dactilografada] assinada por Abel Djassi [Amílcar Cabral], datada de Conakry, 15 de Junho de 1961, dirigida aos dirigentes do interior [em Bissau].

Carta [dactilografada] assinada por Amílcar Cabral (Abel Djassi) e Aristides Pereira À son Excellence le Président de l'Assemblée Nationale de la République de Guinée et Secrétaire Politique du PDG, Conakry, le 12 janvier 1961.

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral a M. Le Directeur Général de la Sûreté Nationale de la République de Guinée, Conakry, le 6 février 1961.

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral au Camarade Secrétaire Politique du Parti Démocratique de Guinée, Conakry, le 29 avril 1961.

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral au camarade Secrétaire Politique du PDG, Conakry, le 19 décembre 1961.

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral au camarade Secrétaire Politique du PARTI DEMOCRATIQUE DE GUINÉE, Conakry, le 6 novembre 1961.

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral datada de Conakry, 18 de Março de 1962, ao caro camarada Luciano [Ndau].

Carta [dactilografada] de Amílcar Cabral para [Rui] Djassi, Conakry, 29 de Janeiro de

1962.

Carta de Amílcar Cabral [dactilografada] À Son Excellence le Président de l'Assemblée Nationale et Secrétaire du PDG, Conakry, le 6 février 1961.

Carta de Amílcar Cabral [dactilografada], Ao Camarada El Hadj Diallo Ibrahima Sec-
retário-geral do MLGC/Dakar, Conakry, le 26 avril 1961.

Carta de Amílcar Cabral [dactilografada], ao caro camarada [Pedro] Pires, Conakry, 7
de Fevereiro de 1969.

Carta de Amílcar Cabral [dactilografada], as Delegações do *Bureau* Político, Conakry,
13 de Janeiro de 1969.

Carta de Amílcar Cabral às Delegações Permanentes do *Bureau* Político. Aos Camara-
das das Frentes. A todos os responsáveis político-militares do partido. Conakry, 17 de
Janeiro de 1968.

Carta de Amílcar Cabral, A Son Excellence le Président DIALLO Seifoulaye, Président
de l'Assemblée Nationale de la République de Guinée, Secrétaire Politique du PARTI
DÉMOCRATIQUE DE GUINÉE, Conakry, le 6 avril 1962.

Carta dirigida ao Camarada Secretário do Controlo..., s/d [1961?], [Conakry].

Conférence des Organisations Nationalistes de la Guinée "Portugaise" et des Îles du
Cap Vert..., Extrait du Rapport Général présenté par le Secrétaire Général du Partido
Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.

Memorandum (Aide Concrète a notre lutte de libération) [dactilografado], assinado por
Amílcar Cabral, Conakry, le 22 février 1961.

Mensagem do Novo Ano do camarada Amílcar Cabral, Secretário-geral do partido, 1 de
Janeiro de 1971.

Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde – "I Assemblée Générale Ordinaire –
Résolution", fait à Conakry, le 21 Juillet 1960.

Movimento de Libertação da Guiné e de Cabo Verde (MLGCV-RG) de Conakry, "Co-
municado", Conakry, 16 de Julho de 1960, assinado por Abel Djassi [Amílcar Cabral],
Dirigente-mandatado do MLGCV.

Movimento de Libertação de Guiné e Cabo Verde – Constituição Administrativa, segu-
ramente de 21 de Julho de 1960.

Ofício do Secretário da Organização do Movimento de Libertação dos Territórios sob
Domínio Português ao senhor Comissário da Polícia, Conakry, 28 de Junho de 1960.
Relatório, Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, Da-
kar, 1961.

Resolução Geral [tradução para português – manuscrita], feita em Conakry, aos vinte nove dias do mês de Junho de mil novecentos e sessenta.

Reunião Ampliada do Secretariado na Escola-Piloto, 24-10.1968 [manuscrito].

Reunião do dia 23 de Maio de 1968 – 1ª Reunião – Assuntos Exteriores [manuscrito].

Reunião do Secretariado do dia 26-5-1968 – Assuntos externos [manuscrito].

Reunião do dia 3-5-1968 com os camaradas vindos do Estágio político da União Soviética [manuscrito].

Reunião do Secretariado-geral – Reunião de Informação 3-10-68 [manuscritos].

Reunião do Secretariado-geral 24-5-1968 [manuscrito].

Reunião Geral – Secretariado 26/3/69 [manuscrito].

Texte Intégral de la Conférence de Presse de M. Le Président L. S. Senghor tenue a Dakar le 3 Janvier 1964.

Tradução para português [manuscrita] do discurso de Armando Ramos aquando da Assembleia de 29 de Junho de 1960.

“A direcção e os dirigentes do PAIGC são contra-revolucionários”, Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné-Bissau (FLING), feito em Dakar, 10 de Abril de 1968.

“Apelo à Consciência dos guineenses e caboverdianos”, assinado por Abel Djassi [Amílcar Cabral], FRAIN e PAI, Conakry, 2 de Junho de 1960.

CABRAL, Amílcar, “A Guiné e Cabo Verde face ao colonialismo português”, Relatório Geral sobre a luta de libertação nacional apresentado na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, realizada em Dakar de 12 a 14 de Julho de 1961.

CABRAL, Amílcar, “Decisão de Amnistia”, 19 de Setembro de 1972 [manuscrito].

“Appel a l’Unité et a l’action directe”, [dactilografado], assinado por Amílcar Cabral, Conakry, le 23 avril 1961.

“Aviso”, 26 de Fevereiro de 1968.

“Camaradas”, carta [manuscrita] de Amílcar Cabral aos seus companheiros do PAI e do MLGCV de Conakry, Pekin, Hotel Sientchiao, 5 de Agosto de 1960.

“Comité Directeur du MOUVEMENT DE LIBERATION DE LA GUINEE DITE PORTUGAISE ET DU CAP VERT. Elú, à l’unanimité, par l’Assemblée Générale, ordinaire réuni le 21 Juillet 1960, à Conakry. Conakry, le 21 juillet 1960.

“Communiqué” [dactilografado], fait à Ziguinchor, le 7 août 1961.

“Comunicado”, Conakry, Outubro/1959.

“Convite” [manuscrito] para a reunião da constituição do Movimento de Libertação dos Territórios sob a Dominação Portuguesa, Conakry, s/d.

“Convocatória”, Conakry, Movimento de Libertação dos Territórios sob Dominação Portuguesa, 27 de Junho de 1960.

“Declaração dos Locutores em Línguas Vernáculas”, Domingo, 19 – 6 – 1960.

“Déclaration faite par M. Amílcar Cabral du Parti Africain de l’Indépendance de la Guinée et du Cap Vert (PAIGC)”, Lors de la 1420 éme Séance de la Quatrième Commission le 12 décembre 1962.

“Deuxième déclaration du camarade Dr. Hugo de Menezes” [dactilografada], Conakry, le 22 février 1960.

“Discurs du camarade Cesario Alvarenga, Secrétaire à l’Information, la Press et la Culture, du Secretariat du PAIGC”, Conférence des Organisations Nationalistes de la Guinée «Portugaise» et des Îles du Cap Vert.

“Em Nome dos Movimentos de Libertação da África. Em nome do nosso povo”. Discursos proferidos pelo camarada Amílcar Cabral em Addis-Abeba perante a 8ª Conferência dos Chefes de Estado da África (Junho de 1971) e perante o Conselho de Segurança da ONU (Fevereiro de 1972), PAIGC, Fevereiro de 1972.

“Informação” [dactilografada], Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), [Agosto de 1961].

“Information de Pascoal Correia” [dactilografada], Conakry, le 20 février 1960.

“Intervenção do camarada Armando Ramos da Silva na ocasião de voto de 31 de Janeiro de 1960”.

“Intervention du camarade Armando Ramos” [31 de Janeiro de 1960].

“Liste du matériel et moyen demandes”, (cont.), Amílcar Cabral, Secrétaire Générale, Moscou, le 6 avril 1968.

“Manifesto for Presentation to the United Nations Conference”, San Francisco, April 1945.

“Movimento de Libertação da Guiné e de Cabo Verde (MLGCV-RG), «Comunicado», Conakry, 16 de Julho de 1960, assinado por Abel Djassi [Amílcar Cabral], Dirigente-mandatado do MLGCV.

“Mémorandum (Aide concrète à notre lutte de libération)” A son Excellence le Président de la République de Guinée [dactilografado], assinado por Amílcar Cabral, Conakry – le 22 février 1961.

CABRAL, Amílcar, “Decisão de Aministia”, de 19 de Setembro de 1972.

Amílcar Cabral, “Appel a l’Unité et a l’action directe”, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, Conakry, le 23 avril 1961 [dactilografado].

“Mensagem-Relatório” do camarada Amílcar Cabral aos quadros, combatentes e militantes do partido, Janeiro de 1970.

BARROS, Antero, “Discurso proferido na sessão comemorativa do 50.º aniversário da Associação Académica do Mindelo”, S. Vicente, 1 de Abril de 1990 [dactilografado].

“Vamos acelerar a liquidação total do colonialismo português em 1972, para libertarmos o homem africano da Guiné e Cabo Verde de toda a espécie de opressão, para construirmos uma sociedade justa, baseada na nossa própria história e nas realidades da nossa terra, mas aberta a todas as conquistas da humanidade no caminho do Progresso”. Mensagem do Camarada Amílcar Cabral ao nosso povo e aos combatentes e militantes, por ocasião do Ano Novo, Janeiro 1972.

“La République de Guinée-Bissau en Chiffre”, Commissaire d’État à l’Economie et aux Finance, février, 1974.

“Lei da Justiça Militar de 19 de Setembro de 1966” (Com as modificações introduzidas pelo *Bureau* Político do partido, na reunião de 20 a 23 de Dezembro de 1966, Publicação do Serviço de Secretariado e Justiça Militar do Conselho de Guerra.

“Organisation de l’Unité Africaine – Comité de Coordination pour la Libération de l’Afrique (Comité des Dix-sept). 21ème Session Ordinaire Accra – Ghana (8 - 13 Janvier 1973). Déclaration d’ Accra sur la Nouvelle Stratégie de la Libération de l’Afrique”.

“Un crime de colonialisme (Fondements juridiques de notre lutte armée de libération nationale. Extrait du Rapport présenté par le camarade Amílcar Cabral, au Comité Spécial de l’ONU por les Territoires Administrés par le Portugal. Département de Secrétariat, Information, Culture et Formation de Cadres – Collection «Discours et Interventions», [dactilografado] PAIGC, 1961.

1.3. Em Cabo Verde

1.3.1. Arquivo Histórico Nacional (AHN)

AHN – Praia (Cabo Verde) – RPSAC (A2) – “Bilhete de Identidade do sr. Juvenal António Lopes da Costa Cabral”, Maio – 1937, Caixa n.º 408.

AHN – Praia (Cabo Verde), “Certidão de Baptismo de Artemiza Andrade da Costa Cabral”, in RPSAC (A2) – “Processo referente a repatriação da colónia de Cabo Verde para Lisboa e Guiné de Manuel Rosado Martins e família e de Artemiza Andrade da Costa Cabral, respectivamente, Julho de 1950 – Janeiro de 1951”, Caixa 424.

AHN (Praia) – ACP – “Fazenda 1927-1954”, Caixa n.º 571, fl. 51.

AHN (Praia) – ACP – “Trânsito de pessoas dentro da colónia, guias e requisições de passagens”, 1949/01 – 1949/12 SC: J/SR. G/Caixa n.º 103.

AHN (Praia) – ACP (B1) – “Lista de Passageiros entrados na Província de Cabo Verde durante 1949”. Janeiro – Dezembro de 1949, SJ: J/SR: F/Caixa n.º 099.

AHN (Praia) – ACP (B1) – “Processo da Junta Local de Instrução Pública, referente a: folhas de professores; relação de efectividade dos professores; posto de ensino do Concelho da Praia; relação de alunos pobres; Inspeção escolar; inventário de mobiliário e outros: Outubro de 1936 – Janeiro de 1938” – “Carta de Victor Hugo dos Reis Borges para o Ex.^{mo} Senhor... da Junta Local da Praia, datada de 18 de Novembro de 1936, Caixa n.º 33.

AHN (Praia) – ACP (B1), “Lista de passageiros embarcados no porto da Praia Fevereiro – Dezembro de 1945”, SC.J/SK.F/Caixa 099.

AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Correspondência recebida do Liceu Central Infante D. Henrique, processo acerca do encerramento do liceu, recondução dos professores interinos do Liceu, propostas para pagamentos de propinas, requerimentos diversos, etc. Janeiro – Dezembro de 1937”, Caixa n.º 238.

AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Exposição apresentada ao governador pelos proprietários de Santa Catarina, pedindo o desdobramento em duas prestações da Contribuição predial do ano de 1934. Março – Maio de 1934”, Caixa n.º 232.

AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Processo referente ao Liceu Gil Eanes contendo: portarias, notas e outros – Novembro de 1942 – Dezembro de 1943”, Caixa n.º 240.

AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Processo sobre a nomeação de professores interinos do Liceu Gil Eanes, Outubro de 1939 – Dezembro de 1940, Ensino Secundário Oficial – Anuário do Liceu de Gil Eanes organizado pelo Reitor Joaquim Jaime Simões”, Caixa n.º 240.

AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Processos diversos relativos ao Liceu Gil Eanes”, 1928.

AHN (Praia) – RPSAC (A2) – “Relatório do Reitor do Liceu de Gil Eanes. Relatório do

ao ano lectivo de 1944/45. Dezembro de 1945 a Maio de 1946. Ofício n.º 108/44 de 15 de Agosto de 1944, do Reitor José Diogo Luís Terry ao Ex.^{mo} Senhor Chefe da Repartição dos serviços de Administração Civil da Praia”.

AHN (Praia) – RPSAC (A2), “Processo sobre as nomeações dos professores 1937/1938”, Caixa n.º 240.

AHN (Praia) – RPSAC, A2, – “Correspondência recebida do Liceu Gil Eanes”, Janeiro – Dezembro de 1938, Caixa n.º 239.

AHN (Praia), ACP (B1), “Lista de Passageiros embarcados no porto da Praia”, Fevereiro a Dezembro de 1945, SC: J/SK: F/Caixa 099. Isto vem contrariar as versões segundo as quais Juvenal nunca mais regressou à Guiné desde que abandonou aquela colónia em 1932.

AHN (Praia), *Colónia de Cabo Verde, Anuário Estatístico. Ano I, 1933*, Cidade da Praia – Cabo Verde, Serviços de Estatística.

AHN (Praia), RAPSAC (A2) – “Relatório do Reitor do Liceu Gil Eanes – Relatório do ano lectivo de 1944/45. Dezembro de 1945 a Maio de 1946. Ofício n.º 108/44 de 15 de Agosto de 1944, do Reitor José Diogo Luis Terry, ao Ex.^{mo} Senhor Chefe de Repartição dos Serviços de Administração Civil da Praia”.

AHN (Praia), RPSAC (A2) – “Correspondência recebida de diversas administrações do Concelho pedindo subsídios para a «Casa dos Estudantes do Império», Outubro de 1944 – Outubro de 1945. Casa dos Estudantes do Império, Carta ao Ex.^{mo} senhor Governador da Colónia de Cabo Verde, datada de 2 de Abril de 1945, Caixa n.º 538.

AHN (Praia), RPSAC (A2) – “Correspondência recebida de diversas administrações de Concelho pedindo subsídios para a «Casa dos Estudantes do Império», Outubro de 1944 – Outubro de 1945. Casa dos Estudantes do Império Secção de Cabo Verde, carta ao Ex.^{mo} senhor Governador, Lisboa, 8 de Setembro de 1945”, Caixa n.º 538.

AHN (Praia), RPSAC (A2) – “Processo referente a repatriação da colónia de Cabo Verde para Lisboa e Guiné de Manuel Rosado Martins e família e de Artemiza Andrade da Costa Cabral, respectivamente Julho 1950 e Janeiro 1951”, informação de Juvenal Cabral dirigida ao Ex.^{mo} Senhor Chefe dos Serviços de Administração Civil, Praia, datada de 26 de Dezembro de 1950, Caixa 424.

1.3.2. Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Graça (Praia)

“Certidão de Baptismo de Amílcar Cabral”, Livro de Registos de Baptismo, n.º 330, 1929.

1.3.3. Arquivo da Igreja Paroquial de Santa Catarina (Assomada)

“Livro de Registo de Casamento da Paróquia de Santa Catarina, Ilha de Santiago, Diocese de Cabo Verde”, n.º 14, 1930.

1.3.4. Espólio da Fundação Amílcar Cabral

FAC – Praia – Cabo Verde, Reunião com os responsáveis sobre o ataque ao aeroporto de Bissau. Condecoração do grupo.

FAC (Praia - Cabo Verde), “Reforçar a segurança e a disciplina «em todos os sectores da luta»”. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in “Palavras de Ordem», Novembro de 1965.

FAC (Praia – Cabo Verde), “Ter Consciência da situação da luta em cada momento. «Esperar o melhor, mas preparar-se para o pior»”. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in Palavras de Ordem, Novembro de 1965.

FAC (Praia) – “Memorandum for the attention of the African Heads of State and Government of East Africa”, by Amilcar Cabral Secretary-General of PAIGC de Setembro de 1972.

FAC (Praia), “Amílcar Cabral”, entrevista à Radiotelevisão Francesa, 1970.

FAC (Praia), “Aplicar na Prática os Princípios do Partido”. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in «Palavras de Ordem», Novembro de 1965.

FAC (Praia), “Melhorar os nossos conhecimentos defender a nossa saúde”, do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in «Palavras de Ordem», Novembro de 1965.

FAC (Praia), “Questões levantadas por um agrónomo francês”.

FAC (Praia), “Reforçar a segurança e a Disciplina «em todos os sectores da luta»”. Do camarada Amílcar Cabral aos Responsáveis do partido, in «Palavras de Ordem», Novembro de 1965.

FAC (Praia), Carta de Amílcar Cabral para meu caro Victor [manuscrito], Tentativa, 8/1/57.

FAC (Praia-Cabo Verde), “Conhecer bem as nossas forças e a força do inimigo. «Garantir as ligações e a informação»”. Do camarada Amílcar Cabral...Novembro de 1965, in «Palavras de Ordem», Novembro de 1965.

FAC (Praia-Cabo Verde), “Desenvolver sempre e reforçar o trabalho político e a organização do partido”. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, In «Palavras de Ordem», Novembro de 1965.

FAC (Praia-Cabo Verde), “Destruir a economia do inimigo e construir a nossa própria economia”, Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in «Palavras de Ordem», do camarada Amílcar CABRAL, Novembro de 1965.

FAC (Praia-Cabo Verde), “Organizar melhor as nossas forças armadas agir e reforçar sempre a nossa acção”, Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, In «Palavras de Ordem», Novembro de 1965.

FAC (Praia-Cabo Verde), “Reforçar a segurança e a Disciplina «em todos os sectores da luta»”. Do camarada Amílcar Cabral aos responsáveis do partido, in «Palavras de Ordem», Novembro de 1965.

FAC, “Comunicado anunciando o lançamento de acções do MLG no norte da Guiné na noite de 17 para 18 de Julho de 1961”, pasta 4518.005.001.

1.4. Na Dinamarca

1.4.1. Rigsarkive (Arquivo do Estado) – Copenhaga (Dinamarca)

Rigsarkive (Copenhaga), United Nations Press Section. Office of Public Information. United Nations, N. Y. (For use of Information Media – not an Office Record, Press Release GA/COL/ 1272 13 April 1972.

Rigsarkivet – udenrigsMinisteriet Akter 1946-1972, 131K, PK XII-XIII (1967-1969) – 131K.3. Portugal’s oversøiske besiddelser, PK XII fra 1-11.1967 til 31/10/1968.

Rigsarkivet, UdenrigsMinisteriet, Akter 1946-1972, 131.K. 3PK II – III/1963. Lb – nr. 19533, Portugals oversøiske besiddelser, NB Angola: 131/K2, Goa 5N78, Pakke II fra 1/1 – 1963 – 31/7-63. United Nations. General S/PV. 1044 26 July 1963.

Risarkivet – Udenrigs Ministeriet Akter 1946-1972, 131 – K-3, Ref. 119m, 2.^a NB – Angola 131K – Goa SN 78 Pakke II fra 1/1 – 1963 – 31/7 – 63.

UN. Security Council S/PV – 1042, 24 July 1963 (English).

UN-General Assembly Resolutions. A Selection of the most important resolutions during the period 1949 through 1974 (Session I – XXVIII).

UN-General Resolutions 2405 (XX).

1.5. Na Suécia

1.5.1. Biblioteca da Nordiska Afrikainstitutet (NAI - Uppsala)

- The recognition of Guinea-Bissau (4 pages).
- Report of a Visit to the Liberated areas of Guinea-Bissau, Published by International Union of Studans (IUS) National Union of Finnish Students (SYL). Helsinki 1971. Kunnallispaino.
- *Reports from so-called liberated Portuguese Guinea Bissau*, Published in Morgenbladet, Oslo By Ingegerd Galtung.
- *La Republique de Guinee-Bissau en Chiffres*, Commissariat d'Etat à l'Economie et aux Finances, Février 1974.
- World Council of Churches. "General Secretariat Programme to Combat Racism". December 1970.

2 – Fontes Impressas

2. 1. Publicações oficiais

2.1.1. Boletins, Portarias e Decretos

Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP), volume IX., n.º 33, Bissau, Janeiro de 1954.

Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP), volume IX, n.º 35, Bissau, Julho de 1954

Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP), Bissau, Julho de 1954, volume IX, n.º 35.

Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP), Bissau, volume XI, n.º 43, Abril de 1954.

Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação, n.º 2, Ano I, Praia, 1 de Novembro de 1949.

Boletim de Propaganda e Informação, Ano III, n.º 28, Janeiro 1952.

Boletim Oficial da Guiné, n.º 45, de 5 de Novembro de 1932.

Boletim Oficial da Guiné, n.º 27, de Julho de 1932.

- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 30, de 23 de Julho de 1932.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 42, de 20 de Outubro de 1953.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 32, II série, de 10 de Agosto de 1918.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 16, de 9 de Setembro de 1954.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 24, de 18 de Junho de 1954.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 25, de 24 de Junho 1954.
- Boletim Oficial da Guiné*, vol. 9, n.º 36, de 9 de Setembro de 1954.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 38, de 18 de Setembro de 1952.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 4, de 26 de Janeiro de 1956.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 4, de 23 de Janeiro de 1933.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 41, de 8 de Outubro de 1932.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 48 de 1 de Dezembro de 1923.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 48, de 28 de Novembro de 1932.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 49, de 3 de Dezembro de 1932.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 5, de 4 de Janeiro de 1954.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 7, 18 de Fevereiro de 1954.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 7, de 12 de Fevereiro de 1927.
- Boletim Oficial da Guiné*, n.º 48, de 27 de Novembro de 1952.
- Boletim Oficial da Guiné*, suplemento ao *Boletim Oficial da Guiné* n.º 6, 9 de Fevereiro
- Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 10, de 9 de Março de 1940.
- Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 19, de 12 de Maio de 1945.
- Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 37, de 19 de Setembro de 1934.
- Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 38, de 22 de Setembro de 1945.
- Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 4, de 27 de Janeiro de 1934.
- Boletim Oficial de Cabo Verde*, n.º 10, de 12 de Março de 1935.

Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 45, de 6 de Novembro de 1933.

Cabo Verde Boletim de Propaganda e Informação, Praia, 1 de Novembro de 1949, Ano I, n.º 2.

Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação, Praia, 1 de Outubro de 1949, Ano I, n.º 1.

Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação, Praia, Janeiro 1952, Ano III, n.º 28.

Diário do Governo da Guiné, n.º 187, 2.ª série, de 8 de Agosto de 1952.

Portaria do Governo da Guiné, n.º 312, Bolama, 22 de Outubro de 1913.

Portaria do Governo da Guiné, n.º 348, de 17 de Novembro de 1913.

Portarias do Governo da Guiné, n.º 291, Bolama, 15 de Setembro de 1914.

Portarias do Governo da Guiné, n.º 312, Bolama, 17 de Outubro de 1914.

Portarias do Governo da Guiné, n.º 194, Bolama, 1 de Outubro de 1912.

Portarias do Governo da Guiné, n.º 385, Bolama, 13 de Outubro de 1914.

Portarias do Governo da Guiné, n.º 51, Bolama, 13 de Fevereiro de 1914.

Revogação do Decreto-Lei n.º 39 666 que promulga o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Decreto-Lei n.º 43893, de 6 de Setembro de 1961, Imprensa Nacional de Lisboa, 1961.

3 – Fontes Orais

3.1.Registos Sonoros

3.1.1.Em Cabo Verde (Praia)

a) Arquivo Sonoro da Radiodifusão Nacional de Cabo Verde (RDNCV)

ASRDNCV (Praia), entrevista à Rádio Voz da Liberdade com Amílcar Cabral dirigindo algumas palavras aos democratas e progressistas portugueses, Argel, 1966.

b) Fundação Amílcar Cabral (FAC)

FAC (Praia) – Amílcar Cabral (entrevista): OSPAAAL (Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina).

FAC (Praia) – Amílcar Cabral: alocução à Voz da Liberdade, 2.7.66.

FAC (Praia) – Amílcar Cabral: causerie/debat (Conakry) – 28.9.69.

FAC (Praia) – Amílcar Cabral: conferência de imprensa na Mauritània, 8.7.70.

FAC (Praia) – Amílcar Cabral: conferência na Universidade de Uppsala (Suécia) – 27.11.68.

FAC (Praia) – Amílcar Cabral: conversa com os prisioneiros de guerra, Ferreira, Sousa e Dias que foram libertados a 15.12.68.

FAC (Praia) – Amílcar Cabral: entrevista à Rádio da ONU – 15.10.72.

FAC (Praia) – Amílcar Cabral: inauguração da semana de Informação em Conakry.

FAC (Praia) – Conferência de Amílcar Cabral no Instituto Africano de Moscovo.

FAC (Praia) – Conferencia de Imprensa em Dakar, 25 de Setembro de 1971.

FAC (Praia) – Dia Internacional das Crianças Intervenção do Secretário-geral, Amílcar Cabral.

FAC (Praia) - Discurso de Amílcar Cabral – 15º ano da Fundação do PAIGC – 19.9.71.

FAC (Praia) – Discurso de Amílcar Cabral na IV Comissão da ONU – 16.X.72.

FAC (Praia) – Discurso do Secretário-geral na abertura oficial da Semana de Informação na Mauritània.

FAC (Praia) – Entrevista de Amílcar Cabral à Rádio Ghana (provavelmente de Janeiro de 1973).

FAC (Praia) – Intervenção do Secretário-geral Amílcar Cabral na Conferência de Imprensa realizada em Dakar, Setembro/Outubro (?) de 1972.

FAC (Praia) – Intervenção do Secretário-geral Amílcar Cabral no VI Congresso de l'UPS – Senegal (s/d).

FAC (Praia) – Mensagem de Amílcar Cabral por ocasião da comemoração do aniversário da fundação do partido (19 de Setembro de 1971).

3.1.2. Na Guiné-Bissau

a) Arquivo Sonoro da Radiodifusão Nacional da Guiné-Bissau (RDNGB)

ASRDN (Guiné-Bissau), Mensagem de Ano Novo do Secretário-geral em 1.1.73.

ASRDN (Guiné-Bissau), Registo Histórico de Amílcar Cabral – “Mensagem do Novo Ano – 1968”, proferido pelo Secretário-geral do PAIGC.

ASRDN (Guiné-Bissau), Mensagem de Fim de Ano 70/71, por Amílcar Cabral, Secretário-geral do PAIGC.

ASRDN (Guiné-Bissau), Mensagem do Ano Novo de 1968, proferida pelo Secretário-geral do PAIGC, Amílcar Cabral. (também em crioulo).

ASRDN (Guiné-Bissau), Mensagem do Secretário-geral, Amílcar Cabral por ocasião do Aniversário do Massacre do Pindjiguiti 3 de Agosto de 1971.

ASRDN (Guiné-Bissau), Programa Especial em Crioulo, 20 de Janeiro, dia de dor (Dia de dor) 45 minutos.

ASRDN (Guiné-Bissau), Entrevista de Rafael Barbosa à RDN por ocasião da fundação do PAIGC, 19 de Setembro de 2002.

ASRDN (Guiné-Bissau), Intervenção do Camarada Amílcar Cabral no dia 8 de Março de 1968 (Escola Piloto - Conakry).

ASRDN – Guiné-Bissau – Mensagem de Fim de Ano 70/71, por Amílcar Cabral, Secretário-geral do PAIGC.

3.2. Entrevistas e depoimentos

3.2.1. Na Guiné

Agostinho Sá – Nasceu em Biombo, a 18 de Agosto de 1934. Foi um dos lendários combatentes durante a batalha pelo controlo da Ilha de Como, em Fevereiro de 1964. Depois da independência desempenhou o cargo de fotógrafo oficial da presidência da República no regime de Nino Vieira. Vive actualmente em Bissau.

Arafã Mané – Nasceu em Buba a 29 de Setembro de 1945. Ingressou nas fileiras do PAIGC a 3 de Março de 1961. Foi um dos primeiros quadros que, sob as ordens de Amílcar Cabral, participou na mobilização das populações no sul da Guiné, entre 1961 e 1962 (área de S. João, Bolama e Tite). Depois da independência chegou a ocupar, entre outros, os seguintes cargos: Chefe do Gabinete Militar da Presidência, entre 1975 e 1976, Ministro de Defesa, em 1994, Ministro dos Combatentes da Liberdade da Pátria, em 1996, e Membro do Conselho de Estado em 2001. Morreu, lamentavelmente, em Espanha em 2004, vítima de doença.

Armanda Lopes Cabral e Arminda Lopes Cabral – Nasceram a 19 de Maio de 1927 na povoação do Geba. Vivem ambas em Bissau.

Armando Ramos – Nasceu em Bolama a 28 de Fevereiro de 1936. Foi um dos dinamizadores do movimento de libertação da Guiné, em Conakry. Durante a luta armada foi responsável dos armazéns do povo e, com o advento da independência Comissário de Estado do Comércio e Indústria. Vivia em Bissau e era empresário na altura em que o entrevistámos.

Carlos Correia – Nasceu a 6 de Novembro de 1933. Ocupou várias pastas ministeriais nos diferentes Governos da Guiné-Bissau antes de ser nomeado Primeiro-Ministro por Nino Vieira. Vive em Bissau.

Elisée Turpin – Nasceu em Bissau a 23 de Maio de 1930. É considerado, com Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes e Júlio de Almeida, um dos fundadores, do PAIGC. Nos anos 60 desempenhou ainda as funções de membro de Conselho Legislativo da então Província da Guiné. Reside em Bissau onde é empresário.

Estêvão Tavares – Nasceu em Bissau a 29 de Maio de 1934. Antigo funcionário dos correios encontrava-se reformado quando o entrevistamos em Bissau. Esteve envolvido nas movimentações nacionalistas na Guiné, no Senegal e na Guiné-Conakry. Faleceu vítima de doença em Lisboa em Fevereiro de 2005.

François Kankoila Mendy – Nasceu na Guiné. Foi Secretário-geral do MLG/Dakar nos primórdios dos anos 60, cargo que depois perdeu devido a profundas divergências que enfermavam aquele movimento. Foi sob a sua liderança que se iniciaram os primeiros ataques no norte da Guiné, em 1961. Nos anos 90 com a abertura pluripartidária fixou-se em Bissau onde dirigia, ao tempo em que o entrevistámos, a FLING.

João António Vaz - Nasceu em Gam Pinto (Guiné), a 24 de Novembro de 1923. Antigo alfaiate e empresário.

Joseph Turpin- Nasceu na República da Guiné Conakry. Fez parte dos quadros do PAIGC e um dos colaboradores próximos de Amílcar Cabral. No decurso da luta de libertação foi delegado do PAIGC na Argélia. Depois da Independência desempenhou vários cargos ministeriais. Reside em Bissau.

Rafael Barbosa – Nasceu em Bissau em 1927. Foi um dos principais dirigentes do PAI (GC) na clandestinidade em Bissau até a sua prisão pelas autoridades portuguesas em Março de 1962. Foi várias vezes preso depois da independência da Guiné acusado de alta traição e por várias vezes condenado à morte. Depois da abertura democrática verificada em 1993 chegou a fundar um Partido político. Tinha 78 anos de idade quando o entrevistámos informalmente em Bissau. Faleceu em Dakar, em Janeiro de 2007.

Vitor Robalo – Nasceu em Bissau a 20 de Fevereiro de 1914. Conheceu Cabral nos anos 50 com o qual criou uma forte relação de amizade. Porém, nunca se sentiu motivado em aderir a luta de libertação. Nos anos 60, chegou a integrar, com Elisée Turpin, o Conselho Legislativo da Província. Vive em Bissau.

3.2.2. Em Cabo Verde

Alcídes Brito Évora (Batcha) – Nasceu a 27 de Dezembro de 1940. Trabalhou com Amílcar Cabral em Conakry desde 1968. Integrou, como intérprete uma das Comissões de inquérito criadas na sequência do assassinato de Amílcar Cabral em Conakry, a 20 de Janeiro de 1973. Reside em Cabo Verde.

Ana Maria Cabral – Nasceu em Cantchungo (Guiné) em 1941. Foi a segunda esposa de Amílcar Cabral. Durante a luta armada de libertação nacional trabalhou na escola-piloto em Conakry. É a única testemunha do assassinato de Amílcar Cabral. Depois da independência de Cabo Verde chegou a exercer o cargo de Embaixadora de Cabo Verde na Alemanha Democrática. Quando a entrevistámos na Cidade da Praia, era vice-presidente da Fundação Amílcar Cabral.

Antero Barros – Nasceu a 23 de Fevereiro de 1922 em S. Vicente. Conheceu Amílcar Cabral quando ambos frequentavam a Liceu Gil Eanes no Mindelo. Na altura da entrevista que nos concedeu na Cidade da Praia onde reside, exercia o cargo de Presidente do Comité Olímpico de Cabo Verde.

António Ramos Évora – Natural da Cidade da Praia onde nasceu a 5 de Fevereiro de 1918. Era filho de Avelino Pinhel Évora, irmão de Iva Pinhel Évora. Foi professor durante muitos anos. Actualmente reformado, vive na Cidade da Praia.

Aristides Maria Pereira – Nasceu na ilha da Boavista (Cabo Verde) a 17 de Novembro de 1923. Foi Secretário-geral adjunto do PAIGC e Secretário-geral após o assassinato de Amílcar Cabral. Com o advento da independência de Cabo Verde, a 5 de Julho de 1975, foi eleito primeiro Presidente da República de Cabo Verde. Dirigia a Fundação Amílcar Cabral na Cidade da Praia quando o entrevistámos. Vive reformado da política.

Arnaldo Carlos Vasconcelos França- nasceu na Cidade da Praia em 1925. Foi antigo companheiro de Amílcar Cabral no Liceu de S. Vicente (Mindelo).

Daniel Benoni Resende Costa – Natural da Cidade da Praia (Cabo Verde) em 1936. Ao tempo da entrevista desempenhava as funções de Vereador da Câmara Municipal da Praia.

José André Leitão da Graça – Filho do Tipógrafo Álvaro Leitão da Graça e de Emma Sila Leitão da Graça. Nasceu a 30 de Novembro de 1931 na Cidade da Praia. Foi, com o irmão Aires Leitão da Graça, um dos mais activos dirigentes nacionalistas cabo-verdianos desde os finais dos anos 50, tendo chegado a fundar e a dirigir o UPICV (União do Povo para a Independência de Cabo Verde. Praticamente retirado da vida política, era alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros quando o entrevistámos na Cidade da Praia.

Lina Maria Tavares – Nasceu na Cidade da Praia em 1936. Nos primórdios da década de 60 esteve ligada à Rádio Ghana.

Oswaldo Lopes da Silva – Nasceu na Cidade do Mindelo em 1936. Frequentava o Técnico quando fugiu para a França e depois para o Ghana onde veio a conhecer Cabral em 1961. Estudou na União Soviética com uma Bolsa da União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN) até 1967. Depois daquela data esteve no interior da Guiné onde era comandante de artilharia.

3.2.3. Em Lisboa

Luís Severino de Almeida Cabral – Nasceu em Bissau a 31 de Abril de 1931. Foi Presidente da República da Guiné-Bissau, de 1975 a 1980, tendo sido afastado do cargo através de um golpe de Estado protagonizado por “Nino” Vieira a 14 de Novembro de 1980. Presentemente vive em Lisboa.

4 – Registos Audiovisuais

4.1. Em Portugal

4.1.1. Arquivo audiovisual do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra (CD 25 de Abril)

CD 25 de Abril, Arquivo audiovisual, “A Geração de 60”, Um programa de Diana Andringa/RTP – 31. 1. Programa: As Grandes tempestades/Anos 50/60/1958/1962; 2. Programa: Movimento estudantil (1962-1965); 3. Programa: As grandes tempestades ideológicas; 4 Programa: Maio de 68.

Cd 25 de Abril. Memórias subversivas. Movimento Libertário, n.º 36. Não tem importância.

Cd 25 de Abril. Spínola em “Especial Informação”. TVI (10/04/95), n.º 92.

Cd 25 de Abril. Amílcar Cabral, Lançamento de livro de José Pedro Castanheira 26 de Fevereiro 1996, n.º 97.

Cd 25 de Abril, 20 anos 20 nomes. SIC, 1994, n.º 74.
1 Parte - Álvaro Cunhal

2 Parte - Luís Cabral

4.2. Em Cabo Verde

4.2.1. Arquivo da Radiotelevisão de Cabo Verde (RTCV)

RTCV, *Amílcar Cabral*, um filme de Ana Ramos Lisboa, Continental films, S. A., 2001.

5 – Publicações Periódicas

5.1. Artigos de Jornais e de Revistas

5.1.1. Artigos de Jornais

- “A quem aproveita a morte de Amílcar Cabral?”, *Expresso*, 27 de Janeiro de 1973.
- “Against Tide”, *Newsweek*, LXXI, London, February 19, 1968.
- “Amílcar Cabral e a reafrikanização dos espíritos. Depoimento de Mário de Andrade, *Nô Pintcha*, II, 225, 12 de Setembro de 1976.
- “Amílcar Cabral na Imprensa Britânica”, *Expresso*, 27 Janeiro 1973.
- “Après l’assassinat du leader nationaliste de la Guinée-Bissau à Conakry La Guinée e le Sénégal attribuent au Portugal la responsabilité de la mort d’Amilcar Cabral”, *Le Monde*, Paris, 23 de janvier 1973.
- “Guinee/Cap-Vert”, *Le Point*, septembre 1969.
- “Guinée-Bissau. M. Cabral critique violemment la visite du Président Banda au Mozambique”, *Le Progrès*, n. ° 627, Paris, 23 septembre 1971.
- “Lanzacohetes tienen patriotas de Guinea”, *La Nación*, Santiago (Chile), 29 de Janeiro de 1972.
- “Le frère d’Amilcar Cabral confirme que celui-ci a été assassiné par de faux déserteurs africains de l’armée portugaise”, *Le Monde*, Paris, 31 janvier 1973.
- “Lembranças de Iva Évora, mãe de Amílcar Cabral”, *Nô Pintcha*, n.º 225, II, de 12 de Setembro de 1976.
- “Líder carismático do nacionalismo”, *Diário de Notícias*, 20 de Janeiro de 2003.
- “Morreu a mãe de Amílcar Cabral”, *Nô Pintcha*, n.º 356, 13 de Agosto de 1977.
- “Na Guiné: prejuízos de mais de 200 contos num ataque de terroristas”, *Diário da Manhã*, 30 de Janeiro de 1963.
- “Nino: o seu poder começou com o assassinio de Amílcar Cabral”, *Ponto*, 4 de Dezembro de 1980.
- “Nota Internacional: Na fronteira da Guiné”, *Diário da Manhã*, 26 de Janeiro de 1963.

“O primeiro de Dezembro no Liceu”, *Notícias de Cabo Verde*, n.º 219, Ano XII, Mindelo, 5 de Dezembro de 1942.

“Os anos portugueses de Amílcar Cabral”, *Público*, 20 de Janeiro de 1993.

“PAIGC-Libertação. *Unidade e Luta*”, n.º 126, órgão do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, Maio 1972.

“Pensamos que a luta ia ser muito mais longa”, in *Diário de Notícias*, 10 Setembro 2000.

“Por detrás de Amílcar Cabral ergue-se a figura sinistra de um diplomata soviético”, *Arauto da Guiné Portuguesa*, Quarta-feira 9 de Agosto de 1961.

“Portugal e a ONU”, *O Século ilustrado*, 13 de Agosto de 1971.

“Portugal: Dead or Alive”, *Newsweek*, London, September 30, 1963

“Portuguese Guinea”, *The Times*, London, May 23, 1968.

“Resoluções”, ed. *Avante*, 1953.

“Succédant a Amilcar Cabral M. Vitorio Monteiro prend la direction du mouvement nationaliste de la Guinée-Bissau”, *Le Monde*, Paris, 26 janvier 1973.

“The making of a guerrilla”, *Newsweek*, London, March 1970.

“Um comunista português na Guiné- Libertada (Reportagem de um correspondente de Rádio Portugal Livre), 2ª, edição, Edições «Avante», s.d. e s.l.

“Un monde nous sépare de mr. Salazar!”, *Unité Africaine*, n.º 41, Dakar, 17 de avril 1963.

“Une Heure avec M. Amílcar Cabral l’un des pionniers du nationalisme dans les colonies portugaise. Nous attendons de l’ONU qu’elle fasse respecter la loi Internationale qui condamne le colonialisme”, *La Nation Africaine*, Casablanca, 15/9/62.

AFP Bulletin, n.º 8003, 23 de janvier 1973.

CABRAL, Juvenal, “Os pretos-patriotas”, *Notícias de Cabo Verde*, n.º 127, Ano V, S. Vicente, 15 de Fevereiro de 1936.

CABRAL, Juvenal, “Réclames para... Inglês ver”, *Notícias de Cabo Verde*, 1 de Abril de 1938.

CABRAL, Vasco, “A acção do líder no Congresso de Cassacá”, *Nô Pintcha*, 3 de Novembro de 1984.

CUNHAL, Álvaro (Duarte), “Informe Político do Secretariado do Comité Central ao I Congresso Ilegal do partido Comunista Português”, *Avante*, 1944.

DAVIDSON, Basil, “Dans les maquis de Guinée-Bissau”, *Le Monde Diplomatique*, Fevrier, 1973.

DELGADO, Manuel, “Para além da Omissão: Um livro de quem sabe para gente que quer esquecer”, *Expresso*, edição 1490, 22 de Maio de 2001. DAVIDSON, John Biggs,

“Portuguese Guinea”, *The Times*, Thursday, May 23, 1968.

El Universo, Ecuador, de 29 de Noviembre de 1964.

ENNES, Sousa, “Vistos de Bissau não passam de Charlatães”, *Diário da Manhã*, 21 de Setembro de 1962.

ÉVORA, Alcides Brito (Batcha), “Ninguém mandou matar Amílcar Cabral!”, *O Correo do Imigrante*, 15 de Abril de 1997.

FELGAS, Hélio, A Guiné Portuguesa, Revista Militar, n.º 10, Dezembro de 1963.

HERBERT, Nelson, “Quem mandou matar Amílcar Cabral”, *A semana*, n.º 241, Ano V, Praia, 1996.

LARA, Lúcio, “Era respeitado pelos próprios inimigos”, *Nô Pintcha*, n.º 11153, Ano IX, de Dezembro de 1984.

Libertação, n.º 2, órgão do PAIGC, Conakry, Janeiro de 1961.

LOBATO, Serafim, “Líder carismático do nacionalismo”, in *Diário de Notícias*, 20 de Janeiro de 2003.

MARCELINA, Valentina, “Arquitecto de Brasília Faz monumento a Amilcar Cabral”, *Expresso*, n.º 1255, 16 de Novembro de 1996.

MCCOLLESTER, Charles, “The Political Thought of Amílcar Cabral”, *Monthly Review*, XXIV, 10, March 1973.

MIRANDA, Augusto, “A crise Alimentícia”, *Notícias de Cabo Verde*, n.º 195, Ano IX, S. Vicente, 25 de Novembro de 1940.

MIRANDA, Augusto, “Guiné terra de futuro. Entrevista sobre o progresso e as possibilidades da primeira Colónia do Império e as relações com o nosso Arquipélago”, *Notícias de Cabo Verde*, n.º 247, Ano XV, S. Vicente, 4 de Março de 1948.

NIEDERGAN, Marcel, “Un Diplomate Combattant”, *Le Monde*, Paris, 23 janvier 1973.

ORTEGA N., Osvaldo, “Descaro de Ultramar”, *Diario de la tarde*, la Habana, 20 de Julio de 1965.

PAIGC-Libertação. «Unidade e Luta», n.º 126, órgão do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, Maio 1972.

PEREIRA, Aristides, “Negociar só com Lisboa”, *Diário de Notícias*, 10 de Setembro de 2000.

PEREIRA, Aristides, “Pensamos que a luta ia ser muito mais longa”, *Diário de Notícias*, 10 Setembro 2000.

Uma entrevista inédita de António de Spínola: Amílcar Cabral propôs-se ir a Bissau para se encontrar comigo e com Marcelo Caetano”, *Público*, 14 de Agosto 1996.

VIEYRA, Justin, “Amílcar Cabral, liberté pour 350.000 Guinéens”, *Jeune Afrique*, n.º 230, 2, Paris, may 1965.

ZIEGLER, Jean, “Avec les maquisards de Guinée-Bissau”, *Le Dossier de la Semaine, Le Nouvel Observateur*, Paris, 1974.

“Africa’s ‘Freedom Fighters’”, *Newsweek*, London, February 5, 1973.

ARAÚJO, Adriano, “A situação na Guiné”, *Portugal Democrático*, VII, Dezembro de 1962.

GUINÉ-BISSAU. Subcomissariado de Estado de Informação e Turismo, “A Batalha de Como e o Congresso de Cassaca”, *Nô Pintcha*, n.º 6, Ano I, Abril de 1975.

GUINÉ-BISSAU. Subcomissariado de Estado e Informação, “A batalha de Como exemplo vivo da resistência e tenacidade das nossas mulheres durante a luta de Libertação Nacional”, *Nô Pintcha*, n.º 60, Ano I, Agosto de 1975.

MENDY, Peter Karibe, “A economia colonial da Guiné-Bissau: "nacionalização" e exploração, 1915-1959, Soranda: revista de estudos Guineenses - n.º 9, Janeiro de 1990.

5.1.2. Artigos de revistas e boletins

“A caminho para a unidade efectiva e fraternal dos jovens portugueses e das juventudes das colónias portuguesas. Carta aos jovens coloniais de Lisboa, Outubro de 1953”, *Vértice*, n.º 72, Lisboa, Maio-Junho de 1996.

“Amílcar Cabral: Frente al ultracolonialismo português”, *Pensamiento Critico*, vol. 36, Habana (Cuba). Habana, Centro de Estudios Latino-americanos, 1967-1971, Enero 1970.

“Amilcar Cabral – falls to terrorism”, *Africa Institute Bulletin of South Africa*, XI, 2, Pretória, 1973.

“Amilcar Cabral juge le Portugal”, *Africasia*, n.º 53, Paris, du 15 au 28 novembre 1971.

- “Cabral is Assassinated by Portuguese Agents”, *African World*, February 3, 1973.
- “Colonialismo: Un Vietnam en tierra Africana”, *Revista 7 Días*, n.º 700, Lima (Peru), 26 de Noviembre de 1971.
- “Contra a guerra colonial: mensagem de Amílcar Cabral ao povo da Guiné e de Cabo Verde”, *Boletim da FPLN*, 15 de Agosto de 1965.
- “Guerre et Paix en Guinée-Bissau: Naissance d’une nation”, *Afrique-Asie* (spécial), n.º 66, II, XLVIII, Paris, septembre/octobre 1974.
- “Guinée «portugaise»: entretien avec Amilcar Cabral. Un tiers d’indépendance”, par Dominique Desanti, *Jeune Afrique*, n.º 185-25, Paris, 25 mai 1964.
- “Guinée Portugaise et Cap-Vert”, *Année Africaine*, Paris, Éditions A. Pedone, 1965.
- “Hora di Bai de Manuel Ferreira: análise e comentário”, *Raízes* [Cabo Verde], n.º 17/20, Ano 5, Janeiro a Dezembro, 1981.
- “L’assassinat d’Amílcar Cabral”, *Afrique-Asie*, Paris, February 5-18, 1975.
- “La verdad sobre la conspiración para asesinar a Amílcar Cabral”, por José Aurélio Silva, n.º 5, Año 2, Ediciones – PAIGC Buenos Aires, [1974].
- “Les étudiant Noire parlent”, *Présence Africaine*, Paris, 1953, numéro spécial, n.º 14.
- “Liberating Portuguese Guinea from Within”, *The New African*, 4 (4), London, June 1965.
- “Liberation of Goa and portuguese Africa”, *Africa Quarterly*, volume 1, number 3, New Dheli: Indian Council for Cultural Relations, 1961-62.
- “Nous ne sommes pas les mendiants de la liberté”, Editions de Simon Mallev, *Jeune Afrique*, n.º 66, Paris, 23 septembre 1974.
- “Proclamation of Independence of the Republic of Guinea-Bissau”, Congressional Record – House, Octobre 18, 1973.
- “Qu’en dites vous M. Senghor?”, *Jeune Afrique*, n.º 133, Paris, 6-12 mai 1963.
- “Qu’est-ce que le «lusotropicalisme»”, par Buanga Fele, *Présence Africaine*, nouvelle série, n.º 4, Paris, octobre-novembre, 1955.
- “Um gesto espontâneo”, in “O Fulgor e a esperança de uma nova idade”, 2ª edição, *Clareidade*, Linda-A-Velha, Revista de Artes e Letras, 1986.
- “Une Analyse Prophétique d’Amilcar Cabral. Spínola: une politique de Sourire et de sang”, *Afrique-Asie*, n.º 53, Paris, du 1 au 14 avril, 1974.

“Why the Portuguese can’t win the war in Guiné”. Interview with Amílcar Cabral to the: *Anti-Apartheid News* (U.K.), n.º 1473, December 1971/January [3], 1972.

ADI, Hakim, “Pan-africanism and west African Nationalism in Britain”, *African Studies Review*, vol. 43, number 1, African Studies Association, April 2000.

Agros, n.º 4, Ano XIII, edição e propriedade da Associação dos Estudantes de Agronomia, número especial dedicado ao Ultramar, Lisboa, 1959.

ANDELMAN, David A., “Profile: Amílcar Cabral. Pragmatic Revolutionary shows how an African Guerrilla war can be Successful”, *Africa Report*, vol. 15, n.º 5, New York, The African-American Institute, May 1970.

ANDERSSON, Stig, “Portugal och USA”, *Tiden*, Sextiofjärde årgang, Tidskrift för socialistisk kritik och politik, 1976.

ANDRADE, F. J. H. Rebelo de, “A acção das Forças Armadas na Guiné Portuguesa”, *Ultramar*, vol. 7, n.º 4, Lisboa, 1968.

ANDRADE, Mário de e FRANÇA, Arnaldo, “A Cultura na problemática da Libertação Nacional e do Desenvolvimento, à Luz do pensamento Político de Amílcar Cabral”, *Raízes* [Cabo Verde], n.º 1, ano I, Janeiro/Abril 1977.

ANDRADE, Mário de, “Amilcar Cabral et la Guerre du Peuple”, *Afrique-Asie*, n.º 66, 23, Paris, septembre 1974.

ARRIGHI, Giovanni and, SAUL, John S., “Socialism and Economic Development in tropical Africa”, *The Journal of Modern African Studies*, 6, 2(1968).

ATALAYA, Nzungola, “Amílcar Cabral and the Theory of the National Liberation Struggle”, *Latin American Perspectives*, volume 11, n.º 2, Issue 41, London, Spring 1984.

BARATA, Aureliano, “O lançamento de um Estado moderno. As reformas administrativas e judiciais do Liberalismo português”. Parte IX, in *Brigantia, Revista de Cultura*, vols. IX, n.º 3 e 4, Julho-Dezembro, 1990.

BARATA, Manuel Themudo, “Le Portugal et les conflits de la décolonisation: 1961-1974”, *Guerres mondiales et conflits contemporaines*, vol. 45, n.º178, Paris, 1995.

BARBAGELATI, N. e RODRIGUEZ, A., “Estrutura familiar e Identidade” in “La familia”, *Documentación Social, Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*, n.º 98, Madrid, Cáritas Española, Enero-Marzo de 1995.

BENOT, Yves (translated by Nzungola-Ntalaia), “Amilcar Cabral and the International Class Movement”, *Latin American Perspective*, volume 11, number 2, issue 41, London, Spring 1984.

BENTON, Lauren and MUTH, John, "On Cultural Hybridity: Interpreting Colonial Authority and Performance", *Journal of Colonialism and Colonial History*, 1, 1, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2000.

BERNETEL, Paul, "Cabral: quelles complicités?", *Jeune Afrique*, n° 634, Paris, 3 mars 1973.

BESSIS, Sophie, "Qui a Tué Amílcar Cabral?", *Jeune Afrique*, Paris, 16 novembre 1983.

BIENEN, Henry, "State and Revolution: the work of Amílcar Cabral", *The Journal of Modern African Studies*, volume 15, n. ° 4, London, Cambridge University Press, 1972.

BIGGS-DAVIDSON, John, "The current situation in Portuguese Guinea", *African Affairs*, vol. 70, n.° 281, London, Journal of the Royal African Society, October 1971.

BLACKKEY, Robert, "Fanon and Cabral: a contrast in theories of revolution for Africa", *The Journal of Modern African Studies*, 12, 2, London, Cambridge University Press, 1974.

BLOCKEL, Alain, "Amílcar Cabral. Marxiste Africain", *Ethiopiennes*, n.° 5, Dakar, janvier 1979.

Boletim "Acção Revolucionária", n.° 1, Novembro de 1964.

BONZON, Suzanne, "Guinée Bissau", *Année Africaine*, Paris, Édition A. Pedone, 1964

BOUGI, A.C. Bougi et WILLIAMS, J. C., "La pensée politique de Frantz Fanon", *Présence Africaine*, n. ° 88, 4. ° Trimestre, Paris, 1973.

BRAGANÇA, Aquino de, "L'assassinat de Cabral", *Afrique-Asie*, Paris, XXIV, February 19-March 4, 1973.

BRAUNDI, Emile R., "Neocolonialism and the Class struggle", *The International Socialist Journal*, number 1, Year 1, Rome, January/February 1964.

BRIDIER, Manuel, "Colonial Revolution and the French Left", *The International Socialist Journal*, number 26-27, Year 5, Rome, July 1968.

BRIDIER, Manuel, "Notes on the imperialist Counter-offensive", *The International Socialist Journal*, number 22, Year 4, Rome, August 1967.

BUIJTENHUIJS, Robert, "People's war in Africa: the quest for «Movements of maturity»", *Africa* 59, 3, 1989.

CABRAL, Amílcar, "Portugals kris", *Tiden*, Sextiofjärde ärgang, Tidskrift för socialtisk kritik och politik, 1976.

CABRAL, A., “Guinée et Cap Vert face au colonialisme portugais”, *Partisans*, n.º 7, Paris, François Maspero, novembre-décembre 1962.

CABRAL, Amílcar, “A report to our friends”, *Africa Today*, volume 20, n.º 1, Washington DC, winter 1973.

CABRAL, Amílcar, “A via do progresso da Humanidade”, *Revista Problemas da Paz e do Socialismo*, n.º II, Rio de Janeiro, 1967.

CABRAL, Amílcar, “Acerca da utilização da terra na África Negra”, *BCGP*, vol. 9, n.º 34, Abril de 1954.

CABRAL, Amílcar, “Algumas considerações acêrca das chuvas”, *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 1, Ano I, Praia, 1 de Outubro de 1949.

CABRAL, Amílcar, “Apontamentos sobre a poesia caboverdiana”, *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 28, Ano III, Praia, Janeiro 1952.

CABRAL, Amílcar, “Baseemos a nossa luta nas realidades concretas do nosso país”, in *O Militante*, n.º 2, 1977.

CABRAL, Amílcar, “Em Defesa da terra”, *Cabo Verde Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 2, Ano I, Praia, 1 de Novembro de 1949.

CABRAL, Amílcar, “Fifty year of the struggle for National Liberation”, *The Socialist Thought and Practice*, n.º 51, Beograd, March-April, 1973.

CABRAL, Amílcar, “Frente al ultra colonialismo portugues”, *Pensamiento Crítico*, vol. 36, (Havana, Cuba), Centro de Estudios Latinoamericanos, 1967-1971, January 1970.

CABRAL, Amílcar, “Guinea: el poder de las armas”, *Tricontinental*, Havana, Tierra de Ideas, 12 Marzo-Juño, 1969.

CABRAL, Amílcar, “In Guinea (Bissau) and the Cape Verde Islands... Support for the People’s Legitimate Aspirations to Freedom, Independence and Progress”, *Objective Justice*, 5, New York, 1973.

CABRAL, Amílcar, “La lutte en Guinée”, *Revue Internationale du Socialisme*, 4, Milan, 1964.

CABRAL, Amílcar, “Optimistic Fighter”, *Tricontinental*, Habana, June – October 1970.

CABRAL, Amílcar, “Our people are our mountain’s”, by William J. Pomery, *World Magazine*, 4, December 1971.

CABRAL, Amílcar, “Para o conhecimento do problema da erosão do solo na Guiné”, *BCGP*, volume IX, n.º 33, Bissau, Janeiro de 1954.

CABRAL, Amílcar, “Queimadas e Pousios na circunscrição de Fulacunda em 1953”, *BCGP*, volume IX, n.º 35, Bissau, Julho de 1954.

CABRAL, Amílcar, “Recenseamento agrícola da Guiné. Estimativa em 1953”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. 9, n.º 43, Bissau, Abril de 1954.

CABRAL, Amílcar, “Regresso”, *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 2, Ano I, Praia, 1 de Novembro de 1949.

CABRAL, Amílcar, “Text of an address by Amilcar Cabral”, *IFCO News*, V. 3:5, New York, Interreligions Foundation for Community Organization, Inc., November – December, 1972.

CABRAL, Luís, “Da formação do partido à Proclamação do Estado”, *Nô Pintcha*, II, 228, de 19 de Setembro de 1976.

CABRAL, Maria Helena e CABRAL, Amílcar Lopes, “Breves notas acerca da razão de ser, Objectivos e Processo de Execução do Recenseamento Agrícola da Guiné”, *BCGP*, volume IX., n.º 33, Bissau, Janeiro de 1954.

CARDOSO, Renato, “Estado e desenvolvimento em África”, *Economia e socialismo*, n.º 71, Março de 1987.

CASTANHEIRA, José Pedro, “Amilcar Cabral dos solos e dos sonhos”, *Combate*, n.º 162, Fevereiro de 1993.

CASTANHEIRA, José Pedro, “Rito Alcântara ‘Monsieur’ Cruz Vermelha”, *Revista do Expresso*, 15 de Outubro de 2002.

CASTELO, Cláudia Orvalho, “A Casa dos Estudantes contra o Império”, *Publico Magazine*, n.º 272, 28 de Maio de 1995.

CERVELLÓ, Joseph Sánchez, “La inviabilidad de una Victoria portuguesa en la Guerra Colonial: el caso de Guinea-Bissau”, *Hispania*, n.º 173, XLIX, Revista española de História, Universidad Complutense de Madrid, 1989.

CHABAL, Patrick Chabal, “The social and political thought of Amílcar Cabral: a reassessment”, *The Journal of Modern African Studies*, 19, 1, London, Cambridge University Press, 1981.

CHALIAND, Gérard et MINCES, Juliette, “L’Afrique et la Guinée”, *Partisans*, Paris, 5, juillet-août, François Maspero, 1962.

CHALIAND, Gérard, “Amilcar Cabral”, *Internacional Journal of Politics*, vol. VII, n.º 4, New York, winter, 1977-78.

CHARLES, Bernard, “Le Socialisme Africain. Mythes et réalités”, *Revue Française de Science Politique*, vol. XV, n.º 5, Paris, octobre 1965.

CHILCOTE, Ronal H., "Amilcar Cabral: a Bio-bibliography of His life and Thought, 1925-1973", *Africana Journal*, V, 4, New York, 1974.

CHILCOTE, Ronald H. "Salazar's Portugal Anniversary on thin Ice", *The Nation*, New York, May 30, 1966.

CHILCOTE, Ronald H., "Guinea-Bissau's Struggle: Past and present", *Africa Today*, volume 24, n.º 1, New York, 1977.

CHILCOTE, Ronald H., "Struggle in Guinea-Bissau", *Africa Today*, vol. 21, New York, winter 1974.

CRIMI, Bruno, "Les assassins de Amilcar Cabral", *Jeune Afrique*, n.º 630, Paris, 3 Février 1973.

CROWLEY, Eve L., "Regional Spirit Shrines and Ethnic Relations in Guinea-Bissau", *Africana Journal*, vol. XVII, a Bibliographic Library guide and Review Forum, Edited by David E. Gardinier, Africana publishing Company, 1998.

CRUZ, Luís Fernando Dias Correia da, "Alguns Aspectos da subversão na Província Portuguesa da Guiné", *Ultramar*, n.º 32, Ano VIII, Lisboa, 1968.

DAVIDSON, Basil, "Arms and the Portuguese: What kinds of aid Does Portugal get from its NATO allies, and what is its role in the colonial wars?", *Africa Report*, vol. 15, n.º 5, New York, The African-American Institute, May 1970.

DAVIDSON, Basil, "On Revolutionary Nationalism. The legacy of Amílcar Cabral", *The Latin-American Perspectives*, volume II, number 2, Issue 41, London, Spring 1984.

DAVIDSON, Basil, "Prologue IV. Difficulties, Not Disillusionment", *Africa Report*, volume 12, n.º 9, New York, The African-American Institute, December 1967.

DAVIDSON, John Biggs, "The current situation in Portuguese Guinea", *African Affairs*, vol. 70, n.º 281, Journal of the Royal African Society, October 1971.

DESSART, Francis, "Amílcar Cabral martyr de la liberté", *Remarques Africaines*, Bruxelles, 1 au 15 fevriér 1973.

DETTMAN, Paul R., "Leaders and structures in third world politics. Contrasting Approaches to legitimacy", *Comparative Politics*, vol. 6, number 2, New York, University of New York, January 1974.

DHADA, Mustafah, "Guinea-Bissau's Diplomacy and Liberation Struggle", *Portuguese Studies Review*, 4, 1, Ontario, Trent University, 1995.

DHADA, Mustafah, "Liberation War in Guinea-Bissau reconsidered", *The Journal of Military History*, 62, 3, Lexington, Society for Military History, July 1998.

DIAMOND, Larry, "Class Formation in the Swollen African State", *The Journal of Modern African Studies*, 4, 25, London, Cambridge University Press, 1987.

DOBERT, Margarita, "Liberation and the Women of Guinea under Sekou Toure's rule his most ardent group of supports has found a dual emancipation?", *Africa Report*, vol. 15, n.º 7, New York, The African-American Institute, Octobre 1970.

DODSON, James M., "Dynamics of insurgency in Mozambique", *Africa Report*, vol. 12, n.º 8, New York, The African-American Institute, November 1967.

DUARTE, António, "Retrato do fundador do PAIGC. Amílcar Cabral visto pela viúva", *História*, n.º 61, Lisboa, Novembro 1983.

DUARTE, Manuel, "Breves notas sobre a literatura caboverdeana", *Raízes* [Cabo Verde], n.º 21, Ano 8, Junho, 1984.

FARGUES, G., "Guinée-Bissao et Cap-Vert", *Année Africaine*, Paris, Édition A. Pe-done, 1970.

FERREIRA, Eduardo de Sousa, "Amílcar Cabral: Theory of Revolution and Background to His Assassination", *Ufahamu*, III, 3, African Studies Center University of California, winter 1973.

FLAQUER, Lluís, "Las funciones sociales de la familia", in "La Familia". *Documentación Social, Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*, n.º 98, Madrid, Cáritas Española, Enero-Marzo 1995.

FOQUET, David and DIAMOND, Robert A., "Portugal and the United States: Atlântic islands and European strategy as pawns in African wars", *Africa Report*, vol. 15, n.º 5, New York, The African-American Institute, May 1970.

FOREST, Joshua B., "State and Peasantry in Contemporary Africa: The case of Guinea-Bissau", *Africana Journal*, vol. XVII, A Bibliographic Library guide and Review Forum, Edited by David E. Gardinier, Africana publishing Company, 1998.

GALLI, Rosemary E. "The political economy of Guinea-Bissau: Second Thoughts", *Africa* 59, (3), 1989.

GAWER, John W., "Little chance", *Diplomatic History*, vol. 21, n.º 1, Colorado, University of Colorado, Winter 1997.

GINOLA, Frene, "Liberating Portuguese Guinea from Within", *The New African*, 4, 4, London, June 1965,

GLEIJESES, Piero, "The First Embassadors: Cuba's contribution to Guinea-Bissau's war of Independence", *Journal of Latin-American Studies*, vol. 29, n.º 1, London, Cambridge University Press, February 1997.

GREEN, Reginald Herbold, "Teorias e ideologias de desenvolvimento: algumas reflexões sobre orientação, objecto e método", in *Revista Internacional de Estudos Africanos e Asiáticos*, 12-13, 1990.

HANCE, William A. "Three economies", *Africa Report*, vol. 12, n.º 8, New York, The African-American Institute, November 1967.

HEIMER, Franz-Wilhelm, "Obras em Língua alemã sobre a África de língua oficial portuguesa. A colheita dos primeiros anos oitenta", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 2, Centro dos Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1984.

HENRIKSEN, T. H., "People's war in Angola, Mozambique, and Guinea-Bissau", *Journal of Modern African Studies*, 14, 3, London, Cambridge University Press, 1976.

HOSKINS, Linus A., "Book reviews: Review article: Colonialism and the Struggle for Independence: A case Study of Guinea-Bissau, Mauritius, Namibia and Gabon", *A Current bibliography on African Affairs*, vol. 24, 2, 1992-1993.

HUBBARD, Martinez L., "Culture and History in a Revolutionary Context: Approches to Amilcar Cabral" *Ufahamu*, III, 3, African Studies Center University of California, winter 1973.

ISHAMO, Shubil, "Tributes to Mwalimu J. K. Nyerere", *Review of African Political Economy*, vol. 27, issue 28, London, Mars 2000.

JONES, Rhett, "Place, politics and the performing arts in the African Diaspora", *Western Journal of Blacks Studies*, vol. 24, issue 2, Summer 2000.

KITCHEN, Helen, "Conversation with Eduardo Mondlane", *Africa Report*, vol. 12, n.º 8, New York, The African-American Institute, November 1967.

KOFI, Tetteh A., "Prospects and problems of the transition from agrarianism to socialism: the case of Angola, Guinea-Bissau and Mozambique", *World Development*, 9, 9-10, Montreal, Department of Geography, McGill University, 1981.

LEDDA, Romano, "Social Classes and political struggle", *The International Socialist Journal*, number 22, Year 4, Rome, August 1967.

LEGUM, Colin, "prologue: III. Africa on the Rebound", *Africa Report*, vol. 12, n.º 9, New York, The African-American Institute, December 1967.

LESS-DIA, Nam, "Après une indépendance", *Jeune Afrique*, n.º 660, Paris, 1^{er} septembre 1973.

LEVINE, Victor T., "Independent Africa in trouble", *Africa Report*, vol. 12, n.º 9, New York, The African-American Institute, December 1967.

LIPINSKA, Suzanne, “Deux semaines dans le maquis de la Guinée-Bissao”, *Africasia*, Paris, 25, n.º 16-18, May 1970.

LOFCHIE, Michael, “Party conflict in Zanzibar”, *The Journal of Modern African Studies*, vol. 1, number 2, London, Cambridge University Press, 1963.

LOPES, Carlos, “As dominantes teóricas no pensamento de Cabral”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 2, Lisboa, 1984.

LUKE, Timothy W., “Cabral’s Marxism: An African Strategy for Socialism Development”, *Studies in Comparative Communism*, XIV, n.º 4, Los Angeles, 1981.

M. Amílcar Cabral, Secrétaire Générale du PAIGC (Parti Africain d’Indépendance de Guinée et Cap Vert) a visite la Finlande le 19-22 octobre 1971.

MACQUEEN, Norrie, “Portugal’s first domino: Pluricontinentalism and colonial war in Guinea-Bissau. 1963-1974”, *Contemporary European History*, vol. 8, n.º 2, Cambridge, July 1999.

MADEIRA, João, “O PCP e a Questão Colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957), in *Estudos do Século XX*, n.º 3, Coimbra, Quarteto, 2003.

MALIK, Harsimran, “Seminar on Portuguese Colonies”, *Africa Quarterly*, volume 1, number 3, New Delhi: Indian Council for Cultural Relations, 1961-62.

MARCUM, John, “The three Revolutions”, *Africa Report*, vol. 12, n.º 8, New York, The African-American Institute, November 1967.

MENDY, Peter Karibe, “Amílcar Cabral in Colonial Guinea-Bissau. Context, chalanges and conquest”, (Conference in Commemoration of Amílcar Cabral, Cape verdean Progressive Club), July 6, 2002, East Providence, RI (<http://www.rihphc.state.ri.us/>).

MILLER, Robert A., “Élite formation in Africa: Class, Culture, and Coherence”, *The Journal of Modern African Studies*, 12, 4, London, Cambridge University Press, 1974.

MILLICENT, E. M., “Fugindo à Guerra e a Repressão. Quarenta mil refugiados da Guiné Portuguesa foram Acolhidos no Senegal”, Lisboa, CIDAC, 1965.

MOSER, Gerald, “Amílcar Cabral, poeta”, *Raízes* [Cabo Verde], n.ºs 17/20, Ano 5, Janeiro e Dezembro de 1981.

MOTA, A. Teixeira da, “O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. História e perspectivas”, *BCGP*, volume X, n.º 40, Bissau, Outubro de 1955.

NESVOLD, Betty A., “Scalogram analysis of political violence”, *Comparative Political Studies*, vol. 2, number 2, California, A quarterly Journal, Sage publications/Beverly Hills, July 1969.

NETO, Sérgio, “Cabo-verdianidade e luso-tropicalismo. Duas visões de Cabo Verde em tempos de Estado Novo”, in *Estudos do Século XX*, n.º 3, Coimbra, Quarteto, 2003.

NWORAH, Dike, “Nationalism versus Coexistence: Neo-African Attitudes to Classical Neutralism”, *The Journal of Modern African Studies*, 15, 2, London, Cambridge University Press, 1977.

NKEMDIRIM, Bernard A., “Reflections on Political Conflict, Rebellion, and Revolution in Africa”, *The Journal of Modern African Studies*, vol. 15, n.º 1, London, Cambridge University Press, Mars, 1977.

PÉLISSIER, René, “Conséquences Démographique des Révoltes en Afrique Portugaise (1961-1970). Essai d'interprétation”, *Revue Française d' Histoire d'Outre-Mer*, vol. LXI, n.º 222, Paris, 1974.

PÉLISSIER, René, “Guinée-Bissau: Après le deuxième Congrès du PAIGC”, *Actualités*, Revue française d' Études Politiques Africaines, Paris, 1979.

PEREIRA, Carlos Lopes, “Aspectos do proto-nacionalismo crioulo. Ideias e movimentos de cabo-verdianos durante a 1ª República portuguesa”, *Tribuna/história*, n.º 41 (73), Ano VI – II série, Praia, 16 a 31 de Maio de 1990.

PEREIRA, Carlos Lopes, “Intelectuais caboverdeanos no movimento pan-africanista, in “Aspectos do protonacionalismo crioulo. Ideias e movimentos de cabo-verdeanos durante a 1.ª República Portuguesa”, *Tribuna/História*, Praia, n.º 41, Ano VI – II Série (73), 16 a 31 de Maio de 1990.

PONCET, Jean, “Vers une nouvelle structuration de l'agriculture en Algérie”, *La Pensée*, n.º 113, Toulouse, Février 1964.

POWEL, Mike, “A tribute to Amílcar Cabral”, *Review of African Political Economy*, n.º 58, London, Merlin Press, November 1993.

REJAI, Mostafa, “Toward the comparative study of political decision-makers”, *Comparative Political Studies*, vol. 2, number 3, A quartely journal, University of Washington, Octobre 1969.

ROBINSON, Cedric J., “Amílcar Cabral and the dialectic of portuguese colonialism”, *Radical América*, vol. 15, n.º 3, Somerville, May-June 1981.

RUDEBECK, Lars, “Reading Cabral in 1993”, in “A tribute to Amílcar Cabral”, *Review of African Political Economy*, n.º 58, November 1993.

SAHADEO, Jeff, “Sahadeo on Osterhammel”, *Journal of Colonialism and colonial History*, 2:1, Baltimore, The John Hopkins University Press, 2001.

SAMUELS, Michael A. and HAYKIN, Stephen M., “The Anderson Plan: na American Attempt to seduce Portugal out of Africa”, *Orbis*, 23, 3, Philadelphia, 1970.

SAMUELS, Michael, “The new look in Angolan Education”, *Africa Report*, vol. 12, n.º 8, New York, The African-American Institute, November 1967.

Seara Nova, Suplemento ao n.º 948, Ano XXV, Lisboa, 13 de Outubro de 1945.

SENGHOR, L., “Négritude et civilisation de l’universel”, *Présence Africaine*, 46, Paris, 1963.

SENGHOR, Leopold Sedar, “Negritude and the Germans”, *Africa Report*, vol. 12, n.º 4, New York, The African-American Institute, February 1967.

SHENG, Michael, “Marxism? Nationalism? Or Patriotism?”, *Diplomatic History*, vol. 21, n.º 4, Fall 1997.

SINGH, Dinesh, “Portuguese Africa”, *Africa Quarterly*, volume 1, number 3, New Dheli: Indian Council for Cultural Relations, 1961-62.

SKURNIK, A. E., “Ghana and Guinea, 1966 – A case study in Inter-African Relations”, *The Journal of Modern African Studies*, 5, 3, London, Cambridge University Press, 1967.

SOUSA, Julião Soares, “MPLA: da Fundação ao Reconhecimento por parte da OUA”, *Latitudes, Cahiers Lusophones*, n.º 28, Paris, 2006.

SOUSA, Julião Soares, “Os movimentos de libertação face à perspectiva de uma Revolução em Portugal ainda nos anos 60”. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, 2006 (<http://www.uc.pt/cd25a>).

SOUSA, Julião Soares, “Os movimentos unitários anticolonialistas (1945-1960). O contributo de Amílcar Cabral”, in *Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais, Estudos do Século XX*, n.º 3, Coimbra, Quarteto, 2003.

SOUSA, Julião Soares, “Subsídios para o estudo das relações entre Senghor e o PAIGC no contexto da luta pela independência da Guiné e Cabo Verde”, Universidade de Évora (no prelo).

SREBERNY-MOHAMUADI, Annabelle and BELIK, Helio, “The UN as international communication: Portuguese broadcasting to Lusophone Africa”, *Gazette International Journal of the Science of the Press*, vol. 45-46, Leiden, 1990.

The Liberian Official Gazette, vol. L, n.º 1, published by Authority, January 30, 1973.

TORGAL, Luís Reis, “«Muitas Raças, uma Nação». O Mito do Multiculturalismo no Portugal Salazarista”, in *Estudos do Século XX*, n.º 2, Coimbra, Quarteto, 2002.

VIGNES, Jacques, “Comme une lame d’acier...”, in “Guerre et paix en Guinée-Bissau. Naissance d’une Nation”, special *Afrique-Asie*, XIII, n.º 66, Paris, 23 septembre 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel, “Ghana as a model”, *Africa Report*, vol. 12, n.º 5, New York, The African-American Institute, May 1967.

WHEELER, Douglas, “Reflections on Angola”, *Africa Report*, vol. 12, n.º 8, New York, The African-American Institute, November 1967.

WHITAKER, Paul M., “Arms and the nationalists where and on what terms do they obtain their support and how important is external aid to their revolution?”, *Africa Report*, vol. 15, n.º 5, New York, The African-American Institute, May 1970.

ZARTMANN, I. William, “Africa’s Quiet war: Portuguese Guinea”, *Africa Report*, vol. 9, n.º 2, New York, The African-American Institute, February 1964.

ZARTMANN, I. William, “Guinea: The Quiet War goes on”, *Africa Report*, vol. 12, n.º 8, New York, The African-American Institute, November 1967.

6 - Bibliografia

6. 1. Livros e outras fontes impressas

“Bibliografia Técnico-científica elaborada por F. Almeida Ribeiro”, in *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*, Bissau, Instituto de Investigação Científica Tropical – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1988.

“Pan-Africanism – a relevant utopia, in *A collection of papers and practice of the African Unity Movement*, Washington DC, Edited by S. Okechukwu Mezu, Georgetown University Press, 1965.

A descolonização Portuguesa. Aproximação a um estudo, Lisboa, Grupo de Pesquisa sobre a Descolonização Portuguesa, Instituto Democracia e Liberdade, 1979.

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, *Guerra Colonial. Angola. Moçambique. Guiné*, Lisboa, Diário de Notícias, s.d.

AGARYSHEV, Anatoly, *Gilej Must Fall. Reports from the liberated regions of Guinea-Bissao*, Published by the World Federation of Democratic Youth.

AGUIAR, Armando, *Guiné minha terra*, Lisboa : Agência-Geral do Ultramar, 1964.

ALEXANDROV, N. A., *O Estado e o Direito. Teoria geral marxista-leninista*. 1.º volume, Venda Nova-Amadora, Novo Curso Editores, 1978.

ALMEIDA, Aníbal, *Sobre o Ultramar. Fascismo e guerra colonial*, Centelha, Coimbra, 1974.

ALTHUSER, Louis, *Pour Marx*, Paris, Maspero, 1968.

AMARAL, Ilídio do, *Em torno dos nacionalismos africanos: memórias e reflexões em homenagem a Mário Pinto de Andrade (1928-1990)*, (s.l), Granito Editores e Livreiros, 2000.

Amílcar Cabral. Unity and Struggle. Speeches and writings texts Selected by the PA-IGC, translated by Michael Wolfers, First publication, London, Heinemann, 1980.

ANDERSON, Perry, *Linages of the Absolute State*, London, Verso, 1974.

ANDRADE, Mário de, *Amílcar Cabral. Essai de biographie politique*, Paris, Maspero, 1980.

ANDRADE, Mário de, *Origens do nacionalismo africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

ANDRADE, Mário Pinto de, *Uma entrevista dada a Michel Laban*, Lisboa, edições João Sá da Costa, 1997.

ANTUNES, José Ferreira, *A guerra de África. 1961-1974*, 2 vols., Lisboa, Circulo dos Leitores, 1995.

ANTUNES, José Ferreira, *Salazar e Caetano. Cartas Secretas 1932-1968*, Lisboa, Difusão Cultural, 1994.

A voz Igual. Ensaio sobre Agostinho Neto, Fundação Eng. António de Almeida, Angolé artes e letras, 1989.

AXELOS, Kostas, *Alienation, Praxis, and Techné in the Thought of Karl Marx*, Translated by Ronald Bruzina, Austin & London, University of Texas Press, 1976.

AZEVEDO, Ário Lobo de, “Amílcar Cabral agrónomo”, in *Continuar Cabral. Simpósio Internacional Amílcar Cabral*. Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983, Lisboa, Edições Grafedito/Melo – Estampa, 1983.

BADIAN, Seydou, *Les Dirigeants Africains face à leur Peuple*, Paris, Cahiers Libres, nº 5, François Maspero, 1964.

BAH, Mahmoud, *Construire la Guinée après Sékou Touré*, Paris, L'Harmattan, 1990.

BAUBY, Pierre, *L'état-stratèg.: le retour de l'État*, Paris, Editions Ouvrières, 1991.

BENDER, Gerald F., *Angola sob o domínio português: Mito e realidade*, Lisboa, Sá da Costa, 1980.

BENOIST, Joseph-Roger de, *L'Afrique occidentale française de la conférence de Brazzaville (1944) a l'indépendance (1960)*, Dakar, Les Nouvelles Éditions Africaines, 1982.

BÉNOIT, Yves, *Idéologies des indépendances africaine*, Paris, Cahiers Libres 234-235, Maspero, 1972.

BIRMINGHAM, David, *Frontline Nationalism in Angola & Mozambique*, London, Trenton, N. J.: James Currey, Africa World Press, 1992.

BOAHEN, A. Adu, *African perspectives on colonialism*, London, The John Hopkins University Press, 1978.

BOTZÀRIS, Alejandro, *África e o Comunismo*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

BRAGANÇA, Aquino de (II), *Os movimentos de Libertação*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.

BRAGANÇA, Aquino de e WALLERSTEIN, Immanuel, *Quem é o inimigo (III)?* Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.

BRAGANÇA, Aquino de, *Amílcar Cabral*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

BROCKWAY, Fenner, *African Socialism*. Londres, The Bodley Head, 1963.

CABRAL, Amílcar, *Guiné-Bissau. Nação africana forjada na luta*, Lisboa, Nova Aurora, 1974.

CABRAL, Amílcar, *Sobre o conceito de erosão do solo*. Relatório de Tirocínio do Curso de Engenheiro Agrónomo, Introdução, 1951.

CABRAL, Juvenal, *Entre professores primários: um caso inédito*, Praia, Minerva, 1944.

CABRAL, Juvenal, *Memórias e Reflexões*, Praia, Edição de Autor, 1947.

CABRAL, Luís, *Crónica da Libertação*, 1ª Edição, Lisboa, Edições O Jornal, 1984.

CAETANO, Marcello, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1974.

CAETANO, Marcello, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Editorial Verbo, 1977.

CALVÃO, Alpoim, *De Conakry ao MDLP. Dossier secreto*, Lisboa, Editorial Intervenção, 1976.

CALVOCORESSI, Peter, *Independent Africa and the World*, London, Longman Group Limited, 1985.

CANN, John P., *Contra-Insurreição em África (1961-1974). O Modo Português de Fazer a Guerra*. Lisboa, Edições Atenas, Lda, 1998.

- CARDOSO, Humberto, *O partido único em Cabo Verde*, Praia, Imprensa Nacional, 1993.
- CASTANHEIRA, José Pedro, *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* Lisboa, Relógio d'Água, 1995.
- CÉSAR, Amândio, *Angola 61*, 7.^a edição, Lisboa, Verbo, 1962.
- CHABAL, Patrick, "O contexto político e cultural da poesia de Agostinho Neto", in *A Voz Igual, Ensaio Sobre Agostinho Neto*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Angole Artes e Letras, Tomo I das Actas do I Simpósio Internacional sobre cultura Angolana, Maio de 1989.
- CHABAL, Patrick, *Amílcar Cabral. Revolutionary leadership and people's war*, London, Cambridge University Press, 1983.
- CHABAL, Patrick, *Litterature et libération nationale: le cas d'Amílcar Cabral*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1985.
- CHALIAND, Gérard, *Armed Struggle in Africa. With the Guerrillas in "Portuguese" Guinea*, Introduction by Basil Davidson, Monthly Review Press, New York and London, 1969.
- CHALIAND, Gérard, *Les Bâtisseurs d' Histoire*, Paris, Arléa, 1995.
- CHALIAND, Gérard, *Lutte Armée en Afrique*, Paris, Maspero, 1967.
- CHALIAND, Gérard, *Terrorisme et guérillas. Technique actuelles de la violence*, Paris, Flammarion, 1985.
- CHILCOTE, Ronald H., *Emerging nationalism in Portuguese Africa*, Hoover Institutions, Stanford California, Press Stanford University, 1972.
- CHILCOTE, Ronald, *Portuguese Africa*, New Jersey, Prentice – Hall, 1976.
- CLAUSEWITZ, Carl Von, *Da Guerra*, Prefácio de Anatole Rapoport, Lisboa, P&R, 1976.
- CORREIA, Pedro Pizarat, "Descolonização" in *Do Marcelismo ao fim do Império*, Coordenação J. M. Brandão de Brito, Lisboa, Circulo de Leitores, 1999.
- COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel, *Les Dirigeants du PAIGC «Parti Africain Pour l'Indépendance de la Guinée-Bissau et du Cape Vert», Des Origines a la Scission. Études de parcours individuels, de stratégies familiales et d'idéologie*, Thèse pour obtenir le grade de Docteur de l' Université Paris I, Discipline : Histoire, Université de Paris I – Phanteón – Sorbonne – U.F.R – d'Histoire, 2004.
- CRESCO, Manuel Pereira, *Porque Perdemos a Guerra*, Lisboa, Ed. Abril, 1977.

CRICK, Bernard, *Political theory and practice*, London, Allen Lane, The Penguin Press, 1971.

CUNHA, Silva, *O Ultramar, a Nação e o “25 de Abril”*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977.

D’ENTRÈVE, Alexandre Pesserin, *The notion of the states. An introduction to political theory*, Oxford, Clarendon Press, 1967.

DAVIDSON, Basil, *A Libertação da Guiné. Aspectos de uma Revolução Africana*. Prefácio de Amílcar Cabral, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1975.

DAVIS, Horace B., *Para uma teoria Marxista do nacionalismo*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

DECRAENE, Philippe, *Le Panafricanisme*, «Que Sais-Je?», Le Point des connaissances actuelles, Paris, Presse Universitaire de France, 1959.

DHADA, Mustafah, *Warrior’s at work. How Guinea Was Really Set Free*, Colorado, University Press of Colorado, 1993.

DIA, Mamadou, *L’Économie de l’Afrique Noire*. Paris, Presses Universitaires de France, 1957.

DIALLO, Diemba, *L’Afrique en question*, Paris, François Maspero, 1968.

DIOP, Majhemout, *Contribution à l’étude des problèmes politiques en Afrique Noire*, Paris, Présence Africaine, 1958.

DUARTE, Dulce Almada, “Os fundamentos culturais da unidade”, in *Continuar Cabral*. Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983, Lisboa, Edição Grafedito/Prelo – Estampa, 1983.

DUARTE, Manuel, *Caboverdianidade e Africanidade e outros textos*, 1.^a edição, Praia, Edições Spleen, 1999.

DUFFY, James, *Portugal’s African Territories: present realities* prepared for The Carnegie Endowment for International Peace, New York, 1962.

DUFFY, James, *Portuguese Africa*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1959.

EISENSTADT, S. N., *Revolution and transformation of Societies. A comparative study of Civilizations*, New York, The Free Press, A Division of Macmillan publishing Co, inc, 1978.

ERVEDOSA, Carlos, *Era no Tempo das Acácias Floridas*, Linda-A-Velha: ALAC – África, Literatura, Arte e Cultura, 1990.

Estatuto Político-Administrativo da Província da Guiné, Decreto n.º 542/72, de 22 de Dezembro. Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1972.

Estudos Agrários de Amílcar Cabral, Bissau, Instituto de Investigação Científica Tropical – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1988.

EVANGELIST, Júlio, *Portugal vis-à-vis United Nations*, Lisbon, 1961.

EVANS, Richard J., *In Defence of History*, London, Granta Books, 1997.

FABIÃO, Carlos, “A descolonização da Guiné Bissau”, In AAVV, *Seminário 25 de Abril - Dez Anos Depois*, Lisboa, Associação 25 de Abril, 1984.

FAIRBAIRN, Geoffrey, *Revolutionary Guerrilla Warfare. The Countryside Version*, London, Penguin Books, 1974.

FANON, F., *Sociologie d'une Révolution – l'An de la Révolution Algérienne*, Paris, François Maspero. 1959.

FANON, Frantz, *Os condenados da Terra*, Prefácio de Jean-Paul Sartre. Tradução de Serafim Ferreira, Lisboa, Editora Ulisseia, [1961].

FANON, Franz, *Em defesa da Revolução Africana*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

FARIA, António, *Linha Estreita para a Liberdade: A Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

FELGAS, Hélio, *Guerra na Guiné*, Lisboa, SPEME, 1967.

FELGAS, Hélio, *Os movimentos terroristas de Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa, 1966.

FERNANDES, Cadi, *Retratos de Ontem*. “Guine: As estórias da história”, Lisboa, Editorial Notícias, 1994.

FERREIRA, Eduardo de Sousa, *Portugal e o neocolonialismo*, 1.^a edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1975.

FERREIRA, Eduardo de Sousa, *Portuguese Colonialism. From South Africa to Europe*. Preface by Basil Davidson, Edited by Aktion Dritte welt, Freiburg i, Br., Lorettostr. 20 a, 1972.

FERREIRA, Manuel, *A aventura crioula*, Lisboa, Plátano Editora, 1973.

FERREIRA, Manuel, *Hora de Bai*. Coimbra, Edição de autor, 1962.

FERREIRA, Manuel, *Literatura africana de expressão portuguesa* 1. 2.^a edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Cultura, 1986.

FORREST, Jossua B., *Guinea-Bissau. Power, conflicts, and Renewal in a West African Nation*, s.l., Westview Press, 1992.

FRANKLIN, Antonio de Sousa Franklin, *A ameaça islâmica na Guiné portuguesa*, comunicação apresentada ao IV Congresso da União Nacional, Lisboa, 1956.

FREEDEN, Michael, *Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach*, Oxford, Clarendon Press, 1996.

GALLI, Rosemary E. and JONES, Jocelyn, *Guinea-Bissau. Politics Economics and Society*, London, Lyne Rienner Publishers, Inc. Boulder, 1987.

GARDIN, Jean-Claude, *Les Analyses de Discours*, Collection Zethos, Neuchâtel (Switzerland), Delachaux et Niestlé S.A., 1974.

GAWRONSKI, Donald V., *History: Meaning and Method*. Revised Edition, Scott, Foresman and company, 1969.

General Budget for 1963.

GJESTAD, Ole, *Sowing the First Harvest. National Reconstruction in Guinea-Bissau*, Oakland (USA), published and printed by LSM Information Center, 1978.

GIL HERNÁNDEZ, António, “Sagrada esperança: uma leitura desde a Galiza”, in *A voz Igual. Ensaios sobre Agostinho Neto*, Fundação Eng. António de Almeida, Angolé artes e letras, 1989.

GIROUX, Henry A., *Ideology Culture & the process of schooling*, London, The Falmer Press, 1981.

GONÇALVES, Bento, *Escritos*, (1927-1930), Lisboa, Seara Nova, 1976.

GOODWIN, Barbara, *El uso de las ideas políticas*, trad. de Enrique Lynch, Barcelona, Península, 1997.

GRAMSCI, A., *Quaderni del carcere*, Edizione crítica, Torino, Instituto Gramsci, Einaudi, 1975.

GREENE, T. N., *The guerrilla – And How to Fight Him*, New York Praeser, 1964.

GUERRA, João Paulo, *Memória das Guerras Coloniais*, Porto, Edições Afrontamento, Coleção textos/23, 1994.

Guerrilla Struggle in Africa. An analysis and preview by Kenneth W. Grundy, New York, A World Order Book Grossman Publishers, 1971.

Guinea-Bissau: Toward Final Victory. Selected Speeches and Documents from PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), Oakland (USA), published and printed by LSM Information Center, 1974.

Guiné-Bissau. 3 anos de independência/Luís Teotónio Pereira e Luís Moita. Coleção África em luta, Lisboa, CIDAC - C, 1976.

GURR, Ted Robert, *Why Men Rebel*, Princeton, Princeton University Press, 1969.

HAMMOND, Richard J., *Portugal's African Problem: Some economic facets*, Occasional paper n.º 2, New York, Carnegie Endowment for International Peace, 1962.

HARRIS, Nigel, *National liberation*, London, Penguin Books, 1990.

HELD, David, *Political theory and the modern State: essays on State, power and democracy*, Cambridge, Polity Press, 1990.

HERNÁNDEZ, António Gil, "Sagrada esperança: uma leitura desde a Galiza", in *A voz Igual. Ensaios sobre Agostinho Neto*, Fundação Eng. António de Almeida, Angolé Artes e Letras, 1989.

HINNERS, Richard C., *Ideology and Analysis. A Rehabilitation of Metaphysical Ontology*, New York, Desclée de Brouwer, 1966.

HOBSBAWM, E. J., *Revolutionaries; contemporary essays*, First American Edition, New York, Pantheon Books, 1973.

Human Needs and politics, Edited by Ross Fitzgerald, Australia, Pergamon Press, 1978.

Ideology in social science. Readings in Critical Social Theory. Edited by Robin Blackburn, Pantheon Books, 1972.

IGNATIEV, Oleg, *Amílcar Cabral Filho de África. Narração Biográfica*, Lisboa, Prelo, 1975.

IGNATIEV, Oleg, *Amílcar Cabral*, Moscovo, Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, 1990.

IGNATIEV, Oleg, *Três tiros da PIDE – Quem, porquê e como mataram Amílcar Cabral*, Lisboa, Prelo, 1975.

Instituto Superior de Agronomia. Curso de 1945-46, Lisboa, Composto e Impresso na Sociedade Industrial de Tipografia, L^{da}, 1949.

Je Vous ai Compris ou l'analyse des discours politiques, Paris, Armand Colin, 1989.

KABA, Lamsine, *Le «Non» de la Guinée a de Gaulle*, Paris, 1990.

KAKÉ, Baba, *Sékou Touré, le Héros et le Tyran*, Paris, Jeune Afrique, 1987.

KARDELJ, Edvard, *Raízes Históricas do Não Alinhamento. Donde vêm, para onde vão os Não Alinhados?* Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

KEANE, John, *Reflections on Violence*, London, Verso, 1996.

KHRUSCHOV, N.S., *The national Liberation movement. Selected passages 1956-1963*, Moscow, Foreign Languages Publishing House, 1963.

KITSON, Frank, *Low Intensity Operations: Subversion, Insurgency and Peacekeeping*. London, Faber and Faber, 1971.

KIWANUKA, Semakula, *From colonialism to independence. A Reappraisal of colonial policies & African Reactions. 1870-1960*, East African Literature Breaux, 1973.

KI-ZERBO, Joseph, *História da África Negra*, 2 vols., Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d.

LANGLEY, J. Ayodele, *Ideologies of the liberation in Black Africa 1856-1970. Documents on modern African political thought from colonial times to the present*, Rex Collings, London, 1979.

LANGLEY, J. Ayodele, *Pan-Africanism and Nationalism in West Africa, 1900-1945. A Study in Ideology and social classes*, Oxford at the Clarendon press, 1973.

LARA, Lúcio, *Documentos e comentários para a História do MPLA até Fev. 1961*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999.

LARANJEIRA, José Luís Pires, *A negritude de Língua Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, Coleção: Textos/29, 1995.

LARRAIN, Jorge, *The concept of Ideology*, London, Hutchinson of London, 1979.

LAVROFF, Dimitri Georges, *Histoire des idées politiques depuis le XIX siècles*, quatrième édition, Dalloz, Paris, 1991.

Leadership and National Liberation Movement in Africa, Edited by Thea Büttner, Asia Africa Latin America, Special issue 7. Akademie-Verlag, Berlin, 1980.

LEFEBVRE, Henri, *L'idéologie structuraliste*, Paris, Éditions Anthropos, 1971.

LEFEBVRE, Henri, *La production de l'espace*, Paris, Ouvrages publié avec le concours du Central National des Lettres, Éditions Anthropos, 1986.

LENINE, *O Estado e a Revolução*, Tradução de Sá Rocha. Lisboa, Edição Henrique A. Carneiro, 1970, Coleção Textos Políticos.

LIZON, Adolfo, "Angola, casi en paz, ofrece grandes perspectivas para un proximo futuro", *Arriba*, 1-11-61, in *Portugal and the press 1961-1972*.

LOPES, Carlos, *A transição histórica na Guiné-Bissau – do Movimento de libertação nacional ao Estado*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1987.

LOPES, Carlos, *Etnia Estado e relações de Poder na Guiné-Bissau*. Edições 70, Biblioteca de Estudos Africanos, Lisboa, 1982.

LOPES, José Vicente, *Cabo Verde. Os bastidores da independência*, 2ª edição, Cidade da Praia, Spleen Edições, 2002.

LUSSU, Emilio, *Teoria da Insurreição*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro, n.º 7, 1977.

MACQUEEN, Norrie, *A descolonização da África portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do império*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1998.

MADEIRA, João, *Os Engenheiros das Almas. O Partido Comunista e os intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

MAFEJE, Archie, *In search of an Alternative: A collection of Essays on Revolutionary Theory and Politics*, Sapes Books, Harare, 1992.

MAGALHÃES, Leite de, *A Guiné portuguesa através da história*, Lisboa, Cosmos, [19..?] (Cadernos coloniais. 22)

MANNIN, Ethel, *Rebels' ride. A consideration of the revolt of the individual*, Hutchinson of London, 1964.

MANYA, Judith, *Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale 1921-1974* (Thèse pour le doctorat en science politique): Bordeaux, 2004.

MARABLE, Manning, *Black Leadership*, New York, Columbia University Press, 1998.

MARCUSE, Herbert, *Counterrevolution and revolt*, Allen Lane The Penguin Press, 1972.

MARCUSE, Herbert, *Critique de la Tolérance pure*. Paris, Forum, Didier ed., 1969.

MARCUSE, Herbert, *L'Homme unidimensionnel*, Paris, Ed. de Minuit, 1968.

MARGARIDO, Alfredo, "Projectos e limites da CEI", in *Discursos* (tema: Literaturas africanas de língua portuguesa"), Coimbra, Universidade Aberta, 1995.

MARINI, Emile, *Le vrai visage du Portugal d'Outre-mer tel que je l' ai vu*, Fribourg (Suisse), Les Cahiers de Voyages, 1964.

MARROCU, Francesco, *Nazionalismo e identità negli intellettuali africani delle colonie portoghesi. Il caso del Capo Verde*, Tesi di Dottorato Tomo I, coordinatore Prof. Piergiorgio Solinas; tutore Prof. Giulio Angioni, Dottorato di ricerca Metodologie della Ricerca Etno Antropologica Università degli Studi di Siena, di Cagliari, di Perugia VIII ciclo Anno Accademico 1994-95.

MARTINS, Manuel Gonçalves, *A descolonização portuguesa (as responsabilidades)*, Braga, Livraria Cruz, 1986.

MARTINS, Pedro, *Testemunhos de um combatente*, Praia-Mindelo, Instituto Camões, Coleção «Documentos para a História de Cabo Verde», Centro Cultural Português, 1995.

MARTINS, Rocha, *História das Colónias Portuguesas*, Lisboa, Tipografia da Imprensa Nacional de Publicidade, 1933.

MATEUS, Dalila Cabrita, *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1999.

MATOS, Norton de, *A Nação Una. Organização política e administrativa do território português*. Prefácio de Egas Moniz. Lisboa, Paulinho Ferreira, Filhos, Limitada, 1953.

MAZRUI, Ali A., *Violence and thought. Essays on Social Tensions in Africa*, New York, Humanities Press, 1969.

MCULLOCH, John, *In the Twilight of the Revolution. The Political Theory of Amílcar Cabral*, first published, London, Routledge & Kegan Paul, 1983.

MENDES, José Maria Amado, *História como ciência. Fontes, Metodologia e Teorização*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987.

MENDY, Peter Karibe, *Colonialismo Português em África: A tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994. *Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, 1º vol., Lisboa: ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura), 1996.

MEZU, S. Okechukwu, “The philosophy of Pan-Africanism”, In *A collection of papers and practice of the African Unity Movement*, Washington DC., Edited by S. Okechukwu Mezu, Georgetown University Press, 1965.

Ministério do Ultramar. Estatuto Político-Administrativo da Província da Guiné n.º 542/72 de 22 de Dezembro, Lisboa Agência-Geral do Ultramar, 1972.

MINUCHIN, S., *Família e terapia familiar*. Barcelona, ED. Gedisa, 1977.

NARCISO, Raimundo, A.R.A. *Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000.

NKRUMAH, Kwame, *A luta de classes em África*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1976.

NKRUMAH, Kwame, *I speak of freedom*, London, Heinemann, 1961.

NOGUEIRA, Franco, *O Juízo Final*, 2.ª Edição, Porto, Editora Civilização, 1993.

Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1928, 78.º Ano da Colecção, Lisboa, 1927.

Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1929, 79.º Ano da Colecção, Lisboa, 1928.

NYERERE, Julius K., *Socialisme, Démocratie et Unité Africaine suivi de la Déclaration d'Arusha*, Paris, trad. de Jean Mfoulou, Présence Africaine, 1970.

Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A prática revolucionária. Unidade e luta, volume II, Lisboa, Seara Nova, 1977.

Obras escolhidos de Amílcar Cabral. A arma da teoria. Unidade e Luta, 2.ª edição, volume I, Lisboa, Seara Nova, 1978.

OLIVEIRA, Hermes de Araújo, *Guerra Revolucionária*, 3ª edição, Lisboa, 1962.

OLIVEIRA, João Nobre de, *A Imprensa Cabo-Verdiana 1820-1975*, Edição Fundação Macau. Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998.

ONYEWU, N. D. Ukachi, "Pan-Africanism – A relevant Utopia", in *The Philosophy of pan-africanism. A collection of papers on the theory and practice of the African Unity Movement*, Edited by S. Okechukwu Mezu, Washington D.C., Georgetown University Press, 1965.

OPPENHEIMER, Martin, *Urban Guerilla*, New York, Hardmondsworth, Penguin Books, 1969.

ORAMAS, Oscar, *Amílcar Cabral para além do seu tempo*, 1ª edição, Lisboa, Hugin-Editores Lda., 1998.

OSÓRIO, Oswaldo, *Emergência da poesia em Amílcar Cabral. 30 Poemas*, Praia, Edição da Grafedito, Colecção Dragoeiro, 1984.

PACHECO, Carlos, *MPLA. Um nascimento polémico*, Lisboa, ed. Vega, 1997.

PAGET, Julian, *Counter-insurgency campaigning*, Faber and Faber Limited, London, 1967.

PEGUSHEV, A. M., "The leadership of the National Liberation Movement in Africa. General Considerations", in *Leadership and National Liberation Movement in Africa*, Berlin, Akademie-Verlag, Edited by Thea Büttner, 1980.

PÉLISSIER, René, *História da Guiné. Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

PÉLISSIER, René, *História das Campanhas de Angola. Resistência e revoltas 1845-1941*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1986.

PÉLISSIER, René, *História de Moçambique. Formação e oposição (1854-1918)*, 2 vols., Lisboa, Imprensa da Universitária, Editorial Estampa, 1988.

PÉLISSIER, René, *La colonie du Minotaure. Nationalisme et révoltes en Angola (1926-1961)*, Montamets, Pélissier, 1978.

PEPETELA, A *Geração da Utopia*, 3ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.

PEREIRA, Aristides, “O perfil de Cabral e a actualidade do seu pensamento”, in *Continuar Cabral, Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983, Praia, Edição Grafedito/Prelo – Estampa, 1983.

PEREIRA, Aristides, *PAIGC. Balanço de 20 anos de luta pela Libertação Nacional da Guiné e Cabo Verde (1956-1976)*, Bissau, 19 de Setembro de 1976, Impresso na tipografia do Jornal «Nô Pintcha» em 20 de Setembro de 1976.

PEREIRA, Aristides, *Uma Luta, um Partido, dois países. Guiné-Bissau e Cabo Verde*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2003.

PIAO, Lin, *Long Live the Victory of the people's war*, Pekin, 1965.

PIMENTA, Fernando, *Branços de Angola: Autonomismo e Nacionalismo (1960-1961)*, Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2005.

Politics, ideology and the State. Papers from the Communist University of London, London, edited by Sally HIBBIN, Lawrence and Wishart, 1978.

Portugal and the Press 1961-1972, Lisboa, Panorama Books, 1973.

Programa do Partido Comunista Português aprovado no V Congresso, Editorial «Avante», Outubro de 1957.

Progress. Fact or Illusion? Edited by Leo Marx and Bruce Mazlish, Ann Arbor The University of Michigan Press, 1996.

QUANDT, William B., *Revolution and Political Leadership: Algéria, 1954-1968*, Cambridge (Massachusetts): MIT Press, 1969.

QUEIROGA, Fernando, *Portugal Oprimido*, O Século, 1974.

QUINTINO, Manuel Josefát, *A Guiné e o seu fomento*, Congresso comemorativo do quinto centenário do descobrimento da Guiné, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1946

RABY, D. L., *A resistência antifascista em Portugal. Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*, Tradução de Beatriz Oliveira, Lisboa, Edições Salamandra, 1988.

RAMIRO [Júlio Fogaça], *V Congresso do partido Comunista Português, A unidade das forças anti-salazaristas factor decisivo para a libertação nacional. Informe Político do Comité Central*, Edições “Avante”, Outubro de 1957.

Regulamento das Escolas do Partido, Preâmbulo, s/l e s/d.

Report of a visit to the liberated areas of Guinea-Bissau, published by International Union of Students (IUS), National Union of Finish Students (SYL), s.d. and s. l.

Return to the Source: Selected Speeches of Amílcar Cabral, Edited by Africa Information Service, Modern Reader, 1973.

Revolutionary Guerrilha War, Edited by Sam C. Sarkesian, Precedent Publishing, Inc/Chicago, 1975.

RIBEIRO, Sérgio, “Sobre a unidade no pensamento de Amílcar Cabral”, in *Continuar Cabral*. Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983, Praia, Edição Grafedito/prelo – Estampa, 1984.

ROCHA, Edmundo, *O Clube marítimo africano*, Lisboa, Biblioteca-Museu da República e da Resistência/CML, 1998.

ROSAS, Fernando, “O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo”, in *Do Marcelismo ao fim do Império*, Revolução Democracia, Direcção de J. M. Brandão de Brito, Lisboa, Circulo de Leitores, 1999.

RUDEBECK, Lars, *Guinea-Bissau. A Study of Political Mobilisation*, Uppsala, The Scandinavian Institute of African Studies, 1974.

RUDEBECK, Lars, *Problèmes de pouvoir populaire et de développement. Transition difficile en Guinée-Bissau*, Upsala, Scandinavian Institute of African Studies, 1988.

RUSSEL, D. E. H., *Rebellion, Revolution, and Armed Force. A comparative study of fifteen countries with special emphasis on Cuba and South Africa*, Academic Press, Inc. New York, 1974.

RUSTOW, Dankwart A., “The study of leadership”, in Rustow, ed. *Philosophers and kings*, New York, 1970.

SABIN, James T., “Neo-nacionalism in Africa”, In *The Philosophy of Pan-Africanism. A collection of papers on the theory and practice of the African Unity Movement*, edited by S. Okechukwu Mezu, Washington D.C., Geogtown University Press, 1965.

SANTOS, Carlos Pinto, *Amílcar Cabral*, Lisboa, Matéria Escrita, 1998.

SANTOS, Daniel Pedro Amadeu dos, *A questão colonial. O contributo de Amílcar Cabral* [texto policopiado]. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2005.

SANTOS, Eduardo dos, *A Negritude e a Luta pelas Independências na África portuguesa*, Lisboa, Editorial Minerva, 1975.

SANTOS, Eduardo dos, *Socialismo Africano*, Lisboa, publicações Europa-América, 1971.

SCHUMPETER, Joseph, *Imperialism and social classes*. Introduction by Bert Hoselitz. Translated by Heinz Norden, Published by Meridian Books, Inc. February 1955. Fifth printing November 1960.

SENGHOR, Léopold Sédar, *Nation et Voie Africaine du Socialisme*, Paris, Présence Africaine, 1961.

SENGHOR, Leopold, *On African Socialism*, New York, Praeger, 1964.

SILVA, António E. Duarte, *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*. Edições Afrontamento, 1997, Colecção textos/30.

SILVA, António E. Duarte, “A natureza da formação do Estado: o caso da Guiné-Bissau”, *Separata da Revista do Ministério Público*, n° 68, Lisboa, 1996.

SILVA, Joaquim Duarte, *A acção dos caboverdianos na Guiné*, Congresso comemorativo do quinto centenário do descobrimento da Guiné, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1946.

SILVEIRA, Onésimo, *Africa South of the Sahara. Party Systems and Ideologies of Socialism*, Printed in Sweden, Upsala, 1976.

SILVEIRA, Onésimo, *Hora Grande* (poesia caboverdiana), Poetas e prosadores publicados em Angola, n.º 1, Publicações Bailundo Nova Lisboa, Angola.

SINGH, Baljit and MEI, Ko-Wang, *Theory and practice of Modern Guerrilla Warfare*, London, Asia publishing House, 1971.

SMITH, Anthony D., *The Concept of social change. A critique of the functionalist theory of social change*. Routledge & Kegan Paul, London, 1973.

SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, 1.^a Edição, Lisboa, Arcádia, 1974.

SOUSA, Julião Soares, “Amílcar Cabral: do envolvimento na luta antifascista à manifestações de tendência autonomista no Portugal do pós-Guerra (1945-1957)”, In *Cabral no cruzamento de épocas. Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral* realizado na Cidade da Praia, 9 –12 de Setembro de 2004, Praia, Alfa Comunicações, 2005.

SPINOLA, António de, *A Batalha da Paz na Guiné*. Discurso proferido na sessão plenária de encerramento do 1º Congresso das várias etnias da província, em 3 de Agosto de 1970.

SPINOLA, António de, *País sem Rumor. Contributo para a História de uma Revolução*, Lisboa, SCIRE, 1978.

SPINOLA, António de, *Política de Desenvolvimento*. Discurso proferido na sessão plenária de encerramento do II Congresso do Povo da Guiné, em 24 de Maio de 1971. Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1971.

SPINOLA, António de, *Por uma Guiné Melhor*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1970.

SPINOLA, António de, *Portugal e o futuro: análise da conjuntura nacional*, 2ª edição, s/l, Arcádia, 1974.

SPINOLA, António Sebastião Ribeiro de, *Linha de Acção*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1971.

SPINOLA, António Sebastião Ribeiro de, *O problema da Guiné*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1970.

STRINATI, Dominic, *An introduction to theories of Popular Culture*, London and New York, Routledge, 1995.

SUMMER, Colin, *Reading ideologies. an investigation into the marxist theory of ideology and law*, London, Academy Press, 1979.

SUREDA, A. Rigo, *The evolution of the right of Self-determination. A study of United Nations Practice*, Leiden, A. W. Sijthoff, 1973.

THAYER, Charles, *Guerrilla*, Foreword by sir Fitzroy Naclean, Michael Joseph, London.

The Atlantic Charter and Africa from an American Standpoint by The Committee on Africa, The War, and Peace Aims (New York, 1942).

The Atlantic Charter and British West Africa (1943), memorandum issued by the N.C.N.C. e *The Atlantic Charter and Africa from an American Standpoint by The Committee on Africa, The War, and Peace Aims* (New York, 1942).

The Logic of History, by C. G. Crump, Helps for students of History, n.º 6, Society for Promoting Christian Knowledge, London, 1919.

The Nature of Historical Explanation, By Patrick Gardiner, Oxford University Press, 1961.

The Philosophy of pan-africanism. A collection of papers on the theory and practice of the African united movement edited by S. Okechukwu Mezu, Georgetown University Press, Washington, D.C., 1965.

Theorizing Revolutions, First published, London and New York, Edited by John Foan, 1997.

TIOFE, T. T., “Arte Poética e artefactos poéticos em Cabo Verde”, in *Colloque International sur les Literatures Africaines de Langue Portugaise a la Recherche de l’ identité Individuelle et Nationale*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

TORGAL, Luís Reis, *António José de Almeida e a República. Discurso de uma vida ou vida de um discurso*. Selecção de imagens de Alexandre Ramires. 2.^a edição, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

TREITSCHKE, Henrich Von, *Politics*, New York, trans. Blanche Dugdale and Törben de Bille, 1916.

TSE-TUNG, Mao, *On Guerrilla Warfare*, Brigadier General Samuel B. Griffith, USMC (ret.). Frederick A. Praeger, Publisher New York, 1961.

TSÉ-TUNG, Mao, *Problemas da Guerra e da Estratégia*. Edições J. Bragança Tradução: L. M. Vaz Alves, Lisboa, 1975, Cadernos Maria da Fonte, n.º 4.

UN-General Assembly Resolutions. A Selection of the most important resolutions during the period 1949 through 1974 (Session I – XXVIII). Resolutionen der Generalversammlung Jahren 1949 – 1974 (I-XXVIII). Sitzungsperiode) Stand: Mai 1974 – Cheeked and compiled by ausgewählt und Zusammengestellt von Knud Krakau, Henning v. Wedel, Andreas Göhmenn 1975 Alfred Metsner Verlag Gomb – Frankfurt Am Main Dokumente, Herausgeber: Institut für internationale Angelegenheiten der Universität Hamburg, Institut für internationale Recht an der Universität Kiel Institut für Völkerrecht der Universität Göttingen Band 43.

VAKHRUCHEV, V., *O Neocolonialismo e os seus métodos*, Lisboa, Prelo, 1975.

VASCHETTO, Bernardo P., *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo caboverdiano e da diocese de Santiago de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) à luz duma documentação histórica (1460-1700)*, Boston, Edição Farol, 1987.

VEIRA, Joaquim, *Portugal século XX. Crónica em imagem 1940 -1950*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

VENTER, Al J., *Portugal’s war in Guinea-Bissau*, Munger Africana Library notes si-gue#, California Institute of Technology, 1973.

VINCENT, Andrew, *Modern Political Ideologies*, Second editions, Blackwell, Oxford UKS & Cambridge, USA, 1995.

War on the three fronts. The fight against Portuguese Colonialism, Published by Committee for Freedom in Mozambique, Angola & Guiné and the Africa Research Group SOAS – SU, London.

WHEELER, Harvey, *The politics of revolution*, Berkeley: Glendessary Press, 1971.

WICKHAM-CROWLEY, Timothy P., “Estructural Theorys of Revolutionary Phenomena”, in *Theorizing Revolutions*, London, Edited by John Foran, 1997.

WOLF, Eric R., "Peasant Rebellion and Revolution", in *National Liberation Revolution in the Third World*. Edited by Norman Miller and Roderick Aya. With an introduction by Eric R. Wolf, the Free Press, New York, 1971.

YOUNG, Crawford, *Ideology and Development in Africa*, Yale University Press.

ZAHAR, Renate, *Colonialismo e alienação. Contribuição para a teoria política de Frantz Fanon*, Lisboa, Ulmeiro/Terceiro Mundo e Revolução, 1976.

ZARTMANN, I. William, *International Relations in the new Africa*, Lanham, University Press of America, 1987.